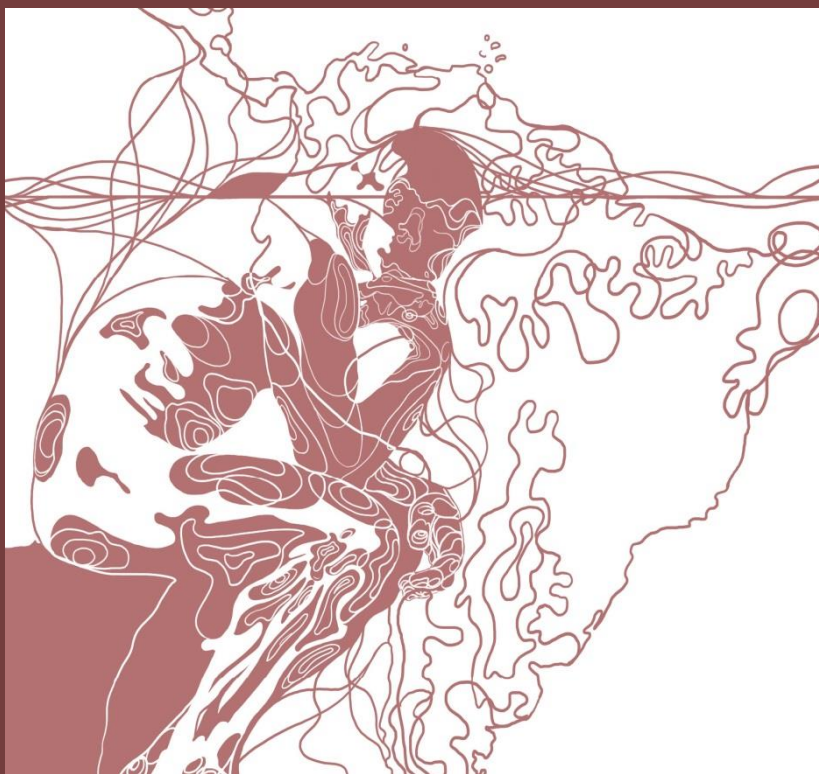


Lená Medeiros de Menezes, Hugo Cancino Troncoso,
Rogelio de la Mora (org.)

*INTELECTUAIS NA AMÉRICA LATINA: PENSAMENTO,
CONTEXTOS E INSTITUIÇÕES. DOS PROCESSOS DE
INDEPENDÊNCIA À GLOBALIZAÇÃO*



**Lená Medeiros de Menezes, Hugo Cancino Troncoso,
Rogelio de la Mora (org.)**

***INTELECTUAIS NA AMÉRICA LATINA: PENSAMENTO,
CONTEXTOS E INSTITUIÇÕES. DOS PROCESSOS DE
INDEPENDÊNCIA À GLOBALIZAÇÃO***



2014

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rua São Francisco Xavier, 524, Maracanã, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Reitor: Ricardo Vieira Alves de Castro / Vice-reitor: Paulo Roberto Volpato

LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE IMIGRAÇÃO (LABIMI)

R. São Francisco Xavier, 524, 9º andar, bloco D, sala 9007, Maracanã, RJ

Coord. Geral: Lená Medeiros de Menezes

Coordenadoras Adjuntas: Érica Sarmiento e Syrléa Marques Pereira

CONSELHO EDITORIAL DO LABIMI

André Azevedo; Angela Roberti Martins; Érica Sarmiento da Silva; Lená Medeiros de Menezes; Luís Reznik; Maria Izilda dos Santos Matos; Maria de Nazaré dos Santos Sarges; Rosely Boschilia; Syrléa Marques Pereira

COMITÊ ACADÊMICO DO GT-AHILA: Dr. Hugo C. Troncoso (Dinamarca); Dra. Silvia Mallo (Argentina); Dra. Lená M. de Menezes (Brasil); Dr. Rogelio de la Mora V. (México); Dr. Arauco Chihuailaf (França); Dra. Beatriz Moreyra (Argentina); Dra. Liudmila Okuneva (Rússia); Dr. Silvano B. Moya (Argentina); Dr. Fernando Remedi (Argentina); Dra Maria Emília Prado (Brasil); – Dra Magali Engel (Brasil); Dra Maria Letícia Correa (Brasil).

ILUSTRAÇÃO DA CAPA: Design Monnerat

COMPOSIÇÃO TÉCNICA DO E-BOOK: Lená M. Menezes

DISPONIBILIZAÇÃO ON-LINE: Laboratório de Tecnologias de Inovação e Comunicação – LATIC/SR1/UERJ

CATALOGAÇÃO NA FONTE UERJ/REDE SIRIUS/CCSA

I61 Intelectuais na América Latina [recurso eletrônico] : pensamento, contextos e instituições. Dos processos de independência à globalização / Lená Medeiros de Menezes, Hugo Cancino Troncoso, Rogelio de la Mora (Org.). – Rio de Janeiro : UERJ/LABIME, 2014.

1 recurso online (715 p.), arquivo pdf.

Bibliografia.

Requisitos do sistema: browser da Web; Abode Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

e-ISBN 978-85-66244-03-8

1. Intelectuais – América Latina. 2. América Latina – Vida intelectual. I. Menezes, Lená Medeiros de. II. Cancino Troncoso, Hugo. III. Mora V., Rogelio de la.

CDU 323.329(8=6)

PARTE 1

História Intelectual e dos Intelectuais na América Latina: Atores

Apresentação	I
Acercamiento al pensamiento de Romain Rolland em América Latina, 1919-1932 <i>Rogelio de la Mora V.</i>	11
A concepção educacional de Delgado de Carvalho para o ensino das Ciências Sociais <i>Beatriz Boclin Marques dos Santos</i>	22
Ariano Suassuna e as apropriações da cultura popular: as experiências com o Teatro de Estudante, o Centro de Cultura Popular e o Movimento Armorial <i>Christiane Marques Szesz</i>	37
CIEP's, Histórias e Memórias: um estudo sobre Darcy Ribeiro <i>Jacqueline de C. P. Lima/ Carlos Alberto B.de Sousa</i>	52
Construindo um acervo: História, intelectualidade e colecionismo em Vicente Salles <i>Alessandra R. e S. Mafra</i>	62
Interpretações do Brasil a partir de Ortega y Gasset. Leituras de <i>História como Sistema</i> e <i>Mirabeau ou o Político</i> <i>Maria Emilia Prado</i>	78
Joaquim Manuel de Macedo e a construção de uma narrativa oficial para o passado brasileiro <i>Adjovanes Thadeu S. de Almeida</i>	86
La Vida y obra de Gregorio Sánchez Gómez (1895-1942) <i>Jairo Henry Arroyo Reina</i>	103
Na corda bamba: a trajetória intelectual de Lima Barreto (1881-1922) <i>Magali Gouveia Engel</i>	117
Nacionalismo e Agrarismo em Alberto Torres <i>Maria Fernanda Lombardi Fernandes</i>	127
Nelson Werneck Sodré e a “Revolução Brasileira” <i>Alex Conceição Vasconcelos da Silva</i>	139
Octavio Paz y la estética de la historia <i>Javier Rico Moreno</i>	151
O intelectual Paulo Freire e alfabetização de 1960 <i>Nathalia Rodrigues Faria</i>	165
Uma guardiã da tradição: Geralda Armond e as ações educativas	173

no Museu Museu Mariano Procópio (Minas Gerais, Brasil)

Carina Martins Costa

Venerando da Graça: A sombra de um intelectual à luz 185

do Projeto Cinema Escolar

Maria Adalgisa P. Pinheiro/ Juçara L. Leite

PARTE 2

História Intelectual e dos Intelectuais na América Latina: Cenários e Debates

A racialização da humanidade nos cursos públicos do Museu Nacional, 197

Rio de Janeiro, (1875-1885)

Karoline Carula

Bolívar na América Latina: História e Literatura no Labirinto do General 210

Yvone Dias Avelino

Cacaso para historiadores: poesia e crítica no Brasil ditatorial (anos 1970) 218

Beatriz de Moraes Vieira

Cultura Patrimonial, Ensino e novas perspectivas no Brasil: década de 80 236

Ana Beatriz Frazão Ribeiro

El movimiento generacional intelectual. Generación de 1842 y la irrupción 250

de un proyecto de Modernidad en Chile

Hugo Cancino / Rita Cancino

Entre “futeboleros” e “anelados”. Lima Barreto e os debates sobre a 267

Modernidade no Rio de Janeiro da virada do Novecentos

Celi Fonseca da Silva

De Sílvio Romero a Heitor Villa-Lobos: meio, raça e história na música 284

brasileira

Avelino Romero Pereira

Los intelectuales de la nación católica (Colombia, siglo XIX) 305

Gilberto Loaiza Cano

O Pensamento Político Eugênico Latino-Americano 318

Ricardo Augusto Dos Santos

“Un milagro migrante”. Aproximaciones a la devoción del culto al Cristo 337

De Pachacamillaen Santiago de Chile

Paula Hurtado López

Un sabio e intelectual en el espacio público: Alejandro Lipschutz en Chile 352

Arauco Chihuailaf

“La trama democrática en América Latina”. Redes y circulación de ideas 365

en la renovación intelectual de la izquierda latinoamericana durante la transición democrática. El caso de *Controversia* y *La Ciudad Futura*
María Jimena Montaña

PARTE 3

História Intelectual e História Política

A recepção de Hans Kelsen na Constituinte de 1933-34: peças de um quebra-cabeça incompleto. “Positivismo” versus Positivismos? <i>Ricardo G. Borrmann</i>	385
Caminhos do coração: Gonzaguinha e a política do silêncio <i>Leila Medeiros de Menezes</i>	405
Delgado de Carvalho e a opção pelo Educação brasileira <i>Vera Lucia C. de Queiroz Andrade</i>	411
Estado, universidad y producción de conocimiento en la Argentina peronista (1946-1955) <i>Luis Ernesto Blacha</i>	423
História Intelectual e História Política: Teoria e Método <i>Gizlene Neder / Gisálio Cerqueira Filho</i>	439
Intelectuais e imprensa alternativa no Brasil no início do século XX <i>Alberto Mendes</i>	447
Intelectuais e política sob o Estado Novo: o corpo de editores de O Observador econômico e financeiro (1937-1945) <i>Maria Letícia Corrêa</i>	465
Reflexionando en torno a la influencia del liberalismo y del socialismo en el alfonsinismo <i>Cristina Basombrío</i>	472
Sérgio em Berlim: futurismo no desterro <i>Marcelo Neder Cerqueira</i>	486
Terra da Luz: a abolição da escravidão no Ceará a partir dos discursos dos políticos cearenses <i>Mariana de Oliveira Sousa</i>	506

Parte 4

Migrações e Exílios: idéias e processos

A história intelectual dos italianos no sertão da Bahia <i>Maria Luzia Braga Landim</i>	526
A problemática da imigração e o Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um estudo de caso	539

Lucia Maria Paschoal Guimarães

A Revolta dos Mercenários vista pela imprensa 549
Alexandre Belmonte - Brasil

De Bordallo Pinheiro a Julião Machado: Modernidade no humor 557
gráfico dos artistas portugueses na imprensa ilustrada
do Rio de Janeiro (1875-1920)
Ana Maria Rebello Magalhães

De escravos a imigrantes. La flexibilización de la política migratoria en 580
Argentina a través de la historiografía. S. XIX-XX
Silvia C. Mallo

Ideas y visiones de la inmigración española en la Argentina (1946-1965) 593
Nadia Andrea de Cristóforis

Interlocutores da cultura: intelectuais refugiados do nazifascismo no Brasil, 612
1933-1945
Maria Luiza Tucci Carneiro

“O Estrangeiro” um romance-manifesto: matrizes, representações, 627
apropriações e propostas na obra de Plínio Salgado
Leandro Pereira Gonçalves/ Maria Izilda S. de Matos

Entre o *ideal* e o *real*: Os discursos sobre a imigração no Brasil e 650
o enfrentamento da ‘desordem’ (1870-1930)
Lená Medeiros de Menezes - Brasil

O enfrentamento dos padeiros ibéricos no Rio de Janeiro e em Buenos Aires 659
(1890-1930)
Érica Sarmiento

Os intelectuais orgânicos nas comunidades de imigrantes na América: um 671
estudo dos lituanos
Erick Reis Godliauskas Zen

Novos lares – Judeus em Nilópolis: A memória dos imigrantes na mídia 688
Fernanda Capri Raposo

Novos olhares sobre antigas colônias: O exílio ibero-americano de Rafael 698
Altamira e Fidelino de Figueiredo
Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva

Sobre o LABIMI

Apresentação

O livro, em forma de e-book, reúne trabalhos selecionados, reformulados e ampliados apresentados inicialmente no III Encontro internacional do GT “Trabalho Intelectual, pensamento e modernidade na América Latina, séculos XIX e XX” da Associação Europeia de Historiadores Latinoamericanistas, realizado 27 a 29 de agosto de 2014 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, organizado pelo Laboratório de Estudos de Imigração (LABIME), pelo Laboratório Intelectuais, Cultura e Política (LICP) e pelo Laboratório de Estudos e Pesquisa Intelectuais, Sociedade e Política (GEPISP).

O trabalho de seleção de textos coube a Comitê Acadêmico formado por renomados especialistas, vinculados às Universidades de Aalborg (Dinamarca); Veracruzana (México); Nacional de La Plata (Argentina), Nacional de Córdoba e Católica de Córdoba (Argentina) e Paris 8 (França), além da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A organização do livro reflete este intercâmbio internacional e as pesquisas em rede que o grupo vem desenvolvendo sobre a América Latina, que se adensa a cada encontro com a incorporação de novos pesquisadores. O resultado é uma obra de grande qualidade que deverá transformar-se em referência no campo da história intelectual e da história dos intelectuais, contemplando, com determinado destaque as ideias e práticas concernentes às migrações internacionais.

Os autores dos textos, apresentados em português e espanhol, são professores pesquisadores vinculados a diferentes universidades da Alemanha, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Dinamarca, França e México, versando sobre ideias, contextos, processos e atores da história intelectual e dos intelectuais, contemplado a dimensão da política, da educação, da mídia, das artes e dos deslocamentos internacionais.

A obra está dividida em quatro partes. Cada uma delas representa ampliação e enriquecimento nas discussões que até aqui foram travadas sobre os temas selecionados, com estudos comparativos emergindo como importante possibilidade de análise.

A primeira parte intitula-se *História Intelectual e dos Intelectuais na América Latina: Atores* e reúne artigos que projetam intelectuais de variadas nacionalidades, com atuação em campos variados do conhecimento, destacando-se a história, a política, a educação, a literatura e o cinema. Dentre eles destacam-se Romain Rolland, Delgado de Carvalho, Arturo Orgaz, Darcy Ribeiro, Joaquim Manuel de Macedo, Gregório Sánchez Gómez, Lima Barreto, Alberto Torres, José Coelho da Gama e Abreu, Nelson Werneck Sodré, Otavio Paz, Paulo Freire, Geralda Armond e Venerando da Graça.

Seguem-se artigos reunidos nem parte que leva o nome de *História Intelectual e dos Intelectuais na América Latina: cenários e debates*, congregando trabalhos que debatem contextos e processos variados, com destaque para questões relativas à modernidade, raça e racismo, cultura, hegemonia, patrimônio, espaço público, mídia e religião.

A terceira parte, *História Intelectual e história Política*, abre espaço para artigos centrados no domínio do político e da política, tanto no que se relaciona a abordagens teóricas e metodológicas quanto na participação de intelectuais em contextos e processos ocorridos em determinados espaços-tempo, citando-se os regimes ditatoriais no Brasil e na Argentina, a produção do conhecimento em determinados conjunturas, os contextos de proliferação da imprensa e cinema alternativos e momentos marcados pelo peso de ideologias como positivismo, liberalismo e socialismo.

Por último destaca-se a quarta e última parte, dedicada às ideias e processos relativos às migrações, tema central do trabalho desenvolvido pela Laboratório de Estudos de Imigração da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LABIMI-UERJ), responsável pela edição da obra. Nesse conjunto de artigos, é dado destaque à intelectualidade italiana, portuguesa e lituana; às políticas de imigração no Brasil e na Argentina; a discussões sobre o conceito de “estrangeiro”, a anarquistas estrangeiros com atuação na imprensa e nas lutas operárias, com trabalhos específicos relacionados com os exílios.

Os múltiplos olhares e as múltiplas abordagens reunidas no livro representam o esforço dos autores e organizadores em oferecer ao

público discussões de ponta sobre o tema elegido, com expansão do foco para temas que hoje se colocam como pauta política e acadêmica obrigatória. É o caso das migrações e dos exílios, que afetaram e continuam afetando os intelectuais, tanto como produtores de ideias que sustentam políticas e/imigrantistas quanto protagonistas de processos de deslocamento, muitos deles amargando prolongados exílios.

Desafiador foi o trabalho de construção de novas questões e novas abordagens. Esperamos que esse desafio transformado em sucesso tenha por correspondência o interesse do leitor na leitura do livro.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 2014

Lená Medeiros de Menezes

PARTE 1

*História Intelectual e dos Intelectuais na
América Latina: Atores*

Acercamiento al pensamiento de Romain Rolland en América Latina, 1919-1932

*Rogelio de la Mora V.**

Por su compromiso cultural, su proyecto de mayor justicia social, su postura pacifista y de rechazo a todo imperialismo, su ideal de unión entre los pueblos y su fe en que la juventud está destinada a generar un cambio profundo, el pensamiento y la actitud del escritor francés premio Nobel de literatura (1915) Romain Rolland (1866-1944) serán altamente apreciados por los miembros de la nueva generación de pensadores latinoamericanos: José Ingenieros, José Carlos Mariátegui, José Vasconcelos, Miguel Ángel Asturias, Gabriela Mistral, Víctor Raúl Haya de la Torre, Alfredo L. Palacios, Victoria Ocampo y Aníbal Ponce, entre otros. En el marco de la revolución mexicana (cuya fase violenta termina en 1920), las consecuencias de la revolución rusa y la emergencia de los movimientos vanguardistas, este trabajo se interesa en explorar la atmósfera intelectual en que las propuestas culturales de Romain Rolland son discutidas, analizadas, adoptadas y adaptadas (o desestimadas) por los miembros de las comunidades intelectuales más activas en la América Latina de la época que se extiende desde la fecha de aparición de la “declaración de independencia del espíritu” (1919), hasta el Congreso de Amsterdam-Pleyel (1932), línea de demarcación en la que RR se aleja de los postulados de Ghandi (su periodo indoasiático), basados en la no violencia. Una atención particular será puesta en las revistas *Nosotros*, *Revista de Filosofía*, *El Maestro*, *Amauta*, *Claridad*, *Repertorio Americano* y *Monde*, portadoras de un programa común y situadas en el cruce de trayectorias individuales.

Desde París, en 1919 Rolland, labora por cuenta propia para reagrupar a los hombres de letras y a los jóvenes vinculados al campo cultural en Europa, América y Asia, en torno a una Internacional del Espíritu, sobre la base de principios universalistas, progresistas y humanistas. Inspirado por estos principios pacifistas y de independencia intelectual, Henri Barbusse -en compañía de Victor Cyril, Raymond Lefebvre y Paul

* Instituto de Investigaciones Histórico-Sociales, Universidad Veracruzana - Profesor Investigador, titular “C”, de tiempo completo.

Vaillant-Couturier, y bajo los auspicios de Anatole France- crea el Grupo *Claridad* (*Clarté*), en mayo, al cual Rolland se adhiere. Su órgano de difusión será la revista del mismo nombre, a partir de octubre. Esta efímera asociación apolítica reúne a pensadores, artistas y científicos sin ataduras ideológicas ni institucionales, y tiene como finalidad combatir por la paz a la sociedad belicista y nacionalista que ha conducido a los horrores de la reciente guerra mundial. La experiencia de Claridad como grupo unido pronto culmina, cuando Rolland, expresa su desacuerdo con el eclecticismo y la ambigüedad ideológica de los fundadores; razón por la cual se aleja del proyecto, en junio. Así, cuando *El Fígaro*, de La Habana (noviembre de 1919), y *Repertorio Americano*, de San José, Costa Rica (15 de enero de 1920), traducen e insertan en sus páginas *El manifiesto del Grupo Claridad*, el nombre de Rolland no aparece más en el Comité de Dirección.¹ En su lugar, representándolo, se encuentra su discípulo George Duhamel, quien enseguida renuncia, al ver que el Grupo “prefiguraba esos innumerables círculos, formados y reformados sin cesar, desde entonces, por la instigación de los partidos extremos, para atraer a los simpatizantes y proteger el catecismo soviético, las consignas provenientes del Este”.²

En el debate interno abierto que opondrá y sella la ruptura entre Rolland y Barbusse servirán de foro el periódico parisino de Edouard Dujardin *Cahiers Idealistes* y la revista belga *L'Art Libre*, dirigida por Paul Collin, 1921-1922. Uno de los puntos centrales debatidos era de orden moral, sobre la actitud que se debía adoptar frente a la Unión Soviética (URSS). En su rechazo a la violencia y a las ataduras ideológicas, la Internacional que Rolland aspiraba a construir difería sustancialmente de la Internacional Comunista, cuya vanguardia era intolerante con otras vanguardias. Durante la confrontación, Rolland critica el poco o nulo respeto por la democracia y por las libertades individuales, así como la opinión centralizada. Ocasión en la que reprocha a Barbusse su empeño en justificar los errores de la URSS. Señala igualmente que frente a la degradación “bolchevique” de la inteligencia, era necesario recuperar la tradición de los filósofos del s. XVII, centrada en la idea de responsabilidad intelectual. En dicha tarea, el intelectual preservaría contra viento y marea “la integridad de su libertad de pensamiento, incluso contra la Revolución, si es preciso, en sus errores, excesos e injusticias”. Si esto sucede será porque “la Revolución habrá dejado de ser fuente de renovación, se habrá convertido en “una nueva forma de monstruo de cien rostros: la Reacción”.³ En una carta del 10 de marzo de 1922, Rolland deja clara su posición: “Estoy con el proletariado cuando respeta la verdad y la humanidad. Estoy contra el proletariado cada vez que viola la verdad y la humanidad. No hay privilegio de clases, ni alta ni baja, en la esfera de los supremos valores humanos”.⁴ En esta polémica, Gorki, “el gran jardinero de almas”, y Alberto Einstein aprueban la postura de Rolland.

Agobiado por esta discusión de opiniones contrapuestas, Rolland decide abandonar definitivamente París, el 30 de abril de 1922, para instalarse de nuevo en la ciudad que le había servido de refugio entre 1914-1918, Villeneuve, cantón de Vaud, cerca de Ginebra, Suiza. No obstante su alejamiento, las propuestas singulares y el prestigio del

autor de *Jean Christophe*, lo colocarán como una figura insoslayable en los debates sobre pacifismo, socialismo y antiimperialismo, durante el período de entre las dos conflagraciones mundiales.

Por estas fechas, *Claridad* se convierte en “la primera expresión intelectual del comunismo francés” (Winock: 208) y rompe con Barbusse, luego de la adhesión de éste a la Tercera Internacional, en 1923.⁵ Posteriormente, el autor de *El cuchillo entre los dientes* fundará la revista hebdomadaria *Monde* (1928), a la cual estará estrechamente ligado Manuel Ugarte. Es en este contexto editorial e intelectual que, como una alternativa al marxismo parroquial de *Clarté* y al estetismo formalista de la *Nouvelle Revue Française* (NRF), los rollandistas René Arcos, Charles Vidrac, Georges Duhamel y Jean-Richard Bloch lanzan la revista *Europa*, cuyo primer número aparece en enero de 1923.

En la transferencia cultural dentro del espacio América Latina-Francia, donde aquí se analizan fenómenos específicos de recepción, circulación e intercambio de ideas, junto con las revistas desempeñan un papel particularmente importante los hombres de letras, los diplomáticos y los traductores. Este punto se puede destacar observando cómo desde antes de la primera guerra mundial numerosos intelectuales y artistas latinoamericanos se establecen en la capital gala. Algunos de ellos laboran en casas editoriales (como Gómez Carrillo, el más célebre de los escritores latinoamericanos entre 1900-1920), fundan o dirigen revistas (Rubén Darío, Enrique Gómez Carrillo, Leopoldo Lugones), están adscritos al servicio diplomático de sus países respectivos (Rubén Darío, Alfonso Reyes, Enrique Gómez Carrillo, Armando Godoy, Louis de Souza Dantas, Miguel Ángel Asturias, Alejo Carpentier, Eduardo Avelés Ramírez, Rufino Blanco Fombona, los hermanos García Calderón, Gonzalo Zaldumbide). Estudios realizados muestran la sorprendente cantidad de revistas literarias y artísticas latinoamericanas existentes en París a lo largo de las tres primeras décadas del siglo XX; tendencia que culmina en 1932, cuando la crisis económica provoca la desaparición de muchas de ellas, como es el caso de la célebre *Revue de l'Amérique Latine* (derivada del *Bulletin de la Bibliothèque américaine* e *Hispania*, se había creado en 1922) de Ernest Martinenche. El propósito de estas revistas era informar sobre lo que en el continente de origen ocurría y que los grandes periódicos locales omitían, así como de servir de mediadores culturales entre los miembros de la comunidad hispanoamericana en aquella metrópoli. Herramientas privilegiadas en nuestro estudio, estas revistas también nos hablan de los lazos e intercambios establecidos con sus pares en el subcontinente. Por ejemplo, V. García Calderón anuncia en *Repertorio Americano* la marcha de la revista por él dirigida, *América Latina*, e invita a García Monge a enviarle producciones de “los hombres célebres” de su país, para ser publicados;⁶ o el argentino Alejandro Sux, en París, por estas fechas simultáneamente el corresponsal de *Mundial*, de Buenos Aires, *El Universal*, de México, *El Mundo*, de la Habana, y *La Nación*, de Santiago de Chile.

Si en vísperas y durante la primera guerra mundial París está en la cita de la vida intelectual latinoamericana, y si sus hombres de cultura proclives al eurocentrismo consienten con simpatía -por cierto, no correspondida- “el señorío espiritual de Francia en América”,⁷ al término del conflicto armado la solidez de los lazos espirituales con el país galo y, en general, de Europa comienza a declinar. En ello contribuirá el descrédito por la guerra y el imperialismo, aunado a una postura de indiferencia de parte de las elites francesas hacia sus pares del otro lado del Atlántico.⁸ Otro factor importante que resalta en el contexto, es la presencia cada vez más fuerte de Estados Unidos en las naciones del área,⁹ al mismo tiempo que se desarrolla un amplio proceso de rehabilitación de la tradición hispánica, precisamente en oposición a los valores del universo sajón y a favor de la raza latina, en gran parte de la opinión pública.¹⁰ Asimismo, hacia 1922, América Latina es marcada por movimientos renovadores, al surgir las primeras vanguardias: los Estridentistas publican la hoja volante *Actual*, número 1; la hoja mural *Prisma* del ultraísmo en Buenos Aires (a fines de 1921); meses más tarde se funda *Proa*, también en la capital argentina, y se realiza la Semana de Arte Moderno, en Sao Paulo. En Europa, se publican obras claves en la literatura: *Ulises*, de James Joyce; *Wast Land*, de T. S. Eliot, y *Siddharta*, de Hermann Hesse, quien como RR y contrariamente a la mayoría de intelectuales de la época, se opone, desde el inicio, a la Primera Guerra mundial. Ambos viven en Suiza y ligan una estrecha amistad que se prolongaría por largos años.

De ahí que el mensaje de *Claridad* y su proyecto universal de constituir una Internacional del Pensamiento - en su rechazo al pensamiento sujeto a partidos políticos, al nacionalismo beligerante, a la barbarie de los conflictos de fuerzas materiales y contra todo tipo de dictaduras e imperialismos -, es rápidamente acogido por los portavoces de la intelectualidad en diferentes países de América Latina. Así, en un breve lapso se crean - o afirman su filiación- grupos o revistas *Claridad*¹¹ en Argentina, Brasil, Chile,¹² Cuba, Guatemala, México y Perú. Aplaudido por José Ingenieros en su “Ideales del Grupo ¡Claridad!” (*Revista de Filosofía*, enero de 1920, y luego transcrito en *Repertorio Americano*, el 15 de mayo de ese mismo año), los ideales de *Claridad* serán determinantes en la formación ideológica de otro de los intelectuales más visibles de la época, José Carlos Mariátegui.¹³

De hecho, poco después de su retorno de Europa al Perú, a comienzos de 1923, Mariátegui dirigirá la revista *Claridad*, imprimiéndole una nueva orientación, más próxima a los trabajadores organizados, cuando su fundador Víctor Raúl Haya de la Torre se marcha al exilio, en octubre del año en curso. Pero ¿Cuáles podrían ser las afinidades de Mariátegui con Rolland, quien se desinteresa del hombre de acción y cree en una revolución de los espíritus? El pensador peruano escribirá: “No es su pensamiento político -que ignora y desdeña la política - lo que puede unirnos a él. Es su gran alma (Romain Rolland es el Mahatma de occidente). Es su fe humana. Es la religiosidad de su acción y de su pensamiento”.¹⁴ Es esta dimensión religiosa y

profundamente humanista, producto de un trabajo espiritual “heroico”, que la mística revolucionaria –al igual, fundamentalmente religiosa- de Mariátegui más se identifica.¹⁵ Por su parte, Haya de la Torre, desde su exilio en México,¹⁶ viaja a Moscú, donde asiste al Congreso Mundial del Partido Comunista, enseguida al Congreso Mundial de la Juventud Comunista, a fines de 1924. Durante su estada en la capital rusa es invitado por Rolland a su casa en Villeneuve,¹⁷ con motivo del inminente arribo de Rabindranath Tagore, igualmente invitado por el escritor galo,¹⁸ pero su salud se lo impide. En una carta enviada por intermediario de Rolland a Tagore (fecha el 27 de agosto de 1926), luego publicada en *Repertorio Americano* (16 de octubre de ese mismo año), Haya de la Torre lamenta no poder estar con él antes de su programado viaje al Perú. Ocasión de la que vale para expresarle que el país andino se encuentra bajo un gobierno “autocrático que domina sangrientamente, hechura del capitalismo norteamericano, cuyos intereses sirve, una casta militar que lo apoya y una burguesía y un clero nacionales dueños de vidas y haciendas”. En su trayecto hacia la nación andina, Tagore realiza una escala en Buenos Aires, por invitación de Victoria Ocampo, quien para sufragar los gastos de alojamiento se desprende de parte de sus joyas. Por esas fechas, la intelectual y mecenas argentina publica en *La Nación* (2 de junio de 1924) “El Mahatma Ghandi a través de Romain Rolland”. Asimismo, siguiendo a Rolland, la futura Premio Nobel Gabriela Mistral divulga en el *Mercurio* de Santiago, del cual es corresponsal, las figuras y las obras de Tagore, Gorki, Tolstoi, Charles Peguy -quien ejerció notable influencia en el joven Rolland-, y Duhamel, discípulo de Rolland, a quien contacta durante su estancia en Francia. Rolland llegaba a ser uno de los interlocutores europeos más escuchados por los miembros de la “ciudad letrada” de la Patria Grande, así como lo apuntaba Haya de la Torre en su artículo “Romain Rolland y la nueva generación Latino-Americana”, publicado en *Sagitario*, 6 de agosto de 1925.

Del mismo modo, Rolland, “el más potente y audaz renovador del alma latina”, como lo llamara Alfredo Palacios en *Nuestra América y el imperialismo*, acudirá en defensa de los intelectuales -o de las causas por ellos impulsadas- iberoamericanos hostilizados por dictaduras, cada vez que se presenta la ocasión. Así sucede con Miguel de Unamuno, “ese genio lúcido y tenebroso” (Georges Duhamel), condenado al destierro por Primo de Rivera en la isla de Fuerteventura, a causa de sus puntos de vista críticos y su compromiso con la verdad, de marzo a julio de 1924. Al Grupo de Viena, formado por iniciativa del mismo Rolland, se adhiere Vasconcelos, quien le escribe: “me asocio con agrado a la protesta que usted formuló, a causa de la expulsión de Unamuno, una nueva e ilustre víctima del pensamiento”.¹⁹ Igualmente, protesta a favor de Mariátegui cuando éste es recluso durante seis días en San Bartolomé, luego de los cuales nuestro personaje vuelve a su domicilio y *Amauta* reaparece, a partir de 1926.²⁰ Situación semejante ocurre a raíz de la intervención norteamericana en Nicaragua, cuando Miguel Ángel Asturias y Eduardo Avilés Ramírez solicitan su respaldo, petición a la que Rolland responde: “Me asocio con todo mi corazón a vuestro meeting de protesta contra la invasión de Nicaragua, que forma parte de un plan preparado desde

hace mucho tiempo por el imperialismo mercantil yankee para meter la mano en el conjunto del continente americano.²¹

A diferencia del antiimperialismo pregonado por Lenin, así como hemos señalado líneas arriba, el discurso antiimperialista de Rolland pone más bien el acento en las dimensiones culturales, coincidiendo en esto con la perspectiva del arielismo radicalizado y su lucha antiimperialista continental, cuyos portavoces eran, precisamente, José Ingenieros, José Vasconcelos, Manuel Ugarte, Alfredo L. Palacios, Gabriela Mistral, Víctor Raúl Haya de la Torre y Augusto C. Sandino, así como otros intelectuales progresistas (Joaquín García Monge, Carmen Lyra, por ejemplo). Cabe subrayar que, a pesar de mostrarse benevolente por Lenin y su obra revolucionaria, su inquebrantable pacifismo era incompatible con la política de la violencia de la revolución rusa. En consecuencia, denunciaba a los doctrinarios que despreciaban las conciencias idealistas. En ese tenor, solicitaba que la revolución aceptara entre sus filas, “en sus luchas y peligros”, a los que como él nunca pactaban con la injusticia ni con la mentira, “pero como libres aliados [...] y como hombres libres que luchan por lo que creen justo, contra lo que consideran injusto”.²² La libertad del espíritu, el pensamiento libre no podría en ninguna circunstancia acatar órdenes ni de Moscú, ni de Roma, ni de París.

En una carta escrita en por nuestro protagonista Villa Olga, Villeneuve, el 1º de agosto de 1924, dirigida a Gorki, manifiesta su más grande temor de lo que en un par de décadas más sería un hecho, la hegemonía norteamericana:

“Me horrorizo a veces con la idea de que los Estados Unidos podrían un día dominar el mundo. Y no temo menos el idealismo americano que su capitalismo ¿Quién sabe si no temo todavía más el idealismo puritano? Pues no comprende nada, nada del resto del mundo; y está tranquilamente convencido que no hay otro ideal más que el suyo -que a los otros, los extermina.”²³

En esta misma misiva, Rolland expresa al célebre escritor ruso su convicción de que se produciría un enfrentamiento inevitable entre Norteamérica y Asia, “probablemente también América Latina”. Confiesa su angustia por en tal escenario imaginarse de qué lado estará Europa. Piensa que habrá que poner todo en obra para que ello no ocurra, puesto que “comparado con el de 1914-1918 será un juego de niños”. Y añade: “Pero, no lo disimulo, si debiera ocurrir, mi espíritu combatiría con el espíritu de la India y del Japón. Incluso con esos precursores que aprendí a estimar en América ibero-latina, particularmente en México” (Ibid.).

Como hemos de recordar, José Vasconcelos, entonces al frente de la Secretaría de Educación Pública (SEP), coordina *El Maestro, Revista de Cultura Nacional*, entre 1921-1923, de la cual se editan 14 números, con un tiraje de 75 000 ejemplares. Entre la nómina de escritores que en ella colaboran se encuentran Ramón López Velarde, Ezequiel Chávez, José Gorostiza, Jaime Torres Bodet, Carlos Pellicer, y Francisco García Calderón, José Ingenieros, Rubén Darío, Gabriela Mistral, Juan Ramón Jiménez,

Miguel de Unamuno y Eugenio d'Ors. También bajo los auspicios de la SEP se traducen y publican las biografías de la autoría de Romain Rolland sobre Beethoven, Miguel Ángel y Tolstoi. En respuesta a los ejemplares de dicha revista que Vasconcelos le enviara, Rolland, pondera “el despertar intelectual” que en México se palpa, al mismo tiempo que lo felicita por ser el impulsor del movimiento. Más adelante, expresa su simpatía por “vuestro deseo de unir en un solo cuerpo los miembros dispersos de las razas ibero americanas”. Al tocar este punto, declara: “He sufrido a menudo de ver en América la humillación de las espléndidas razas latinas. Es preciso reanimarlas, erguir las, no con un pensamiento de supremacía nacional o racial, pero con el amor de la humanidad entera”. Insiste en el hecho de que es preciso organizar una reacción enérgica contra las razas anglo-sajonas, mediante la libertad de espíritu característica de los latinos, y concluye lamentando “¡Que grises nos parecen hoy los siglos en que el sol de las razas latinas se oscureció! Hasta el vuelo prodigioso de las ciencias es, desde hace cien años, como el vuelo del águila en un cielo brumoso. Latinos, ¿Devodvedle la luz!”²⁴

Menos de un mes más tarde, Vasconcelos responde al “Muy querido Maestro”, confirmándole de entrada “la enorme influencia que los escritos de usted ejercen entre nosotros. Y añade:

“También hemos procurado llenar nuestras bibliotecas con sus libros, sintiendo que de esta manera purificamos el ambiente y levantamos el nivel moral de la Nación Si he de mencionar algo que es personal le diré que hace pocos años, en el largo período de tiempo que yo anduve perseguido y desterrado, calumniado y pobre, fue en su *Jean Christophe* donde muchas veces encontré aliento. Más tarde he seguido sus escritos como se sigue a un guía y a un maestro. Mis opiniones sobre la guerra mundial, se inspiraron casi siempre en sus juicios y muchas veces lo he acompañado en sus inquietudes sobre destino del mundo; mi fe ha buscado la suya para renovarse y no pocas veces al sentirme destrozado por el triunfo insolente y continuo del mal y la justicia, he hallado refugio en su pensamiento; todo esto le explicará la importancia que doy a sus palabras actuales. Su aprobación de la vieja idea de reunir en un solo haz los miembros dispersos de la raza ibero americana, la veo como una consagración de este ideal, puesto que la formula una de las almas más libres de la época, uno que está por encima de los prejuicios de raza y tiempo.”

Cuando El Maestro Vasconcelos escribe esta carta tenía en mente el proyecto de su obra *La raza cósmica* (publicada en Barcelona, un año más tarde), en la que argumentaría que sería en Iberoamérica, y no sobre territorio norteamericano, donde surgiría la raza universal.

Poco después, con motivo de la celebración del sesenta aniversario de Rolland, el 29 de enero de 1926, sus amigos organizan la edición de un *Liber Amicorum*, coordinada por Geoges Duhamel por Francia, Gorki por el mundo eslavo y Stefan Sweig por los

países germánicos; obra en la que participan 139 escritores, entre los cuales Miguel de Unamuno, Sigmund Freud, Alberto Einstein, Mahatma Gandhi, R. Tagore y E. Curtius., y que sería publicado por Rotapfel-Verlag, en Zúrich, Suiza. En este acto homenaje que le tributan “todas las inteligencias libres de todos los pueblos”, Mariátegui encuentra que “da fervorosamente su adhesión a la nueva generación iberoamericana”, y afirma:

“Romain Rolland es no sólo uno de nuestros maestros sino también uno de nuestros amigos. Su obra ha sido –es todavía- uno de los más puros estímulos de nuestra inquietud. Y él, que nos ha oído en las voces de Vasconcelos, de la Mistral, de Palacios y de Haya de la Torre, nos ha hablado con amor de la misión en la América Indoibera. Los” jóvenes de Hispano-América tenemos derecho de sentirnos sus discípulos [...] La crítica de París nos ha propuesto incesantemente otras obras; pero nosotros hemos elegido siempre la de RR [...] pertenece a la estirpe de Goethe [...] Su *Jean Christophe* es un mensaje a la civilización.”²⁵

De hecho, en el transcurso de la década de novecientos veinte e inicios de los años treinta, Rolland mantendrá una invariable postura anclada en los postulados democráticos y en la filosofía política de resistencia no violenta de Gandhi, de quien con la biografía de su autoría (*Mahatma Gandhi*, publicada en 1924) mucho había contribuido a popularizar su imagen en Europa. En la lucha de Rolland por la paz y contra la dominación imperialista, el método de Gandhi era preferible al camino indicado por el estado burocrático en el que se había convertido la Unión Soviética bajo Stalin. Estas convicciones comenzarán a ser abandonadas paulatinamente, a medida que toma vida el movimiento Amsterdam-Pleyel, el cual emerge formalmente durante el congreso que se lleva a cabo en Amsterdam, del 27 al 29 de agosto de 1932. Una de las figuras centrales en esta reunión es Willi Munzenberg, quien actúa sin el consentimiento de la Internacional Comunista, y cuyas intenciones coinciden con las de Rolland y Barbusse, en el sentido de generar un amplio movimiento de base, unificando grupos de izquierda – socialista y comunistas incluidos- con progresistas. En dicho evento se constituye un comité con miras a organizar un congreso mundial antiimperialista, y se toma la resolución de priorizar el combate antiimperialista, dejando en segundo término la lucha antifascista. Finalmente, el movimiento se transforma en antifascista, ratificando ésta orientación en congreso que se desarrolla en la Salle Pleyel, en París, del 4 al 6 de junio de 1933, que nutrirá el Frente Popular.

Por su parte, Aníbal Ponce (1898-1938), discípulo de José Ingenieros, a quien acompaña en la fundación de la Unión Latinoamericana y en la de la *Revista de Filosofía* (1915-1929), la cual dirigirá luego del deceso del maestro, en 1925, se convertirá al marxismo diez años más tarde. A principios de 1935, Ponce se encuentra en Moscú con Barbusse, quien había posibilitado su viaje, y lo invita a colaborar en la revista *Monde*, lo cual hace hasta poco después de la muerte del novelista francés (el 30 de agosto de ese mismo año). Ponce, en su ensayo “Humanismo burgués y humanismo

proletario. De Erasmo a Romain Rolland” (1938), describe a Rolland como el último representante de una época en decadencia, la del humanismo burgués, humanismo que a su vez abre y anuncia el advenimiento de una nueva era, la del humanismo proletario, cuya misión es derruir la explotación burguesa.²⁶

No obstante, Victor Serge,²⁷ desde las montañas de Michoacán, cerca de Pátzcuaro, al enterarse del fallecimiento de Rolland (30 de diciembre de 1944), consigna en su diario:

“*Jean-Christophe* era para mí una revelación de la nobleza de vivir; y el autor *Jean-Christophe* había sabido situarse durante primera catástrofe europea ‘por encima del conflicto’, permanecer íntegramente humano (p. 619). Los bolcheviques con los cuales yo hablaba, no querían ver en él más que un intelectual confuso, débil y bien intencionado. Esa también era la opinión de Gorki, pero Gorki expresaba tal juicio con infinita simpatía. Él vino a ver a Stalin en 1935 y le solicitó terminar con el asunto Victor Serge [...] es sobre todo a esta intervención que yo debo la vida [...] El autor de *Jean-Christophe*, a 70 años de edad, se dejaba cubrir de la sangre vertida por una tiranía de la cual él era un fiel alabador.”²⁸

Hemos de concluir destacando la resonancia que en el seno de las comunidades intelectuales más representativas del subcontinente tienen, en un primer momento, las propuestas del efímero Grupo Claridad; enseguida, el mensaje universalista de Rolland, en el periodo de las entre-guerras. Como a lo largo del desarrollo del presente estudio se ha podido apreciar, la intervención del mundo de las revistas es decisiva en la circulación e intercambio de las ideas, al mismo tiempo que constituye el lugar donde la vida intelectual se congrega y a partir del cual las redes se organizan y sociabilizan. También se debe enfatizar el hecho que los planteamientos del autor de *Jean Christophe* coinciden con las aspiraciones de una amplia franja de la nueva generación de pensadores iberoamericanos, como son el pacifismo, el antiimperialismo, el combate por la libertad de espíritu y contra toda dictadura, y la fe en que la juventud es el actor transformador de la sociedad.

Por cuestiones de espacio hemos omitido referirnos aquí a numerosos escritores e intelectuales, así como incontables revistas que también discutieron o se ocuparon permanente o esporádicamente de Rolland y su obra durante el periodo analizado. Por ejemplo, la misma *Repertorio Americano*,²⁹ así como los periódicos mexicanos *El Universal*, *Pro-Paria*, la revista *Futuro*, *Simiente* y su propia editorial “Integrales”, la cual publica los *Cuentos Infantiles*, de Gabriel Lucio,³⁰ comentados por Romain Rolland e ilustrados por Julio de la Fuente.

Notas e referências

- ¹ Cabe señalar que con anterioridad, en Buenos Aires, la revista *Nosotros* había publicado en sus páginas un artículo de Max HOCHSTOETTER, traducido por Mariano Antonio BARRENECHEA, “Ensayo sobre la obra de Romain Rolland”, Año IX, enero de 1915, no. 69, pp. 26-57.
- ² Georges DUHAMEL, *Les espoirs et les épreuves 1919-1928. Lumières sur ma vie*, Paris, Mercure de France, 1953, p. 21.
- ³ Relgis EUGEN, *El hombre libre frente a la barbarie totalitaria: un caso de conciencia: Romain Rolland*, Montevideo, Anales de la Universidad, 1954, p. 32.
- ⁴ David James FISHER, *Romain Rolland and the Politic of Intellectual Engagement*, Berkeley, California University Press, 1988, p. 101.
- ⁵ El PCF se aliena a la Internacional Comunista entre 1923-1925.
- ⁶ *Repertorio Americano*, 15 de enero de 1920.
- ⁷ Joaquín GARCÍA MONGE, “Francia y Costa Rica”, *América Latina*, 1º de octubre de 1919; reproducido en *Repertorio Americano*, vol. 1, no. 11, 15 de enero de 1920.
- ⁸ No así Charles Maurras y sus ideas del nacional catolicismo, a través de la muy leída e influyente *Action Française*, particularmente en Argentina y México, por una parte y, por otra parte, Valery Larbaud, el introductor de las letras hispanoamericanas en Francia, mediante sus artículos en la *NRF*, *La Revue Européenne* y *Commerce*, entre otras.
- ⁹ Intervenciones en Panamá (1903), Nicaragua (1912), México (1914), Haití (1915), República Dominicana (1916).
- ¹⁰ Algunas de las obras que contribuyen a la reflexión en torno a lo latino y lo sajón, son: Eduardo PRADO, *A ilusão americana*, 1883; César ZUMETA, *Continente enfermo*, 1899; Enrique RODÓ, *Ariel*, 1900; A Manoel BONFIM, *América Latina: Males de origen*, 1903; José María Vargas VILA, *Ante los bárbaros*, 1903; Enrique José VERONA, “el imperialismo a la luz de la sociología”, 1905, conferencia dictada en la Habana; Manuel González PRADA, *Mister Root*, 1906; Francisco García CALDERÓN, *Las democracias latinas de América*, 1912; Manuel Ugarte, *El peligro yanqui*, 1901, y *El porvenir de América española*, 1910; Rubén DARÍO, “El crepúsculo de España” y “El triunfo de Calibán”, 1898.
- ¹¹ Fundada por José Ingenieros, entre 1919-1920 publicará numerosos artículos del Grupo Claridad y, o de los miembros del núcleo fundador: “El manifiesto del Grupo Claridad contra la intervención en Rusia, 15 de octubre de 1919 y “Contra los Progroms. Un llamado a la humanidad”, 15 de diciembre de 1919; Anatole FRANCE, “La revolución rusa”, 1º y 15 de octubre de 1919, y “La función de los Maestros. Preparar la paz del mundo y la unión de los pueblos”, 15 de noviembre de 1919; Henri BARBUSSE, “La obra constructiva de Rusia”, 15 de diciembre de 1919, y “La voluntad de los veteranos de la guerra”, 15 de junio de 1920; Romain ROLLAND, “El camino que sube en espiral”, 1º de noviembre de 1919) y “Una carta de Romain Rolland sobre Rusia, 15 de septiembre de 1920; Máximo GORKI, “Un libro notable. El fuego, de Henri Barbusse”, 1º de junio de 1920. Antonio ZAMORA retomará la revista *Claridad*, “Tribuna del pensamiento izquierdista” (1926-1941).
- ¹² *Claridad*, órgano de difusión de la Federación de Estudiantes de Chile, entre 1920-1926.
- ¹³ Robert, PARIS, “La formación ideológica de José Carlos Mariátegui”, trad. del francés – Oscar TERÁN, México, Siglo XXI, *Cuadernos de Pasado y Presente*, n. 92, 1981.
- ¹⁴ “Romain Rolland”, publicado originalmente en *Varietades: Lima, 11 de setiembre de 1926; reproducido en Repertorio Americano, Tomo XIII, N° 21, pp. 329-33, San José de Costa Rica, 4 de diciembre de 1928.*
- ¹⁵ Michael LOWY, “La mística revolucionaria de JCM”, *Corriente Praxis*, enero de 2006.
- ¹⁶ Lugar en el que funda el APRA, en mayo, en cuya declaración de principios subraya la unidad latinoamericana y el combate contra el imperialismo estadounidense. Un año más tarde se constituirá otra importante liga antiimperialista, la Unión Latinoamericana, dirigida por José Ingenieros, en Buenos Aires.

¹⁷ Sobre la relación epistolar entre Rolland y Haya de la Torre, ver: “Correspondances [cuatro cartas] entre Romain Rolland et ses autres amis du Nouveau Monde”, *Permanence et pluralité* (Actes du colloque de Clemezy, septiembre de 1994, édités par Anne-Marie CHAGNY, Nevers, 1995, pp. 176-182; Luis Alberto SÁNCHEZ, *Haya de la Torre y el APRA*, Lima, Ediciones del Pacífico, 1955, p. 164; Eugenio CHANG-RODRÍGUEZ, *Poética e ideología en José Carlos Mariátegui*, Madrid, Ediciones José Porrúa Turanzas, 1983, p. 230.

¹⁸ La visita de Tagore a Rolland en Villeneuve había estado precedida de su estancia en Roma con Mussolini, con el cual se entrevistó en dos ocasiones. El contenido de esas entrevistas, lo mismo que sus discursos, fueron tergiversados por la prensa fascista. Ante esta situación, el escritor francés le hizo ver el impacto negativo que tal actitud tenía en la opinión pública progresista y lo puso en contacto con representantes de la oposición en Italia.

¹⁹ *El Universal ilustrado*, México, 8 de mayo 1924.

²⁰ Eugenio CHANG-RODRÍGUEZ, *Poética e ideología en José Carlos Mariátegui*, Madrid, Ediciones José Porrúa Turanzas, 1983, p. 147.

²¹ Carta citada por Eduardo AVILÉS en “Lo que piensa Francia de nuestros problemas políticos”, *El País*, La Habana, 19 de mayo de 1930.

²² Relgis EUGEN, *El hombre libre frente a la barbarie totalitaria: un caso de conciencia: Romain Rolland*, Montevideo, Anales de la Universidad, 1954, p. 30.

²³ Carta no. 60. *Correspondance entre Romain Rolland et Maxime Gorki*, 1916-1936, préface et notes de Jean Pérus, Paris, Éditions Albin Michel, 1991, p. 134.

²⁴ Carta de Rolland a Vasconcelos, Villa Olga, Villeneuve (Vaud), Suiza, 9 de enero de 1924, transcrita en *Repertorio Americano*, no. 2, 31 de marzo de 1924, p. 25.

²⁵ “Romain, Rolland”, *Variedades*, Lima, 11 de septiembre de 1926 [forma parte de *Signos y obras*, de sus *Obras Completas*].

²⁶ Aníbal PONCE, *Obras*, compilación y prólogo de Juan Marinello, La Habana, Casa de las Américas, serie Colección Nuestra América, 1975, pp. 456 y 501.

²⁷ Victor Serge, nacido en Bélgica, había sido deportado a Oremburgo, en los bordes del Ural, sin juicio, por aplicación de una medida de la KGB (Comité para la Seguridad del Estado). Victor puede salir de Rusia siete años más tarde (1940) y busca refugio en México, donde mure en exilio.

²⁸ Victor SERGE, *Carnets (1935-1947)*, nouvelle édition établie par Claudio Albertani et Claude Rioux, Marseille, Agone, Mémoires Sociales, 2012, pp. 619-621.

²⁹ Romain ROLLAND, “La respuesta de Asia. Con motivo del centenario de Tolstoy”, 8 de septiembre de 1928.

³⁰ Gabriel Lucio ARGUELLES (1899-1980), profesor y director de la Escuela Normal Veracruzana.

A concepção educacional do professor e intelectual Delgado de Carvalho para o ensino das Ciências Humanas

*Beatriz Boclin Marques dos Santos**

Introdução

No presente trabalho apresentamos alguns aspectos da visão do professor Carlos Miguel Delgado de Carvalho sobre o ensino de História e Geografia ao longo da primeira década do século XX. Importante representante da intelectualidade brasileira no campo da educação, o professor Delgado de Carvalho destacou em sua brilhante trajetória profissional a preocupação com o ensino. Delgado de Carvalho apresenta em seu currículo uma formação europeia, marcada pelo domínio dos idiomas: inglês, francês e alemão. Filho do diplomata brasileiro Carlos Dias Delgado de Carvalho, iniciou seus estudos na França tendo se bacharelado em Letras pela Universidade de Lyon. Coursou também História da Civilização na *École de Sciences Politiques* de Paris e estudou Ciências Sociais na *London School of Economics*.¹ Essa formação acadêmica erudita, com conhecimentos profundos da área das Ciências Humanas, o habilitou não apenas a ocupar cargos acadêmicos de influência no governo brasileiro e em instituições nacionais como a Associação Brasileira de Educação (ABE), Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Colégio Pedro II, como também a conceber uma proposta de construção de disciplina escolar para as escolas brasileiras no campo das Ciências Sociais. Influenciado pelas ideias oriundas da Escola Nova, na década de 1950 apresentou aos educadores brasileiros a disciplina Estudos Sociais como proposta para o currículo das Ciências Humanas no ensino fundamental. A disciplina Estudos Sociais posteriormente foi foco de uma polêmica no ensino de História e Geografia, uma vez que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei nº 5.692/71 substituiu as duas disciplinas citadas pelos Estudos Sociais no currículo do então 1º grau. Destacamos, portanto, as ideias do intelectual Delgado de Carvalho, que apesar de sua grande atuação na academia não descuidou do

* Pesquisadora Docente. Coordenadora do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM)

ensino, direcionando seu conhecimento de educação ao aprimoramento do currículo e da metodologia nas escolas.

Delgado de Carvalho e a Reforma Francisco Campos (1931)

A influência das ideias do professor catedrático Delgado de Carvalho para a construção do ensino de História e Geografia no Brasil pode ser sentida primeiramente na Reforma Educacional Francisco Campos (1931), quando participou ativamente das discussões concernentes às mudanças nos programas e na metodologia de ensino que deveriam ser implementados nas escolas brasileiras.

A Reforma Francisco Campos centralizou no Ministério da Educação e Saúde Pública toda a regulamentação do ensino primário, secundário e superior, bem como promoveu a unificação dos programas de ensino e das metodologias de ensino. O caráter centralizador da proposta revelava uma tentativa de criar um padrão uniforme para o ensino nacional.

O ministro Francisco Campos redefiniu os objetivos do ensino secundário. Tornou obrigatório aos estudantes que desejassem cursar o ensino superior a matricular-se no curso secundário, seriado e com frequência obrigatória, uma vez que a preparação para o ingresso no ensino superior ainda ocorria mediante aulas avulsas e cursos preparatórios.

Os intelectuais da reforma consideravam a História como disciplina fundamental para a formação da cidadania, como demonstra o texto das Instruções Metodológicas para o Programa de História da Civilização do curso secundário fundamental: “Conquanto pertença a todas as disciplinas do curso a formação da consciência social do aluno, é nos estudos da História que mais eficazmente se realiza a educação política”.²

Havia, no decorrer da década de 30, uma polêmica quanto às concepções da História: a primeira corrente de pensamento entendia o ensino da História sob a perspectiva da História da Civilização, concepção esta que marcou a reforma de 1931. Nesta visão, prevalecia a ideia de *evolução da humanidade*, ou seja, o estudo deveria partir do geral, daquilo que acontece com os homens de forma coletiva, para se chegar a questões particulares das nações. Era o chamado universalismo, pelo qual a História do Brasil estaria inserida no contexto da História Universal. A segunda corrente concebia o ensino de História a partir da especificidade da nação brasileira, em contraposição à ideia de evolução da humanidade, e defendia o estudo das singularidades da nação. Esta concepção pretendia a volta da disciplina História do Brasil. Os defensores da separação entre História do Brasil e História Geral entendiam que a História do Brasil permitia o estudo do passado nacional, cumprindo a disciplina “um importante papel cívico, glorificando a Pátria e desvendando suas características vocacionais, fundamento para se pensar o porvir.”³

A oposição à corrente de pensamento universalista era encabeçada pelos historiadores do IHGB, que defendiam a *concepção nacionalista* ao contrário da ênfase no progresso da humanidade, que valorizava as características singulares de cada nação.

“Os membros do IHGB participaram ativamente desse movimento pela volta da disciplina História do Brasil. O presidente do IHGB na época Max Fleiuss (1934) chegou a enviar ao Presidente Getúlio Vargas uma exposição de motivos pela volta da cadeira de História do Brasil nos programas de ensino enfatizando que: “Suprimir-se o seu ensino (de História Pátria) nos estabelecimentos de instrução, equivale a estancar nas fontes o mais estuante veio da alma brasileira.”⁴

Essas duas tendências historiográficas dominavam as discussões nos espaços das academias e instituições intelectuais como a Associação Brasileira de Educação e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e se estendiam ao interior do Colégio Pedro II, cujos catedráticos, também membros dessas instituições – como Delgado de Carvalho (1927) e Jonathas Serrano (1926), por exemplo – polemizavam sobre a concepção de ensino de História que deveria prevalecer.

Jonathas Serrano, catedrático de História, acompanhava seus companheiros do IHGB na crítica à proposta de programas de ensino elaborada pelo Ministério, embora compartilhasse das ideias da Escola Nova sobre o método ativo,⁵ em que o aluno participa dinamicamente do processo de aprendizagem – ideia cultuada pelos membros da ABE. Assim como Delgado de Carvalho, Serrano entendia que o ensino de História deveria ser mais dinâmico e menos expositivo e factual, valorizando a experimentação; em contrapartida, discordava de Delgado quanto ao universalismo da proposta, que omitia as peculiaridades da História Nacional.

Assim como Serrano, os demais historiadores do IHGB exigiam o retorno da História Pátria (reestabelecida com a Reforma Capanema 1942), reafirmando que o objetivo fundamental da História do Brasil era a formação moral e patriótica.

Na defesa dessa proposta, Serrano argumentou contra o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento que expressava uma crítica ao tipo de escola até então existente no Brasil, sendo este modelo caracterizado pela seletividade social e pelo ensino propedêutico de conteúdos formalistas, e que defendia a concepção norte-americana de escola universal e democrática, guiando-se pelo método ativo e voltada para a formação sociocultural dos cidadãos.

Delgado de Carvalho, primeiro presidente da Associação Brasileira de Educação (ABE), catedrático de Sociologia do Colégio Pedro II e autor de vários livros didáticos de História da Civilização, defendia uma História Sociológica, de modo a inserir nos conteúdos da História elementos das Ciências Sociais – Antropologia, Sociologia e Arqueologia. Membro ativo da Associação Brasileira de Educação e com grande representatividade junto ao Ministério da Educação e Saúde Pública,⁶ Delgado de Carvalho influenciou as concepções da História inseridas na Reforma Francisco Campos. Partilhava da concepção universalista para o ensino de História que os intelectuais idealizadores da reforma Francisco Campos conseguiram concretizar nos programas de ensino para as escolas secundárias brasileiras. Influenciados pela ideia do universalismo, uniram a História Geral, a História do Brasil e a História da América criando a disciplina História da Civilização. Os programas de ensino revelavam essa

perspectiva universalista que se fundamentava na concepção de que a civilização é uma só e que tinha o estudo do cotidiano material e cultural como demonstrativo do progresso da humanidade, como defendia Delgado de Carvalho:⁷

“[A História] é o conjunto das experiências humanas que deverão ser buscadas as situações exemplares que permitem pensar soluções para os nossos problemas. A humanidade é o objeto de estudo. A civilização é uma, um eterno progredir; daí uma História da civilização no singular. [...] Através do cotidiano material ou cultural, demonstrar o progresso da humanidade. Essa concepção pretendia constituir um outro conhecimento, afastando-se da história política, factual, árida, mnemotécnica, crivada de nomes e datas para concentrar os seus ensinamentos numa ‘história cultural’ das civilizações, isto é, uma história da vida material, intelectual e moral.”

A concepção universalista da História, que procurava apontar o progresso da humanidade mediante a comparação da vida primitiva dos povos com a vida moderna, inserida na Reforma Francisco Campos e defendida por Delgado de Carvalho, influenciou também o programa de História do Colégio Pedro II na década de 1930. Importante destacar que Delgado era catedrático de Sociologia no Colégio Pedro II. Embora tivesse ingressado no Colégio para professor substituto de inglês (1920),⁸ foi na construção da disciplina Sociologia⁹ que mais se destacou, especialmente na elaboração dos programas de ensino de Sociologia a partir de 1929 até o final da década de 1930.

A convivência de Delgado com os intelectuais da Associação Brasileira de Educação (ABE), especialmente Anísio Teixeira, Lourenço Filho e o próprio Jonathas Serrano entre outros, que compartilhavam as ideias da Escola Nova, influenciou sua concepção de ensino para a área das ciências humanas.

A aproximação de Delgado de Carvalho com a Sociologia e com os princípios da Escola Nova fez nascer a proposta de criação de uma disciplina escolar para ser inserida no currículo do Ensino Fundamental, chamada de Estudos Sociais.

A influência das ideias da Escola Nova na concepção da disciplina Estudos Sociais

A influência do movimento educacional norte-americano conhecido por Escola Nova promoveu as primeiras discussões no meio dos educadores brasileiros, preocupados em trazer para o Brasil uma nova visão de educação, resultando em alterações metodológicas e programáticas nas escolas.

O ensino, nessa concepção, deveria aproximar o jovem do contexto social ao qual pertencia e minimizar a defasagem entre as propostas educacionais inseridas nos programas e currículos e o avanço científico que caracterizou o século XX, como defendia Delgado de Carvalho, que desde a década de 1930 já se destacava como importante representante brasileiro do movimento da Escola Nova: “O abismo existente entre o progresso material da nossa civilização e o atraso mental do momento é a tragédia do mundo moderno e cada vez irá se acentuando, se a Educação não preparar os indivíduos para o meio em que estão chamados a viver”.¹⁰

Os educadores da Escola Nova traziam, como tema de pauta para os debates, a preocupação com os objetivos da educação e propunham alterações dos conteúdos curriculares para atender a esses objetivos. O ensino marcado pela influência francesa de caráter factual, descritivo e conteudista que caracterizou a educação brasileira ao longo do século XIX, distanciava-se da nova proposta de uma educação integradora e socializadora.

Dos teóricos da Escola Nova, merecem destaque as ideias de John Dewey por terem influenciado profundamente figuras-chave no processo de divulgação e expansão das propostas pedagógicas desse movimento no Brasil. Nesse sentido, cabe citar Lourenço Filho,¹¹ Fernando Azevedo¹² e Anísio Teixeira¹³ como representantes da “trindade cardinalícia do movimento da Escola Nova no Brasil”.¹⁴

Os expoentes brasileiros da Escola Nova, signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)¹⁵ – Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando Azevedo, Delgado de Carvalho, dentre outros – trouxeram para o Brasil os estudos do filósofo e educador norte-americano John Dewey (1859-1952). As ideias de Dewey deixaram marcas no pensamento educacional brasileiro, como a concepção de que o ensino deve articular-se com a realidade em que vive o estudante. As ideias de John Dewey tiveram maior repercussão no Brasil a partir da divulgação, na década de 30, da *Carta dos Estudos Sociais nas Escolas*, apresentada aos educadores norte-americanos em 1931. Elaborada pela Comissão de Estudos Sociais da *National Education Association*, representou a inserção dos Estudos Sociais como disciplina escolar na organização pedagógica norte-americana.

Na gestão de Anísio Teixeira, que sucedeu Fernando Azevedo na Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal,¹⁶ os Estudos Sociais foram introduzidos nos currículos das escolas elementares (primárias). O revolucionário projeto educacional permitiu grande divulgação nacional das ideias oriundas da Escola Nova e mais especificamente da obra de John Dewey, várias delas traduzidas para a língua portuguesa pelo próprio Anísio Teixeira.¹⁷ Nesses termos, os conceitos do teórico norte-americano repercutiram na educação brasileira especialmente do ponto de vista social, exemplificadas tanto nas críticas feitas por Anísio Teixeira ao modelo de escola secundária que caracterizava o Brasil na época quanto nas propostas inovadoras por ele implementadas, estabelecendo novas referências para a construção do currículo das escolas primárias e secundárias daquele período.

Nessa mesma época, Anísio também inspirou a publicação do Programa de Ciências Sociais (1934) para a escola elementar, com várias edições até 1955. Em 1962 o MEC publicou, na Biblioteca do Professor Brasileiro, Estudos Sociais na Escola Primária com orientação e redação de Josephina de Castro e Silva Gaudenzi, obra reeditada nos anos 60 sob o título Estudos Sociais na Escola Elementar: “... quando, com pequenas modificações, foi incorporado à Biblioteca do professor Brasileiro, no programa de emergência do Ministério da Educação e Cultura, à frente do qual encontrava-se, então, o professor Darcy Ribeiro.”¹⁸

A apropriação da obra de John Dewey introduziu, nas discussões pedagógicas brasileiras, novos referenciais de resposta às questões educacionais da época.

Dessa forma, as teorias apropriadas pelos educadores da Escola Nova e fundamentadas na ideia do ensino com significado prático para a vida do aluno, em oposição ao academicismo das propostas educacionais de influência francesa, criaram as condições para se pensar em uma nova abordagem para os conteúdos da História e da Geografia, resultando na proposta dos Estudos Sociais.

Para alguns teóricos brasileiros engajados na proposta da Escola Nova, a sistematização das disciplinas escolares criava um engessamento dos currículos, prejudicando o objetivo de tornar o conteúdo escolar mais próximo e útil para a vida prática. Defendiam que, na vida, os conhecimentos estão interligados, diferentemente do que acontece na concepção do ensino nos estabelecimentos escolares, formados pela rigidez das grades curriculares por disciplina. Acreditavam, ainda, que a existência da disciplina escolar estabelecia um campo mais rígido, dificultando a flexibilidade necessária à compreensão dos diferentes aspectos que compõem o conhecimento humano. Na proposta de flexibilizar o ensino e romper com a fragmentação que caracteriza a estrutura escolar por disciplinas, entendiam que a escola deveria promover práticas pedagógicas interdisciplinares, no sentido da troca de conhecimentos, de análises, de métodos entre duas ou mais disciplinas, onde se procura contrariar a tendência de trabalhar determinado conteúdo ou assunto sob um único olhar. Ampliando a perspectiva de compreensão do tema, o pesquisador – seja ele o professor e/ou aluno –, a partir do objeto de estudo de uma disciplina busca recursos, conceitos, métodos de mais de uma área do conhecimento; desse modo, pode recorrer aos saberes das diferentes áreas para aprofundar o tema escolhido.¹⁹

Nessa perspectiva, eram selecionados os conteúdos das disciplinas escolares que melhor atendessem aos projetos e pesquisas desenvolvidos na escola. O objetivo em questão era a integração/interação do jovem ao seu meio físico e social, de tal modo que o objetivo educacional suplantava o objetivo específico das disciplinas.

De acordo com os defensores dessa proposta no Brasil, os Estudos Sociais, ao contrário da rígida delimitação do campo de estudo proporcionada pelas disciplinas História e Geografia, permitiam uma maior flexibilidade, trabalhando a interação dos conteúdos da área das Ciências Humanas. Nessa proposta, o objetivo maior era a aprendizagem do aluno aliada ao seu meio ambiente físico e social e à sua participação no mesmo. Segundo o professor Delgado de Carvalho, defensor dos Estudos Sociais no Brasil, essa concepção de ensino traria muitos benefícios uma vez que: “[...] alargam-se os campos de trabalho, interpretam-se tópicos de disciplinas diferentes; multiplicam-se as interdependências e apagam-se, também, as delimitações precisas”.²⁰

Cabe destacar que a proposta de trabalho dos Estudos Sociais era bem ampla, e que a escolha dos conteúdos a serem trabalhados deveria atender às expectativas da aprendizagem, inseridas no projeto da escola para aquela disciplina. Nos Estudos Sociais entendia-se que qualquer conteúdo das ciências humanas poderia ser utilizado para o objetivo de levar o aluno ao conhecimento humano. O importante, nessa perspectiva, era a metodologia de trabalho, onde as experiências planejadas para o ensino valorizavam as iniciativas da criança e do professor.²¹ Pelo que é possível inferir, as concepções educacionais oriundas da Escola Nova expressavam marcas de

uma relação da educação com a sociologia. O fundamento teórico-metodológico da educação era promover a interação do homem com o meio físico e social em que vive, em uma perspectiva interdisciplinar, tomando os fenômenos sociais como um recurso de análise.²² Essa perspectiva educacional, com base em novas referências teóricas, contribuiu para que fossem criadas as condições para se elaborar uma nova abordagem para os conteúdos da História e da Geografia, resultando na proposta dos Estudos Sociais.

Nessa perspectiva, observamos que as ideias escolanovistas, ao chegarem ao Brasil, fortaleceram os conhecimentos oriundos da sociologia no ensino das Ciências Humanas,²³ chegando essa disciplina ao currículo de algumas escolas brasileiras especialmente no início do século XX: “Já nas primeiras décadas do século XX, quando ocorre de forma mais visível a chegada dos princípios da chamada Escola Nova no Brasil, tivemos, por exemplo, a introdução da disciplina Sociologia na Escola Normal.”²⁴

A professora Elza Nadai reconhece três momentos de implantação da proposta dos Estudos Sociais, cada um deles com sentidos diversos. No entanto, para a autora não houve uma definição precisa do seu significado como uma disciplina ou uma área de estudos. Podemos perceber, porém, que estiveram sempre associados a objetivos específicos da educação, ou melhor, da preocupação pedagógica. Faremos o destaque para o período correspondente às décadas de 1950 e 1960, pela influência determinante das ideias do professor Delgado de Carvalho para a criação da disciplina Estudos Sociais. Nesse contexto, essa disciplina representou uma proposta oriunda de um contexto reformista aliado ao pensamento progressista educacional, sem nenhuma obrigatoriedade de implantação. Nessa ocasião, o conteúdo dos Estudos Sociais era extraído das Ciências Humanas, usando-se a expressão Ciências Sociais para designar uma nova área de estudos, cujo “objetivo fundamental ligava-se à divulgação do conhecimento produzido no âmbito das Ciências Sociais”.²⁵

Privilegiavam-se os conteúdos da História, caracterizados pela memorização de nomes e datas. Posteriormente foram inseridos conteúdos da Geografia, da Sociologia, da Política e da Economia. Sobre esse sentido dos Estudos Sociais, Delgado de Carvalho, em seu livro *Introdução Metodológica aos Estudos Sociais*, afirma que:

“... as Ciências Sociais são ensinadas sob a forma de Estudos Sociais [...] Estes têm campo idêntico, pois tratam de relações humanas e compreendem as mesmas disciplinas (ele inclui a Sociologia, a História, a Política, a Economia, a Geografia e a Antropologia Cultural). Mas seu objetivo não é propriamente a investigação, mas sim o ensino, a vulgarização. O seu propósito não é fazer progredir a Ciência, mas educar. Sem ser normativa, as Ciências Sociais guiam os Estudos Sociais e os levam a conclusões práticas instrutivas e úteis.”²⁶

É importante destacar que Carvalho já considerava a distinção entre disciplina escolar e científica, mesmo que as pesquisas ainda não se voltassem para essa diferenciação – o que é uma discussão mais recente do ponto de vista da pesquisa educacional.²⁷

No preâmbulo do livro supracitado, Delgado de Carvalho confirma sua aproximação com os expoentes da Escola Nova no Brasil, ao mencionar que: "... a publicação que aí segue sob o impulso animador de Anísio Teixeira é a execução de um plano que, num dia de 1953, me foi traçado, entre duas aulas, por Lourenço Filho. Não sei se foi isso que ele tinha em vista. Talvez venha eu trair o seu pensamento..."²⁸

O objetivo da proposta era o de aproximar o jovem da vida em sociedade, valorizar a ação individual, a consciência de cada um quanto à melhoria das condições da sociedade em que vive. Preocupava-se com a vivência harmoniosa do jovem e sua identificação nessa sociedade. Há um destaque para a realização de tarefas cooperativas, de integração entre indivíduos, e de conhecimento sobre diferentes etnias, nações e países que compõem a humanidade.

Os Estudos Sociais na visão de Delgado de Carvalho/década de 1950 e 1960

A concepção de Estudos Sociais que marcou as décadas de 1950 e 1960 no Brasil pode ser compreendida em sua origem, a partir da leitura do artigo do catedrático Delgado de Carvalho, intitulado *Os Estudos Sociais no curso secundário*.

Nesse documento de 1953, o professor do Colégio Pedro II explicava o significado do termo *Estudos Sociais* e defendia a sua inclusão no currículo do ensino secundário pelo caráter interdisciplinar e pela perspectiva de uma análise mais abrangente dos conteúdos da História e da Geografia, contrastando com o currículo tradicional.

Segundo o autor, o termo Estudos Sociais refere-se: "... ao conjunto das matérias de ensino cujo conteúdo científico é proporcionado aos educandos de grau secundário pelas *Ciências Sociais* propriamente ditas, isto é, a Geografia, a História, a Política, a Sociologia e a Economia."²⁹

Nesse artigo, Carvalho faz uma crítica aos programas brasileiros e à educação como um todo, por entender que ainda se remetem aos currículos tradicionais com a marca das *humanidades*, sem a preocupação de aproximar o ensino da realidade dos alunos; lembra, ainda, que as disciplinas de caráter social entraram no currículo somente na Época Moderna, em programas que privilegiavam o ensino clássico. O autor destaca que esses programas de influência francesa remontavam à Grécia antiga, onde os estudantes preparavam-se para a vida pública. Valorizava-se a formação erudita e rejeitava-se completamente as questões funcionais, sendo a aprendizagem vista como *prática ocasional*. Defendia que, nos Estudos Sociais, os conteúdos selecionados da História, da Geografia e da Sociologia deveriam ser trabalhados de modo a aproximar o ensino da vida cotidiana dos alunos, tornando a vida escolar mais funcional e atenuando o enciclopedismo dos programas. Portanto, essa defesa dos Estudos Sociais relacionava-se diretamente às ideias da Escola Nova e aos currículos da época:

“No Brasil, a não ser a Geografia na sua parte teórica, os estudos sociais são dotados de programas antiquados, ministrados por métodos atrasados e, na sua quase totalidade alheios às necessidades dos educandos, aos interesses do momento histórico e às realidades sociais... [...] a educação atual, em muitos países, não consegue prender o espírito dos educandos, nem despertar sua

curiosidade e seu interesse pelas matérias do ensino secundário, porque lhes ministra ensinamentos tradicionais e antiquados que não refletem as preocupações do momento histórico em que vivemos.”³⁰

No entendimento de Carvalho, os objetivos da disciplina Estudos Sociais visavam proporcionar ao aluno uma visão mais complexa da realidade social em que vive, observando que essa vida social é formada por uma interdependência de aspectos históricos, geográficos, sociológicos e econômicos, não sendo possível – em sua opinião – uma única disciplina, isoladamente, pudesse dar conta da complexidade das relações entre esses diversos aspectos. A nosso ver, o autor apresentava como foco dos estudos a essência sociológica:

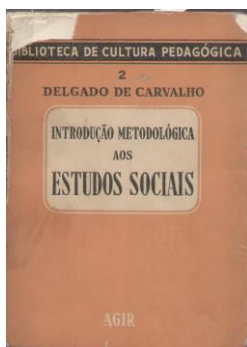
“A vida em sociedade é uma, complexa e formada de elementos interdependentes. A sua essência sociológica é ‘interação’ ou ‘interrelação’; isto é, a vida social, em momento nenhum, é exclusivamente econômica. A sua variedade resulta, em grande parte, da dosagem desses elementos, em cada caso. Por isso mesmo, um só deles não é suficiente para explicá-la.”³¹

Vale ressaltar que o autor já defendia, na década de 50, os Estudos Sociais como disciplina no currículo do ensino secundário e justificava sua proposta de tornar os Estudos Sociais uma matéria escolar, argumentando que:

“Os estudos sociais, pois a eles cabe esta disciplina, deveriam, no currículo, constituir uma única matéria [...] Ora, o objetivo moderno da educação é a visão global dos fenômenos, por que desta visão, tão completa quanto possível, é de ressaltar a significação dos fatos e a sua explicação. A simples memorização dos fatos é talvez recomendável, mas, em si, é inútil, visto que a sua utilidade está subordinada a suas relações com outros fatos da mesma ordem ou de ordem diferente.”³²

Em 1957, Delgado de Carvalho publicou a primeira edição do seu livro sobre o tema dos Estudos Sociais: *Introdução Metodológica aos Estudos Sociais*, reeditado em 1970,³³ onde reafirma as ideias expostas anteriormente, no artigo de 1953.

A concepção educacional do professor e intelectual Delgado de Carvalho
Beatriz Boclin Marques dos SANTOS



Capa do livro de Estudos Sociais
Fonte: CARVALHO, 1957

Na primeira parte da obra, somos contemplados com uma *conceituação dos Estudos Sociais*, revelando-nos a concepção de Carvalho acerca dos Estudos Sociais e sua influência sobre as décadas seguintes. O autor afirmava que as Ciências Sociais, incluindo nessa categoria a Sociologia, a História, a Política, a Economia, a Geografia Humana e a Antropologia Cultural seriam ensinadas sob a forma de Estudos Sociais. A visão do autor dos Estudos Sociais como uma disciplina escolar é corroborada pela afirmação de que: “Os Estudos Sociais podem constituir matéria de ensino em todos os graus escolares”.³⁴

Composta por conteúdos das Ciências Sociais, essa disciplina teria objetivo eminentemente escolar, não se remetendo à sistemática da investigação científica que caracterizava as disciplinas acadêmicas, mas sim a opção pelo ensino. Carvalho afirmava também que havia uma interdependência dos conteúdos das disciplinas que compõem as Ciências Sociais, de modo que:

“... esta fusão das matérias resulta do fato da Ciência ser Una; nós é que a subdividimos para a comodidade do estudo, do ensino, da própria limitação do espírito. Na vida real, não há subdivisões: os fatos históricos são ao mesmo tempo geográficos, econômicos e sociais. Há, pois, uma integração; é natural que a tendência da educação moderna seja para esta integração, único meio de restituir-lhe a realidade que refletem.”³⁵

Depreende-se que o autor relacionava a criação da disciplina Estudos Sociais aos novos objetivos e finalidades da educação. Vivia-se, naquele período, um momento de revisão dos valores relacionados ao ensino, incluindo uma revisão dos conteúdos das disciplinas, dos métodos didáticos e da própria aprendizagem de maneira geral:

“Estamos numa época de transição, num mundo em mudança como já foi dito. Resulta isto não somente dos acontecimentos político-sociais, mas, também, dos conhecimentos científicos novos que se multiplicam sob nossos olhos. Estamos

num mundo que não dispensa mais nem o rádio, nem a televisão, nem a penicilina... nem a energia atômica, e que requer estes recursos para a sua vida social. Uma nova filosofia educacional se impõe.”³⁶

Delgado acreditava que a finalidade social da educação seria fundamental naquela época, pois abarcaria os propósitos profissional e cultural, preparando o indivíduo para viver em uma sociedade caracterizada pela constante evolução:

“A sociedade em evolução, isto é, a sequência dos acontecimentos de cada momento, constitui o laço que une as Ciências Sociais. Cada uma delas é como um foco de luz que ilumina os mesmos fatos os mesmos fenômenos, colocando, por assim dizer, de modo diferente as mesmas coisas. A Ciência é uma, subdividimo-la por conveniência.”³⁷

Ainda em sua obra de 1957, o autor incluiu dados relevantes sobre a origem dos Estudos Sociais como disciplina, sustentando que durante certo tempo não se fazia distinção entre Estudos Sociais e Ciências Sociais.³⁸ Essa diferenciação teve origem em 1916, quando a instituição norte-americana *National Education Association* criou a *Comissão de Estudos Sociais*, complementada – em 1921 – pela criação do Conselho Nacional de Estudos Sociais, permitindo a oficialização da proposta de uma nova disciplina escolar.³⁹

Delgado acrescentou, ainda, que a Comissão de Estudos Sociais, reunida em 1929, apresentou a chamada *Carta dos Estudos Sociais nas Escolas* em 1931, “redigida por 16 historiadores, geógrafos e sociólogos norte-americanos de incontestável autoridade. Esta Carta que formula os objetivos específicos dos Estudos Sociais marcou uma data na expressão do pensamento educacional dos Estados Unidos e, nestes últimos vinte anos em nada perdeu de sua oportunidade”. Nesse documento, reafirmava-se a finalidade social buscada para a educação e o objetivo dos Estudos Sociais como uma disciplina eminentemente escolar, valorizando o preparo do educando para a vida em sociedade. O objetivo fundamental dos Estudos Sociais seria: “... a formação de ricas e diversificadas personalidades, aparelhadas de conhecimento prático e inspiradas por ideais que lhes permitam fazer o seu caminho e desempenhar a sua missão numa sociedade em mudança que faz parte de um complexo mundial.”⁴⁰

Nessa perspectiva, o ensino deveria privilegiar a construção das qualidades indispensáveis à vida em sociedade, de modo a conjugar finalidades individuais e sociais. Os Estudos Sociais teriam, assim, a função de auxiliar os jovens a identificar-se com a sociedade onde estão inseridos. O mesmo autor acrescenta: “O curso moderno dos Estudos Sociais ... revela-lhes os fatos e as relações que lhes permitem se identificar com os trabalhos, as festas e as proezas da humanidade”.

Destacava, ainda, a importância da educação – e mais especificamente dos Estudos Sociais – em promover no jovem a consciência do lugar que ocupa na sociedade. O autor cita o educador inglês James Hemming (*The Teaching of Social Studies*, 1949) para explicar o sentido dessa conscientização:

“Todos os assuntos podem ser usados para despertar a consciência social e a responsabilidade, aproveitando tudo quanto neles possa a isso se prestar. Mas os resultados não passarão de fragmentos e remendos, se estas contribuições parciais não são unificadas dentro de um plano específico de curso, para a formação da compreensão social da criança.”⁴¹

Delgado compartilhava das opiniões do educador inglês de promover uma integração das disciplinas de Ciências Sociais com o objetivo específico de ensino direcionado à preparação do jovem para a sua vida em sociedade, ou melhor, de uma socialização capaz de permitir uma compreensão mais abrangente da sociedade em que vive e do seu papel social. Os Estudos Sociais atenderiam à necessidade de “despertar no jovem esta consciência das funções que pode desempenhar na estrutura social a que pertence”.⁴² Nesses termos, o autor relaciona os propósitos dos Estudos Sociais a uma questão de educação e de filosofia de vida, justificando as finalidades dos Estudos Sociais por meio de citação de Schutte, outro educador norte-americano.⁴³

“As dificuldades sociais do mundo presente são essencialmente devidas ao fato dos progressos em conhecimentos e invenções terem muito ultrapassado os progressos das relações humanas. Os nossos conceitos sociais não estão em harmonia com os requisitos do industrialismo do século XX e são comparáveis aos da ordem social agrária de cem anos atrás. Sob vários pontos de vista, correspondem melhor às obscuras condições da Idade Média.”⁴⁴

Ao compartilhar as ideias de Schulte, Delgado entendia que a evolução material não veio acompanhada pela evolução das relações humanas, e destacava o individualismo como a causa das grandes dificuldades sociais. Alertava, também, para o fato de que o progresso material da humanidade precisaria ser acompanhado de uma evolução mental do ser humano, e que a educação desempenharia um papel fundamental na preparação do indivíduo para sua atuação no meio social em que vive. Desse modo, caberia à educação preparar o jovem para uma nova sociedade, caracterizada pelas inovações tecnológicas, mas ao mesmo tempo minimizar o caráter individualista e enfatizar os elementos sociais na nova estrutura educacional:

“Não se pode mais pensar em educação, a não ser em termos de função social. [...] muito devemos ao passado, mas a hora atual impõe as suas exigências sociais, como as suas exigências materiais: a educação de hoje tem de se adaptar a uma vida de aviões e rádios, televisões, cinemascopes, refrigeradores e bombas atômicas [...] o abismo existente entre o progresso material da nossa civilização e o atraso mental do momento é a tragédia do mundo moderno e cada vez irá se acentuando se a educação não preparar os indivíduos para o meio em que estão chamados a viver.”⁴⁵

Nesse sentido, apontou a sociologia educacional como disciplina estratégica naquela conjuntura, enfatizando o papel da sociologia como uma ciência despida de dogmatismo e “dedicada à interpretação da experiência humana”, e dos Estudos Sociais como

disciplina do currículo, fundamentada na compreensão da vida social e mais especificamente das relações humanas, com foco sobre o aspecto sociológico: “Por isso, pode a sociologia ser considerada como a chave dos Estudos Sociais. O seu conteúdo representa o *substractum* das ciências do Homem e os seus objetivos abrangem as próprias bases dos conhecimentos sociais que, em última análise, ela condiciona.”⁴⁶

Ainda na obra supracitada, o autor apresenta uma proposta para os Estudos Sociais nos cursos Ginásial e Colegial, a saber: nas três primeiras séries do Curso Ginásial, a História e a Geografia seriam trabalhadas paralelamente no currículo. Na primeira série, o aluno estudaria a Geografia do Brasil juntamente com a História do Brasil – Colônia, Império e República; na segunda série seria abordada a Geografia Física e Humana, acompanhada da História Antiga e Medieval; e na terceira série, as aulas seriam de Geografia dos Continentes e de História Moderna e Contemporânea.

Conclusão

O professor Delgado de Carvalho representa um raro modelo de intelectual que consegue realizar a transposição de seu vasto conhecimento acadêmico para a didática escolar. Apesar de toda a polêmica que a disciplina Estudos Sociais provocou quando de sua implantação no currículo de 1º Grau das escolas brasileiras (LEI 5.692/1971), esse estudo nos permite afirmar que o seu embasamento teórico tem como objeto fundamental, o desejo de atender prioritariamente à aprendizagem escolar e aos ditames do espaço escolar.

Notas e referências

- 1 J. Costa SOARES, *O Ensino de Sociologia no Colégio Pedro II (1925 -1941)*, Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- 2 DECRETO 19.890 de 18 de abril de 1931, Programas de Ensino, p.38.
- 3 Luís REZNIK, “O Lugar da História do Brasil”, Ilmar Rohloff de MATOS (Org.). *Histórias do ensino da História no Brasil*, Rio de Janeiro, Access, 1998.
- 4Max FLEIUSS [1934], “A cadeira de História do Brasil”, Ilmar Rohloff de MATTOS (Org.), Id., p.77.
- 5 Havia nessa época uma corrente de intelectuais da ABE que compartilhavam das ideias oriundas dos Estados Unidos que compunham a chamada Escola Nova. Nessa perspectiva, propunha-se “o método ativo”, um ensino onde o aluno é o sujeito do processo aprendizagem. Privilegiava-se a experimentação e situações de ensino que proporcionassem ao aluno um entendimento do passado a partir de situações do presente.
- 6 Correspondendo hoje ao Ministério da Educação.
- 7 Apud REZNIK, cit., p. 70-72.
- 8 Delgado conseguiu o primeiro lugar com a tese intitulada: *Esboço histórico da Origem da Língua Inglesa*. Tomou posse em 28 de dezembro de 1920, e posteriormente em 1924 alcançou a cátedra substituindo o professor Carlos Américo dos Santos.
- 9 No Colégio Pedro II essa disciplina foi introduzida no programa de ensino em 1925. J. Costa SOARES, cit.
- 10 Delgado de CARVALHO, *Introdução metodológica aos Estudos Sociais*, Rio de Janeiro, Editora Agir, 1957, p. 75, Biblioteca de Cultura Pedagógica.
- 11 Lourenço Filho (1932-1937): em 1922 foi “Diretor da Instrução Pública do Ceará. Exerceu o magistério na Escola Normal em Fortaleza, onde realizou uma reforma geral do ensino, de significativa repercussão na época, registrada como uma das realizações pioneiras da Escola Nova” (FAVERO e BRITO, 1999, p.365). Em 1930 foi nomeado Diretor Geral da Instrução Pública de São Paulo. Em 1932, a convite de Anísio Teixeira, dirigiu o Instituto de Educação do Distrito Federal.

A concepção educacional do professor e intelectual Delgado de Carvalho
Beatriz Boclin Marques dos SANTOS

- 12 Fernando de Azevedo dirigiu a Instrução Pública no Distrito Federal entre 1927 e 1930, quando promoveu ampla reforma educacional. Foi Diretor Geral da Instrução Pública de São Paulo, promulgando o Código de Educação do Estado de São Paulo (1933). Em 1934 participou da fundação da Universidade do Estado de São Paulo, na qual foi Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e catedrático de Sociologia; em 1935, com a fundação da Sociedade Brasileira de Sociologia, tornou-se seu presidente. FAVERO e BRITO, 1999, p.183. Foi Relator do Manifesto dos Pioneiros da Educação.
- 13 Anísio Teixeira: em 1924 foi Diretor da Instrução Pública do Estado da Bahia; de 1931 a 1935, Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal. Em 1935 criou a Universidade do Distrito Federal. De 1947 a 1951 foi Secretário da Educação do Governo da Bahia. Membro do Conselho Federal de Educação de 1962 a 1968.
- 14 Demerval SAVIANI, *História das idéias pedagógicas no Brasil*, São Paulo, Campinas, Autores Associados, 2007, p. 216.
- 15 Importante documento assinado em 1932 por educadores brasileiros comprometidos com a reconstrução nacional e a reflexão sobre o papel da escola pública no processo de democratização do acesso à educação.
- 16 “Durante a gestão de Anísio Teixeira (1931-1935), a Diretoria Geral de Instrução Pública foi transformada em Departamento de Educação e depois em Secretaria de Educação e Cultura”, SAVIANI, cit., p. 218. Anísio Teixeira assumiu em 1931 a Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal, à convite do prefeito Pedro Ernesto Batista.
- 17 Em 1930 Anísio Teixeira publicou a tradução de dois trabalhos de John Dewey: “A criança e o programa escolar” e “Interesse e esforço”, reunidos no livro intitulado *Vida e Educação*.
- 18 Elza NADAI, “Estudos Sociais no Primeiro Grau”, MEC, *Revista Em Aberto*, Brasília, v. 7, n.37, 1988, p. 4.
- 19 John DEWEY, *Vida e Educação*, 3ª ed., São Paulo, Melhoramentos, 1952.
- 20 Delgado de CARVALHO, Introdução ..., cit., p.15.
- 21 Ibid.
- 22 Fernando Azevedo publicou em 1940 o livro *Sociologia Educacional*, onde apresentava uma nova maneira de pensar a educação no Brasil que introduzia a visão das questões educacionais como fenômenos sociais.
- 23 Destacamos que alguns dos educadores, expoentes da Escola Nova no Brasil no início do século XX, foram também os introdutores da sociologia na educação brasileira – como Delgado de Carvalho e Fernando Azevedo, entre outros.
- 24 Carlos Otávio MOREIRA, “Educação entre o indivíduo e a sociedade”, Zaia BRANDÃO e Ana Waleska MENDONÇA (org), *Por que não lemos Anísio Teixeira: uma tradição esquecida*, Rio de Janeiro, Ed. Ravil, Escola de Professores (Uma realização das escolas EDEM, OGA MITÁ e Senador Correia), 1997, Coleção da Escola de Professores.
- 25 Elza Nadai, cit., p.2.
- 26 Delgado de CARVALHO, Introdução, cit., p.11.
- 27 Ana MONTEIRO, *Ensino de História: entre saberes e práticas*, Tese de Doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2002.
- 28 Delgado de CARVALHO, Introdução ..., cit.
- 29 Delgado de CARVALHO, “Os Estudos Sociais no Curso Secundário”, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, 1953, p. 54.
- 30 Ibid., pp. 54-55.
- 31 Ibid., 56.
- 32 Ibid.
- 33 A edição de 1970 não apresenta alterações significativas em relação à primeira.
- 34 Delgado de CARVALHO, Introdução ..., cit., p. 12.
- 35 Ibid., p. 16.
- 36 Ibid., p.55.
- 37 Ibid., p.58.
- 38 O autor afirma que a distinção entre Ciências Sociais e Estudos Sociais ficou estabelecida quando da criação da Comissão de Estudos Sociais, em 1916, pela *National Education Association*. Essa mesma

A concepção educacional do professor e intelectual Delgado de Carvalho
Beatriz Boclin Marques dos SANTOS

associação criou em 1921 o Conselho Nacional de Estudos Sociais, estabelecendo assim, definitivamente, a distinção entre os dois termos.

39 Delgado de CARVALHO, Introdução..., cit., p.12.

40 Ibid., p. 61.

41 Ibid., p.67.

42 Ibid., p. 69.

43 *Teaching the Social Studies*, 1942.

44 Delgado de CARVALHO, Introdução ..., cit., p.71.

45 Ibid., p.73.

46 Ibid.

Ariano Suassuna. As apropriações da cultura popular: as experiências com o Teatro de Estudantes, o Centro de Cultura Popular e o Movimento Armorial

*Christiane Marques Szesz**

Nos anos 1970, Ariano Suassuna assumiu o cargo de diretor de Extensão Cultural da Universidade Federal de Pernambuco e promoveu uma grande reflexão sobre as fundações da cultura brasileira. Neste mesmo contexto, chegou a sustentar que o trabalho que estava realizando no *Movimento Armorial* fazia parte de um antigo projeto que tentava concretizar desde 1946.

Ariano Suassuna teve contato com a cultura popular desde muito pequeno.

“Meu pai tinha um excepcional gosto por poesia popular, e a biblioteca que ele me deixou exerceu uma influência forte na minha formação eu via cantoria desde muito menino. Certa vez, vi um grande cantador chamado Antonio Marinho. Além de improvisar versos nessa cantoria, ele cantou um folheto seu que sabia de memória. Nesse texto havia a presença de elementos fantásticos, uma aparição. Foi algo que me impressionou muito. Depois dali eu passei a ouvir cantadores na feira de Taperoá e lá vi, pela primeira vez, uma apresentação de mamulengos, o teatro de bonecos do Nordeste”¹

Foi, porém, nos anos de 1940 que Ariano Suassuna iniciou sua pesquisa sistemática sobre a cultura popular.² Em 1945, por exemplo, fundou o Teatro de Estudante de Pernambuco, junto com Hermilo Borba Filho. Este teatro estudantil trabalharia com temas da forma popular de cultura.

O *Teatro de Estudante* foi uma criação de Paschoal Carlos Magno. Pretendia-se inicialmente com esse projeto trazer para o palco autores nacionais. Considerava-se que o público de teatro daquela época estava acostumado apenas com a encenação de peças estrangeiras que estavam muito distantes dos problemas regionais. Isso não era peculiar só ao Recife. No Rio de Janeiro e em São Paulo, nos anos 1940, assistia-se a peças que faziam sucesso em Nova York, Paris e Londres. Alguns teatrólogos começaram a se opor às encenações de peças desvinculadas da realidade brasileira.³ Paschoal Carlos

* Professora Adjunta da Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR, Doutora pela UnB.

Magno descreve as mudanças provocadas no teatro e na cultura brasileira com essas experiências:

“O Teatro de Estudante nasceu de minha mais total loucura. Eu tinha chegado da Europa e via aqui a situação melancólica do teatro brasileiro, um teatro sem muita orientação técnica, representado por atores e atrizes sem a menor preparação. Digo melancólico, porque havia uma crescente ausência. [...] Acho que a coisa mais importante do Teatro de Estudante, nessa época, foi impor a língua brasileira no nosso palco. Naquele tempo, o ator nacional falava português com um terrível sotaque lusitano. Um ator famoso da época, O Leopoldo Fróes, quem o ouvisse interpretando, pensava ser um lisboeta exilado no Brasil. Todos os seus colegas de trabalho falavam e se movimentavam em cena como se fossem portugueses exilados entre nós”.⁴

Em Pernambuco, o Teatro de Estudante ganhou especificidades.⁵ Seus integrantes diziam que o teatro devia ser representado para o povo: ou seja, os temas deveriam ser os do folheto da literatura popular em verso, da poesia épica, trágica, cômica, passional, que o povo ouvia nos versos contados pelos cegos nas feiras. Em 1945, em uma conferência sobre o teatro e a arte popular, Hermilo Borba Filho não vacilou em afirmar “que o poema dramático de Garcia Lorca, *Bodas De Sangue*, não tinha a potencialidade da história da Maria Bonita, Lampião, Antonio Conselheiro, Zumbi”,⁶ dos heróis dos folhetos populares. Hermilo Borba Filho considera que havia uma repercussão muito grande desses poemas sobre o público. E declara que a utilização da forma popular de cultura pelos escritores cultos seria o meio para atrair os não letrados para o teatro. Para Hermilo era necessário que se fizesse o teatro com esse material pois através disso “a multidão sairia das feiras para as casas de espetáculo... Que se acostume primeiro o povo com seus dramas que vivem dentro do seu sangue”.⁷ Hermilo Borba Filho estabeleceu, mais tarde, um balanço da ação do Teatro de Estudante de Pernambuco, que confirmou seu importante papel para despertar os artistas e criadores para a função da cultura popular: Para Hermilo o TEP estimulou, fundou e encenou as primeiras manifestações de uma dramaturgia nordestina inspirada em mitos e no romanceiro nordestino. O teatro de Estudante sem dinheiro e apoio formou autores, encenadores, cenógrafos, pintores, músicos, poetas novelistas, estudiosos das tradições e artes do povo. Criou também uma editora e lançou livros.⁸

O objetivo do Teatro de Estudante era popularizar o teatro. Hermilo Borba Filho defendia que era preciso fazer com que o povo assistisse apresentações teatrais sem a impressão de se estar diante de uma cópia ou de uma caricatura da vida. Os estudantes queriam mudanças nas representações teatrais e procuraram abolir, sempre que era possível, os cenários pintados. Já nos anos 1940, Gilberto Freyre, Hermilo Borba Filho e José Otávio Freitas Jr. participaram da II Semana de Cultura Nacional. Hermilo Borba Filho fez uma palestra e falou sobre a necessidade de se levar o teatro para espaços públicos: “O teatro brasileiro tem vivido fechado nas casas de espetáculos, caro e inacessível ao bolso da maioria. O nosso teatro precisa de umas férias. Precisa tomar ar,

respirar a plenos pulmões”.⁹ Propunha encenações nos “centros operários, fábricas, cidades do interior, sanatórios e presídios, redemocratizando o teatro”.¹⁰

O grupo de teatro dos estudantes montou espetáculos gratuitos na Praça Treze de Maio.¹¹ O Teatro de Estudante modificou as encenações. As apresentações, que antes eram feitas em palcos formais, foram substituídas por encenações ao ar livre na *Barraca*.¹² Os estudantes representavam peças de escritores estrangeiros como Shakespeare, Marivaux, Sófocles, Molière, Gil Vicente, Ibsen, Garcia Lorca, e também de autores locais.¹³ A primeira série de espetáculos foi inaugurada com o texto de Hermilo Borba Filho, *João Sem Terra*, em 12 de agosto de 1952.¹⁴

O principal compromisso do Teatro Estudantil de Pernambuco, e de Ariano Suassuna, era com a forma popular de cultura. Esse compromisso tornou-se explícito em 1946, quando Ariano organizou um encontro de cantadores no Teatro Santa Isabel.¹⁵ Em 1947, o grupo conheceu o mamulengueiro Cheiroso. Cheiroso trabalhava nos mercados e feiras de Pernambuco, há vários anos, quando foi descoberto pelo pintor Augusto Rodrigues, que o apresentou ao Teatro Estudantil de Pernambuco. Em 1947, para preparar um ciclo de representações populares, o TEP realizou uma mesa redonda da qual participam o poeta e folclorista Ascenso Ferreira, o mamulengueiro Cheiroso,¹⁶ o poeta popular João Martins de Athayde, Antônio Pereira, capitão do famoso bumba-meu-boi, cantadores, artistas de circo, escritores e estudantes. Sob a orientação de Cheiroso, o Teatro Estudantil de Pernambuco criou um departamento de bonecos. Com cenários de Aluísio Magalhães e os bonecos de Cheiroso, apresentou-se a farsa de Garcia Lorca *O amor de Dom Perlimplim e de Belisa em seu jardim*.¹⁷

Na *Barraca* os estudantes lançaram, em 1948, as primeiras peças dos seus dramaturgos. Elas foram extraídas de lendas nordestinas e encenadas por bonecos-luva do teatro de mamulengo tradicional.

Além destas experiências, criaram-se outros vínculos com a tradição através de debates públicos em mesas redondas, e da promoção de espetáculos folclóricos. Segundo Joel Pontes, vários intelectuais participaram do evento:

“Barreto Jr. falou sobre a chanchada; Suzana Rodrigues, sobre o teatro de bonecos; Augusto Rodrigues, sobre a caricatura; Martim Gonçalves, sobre o teatro europeu; Silvino Lopes, sobre suas recordações de autor dramático. (...) Os espetáculos folclóricos foram bumba-meu-boi, mamulengo e exibições de passistas. Realizaram-se a título de estudo, para o próprio pessoal de TEP, e de recepção a amigos de passagem pelo Recife: Paschoal Carlos Magno, Rubem Braga, Tônia Carrero, Aníbal Machado”.¹⁸

Através dessa experiência, Ariano Suassuna passou a escrever peças fundadas em textos folclóricos para o Teatro de Estudante de Pernambuco. Em 1948, escreveu *Uma mulher Vestida de Sol e Cantam a Harpas de Sião*. Um ano depois, lançou mais duas peças, *Os homens de barro* e *Auto de João da Cruz*. Em 1953, escreveu um entremez para mamulengo: *Torturas de um Coração* ou *Em boca fechada não entra mosquito*.¹⁹

Em 1953, o Teatro de Estudantes de Pernambuco encerrou suas atividades. Cinco anos depois, Ariano Suassuna lançaria o *Auto da Compadecida*.

Desde sua primeira peça, *Uma mulher vestida de Sol*,²⁰ Ariano Suassuna já havia manifestado a grande preocupação com sua apropriação literária de temas do Romancero. Entretanto, foi com o *Auto da Compadecida* que realizou a experiência de forma mais concreta ao transpor para o teatro elementos da literatura e dos espetáculos folclóricos como o bumba-meu-boi e o teatro de mamulengo.²¹

O próprio Suassuna, ao responder a uma crítica, comentou as fontes folclóricas de sua dramaturgia no artigo *Um plagiário confesso*:

“Para falar a verdade e como o título deste artigo à farta, não tenho dúvida em confessar que sou plagiário consumado. Faço-o sem nenhuma dificuldade. Sempre fui o primeiro a dizer que o *Auto da Compadecida* era baseado em histórias populares anônimas do nordeste. Peço somente licença a Raimundo Magalhães Júnior para não aceitar sua tese de que me apropriei do que era “bem engendrado”, isto é, de Le Sage. Se o tivesse feito não me importaria dizê-lo. O valor de uma peça não fica diminuído pelo fato de ser baseado numa simples anedota. Porque teatro é uma coisa muito diferente. Entretanto, faço questão de dizer que plagiei foi um romance popular nordestino. E se exijo que se diga isto, é porque o indivíduo genial que criou o romance nosso é, como pessoa, muito maior artista que Le Sage. Pelo menos a se tirar pelos dois textos que podemos comparar agora. A anedota de Le Sage, como Raimundo Magalhães a conta é incrivelmente sem graça. O romance do nordestino, muito pelo contrário, é vivo e engraçado, de qualidade muito superior. Porque o que ele tem de melhor é exatamente o fato da repetição, isto é, o padre que condena o enterro do cachorro em latim e, depois de subornado, concorda com ele, logo seguido pelo bispo, que age de modo absolutamente igual. Essa repetição foi o que mais me impressionou no romance popular nordestino. Aproveitei-a logo, acrescentando, inclusive, mais um degrau na hierarquia, que em minha peça é formada pelo trio sacristão-padre-bispo. E grande parte do cômico do primeiro ato é devida a essa repetição mecanizada, um dos processos de fabricação do cômico mais eficiente desde os tempos de Plauto e já observado com maior agudeza por Bérqson, na sua teoria para explicar o cômico. Foi aliás, coisa que sempre me interessou, na minha peça .

Ora, eu sempre afirmei que minha peça se baseava nestas histórias. Apenas sempre conheci a do cachorro como anônimo, fato que provarei. Mas quero dizer logo que se Raimundo de Magalhães Júnior pensa que surpreende todos os plágios de minha peça, está enganado; a história do gato também é plagiada de outra popular nordestina - se os historiadores vão descobrir autor erudito para ela ou não, é coisa que não sei - o terceiro ato é moldado num auto popular nordestino *O Castigo da Soberba* e algumas cenas da peça são cópia fiel dos processos cômicos de Plauto, Molière, Shakespeare, etc. E cito como exemplo o quiproquó moldada numa famosa de aulária de Plauto”.²²

Com o fim do Teatro de Estudantes, Ariano Suassuna e Hermilo Borba Filho criaram, em Recife, o *Centro de Cultura Popular*.

O primeiro Centro Popular de Cultura surgiu em 1961 no Rio de Janeiro.²³ O Centro Popular de Cultura era ligado à UNE, à época sob influência do Partido Comunista Brasileiro. Os Centros Populares de Cultura pretendiam difundir a consciência de classe junto às camadas oprimidas,²⁴ através de uma estratégica cultura nacional-populista.²⁵

O surgimento do CPC é consequência de um grande debate sobre a ideologia nacionalista²⁶ dos anos 1950 e 1960: o nacional-popular. Esse debate influenciou instituições, partidos e movimentos sociais. Para o Partido Comunista Brasileiro a construção dessa ideologia nacionalista significava organizar unidades políticas para realizar uma revolução anti-imperialismo e nacional-democrática.²⁷

Esse projeto se manifestou, na área da produção artística e cultural, na constituição de uma pedagogia estética voltada para a classe média intelectualizada adaptar o nacional-popular. Ferreira Gullar, integrante do CPC, nota que “naquele momento não se tinha muito claro essas teorias do nacional popular, ninguém pensava nisso”.²⁸ Ele acrescenta, porém: “nós achávamos que devíamos valorizar a cultura brasileira, que devíamos fazer um teatro que tivesse raízes na cultura brasileira, no povo, na criatividade brasileira”.²⁹

Como mesmo no CPC, porém, já havia um contexto de debate sobre o nacional-popular, que induziu atores, escritores, dramaturgos, diretores, produtores e companhias teatrais a politizarem o teatro³⁰, é o que ocorre com o Teatro Arena.

Segundo narra Sábato Magaldi, o teatro brasileiro dos anos 1950 e 1960, apesar dos esforços de Pascoal Carlos Magno e do Teatro de Estudante, continuava com um repertório concentrado nos clássicos europeus.³¹ O Teatro Brasileiro de Comédia foi o mais criticado por essa vertente engajada do teatro brasileiro.³² A crítica era feita pelo Teatro Arena. Este grupo, após se unir ao Teatro Paulista de Estudante, procurou, além de lutar contra as pressões econômico-financeiras e a concorrência das grandes empresas de teatro, fundar uma identidade própria, uma identidade alicerçada na arte cênica e na dramaturgia brasileiras.

O Teatro Arena também estava interessado no teatro nacional-popular.³³ Em 1959, Gianfrancesco Guarniere, após contato com Oduvaldo Viana Filho, publicou o artigo *O teatro como expressão da realidade nacional*. Neste texto delimitava os pressupostos teóricos da arte e do teatro nacional-popular. Para ele, “a obra dos novos autores brasileiros demonstra claramente a necessidade geral de tratar de temas sociais, problemas do nosso povo em nosso tempo, o que nos dá a medida de quanto nossa juventude se aflige com os problemas atuais e quanto os artistas jovens procuram participar dessas lutas”.³⁴

Alguns integrantes do Teatro Arena começaram a se identificar com o vocabulário marxista.³⁵ Oduvaldo Viana Filho, junto com Carlos Estevam e Leon Hirszman, redigiram por exemplo a peça *A mais valia vai acabar*. Eles também propuseram à direção da UNE a realização de um curso de filosofia no Teatro da Faculdade Nacional de Arquitetura do Rio de Janeiro. Ao distanciarem-se do Teatro Arena fundaram o CPC.³⁶

Embora existissem divergências sobre o conceito de *popular*, de forma geral o projeto estético do Centro Popular de Cultura no Rio de Janeiro baseava-se na visão revolucionária da realidade brasileira³⁷. Segundo Celso Favaretto o popular nos anos 1960 estava vinculada a um projeto nacionalista e a ênfase desse nacionalismo se expressava na conquista da autonomia econômica e política do país. Vinha desse projeto a defesa da cultura nacional³⁸. Segundo os membros do CPC, só havia três alternativas para os artistas e intelectuais: o conformismo, o inconformismo e a atitude revolucionária. Para Estevam Martins, um dos líderes do movimento de cultura popular, a negação da ideologia opressora caracterizada pelo inconformismo era insuficiente para a ação revolucionária. Para Oduvaldo Viana Filho, “o [Teatro] Arena, sem contato com as camadas revolucionárias de nossa sociedade, não chegou a armar um teatro de ação, armou um teatro inconformado”.³⁹ No manifesto de fundação do CPC, é dito que os intelectuais do CPC “optaram por ser povo, por ser parte integrante do povo, destacamentos de seu exército no *front* cultural”.⁴⁰ Surgiu, desse modo, um novo tipo de artista que defendia a escolha pela arte revolucionária vista como instrumento a serviço de uma devoção revolucionária. Nesse projeto propunha-se abandonar a ilusória liberdade abstrata de obras sem conteúdo, para voltar-se coletiva e didaticamente a obras que promovessem a conscientização transformadora.⁴¹ Para isso, Carlos Estevam Martins diferenciava a arte popular a partir de três formas: a arte do povo,⁴² a arte popular e a arte popular revolucionária.⁴³ Para Carlos Estevam Martins, “a arte do povo e a arte popular quando consideradas de um ponto de vista cultural rigoroso dificilmente poderiam merecer a denominação de arte; por outro lado, quando consideradas do ponto de vista do CPC de modo algum podem merecer a denominação popular ou do povo”.⁴⁴ Desse modo, “só se pode falar de uma arte do povo e de uma arte popular porque se tem em vista uma outra arte ao lado delas, ou seja, a arte destinada aos circuitos culturais não populares”.⁴⁵ Os integrantes dos centros populares de cultura faziam arte popular revolucionária, e acreditavam que este era o único caminho para transformar a sociedade.⁴⁶ Carlos Estevam considerava que arte do povo, produto de comunidades atrasadas, e a arte popular, produzida por um grupo de especialistas, era consumida por uma massa passiva, consolidavam a dominação burguesa, e eram a expressões de alienação.⁴⁷ Desse modo, os integrantes dos centros populares de cultura se propuseram a realizar uma arte como forma de conscientização popular.⁴⁸

O conceito *popular* aparece nos manifestos do CPC. Seu significado, entretanto, aponta para uma interpretação distinta daquela adotada pelos folcloristas. Para Carlos Estevam Martins:

“a cultura que o CPC propõe-se levar ao povo é aquela que seus membros chamam de cultura para a libertação. Trata-se da utilização de vanguarda cultural para a conscientização do povo, o que lhe facultará, posteriormente, a tomada de poder. A cultura para a libertação é portanto, como podemos inferir, uma cultura essencialmente política”.⁴⁹

Um dos principais objetivos do CPC foi determinar a diferença entre o popular e o folclórico.⁵⁰ Estes conceitos haviam sido apresentados como sinônimos pela geração

anterior. Ferreira Gullar, na introdução do livro *Cultura posta em questão*, define o popular como uma coisa nova no contexto histórico brasileiro.⁵¹

O CPC e a UNE eram os promotores do popular e, para tanto, convocam a intelectualidade para participar ativamente do processo revolucionário que estava nascendo no Brasil. A primeira batalha da intelectualidade pelo nacional-popular foi travada contra o imperialismo.

Além de aproximar o debate sobre a cultura entre a intelectualidade carioca e paulista, o Centro Popular de Cultura também tratou da questão da forma popular de cultura em Recife, nos anos 1960. No Recife o Movimento de Cultura Popular foi fundado por Ariano Suassuna, Hermilo Borba Filho, Luís Mendonça, Paulo Freire e Germano Coelho⁵². Segundo Celso de Rui Beisiegel havia um importante grupo de esquerda em Recife vinculados a Miguel Arraes e Paulo Freyre. “*Paulo trabaja em Recife, Pernambuco, em la Frente Amplia, un grupo de intelectuales católicos, comunistas y todos los sectores progressistas de Pernambuco em torno a Miguel Arraes*”.⁵³ Em Recife o Movimento de Cultura Popular (MCP) também estava empenhado no projeto de desalienação do povo brasileiro,⁵⁴ mas apresentava uma abordagem diferenciada sobre a forma popular de cultura, entendida como guardiã das tradições brasileiras. Tal movimento propunha, por exemplo, um intercâmbio entre a intelectualidade e o povo. Germano Coelho, presidente da MCP, assim se referiu ao relacionamento dos intelectuais com o povo:

“... o que eles (o povo) precisavam da gente, o que a gente poderia dar a eles era conhecimento técnico e ciência. Porque isso é o que a gente adquiriu na universidade. Mas em compensação, tudo o mais a gente tinha para receber do nosso povo. Então, não era um relacionamento no qual nós fôssemos intermediários, no qual nós fôssemos os doadores. Sabíamos exatamente que a experiência resultaria num processo de nacionalização nossa. Sairíamos menos alienados e iríamos aprender isto com eles”.⁵⁵

Apesar de propor uma integração entre a intelectualidade e o povo, no discurso dos integrantes do MCP, o povo aparece como massa desprovida de conhecimento, gente cuja cultura é despossuída de saber. O MCP em Recife atuava no papel de vanguarda e como tal organizou uma série de eventos e movimentos para efetuar uma comunicação eficiente com o povo. Entre os projetos estava a proposta de alfabetização para adultos e a realização de festas de São João e espetáculos teatrais. Paulo Freyre, por exemplo, utilizou o cançãoeiro para implementar seu projeto de alfabetização. As atividades culturais e educacionais eram usadas como forma educativa para ampliar a visão crítica do povo frente à realidade social.

O MCP em Recife definiu a função da forma popular de cultura: ela serviria para promover a desalienação cultural. Nesta perspectiva, o artista popular deveria assumir uma postura crítica em relação a esta realidade e expressá-la criticamente.

A partir do Movimento de Cultura Popular, Ariano Suassuna e Hermilo Borba Filho criaram o *Teatro Popular do Nordeste*. Em 1961, esse grupo imprimiu um manifesto onde se propôs a reagir contra um teatro sem ligações com a realidade local.⁵⁶ No

Teatro Popular do Nordeste o grupo se propôs “fazer uma arte popular total, fundamentada na tradição e na dramaturgia do Nordeste”.⁵⁷

O Teatro Popular do Nordeste incluiu em seu repertório os trágicos gregos, a comédia latina, o teatro religioso medieval, o teatro elisabetano, a tragédia francesa, o mundo de Molière, Antonio José da Silva, Goethe, Schiller, Martins Pena, Ariano Suassuna, Osman Lins e Luiz Marinho. Incluiu ainda temas debatidos pelos regionalistas. Diz o texto de fundação:

“Temos preferência pelos textos nacionais, em geral, e nordestino em particular: é natural que o povo nordestino queira se reconhecer em seu teatro, numa purgação que lhe é oferecida através de peças forjadas, não só nos seus problemas, mas no total de seu mundo e de sua linguagem, devidamente transfigurado pela arte”.⁵⁸

Ariano Suassuna foi sócio fundador do MCP e do TPN e, em 1963, desligou-se do MCP. No romance *A Pedra do Reino*, publicada em 1971, encontram-se algumas influências deste período, como o questionamento ao imperialismo norte-americano representado pela invasão econômica e cultural no Brasil dos anos 1960.⁵⁹ Suassuna alegou, porém, que discordava da elaboração artística como um projeto político educacional. Em 1963, por exemplo, publicou no jornal *Ultima Hora* um artigo onde fez críticas aos educadores envolvidos com a cultura popular. Para Ariano, os educadores seduzidos pelo programa de libertação do povo começam a proferir sentenças condenatórias contra os artistas que não seguiam os programas do movimento. Sob este aspecto Ariano conta que um escritor marxista havia chamado Dostoiévski de reacionário. Para Suassuna essas condenações eram “de uma estreiteza e de um sectarismo que seriam ridículo se não trouxessem tanto mal”. E acrescenta: “Digo isso porque, boa ou má, minha arte se enfileira no grupo dos artistas ligados à arte do povo: nem por isso vou julgar ilegítima a daqueles que preferem outras maneiras. Quem me deu procuração para distribuir certificados de legitimidade?”.⁶⁰

Ao se distanciar do Movimento de Cultura Popular, Suassuna criaria na década de 1970 o *Movimento Armorial*.

Para Ariano Suassuna o Armorial seria um movimento de resistência da cultura popular:

“Não sei se o pessoal do Sul já se apercebeu suficientemente da importância, para o Brasil, do movimento artístico que está se realizando atualmente no Nordeste. Os escritores e artistas nordestinos não se preocupam com a crise que, segundo os alarmistas, vai exterminando a cultura brasileira. E, enquanto os do Sul, parece que apavorados por essa notícia criada artificialmente, vão entrando pelos becos-sem-saída do desespero, do vanguardismo, do som universal, da arte cosmopolita, os nordestinos vão levando adiante seu trabalho criador de modo cada vez atuante, mais profundo, mais ligado às raízes da cultura brasileira.”⁶¹

Para o escritor a arte armorial tinha sua especificidade na forma popular de cultura, pois seria aquela arte:

“... que tem como traço comum principal a ligação com o espírito mágico dos folhetos do romanceiro popular do Nordeste (literatura de Cordel), com a Música de viola, rabeca ou pífano que acompanha seus cantares, e com a xilogravura, que ilustra suas capas, assim como o espírito e as formas de artes e espetáculos populares com este mesmo romanceiro relacionados.”⁶²

Segundo o escritor Ariano Suassuna o *Armorial* tinha como propósito a construção de uma arte universal a partir das raízes populares da cultura brasileira. Os integrantes do grupo consideravam que a expressão mais autêntica da cultura brasileira estava na forma popular de cultura. Na perspectiva do movimento Armorial, tal cultura era fruto da fusão das culturas indígena, negra e europeia (ibérica). A região nordestina teria sido o espaço geográfico que manteve as características puras e definidoras da cultura brasileira. A região nordestina, e, de forma específica, o sertão é a matéria-prima das pesquisas artísticas armoriais. Para os integrantes do movimento Armorial, o Nordeste havia preservado uma forma autêntica de cultura. Nos folhetos do romanceiro popular e na poesia dos cantadores estaria a formação da cultura brasileira. Assim, caberia ao artista armorial estudar os elementos ibéricos e folclóricos presentes nessa cultura e recriá-los na literatura, na pintura e na música.⁶³

Como é perceptível, Suassuna rompe com os termos do debate de sua própria época, e cria instrumentos conceituais inovadores para se apropriar dos objetos da forma popular de cultura.

Sua ação prática representa um posicionamento teórico expresso, por exemplo, em texto do jornal *Correio da Manhã*, de 8 setembro 1971. Neste texto Suassuna critica a tradicional divisão entre popular e erudito em termos de superior e inferior. Para ele trata-se mais de mera diferença de expressão cultural. Nas suas palavras:

“Esse preconceito começa a ser demonstrado pela divisão em literatura popular e literatura erudita. E continua com o julgamento feito em termos de valor e não de diferença. Em termos de hierarquia, como se a literatura erudita fosse superior, quando, a meu ver, a questão é só de diferença”.

“Pode acontecer que uma literatura erudita seja superior a uma literatura popular. Mas pode acontecer o contrário, também. E, às vezes, numa grande obra, a gente encontra a vertente de várias correntes - ora eruditas, ora populares”.⁶⁴

Para Suassuna, a influência da tradição sobre a forma popular de cultura é um processo dinâmico através do qual essa última incorpora elementos do dia-a-dia, ou até mesmo da cultura erudita, sem descaracterizar-se.

Tal noção é totalmente inovadora para a década de 1970. No Brasil do período tal projeto é fortemente influenciado pela concepção cultural do Partido Comunista, que vê o popular como heresia obscura passível das luzes da revolução operária.

É precisamente a reação contra este projeto de domínio intelectual que estimula Suassuna a pensar a cultura brasileira como a confluência de duas fontes: uma universal e outra particular. Isso é perceptível, por exemplo, em sua reflexão sobre o teatro

publicada no jornal *A Tribuna*, em 1965 (*Genealogia nobiliárquica do teatro brasileiro*). Aqui Suassuna afirma que o teatro no Brasil, e em particular no Nordeste, é produto de duas vertentes: uma tradição popular, e uma manifestação teatral de todo o mundo. Essa tradição do espetáculo popular, que tem formas variadas tanto no litoral quando no sertão, ora apresenta influências de:

"nossas origens ibéricas - como o auto popular da '*Nau Catarineta*' e '*Cheganças*' (ainda baseadas nas lutas de cristãos e mouros da Península) -, ora reinventadas pela 'civilização do açúcar' do litoral ou pela 'do couro' do sertão, como o bumba-meu-boi; sem se falar no teatro popular de bonecos - o mamulengo".⁶⁵

É precisamente a junção desses elementos que Suassuna denomina o *Grande Romanceiro Moderno da Língua Portuguesa*.⁶⁶ ou seja, a união entre o mamulengo e o bumba-meu-boi, de modo a complementar o folheto e os romances. São esses os elementos que constituem o Romanceiro na poética de Suassuna.

Ao discutir o nome adequado dessa literatura popular, se *Romanceiro Popular do Nordeste* ou *Literatura de cordel*, Suassuna defende sua preferência pelo primeiro por ele representar a herança do *Romanceiro medieval ibérico*. E complementa: "no Sertão, ainda hoje, cantam-se [provável referência a oralidade] vários romances ibéricos sobreviventes, aqueles mesmos constantes das coletâneas organizadas por Silvio Romero e Antonio Lopes".⁶⁷

A apropriação de fontes artísticas tão distintas é um dos pontos mais controversos do projeto estético de Suassuna. Ele constantemente reafirma que seu trabalho de poeta, teatrólogo e escritor resume-se a um projeto estético que busca a unidade entre a forma popular de cultura e os clássicos da cultura ocidental. Ele sempre ressalta seus vínculos com a literatura popular do Nordeste, que chama *Romanceiro Popular Nordestino*. Para Suassuna, as histórias e mitos do Romanceiro estão fundados nos folhetos e nas histórias dos cantadores:

"Os folhetos e romances dos Cantadores têm a dupla vantagem de, ao mesmo tempo, nos religarem à tradição mediterrânea - pois muitos dos seus temas vieram de lá -- e nos apontarem um caminho de renovação e atualização perenes, um caminho pelo qual podemos evitar os problemas de uma Arte imobilizada, fechada, de uma Arte exausta e cerebralizada, hoje colocada num beco-sem-saída, como acontece, sem dúvida, com a Arte e a Literatura contemporâneas 'de vanguarda' da Europa".⁶⁸

Suassuna prefere o termo *Romanceiro* justamente por este abranger a oralidade, aspecto típico dos cantadores brasileiros (cujas histórias, ou romances, muitas vezes são impressos no formato de folhetos). O romanceiro seria, portanto, um modo de apropriação, ou, nas palavras de Suassuna, uma *transposição* ou *recriação brasileira* da cultura ibérica ou mediterrânica que foi exportada para o Brasil no século XVI.

Filmes, histórias populares antiquíssimas de origem árabe ou europeia -- sejam mediterrâneas, nórdicas ou de cavalaria -- romances brasileiros ou não, tragédias clássicas, comédias, sátiras, novelas de Boccaccio ou de Luigi da Porto -- tudo é absorvido pelo MODO do Romanceiro, recebendo um 'caráter', às vezes presente, mas às vezes ausente dos modelos; e sempre transformados, num caso ou noutro, quando da transposição ou recriação brasileiras...".⁶⁹

Para Suassuna, a literatura oral "constitui uma espécie de 'tradição viva', peculiar, fecunda, abridora de caminhos e fontes para uma Literatura erudita realmente nossa". Trata-se de uma rica literatura popular "em prosa ou em verso, oral ou de origem oral -- nos contos e recontos da Poesia improvisada dos Cantadores, ou na Literatura de cordel dos 'romances' e 'folhetos' impressos". Note-se o aspecto da oralidade, perceptível nos espetáculos do teatro vivo, como o mamulengo, o auto dos guerreiros, os pastoris, o bumba-meu-boi.⁷⁰

Suassuna elogia o Romanceiro Nordestino, fonte inesgotável que "nos recoloca no fecundo caminho ibérico, mouro-negro, asiático e mediterrâneo do qual somos herdeiros".⁷¹

Notas e referências

¹ Ariano SUASSUNA, "Ariano Suassuna: Eu sou é imperador", *Nossa História*, Ano 2, n. 14, novembro 2004, p. 50.

² *Ibid.*, p. 51.

³ Cf., Paschoal Carlos MAGNO, "O Teatro de Estudante", *Dionysos*, Rio de Janeiro, MEC, DAC- Funarte, Serviço Nacional de Teatro, n. 23, 1978, p.4.

⁴ *Ibid.*, p. 5.

⁵ Cf., Hermilo BORBA FILHO, "Um problema de Cultura Popular", *Ensaio*, Secretaria da Educação e Cultura do Estado Pernambuco, n. 1, jul/dez, 1970, pp. 71-87.

⁶ *Ibid.*

⁶ Cf., Paschoal Carlos MAGNO, "O Teatro de Estudante", cit., p. 5.

⁷ Hermilo BORBA FILHO, "Um problema de Cultura Popular", *Ensaio*, cit.

⁸ Cf., Paschoal Carlos MAGNO, "O Teatro de Estudante", cit., p. 5.

⁹ Joel PONTES, *O Teatro moderno em Pernambuco*, São Paulo, DESA, 1966, p. 68.

¹⁰ Gilberto Freyre escreveu um artigo que destaca o vínculo do Teatro de Estudante de Pernambuco com a cultura popular: "Uma vez aos estudantes que se tornassem uma espécie de traço de união entre as artes populares do Nordeste e a gente redondamente burguesa que desconhece ou despreza essas artes. [...] A sugestão encontrou apenas vagas simpatias. [...] Daí a surpresa com que acompanho há meses o esforço paciente dos estudantes e dos artistas e intelectuais jovens que, em Pernambuco, não só iniciaram, como mantêm o Teatro de estudante que é também um teatro para o povo. Estudantismo do bom. Populismo ou socialismo do melhor. [...] O mal do nosso teatro está no divertimento burguês ou só para burgueses ricos ou quase-ricos. Perdeu o contacto com o povo mais simples. É que "o povo" era para o teatro erudito do Brasil o negro, o escravo, a senzala, o caboclo, o moleque, a canalha, a língua errada - tudo que a escravidão só fez tornar desprezível. Daí a artificialização do nosso teatro numa caricatura de teatro, quase sem sentido humano, nem contacto com a terra. Pomposo, fechado, inumano. Pretexto para a exibição de decotes e de casacas, de jóias caras e de perfumes franceses, de rivalidades entre estudantes de cartola e caixeiros aliterados. Contra esse teatro artificial e de luxo que por muito tempo girou em torno da gordura ou da palidez, mais ou menos erótica das atrizes estrangeiras, mulheres também de luxo, é que os estudantes de Pernambuco estão opondo o seu: um teatro que pouco exige dos cenógrafos. Que não pede casaca nem decote. Que se faz debaixo das mangueiras ou nos pátios de igrejas como os velhos mamulengos e pastoris das festas populares. Dentro desse sentido humano e social popular e franciscano de teatro, é que os

estudantes de Pernambuco, com Hermilo Borba à frente estão levando à gente do povo, ao pernambucano mais simples, ao homem da rua, peças de Garcia Lorca. E encontrando da parte da gente do povo, interesse, e até entusiasmo por um teatro que parecendo todo novo tem alguma coisa do velho teatro português do tempo de Gil Vicente”. Cf. Joel PONTES, *O Teatro moderno em Pernambuco*, cit., p. 6 .

¹¹ Joel PONTES, id.

¹² O nome dado às formas de encenações, *A Barraca*, foi inspirada em Frederico Garcia Lorca e Eduardo Ugarte que, em 1932, criou em Madri um teatro universitário ambulante. O Teatro Estudantil de Pernambuco tornou-se, também, ambulante.

¹³ Paschoal Carlos MAGNO, “O Teatro de Estudante”, cit., p. 9.

¹⁴ Gustavo DÓRIA, “O Teatro Duse”, *Dionysos*. Rio de Janeiro: MEC, DAC, Funarte, Serviço Nacional de Teatro, n. 23, 1978, p. 47.

¹⁵ Hermilo BORBA FILHO, “Caminhos de um teatro popular”, *Diário de Pernambuco*, Recife, 28.11.1974, p. 11, n. especial do 150 aniversário.

¹⁶ Cheiroso foi o sucessor de um mamulengueiro famoso chamado de Doutor Babau. Cheiroso ganhou este apelido porque fabricava essências de odor forte, extraídas de flores, ervas e raízes, às quais vendia em pequenos frascos nas feiras de casa Amarela. Foi até os anos de 1940, o mais expressivo mamulengueiro atuante, influenciando Ginu e toda geração de mamulengueiros que a ele se seguiu. Cheiroso dava espetáculos em todas as festas populares de Recife. Ganhou projeção quando foi divulgado pelo pintor agosto Rodrigues fora de Pernambuco. Cf. Fernando Santos SANTOS, “Mestre Januário de Oliveira-Ginu-, Um mamulengueiro maior”, *Mamulengo: Revista da Associação Brasileira de Bonecos*, ano 4, n. 7, dezembro de 1978. p. 24.

¹⁷ Fernando Santos SANTOS, id.

¹⁸ Joel PONTES, *O teatro moderno em Pernambuco*, cit., p. 79.

¹⁹ Ariano SUASSUNA, “Pequena explicação sobre a peça”, *A pena e a lei*, Rio de Janeiro, Agir, 1971. p. 2.

²⁰ Esta peça tomou o romance de José de Souza Leão e tratou-o dramaticamente, procurando conservar o que havia de universal e de poético no romancista. Cf. Hermilo BORBA FILHO, “O Dramaturgo do Nordeste”, Ariano SUASSUNA, *Uma mulher vestida de sol*, Recife, Imprensa Universitária, 1964. p. 19.

²¹ Isso é perceptível em um depoimento de Ariano Suassuna: “Eu já tentara, com uma peça *Uma mulher vestida de sol* e com o *Auto de João da Cruz* um teatro ligado ao Romancista, um teatro mais poético do que realista. Mas não era ainda o que eu queria(...) De tal modo que foi , em 1955, eu retomava o caminho do Romancista e, com o *Auto da compadecida* fazia a primeira experiência para mim satisfatório, daquilo que seria, daí em diante, o meu caminho”. Ariano SUASSUNA, “Xilogravura popular do nordeste”, *Jornal Universitário*, s/1; agosto, 1960.

²² Ariano SUASSUNA, “Um plagiário confesso”, *Diário da Noite*, 27.04.1957.

²³ Fernando PEIXOTO (org.), *Vianinha: teatro televisão e política*, São Paulo, Brasiliense, 1983, pp. 90-95.

²⁴ Heloísa Buarque de HOLANDA, *Cultura e participação nos anos 60*, São Paulo, Brasiliense, 1982.

²⁵ Entre os anos 50 e 60 a esquerda brasileira passa a estabelecer uma relação entre política e cultura. Para melhor compreender é interessante observar um extrato do anteprojeto do manifesto do centro popular de cultura da UNE de março de 1962 “o que distingue os artistas e intelectuais do CPC dos demais grupos e movimentos existentes no país é a clara compreensão de que toda e qualquer manifestação cultural só poder ser adequadamente compreendida quando colocada sob a luz de suas relações como base material sobre a qual se erigem os processos culturais de superestrutura [...] Não ignorando as forças propulsoras que partindo da base econômica, determina em larga medida nossas ideias e nossa prática , não podemos ser vítimas das ilusões infundadas que convertem as obras dos artistas brasileiros em doces instrumentos da dominação, em lugar de serem como deveriam ser, as armas espirituais da libertação material e cultural do nosso povo(...) Os membros do CPC optaram por ser povo, por ser parte integrante do povo, destacamentos de seu exército no front cultural. Citado por H. B. de HOLLANDA, *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970*, São Paulo, Brasiliense, 1981, pp. 123-127.

²⁶ O vínculo com o ISEB era muito grande. Carlos Estevam Martins foi assistente de Álvaro Vieira Pinto e trabalhava no ISEB no momento em que assume a direção do CPC. Cf. Renato ORTIZ, *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, São Paulo, Brasiliense, 1985. p. 48.

²⁷ Ver declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro, março de 1958. In: PCB: vinte anos de política, 1958-1979: documentos, São Paulo, LECH, 1980, pp. 3-27.

- ²⁸ M. RIDENTI, *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC a era da TV*, Rio de Janeiro, Record, 2000, p. 128.
- ²⁹ Ibid.
- ³⁰ Marcos NAPOLITANO, “A arte engajada e seus públicos (1955/1968)”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 28, 2001, p. 1.
- ³¹ Sábato MAGALDI, *Um palco brasileiro: O Arena de São Paulo*, São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 7.
- ³² Cf. Renato ORTIZ, *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 48.
- ³³ Murilo Fernandes GABRIELLI, “Construção da identidade nacional na arte dos anos de 1960-1970, Angélica MADEIRA; Marisa VELOSO, *Descobertas do Brasil*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 2001, pp. 293-324.
- ³⁴ Gianfrancesco GUARNIERI, “O teatro como expressão da realidade nacional”, *Brasiliense*, São Paulo, n. 25, p. 121-126, set/out. 1959, p. 122.
- ³⁵ As reflexões em torno do tema da *mais valia* foi proporcionado pelo contato com O ISEB.
- ³⁶ Os integrantes do Arena migraram para CPC. Para Oduvaldo Viana Filho o teatro Arena havia se contentado apenas com a produção da cultura popular, mas não havia colocado diante de si a responsabilidade de divulgação ponto fundamental da atuação do CPC. Ver Heloísa Buarque HOLLANDA, *Impressões de viagem: cpc, vanguarda e desbunde*, cit, pp. 121-144. Ver o extrato de Rocha Filho In ROCHA FILHO et. al., Teatro Popular, *Cadernos Brasileiros*, v. 6, n. 3, pp. 40-55, maio/jun. 1964, Mesa Redonda, p. 43. Ver também Oduvaldo “Do Arena ao CPC(1962)”, F. PEIXOTO (org), *Vianinha: teatro, televisão e política*, São Paulo, Brasiliense, 1983. p. 93.
- ³⁷ Entre a fundação em 1961 e a extinção em março de 1964, três nomes integraram a direção do CPC. O primeiro, Carlos Estevam Martins o segundo, Carlos Diegues e por fim Ferreira Gular. De início o CPC pretendia manter e fortalecer o grupo formado com as apresentações da peça *A mais valia vai acabar*, *Seu Edgar* passou a apresentar dissidências na UNE. Nos anos de 1963 e 1964 formam-se duas correntes distintas no interior do CPC: uma corrente liderada por Oduvaldo Viana Filho e outra por Carlos Estevam Martins, esta vinculada às idéias e teses do manifesto do CPC. Cf. Jalusa BARCELLOS, *CPC da UNE: uma história de paixão e consciência*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994. pp. 89-90.
- ³⁸ Carlos Estevam Martins considerava que o que diferenciava os artistas e intelectuais do CPC dos demais grupos e movimentos existentes no país era “a clara compreensão de que todo e qualquer manifestação cultural só pode ser adequadamente compreendida quando colocada sob a luz de suas relações com a base material sobre a qual se erigem os processos culturais de superestrutura”. Carlos Estevam MARTINS, “Anteprojeto do manifesto do Centro Popular de Cultura redigido em março de 1962”, Heloísa Buarque de HOLLANDA, *Impressões de Viagem...* cit. p. 123.
- ³⁹ Oduvaldo VIANA FILHO, “Do Arena ao CPC”, Fernando PEIXOTO (org.) *Vianinha: teatro televisão e política*, São Paulo, Brasiliense, 1983. p. 93.
- ⁴⁰ Cf. Carlos Estevam MARTINS, Anteprojeto ..., cit., p. 123.
- ⁴¹ Idib., p. 126.
- ⁴² Para Carlos Estevam Martins “a arte do povo é tão desprovida de qualidade artística e de pretensões culturais que nunca vai além de uma tentativa tosca e desajeitada de exprimir fatos triviais dados à sensibilidade mais embotada. É ingênua e retardatária, e na realidade não tem outra função que a de satisfazer necessidades lúdicas e de ornamento. A arte popular, por sua vez, mais apurada e apresentando um grau de elaboração técnica superior não consegue entretanto atingir o nível de dignidade artística que a credenciasse como experiência legítima no campo da arte, pois a finalidade que a oriente é a de oferecer ao público um passatempo uma ocupação inconsequente para o lazer, não se colocando para ela jamais o projeto de enfrentar os problemas fundamentais da existência”. Cf. Carlos Estevam MARTINS, *A questão da cultura popular*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1963. pp. 90-91.
- ⁴³ Para Carlos Estevam Martins “a arte do povo é predominantemente um produto das comunidades economicamente atrasadas e floresce de preferência no meio rural ou em áreas urbanas que ainda não atingiram as formas de vida que acompanham a industrialização. O traço que maior define é que nela o artista não se distingue da massa consumidora. Artista e público vivem integrados no mesmo anonimato e o nível de elaboração artística é tão primário que o ato de criar não vai além de um simples ordenar de dados mais patentes da consciência popular atrasada. A arte popular, por sua vez, se distingue desta não só pelo seu público que é constituído pela população dos centros urbanos desenvolvidos, como também devido ao

aparecimento de uma divisão de trabalho que faz da massa a receptora improdutiva de obras que foram criadas por um grupo profissionalizado de especialistas. Os artistas se constituem assim num estrato diferenciado de seu público, o qual se apresenta no mercado como mero consumidor de bens cuja elaboração e divulgação escapam ao seu controle”. Cf. Carlos Estevam MARTINS, Anteprojeto ..., p. 129.

⁴⁴ Ibid., pp. 129-130.

⁴⁵ Ibid., p. 130.

⁴⁶ Ibid.

⁴⁷ Ibid.

⁴⁸ No manifesto do CPC Carlos Estevam afirma que os artistas e intelectuais cepecianos haviam escolhido a arte revolucionária pois ela era o único caminho para a construção da cultura popular e para chegar a transformação da realidade. Para Carlos Estevam a arte revolucionária do CPC “pretende ser popular quando se identifica com a aspiração fundamental do povo, quando se une ao esforço coletivo que visa dar cumprimento ao projeto de existência do povo o qual não pode ser outro senão o de deixar de ser povo tal como ele se apresenta na sociedade de classes, ou seja, um povo que não dirige a sociedade da qual ele é povo(...) Eis porque afirmamos que em nosso país e em nossa época, fora da arte política não há arte popular.” Uma das formas interessantes para se analisar a relação dos artistas, intelectuais e massas nos anos 60 se faz na compreensão da produção artística vinculada ao CPC como espécie de educação política e estética voltada para a constituição de uma intelectualidade engajada, capaz de conscientizar setores das classes médias sobre a pobreza e a miséria reinante no Brasil. O artigo Cultura popular: conceito e articulação- quem leva cultura, quem recebe cultura e o livro de Ferreira Gullar Cultura posta em questão apresentaram as diversas etapas a serem seguidas pelos integrantes do CPC. Cf. Carlos Estevam MARTINS, Anteprojeto ..., cit., p. 131. Ver também Marilena CHAUI, *Seminários*, São Paulo, Brasileirise. Ver, ainda, Marilena CHAUI, *Conformismo e resistência*, São Paulo, Brasileirise, 1986. p. 108.

⁴⁹ M. K. REIS, Centro de Cultura Popular, *Cadernos Brasileiros*, v. 5, n. 1, pp. 78-82, jan./fev. 196, p. 79.

⁵⁰ Essas críticas se referem Diz Carlos Estevam Martins “repudiamos a concepção romântica própria a tantos grupos de artistas brasileiros que se dedicam com singela abnegação a aproximar o povo da arte e para os quais a arte popular deve ser entendida como fomalizações das manifestações espontâneas do povo. Para tais grupos o povo se assemelha a algo assim como um pássaro ou uma flor, se reduz a um objeto estético cujo potencial de beleza, de força primitiva e de virtudes bíblicas ainda não foi devidamente explorado pela arte erudita.” Cf., Carlos Estevam MARTINS, Anteprojeto ..., cit., p.132.

⁵¹ Ferreira GULLAR, *Cultura posta em questão*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. p. 1. Para Renato Ortiz quando Ferreira Gullar afirma que a expressão “cultura popular” designa um fenômeno novo na vida brasileira quer dizer que a noção se desvincula do caráter conservador que lhe era atribuído anteriormente. Rompe-se, desta forma, a identidade forjada entre folclore e cultura popular. Enquanto o folclore é interpretado como sendo manifestações culturais de cunho tradicional, a noção de cultura popular é definida em termos exclusivos de transformação. Cf. Renato ORTIZ, *Cultura Brasileira e identidade nacional*, São Paulo, Brasiliense, 1985. p. 71.

⁵² Os remanescentes do Teatro Estudantil criam Teatro Popular do Nordeste. Hermilo volta a Recife e em contato com Ariano propõe a criação de um grupo de teatro popular. Segundo Hermilo o TPN “surgiu daquela conversa minha com Ariano. Cheguei ao Recife para ensinar no Curso de Teatro da Escola de Belas-Artes da Universidade. Resolvemos então pôr a idéia em prática. Reunimos oito pessoas: Ariano Suassuna, José Carlos Cavalcanti Borges, Gastão de Holanda, José de Moraes Pinho, quase todos do antigo Teatro de Estudante, Aldomar Conrado e Leda Alves, estes dois então alunos do Curso de Teatro e Capiba, e eu. Fundamos o TPN que, nessa primeira, tinha os mesmos propósitos do Teatro de Estudante. Quer dizer: autores clássicos e nordestinos. Estreamos com A *Pena* e a *Lei* de Ariano. Musicada por Capiba, no Teatro do Parque. Depois apresentamos um espetáculo que foi um dos maiores fracassos da história de Pernambuco: A *Mandrágora* de Maquiavel. [...] Veio novamente outro fracasso: um espetáculo chamado *Processo do diabo*, onde juntei quatro autores pernambucanos: Ariano Suassuna, José Carlos Cavalcanti Borges, José Moraes Pinho e eu. Eram três peças em um ato”. sobre o problema do diabo.[...] A Segunda fase partiu depois de cinco anos de estudos sobre os espetáculos dramáticos populares do nordeste e tinha o propósito, a busca do espetáculo antiilusionista muito menos baseado em Brecht do que nos mestres do Bumba, e nos ledeguelas de pastoris, e nos capitães de fandangos, e assim por diante. Quer dizer, espetáculos todos eles que se baseassem ainda em autores clássicos e autores da região, mas que tivessem o espírito e a

-
- técnica dos espetáculos populares dramáticos do Nordeste. [...] Encenamos o *Inspetor* de Gogol o *Cabo Fanfarrão*, peça minha, *Antígona*, de Sófocles, *Andorra* de Marx Frisch, *Santo Inquérito* de Dias Gomes, *Inimigo do Povo* de Ibsen, *Don Quixote*, de Antonio José, o *Judeu*, *O Cabeleira aí vem*, de Silvio Rabelo(...) *A farsa da boa preguiça* (...)”. Cf. Hermilo BORBA FILHO, *Depoimentos V*, Rio de Janeiro, Ministério da educação e Cultura, 1981.pp. 98-99.
- ⁵³ Ver o seguinte artigo: Celso de Rui Beisieguel. “Paulo Freyre y la Educación Popular em Brasil: EL EDR FEUSP”, www.hottopos.com/notant/1/celso/htm.
- ⁵⁴ Em Recife o MCP se apoiava na pedagogia de Paulo Freyre e estendia seus preceitos para a tomada de consciência social, política e cultural dos moradores da periferia urbana de Recife lançando mão das tradições culturais populares.
- ⁵⁵ Germano COELHO, *Memorial do MPC*, Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1986.
- ⁵⁶ Joel PONTES, *O teatro moderno em Pernambuco*, cit. p.112.
- ⁵⁷ Hermilo BORBA FILHO, “Um problema de Cultura Popular”, *Ensaio*, Recife, Secretaria da Educação e Cultura.
- ⁵⁸ Joel PONTES, *O teatro moderno em Pernambuco*, cit. p. 115.
- ⁵⁹ Ariano Suassuna faz uma crítica à Igreja e a ditadura militar.
- ⁶⁰ Cf. *Jornal Última Hora*, 1 de dezembro de 1963. Ainda em recente entrevista Ariano comenta o difícil relacionamento com os comunistas. Diz Ariano: “Os comunistas tinham comigo um relacionamento muito curioso. Quando eu denunciava o imperialismo americano, eles se juntavam a mim, e batiam palmas. Mas, queriam que eu calasse a boca quando, por exemplo, eu protestei contra a perseguição ao Pasternak e outros na União Soviética. Um amigo meu marxista, chegou a dizer: “Você está respaldando a tese de que comunista come criança” Comunista não come criança. Eu sei e você sabe também. Mas comunista fuzila intelectualzinho”. Cf. “Ariano SUASSUNA: Eu sou é imperador.”, cit., p. 52.
- ⁶¹ *Jornal da Semana*, 28 de janeiro a 3 de fevereiro de 1973.
- ⁶² *Jornal da Semana*, 20 de maio de 1973
- ⁶³ Ver *Revista Brasileira de Cultura*, n. 2, out/ dz. de 1969, ano 1. pp. 38-44.
- ⁶⁴ Suassuna citado In Maria Ignes Moura NOVAIS, *Nas trilhas da cultura popular (o teatro de Ariano Suassuna)*, São Paulo, Dissertação de mestrado FFLCH/USP, 1976, p. 39.
- ⁶⁵ *Ibid.* p. 40.
- ⁶⁶ O termo é de Thiers Martins Moreira.
- ⁶⁷ Ariano SUASSUNA, “Notas sobre o Romanceiro Popular do Nordeste”, *Seleta*, cit., p. 167.
- ⁶⁸ Ariano SUASSUNA, “Notas sobre o Romanceiro Popular do Nordeste”, *Seleta em prosa e verso*, Rio de Janeiro, J. Olympio; Brasília, INL, 1974, pp. 163-164.
- ⁶⁹ *Ibid.*, p. 164.
- ⁷⁰ *Ibid.*
- ⁷¹ *Ibid.*, p. 166.

CIEP's, Histórias e Memórias: um estudo sobre Darcy Ribeiro

*Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima**
*Carlos Alberto Borges de Sousa***

“Enquanto os intelectuais permanecerem fiéis
a sua vocação nacional, terão seu lugar
garantido nas fileiras do Estado.”

Daniel PÉCAUT¹

Considerações Iniciais

O presente trabalho faz parte de uma Dissertação de Mestrado com foco interdisciplinar que está sendo escrita no Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas da UNIGRANRIO. Tem como foco principal a importância de itens culturais diversificados e sua utilização no ambiente escolar, particularmente no projeto dos CIEPs – Centros Integrados de Educação Pública, experiência educacional desenvolvida por Darcy Ribeiro, em uma época de transição política – da ditadura militar à democracia – e executada durante o governo de Leonel Brizola no Estado do Rio de Janeiro, no início da década 1981-1990. A estrutura do projeto-CIEP, assim como a do prédio, concebido por Oscar Niemeyer, objetivavam a ampla utilização do espaço para atividades múltiplas, complementares àquelas da sala de aula. O contexto histórico e político que cercava o projeto, a princípio, parece ter sido muito mais desfavorável do que a sua viabilidade, à manutenção das atividades conforme propostas.

Os objetivos principais desta pesquisa são os de mostrar o projeto pedagógico dos CIEPs, em sua amplitude cultural, conforme o projeto original; levantar sua aplicabilidade, conforme o contexto histórico e político da época, assim como o de avaliar as possíveis causas de seu abandono.

A temática escolhida, envolvendo um projeto de educação, advém de dois interesses principais pela matéria: primeiro, o de investigar a escola como formadora de cidadãos cultos (no sentido de cultura geral, não somente de conhecimento das disciplinas). Esse

* Coordenadora e Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas da UNIGRANRIO - Bolsista de Produtividade 1A UNIGRANRIO/FUNADESP/

** Aluno do Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas da UNIGRANRIO.

interesse vem da prática com produção textual em nível superior, em que os alunos demonstram uma notória dificuldade de lidar com conhecimentos gerais, acreditando que somente necessitam de conhecimentos em sua área de estudos escolhida como curso superior; segundo, o interesse em aspectos históricos e de memória. Estes dois interesses levaram, então, à investigação de uma experiência de escola integral, em que itens culturais tivessem sido elaborados em conjunto com as disciplinas usuais, de forma que, juntos, pudessem realmente formar indivíduos conscientes e participativos, o que, como consequência, geraria melhores resultados no nível superior.

A escolha do projeto de educação dos CIEPs se deve ao fato de o mesmo ter sido de inegável abrangência (500 unidades), envolvendo um grande número de profissionais tanto na sua elaboração quanto na sua execução. A abordagem desta pesquisa acadêmica, no entanto, não se baseia numa pesquisa quantitativa e sim qualitativa, dadas às condições e complexidade do projeto pedagógico, assim como ao notório currículo do mentor geral da empreitada educacional.

A pesquisa pretende fazer uso de documentação sobre a montagem do projeto e do funcionamento dos CIEPs, quanto do momento histórico e político do Brasil, partindo da revisão da literatura com conceitos de identidade, poder, cultura e memória, assim como aspectos históricos e políticos do país nos anos 60, 70 e 80 do século XX. Do levantamento das bases em que o projeto foi concebido e da análise das características da época em que foi posto em prática, pretende-se obter dados para a conclusão quanto à justificativa para o seu abandono gradual. A partir de autores como Michel Foucault, Eric Hobsbawm, Paulo Freire, Stuart Hall e outros se procurará mostrar teorias que fundamentem, inclusive, o caráter multidisciplinar, abrangente e até mesmo visionário do projeto, que se enquadraria em critérios de uma escola modelo ainda na nossa atualidade. Através do confronto dessas informações, entendemos que a complexidade da ideia pode ter sofrido questionamentos fundamentados, inclusive, em visões mais limitadas quanto à função e características da escola, exercidos, principalmente, por adversários políticos de Leonel Brizola, na época de seu mandato como governador do estado do Rio de Janeiro.

Um pouco sobre Darcy Ribeiro: o homem de várias faces²

Darcy Ribeiro não é um profissional de uma única área nem de poucos feitos, portanto, apresentar um resumo de sua obra, que contemple todas as suas realizações, é tarefa bastante complexa.

Tendo iniciado como antropólogo, Ribeiro passou rapidamente à área de educação, até ocupar o cargo de ministro de Educação, em 1962, durante o Governo João Goulart. Com uma proximidade muito grande das grandes esferas de poder, entrou para a política, tendo ocupado vários cargos, entre eles Ministro-Chefe da Casa Civil do presidente João Goulart em 1963, Vice-Governador do Rio de Janeiro em 1982, Secretário de Cultura, Coordenador do Programa Especial de Educação e Senador da República, de 1991 a 1997. Além desses cargos políticos, Ribeiro também participou de projetos na área ambiental e produziu diversos livros, sendo que estes últimos o conduziram a ocupar a cadeira número 11 da Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1993.

Foi autor e executor de diversos projetos na área da educação e cultura, tendo criado universidades, centros culturais e uma nova proposta educacional, com o projeto dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), principal tema desta dissertação. Suas obras ainda foram traduzidas para diversos idiomas.

Tendo nascido em 26 de outubro de 1922 em Montes Claros (MG), formou-se em antropologia pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Seus primeiros anos de vida profissional foram dedicados ao estudo antropológico dos índios do Pantanal, do Brasil Central e da Amazônia, de 1946 a 1956. Neste mesmo período, criou o Museu do Índio e projeto de criação do Parque Indígena do Xingu. Também elaborou um estudo sobre o impacto da civilização sobre grupos indígenas brasileiros no século XX, para a UNESCO. Em 1954 colaborou com a Organização Internacional do Trabalho na preparação de um manual contendo informações sobre povos aborígenes de todo o mundo. Boa parte de seu trabalho se refere à defesa da causa indígena.

Em seguida se dedicou à educação, com ênfase à primária e à superior. Criou a Universidade de Brasília (UnB), da qual foi o primeiro reitor. Mais adiante, ocupou o cargo de Ministro da Educação, sendo chamado a ocupar o cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil, no Governo João Goulart, coordenando a implantação de reformas estruturais. Nessa época, ocorreu o Golpe Militar, que o forçou a sair do país. É dessa época o início dos romances *Maíra* e *O Mulo*.

Sobre essa época, em que começou a se instaurar uma crise na Universidade de Brasília, Vera Brant³ descreve as palavras de Darcy Ribeiro:

“Verusca minha, sua carta chegou pelo dia 20, quando alcançávamos o máximo de preocupação com a crise da UnB. Foi um alento, com a primeira palavra pessoal daí depois de muitos meses e porque quem escrevia era você, com esta expressividade tão sua. Mais do que as notícias de jornal, sua carta me deu a medida do sentimento de que estão todos possuídos da unidade de ideais, da dignidade de postura encarnada em milhares de estudantes, professores e funcionários que foram chamados a personificar a cultura e revelaram estar à altura do mandato”.

Voltando ao Brasil somente em 1976, Darcy Ribeiro retoma sua dedicação à educação e à política, sendo eleito vice-governador do estado do Rio de Janeiro em 1982. Já em 1983, elabora o Programa Especial de Educação, que previa a implantação de 500 CIEPs, as escolas de horário integral para crianças e adolescentes, com diversas atividades culturais.

Além da participação nessas realizações, Ribeiro idealizou a Biblioteca Pública Estadual do Rio de Janeiro, a Casa França-Brasil, a Casa Laura Alvim, o Centro Infantil de Cultura de Ipanema e o Sambódromo, que inicialmente também comportava uma grande escola primária com 200 salas de aula. Também elaborou o Memorial da América Latina, em São Paulo, com projeto de Oscar Niemeyer. Este, aliás, também é o idealizador dos prédios dos CIEPs.

Darcy Ribeiro também participou do tombamento de 96 quilômetros de praias e encostas do litoral do Rio de Janeiro, além de diversas construções do Rio Antigo. Com base nas ideias propostas em seu livro *A Universidade Necessária* e, tendo vivido em

diversos países da América Latina, divulgou suas propostas de educação e conduziu programas de reforma universitária, para além das fronteiras do Brasil. No Chile, foi assessor do presidente Salvador Allende. No Peru, de Velasco Alvarado. É neste período que escreve os cinco volumes de seus *Estudos de Antropologia da Civilização* (*O Processo Civilizatório, As Américas e a Civilização, O Dilema da América Latina, Os Brasileiros: Teoria do Brasil e Os Índios e a Civilização*). Estes livros atingiram mais de 90 edições em diversas traduções. Neles, Darcy propõe uma teoria explicativa das causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. Como reconhecimento de sua importância, Darcy foi agraciado com o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Paris IV - Sorbonne, Universidade de Copenhague, Universidade da República do Uruguai e Universidade Central da Venezuela.

É eleito Senador da República pelo estado do Rio de Janeiro em 1991, elaborando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Esta lei é sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso em dezembro de 1996, como Lei Darcy Ribeiro. Pelo Senado, Ribeiro publica a revista Carta, de 1991 a 1996, em que analisa os principais problemas do Brasil e do mundo, em artigos, conferências e notícias. Estando licenciado do Senado, entre 1991 e 1992, assume a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais do Rio de Janeiro, para completar a rede dos CIEPs. Além disso, cria os Ginásios Públicos, que propõem um novo padrão para o ensino médio. Já em 1994, planeja e cria a Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF, sediada em Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, destinada a ser a Universidade do Terceiro Milênio. Lá, Darcy Ribeiro recebe o cargo de chanceler. Mantém, nessa época, participação em programas do meio ambiente, tendo participado da ECO'92, realizada no Rio de Janeiro. Neste evento, propõe e implanta o Arboretum do Viveiro da Floresta Branca, dentro do Parque Floresta da Pedra Branca.

Darcy Ribeiro mantém-se produtivo também nos livros: escreve *Utopia Selvagem e Migo*. Publica *Aos Trancos e Barrancos*, um balanço crítico da história brasileira de 1900 a 1980; *Sobre o Óbvio*, uma coletânea de ensaios; e *Testemunho*, um balanço de sua vida intelectual. Edita, juntamente com Berta Ribeiro, a *Suma Etnológica Brasileira*. Além destas produções, em 1992 publica - pela Biblioteca Ayacucho, em espanhol, e pela Editora Vozes, em português - *A Fundação do Brasil*, um compêndio de textos históricos dos séculos XVI e XVII, comentados por Carlos de Araújo Moreira Neto e precedidos de um longo ensaio analítico sobre os primórdios do Brasil. Neste mesmo ano, é eleito membro da Academia Brasileira de Letras, onde viria a ocupar a cadeira 11 em abril de 1993.

Em 1995, publica *O Povo Brasileiro*, livro que encerra a coleção de seus Estudos de Antropologia da Civilização, além de uma compilação de seus discursos e ensaios, intitulada *O Brasil como Problema*. Como um pequena e inesperada interrupção desta longa lista de produções sobre os aspectos nacionais, Ribeiro lança ainda um livro para adolescentes, *Noções de Coisas*, com ilustrações de Ziraldo. Esta obra, em 1996, recebe da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil o Prêmio Malba Tahan de Melhor Livro Informativo.

Como que retomando seus primeiros anos como antropólogo, em 1996 publica, pela editora Companhia das Letras, *Diários Índios: os Urubu-Kaapor*, que reproduz

integralmente os diários de campo escritos em forma de cartas à Berta Ribeiro no período de 1949 a 1951, quando era etnólogo do Serviço de Proteção aos Índios. Nesse mesmo ano, seu primeiro romance, *Maíra*, recebe uma edição comemorativa de seus 20 anos, que traz resenhas e críticas de Antônio Candido, Alfredo Bosi, Moacir Werneck de Castro, Antônio Houaiss, Carmen Junqueira e outros especialistas em literatura e antropologia. Ainda em 1996, recebe o Prêmio Interamericano de Educação Andrés Bello, concedido pela OEA a eminentes educadores das Américas.

Organizou a Fundação Darcy Ribeiro, em janeiro de 1996, com sede própria, localizada em sua antiga residência em Copacabana, com o objetivo de manter viva sua obra e elaborar projetos nas áreas educacional e cultural. Um de seus últimos projetos lançado publicamente foi o Projeto Caboclo, destinado à fixação do caboclo na floresta amazônica. Ribeiro demonstra, como sempre, uma preocupação com os problemas sociais em todos os cantos do país, como um paralelo aos programas educacionais realizados.

Darcy Ribeiro falece em 17 de fevereiro de 1997. No seu último ano de vida, dedicou-se especialmente a organizar a Universidade Aberta do Brasil, com cursos de educação a distância, e a Escola Normal Superior, para a formação de professores de 1º grau.

Sabendo-se que Darcy Ribeiro concebeu o projeto dos CIEPs não de uma hora para a outra, mas ao longo de sua profícua carreira, outro objetivo desse trabalho é o de verificar como e se as ideias do educador já faziam parte das obras do escritor.

Como este trabalho visa a abranger, além do projeto dos CIEPs, um pouco sobre seu idealizador, optamos por desenvolver aqui um pouco sobre a diversidade não somente das funções desempenhadas por Darcy Ribeiro, mas também, de suas obras. Nelas, o conteúdo extremamente variado parece desfilas pelas possibilidades da língua portuguesa e não somente expor a natureza diversa dos assuntos tratados. Assim, verificamos que o domínio que o escritor Darcy Ribeiro possuía sobre os assuntos já citados fazia com que a linguagem em suas obras fosse de extrema riqueza, trazendo, como dissemos, não somente conteúdo específico, mas toda uma fonte de estilos e variações que a língua portuguesa possui. Nos subitens a seguir, mostramos alguns aspectos, tanto da diversidade de assuntos abordados pelo escritor, quanto da forma com que o mesmo apresentava suas obras. Para tanto, escolhemos o livro *Maíra* escrito em 1976.

Maíra: Aspectos de Educação através de Memória, Identidade, Cultura e Polifonia

O uso de gêneros textuais, tipologias textuais e aspectos de linguagem, como as figuras de linguagem e figuras de estilo, possibilitam uma enorme gama de possibilidades ao escritor, seja ele de quaisquer estilos ou áreas (técnica ou literária).⁴ Com o uso desses recursos, Darcy Ribeiro conseguiu uma variação muito grande de natureza de seus textos, sendo capaz de escrever obras de sociologia, antropologia, política e educação, por exemplo. Sabendo-se que tais áreas do conhecimento humano não compartilham muitas formas de apresentação de ideias, objetivamos descrever e ilustrar como tais variações linguísticas⁵ eram dominadas pelo escritor.

Assim, além do objetivo geral de demonstrar quais são os gêneros, as tipologias textuais e os aspectos de linguagem, procuramos também enfatizar aqueles utilizados pelo escritor, na elaboração de suas obras, através de citações ilustrativas. Tais ferramentas podem ter sido cruciais para Darcy Ribeiro ser não somente considerado um bom escritor, mas também alguém que, através do domínio da linguagem, demonstrou conhecimento da natureza humana.

O escritor foi e ainda é figura de renome nas áreas em que atuou: antropologia, sociologia, educação e política. Tendo amplo conhecimento, inclusive sobre as sociedades indígenas, Darcy Ribeiro desenvolveu um amplo trabalho linguístico, com vistas à compreensão do ser humano em suas mais diversas formas de organização. Com experiência com os silvícolas, Ribeiro se envolveu, também, com projetos sociológicos, que culminaram com suas investidas na educação. Sua vida política vem como a associar todo esse conhecimento humanista do escritor.

Suas obras são variadas, e as escolhidas como ilustração servem como exemplo daquilo que parecia ser regra na sua trajetória como escritor: a diversidade linguística, demonstrada através dos temas: gêneros textuais, tipologias textuais e aspectos de linguagem.⁶

As informações aqui apresentadas são de natureza qualitativa, sem descartar possíveis quantidades ilustrativas tanto com relação ao conteúdo teórico quanto às ilustrações/citações e obras usadas como referência. Esta forma de trabalho se deve, também, à natureza mais abstrata que concreta de algumas passagens citadas por Darcy Ribeiro, como as advindas da obra *Maíra*. Assim, se justifica a análise, pela relevância do autor e suas obras, assim como pela riqueza linguística das mesmas, fontes de análise textual de grande complexidade.

Os gêneros textuais, às vezes considerados modelos fechados de textos, conforme visto podem ser de características bem diversas, dado às possibilidades de escolha do emissor, no que se refere ao estilo e propósito de sua mensagem, assim como devido a novas tecnologias. Assim, um conto pode se aproximar de uma crônica, um anúncio de uma anedota, uma tirinha de jornal de um ofício⁷.

De forma semelhante, os tipos de textos não são de natureza fixa para cada gênero textual. A heterogeneidade tipológica permite que mais de um tipo seja usado em um mesmo gênero textual. Então, um mesmo texto pode apresentar características de narração, descrição e argumentação, como um romance. Outro, de injunção e exposição, como um anúncio ou manual. Outras combinações, obviamente, podem ser úteis ao escritor/emissor de uma mensagem.⁸

No entanto, os autores nem sempre concordam a respeito das terminologias a respeito. O ensino de gênero e tipologia textuais é, então, matéria de debate, justamente devido à complexidade da questão. Mesmo com relação às nomenclaturas com referência às figuras de linguagem, sejam elas de sintaxe ou de estilo, há diferenças de abordagens entre os autores.⁹

A classificação de romance indianista de *Maíra* sugere um texto narrativo, com várias personagens, um enredo principal, uma linha de tempo e ao menos um narrador. Para seguir características usuais, temos uma vasta lista de descrições de pessoas, lugares e sensações. O livro não deixa, obviamente, de seguir essas premissas, senão

não poderia ser classificado desta forma. Porém, como parece ser uma prática de Darcy Ribeiro, as possibilidades da linguagem são amplamente exploradas. Aqui, além de algumas características já observadas, o escritor faz uso de descrição comum no trecho: “Sei lá! Disse que era loura e nova. Branca que nem ele!”, seguida de trecho injuntivo: “Veja o que apurei: o homem é suíço mesmo”.¹⁰

Como vimos, Darcy Ribeiro teve uma trajetória profissional bastante diversificada, trilhando áreas como antropologia, sociologia, educação e política. Tal variedade demonstra uma profunda preocupação com aspectos sociais, não só dos brasileiros, mas também de outros povos, conforme podemos observar, também, através de sua passagem por outros países. Todos esses aspectos, porém, podem ser encontrados na educação, área em que, para se obter plena consciência da importância de se compreender o ser humano, é necessário conhecer ao menos um pouco das áreas estudadas e vividas por Ribeiro.

Ao lidarmos com esses campos de conhecimento, é inevitável que também tenhamos que nos envolver com aspectos de memória, identidade, cultura e polifonia (aqui vista como espaço e voz para todos), visto que estes estão totalmente ligados às questões do ser humano e a sua convivência em sociedade.

Na obra *Maíra*, Darcy Ribeiro nos mostra seu conhecimento sobre o ser humano, seja ele da cidade grande ou do interior, da chamada civilização ou de organização indígena. O autor nos brinda com detalhes de comportamento, costumes e sentimentos advindos da (con) vivência cultural de cada uma de suas personagens, assim como a respeito da interação entre elas, com suas diferentes formas de lidar com assuntos do dia-a-dia.

Através de sua narrativa, Ribeiro nos mostra aspectos de memória de diferentes civilizações, como se dá a noção de identidade¹¹ (ou falta desta) de cada personagem. Esta forma de narrativa, que dá voz a várias personagens, expressa uma polifonia¹² em seu romance. Pelos relatos narrados de cada personagem, temos visões e opiniões diferentes sobre os mesmos fatos dentro do enredo.

Esta análise visa a mostrar como estes diferentes aspectos (memória, identidade, cultura e polifonia) são desenvolvidos e encadeados ao longo do romance, de maneira que o escritor demonstra sua habilidade no trato com assuntos voltados à compreensão do ser humano, tão necessários à formação de um educador.

Inicialmente, conceituamos e apresentamos esses aspectos e em quais autores nos baseamos para então apresentarmos como Darcy Ribeiro faz uso dos mesmos para falar sobre o ser humano, neste romance, enquadrado inicialmente, como indianista. Desta forma, objetivamos sugerir que o Darcy Ribeiro educador se mostrava em suas obras, mesmo que estas não fossem, a priori, classificadas para a área de educação.

A maneira como o romance de Darcy Ribeiro foi concebido parece nos mostrar como estes aspectos estão intimamente ligados. Através de uma narrativa recheada de memória¹³ (aqui fazendo uma mescla entre a memória do autor sobre suas experiências antropológicas, especialmente as relacionadas com os indígenas e a memória das personagens, em seus costumes, passados de geração a geração), observamos peculiaridades culturais, sejam dos indígenas ou da sociedade dita civilizada. Da mesma forma, tais características ajudam a formar a identidade de cada personagem em seu

grupo ou até o conflito interno gerado quando em contato com grupos diferentes. A polifonia vem, então, dar voz às múltiplas personagens, numa forma de fazê-las negociar espaço e opinião sobre o mundo e sobre si mesmos no desenrolar do enredo.

Ribeiro apresenta uma rica descrição dos indígenas, seus costumes e conhecimento a respeito do mundo, suficientes para a sobrevivência destes como povo independente. Entre os aspectos mostrados temos a linguagem, a noção de hierarquia, o respeito pelos mais velhos, os rituais religiosos, a formação do guerreiro e até a visão deles sobre a morte. A sociedade indígena mostrada pelo autor se mostra autossuficiente em relação à sociedade conhecida como civilizada:

“A CASA-DOS-HOMENS ferve de gente: homens, mulheres, crianças. Vivos e mortos. Todos os mairuns estão aqui. Os vivos, surpresos, de pé ou sentados, olham o velho tuxaua que está acororado na frente do aro e, bem no meio da casa enorme. Os mortos entram e saem esvoaçando em círculos que sobem do baíto para o alto do céu. Só são visíveis aos olhos do aro e, sentado no seu banquinho-gavião de duas cabeças.”¹⁴

A passagem traz a cultura indígena, transmitida de geração a geração e mostra como os silvícolas se preparam e encaram a morte de alguém importante para a tribo. Ao descrever o ritual, Darcy Ribeiro nos mostra uma cultura bem diversa daquela a que estamos acostumados a ver. Ele demonstra, então, que mesmo nossas crenças e práticas mais comuns podem ser vistas de outra forma por outro povo. Podemos dizer que os aspectos de memória, cultura¹⁵ e identidade da sociedade indígena estão tendo uma voz através da descrição contida no romance.

De forma similar, o autor nos mostra o comportamento de personagens não indígenas, sua interação com os mesmos e onde há certo conflito de interesses e interpretações das situações vividas. Com relação a uma passagem, que se apresenta desde o início da narrativa, a respeito de uma mulher que aparece morta em terras indígenas, o oficial encarregado da investigação discorre:

“Pelo que vejo a coisa está muito bem urdida e justificada para que os índios fiquem na aldeia como índios e os agentes nos Postos como seus remotos tutores. O resultado é que eles jamais se integrarão nos usos e costumes da civilização. Mas é também que os funcionários da Funai não perderão seus empregos de burocratas-afazendados à custa da Fazenda nacional.”¹⁶

Na visão do oficial, os indígenas são incapazes de se adequar à civilização. Nem por isso a personagem deixa também de criticar representantes dessa mesma civilização, da qual faz parte.

A questão de identidade é também desenvolvida por Ribeiro, naquilo que desperta as maiores indagações: como se dá o sentimento de pertencimento e ao mesmo tempo de estranhamento das próprias origens, após um intenso envolvimento com uma cultura diferente daquelas. A personagem Isaias, índio convertido ao catolicismo, na sua volta à sua terra natal, reflete e sofre com essa falta de identificação com uma e com outra cultura:

“Só Deus, onipotente, me pode socorrer. Se é que Deus, onisciente, quer se ocupar de mim ou de quem quer que seja. Não sou o soldado que regressa vitorioso ou derrotado. Não sou o exilado que retorna com saudades da raiz. Sou o outro em busca do um. Sou o que resulto ser, ainda, nesta luta por refazer os caminhos que me desfizeram.”¹⁷

No capítulo chamado *Mundo Alheio*, temos a reação dos indígenas com a chegada de Isaias e Alma à aldeia mairum. Todo um ritual da tribo acontece, em parte para saudar os recém-chegados e em parte para homenagear os mortos durante o período em que o Avá (Isaias) esteve fora da tribo. Os homens executam seu ritual, que é acompanhado pelas mulheres. Os recém-chegados são a ponte entre a aldeia e o restante da sociedade. Após alguns momentos de celebração, os silvícolas procuram confirmação para tudo o que já ouviram a respeito do mundo externo à aldeia: “São horas inteiras de relato, de especulação, de revelação. O Avá, ora seguro, a tudo responde tranquilo e sábio; ora duvidoso, dá a impressão de que confunde as coisas. Os mairuns viajam com gosto em suas palavras, terra afora, pelo grande mundo dos outros.”¹⁸

Verificamos que os aspectos de memória, cultura e identidade estão fortemente interligados. Podemos dizer, então, que a memória, ao mesmo tempo em que faz parte da cultura de dada sociedade, transmite essa mesma cultura e ajuda a identificar os indivíduos como parte de grupos¹⁹. O conteúdo mostrado por Darcy Ribeiro em *Maíra* nos mostra que, além da conexão entre esses elementos, temos as questões de alteridade e de expressão, tanto dos grupos quanto dos indivíduos. Todos esses elementos juntos formam o conjunto das expressões identitárias dos mesmos grupos e indivíduos.

Como se trata de uma questão de interligação entre aspectos da natureza humana, em seu convívio em sociedade, reforçamos a ideia de que cada item aqui mostrado e ilustrado através da obra leva a outro. Podemos dizer que eles são interdependentes.

Darcy Ribeiro, porém, ao construir a narrativa de *Maíra* mostrando as semelhanças e diferenças entre as sociedades indígena e a dos homens brancos, por assim dizer, nos mostra também onde essas mesmas sociedades possuem aspectos em que poderiam contribuir uma com a outra, numa grande interação cultural. Para nos referirmos aos teóricos aqui citados, podemos dizer que muitas das informações (em particular aquelas a respeito dos indígenas) presentes no romance são também parte da memória de Darcy Ribeiro. Aquilo que lemos ao longo dos capítulos pode fazer parte daquilo que o autor experimentou enquanto antropólogo.

Se o conteúdo cultural exposto é totalmente verdadeiro ou não, fica para segundo plano. É importante lembrarmos de duas condições, sendo uma da literatura e outra da memória: a primeira procura trabalhar com a verossimilhança, ou seja, aproximar o conteúdo da obra com aquilo que pode ser real dentro daquele mundo; já a segunda, a memória, se forma pelas concepções daquele que relata, sendo que o que este omite ou acrescenta não é de forma alguma considerado uma falta. Darcy Ribeiro pode ter vivido a experiência de Proust, analisada por Walter Benjamin²⁰, revisando frequentemente suas próprias experiências. Também podemos dizer que Ribeiro pode ter ficado, em alguns momentos, no limite do relato de experiência própria com a ficção.²¹ Poderíamos, assim, dizer que o romance possui literaricidade e também literariedade.

Através de uma polifonia demonstrada ao longo dos capítulos, alternadamente conduzidos por personagens diferentes, Ribeiro nos transporta para um campo de conhecimento da necessidade humana da maior importância: o entendimento não só do outro, mas também de si mesmo. Através de reflexões dessas personagens somos levados a questionar nossa própria existência e forma de interagir com outras culturas, numa espécie de autoavaliação. Aos personagens é dado o espaço para pensar e se expressar, o que se transmite para o leitor. Fica, então, a sugestão de que é necessário, nos caminhos da educação, o devido respeito ao direito humano de refletir sobre sua vida e sobre a sociedade que nos cerca. Somente assim poderemos realmente contribuir com ela, melhorando a nós mesmos.

O conjunto formado pelos elementos memória, identidade, cultura e polifonia, discutido aqui, mais uma vez, nos remete a questões necessárias à educação. Através desses elementos, aliados a boas noções de alteridade, podemos visualizar um modelo de educação capaz de nos dar um bom conhecimento de mundo (e de nós mesmos). Sugere-se, então, que Darcy Ribeiro, ao conceber o romance *Maíra*, expôs alguns dos grandes pilares da educação, sendo ele próprio um homem envolvido com essa área bem antes da publicação da obra.

Notas e referências

- ¹ Daniel PÉCAUT, *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*, São Paulo, Editora Ática, 1990, p. 74.
- ² Referências retiradas de www.fundar.org (Fundação Darcy Ribeiro).
- ³ Vera BRANT, *Darcy*, São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- ⁴ Ingedore Villça KOCH, Vanda Maria ELIAS, *Ler e Compreender os Sentidos do Texto*, São Paulo, Contexto, 2006.
- ⁵ Jose Luiz, FIORIN (Org.) *Introdução à Linguística*, São Paulo, Contexto, 2003.
- ⁶ Luiz Antonio MARCUSCHI, *Linguística de Texto: O Que é e Como Se Faz*, Recife, Editora da UFPE, 1983.
- ⁷ Marcos BALTAR, *Sobre os Gêneros Textuais*, <http://hermes.ucs.br/cchc/dele/ucs-produttore/pages/sobregeneros.htm>, Acesso em 27/10/12.
- ⁸ Ingedore Villça KOCH, Vanda Maria ELIAS, *cit.*
- ⁹ Luiz Carlos TRAVAGLIA, *As Presenças do Texto em Sala de Aula*, In: II Simpósio Internacional de Ensino de Língua Portuguesa - SIELP, 2012, Uberlândia, Anais do SIELP, Uberlândia, EDUFU, 2012, v. 2, pp. 1-21.
- ¹⁰ Darcy RIBEIRO, *Maíra*, Rio de Janeiro, Record, 2007, p.33.
- ¹¹ Stuart HALL, *Identidades Culturais na Pós-Modernidade*, São Paulo, DP&A Editora, 1996.
- ¹² Mikhail BAKHTIN, Polifonia em Dostoiévsky, IN: *Bakhtiniana*, Rev. Estud. Discurso, vol. 6, n.1, São Paulo Aug/Dec, 2011.
- ¹³ Michael POLLAK, *Memória e Identidade Social*, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, pp. 200-212.
- ¹⁴ Darcy RIBEIRO, 2007, *cit.*, p.37.
- ¹⁵ Homi K. BHABHA, *O Local da Cultura*, Belo Horizonte, UFMG, 2001.
- ¹⁶ *Ibid.*, p. 97.
- ¹⁷ *Ibid.*
- ¹⁸ *Ibid.*, p. 249.
- ¹⁹ Maurice HALBWACHS, *A Memória Coletiva*, São Paulo, Centauro, 2006.
- ²⁰ Walter BENJAMIN, A Imagem de Proust, IN: *Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*, São Paulo, Brasiliense, 2012, pp. 37-50.
- ²¹ Verena ALBERTI, *Ouvir Contar: Textos de História Oral*, Rio de Janeiro, FGV, 2004.

Construindo um acervo: história, intelectualidade e colecionismo em Vicente Salles

Alessandra Mafra*

O pesquisador e folclorista paraense Vicente Salles (1931-2013) atuou na Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro como redator na *Revista Brasileira de Folclore* e, desde muito cedo, como colaborador da Imprensa paraense e nacional. Foi um intelectual polígrafo que, no decorrer de sua vida, dedicou-se a escrever sobre os mais variados temas da cultura amazônica. A prática do colecionismo, a partir da trajetória de um intelectual como Salles, está atrelada à sua vida; considerando suas *influências*, seus interesses de pesquisa, e seu engajamento político e cultural. Aqui, procuramos interpretar este intelectual através da sua coleção, de modo a entender como ele construiu ou coletou o material que presentemente compõe a *Coleção Vicente Salles*¹ e de como esta pode ser apreendida em um diálogo com sua própria história, ou melhor, com a história da sua trajetória profissional e intelectual, dedicada, essencialmente, ao estudo sobre o folclore na região norte do Brasil.

Os livros, os recortes de jornais, a correspondência, os folhetos de cordel, entre outros tipos de documentos presentes naquela coleção, simbolizam não somente o hábito de colecionar de Vicente Salles, mas representam, sobretudo, a preocupação em conservar e compartilhar das informações sobre os temas com que Salles se ocupou, a exemplo da cultura popular, do folclore, da música, e do negro. Como bem destacou Rodrigo Monteiro ao tratar da *Coleção Barbosa Machado*, não podemos jamais perder de vista a ação individual do colecionador, ao organizar o seu acervo, uma vez que nela se expressam suas *expectativas*.² Logo, são essas expectativas que procuramos observar em Salles, em *seu sentido* de colecionar, ordenar e preservar um acervo que foi edificado para a conservação da memória da cultura amazônica.

Uma breve introdução sobre a vida e a obra de Salles

Ao analisarmos uma obra, ou mesmo várias obras de um determinado autor, alguns elementos se fazem importantes. Primeiramente, devemos procurar conhecer, detalha-

* Doutoranda em História na Universidade Estadual de Campinas (Brasil). Integra o grupo de pesquisa “História Social da Arte” (UFPA/CNPq).

damente, a sumária biografia de quem a escreveu, atentando para as influências que o autor recebeu e o contexto histórico de sua produção. Dessa forma, abordar uma produção intelectual requer, antes de qualquer coisa, um estudo acerca da trajetória pessoal do autor, no sentido de buscar conhecer suas motivações e experiências, permitindo assim uma compreensão mais densa sobre a sua produção.

O pesquisador e folclorista paraense Vicente Salles nasceu no município de Igarapé-Açu, no estado do Pará, em 27 de novembro de 1931. Passou boa parte de sua infância percorrendo os diversos interiores do Estado onde nasceu. Em Castanhal passou mais tempo, de 1937 a 1946. Sobre esta cidade, Salles rememora que ela não era grande, porém, apresentava um círculo diversificado de pessoas. Pessoas com as quais seu pai, Clóvis Salles, um dos *intelectuais do lugar*, estabelecia relações, uma vez que este trabalhava para a prefeitura, na parte cultural. Surgiram assim personalidades locais, como: o padre italiano Salvador Tracaiolli (fascista), Paulo Haussler Delgado (comunista) e Francisco de Assis e Silva (músico).³

Um dos temas de maior interesse de Salles foi a literatura de cordel. Aqui, também, podemos destacar o interesse que seu pai já nutria pela mesma. Porém, foi em Belém, aonde chegou em 1946, que este gosto se fortaleceu, pois o escritório onde Salles começou a trabalhar, quando aportou nesta cidade, localizava-se próximo a *Folheteria Guajarina*⁴, na Travessa Padre Eutíquio. Nesse momento, Salles trabalhou de *office-boy* e de *auxiliar de escritório*, e tudo *foi acontecendo naturalmente*, talvez, pelo contato com as leituras recitadas e cantadas de Castanhal ou, talvez, pela facilidade em acessar as publicações da folheteria.⁵ Assim, podemos observar que Salles se enquadrava ainda no papel de leitor, e posteriormente, se firmaria como um pesquisador da literatura popular.

Este intelectual passou a colaborar desde cedo com a imprensa, destacando-se a influência de duas pessoas na intensificação do interesse de Salles pela literatura popular e inserção no mundo dos jornais; foram eles, o jornalista paraibano Romeu Mariz e o artista plástico e caricaturista Antônio Ângelo de Abreu Nascimento. Por intermédio de Romeu Mariz, Salles publicou seus primeiros trabalhos na Imprensa, por volta de 1947. Mariz, amigo pessoal de seu pai e grande admirador da poesia nordestina, foi autor de inúmeras reportagens e crônicas sobre poetas e cantadores.

A primeira oportunidade de convivência *concreta* de Salles com a imprensa foi em *O Estado do Pará*, onde conheceu o mestre Ângelus, que trabalhava como ilustrador para diversos jornais, e tendo sido o principal capista dos folhetos da Editora Guajarina. Nesses termos, ao colaborar desde cedo com a imprensa, Vicente Salles se interessou pela divulgação dos fatos artísticos ocorridos em Belém, e utilizou uma coluna em *O Estado do Pará* intitulada *Sons, tons e outras notas*, a qual servia para noticiar a música, pintura e literatura, na capital paraense.

Construindo em acervo: história, intelectualidade e colecionismo em Vicente Salles

Alessandra MAFRA



Vicente Salles aos 21 anos

Fonte: Suplemento Literário do *O Estado do Pará*, 27.11.1952

No ano de 1954, Salles havia feito um concurso público, promovido pelo governo federal, para o cargo de datilógrafo. Edison Carneiro⁶, a quem foi apresentado pelo poeta paraense Bruno de Menezes, então o aconselhou a transferir-se para o Rio de Janeiro, o que fez ainda em 1954. Como obteve boa classificação, o diretor do DASP na época, permitiu que ele escolhesse o local onde gostaria de trabalhar, e Salles, então, escolheu o Ministério da Educação e Cultura, onde trabalhou com Gildásio Amado, diretor do Departamento de Ensino Secundário.⁷ Em 1958, quando da criação da *Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro* - CDFB, foi providenciada a sua transferência para esse novo órgão, pelo musicólogo Mozart de Araújo, e posteriormente, foi trabalhar diretamente com o antropólogo Edison Carneiro, que propôs o primeiro desafio a Salles: organizar a biblioteca da CDFB. Carneiro era diretor da Campanha e foi responsável pelo lançamento da *Revista Brasileira de Folclore* - RBF, no início da década de 1960.

Pouco tempo depois, Edison Carneiro incentivou Vicente Salles a realizar o curso acadêmico em Ciências Sociais, pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (hoje, UFRJ), o qual concluiu em 1966. Antes disso, ele teria desistido da faculdade de Direito. No período de 1958 a 1972, ele trabalhou na CDFB e foi redator da RBF. De 1972 a 1975, Salles trabalhou no Conselho Federal de Cultura, secretariando a Câmara de Artes, e também, a *Revista Brasileira de Cultura*. Ainda em 1975, mudou-se para Brasília, para representar o Departamento de Assuntos Culturais do MEC, onde colaborou para a criação da Fundação Nacional de Artes – FUNARTE, e onde se manteve até 1980. A partir 1985, ficou lotado no SPHAN (antigo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), até se aposentar em 1990.⁸

Intelectuais na América Latina: Pensamento, Contextos e Instituições

História Intelectual e dos Intelectuais na América Latina: Atores

Construindo em acervo: história, intelectualidade e colecionismo em Vicente Salles

Alessandra MAFRA

Os anos de 1980 pareceram bem intensos para Vicente Salles. Nessa década, ele lançou muitos livros, dentre eles, a segunda edição de *O Negro no Pará* (1988), mas também muitos outros direcionados para o tema da música. Depois de se aposentar em 1990, passou a se dedicar exclusivamente à pesquisa e à escrita. Nesse período, Salles iniciou um processo de negociação com a Universidade Federal do Pará para a venda de seu acervo bibliográfico e documental, concernente à cultura amazônica, principalmente, o que viria a ocorrer em 1993. Este acervo foi enviado somente em 1996 ao Museu da Universidade Federal do Pará, e neste mesmo ano Salles foi convidado pela UFPA para dirigir o referido museu, permanecendo como diretor até o ano de 1997.⁹



Vicente Salles na solenidade de entrega do título *Doutor Honoris Causa* pela UFPA, em 2011
<http://www.portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=5304> (acessado em 31 de março de 2014)

Em novembro de 2002, a Universidade da Amazônia concedeu-lhe o título de *Doutor Honoris Causa* em sessão solene a Vicente Salles. Em 2011, foi a vez da Universidade Federal do Pará se manifestar quanto à importância dos estudos históricos e culturais de Salles ao Pará, concedendo-lhe o título de *Doutor Honoris Causa*. Em março de 2013, nosso intelectual faleceu no Rio de Janeiro.¹⁰

Salles, Bruno de Menezes e Edison Carneiro

Foi ainda em Belém que, com o poeta, escritor e folclorista paraense Bruno de Menezes, Vicente Salles adentrou com maior profundidade no universo da cultura popular. Menezes, desde tenra idade, construiu uma ligação muito forte com as atividades folclóricas da região e, tornou-se adepto da doutrina anarquista, envolvendo-se inclusive em questões sindicais. Sua aproximação com o anarquismo deu-se antes mesmo de seu reconhecimento como poeta e folclorista. Bruno de Menezes foi também tipógrafo e operário. Seu trabalho como encadernador, embora não tenha lhe trazido maiores recursos financeiros, possibilitou que Menezes entrasse em contato com inúmeros livros, aos quais muito dificilmente teria acesso de outra forma.¹¹

Intelectuais na América Latina: Pensamento, Contextos e Instituições

História Intelectual e dos Intelectuais na América Latina: Atores

O amor de Menezes pela causa dos negros e trabalhadores em geral, também era algo partilhado por Salles, uma vez que literatura e revolução fizeram parte da atuação de Menezes, e sua militância literária se expressava ao versar sobre os excluídos e oprimidos na sociedade.¹² É nesse sentido que, podemos considerar Menezes, como uma figura ímpar na introdução de Salles ao universo afro-amazônico.

Da militância para o campo intelectual, passagem em que Bruno de Menezes apresentou Vicente Salles ao antropólogo, folclorista e jornalista baiano Édison Carneiro. À época em que se conheceram, Carneiro trabalhava com a presença do samba de umbigada no Brasil, que acreditava estender-se até o Maranhão.¹³ Segundo o próprio Vicente Salles, o antropólogo baiano acreditava que no Pará havia apenas a cultura cabocla. Carneiro, desta forma, comungava com a perspectiva adotada por outros intelectuais.¹⁴

Em 1954, Édison Carneiro visitava a Amazônia pela primeira vez, e ficou hospedado na casa de Bruno de Menezes, durante o mês de junho. Salles os acompanhou nas visitas pelos terreiros e parques de Belém, aos batuques, mercados e feiras, chegando a acompanhá-lo nas exposições do *pássaro quati* no tablado, uma espécie de circo que se apresentava na Rua Humaitá, onde o público lotava a arquibancada.¹⁵ Carneiro foi à Amazônia três vezes entre os anos de 1954 e 1955, e as suas investigações e observações sobre Belém ficaram registradas em seu livro *A Conquista da Amazônia*.

Destas visitas e do contato pessoal, Carneiro faria uma proposta a Vicente Salles. O desafio era proceder a um levantamento dos terreiros de cultos afro-brasileiros de Belém.¹⁶ O interesse era que, a partir desta pesquisa, pudesse-se comprovar a presença e a intensidade da cultura africana negra na cidade de Belém, o que nos estudos da época representava uma zona de opacidade. Essa perspectiva inicial posteriormente foi ampliada, indo além da compreensão dos cultos e da religiosidade afro-brasileira na Amazônia. Doravante, a discussão central seria a própria presença negra no Pará, objeto de estudo de Vicente Salles em sua especialização e que veio originar sua principal obra, *O Negro no Pará*, publicada em 1971.

A música, o folclore e o negro na obra de Vicente Salles

A música, o folclore e o negro foram os principais temas abordados por Vicente Salles no decurso de sua trajetória profissional. Em grande medida, sua aproximação e seu interesse para com estas temáticas ocorreram por influência de pessoas como Bruno de Menezes e Edison Carneiro, ou ainda pelo contato com fontes orais e escritas, fruto do seu trabalho de pesquisador e folclorista.

A contribuição de Vicente Salles para área musical no Pará é representada por um número expressivo de obras. Além disso, nota-se que o campo musical constituiu-se em um terreno importante para o seu engajamento político e cultural. Salles publicou os seguintes livros específicos sobre o assunto: *Música e Músicos do Pará* (1970); *A Música e o Tempo no Grão-Pará* (1980); *Santarém: uma oferenda musical* (1981); *Sociedades*

de Euterpe: as bandas de música no Grão-Pará (1985); *A Modinha no Grão-Pará: estudo sobre a ambientação e (re) criação da modinha no Grão - Pará* (2005), dentre outras. Esta produção também reflete sua ocupação como membro titular da cadeira nº 2 da Academia Brasileira de Música, em 1995, como sucessor do maestro Waldemar Henrique.¹⁷ Salles não se considerava um musicólogo, uma vez que seus temas de pesquisa são explorados por um olhar de folclorista, historiador, antropólogo, e não de musicólogo.¹⁸

Devemos observar que a inclinação de Salles para a música, ou melhor, para os seus estudos sobre esse tema dependeu da sua escolha enquanto pesquisador, mas não devemos deixar de considerar que o interesse pela música teve forte influência familiar. Através de sua mãe, interessou-se pelas modinhas. Sobre este gênero, Karla Oliveto destaca: “Em seu relato oral, Salles define a modinha como um fenômeno que abarca duas áreas do conhecimento: a música e a literatura. A música, por ser uma interação entre o folclórico e o erudito; a literatura, pelo caráter narrativo das experiências e da história social do homem”¹⁹

Mas foi como um culturalista que Salles iniciou seus estudos. A obra mais marcante para se compreender sua formação é *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão*, publicado originalmente em 1971, pela Fundação Getúlio Vargas, em convênio com a Universidade Federal do Pará. Esta obra permeia vários campos indo além da história e da sociologia em voga nos idos de 1960 e 1970. Nela, Salles analisa vários aspectos, da vida, história e, sobretudo da cultura negra na região. Estuda a dimensão e práticas culturais do negro no Pará; suas formas de resistências, o seu engajamento nas lutas de classe, como durante a Cabanagem, e ainda analisa a presença da mão-de-obra negra na economia agrária e na história social da Amazônia.

O estudo do negro no Pará proporcionou à Salles a oportunidade de relacionar seus amplos campos de interesse, juntando a música, a literatura e o folclore, com questões políticas e sociais, como a resistência negra e a luta de classes. Salles ainda reforça que a temática do negro no Pará não dificultou em nada os estudos sobre o folclore e a cultura amazônica em geral. Ele aponta como “... uma das fases mais interessantes da pesquisa científica – o estudo particular de certas tendências e certas características dos fenômenos folclóricos. A presença negra, por exemplo, e a lúdica amazônica, no que tem de mais representativo, é essencialmente africana”²⁰. Para o autor, os fenômenos folclóricos também são fenômenos de cultura, e ambos podem ser analisados individualmente. Contudo, esses fenômenos não são isolados, e sim representam uma realidade concreta, dinâmica, em constante readaptação às novas formas assumidas pela sociedade. Assim, o folclore, na realidade, tornou-se o que ele chamou de *Matéria Viva*, devendo ser estudado naquilo que tem de vivo, a partir de sua mutabilidade no meio social.²¹

Construindo um acervo

O acervo que hoje constitui a *Coleção Vicente Salles* foi adquirido pela *Universidade Federal do Pará*, em 1993. Esta coleção, no sentido descrito por arquivistas como Heloísa Belloto, deve ser entendida primeiramente por sua importância às pesquisas com arquivos pessoais.²² Podemos encontrar nesta coleção uma biblioteca com aproximadamente 15.000 livros e periódicos; algo em torno de 70.000 recortes de crônicas cotidianas de jornais e revistas; 3000 partituras; 573 Publicações da Editora Guajarina; 1.311 folhetos de cordel, assim como, estão presentes na coleção as fichas bibliográficas e analíticas; filme super 8mm; fitas cassete; cartões postais; fotografias, estampas e desenhos, entre outros. Dentre as obras raras, é proeminente a coleção completa da *Revista Brasileira de Folclore*, a qual foi editada pela *Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro*, em parte, sob coordenação de Vicente Salles.²³

No diagnóstico preliminar desta coleção, elaborado pelo historiador Geraldo Mártires Coelho, o acervo foi referendado como um dos mais importantes, completos e originais que possam eventualmente existir. Dessa forma, este historiador reforça a importância da *Universidade Federal do Pará* em adquirir a massa documental, que representou o trabalho de Salles realizado de forma criteriosa e não aleatória, no transcorrer de várias décadas. A presente coleção neste momento era chamada de *Acervo Vicente Salles de Cultura Paraense*. Nesse sentido, acreditamos que seja relevante destacarmos esta informação, de forma a preservar e garantir o histórico desta coleção.²⁴

Quando Vicente Salles chegou a Belém, em 1946, foi trabalhar com o Sr. Erandy Lobato, praticista, representante de uma firma no Rio de Janeiro (Extinta Casa Rand), tendo sido neste escritório, como auxiliar, que Salles sentiu a necessidade de guardar as cópias de tudo o que produzia, principalmente nas horas vagas, as quais eram preenchidas pelos escritos de poemas, seus primeiros ensaios de literatura e crônicas.

Nesse contexto, Salles também adquiriu um enorme interesse pelos folhetos de cordel, pois o escritório em que trabalhava ficaria situado próximo a *Editora Guajarina*, situada na Travessa Padre Eutíquio, em Belém, como já mencionamos; facilitando desta forma, o contato com a poesia popular, e naturalmente, já iniciaria o processo de construção de uma das séries mais ricas de sua coleção, o da *Literatura de Cordel*. Além disso, Salles já colecionava selos, cartões postais e revistas diversas, o que motivou as trocas de correspondências entre pessoas interessadas no Brasil e no exterior.²⁵

Como podemos observar no contexto que apresentamos até aqui, foi ainda menino e no seu primeiro emprego que Salles contraiu o hábito de colecionar, prática que se estendeu até o início de suas coletas de material como folclorista.²⁶ Em 1953, Salles estava investigando a respeito de uma temporada lírica no Teatro da Paz, em Belém, organizada por um italiano chamado Nino Gaione, quando se deparou com um amontoado de papéis retirados dos armários do Teatro da Paz, assim, este pesquisador apanhou programas, cadernos de anotações feitos por um antigo funcionário do teatro chamado Al-

cebíades Nobre, dando início à coleta do material sobre o Teatro da Paz, e consequentemente sobre a história da música no Pará, uma das temáticas de maior representatividade em suas pesquisas e, por conseguinte, dentro de seu acervo.²⁷

No ano de 1954, Salles embarcou em uma peregrinação pelos interiores do Pará, no intuito de coletar material sobre bandas de música, o carimbó, enfim, sobre o folclore na Região do Salgado. Esta, na realidade foi sua primeira coleta de material de campo, retornando ao Pará em 1958, para dar continuidade a esse trabalho, pelos interiores do Estado. Nesse sentido, Karla Oliveto, ao abordar sobre as pesquisas de campo realizadas por Salles, destaca que, nos trabalhos sobre folguedos folclóricos e bandas de música, a primeira regra estabelecida por Vicente Salles foi a de ir aos locais escolhidos, para obter informações e realizar suas observações, com o propósito de completar o levantamento histórico, sobre determinado assunto.

O diálogo com outras ciências, a exemplo da história, fez de Salles um pesquisador raro, no sentido de dialogar com várias disciplinas, bastando para isso observarmos, no geral, a diversidade de sua coleção. Nesse aspecto, como analisa a antropóloga Sônia Dorta: “o importante a considerar é que o colecionador, a época e a forma de colecionamento têm importância crucial para a avaliação de uma coleção e suas possibilidades de estudo”.²⁸

Ao analisarmos esta coleção, percebemos este acervo envolvido em uma perspectiva histórica, para a preservação da memória daquilo que foi resultado do trajeto de pesquisa de Salles. Na *Hemeroteca*, por exemplo, encontramos as séries: Amazônia, Arquitetura, Literatura, Folclore, Negro, entre outras. Podemos observar que estão presentes nessa parte, recortes de jornais e revistas (principalmente a partir da década de 1940, até doações recentes, realizadas pelo próprio Salles). Vale ressaltar, que Salles não focou em colecionar objetos, mas principalmente, documentos manuscritos, impressos e audiovisuais, interesse que se apresentou ainda em sua juventude e no início de sua carreira como pesquisador, como já mencionamos.²⁹

A Hemeroteca desta coleção se destaca pelo leque de possibilidade de estudo a respeito da cultura negra, por exemplo. Continuando por esse viés da interpretação histórica da coleção, faz-se necessário destacar que Salles guardou diversos *artigos*,³⁰ que falam, entre outras coisas, sobre a influência da música africana no Brasil; sobre a influência negra no folclore amazonense; sobre a herança da dor e da brutalidade que foram dispensados aos escravos. Estes artigos apresentam um recorte desde a década de 1940 até 1990, apresentando autores diversificados, dentre os conhecidos, podemos citar Renato Almeida e Darcy Ribeiro.

Um dos *grupos* que se destaca dentro da referida coleção, intitula-se *Documentação Sócio – Cultural*. Esta documentação até o momento apresenta-se na forma de vinte e nove subdivisões, e dentre elas, a que mais nos concentramos foi a pasta “Vicente Salles”, na qual encontramos, em sua maioria, o material produzido por ele, como as notas

de pesquisa para a confecção de *O Negro no Pará*, de 1964, além de cartões e cartas, documentação típica de se encontrar em um arquivo pessoal ou dentro de uma coleção.

A perspectiva política no ato de colecionar

Mencionamos anteriormente, sobre as duas personalidades que *influenciaram*, de forma direta, a trajetória de Salles como intelectual, trata-se de Bruno de Menezes e Edison Carneiro. Buscamos, dessa forma, retomar o nome desses intelectuais para tratarmos a questão do colecionismo através de uma perspectiva política, inclusive. É necessário, levarmos em consideração, a militância de esquerda de ambos, a influência que exerceram sobre Salles, para podermos realizar uma interpretação através da *Coleção Vicente Salles*, a partir do engajamento político do titular do acervo e do seu compromisso com a cultura da região Amazônica.

Nesse sentido, coletar material sobre o folclore, o negro, a música, entre outras temáticas foi, antes de tudo, para Vicente Salles, uma forma de coletar um material que, permitisse discutir a respeito da luta social e da política dos excluídos no norte do Brasil. O material coletado sobre o negro, por exemplo, que constituiu o material para o livro *O Negro no Pará*, sob o regime da escravidão e de outros livros de Salles que tratam sobre a presença da cultura negra na Amazônia, refletiram essas discussões, mesmo que de forma *discreta*, em determinado momento, como o período da ditadura no Brasil. Afinal, falar de folclore, do negro, de cultura popular, na década de 60 apresentava-se, também, como forma de resistência.

Levando em consideração a formação de sua militância política, adentramos em sua biblioteca. No que diz respeito ao *socialismo*, deparamo-nos com algumas publicações estrangeiras, traduzidas e publicações brasileiras. Obras como de Antônio Gramsci, a exemplo do livro *Sobre a Democracia Operária e Outros Textos*, com publicação de 1976, onde este intelectual trata especificamente sobre a situação da Itália e da explosão das lutas de classe, sendo que, as partes grifadas por Salles referem-se ao êxito da Revolução Russa, e como o operário europeu viu o modelo historicamente realizado de uma sociedade que teria capacidade de eliminar a opressão, a miséria, e sobre as condições para eliminação do capitalismo na Rússia.³¹

Do mesmo modo, encontramos o livro intitulado *Obras Escolhidas* para a tradução de Karl Marx e Friedrich Engels, com publicação brasileira da segunda edição de 1961.³² Segundo algumas informações constantes no livro, a edição das obras escolhidas de Marx e Engels foi feita de acordo com a edição soviética preparada pelo instituto Marx-Engels-Lênin e publicadas pelas edições em Línguas Estrangeiras. No que diz respeito a esta edição, foram utilizados (traduzidos) basicamente os textos soviéticos em inglês e espanhol, confrontados com algumas edições francesas. A segunda edição, constante na *Coleção Vicente Salles* foi dividida em três volumes, mas estão presentes no acervo somente os dois primeiros.

O “Prefácio” à edição russa de 1883 foi escrito por Engels para a edição alemã do *Manifesto do Partido Comunista*. Publicado em Gottingen, Zurich, em 1883. Neste prefácio, a parte grifada por Salles diz respeito, principalmente, ao pensamento dominante e essencial do *Manifesto Comunista*, ou seja, sobre a produção econômica e a estrutura social que decorre dele, constituem em cada época histórica a base da história política e intelectual dessa período, especialmente na página dezessete. Na página vinte e seis, Salles destacou, principalmente, o último parágrafo que trata sobre o desenvolvimento da burguesia, conseqüentemente do capital, o desenvolvimento do proletariado, a classe dos operários modernos, e como estes operários apresentam-se como mercadorias, artigo de comércio como qualquer outro, sujeitos a concorrência e flutuações do mercado.

Ainda percorrendo o primeiro volume, a parte que mais se ressalta, seria página cinquenta e quatro, por conter grifos e uma única observação. O destaque feito por Salles, diz respeito ao pioneirismo de Marx em ter sido o primeiro a estudar profundamente a propriedade. E que todo trabalho necessário à produção de uma mercadoria, nem sempre incorpora a esta mercadoria um valor correspondente à quantidade de valor despendido. Quanto à única observação feita por Salles ao lado do parágrafo é a seguinte: “ver mais valia”.

Sobre a literatura do líder do partido comunista russo Vladimir Ilitch Lênin presente na Biblioteca, constam três livros, *La enfermedad infantil del "izquierdismo" en el comunismo* (1961); *Matérialisme et Empirio-criticisme* (1962); *Sobre a grande revolução socialista de outubro* (1987), onde podemos chamar a atenção para muitas partes grifadas, possivelmente, por Vicente Salles.

Apesar da presença destas obras chaves, Salles, contudo não se limitava a elas para entender a realidade brasileira da Amazônia. Longe de se tornar um teórico do comunismo ou do socialismo, sua trajetória de vida revela momentos de maior ação política direta e outros em que sua forma de fazer política ganhou outros mecanismos como, por exemplo, a militância na divulgação de acervos sobre a cultura popular. Salles, entretanto não ficou conhecido por nenhuma obra mais teórica. Por outro lado, ao que parece, ao lado de Guevara e Marx, Salles incluía outros heróis e mitos. Havia aqueles do presente, como seu mentor, Dagoberto Lima e, intelectualmente Bruno de Menezes e Edison Carneiro.

A proposta de trabalho de pesquisa e o colecionismo em Salles são, em boa parte, resultado do contato, ainda na sua juventude com pessoas que comungavam com as correntes políticas de esquerda. Segundo Blom, por exemplo, colecionar livros seria uma atividade *multifacetada* e ambígua.³³ No caso de Salles, existem mesmo várias facetas. A ideia seria de, principalmente, preservar a história daquilo que ele construiu através de suas leituras e pesquisas realizadas. Para Salles, colecionar e preservar são uma das bases de seu pensamento político. Através do conhecimento e preservação das práticas

culturais na Amazônia se esclarecia as lutas de classe, dos menos favorecidos, sua resistência ao longo do tempo.³⁴

Para comprovar esta ideia de prática política atrelada ao colecionismo em Salles, analisamos parte importante do material de literatura presente na *Coleção Vicente Salles*. Partindo de sua predileção pela literatura, verificamos o que ele colecionou e classificou tais gêneros literários.³⁵ Em obras como o *Negro no Pará* e em outras fica claro que Salles também percebe a literatura, os romances, contos, novelas, como fontes que ajudam a compreender as contradições de uma sociedade, o comportamento de determinada classe, ou no caso de uma afinidade de pesquisa, que determinada leitura expresse uma contribuição cultural a uma região ou país.³⁶

A mesma ideia ainda está presente em outro texto de Salles. Ao *pós-faciolar* a 2ª edição do romance *Marajó*, do escritor paraense Dalcídio Jurandir, Salles demonstra muito bem essas funções, ao destacar que, uma das lições que se pode tomar a partir da leitura deste romance “é a presença marcante dos negros e mulatos”, ao indicar a contribuição cultural através do extenso vocabulário de origem africana que se apresenta na obra, que segundo Salles, ainda é corrente e tradicional no Pará. Trata-se de um romance que gira em torno de uma fazenda no Marajó, no início do século XX, onde o papel do fazendeiro transita entre o campo e cidade, apresentado essas duas realidades. Nesse sentido, Salles destaca que, não há o que poderíamos chamar de *personagens principais*, mas sim uma narrativa em que se apresentam opressores e oprimidos, possibilitando, dessa forma analisarmos as contradições de uma sociedade local.³⁷

Nesse sentido, podemos ainda observar outra produção de Salles, onde o mesmo romance de Dalcídio Jurandir é utilizado para demonstrar uma discussão mais densa acerca da relação do homem com o meio natural e da economia. Intitulada *Memória sobre a rede de dormir: que fazem as mulheres índias e negras no Grão-Pará, conforme anotações de cronistas antigos e modernos* - nos permite adentrar no universo amazônico das tradições culturais em meio aos aspectos socioeconômicos desta região, a partir dos olhares dos cronistas que percorreram a região amazônica nos séculos XVIII e XIX, assim como pelos olhares dos romancistas *modernos*.³⁸

Ao tratar especificamente sobre este costume da utilização da rede, Salles aponta mais uma vez as anotações dos naturalistas e viajantes Spix e Martius em Santarém no ano de 1820, onde estes descrevem que, em vez da utilização de sofá, as pessoas penduram redes de algodão branco, com desenhos delicados e não abertos.³⁹ Sobre o mesmo assunto, Vicente Salles também utiliza as descrições do romancista Dalcídio Jurandir para demonstrar a habilidade das negras descendentes de escravos na fabricação das redes no município de Cachoeira, na região do Marajó.⁴⁰

Continuando pelo viés da literatura paraense, ainda em meio ao posfácio de *Marajó*, Salles cita o livro de poemas de Bruno de Menezes, intitulado de *Batuque*, de 1931, como exemplo de um tipo de literatura que, destaca a influência negra na Amazônia.

Também, no universo dos recortes de jornais e periódicos, podemos encontrar muitas citações sobre Bruno de Menezes. Todos classificados por Salles ao tema do negro, mas correspondente à *Literatura*, e muitos aparentemente vinculados a uma função *política* ou histórica, servindo para que se compreenda melhor a realidade e a cultura amazônica.

A possibilidade de perceber a biblioteca de um intelectual como Vicente Salles, nos faz refletir sobre alguns aspectos. Entre eles, o ensejo de observar o que o titular do acervo leu durante seu trajeto pessoal e profissional, ou grande parte dele. A biblioteca possui um significado especial para Salles, não só por assegurar que é fundamental ao pesquisador em geral, mas por ter tido a oportunidade de ter usufruído e de ter se intelectualizado a partir da biblioteca do seu pai. Ainda criança, Salles entrou em contato com leituras clássicas da literatura internacional como *Dom Quixote de La Mancha*, de Cervantes, e com escritores nacionais, como José de Alencar.⁴¹ Sobre as possibilidades da biblioteca Salles nos permite outras acepções, pois como ele iniciou seu trabalho em uma biblioteca, ele acabou por entrar em uma área que não era a sua, e como autodidata acabou incorporando o trabalho de bibliotecário, publicando, dessa forma, várias bibliografias comentadas.

Considerações finais

O folclore, a história, a música, a arte, a literatura, tudo tende a se mesclar neste acervo organizado por Vicente Salles. Contudo, o sentido geral desta mistura reside fundamentalmente no seu interesse pelo tema do folclore e em sua militância política em torno das classes menos favorecidas, e como se *existisse* um comprometimento em retornar ao *povo* aquilo que foi coletado sobre ele. O colecionismo de Salles se aproxima da ideia tecida por Sirinelli sobre a história dos intelectuais. Para este, esse campo tornou-se autônomo, não se fechando sobre si mesmo. Trata-se de um campo aberto “situado no cruzamento das histórias política, social e cultural”.⁴²

Como podemos perceber, aqui, o pessoal e profissional naturalmente se misturam, a partir do momento em que um intelectual como Salles, se preocupa em preservar a história que ele construiu: guardando, coletando e escrevendo. A partir do contato com a vasta literatura presente na biblioteca da *Coleção Vicente Salles*, verificou-se em vários livros o carimbo *Fundo Coleção Vicente Salles*. O que, possivelmente, representa a preocupação deste intelectual em preservar a documentação e o produto de suas pesquisas quando ainda não tinha em mente onde seu acervo iria parar. Para aprofundar, é preciso estudar a biblioteca de Salles, no sentido de observarmos a relação *de um colecionador e os seus pertences*, a exemplo dos livros, como nos apresentou Walter Benjamim ao expor seu discurso sobre o autêntico colecionador e a arte de colecionar.⁴³

Notas e referências

- ¹ A *Coleção Vicente Salles* está sob a guarda do *Museu da Universidade Federal do Pará* e localizada na biblioteca do referido museu, ver: <http://www.ufpa.br/museufpa>.
- ² Rodrigo Bentes MONTEIRO, “Folhetos em ordem na Coleção Barbosa Machado”, Leila Mezan ALGRANTI & Ana Paula MEGIANI (Orgs.), *O Império por Escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico, séculos XVI – XIX*, São Paulo, Alameda, 2009, pp. 215-216. Procuramos observar aqui a ideia do colecionador que o autor desenvolveu a partir da interpretação da biblioteca que o abade Barbosa Machado construiu em Portugal, tendo vindo esta biblioteca para o Brasil no início do século XIX.
- ³ Vicente SALLES, *Um retrospecto – memória*, Brasília, Microedição do Autor, 2007, p.07.
- ⁴ A *Guajarina* surgiu no Pará em 1914, por iniciativa do pernambucano Francisco Rodrigues Lopes. Segundo Vicente Salles, essa editora fundiu dois campos “aparentemente” opostos: o consumo da literatura sertaneja ou cordel (semelhante à nordestina) e a do cancionero popular urbano e seresteiro. O período de 1939-1945 trouxe dificuldades para a editora, por conta da guerra, tornando a publicação irregular, e voltando a ter intensidade em sua produção nos carnavais de 1946 e 1947. Com a morte de Francisco Lopes, em 1947, esta folheteria passou para outras mãos. Em 1949 a editora e suas instalações foram incorporadas a firma proprietária da Livraria Vitória, de Raimundo Saraiva Freitas. Os novos donos se desinteressaram pelas publicações, interrompendo-as em definitivo. Cf.: Vicente SALLES, “Guajarina - Folheteria de Francisco Lopes”, *Revista Brasileira de Cultura*, Ano II, nº 09, jul./set. 1971, pp. 87-102.
- ⁵ Vicente SALLES, *Um retrospecto* ..., cit., p. 12.
- ⁶ O Etnólogo e folclorista Edison Carneiro nasceu em Salvador na Bahia em 12 de agosto de 1912. Foi jornalista, poeta, jurista e folclorista. É considerado um dos maiores estudiosos sobre os cultos afro-brasileiros. Participou da estruturação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, tendo sido nomeado diretor – executivo de 1961 a 1964. Morreu em dezembro de 1972. (<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>). Cf.: Mário SOUTO MAIOR, *Dicionários de Folcloristas Brasileiros*, Recife, 20-20, Comunicação e Editora, 1999.
- ⁷ Entrevista concedida à autora, através de carta, em maio de 2010. Aqui, Salles ressalta ser esse o período de maior interesse pela literatura, colaborando em vários jornais e revistas.
- ⁸ Para a construção deste breve resumo biográfico foram consultados: Vicente SALLES, *Um retrospecto...*, op. cit.; Karla Aléssio OLIVETO, *Vicente Salles: trajetória pessoal e procedimentos de pesquisa em música*, (Dissertação em mestrado em Música), Brasília, Universidade de Brasília, 2007.
- ⁹ O retorno de Salles a Belém para dirigir o museu da UFPA foi noticiado através dos principais jornais da cidade com entusiasmo. *O Diário do Pará* do dia 03 de março de 1996 trouxe a seguinte matéria “O Lixo que virou história. Vicente Salles volta a morar em Belém e começa a organizar seu vasto arquivo de cultura popular, que hoje faz parte do patrimônio do Museu da UFPA”. *O Liberal* do dia 12 de março de 1996 apresentou a seguinte chamada “O Museu está Vivo: o escritor paraense Vicente Salles assume o Museu da UFPA disposto a divulgar seu amplo acervo de quadros e livros”. É necessário destacar que, outras informações sobre a aquisição deste acervo foram feitas a partir da consulta ao dossiê sobre a *Coleção Vicente Salles*, desde a negociação até a sua compra definitiva.
- ¹⁰ Pela diversificação e seriedade presentes em suas pesquisas, Vicente Salles recebeu vários títulos, símbolo do reconhecimento ao seu trabalho. Citemos os prêmios: Com o ensaio *O Exilado do Rancho Fundo*, sobre o poeta Antônio Tavernard, ganhou o prêmio “Carlos Nascimento” da Academia Paraense de Letras em 1960; O Prêmio “Silvio Romero” com *Repente e Cordel*, sobre literatura popular em versos na Amazônia, 1981 pela FUNARTE; e o prêmio “Oswaldo Orico”, da Academia Brasileira de Letras com o livro *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*, em 1992.
- ¹¹ A relação de Vicente Salles com uma das principais personalidades modernistas do Estado do Pará, no caso, o escritor Bruno de Menezes – a quem podemos considerar uma das influências mais marcantes na trajetória intelectual de Salles – fizemos uso de vários outros autores. Nesse sentido, o leitor pode consultar os autores

- seguintes para aprofundar o assunto: Alonso ROCHA, “Bruno de Menezes: traços biográficos”, Alonso ROCHA [et al.] *Bruno de Menezes ou a sutileza da transição: Ensaios*, Belém, CEJUP/Universidade Federal do Pará, 1994, pp. 07-36; Aldrin Moura de FIGUEIREDO, “Arte, Literatura e Revolução: Bruno de Menezes, anarquista, 1913-1923”, Edilza FONTES & José Maia BEZERRA NETO (orgs.), *Diálogos entre História, Literatura e Memória*, Belém, Paka-Tatu, 2005, pp. 293-307.
- ¹² Aldrin Moura de FIGUEIREDO, *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*, Tese de Doutorado em História, Campinas/SP, UNICAMP, 2001. Ao falar do modernismo em Bruno de Menezes o autor destaca alguns poemas com teor anarquista, a exemplo de “Chapeleirinhas”, onde Menezes demonstra o valor do trabalho braçal das mulheres que produzem os chapéus elegantes que, utilizavam as damas da alta sociedade.
- ¹³ Forma musical de origem africana, mais provavelmente vinda do nome angolano “semba”, o que significaria umbigada, pela forma como era executada a dança. *Artigos de Opinião*, 2008-01-28, <http://www.acorianoriental.pt/noticias/view/93258>, acessado em 15.07.2010.
- ¹⁴ Por exemplo, em *Santos e Visagens*, Eduardo Galvão praticamente desconsidera a influência negra na constituição da religiosidade do caboclo amazônico, considerando-a fruto da miscigenação de portugueses e indígenas. Cf.: Eduardo GALVÃO, *Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa do Itá, Baixo Amazonas*, 2ª Ed., São Paulo, Ed. Nacional, Brasília, INL, 1976 [1955].
- ¹⁵ Vicente SALLES, *Edison Carneiro, e o folclore do negro*, Edição do Autor, Brasília, 1990 [1988].
- ¹⁶ O que viria a ser feito, também, pelo Professor Napoleão Figueiredo e por Anaíza Vergolino. No prefácio de *O Negro no Pará*, Arthur Cezar Ferreira Reis destaca que, a bibliografia sobre a presença africana na Amazônia nunca foi expressiva e nos apresenta algumas como: *O Negro na empresa colonial dos portugueses na Amazônia* (1961), de sua autoria; *A introdução do negro na Amazônia* (1938) e *Negros-escravos na Amazônia* (1952), de Nunes Pereira; e os estudos dos batuques de Belém realizados por Anaíza Vergolino e Napoleão Figueiredo, divulgados nas atas do simpósio sobre a biota amazônica, no Rio de Janeiro, em 1967.
- ¹⁷ Salles foi eleito para a Academia Brasileira de Música em 1995, cadeira antes ocupada pelo compositor paraense Waldemar Henrique. A indicação de Salles para membro da referida academia, deve-se ao maestro Francisco Mignone, mas também, pelo reconhecimento das suas obras que tratam sobre a história da música no Pará. A ABM, nesse período, atravessava uma época de estagnação, apresentando o seu quadro de membros incompleto. Posteriormente, a proposta foi reforçada pelo Maestro Marlos Nobre, quem fez a indicação formal, e Salles passou a ocupar a cadeira nº2, vaga após a morte Waldemar Henrique. Estas informações foram obtidas através das seguintes fontes: entrevista concedida à autora, em março de 2012 e *Coleção Vicente Salles*, material Histórico Cultural - Pasta “Vicente Salles” - Correspondência Recebida - Negro e Música. Carta de Wilson Fonseca a Vicente Salles. Santarém (PA), 02.08.1995.
- ¹⁸ Ver: Karla Aléssio OLIVETO, *Vicente Salles...*, cit.
- ¹⁹ *Ibid.*, p.16.
- ²⁰ Vicente SALLES, *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão*, 2ª Ed., Brasília/Belém: Ministério da Cultura/Secretaria de Estado da Cultura do Pará/Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”, 1988, p.186.
- ²¹ *Id.*, “Questionamento teórico do Folclore”, *Revista Vozes*, Rio de Janeiro, 63 (10) Out./1969, pp. 878-888. Nesse artigo, o autor cita alguns folcloristas que se enquadram na defesa da dinâmica do folclore como: Raffaele Corso, Albert Marinus, Iuri Solokov, dentre outros, no Brasil: Câmara Cascudo, Renato Almeida e Edison Carneiro.
- ²² Heloísa Liberalli BELLOTO, *Arquivos Permanentes: tratamento documental*, São Paulo, T.A. Queiroz, 1991. Ao falar de arquivos pessoais, a autora apresenta algumas variantes de como a documentação de um arquivo pessoal pode ser utilizado como fonte de pesquisa: Documentação Básica; Documentação Alternativa; Documentação Subsidiária e Documentação Paralela. Contudo, para o fim desta pesquisa, ela representa a oportunidade de perceber a ligação entre a vida do autor, suas obras e aquelas que ele adquiriu, leu e

trabalhou ao longo da sua vida. A coleção significa mais do que um acervo pessoal, ela esclarece sobre a relação entre a vida de Vicente Salles e suas pesquisas no campo da cultura popular.

²³ Em uma conversa informal com a bibliotecária do *Museu da Universidade Federal do Pará*, foi destacado que, a parte da Biblioteca da Coleção Vicente Salles, está “totalmente” organizada, assim como, a hemeroteca. Considerando que, Salles continua a enviar material em grande quantidade ao acervo, justifica-se as aspas utilizadas na palavra totalmente. A parte musical desta coleção foi completamente organizada através do projeto “Recuperação e Difusão do Acervo Musical da Coleção Vicente Salles da Biblioteca Museu da UFPA”, finalizado em 2008. Cabe ainda ressaltar a existência de peças museológicas em seu acervo, peças que Salles foi presenteado, ou mesmo compradas pelo pesquisador. Segundo Salles, este acervo vai da documentação gráfica a oral.

²⁴ Fonte: dossiê sobre os trâmites e compra da *Coleção Vicente Salles*. Os documentos deste dossiê têm como data-limite os anos de 1991-1993.

²⁵ Cabe ressaltar a influência pelo gosto da literatura de cordel, uma vez que foi fortemente influenciado pelo pai, que era admirador e leitor desse tipo de poesia, talvez um gosto hereditário. E também do contato com o jornalista paraibano Romeu Mariz, que era amigo de seu pai, e tinha certa familiaridade com este tipo de literatura que, como o próprio Salles destaca: era um poeta admirador da poesia nordestina, tendo sido autor de reportagens e de crônicas sobre poetas e cantadores, publicou, inclusive, muitos folhetos sob o pseudônimo de “Mangerona - Assu”. Entrevista à autora, em maio de 2010.

²⁶ Informações mais acuradas sobre suas pesquisas de campo e a coleta de material dessas pesquisas, assim como, a trajetória de Salles do folclore para uma história da cultura, cf.: Alessandra R. e S. MAFRA, *O arauto da cultura paraense: uma história intelectual de Vicente Salles*, (Dissertação de Mestrado em História), Universidade Federal do Pará, PPHIST, 2012. É importante salientarmos que, o próprio Salles em entrevista aponta que foi dessa forma, diga-se o primeiro momento de organização do material que hoje compõe a Coleção Vicente Salles.

²⁷ No que tange ao estudo da música em Salles, ver Karla Aléssio OLIVETO, *Vicente Salles*, cit.

²⁸ Sônia Ferraro DORTA, “Coleções Etnográficas: 1650-1955”, Manuela Carneiro da CUNHA (Org.), *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992, p. 501.

²⁹ No acervo ainda podemos encontrar desenhos, caricaturas, negativos de vidro e objetos museológicos, assim como, jornais do século XIX, na parte de obras raras. Sobre uma discussão a respeito do Colecionismo, mesmo que em um contexto europeu, no sentido de refletir a respeito do hábito de adquirir e manter objetos, e de como o ato de colecionar foi se modificando ao longo dos séculos, permitindo a percepção do ato de colecionar ligado ao status (e ao dinamismo do comércio) até a disseminação desse hábito entre o meio popular cf.: Philipp BLOM, *Ter e Manter: uma história íntima de colecionadores e coleções*, Rio de Janeiro, Record, 2003. Igualmente, para um contexto amazônico, vale a pena cf.: Aldrin FIGUEIREDO, “Quimera Amazônica: arte, mecenato e colecionismo em Belém do Pará, 1890-1910”, *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, nº 28.1, 2010, Dossiê Memória, Narrativa, Política, pp. 71-93.

³⁰ Estamos nos referindo ao que foi organizado dentro da hemeroteca da referida coleção: *Coleção Vicente Salles*, seção Hemeroteca, Pasta “Negro”, série “Artigos”.

³¹ Antônio GRAMSCI, *Sobre a democracia operária e outros textos*, Lisboa, ULMEIRO, 1976.

³² Karl MARX e Friedrich ENGELS, *Obras escolhidas*, v. 2, Rio de Janeiro, Vitória, 1961 [1956].

³³ O autor salienta que existem aqueles colecionadores que, tratam os livros apenas como objetos, ou aqueles que colecionam para conferir alguma data, lugares ou datas de impressão e edição, ou seja, sobre a história do livro ou do papel. Cf., Philipp BLOM, *Ter e Manter*, cit.

³⁴ Nesse sentido, faz-se relevante refletirmos sobre o valor da memória e sua evolução na sociedade, e desta como propriedade de conservação das informações, pois a memória como elemento de identidade, individual ou coletiva, serve como instrumento de poder para reivindicações, e também, de resistência. Cf.: Jacques LE GOFF, *História e Memória*, São Paulo, Editora da UNICAMP, 2003.

-
- ³⁵ Na biblioteca podemos encontrar literatura brasileira (José Veríssimo, Silvio Romero, Mario de Andrade, entre outros). Estrangeira (principalmente, Franz Kafka) e regional (literatura amazônica, com José Veríssimo, José Eustáquio de Azevedo, Bruno de Menezes, Dalcídio Jurandir, entre outros). Igualmente, na Hemeroteca, teremos material sobre o negro, na parte de literatura. Matérias editadas entre as décadas de 1970 a 1990, principalmente, sobre o poeta Bruno de Menezes, coletados por Salles.
- ³⁶ Como aponta Antônio Ferreira, toda ficção está enraizada na sociedade, a partir do momento em que se leva em consideração, determinado espaço, tempo, cultura e relações sociais, é a partir de determinado contexto, que o autor constrói sua imaginação. Cf.: Antônio Celso FERREIRA, “A Fonte Fecunda”, Carla Bassanezi PINSKY & Tânia de LUCA (orgs.), *O Historiador e suas fontes*, São Paulo, Contexto, 2009, p. 67.
- ³⁷ Dalcídio JURANDIR, *Marajó*, Rio de Janeiro, Cátedra, Brasília, INL, 1978. [1947]
- ³⁸ Vicente SALLES, *Memória sobre a rede de dormir: que fazem as mulheres índias e negras no Grão-Pará, conforme anotações de cronistas antigos e modernos*, Brasília, Micro, Edição do autor, 1994. Este texto foi publicado, posteriormente como *O negro na formação da sociedade paraense: textos reunidos*, Belém, Pa-ka-Tatu, 2004.
- ³⁹ Id., *Memória ...*, p.15.
- ⁴⁰ Ibid., pp. 19-20. Salles cita Dalcídio Jurandir e o Romance *Marajó*, onde o último descreve sobre o labor das negras com a matéria prima em questão.
- ⁴¹ Vicente SALLES, *Um retrospecto*, op. cit. e Entrevista concedida à autora, no dia 30/11/2011.
- ⁴² Jean-François SIRINELLI, “Os Intelectuais”, René RÉMOND (Org.), *Por uma história política*, 2003, p. 232.
- ⁴³ Walter BENJAMIN, “Desempacotando minha biblioteca”, *Rua de Mão Única, Obras Escolhidas*, vol. II. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 227-235.

Interpretações do Brasil a partir de Ortega y Gasset. Leituras de História como Sistema e Mirabeau ou o Político.

*Maria Emilia Prado**

O contato de ideias entre letrados e intelectuais brasileiros e os do mundo hispânico caracterizaram-se por serem fortuitos e por vezes inexistentes. Influenciada pelo pensamento francês e inglês, com algumas passagens pela filosofia e posteriormente pela sociologia alemã, a produção intelectual hispânica (Europa e América) despertava pouco interesse e, por conseguinte, baixíssimo grau de intercâmbio. As teses sobre o iberismo, por exemplo, que despertaram polemica na América Espanhola desde o século XIX, passaram, praticamente, despercebidas no Brasil.

Essa situação começou a sofrer alteração, ainda que lentamente, a partir da década de 1920, momento em que o intercâmbio com o mundo hispano-americano começou a ser efetivado. Nessas circunstâncias, não pode causar estranhamento a influência tardia e principalmente rarefeita do pensamento orteguiano no Brasil. A partir da década de 1930 essa situação começou a se alterar e no tocante a Ortega já era possível detectar de modo mais sistemático a influência de seu pensamento no Brasil. Dentre os intelectuais que reconhecem a importância de Ortega y Gasset em sua formação está Hélio Jaguaribe.

Na América Hispânica a denominada *geração de 1915* (marcada pelas adversidades geradas a partir da primeira grande guerra, bem como pela geração espanhola de 1914, que tem a figura de Ortega y Gasset como expoente) foi fortemente influenciada pelo pensamento orteguiano. As ideias, conceitos e concepções de Ortega serviram para que os intelectuais empreendessem a crítica ao positivismo. Dentre os membros mais destacados dessa geração estão: Antonio Caso, José Vasconcelos e Alfonso Reyes (no México), Coriolano Alberini (na Argentina) e Víctor R. Haya de la Torre (no Peru).

Ainda que a geração de 1915 tivesse recebido influência dos intelectuais do século XIX bem como de seus coetâneos, foram as ideias de Ortega quem serviu para subsidiar a reflexão acerca da temática, sempre presente, da identidade latino-americana. O

* Professora Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História.

pensamento raciovitalista de Ortega y Gasset suas teorias acerca das circunstâncias bem como o perspectivismo, foram utilizadas como estandartes quando estava em discussão a temática da independência cultural ibero-americana.¹ De 1916, data de sua primeira estadia na Argentina, convidado pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Buenos Aires, passando pelo momento de surgimento da *Revista do Ocidente* até o seu autoexílio, (1939), quando retornou a Argentina, a Filosofia de Ortega se fez presente no cenário intelectual hispano-americano sempre tão preocupado com a formulação de um projeto intelectual comum bem como a retomada dos valores indígenas na definição dessa identidade.

No caso do Brasil, a chegada de Ortega- filosofia, concepções e conceitos- ocorreu bem mais tarde. É no panorama político e intelectual da década de 1930 que a produção orteguiana desembarca. A partir de então um conjunto de intelectuais terá em Ortega uma fonte de inspiração e um guia para suas inquietações nos domínios da política, da filosofia e da história. Dentre os que reconhecem a dívida para com Ortega em seu processo de formação está Hélio Jaguaribe, a quem coube realizar a “*Introdução*” à publicação feita pela UNB de dois textos de Ortega inéditos em língua portuguesa: *A História Como Sistema e Mirabeau ou o Político*.

Hélio Jaguaribe de Mattos² nasceu no Rio de Janeiro, em 1923, diplomando-se em Direito em 1946 pela Pontifícia Universidade Católica. Filho do geógrafo e cartógrafo da Comissão Rondon, Gen. Francisco Jaguaribe de Mattos e de Francelina Santos Jaguaribe de Mattos. Em 1956 participou da fundação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), instituição de estudos ligada ao Ministério da Educação e Cultura. Em 1964, com o golpe militar, afastou-se do país dirigindo-se aos Estados Unidos onde lecionou nas Universidades de Harvard (1964/66) e Stanford (1967/68) e no Massachusetts Institute of Technology - MIT (1968/69). Retornou ao Brasil em 1969 ingressando na Universidade Cândido Mendes. Em 1979 fundou o *Instituto de Estudos Políticos e Sociais*, sendo seu decano até 2003, quando passou a função ao prof. Francisco Weffort. De abril a setembro de 1992 foi Ministro da Ciência e Tecnologia. É membro da Academia Brasileira de Letras.

Já na juventude Hélio Jaguaribe passou a se interessar por um universo intelectual diverso daquele que caracterizou o tempo de seu pai. Seus estudos foram realizados no Colégio Santo Inácio, onde começou o interesse pela Filosofia. Por esta época devorava também os clássicos da literatura europeia e tendo redigido poemas e novelas, imaginava que se tornaria escritor. Como aluno da seção clássica do curso complementar, passou também a se interessar pelo marxismo, especialmente pelas obras do jovem Marx. Este interesse era evidentemente bastante conflituoso com a orientação geral que recebia no colégio. Terminada essa etapa de formação, ingressou então no curso de Direito na PUC do Rio de Janeiro, onde por influência do prof. Antonio Gallotti catedrático de Teoria do Estado, passou a se voltar para a Ciência Política.

Interessado, fundamentalmente, nas temáticas do desenvolvimento e da integração latino-americana liderou o grupo de intelectuais que em reuniões realizadas na cidade fluminense de Itatiaia, o que fez com que fossem conhecidos pela denominação de *Grupo de Itatiaia*. Os intelectuais do *grupo* estudavam temas ligados aos problemas da

realidade brasileira. Dessas reuniões surgiu o *Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP)*. Mais tarde, já no governo JK foi criado o ISEB - *Instituto Superior de Estudos Brasileiros* - também com a finalidade de estudo, ensino e divulgação das ciências sociais. Objetivava-se, também, que os dados e as categorias aí formuladas servissem para análise e compreensão crítica do Brasil e pudessem contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional. Os principais intelectuais ligados ao ISEB eram os filósofos R. Corbusier, Michel Debrun e Álvaro Vieira Pinto; o sociólogo Guerreira Ramos; os economistas Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida e Ewaldo Correia Lima; o historiador Nelson Werneck Sodré e os cientistas políticos Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes de Almeida.

Logo após sua fundação o ISEB passou a organizar cursos destinados, principalmente, à formação da elite brasileira. Nesses cursos era oferecida uma visão ampla e geral da História do Brasil e do ponto de vista econômico as ideias aí apresentadas conjugavam-se com algumas propostas defendidas pela CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) bem como por Celso Furtado, que apesar de não integrar os quadros do ISEB era próximo do Instituto e de alguns de seus intelectuais. Os integrantes do ISEB viram no governo Juscelino o meio pelo qual seria possível que suas ideias fossem postas em prática e dessa forma a instituição funcionou como aliada do projeto desenvolvimentista implantado por Juscelino Kubitschek. Em suas declarações públicas, Juscelino prestigiou o ISEB, definindo-o como um centro de cultura, estudos e pesquisa. Diferenciava-os dos demais órgãos universitários ao realçar a vocação do ISEB para o estudo dos problemas brasileiros. Ressalte-se, no entanto, o fato de JK não ter transformado os intelectuais do ISEB em seus assessores na orientação nem na implantação do *Plano de Metas para o Desenvolvimento*. Para isto ele criou o Conselho de Desenvolvimento, que tinha esta missão.

Ao longo do período de formação universitária além da influência recebida pela leitura da obra de Lucrecio, *De Rerum Natura*, tomou contato com aquele que viria a se tornar um autor basilar na sua formação: Ortega y Gasset e através de Ortega tomou conhecimento do pensamento alemão dos finais do século XIX até 1930.

“Ortega e o culturalismo alemão me fizeram abandonar as ideias econômicas de Marx e o materialismo histórico, embora conserve, como já mencionei, grande apreço pela obra do jovem Marx.

As grandes influências que contribuíram para minha formação intelectual foram, assim, a partir de Ortega, as de Dilthey, Rickert, e Windelband, de Ernst Cassirer, de Max e Alfred Weber, da escola fenomenológica de Husserl, Jaspers com quem tive excelente contato em Basiléia, na Suíça- e Max Scheler. Foram, por outro lado, Bertrand Russel, Whitehead e Collingwood, Mannheim, Talcot Parsons, Sorokin e Aron. Foi a Escola de Frankfurt, notadamente Horckheimer. Foram, ainda, Werner Jaeger e Erich Kahler.”³

Em diversos momentos reconheceu Jaguaribe o papel decisivo de Ortega em sua formação:

“A outra grande influência, que me abriria as portas para a grande cultura de nosso tempo, foi a de Ortega y Gasset. Li, praticamente, toda a obra de Ortega com quem, posteriormente, tive o prazer de um grande encontro em Madrid. Fascinado por Ortega, com cujas idéias conservo grande afinidade, fui por ele conduzido a conhecer o pensamento alemão desse grande período que vai dos últimos decênios do século XIX até os anos de 30 e a tragédia do nazismo.. Ortega e o culturalismo alemão me fizeram abandonar as idéias econômicas de Marx e o materialismo histórico, embora conserve, como já mencionei, grande apreço pela obra do jovem Marx.”⁴

Para analisar a realidade brasileira Jaguaribe valeu-se da História e para ele os sujeitos históricos fundamentais seriam os grupos sociais. Situando-se ao lado de intelectuais como Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Silvio Romero, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna e tantos outros intelectuais que realizaram suas análises a partir do enfoque teórico-metodológico analítico diferentemente da linhagem iniciada por Varnhagem e prosseguida por Pedro Calmon, Hélio Vianna e outros cuja preocupação voltava-se para a análise das individualidades, das correntes ideológicas e políticas mais em acordo com a perspectiva metodológica do historicismo.

Jaguaribe apreendeu através de Ortega o gosto pela perspectiva de conjunto e a necessidade de perceber a dinâmica histórica através de uma morfologia explicativa. Será, portanto, como discípulo que Jaguaribe que no prólogo denominado “Ortega: circunstância e pensamento” retomará a obra orteguiana, segundo ele mesmo, “a partir de um patamar de experiências e de uma perspectiva de trinta anos depois [...] para uma breve análise que é, também, uma saudosa homenagem.”⁵

Para não fugir do Ortega- filósofo da *circunstância* e da *razão vital*- Jaguaribe procurará inicialmente ressaltar os pontos mais significativos de sua biografia. Destaca o fato do seu nascimento ao ter ocorrido em 1883 tornava seus predecessores os intelectuais da geração espanhola de 1898: “a geração que se viu bruscamente defrontada, naquele fatídico ano, com a humilhante derrota na guerra com os Estados Unidos, a perda do Império e a constatação de que os mitos de grandeza de que ainda se alimentava vinham, desde muitos séculos, se apartando cada vez mais da realidade espanhola e mundial”.⁶

A constatação do subdesenvolvimento da Espanha teria gerado dois modelos de reação. O primeiro deles cujo representante maior foi Unamuno e que buscava superar o sentimento de inferioridade mediante valorização de suas tradições e outro que buscou realizar a autocrítica nacional, procurando nos valores estrangeiros “uma lúcida consciência da própria realidade”. Ortega seria o principal formulador desta corrente.

Unamuno buscava a redenção da Espanha através da restauração castiça do “*sentimento trágico da vida*”. Enquanto Ortega considerava a *hispanidad* não como um objetivo em si, mas sim, como uma perspectiva. O objetivo seria a construção de uma Espanha moderna, europeia, ocidental. Para Jaguaribe esse duplo compromisso com a Espanha e com o universalismo da cultura europeia, “marcará toda a vida e a obra de Ortega.”⁷ E essa urgência na ação levou-o a um engajamento político mais militante do que partidário, quando em 1914, por exemplo, criou a *Liga de Educación Política de*

España ou em 1930, momento em que caía a monarquia espanhola e emergia o sonho republicado, e Ortega propunha a *Agrupación al Servicio de la República* e como deputado participou, juntamente com outros intelectuais dos trabalhos das Cortes.

Mas as limitações da política concreta se mostravam em toda sua força e Ortega então abandona o parlamento e retorna a seus escritos. No cenário político que se inaugurava na Espanha dos anos de 1930, caracterizado pela intolerância. Ortega preferiu o silêncio e o exílio. Manteve-se, porém, ativo do ponto de vista da produção intelectual.

Depois dessas breves considerações acerca de questões de natureza biográfica, Jaguaribe procurou destacar o que considerava os pontos centrais das reflexões orteguianas. Para Jaguaribe *O Tema do Nosso Tempo*, título de um dos principais livros de Ortega, era também o tema central do próprio Ortega: a razão vital- razão que dá razão à vida. Dessa forma, o racio-vitalismo orteguiano representava um esforço para superar o idealismo kantiano. Para Ortega a realidade então, não era nem o mundo nem o eu , mas sim a coexistência do eu e do mundo. Esse relacionamento recíproco homem-mundo, através da vida, conduziu Ortega a integrar o sujeito e sua circunstância- “eu sou eu e minha circunstância”-. Em *História como Sistema*, Ortega explicitou seu entendimento sobre esta questão ao afirmar: “Todas as coisas sejam o que forem, são já meras interpretações que (o homem) se esforça a dar ao que encontra. O homem não encontra coisas, senão as põe e supõe. O que encontra são puras dificuldades e facilidades para existir.”⁸

O perspectivismo, ou teoria dos pontos de vista, é outro dos temas formulados por Ortega que recebe destaque no prólogo realizado por Jaguaribe que ressaltava ser a teoria da perspectiva, para Ortega, uma dimensão fundamental de sua visão de mundo.

“O mundo, precisamente, para ele se dá sempre em perspectiva e, no seu conjunto, constitui a agregação de todas as perspectivas, no espaço e no tempo. Esses perspectivismo abrange a totalidade das formas de compreensão do mundo, desde as espontâneas, da vida corrente, até às eruditas, da física ou da história. Na relatividade de Einstein, Ortega saudou a expressão cientificamente mais sofisticada do perspectivismo físico-cosmológico. Em Dilthey, como teórico da História, e nos grandes historiadores como Mommsen, Burckhardt ou Rostovzeff, as mais altas manifestações do perspectivismo histórico.”⁹

Completando o quadro conceitual com o qual trabalha Ortega, a razão histórica seria o complemento necessário para compreensão da razão vital. Em a *História como Sistema* o próprio Ortega define o seu entendimento sobre a razão histórica ao afirmar: “O homem não tem natureza, tem história. Porque não se pode esclarecer o ontem sem o anteontem, e assim sucessivamente, a história é um sistema- o sistema das experiências humanas que formam uma cadeia inexorável e única.”¹⁰

Com a razão histórica Ortega acreditava ter superado o dilema razão – história que se perpetuava desde os gregos, uma vez que até então a história era vista como não sendo racional e a razão não era histórica. O conceito de razão histórica, formulado por Ortega, era *ratio*, *logos*. Ao se opor à razão físico-matemática, Ortega não concedia

licenças ao irracionalismo. Ao contrário, “a razão histórica é ainda mais racional, mais exigente que esta. A física renuncia a entender aquilo de que fala [...] a razão histórica, em troca, não aceita anda como mero fato, senão que fluidifica todo o fato.”¹¹

Para Jaguaribe a filosofia de Ortega conduzia a uma particular antropologia filosófica onde baseava seu entendimento da conduta humana. A vitalidade, que inserida no organismo, mas, cuja expressão se dá na fusão com a psique é característica universal do ser humano, mas assume em cada indivíduo características próprias. Essa forma de conceber a vida humana levou Ortega a construir uma teoria geral de valores, através da qual situava o problema da qualidade da vida a partir de dois critérios: a vida em si e a vida referida a valores. Nesse sentido, o homem é seu projeto. Este referido aos valores poderá ser nobre ou vulgar. A vida nobre é a vida a servido de algo válido que transcenda o sujeito. A vida vulgar é aquela puramente fisiológica.

Por fim, Jaguaribe procurará destacar a visão particular de Ortega acerca do político. Acentua que na sua concepção a respeito do homem político, Ortega retomará o conceito de vitalidade. E dessa forma concluída que para ser grande na ciência, arte ou no desempenho de qualquer atividade o homem necessitava dispor de abundante vitalidade. E para ele em nenhuma atividade o homem dependeria tanto da vitalidade como na política.

Dessa forma, concluída Jaguaribe que o político deveria ser um transmissor coletivo de motivação e dinamismo, a partir de seus próprios excedentes de vitalidade. Assim, “o homem político é o que dispõe, para a tarefa de mobilização política dos demais, de maiores reservas de energia, capaz de mover a si mesmo e aos outros num irresistível impulso”.¹² A expressão deste tipo de homem Ortega encontraria em Mirabeau. E a originalidade de Ortega, acentua Jaguaribe, encontrava-se em ver em Mirabeau mais do que um político influente, via nele o paradigma de sua condição: Mirabeau ou o Político. E Ortega via isso não a partir das ideias e propostas de Mirabeau (a monarquia constitucional), mas, sim pela supervitalidade daquele homem turbulento voltado da mais fabulosa alma corporal, “que não sabia o que fazer da vida enquanto as circunstâncias o restringiam à área do privado e que, subitamente com a Revolução, encontrou um palco à altura de sua desmesurada vitalidade.”¹³

Jaguaribe após apreciação detalhada dos temas centrais do pensamento de Ortega e das teorias por ele formuladas conclui da importância de sua obra, a pesar dos aspectos controversos e criticáveis- como no geral ocorre com a obra de todo e qualquer pensador e cita os exemplos de Platão e Aristóteles. Faz essa advertência para, uma vez mais, declarar a genialidade de Ortega e ressaltar sua ampla cultura que o situa entre os mais brilhantes espíritos do nosso tempo. A propensão de Ortega para escritos de circunstância, como seus inúmeros artigos publicados em jornais, revistas, breves ensaios e conferências, levaram-no a trabalhar num nível de divulgação impressionista. Por outro lado, isto lhe permitiu uma amplitude e diversidade de escritos que um autor mais concentrado e perfeccionista não poderia alcançar.

Dos temas centrais de Ortega- razão vital, o tema historiológico e suas concepções sociológicas, Jaguaribe conclui que a razão vital padece de falácias epistemológicas e ontológicas que exigiriam sua reformulação, mas, acentua que Ortega trouxe uma

contribuição importante ao enfatizar a “vida humana, como âmbito das experiências do homem e, por outro lado, como algo de vinculado à circunstância, marcado pela historicidade e apresentando a tessitura de um drama.”¹⁴ Por outro lado, sua noção da razão histórica como uma *ratio* do narrativo e do devenir da ciência histórica como um saber que exigem categorias organizatórias do dado histórico, constituem contribuições da maior importância e formam um patamar crítico-científico a partir do qual se pode ter um fértil prosseguimento. Já no tocante à contribuição de Ortega nos domínios da sociologia, Jaguaribe considera-as com menos elementos a serem destacados. Afirma serem importantes suas ideias acerca do relacionamento intersubjetivo, na sociedade. Mas, a estrutura geral de sua sociologia é considerada idealista.

Feitas as críticas aos temas e noções da obra de Ortega, Jaguaribe uma vez mais conclui da importância do pensador e do fato desta importância ainda não ser devidamente reconhecida. Isto no entendimento de Jaguaribe se deve a terrível dependência em que se encontra o prestígio de um pensador, relativamente ao âmbito cultural a que pertence.

“O desprestígio da Espanha, as áreas da filosofia e da ciência, repercutiu negativamente sobre a imagem de Ortega. Com ele se passa o contrário do que ocorre com pensadores de países dotados de boa imagem cultural, como França, Inglaterra ou Alemanha, em que o crédito das respectivas culturas nacionais lhes aumenta a aceitação e a respeitabilidade. Ortega, ao revés, ele é que teve de tomar a seu cargo o soerguimento da imagem cultural de seu país [...]”

Conclui afirmando o lugar de Ortega no cenário intelectual do século XX.

“...pensador mais importante, a meu ver, que um Paul Ricoeur, um Gabriel Marcel ou um Jean P. Sartre, para citar figuras de naipes e estatura próximas, Ortega raramente é conhecido como tal fora do mundo hispânico e, seguramente, ainda não o é na própria França e nas áreas anglo-saxônicas, particularmente alheadas a tudo o que possa vir da Ibéria”.¹⁵

Notas e referências

¹ E. AGUIAR et al. (coord.). “Ortega y la Argentina. Buenos Aires”. F.C.E., 1997 e Carlos BEORLEGUI. *Historia del pensamiento filosófico latinoamericano*, Bilbao, Universidad de Deusto, 2004.

² Cf. Hélio JAGUARIBE, “Breve Notícia sobre a própria obra”, Alberto VENÂNCIO FILHO; Israel KLABIN e Vicente BARRETO (orgs.), *Estudos em Homenagem a Helio Jaguaribe*, São Paulo, Paz e Terra, 2000, pp. 105-129.

³ Ibid, p.107.

⁴ Ibid, p.106-107.

⁵ Cf. Hélio JAGUARIBE, “Ortega: circunstância e pensamento”, ORTEGA y GASSET, *História como Sistema*. Mirabeau ou o Político. Trad. Brasília, UNB, 1982, p.3

⁶ Ibid, p. 4.

⁷ Ibid.

⁸ ORTEGA y GASSET. *A História*, cit, p.9.

⁹ Ibid., p.10.

¹⁰ Ibid., p 43.

¹¹ Hélio Jaguaribe. “Prólogo”, cit., p. 12.

Interpretações do Brasil a partir de Ortega y Gasset ..
Maria Emilia Prado

¹² Ibid., p. 17.

¹³ Ibid.

¹⁴ Ibid., p. 25.

¹⁵ Ibid.

Joaquim Manuel de Macedo e a construção de uma narrativa oficial para o passado brasileiro

*Adjovanes Thadeu Silva de Almeida**

Em 1838, um grupo de integrantes da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, sob a liderança do Cônego Januário da Cunha Barbosa e do Marechal Raymundo José da Cunha Mattos fundaram o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A criação do IHGB fez parte da luta política então em curso, visto que os fundadores do Instituto haviam sido afastados das posições de mando do governo regencial a partir de 1837, estando reduzidos ao Palácio de São Cristóvão. De acordo com Lúcia Maria Paschoal Guimarães, “o Instituto se transformou na porta de saída do ostracismo, a que os ‘áulicos’ estavam submetidos desde o final de 1837. A grande virada, no entanto, só viria a ocorrer em 1840.”¹

Por outro lado, podemos perceber a criação do IHGB através de sua inserção no projeto para o estabelecimento de um passado para a jovem nação, independente a pouco menos de anos e sede de importantes instituições culturais há cerca de três décadas. O papel do Instituto Histórico, portanto, consistia em elaborar a história nacional, processo através do qual se instituiriam mitos de origem e pais fundadores, realizando-se o amálgama de acontecimentos e personagens até então desconexos entre si, transformando-os em uma totalidade lógica e coerente, que fornecesse a identidade nacional.

O artigo de Manoel Luís Salgado Guimarães se constitui uma referência basilar para a compreensão da historiografia produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ao longo do século XIX. Com efeito, este autor buscou relacionar a gênese do IHGB à formação do Estado brasileiro, onde aquele produziria a interpretação canônica a respeito dos acontecimentos pretéritos, legitimando assim a atuação política dos grupos dirigentes. A criação do Instituto Histórico articulava-se a um projeto ideológico mais geral, possibilitando o estabelecimento de uma identidade nacional brasileira, processo no qual os intelectuais do IHGB procurariam unificar as múltiplas

* Professor do Mestrado em Letras e Ciências Humanas (UNIGRANRIO) e dos cursos de História, Pedagogia e Ciências Contábeis da UNIGRANRIO; professor de História do Colégio Pedro II; bolsista de produtividade PROPEQ 1 C (FUNADESP/UNIGRANRIO)Doutor em História Social (UFRJ), Mestre em Educação (UERJ), bacharel e licenciado em História (UERJ).

interpretações sobre o Brasil, existentes nas diversas frações da classe dominante espalhadas pelo território nacional.

Deste modo, a criação do IHGB relacionou-se à construção da identidade nacional, inspirando-se no *Institut Historique*, organizado em Paris em 1834 por diversos estudiosos e que contou com numerosos brasileiros entre os seus associados. As sessões da entidade carioca aconteciam aos domingos, quando seus membros debatiam assuntos previamente selecionados.

A identidade nacional forjada pelo IHGB enfatizava aspectos de continuidade em relação à Coroa portuguesa, entendida como o elemento civilizador nos trópicos. Com isto, a monarquia brasileira podia assumir-se como herdeira do projeto colonizador português, o que auxiliava, concretamente, na aceitação, pelos demais países, do aspecto nacional presente no incipiente Estado brasileiro. Nessa situação, a análise de Manoel Guimarães converge com aquela formulada por Hobsbawm, qual seja: um dos fatores que possibilitaria a uma comunidade adquirir o estatuto de nacionalidade consistiria em “sua associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável.”²

A elaboração da identidade nacional por parte do IHGB demarcava, em um duplo movimento, a alteridade, quer em âmbito interno (o escravo), quer no cenário internacional (a república), fixando alguns traços marcantes para a autoinstituição desta sociedade brasileira, que se pretendia civilizada, europeia e excludente, pois, se por um lado enfatizava a herança portuguesa, por outro refutaria as contribuições dos demais grupos étnicos (em particular o negro).³ Segundo Manoel Guimarães, o objetivo do Instituto Histórico seria estabelecer a nação como elemento central da produção artística brasileira, sem, contudo, romper com os padrões culturais herdados por esses intelectuais ao longo de sua trajetória. Esses intelectuais pretendiam conciliar o paradigma da Ilustração com o discurso nacionalista próprio do alvorecer do século XIX.⁴

A elaboração e sistematização desse passado comum couberam ao IHGB, criado por personagens representativos da elite (política, econômica e cultural) que vivia no Município Neutro em 1838, época extremamente conturbada onde a integridade territorial brasileira encontrava-se sob evidente ameaça.⁵ Assim, os integrantes do Instituto Histórico vinculavam-se ao poder imperial, cujas vagas, segundo Lúcia Guimarães, seriam ocupadas por indivíduos de alguma forma afeitos à D. Pedro II.⁶

Semelhante origem marcou a trajetória do IHGB. Com efeito, seus integrantes selecionavam-se não necessariamente entre aqueles portadores de notáveis atributos intelectuais, mas através de convite a indivíduos específicos, o que lhe forneceu identidade similar às “sociedades de corte”.⁷ Neste sentido, o Instituto Histórico distinguia-se, enquanto produtor da história nacional, do espaço de discussão intelectual próprio ao mundo europeu da época. Não por acaso, cerca de 70% de seus fundadores participavam da condução dos assuntos estatais à época: senadores, integrantes do Conselho de Estado, titulares do Império, juízes e membros da cúpula eclesiástica, entre outros personagens que se vinculavam intimamente aos destinos da Monarquia.⁸ De acordo com Manoel Luiz Salgado Guimarães, “o lugar privilegiado da produção historiográfica no Brasil permanecerá até um período bastante avançado do século XIX

vincado por uma profunda marca elitista, herdeira muito próxima de uma tradição iluminista”⁹. Sob tal constituição, o conhecimento produzido pelo IHGB deveria pautar-se pela chancela oficial, legitimando-se, através desta interpretação específica, as relações de poder que caracterizaram a sociedade brasileira sob o Império.

Assim, podemos inferir que a historiografia produzida pelo IHGB articulava-se com as ações do Estado, visto que o Instituto sobrevivia, majoritariamente, devido às verbas originárias desta entidade,¹⁰ e desfrutando de íntima relação com D. Pedro II, que participaria assiduamente das reuniões do Instituto Histórico, desde a década de 1840 até seu banimento no alvorecer do Governo Provisório republicano, em novembro de 1889.¹¹ “As marcas de um saber oficial vão estar, portanto, muito presentes, a despeito da definição formal do IHGB enquanto ‘estabelecimento científico-cultural’.”¹² O IHGB arregimentou, ainda, os principais expoentes do movimento romântico brasileiro, o qual, sob a proteção do Imperador, intentava forjar uma cultural brasileira autônoma.¹³

Neste sentido, a instituição do IHGB reforçou o projeto centralizador do Estado imperial, auxiliando, dessa maneira, na invenção do Brasil como realidade efetiva (política e cultural). A contribuição do Instituto Histórico à centralização pode ser vislumbrada através de sua função sistematizadora das inúmeras narrativas geradas pelos seus congêneres regionais e, a partir desse manancial de informações, produziria seu relato, transformado em narrativa oficial, de maneira a agregar as diferentes Províncias em uma totalidade orgânica.

O apoio estatal revelava-se fundamental para a atuação (e mesmo a sobrevivência) do Instituto: além do financiamento às tarefas ordinárias, os cofres do Estado brasileiro também auxiliavam os intelectuais em sua incansável busca por fontes documentais. Em consonância a esta política oficial, muitas vezes a agremiação carioca obtinha a nomeação de seus integrantes para o exercício de relevantes funções na burocracia imperial, o que lhes possibilitaria pesquisar em arquivos no Brasil e no exterior, além de organizar viagens de estudos às Províncias mais distantes da Corte. Na construção da Memória Nacional o Instituto patrocinou pesquisas tanto no interior do Brasil como na Europa, onde uma plêiade de diplomatas-pesquisadores (como, por exemplo, Francisco Adolfo de Varnhagen, Antonio Gonçalves Dias e João Caetano da Silva) investigava nos arquivos europeus documentos que pudessem ser utilizados pelo Império na defesa das fronteiras do país, de modo a estabelecer os mesmos em um momento de redefinição do mapa político sul-americano.

A organização do Instituto Histórico ocorreu sob os auspícios de D. Pedro de Alcântara, que lhe outorgou sua 1ª sede efetiva, a saber, uma das dependências do Paço da Cidade, onde, doravante, ocorreriam suas sessões. Ao longo de sua trajetória, o IHGB passou por seis sedes: a primeira, quando de sua criação, nas dependências do prédio que então abrigava o Museu Nacional, logo após se transferindo para o Paço da Cidade, de onde migrou do térreo para o andar superior. No final da década de 1840 o Instituto recebeu parcela do “3º andar do antigo Convento do Carmo, contíguo à Capela Imperial, terminando por ocupar toda a sua área.”¹⁴

Outra forma de apoio oficial provinha dos prêmios outorgados por Sua Majestade, assim como através da realização de concursos que auxiliariam na elaboração da interpretação oficial da história nacional e, de acordo com o general Aurélio de Lyra

Tavares, D. Pedro II estabeleceu “três prêmios anuais a serem conferidos aos melhores estudos elaborados para disputá-los”.¹⁵ Praticamente desde o seu nascedouro o IHGB dependeria do Estado, ao mesmo tempo em que seus integrantes deveriam instituir a história nacional, mediante a fabricação da interpretação canônica a respeito do passado brasileiro, que enfatizaria efemérides e atos realizados por indivíduos a partir de então equiparados a heróis.¹⁶

Semelhante produção intelectual pretendia forjar a Memória Nacional, instituindo uma identidade ao nascente Estado brasileiro. Em consonância a este objetivo, realizou-se a edição da Revista do Instituto, que participava, também, do esforço edificador do passado nacional, divulgando aqueles acontecimentos e vultos patrióticos dignos de recordação pela posteridade. Relacionado a este processo, a primeira geração de autores românticos¹⁷, assim como Francisco Adolfo de Varnhagen, cada qual ao seu modo e apesar das divergências, participou da construção da perspectiva oficial sobre o passado brasileiro, adquirindo papel de destaque e auxiliando na coleta, crítica e divulgação das fontes históricas que permitiriam a produção da História do Brasil.

Ao mesmo tempo, a história produzida nos quadros do Instituto Histórico, durante o século XIX, identificava no Estado o seu objeto máximo, ao passo que os ocupantes das funções públicas de maior destaque transformavam-se nos agentes privilegiados em tal narrativa. Constituíam-se em responsabilidade do IHGB, em consonância com a criação da história pátria, estabelecer o culto cívico aos *pais fundadores* e encontrar as continuidades históricas, naquele momento bastante delicado para a vida nacional. De fato, “é com a entrada de D. Pedro II no IHGB e seu mecenato que o romantismo brasileiro se transformou em projeto oficial, em verdadeiro nacionalismo, e como tal passa a inventariar o que deveriam ser as ‘originalidades locais’.”¹⁸

De acordo com Francisco Iglesias, a criação do IHGB foi contemporânea ao esforço de sistematização do passado empreendida por intelectuais de diversos países europeus. Neste processo, a história tornou-se uma disciplina científica, fundamentada em “fontes e documentos severamente recolhidos e tratados”,¹⁹ que se pretendia portadora dos atributos da cientificidade tal como entendia o século XIX, quais sejam: a objetividade, a neutralidade e a comprovação empírica (no caso da história, através da documentação coletada). Elaboravam-se, neste momento, as grandes coleções de fontes documentais, inspiradas na *Monumenta Germaniae Histórica* e que, de acordo com Iglesias, teriam na Revista do IHGB o seu equivalente nos trópicos.²⁰

Manoel Guimarães também associou a criação do IHGB à implantação, nos trópicos, de um modelo europeu de interpretação da história, onde tal disciplina pretendia ensinar aos homens não só a evitar erros do passado, mas, principalmente, indicaria a direção mais adequada para os governantes seguirem.

“Com a história é possível aprender de forma a não se comprometer a marcha do progresso social, História vista segundo sua instrumentalidade para a compreensão do presente e encaminhamento do futuro, princípios tão caros também àqueles que no Brasil se lançaram à tarefa de escrever uma história nacional.”²¹

A história, portanto, aparecia, sob tal perspectiva, um conhecimento eminentemente prático, não se limitando a análises teóricas. A narrativa originada do Instituto Histórico revelava-se, portanto, extremamente pragmática, elucidando questões vinculadas ao poder estatal e legitimando as ações do Estado e da Família Real, assim como pretendendo provar a existência do Brasil desde o final do século XV. Acrescente-se, ademais, que tal narrativa fixava os modelos que deveriam pautar a vida das futuras gerações, através do conhecimento das ações dos grandes homens. Ou seja, a história constituía-se em mestra da vida, capaz de descortinar, àqueles que se dedicassem ao ofício de historiador, os felizes desígnios reservados ao Segundo Reinado.

Segundo Iglesias, a intelectualidade do IHGB apresentava, como características primordiais, a perspectiva pragmática em relação à história e a preocupação com a utilização de fontes históricas na confecção de sua narrativa. Através da história (em especial o estudo biográfico) haveria a preocupação em ensinar as novas gerações, fazendo com que os jovens aprendessem com aqueles que vieram antes. Este aspecto encontrava-se mesmo no 1º número da Revista, através do discurso proferido pelo então Secretário perpétuo do Instituto, cônego Januário da Cunha Barbosa:

“Deve ser a nossa associação, encarregada, como em outras nações, de eternizar pela história os fatos memoráveis da pátria, salvando-os da voragem dos tempos, e desembaraçando-os das espessas nuvens que não poucas vezes lhes aglomera a parcialidade, o espírito de partidos e até mesmo a ignorância [...] Nós vamos salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memórias da pátria, e os nomes dos seus melhores filhos, nós vamos assinalar, com possível exatidão, o assento de suas cidades e vilas mais notáveis, a corrente de seus caudalosos rios, a área de seus campos, a direção de suas serras e a capacidade de seus inumeráveis portos.”²²

O Instituto deveria, portanto, assumir uma vocação realista, auxiliando o Brasil não apenas a inventar seu próprio passado, mas, especialmente, a conhecer o território e a desenvolver a economia nacional.

A criação de uma história nacional por parte do IHGB seguiu, em linhas gerais, o projeto formulado por Karl Friedrich von Martius, cuja proposta apresentada à apreciação do Instituto durante a década de 1840 evidenciava qual o papel desempenhado pelo Brasil no cenário internacional da época, que seria o de “realizar a ideia da mescla das três raças”²³ e, com isso, justificar as relações sociais presentes no território brasileiro e que possuíam como características básicas a exclusão e a violência associadas à exploração do trabalho escravo. A tese formulada por Von Martius assinalava a cada um dos grupos étnicos valores específicos, onde o elemento europeu portaria a civilização e o indígena poderia tornar-se civilizado, ao passo que o elemento africano inviabilizaria a transformação do Brasil em uma nação civilizada.

De fato, a adaptação dessa proposta pela intelectualidade ligada ao IHGB produziu uma narrativa que se pautava pela construção da nacionalidade, através da fabricação de uma interpretação unívoca sobre o passado brasileiro e, devido ao seu aspecto teleológico, assinalaria a trajetória ideal do país.²⁴ Isto não significa, entretanto, que a produção historiográfica do Instituto tenha obliterado algumas minorias (mulheres,

índigenas e alguns negros), desde que se pudesse salientar sua lealdade ao Estado – quer no período colonial, quer após 1822.²⁵ “A partir de então, uma delimitação estrita vigorará no IHGB. Enquanto sobre os negros recaía a pesada carga da impossibilidade de adaptação, em relação aos índios imperava a visão romântica – não menos teórica em sua idealização – que lhes reservava um espaço sobretudo exemplar.”²⁶

Naturalizava-se, desse modo, a existência do Brasil, tornado realidade efetiva a partir do desembarque lusitano no atual litoral baiano em 1500, ou mesmo antes, quando os índios transformaram-se nos primeiros habitantes do Brasil. Em tal narrativa, por exemplo, durante o período colonial, enfatizar-se-iam o Governo Geral e a transformação do Brasil em Vice-Reino, em detrimento do sistema de Capitânicas Hereditárias e da divisão em governos do Norte e do Sul. De modo análogo, os movimentos insurreccionais, assim como as rebeliões de escravos, tornar-se-iam estigmatizadas, pois ameaçariam a trajetória brasileira e indicariam a ruptura com a civilização europeia.²⁷

Simultaneamente à invenção do passado, os literatos do IHGB procuraram, ainda, estabelecer uma cultura fundamentada em bases nacionais, de modo a consolidar a unidade nacional. “O indianismo chega também à iconografia política e vai fazer parte da representação do poder imperial e das cerimônias oficiais. Nas imagens da época, ele deixa de ser apenas um modelo estético para se incorporar à própria representação da realeza.”²⁸ Neste sentido, a idealização do índio nos moldes do “bom selvagem” de Rousseau e o esquecimento do negro poderiam fornecer alguma identidade coletiva ao Império: a monarquia, com um governante de nítida origem europeia, se autoinstituiu com exóticas roupagens tropicais.

Em articulação ao discurso nacionalista de sua época, a RIHGB dedicou significativo espaço à temática indígena, com o objetivo de encontrar os primórdios do Brasil, assim como a especificidade brasileira diante dos demais Estados nacionais. De acordo com Manoel Guimarães, poderiam ser percebidas três perspectivas distintas a respeito do índio: sua integração, a primazia concedida à educação e ao comércio para o diálogo entre o Estado e as comunidades indígenas, ou, ainda, a preponderância do poder estatal na execução de uma política indigenista.²⁹ “Além do desejo de fundar uma historiografia nacional e original, há a intenção de não só ensinar e divulgar conhecimentos, como formular uma história que, a exemplo dos demais modelos europeus, se dedicasse à exaltação e glória da pátria... Tratava-se de construir uma vida intelectual em sua totalidade ...”³⁰

Os intelectuais do Instituto Histórico tampouco ignoravam o potencial econômico do território brasileiro, revelando uma temática que encontraria sua atualização durante a ditadura militar através de programas jornalísticos e peças publicitárias, onde a integração espacial e o aproveitamento das riquezas nacionais farão parte do discurso estatal produzido em especial na época do Sesquicentenário da Independência. Assim, durante o século XIX buscava-se identificar as fronteiras e, no interior do vasto território, os recursos naturais passíveis de exploração futura. “Não só o tamanho dos rios e a altura das montanhas serão medidos e precisados, como também será avaliada a possibilidade de integração econômica das diferentes regiões.”³¹

O Instituto Histórico se colocava objetivos bastante amplos, havendo, assim, a necessidade, além de se estabelecer o passado brasileiro, também de se difundir-lo ao maior público possível, de forma a moldar nação, amalgamando-lhe os *átomos*. Além disso, o Instituto desejava o enaltecimento do Brasil e de seus governantes. O IHGB, herdeiro em terras tropicais de determinada leitura da Ilustração, teria função pedagógica e, como tal, procurou construir o passado do Brasil, não enquanto História, mas Memória, através de lembranças e esquecimentos. Com isto, a construção do passado teve, por normas, evitar temas contemporâneos aos fundadores e que fossem julgados polêmicos, especialmente quando os protagonistas ainda habitassem o mundo dos vivos, evitando-se atritos desnecessários.

“Ao que tudo indica, nossos acadêmicos [...] optaram por deixar que a poeira baixasse e os ânimos serenassem. Enfim, que o Império se aprumasse. Para, então, começarem a pensar em redigir a sua História. Entrementes [...] o Instituto iria sedimentando o terreno. Tecendo a Memória de um país recém separado da metrópole, carente de unidade e que dava seus primeiros passos [...] Tendo de enfrentar o peso de um passado colonial desagregador.”³²

A construção da Memória Nacional, portanto, revelou-se uma ação muito mais política, e não apenas acadêmica. Possuindo por fio condutor a política procedeu-se a uma seleção a respeito de quais assuntos mereceriam divulgação durante aqueles anos turbulentos, arquivando-se os documentos potencialmente danosos à reputação de alguns integrantes da sociedade imperial, além de se promover a censura de “obras que apresentassem versões de episódios históricos incompatíveis com o projeto político em curso.”³³

Segundo Lúcia Guimarães, a construção da Memória Nacional e a consolidação do Império constituir-se-iam em processos correlatos, evitando-se deliberadamente o período situado entre a Revolução Pernambucana (1817) e a inauguração do IHGB, assim priorizando-se o passado mais remoto, capaz de auxiliar na autoimagem que se pretendia estabelecer do presente.³⁴

O pressuposto básico desta construção seria ressaltar as continuidades entre Brasil e Portugal (elevado à figura de Mãe-Pátria), percebendo a Colônia enquanto a origem do Império, com a Coroa portuguesa legitimando a casa reinante no Brasil. Optou-se por obliterar as fraturas, as rupturas, fossem na Colônia (as revoltas coloniais), fossem durante a instauração da ordem monárquica (o processo de independência e a revolta de 1817, por exemplo), ou, ainda, no próprio tempo imediatamente anterior (1817/38). Deviam-se esquecer as dificuldades e começar-se novamente, a partir dos eventos que, em maior ou menor nível, unificavam a elite monárquica. Haveria, portanto, um lapso temporal, situado, grosso modo, entre 1817 e 1840.

“Em consonância com o projeto de Memória desenvolvido, nada foi impresso que pudesse evidenciar quaisquer indícios de contestação ao sistema colonial. A publicidade que a Revista [do IHGB] deu à documentação do passado remoto [entre 1500 e 1816] do Império trazia as marcas da continuidade, da centralização e da legitimidade.”³⁵

As práticas comemorativas do IHGB realizavam-se por intermédio da Revista, assim como através da confecção de vestimentas, músicas, medalhas e imagens. “Lembrar para comemorar, documentar para bem festejar.”³⁶ Cunhavam-se objetos com o intuito de não permitir o desaparecimento do passado brasileiro.

O Instituto jamais se propôs a se constituir como uma instituição democrática. Assim, existiriam quatro modalidades distintas de associados, cada qual com atribuições peculiares: efetivos, correspondentes, honorários e beneméritos. Ressalte-se, outrossim, que a direção formal – isto é, a Presidência honorária – restringir-se-ia ao dirigente máximo do Brasil ou aos seus congêneres de outros países. Os sócios efetivos deveriam residir na Corte e possuir obra acadêmica relevante, enquanto os correspondentes poderiam optar entre a produção acadêmica ou a doação de algum objeto de valor. Já os sócios honorários deveriam conciliar notório conhecimento à idade avançada, ao passo que os sócios beneméritos deveriam doar objeto de elevado valor financeiro, ou, ainda, terem realizado atividades meritórias. Essa distinção ocorreria, de acordo com Manoel Guimarães, apenas a partir de 1851, quando os novos Estatutos do IHGB fixaram modalidades distintas de associação, além de determinarem o fim da vitaliciedade para os cargos de Presidente e Primeiro Secretário. A partir desta data, o candidato a sócio devia comprovar alguma produção acadêmica, o que não significa que se desconsiderasse a *teia das relações sociais*,³⁷ mas agora, formalmente, os candidatos deveriam comprovar atributos intelectuais.

“Enquanto a posição de presidente honorário era cativa do imperador, a de presidente era exclusivamente ocupada por políticos renomados. Por sua vez, os sócios que adentravam o instituto por méritos acadêmicos ocupavam majoritariamente postos de secretários e oradores. Cabe notar ainda que, enquanto os presidentes cumpriam funções basicamente figurativas – abrindo seções ou lendo atas previamente elaboradas –, aos secretários cabiam papéis bem mais trabalhosos.”³⁸

A hierarquização interna ao IHGB reservava aos ocupantes de funções estatais o principal cargo de direção, qual seja o de presidente efetivo, que, durante o Império, permaneceu restrita aos mais proeminentes representantes da sociedade brasileira até 1889, pois ele “apresenta e representa o instituto [...] estabelece vínculos entre a associação e as grandes diretrizes da política oficial.”³⁹ Assim, todos ocuparam cargos de dirigente do Estado imperial, e muitos receberam títulos nobiliárquicos em função dos serviços prestados à manutenção da ordem monárquica.⁴⁰

Por outro lado, os secretários eram recrutados entre os intelectuais que compunham a agremiação carioca e, na prática, dirigiam as atividades acadêmicas do Instituto. Os secretários, muitas vezes, originavam-se do Colégio Pedro II, onde se dedicavam ao ensino e à preservação do passado, como, por exemplo, Joaquim Manuel de Macedo.⁴¹ Segundo Lília Schwarcz, competia ao secretário “a labuta de quem acredita e pretende sustentar uma instituição cuja viabilidade é ainda incerta, e a imagem de um intelectual que fez da exaltação do próprio grupo a sua atividade intelectual fundamental.”⁴²

A função de orador também se restringiu aos sócios efetivos, e seu perfil assemelhava-se ao de secretário: intelectuais, que fizeram do IHGB uma atividade

relevante em suas próprias biografias. Tal como o secretário, o orador responsabilizava-se pelas atividades administrativas inerentes ao Instituto e, por isso mesmo, ambos desfrutariam de prestígio social, utilizado para impulsionar o IHGB, ao mesmo tempo em que auxiliava na elaboração da história do Brasil.

Os dirigentes do Instituto participaram da criação de uma história pátria, transformando-o em “um estabelecimento voltado para uma produção unificadora e estreitamente vinculada à interpretação oficial, fosse ela qual fosse.”⁴³ A partir de então, o IHGB tornou-se, durante décadas, o centro produtor da interpretação canônica a respeito do passado brasileiro.

A partir de 1855, os fundadores do IHGB vão morrendo, e, em uma década, quase todos já haviam desaparecido, encerrando assim, gradualmente, a etapa da confecção da memória nacional, ao mesmo tempo em que se consolidava a unidade nacional. Deste momento em diante, o Instituto Histórico poderia estabelecer sua interpretação sobre o passado brasileiro. Desde então, com a renovação do corpo social, os acontecimentos do passado recente poderiam ser analisados:

“Munidos de ‘régua e compasso’, isto é, com o elenco das lembranças devidamente ordenado, os novos frequentadores da ‘Casa da Memória Nacional’ começariam a escrever a História do Império [...] Sintomaticamente, à proporção que a geração dos fundadores desaparecia, o ‘véu pudico’ que encobria o passado imediato do Império começou a ser levantado [...] [fazendo-se] presente nas publicações trimestrais do Instituto Histórico.”⁴⁴

O final da década de 1840 assinalou a maior aproximação entre o IHGB e o Estado imperial, e através deste movimento os intelectuais passaram a atuar em benefício da centralização monárquica, mediante a edificação do que se tornaria a interpretação oficial sobre o passado brasileiro, frequentemente sob as vistas de D. Pedro II. Simultaneamente, o recrutamento adquiriu feição mais acadêmica, indicando maior preocupação com a produção intelectual realizada pelo Instituto Histórico. Ademais, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB) explicitou essas alterações, ampliando o espaço dedicado à escrita da história nacional, em detrimento da simples coleta de materiais, conforme lhe solicitara o próprio Imperador:

“É de mister que não só reunais os trabalhos das gerações passadas...como também, pelos vossos próprios, torneis aquela a que pertença digna realmente dos elogios da posteridade [...] recomendo ao vosso presidente que me informe sempre da marcha das comissões, assim como me apresente, quando lhe ordenar, uma lista, que espero será a geral, dos sócios que bem cumprem com os seus deveres ...”⁴⁵

O IHGB, doravante vinculado sobremaneira ao mecenas imperial, trilharia novos rumos, imortalizando seus integrantes e, em especial, o Imperador, basicamente através das páginas da Revista. De fato, a RIHGB explicitou a preocupação daqueles literatos com a erudição, através da coleta e divulgação de relevantes documentos a respeito do passado brasileiro. Ao longo de sua trajetória, esta publicação manteve a mesma divisão interna, a qual assumiu a forma de um panorama com 3 faces distintas: a 1ª parte

compunha-se de artigos escritos pelos acadêmicos do Instituto, assim como de documentos coletados pelos mesmos, assim como das polêmicas em que se envolviam, enquanto a 2ª parte era composta por biografias e a 3ª parte consistia na publicação de atas e outros documentos internos ao IHGB.

O apoio oficial ao IHGB revelar-se-ia, no transcorrer das décadas, um instrumento de efeitos ambíguos, pois, se lhe auxiliou em todos os elementos concernentes à sobrevivência material e à atuação profissional de seus membros, também significou fornecer-lhe nítida coloração conservadora, “ligada ao poder e com acento por demais acadêmicos.”⁴⁶ Ressalte-se, porém, que até a instalação dos cursos de graduação em História, o IHGB constituiu-se um elemento modernizador da narrativa histórica em nosso país, rompendo com os cânones presentes desde a época colonial.⁴⁷

Segundo Schwarcz, o material publicado pela RIHGB compunha-se, majoritariamente, de artigos sobre temas históricos (45%), e, ao acrescentarmos as biografias (16%), cerca de 60% dos textos publicados realizam o enaltecimento da monarquia e de seu grupo dirigente. Ao longo do Império, cerca de 40% dos textos abordou a época monárquica (1808/89), mesmo percentual dedicado aos períodos colonial e pré-colonial.⁴⁸ Simultaneamente, os temas produzidos pelo Instituto, até o advento da República, foram marcados pela primazia da história política de tipo tradicional, abrangendo cerca de 45% de toda a produção intelectual do período.⁴⁹

Por outro lado, segundo Lúcia Guimarães, grande parte da produção intelectual do IHGB foi constituída pelo resgate de pessoas e fatos dignos de memória, mas este rememorar foi relativo, visto que a RIHGB enfatizou a publicação de documentos relativos ao governo colonial e à Companhia de Jesus.⁵⁰ A ênfase em temas associados ao período anterior a 1808 indica, de acordo com Schwarcz, a busca pela construção da identidade nacional, fundamentada em uma interpretação específica da herança colonial, mas que, paradoxalmente, naturalizava o processo nacional de independência.⁵¹ A partir do grito do Ipiranga podia-se confeccionar uma cronologia da nação brasileira, forjada pelo IHGB e “tendo como modelo uma história católica, patriótica, permeável a um discurso evolucionista e muito vinculada à política oficial.”⁵²

A partir da montagem do IHGB, pôde-se estabelecer a genealogia da própria nação, através de uma análise que articulou as diferentes regiões coloniais, agora organizadas em uma totalidade marcada pela racionalidade e pela coerência, destacando-se determinados indivíduos, eventos e espaços, transformados a partir de 1838 em elementos formadores da cultura e sociedade brasileiras.

“No Brasil, em particular, esse processo [de invenção do passado] esteve ligado à ideia de fundamentar historicamente um projeto nacional. Tal projeto, porém, se resguardava em uma pretensa objetividade construída a partir de uma consciente seleção de episódios e vultos que encobria interesses imediatos, tão essenciais quanto as exigências mais propriamente intelectuais.”⁵³

De modo similar aos seus congêneres europeus, o IHGB procurava dotar o nascente país de sua certidão de nascimento, definindo suas origens, seus cidadãos ilustres, suas efemérides primordiais, enfim, datas, acontecimentos e personagens inesquecíveis, cujo culto permitiria eternizar a trajetória brasileira no mutável contexto internacional do

século XIX. O IHGB realizaria tais funções através de sua produção acadêmica, em especial através da confecção de biografias e da elaboração de textos que legitimassem a manutenção de um Brasil uno e indivisível, existente a partir da expedição de Pedro Álvares Cabral, constituindo a face intelectual da disputa política (e militar) que contrapunha a Corte aos movimentos que eclodiam em diversas Províncias.⁵⁴ Estabelecia-se, desta maneira, uma análise historiográfica linear, permeada de certezas, com finalidades nacionalistas e, portanto, uniformizadora em sua perspectiva europocêntrica e pouco afeita à crítica ao poder estatal.

A derrocada da monarquia trouxe mudanças para o IHGB, que se viu obrigado a buscar a proteção dos novos dirigentes. Nisso, mais uma vez, os intelectuais do Instituto lograram êxito, pois, “já em 1890 [o IHGB] recebia doações oficiais.”⁵⁵, concedendo aos ocupantes da Presidência da República o título de Presidente honorário. Todavia, a deposição de D. Pedro II revelava-se traumática para diversos integrantes do IHGB, que, em 29 de novembro de 1889 aprovaram moção determinando a manutenção de sua cadeira privativa desocupada e coberta por um véu, até o dia em que Sua Majestade falecesse.⁵⁶ A moção aprovada continha o seguinte teor:

“O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, submetendo-se ao novo estado de coisas, no sentido altamente patriótico de não prejudicar os interesses da nação, evitará todos os seus esforços em benefício da Pátria adorada. O Instituto sente profundamente não ver mais em seu grêmio, animando-o e dirigindo-o, o seu augusto e venerando protetor, que desde seus começos o amparou com especial e indefectível amor; que há quarenta anos, tamanho lustre lhe deu, presidindo pessoalmente seus trabalhos. O Instituto faz votos ao Onipotente pela saúde e felicidade do Sr. D. Pedro de Alcântara e sua virtuosíssima consorte; espera que lá no exílio o grande magnânimo brasileiro não se esquecerá de sua associação predileta.”⁵⁷

Percebe-se, com isto, a manutenção de vínculos – ainda que afetivos – entre o Instituto Histórico e o ex-imperador. Ademais, a citação explícita a presença de laços, diríamos insolúveis, entre o IHGB e o Estado, a despeito das mudanças.

Joaquim Manoel de Macedo e o IHGB

Joaquim Manoel de Macedo nasceu em Itaboraí, em 24 de junho de 1820, e morreu em 11 de abril de 1882; formado em medicina pela faculdade do Rio de Janeiro, não exerceu a profissão, obtendo um emprego público: professor de corografia e história do Brasil do Colégio de Pedro II; foi membro do Conselho Diretor da Instrução Pública da Corte; foi membro do IHGB, integrando a sua diretoria, a partir de 1852, como Orador e Secretário do Instituto Histórico (chegando, inclusive, a exercer interinamente a presidência do grêmio, em 1876), além de sócio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, e de outras; comendador das ordens da Rosa e de Cristo; foi deputado provincial várias vezes, deputado geral (1864/68, 1878/81), jamais ocupando cargo executivo, e teve o seu nome colocado em uma lista para senador do Império.

A fidelidade de Joaquim Manoel de Macedo ao Imperador fora inequívoca: além de dedicar-lhe o livro *A Nebulosa*, em seu discurso como presidente interino do Instituto Histórico, Macedo afirmou:

“À presente sessão solene e aniversária falta, como faltou às nossas sessões ordinárias deste ano, a augusta presença [...] o fraternal concurso de S. M. o Imperador, desde Março ausente do Império; ao partir, porém, (em viagem) de coração e de inteligência, o Sr. D. Pedro II deixou-nos suavíssima consolação e instante recomendação de solicitudes. [...] A recomendação instante, dez vezes reiterada, insistente na despedida: - Cuidem do nosso Instituto Histórico - nós temos a consciência de ativo zelo em procurar desempenha-la, lembrando o imperial protetor, e cumprindo o nosso dever em todo caso de generoso tributo de patriotismo. [...] V. A. Imperial [a princesa Isabel] exprime, exalta e sublima nesta assembleia dois sentimentos transbordantes do coração de brasileira e do coração de filha: o amor da pátria e a saudade do pai: o amor da pátria, que honorifica a sociedade cultivadora da historia do Brasil; a saudade do augusto pai, a lembrar aquele que hoje sem duvida está lembrando-se do Instituto.”⁵⁸

Escreveu diversos romances, dentre os quais: *A Moreninha* (1ª edição, 1844), *O Moço louro* (1ª edição, 1845), *Os dois amores* (1ª edição, 1848), *Rosa* (1ª edição, 1849/51), *Vicentina* (1ª edição, 1853), *O Forasteiro* (1ª edição, 1855), *Romances da Semana* (coletânea de folhetins anteriormente publicados em: *A Semana*, e *Crônica do Jornal do Comércio*, 1ª edição, 1861), *O Culto do dever* (1865), *Mazelas da atualidade* (em verso, 1867), *A Luneta mágica* (1869), *O Rio do quarto* (romance histórico, 1869), *Nina* (1ª edição, 1869), *As Mulheres de mantilha* (romance histórico, 1ª edição, 1870), *Um noivo e duas noivas* (1871), *A namoradeira* (1870), *Os quatro pontos cardeais* (1872), *A Baronesa de amor* (1876), *A Nebulosa* (poema-romance, 1857), *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro* (em estilo romântico, 1862,63).

Também escreveu óperas, peças teatrais, dramas e comédias, e obras sacras, dentre as quais: *O Amor da pátria* (hino bíblico, RIHGB, 1848), além de *O Cego* (drama em verso, 1849), *Cobe* (drama, 1852), *O Sacrifício de Isaac* (drama sacro, 1859), *O Fantasma Branco* (ópera, 1856), *O Primo da Califórnia* (ópera, 1858), *O Novo Otelô* (comédia, 1863), *Cincinato quebra-louça* (comédia, 1873), *A Torre em concurso* (comédia, 1863), *Vingança por vingança* (drama, 1877), *Luxo e Vaidade* (comédia, 1860), *Remissão dos pecados* (comédia, 1870); *Amor e pátria* (sem data), e *Lisbela* (1863). Igualmente, fundou e redigiu (até 1852), na companhia de Manoel de Araújo Porto Alegre e Antonio Gonçalves Dias a revista *Guanabara*; além de haver colaborado com o *Jornal do Comércio*.

Macedo também escreveu obras de nítido teor político, destacando-se, entre outros: *As Vítimas e Algozes: quadros da escravidão* (1869), onde “procura o autor excitar a compaixão para o escravo e propagar o abolicionismo (...)”⁵⁹; *Discurso proferido na Assembleia provincial do Rio de Janeiro em 13 de outubro de 1859* (1859); *A Nação*, órgão do partido liberal do RJ, entre 1852 e 1854, onde foi companheiro de Francisco de Salles Torres Homem (futuro Visconde de Inhomirim).

Igualmente, Joaquim Manoel de Macedo foi, ainda, autor de livros para o ensino de história, dentre os quais citamos: *Lições de história do Brasil para uso dos alunos do imperial colégio de Pedro II* (1861, 1863); *Lições de história do Brasil para uso das escolas de instrução primária* (2a. edição, 1865); *Noções de corografia do Brasil* (1873); *Lições de corografia do Brasil para uso dos alunos do imperial colégio de Pedro II* (1877); *Mulheres célebres* (obra adotada pelo governo imperial para as escolas primárias femininas da Corte, 1878). Escreveu, ainda, os seguintes livros, cujo assunto foi o passado do Brasil Império: *O Ano Biográfico Brasileiro* (1876); *Suplemento ao Ano Biográfico Brasileiro* (tratando do 1º. quadrimestre do ano, 1880); *Efeméride da história do Brasil* (1877), que consistiu de “uma reprodução de escritos publicados no “Globo” diariamente [...] abrange as datas de 1 de janeiro a 30 de abril.”⁶⁰

Na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB) encontram-se, de autoria de Joaquim Manoel de Macedo: Cinco *Relatórios*, como Secretário (entre 1852 e 1856); Vinte *Necrológicos*, como Orador (entre 1857 e 1879); um *Discurso*, como Presidente (em 1876, quando presidiu a sessão magna); e *Dúvidas sobre alguns pontos da história pátria* (no t. 25, 1862).

O livro *O Ano Biográfico* foi escrito com o intuito de participar da Exposição da Filadélfia, constituindo-se, portanto, numa visão oficial sobre a História brasileira. A Exposição de Filadélfia, realizada em 1876, foi um acontecimento internacional que, tendo por objetivo a comemoração da independência dos Estados Unidos, procurou demonstrar a comemoração do primeiro centenário da independência dos Estados Unidos, procurou demonstrar aquilo que cada Estado soberano acreditava ter de mais relevante de si para expor ao mundo, procurando, cada qual, demonstrar seus avanços científicos e tecnológicos e sua inserção na (e como representante da) Civilização; tais exposições comemoravam o progresso.⁶¹

No Brasil, a Exposição de Filadélfia produziu grande alvoroço - D. Pedro II, inclusive, foi aos Estados Unidos, durante a qual visitou a exposição - tendo sido mobilizados intelectuais de diversas províncias (além da Corte), com o objetivo de construir a melhor imagem possível do único Império existente, à época, nas Américas. Ao Império do Brasil era essencial não ser exibido como "exótico", mas, ao contrário, como um baluarte avançado da Civilização nos trópicos; neste sentido, o governo imperial enviou uma comitiva para acompanhar os preparativos da Exposição, sendo um dos objetivos desta comitiva produzir uma imagem "simpática" do Império.

Com efeito, em *O Ano Biográfico*, Joaquim Manoel de Macedo redigiu um total de 365 biografias – uma para cada dia do ano – que, ao seu modo, ajudariam na compreensão da trajetória da sociedade brasileira desde 1500. Em linhas gerais, tais biografias explicitariam a ação dos vultos mais proeminentes da história brasileira, desde os primórdios da colonização portuguesa na América.

Assim, por exemplo, o autor valoriza o passado colonial, enfatizando as ações de expansão territorial e administração portuguesa nos trópicos, além da difusão da religiosidade católica; Macedo destacou, entre outros, o governador Tomé de Souza, identificado como aquele que trouxe “ordem social, e, portanto, fundamentos da Civilização [...] [foi] placenta da civilização primitiva.”⁶² No discurso de Joaquim

Manoel de Macedo, a manutenção da ordem constituía-se em um dos pilares da sociedade.

Outro aspecto destacado na narrativa de Macedo sobre o período colonial refere-se à defesa do território português na América contra holandeses e franceses. Assim, em relação à ocupação holandesa do Nordeste, Macedo utilizou-se do *mito das 3 raças*, acrescentando João Fernandes Vieira (simbolizando o branco nascido em Portugal), e as mulheres: D. Clara Camarão (esposa de D. Antonio Felipe Camarão, e, como este, indígena), e D. Maria de Souza (esposa de Gonçalo Velho), considerada, pelo autor, uma “nobre senhora pernambucana”⁶³ à tríade representada por André Vidal de Negreiros (representando o elemento branco nascido na colônia americana), D. Antonio Felipe Camarão (representando o indígena) e Henrique Dias (representando o negro).

Ainda no que se refere ao período colonial, o autor enfatizou algumas áreas da América Portuguesa, ao abordar o local de nascimento dos seus biografados, em particular Rio de Janeiro e Bahia, com total de biografados superior, inclusive, em relação a Portugal: assim, o Rio de Janeiro fora o local de nascimento de 42 personagens, a Bahia de 27 e Portugal de 26.

Ao mesmo tempo, Macedo valorizou os primeiros cronistas da América Portuguesa, destacando, em primeiro lugar, Pero Vaz de Caminha em função de sua *carta* sobre a chegada de Cabral às terras americanas, e, ainda, Pero de Magalhães Gondavo (“venerando obreiro da civilização que lançou a primeira pedra nos fundamentos da história do Brasil”)⁶⁴ e Sebastião da Rocha Pitta (“é o pai da historia, [...] senão pôde ser o sol, foi pelo menos a brilhante aurora da História do Brasil”).⁶⁵ Observe-se, aqui, a preocupação em demonstrar a presença de historiadores já no período colonial, produzindo informações que, posteriormente, seriam incorporadas na análise do IHGB, transformadas doravante em fontes.

Para Macedo, o herói possuía o sentido da história, modificando a realidade ao seu redor; no Brasil independente, a manutenção da unidade territorial sofreu graves riscos e somente os *grandes homens* tinham a consciência da importância do poder central para concretização do papel histórico destinado ao Império, como elemento civilizatório; neste sentido, políticos e militares, detentores desta consciência, destacaram-se como os heróis contemporâneos no livro *O Ano Biográfico*. Assim, cerca de 67% dos biografados no período 1822-1876 tiveram atuação na administração pública e/ou nos conflitos militares (internos e externos) que envolveram a sociedade brasileira. No Império, mais que em qualquer outro período retratado em *O Ano Biográfico*, a função de membro do Estado revelou-se essencial; foi este quem administrou, civilizou, estabeleceu a paz com outros países, praticou os atos da guerra, pacificou o país, fez a Independência e os Primeiro e Segundo Reinados, sustentou o período regencial, policiou o país, mantendo a ordem social e defendendo a propriedade, funções correlatas e cotidianas ao ocupante de cargos administrativos.

Desta maneira, seria de causar espanto D. Pedro I possuir a maior biografia? Certamente não. Sua efeméride (12 de outubro) coincide com seu aniversário e a data de sua coroação como imperador do Brasil, permitindo a Macedo tentar produzir-lhe uma imagem menos marcada pelo autoritarismo: “Perto de meio século já lá vai depois que desapareceu dentre os homens D. Pedro I, e a história imparcial e severa que registra

seus erros, justa e devidamente honorificadora de sua memória o apresenta à posteridade com o esplendor de títulos tão grandiosos que obrigam a admiração.”⁶⁶

Ou, ainda, que suas páginas abrigassem Diogo Antonio Feijó, regente cuja efeméride vincula-se à posse no cargo de ministro da Justiça? Ora, tal personagem “foi o ministro que salvou a ordem e a monarquia, e em todos os tempos o exemplar da firmeza, do desinteresse pessoal, da honra.”⁶⁷

Percebe-se, com estes dois exemplos, um dos papéis que a História deveria possuir na obra de Joaquim Manuel de Macedo: tribunal a julgar os feitos humanos, produzindo provas que permitiriam condenar ou absolver os agentes, em função da intencionalidade e das consequências advindas de seus atos.

Notas e referências

- ¹ Lúcia M. P. GUIMARÃES, *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial*, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1995, p. 56.
- ² Eric J. HOBBSBAM, *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Programa, mito e realidade, São Paulo, Paz e Terra, 1991, p. 49.
- ³ Manoel L. S. GUIMARÃES, “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 7.
- ⁴ Hobsbawm analisa detalhadamente a contribuição das elites letradas ao nacionalismo, através da elaboração de gramáticas e dicionários que fixaram a língua nacional, além da coleta de lendas e cânticos populares, estabelecendo o folclore. Cf. *Nações e Nacionalismo ...*, cit, capítulo 2.
- ⁵ Cf. Lília M. SCHWARCZ, *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998. A despeito de discordar sobre o caráter “classista” da intelectualidade do IHGB (se urbana ou rural), Lúcia M.P. Guimarães também identifica os letrados do Instituto como pertencentes ao restrito universo da Corte carioca da década de 1830. Cf. Lúcia M. P. GUIMARÃES, *Debaixo da imediata proteção...*, cit.
- ⁶ Lúcia M. P. GUIMARÃES, *Debaixo da imediata proteção...*, cit., p. 69.
- ⁷ Lília M. SCHWARCZ, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 100.
- ⁸ De acordo com Lúcia Guimarães, “Pelos suas origens e pelas atividades que exerciam, os integrantes do Instituto tinham fortes vínculos com o governo. Estavam afetos a ele. O que, em última instância, implicava numa dupla sujeição a D. Pedro II. Mecenias que era do IHGB e autoridade maior do país... dependência e lealdade. À Coroa e ao Imperador.” Lúcia M. P. GUIMARÃES, *Debaixo da imediata proteção...*, cit., p. 84.
- ⁹ Manoel L. S. GUIMARÃES, “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988..., cit., p. 5.
- ¹⁰ Segundo Lília M. Schwarcz, 75% do orçamento do IHGB originava-se dos cofres estatais. Ver: *As barbas do imperador*, p. 127. O mesmo percentual é apresentado também por Manoel Guimarães. Igualmente, o então presidente interino do IHGB, Joaquim Manuel de Macedo, assinalava, em 1876, tal dependência dos cofres estatais, afirmando: “Desenha-se risonha, e reputar-se deve segura em seus modestos limites, a situação financeira do Instituto, graças ao favor e auxílio do poder legislativo.” Joaquim M. de MACEDO, “Discurso na sessão magna aniversária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1876, p. 470.
- ¹¹ De acordo com Lília Schwarcz, D. Pedro II presidiu 506 sessões do Instituto, entre 1840 e 1889. O espetáculo das raças, op. cit., p. 102. A guisa de comparação, ocorreram 520 sessões do IHGB no período, de acordo com Francisco Iglesias.
- ¹² Lília M. SCHWARCZ, *O espetáculo das raças...*, cit., p. 102.
- ¹³ Lília M. SCHWARCZ, *As barbas do imperador...*, cit., p. 126.
- ¹⁴ Aurélio de Lyra TAVARES, “O Sesquicentenário do Instituto”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Suplemento, Rio de Janeiro, 1988 (1-289), p. 44. Durante a Primeira República, o IHGB migrou para outros dois edifícios: em 1896 funcionou nas dependências do Real Gabinete Português de Leitura e, já no alvorecer do século XX, foi inaugurada sua nova sede, no prédio do Silogeu Brasileiro, situado no

- cruzamento da rua Teixeira de Freitas com a avenida Augusto Severo, local onde também funcionariam as sedes da Academia Brasileira de Letras, Academia Nacional de Medicina, Liga da Defesa Nacional e Instituto dos Advogados. Neste local foi erigido a atual sede do Instituto Histórico, no contexto das festividades do Sesquicentenário da independência, em 1972. Para maiores detalhes sobre as sedes do IHGB no século XX, ver Aurélio de Lyra Tavares. “O Sesquicentenário do Instituto”... cit., p. 43 e Berenice SEARA, “IHGB: a memória do Brasil faz 150 anos”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Suplemento, Rio de Janeiro, 1988: 1-289, p. 75.
- ¹⁵ Aurélio de Lyra TAVARES, “O Sesquicentenário do Instituto”... , cit., p. 43.
- ¹⁶ Um exemplo significativo a respeito desta fabricação do passado pode ser observado na obra *O Ano Biográfico Brasileiro*, em 3 volumes de autoria de Joaquim M. de MACEDO, no qual, o autor procurou compilar uma lista de fatos e personagens célebres, objetivando transformá-lo em um calendário cívico. Ressalte-se, ainda, que este livro foi confeccionado para ser exibido na Exposição Internacional da Filadélfia (1876), no pavilhão brasileiro, sendo editado em português e inglês.
- ¹⁷ Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto Alegre, Joaquim Norberto de Sousa Silva, Joaquim Manuel de Macedo e Gonçalves Dias.
- ¹⁸ Lília M. SCHWARCZ, *As barbas do imperador...* , cit., p. 131.
- ¹⁹ Francisco IGLESIAS, “Há 150 anos fundava-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Suplemento, Rio de Janeiro, 1988: 1-289, p. 60.
- ²⁰ *Ibid.*, p. 62.
- ²¹ Manoel L. S. GUIMARÃES, *Nação e civilização nos trópicos...* , cit., p. 13.
- ²² Apud: Vicente TAPAJÓS, “A Revista em três tempos”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 150 (362): 1-180, jan./mar. 1989, pp. 5-6.
- ²³ Manoel Luís Salgado GUIMARÃES. *Nação e civilização nos trópicos...*, cit., p. 18.
- ²⁴ Pelo menos até bem recentemente tal perspectiva possuía importantes adeptos no grêmio carioca. Assim, o general Aurélio Lyra Tavares, durante as comemorações do Sesquicentenário do Instituto e citando discurso seu publicado pela RIHGB em 1966, afirmou: “Sempre entendi que não se escreve a História simplesmente por escrevê-la. Há um sentido mais nobre e mais alto a estimular o esforço dos que a ela se dedicam, guiados pela consciência do seu verdadeiro e relevante papel na formação do espírito da coletividade nacional. E é assim que a entendem todos os povos ciosos dos seus destinos.” Aurélio Lyra TAVARES, “História e Civismo”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 273, apud: *Ibid.*; RIHGB, suplemento, Rio de Janeiro, 1988 (1-289), p. 46.
- ²⁵ Lúcia M. P. GUIMARÃES, *Debaixo da imediata proteção...*, cit., p. 134-135.
- ²⁶ Lília M. SCHWARCZ, *O espetáculo das raças...* , cit., p. 113.
- ²⁷ Ver, a título de ilustração, Francisco Adolfo de VARNHAGEN, *História do Brasil*, São Paulo, Melhoramentos, 1972. *Ibid.*; *História da Independência*, 1972.
- ²⁸ Lília M. SCHWARCZ, *As barbas do imperador...*, cit., p. 142..
- ²⁹ Manoel L.S. GUIMARÃES, “Nação e civilização nos trópicos”... ,cit., p. 25.
- ³⁰ Lília M. SCHWARCZ, *O espetáculo das raças...*, cit., p. 102-104.
- ³¹ Manoel L.S. GUIMARÃES, “Nação e civilização nos trópicos”... , cit., p. 25.
- ³² Lúcia M. P. GUIMARÃES, *Debaixo da imediata proteção...* , cit., p. 119.
- ³³ *Ibid.*, p. 121.
- ³⁴ *Ibid.*, pp. 122-126.
- ³⁵ *Ibid.*, p. 132.
- ³⁶ Lília M. SCHWARCZ, *O espetáculo das raças...* , cit., p. 104.
- ³⁷ Manoel L. S. GUIMARÃES, “Nação e civilização nos trópicos”... , cit., p. 10.
- ³⁸ Lília M. SCHWARCZ, *O espetáculo das raças...*, cit., p. 105.
- ³⁹ *Ibid.*
- ⁴⁰ Presidiram o IHGB, de sua fundação até a proclamação da República: José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo, 1838/47), Cândido José de Araújo Viana (Marquês de Sapucaí, 1847/75), Luiz Pedreira do Couto Ferraz (1875-86) e Joaquim Norberto de Sousa Silva (1886/91). Cf. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Suplemento, Rio de Janeiro, 1988 (1-289), p. 67.
- ⁴¹ Cf., Augusto V. A. SACRAMENTO BLAKE, *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, vol. 4, 1970.
- ⁴² Lília M. SCHWARCZ, *O espetáculo das raças...*, cit., p. 106.

⁴³ Ibid., p. 108.

⁴⁴ Lúcia M. P. GUIMARÃES, *Debaixo da imediata proteção...*, cit., pp. 272-273.

⁴⁵ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 12 (16): 551 out./Dez. 1849, apud: Manoel L. S. GUIMARÃES, “Nação e civilização nos trópicos”..., cit., p. 11-12.

⁴⁶ Francisco IGLESIAS, “Há 150 anos fundava-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”..., cit., p. 62.

⁴⁷ Ibid., p. 63.

⁴⁸ Lília M. SCHWARCZ, O espetáculo das raças..., cit., p. 138, 139, quadros 1 e 2.

⁴⁹ Ibid., p. 139, quadro 3.

⁵⁰ Lúcia M. P. GUIMARÃES, *Debaixo da imediata proteção...*, cit., p. 131.

⁵¹ Lília M. SCHWARCZ, O espetáculo das raças..., cit., p. 13-114.

⁵² Ibid., p. 117.

⁵³ Ibid., p. 134.

⁵⁴ Ibid., p. 135.

⁵⁵ Francisco IGLESIAS, “Há 150 anos fundava-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”... cit., p. 63.

⁵⁶ Cláudio Moreira BENTO, “Projeção do Exército no Sesquicentenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Suplemento, Rio de Janeiro, 1988 (1-289), p. 72.

⁵⁷ Apud: Cláudio Moreira BENTO, “O Exército no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Suplemento, Rio de Janeiro, 1988 (1-289), p. 81.

⁵⁸ Joaquim M. de MACEDO, “Discurso na Sessão Magna Aniversária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (como Presidente interino, em 1876)”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1876 a, p. 467-470.

⁵⁹ Augusto V. A. SACRAMENTO BLAKE, *Dicionário Bibliográfico...*, cit., vol. 4, 1970, p. 186.

⁶⁰ Ibid., p. 189.

⁶¹ Cf. Eric J. HOBBSBAWM, *A Era dos Impérios*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 54.

⁶² Joaquim M. de MACEDO, *O Ano Biográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tip. e lit. do Imperial Instituto Artístico, 1876, v. 1, p. 386, 388.

⁶³ Ibid., p. 455.

⁶⁴ Ibid., pp. 535, 536.

⁶⁵ Ibid., v. 2, p. 11.

⁶⁶ Ibid., v.3, p. 236.

⁶⁷ Ibid., v. 1, p. 160.

Vida y obra de Gregorio Sánchez Gómez. 1895-1942

Jairo Henry Arroyo Reina*

“Acercas huellas sin pisadas
fuego sin leña
alimento de los vivos
necesito vuestra llama para cantar el exilio del Muntu
todavía dormido en el sueño de la semilla.”¹

Esta ponencia está dedicada al escritor brasilero, mulato nacido en libertad y natural de Río de Janeiro, Alonso Henriques de Lima Barreto (1888-1922). Para él y su descendencia, ellos también son del Muntu que todavía yace “dormido en el sueño de la semilla” Igualmente no podemos olvidarnos del cura párroco de Marmato el padre José Reinel Restrepo

Gregorio Sánchez Gómez fue un hombre mulato que nació en Istmina (actual Departamento del Chocó) y murió en Cali siendo muy joven, a la edad de 47 años; en el mes Diciembre del año pasado, el notable escritor Chocoano cumplió setenta años de fallecimiento. Istmina, fundada por Juan Nepomuceno Mosquera (1834) -inicialmente reconocida como Partido del Cantón de San Pablo -, hizo parte de la Provincia de San Juan, una de las fronteras mineras que, junto con el río Atrato, se convirtieron en asiento de esclavizados, mineros y comerciantes que poco a poco se instalaron en un sinnúmero de caseríos y le dieron forma a una incipiente vida comercial al calor de la explotación aurífera. Los ricos hacendados, mineros y comerciantes de Cali llegaron a ser propietarios de minas tanto en esta frontera como en El Raposo. En el siglo XVIII lograron estructurar unidades de producción, es decir, haciendas, para complacer la creciente demanda de alimentos por parte de los yacimientos mineros. Fue de esta forma como se empezaron a definir los lazos que desde temprano articularon a la actual ciudad Santiago de Cali con estas regiones mineras del Pacífico.

* Profesor ocasional tiempo completo del Departamento de Historia, Facultad de humanidades de la Universidad del Valle en Colombia. Licenciado en historia, especialista en Docencia universitaria, Magíster en Ciencias de la organización y estudiante del *doctorado en Humanidades-Cohorte Historias, Sociedades y Culturas Afrolatinoamericanas*. Precisamente, esta ponencia hace parte de la reflexión del trabajo que se está elaborando como tesis de grado. Actualmente lidera en el Departamento de historia la formación del semillero de investigación *modernidad y modernización en el Valle del Cauca Siglo XIX-XXI*.

La provincia de San Juan estuvo inicialmente bajo la tutela de la Gobernación de Popayán y, para el Siglo XIX, el distrito de San Pablo (municipio de San Juan) hacía parte de la Unidad político administrativa del Gran Cauca. Hacia 1884, San Pablo era reconocido, simultáneamente con Novita, Tadó, Condoto, Sipí y Cajón como uno de los principales pueblos productores de oro del municipio de San Juan. Los otros pueblos como Quibdó, Bagado, Lloró, Neguá y Bebará pertenecían al municipio del Atrato. Es en este ambiente de explotación del oro - a través del mazamorreo - y de intensa actividad comercial para proveer la creciente demanda de los diferentes distritos mineros donde nace Gregorio Sánchez, padre de nuestro escritor Gregorio Sánchez Gómez. A inicios del Siglo XX Istmina aparece como municipio y capital de la provincia de San Juan. En 1908 la presidencia de Rafael Reyes crea el departamento del Chocó, con Quibdó como capital, por lo cual Istmina pasa a ser reconocida como municipio y deja de ser llamada San Pablo. Pero, dos años después, la nación crea diez departamentos, entre ellos Manizales y el Valle del Cauca, y el Chocó pasa a ser una simple intendencia bajo la administración nacional.

De Istmina Gregorio viajó a la capital del país, Bogotá, en donde termina sus estudios graduándose como abogado. Sus publicaciones comenzaron, aparentemente, en 1920 cuando la editorial Juan Casis de Bogotá publicó dos de sus trabajos: *Problemas sociales de Colombia*, un ensayo de 66 páginas que le había servido a Gregorio Sánchez para graduarse como Dr. en ciencias políticas, en la Universidad Nacional de Bogotá² y *La tierra desnuda*, la primera novela que le permitió incursionar en el campo literario Colombiano. Esta novela, de 28 Capítulos, fue escrita en la ciudad de Cali en 1914. (Ver cuadro)

A estas dos publicaciones le continuaron, en 1924, un grupo de cuatro novelas cortas escritas desde el municipio de Roldanillo y publicadas en forma continua, también, en Bogotá, en la serie popular *novela semanal* dirigida por Luis Enrique Osorio. Estas cuatro novelas, *La piedad del mar*, *La flor del tabaco* (Narración dividida en cinco partes, dedicada al escritor y novelita Luis Enrique Osorio), *El monstruo* y *La envidia de los dioses* (Novela de cinco cuadros dedicada a Tulio Quintero D) fueron reeditadas hacia 1958, por la editorial Santafé de Bogotá, en un libro que llevó por nombre *Novelas cortas*.

Su participación en la *novela semanal* lo acercó a escritores y escritoras que conformaban un grupo muy particular en el campo intelectual colombiano, estoy haciendo referencia a Emilio Cuervo Márquez, Simón Latino, Rafael María Rodríguez, Bernardo Arias Trujillo, José María Rivas Groot, Uva Jaramillo, Cruz Alba, José Asunción Silva, José Eustaquio Rivera y León de Greiff entre otros.

Aún no sabemos cómo Gregorio Sánchez logró que la editorial la moderna de Panamá, le publicara su tercer libro, sexta novela, *La derrota: novela de estudiantes*, en 1925. Esta novela de XXII capítulos, escrita en Bogotá en 1917; fue prologada por el reconocido escritor Luis Eduardo Nieto Caballero. De ahí en adelante sus publicaciones fueron realizadas en la ciudad de Cali.

Aproximadamente 14 de sus libros fueron publicados en la ciudad de Cali en la década del 20, 30 y 40, nueve de ellos fueron novelas; libros publicados entre las

editoriales América y Palau Velásquez & Cía. cuando la ciudad era apenas un poblado que llegaba a los 80.000 habitantes, poseía dos teatros (Municipal y Jorge Isaacs), tres hoteles (Majestic, Europa, Alférez Real), una biblioteca municipal, un proyecto de acueducto moderno, mas de cinco periódicos (relator, correo del cauca, diario del pacífico, el liberal, heraldo industrial, la humanidad y el crisol) y un puñado de escritores, entre ellos Gregorio Sánchez, decididos a plasmar, en sus ratos libres, ideas y pensamientos en libros revistas y periódicos.

En los talleres donde se editaba Relator, el periódico liberal de la familia Zawadsky, también, editaron, en 1927, *Rosario Benavides*, la novela escrita en Cali en 1927 que lo hizo acreedor a un premio, en concurso organizado por la academia colombiana de la lengua.

Después de Rosario Benavides la Editorial Palau Velásquez & Cía., la misma editorial encargada de editar Correo del Cauca, periódico conservador de propiedad del negociante y empresario Ignacio Palau, publicó dos novelas en el mismo año (1929): *La casa de los del pino* y *La virgen pobre*. La casa de los del pino fue escrita en Cali, en 1928, mientras que La virgen pobre, novela de XVIII capítulos, fue escrita entre los meses de Abril y Junio, e impresa el 17 de Agosto. (Ver cuadro)

Para los años 30, sus libros fueron publicados en los talleres tipográficos de editorial América, la primera editorial moderna que tuvo la ciudad de Cali en toda su historia. Esta firma editorial dirigida por Virgilio González R., su mayor accionista y editor del periódico *El liberal de Cali*, publicó obras como: *El Gavilán* (1933), novela de XXXI capítulos. Al Gavilán le continuó *Casada y sin marido*, novela publicada en 1934. *El hombre en la hamaca: divagaciones de un ocioso* (1935) fue el libro siguiente, y para finales de la década apareció *El burgo de don Sebastián*, novela escrita y publicada en Cali (1938).

La publicación de esta serie de libros en Cali, solamente, fue interrumpida por Arturo Zapata (que aparece como editor e impresor), de la ciudad de Manizales, que se encargó de publicar la novela *Vida de un muerto, Relato novelesco, de fantasía y humorismo*. Este libro, de XIII capítulos-una introducción por capítulo - y un epílogo, se terminó de imprimir el 15 de Septiembre de 1936; le continuaron libros como *Sociología política Colombiana*, escrito en Cali (1940). (Ver cuadro)

Mientras Sánchez lograba publicar sus libros en la década de los años veinte y treinta otros escritores lograban posicionar sus obras mucho mejor y obtener reconocimientos nacionales destacables. Estamos haciendo referencia de *La vorágine*, de José Eustacio Rivera (1924) y *La Marquesa de Yolombó* de Tomás Carrasquilla (1928). Para los años treinta obras como *El estudiante de la mesa redonda* (1932) de Germán Arciniegas, *Cuatro años a bordo de mi mismo* (1934) por Jorge Zalamea Borda, *La cosecha* (1935) de José Antonio Osorio Lizarazo, *Mancha de aceite* (1935) por el médico César Uribe Piedrahita, *Risaralda* (1935) de Bernardo Arias Trujillo y *Una derrota sin batalla* (1935) de Luis Tablanca, entre otras, van a seguir cautivando el mundo intelectual colombiano

Haciendo referencia al tipo de sociedad colombiana que el mencionado escritor Alfonso Lizarazo logró representar en sus obras para la década de los años treinta, el profesor Gutiérrez Girardot sostiene:

"Era una sociedad pobre en el más amplio sentido de la palabra. La pomposa clase alta era intelectualmente pobre. El poderoso estamento de la clerecía era moral y culturalmente pobre. Pobres eran las clases medias y más pobres aún sus aspiraciones de asemejarse a los estamentos de la *nobleza*. Desgraciadamente pobres eran las clases populares. El retro progreso de la república liberal, la apariencia cortesana de las altas clases sociales, el lujoso poder de las jerarquías eclesiásticas, la moderada revolución verbal de la legislación, escondían con brillo ilusorio la estructura señorial y sobre todo la existencia de toda una masa social mayoritaria que pagaba con la más útil explotación de que era objeto, los privilegios de que seguían gozando los descendientes de los encomenderos coloniales".³

Estas representaciones que fueron muy típicas de los escritores liberales en la década de del treinta, también las encontramos en *El Burgo de don Sebastián*. La desconfianza en los valores sociales imperantes, la ironía por el hedonismo y el gusto de los sectores pudientes-el mismo título, *El Burgo de don Sebastián*, es una expresión de esta herramienta literaria-, la simulación y el consumo aparecen como los temas a través de los cuales podemos estructurar el código de la obra.

Después de su muerte, cinco años después (1947), sale al mercado otra novela, *La bruja de las minas*; libro de XX capítulos escrito en Cali (1938) y donde se consignaron opiniones sobre Gregorio Sánchez Gómez por parte de autores como los críticos Nicolás Jiménez, Ecuatoriano, y el Chileno Mariano Latorre.

Para 1950 se publica, al parecer, su último ensayo -finalizando las ediciones con Editorial América y (T. J. Martínez y Cia. S.A.) - *Fémina, reflexiones sobre la mujer y su destino*. Este libro escrito en Cali (1938), clasificado como ensayo, introducido por el mismo autor y anunciado para publicarse desde 1940, fue estructurado, básicamente, en IV partes.

Al morir, su padre y sus hermanos pudieron publicar un folleto, "Gregorio Sánchez Gómez, Algunos conceptos sobre sus obras" (1945), donde lograron recoger las opiniones más favorables que tuvieron escritores locales y regionales como, Heraclio Uribe Uribe, José Ignacio Vernaza, Ricardo Nieto, Andrés J. Lenis, Luis Carlos Velasco M; otros como Fernando González, Bernardo Arias Trujillo, Libardo López, Ismael Enrique Arciniegas, Adel López Gómez, Alfonso Castro, Luis Tablanca, Max Grillo, Antonio Gómez Restrepo, y Luis Eduardo Nieto Caballero, pertenecían al campo literario nacional, y lo que es más importante, el folleto, también, recoge opiniones importantes de escritores de otros países como Ángel Dotor y Municio, y Manuel Góngora Echeniq de España; Mariano Latorre de Chile; Cesar Tempo de Argentina; Emilio Romero del Perú; Enrique Labrador Ruiz, y Miguel A. Maccau de Cuba

Para finales de los años cincuenta se publicaron cinco libros en el mismo año: *Magola, historia de una maestra*, novela escrita en 1938 y editada en 1958 por la

editorial Santa Fe. En este mismo año salió a la luz pública, al parecer, su última novela *La amazona de cañas*, anunciada desde 1935; la compilación de *Novelas cortas* - que se habían publicado individualmente en 1924 - y dos libros de cuentos: *Campos con sed* y *La joven endemoniada*. También, publicó distintos artículos en los diferentes periódicos locales y regionales, particularmente, en las páginas literarias de un periódico como Relator. Pero, igualmente, periódicos conservadores como Diario del Pacífico y Correo del Cauca, le dieron cabida a un buen número de sus ensayos. (Ver cuadro)

La cultura negra en la obra de Gregorio Sánchez Gomez

Sus obras dieron buena cuenta de los ambientes culturales-orales negros ubicados en el pacífico, y en la zona minera de Marmato. En obras como *La flor del tabaco* sus narraciones, denuncias y descripciones las presentó de la siguiente forma:

“En el ancho recodo que forman las aguas del San Juan, en aquel lugar apartado y agreste, levántase un caserío irregular, asimétrico, de construcciones toscas y humildes, a donde no parece haber llegado siquiera un venticillo de la civilización material moderna. Las casas, verdaderos bohíos, están enclavadas caprichosamente en la ribera, avanzando la edificación hacia el corazón del monte, y dejan entre ellas grandes espacios desocupados y pasadizos que hacen el oficio de calles y que forman una red sinuosa y complicada. Aunque el caserío ocupa un terreno elevado, que baja en declive hasta tocar la margen fluvial, sus moradores tienen buen cuidado de mantener las viviendas a la mayor altura posible, por temor a las avenidas imprevistas del río, que cuando menos se espera se desborda turbulentamente anegando las tierras ribereñas y ocasionando males ingentes. De aquí que, con lujo de previsión, cada cabaña tenga por cimientos fuertes guayacanes que la sostienen en el aire como un palafito y que le dan aspecto de palomar. [...]

El caserío mencionado es uno de esos hacinamientos desordenados de chozas, tan comunes en las riberas de los grandes ríos que bañan la región chocona. Generalmente se hallan situados a gran distancia de los núcleos de población donde se concentran las febriles actividades del comercio, y muy apartados entre sí, como si cada uno pretendiera aislarse de los otros y desvincularse del mundo. Sus habitantes son aficionados a los viajes, y tienen un fiero apego a la vida libre, lo cual explica su predilección por la caza, la pesca y las excursiones. La minería, que da fáciles y pingües rendimientos, les gusta también pero por cuenta propia, pues no hay cosa que más detesten que depender de un patrón. Aman la molicie, el licor, las mujeres, y aunque temen y respetan la autoridad, poco la tienen en cuenta para sus actos, acaso porque la autoridad se encuentra habitualmente lejos.

Esta población rural es una mezcla híbrida de razas, en que se ve desde el negro puro, pasando por el zambaigo, hasta el mulato y el cuarterón. Los indios moran de costumbre en sitios más retirados, congregados en tribus que procuran conservar sus usos y caracteres físicos; y en cuanto a los blancos se refiere,

observase que prefieren vivir en los centros, al amparo de las comodidades que estos ofrecen. Es cosa común encontrar entre la gente de color apellidos ilustres como Mosquera, Córdoba, Caicedo, y hasta nombres antiguos, de legendaria fama; mas no se piense que ello se deba a herencia genésica: nadie ignora probablemente que antes de la manumisión los siervos tomaban el apellido de sus señores y lo transmitían a sus sucesores.” [...]

‘Tómala por el busto, abajo de las axilas, y aproximándose lentamente, la beso en el cuello, en los brazos, en el nacimiento del pecho, que el descote dejaba libre y turgente.

- Estese quieto, mi rey—, dijo Felisa haciendo un mohín, pero sin oponer resistencia

- usted es muy logrero y se aprovecha. . .

- De lo bueno que hizo Dios, sumercesita.

- Ah ¿no dizque es incrédulo?

- Cuentos. La fe se afirma ante mujeres como tu.

Yo creo en todo, menos en que me quieres-.

-¡Boquirrico! ¡Ingrato!

- ¿Yo?

- Sabe que soy su esclava.

- No es mucho decirlo.

- ¿Que desea de mí?'''

En otra obra como *La bruja de las minas*, además de la descripción de los ccaseríos de San Juan, Marmato, Salamina, Aguadas y Pácora, del Molino Santa Mónica, El molino las vueltas, y la Pintada; las condiciones socioeconómicas de los peones y el despojo de las tierras a que eran sometidos, además de darnos a conocer el mapa sociocultural de las minas, Gregorio Sánchez logra, de manera perfecta, describir los rituales mágico religiosos de la población negra que trabajaba en las minas.

“... -¡Currulao!—braman como poseídos.

La Pascuala parece transfigurarse. Se detiene un momento, para respirar, lanzándose luego, con brusca decisión, al encuentro de invisible galán. Ya no es el ondular felino, indolente y lascivo del principio. Ahora semeja Euménide, deidad demente que se retuerce en el paroxismo del dolor, del espasmo, o de la locura. La frenética danza la empuja y la arrastra, como si huyera de ella misma, y se persiguiera, y se enredara en sus propios anhelos y temores. Sus pupilas relampaguean; la boca se le abre, desgajada, pareciendo sorber el lubrico perfume que lleva en su propia persona.

Hipnotizado, el concurso la sigue con la mirada y el palmoteo; se va tras del cuerpo fugaz, con libidinosos pasos de perro. La Pascuala, perdida en su vértigo, extraviada en el laberinto de su transitoria insania, no parece ver ya lo que la circunda. Todo en ella grita, solloza, ríe, y se paraliza en orgasmos bárbaros. La grupa soberbia va a desprenderse ya de sus cimientos poderosos. Los pechos

vuelan como saetas. Tiembla, vacila, se yergue de nuevo, recobrada de su desmayo efímero. Rítmico cantar sale de todos los labios.

¡Que viva, que viva,
el baile er cienpie!

-¡Currulao!—se interrumpen súbito. Y prosiguen:

Picao e tarantula;

picao e alacrn:

de sapo con rabia,

la leche y el miao;

veneno e culebra,

balanza e araa,

barbaco, caraa,

y ecupa con hiel.

- ¡Currulao!—relincha la turba. .

El Taita Cornudo,

Beruna, Pesua

el chivo, la chiva

chivito, chivo.

- Que viva el culeo!

Er Cabro Mayò.

Mandinga, Mandinga.

Cacho e pejep,

ojo e bambore,

colmillo e caim,

cola e mapan,

Padre Lucife.

-¡Currulao! ;Upa!

La voz de la marimba y el golpe de los tamboriles se debilitan; vuelven a hacerse lentos, pausados; se apagan poco a poco. Exánime, la Pascuala cae desplomada sobre el pavimento. Vencida como la estatua rota que rodó de su pedestal.

El negro anciano se adelanta entonces, solemne. La sorda música apenas suena ya como fragor lejano quo se extingue. Ante la tarima del rincón se detiene, y alzando la diestra armada con el cuchillo, lo hunde repetidas veces en el cuerpo del macho cabrio, que dobla los corvejones exhalando berridos tristes, de muerte. Convulsivamente escarba sobre la tarima con las pezuñas posteriores, y cae por ultimo entre el charco de su propia sangre.

La muchedumbre canta:

El Taita Cornudo.

Marimba y tambò

marimba y tambò.

Es la señal de la bacanal. De damajuanas y cantimploras, de ollas y calabazos, de tinajas y zumbos, aparecidos súbito, fluyen cual de rota arterias los licores ardientes. Vasos y totumas pasan de mano en mano, colmados con los amarillos

fermentos y los blancos y picantes jugos de cana. Exaltante olor de canela y pimienta, rom fuertes y ácidos de guarapo, tufos aguardientosos que queman como encendidas brasas las sedientas gargantas. Todo eso se junta, mezcla y confunde, con las espesas humaredas, las emanaciones, los vapores, el clamoreo ronco de la promiscua concurrencia. El aire es casi irrespirable. Barrera y Stanley se sienten desfallecer. Pero a ellos también los ha envuelto en su torbellino el áspero viento de locura. La sensual vorágine abre sus rojas fauces para tragarlos.”

Los valores y la corporalidad en la obra de Gregorio Sánchez Gomez

Si bien es cierto, Gregorio Sánchez no dio cuenta en detalle de los movimientos sociales de la época, los conflictos, la violencia social colombiana y los valores decadentes fueron temas predilectos de su obra. En este sentido, sus novelas de amor, y casi siempre definidas en torno al destino trágico pusieron al descubierto, las temáticas mas vedadas para la sociedad. Por ejemplo, en una novela como “La virgen pobre”, además de mostrar claramente los abusos del poder, del poder masculino sobre mujeres pobres y campesinos, la vida triste y desolada del cabaret y las “casas de citas”, la novela dio buena cuenta de la relación entre el deseo, el cuerpo y el amor; temática que puso en escena las contradicciones propias de una sociedad católica que empezaba a modernizarse en torno al mercado.

“Sumida en su sueño de amor, anegada de la cabeza los pies en una voluptuosidad inefable que la embriagaba como un vino y de la que no tenía fuerzas para salir, Ana María no oponía ya ninguna resistencia; se abandonaba, rendida y dócil, enamorada y suspirante, a esa invasión audaz, a ese asalto loco de alejo, que, trémulo y exaltado, y mientras le decía frases truncas que delataban su sensualidad, iba violando poco a poco el femenino secreto y violando los más púdicos velos.

- ¡No, alejo!- Exclamó ella de pronto, con angustia, pugnando por incorporarse;- ¡eso no! Pero volvió a desmadejarse, enervada y casi sin aliento, bajo la avalancha brutal de las locas caricias con que él le quemaba, como un hierro candente, los labios resecos, el cuello frágil y delicado, los hombros desnudos... la mano atrevida había corrido febrilmente la tela que cubría los techos, pequeños, duros, tibios, y allí también se abatía, semejante a un pájaro de presa, la boca ávida e insaciable...

- ¡ven!- Balbuceo alejo fuera de sí. Ana María musitó, como con una voz lejana: casi en vilo, la arrastró consigo a la habitación contigua. Y ella se dejó llevar como una sonámbula, perdida transitoriamente toda conciencia.

Lo que allí sucedió lo recordaba después común sueño, como una pesadilla fantástica. Todo el amor y todo el dolor los saboreó de una vez, transportada y atónita, en un largo trago dulce y amargo, inolvidable y voluptuoso; en un largo trago de que le quedo, a modo de un sedimento en la copa de su alma, un gusto acre y advierte, como de cenizas de ilusión.”

La historia de la ciudad Cali en la novela de Gregorio Sánchez Gomez

Entre las nueve novelas que logró publicar en la ciudad de Cali, dos hacen referencia directa a las problemáticas socioculturales y urbanas de esta ciudad: *Rosario Benavides* y *El Burgo de don Sebastián*. Ambas novelas publicadas, aproximadamente, setenta años después de obras como *María*, de Jorge Isaacs, y *El alférez real* de Eustaquio Palacios, lograron representar, en detalle, la vida urbana y social de una ciudad como Cali, en las primeras décadas del Siglo XX. El notable escritor Chocoano logró dar cuenta, con mirada sociológica, de los diferentes grupos sociales que habitaban la ciudad, del equipamiento urbanístico y arquitectónico de la misma y, en general, del universo socio cultural y espacial que definían a la Cali de ese entonces. Y lo más importante, Gregorio Sánchez con tono irónico, burlesco y hasta crítico, logró representar el proyecto modernista de las élites ciudadinas, dejando ver tanto sus gustos de clase como el conjunto de valores que las definían. Este conjunto de razones permiten ubicar la producción literaria de Gregorio Sánchez, como literatura urbana y particularmente como novelas histórico-sociales y culturales.

En *Rosario Benavides*, logró representar la debilidad y la inestabilidad del piso social que se estaba produciendo en el mundo moderno de la ciudad de Cali, para las dos primeras décadas del Siglo XX. El conflicto social se manifestaba en mariano Benavides, padre de Rosario, quien representaba todos los signos de la época moderna: de piel cetrina, comerciante de café, cueros y cacao. Según la designación realizada por Gregorio Sánchez mariano era “un moderno creso”, “un banquero tropical”, que se había enriquecido vendiendo durante quince años trapos y chucherías, y que luego se convirtió en uno de los más respetables importadores; se jactaba de no tener descendencia aristocrática, pero sí mucho dinero. Las nuevas percepciones y valores así como las representaciones de los otros grupos sociales fueron enunciadas por este personaje de la siguiente forma: “-¡o la! Hablas como un abogado del virreinato. Esas monsergas de olor y sabor aristocrático están demandadas a recoger. Hoy no hay otra nobleza que la que da el capital, ni otra jerarquía que la señalada por las centenas y millares. Amigo: vales lo que tienes y pesas. Fíjate nomás en algunas familias de aquí, que ayer brillaban en el pináculo social porque eran ricas, y ahora han venido a menos por qué empobrecieron. Hace pocos años ¡qué gentes tan consideradas y descollantes! Hoy ¡que insignificancia lastimosa la suya! Desaparecieron entre la turba anónima y triste de los que nada poseen. ¿Quién se acuerda ya de los Montufar, de los Vallefloridos, y de otras familias que conocieron la opulencia? Y sin embargo, nadie le discute y niega su ilustre abolengo, su vetusta prosapia; lo cual no los libra, desgraciadamente, de vivir en la indigencia”.

Don Mariano estaba casado con Julia de Benavides, mujer blanca y gorda, personaje que representaba *la prosapia*, los sectores venidos a menos, los capitales simbólicos y tradicionales, es decir, todo lo contrario a lo que significaba don mariano; sin embargo lograron hacer alianzas. Este personaje, también, poseía los valores muy propios de su grupo social:

“... gustaba naturalmente de las consideraciones de alcurnia: la razón de estirpe era razón soberana. Sentía secreto desdén por las vidas democráticas modernas, igualadoras e iconoclastas, que han desvalorizado la antigua moneda nobiliaria y los papeles de créditos llamados despectivamente pergaminos. En su fuero interno alimentaba para sí el culto de la buena raza y de la sangre pura, lo cual no fue obstáculo para su matrimonio con el millonario señor Benavides”.

Pero la lucha simbólica de estos sectores, sus aparentes contradicciones y afirmaciones, tomaron un curso aparentemente trágico: mariano Benavides, la representación de los nuevos capitales y de lo moderno, la expresión viva de unos nuevos puntos de vista social “levantados por un saludable soplo republicano democrático” terminó suicidándose, por honor, como cualquier aristócrata”, al perder en el juego la fortuna familiar.

El personaje principal Rosario Benavides, o challo, como cariñosamente la llamaban sus allegados, era una "muchacha caleña que acaba de cumplir veinte años", "era una joven trigüeña, alegre, de cuerpo fino y elástico y de modales un poco despreocupados. Hablaba correctamente el inglés, mejor que el propio idioma; vestía con absoluta perfección, y era maestra consumada en deportes, especialmente en tenis y jazz". Después de la muerte de mariano y viviendo en carne propia la pobreza en que su padre las había dejado, se vio en la necesidad de emplearse ante el asombro, las burlas y los comentarios de su grupo social. Fue así como después de trasegar y probar en varias partes consiguió empleo en la bembo & co inc, poderosa casa comercial Norteamérica dónde tuvo la oportunidad de conocer a Henry White, un agente americano representante de casas comerciales internacionales, con quién pudo entablar rápidamente una fuerte amistad.

Fue de esta forma como Rosario Benavides, educada en el Canadá, proveniente de familia acomodada y honorable, tuvo que aceptar el trabajo convirtiéndose en una mujer asalariada contrariando de esta forma los valores de la decencia, la dignidad y la caballerosidad que tanto preocupaban a su clase. En poco tiempo estrechó sus lasos de amistad con Henry White, con quien pudo olvidar a Joaquín Matamoros, el novio de toda la vida, y el hombre que su madre quiso para ella-contrariando a su padre- pues, si bien Matamoros carecía de capital económico, su familia poseía todos los títulos nobiliarios y la tradición honorífica necesarias para legitimar cualquier alianza matrimonial. A pesar de que Joaquín Matamoros buscó solventar su situación social y económica en la política, el matrimonio de estos dos sectores sociales venidos a menos tampoco pudo llevarse a cabo. Pero Rosario, dando muestras de un sacrificio consumado, negó, igualmente, cualquier posibilidad amorosa a Henry White, a pesar del amor prometido por este.

Complementariamente a las descripciones sociológicas y a los perfiles psicológicos de sus personales, Gregorio Sánchez logró introducir las únicas imágenes y las más importantes representaciones sobre el carnaval caleño de los años veinte, la forma como se celebraban las festividades de fin de año, y con imágenes sugerentes logró dar cuenta de ello.

“Tras la enorme y ruidosa comparsa marchaba, a moderado andar, una enorme sucesión de vehículos de toda clase atestados de disfraces y gentes ebrias cantando y gritando hasta enronquecer. La multitud se aglomeraba, aglutinada casi confundida sobre los estrechos andenes en las anchas plazas, bajo el cobijo de los grandes portones, metiéndose en oleadas en las cantinas y cafés donde corre el licor como por abierta zubia y se hace el máximo barullo. Salas y lugares de baile parecían hervir esa noche por la concurrencia inagotable que se contorsionaba con placer frenético al desenfrenado compás de bandas y orquestas. Numerosas mujeres, hembras anónimas y heteras en su mayoría, todas con las caras pintadas, muchas con mascarar disformes, jadeantes y sudorosas por ser las que más se movían; circulaban desenfadadamente por entre el gentío, rozándose con el vecino, empujando aquí, riendo allá, y dejando a su paso una estela de esencias marcantes y colores vivísimos”.

En el burgo de don Sebastián, la crisis social fue planteada por Gregorio Sánchez Gómez cuando Julia Fernández de Urquijo impidió a toda costa que su hermana Carmen mantuviera relaciones amorosas con el joven aviador, teniente Camilo Loaiza. Las hermanas Urquijo pertenecían a una familia tradicional y acomodada. Eran las hijas del coronel Calixto Fernández-un militar que había participado en la guerra civil, y había muerto hacía 10 años-y mercedes de Fernández, la viuda, que ante la muerte del coronel se había quedado viviendo en la casona colonial, con un traje negro y “bebiendo copitas de ron” “calentados” para calmar sus dolencias.

Julia Fernández era una mujer de veinticinco años, casada, cinco años después de la muerte del coronel, con Reinaldo montejo un abogado rico y prestigioso en la ciudad. Así, mientras dedicaba su tiempo libre a las labores de beneficencia, quiso imponer a su hermana las figuras del ingeniero Góngora y del acaudalado comerciante de sedas jeremías otero. Las cosas no resultaron como julia había planeado, sin embargo, continuo interponiéndose entre la joven pareja.

La tragedia en la novela no solamente está definida por la separación entre Carmen Urquijo y el teniente Loaiza, ante la muerte de este último en la revista de aviación llevada a cabo en el *guabito*, sino por el terrible secreto conocido por Reinaldo Montejo, al escudriñar en la cartera y la libreta de su esposa Julia Urquijo.

Julia, la mujer que se opuso a los amores de su hermana porque el teniente Loaiza no era un partido seguro, desde ningún punto de vista, la persona encargada de la caridad publica, que vivía en un barrio moderno y residencial, la hija del coronel Calixto Fernández, tenía un secreto: sentía atracción por un hombre que no era su esposo, el ingeniero Góngora. Sin embargo, este hecho no fue suficiente razón para que el matrimonio Urquijo-Fernández se disolviera.

Además de las inestabilidades personales y familiares, Gregorio Sánchez pudo representar las características y las transformaciones urbanas de la ciudad de Cali de ese entonces. La arquitectura moderna de algunos barrios residenciales o en construcción; la descripción de la ciudad “con sus oficinas, talleres y fabricas de toda índole”, así como sus atardeceres y sus noches; las descripciones de la *Avenida Uribe*, el cementerio, los

días feriados; la vida en las vías públicas, el cabaret, el templo de San Francisco, el Puerto fluvial de Juanchito; la ciudad vista desde la colina de San Antonio; la estación del tren con sus rateros y ladrones; la revista de aviones en el *guabito*; el papel de los turcos y los libaneses en el comercio de la ciudad; el posicionamiento del sector profesional (ingenieros, abogados, médicos); el asombro y la perplejidad de los ciudadanos ante el confort y el bienestar que les producían los espectáculos públicos en el hipódromo, el estadio, las empanadas bailables en el alférez real, el circo, el aeródromo civil de la Scadta; los periódicos de la tarde y las películas en la noche, es decir, todo el conjunto de bienes, relaciones, individualidades y “mojones” urbanos que empezaban a marcar los nuevos referentes de la ciudad, y a decidir los modos de estar juntos en ella.

“Era noche ya cuando emprendieron el regreso. El camino lo alumbraba ahora la luz de la lima en plenitud. Bajo su llama fría y pálida, los campos blanqueaban, sumidos en mágico letargo. La violenta polémica de los vehículos con el inmóvil aire nocturno, levantaba larga ráfaga que azotaba los rostros de los paseantes jubilosos. Nadie pensaba en volver a casa todavía. Sobre la colina de San Antonio brillaban como estrellas perdidas, luces dispersas. Subieron a ella, siguiendo la carretera de circunvalación. Viento y penumbra coronaban la verde cimera de la colina. Allí hicieron alto. Mister Campbell comentaba con entusiasmo:

-¡Oh, splendid, splendid!

Abajo, a sus pies, se extendía, en efecto, un panorama de sorprendente belleza. Bañada por el plenilunio, la ciudad parecía vencida por los beleños del sueño. El mar de tejados cuyas primeras ondulaciones comienzan en las faldas de la colina misma, se perdía en la sombra difusa de la distancia, alterada su inmovilidad, por los mástiles de las torres, por las hinchadas velas de las cúpulas, por las moles oscuras y erguidas de los altos edificios cribados de ventanas iluminadas. Aquí y allá, chimeneas de fabricas, semejantes a monstruosos cigarros apagados; antenas sutiles; astas desnudas que parecían perforar el aire embrujado de la noche. Como venas abiertas, las calles y avenidas rompían la unanimidad de los tejados, animadas a ratos por la fugaz presencia de algún automóvil que se deslizaba en silencio. Todo se veía diminuto: las gentes que circulaban, los vehículos que iban o venían, las innumerables luces encendidas desde temprano y que semejan ojos insomnes y expectantes. Pero estas luces eran quietas. Daban la impresión de ser luces serias, disciplinadas, de las que se burlaban las otras luces, multicolores e inestables, de los avisos luminosos, guinadores y alegres.

De los cerros venían bocanadas de viento fresco. A un lado, entre abierta curva que forma la Avenida Belalcázar, se alza el barrio residencial El Peñón, con su caserío pintoresco y nuevo. Oréndolo, va el encaje móvil del río, plateado y fulgente. Los faroles de la sinuosa avenida vigilan la vía como centinelas extáticos proyectando en torno la luz de sus monteras de fuego. Hacia la izquierda, casi perdida tras de estribaciones de lomas, se divisaba parte de la urbanización tranquila de San Fernando. ,Y en el fondo, dilatada y plana, la vasta

extensión, confusa y de términos imprecisos, encerrada en un semicírculo de montañas remotas que azuleaban en la lejanía, con azul espectral manchado de brumas.”

Gregorio Sánchez Gómez murió en diciembre de 1942 cuando desempeñaba el cargo de bibliotecario en la biblioteca municipal de Cali. A pesar de su gran producción literaria, de haber ejercido cargo estatales a nivel local, de haber dirigido periódicos como la *El impulso* en Riosucio, de haber sido referenciado por un puñado de escritores de su época y algunos críticos literarios, de Gregorio Sánchez Gómez ‘nadie sabe nada’; nadie se acuerda de él; nadie tiene referencias, ni Chocoanos, ni Vallunos, ni Caleños, y tan solo como rastro suyo, solo quedan, de sus veinte obras publicadas, 9 libros en la ‘Sala Valle’ del actual Centro Cultural Rodrigo Lloreda; igual número de libros en el instituto caro y cuervo; un ensayo, *Fémína: Reflexiones sobre la mujer y su destino*, en la Biblioteca de la Universidad San Buenaventura; y la obra casi completa en la Biblioteca Luis Ángel Arango de Bogotá. Ninguno de estos espacios posee una conciencia real del valor de esta obra.

Con el objetivo de dar a conocer sus obras y rescatar del olvido al escritor Gregorio Sánchez, la Universidad del Valle ha venido reeditando algunas de sus obras. En este sentido en la feria del libro realizada por la Universidad del Valle en la ciudad de Cali (2004), se presentó al público la reedición de la novela *La bruja de las minas*.⁴ Un año después (2005) se hace lo propio con *Rosario Benavides*.⁵ Y para el año 2006 *El burgo de don Sebastián*.⁶ En el 2010 el Ministerio de Cultura de Colombia aprovecha el proyecto Biblioteca de literatura Afrocolombiana para reeditar por segunda vez *La bruja de las minas*.⁷

Pese a ello y a una larga investigación sobre la vida y obra de este escritor un buen número de sus obras todavía se encuentran desaparecidas, entre ellas tenemos: de teatro *El ladrón enamorado* (comedia), *El secreto del profesor*, *Don severo* (Drama), *Girasol* (Drama); poemas: *Vista de colores*; de interés general como *Los impuestos en Colombia*, *El ahorro*, *Los problemas sociales*, Cuentos: *La joven endemoniada*; y varios títulos de novelas: *casada... y sin marido*, *Por distintos caminos*, *Árida senda*, *La nueva raza*, *Pajarito y sus obras* y *El inútil pecado*. Estos libros que confirman su prolífica producción en los distintos géneros literarios, a un se encuentran perdidos, no poseemos referencia, igual acontece con su vida y descendencia familiar.

Desconocemos si Gregorio Sánchez leyó un libro como *Litoral recóndito*, escrito en 1934 por Sofonías Yacup (1894-1947) - un parlamentario liberal caucano muy conocido en el medio político. Igualmente desconocemos si coterráneos suyos como Diego Luis Córdoba (1907-1964), Rogerio Velásquez Murillo (1908-1965), Neftalí Mosquera Mosquera, (1914-1990), Miguel Ángel Caicedo Mena (1919-1995), Arnoldo Palacios (1924) y los caribeños Manuel (1920-2004) y Juan (1927-2000) Zapata Olivella y Jorge Artel (1909-1994), entre otros escritores, tuvieron acceso a su obra. Sabemos que vivieron en las primeras décadas del Siglo XX, pero no sabemos si estos negros, mulatos, zambos, afro mestizos invisibles y por fuera de las hegemonías del campo intelectual colombiano, se conocieron, si se leyeron o departieron, pero ello no es un

obstáculo para construir una línea de análisis que vaya de unos a otros, y así configurar un campo de interpretaciones al tiempo que logre objetivar percepciones, clasificaciones y objetivaciones de los intelectuales que hoy estamos denominando como afrocolombianos.

Notas e referências

- ¹ La tierra de los ancestros, en Zapata Olivella MANUEL, *Changó el gran putas*, Biblioteca de Literatura Afrocolombiana-Ministerio de Cultura de Colombia, Bogotá, 2010.
- ² Una tercera edición de este ensayo, clasificada como 'Folleto', fue publicada en la imprenta Moreno en 1935, recogiendo los doce ensayos que Gregorio Sánchez había publicado en el periódico el Liberal de Cali.
- ³ Rafael Gutiérrez Girardot, *La literatura colombiana en el siglo XX*, Manual de historia de Colombia, Instituto Colombiano de Cultura, Tomo III, 1984, Tercera Edición, pp. 517, 518.
- ⁴ Sánchez Gómez GREGORIO, *La bruja de las minas. Programa Editorial Universidad del Valle, Santiago de Cali: 2004.*
- ⁵ *Ibid.*, *Rosario Benavides. Programa Editorial Universidad del Valle, Santiago de Cali: 2005.*
- ⁶ *Ibid.*, *El burgo de don Sebastián. Programa Editorial Universidad del Valle, Santiago de Cali: 2006.*
- ⁷ *Ibid.*, *La bruja de las minas*, Biblioteca de Literatura Afrocolombiana - Ministerio de Cultura de Colombia, Bogotá, 2010.

Na corda bamba: a trajetória intelectual de Lima Barreto (1881-1922)

*Magali Gouveia Engel**

Filho do tipógrafo João Henriques de Lima Barreto¹ e da professora primária Amália Augusta Barreto,² ambos mestiços, Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu na cidade do Rio em 1881. Foi alfabetizado pela mãe e, aos sete anos, começou a frequentar a Escola Pública. Proveniente de uma família pobre, contou com a proteção do padrinho Afonso Celso, o Visconde de Ouro Preto, poderoso político do Segundo Reinado, que o matriculou como aluno interno no Liceu Popular Niteroiense, em março de 1891. Seu pai procurou o compadre que há pouco voltara do exílio ao qual fora condenado alguns dias após a proclamação da República, em 1889. O Visconde de Ouro Preto recebeu-o com a cordialidade dos velhos tempos, no seu escritório da Rua do Rosário, e concordou em custear a educação do afilhado. O menino matriculou-se no Liceu Popular Niteroiense, um dos melhores do tempo, frequentado pela gente rica.³

Completados o curso secundário e parte do suplementar nesta instituição, Lima Barreto prestou os exames de Português, Francês, História Geral e do Brasil no Ginásio Nacional – antigo Imperial Colégio D. Pedro II – em janeiro e agosto de 1895 e em inícios de 1896. Aprovado, ingressou no curso anexo de preparatórios para a Escola Politécnica do prestigioso Colégio Paula Freitas, onde permaneceu como aluno interno durante todo o ano. Segundo Francisco de Assis Barbosa, nessa ocasião havia incorporado ideias positivistas, defendendo-as em discussões com os colegas. Em 1897, entrou para a Escola Politécnica do Largo de São Francisco, onde as concepções de Augusto Comte, em suas mais diversas interpretações, adquiriram grande popularidade entre professores e alunos. Foi nesta instituição que, em 1902, começou a colaborar no periódico estudantil, de Júlio Pompeu de Castro e Albuquerque, *A Lanterna*, destacando-se por suas posições críticas e polêmicas.

As experiências na Politécnica levariam o escritor a um crescente distanciamento da engenharia e a uma aproximação cada vez maior da escrita e da literatura. Enfrentando frequentes discriminações sociais e raciais por parte de colegas e de professores, Lima

* Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, CAp, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia.

Barreto iria, aos poucos, amadurecendo sua percepção das profundas desigualdades e injustiças sociais que caracterizavam a sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que se convencera da importância do papel desempenhado pelos literatos comprometidos em sua arte com a transformação da realidade em que viviam.

Depois de ser reprovado sucessivamente em Mecânica, um acontecimento em sua vida pessoal teve papel decisivo para que abandonasse a faculdade. Seu pai adoece seriamente,⁴ o que o forçou a assumir a responsabilidade pela sobrevivência da família, abandonar a Escola Politécnica e candidatar-se ao concurso para amanuense na Diretoria do Expediente da Secretaria de Guerra. Aprovado em segundo lugar, foi nomeado em 27 de outubro de 1903, mudando-se com o pai e os irmãos para Rua Boa Vista, n. 76 no subúrbio de Todos os Santos. A partir de então dividiria seu tempo entre as monótonas tarefas de funcionário público – que abominava – e a literatura, sua paixão.

Sua obra extensa e diversificada inclui romances, sátiras, contos, crônicas e epistolografia, toda ela marcada por uma linguagem direta e simples, através da qual pretendia fazer de sua arte, conforme salientou Nicolau Sevcenko, “uma força de libertação e de ligação entre os homens”.⁵ Entre seus romances destacam-se, além do famoso *Clara dos Anjos*, o controvertido *Recordações do escrivão Isaías Caminha* e o aclamado *Vida e Morte de Gonzaga de Sá*, ambos provavelmente escritos entre 1905 e 1907.⁶ E, ainda, *Triste fim de Policarpo Quaresma*⁷ e *Numa e a Ninfa*.⁸

Como já foi dito, desde os tempos da Politécnica, o escritor envolveu-se com o jornalismo, escrevendo no jornal estudantil *A Lanterna*. A partir de 1903 ampliou sua participação em periódicos, colaborando no jornal humorístico *Tagarela* – criado pelo grupo de Raul Calixto –, assinando o pseudônimo Rui Pina – e no semanário *O Diabo*, de Bastos Tigre. Em fins de 1907, fundou a revista *Floreal*, juntamente com outros intelectuais que se reuniam no Café Papagaio e se intitulavam “Esplendor dos Amanuenses” – entre os quais Bastos Tigre, Domingos Ribeiro filho, Calixto, Gil. O artigo de apresentação da revista foi escrito por Lima Barreto e nele eram veiculados os objetivos do periódico no sentido de se tornar um espaço para a publicação da produção de todos os talentos literários que não contavam com a proteção de editores e livreiros. Apesar das palavras elogiosas de José Veríssimo, um dos mais importantes críticos literários da época, *Floreal* não teria uma vida longa desaparecendo em 1908, com apenas quatro números publicados.

Em fins de 1909 e princípios de 1910, Lima Barreto participou do primeiro e único número do jornalzinho anti-hermista *O Papão*, dirigido pelo amigo Antônio Noronha dos Santos. O escritor teve intensa colaboração na imprensa carioca – ampliada, sobretudo, depois de sua aposentadoria, em dezembro de 1918⁹ –, tornando-se um dos mais importantes e brilhantes cronistas brasileiros.¹⁰ Colaborou ativamente na grande imprensa carioca das primeiras décadas do século XX, publicando artigos e crônicas no *Correio da Manhã*,¹¹ na *Gazeta de Notícias*, na *Gazeta da Tarde*, em *A Noite*, em *O Paiz*, no *ABC*, nas revistas *Careta*, *Fon!Fon!* As reformas urbanas, a política municipal, o antimilitarismo, a crítica ao patriotismo, o custo de vida, o feminismo, os crimes

passionais, o divórcio são alguns dos temas privilegiados em seus escritos para a imprensa.

A caricatura, a sátira, o humor e a ironia tão presentes nas narrativas limianas levou a que algumas vezes seus escritos ficcionais e cronísticos fossem comparados aos de Machado de Assis. Em 1916, por exemplo, no artigo intitulado *Impressões Literárias*, publicado na revista *A Lusitana*, o político e jornalista Jackson de Figueiredo teceu comentários elogiosos a Lima Barreto comparando-o a Machado de Assis. A ironia em Machado de Assis revelava-se, segundo o articulista, mais leve e filosófica ao estilo de Sterne, enquanto em Lima Barreto não possuía “delicadeza e intenção filosófica”, era “forte, chicoteante”, assemelhando-se a de Swift. Entretanto, o segundo era “mais humano e mais verdadeiro”, superando o autor de *Dom Casmurro*.¹² Figueiredo criticava neste mesmo artigo o “silêncio com que se procura matar toda a obra verdadeiramente viva dos que aparecem sem contrato com os nossos vendedores de glória literária”:

“Lima Barreto é entre nós, na verdade, o tipo perfeito do analista social, mas um analista que combate, que não ficou como Machado de Assis, por exemplo, no círculo de uma timidez intelectual esquiva ao julgamento. Ele não se limita a mostrar todos os fundos da cena, o que vai pelos bastidores de nossa vida: toma partido, assinala os atores que falam a linguagem da verdade, mostra o que há de falso, de mentiroso na linguagem dos outros”.¹³

Foi, contudo, Tristão de Athaíde – pseudônimo de Alceu Amoroso Lima –, um dos mais importantes críticos literários brasileiros, quem estabeleceu entre Machado de Assis e Lima Barreto uma proximidade equivalente a de mestre e aprendiz. No artigo publicado em *O Jornal* de 18 de junho de 1919, sob o título sugestivo de *Um Discípulo de Machado*, afirmava em tom elogioso:

“O criador de Policarpo Quaresma, tipo nacional por essência, estiliza o ridículo. Mais do que um ironista, um cético, ou um revoltado, Lima Barreto é um caricaturista. Ainda nos seus tipos preferidos, aqueles que falam por suas palavras, não desfalece a feição do autor, a quem não escapam os defeitos, os tiques, as fraquezas dos melhores. Lima Barreto é um humorista da estirpe intelectual de Machado de Assis. Pode-se dizer que, depois deste, é o nosso humorista.”¹⁴

Conforme salientou Leandro Rodrigues, tais comparações nos levam a relativizar a imagem de um Lima Barreto completamente incompreendido e discriminado pela crítica literária de sua época consagrada em muitos estudos sobre o escritor.

Por outro lado, vale lembrar que as aproximações com Machado de Assis não agradavam Lima Barreto, o que ele deixou muito claro na carta dirigida a Austregésilo de Athayde,¹⁵ agradecendo-o por ter frisado as diferenças entre sua obra e a do *Bruxo do Cosme Velho*:

“Gostei que o senhor me separasse de Machado de Assis. Não lhe negando os méritos de grande escritor, sempre achei no Machado muita segura de alma,

muita falta de simpatia, falta de entusiasmos generosos, uma porção de sestros pueris. Jamais o imitei e jamais me inspirou. Que me falem de Maupassant, de Dickens, de Swift, de Balzac, de Daudet – vá lá; mas Machado, nunca! [...]

Machado escrevia com medo do Castilho e escondendo o que sentia, para não se rebaixar; eu não tenho medo da palmatória do Feliciano e escrevo com muito temor de não dizer tudo o que quero e sinto, sem calcular se me rebaixo ou se me exalto.”¹⁶

Como vimos, a combatividade de sua escrita literária já havia sido reconhecida por Jackson de Figueiredo, como uma qualidade que fazia de Lima Barreto “o tipo perfeito do analista social” que o distinguia radicalmente da “timidez intelectual esquiva ao julgamento”, característica de Machado de Assis. Percepção bem próxima manifestou o escritor anarquista José Oiticica em um artigo publicado no jornal *A Rua* em 1916, onde afirmava que Lima Barreto “... é um Machado de Assis sem correção gramatical, porém com vistas amplas, hauridas no socialismo e no anarquismo”.¹⁷

Embora Lima Barreto tenha afirmado categórica e recorrentemente não pertencer a qualquer corrente política organizada, é inegável que buscou uma crescente aproximação com certas concepções anarquistas que acabariam por marcar profundamente os posicionamentos políticos que assumiria como escritor.¹⁸ Assim, as posturas que adotou, sobretudo depois de aposentado, em relação a questões privilegiadas na agenda libertária, levaram-no a uma crescente participação em periódicos, como *O Debate* e *A Lanterna*. A linguagem de suas crônicas aproxima-se muito da empregada em seus escritos ficcionais, seja pela forma direta e sem rebuscamentos, seja pelo tom irônico e caricatural. Nelas, como no conjunto da obra limiana, o escritor expressou claramente o compromisso com a militância política, atribuindo à sua literatura uma missão transformadora da realidade social desigual e discriminatória em que viveu.

Apesar da rica e importante atuação como cronista, Lima Barreto afirmava que escrevia para jornais e revistas, movido apenas pelas necessidades de sobrevivência. O projeto literário propriamente dito era o que realmente mobilizava o escritor. A partir de 1903, começou a alimentar a intenção de escrever a *História da Escravidão Negra no Brasil e sua influência na nossa nacionalidade*. Além do esboço da peça em um ato *Os Negros*,¹⁹ é possível que tenha escrito nessa época a primeira versão do já mencionado *Clara dos Anjos*,²⁰ mas não foi adiante com o plano de redigir a história da escravidão negra.

As muitas e profundas angústias e medos que passaram a assombrá-lo, sobretudo, a partir da doença do pai e das dificuldades financeiras que o impediam de se dedicar inteiramente ao seu projeto intelectual e literário; o tédio e as frustrações produzidos pela rotina do serviço burocrático e da vida no subúrbio; o fracasso do projeto da Revista *Floreal* que lhe era tão caro, foram, provavelmente, alguns dos fatores que o levariam a começar a beber por volta de 1908. Rompia, assim, a promessa que teria feito a si mesmo depois de ler o livro de Maudsley, *O crime e a loucura*, presente do Dr. Braule Pinto, médico de seu pai. Os excessos de álcool provocariam crises de alucinações que o conduziram por duas ao Hospício Nacional de Alienados. A primeira

internação ocorreu durante o período de 18 de agosto a 13 de outubro de 1914 e a segunda entre 25 de dezembro de 1919 e 2 de fevereiro de 1920. Através de sua trajetória biográfica é possível apreender que a loucura sempre esteve muito próxima das vivências de Lima Barreto, desde quando visitava o pai nas Colônias de Alienados São Bento e Conde de Mesquita na Ilha do Governador. Tais experiências marcariam profundamente a produção literária do escritor, destacando-se como uma de suas temáticas privilegiadas.²¹

Tendo que lutar contra as dificuldades materiais, sobretudo por ter que arcar com a sobrevivência do pai doente e dos irmãos mais jovens e sentindo na própria carne o peso e a dor provocados pelas discriminações sociais, entre as quais os preconceitos raciais, a trajetória literária e intelectual de Lima Barreto oscilou entre a marginalidade e o reconhecimento. Se apesar de todos os obstáculos editoriais seu talento artístico foi, como vimos, reconhecido e exaltado por importantes críticos da época, o sonho – até certo ponto contraditório com o próprio projeto de arte que defendia e realizava – de entrar para a Academia Brasileira de Letras, jamais seria alcançado.

A primeira tentativa deu-se em agosto de 1917, quando o escritor enviou uma carta a Rui Barbosa candidatando-se à vaga aberta com a morte de Sousa Bandeira, mas o então presidente da Academia não divulgou a solicitação, o que resultou na desconsideração da inscrição de Lima Barreto. Em fevereiro de 1919, candidatou-se novamente para a cadeira até então ocupada pelo poeta boêmio Emílio de Meneses – perseguido e condenado pelos literatos tradicionais seu perfil era bastante estranho à instituição e sua eleição havia causado surpresa. Mas, concorrendo com Humberto de Campos e Eduardo Ramos, perdeu para o primeiro. Finalmente em 1º de julho de 1921 pleiteou a vaga deixada por Paulo Barreto, o João do Rio, mas menos de dois meses depois retirou sua candidatura, alegando “motivos inteiramente particulares e íntimos”.

Por outro lado, nessa mesma época, *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, um de seus mais importantes romances, recebeu a menção honrosa da Academia Brasileira de Letras no concurso de melhor livro publicado em 1919. Em 2 de setembro de 1918, Monteiro Lobato que, então iniciava suas atividades como editor, enviou uma carta a Lima Barreto, onde dizia:

“A *Revista do Brasil* deseja ardentemente vê-lo entre os seus colaboradores. Ninho de medalhões e perobas, ela clama por gente interessante, que dê coisas que caíam no gosto do público. E Lima Barreto, mais do que nenhum outro, possui o segredo de bem ver e melhor dizer, sem nenhuma dessas preocupaçõezinhas de *toilette* gramatical que inutiliza metade de nossos autores.”²²

Monteiro Lobato elogiava, assim, justamente o que, para muitos dos críticos de Lima Barreto, revelava-se uma falha imperdoável da escrita.

Na carta, Lobato ainda acrescentava que apesar de *pobre*, a *Revista do Brasil* pagaria pela publicação, não havendo, portanto, razão para que o escritor deixasse “de acudir ao nosso apelo”. Menos de dois meses depois, Lima Barreto enviou os originais de *Vida e Morte de Gonzaga de Sá* para o editor, recendo uma outra carta, onde Lobato afirmava:

“Recebi sua carta de 9 do corrente e com ela os originais, que não li, nem é preciso, visto como estão assinados por Lima Barreto.”²³

Observamos assim, mais uma vez, que a imagem do *escritor maldito*, completamente marginalizado, dentro e fora do campo literário dos primeiros anos republicanos, não se sustenta. A trajetória do literato na vida e na arte contou com inúmeros percalços que obstaculizaram, sem dúvida, o pleno reconhecimento de seus pares e do público. As dificuldades e preconceitos que enfrentou o afetaram profundamente, impedindo-o de se sentir realizado com sua obra. Sentia-se como tendo falhado em seu projeto criador. Entretanto, ainda em vida, obteve o respeito e a admiração de muitos de seus pares – alguns dos quais figuravam, como vimos, entre os mais prestigiados críticos e escritores da época.

Lima Barreto morreu aos quarenta e um anos de idade no dia 1º de novembro de 1922, vítima de uma gripe torácica e de um colapso cardíaco. De fato, o velório e o enterro do escritor contaram com a presença de poucas personagens do mundo intelectual. Um deles foi o jovem escritor Enéas Ferraz,²⁴ autor do romance, *História de João Crispim*, cujo protagonista possui um perfil muito próximo ao do próprio Lima Barreto.²⁵ José Enéas Marcondes Ferraz Filho foi um dos maiores admiradores do literato e integrava o grupo de jovens que, sonhando penetrar no mundo das letras, se correspondiam com Lima Barreto, enviando-lhe suas obras. Buscavam, assim, não apenas aprimorar sua escrita através das críticas daquele a quem reconheciam como “Mestre”, mas também contar com o seu apoio para a publicação de seus contos, romances e poesias. No artigo intitulado “História de um Mulato”, publicado no jornal *O Paiz*, de 17 de abril de 1922, Lima Barreto tece considerações críticas ao primeiro romance de Enéas Ferraz, enfatizando o potencial que este revelava em sua escrita:

“O livro do Senhor Enéas Ferraz — História de João Crispim — aparecido recentemente, apesar de umas ousadias fáceis que a sua mocidade desculpa, é obra de mérito que merece ser lida.

No final de contas, a estreia do Senhor Enéas Ferraz não é uma simples promessa; vai muito além disso ...”²⁶

Entre os presentes no velório ou no enterro estavam não apenas seus discípulos, como Eneias Ferraz, mas também admiradores e amigos que tinham ou teriam no futuro projeção no mundo das artes, entre os quais, o poeta e jornalista Antônio Joaquim Pereira da Silva, autor do artigo *Lima Barreto*, publicado no jornal *A Noite*, de 7 de novembro de 1922.²⁷ Seu amigo, o político, jornalista e poeta de grande prestígio na época, Felix Pacheco, também figurava entre os que acompanharam o enterro de Lima Barreto.²⁸

As despesas do enterro de Lima Barreto no cemitério São João Batista correram por conta do médico e historiador da arte pernambucano, José Mariano Filho²⁹ que, atendia assim ao pedido do escritor de que não fosse enterrado no cemitério de Inhaúma, descrito em uma de suas crônicas como desprovido daquele “ar de recolhimento, de resignada tristeza, de imponderável poesia do Além”.³⁰ O irmão de José Mariano, o famoso poeta, cronista, político e diplomata Olegário Mariano,³¹ o médico e escritor

Gastão Cruls,³² o diretor do periódico *A.B.C.* – do qual Lima Barreto foi importante colaborador –, Paulo Hasslocher³³ e o artista plástico Emiliano Di Cavalcanti³⁴ também estiveram presentes nas últimas homenagens prestadas a Lima Barreto.

As presenças no enterro e no velório de Lima Barreto revelam muito da sua inserção no campo intelectual da época em que viveu. De fato, por um lado, o escritor sofreu discriminações dos mais variados tipos, tendo sido efetivamente excluído de espaços de reconhecimento por seus pares – como, por exemplo, a Academia Brasileira de Letras –, bem como de um maior acesso ao campo editorial. Por outro, integrava uma rede de sociabilidades, que revelava o reconhecimento não só de sua obra, mas de sua ascendência sobre jovens escritores de várias partes do país, possibilitando-lhes, inclusive, o acesso a editoras de pequeno e médio porte. Mas é possível observarmos que a rede de sociabilidade incluía também alguns nomes de destaque no universo intelectual da época.

De acordo com a descrição de Enéas Ferraz, os amigos e vizinhos humildes prestaram as últimas homenagens ao escritor no velório, realizado em sua casa localizada no subúrbio carioca de Todos os Santos.

“À tarde, o enterro saiu, levado lentamente pelas mãos dos raros amigos que lá foram. Mas, ao longo das ruas suburbanas, de dentro dos jardins modestos, às esquinas, à porta dos botequins, surgia, a cada momento, toda uma *foule* anônima e vária que se ia incorporando atrás do seu caixão, silenciosamente. Eram pretos em mangas de camisa, rapazes estudantes, um bando de crianças da vizinhança (muitos eram afilhados do escritor), comerciantes do bairro, carregadores em tamancos, empregados da estrada, botequineiros e até borrachos, com o rosto lavado em lágrimas, berrando ... o nome do companheiro de vício e de tantas horas silenciosas, vividas à mesa de todas essas tabernas...”³⁵

Apesar dos sentimentos que oscilavam entre a identificação e a rejeição em relação a gente pobre dos subúrbios, Lima Barreto construiu também laços de sociabilidade com sua vizinhança, o que, contudo, não faria com que rompesse com a eterna oscilação entre as posições do *observador* – fincada no patamar que ocupava enquanto literato – e do *observado* – quando identificava-se com os humildes, os explorados, os discriminados, cujas mazelas eram denunciadas por sua literatura.

Notas e referências

¹ Em 1878, por intermédio do amigo e protetor da família, o senador Afonso Celso (Visconde de Ouro Preto), João Henriques foi nomeado operário de primeira classe da Tipografia Nacional. Perseguido politicamente pelos republicanos acabou por demitir-se do cargo em fevereiro de 1890 e no mês seguinte, por influência do Ministro do Interior Cesário Alvim, foi admitido como escriturário das Colônias de Alienados da Ilha do Governador.

² Criada como uma espécie de agregada da família dos Pereira de Carvalho Maria Amália chegou a fundar um pequeno colégio, o Santa Rosa, nas Laranjeiras. Morreu jovem, em 1887, deixando quatro filhos, sendo Lima Barreto, então com seis anos, o mais velho.

³ Francisco de A BARBOSA, *A vida de Lima Barreto*, Rio de Janeiro, José Olympio, Brasília, INL, 1981, 6ª ed., p. 39.

- ⁴ Em agosto de 1902 João Henriques não consegue encontrar uma diferença nas contas das Colônias de Alienados da Ilha do Governador e passa a temer que o acussem de desviar dinheiro público. Sofreu neste momento sua primeira crise de alucinação/perseguição. No ano seguinte, com a abertura de inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Assistência aos Alienados – do qual as colônias da Ilha do Governador faziam parte –, o seu estado de saúde agrava-se e ele acaba sendo aposentado.
- ⁵ Nicolau SEVCENKO, *Literatura como missão*, São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 168.
- ⁶ O primeiro originalmente publicado a partir do primeiro número da revista *Floreal* (25/10/1907) e, em 1909 foi editado em livro pela Livraria Clássica de Lisboa. O segundo foi publicado em 1919 na *Revista do Brasil* atendendo a uma solicitação de Monteiro Lobato.
- ⁷ Escrito em 1911 e publicado, sob a forma de folhetim, na edição da tarde do *Jornal do Commercio*, entre 11 de agosto e 19 de outubro do mesmo ano. O romance foi editado em livro, através de recursos do próprio autor, em 1916.
- ⁸ Escrito especialmente para o jornal *A Noite*, onde passou a ser publicado a partir de 13 de março de 1915, em folhetins. O volume do romance apareceu em setembro de 1917, mas foi editado em 1915 pelas Oficinas do jornal *A Noite*.
- ⁹ Em 29 de julho de 1918, solicitou aposentadoria do cargo que ocupava na Diretoria do Expediente do Ministério da Guerra, alegando sentir-se “inválido para o serviço público”. Após dois exames realizados por juntas médicas, cujos resultados consideravam o escritor “inválido para o serviço público, por sofrer de epilepsia tóxica” e de uma longa licença para tratamento de saúde (de setembro a dezembro de 1918), Lima Barreto foi aposentado por decreto do Presidente da República em 26 de dezembro daquele mesmo ano. Cf. Francisco de A. BARBOSA, *A vida ...*, cit., pp. 390-391.
- ¹⁰ Grande parte das crônicas e artigos publicados por Lima Barreto na imprensa foram reunidos e editados em coletâneas. Os direitos autorais sobre as crônicas satíricas *Notas sobre a República dos Bruzundangas* ou *Os Bruzundangas* foram vendidos ao editor Jacintho Ribeiro dos Santos em julho de 1917 que as publicou em volume em dezembro de 1922, após a morte do escritor. Em 1920, Lima Barreto publicou a coletânea de contos *Histórias e Sonhos* pela Editora Gianlorenzo Schettino e, três anos depois, foi editado postumamente pela Empresa de Romances Populares o volume *Bagatelas* reunindo crônicas de sua autoria. Em 1953, a Editora Mérito publicou *Marginalia* – contendo “Marginalia” (crônicas); “Impressões de Leitura”; e, “Mágoas e Sonhos do Povo”, além do volume de crônicas *Feiras e Mafuás. Coisas do Reino de Jambom e Vida Urbana*, reunindo crônicas e artigos do autor, foram publicados pela Brasiliense em 1956. Recentemente, Beatriz Resende e Rachel Valença organizaram dois volumes, intitulados *Toda Crônica* (Lima Barreto), publicados pela editora Agir, em 2004.
- ¹¹ Entre abril e junho de 1905 publicou sem assinatura uma série de reportagens para o referido jornal intituladas “Os subterrâneos do Morro do Castelo”. Lembre-se que o *Correio da Manhã* se tornaria extremamente hostil ao escritor após a publicação do romance *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, onde Lima Barreto faz críticas bastante agressivas ao quarto poder (a imprensa) através do exemplo justamente do *Correio da Manhã*.
- ¹² Martha A. A. PENTEADO, *E o Boêmio, quem diria acabou na academia* (Lima Barreto: inventário crítico). Tese (Doutorado em Literatura de Língua Portuguesa), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1995, p. 83.
- ¹³ Apud Luciana HIDALGO, *Literatura de urgência: Lima Barreto no domínio da loucura*, São Paulo, Annablume, 2008, p. 94.
- ¹⁴ Apud Leandro Garcia RODRIGUES, “Lima Barreto – um caso à parte da crítica literária de Alceu Amoroso Lima”, *e-escrita, Revista do Curso de Letras da UNIABEU*, Nilópolis, v.3, núm. 1B, Jan-Abr, 2012, p. 76.
- ¹⁵ O jornalista publicou uma carta aberta dirigida a Lima Barreto, no jornal *A Tribuna* (RJ) de 18 de janeiro de 1921, onde enaltecia as qualidades de *Histórias e Sonhos* recentemente publicado.
- ¹⁶ “Carta de Lima Barreto a Austregésilo de Athayde, 19 de janeiro de 1921”. LIMA BARRETO, *Um longo sonho do futuro*. Diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas. Rio de Janeiro, Graphia, 1998 (2ª ed.), p. 284-285.
- ¹⁷ Apud Martha A. A. PENTEADO, *E o Boêmio ...* p. 82, cit. A contraposição entre a verve mais exaltada e rebelde que marcaria o tom satírico e irônico da escrita limiana e o humor “doce” e “resignado” da narrativa machadiana parece ter sido bastante presente nas comparações entre os dois literatos feitas por seus contemporâneos. Segundo observa Zélia Freire, em artigo publicado no *Jornal do Commercio* em 1919, o

jornalista e historiador Vítor Viana também abordou o “[...] humorismo na obra dos dois grandes escritores, considerando-os próximos aos ingleses, mas ressalva que, em Machado, o humor reveste-se de doçura e resignação, uma vez que o escritor pretendia melhorar os homens; já, em Lima Barreto, o humor não é resignado, trazendo marcas de revolta, de protesto e mais ardor político. [...] João Ribeiro também chamou a atenção para a questão do humorismo. Segundo ele, em Lima, o humor é menos delicado, menos tímido, mais veemente e mais desenvolto, em comparação ao humor presente na obra de Machado”. Zélia R.N. dos S. FREIRE, *A concepção de arte em Lima Barreto e Leon Tolstói: divergências e convergências*. Tese (Doutorado em Literatura), Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009, p. 27.

¹⁸ Neste sentido, veja-se por exemplo: Denilson BOTELHO, *Letras militantes: história, política e literatura em Lima Barreto*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

¹⁹ Publicado pela primeira vez no jornal *Quilombo* em julho de 1949.

²⁰ O texto definitivo deste famoso romance foi escrito somente entre dezembro de 1921 e janeiro de 1922, tendo sido publicado em 1948 pela Editora Mérito.

²¹ Em outubro de 1914, logo depois de sair do hospício, Lima Barreto escreveu o conto “Como o homem chegou”, baseado em sua própria experiência. O *Diário do Hospício* foi escrito durante o período de sua segunda internação no Hospício Nacional, entre fins de 1919 e inícios de 1920, mas contém lembranças de fatos ocorridos durante a primeira internação de 1914. Os registros contidos no *Diário* serviriam para a elaboração de um novo romance intitulado *Cemitério dos Vivos* que, infelizmente, ficou inacabado. O tema aparece no já citado *Triste fim de Policarpo Quaresma*, entre outras narrativas ficcionais. Cf. Magali G. ENGEL, “A loucura, o hospício e a psiquiatria em Lima Barreto: críticas e cumplicidades”. Sidney CHALHOUB; Vera R.B. MARQUES; Gabriela dos Reis SAMPAIO [et al.], *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas, Ed.Unicamp, 2003, pp. 57-98).

²² LIMA BARRETO. *Um longo sonho ...*, cit., p. 247.

²³ *Ibid.*, p. 247.

²⁴ Enéas Ferraz (1896-1977) escreveu um dos textos mais emocionados sobre a morte de Lima Barreto, publicado no jornal *O Paiz*, em 20 de novembro de 1922, com o título “A morte do mestre”. Dedicou-se ao jornalismo, mas terminou seguindo a carreira diplomática. Foi um dos jovens escritores mais influenciados por Lima Barreto. Em maio de 1921, Lima Barreto responde às cartas enviadas por Ferraz da Inglaterra, onde era funcionário do consulado brasileiro. Nelas queixava-se das dificuldades financeiras para publicar o seu recém concluído romance de estreia. Lima dispôs-se a ajuda-lo, sugerindo que Ferraz enviasse os originais para um amigo tipógrafo (Benedito de Sousa) que cobrava preços módicos e oferecendo-se, ainda como seu fiador. O romance saiu no ano seguinte pela Livraria Shettino (Cf. *ibid.*, p. 286).

²⁵ André Luiz dos SANTOS, *Caminhos de alguns ficcionistas brasileiros após as 'Impressões de Leitura' de Lima Barreto*. Tese Doutorado em Literatura Brasileira, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 2007.

²⁶ Apud, André Luiz dos SANTOS, cit., pp. 131-132.

²⁷ Tendo abandonado a carreira jurídica por volta de 1911, Pereira da Silva, passou a dedicar-se ao jornalismo, que não mais abandonaria atuando como crítico literário em diversos jornais cariocas importantes, como a *Gazeta de Notícias*, o *Jornal do Commercio* e *A Noite*. Foi convidado pelo amigo Paulo Barreto (João do Rio) para chefiar a redação do jornal *A Pátria*. Publicou livros que tiveram repercussão positiva, entre os quais, *Solicitudes* (1918), *Beatiudes* (1919) e *Holocausto* (1921). Convidado pelo editor Leite Ribeiro, em 1922, passou a dirigir, juntamente com Théo Filho e Agrippino Grieco, a revista *O Mundo Literário* que gozou de grande prestígio nos meios intelectuais do Rio de Janeiro.

²⁸ Formado em Direito, Félix Pacheco (1879-1935), foi o fundador e primeiro diretor do Gabinete de Identificação e Estatística da Polícia do Distrito Federal. Membro da Academia Brasileira de Letras, foi também deputado e senador, tendo assumido o cargo de Ministro das Relações Exteriores do governo Arthur Bernardes (1922-1926). Atuou na imprensa carioca, em *O Debate* e no *Jornal do Commercio*, do qual se tornaria diretor proprietário e publicou diversos livros de poesia, entre os quais, *Chicotadas, poesias revolucionárias* (1897); *Poesias* (1914); *No limiar do outono* (1918); *O pendão da taba verde* (1919); *Descendo a montanha* (1935).

- ²⁹ José Mariano Carneiro da Cunha Filho (1881-1946) era filho do jornalista e político José Mariano Carneiro da Cunha - figura importante nos movimentos abolicionista e republicano de Pernambuco - e irmão de Olegário Mariano (1889-1958). Dedicou-se ao campo da história da arte e publicou, entre outros, o livro intitulado *Estudos de Arte Brasileira* (1942).
- ³⁰ LIMA BARRETO, “Os enterros de Inhaúma”, *Careta*, 26/08/1922.
- ³¹ Olegário Mariano Carneiro da Cunha (1889-1958) publicou seu primeiro livro de poesias *Visões de Moço* muito jovem, em 1906, mas sua estreia oficial como poeta que se tornaria consagrado se deu com a publicação de *Ángelus*, em 1911. Suas poesias tornaram-se famosas, destacando-se em especial as reunidas em *XIII Sonetos* (1912), *Água Corrente* (1917) e *Últimas Cigarras* (1920). Frequentador assíduo das rodas literárias de Olavo Bilac, Guimarães Passos, Coelho Netto, Martins Fontes entre outros, alcançou reconhecimento nos meios intelectuais e artísticos da época, o que lhe valeu a eleição em 23 de dezembro de 1926 para a cadeira n. 21 da Academia Brasileira de Letras. Além de poeta, Olegário Mariano foi também um importante cronista da cidade. Usando o pseudônimo *João da Avenida*, publicou durante muitos anos – aproximadamente entre 1924 e 1932 – crônicas mundanas, sob a forma de versos humorísticos, nas famosas revistas *Careta* e *Para Todos*, muitas das quais foram reunidas nos volumes *Bata-clan, crônicas em verso* (1927) e *Vida, caixa de brinquedos* (1933). Dono de cartório, inspetor do ensino secundário e censor de teatro, Olegário Mariano atuou, ainda, no campo da política, tendo sido eleito para a Assembleia Constituinte de 1933 e deputado em 1937. Desempenhou também missões diplomáticas, representando o Brasil, em 1918, como secretário de embaixada na Bolívia, chegando a ser embaixador do Brasil em Portugal entre 1953 e 1954.
- ³² Gastão Cruls (1888-1959) formou-se em medicina em 1910, tendo se especializado em medicina sanitária. Destacou-se também como geógrafo, astrônomo e, sobretudo, romancista. Seus primeiros contos foram publicados na *Revista do Brasil* de Monteiro Lobato. Lima Barreto publicou uma crítica bastante elogiosa sobre o livro *Coivara*, onde foram reunidos contos sobre as experiências médicas de Cruls: “Nota-se nele que o autor ama muito a vida da roça, a vida de fazenda; mas - coisa singular - esse amor que ama a vida da roça não ama a natureza. [...] o que ele ama é, por assim dizer, a vida social da roça. As relações do fazendeiro com os colonos, os seus negócios, as suas cerimônias domésticas. Digo isso de um modo geral, sem querer de forma alguma diminuir o mérito do autor” (LIMA BARRETO. “À margem da coivara de Gastão Cruls”, *A.B.C.*, 23.7.1921).
- ³³ Embora existam muitas referências a Paulo Hasslocher como diretor do *A.B.C.*, a partir do número 150 de 19 de janeiro de 1918, ao lado de Luis Moraes, não consegui localizar informações sobre sua trajetória biográfica.
- ³⁴ Emiliano Augusto Cavalcanti de Albuquerque e Melo (1897-1976) era sobrinho de José do Patrocínio (casado com uma de suas tias). Iniciou sua atividade artística como caricaturista e ilustrador, publicando sua primeira caricatura na revista *Fon-Fon* em 1914. Dois anos depois participou do Salão dos Humoristas, expondo uma série de ilustrações sobre a Balada do cárcere de Reading, de Oscar Wilde. Começou a pintar em 1917, sob influência do art nouveau e no mesmo ano começou a frequentar a Faculdade de Direito de São Paulo. Foi um dos idealizadores e organizadores da Semana de Arte Moderna de 1922. A partir de então, sua extensa e diversificada obra conquista o reconhecimento nacional e internacional.
- ³⁵ FERRAZ, Enéias. “A morte do mestre”, *O Paiz*, 20.11.1922 *apud* BARBOSA, Francisco de Assis, *A vida ...* cit, p. 348.

Nacionalismo e agrarismo em Alberto Torres¹

*Maria Fernanda Lombardi Fernandes**

Considerado uma das matrizes do pensamento autoritário brasileiro,² Alberto Torres, a despeito de sua vida política, é mais conhecido por seu pensamento que por sua atuação. O reconhecimento de sua obra se deu a partir da década de 30, quando suas ideias frutificaram tanto na Constituição de 1934, quanto na de 37. Suas obras foram relidas e reconhecidas a partir dos anos 30, quando a atmosfera política contribuía para uma reinterpretação de seu pensamento à luz das novas doutrinas em voga. A crise do sistema capitalista mundial e das democracias liberais, a ascensão de regimes autoritários e totalitários e a definitiva feição da União Soviética sob o domínio de Stálin, no plano externo; e a ascensão de Getúlio, a destruição do modelo político da Primeira República e a centralização do poder, no plano interno; trouxeram Alberto Torres de volta à cena, praticamente quinze anos após a sua morte.

Ainda na década de vinte, Alberto Torres foi tomado como modelo por uma geração que brilharia nos anos trinta. Sua influência foi reconhecida pelos autores da obra *À margem da história da República*,³ coletânea organizada por Vicente Licínio Cardoso em 1924 para servir de marco à comemoração dos 35 anos do regime republicano no Brasil.

Retomado por uma geração nova de pensadores que se vinculavam pela defesa do nacionalismo e pela crítica à democracia liberal *estrangeira* que havia sido destruída pela Revolução de 30, Alberto Torres foi cultuado e endeusado por eles, tornando-se guia dessa geração. Os traços mais marcantes de seu pensamento, ressaltados por todos, independentemente do viés ideológico, foram o nacionalismo, a crítica ao imperialismo, a crítica aos partidos políticos, a defesa da agricultura e a defesa do trabalhador nacional.

No texto que apresento, busco trabalhar especificamente com as questões do nacionalismo (e a crítica ao imperialismo) e do agrarismo no pensamento do autor. Outras questões, como a imigração e a reorganização do trabalho e mesmo a reorganização do Estado, ficarão de fora, mas não são menos importantes numa

* Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Doutora em Ciência Política.

proposta de caracterização geral da proposta construída por Torres para o Brasil do século XX.

A questão nacional

Preocupado com os rumos do país e de seu povo, constantemente *vilipendiados* pelo capital estrangeiro, Alberto Torres pedia às futuras gerações que percebessem o *crime* cometido pela sua ao permitir a exploração desenfreada das riquezas nacionais e ao desprezar o elemento nacional em detrimento do colono estrangeiro.

Em sua obra, em diferentes momentos, Alberto Torres discute o conceito de Nação, mostrando o desenvolvimento histórico da ideia na Europa Medieval, a formação das *nações antigas* e a diferença em relação às *novas nações*, frutos da expansão colonial europeia, entre as quais o Brasil se incluía. Para estes *países novos, criados artificialmente*, não eram válidas as mesmas análises que eram feitas para os europeus. Aqui, diferentemente de lá, a evolução se deu por interesses de outros povos, na maior parte, antagonísticos aos interesses do *povo novo*.⁴

Pátria, segundo ele, é um conceito que permite designar os indivíduos unidos por laços afetivos (nacionalidade) e vivendo num determinado território. É justamente esse liame afetivo que se torna artificial nos países novos como o Brasil, necessitando ser construído por obra do Estado. Para ele, no caso de ex-colônias, esta nacionalidade acabava sendo *forjada* e não construída ao longo dos tempos. Daí a suprema importância de dotar as esferas de poder da capacidade de unir os indivíduos no país acima de seus impulsos e desejos individualistas, o que ele via como uma tendência moderna em todo o mundo, mas ainda mais nefasta no Brasil.

A nacionalidade apoia-se na afetividade entre indivíduos que acreditam que se pertencem, mas, segundo Torres, a moderna ideia de Pátria também se apoia num outro tipo de sentimento: a aversão ao estrangeiro, o que leva ao militarismo. Escrevendo antes da Primeira Guerra Mundial boa parte de sua obra (em especial nos dois livros escritos em francês),⁵ Alberto Torres parece acreditar que o mundo se encontrava distante de um conflito, afirmando que o espírito belicoso estava fadado a desaparecer da Terra.⁶ Acreditava, por isso que, ao menos neste aspecto, os *novos países* poderiam obter uma vantagem, já que sua nacionalidade poderia ser fundada sem se recorrer ao ódio ao estrangeiro e ao militarismo. É nesse sentido que travou uma discussão com Olavo Bilac acerca do militarismo no Brasil quando da criação da Liga de Defesa Nacional por este último.⁷ Torres, ao contrário de Bilac, acreditava que apenas pelo desarmamento completo poderia se chegar ao *espírito da paz*, anseio de todos os povos. Por desarmamento entende-se aqui a ausência de um exército permanente, já que o exército, e em especial a figura do soldado, representam, segundo ele, o “caráter odioso da força [dos governos]”.⁸

A Primeira Guerra Mundial colheu Alberto Torres não totalmente surpreso, mas decepcionado, em especial com a Inglaterra e França, segundo ele incapazes de suportarem a concorrência da Alemanha, o que teria evitado o confronto.⁹ Na sua análise, em especial em *Le Problème Mondial*, a guerra era fruto da *ilusão imperialista*

e arrastava os povos mais aptos, em geral, à ruína. Longe de ser um processo de *seleção natural* onde sobrevivem os mais fortes, a guerra ceifava a juventude e os melhores membros da nação. O imperialismo, grande mal da modernidade, era responsável não só pela dilapidação das colônias e *feitorias*, mas também pela destruição do Velho Mundo.

As novas gerações brasileiras tinham uma obra a ser completada: a formação da Nação. E não seria através dos modelos desgastados das velhas nações europeias que ela viria, pelo contrário. Era necessário criar um modelo nacional de fato, longe dos dogmas europeus de superioridade racial e militar. Estes modelos externos poderiam no máximo servir de guia para se detectar o que não somos e, a partir daí, definir o que somos.

Era necessário compreender que a nação brasileira era composta pela

"associação de indivíduos e famílias que habitam o Brasil com ânimo de permanência, protegidos pelo conjunto dos órgãos da sua política: o 'Estado'; formando, sobre seu habitat territorial: o 'País', graças à consciência de uma continuidade histórica de heranças morais e materiais e de uma simpatia e comunidade entre os vivos, uma agremiação fundada sobre a confiança em certas condições práticas de tranquilidade e de segurança, superiores à vontade e ao poder de cada um de seus membros - uma 'Pátria'."¹⁰

E todo esse laço afetivo, para se tornar real, deveria ser transferido para a terra; expressão concreta da nacionalidade de um povo. A esta "sensação de comunhão" através da terra é que Torres dá o nome de *senso nacional*. Assim, a defesa da terra e de suas riquezas ganhava foros de defesa da própria Nação, ainda em formação. Não era sem desespero que Alberto Torres via a atuação de companhias internacionais que exploravam o solo brasileiro no período, dilapidando o patrimônio das futuras gerações.

A busca da construção de uma nacionalidade brasileira levou Alberto Torres a refutar também a ideia, ainda em voga, da superioridade racial dos povos do norte da Europa. Afirmando que a raça "é o menos ativo dos elementos formadores da nacionalidade",¹¹ Alberto Torres argumenta que nenhum povo é composto por uma raça pura naquela altura da história da humanidade. As correntes migratórias ocorridas desde o aparecimento do homem levaram todos os povos a manterem contato e a se miscigenarem, donde a pretensa alegação de pureza e superioridade dos árias, por exemplo, não ter o mínimo cabimento. Alberto Torres não via diferença essencial entre as raças, e acreditava na perfectibilidade operando em todas elas, mesmo naquelas consideradas *mais atrasadas*.

O fato é que Alberto Torres, ao livrar-se do discurso racista, vislumbrava outros motivos para explicar o *atraso* e a desorganização do país: a questão não era um problema do povo mestiço, mas sim de falta de direção política, direção esta que só poderia ser imprimida pelo Estado organizado pelas elites, as verdadeiras responsáveis pela situação brasileira: "é erro imputar aos povos, na crítica dos acontecimentos sociais, a responsabilidade dos desvios da evolução, e esperar deles a iniciativa de reformas. O corpo alimenta; não inspira, nem dirige o cérebro."¹²

Esse tipo de crítica vinha sendo formulada por ele desde o Império, porém, com a República a questão se agravava, já que esta, além de ser incapaz de corrigir os erros do Império, tornou-se responsável pela destruição do pouco que havia sido construído pelo regime anterior. O mesmo se dava em relação à organização do trabalho. Mesmo se autodenominando um antiescravista, Torres acreditava que o regime de trabalho da escravidão foi responsável pela introdução de um mínimo de organização dentro do Estado brasileiro: as noções de hierarquia se faziam presentes e o trabalho do senhor e do escravo fizeram a riqueza do país:

"... social e economicamente a escravidão deu-nos, por longos anos, todo o esforço e toda a ordem, que então possuímos e fundou toda a produção material que temos. Toda a operosidade deste país, tudo quanto nele se edificou como fonte de riqueza e de trabalho, o pouco que já possuímos em *estabilidade social e dinamismo orgânico progressivo*, assenta sobre a labuta do preto e sobre o esforço do senhor."¹³

O fato é que se fazia necessário um projeto de restauração do país, de construção de uma nacionalidade, o que só seria possível através da ação diretiva da elite brasileira, que deveria abandonar as ideias e fórmulas políticas importadas da Europa e dos Estados Unidos, e as ideias, também vindas de fora, que colocavam o povo brasileiro como inapto, degenerado e inferior. Não seria possível construir um país a partir de uma imagem tão negativa de seu próprio povo.

Por outro lado, não bastava a simples exaltação dos símbolos nacionais como a bandeira e as armas, totalmente desvinculadas da realidade, como muitos chamados *patriotas* faziam. Muito menos contribuiria para a construção da nação a idolatria aos recursos naturais à maneira de Afonso Celso. O ufanismo era totalmente estéril enquanto programa de construção nacional. Esta só se daria através de uma ênfase no aspecto da moralidade e na resolução dos problemas sociais, como alimentação, educação, higiene e na adoção de uma política econômica compatível com a preservação das riquezas nacionais e com os interesses nacionais.¹⁴

À frente deste verdadeiro projeto de construção do país deveria estar um Estado forte e centralizado. E este não era o caso do Estado brasileiro. Daí a necessidade de uma reforma constitucional que dotasse o Estado de mecanismos intervencionistas que pudessem superar os entraves do federalismo brasileiro. A crítica à República brasileira praticamente se funde aqui com a crítica ao regime liberal, visto como responsável pela substituição do despotismo do Estado pelo despotismo dos interesses privados, muito mais nefasto à sociedade. Os ideais de liberdade e igualdade tornaram-se, segundo Alberto Torres, uma justificativa para a substituição das antigas aristocracias pelas novas, argentárias.

O imperialismo

Um dos aspectos do nacionalismo de Alberto Torres mais relevantes para se entender é seu caráter anti-imperialista. O imperialismo, para ele, não só era visto como

sendo caracterizado pelo domínio do capital estrangeiro sobre o país, mas também pela imigração e mesmo pelas ideias estrangeiras que povoavam o país.

Os grandes males que atingiam o país eram decorrentes da postura imperialista dos países europeus e da conivência da elite brasileira, subserviente aos interesses do capital estrangeiro. Esta elite organizava o país através de uma economia predatória, de um sistema de crédito escorchante, do estímulo ao trabalho estrangeiro e à indústria, fatores responsáveis pela drenagem do capital nacional para o exterior. Este era um processo que havia se iniciado com a instalação de feitorias, quando do início da colonização. A República, segundo Alberto Torres, havia trazido a novidade apenas em termos de forma: a exploração se dava agora por empresas estrangeiras, exploração esta que era vista pela elite dirigente do país como *colocações de capitais*.¹⁵

Quando deputado federal, Alberto Torres bateu-se ardentemente contra a não regulamentação das companhias seguradoras em solo brasileiro, até então senhoras absolutas da situação. Já no fim da vida, seu alvo principal seria outro: os chamados *sindicatos*, empresas que exploravam principalmente serviços de infraestrutura no país, explorando também recursos naturais e que realizavam *aventuras financeiras* na América do Sul.¹⁶

Havia uma grande preocupação de Alberto Torres referente à necessidade de proteção das reservas naturais brasileiras, alvos de especulação desenfreada por parte destes sindicatos. Todo o mundo deveria proteger os recursos naturais para as gerações vindouras, mas, no caso do Brasil e da América Latina em geral, a situação se agravava devido à dependência sofrida em relação ao mundo desenvolvido do norte.

As ações das empresas estrangeiras no país encontravam apoio entre a elite e o governo brasileiro, o que deixava Alberto Torres profundamente preocupado. Não bastava aos chamados *patriotas* bradar e defender os símbolos nacionais com ardor militar. A questão não era essa, a defesa do país deveria ser feita com base nas ameaças reais que ele sofria, a saber, o domínio do capital estrangeiro sobre a sua economia.

A defesa do país deveria ser empreendida por todo o povo, mas partiria, logicamente, do Estado. Ele deveria coordenar as ações no sentido de preservar a Pátria e as riquezas nacionais da exploração dos grupos internacionais, responsáveis pelo empobrecimento do país.

O domínio do capital estrangeiro sobre o Brasil produzia efeitos deletérios também nas próprias classes abastadas brasileiras, já que a riqueza, no Brasil, não permanecia nas mesmas mãos por duas gerações: à primeira, sucedia uma geração ociosa, criada nos grandes centros dissolventes, geração de simples herdeiros deslumbrados que punham tudo a perder, transferindo suas riquezas para as mãos de comerciantes e banqueiros, muitas vezes prepostos de empresas estrangeiras.

O Brasil tinha dois caminhos a serem seguidos: ou realizava a consolidação da sua independência social, política e econômica ou se tornava de vez uma “colônia tropical”, controlada pelas companhias e sindicatos estrangeiros. Sendo partidário da primeira opção, Alberto Torres buscava mostrar quais os caminhos que levariam à independência. Para tanto, seria de fundamental importância a ação efetiva do Estado,

que deveria colocar-se acima dos interesses individuais e de grupos para defender o futuro da Nação como um todo. Seria necessário que o Estado defendesse o indivíduo dos exageros do próprio individualismo, responsável pelo avanço dos interesses egoístas no âmbito estatal.

Muito contribuía para esta situação a organização federal brasileira, instituída pela constituição de 1891, que diluiu o poder central, dotando as várias unidades da federação de amplos poderes: eram os estados da União que contratavam diretamente empréstimos estrangeiros, davam concessões de terras e serviços, fomentavam empreendimentos agropecuários através da isenção de impostos e taxas etc. Com isso, endividavam-se cada vez mais, com a União funcionando como fiadora, e atrelavam o país ao domínio do capital estrangeiro.

E, afinal, o que trazia o capital estrangeiro ao país? Basicamente luxo, ostentação, banalidades que não serviam para nada, a não ser para desviar ainda mais a nação de seus rumos *naturais*. A pretensa civilização trazia as luzes das cidades, a vida urbana desvinculada da terra, a cultura de sotaque inglês ou francês e o crescimento da atividade industrial e comercial, responsável pela introdução da *questão social* no país, já que Alberto Torres vinculava o surgimento do antagonismo entre as classes ao surgimento do operariado moderno. Numa civilização agrária já não haveria tal perturbação do corpo social, um dos maiores problemas do mundo moderno. As cidades eram as verdadeiras portas do país, por onde entravam todas estas influências nefastas e corruptoras da Nação: tanto o capital, quanto os imigrantes e as ideias alienígenas.

Mesmo lutando contra a *artificialidade* das ideias estrangeiras, Alberto Torres não se transformara num xenófobo avesso a qualquer influência externa. Apenas não aceitava as ideias como dogmas irreversíveis. Acreditava que estas deveriam ser estudadas e adaptadas à realidade brasileira e, mais ainda, que na solução dos problemas brasileiros, nada substituiria o conhecimento dos problemas reais do país.

O ataque de Alberto Torres ao imperialismo se restringia, no início, apenas à Europa, notadamente à Inglaterra e à França. A postura frente aos Estados Unidos era de amizade e cooperação. Era reconhecido o papel deste país numa espécie de *comando informal* do continente, devido à sua pujança econômica e social. A Doutrina Monroe era encarada como positiva, como uma defesa consciente do continente frente às pretensões europeias. Ao mesmo tempo, negava qualquer possibilidade de se construir uma pretensa unidade da América como um todo, principalmente por conta das diferenças imensas entre os países e pela própria posição norte-americana, muito mais forte que a dos outros, o que geraria um desequilíbrio muito grande na relação do continente. A defesa da Doutrina Monroe era também a tônica da ação do Barão do Rio Branco, chefe da diplomacia brasileira no início do século, que foi auxiliado por Torres em inúmeras vezes. Assim como Rio Branco, Alberto Torres acreditava no caráter defensivo da Doutrina Monroe e via com bons olhos a aproximação do Brasil com os Estados Unidos como forma de barrar as pretensões argentinas de hegemonia na América do Sul.¹⁷

A mudança de postura em relação à Doutrina Monroe veio como uma grande decepção para Alberto Torres. Ainda acreditando em Woodrow Wilson, via a transmutação da Doutrina em instrumento do novo imperialismo ianque como sendo obra de Theodore Roosevelt. A decepção em relação à postura norte-americana aumentou quando alcançou Wilson, tido como modelo de estadista por Torres, devido às suas críticas ao avanço desmedido do capital sobre os países da América Latina e à sua postura pacifista. A defesa de Wilson à entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial selou, de uma vez por todas, a decepção de Torres com o Presidente norte-americano e com o papel dos Estados Unidos frente ao continente americano.

A defesa do agrarismo

O segundo aspecto do nacionalismo de Alberto Torres que pretendemos analisar neste texto é a defesa do chamado agrarismo. “O Brasil tem por destino evidente ser um país agrícola: toda a ação que tender a desviá-lo desse destino é um crime contra a sua natureza e contra os interesses humanos.”¹⁸ Este veredicto de Alberto Torres encontra-se em meio ao ensaio *A soberania real*, que compõe o livro *O Problema Nacional Brasileiro*.

Como já foi citado anteriormente, a ideia de Pátria em Alberto Torres está intimamente ligada à ideia da terra. Esta é a base da nacionalidade e deveria ser a base da economia. Só seria encarado como produção aquilo que viesse do trabalho na terra. Seria o vínculo dos homens em torno da terra que reforçaria a união nacional, o sentimento de pertencer à Pátria por parte dos brasileiros: “é a terra que consolida o espírito da nação. A pátria é a terra; a terra, por sua vez, é o território da nação no sentido de solo, de meios de produção e de fonte de prosperidade.”¹⁹

O incremento das atividades industriais e mercantis trazia consigo a desarticulação da sociedade, a instabilidade social. A própria atividade industrial seria responsável pela introdução da chamada *questão social*, com a criação de uma massa de proletários potencialmente perigosa nos grandes centros. O comércio, por sua vez, seria responsável pela introdução do luxo e da futilidade na sociedade, o que era mais grave no caso do Brasil, uma nação nova onde a solidariedade do povo ainda não havia sido completada.

As áreas urbanas seriam identificadas como *antros*, locais de desagregação, por excelência, contrários ao campo, este sim, um local privilegiado para a criação de uma teia de solidariedade social entre o povo. Os exemplos históricos eram muitos e, mesmo no início do século, Torres mostrava como a pretensa civilização estava deteriorando o povo europeu, principalmente aqueles que viviam nos grandes centros, debilitados física e moralmente.

Ao mesmo tempo, ter a agricultura como norte organizador da economia brasileira não implicava em valorizar o modelo de agricultura que o país possuía: a grande propriedade voltada à monocultura de exportação não era o ideal, a despeito de ser considerada fundamental para a saúde financeira do país. Torres sabia que, ainda no início do século, esta era a grande fonte de divisas para o país, mas também acreditava

na falência do modelo, o que via particularmente de maneira muito clara no Rio de Janeiro. A defesa da grande lavoura em Alberto Torres só pode ser entendida como temporária, transitória: se era necessário preservá-la, era ainda mais necessário *reformá-la*. Os grandes produtores deveriam ser estimulados a parcelar suas terras, a produzir vários gêneros e não apenas um voltado à exportação. A grande propriedade produtiva, por outro lado, onde a monocultura de exportação fosse bem trabalhada, deveria permanecer e ser estimulada pelo governo, inclusive com um sistema de isenção de impostos e facilitação do pagamento destes.²⁰ O fato é que, independente do estímulo e da ajuda que deveria ser dada ao grande proprietário, esta não era a ideia central de Torres. Para ele, era necessário estimular o parcelamento de propriedades e a diversificação agrícola. É nisso que reside o cerne do agrarismo de Alberto Torres. Apenas com o estímulo à pequena propriedade que o Brasil entraria no caminho correto do desenvolvimento e da formação da nação.

Quando esteve à frente do executivo estadual no Rio de Janeiro, Torres empreendeu, ao lado da reforma tributária, uma tentativa (malograda) de colonização em Barra do Piraí, com a cessão de lotes a trabalhadores interessados em produzir no regime de pequena propriedade. Poucos foram os que ingressaram no programa para adquirir terras, e menor número ainda foi feliz na empreitada. Também a reforma tributária não surtiu o efeito desejado e, mesmo entre os defensores da *causa da agricultura*, as ideias de Torres não foram bem acolhidas, já que a maioria entendia defesa da agricultura como defesa do latifúndio agroexportador.

O latifúndio, embora fosse a grande fonte de divisas da economia brasileira, era considerado por Alberto Torres o grande responsável pelo esgotamento do solo brasileiro e um entrave à construção de uma solidariedade nacional, já que inibia o relacionamento entre o povo, dispersando-o, ao invés de congregá-lo. Mais do que isso, a estrutura agrária brasileira, com seus latifúndios decadentes, expulsava o trabalhador do campo, engrossando as fileiras de trabalhadores e vagabundos das cidades. O êxodo rural estimulava o incremento da indústria no país e o crescimento das cidades, contribuindo ainda mais para a desagregação social e para o empobrecimento da nação. Além de possuir uma lógica excludente, a economia brasileira, voltada para a produção nos latifúndios, estimulava também as trocas internacionais no pior de seus sentidos. O dinheiro vindo com a exportação de produtos brasileiros servia basicamente para sustentar o luxo e a ostentação de uma elite deslumbrada e decadente, que era incapaz de manter seu patrimônio pelo menos no espaço de duas gerações.

Os latifúndios trouxeram também as ferrovias e, com elas, pretensamente, o progresso. No entanto, estas apenas reforçavam o esquema de dependência do país em relação ao exterior. Ligavam os latifúndios às cidades e portos, por onde nossa riqueza era escoada e o lixo cosmopolita entrava. A viação e o comércio, sem a devida educação da população também de nada adiantavam para o desenvolvimento do país, pelo contrário, funcionavam como mais um ingrediente da desagregação social. O comércio criado pela riqueza do latifúndio era o comércio enganoso, dos artigos supérfluos, que

gerava ambição e ganância nos indivíduos, afastando-os do trabalho verdadeiro (no campo) e ludibriando-os com o falso brilho dos produtos estrangeiros.

A indústria nacional, por outro lado, também contribuía para a desagregação nacional ao manter o trabalhador na cidade, impedindo sua volta ao campo. A crítica aqui se voltava não à indústria como um todo, mas sim à indústria que não operava com produtos nacionais, a indústria que não é considerada *natural*.²¹ É a indústria que só existia por conta do protecionismo governamental que Torres criticava: ela sobrevivia graças aos esforços de todo o país, que *pagava a conta* de uma produção nacional artificial e prejudicial ao povo brasileiro. “O protecionismo forja uma prosperidade mentirosa, que acaba no empobrecimento geral”, afirma.²² Toda a nação era chamada a contribuir para a causa do “desenvolvimento nacional”, só que este desenvolvimento era enganoso e artificial, fadado ao fracasso.

A indústria contribuía também para o *inchaço* das cidades e, conseqüentemente, para o agravamento da chamada “questão social”, praticamente desconhecida dos brasileiros, introduzida aqui graças ao protecionismo. A *questão social* não existiria numa sociedade organizada em torno da atividade agrária. Para Alberto Torres, esta atividade estimularia a cooperação entre os setores da sociedade e os indivíduos e levaria à solidariedade social. A atividade industrial, por outro lado, ao concentrar massas famélicas nas cidades, agravava a sensação de exploração desse grupo por parte dos donos do capital e gerava “certas atitudes extremas do proletariado, como a pretensão de dominar a sociedade, a guerra à burguesia e às classes letradas.”²³ Obra do protecionismo exagerado, as massas urbanas se avolumaram no país e se tornava difícil uma *volta à terra*, como a que acreditava ser necessária para o desenvolvimento da própria nacionalidade brasileira.

Havia ainda um outro fator de desagregação da sociedade vinculado ao processo de urbanização do país. Ao lado do protecionismo industrial e do comércio predatório, aliado do latifúndio monocultor, a própria postura da elite brasileira, com suas afetações afrancesadas e seu cosmopolitismo de boutique levavam a uma postura de negação do país, de *dar as costas* ao interior e à realidade brasileira em nome da civilização e do progresso europeus.

A crítica de Torres à *civilização de empréstimo* traduzia-se como crítica à imitação, uma constante em seu pensamento. Assim como no aspecto formal de nossa constituição, na condenação do povo brasileiro como inapto e inferior, também no elogio ao cosmopolitismo, ao progresso e à indústria, estávamos meramente reproduzindo um modelo estrangeiro. A importação de capitais e de braços para o país seguiam essa lógica, a mesma lógica de uma elite cujos membros orgulhavam-se de conversar em francês e não na língua bárbara da patuleia.²⁴

As críticas de Torres não podem ser vistas como uma recusa frontal às influências estrangeiras. O que ele parece se negar a aceitar é a inserção do Brasil na economia mundial de maneira periférica e dependente. É com esta dependência, que vem desde os tempos coloniais, que ele deseja romper. Para tanto, seria necessário encontrar um projeto nacional que pudesse criar não só um povo, mas uma economia e uma

organização política que alçassem o Brasil à posição de independência que uma nação livre deveria ter. Em termos econômicos, apenas uma organização que enfatizasse a agricultura voltada para o consumo interno poderia garantir essa soberania.

O agrarismo viria aqui como uma consequência lógica da postura nacionalista do autor. A defesa da agricultura confundia-se com a própria defesa do país. O destino do país era esse:

"Nosso país tem de ser, em primeiro lugar, um país agrícola. Fora-lhe ridículo contestar-lhe este destino, diante de seu vasto território. Deve manter, depois, o cultivo dos produtos necessários à vida dos que empregam matéria-prima nacional. É isso que nos impõe a área do nosso território, a falta de hulha, industrialmente explorável, e o isolamento geográfico de quase todo o país. O equívoco dos que pensam de outra forma só pode resultar do prejuízo de que a produção deve constar dos gêneros comuns na Europa, e da ideia, arraigada no espírito de muitos, da necessidade das grandes propriedades, de extensa exploração intensiva. O Brasil, exatamente porque é um país tropical e equatorial, pobre em muitas regiões, e onde a terra e o clima carecem, quase geralmente, de elementos necessários às culturas europeias, deve ser um país agrícola, não no sentido ianque, de país de vastas propriedades e fazendas-modelo, mas no de nação de pequenos proprietários remediados, vivendo na intimidade de produtos da nossa terra, de excelente valor nutritivo para seu clima, sendo reservada as regiões temperadas para algumas culturas europeias e confiado o suprimento de outros produtos, absolutamente inaclimáveis, assim como o dos produtos industriais que não têm aqui matéria-prima, às trocas com o estrangeiro."²⁵

Agrário sim, mas com um modelo diferenciado em relação àquele europeu e norteamericano. Este era o destino do Brasil, inserido em uma divisão internacional do trabalho.

* * *

No esclarecimento que apresenta logo no início de *As fontes da vida no Brasil*, Alberto Torres afirma que “a restauração das forças da vida, nas terras e nas gentes do Brasil, impõe-se-nos como um problema imediato e urgente”.²⁶ Seja na vida política – principalmente quando foi presidente do estado do Rio de Janeiro, seja nos artigos e livros produzidos ao longo da vida, a preocupação com os rumos do país sempre estiveram no horizonte de Alberto Torres e, para ele, esses rumos eram indissociáveis de uma reorganização econômica do país.

A agricultura, a preservação e utilização racional das riquezas nacionais, estavam no centro de seu projeto para o país. A terra ocuparia um lugar central, até porque ela seria responsável pelo laço afetivo entre os nacionais, expressão concreta da nacionalidade de um povo: a defesa da terra e de suas riquezas era a defesa da própria Nação, ainda em formação. Apegado a uma ideia de indústria natural, via com desconfiança as atividades industriais que cresciam no país, bem como o comércio, responsáveis pela

desarticulação da sociedade e pela instabilidade social. Isso era particularmente grave para o Brasil, um país ainda *sem história e que* padecia de insolidarismo social.²⁷

Junto com a defesa da agricultura e das riquezas nacionais, aparecia também o ataque ao imperialismo e ao *estrangeirismo*. Porém, as críticas não podem ser entendidas como uma defesa do isolamento, mas sim como uma recusa à dependência que o país sofria do estrangeiro desde os tempos coloniais. Para romper com isso, seria necessário encontrar um projeto nacional que pudesse criar não só um povo, mas uma economia e uma organização política que alçassem o Brasil à posição de independência que uma nação livre deveria ter. Em termos econômicos, apenas uma organização que enfatizasse a agricultura voltada para o consumo interno poderia garantir essa soberania. O agrarismo foi uma consequência lógica da postura nacionalista do autor. A defesa da agricultura confundiu-se com a própria defesa do país.

Notas e referências

¹ O texto aqui apresentado é parte de minha dissertação de mestrado, *Crise e Reorganização Nacional: o pensamento de Alberto Torres*, São Paulo, FFLCH/USP, Departamento de Ciência Política, dissertação de mestrado, 1997, em preparação para a edição em livro pela editora Hucitec.

² É o caso, por exemplo, de B. LAMOUNIER, “A formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação”, B. FAUSTO, (org.). *História Geral da Civilização Brasileira - Tomo III: o Brasil republicano - Volume 2: sociedade e instituições*, 5ª ed., São Paulo, Difel, 1985.

³ Sob a direção de Vicente L. Cardoso, colaboraram A. Carneiro Leão, Celso Vieira, Gilberto Amado, Jônathas Serrano, José Antônio Nogueira, Nuno Pinheiro, Oliveira Vianna, Pontes de Miranda, Ronald de Carvalho, Tasso da Silveira e Alceu Amoroso Lima, muitos dos quais veremos como membros da Sociedade de Amigos de Alberto Torres. Ver V. L. CARDOSO (org), *À Margem da História da República*. (2 volumes), Brasília, Ed. da UNB, 1981 (1ª. ed., 1924).

⁴ Ver Alberto TORRES, *O Problema Nacional Brasileiro*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1978b (1ª ed., 1914), em especial o ensaio “Senso, consciência e caráter nacional.”

⁵ *Ibid.*, *Vers la Paix*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1909 e *Le problème mondial*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1913.

⁶ Mesmo *Le problème mondial*, publicado em 1913, era composto de artigos datados de antes de 1909, o que pode explicar o “otimismo” do autor em relação à não ocorrência de uma guerra. Isso não impediu Alberto Torres de alertar para os perigos das rivalidades econômicas entre as potências europeias e de ressaltar a necessidade de se estabelecer uma paz “desarmada” entre as nações.

⁷ A este respeito, ver, entre outros, Lúcia Lippi de Oliveira: “Em 1915, Olavo Bilac iniciou uma jornada patriótica para despertar a nação falando aos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo. Sua proposta de Salvação nacional passava pelo serviço militar obrigatório, visto como instrumento de formação de brasileiros conscientes e dignos que conduziria ao triunfo da democracia. [...] O pensamento de Bilac teve em Alberto Torres um de seus principais opositores. [...] Alberto Torres opunha-se aos movimentos de regeneração patriótica, pois, para ele, o problema do Brasil não era a ausência de afetividade patriótica.” Cf. Lucia L. de OLIVEIRA, *A Questão Nacional na Primeira República*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1990, pp. 120 -122.

⁸ TORRES apud GENTIL, A. *As Ideias de Alberto Torres*, (2ª ed.) São Paulo, Cia Editora Nacional, 1938, p. 170.

⁹ A maior parte da intelectualidade brasileira adotou uma postura claramente pró Inglaterra e França, logo no início da guerra. Alguns, entretanto, como Dunshee de Abranches, Capistrano de Abreu e Lima Barreto, eram francamente germanófilos. Ver Lúcia L. de OLIVEIRA, *A Questão Nacional na Primeira República*, cit. Tal não era o caso de Alberto Torres. Este se encontrava numa posição de *neutralidade*, o que não impediu a recusa do jornal *A Noite* em publicar um artigo seu, considerado favorável à Alemanha, o que contrariava a linha política do jornal. Frente à negativa, Torres criticou a opção do jornal (e da maior parte

-
- da imprensa brasileira) pelos “dominadores antigos” em detrimento dos “dominadores do futuro”, demonstrando mais uma vez que acreditava na semelhança entre os dois “imperialismos”. Cf. GENTIL, *As ideias de Alberto Torres*, p. 502, cit.
- ¹⁰ Alberto TORRES, *O problema nacional brasileiro*, cit., p.27.
- ¹¹ *Ibid.*, p.28.
- ¹² Torres apud A. GENTIL, *As ideias de ...*, cit., p.94.
- ¹³ Torres apud A. Sabóia LIMA, *Alberto Torres e Sua Obra*, São Paulo, Cia Editora Nacional, 1935, p. 184.
- ¹⁴ Publicado em 1915, o opúsculo *As fontes da vida no Brasil*, de certa maneira complementa e enfatiza a defesa das riquezas nacionais empreendida pelo autor em outras obras, ao mesmo tempo que vincula diretamente o que ele denomina de “crise de natureza” à “crise do trabalho”. Alberto TORRES, *As fontes da vida no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. da FGV, 1990.
- ¹⁵ Torres apud A. GENTIL, *As ideias de ...*, cit., p.382.
- ¹⁶ Dentre os vários sindicatos atuantes destaca-se o *Sindicato Farquhar*, conjunto de empresas controladas por Percival Farquhar e seu grupo. É importante notar que Alberto Torres inclui no *Sindicato Farquhar* empresas que não eram controladas pelo grupo. A própria denominação *sindicato* era criação dos nacionalistas e, segundo eles, o grupo agia nos mais variados setores: eletricidade, ferrovias, portos, terras (projetos de colonização).
- ¹⁷ Melhor seria dizer *pretensa hegemonia*, ideia fixa da diplomacia brasileira no período. Nem mesmo Alberto Torres, com toda a pregação pacifista, escapou de manifestá-la.
- ¹⁸ Alberto TORRES, *O problema nacional ...*, cit., p.101.
- ¹⁹ Lúcia L. de OLIVEIRA, *A Questão Nacional ...*, cit., p. 123.
- ²⁰ Quando presidente do Estado do Rio de Janeiro, Torres tentou mudar a estrutura fundiária do estado por meio da instituição do ITR: este imposto seria responsável pela facilitação do parcelamento da grande propriedade, notadamente a improdutiva. Ao mesmo tempo, a redução do imposto sobre exportação de café viria ajudar os grandes fazendeiros em crise.
- ²¹ Segundo Nícia V. Luz, o conceito de indústria natural surgiu no Império, para designar aquelas atividades manufatureiras cujas matérias-primas eram produzidas no Brasil. Muitos defensores da industrialização no período eram adeptos do protecionismo apenas para essas atividades. No início da República, Joaquim Murinho foi um grande divulgador dos conceitos de *indústria natural* e *indústria artificial* ao defender a primeira e condenar a segunda, bradando contra o protecionismo e pregando o “desenvolvimento natural” da indústria no país. Nícia V. LUZ, *A luta pela industrialização no Brasil*, 2ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975, pp. 84-85)
- ²² Torres apud A. GENTIL, *As ideias de ...*, cit., p. 188.
- ²³ Alberto TORRES *Organização Nacional*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1978a, p. 228 (1ª ed., 1914).
- ²⁴ Um bom retrato da elite brasileira, em especial a carioca, na chamada *Belle Époque* é o romance *A esfinge*, de Afrânio Peixoto, escrito na época. O romance apresenta um retrato fútil da elite, reforçando a “imitação” e a afetação desse grupo social: “...falavam francês os nacionais, por chic e civilidade, porque havia diplomatas estrangeiros na roda...”. Afrânio PEIXOTO, *A Esfinge*. Rio de Janeiro; São Paulo e Porto Alegre, W.M. Jackson Inc. Editores, 1947, p. 27 (1ª ed., 1911).
- ²⁵ Alberto TORRES, *Organização Nacional*, cit., p. 207.
- ²⁶ *Ibid.*, *As fontes da vida no Brasil*, cit., p. XV.
- ²⁷ Cara a Oliveira Vianna, a noção de insolidarismo já aparece – não definida dessa maneira – nas reflexões de Alberto Torres.

Nelson Werneck Sodré e a Revolução Brasileira

*Alex Conceição Vasconcelos da Silva**

Introdução

Para a feitura deste artigo, analisamos a dimensão teórica da obra de Nelson Werneck Sodré, expoente da expressão militar na formulação de um projeto para o Brasil. De formação institucional militar desde os treze anos de idade (nasceu no Rio de Janeiro em 27/04/1911 e entrou no colégio militar em 1924), situou-se, enquanto oficial, como uma ponte, um elo entre as Forças Armadas, ou melhor, o Exército e os diferentes vieses teóricos enquanto lócus civil de elaboração de conhecimento. Atuando como professor, tanto da ECEME (Escola de Comando e Estado Maior do Exército), como do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), estabeleceu através da imprensa e de extensa obra de Crítica Literária, História, Memória, Economia e arguta crítica política, um diálogo, um debate intelectual que versou sobre todos os problemas que atingem a sociedade brasileira. Militar de carreira, Werneck Sodré ultrapassa os limites corporativos falando sobre o Brasil do mesmo lugar que os denominados *intelectuais progressistas* ocuparam, defendendo conceitos de nação e cultura brasileira.

A questão central de sua extensa obra está consagrada naquilo que ele denominara como *Revolução Brasileira* – processo histórico que o Brasil vivera, em sua ótica, entre 1930 à 1964 – Sodré, em sua obra, utilizou-se do materialismo histórico para analisar a longa-duração da formação histórica do Brasil, cujo objetivo era utilizar-se da história como uma relação entre o presente e o passado, em que era necessário entender o passado para que possamos compreender o presente. Em suma, compreendeu a história como um processo, e no caso brasileiro, como um processo iniciado desde os tempos coloniais, transpassando o Império, cujas consequências se faziam sentir na República.

Na obra de Werneck Sodré, observa-se que a história política brasileira tem três grandes fases: Colônia, Império e República. Porém, analisando-a com profundidade, percebe-se que a história social brasileira possui apenas duas fases: o Brasil Velho (Colônia, Império e República Oligárquica), e o Brasil Novo (A Revolução Brasileira). Para compreensão dessa revolução que ele teorizou, temos que analisar como o

* Mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Pesquisador do Núcleo de Identidade Brasileira e História Contemporânea (NIBRAHC-UERJ).

marxismo foi utilizado como fundamentação teórica em sua obra, tanto para justificar essa divisão, quanto para teorizar sobre o choque dialético entre o *Velho* e o *Novo*.

No início do século XX, o marxismo já estava bem consolidado na Europa, disseminando-se cada vez mais para regiões periféricas do continente, como a Rússia czarista, que veio a ser o grande palco da primeira revolução da história baseada no marxismo, servindo de inspiração não somente para os socialistas europeus, como para a disseminação do marxismo para fora da Europa, ganhando novos contornos, como na América Latina, em especial o Brasil, através do advento da III Internacional. Podemos afirmar, em princípio que a obra de Sodré é baseada teoricamente no marxismo, sobretudo o da vertente leninista. Segundo José Carlos Reis,

“N. W. Sodré desenvolve uma análise do Brasil estreitamente ligada à análise do PCB, que estava ligado à III Internacional, ao comunismo soviético. [...] A III Internacional esteve dominada pelas questões nacional e colonial. A luta era contra o imperialismo e pela integração capitalista nacional, que abria o horizonte socialista.”¹

A III Internacional representou uma grande guinada no marxismo, pois desenvolveu novas diretrizes teóricas, guiadas pela obra de Lenin (que é marcada pela estratégia de como se deve fazer a revolução retratando a conjuntura russa, servindo de modelo para os movimentos socialistas do século XX, além de ter sido basilar na organização dos PCs ao redor do mundo, devido às diretrizes elaboradas no livro *O que fazer?* A sua obra é fundamental no tocante a questão da aliança entre os socialistas e a burguesia na luta contra a grande propriedade agrária, no livro intitulado *Dois táticas da social democracia na revolução democrática*), o marxismo passou a abranger a luta nacionalista, contra o imperialismo, obtendo uma enorme perenidade nos países ditos atrasados, dentre os quais o Brasil, pois atendia a demanda dos movimentos sociais desses países, diferentemente daquilo que fora desenvolvido por Marx, que compreendia o nacionalismo como um conceito alienador, utilizado pela burguesia contra o proletariado.

Para analisarmos os ecos da III Internacional na América Latina, temos que demonstrar a perenidade da obra de um dos principais expoentes do marxismo Latino-Americano, que marcaria o pensamento de Werneck Sodré. No caso, a obra de José Carlos Mariátegui, cujo pensamento foi conflitante das diretrizes da Internacional, polarizada pela URSS, já que fora contrário às diretrizes assumidas pelo Partido Comunista Soviético (que já estava tomando uma nova fisionomia, posteriormente denominada de stalinismo), sendo expulso do mesmo. Em seu pensamento, a grande marca da colonização espanhola fora a introdução das relações *feudais* no Peru, pois:

“A aristocracia latifundiária da colônia, dona do poder, conservou intactos seus direitos feudais sobre a terra e, por conseqüência, sobre o índio. Todas as disposições aparentemente dirigidas para protegê-lo nada puderam contra o feudalismo subsistente até hoje.

O feudalismo *criollo* se comportou, a esse respeito, de forma mais ávida e dura

que o feudalismo espanhol. No geral, o *encomiendero criollo* tem todos os defeitos do plebeu e nenhuma das virtudes do fidalgo.²

Mariátegui em sua obra deixa claro que o principal obstáculo para o desenvolvimento peruano era o *feudalismo*, e que a sua superação era fundamental para que o Peru alcançasse a modernidade e, principalmente, a inclusão social do índio peruano. Podemos elucidar que a grande contribuição teórica de Mariátegui foi a de ter identificado a questão da grande propriedade rural como grande herança da colonização, denominando-a de feudalismo, conferindo um grande suporte as reflexões marxistas latino-americanas, como no caso de Werneck Sodré em sua obra historiográfica.

O marxismo chegou ao Brasil nos primeiros decênios do século XX, encontrando grande vigor nas greves da década de 1920, que inspirou a fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922, que em seus primeiros anos esteve sob liderança de nomes como Octávio Brandão e Astrogildo Pereira, que juntamente com uma pequena missão, fora enviada a recém-fundada União Soviética para um curso de marxismo-leninismo.

Nos seus primeiros anos de vida, o PCB esteve bastante ligado ao Partido Comunista Soviético, que influenciara a grande maioria dos partidos comunistas que estavam surgindo ao redor do mundo, dando-lhe uma faceta extremamente burocratizada e autocrática. Porém, o marxismo fora utilizada por intelectuais, na América Latina, como ferramenta teórica para denunciar as consequências da formação histórica marcada pela persistência colonial, cujo grande símbolo era o predomínio do latifúndio, além da condição dos países latinoamericanos no que tange ao papel que ocupavam na Divisão Internacional do Trabalho, assim como também a contradição social existente na sociedade desses países.

Caio Prado Junior foi o grande introdutor da perspectiva marxista na historiografia brasileira, em duas publicações: *Evolução Política do Brasil* e a *Formação do Brasil Contemporâneo*, na qual analisou o Brasil colonial utilizando-se da concepção materialista da história, demonstrando a dialética entre a colônia e a metrópole, fundamentando assim o *sistema colonial* mercantilista, cuja empresa foi essencial para a formação da Divisão Internacional do Trabalho, na qual a colônia de exploração serviu para o enriquecimento da metrópole.

Werneck Sodré, que fora contemporâneo de Caio Prado Junior, utilizou-se do marxismo para analisar o Brasil, notabilizando-se pela utilização da concepção marxista de viés ortodoxo, resultando na sua obra, uma análise profunda da história social, política e econômica do Brasil, ressaltou o protagonismo das forças internas, no período colonial e na feitura da independência; essa elite latifundiária, que geralmente tem o seu papel ofuscado pelo seu sócio internacional, seja a antiga metrópole, ou então a nação hegemônica. Para Werneck Sodré, a força motriz da história social, política e econômica do Brasil sempre foi às classes dominantes, que estão associadas a forças externas, beneficiando-se dessa associação, a diferença é que na época colonial, as elites estavam associadas a Portugal, já no Império, as elites estavam associadas à Inglaterra, e desde a República Velha, as elites estão associadas não somente a Inglaterra, como também aos

Estados Unidos, que desde o último decênio dos oitocentos se tornou o maior mercado consumidor do café brasileiro, além de se constituir como um fornecedor alternativo de crédito, em oposição à Inglaterra que já estava a entrar em decadência.

Com o término da Primeira Guerra Mundial, em 1918 os Estados Unidos substituíram a Inglaterra como principal parceiro comercial do Brasil, evidenciando no estreitamento das relações EUA-Brasil, como por exemplo, a vinda da Ford em 1917, além de outras empresas daquele país. A crise de 1929 privou o café brasileiro do seu principal mercado, enfraquecendo consideravelmente as elites que detinham o poder, impedindo-as de evitarem a série de acontecimentos no ano de 1930, que acabou conflagrando na queda da República Velha.

A dialética de Werneck Sodré

No tópico anterior analisamos brevemente as elites provenientes ao longo da formação histórica do Brasil, baseadas no latifúndio, que em sua concepção, foi à grande responsável pelos rumos tomados pelo Brasil ao longo de sua história, como a edificação do Estado brasileiro em 1822, para Sodré, “na época da Independência, qualquer transformação dependia do apoio da classe dominante de senhores e terras de escravos. A composição social e os interesses eram outros – mas a classe dominante permanecia a mesma.”,³ e conseqüentemente, apoiando a frente que proclamara a República em 1889, na visão de Sodré, “a Republica decorre justamente da composição de forças entre uma classe média que disputava a participação no poder e de uma fração da classe dominante cindida, aquela que se emancipara do que o Império era a representação característica, a lavoura nova do café.”,⁴ assumindo a hegemonia da mesma em 1894, quando se instaurou a República Velha.

A economia do café suportou o fim da escravidão, porém a elite que sustentava o Império não, no caso a elite cafeeira do decadente Vale do Paraíba, que ao contrário da elite cafeeira do Oeste Paulista, não acompanhou a expansão do café, tendo que sustentar-se cada vez mais na escravidão, que estava em franca decadência.

Ao contrário dos decadentes barões do Vale do Paraíba, os cafeicultores do Oeste Paulista, sendo os principais beneficiários da expansão cafeeira, além da promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, em 1850. Investiram o capital excedente nas cidades, especialmente na capital do estado de São Paulo, incentivando assim o início do processo de urbanização, fortalecendo a atividade comercial, de pequenas empresas que viviam dos excedentes do café, dando condições para o fortalecimento de uma classe tipicamente urbana: a classe média. Com a Abolição da Escravatura em 1888, o Império ficou isolado no poder, sendo ferido mortalmente em 15 de novembro de 1889, pela Proclamação da República, encerrando-se assim a fase monárquica da História do Brasil.

Nos anos iniciais da República, o Brasil foi governado pelos militares que, segundo Werneck Sodré, representavam a classe média, havendo choque com as elites durante os anos da República da Espada, pois a elite cafeeira não precisava mais da classe média, despejando-a do poder. O choque foi finalizado com a ascensão de Prudente de Moraes a presidência, representando o advento da República Café-com-leite, que foi consolidada

pela Política dos Governadores em 1898, já na presidência de Campos Sales.

Para Werneck Sodré, a Proclamação da República foi fruto da união de duas classes sociais, porém, segundo o autor, ela só foi possível graças ao apoio concedido pela elite paulista, com isso ele quis demonstrar que no Brasil não havia como realizar grandes mudanças sem o apoio das elites. E, logo depois do acontecimento, as duas classes cindiram, mostrando que a classe média urbana ficou encurralada até ceder às elites rurais, que governaram até 1930.

Os acontecimentos de 1930 para Sodré significaram muito mais do que uma simples troca de governo, significou a queda de uma velha estrutura, ascendendo uma nova, em outras palavras, significou a emergência da classe média urbana ao poder, representando um novo paradigma, a ascensão de uma nova perspectiva, comprometida com o fortalecimento do Estado e do mercado interno.

Os intelectuais provenientes da conjuntura erigida sob a Revolução de 1930, como Werneck Sodré, foram em sua maioria reconhecidos como membros do Pensamento Social Brasileiro, por defenderem a ruptura com o longo processo de construção do Brasil, desde a época colonial, baseado no predomínio do ruralismo, da escravidão, da monocultura, da economia voltada essencialmente para a exportação, em outras palavras, da *plantation* (designação proporcionada a sistemas econômicos baseados na grande propriedade rural, no caso, latifúndios, cuja produção se baseia na monocultura, voltada exclusivamente para a exportação. É utilizada para definir as economias coloniais da época moderna), cujo resultado foi à edificação de uma sociedade autoritária e escravocrata.

Para Werneck Sodré, a essência da Revolução Brasileira, era a emergência da concepção nacionalista, que representava a superação da condição colonial, da velha ordem, edificando assim a nova ordem, no caso, a edificação da nação brasileira, marcada pela fraternidade, pela cidadania, pela independência política, cultural e econômica, em outras palavras, através da concepção dialética, do confronto entre a tese, que no caso vem o novo, a brasilidade e a antítese, que no caso vem a ser o velho, a ordem colonial (o latifúndio e sua aliança a potência estrangeira metropolitana), cuja síntese seria o surgimento da nação brasileira. Conforme podemos observar ao longo da conferência intitulada *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, especificamente nesta seguinte passagem:

“Ora, o que é velho e que é novo, esta fase? E velho, sem dúvida, o quadro do campo, em que as relações semifeudais impedem a ampliação do mercado interno; e velha a política de socializar os prejuízos, reduzindo o poder aquisitivo da massa demográfica ascendente; e velha a orientação de relegar o Estado à inércia; e velho o mercantilismo que se traduz numa curva ascensional em volume e decrescente em valor; e velha uma norma que nos aprisiona nos moldes da fazenda tropical produtora de matérias-primas para industrialização externa; e velha que nos subordina a razões externas, por legítima que sejam no exterior; e velha, particularmente, a idéia de que o Brasil só se pode desenvolver com ajuda alheia e, principalmente, com capitais estrangeiros.

E que é novo? Nova é a composição social que inclui uma burguesia capaz de realizar-se como classe e começa a compreender que a sua oportunidade é agora ou nunca, e que apresenta a classe média atenta e ideologicamente receptiva, pela maior parte de seus elementos, ao clamor que se levanta do fundo da história no sentido de que nos organizemos para a tarefa que nos cabe realizar, e uma classe trabalhadora que adquiriu consciência política e se mobiliza, a fim de partilhar do empreendimento nacional, vendo nele a abertura de perspectivas ao seu papel histórico. Novo é, pois, o povo. Nada ocorrera mais sem a sua participação. Nova é a indústria nacional, superada a etapa de bens de consumo e iniciada a de bens de produção, limitada embora pelo atraso na capacidade aquisitiva do mercado interno e onerada por uma política de obstáculos e de dúvidas. Volta Redonda é o novo que altera a paisagem brasileira e a Petrobras é o novo que afirma a nossa capacidade de realização sem interferências. Novo, em suma, é o Nacionalismo, que corresponde ao que nos impulsiona para frente e rompe com que nos entrava e entorpece.”⁵

É na defesa do nacionalismo que Werneck Sodré dedicou a sua militância intelectual orgânica, que correspondeu dialeticamente às tensões experimentadas na prática de um homem que viveu eticamente dois mundos, o civil e o militar, sem transição.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi, para Sodré, um *locus* de intensa discussão sobre a conjuntura brasileira, juntamente com intelectuais progressistas, cujo objetivo era assegurar o desenvolvimento político, social e econômico brasileiro, porém de forma independente do capital internacional, reconhecido pela maioria dessa *intelligentsia* como imperialista, drenando assim as reservas financeiras do país, sob forma de remessas de lucros. Portanto, para edificar esse projeto de nação, Sodré, assim como os intelectuais isebianos adotaram a ótica nacional-desenvolvimentista, em outras palavras, adotaram o conceito de desenvolvimento como forma de representar o “sentido de mudança, refletindo os interesses da burguesia nacional e da pequena burguesia urbana”.⁶

Em suma, após a esta breve demonstração da conjuntura histórica brasileira, sobretudo daquela época, não podemos deixar de relacionar como essa conjuntura influenciou na obra de Werneck Sodré, profundamente marcada pelas tensões políticas da época, em que se confrontaram as forças progressistas com as forças conservadoras na luta pelo poder, demonstrando assim que o período foi marcado por um intenso choque dialético entre o *velho* e o *novo*, acerca do destino do país.

O panorama brasileiro

Desenvolvimento e Nacionalismo: conceitos centrais em nosso artigo. Primeiro, no tocante à *Revolução Brasileira* temos por meta compreender o pensamento de Nelson Werneck Sodré, cuja ideia é central em sua obra, no caso, um projeto para o Brasil, estando intrinsecamente interligado com o nacionalismo. Segundo, no que concerne a crise, objetivamos compreender o período a ser investigado, marcado pelo choque de vertentes no tocante ao Brasil daquela época: de um lado, os nacionalistas, que

priorizavam o desenvolvimento independente do estado brasileiro, baseado na liderança de uma fração da burguesia, na semântica de Werneck Sodré, a burguesia nacional, aliada com a classe média e as classes populares; de outro lado, os desenvolvimentistas, que focavam apenas no desenvolvimento econômico brasileiro, porém associado ao capital internacional. Ambas vertentes tinham um objetivo em comum: o desenvolvimento brasileiro, o que as diferenciava era o nacionalismo econômico dos primeiros e o cosmopolitismo dos segundos. Portanto, iremos analisar dois conceitos: desenvolvimento e nacionalismo.

Desenvolvimento: Esse conceito tão utilizado no léxico dos economistas, mais especificamente na macroeconomia, para designar o processo de crescimento, no caso de uma economia, através do aumento de superávit, fruto do aumento das exportações, cuja arrecadação consiga superar os gastos das importações, ocasionando uma balança comercial favorável. Quando essa balança comercial se torna favorável nos anos seguintes, conferindo mais riquezas ao país superavitário, costuma-se afirmar que sua economia esta em desenvolvimento, ou crescimento. Porém, a utilização desse conceito extrapola os limites da ciência econômica. Pois se observarmos, desenvolvimento é utilizado em vários contextos, mas sempre possuindo mesmo significado, ou ideia, a de crescer. Na historiografia, sobretudo a econômica, tem usado esse termo para analisar o processo de crescimento econômico de países num determinado período, cujo resultado é o seu enriquecimento. Logo, a tendência é que tratemos “desenvolvimento” como enriquecimento de um país.

Durante a década de 1950, Celso Furtado, em *Formação Econômica do Brasil*, lançava as diretrizes para o desenvolvimento brasileiro, na esfera econômica, tendo como eixo a crise da economia cafeeira e, conseqüentemente a mudança do centro dinâmico da economia interna: do café para a indústria; na qual a decadência do primeiro estava ligada a sua dependência ao mercado externo, em retraimento devido à grande depressão enquanto que o segundo era voltada estritamente ao mercado interno, crescendo devido ao seu desenvolvimento. Em 1949, ano da publicação do livro de Furtado, acima citado, assim como fora o da sua nomeação para a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), concentrando-se na tentativa de demonstrar as novas diretrizes do desenvolvimento, baseado na “rutura de formas arcaicas de aproveitamento de recursos em certas regiões, por outro requererá uma visão de conjunto do aproveitamento de recursos e fatores no país”.⁷ A antiga concepção de que desenvolvimento ocorreria em estrita associação do Brasil “aos países mais avançados, trocando de hegemonia, quando o país para o qual se vinha orientando se deixa retardar da vanguarda”.⁸

Sabemos que não existe apenas uma fórmula para *desenvolvimento*. Sem caracterizá-lo, não podemos prosseguir em nossa análise histórica. No Brasil do período que estamos retratando, houve vertentes acerca do desenvolvimento que o país deveria adotar. Desenvolvimentistas, naquele período, eram todos aqueles que propunham em industrializar o Brasil. Portanto, o conceito de desenvolvimento, aplicado ao período investigado em nosso artigo, ganha uma significação muito ampla, nos pondo a tarefa de delimitar a principal característica do tipo de desenvolvimento advogado pelos

intelectuais progressistas, dentre os quais Nelson Werneck Sodré.

Mesmo com as diferenças entre as vertentes, ambos tinham em plena compreensão que o grande 'protagonista' desenvolvimento econômico brasileiro era a alta burguesia, uma classe nova, emergida inicialmente logo após a Primeira Guerra Mundial, em que apareceram as primeiras indústrias no Brasil, porém essa classe só iria despontar no cenário político após a Revolução de 1930, quando ela alcança o poder, representada pelo novo presidente que, para Werneck Sodré, “Vargas afirmava-se, assim, o dirigente político da burguesia brasileira e definia, com absoluta clareza, a orientação do estado que presidia e que se colocava, agora, a serviço daquela classe”.⁹

Essa transformação, ocorrida na década de 1930, a burguesia ao assumir o poder, impondo as suas diretrizes, que se baseava em “adaptar o aparelho de Estado, provavelmente obsoleto, as necessidades da expansão burguesa”,¹⁰ intensificando o desenvolvimento econômico brasileiro, marcou para Sodré um novo processo histórico, que ele denominara de *Revolução Brasileira*.

Para que possamos compreender a dinâmica deste novo processo histórico, é necessário que compreendamos as tensões que marcaram o desenvolvimento brasileiro. Portanto, é o momento, de abordarmos, de maneira bem cuidadosa, a conjuntura brasileira daqueles tempos.

A emergência da burguesia como classe hegemônica do Estado não representou a queda da classe latifundiária. Com o ocaso da República Oligárquica, as elites agrárias perderam o total poder do estado, porém a burguesia não conseguiu assumir o controle sozinho. Pois a classe latifundiária, mesmo em decadência, tinha para si o fato de ser a grande conquistadora de divisas para o Brasil junto ao mercado internacional, conseguindo dessa forma garantir a sua influência. Com o término da Segunda Guerra Mundial, a economia mundial recuperou-se, representando a normatização das exportações brasileiras, além da elevação dos Estados Unidos à condição de superpotência mundial, ávida por mercado consumidor de seus produtos industrializados. A recomposição da economia mundial representou a reconstituição da velha aliança entre o latifúndio e o novo centro hegemônico mundial que, para Werneck Sodré: “O restabelecimento da normalidade das exportações e, em consequência, a retomada da ascendência da economia exportadora, obrigava a burguesia a considerar, sob novo ângulo a sua luta, conciliando com o imperialismo, que retornava mais virulento, e com o latifúndio, que voltava a levantar a cabeça.”¹¹

O fim da Segunda Guerra Mundial, na obra de Werneck Sodré, representou a recomposição das forças conservadoras na luta pelo poder, porém a burguesia saía do Estado Novo fortalecida, devido à consolidação da indústria brasileira e, principalmente, do mercado interno, atraindo a iniciativa internacional a participar do processo de industrialização brasileira, porém, como sócio majoritário, provocando reações dos intelectuais compromissados com o desenvolvimento autônomo do Brasil, provocando um choque de vertentes que marcou o período democrático (1945-64), influenciando sensivelmente nos governos daquela época. Para que possamos compreender essa repulsa a penetração do capital internacional na economia brasileira, temos que analisar uma das principais marcas dos progressistas: o nacionalismo.

Nacionalismo: “Em seu sentido mais abrangente o termo nacionalismo designa a ideologia de determinado grupo político, o Estado nacional que se sobrepõe as ideologias dos partidos, absorvendo-as em perspectivas”.¹² A significação desse conceito é fundamental para podermos traçar o quadro da *Revolução Brasileira*, porque, como foi dito, a geração de intelectuais que emerge após a Revolução de 1930 será entusiasta da industrialização, do desenvolvimento brasileiro, na sua transformação em país industrializado. Durante o longo governo Vargas (1930-45), desenvolve-se uma política aparentemente ambígua: da mesma forma que o governo incentiva a industrialização, através do fenômeno conhecido como substituição de importações, além de construir um parque industrial ancorado na indústria de base, também incentiva a classe cafeeira, comprando a produção excedente, buscando influir na cotação internacional do café, incentivando a exportação, em suma, faz um pacto de compromisso com o latifúndio, que será o principal sustentáculo do Estado Novo.

Em 1945, porém, Vargas encontra-se desgastado na Presidência da República, sendo pressionado pela exigência de reabertura política, no caso, a redemocratização. O presidente em seus atos buscou aproximar-se da classe trabalhadora, através de seu enorme carisma, causando inquietação perante as classes dominantes, que segundo Werneck Sodré, eram desejosas de manterem a estrutura estadonovista, porém sem Vargas. Os seus atos políticos, visando à consolidação de uma base política progressista, que influenciasse a feitura da nova Constituição, mas:

“O fim da segunda guerra mundial, com a correlação externa de forças, impunha a liquidação da solução de emergência que fora o Estado Novo. [...] Vargas tentou recompor a situação, buscando reencontrar as bases populares em que poderia assentar uma nova política. Mas era tarde. Aos primeiros prenúncios de sua atitude, latifúndio e imperialismo decretaram sua liquidação. Foi deposto, em outubro de 1945, por golpe militar branco, abrindo novo período da história brasileira.”¹³

Ou seja,

“A verdadeira razão, entretanto, [da queda de Vargas] estava na sua política de aproximação com as forças populares, iniciativas como a lei antitrustes e de uma política externa independente. Tratava-se, em suma, de mais uma política da guerra fria”.¹⁴

O que nos interessa aqui são as circunstâncias com que os progressistas se depararam naquele período, marcado pelo choque entre as vertentes do desenvolvimento, polarizando a sociedade. O endurecimento do governo Dutra (1946-50), com a cassação do Partido Comunista, o alinhamento irrestrito as posições norte-americanas e o clima de perseguição ideológica a políticos e sindicatos, fez com que, entre os militares os embates fossem mais reprimidos, explicitando-se, no campo das práticas, posições de neutralidade, combate ou alinhamento a potência hegemônica: os Estados Unidos. Frequentando o Clube Militar e as reuniões de cúpula intelectual do exército, Werneck Sodré se aliou ao oficialato orgânico progressista, como o episódio da campanha *O Petróleo é Nosso*. Opondo-se ao oficialato orgânico conservador das

Forças Armadas, que combatiam o monopólio estatal do petróleo e defendiam a participação de capital estrangeiro na empresa petrolífera, Nelson Werneck Sodré receberá a classificação de comunista, a qual ele acrescentara sempre – nacionalista.

Os grupos progressistas que lutam pela autonomia econômica, política e militar do Brasil proclamam-se nacionalistas, em oposição aos que eles classificam como *entreguistas*. A ideia de nacionalismo, conseqüentemente de nação, não é a mesma entre todos os nacionalistas. Identificando-se como marxista-nacionalista, Sodré procura explicar a categoria:

“Partimos desde logo, de definição do que é nacional, para que não haja dúvidas: só é nacional o que é popular. A nação para nós é o povo e não apenas o território. Ela foi construída, em processo histórico, isto é, pela acumulação, ano a ano, século a século, de tudo aquilo que, em nós, representou trabalho e sacrifício, tudo aquilo que foi resultado do esforço coletivo, tudo aquilo que, depois de quatro séculos, aproximando-se do quinto, chegou a moldar a fisionomia atual do país: a sua grandeza geográfica, as suas tradições, o seu povo.”¹⁵

No ISEB, por sua vez, houve nítidas diferenças de concepção sobre o desenvolvimento brasileiro, sendo Werneck Sodré considerado, pela chamada esquerda radical, um moderado. O ISEB teve duas fases: a primeira conhecida como desenvolvimentista (1956-60), quando se distinguia, o nacionalismo progressista, com o liberalismo, em que agregou desde Nelson Werneck Sodré até Roberto Campos; e a segunda fase, a do período das reformas sociais (1961-64), em que se destacou a militância política do ISEB em defesa das reformas de base e da legalidade democrática, apoiando abertamente o governo Goulart. Sendo um período de politização e esquerdização da instituição e crítica ao nacional-desenvolvimentismo. O ISEB no período Goulart se destacou empunhando a bandeira do nacionalismo como ideologia.

A Burguesia nacional

Nelson Werneck Sodré em sua obra historiográfica teorizou acerca da burguesia nacional como força motriz para o desenvolvimento brasileiro independente, livre do imperialismo. Para compreender essa tese temos que retomar as diretrizes da teoria da *Revolução Brasileira*. Para Sodré, esse período fora iniciado com a Revolução de 1930; com o advento de Vargas, inicia-se uma política econômica visando à industrialização do país, tendo como base o modelo de Substituição de Importações, além do investimento em indústrias de base.

Durante a era Vargas, o mercado interno desenvolveu-se, incentivando a atividade industrial, proporcionando o desenvolvimento de uma nova classe social: a alta burguesia. Para Werneck Sodré, esta classe era inexistente em épocas anteriores da História do Brasil, porque a nossa sociedade sempre fora dividida em três classes: os grandes proprietários rurais, a classe média e o povo. Em muitos momentos de crise, ao longo da história do país, a classe média ocupou o lugar que seria protagonizado pela alta burguesia, como a Proclamação da República e a Revolução de 1930.

Na década de 1940, porém, a alta burguesia havia despontado no cenário nacional, em 1945, com a deposição de Vargas da Presidência da República, além do término da Segunda Guerra Mundial e, conseqüentemente, do advento da Guerra Fria no cenário internacional. Mas, ao contrário do cenário da década de 1930, em que o mundo, principalmente a economia norte-americana estava sob a atmosfera da Grande Depressão, em 1945, os Estados Unidos emergiram como a grande superpotência do mundo capitalista, ávidos por mercado externo, portanto, estavam a pressionar os países que estavam em sua órbita para abrirem os seus mercados, dentre os quais o Brasil.

A burguesia brasileira formou-se tardiamente, da mesma forma que o país industrializara-se, enquanto que a economia internacional estava em sua fase imperialista, recuperada dos impactos da crise de 1929, pressionando diversas economias em desenvolvimento, como a brasileira e, conseqüentemente, a burguesia recém-consolidada. Para Werneck Sodré, a necessidade da defesa do mercado interno compelia a burguesia a se aliar com as demais forças progressistas.

Em sua perspectiva, o capitalismo e a burguesia nascem do desenvolvimento mercantil, em uma fase determinada deste desenvolvimento. Quando, ocorre, principalmente, a retirada dos antigos proprietários seus meios de produção, fazendo com que passem a vender a sua força de trabalho, tornando-se este uma mercadoria, sendo da soma dos valores gerados por esta força de trabalho que surge o capital. Segundo Werneck Sodré, a burguesia brasileira, diferente da francesa, da inglesa e da norte-americana, surge na fase imperialista. Em seu nascimento, a burguesia brasileira enfrentou obstáculos, como a estrutura colonial de produção traduzida no latifúndio, que se agravou ainda mais com a queda da renda, que teve efeitos projetados no tempo e nas condições conseqüentes da etapa imperialista do capitalismo.

Para o autor há uma contradição entre a burguesia e o imperialismo, já que uma luta entre estes pelo mercado interno, havendo disputas cada vez mais acirradas em meados do século XX. Sendo assim, a posição da burguesia depende das classes que enfrentam o imperialismo, pois apenas tem a perder com ele, e colocar-se em risco como classe. O problema democrático, para Werneck Sodré, estaria no centro das ações políticas da burguesia, que no caso brasileiro especificamente, necessita do apoio de outras classes e camadas sociais para alcançar objetivos pendentes, porém, na contramão disso, desejam que estas classes (em especial o proletário) mantenham-se sempre subordinadas a ela, seguindo seus rumos e desígnios. Sendo assim, para o historiador, o curso revolucionário dependia da burguesia, e é esta que tinha em jogo a sua classe e que estava decidindo o seu destino e o do país.

Conclusão

A ascensão do Regime Militar em 1964 demonstrou que ao invés do desenvolvimento democrático-burguês, com a burguesia aliada ao proletariado e ao campesinato contra o imperialismo e o latifúndio, conforme orientação do PCB; foi à perspectiva do desenvolvimento associado entre a burguesia local e a burguesia internacional, sobretudo a norte-americana e a europeia que prevaleceu, desencadeando num regime autoritário, sustentado pela aliança entre as novas e velhas elites, ou seja,

pela aliança entre a burguesia e o latifúndio, demonstrando que a realidade fora ao contrário daquilo que Nelson Werneck Sodré havia teorizado, já que durante o Período Democrático (1945-64) a burguesia vivera num dilema: ou convivia com o latifúndio, livrando-se da ameaça socialista; ou prefere enfrentar essa ameaça, livrando-se do latifúndio.

Werneck Sodré concluiu, sob a euforia do momento (no calor de suas atividades como intelectual engajado no ISEB e quadro orgânico do PCB), que a burguesia tinha menos medo do proletariado do que do latifúndio. Porém viu-se que era o contrário: a burguesia age racionalmente e não moralmente – a presença do latifúndio não é incompatível com sua ascensão, enquanto que a vitória do proletariado-camponato significaria o seu fim.

A burguesia nacional, ou melhor, o empresariado brasileiro, pode ser melhor compreendido se observamos a perspectiva de Fernando Henrique Cardoso, em seu livro intitulado *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* analisa o comportamento da burguesia industrial brasileira, apontando para o seu caráter *acanhado*, no caso, tímida, sem espírito empreendedor, sendo totalmente submissa ao Estado, que em sua ótica é o grande empreendedor no Brasil, não possuindo uma característica primordial da burguesia norte-americana: a cultura *Self-made-man*, relegando-se a política clientelista do Estado: “pois, na situação brasileira, qualquer empreendimento de certo vulto depende efetivamente do amparo do Estado”.¹⁶

A burguesia brasileira *acanhada*, ou melhor, vacilante, portanto, só avançaria tendo o pleno controle do aparelho estatal, o que não fora possível durante a República Democrática e, sobretudo, com as diretrizes propostas por Werneck Sodré, que culminaria na transferência do controle do Estado para os setores sindicalistas, notadamente o PCB, configurando-se o pesadelo dessa nova classe dominante representada pelo empresariado.

Notas e referências

¹ J. C. REIS, *As Identidades do Brasil 1: de Varnhagen à FHC*, Rio de Janeiro, FGV, 2007, p. 152.

² J. C. MARIÁTEGUI, *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, 2ª ed., São Paulo, Expressão Popular, 2012, pp. 62-63.

³ N. W. SODRÉ, *As raízes históricas do nacionalismo brasileiro*, Rio de Janeiro, ISEB, p. 26.

⁴ In: N. W. SODRÉ, *Ibid.*, p. 26.

⁵ N. W. SODRÉ, *As raízes históricas do nacionalismo brasileiro*, Rio de Janeiro, MEC, 1959, pp. 48-49.

⁶ N. W. SODRÉ, *Memórias de um soldado*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, p. 532.

⁷ C. FURTADO, *A Formação Econômica do Brasil*, 23ª ed., São Paulo, Biblioteca Nacional, 1980, p. 242.

⁸ *Ibid.*, p. 130.

⁹ N. W. SODRÉ, *Introdução à Revolução Brasileira*, 3ª ed., R. de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, p. 296.

¹⁰ *Ibid.*, p. 264.

¹¹ *Ibid.*, p. 303.

¹² N. BOBBIO, N. *Dicionário de Política*, 13ª. ed., Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 2010, p. 799.

¹³ N. W. SODRÉ, *Introdução...*, cit., p. 308.

¹⁴ *Ibid.*, p. 255.

¹⁵ N. W. SODRÉ, *Tudo é política*, Rio de Janeiro, Mauad, 1998, p. 88.

¹⁶ F. H. CARDOSO, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1964, p. 173.

Octavio Paz y la estética de la historia

Javier Rico Moreno*

Introducción

Contar algo que aconteció es un acto que parece acompañar la vida del hombre. El ser humano siempre está contando algo, incluso cuando se relata a sí mismo su pasado inmediato personal como un proceso de toma de conciencia de su aquí y su ahora, acción que lo lleva a reconocer que *antes* estuvo en *otro lugar*. Luego de muchos siglos de practicarse como relato entre los márgenes del arte y la literatura, la historiografía quedó sujeta a la pretensión de convertirla en una ciencia que fuera capaz de elaborar un conocimiento objetivo (curiosa paradoja, pues con ello se buscaba liberarla de las limitaciones y deformaciones impuestas por la subjetividad propias del arte y la literatura). No tuvo que pasar mucho tiempo para que algunas voces advirtieran que aquella aspiración era una quimera.

A pesar de las aportaciones de la historia cuantitativa o de la historia de las estructuras económicas y sociales, por citar dos ejemplos, había que reconocer que la historiografía no podía proceder conforme al modelo nomológico deductivo de las ciencias naturales ni prescindir del relato; de una forma u otra, seguía implicando un ejercicio literario. Investigaciones como la de Hayden White sobre la imaginación histórica europea en el siglo XIX, han evidenciado la estrecha relación de la historiografía con la literatura. White, incluso, ha tratado de mostrar que el trabajo del historiador incluye una operación de índole poética.¹

Sin menospreciar los aspectos de teoría, heurística y metodología que debe contemplar un estudio historiográfico, la atención a las formas del relato histórico parece cobrar cada vez más adeptos entre quienes se interesan por desentrañar la interrelación de elementos compositivos por medio de los cuales el historiador elabora una representación del pasado. Se trata de observar a las obras que hablan sobre el pasado desde una perspectiva estética, para encontrar la manera en que aquellas articulan una imagen o conjunto de imágenes del pasado, de la historia o del devenir.

* Profesor titular A, tiempo completo; Investigador Nacional, nivel I (Sistema Nacional de Investigadores, CONACYT) de la Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Filosofía y Letras, Colegio de Historia.

El presente artículo expone algunos de los resultados de un estudio historiográfico de *El laberinto de la soledad*, el célebre ensayo que Octavio Paz publicó en 1950, en términos de la relación entre historia y poesía, así como de la configuración en esa obra de una estética del devenir.

El horizonte

Al arribar a la primera mitad del siglo XX, los mexicanos podían respirar el aire de un tiempo nuevo. Quedaba atrás una etapa de convulsiones violentas e inestabilidad política propias de un movimiento revolucionario que derivó en guerra civil e incluyó el asesinato de tres presidentes (dos en funciones y uno electo) y millares de muertos entre combatientes de distintas facciones. En 1919 tuvo lugar la última rebelión militar exitosa (a cargo del general Álvaro Obregón) y se abrió un periodo de caudillismo y gobierno populista como medios para facilitar la pacificación del país y la centralización del poder político. Luego, tras la muerte de Obregón, Plutarco Elías Calles impulsó la construcción uno de los partidos políticos de más larga permanencia en el poder a lo largo del siglo XX, gracias, entre otros factores, a una alianza corporativa con los sectores populares. Si bien la guerra civil no provocó una devastación económica, se emprendió la reorganización de las bases del crecimiento, optando por una vía nacionalista. Entre 1920 y 1940, el nuevo Estado emanado de la revolución se erigió no sólo como protagonista central, sino también como la única entidad capaz de garantizar el adecuado usufructo de los bienes nacionales, la justicia social y el desarrollo del país. En forma paralela, se elaboró un discurso que marcaba un contraste entre el porfiriato como un tiempo histórico caracterizado por la dictadura, el desequilibrio social y la entrega hacia el extranjero, y la inauguración de una nueva época (la revolucionaria) con características opuestas.

Para 1940 llegó a su fin el cardenismo, un sexenio que algunos historiadores consideran la etapa culminante de la revolución en virtud del reparto agrario, la política de nacionalizaciones y expropiaciones, así como el apoyo a la organización de los trabajadores. Fueron seis años de un gobierno que, al margen de su retórica con tintes de socialismo, no estuvieron exentos de contradicciones y limitaciones; los dos últimos fueron críticos: a la inflación se sumó la reacción de algunos sectores de la clase media que vieron en la imposición de una confusa educación socialista, la recepción del exilio español, y el asilo a León Trotsky, un agravio a las libertades individuales y una amenaza comunista. Además, una carrera anticipada por la sucesión presidencial provocó una polarización política (entre izquierda y derecha oficiales) que de nuevo puso al país al borde de la guerra civil; el riesgo se conjuró cuando el presidente Lázaro Cárdenas apoyó como su sucesor a un personaje moderado y conciliador.² No sin tropiezos ni dificultades, aunque sí en la coyuntura favorable de la segunda guerra mundial, se inició un proceso de crecimiento económico que, por sus altos índices, se conoce como el *milagro mexicano*.³

Pero el nuevo escenario estaba lejos de la plena armonía. Ya al final de la etapa armada se evidenciaba una disputa historiográfica: antiguos partidarios villistas, carrancistas, zapatistas y obregonistas trataron de hacer valer su visión de los

acontecimientos, siempre en el marco de la autodefensa. Más profunda, sin embargo, fue la confrontación cultural que la revolución dejó como tarea pendiente a un grupo de artistas, escritores e intelectuales. Como ha señalado el crítico literario Guillermo Sheridan, la revolución mexicana fue un espectáculo que mostró realidades políticas, sociales y culturales que la geografía, el tiempo o la indiferencia habían mantenido ocultas. El asombro que generó la constatación de la diversidad implicó la necesidad de una *redefinición de la patria*. De ahí que, una vez más, como había sucedido en el siglo XIX, se debió afrontar el tema de la identidad y la cultura nacional.⁴

Indigenistas e hispanistas en un plano, nacionalistas y cosmopolitas en otro, protagonizaron una confrontación en la que cada grupo trataba de fijar un pasado fundacional de la nación y una médula cultural de la identidad. Fue una lucha desigual porque el Estado se apropió una de las posiciones en pugna y le brindó todo su respaldo. Nacionalismo e indigenismo defendían una visión de la historia que partía de la grandiosidad de un pasado prehispánico idílico roto por la conquista; seguía luego la imposición de un orden colonial como mecanismo de injusticia y opresión que la independencia no había logrado abolir del todo. Al enarbolar un discurso a favor de los grupos oprimidos (campesinos, trabajadores e indígenas) y de una justicia social que las revoluciones del siglo anterior no habían alcanzado, y al defender un arte y una literatura que dieran cuenta de las luchas del pueblo mexicano, nacionalismo e indigenismo integraron un imaginario histórico y cultural que respondía plenamente a los requerimientos de legitimidad del Estado mexicano, que se autodefinía como nacionalista revolucionario.

Un grupo de intelectuales mexicanos, conscientes de la misión histórica que les asignaba la Revolución (aunque no hubieran participado en ella) encaminaron sus mejores esfuerzos a la construcción de instituciones económicas, educativas o culturales que contribuyeron a la construcción del México posrevolucionario.⁵ La mayoría se había formado en los cauces de una educación positivista de la que fueron críticos y, siguiendo una tradición que venía de finales de la colonia y se fortaleció durante el siglo XIX, fueron receptores de la cultura francesa (la literatura y el arte, pero también la filosofía y otras expresiones del pensamiento).⁶ Por distintas vías, sobre todo con la llegada de los transterrados españoles y la difusión de publicaciones como la *Revista de Occidente*, dirigida por José Ortega y Gasset, algunos miembros de la intelectualidad mexicana entraron en contacto con la filosofía alemana.

A finales de los años cuarenta, el nacionalismo cultural que había extendido su hegemonía a la literatura, la música, la artes plásticas y la danza, mostraba signos de agotamiento.⁷ Nuevas generaciones de artistas y escritores buscaron, como antes lo habían hecho los miembros del grupo Contemporáneos, nuevos cauces para la expresión en las artes y la literatura. Un ejemplo fue Hiperión, un grupo de jóvenes intelectuales que proyectaron hacer de la realidad mexicana y del ser del mexicano objeto de la reflexión filosófica. Entusiastas estudiosos del existencialismo, el historicismo y la fenomenología, trataron de seguir las orientaciones de Martin Heidegger, Jean-Paul Sartre y José Ortega y Gasset.

En ese horizonte, justo a la mitad del siglo XX, la prestigiada revista *Cuadernos Americanos* publicó *El laberinto de la soledad* de Octavio Paz, quien había enviado el manuscrito desde París, aunque sin grandes expectativas para su publicación. Al paso del tiempo, sobre todo tras la segunda edición por el Fondo de Cultura Económica en 1959, el libro ha tenido una vida editorial intensa, manteniendo una presencia constante en comunidades de lectores de varias partes del mundo.⁸ Por su carácter polémico y polifacético, lo mismo que por la agudeza de las reflexiones que ahí se exponen, es un libro que marca un hito en la historia intelectual de México y de América Latina.

En ocasiones – desafortunadamente – se ha hecho una lectura del *El laberinto de la soledad* como un ensayo sobre de la identidad del mexicano. En el texto que publicó a manera de complemento veinte años después, Paz aludió a esa interpretación: “Tal vez valga la pena aclarar (una vez más) que *El laberinto de la soledad* fue un ejercicio de la imaginación crítica: una visión y, simultáneamente, una revisión. Algo muy distinto a un ensayo sobre filosofía de lo mexicano o a una búsqueda de nuestro pretendido ser. El mexicano no es una esencia sino una historia.”⁹ Es cierto que el carácter del mexicano es objeto de los cuatro primeros capítulos, pero más que a la descripción de un ente inmutable, el estudio se orienta a la interrelación entre la historia y la forma de ser, no sólo en la dimensión de un individuo, sino también en la de una nación. Desde esta perspectiva, se puede distinguir en la construcción de *El laberinto...* dos planos claramente visibles y otro que se localiza en la estructura profunda del texto, en el cual se aprecian los trazos de una estética de la historia.

La forma de ser

Para la indagación de la forma del ser del mexicano Paz tomó como punto de partida la analogía entre México y el mexicano y el adolescente, figuras en las que advierte un estado de interrogación, de búsqueda de sí mismo. Luego se propuso descubrir los rasgos del carácter mediante las actitudes vitales del mexicano que expresan su relación con el mundo, con el trasmundo, con el otro, y consigo mismo (que equivale a la relación con su origen). En esa analogía supone que tanto un individuo como un pueblo contienen una estructura que se despliega en tres niveles: mítico, psíquico e histórico, lo cual explica la convergencia en su estudio de la antropología, el psicoanálisis y la historia.

Para dilucidar la relación con el mundo, eligió el examen de una forma extrema a la que puede llegar el mexicano: la del pachuco (personaje arquetípico de los migrantes mexicanos en Estados Unidos a mediados del siglo XX). Alejado de su herencia cultural (lengua, religión, costumbres), al pachuco “Sólo le queda un cuerpo y un alma a la intemperie, inerme ante todas las miradas. Su disfraz lo protege y, al mismo tiempo, lo destaca y lo aísla.”¹⁰ Se trata de un momento de ocultamiento de su ser. Y cuando trata de salir de sí mismo y lanzarse al exterior, no pretende integrarse a la sociedad estadounidense, la desafía, y tras el desafío viene la persecución que lo convierte en víctima, condición con la que cura su orfandad. La oscilación entre ocultamiento y revelación pone al descubierto su sentimiento de soledad.

Al explorar la relación del mexicano con el otro, Paz pondrá en juego la dialéctica de lo abierto y lo cerrado (que es también uno de los ejes de su interpretación de la historia). Advierte entonces una recurrencia a mecanismos de defensa, máscaras hechas de palabras, silencios y actitudes, que expresan una preferencia por lo cerrado. Es un catálogo que incluye la impasibilidad, la desconfianza, la ironía o el recelo, pero también el hermetismo, el machismo y la predilección por las formas (en lo jurídico, lo social, la religión y el arte) y los formulismos (sociales, morales, burocráticos) y por último, la mentira, la simulación y el disimulo. Si el mexicano se niega a la apertura de su ser –señala– es porque abrirse significa un acto de entrega, de abdicación ante el otro.

Pero no siempre mexicano se mantiene cerrado al exterior; vive momentos de apertura, de renuncia al ocultamiento y a la soledad, una “... ocasión de rebelarse y dialogar con la patria, los amigos, los parientes. Durante esos días el silencioso mexicano silba, grita, canta, arroja petardos, descarga su pistola al aire. Descarga su alma.”¹¹ Son los momentos de la fiesta, civil o religiosa: una interrupción de la marcha del tiempo, que equivale a la fusión de pasado y futuro en el presente. Para el mexicano las fiestas son ante todo un momento de apertura, de salida de sí, de comunión y terapéutica: “Ellas nos liberan, así sea momentáneamente, de todos esos impulsos sin salida y de todas esas materias inflamables ...”¹² Como en las revueltas sociales, la fiesta es ruptura violenta con el mundo establecido, pero más que apertura que lleva al diálogo con el otro, es desgarramiento que se expresa en delirio, canción, aullido o monólogo. La fiesta mexicana es una explosión, violenta, pero efímera: “Ella nos lanza al vacío, embriaguez que se quema a sí misma, disparo en el aire, fuego de artificio.”¹³ Al extinguirse, el mexicano retorna al ensimismamiento, a la soledad, al ocultamiento, al centro de su laberinto.

Para indagar la relación del mexicano con su origen, Paz siguió un procedimiento inusual a partir del análisis semántico de la palabra maldita: *La Chingada*. Tras revisar varios de sus significados, señala que si como entidad espacial *la Chingada* es un lugar vago e indeterminado, en su forma subjetivada tiene un referente preciso: es “... la Madre abierta, violada o burlada por la fuerza”,¹⁴ lo que no depende estrictamente de la violencia, pues se considera que la mujer queda desgarrada o *chingada por el hombre*, aun si su entrega es voluntaria. La representación del conflicto oculto en el origen del mexicano se expresará en una fórmula trinitaria.

El primer elemento de la triada es la figura de Dios Padre, el cual representa la creación, el origen de todas las cosas y la figura patriarcal, pero también la ira, el castigo y el poder arbitrario, atributos que coinciden con la representación mexicana del poder viril encarnado en el macho o *chingón*. De ahí su semejanza a con la figura del conquistador español y el modelo mítico con que los mexicanos representan a los poderosos (caciques, señores feudales, hacendados, políticos, generales y capitanes de industria).

El segundo es el hijo. Frente a la representación de Dios Padre – una figura más bien borrosa –, el mexicano muestra una predilección por la veneración de Dios Hijo, en tanto que víctima redentora e imagen transfigurada de su propio destino. Si la encarnación de los atributos del macho se asocia a la figura de Hernán Cortés, la imagen

de Cristo, “sangrante y humillado, golpeado por los soldados, condenado por los jueces”¹⁵, lleva al mexicano a reconocerse en la imagen de Cuauhtémoc, “...el joven emperador azteca destronado, torturado y asesinado por Cortés...”, en el cual el pueblo de México identifica su propio origen.

La figura de la madre también tiene una representación doble: la imagen protectora de la Virgen de Guadalupe, cuyo culto refleja una situación histórica concreta, material y espiritual; su contraparte es la madre violada, cuya figura se asocia a la Conquista, pues – afirma Paz – ésta “...fue también una violación, no solamente en el sentido histórico, sino en la carne misma de las indias.”¹⁶ Así, el símbolo de la madre violada es la Malinche. Madre (doña Marina) e hijo (Cuauhtémoc) terminan siendo dos símbolos antagónicos y complementarios. En esta triada originaria Cortés y la Malinche, más que figuras históricas, son el símbolo de un conflicto aún no resuelto por los mexicanos. El cuarto capítulo en torno al carácter del mexicano devela la relación consigo mismo y con su origen como ruptura y negación.

La primera parte cierra así con tres proposiciones: el sentimiento de orfandad como fondo constante de las tentativas políticas y los conflictos personales, la dinámica de lo abierto y lo cerrado en la relación con el otro y con el trasmundo, y la definición del mexicano y de la mexicanidad como ruptura y como negación. Descubierta el conflicto que se encuentra en el origen, resulta imprescindible acudir a la historia para ver “...cómo se realizó la ruptura y cuáles han sido nuestras tentativas para trascender la soledad.”¹⁷

La historia

Aunque la referencia a las circunstancias históricas no está ausente en la primera parte del ensayo, en los capítulos quinto a octavo se despliega plenamente una interpretación de la historia de México. En ella, las actitudes vitales que Paz reconoció en el mexicano corresponderán ahora a las oscilaciones de una nación en búsqueda de su filiación. Ubica el origen de esa historia en el periodo de sucesivas etapas de creación, desgaste, recreación y combinación cultural que va de la singularidad de las culturas madres al encuentro con los grupos nómadas de Aridoamérica. Hacia el final, la dominación y la síntesis religiosa y cultural emprendida por los aztecas, configuran los antecedentes sin los cuales la Conquista de México resulta inexplicable. La caída del imperio azteca sólo se comprende al reconocer que éste experimentó “...un desfallecimiento, una duda íntima, que lo hizo vacilar y ceder.”¹⁸ Ese desfallecimiento, al que suceden los estados de abandono y de desamparo, cobra sentido en el marco de una concepción cíclica del tiempo:

“...el tiempo no era una medida abstracta, sino algo concreto, una fuerza, substancia o fluido que se gasta y consume. De ahí la necesidad de los ritos y sacrificios destinados a revigorizar el año o el siglo. Pero el tiempo – o más exactamente: los tiempos– además de constituir algo nuevo que nace, crece, decae, renace, era una sucesión que regresa. Un tiempo se acaba; otro vuelve. La llegada de los españoles fue interpretada por Moctezuma –al menos al principio–

no tanto como un peligro “exterior” sino como el acabamiento interno de una era cósmica y el principio de otra. Los dioses se van porque su tiempo se ha acabado; pero regresa otro tiempo y con él otros dioses, otra era.”¹⁹

El abandono resulta más dramático en tanto que los dioses aztecas no eran sólo representaciones de la naturaleza, sino también encarnación de los deseos y de la voluntad de la sociedad. Al final de su historia, los aztecas experimentan el escalofrío de la muerte en plena juventud. De la relación de estas ideas con las del primer plano, Paz infiere que el desamparo y la orfandad configuran uno de los vértices de los que se desprenden la historia de México y el carácter dramático que la preside.

A la conquista siguió la edificación de un orden colonial con la impronta de la nación conquistadora. España – advierte – fue medieval al erigirse en defensora de la fe y al hacer de sus soldados los guerreros de Cristo; lo fue en varias de las instituciones que creó en la Colonia y en virtud de muchos de los hombres que las establecieron. Pero, al mismo tiempo, el espíritu que anima los descubrimientos y aun la conquista misma era tan renacentista como los gustos literarios de los conquistadores. A fin de cuentas, la Nueva España se erigirá como un sólido edificio social a imagen y semejanza de la metrópoli y fundado en la coherencia de los principios jurídicos, económicos y religiosos que articula una relación viva y armoniosa de las partes con el todo. De ese orden resultó *un mundo suficiente*, cerrado al exterior pero abierto a lo ultraterreno, cualidad que lo distingue de otras experiencias de dominación en las que la imposición de un nuevo orden cerró toda forma de participación a los dominados (como sucedió en Norteamérica). Al paso del tiempo la Colonia, y España misma, perderían su impulso creador para convertirse en un cuerpo deshabitado.

Al pasar al siguiente periodo histórico, Paz señala que independencia inauguró un nuevo tiempo, pero la novedad es aparente porque la adopción de una legislación constitucional, más o menos liberal y democrática, se convirtió en manifestación de una inautenticidad histórica. Mientras que en Estados Unidos y en Europa la legislación corresponde a una realidad histórica (el ascenso de la burguesía, consecuente con la Revolución Industrial y con la destrucción del viejo orden), en Hispanoamérica fue una máscara de modernidad que ocultó las supervivencias del orden colonial.

Sólo la Reforma consumará la ruptura con el orden colonial por la vía de una triple negación: de la herencia española, del pasado indígena y del catolicismo colonial. En esta interpretación histórica del siglo XIX mexicano, Paz extiende el procedimiento que ya había puesto en juego en el capítulo anterior. Destaca, sobre todo, el recurso a la analogía, la paradoja y la comparación. Por otra parte, ha introducido algunos elementos básicos que modelan su visión de la historia: la relación de correspondencia o no correspondencia entre las ideas y la realidad, la referencia a la lógica de la historia y la doble significación de los hechos históricos.

Si la Conquista significó una ruptura profunda con el mundo histórico mesoamericano, también representa el origen de México en tanto que acto fundacional de un orden y una tradición. En la historia subsecuente Paz descubre una sucesión de tentativas de ruptura que casi siempre terminan en la continuidad del orden colonial y en

la adopción de sustituciones y superposiciones históricas que tienden a ocultar o negar la realidad mexicana. Al llegar al momento previo a la Revolución Mexicana, se advierte de nuevo el procedimiento analógico con relación al primer plano: la situación que expresan las relaciones del mexicano con el otro, con el mundo y el trasmundo y consigo mismo, así como algunas de sus actitudes (la mentira, la simulación y la negación de sí mismo), es también la situación y los rasgos de ese otro sujeto histórico que es México:

“Vivíamos una vida envenenada por la mentira y la esterilidad. Cortados los lazos con el pasado, imposible el diálogo con los Estados Unidos - que sólo hablaban con nosotros el lenguaje de la fuerza o el de los negocios -, inútil la relación con los pueblos de lengua española, encerrados en formas muertas, estábamos reducidos a una imitación unilateral de Francia, que siempre nos ignoró. ¿Qué nos quedaba? Asfixia y soledad.”²⁰

Desde esta perspectiva, la Revolución Mexicana constituye, un momento álgido en la dialéctica de lo abierto y lo cerrado: voluntad de regreso a la madre, búsqueda lenta y pródiga en confusiones, súbita inmersión de México en su propio ser, fiesta, negación del formulismo y de las formas, del disimulo y de la mentira. La Revolución devela la otra cara de México, aquella que fuera ignorada por la Reforma y humillada por la dictadura de Díaz. La Revolución Mexicana fue revuelta y comunión.

La estética de la historia

El modelo antropológico

El mexicano, el personaje que transita por *El laberinto de la soledad*, es al mismo tiempo todos los hombres: posee una estructura compleja e irreductible. Puede oscilar entre la soledad y la comunión porque es un ser social; su forma de ser se configura por medio de su relación con el mundo y con el trasmundo, con lo sagrado y consigo mismo. Por tanto, su condición vital e histórica resulta inseparable de los sistemas simbólicos que expresan esos vínculos. Posee una estructura psíquica en la que destaca “...la existencia de un psiquismo inconsciente - tan inconsciente como fundamental - en el cual permanecen ‘enterradas’, pero no por completo destruidas, las distintas edades psíquicas, sobre todo las más arcaicas.”²¹ Paz ve en él un trasfondo mítico del que destacan, básicamente, los mitos de la unidad original y del ser caído que los románticos alemanes pensaron en términos del hombre en general y que el autor de *El laberinto...* singulariza en la experiencia histórica del mexicano que parece ir en busca de su origen: “Va detrás de su catástrofe: quiere volver a ser sol, volver al centro de la vida de donde un día - ¿en la Conquista o en la Independencia? - fue desprendido. Nuestra soledad tiene las mismas raíces que el sentimiento religioso. Es una orfandad, una oscura conciencia de que hemos sido arrancados del Todo y una ardiente búsqueda...”²²

Este modelo antropológico se completa con la dimensión histórica. Pero es una historicidad radical, porque hombre e historia no son dos realidades distintas; como si una de ellas produjera unilateralmente a la otra: “El hombre no sólo es fruto de la

historia y de las fuerzas que la mueven, como se pretende ahora; tampoco la historia es resultado de la sola voluntad humana - pretensión en que se funda, implícitamente, el sistema de vida norteamericano. El hombre, me parece, no está en la historia: es historia.”²³ La historia no es aquí un continuo temporal que antecede siempre al presente del hombre; no es el pasado la fuerza o el ímpetu y el presente el movimiento resultante. Historia es pasado, presente y futuro encarnados, por así decirlo, en el ser humano. Si no posee una naturaleza inmutable, porque el cambio y la indeterminación son la única constante de sus actitudes vitales, entonces el ser humano se define como posibilidad.

El sustrato historiográfico

En la visión de Paz, los hechos son históricos por ser hechos humanos: problemáticos, singulares y de interacción recíproca. En el capítulo tercero, al preguntarse por la razón del carácter de los mexicanos, sugiere que podría responderse que aquél es resultado de las circunstancias históricas. Pero - objeto él mismo - se trata de una explicación cuyo defecto es la simplicidad, pues “Nuestra actitud ante la vida no está condicionada por los hechos históricos, al menos de la manera rigurosa con que en el mundo de la mecánica la velocidad o la trayectoria de un proyectil se encuentra determinada por el conjunto de factores conocidos.”²⁴ En este aspecto, sustituye la relación causa - efecto por una relación de acción recíproca, al subrayar que “Las circunstancias históricas explican nuestro carácter en la medida que nuestro carácter también las explica a ellas. Ambas son lo mismo.”²⁵ También introduce el tema - que desafortunadamente sólo enuncia - del conflicto entre libertad y fatalidad: “...los hechos históricos no son nada más hechos, sino que están teñidos de humanidad, esto es, de problematicidad. Tampoco son el resultado de otros hechos, que los causan, sino de una voluntad singular capaz de regir dentro de ciertos límites su fatalidad.”²⁶

El laberinto de la soledad devela otra característica de los hechos históricos: su doble significación. Un mismo hecho muestra a la vez dos facetas o aspectos, en ocasiones opuestos: el mundo mesoamericano es diverso y homogéneo; la Conquista, ruptura y fundación; la Colonia, orden cerrado y abierto; la Independencia, disgregación del imperio español y surgimiento de una pluralidad de Estados; la Reforma liberal, negación del pasado y afirmación del futuro; el porfiriato, modernidad y feudalismo, la Revolución, revuelta y comunión, desesperación y redención.

Además de la sucesión lineal de acontecimientos o periodos, Paz sugiere un fenómeno de superposición de épocas, tiempos o niveles históricos, que puede percibirse - señala - tanto en una sola alma como en el plano de la nación, de una región o una ciudad. Su percepción parece una resonancia de las imágenes que otro poeta describiera en 1921: “Hijos pródigos de una Patria que ni siquiera sabemos definir, empezamos a observarla. Castellana y morisca, rayada de azteca, una vez que raspamos de su cuerpo la pintura de olla de silicato, ofrece -digámoslo con una de esas locuciones pícaras de la vida airada- el café con leche de su piel.”²⁷ Pero en Paz se trata más bien de una especie de extensión del tiempo histórico que emerge por medio de la expresión, de manera que en ocasiones “...como las pirámides precortesianas que

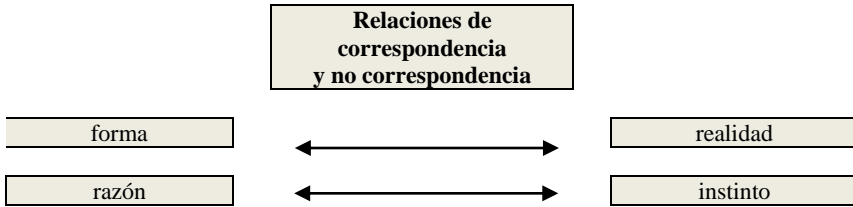
ocultan casi siempre otras, en una sola ciudad o en una sola alma se mezclan y superponen nociones y sensibilidades enemigas o distantes.”²⁸

Los opuestos y el ritmo histórico

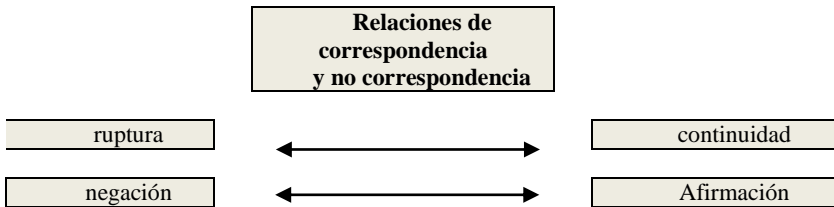
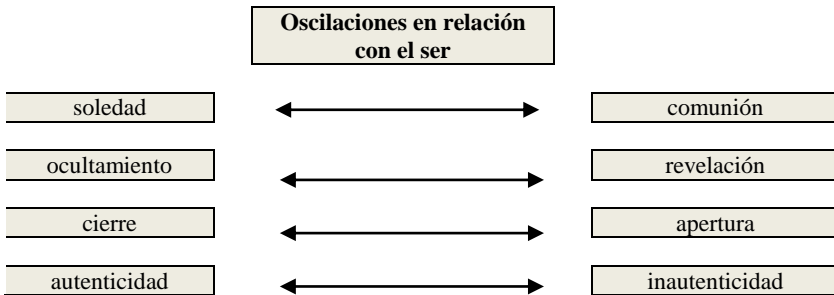
En tanto que la historia de México es análoga al devenir del mexicano, un aspecto central de los conflictos de aquella radica en los vínculos entre la realidad y las formas, uno de los planos en que se manifiesta la lucha entre la razón y el instinto: “En cierto sentido la historia de México, como la de todo mexicano, consiste en una lucha entre las formas y las fórmulas en que se pretende encerrar a nuestro ser y las explosiones con las que nuestra espontaneidad se venga.”²⁹ A su vez, esa falta de correspondencia, se relaciona con la “imitación extralógica” y la inautenticidad histórica: “Entre el sistema y el que lo adopta se abre así un abismo, muy sutil si se quiere, pero que hace imposible toda relación auténtica con las ideas, que se convierten a veces en máscaras.”³⁰ La inautenticidad, en este sentido, se traduce no sólo en el ocultamiento, negación o mutilación del ser propio, sino también en una pérdida de la filiación histórica. En varias ocasiones Paz alude a las *formas* como esquemas de la razón a los que se ha querido someter la realidad: “A veces las formas nos ahogan. Durante el siglo pasado los liberales vanamente intentaron someter la realidad del país a la camisa de fuerza de la Constitución de 1857. Los resultados fueron la Dictadura de Díaz y la Revolución de 1910.”³¹ La estética de las correspondencias del romanticismo se convierte aquí en una especie de lógica de las correspondencias entre una realidad histórica y los esquemas de la razón.

Continuidad y ruptura, forma y realidad, razón e instinto son modalidades históricas que se proyectan sobre el fondo de la dialéctica de lo abierto y lo cerrado: “Nuestro grito es una expresión de la voluntad mexicana de vivir cerrados al exterior, sí, pero sobre todo, cerrados frente al pasado.”³² En varios los pasajes de *El laberinto...* el ritmo de la historia es una oscilación entre lo abierto y lo cerrado, como en la descripción del orden colonial: abierto a la participación, será también un mundo “implacablemente cerrado a toda expresión personal. Mundo cerrado al futuro.”³³ La Reforma, a su vez, será un nuevo intento por insertar a México en un orden abierto y universal, sólo que la inautenticidad de sus ideas conducirá a la dictadura, primero, y a la Revolución después. El México contemporáneo se encuentra, a los ojos de Paz, ante el reto de insertarse auténticamente en la universalidad, lo cual equivale a abandonar el estado de soledad para acceder a la comunión.

La imagen de ritmo histórico se conforma en *El laberinto...* a partir del juego a que da lugar una abundante construcción de analogías, comparaciones y paradojas. De ellas resulta –como pretendían los románticos alemanes– una estética de las correspondencias. Hay así dos estructuras binarias cuya oposición se resuelve históricamente como correspondencia o no correspondencia:



Pero estas dos oposiciones -aun siendo primordiales- no son las únicas. A lo largo del ensayo aparecen otros elementos binarios que ya no se resuelven sólo en términos de correspondencia, sino que marcan los extremos de una oscilación en dos niveles distintos: el del ser y el de la relación presente-pasado.



Con este segundo nivel de oposiciones se completa la imagen del ritmo histórico como un movimiento oscilatorio, que no equivale al eterno retorno, pues el regreso a un estado de soledad, de negación o de cierre no implica la repetición de la historia, sino una nueva circunstancia, una nueva posibilidad de trascendencia (hacia la comunión con el otro, la afirmación y la apertura del ser). Esta visión de la historia es teleológica: el sentido del movimiento oscilatorio es la aspiración a la síntesis de los contrarios, la restauración de la unidad perdida y, por tanto, la comunión. Ese *telos* - que equivale a la salida del laberinto luego de haber encontrado el centro - constituye una de las aspiraciones de la poética de los románticos alemanes que se expresa en el marco de la tradición simbólica:

“La aspiración a la síntesis de los contrarios permanece con todo llena de agitación y sufrimiento, en tanto no se resuelve de modo sobrenatural. Por eso el paso de la tesis a la ambivalencia es doloroso, y el de la ambivalencia al éxtasis, difícil de alcanzar. El símbolo del ‘centro’, de la rosa azul, la flor de oro, la salida del laberinto, pueden aludir a ese encuentro de la conjunción de conciencia e inconsciente, como de amado y amada.”³⁴

La soledad tiene en el ensayo la connotación de diferencia, de desamparo y de orfandad. No se refiere a una situación física de aislamiento, sino a una condición de la conciencia o del alma. Así, el *laberinto de la soledad* es una metáfora que designa la situación del mexicano en el mundo y la forma del devenir. La historia se desenvuelve a través de un movimiento particular, no estrictamente lineal, sino laberíntico. Un movimiento, como se ha visto, que oscila entre momentos de cierre y apertura, de negación y afirmación, de continuidad y ruptura, de ocultamiento y revelación; cada uno de los polos opuestos va configurando lo intrincado, lo propiamente laberíntico, del devenir. El sentido de ese movimiento, su *telos*, es la llegada al centro del laberinto (conocimiento de sí mismo) y la posterior salida (trascendencia de la soledad) hacia la comunión.

El laberinto... es producto de un reencuentro de la historia con la poesía y, en este sentido, la interpretación histórica de Paz equivale a una estética del devenir: una manera de mirar, captar y pensar la tensión que marca el pulso del estar siendo. Y es que la constante que se aprecia en esa interpretación es el estrecho vínculo que establece entre historia, creación y expresión. Más que a través de la sucesión lineal de acontecimientos - o en forma paralela a ella -, la historia se realiza como un proceso creativo de formas. Formas de hacer y producir, de organización social y política; de relacionarse con el mundo, con el otro, con el trasmundo y consigo mismo; en síntesis, con todo cuanto abarca el concepto de cultura. La historia que fluye por *El laberinto de la soledad* es un relato que se configura mediante el despliegue de la capacidad creativa de una sociedad para producir formas; de ahí que guarda elementos interpretativos que la acercan a la visión de la historia de Vico, Hegel, Marx, Toynbee y Cassirer. La creación de formas que expresan al ser (o a la realidad) se convierte así en el núcleo del dinamismo de la historia; si bien aquello que genera el movimiento es también su contenido: por eso el hombre no tiene historia, es historia; por eso el carácter explica la historia, sólo en la medida que la historia explica al carácter.

En la estética del devenir que se advierte en *El laberinto de la soledad* la correspondencia entre historia, creación y formas de expresión del ser es un ideal, pues no siempre las formas corresponden al ser o a su realidad (en algunas ocasiones lo ocultan y en otras lo niegan); y la creatividad, por su parte, no describe un continuo inalterable (hay momentos de desgaste, de imitación, de pérdida de libertades o del ímpetu para crear). Por eso el fluir de los hechos constituye un proceso que implica despliegue y repliegue, soledad y comunión, continuidad y ruptura, cierre y apertura; linealidad y oscilación.

La indagación acerca de la poética de la historia en *El laberinto de la soledad* me ha conducido, al final, a identificar en ese ensayo una estética del devenir que recoge la aspiración de Friedrich von Schlegel de enlazar el mundo fenoménico con el mundo nouménico, la poesía con la prosa, el conocimiento por vía racional con el que entrega la intuición poética. Aspiración que encaja bastante bien con la forma en que Paz concibe a la historia (historiografía): arte y ciencia a la vez. En su ensayo de interpretación histórica se integran, sin contradicción aparente y con una carga de significación semejante, lo mismo el modelo para el estudio de las sociedades humanas de Toynbee que las imágenes poéticas de Ramón López Velarde. Es esa tendencia a la unidad la que permite conjugar los trazos de una historia que aborda lo social y lo político con los estados del alma: en la medida que los hechos históricos están teñidos de humanidad, desfallecimiento, soledad, desamparo, orfandad y desnudez son imágenes que transitan de la poesía a la historia para formar parte de una peculiar representación del devenir histórico.

Notas e referências

- ¹ *Metahistoria. La imaginación histórica en la Europa del siglo XIX*, trad. de Stella Mastrangelo, México, FCE, 1992.
- ² La decisión recayó en el general Manuel Ávila Camacho, haciendo a un lado a Francisco J. Múgica, más ligado a la izquierda y quien, se pensaba, daría continuidad al proyecto cardenista, pero cuyo radicalismo habría ahondado la confrontación política.
- ³ R. HANSEN, *La política del desarrollo mexicano*, trad. de Clementina Zamora, México, Siglo XXI Editores, 1971. En su estudio, ya clásico, Hansen puso énfasis en que la política económica tuvo éxito en cuanto a los mecanismos de crecimiento, el cual contrastó con los mecanismos de distribución de la riqueza (aumentaron los ingresos de las clases más altas y los de la más bajas disminuyeron).
- ⁴ *México en 1932: La polémica nacionalista*, México, FCE, 1999.
- ⁵ Alfonso Reyes, José Vasconcelos, Daniel Cosío Villegas, Jesús Silva Herzog, Manuel Gómez Morín, entre otros, tuvieron una participación decisiva en la creación instituciones como la Secretaría de Educación Pública, el Fondo de Cultura Económica, El Banco de México y El Colegio de México.
- ⁶ La lengua extranjera predominante fue durante mucho tiempo el francés; a partir de la posguerra su predominio fue sustituido por el inglés.
- ⁷ En realidad no desapareció, pero se mantuvo como elemento central del discurso cultural oficial.
- ⁸ Hasta el año 2000, cuando tuve oportunidad de consultar el archivo histórico del Fondo de Cultura Económica, una aproximación a partir de los tirajes de las distintas ediciones hacía suponer la circulación de un millón de ejemplares.
- ⁹ *Posdata*, México, Siglo XXI Editores, 1979, p. 10.
- ¹⁰ *El laberinto de la soledad*, p. 17. En todos los casos, en este artículo se cita la edición que forma parte del volumen 8 de las *Obras completas de Octavio Paz*, 2ª edición, México, FCE/Círculo de Lectores, 1994.
- ¹¹ *Ibid.*, p. 74. Estas consideraciones exigirían una precisión, pues Paz deja de lado que la fiesta, civil o religiosa, implica también cumplir con una serie de formulismos.
- ¹² *Ibid.*, p. 77.
- ¹³ *Ibid.*, p. 78.
- ¹⁴ *Ibid.*, p. 97.
- ¹⁵ *Ibid.*, p. 100.
- ¹⁶ *Ibid.*, p. 101.
- ¹⁷ *Ibid.*, p. 103.
- ¹⁸ *Ibid.*, p. 107.

-
- ¹⁹ Ibid. La cita, además de mostrar el grado de comprensión con el que Paz se acerca al México prehispánico, indica el que será un tema recurrente tanto de su obra poética como de las obras de interpretación histórica: el tiempo y lo sagrado. Entrecorillado del autor.
- ²⁰ Ibid., p. 135.
- ²¹ Juliana GONZÁLEZ, “Una lectura filosófica de El laberinto de la soledad”, *Memoria del coloquio internacional “Por El laberinto de la soledad, a 50 años de su publicación”*, México, Fundación Octavio Paz, 20001, p. 59. Entrecorillado de la autora.
- ²² Ibid., *El laberinto de la soledad*, p. 55.
- ²³ Ibid., p. 58.
- ²⁴ Ibid., p. 91.
- ²⁵ Ibid., p. 92.
- ²⁶ Ibid., p. 91.
- ²⁷ Ramón López VELARDE, “Novedad de la patria”, *Obras*, comp. de José Luis Martínez, México, FCE, 1990, p. 283.
- ²⁸ Juliana GONZÁLEZ, *El laberinto de la soledad*, cit., pp. 48–49.
- ²⁹ Ibid., p. 63.
- ³⁰ Ibid., p. 134.
- ³¹ Ibid., p. 63.
- ³² Ibid., p. 102.
- ³³ Ibid., p. 123.
- ³⁴ J. E. CIRLOT, *Diccionario de los símbolos*, Madrid, Ediciones Siruela, 19997, p. 110.

O intelectual Paulo Freire e a alfabetização dos anos de 1960

Nathalia Rodrigues Faria*

Introdução

Assim como fora dito por Fávero a década de 1960 foi um período da história extremamente *crítico e criativo*¹, marcado por agitações políticas, conflitos nacionais e internacionais. A *retórica apocalíptica*² da Guerra Fria, a Revolução Cubana – e a sua consequente definição de um sistema socialista de governo – a Guerra do Vietnã, a Revolta Argelina, são apenas alguns exemplos das incertezas que permeavam o pensamento mundial. No Brasil, os acontecimentos do começo da década³ já apontavam para a especificidade daquele momento na história política do nosso país, além disso, novas possibilidades, como as reformas de base⁴, suscitavam discussões, reflexões e conflitos.

No que diz respeito à educação, o panorama sociopolítico do Brasil, em 1961, era alarmante: dos 70.779.352 de habitantes, 39,5% eram analfabetos, “distribuídos nas faixas de 15 a 69 anos. Da população estudantil, 5.775.246 de alunos estavam matriculados na rede do ensino primário, 868.178 no ensino médio, 93.202 no ensino superior e 2.489 nos cursos de pós-graduação.”⁵ Os dados apontados demonstram que o Brasil era um país com um enorme contingente de analfabetos, e que aqueles que eram alfabetizados passavam por um afunilamento no processo educacional, “menos de 15% da população estudantil do ensino primário passava para o ensino médio”⁶. Se considerarmos, o fato de que a Constituição em vigor (1946) tinha como condição primária para a participação nas eleições, ser alfabetizado, veremos que, quase 40% da população do Brasil – o equivalente a 16 milhões de pessoas – estava excluída da eleição de seus representantes.

Envoltos por esse clima de incertezas e possibilidades, “crítico e criativo”, algumas pessoas e movimentos despertaram para um debate denso acerca da

* Mestre em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ.

realidade brasileira, seus limites e desafios, em especial para a problematização da cultura (popular) e da educação(popular), como o professor Paulo Freire.

Cultura e Educação Popular

Inúmeras reflexões já foram feitas a respeito da conceitualização de cultura. A rigor, são relacionadas à distinção entre algo que não é exclusivamente da natureza. De forma geral, as principais definições consideram: o *aspecto subjetivo*, exprimindo a cultura como “processo de desenvolvimento do sujeito que edifica o mundo cultural” e o *aspecto objetivo*, que exprime a cultura “como processo de desenvolvimento do mundo a ser transformado pelo homem: são as obras culturais.”⁷ O que para Osmar Favero⁸ poderia ser resumido na seguinte afirmação:

“... a cultura é o processo histórico (e portanto de natureza dialética) pelo qual o homem, em relação ativa (conhecimento e ação) com o mundo e com os outros homens, transforma a natureza e se transforma a si mesmo, construindo um mundo qualitativamente novo de significações, valores e obras humanas e realizando-se como homem neste mundo humano”

Sendo assim, àquele momento, questionava-se o que seria cultura popular, se toda cultura era eminentemente popular, se existiria alguma cultura que não fosse popular. Questionamentos esses que não iniciaram nos anos de 1960, tampouco se originaram no Brasil, mas que refletiam um debate feito em vários países da Europa e nos países socialistas da época, como a China, onde “discutia-se a elitização da cultura e o acesso do povo aos bens culturais”⁹.

Para Carlos Estevam, “a cultura popular, essencialmente, diz respeito a uma forma particularíssima de consciência: a consciência política, a consciência que imediatamente deságua na ação política. Ainda assim, não na ação política em geral, mas a ação política do povo”.¹⁰ Para esse autor, a cultura popular poderia estabelecer-se de varias maneiras, entretanto, todas serviriam ao mesmo propósito, “que é a educação revolucionária das massas”.¹¹

Sendo assim, percebemos a relação necessária entre cultura popular e educação popular. Para Favero, a educação popular, estaria subordinada a cultura popular, e assim como ela seria uma das formas de luta popular que surgiram no Brasil nos anos de 1960, onde “tudo se refez e tudo se imaginou criar ou recriar, a partir da conscientização e da politização – ou seja, da organização das classes populares”,¹² tendo como instrumentos os núcleos populares, o teatro, as praças de cultura, a alfabetização, entre outros.¹³

A alfabetização de jovens e adultos e o método anterior a Freire

Uma das principais características remanescentes da formação – desigual e elitista – do nosso país é o analfabetismo. As classes populares foram, ao longo

dos anos, excluídas da participação e das benesses proporcionadas pelas esferas políticas, sociais e econômicas.

Analfabetismo na faixa da população de 15 anos ou mais				
Ano	Total*	Analfabeta*	Taxa de analfabetismo	Taxa de Queda do Analfabetismo
1900	9,728	6,348	65,3	-
1920	17,564	11,409	65,0	0,3
1940	23,648	13,269	56,1	8,9
1950	30,188	15,272	50,6	5,5
1960	40,233	15,964	39,7	10,9
1970	53,633	18,100	33,7	6,0
1980	74,600	19,356	25,9	7,8
1991	94,891	18,682	19,7	6,2
2000	119,533	16,295	13,6	6,1

*Em milhares
Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Nos anos anteriores a 1950, os analfabetos eram mais da metade da população; é somente a partir desse período que podemos observar um maior número de alfabetizados em nosso país, e em especial, é a partir dos anos de 1960 que observamos haver uma redução ainda mais significativa nesse número: mais de 10%.

Entre 1947 e final dos anos de 1950, o governo federal investiu em campanhas de alfabetização de jovens e adultos para responder a esse déficit educacional do país, visando, em especial, a população mais pobre que não havia tido acesso aos bancos escolares em *idade apropriada*. Foram elas: *Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos* (CEAA), *Campanha Nacional de Educação Rural* (CNER), *Mobilização Nacional de Erradicação do Analfabetismo* (MNEA). Simultaneamente a essa última, foi organizado também o *Sistema Rádio Educativo Nacional* (SIRENA). Interessa-nos aqui, a orientação metodológica que seguiam: o *Método Laubach*.

A primeira grande campanha nacional, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) foi lançada em 1947, no governo Dutra, como consequência do Decreto nº 19.513 de 25 de agosto de 1945, instituído no governo Vargas, que dispunha a respeito da concessão de auxílios ao Fundo Nacional do Ensino Primário. Iniciou-se sob a coordenação do Professor Lourenço Filho, nos anos de 1947-1950, período onde residem os principais avanços do projeto. Com autorização do Ministério da Educação e Saúde foi instalado a entidade responsável pela orientação e coordenação da Campanha: o

Serviço de Educação de Adultos (SEA). O SEA trabalhou na preparação de planos anuais para o ensino supletivo, mobilização junto a opinião pública em favor da educação de adultos e ainda em 1947, o setor pedagógico do SEA concluiu a elaboração de cartilhas e textos que serviriam na alfabetização dos jovens e adultos, e investia na sua distribuição para as unidades de ensino instaladas.¹⁴

As cartilhas do SEA tinham como base o *Método Laubach*. O missionário, norte-americano, Frank Charles Laubach (1884-1970) criou um método de alfabetização de adultos inicialmente para ser empregado nas Filipinas, em 1915, sendo posteriormente estendido para vários países da América, inclusive o Brasil, onde esteve em meados dos anos de 1940, desenvolvendo palestras em Recife e divulgando seu método.

A proposta do *Método Laubach* era baseada essencialmente, na divisão silábica, na oralidade e nas imagens correspondentes. A partir da imagem de uma determinada figurava, demonstrava-se a divisão de suas sílabas, reforçando em cada uma delas o seu *som*, para a formação de novas palavras e pequenas frases.

O ensino, teoricamente, neutro, não se apropriava da realidade do educando, não se relacionava ao contexto familiar, social, econômico e/ou político de cada um, seu objetivo era estritamente, inculcar habilidades de leitura e escrita. Assim deu-se o *Primeiro Guia de Leitura – LER*, distribuído amplamente pelo Ministério da Educação, em todo o país. Ainda em consonância com as orientações de Laubach, foi também produzido pelo SEA um *Segundo livro de leitura – Saber*, com a finalidade de avançar nos estudos iniciados com o Primeiro livro. Com lições simples, seu objetivo era desenvolver a leitura aliada a noções básicas nos campos da saúde, da higiene, da alimentação, das técnicas de trabalho cooperativo e da educação moral e cívica. Além dos dois livros iniciais, foram distribuídos o *Caderno de Aritmética* e o *Alfabeto de Saúde*, assim como os livros de orientação para professores: *Guia de Leitura*, *Guia de Linguagem*, *Guia de Matemática* e *Guia de Alimentação*. Houve ainda outras publicações sobre temas diversos, como: *Malária*, *Tuberculose*, *Maria Pernilonga*, *Tirar leite com ciência*, *Uma das melhores frutas do mundo*, *Lindaura vai fazer manteiga*, *O grão de ouro*, *Guerra à saúde*, *Terra cansada*, etc.¹⁵

Dentre as características do *método Laubach*, destacamos¹⁶:

“1-Ensina o estudante a pronunciar as sílabas e as letras de maneira rápida, fácil, e tão agradável quanto seja possível, após o que ele poderá pronunciar todas as palavras do seu próprio idioma.

2-Como auxiliar para a memória se empregam três ou quatro palavras-chaves, as quais contem as consoantes empregadas na linguagem, seguidas por uma vogal. Cada sílaba aparece cinco vezes em palavras ou frases curtas, de maneira que possa ser reconhecida cada vez que apareça.

3-Depois que os alunos tiverem aprendido os primeiros diagramas, introduz-se uma canção bem conhecida. [...]

11- Gravam-se discos com canções, contos populares etc. Isto ajuda o alfabetizado a apreciar sua própria literatura.”

A partir de final dos anos de 1950, outro método de alfabetização passou a ganhar destaque e importância se contrapondo ao método e as cartilhas anteriores.

Paulo Freire e o método de alfabetização

A elaboração de um novo método de educação que propiciasse a alfabetização de jovens e adultos trabalhadores de forma rápida e consciente se contrapunha aos métodos empregados anteriormente porque considerava as experiências dos educandos, e não impunha conceitos, ou metodologias prontas, alheias a eles, que eram empregadas na alfabetização de crianças.

O Método Paulo Freire, como ficou conhecido, fora formulado a partir das experiências do educador pernambucano Paulo Reglus Neves Freire (1921-1992). Freire se destacou, inicialmente, por seus projetos na educação. Foi relator da Comissão Regional de Pernambuco e autor do relatório *A educação de Adultos e as Populações Marginais: O Problema dos Mocambos*, no II Congresso Nacional de Educação de Adultos (1958), onde propunha fundamentar a educação na consciência e na realidade dos alfabetizandos. Colaborou para a fundação do *Movimento de Cultura Popular* (MCP) e influenciou a *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler*. Em um de seus trabalhos mais conhecidos, na cidade de Angicos, Rio Grande do Norte, foram alfabetizados, com o seu método de alfabetização, 300 trabalhadores em 45 dias¹⁷.

Quanto às fases do Método, iniciar-se-ia com um “levantamento do universo vocabular dos grupos”¹⁸ com o qual seriam alfabetizados, feito de forma informal com os moradores da área. A partir desse levantamento, seriam escolhidas as palavras geradoras¹⁹ utilizadas com cada grupo específico. Em um terceiro momento, seriam criadas situações típicas da realidade daqueles educandos, que proporcionariam o debate, “levando aos grupos a se conscientizarem para que concomitantemente se alfabetizem”²⁰. Posteriormente, seriam elaboradas fichas-roteiro, fichas de cultura, para auxiliar os coordenadores no debate. Por fim, a preparação de fichas com a decomposição das famílias fonêmicas.

O Método Paulo Freire deveria ser “ativo, dialógico, crítico e criticizador”²¹. Palavras como: casa, pobreza e trabalho possuiriam mais significância na vida daqueles alunos-trabalhadores do que “Eva viu a uva”²² das cartilhas empregadas anteriormente. O objetivo era ressignificar a alfabetização de jovens e adultos, respeitando a sua cultura e história, trazendo para os *Círculos de Cultura*²³ todo o

universo social de *leitura de mundo* desses educandos. Um método de alfabetização sem leituras *infantilizadas* e/ou alienadas, mas construído por experiências vividas.

As fichas de cultura suscitariam o debate e evidenciariam as palavras geradoras, iniciando o processo educacional. É importante destacar que para Freire a alfabetização não precederia a tomada de consciência crítica da realidade, ou vice-versa, ambas deveriam caminhar juntas no processo educacional, por isso as palavras geradoras não deveriam ser descontextualizadas da realidade de cada educando.

Mais que aprender a ler as palavras, o método levaria a “ler o mundo e o seu contexto”²⁴, por isso a importância das imagens passadas em *slides* (os *filminhos* como eram chamados pelos educandos), que demonstrassem a realidade, que possibilitassem *enxergar o mundo*. É importante destacar essa perspectiva identificada entre as expressões utilizadas por educandos e educadores de: “Ver o mundo, Ler o mundo” relacionando-os a conscientização, pois cremos que o diferencial desse método residia justamente nos seus objetivos (não só de alfabetização, como também de conscientização) decorrente do pensamento do seu principal idealizador: o intelectual Paulo Freire.

Um “perturbador do *status quo*”, é assim que deve se comportar o intelectual para Edward Said. A principal questão para Said, é que o intelectual não deve estar a favor do governo ou de uma corporação, mas sim das pessoas e problemas esquecidos por eles.²⁵ Pessoas esquecidas como eram os trabalhadores rurais do sertão do Rio Grande do Norte. Problema esquecido – e de difícil resolução – como o analfabetismo. Um intelectual questionador, como Paulo Freire, que nos anos de 1960, trouxe a tona problemas e pessoas negligenciadas e uma solução revolucionária.

Em 1960, 75% da população com mais de quatorze anos era analfabeta ou semianalfabeta em Angicos, município localizado na zona do sertão norte-riograndense. No mesmo período, das mil crianças que nasciam, apenas quatrocentas sobreviviam. A cidade com 1551 pessoas possuía trezentas ligações elétricas e nenhum abastecimento de água. Apenas um médico, um farmacêutico, uma escola pública e quatro particulares atendiam a todo o município de 9542 habitantes. Dessa forma, para Antonio Terra, “Angicos adequava-se às exigências necessárias para ser uma região disparadora do processo de sistematização da pedagogia de alfabetização de adultos em 40 horas, pois apresentava as piores condições possíveis.”²⁶

Antonio Gramsci, ao afirmar que “todos os homens são intelectuais” nos leva a perceber que todos possuem uma *concepção de mundo*, contribuindo, assim, para manter ou modificar a concepção da realidade em que vivem²⁷. Sendo assim, somos levados a crer que o povo (mesmo, ou talvez justamente, os mais humildes) possuía a percepção da conjuntura social que vivia, precisando apenas, de algo, ou alguém, que o despertasse para reivindicação de sua transformação.

Em consonância com Gramsci, entretanto, ressaltamos que, embora todos sejam intelectuais, nem todos desempenham essa função. Nos escritos de Freire, podemos perceber que cabia a ele a função social de intelectual referida por Gramsci, agindo na incitação de seus educandos a participarem ativamente, como *sujeitos da história*²⁸, nessa busca por mudanças. Compreendemos ainda, a ação de Freire em seu método de alfabetização crítica e consciente, como uma das tarefas colocadas para o intelectual de Said, em um “esforço em derrubar os estereótipos e as categorias redutoras que tanto limitam o pensamento humano e a comunicação”²⁹.

Considerações finais

A partir da segunda metade do século XX, Paulo Freire passou a ser reconhecido como o principal idealizador do Método de Alfabetização que levava o seu nome. Sua percepção da alfabetização como um instrumento de luta popular, no viés da educação popular, fez com que o Método se diferenciasse dos métodos empregados anteriormente.

Não desconsideramos a importância do Método Laubach naquele momento histórico, entretanto, sua metodologia educacional era descontextualizada, não considerando a realidade de cada turma, tampouco do próprio país. Seu objetivo final era a alfabetização. Para Freire a alfabetização não era um fim, e sim, um meio, ainda que fundamental, para a transformação da sociedade.

Ao considerarmos Paulo Freire um intelectual, podemos analisar com maior precisão suas ações desenvolvidas na década de 1960. Seu método de alfabetização oferecia subsídios para sua grande preocupação e inquietação: a emancipação política e social dos educandos; em consonância ao exposto por Said, de que “o objetivo da atividade intelectual é promover a liberdade humana e o conhecimento”³⁰.

Creemos que as reflexões e atos de Freire inseriam-se no contexto das ponderações acerca da cultura popular e educação popular e que a alfabetização no viés freiriano pode ser observada como um instrumento de luta popular em decorrência do idealizador do método, que representava “aos fracos e aos que não [tinham] representação”³¹, o intelectual Paulo Freire.

Notas e referências

¹ Osmar FAVERO (org), *Cultura Popular e Educação Popular: memória dos anos 60*, Rio de Janeiro, Edições Gerais, 1983, p. 8

² Eric HOBBSBAWN, *Era dos Extremos: Breve Século XX, 1914-1991*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p.224

³ Somente no ano de 1961, o Brasil foi estremecido com a vacância presidencial decorrente da renúncia do presidente Jânio Quadros, o impedimento na posse do vice-presidente João Goulart, uma Campanha da Legalidade para que se cumprisse a Constituição e João Goulart pudesse assumir e a instalação de um sistema parlamentarista de governo limitando os poderes do novo presidente.

-
- ⁴ As reformas de base eram: eleitoral, administrativa, tributária, agrária, urbana, bancária, cambial e educacional.
- ⁵ Helena BOMENY. *O sentido político da educação de Jango*. Disponível em: www.institutojoagoulart.org.br
- ⁶ Ibid.
- ⁷ AP/Cultura Popular In Osmar FAVERO, cit., p.16.
- ⁸ Ibid., p. 6.
- ⁹ Ibid., p. 7.
- ¹⁰ Carlos Estevam MARTINS. “A questão da Cultura Popular”, Osmar FAVERO, cit., p. 39.
- ¹¹ Ibid., p. 40.
- ¹² Osmar FAVERO, cit., p. 9.
- ¹³ Foram listados pela AP os principais instrumentos: alfabetização, núcleos populares, teatro, praças de cultura, arte, publicações, festas populares e festivais de cultura popular. (AP/Cultura Popular. In Osmar FAVERO, cit., pp. 25-28.
- ¹⁴ Celso Rui BEISIEGEL, *Estado e Educação Popular: Um estudo sobre a educação de adultos*. São Paulo, Pioneira, 1974, p.90.
- ¹⁵ Ibid., pp.94-96
- ¹⁶ Ibid., p.95
- ¹⁷ Paulo, FREIRE, *Educação como Prática da Liberdade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005, p.19.
- ¹⁸ Id., *Educação e Atualidade Brasileira*, São Paulo, Cortez/ Instituto Paulo Freire, 2003, p.120.
- ¹⁹ Palavras geradoras são palavras-chaves que, decompostas silabicamente, propiciam o surgimento de novas palavras pela combinação daquelas. Assim, por exemplo, a palavra FAVELA poderia gerar: favo, fivela, luva, leva, vovó, fala, lavava, fila, etc
- ²⁰ Paulo FREIRE, *Educação como prática da Liberdade*, cit., p.122
- ²¹ Ibid., p. 115
- ²² Freire questionava como alfabetizar com exemplos como esse, de “Eva viu a uva” a pessoas que muitas vezes não conhecem ‘Evas’, e mais, nunca comeram uvas. ”. Cf. Paulo FREIRE, *Educação como prática da Liberdade*, p.112.
- ²³ Círculos de Cultura substituiria o conceito de “escola”, por parecer ser esse um conceito “demasiado carregado de passividade”. Cf. Paulo FREIRE, *Educação como prática da Liberdade*, p.111.
- ²⁴ Carlos LYRA. *As quarenta horas de Angicos: Uma experiência pioneira de educação*, São Paulo, Cortez, 1996, p.45.
- ²⁵ Edward SAID, *Representações do intelectual: As Conferências de Reith 1993*, São Paulo, Companhia das Letras, 2005, p.10.
- ²⁶ Calazans FERNANDES e Antonia TERRA, *40 horas de esperança. O método Paulo Freire: política e pedagogia na experiência de Angicos*, São Paulo, Ática, 1994, pp.147-148.
- ²⁷ Antonio GRAMSCI, *Os intelectuais e a Organização da Cultura*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982, pp.07-08.
- ²⁸ Paulo FREIRE, *Educação como prática da Liberdade*, p.51.
- ²⁹ Edward SAID, cit., p. 10.
- ³⁰ Ibid., p.31.
- ³¹ Ibid., p.35.

*Uma guardiã da tradição: Geralda Armond e as ações
educativas no Museu Mariano Procópio
(Minas Gerais- Brasil)*

*Carina Martins Costa**

“Venho hoje conversar contigo, minha
criancinha brasileira. Sabes bem, minha
amiguinha, como os grandes se
interessam por ti [...]. Tu és a bonequinha
viva e querida do Brasil [...], a
chavezinha dourada que abre o edifício do
futuro”

Estas palavras foram escritas por Geralda Armond em 1941, em um jornal diário da cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais. O tom cordial evoca representações sobre o que é ser criança e, principalmente, patriota, na metade do século XX no Brasil. A autora indica, em seu diálogo imaginado, os principais conselhos para sua amiguinha: “Seja sempre boazinha, obediente e meiga. Inimiga da raiva e da preguiça, seja estudiosa e lembra-te sempre de Deus, rezando todos os dias. O Brasil espera tudo de ti, criancinha colegial ...”.¹

Em plena vigência do Estado Novo brasileiro, a autora apropria-se do discurso patriótico difundido pelos órgãos educativos e de comunicação da época. A propaganda política varguista enfatizava as dimensões do trabalho, da harmonia e da religiosidade como pontos determinantes para a construção de uma nação de futuro. Assim, a conexão entre política e cultura foi reforçada em inúmeras ações que envolviam desde projetos educativos formais até campanhas de puericultura com a intenção de angariar legitimação do regime em setores amplos da sociedade. Armond retoma, a seu modo, alguns eixos da cultura política do Estado Novo, compreendido como “... o regime que nasceu para a salvação do Brasil”.² Seu texto revela um importante aspecto do

* Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História.

arcabouço político do governo Vargas, comprometido com a formação de uma nova cidadania, disciplinada e nacionalista: as crianças eram uma das chaves para o futuro do país. Ao projetar como principal interlocutora a menina, a *chavezinha dourada*, a autora reforça as qualidades do gênero feminino, que seriam a obediência e meiguice frente aos *grandes*, leia-se, homens e governantes que se interessariam e zelariam por ela. O lugar da menina patriótica era a escola, responsável por salvá-la da raiva e da preguiça e, portanto, dos conflitos sociais e da ausência de trabalho.

Geralda Armond foi uma intelectual que *conversou* com as meninas e os meninos brasileiros por meio de diferentes estratégias. Como cronista, poeta, educadora e, principalmente, diretora do Museu Mariano Procópio, atuou decisivamente na consolidação de valores cívicos e patrióticos. Importa, portanto, analisar a trajetória de uma intelectual relegada ao ostracismo, mas que teve uma atuação relevante em seu tempo.

A guardiã da tradição

A historiografia brasileira tem avançado na pesquisa sobre intelectuais e educação, com a apropriação de conceitos como redes de sociabilidades, trajetórias e projetos. Pensar a história da educação nos museus envolve, ainda, inserir a questão do gênero, tendo em vista que a maior parte das ações foi proposta, dirigida e executada pelas museólogas. conhecidas como *donas*, dentre as quais podemos destacar Heloísa Alberto Torres (diretora do Museu Nacional) e Nair Moraes de Carvalho (coordenadora do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional), ambas atuantes no Rio de Janeiro, então capital federal.

Geralda Armond (1913-1980), ou Dona Geralda, como era conhecida, foi diretora do Museu Mariano Procópio e, por meio de suas ações educativas, mobilizou em sua *práxis* noções de educação, História e cultura. Integrava, portanto, o campo intelectual que projetava o museu como espaço científico e educativo. Foi a primeira diretora após a morte de Alfredo Lage, o fundador do museu, e teve intensa atuação nas redes de sociabilidade que envolveram os intelectuais na busca da consolidação de uma pedagogia da nacionalidade. Sua gestão foi longa, de 1944 a 1980, e perpassou em um importante momento de construção de narrativas sobre o passado nacional, no qual os museus históricos foram palco de iniciativas pedagógicas centradas na comemoração e no culto dos heróis.

De acordo com os estudos de Bastos,³ o ramo brasileiro da família Armond teria vindo da Ilha da Madeira e se instalado em Barbacena no século XVIII. Uma família importante, já que três de seus membros foram agraciados com títulos da nobreza no Império, como o 1º e 2º Barões de Pitangui e o Conde de Prados. Geralda Ferreira Armond Marques foi a décima filha do casal Adalberto Ferreira Armond e Marinha Barbosa Armond. Consta que seu pai estudou no Colégio do Caraça, importante instituição para a formação da elite cultural e política de Minas Gerais, a exemplo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, de quem fora colega. Não há dados sobre sua mãe, mas seu avô foi o 2º Barão de Pitangui, Honório Augusto José Ferreira Armond (1819-

1874), que possuía erudita formação eclesiástica, embora não tenha exercido o sacerdócio.

Geralda Armond é apresentada na obra de seu amigo Wilson Bastos como

“... professora, escritora, poetisa, antiga secretária do Museu Mariano Procópio, a quem coube substituir, por longos anos, o Dr. Alfredo Ferreira Lage, desde o falecimento deste, na direção do Museu. Foi casada com o funcionário do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, e tenor lírico do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, Zacharias Cirilo Marques.”⁴

O resumo, na verdade, pouco esclarece sobre a trajetória de vida da própria Geralda, o que não é raro no caso de mulheres do período, identificadas como filhas de, mulheres de ou mães de, no traçado de uma identidade cujo sentido é apenas relacional. A identificação como secretária é incorreta, pois a nomeação pela Prefeitura se deu para o cargo de bibliotecária do Museu, em 1939, conforme publicado na imprensa.⁵ De certa forma, o texto de Bastos também revela uma concepção sobre o papel da mulher na sociedade, na qual certas posições seriam permitidas e valorizadas, como o magistério e a escrita ficcional, mas outras seriam inadequadas, como o comando de uma instituição. Assim, Geralda seria identificada como uma substituta e antiga secretária do Dr. Alfredo, ou seja, uma continuadora de sua gestão e vontade. O maior destaque é dado ao seu casamento com Zacharias Cirilo Marques, valorizado duplamente como tenor e funcionário público.

Se Bastos não esclarece muito sobre a trajetória biográfica de Geralda Armond, é possível reconstituir, com proveito e cuidado, por meio da imprensa, alguns elementos de sua vida, para além da genealogia. Para tal objetivo, o *Diário Mercantil* é fonte privilegiada de consulta por sua importância e circulação contínua no período em que viveu. Além disso, Armond escrevia para o jornal regularmente, tendo tido duas colunas fixas: *Cartão Postal*, com poesias, crônicas e narrativas históricas e *Museu em Coluna*, com assuntos diversificados sobre o cenário cultural local e nacional.

Em estudo sobre as representações do gênero feminino na imprensa de Juiz de Fora, Rita de Cássia Vianna Rosa⁶ destaca o papel dos jornais na demarcação de espaços para a mulher, em consonância com o que a literatura especializada chama de ideal feminino de *parecer direita*. Remetendo ao famoso dito grego de que não basta uma mulher *ser* direita, mas também é preciso que *pareça* direita, tal ideal remete às possibilidades reconhecidas socialmente, em determinado tempo e lugar, de participação da mulher no espaço público, já que, a ela, em princípio, caberia apenas o espaço privado da casa. Armond, nesse sentido, era considerada uma *mulher direita* com visibilidade pública, pois, como colaboradora de destaque na imprensa, detinha uma posição valorizada e aceita de expressão de virtudes femininas. Pelas notícias do periódico, é possível observar, inclusive, como ela vai ganhando e estendendo esse *lugar*, uma vez que, no início de sua gestão, ocupa apenas um pequeno espaço no jornal, inclusive havendo um período, nos anos 50, em que não se encontrou nenhuma notícia sobre ela ou sobre o MMP. Mas sua presença vai se afirmando e crescendo, e a década de 1960 representa o ápice de sua participação na imprensa e de divulgação das atividades do Museu,

coincidindo com a manutenção de suas colunas. Uma visibilidade que se explica pela posição política de Geralda Armond, uma opositora do governo de João Goulart e aliada dos militares que tomam o poder em 1964. Nesse sentido, é bom lembrar que foi de Juiz de Fora e do Comando da Quarta Região, através da figura do general Mourão Filho, que partiu o movimento que acabou por derrubar Goulart, o que tornou essa cidade um local singular na geografia do poder do pós-64.

Em 1962⁷, ela publicou uma mensagem divulgando o aceite ao convite do Partido Social Democrático (PSD), o maior do sistema partidário de então, para o lançamento de sua candidatura como vereadora do município. O convite demonstra bem seu papel de destaque nas interlocuções políticas e culturais da cidade, bem como as novas possibilidades que se abriam à sua atuação pública, até porque eram muito poucas as mulheres que se lançavam no mundo político-partidário. Na mensagem de aceite, ela propunha à mulher juizforana a formação de um bloco de resistência, assentado na partilha de ideais cristãos, frente às ameaçadoras transformações políticas vivenciadas pelo país. De acordo com Geralda Armond, “meu programa é aquele que sai do coração da Mulher cristã [...]”⁸, ou seja, um programa que apela a ideais religiosos, em especial católicos, e à mobilização política da condição feminina, algo que, como se sabe, só cresceria nos anos vindouros. Apesar da candidatura não ter tido êxito eleitoral, demonstra a posição de liderança assumida por ela no movimento de mulheres em Juiz de Fora, na medida em que fica clara que essa é a interlocução que ela se aplica em estabelecer.

Nesse sentido, o episódio é igualmente revelador da penetração da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), criada no Rio de Janeiro, em Juiz de Fora. Diversas ações foram encetadas pelo grupo de mulheres da cidade, vinculado à CAMDE, entre elas palestras anticomunistas em colégios, publicação de artigos em periódicos, jantares de adesão, abaixo-assinados, indicação de nomes de candidatos às eleições de 1962 e, por fim, grandes comícios. O grupo, embora mantido em anonimato, como precaução frente a uma derrota política, era composto por mulheres de prestígio social, como esposas de militares, prefeitos e empresários.⁹ O envolvimento de Armond com a CAMDE foi profundo e ocorreu por meio da publicação de textos e da realização de palestras, reforçando um ideário místico da mulher como guardiã dos valores da família, célula básica de uma sociedade *sadia*, dentro das tradições brasileiras e, mais ainda, mineiras. Assim, a CAMDE, em Juiz de Fora, reforçava a mística feminina ao associá-la aos símbolos da mineiridade, frutos de um passado de luta pela liberdade, em que as mulheres tiveram destaque. A escrita de Armond ressalta o heroísmo das mulheres e o seu protagonismo na luta contra os *perigos comunistas*, identificados como uma autêntica representação do *mal* contra o qual o *bem* se batia.

Dessa forma, com a instauração do regime civil e militar, Geralda logrou muitas homenagens e uma posição privilegiada de interlocução política na cidade. Não obstante sua projeção pessoal, as ações da CAMDE foram arrefecidas diante da chamada *revolução democrática* e as mulheres do grupo deixaram seu protagonismo para assumir uma posição de bastidores, de apoio e vigilância dos ideais difundidos. Segundo o estudo de Rita Rosa,¹⁰ apesar de a CAMDE perder, paulatinamente, espaço na imprensa,

Geralda Armond continuou em evidência, desempenhando papel de porta-voz do grupo, o que foi reforçado por suas ações de rememoração no Museu. Nesse ponto, especialmente, sua biografia e a história institucional do MMP convergem fortemente, alcançando momento de destaque.

A sua morte, duas décadas depois, foi outro momento importante para se compreender a percepção que setores da sociedade local construíram a seu respeito. Ocorrida em 10 de agosto de 1980, mereceu grande atenção da imprensa, ganhando um necrológico de Almir de Oliveira, reconhecido historiador da cidade. Em seu texto, Almir de Oliveira,¹¹ em tom bastante emocionado, ressaltou a sua longa amizade com Geralda, mas, sobretudo, a relação de amor estabelecida com a instituição, que sofria grande perda. O autor assinalava que “a Geralda Armond dos discursos cívicos, iluminados de sol, vibrantes de entusiasmo, muitas vezes carregados de certa ingenuidade e de pureza, não falará mais”. Em suas palavras, “morreu a grande amorosa da cidade, de sua gente, de suas tradições, de seu relicário – o Museu Mariano Procópio”. Segundo Oliveira, ela havia sido vítima exatamente deste amor ao Museu e de seu incomensurável sacrifício, em um momento no qual suas aspirações de melhorias pareciam se concretizar com a reforma empreendida por Mello Reis. Ressaltava então as dificuldades enfrentadas ao longo de sua gestão, bem como as críticas severas e injustas que vinha recebendo, além da pouca atenção dos prefeitos. De acordo com ele, Armond doou-se integralmente à instituição, valorizando “o mínimo, na esperança de novos mínimos”. Nesse momento tão especial, não é de se estranhar o destaque dado à sua luta pela defesa do Museu, atravessando sucessivas administrações municipais, pouco atentas às demandas orçamentárias de um empreendimento de tamanha envergadura, como era o MMP.

Em um longo período de gestão, com transformações no cenário cultural e político da cidade, do estado e do país, é previsível um deslocamento na construção da figura pública de Geralda Armond pela imprensa. O tom com que é tratada vai se alterando ao longo do tempo: se no início de sua gestão era considerada uma mestra no Museu, empenhada em divulgar seu acervo e história já, ao final, passa a ser apresentada, ainda que subliminarmente, como um empecilho para a instituição, quer pela desorganização e/ou fechamento de parte do acervo, quer pelos assaltos e roubos sofridos por falta de segurança. Frente a esses problemas, sua figura é a de uma mulher frágil, idosa e sem poder para enfrentá-los ou geri-los. Assim, ainda era possível valorizá-la como educadora; papel facilmente atribuído a uma mulher com larga experiência, mas não mais como a gestora eficiente da mais importante instituição cultural da cidade, com potencial de trânsito nacional.

Mas as mudanças no tratamento à diretora podem se dever, também, a um processo de reposicionamento político do jornal, com o início da transição democrática no país. É nesse período, segundo Rosa,¹² que as chamadas *mulheres democratistas* são esquecidas e mesmo silenciadas, sendo que muitas haviam se afastado da arena pública. Além disso, outros sentidos já eram atribuídos aos museus, havendo críticas contundentes a um mero papel de legitimador de elites, ainda mais quando relacionadas ao regime civil e militar,

conforme o ocorrido no caso do Museu Mariano Procópio, sob a gestão de Geralda Armond.

Com sua morte, fica claro que um ciclo se fechava para a instituição, que, mesmo após três décadas, ainda conhece pouco sobre a mais longa administração de sua história. Isso somado ao fato, muito sintomático em termos de construção de memória, de, até hoje, nenhuma homenagem ter sido feita a Armond⁶⁸, nem seus projetos pendentes terem sido retomados ou rediscutidos. Ao contrário, o que se assiste é um silenciamento sobre sua figura, acompanhado de um desmanche gradual da estrutura construída por ela. O Museu Mariano Procópio, em nome da profissionalização de suas atividades e de uma nova fase de sua vida institucional, foi criando, como é fácil perceber, uma barreira de esquecimento em relação à sua principal gestora.

Ações educativas no “ninho das relíquias”

“[O Museu] onde os quadros fremem,
as esculturas [...] palpitam, os livros
falam, as cartas sangram, as armaduras
cantam hinos de glória [...]”.

Geralda ARMOND, 1955

A análise das ativações memoriais engendradas por D. Geralda exige, de saída, compreender as noções de passado e tradição que mobilizava em suas ações educativas, forjadas ao longo de sua trajetória. É interessante, em primeiro lugar, analisar a sua compreensão do uso das fontes nos museus. Elas falam por si e “cantam hinos de glória”. São utilizadas para o resgate do passado, como se essa operação fosse possível. Caberia ao historiador, portanto, apenas escutá-las. Igual concepção ela apresenta sobre o *palacete descorado e triste*, onde “o nosso Brasil de ontem está guardado, inteirinho, nos salões silenciosos do Museu Mariano Procópio”.¹³ O passado inerte é convocado para suas ações pedagógicas como fonte de aprendizado cívico e legitimidade.

A ideia de tradição, fundamental em seu discurso, tinha profundas relações com o pensamento museológico de Gustavo Barroso, fundador do Museu Histórico Nacional, que também advogava em favor do museu como casa de cultura e tradição. Uma indicação de que as relações entre as instituições foram mantidas e aprofundadas durante toda a sua gestão, quer mais institucionalmente, quer na defesa de concepções de história e de museus. De acordo com o depoimento de Nair de Carvalho,¹⁴ ex-coordenadora do Curso de Museus, Gustavo Barroso chegou a pronunciar uma conferência no MMP e, ao menos uma vez, os alunos visitaram a instituição no programa de excursões anuais, conforme relatório de 1944, o que evidencia a formação de uma rede de sociabilidade importante no campo museológico.

A gestão de Geralda Armond aponta ainda para a maior participação do Museu Mariano Procópio no cenário museológico brasileiro. De acordo com Henrique Cruz,¹⁵ ela era membro do primeiro Comitê Nacional do ICOM, formado em 1948 por quinze membros. Destes, treze participantes eram diretores de museus, a maioria do Rio de Janeiro. A presença de Geralda parece ter sido mais simbólica, pois seu nome não

consta nas atas pesquisadas por Cruz. Não obstante, Lygia Martins Costa,¹⁶ museóloga do IPHAN, assinalou em suas memórias que conviveu com a diretora nos “vários congressos nacionais de museus realizados pela organização nacional do ICOM”. De qualquer forma, o fato demonstra a inserção do Museu em um importante projeto para a consolidação da museologia no Brasil.

Outras iniciativas da direção permitem reforçar essa ideia de inserção do MMP e, portanto, de Geralda Armond, no campo intelectual. Em julho de 1973, por exemplo, Armond coordena o *II Encontro de Museus Mineiros*, com o apoio da Universidade Federal de Minas Gerais e do IPHAN. De acordo com o *Diário Mercantil*, os seminários foram dirigidos por assessores do IPHAN, abordando temas comuns aos museus mineiros, com ênfase na relação com a comunidade local e o potencial turístico de cada instituição. Os temas das palestras eram claros e imperativos: “Pôr a casa em ordem para receber o público”, “O que o Museu deve e pode realizar em benefício do público” e “Atividades culturais em benefício do público”. Essa é uma oportunidade rara para se acessar o pensamento de Geralda Armond, que então expõe suas concepções pedagógicas e museológicas, em fala de apresentação, situando também o Museu Mariano Procópio no cenário museológico:

“Os Museus do Brasil contam a História Pátria, na sua linguagem expressiva, vestidos de Tradição e de Beleza coeterna (sic). Os de Minas Gerais, sobretudo, exaltam a nossa Independência, desde os remotos tempos da Inconfidência. [...]” Em Juiz de Fora, se ergue o ‘Mariano Procópio’, sentinela das relíquias históricas do Brasil Colônia, do Brasil Império. Hoje suas portas se abrem num abraço de conagração a todos os seus coirmãos [...]. Os Museus são verdadeiras Escolas de Cultura. Neles, todos os estilos se cruzam. São arautos da Verdade. [...] falam a linguagem do Passado e do Presente, numa dinâmica de História, de Tradição e de Arte.”¹⁷

A citação evidencia como Armond situa o lugar específico dos museus mineiros no cenário nacional, evocando o mito das Minas Gerais como terra da liberdade. A Inconfidência é assim interpretada como a origem do sentido da independência, conseguida, afinal, pela família imperial, o que tornava o MMP exemplar como guardião dessa tradição de liberdade tão cara aos mineiros: o Museu era uma *sentinela* do passado da Colônia e Império.

Vale notar que, mesmo vivendo o período do regime civil e militar, a diretora exclui a República como período a ser destacado como alvo de atenção do Museu, apesar de defender a *revolução democrática* em vários de seus pronunciamentos e escritos, percebida como uma consagração dos ideais de liberdade e independência mineiros. Ou seja, no momento de um encontro de museus a representação do tempo presente no espaço museal era algo ainda muito difícil, sendo mais adequado estabelecer laços com um passado efetivamente distante e, também, conforme a trajetória *original* do Museu e de seu acervo.

Foi, portanto, principalmente a partir do modelo barroseano que Geralda Armond procurou encontrar subsídios para a construção de projeto educativo que dialogasse com

as discussões museológicas mais modernas de seu tempo. Tendo enfrentado, em toda sua gestão, o desafio, anunciado por ela mesma, de conciliar o dinamismo pretendido com o respeito ao *sagrado* desejo do doador, ou, em outros termos, entre ação e reação, ela procurou ressignificar o Museu, realizando escolhas, conseguindo verbas e, certamente, aceitando algumas imposições.

Nesse paradigma, *ver* é um sentido fundamental, o que remete a uma noção de patrimônio substancialista, na qual a essência do objeto está encerrada nele mesmo.¹⁸ Assim, a primazia do estético reforça uma concepção de História como *magistrae vitae*: é preciso visualizar os exemplos do passado nacional para atuar no presente. Os objetos funcionam como comprovações autênticas do discurso museal, precisando, por isso, serem devidamente etiquetados pelos conservadores da memória. O papel dos museus seria, por conseguinte, dinamizar essas lições do passado, o que foi consecutado por meio de diferenciadas estratégias, como a produção de materiais informativos, de visitas guiadas, de exposições e de eventos comemorativos.

Apesar de todas as dificuldades políticas e financeiras, a gestão de Geralda Armond seria marcada por uma intensa atividade cultural e educativa, além de um aumento da visitação ao Museu. É possível que essa maior visibilidade e reconhecimento público possibilitassem também um maior poder de pressão nas negociações políticas por concessões e verbas orçamentárias, embora seja difícil demonstrar uma conexão entre ambas. Ademais, Geralda, atenta aos mecanismos de difusão e legitimação do MMP, ressalta, nesses relatórios, a publicação de seus artigos na imprensa, considerando-os um meio de divulgação institucional importante. Porém, sem dúvida, seria sua aproximação com os ideais da “revolução de 1964” e, mais objetivamente, com o alto-comando da IV Região Militar, que lhe proporcionaria as condições de barganha para um maior fortalecimento da instituição que dirigia, razão pela qual os anos 1970 representam o ápice do prestígio tanto da diretora como do Museu. É neste momento que o projeto comemorativo no Museu ganha visibilidade.

Olhar para o passado, realizando o trabalho de representá-lo por meio de objetos que têm aura, como semióforos que ligam o visível ao invisível, atravessando tempos e despertando emoções, implica igualmente a produção e a escolha de heróis, capazes de encarnar seus valores.¹⁹ Dessa forma, se podem entender as ações que os museus exercem por meio de suas atividades educativas, de suas publicações, de suas exposições temporárias ou das alterações na exposição *principal* que, deste ponto de vista, não é *permanente*, ainda mais quando se consideram as múltiplas apropriações realizadas pelo público visitante e/ou leitor.

Os rituais são práticas culturais cujos sentidos são sempre polissêmicos pelas variadas formas de apropriação que sofrem, embora sejam organizados com determinadas intenções pelos que se encarregam de encená-los. No caso do MMP, os rituais de comemoração da cidade e da pátria foram um dos meios mais utilizados e efetivos para promover a sua inserção no cenário museológico e no circuito político municipal, regional e nacional. Mais do que isso, tais rituais se constituíram em momentos para reforçar o seu projeto pedagógico, calcado em um sentido de história cívico-patriótica e direcionado a um futuro, definido como progresso/desenvolvimento,

bem nos termos de uma história memória da nação, segundo paradigma construído no século XIX.

A celebração de um calendário cívico pelo Museu dialogava, ainda, com as práticas escolares que geravam demandas em relação ao espaço museal. As datas cívicas são e permanecem sendo uma referência importante para a construção e a celebração do passado comum de um *povo*, tendo forte tradição no circuito escolar, onde as crianças, sobretudo nos primeiros anos de vida, devem ser socializadas com a narrativa histórica que fale dos grandes fatos e heróis nacionais. Não por acaso, em alguns momentos, ensinar História foi compreendido justamente como comemorar as suas principais datas cívicas. De qualquer forma, o que se deseja assinalar é a importância de uma demanda social por datas cívicas, capazes de oferecer um sentido para eventos e para o *tempo* da história de país. Um conjunto de eventos e significados que vai sendo selecionado e naturalizado, inclusive e destacadamente, pela repetição ritual. Mais uma vez, importa assinalar que as datas cívicas resultam de um longo trabalho político de seleção, que não sendo arbitrário nem tendo sentido instrumental, envolve lembrança e esquecimento.

Ao estabelecer um verdadeiro culto à memória do colecionador e fundador Alfredo Ferreira Lage, a diretora criava uma diretriz para a política de crescimento do acervo e de fortalecimento da visibilidade do Museu, que deveria se reconhecer e ser reconhecido como a *casa da família Lage*. Nessa chave, que combinava, sem estabelecer fronteiras, o privado e o público, ela explorava quer os desdobramentos simbólicos que tal identidade guardava com um passado ligado à nobreza brasileira do século XIX, quer com um *empresariado* modernizador, amalgamando representações bem conforme à construção identitária da própria cidade de Juiz de Fora.

O MMP ampliou, ainda, suas negociações memoriais para angariar recursos e prestígio, o que culminou na adoção de uma estratégia de multiplicação de projetos – museu da cidade, museu de ciências, além de histórico e artístico. O Museu foi transformado em palco de consagração da história recente, através do uso do passado da Inconfidência e de Tiradentes, que conciliava o discurso dos heróis da liberdade e a imagem de Mourão. Nesse momento, o espaço de consagração da “Revolução” foi garantido por meio da doação e exibição de objetos de um de seus principais líderes. Logo, o MMP atuou como importante memorial da *revolução de 64*, o que lhe garantiu, sem dúvida, ampla divulgação e apoio, mas também gerou uma herança difícil de ser enfrentada após a redemocratização.

Os personagens e as efemérides poderiam sofrer algumas mudanças, conforme a política do presente, porém, como ocorre no caso de memórias nacionais consolidadas, certo repertório de nomes e datas passa a integrar o calendário do MMP por décadas, variando, é bom reforçar, os sentidos que o público lhe pudesse atribuir.

Cinco datas se destacaram no calendário cívico da instituição durante a longa gestão de Armond. A primeira era o dia 10 de janeiro, nascimento de Alfredo, posteriormente transformada em *Dia do Museu Mariano Procópio*. Ela foi comemorada, com poucos intervalos, de 1943 a 1981, segundo um ritual que tinha uma parte fixa, mas podia sofrer acréscimos que lhe aumentassem o valor simbólico da maior data da história da instituição. Assim, anualmente, celebrava-se uma missa e organizava-se a reunião do

Conselho de Amigos, com a apresentação do relatório pela diretora, o que tinha o claro sentido de estabelecer um momento solene, no qual se fazia o diagnóstico e o prognóstico das dificuldades e possibilidades da instituição. A parte móvel do ritual pode ser ilustrada pelo que ocorreu, em 1970, quando a data foi escolhida para a transladação dos restos mortais do casal Frederico e Alice Lage, irmão e cunhada de Alfredo.

Tiradentes, o maior herói cívico do regime republicano e da história das Minas Gerais era reverenciado, também anualmente, em 21 de abril, pelo menos a partir de 1947, já na gestão de Armond. Na ocasião, ocorriam palestras, publicações de diversos textos sobre a comemoração nos jornais, além de se realizarem teatralizações sobre o evento com escolares. Importa ressaltar que comemorar Tiradentes, além de todo o significado que o herói guarda para a História do Brasil e das Minas, no caso do MMP, envolvia consagrar a própria política de aquisição de acervo do Museu e a sua importância no campo museológico²⁰.

Outro marco importante para o Museu era o dia 13 de maio, data da abolição da escravidão no Brasil. Banhada em simbolismo, que ainda uma vez comemora o valor e ideal de liberdade, havia uma missa matinal, conferências e eventos artísticos. Comemorada anualmente, talvez o maior evento, pelo que significou, tenha ocorrido justamente em 1922, quando da abertura do prédio Mariano Procópio ao público. No caso do dia 13 de maio, o Museu procurava dialogar com a memória da abolição dos escravos e da Princesa Isabel, para promover a instituição, cuja história era marcada por laços de amizade com a família Orleans e Bragança, selados por visitas de herdeiros de Isabel e do próprio Conde d'Eu à *Villa*. Além disso, em seu acervo havia peças que remetiam à figura da *princesa redentora* de grande sentido simbólico, como é o caso de uma estatueta de prata, doada pelo Jôquei Clube do Brasil.

No mesmo registro de efemérides, no dia 25 de agosto, o Museu se integrava às festas do Dia do Soldado, celebrado com homenagens ao Duque de Caxias, apresentações de banda militar do Exército, inaugurações de salas com doações provenientes do Exército e discursos patrióticos de Geralda Armond aos estudantes. Por fim, a partir do segundo aniversário da *revolução gloriosa de 1964*, nas palavras de Geralda Armond, o dia 31 de março entrou definitivamente para o calendário comemorativo do Museu Mariano Procópio, tornando-se o local de excelência para a celebração do fato na cidade.

Uma data flutuante era o dia 31 de maio, comemorativo do aniversário de Juiz de Fora. Como é compreensível, a participação do MMP nessa festa torna-se mais marcante na década de 1970, um fato decorrente da maior aproximação da instituição da política local, que se reflete em um melhor diálogo com os prefeitos.

Além dessas datas que integram um calendário cívico fixo, pois festejado anualmente, grande destaque era dado às comemorações de centenários pelo seu significado e pelo óbvio fato de assinalarem momentos raros e altamente propícios ao estabelecimento de laços de continuidade histórica entre passado, presente e futuro.

Lições móveis da História, nas palavras de Fernando Catroga²¹ ou *lições vivas para o presente*, na acepção de Geralda Armond, as comemorações também estabelecem

relações fulcrais com a construção de projetos de ensino de História, sinalizando para o cumprimento de gestuais e narrativas cívicas, que repetidas sistematicamente, embora não com o mesmo conteúdo, são internalizadas e naturalizadas. Por isso, importa refletir sobre as atualizações memoriais presentes nos rituais dos museus, pois permitem vislumbrar as dinâmicas tecidas entre história e memória.

Considerações finais

Muito pouco destaque tem sido dado à Geralda Armond, embora ela tenha desempenhado o papel de memorialista do MMP, além de atuar na imprensa, na organização de movimentos de apoio ao regime civil e militar e na promoção de atividades educativas. A gestão Armond foi marcada pela defesa da continuidade institucional e do enquadramento da memória do fundador e colecionador; pela luta pela sustentação material do Museu, inclusive com uma forte aproximação com o regime civil e militar; e pela busca da profissionalização de quadros e do dinamismo das ações. Assim, a análise das comemorações cívicas, dos guias de divulgação e das exposições permite uma aproximação das ativações memoriais ensejadas por Armond, com atenção para as continuidades, as negociações e as transformações dos projetos, especialmente em sua dimensão pedagógica.

A dinâmica entre lembrar e esquecer envolve a trajetória de Armond. Hoje, mesmo após três décadas de sua morte, ainda se conhece pouco sobre o pensamento e a ação dessa intelectual. O que se assiste é um silenciamento sobre sua figura, acompanhado de um desmanche gradual da estrutura construída por ela no MMP. Figura ligada aos tempos de autoritarismo, centralizadora e, certamente, polêmica, Geralda Armond não se tornaria um bom material para um trabalho de memória que tinha, como seu objeto, glorificar o próprio Museu. Mas quando a memória esquece, cabe aos historiadores lembrar e entender as razões desse esquecimento, até porque como a memória é obra do presente, o passado continua em aberto, podendo ser mobilizado com novos significados.

Notas e referências

- ¹ Geralda ARMOND, “Cartão Postal”, *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 05.03.1941.
- ² ARMOND, Geralda. Cartão Postal. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 10 nov. 1941.
- ³ Wilson de Lima BASTOS, *Mariano Procópio Ferreira Lage: sua vida, sua obra, descendência, genealogia*, Juiz de Fora, Edições Paraibuna, 1961.
- ⁴ *Ibid.*, pp.197-198.
- ⁵ ATOS administrativos, *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 12.01.1940, p. 2.
- ⁶ Rita Vianna ROSA, *As mulheres de “Paraiburgo”*: representações de gênero em jornais de Juiz de Fora/MG (1964-1975), Dissertação (Mestrado em História), Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2009.
- ⁷ Geralda ARMOND. Minha mensagem à mulher de Juiz de Fora no Dia das Mães. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 13/14 mai, 1962. No arquivo histórico do Museu, encontram-se santinhos de sua campanha.
- ⁸ Geralda ARMOND. Minha mensagem à mulher de Juiz de Fora no Dia das Mães. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 13/14 mai, 1962.
- ⁹ Rita Vianna ROSA, cit., p.17.
- ¹⁰ *Ibid.*, p. 36.
- ¹¹ Almir. Geralda Armond OLIVEIRA, *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 15.08.1980.
- ¹² Rito Viana ROSA, cit.

-
- ¹³ O MUSEU e o Parque Mariano Procópio, *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 22.11.1939.
- ¹⁴ Depoimento de Nair de Moraes Carvalho, concedido à pesquisadora no dia 15 de outubro de 2008.
- ¹⁵ Henrique Vasconcelos CRUZ, *Do horizonte do passado ao horizonte do futuro*, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007.
- ¹⁶ Lygia Martins COSTA, *De museologia, arte e patrimônio*, Brasília, IPHAN, 2002, p. 49.
- ¹⁷ Geralda ARMOND, II Encontro Mineiro de Museus. Caderno de Domingo. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 01/02. 07.1973.
- ¹⁸ Ulpiano Bezerra MENESES, Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico, *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v.2, 1994.
- ¹⁹ Krystopher POMIAN, “Coleção”, Ruggiero ROMANO, *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, vol. 1, 1984.
- ²⁰ O Museu Mariano Procópio possui a tela *Tiradentes Supliciado*, de Pedro Américo, um dos principais pintores nacionais do século XIX. A imagem é amplamente difundida em livros didáticos e exposições, inclusive internacionais.
- ²¹ Fernando CATROGA, *Memória, história e historiografia*, Coimbra, Quarteto, 2001.

Venerando da Graça: a sombra de um intelectual à luz do Projeto Cinema Escolar

*Maria Adalgisa Pereira Pinheiro**
*Juçara Luzia Leite***

Introdução

Este trabalho visa analisar o *Projeto Cinema Escolar*, impresso que relatou a experiência produzida e desenvolvida, entre os anos de 1916-1918, por Venerando da Graça, Inspetor Escolar do Distrito Federal (RJ), em diálogo com as representações sobre a experiência que circularam na imprensa local.

O impresso que relata o *Projeto* foi publicado e distribuído em agosto de 1918, conforme algumas notícias divulgadas na imprensa.¹ A distribuição foi realizada pelo próprio autor.

A experiência narrada e a narração sobre a experiência se somam, portanto, neste estudo, cuja questão norteadora nasceu do estranhamento sobre o silenciamento que a história da educação no Brasil produziu sobre Venerando da Graça e sua obra. Consideraremos aqui o autor na acepção do conceito de intelectuais como “criadores e ‘mediadores’ culturais”, apontada por Sirinelli.²

Venerando da Graça foi um intelectual que comungava dos ideais de sua época de construção de uma nação moderna, civilizada e higiênica. Idealizou e produziu o que chamou de “fitas pedagógicas”, cujos fins, segundo o autor, eram: educar, instruir, recrear e proteger a criança.

Este trabalho se inscreve, portanto, no âmbito dos estudos destinados a desfazer o silêncio, historicamente sintomático, que relega ao esquecimento personagens e fatos destoantes de uma pretensa história única tornada hegemônica ao longo de um processo de disputas por representações.

No impresso brochura/folheto *Cinema Escolar* (1918),³ o autor buscou realçar a importância do *Projeto Cinema Escolar*, de sua autoria, realizado no período de 1916-

* Universidade Federal do Espírito Santo/ Programa de Pós-Graduação em Educação/ Linha História, Sociedade e Educação

** Universidade Federal do Espírito Santo/ Brasil, Programa de Pós-Graduação em História e em Educação.

1918 e voltado para a aplicação do cinema no ensino. Na visão do autor, o cinema se configurava como “o melhor auxiliar da educação”, e as “fitas pedagógicas” eram instrumentos que portavam “preciosos ensinamentos de moral e instrução”.

Venerando da Graça destacou também, nessa mesma publicação, as impressões sobre o seu *Projeto* que foram veiculadas nos jornais da época e também opiniões de algumas personalidades, principalmente ligadas à educação, que se manifestaram não só sobre o *Projeto*, mas sobre a importância do uso do cinema como instrumento na educação. Compreendemos que o autor pretendeu, com essa ação, se valer do respaldo das opiniões favoráveis, tanto da imprensa quanto das autoridades ligadas à educação, como estratégia para conseguir o apoio necessário para continuar desenvolvendo o *Projeto*.

Quem foi esse inspetor escolar que ousou, aparentemente sem nenhum incentivo econômico ou de qualquer outra ordem, pública ou privada, produzir um projeto de educação pelo cinema, que, para os moldes da época, poderia ser classificado no mínimo como inovador? Venerando da Graça ainda é um intelectual pouco estudado na história da educação brasileira, e o seu *Projeto Cinema Escolar*, que foi produzido e exibido nas salas de cinema da cidade do Rio de Janeiro entre 1916-1918, vem sendo, de certa forma, negligenciado nas pesquisas sobre a educação do período, mesmo aquelas que se debruçam sobre a relação entre cinema e educação.⁴

Isto é, nos estudos em história da educação sobre o cinema educativo no Brasil, a referência a esse *Projeto* se reduz a apenas uma informação sobre a participação de Venerando da Graça na prática do cinema escolar no período de 1916-1918. Dessa forma, há uma simplificação do *Projeto Cinema Escolar* e uma redução de sua importância. Ao atentarmos para essa lacuna nas pesquisas, nos aproximamos de Aguiar quando observa sobre uma “hierarquia da relevância” nos estudos sobre intelectuais, e partimos do pressuposto de que Venerando da Graça é mais um “rebelde esquecido” nas cenas da história da educação no Brasil das primeiras décadas do século XX.⁵

Cenário

No Rio de Janeiro do início do século XX, intensificava-se o processo de modernização seguindo os reflexos europeus, observado desde a década de 70 do século precedente. Contextualizando a cidade nesse período, verifica-se um centro político de caráter essencialmente administrativo e, portanto, com larga presença do funcionalismo público; uma sede empresarial e financeira de caráter fundamentalmente comercial (além de incipiente atividade industrial); e um polo cultural receptor de influências externas regionais e internacionais e divulgador da interseção dessas influências com a diversidade dinâmica das estruturas internas.

Presenciava-se a mudança das mentalidades nas principais cidades do país: a predominância das relações sociais burguesas poderia ser verificada no importado estilo *Art Nouveau*. A extensão do poder da imprensa assumira proporções decisivas para uma

relativa homogeneização das mentalidades: os novos tempos exigiam novos ritmos e havia rapidez nas transformações operadas no cotidiano urbano, principalmente porque apenas uma pequena parte da população era alfabetizada.

Algumas questões que permeavam a teia desse Brasil de virada de século podem ser percebidas mais facilmente devido aos diversos trabalhos em que já foram contempladas. Assim, os pares dicotômicos escravidão/império e trabalho assalariado/república associam às noções de antigo/novo e tradição/progresso, misturando-se na mentalidade de uma época em que se buscavam estereótipos definidores em modelos externos, em uma tentativa de localizar elementos formadores de uma identidade nacional.

Muito foi pensado e escrito nessa época a respeito das implicações de diversos níveis que trouxe ao país o advento republicano.⁶ As tendências gerais variavam desde um profundo ceticismo em relação ao futuro, até um grande ufanismo. De um modo geral, a intelectualidade brasileira sabia que era preciso mudar. Divergia-se quanto ao “como” e ao “porquê” da mudança, porém sentia-se que aquela República não estava em seus sonhos.

Como alguns intelectuais que viveram naquele início de século XX brasileiro, Manoel Bomfim não aprovava os caminhos da República:

“A República se limitou a fazer a abolição da monarquia, com a federação das antigas províncias, para uma realização de governo em que, finalmente, todas as misérias da vida interna do país se agravaram: substituiu-se um déspota manso, limpo de origem conhecida, por sucessivos e espalhados tiranos, nem sempre mansos, muitas vezes sujos. Aboliu-se a centralização para entregar as províncias à tirania voraz das oligarquias enfeudadas aos interesses dos grandes estados, numa subordinação mais degradante que a malsinada centralização de antanho.”⁷

Essa visão de descrença nas mudanças que advieram com a República foi manifestada por outros autores do período, como, por exemplo, em Machado de Assis (1904), que observou em seu livro *Esau e Jacó* que “nada mudaria, o regime, sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele. No sábado, ou quando muito na segunda-feira, tudo voltaria ao que era na espera, menos a constituição.”⁸

Os intelectuais do período, como Ronald de Carvalho, Pontes de Miranda e Eduardo Prado, - literários ou políticos, republicanos ou monarquistas, céticos ou ufanistas - tentaram analisar a situação com a finalidade de defini-la. Isso se deveu ao fato de pensarem que as preocupações de ordem político-econômica passavam pela urgência de definir o ser brasileiro e os papéis das elites intelectuais, de modo a conscientizá-las de seu papel educacional e paternal. No entanto, alguns desses escritores escreviam para si próprios, pois eram, eles mesmos, a elite intelectual do país; outros (como Machado de Assis e Lima Barreto), ao contrário, por publicar algumas obras em jornais antes de

condensá-las em livros, atingiam um público mais amplo e integravam sua obra no cotidiano da cidade.

Essa mesma cidade do Rio de Janeiro foi palco das mais recentes modernidades tecnológicas como o fonógrafo, o cinematógrafo e o automóvel. Essas três invenções, segundo,⁹ tinham em comum o poder de encurtar distâncias e, com isso, não perder tempo, pois, a pressa, segundo o mesmo autor, seria a marca desse tempo.¹⁰

A modernização da capital federal no governo Pereira Passos (1902-1906) pode ser resumida por suas obras de engenharia, pelo número crescente de automóveis licenciados e pela proliferação de salas de cinema. Mas tudo isso convivía com uma sociedade que contabilizava quase 80% de analfabetos e o mesmo número percentual de excluídos do direito de voto.¹¹ Médicos, engenheiros e educadores tomaram para si, naquele momento de transformação do país em uma nação moderna, a tarefa de civilizar, educar, higienizar e moralizar o país. Foi no desenvolvimento desse cenário, portanto, que o *Projeto Cinema Escolar*, se inseriu.

A experiência narrada

José Venerando da Graça Sobrinho nasceu em 1870, na cidade do Rio de Janeiro. Foi Inspetor Escolar do 13º Distrito dessa mesma cidade, no bairro Riachuelo, subúrbio carioca, local onde também residia. Produziu e dirigiu os quatro filmes que constituíram a primeira e única série das *Fitas Pedagógicas*.

Sobre a história do *Projeto Cinema Escolar*, observamos a publicação do impresso em 1918, escrito pelo autor, relatando o processo de produção, importância, opinião da imprensa e de personalidades da área e os resultados obtidos. Podemos também conhecer um pouco de sua realização a partir de notícias veiculadas nos jornais da época. Sobre as *Fitas Pedagógicas*, propriamente ditas, não há registros sobre o destino delas.

É sabido, porém, que “a comédia *Façanhas de Lulu* foi identificada pelo Censo Cinematográfico Brasileiro empreendido pela cinemateca brasileira”.¹² O filme está assim registrado: “produzido por: Venerando da Graça; categorias: silencioso; filme desaparecido; material original: preto e branco; 16 quadros; produzido em 1916; cidade: Rio de Janeiro (DF); sinopse: filme pedagógico; gênero: didático e com direção de Venerando da Graça”.¹³ Além desse filme, compõem a primeira série os seguintes títulos: *A prefeitura*, *O livro de Carlinhos* (drama em quatro partes) e *Uma lição de história natural no Jardim Zoológico*.

O impresso *Cinema Escolar*, ao que tudo indica, foi uma publicação cuja finalidade foi defender a sua causa, trazendo elementos que se pretendiam irrefutáveis sobre a utilidade do uso do cinema na educação. Logo na página de abertura, o autor reproduz o que seriam agradecimentos de crianças a todos que têm trabalhado em “nossa causa”, ato que se reverteria em benefício de “nossa Sociedade e de nossa Pátria”. Destacam-se, assim, os temas envolvidos nos intensos debates na época, como pátria e civismo.

Uma carta endereçada “ao colega e amigo Venerando da Graça” é a publicação que segue à abertura, assinada por Arthur Magioli, que também era inspetor escolar. Magioli teceu muitos elogios ao *Projeto*, destacando a coragem do colega “para a consecução de uma obra verdadeiramente patriótica e reconhecidamente útil, como a aplicação do cinematógrafo aos processos educativos e instrutivos da infância”.¹⁴ Por fim, encerra sua carta com palavras de incentivo: “E o teu papel no momento atual, prosseguindo desassombadamente no objetivo que tens em vista, é um poderoso elemento de contribuição para esta obra grandiosa de saneamento moral. Não tenhas vacilações e prossegue resolutivo no bom combate, e serás vencedor”.¹⁵ A metáfora da luta refletia bem o momento da Primeira Guerra Mundial.

Em seguida, Venerando da Graça apresenta um artigo de sua autoria que havia sido publicado n’ *A Escola Primária*, revista mensal sob a direção de inspetores escolares do Distrito Federal. O artigo explica os objetivos do *Projeto*, dando ênfase à importância do cinema para obtenção de “rápidos” e “seguros” resultados na educação, destacando o que se pensava serem as duas virtudes principais do uso do cinema: “prende a atenção do aluno e objetiva todo o assunto da lição dada”. Após vincular o papel da Educação Moral ao cinema escolar, o autor conclui seu artigo destacando a influência da nova tecnologia aplicada à educação sobre o processo de aprendizagem, observando que, por afetar diretamente a “objetiva visual”, os “filmes cinematográficos são um poderoso, ou digamos, o melhor auxiliar da educação e do ensino”.

Observamos que esse artigo foi publicado originalmente em fevereiro de 1917, e que, nesse período, já haviam sido realizadas duas exposições das *Fitas Pedagógicas*, a inaugural em dezembro de 1916 e a segunda em janeiro de 1917.

Foi também selecionado para compor a publicação *O Boletim do Comitê Nacional Brasileiro*, apresentado no Congresso Americano da Criança, evento realizado em 6 de julho de 1916, em Buenos Aires. Consideramos essa publicação como de extrema relevância para os objetivos propostos pelo *Cinema Escolar*, uma vez que vários aspectos abordados pelo Comitê estão em sintonia com o pensamento do autor sobre cinema e educação. Assim sendo, constam do *Boletim*: a defesa do cinema como “veículo de bons ensinamentos, rigoroso elemento de reconstrução do caráter dos povos, pela exibição de cenas patrióticas e romances levantados”; e a sugestão de que o Estado permita a entrada de crianças nas salas de cinemas apenas em exposições de programação destinadas a crianças com “teor moralizador”, ou de “fatos patrióticos” - justamente o tipo de filmes produzidos para o *Projeto Cinema Escolar*.

Outro texto que faz parte do *Projeto Cinema Escolar* é o *Metodologia da história na aula primária*, de Jonathas Serrano, então professor da Escola Normal. Compreendemos que selecionar esse texto para compor o conjunto da obra teve uma função estratégica, uma vez que trata de novos métodos de ensino, mais precisamente do cinema. Serrano defendia que pela “cinematografia, as ressurreições históricas são muito menos difíceis. O ideal fôra um curso feito com projeções luminosas, o cinema a serviço da escola”.

Além disso, publicar a opinião de Jonathas Serrano defendendo as mesmas ideias agregava valor ao *Projeto*, legitimando as ações da experiência narrada.

Em seguida, reúnem-se aos demais textos o artigo *A Escola e o Cinema*, da revista francesa *Le volume* (sem indicação de autor ou do tradutor, mas indica que foi publicado durante a gestão de Painlevé como ministro da instrução, o que nos remete a 1916), que desenvolve argumentos que justificam a relação cinema/escola. Pensamos, entretanto, que outros elementos também justificam a presença desse texto no conjunto: o fato de ser uma revista francesa, e de desenvolver o tema da introdução do cinematógrafo no ensino. Um respaldo como esse poderia trazer a legitimidade desejada pelo autor para que seu *Projeto* fosse não só visto como relevante, mas que, em função disso, angariasse o apoio necessário para viabilizá-lo.

Em seguida, Venerando da Graça anexa carta dirigida aos professores municipais, relatando a intenção de constituir o *Cinema Escolar*. O inspetor defende a ideia de produzir outras fitas para, assim, alcançar seu objetivo, que era “a fundação do *Cinema Escolar*, isto é, do ensino por meio do cinematographo”. Esclarece, todavia, que, para concretizar sua intenção, necessitava de recursos financeiros e que, para tanto, planejava custear a segunda série do *Projeto* com os ganhos alcançados com a exibição da primeira. Conclui com um apelo aos professores: “Compreendereis, porém, que esse número de filmes é insuficiente para constituir o *Cinema Escolar*. Precisamos de outros, e o custo de um é excessivo.”¹⁶

A primeira série de filmes pedagógicos contara com a colaboração do também inspetor escolar Dr. Fábio Luz, responsável pela escrita dos roteiros, e de um cinegrafista/operador francês, Sr. Cyprien Segur. Como a produção da primeira série das *Fitas Pedagógicas* foi toda financiada com recursos do próprio Venerando da Graça, era necessário, naquele momento, que se angariassem fundos para a produção de uma segunda série. Dessa forma, observamos como a carta endereçada aos professores cumpria também o objetivo de convocá-los para fazer parte daquele projeto:

“Como, perguntareis vós, podereis prestar esse auxilio? Como? Muito simplesmente. A grande maioria da população infantil e adulta do nosso meio social frequenta o cinematographo. Não custará, portanto, a ela dar preferência ao Cinema em que as Fitas Pedagógicas forem exibidas.”¹⁷

Venerando da Graça, em sua correspondência ao professorado, ainda enfatizava as finalidades das *Fitas Pedagógicas*, que, em sua visão, eram: “educar, instruir, recrear e proteger a criança”. Defendia, portanto, que a função do cinema na educação seria uma forma mais eficiente de prender a atenção dos alunos, já que as imagens “concretas” do objeto estudado proporcionariam um maior entendimento do aluno e maior interesse também. Outro fator levantado pelo autor era que os filmes pedagógicos seriam “de mais rápidos e seguros resultados”, pois “prendem a atenção do aluno e objetiva todo o assunto da lição dada”. Além disso, reforçava que para uma educação moral, nada

melhor que filmes cinematográficos, pois “desenvolvem a sentimentalidade do indivíduo através de emoções transmitidas nas fitas”.

A fascinação e a crença no poder da máquina/tecnologia, causadas naquele momento, ficam nítidas quando o autor insinua que, a partir das escolhas certas, pode-se “estimular e ativar a circulação cerebral, sendo necessário para isso escolher as emoções certas”. A analogia que o autor faz do ser humano com a máquina, que reproduzimos a seguir, ilustra bem a ideia do fascínio provocado pelas novas invenções tecnológicas, especialmente o cinema:

“E como todas as emoções se dirigem e fazem sentir no cérebro, o educador deve ter todo o cuidado em fazer que o cérebro de seus alunos funcione regular e harmonicamente. Podemos considerar o nosso cérebro como uma verdadeira máquina fotográfica, da qual os órgãos dos sentidos são a objetiva; as células cerebrais, as chapas fotográficas a serem impressionadas; e a memória, o grande revelador e fixador por excelência. É ela que se encarrega de revelar o que se contem nas chapas cerebrais – nas células.”¹⁸

Venerando da Graça, como um homem de seu tempo, não poderia escapar das representações que eram veiculadas e que relacionavam escolarização e educação à civilização, moralização, modernidade, progresso e higienização. Por isso, encontramos essa relação em seus textos sobre a importância dos filmes cinematográficos para a educação. Em vários momentos encontramos passagens que ilustram essa visão: “Educar e instruir a criança é tornar a pátria feliz e respeitada”;¹⁹ “Devemos, portanto, cada um de nós, concorrer com a nossa pedrinha para a construção desse belo edifício de felicidade e de progresso de nossa pátria”;²⁰ e “na educação moral, não menos importante é o valor dos filmes. A educação moral mais útil e de resultados mais prontos é aquela que se dirige diretamente à sentimentalidade do indivíduo, educando-a e desenvolvendo-a para o bem”.²¹

Apesar de sua preocupação em narrar as ações de sua experiência, além da importância em se valer de textos de outros autores para legitimar o seu trabalho, Venerando da Graça termina por dedicar o maior número de páginas à opinião da imprensa sobre o *Cinema Escolar* e as *Fitas Pedagógicas*. As “notícias” reproduzidas são distribuídas em ordem cronológica, começando pelos anúncios dos preparativos para a experiência, em outubro e novembro de 1916, seguindo-se das repercussões sobre a primeira apresentação em sessão especial reservada à imprensa e aos convidados, dentre eles o Diretor de Instrução Pública, Dr. Afrânio Peixoto.

As *Fitas Pedagógicas* foram exibidas em diversas salas de cinema, sendo a maioria delas localizada nos subúrbios. A primeira sessão pública foi realizada em dezembro de 1916, sendo seguida por mais 13, distribuídas ao longo do ano de 1917, mais particularmente até novembro. Ao todo, foram selecionadas 29 “notícias” sobre o *Projeto*.

A narração sobre a experiência

As exposições das *Fitas Pedagógicas* foram divulgadas em jornais de circulação na imprensa da época: *A Cidade*, *A Época*, *A Lanterna*, *A Notícia*, *A Noite*, *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *O Imparcial* para citar alguns. A divulgação do projeto, como pudemos perceber, foi feita em jornais de visões e tendências políticas nem sempre alinhadas, tanto conservadoras quanto anarquistas, e em revistas com destinações específicas, como *O Tico-Tico*, dirigida para o público infantil, e *Jornal das Moças*, para o público feminino.

Esse fato talvez seja uma indicação de que a utilização de novos métodos no ensino, com grande destaque para o uso do cinema, de alguma forma, seria de utilidade geral, interessando a grupos que nem sempre compartilhavam da mesma visão de educação. No fundo todos acreditavam no cinema, por sua capacidade de atingir grande número de pessoas e também pela maior facilidade de absorção de ideias, como diz a nota de um jornal da época: “no cinema todos leem, até os analfabetos.”²²

A publicação de 29 notícias veiculadas nos jornais sobre o *Projeto Cinema Escolar*, e que foram publicadas na brochura de mesmo nome, não correspondem ao total de anúncios veiculados sobre o Projeto. Juntando-se a elas, localizamos mais 31 notícias sobre o *Projeto*. Acreditamos que esse número possa ser superior. Podemos inferir com isso que o *Projeto* alcançou uma divulgação maior do que a informada pelo autor.

O que essas informações nos dizem sobre o *Projeto*? À primeira vista, podemos afirmar que era uma iniciativa de grande interesse geral. Qual interesse seria esse? Devemos recordar que estávamos no Brasil dos primeiros anos da República. Alguns temas como civismo, o cultivo de valores morais, o progresso, a pátria e o analfabetismo eram de grande interesse e levantavam intensos debates, representando, portanto, a preocupação da época.

Quais valores vimos divulgados nas páginas do *Cinema Escolar*? Logo na página de agradecimento, o autor destaca que o apoio recebido “se reverterá, diretamente, em benefício de nossa Sociedade e de nossa Pátria”. Ao longo de todo o texto, encontramos passagens que se remeteram às preocupações da época. Qual seria o papel do cinema diante das preocupações daquele período?

O cinema, o educativo ou escolar, seria o veículo de “reconstrução do caráter dos povos, pela exibição de cenas patrióticas” e também “de felicidade e de progresso de nossa pátria”. Suas atribuições abarcariam também a de combater o “mau” cinema, ou seja, o cinema comercial, pois:

“O que nós vemos no cinematographo é o desfilar constante da maldade humana, os assassinatos, adultérios e raptos, traições e roubos, cenas de “cabaret”, o nú na sua expressão antiestética e sensualista, a crapula no seu auge, festins a Ahenobarbo, com mulheres lascivas em posturas provocadoras, homens ébrios, danças equivocadas... A criança vai ao cinematógrafo e vê tudo isso. A princípio

não compreende. Depois, começa a perceber. Afinal, fica senhora dos fatos. Ora, a lei da imitação arrasta o ser humano, com especialidade as crianças, a repetir o que viu e ouviu. Assim sendo, que se há de esperar de uma geração que, ao invés de belos exemplos de moral e de civismo, recebe esses do mal do vício, da corrupção?”²³

O cinematógrafo nesse período se constituía em uma das maiores formas de entretenimento da população. A rapidez com que o cinema foi incorporado ao cotidiano da população fez com que fosse considerado “a única forma de entretenimento da cidade do Rio de Janeiro e demais cidades brasileiras”. Se valendo desse fato, Venerando convocou os professores a apoiarem o *Projeto*. Como as fitas seriam exibidas nos cinemas da cidade, antes das sessões, e como “a grande maioria da população infantil e adulta do nosso meio social frequenta o cinematógrafo”, convocou-os a “dar preferência ao Cinema em que as Fitas Pedagógicas forem exibidas”.²⁴

Quando pensamos nas representações sobre a experiência que circularam na imprensa local sobre o *Projeto Cinema Escolar*, nos remetemos a Chartier quando ele diz que:

“As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à causa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso essa investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação.”²⁵

Nos anúncios publicados na imprensa sobre o *Projeto Cinema Escolar* que analisamos pudemos identificar os seguintes aspectos: alguns eram anúncios curtos e diretos, traziam somente a informação do cinema do dia e da hora das exibições; outros, além dessas informações, emitiam opiniões sobre o *Projeto*. É importante ressaltar que, em todos os anúncios, as opiniões eram favoráveis ao *Projeto*. Os elogios se concentraram na importância desse para as questões importantes da época: progresso, moral, higiene, civilidade. Todo esse apoio, contudo, não foi suficiente para que o *Projeto* conseguisse o apoio almejado, uma vez que a idealizada segunda série das *Fitas Pedagógicas* não foi concretizada.

Considerações finais

O inspetor Venerando da Graça, como sabemos, após a produção da primeira série das *Fitas Pedagógicas* e de suas exibições (quatorze ao todo), não obteve o apoio que pretendia para a produção da série seguinte. Entretanto, segundo informações contidas nos jornais, ele se manteve firme em suas convicções sobre a importância do uso do cinema na educação.

A própria brochura, objeto de nossa análise, foi publicada aproximadamente 10 meses após a última apresentação do *Cinema Escolar*. Constatamos, a partir de alguns anúncios, a sua distribuição para imprensa. Provavelmente esta seria uma forma de não deixar o *Projeto* perecer.

O inspetor escolar, como nos mostra os jornais, ainda manteve a sua “fé” e “esperança” no cinema escolar. Consta nos jornais encontros para tratar sobre o tema com o Diretor de Instrução Pública (Jornal *A Noite*, 26.09.1919) e com o Prefeito do Distrito Federal (Jornal *A Noite*, 17.06.1919); “demonstração prática das vantagens do ensino pelo cinema” na Associação de Imprensa (Jornal *A Noite*, 05.09.1919); criação do *Cinema Escolar* e do *Teatro Infantil*, no 13º Distrito (Jornal *Correio da Manhã* 04.07.1925); e a fundação da *Sociedade dos Amigos da Escola*, da qual era presidente e que pretendia, com o *Cinema Escolar*, arrecadar fundos para os Caixas Escolares (Jornal *Correio da Manhã*, 20.12.1931).

Essas são algumas das evidências de que Venerando da Graça se manteve fiel às suas convicções sobre o *Cinema Escolar*. Outras tantas informações foram veiculadas nos jornais a respeito de Venerando da Graça, que, pelo que parece, teve grande importância na sociedade de sua época, principalmente no que se refere à educação como um todo, não somente à questão do cinema escolar.

Na única pesquisa que encontramos que trata desse intelectual e de seu *Projeto*, há relatos da família dizendo desconhecer o *Projeto Cinema Escolar*, tanto a produção das fitas, quanto a publicação da brochura. Seguindo a lógica de Conde:²⁶

“Em que medida ele mesmo, ao longo da vida, pelas atitudes e posições que assumiu diante dos acontecimentos, ideias e personalidades do seu tempo, não contribuiu, direta ou indiretamente, para que isso acontecesse?”

Ainda não temos essa resposta, mas há muitos indícios a serem investigados.

Notas e referências

¹ Cf. jornal *A Noite*, Rio de Janeiro, 05.08.1918 e *Revista Tico-Tico*, 21.08.1918.

² Jean-François SIRINELLI, “*Os intelectuais*”, René RÉMOND, *Por uma história política*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.

³ Venerando da GRAÇA, *Cinema Escolar. Fins: Educar, Instruir, Recrear e Proteger a Criança*, Rio de Janeiro: Iniciativa do Inspetor Escolar Venerando da Graça, Typ.Baptista de Souza, 1918.

Venerando da Graça: a sombra de um intelectual à luz do Projeto Cinema Escolar
Maria Adalgisa Pereira PINHEIRO/ Juçara Luzia LEITE

- ⁴ João Alves dos REIS, *O livro de imagens luminosas – Jonathas Serrano e a gênese da cinematografia educativa no Brasil [1889-1937]*, Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008; Maria Lúcia MORRONE, *Cinema e educação (1920-1945): a participação da imagem em movimento nas diretrizes da educação nacional e nas práticas pedagógicas escolares*, Dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1997.
- ⁵ Ronaldo Conde AGUIAR, *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*, Rio de Janeiro, Topbooks, 2000.
- ⁶ Nicolau SEVCENKO, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, 2ªed., São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- ⁷ Manoel BOMFIM, *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*, vol.II, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1931.
- ⁸ MACHADO DE ASSIS, *Esau e Jacó*, Rio de Janeiro, Garnier Liv., 2004, p. 202, disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00204600#page/20/mode/1up>.
- ⁹ João do RIO, *Cinematógrafo: crônicas cariocas*, Rio de Janeiro, ABL, 2009, Coleção Afrânio Peixoto.
- ¹⁰ *Ibid.*
- ¹¹ José Murilo de CARVALHO, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- ¹² Amália da M. Mendonça FERREIRA, *O cinema escolar na história da educação brasileira*, A sua ressignificação através da análise do discurso, Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado, 2004, p. 24.
- ¹³ *Ibid.*
- ¹⁴ *Ibid.*, p.5.
- ¹⁵ *Ibid.*, p.8.
- ¹⁶ *Ibid.*, p.34.
- ¹⁷ Venerando da GRAÇA, *Cinema Escolar. Fins: Educar, Instruir, Recrear e Proteger a Criança*, Rio de Janeiro, Iniciativa do Inspetor Escolar Venerando da Graça, Typ.Baptista de Souza, Rua Misericórdia, 51, 1918, p. 35.
- ¹⁸ *Ibid.*, p. 11.
- ¹⁹ *Ibid.*, p.34.
- ²⁰ *Ibid.*
- ²¹ *Ibid.*, p. 10.
- ²² *A Rua*, 11.10.1917.
- ²³ Venerando da GRAÇA, *Cinema ...*, cit., p. 20-21.
- ²⁴ *Ibid.*, p.35.
- ²⁵ Roger CHARTIER, *A história cultural: entre práticas e representações*, Lisboa, Difel, 1988.
- ²⁶ Ronaldo Conde AGUIAR, cit., p.29.

PARTE 2

*História Intelectual e dos Intelectuais na
América Latina: Cenários e Debates*

A racialização da humanidade nos cursos públicos do Museu Nacional, Rio de Janeiro (1875-1885)

*Karoline Carula**

Nas décadas de 1870 e 1880 foram realizados no Museu Nacional cursos públicos que visavam vulgarizar a ciência na sociedade. Neles, os diretores e subdiretores apresentavam a um público leigo os resultados de suas pesquisas desenvolvidas naquela instituição. A racialização da humanidade marcou muitas dessas conferências públicas científicas. Ao refletirem acerca do local social dos habitantes do país, os oradores hierarquizaram a sociedade em termos raciais. A discussão sobre os lugares nos quais os indivíduos deveriam ser inseridos integrava projetos modernizadores da nação, que tencionavam o progresso e a civilização. Em suas falas, por meio de um discurso científico/cientificista, os preletores classificavam o ser humano segundo critérios variados, contudo, sempre colocando o homem branco no topo da hierarquia.

O termo *raça*, muitas vezes apresentado sem uma definição prévia, tinha significados diversos conforme quem expunha a conferência. Vale, entretanto, antes de analisar de que modo as questões referentes à *raça* apareceram nas falas desses sujeitos, realizar uma breve reflexão sobre o tema.

Ao estudar a história do branqueamento, com ênfase no negro, o pesquisador Andreas Hofbauer evidencia a disputa existente entre os intelectuais acerca das mudanças semânticas do vocábulo *raça* ocorridas ao longo dos tempos, afirmando que, em seu surgimento, o termo não esteve relacionado a classificações humanas pautadas em diferenças de cor de pele, ou em outros “critérios fenotípicos”.¹ De acordo com Hofbauer, alguns estudiosos sustentam que o vocábulo *raça* teria origem no termo de ascendência latina *ratio*, cujo significado é “ordem, razão, modo, espécie”. Outros, todavia, asseveram que o mesmo estaria vinculado à palavra árabe *ra's*, cujo significado era “cabeça, chefe do clã” e, além de mostrar a ascendência de um indivíduo, “determinava seus papéis sociais”. Foi na época da Reconquista que o termo passou a ser utilizado na Península Ibérica, inicialmente “nobres portugueses e espanhóis

* Docente da Universidade Salgado de Oliveira e Prof. Substituta na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

recorriam ao termo *raça* (*raza*) para – de forma semelhante ao uso árabe-beduíno – destacar sua origem, sua descendência”.²

Hofbauer assegura que pertencer ou não ao mundo cristão era, no século XVI, o paradigma mais relevante; só posteriormente outros critérios, como a cor, ganharam relevo. Ser branco era, naquele momento, ser cristão, em oposição aos “*pagãos, muçulmanos, judeus*, etc.”.³

Segundo Kabengele Munanga, nos séculos XVI e XVII, as relações entre as classes sociais francesas passaram a sofrer atuação do conceito de *raça*; a nobreza, por se identificar com os francos, considerava-se de *sangue puro*, em contraposição à plebe, identificada com os gauleses.⁴ Christian Delacampagne afirma que na França daquele período a palavra *raça* era empregada em “expressões como: ‘*raça boa*’, ‘*raça má*’, ‘*raça maldita*’, ‘*raça dos reis*’, ‘*nobre raça*’, ‘*raça de David*’”.⁵

Em sua concepção moderna, assevera Léon Poliakov, o termo *raça* data de 1684, quando o médico francês François Bernier (1625-1688), na obra *Nouvelle division de la terre, par les diferentes espèces ou races d’hommes qui l’habitent*, empregou-o para classificar a humanidade em “quatro ou cinco *raças de homens*”, usando critérios como a “*cor da pele e outros traços físicos*” aliados a “*dados geográficos e espaciais*”.⁶

Foi durante o Iluminismo, entretanto, que as análises classificatórias começaram a se desenvolver mais extensamente. O conceito de *raça* nas ciências naturais esteve vinculado à necessidade de classificação das espécies, tanto vegetais quanto animais. Observar o mundo ao redor e separar seus integrantes em grupos com determinadas características comuns era fundamental para a melhor compreensão do todo. Nesta perspectiva, Carl von Linné (1707-1778), conhecido em português como Carlos Lineu, desenvolveu na obra *Systema Naturae* (1735) seu consagrado sistema taxonômico. Neste esquema o naturalista sueco integrou o homem ao reino animal, estabelecendo quatro variedades humanas.⁷

Sobre classificar a humanidade, Munanga destaca: “Os conceitos e as classificações servem de ferramentas para operacionalizar o pensamento. É neste sentido que o conceito de *raça* e a classificação da diversidade humana em *raça* teriam servido. Infelizmente, desembocaram numa operação de hierarquização que pavimentou o caminho do racismo”.⁸

A racialização da humanidade iniciou-se em meados do Setecentos, ganhando extraordinária força no século seguinte. Tzvetan Todorov salienta a diferença entre o racismo e o racialismo, este relacionado às *doutrinas* e o primeiro ao *comportamento*. Na avaliação de Todorov, o “*racismo é um comportamento antigo e de extensão provavelmente universal*; o *racialismo é um movimento de idéias nascido na Europa ocidental*”.⁹ Em sua interpretação, as doutrinas racialistas, para serem caracterizadas desta maneira, devem conter as seguintes proposições: “*existência das raças*”, “*continuidade entre o físico e o moral*”, “*ação do grupo sobre o indivíduo*”, “*hierarquia universal dos valores*” e “*política baseada no saber*”.

Ao analisar as formulações do racialismo, Todorov considera o conde de Buffon (1707-1788), e sua obra *Histoire naturelle, générale et particulière* (1749), como o mais importante expoente dentre os que desenvolveram teorias racialistas no século XVIII,

sobretudo devido à influência de suas ideias nas produções posteriores. Para o naturalista francês, a hierarquia humana fundamentava-se na sociabilidade e na racionalidade, as quais estariam presentes em maior ou em menor quantidade. Desta maneira, os homens poderiam ser classificados de acordo com o seu grau de civilização e polidez, em oposição à barbárie e à selvageria. Buffon estabeleceu também uma relação entre esses parâmetros e a cor da pele; com isso, o físico e o moral estariam vinculados.¹⁰ De acordo com Hofbauer, Buffon utilizou indiscriminadamente, quase como sinônimos, os “conceitos de *espèce*, *race* e *variété*”.¹¹

No século XIX, os discursos racialistas fizeram parte das abordagens de diversos pensadores das ciências naturais e sociais. Fosse pelo viés monogenista ou pelo poligenista,¹² os trabalhos analisavam os meios natural e social, hierarquizavam a humanidade segundo critérios marcados pelo olhar europeu (ou simplesmente ocidental), branco e masculino. A existência de raças superiores e inferiores era comprovada por meio do discurso científico/cientificista, que vinha como portador da verdade incontestável. Todorov sinaliza para a ligação entre o cientificismo e o racialismo: “A doutrina racialista, como se viu, está ligada desde seu início ao estabelecimento das ciências, ou mais exatamente, ao cientificismo, quer dizer, a utilização da ciência para fundar uma ideologia”. Acerca do cientificismo, o autor sustenta que o mesmo estava fundamentado em duas premissas, “o determinismo integral e a submissão da ética à ciência”.¹³

Como já dito, nos cursos públicos do Museu Nacional a racialização da humanidade também esteve presente. Louis Couty (1854-1884), em 1881, ministrou o curso de fisiologia no Museu Nacional, onde atuava como pesquisador. Apesar de não ser diretor e nem subdiretor daquela instituição, suas conferências eram anunciadas pela imprensa como integrantes dos cursos públicos lá desenvolvidos. Em uma de suas preleções, o médico francês tratou do cérebro, suas generalidades fisiológicas e patológicas. Nessa, a raça foi considerada como uma variável significativa para a compreensão das doenças relacionadas com aquele órgão do corpo humano. Comparou o desenvolvimento dessas moléstias no Brasil e na França, a fim de verificar se havia uma determinação climática no desenvolvimento das mesmas. Portanto, apesar de julgar a raça como critério importante e digna de ser estudada com mais afinco, não ignorava a atuação de outros fatores, inclusive os externos:

“No curso proceder-se-á por modo diverso. A princípio se estudarão os fenômenos simples como os movimentos, as paralisias ou sensações a fim de mostrar-se que cada uma pressupõe sinergia funcional de muitos aparelhos nervosos. Firmado este ponto se estudarão as variações de tal funcionalismo sensitivo e motor, devidas à idade, à espécie ou às raças – variações correspondentes com uma energia funcional mais íntima. Preceder-se-á em seguida ao estudo do sono, do coma, do sonambulismo, histeria cerebral, paralisia geral, loucura, e se tornarão palpáveis as relações íntimas de todos esses estudos complexos e o estado normal.”¹⁴

Aqui, espécie e raça foram concebidas como conceitos diferentes, ambas apresentadas como variáveis que poderiam atuar em uma determinada enfermidade. Entretanto, isso não significa que a distinção entre raça e espécie estivesse sempre presente nas argumentações de Couty. O fisiologista francês reportou-se, em outros momentos, à raça com o sentido de espécie.

Couty também empregou o termo raça para se referir à linhagem. A variedade humana era observada não apenas em parâmetros que privilegiavam as características físicas, mas também por meio do agrupamento da humanidade em termos de grupo de ascendência linguística: “E a vulgarização científica, assim compreendida, não dará o resultado de elevar ainda o nível, já tão alto, dos estudos neste país, e tornar mais forte a disciplina intelectual, que ordinariamente falta aos povos da raça latina em consequência da vivacidade de sua inteligência e de sua facilidade de compreensão?”¹⁵

Na interpretação de Couty, faltava aos latinos a *disciplina intelectual*, a qual poderia ser conseguida pelo conhecimento da ciência. Essa indisciplina latina seria consequência de uma suposta facilidade de compreensão que provocaria uma determinada preguiça em manter uma disciplina intelectual. Apesar da ausência de dificuldades de entendimento, a indolência deveria ser superada. Difícil precisar se ele compreendia todos os povos latinos nessa observação. Assim, para o médico francês existiam subdivisões hierárquicas entre os considerados de raça branca. Os povos de língua latina, de certa maneira, foram apresentados como inferiores aos outros de outra origem linguística, pois estariam marcados por esta indisciplina intelectual.¹⁶

Apesar de Couty falar de modo genérico em países latinos, por meio da análise do texto em sua totalidade, é possível garantir que aqui ele fazia menção especificamente ao Brasil. Então, os que deveriam receber o conhecimento científico eram os brancos da sociedade, desconsiderando, assim, o restante dos habitantes (índios, negros e mestiços). Faço tal afirmação porque o excerto acima foi extraído de um artigo publicado na *Revista Brasileira*, que tinha como público alvo a camada letrada da sociedade da Corte. Partindo dessa premissa, a população branca brasileira estaria situada numa posição inferior quando comparada a outros grupos também categorizados como brancos.

A hierarquização entre os considerados de raça branca foi recorrente em muitos trabalhos dos que se dedicaram à questão racial. Independente dos critérios utilizados para demarcá-las, os brancos sempre estavam no cume da hierarquia. Contudo, esse não era um grupo homogêneo, havia os superiores e os inferiores.¹⁷ Representantes e descendentes da Península Ibérica, por exemplo, eram brancos de segunda categoria.

A diversidade racial existente no Brasil e seu potencial enquanto laboratório de estudo antropológico despertou o interesse de Couty:

“Atualmente que homens como Quatrefages, Broca, Bertillon, Martillet, tanto têm concorrido para os grandes progressos da antropologia, quanto interesse não haveria em estudar, por exemplo, não só os caracteres étnicos, craniológicos e outros das diferentes raças do Brasil, mas principalmente o cruzamento dessas raças, sua influência sobre o desenvolvimento orgânico ou intelectual, sobre a fecundidade do mestiço, etc.?! Conforme me dizia há poucos meses o Sr. Broca,

que país se encontrará, a não ser o Brasil, onde esse estudo possa ser feito facilmente e em boas condições?”¹⁸

Estudar as diferentes raças em si já era um tema de grande interesse para o fisiologista francês. Porém, analisar a miscigenação instigava-o ainda mais, despertava mais interesse, sobretudo pela possível influência da raça nas características intelectuais e orgânicas do híbrido resultante. O Brasil era visto por muitos estudiosos das raças como local privilegiado de investigação, haja vista a alta mestiçagem. Além de Paul Pierre Broca (1824-1882), acima citado por Couty, outros compartilhavam da mesma opinião. É provável que Couty mantivesse um diálogo científico com o médico e antropólogo francês Paul Broca, uma vez que ambos se dedicavam ao estudo dos cérebros, Couty por meio de uma abordagem mais fisiológica e Broca por uma mais vinculada à craniometria.

A grande miscigenação existente no Brasil, a princípio, mostrava que a hipótese sobre ausência de fecundidade do mestiço pouco se sustentava. Contudo, pela análise dos dizeres de Couty, esse ainda era um tema de debate no meio científico. Armand de Quatrefages (1810-1892), eminente líder da escola antropológica francesa, estava entre os que, em meados do século XIX, ainda defendia a suposta esterilidade dos mulatos.¹⁹ Quatrefages fundamentava seus argumentos no livro do médico britânico Edward Long (1734-1813), *The history of Jamaica*, obra ilustrada publicada em 1774. Para Long, os mulatos seriam inférteis assim como as mulas, frutos do cruzamento dos jumentos(as) com as éguas (cavalos).²⁰

Segundo Couty, a compreensão da mestiçagem do Brasil só poderia ocorrer por meio de uma interpretação que considerasse as especificidades locais: “Não é menos evidente que a questão da transformação das raças humanas e do valor dos mestiços, ao menos quanto ao Brasil, não pode ser resolvida fora deste, das suas condições climáticas, higiênicas e ainda sociológicas”.²¹ Para essa análise ele não descartava as variáveis sociais. Provavelmente referia-se à questão da escravidão, pois muitos desses mestiços eram descendentes de negros cativos. Couty considerava o mulato, apesar de ainda intelectualmente limitado, superior ao negro por ter “uma conformação cerebral e capacidade intelectual superiores”.²² Com isso, é possível concluir que a hibridização era compreendida de maneira positiva pelo médico francês, porque ela poderia trazer melhoramentos raciais.

A relevância dada por Couty aos assuntos de cunho social pode ser atestada nas preleções do fisiologista:

“Na sua terceira e última conferência [...] o Dr. Couty ocupou-se da tuberculose pulmonar, infelizmente muito frequente em certas cidades do Brasil e na Europa, e procurou mostrar que essa moléstia de nutrição pode variar por causa do meio físico, do mesmo modo que as moléstias mentais e nervosas por causa das raças, da educação ou antes do meio sociológico”.²³

Para Couty, as doenças mentais e nervosas estariam relacionadas à raça e a questões sociais. Tais assuntos eram considerados tão relevantes que o médico publicou as obras *A escravidão no Brasil* (1881) e *O Brasil em 1884; esboços sociológicos* (1884). Celia

Maria Marinho de Azevedo assegura que Couty estudou com afinco a sociedade brasileira, *como um cientista em seu laboratório*.²⁴ Observou, analisou, e desenvolveu sugestões para acabar com os males que acometiam o Brasil. De acordo com a autora, o médico francês exerceu papel essencial na fundamentação da imagem de um país sem preconceito racial.

Couty considerava o fim da escravidão primordial, já que ela era a causadora do atraso do país. Conforme afiança Azevedo, ele colaborou para criação da imagem do negro vagabundo e preguiçoso. Na interpretação do fisiologista, os escravos eram bem tratados pelos senhores, tinham, inclusive, a oportunidade de trabalhar em seu roçado uma vez por semana. Mas, preguiçosos e satisfeitos com o cativeiro, não cultivavam a terra. Não obtinham a alforria porque não sabiam economizar o dinheiro que conseguiam, preferindo gastá-lo em “boas roupas, embebedando-se, comendo bem etc.”.²⁵ E tal comportamento do negro era nato, pois o cérebro africano possuía uma capacidade insuficiente, conforme atestavam as pesquisas científicas. Segundo Azevedo, apesar de combater a escravidão, Couty não advogava em prol da abolição imediata, uma vez que considerava o negro e o mulato incapazes de se adaptarem imediatamente ao trabalho assalariado. Defendia a imigração europeia como maneira de solucionar o problema do retardo social brasileiro. A repercussão e a influência das ideias de Couty sobre a imigração foram grandes:

“Seria difícil determinar quem influenciou quem, mas o fato é que, um ano antes da morte do jovem médico francês no Rio de Janeiro, fundou-se em 17 de novembro de 1883, naquela mesma cidade, a *Sociedade Central de Imigração* (SCI), cujo intuito era justamente promover a imigração europeia nos moldes preconizados por ele em seus numerosos escritos e conferências”.²⁶

A citação abaixo elucida o modo como Couty relacionava questões biológicas e sociais.

“O meio físico, biológico e social, a educação e a hereditariedade criam a forma e a rapidez da ação cerebral; os atos novos, os pensamentos e os juízos a que se não está habituado, são longos e penosos, enquanto que certos trabalhos cerebrais habituais, são feitos com rapidez e facilidade; e estes hábitos cerebrais ou cérebro-medulares receberam o nome de memória e de instintos.

Os atos funcionais criam para o cérebro, como para todos os órgãos, a forma dos atos, tanto normais como patológicos, e a loucura do negro da roça não se assemelha à do seu senhor nem a do homem muito instruído ou apaixonado à do homem ignorante ou pouco ativo.

O ato cerebral é porém sempre consecutivo a uma excitação vinda do exterior, ou a uma série de excitações, que se reúnem ou se repelem, daí as comparações, os juízos e muitos outros trabalhos cerebrais. Umas, relativas à necessidade de alimentação e de prazeres sexuais ou sensoriais, são os únicos motivos que influem nos homens inferiores e formam a base das alucinações delirantes, bem como de muitas teogonias religiosas, cujas recompensas e castigos são de ordem puramente física e sensitiva.

Outros motivos existem de ordem mais elevada.

Uns passionais ou emocionais correspondem às ideias adquiridas de riqueza, de beleza, de honra, de estima pública, etc., e formam a base dos delírios e manias de grandeza, de erotismo, de perseguição, etc. Outros enfim são motivos puramente intelectuais e correspondem, por exemplo, ao prazer do sábio que faz descobertas úteis, ao prazer do homem que salva seu semelhante ou do cidadão que defende seu país sem preocupar-se com a recompensa.

A importância recíproca destas três ordens de motivos crê a maneira de proceder de um indivíduo e, como pela educação se pode tornar predominantes estes ou aqueles móveis, cumpre desenvolver os móveis intelectuais que são os únicos que asseguram o desenvolvimento e a independência de cada individualidade.

Em resumo, podemos pois, reduzir à [sic] condições bastantes simples o funcionalismo intelectual: como todos os outros órgãos o cérebro é um simples aparelho de transformação dos excitantes exteriores, físicos ou sociológicos, e só a natureza íntima destes fenômenos é para nós tão obscura como a da afinidade química ao da gravidade.”²⁷

Na concepção de Couty, variáveis biológicas e sociais exerciam papéis determinantes no funcionamento cerebral dos indivíduos. Com relação à loucura, patologia desse órgão, o médico francês assegurou que ela se manifestava de maneira diferente no cativo e no senhor. O fato de o escravo ser negro era a principal explicação. Sendo o negro inferior ao homem branco, era natural que a loucura verificada fosse diferente, a conformação cerebral do negro já atestaria esse fenômeno dentro do protocolo da ciência. Ainda sobre a inferioridade do negro, apregoada por Couty, Celia de Azevedo afirma que “O tema da inferioridade racial completa-se assim com a idéia de que o negro não se relaciona socialmente, não tinha família, era um desgraçado por natureza, cujos sentimentos oscilavam da indiferença e apatia à mais cruel violência”.²⁸ Portanto, a raça (meio biológico) era o fator que determinava a disparidade entre a doença no branco e no negro. A escravidão, que para alguns poderia ser considerada como agravante, era desconsiderada na análise de Couty, posto que os negros eram “Bem tratados, bem alimentados, curados nas doenças, conservados na velhice e assegurados contra o desemprego”.²⁹

A assimetria também poderia ser observada ao comparar a moléstia em um homem branco *instruído* e em um branco *ignorante*. Neste caso, a instrução apresentava-se como a variável determinante, referida por Couty como educação, motivo pelo qual defendia a vulgarização científica na sociedade. Sob esse prisma, tal tipo de problema, se não solucionado, poderia ao menos ser minimizado.

O funcionamento cerebral estaria, portanto, marcado pelas influências externas. Os homens inferiores respondiam exclusivamente aos instintos e às necessidades vitais, como a alimentação. Os agentes exteriores causavam as alienações nos seres incultos. A ausência de instrução determinava que esses sujeitos não tivessem capacidade cognitiva e, assim, agissem apenas por instintos. Desta maneira, aqueles definidos como inferiores teriam uma proximidade maior com os animais.

Na avaliação de Couty, entretanto, para os considerados superiores existiam motivos de *ordem mais elevada*, sua atividade cerebral não seria governada por respostas instintivas. As causas dos delírios nestes homens também eram de ordem superior, o sentimento e a emoção poderiam provocar tais tipos de doenças. Sentimento e emoção, qualidades estritamente vinculadas ao ser humano, bem distantes da aproximação ao mundo animal feita para os inferiores. Existiam os motivos intelectuais que atuavam no funcionamento do cérebro, todos relacionados com atitudes nobres – a satisfação de realizar uma pesquisa útil, o contentamento em salvar um semelhante, o orgulho de lutar por seu país em uma guerra. De certo, para o médico francês, os homens inferiores não seriam capazes dessas atitudes.

Outro conferencista que se dedicou às temáticas relativas à raça foi o médico João Baptista de Lacerda Filho (1846-1915). Como subdiretor, e posteriormente diretor, da seção de antropologia, zoologia geral e aplicada, anatomia comparada e paleontologia animal, Lacerda ficou responsável pelo curso público de antropologia do Museu Nacional. Suas pesquisas antropológicas estiveram centradas principalmente no estudo dos indígenas brasileiros. Além de investigações antropológicas, Lacerda se concentrou nos estudos fisiológicos, trabalhou com Couty no laboratório de fisiologia experimental do Museu, onde desenvolveu várias investigações sobre a ação fisiológica do veneno curare, utilizado pelos índios da América do Sul. Alguns resultados foram publicados na revista *Archivos do Museu Nacional*. Em um artigo, de 1876, publicado em conjunto com José Rodrigues Peixoto (1849-?), ambos se declaram poligenistas:

“Seja-nos, pois, lícito declarar que a respeito de tais questões não temos opinião formada, e quando no círculo das hipóteses prováveis houvésemos de aceitar alguma, seríamos poligenistas com Agassiz. É possível que a América fosse um dos centros da criação e que mais tarde povos emigrados da Ásia ou de outros pontos do globo, mais próximos, viessem fundir-se com a raça primitiva, produzindo a raça atual.”³⁰

Lacerda e Peixoto afirmavam, sem forte convicção, se alinharem ao posicionamento de Louis Agassiz (1807-1873) com relação ao poligenismo. Não posso precisar se, assim como o naturalista suíço, Lacerda e Peixoto eram criacionistas e partidários da teoria da degeneração.³¹ Para os pesquisadores do Museu, a América seria um dos centros de criação, seus povos originários, a “*raça primitiva*”, teriam se miscigenado com os outros que haviam emigrado da Ásia para cá.³² O conceito de raça estava relacionado aos habitantes de uma determinada região geográfica, no caso os da América. Assim, os índios seriam uma raça específica. Diferentemente da relação entre primitivo e selvagem, ao contrapor a *raça primitiva* com a *raça atual*, eles não estavam trabalhando com o par selvagem/civilizado, o índio da atualidade ainda era considerado um selvagem.³³

O médico Nicolau Joaquim Moreira (1824-1894) foi outro preletor que tratou de questões referentes à raça nos cursos do Museu Nacional. Subdiretor da seção de botânica geral e aplicada, e paleontologia vegetal, seus cursos eram anunciados pela

imprensa como sendo de agricultura. Entretanto, ele perpassou por questões relativas às raças humanas, principalmente quando tratou da imigração.

Para refletir sobre o mundo natural, Moreira pensava em termos de categorias, agrupamentos que levavam em consideração a presença ou ausência de características comuns: “Quando, pois, se quer raciocinar sobre a homogeneidade do tipo em um grupo de animais deve-se ter em vista os termos vagos de semelhança e de dissemelhança”.³⁴ Tinha como base as análises do médico neurologista francês Duchenne de Boulogne (1806-1875) para categorizar a humanidade em raças:

“Duchenne (de Boulogne) o demonstrou de uma maneira peremptória. A homogeneidade de raça não pode se entender senão a similitude dos caracteres típicos, do que é infalivelmente hereditário entre os indivíduos do mesmo tronco. O resto, como a conformação do corpo, a aptidão, o pelo etc., é acessório para o característico e experimenta todas as influências do meio em que os animais se acham.”³⁵

Para classificar a humanidade em raças, Moreira levava em consideração apenas as similitudes transmitidas hereditariamente. Fatores externos eram desacreditados por ele, bem como as conformações corpóreas. As mensurações físicas, em voga naquele período, atraíam a atenção de muitos cientistas, tudo se media a fim de melhor conhecer e classificar as raças humanas. Na contramão desta corrente, Moreira tributava apenas à hereditariedade o papel definidor das raças. Variáveis como a dolicocefalia e a braquicefalia, utilizadas como parâmetros classificatórios, para ele nada diziam a respeito da raça.³⁶ “Um crânio alongado, (dolicocefalo) quer a cabeça aumente ou diminua de volume, será sempre alongado, isto é, que o seu diâmetro longitudinal cresce ou diminui na mesma proporção do diâmetro transversal. Do mesmo modo a respeito do crânio curto, (braquicefalo), para a face considerada isoladamente ou em relação com o crânio”.³⁷ Em sua concepção, portanto, uma raça era constituída por um grupo de indivíduos portadores de determinadas características semelhantes que eram transmitidas para os descendentes. “A raça não é portanto senão a série de gerações em um tipo determinado, e os naturalistas que acreditam na variabilidade limitada do tipo dizem que ela representa uma série de indivíduos distintos por caracteres tornados constantes, quando deveriam dizer naturalmente constantes”.³⁸

Silvio Cezar de Souza Lima sustenta que para Nicolau Moreira a ideia de fixidez das espécies era um conceito chave.³⁹ O cientista considerava as *raças humanas* como espécies diferentes. O posicionamento de Moreira indica que era seguidor das proposições defendidas por Agassiz, que influenciaram muitos homens de ciência brasileiros: “Socorra-nos, finalmente a autorizada palavra do Sr. Agassiz, quando na Universidade de Cambridge discorrera sobre o assunto que nos ocupa”.⁴⁰

O pesquisador do Museu Nacional, todavia, não especificou quais eram as características que considerava para classificar a humanidade em raças. Apenas afirmou que “cada raça verdadeira é composta de indivíduos homogêneos por seus caracteres típicos, os quais têm por atributo especial reproduzir-se com uma fixidade inabalável”.⁴¹

O fato é que Moreira a classificou de modo hierarquizante, situando o branco no topo e os outros abaixo.

Assim como Agassiz, Moreira considerava a mestiçagem degenerativa, porque o híbrido resultante seria inferior aos progenitores: acreditava que o produto do cruzamento do branco e do negro era de fecundidade reduzida, compartilhando, desta maneira, com a opinião de cientistas como Quatrefages.⁴²

“Eu não vos falo, Senhores, dos mestiços provenientes da raça branca e da preta, e que se nos fosse permitido incluímos na classe da paragenesia, criada por Broca, e caracterizada por indivíduos fecundos entre si, mas cujos descendentes diretos apresentam uma fecundidade limitada senão são retemperados por algum dos sangues primitivos, podendo neste caso verificar-se o fato conhecido em antropologia por – atavismo.”⁴³

Era favorável à imigração com o objetivo de branquear o país. O cruzamento entre imigrantes europeus e a população branca local não era visto como mistura de raças (uma vez que todos pertenciam à categoria dos brancos), mas, sim, como uma mistura de povos. “As alianças entre povos da mesma raça são essencialmente benéficas. Um povo, que pudesse cruzar-se numerosas vezes seguindo todas as regras de uma verdadeira seleção reunindo uma grande soma de boas qualidades e fundindo-as em sua constituição e em seu caráter, engrandecer-se-ia”.⁴⁴ Aqui o conceito de raça não se confundia com o de nação. Porém, em outros momentos esses termos apareceram como sinônimos. Principalmente quando defendia a vinda de imigrantes anglo-saxões para o Brasil, que minimizariam os problemas advindos do elemento lusitano. Assim sendo, para Moreira, na categoria *brancos* também havia subdivisões hierárquicas.

A despeito de sua opinião acerca da inferioridade dos negros, Nicolau Moreira era contrário à escravidão, o que não era de se estranhar, visto que isto não se constituía um comportamento excepcional à época. Na década de 1880, ele proferiu discursos nas conferências abolicionistas chegando, inclusive, a ocupar os cargos de vice-presidente da Sociedade Emancipadora e de secretário honorário da Sociedade Brasileira contra a Escravidão.⁴⁵

Pelo acima exposto, observa-se que as temáticas relativas à raça marcaram os cursos públicos realizados no Museu Nacional de fins do século XIX. Embora os textos analisados não sejam transcrições das falas dos conferencistas, certamente esses temas em algum momento perpassaram os discursos proferidos, pois os oradores apresentavam assuntos relativos às pesquisas que desenvolviam. O espaço dos cursos públicos do Museu Nacional foi privilegiado para a exposição de questões referentes à raça, já que lá tais tipos de estudos eram realizados. A concepção de raça defendida pelos pesquisadores não era única, cada um possuía um critério para a classificação, de acordo com a teoria científica que considerasse mais adequada. Os discursos eram pautados em um vocabulário científico/cientificista. Contudo, é possível constatar que conceber a humanidade dividida em raças hierarquizadas era uma constante e que, em tal categorização, consideravam a raça branca como superior às outras, e essa, da mesma maneira, estava hierarquicamente subdividida. A miscigenação também foi um tema

preocupante para esses homens de ciência que expunham publicamente seus conhecimentos. Enquanto para Couty ela poderia ser benéfica, Moreira condenava-a por degenerar as raças originais. Isto mostra que também neste quesito não havia unanimidade.

Notas e Referências

- ¹ Andreas HOFBAUER, *Uma história do branqueamento ou o negro em questão*, São Paulo, Editora Unesp, 2006, p. 100.
- ² *Ibid.*, p. 100.
- ³ *Ibid.*, p. 88.
- ⁴ Kabengele MUNANGA, “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia”. *Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Racial e Educação – PENESB-RJ, 05/11/03*. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>>. Acesso: 08 dez. 2011.
- ⁵ Célia Marinho de AZEVEDO, “Para além das “relações raciais”; por uma história do racismo”, In: Célia Marinho de AZEVEDO, *Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo*, São Paulo, Annablume, 2004, p. 118
- ⁶ Léon POLIAKOV, *O mito ariano*, São Paulo, Perspectiva, Editora da Universidade de São Paulo, 1974, 118.
- ⁷ Essa ordenação, afora a cor da pele, englobava atributos morais: “*Europaeus albus*: ... engenhoso, inventivo... branco, sanguíneo... É governado por leis. *Americanus rubescens*: contente com sua sorte, amante da liberdade... moreno, irascível... É governado pelos costumes. *Asiaticus luridus*: ... orgulhoso, avaro... amarelado, melancólico... É governado pela opinião. *Aster niger*: ... astuto, preguiçoso, negligente... negro, fleumático... É governado pela vontade arbitrária de seus senhores”. Léon POLIAKOV, *O mito ariano*... cit., p. 137.
- ⁸ Kabengele MUNANGA, “Uma abordagem conceitual...”, cit.
- ⁹ Tzvetan TODOROV, *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*, v. I, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993, p. 107.
- ¹⁰ *Ibid.*
- ¹¹ Andreas HOFBAUER, *Uma história do branqueamento*... cit., p. 107.
- ¹² Stephen Jay Gould ressalta que tanto no monogenismo quanto no poligenismo as teorias de hierarquização racial se fizeram presentes. Para aqueles que acreditavam em uma origem única do homem, os monogenistas, toda a humanidade havia saído de um centro criador e as raças humanas se diferenciavam devido a uma degeneração da perfeição. As inferiores, portanto, seriam as mais degeneradas. Já nos poligenistas, teriam existido mais de um centro de criação e, com isso, as raças haviam se originado separadamente, motivo que justificava as diferenças entre elas. Stephen Jay GOULD, *A falsa medida do homem*, 2 ed., São Paulo, Martins Fontes, 1999, p. 26. Sobre esta discussão, conferir também: Léon POLIAKOV, *O mito ariano*... cit.
- ¹³ Tzvetan TODOROV, cit., p. 128-129.
- ¹⁴ Br/Rio de Janeiro, *Jornal do Commercio*, 30.07.1881.
- ¹⁵ Louis COUTY, “Os estudos experimentaes no Brazil”, *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, Escripório da *Revista Brasileira*, tomo II, 1º de nov., 1879, pp. 215-239, p. 237.
- ¹⁶ Raça, nação e língua eram conceitos que se intercambiavam, sendo por vezes tratados como sinônimos. Linguistas e antropólogos, por exemplo, disputavam espaço na arena científica para provar quem melhor categorizava a humanidade. Neste sentido, Poliakov cita o exemplo do médico e antropólogo alemão Rudolf Virchow (1821-1902). Defensor da craniologia e de outros métodos de mensuração física, Virchow criticava os linguistas, que “havam primeiramente postulado raças ‘puras’, o que dificilmente era defensável do ponto de vista antropológico; eis que politizavam o debate, relacionando à mesma ‘raça latina’ arianos (tais como os celtas) e não-arianos (tais como os sardos e os iberos), e confundiam as raças, as nações e as línguas”. Léon POLIAKOV, *O mito ariano*... cit., p. 245.
- ¹⁷ Em sua análise acerca da origem do mito ariano, Poliakov menciona o filósofo alemão Christoph Meiners (1747-1910), que desenvolveu pesquisas sobre antropologia em fins do século XVIII e início do XIX. Na análise de Meiners, existiam os homens de “raça clara e bela” e os de “raça escura e feia”. Porém, mesmo entre os de pele clara havia os que apresentavam “traços inferiores”; este era o caso dos eslavos, que por

- estarem abaixo dos outros de tez alva poderiam ser tratados como servos pelos alemães. POLIAKOV, *O mito ariano...* cit., p. 156-157.
- ¹⁸ Louis COUTY, “Os estudos experimentaes...” cit., p. 221.
- ¹⁹ Sobre o conceito da palavra mulato, Hofbauer afirma que: “Em oposição a interpretações correntes que derivam de ‘mulo’ o conceito de mulato e insinuam uma analogia humana com o produto híbrido do cruzamento entre duas espécies de animais diferentes, [Jack D.] Forbes aponta uma raiz árabe da palavra. Ele sugere que teria ocorrido uma espécie de convergência ‘semântico-funcional’ entre duas palavras árabes [uma significava protetor ou protegido e a outra procriado, pessoa adotada] [...] A palavra ‘muladi’, ‘malado’ ou ‘maladi’ era de uso freqüente na língua portuguesa (e espanhola) no século X. [...] A tradução, também usual, de *muwallad* por ‘descendente de um pai árabe e uma mãe estrangeira ou de um pai escravo e de uma mãe livre’ aproxima ainda mais o conceito da semântica inicial arcaica de ‘mestiço’ e explica por que, no dicionário de H. Cardoso, de 1569, ‘mulato’ consta como sinônimo de mestiço. Ainda segundo Forbes, os conceitos de origem árabe devem ter sido ‘sobrepostos’ (*gradual overlapping of meaning*) pela palavra de origem latina que expressa o ‘produto híbrido’ entre o cavalo (égua) e jumento(a). [...] De qualquer forma, demoraria ainda muito tempo até que o conceito de mulato fosse definido como produto do ‘cruzamento’ entre a ‘raça branca’ e a ‘raça negra.’” Andreas HOFBAUER, *Uma história do branqueamento...* cit., p. 90-92.
- ²⁰ Léon POLIAKOV, *O mito ariano...* cit., p. 155.
- ²¹ Louis COUTY, “Os estudos experimentaes...” cit., p. 228.
- ²² Celia Maria Marinho de AZEVEDO, *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*, 2. ed., São Paulo, Annablume, 2004, p. 68.
- ²³ BR/Rio de Janeiro, *Jornal do Commercio*, 27.10.1882.
- ²⁴ Celia Maria Marinho de AZEVEDO, *Onda negra, medo branco...* cit., p. 65.
- ²⁵ *Ibid.*, p. 67.
- ²⁶ *Ibid.*, p. 71. Grifos do original.
- ²⁷ BR/Rio de Janeiro, *Jornal do Commercio*, 18.11.1881.
- ²⁸ Celia Maria Marinho de AZEVEDO, *Onda negra, medo branco...* cit., p. 68.
- ²⁹ *Ibid.*, p. 67.
- ³⁰ João Baptista LACERDA FILHO e José Rodrigues PEIXOTO, “Contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil”, *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 1, 1876, pp. 48-75, p. 75.
- ³¹ Adepto do poligenismo, Agassiz sustentava a degenerescência humana pelo cruzamento das raças. De acordo com Maria Helena Pereira Toledo Machado, o naturalista suíço se baseava na crença de que “as raças cruzadas, em vez de carregarem as melhores características de seus ascendentes, levavam a que traços atávicos viessem à superfície, expondo os descendentes de uniões mistas a todos os riscos de uma progressiva degenerescência”. Maria Helena Pereira Toledo MACHADO, “Os tupis e a turânia: hipóteses sobre a origem do homem e da civilização nas Américas na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX”, In: Maria Helena Pereira Toledo MACHADO, *Brasil a vapor: raça, ciência e viagem no século XIX*, Tese (Livre Docência) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 63.
- ³² Na segunda metade do século XIX, a origem do homem na América foi tema análises de alguns intelectuais brasileiros, dentre outros, Gonçalves Dias (1823-1864), Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) e Couto de Magalhães (1837-1898).
- ³³ Ao participar do Congresso Universal das Raças, realizado em Londres no ano de 1911, Lacerda, enviado como representante do Brasil, apresentou algumas considerações um pouco divergentes das que pregou nas décadas de 1870 e 1880. Segundo Lília Moritz Schwarcz, o pesquisador do Museu chegou a oito conclusões sobre questões relativas à raça, dentre elas: “(1) homens brancos e negros formam duas raças, e não espécies; (2) o mestiço é um tipo étnico variável e pode retornar a uma ou outra raça que o produziu; [...] (4) se o mestiço é inferior ao negro em força física, rivaliza com o branco em sua capacidade intelectual” Lília Moritz SCHWARZ, “Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco”, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan.-mar. 2011, pp. 225-242, p. 231. Contudo, era outro momento, centro minha análise apenas em suas ideias expostas nos cursos públicos do Museu Nacional do século XIX.

³⁴ Nicolau Joaquim MOREIRA, “Zootechnia. O que é raça”, *O Auxiliador da Industria Nacional*, Rio de Janeiro, Industria Nacional, n. 10, out. 1869, pp. 428-430, p. 429.

³⁵ *Ibid.*, p. 429.

³⁶ Sobre esses parâmetros, Stephen Jay Gould ressalta: “Além do próprio tamanho do cérebro, as duas medidas craniométricas mais veneráveis – e também as mais manipuladas – foram, sem dúvida, a do ângulo facial (a projeção anterior do rosto e da mandíbula: quanto mais pronunciada melhor) e a do índice craniano. Este nunca fora muito empregado, se bem que fosse fácil de medir. Era obtido através do cálculo da proporção entre a largura e o comprimento máximos do crânio. Os crânios relativamente longos (média de 0,75 ou menos) eram chamados de dolicocefálos; os crânios relativamente curtos (acima de 0,8), braquicefálos” Stephen Jay GOULD, *A falsa medida do homem...* cit., p. 93. Segundo Poliakov, o índice cefálico, ou craniano, foi introduzido por volta de 1845 pelo anatomista sueco Anders Retzius (1796-1860). Os classificados como dolicocefálos, “tais como os escandinavos, os alemães, os ingleses e os franceses”, eram considerados superiores aos braquicefálos, “tais como os lapões, os fineses ou fino-eslavos e os bretões”. Léon POLIAKOV, *O mito ariano...* cit., p. 251.

³⁷ Nicolau Joaquim MOREIRA, “Zootechnia...” cit., p. 429.

³⁸ *Ibid.*, p. 430.

³⁹ Silvio Cezar de Souza LIMA, *Determinismo biológico e imigração chinesa em Nicolau Moreira (1870-1890)*, Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005, p. 56-57.

⁴⁰ Nicolau Joaquim MOREIRA, *Questão ethnica-antropologica. O cruzamento das raças acarreta a degradação intelectual e moral do producto hybrido resultante? Resumo da memoria apresentada á Academia Imperial de Medicina e relatório*, Rio de Janeiro, Typographia Progresso, 1869, p. 25.

⁴¹ *Ibid.*, p. 428.

⁴² *Ibid.* Este artigo foi produzido como uma análise de Moreira sobre uma memória enviada por João Batista Ulhesperger ao concurso de memórias da Academia de Medicina, entre 1868 e 1869. O tema do trabalho era um estudo do cruzamento das raças. Os acadêmicos consideraram o relatório de Moreira superior ao texto entregue para a disputa. De acordo com Lima: “O Dr. Moreira apresentou o relatório para a apreciação da Academia oferecendo uma menção honrosa para o autor da memória. A Academia aprovou seu relatório por unanimidade, o que nos faz crer que as idéias propostas pelo acadêmico em seu relatório seriam então as que melhor respondiam à questão, tanto do seu ponto de vista, quanto de seus pares”. Silvio Cezar de Souza LIMA, *Determinismo biológico...* cit., p. 49.

⁴³ Nicolau Joaquim MOREIRA, *Questão ethnica-antropologica*, cit., p. 14.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 10.

⁴⁵ Silvio Cezar de Souza LIMA, *Determinismo biológico...* cit., p. 53, 62.

Bolívar na América Latina: História e Literatura no Labirinto do General

*Yvone Dias Avelino**

“A morte é a sanção de tudo o que o narrador pode contar.”

Walter BENJAMIN¹

O presente artigo trata de uma análise do papel histórico de Simão Bolívar na luta pela Independência e o olhar do literato Gabriel García Márquez sobre este personagem heroico, retratando o percurso de Bolívar rumo ao exílio, através do rio Madalena, numa jornada inevitável para a morte. Depois de muito lutar pela independência da América Espanhola, as intrigas políticas e as ambições regionalistas derrotaram o general que, em suas próprias palavras, diz não ter mais pátria. O literato colabora com o historiador, relatando os últimos dias da vida do Libertador. Consumido pela tuberculose, devorado pela febre, sua mente se encontra num labirinto emaranhado de ideias. Gabriel García Márquez reconstrói o passado de um continente calcado na lógica implacável de seu herói. História e Literatura unidas na análise dos últimos momentos da vida do grande Libertador.

Os primeiros movimentos revolucionários na América foram contra a limitação imposta pela Metrópole. Inicialmente, foram movimentos para quebrar as amarras que dificultavam o desenvolvimento econômico, e não para o desligamento total.

A administração espanhola na América e a imposição de governos despóticos aceleraram a velocidade do movimento. A influência francesa manifestou-se nesse contexto de descontentamento, e as ideias se propagaram entre a elite crioula. Liberalismo econômico, liberdade política, legitimidade popular, luta contra o colonialismo – é o quadro em que vamos analisar especificamente Simão Bolívar.

Simão Bolívar nasceu em Caracas, a 24 de Julho de 1783. Sua família era das mais ricas da região, proprietárias de várias fazendas e de regiões mineradoras. Bolívar era, portanto, um representante da elite crioula. Tendo ficado órfão muito cedo, foi criado

* Titular no Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP; coordenadora do Núcleo de Estudos de História Social da Cidade - NEHSC - da PUC-SP e do Curso de Lato Sensu "História, Sociedade e Cultura", do Departamento de História da PUC-SP (2013-2015); Editora da Revista *Cordis* - Revista Eletrônica de História Social da Cidade (<http://revistas.pucsp.br/cordis>).

pelo tio, e enviado à Europa para estudar, prática quase obrigatória aos filhos da aristocracia.

Chegou à Espanha em 1799, e viajou por muitos países. Casou-se, voltou à América, onde ficou viúvo logo em seguida. Voltou à Europa em 1803, para aprofundar seus conhecimentos e ampliar contato com figuras representativas do mundo científico europeu, como Humboldt e o Físico Bonpland. Esse contato ele conseguiu em plena coroação de Napoleão Bonaparte. Numa Europa em plena ebulição política, dedicava-se a frequentar teatros, salões, cursos e conferências, onde se discutiam os conhecimentos e as teorias mais recentes. Entregou-se apaixonadamente à leitura. Leu todos os clássicos economistas, sociólogos etc. Três são os elementos formadores da personalidade cultural de Bolívar: os mestres, as viagens e as leituras.

Em 1805, iniciou uma viagem à Itália. A ida a Roma teve um significado especial, pela emoção que sentiu ao visitar o Monte Sagrado, e pelo juramento que proferiu ali na presença de seu preceptor Simón Rodríguez. Foi nesse momento que jurou o compromisso de libertar a América da dominação espanhola, num desejo de realizar algo grandioso. Ali, no Monte Sagrado, decidiu, emocionado pelo cenário, e pelas lembranças dos antigos romanos, realizar a Independência da América. Não que Bolívar tenha tido uma experiência mística, mas ele se utilizou de uma linguagem que faz uso de figuras míticas para expressar o que estava dentro dele. Essa passagem revela algo do seu universo mental. Dotado de grande lucidez, Bolívar sentiu-se incumbido de uma missão, e isso ofuscou sua visão de América. Segundo J. B. Trend,² Bolívar voltou-se para os livros espanhóis, particularmente Dom Quixote, encontrando ali, sua própria imagem. Segundo esse autor, ele teria dito: *“Os três maiores idiotas da história foram Jesus Cristo, Dom Quixote e eu.”*

O sonho de Bolívar, de realizar na América a construção de uma grande nação, sob a égide da liberdade, é onde começa o Libertador a tecer o seu próprio labirinto, no qual posteriormente vai se perder. Ao pensar um só país livre, do México ao Cabo Horn, pensava num mundo novo, que servisse de exemplo inspirador para outras terras e outros homens, como a Ásia e a África. Nessa tarefa, a liberdade teria a princípio o dom de tudo conseguir, sendo capaz de recriar um homem novo, alimentado por uma esperança de um mundo exemplar e não viciado, como a velha Europa. Conquistada a liberdade, os demais problemas se resolveriam naturalmente.

Esse sonho mais parecia uma missão a ser cumprida, de um destino pré-estabelecido para a América, e que vai orientar todas as suas atitudes políticas, até às últimas consequências. Razão pela qual vai governar de forma excessivamente centralizadora, não tanto porque almejasse o poder, mas por estar certo de que esse era o papel que deveria desempenhar.

O historiador Francisco Pividal, na sua sensibilidade aguçada, põe na boca de Bolívar as seguintes palavras, já no final de sua vida: *“Mais valia um bom acordo do que mil processos ganhos, não nos termos compostos por Santander, que foi o que nos perdeu a todos.”*³

Bolívar viveu a América sempre através da sua idealização, e não pôde compreendê-la na complexidade de seus problemas, na intrincada herança de suas estruturas coloniais, apenas viu homens lutando por ambições pessoais, em detrimento de valores maiores. Ele acreditava que os ideais a tudo sobrepujavam, e quando isso não ocorreu, sentiu-se traído. Os homens, agentes da história, eram responsáveis por essa traição, à medida que não foram capazes de se transformarem e transformarem o mundo em que viviam, a partir do seu novo Estado – o de Liberdade. Traidores, selvagens, bárbaros, impermeáveis às novas ideias, ambiciosos e aventureiros. Difícil julgá-los.

Bolívar pensava a América em termos absolutos: da glória universal à desgraça eterna. Em 1822, dizia: “Esta união criará um colossal campeão de liberdade... quem resistirá à América, reunida de coração, submissa a uma lei, e guiada pela tocha da liberdade?”⁴

Segundo Prado,⁵ o desencanto e o ressentimento de Bolívar deixaram uma herança responsável por alguns preconceitos vigentes até o presente na História da América, especialmente nas análises feitas sobre as décadas posteriores à independência política e, particularmente, sobre o Caudilhismo. A anarquia, a desordem, a turbulência, o troyel das hordas selvagens que cruzam o solo americano são o produto da ambição pessoal, do egoísmo e da irresponsabilidade dos caudilhos e, em última instância, isso se explica pelo caráter latino-americano.

Não se leva em conta que, aqui, ao contrário da Europa, o Estado se constituiu sem um fundamento objetivo de unidade nacional, e sem um mercado interno de envergadura. A atomização de interesses econômicos é típica de uma formação social pré-capitalista, e se traduz na falta de coesão em seu conjunto e na “desorganização” política em particular. Daí o florescimento dos localismos; daí, portanto, os caudilhos.

Pretendemos, na realidade, neste artigo, estabelecer algumas reflexões sobre a associação da História com a Literatura, ou seja, utilizá-la como fonte para o historiador.

A historiografia apela à literatura hoje, como mais um registro do real, um instrumento para sua apreensão, ou ainda como sua metáfora epistemológica. O historiador não pode encarar a obra literária apenas como veículo de conteúdo, pois o valor do texto literário não está propriamente na confrontação que dele se pode fazer com a realidade exterior, mas na maneira como esta realidade é abordada, aprofundada, questionada, recriada. Encarar a literatura não como reflexo, mas como refração; como desvio.⁶

Como produção artística que é, a arte ilustra os valores de uma cultura, e não se presta a fornecer a confirmação de um saber, que poderia ser adquirido de outras formas. Por exemplo, por uma pesquisa histórica; ela tem princípios e leis diferentes dos da realidade exterior, já inventariada. Além do mais, o artista está sempre ultrapassando os sistemas de classificação nos quais uma sociedade confirma suas representações provisórias do mundo. A arte não reproduz a realidade exterior, mas a transforma, exprimindo o que nela está reprimido ou latente.⁷

A obra literária eficaz, que age sobre seus leitores, é aquela que dramatiza as contradições e exacerba-as, leva-as às últimas consequências, ou seja, representa-as, e oferece assim, um princípio de respostas às perguntas ainda não claramente formuladas. Ela libera possibilidades subjacentes a certas situações, joga com essas possibilidades, dá-lhe vida e, assim, tenta explorar as virtudes inerentes a uma época.

As obras literárias que melhor traduzem os movimentos sociais e históricos não são as que retratam de forma escrupulosamente exata os acontecimentos anteriores. São as que exprimem aquilo que falta a um grupo social, e não aquilo que ele possui plenamente.

A literatura fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram. Pode-se, portanto, pensar numa história dos desejos não consumados, dos possíveis não realizados, das ideias não vingadas.⁸

Ocupa-se o historiador, portanto, da realidade, enquanto o escritor é atraído pela possibilidade. Cabe assim ao historiador captar esse excedente de sentido embutido no romance.

Esta metodologia para Lacapra⁹ é fazer uma fusão entre o texto e o contexto, ou seja, usar a linguagem para se interpretar contextos. Não contexto no sentido positivista, mas como representação de uma experiência histórica. É a tentativa de captar e expor como se apresentou uma dada realidade.

A história é um caleidoscópio de ações humanas, é um romance verdadeiro, simplifica, seleciona, organiza. Portanto, para Veyne,¹⁰ o que distingue um livro de história de um romance, isto é, a narrativa histórica da narrativa de ficção, é que o primeiro tem seu suporte na realidade exterior, que tem existência concreta e autônoma, dispensa, portanto, artifícios discursivos e estéticos para ser valorizado. A história é assim, uma narrativa verídica, cujos acontecimentos submetem-se ao critério de verificabilidade, ao contrário do discurso ficcional, que é uma questão de verossimilhança.

Ainda nessa comparação, podemos afirmar que a história é um discurso que visa a realidade teórica e científica, não ignorando o caráter de relatividade da verdade histórica, e toda subjetividade que comporta a elaboração desse conhecimento. O texto literário tem como objetivo fundamental a produção de realidade estética, o que não exclui que ele possa ter relações com a realidade objetiva, ou seja, com tudo aquilo que lhe é exterior, e de que certa forma o envolve.

Os romances históricos, que transmitem uma verdade histórica através da verossimilhança novelesca, têm o poder de fazer a carne voltar a ser verbo, sem o verbo perder o gosto, ou a cor, ou o cheiro, ou a forma da carne, imagem que nos parece bastante significativa do poder de recriação da obra literária e das suas relações com a realidade que ela representa.¹¹

Assim, a transformação de elementos não-literários em expressão estética é uma outra maneira de olhar o objeto, uma nova forma de relação com o real.

Discurso histórico e narrativa literária, formas distintas de narrativas, apresentam formas de contatos, relacionam-se com a realidade exterior de maneiras diferentes, porém, complementares. Tanto um como o outro, são imagens dessa realidade, que se submetem às exigências do discurso e podem, portanto, apresentar deformações, fragmentações, ou distorções, formas parciais de conhecimento. A Literatura, dessa forma, aprofunda intuitivamente o conhecimento humano, e a História o analisa cientificamente – formas complementares de expressão da realidade do conhecimento.

De acordo com a nossa proposta, na presente reflexão faremos uma análise do texto *O General em Seu Labirinto*. O autor desse fascinante texto, Gabriel García Márquez, nasceu em 1928, em Arataca, pequeno e decadente povoado da Colômbia, que em boa parte de sua obra de ficção ele disfarça sob o nome de Macondo. Ainda cedo abandonou a casa paterna para ganhar a vida, e trabalhou em vários empregos diferentes. Fez seus estudos em Barranquilla, e dois anos do curso de Direito em Bogotá, quando publicou seu primeiro conto. Trabalhou como jornalista em Cartagena, Barranquilla e no El Espectador, de Bogotá, onde fez grandes reportagens e críticas de cinema, reunidas depois em livro, *Entre Amigos*. Sua primeira novela, *O Enterro do Diabo*, é de 1955, época em que passou a viver praticamente fora de seu país, em viagens profissionais pela Europa.

Em 1961, publicou um livro de contos, *Os Funerais da Mamãe Grande*. Sua consagração literária, no entanto, se deu com *Cem Anos de Solidão*, romance que a Editorial Sudamericana publicou pela primeira vez em 1967. A partir daí, a fama de Gabriel García Márquez não parou de crescer. Ganhou inúmeros prêmios, entre os quais se destaca o Rómulo Gallegos, em 1973.

Em 1982, obteve o reconhecimento mundial ao ser laureado com o Prêmio Nobel de Literatura. Sem sombra de dúvida, ali estava um novo caminho para o romance, gênero que muitos julgavam superado e decadente. Gabriel García Márquez provou definitivamente que muito se podia ainda esperar desse gênero como fonte e força de inspiração literária.

Fascinado pela figura histórica do libertador Simão Bolívar e aconselhado por Álvaro Mutis, García Márquez narra os últimos dias – os menos documentados – da vida do general. O encantamento pela narrativa o leva a dedicar o livro ao amigo que lhe deu a ideia de escrevê-lo. *O General em Seu Labirinto*¹² é mostrado em todos seus aspectos: um herói devorado pela febre, consumido pela tuberculose, entregue às práticas de medicina popular e fantástica, evocando em clarões de lucidez e de febre suas lealdades e conquistas, suas infidelidades e fracassos.

O deslumbramento do narrador pela lenta agonia do personagem histórico demonstrou também um deslumbramento pela vida, pelo curso de uma vida que entrelaçou fragmentos, diante dos quais não se pode reconstruir o passado da América, mas também o labirinto que, implacável em seu rigor moral, o construtor do grande sonho da nação americana traçou. Como bem aponta o autor da trama, era o fim. O general Simão José Antonio de la Santísima Trinidad Bolívar y Palacios ia embora para sempre. Tinha arrebatado ao domínio espanhol um império cinco vezes mais vasto que

as Europas, tinha comandado vinte anos de guerras para mantê-lo livre e unido, e o tinha governado com pulso firme até a semana anterior, mas na hora da partida, não levava sequer o consolo de acreditarem nele.

A trama encaixa-se na categoria de um romance histórico, fictício, porém de estrutura realística, que trata da América Latina após as guerras de independência. Em termos espaciais, a narrativa se passa durante a última viagem do general pelo rio Magdalena, partindo de Bogotá, passando por várias localidades, a caminho de Cartagena, para dali embarcar para a Europa. Esse período é o menos documentado de sua vida, quando só escreveu umas poucas cartas, entre as mais de dez mil que ditou, e já com seu estado de saúde bastante precário. Do ponto de vista social, a ação é circunscrita ao general e à elite governante, que é um grupo também de generais, que compunham o poder.

O plano da narrativa é um discurso na terceira pessoa. O autor interfere diretamente, o que retira da obra uma certa objetividade, no sentido dela ser uma crônica de época, e acrescenta a subjetividade do próprio autor na sua perspectiva. Nesse sentido, não é tão diferente do discurso histórico. Gabriel García Márquez vai se utilizar para compor os diálogos do personagem de afirmações que ele retira de cartas escritas pelo próprio Bolívar, o que dá, nesse sentido, um tom documental à obra, embora restrito, pois no plano social ignora várias camadas.

O livro inicia-se com o anúncio da partida de Bolívar para viver na Europa, e reconstrói a lenta agonia de um homem ainda jovem, que libertou a América, construiu um ideal, granjeou inimigos, lealdades, infidelidades, conquistas e fracassos.

Concluída a fase militar do movimento pela emancipação, marcada pela vitória de Ayacucho no Peru, em 1824, desapareceu o elemento que aglutinava o movimento. Nesse momento, começou a declinar a estrela de Bolívar. Sua administração centralizada e pretensamente liberal ressentiu-se com essa dissociação, e o general, cujo prestígio pessoal fora tão eficaz frente às situações de tensão e insubordinação durante o período bélico, viu então sua ação e poder serem continuamente contestados, e em vários episódios, ocorrerem desentendimento entre ele e antigos e leais companheiros de armas. “No fim das contas, quem se enganou fui eu. Eles só queriam fazer a independência, que era algo imediato e concreto, e o fizeram bem. Eu, em compensação, me perdi num sonho, procurando o que não existe.”¹³

Também nessa época, começaram a pipocar os movimentos separatistas na Venezuela, no Equador, na Bolívia etc, liderado por generais indispostos com o líder. “Primeiro, a América era ingovernável para nós; segundo, quem serve a uma revolução ara no mar; terceiro, a única coisa que se pode fazer na América é emigrar; quarto, este país cairá infalivelmente nas mãos de multidão desenfreada, para depois passar a tiranetes de todas as cores e raças.”¹⁴

Desgostoso, o Libertador renunciou à presidência da Colômbia. Em Maio de 1830, deixou Bogotá, dirigindo-se para o litoral, em um exílio voluntário. Buscava também um clima mais satisfatório para o seu preocupante estado de saúde, na expectativa de recuperar-se e seguir viagem para a Europa.

Um homem que fez tremer a terra, traçando um glorioso ciclo de grandes vitórias, impregnado das doutrinas de Rousseau, Montesquieu e Voltaire, e que dedicou sua vida a “romper a cadeia que nos oprime o poder espanhol”,¹⁵ fascinado com o seu próprio sonho, acreditava em uma América unificada e livre, agora estava só. Seus diálogos eram então ou com o médico, ou com um único criado que o acompanhou, Palacios. Não havia um amigo, não havia uma mulher amada, não havia louros, não havia vitórias, caminhava lentamente para a morte, pois não tinha mais uma pátria para se sacrificar.

Sua saúde estava profundamente minada por vários males, para o que cooperava o seu desencanto pessoal. Na última cena do livro, um padre vem para conversar com ele.

Quando este sai, Bolívar reclama da presença do padre para seu médico e, este responde: “O que está demonstrado é que o acerto dos assuntos da consciência cria no doente um estado de ânimo que facilita muito a tarefa do médico.” Naquele momento, o general estremece diante de uma revelação, e percebe que a corrida louca entre seus males e seus sonhos chegava naquele instante à reta final. Suspira: “Como vou sair deste labirinto?” E pela primeira vez, viu a verdade.

Examinou o aposento com a clarividência de quem chega ao fim, a última cama emprestada, o tocador lastimável, cujo turvo espelho de paciência não o tornaria a refletir, o jarro d’água de porcelana descascada, a toalha e o sabonete para outras mãos, a pressa sem coração do relógio octogonal desenfreado para um encontro inelutável de 17 de Dezembro de 1830, à uma hora e sete minutos de sua tarde final. Morreu Simão Bolívar, na localidade de São Pedro Alexandrino, nas proximidades de Santa Marta.

A literatura forneceu ao historiador um excedente de sentido, abriu um espaço de interpretação. Ao talhar a figura do general perdido no labirinto de seus sonhos, incapaz de perceber a realidade, envolvido que estava em seus idealismos, o livro de Gabriel García Márquez recria esse personagem histórico, tecendo assim, uma realidade estetizada. Mas a ficção que se insere numa realidade histórica é de alguma forma representativa dessa realidade.

O texto, portanto, abre caminhos para se compreender ainda melhor essa figura histórica, por meio das potencialidades da imaginação e da sensibilidade de seu autor. Através das ações e relações do personagem criadas por Gabriel García Márquez, dispomos de uma variedade de meios para representar os momentos importantes da história da América e explorar as virtudes dos seus agentes num momento significativo do século XIX.

Notas e referências

¹ Walter BENJAMIN, *O Narrador*. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov, in: *Obras Escolhidas*. Magia e Técnica, Arte e Política, 5ª ed, São Paulo, Brasiliense, 1993, p. 208.

² J. B. TREND, *Bolívar e a Independência da América Espanhola*, Rio de Janeiro, Zahar, 1965.

³ Francisco PIVIDAL, *Bolívar, Pensamento Precursor do Antiimperialismo*, São Paulo, HUCITEC, 1983.

⁴ J. L. SALCEDO-BASTARDO, *Bolívar*. Visão e Revisão. Rio de Janeiro, Ed. Agir, 1976.

Bolívar na América Latina: História e Literatura no Labirinto do General
Yvone Dias AVELINO

-
- ⁵ Maria Lúcia PRADO, “América Latina: Tradição e crítica”, *Revista Brasileira de História*, Vol. 1/2, São Paulo, 1981, pp. 167-174.
- ⁶ M. L. ELEUTÉRIO, Y. D. AVELINO e Outros, “O Bosque Sagrado e o Borrador”, *Projeto História*, São Paulo, nº 8/9, Março 1992.
- ⁷ L. S. VIGOTSKI, *Psicologia da Arte*, São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- ⁸ Nicolau SEVCENKO, *Literatura Como Missão*. São Paulo, Brasiliense, 1995.
- ⁹ Domenick LACAPRA, *História e Romance*, *RH Revista de História da UNICAMP*, nº 2-3, Campinas, UNICAMP, 1991, pp. 107-124.
- ¹⁰ Paul VEYNE, *Como se Escreve a História*, Brasília, UNB, 1995.
- ¹¹ Gilberto FREYRE, *Casa Grande e Senzala*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1961.
- ¹² Gabriel Garcia MARQUEZ, *O General em Seu Labirinto*, Rio de Janeiro, Record, 2000.
- ¹³ *Ibid.*, p. 69.
- ¹⁴ *Ibid.*, p.78.
- ¹⁵ *Ibid.*, p. 84.

Cacaso para historiadores: poesia e crítica no Brasil ditatorial (anos 1970)

*Beatriz de Moraes Vieira**

Antônio Carlos de Brito, conhecido como Cacaso (Uberaba/MG 1944 - Rio de Janeiro 1987), foi poeta, professor universitário e compositor de música popular com significativa participação na vida pública brasileira nos anos 1970-80. Formado em Filosofia, ministrou as cadeiras de Teoria Literária e Literatura Brasileira na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) nesse período, ao longo do qual organizou revistas e grupos de poesia, escreveu poemas, canções e crítica literária, almejando combater os diversos tipos de silenciamento e lugares-comuns prevaletentes sob a atmosfera ditatorial que se implantara no país desde o golpe civil-militar de 1964. Seja como poeta, crítico ou compositor, Cacaso procurou ler seu tempo e atuar sobre ele, a despeito das dificuldades políticas ou econômicas que se lhe colocavam.

As patentes diferenças formais e temáticas entre seu primeiro livro de poemas: *A Palavra cerzida* (1967) e o segundo: *Grupo Escolar* (1974) revela que algo muito significativo se passara na experiência sócio-histórica, a qual encontra na literatura – não um espelhamento, como já muito se discutiu, mas uma representação oblíqua, em que se mesclam simultaneamente aspectos da liberdade criadora individual e as ingerências do imaginário, percepções e estruturas coletivas – uma mimese transfiguradora, e nem por isso menos reveladora de relações com o mundo vivido, extraliterário. Em sua leitura, o conjunto *1968/AI-5* se configura como um marco, propriamente um divisor de águas na experiência cultural brasileira, quando os debates intelectuais e culturais que ainda existiam após o golpe foram impedidos de vez, sendo este “o momento da brutalidade, do esmagamento. Por questões de cultura, corria-se perigo de vida. Durante mais ou menos cinco anos, nossa vida cultural silenciou, cessaram as divergências, as diferenças foram momentaneamente suspensas”.¹

Com efeito, no seio dos movimentos mundiais que marcaram o ano de 1968, há uma especificidade no Brasil a ser considerada. O período que compreende 1967-68 significou uma espécie de movimento de respiração e resistência dos setores politicamente ativos da sociedade brasileira (greves, movimento estudantil, mobilização

* Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

de setores intelectuais, artísticos e da Igreja progressista²) que será duramente golpeada pelo maior endurecimento do regime a partir de 1968. Nesse ano e nos seguintes, a legislação recrudesceria os instrumentos de censura e repressão, fechando definitivamente os canais de articulação política civil. No que se refere ao setor cultural, podem-se destacar: a) Lei de Imprensa (nº 5.250/1967) que estipulava forte censura nos meios de comunicação; b) a tão combatida reforma universitária que se efetivou (lei nº 5540/68), reduzindo sua função à formação de quadros técnicos burocráticos, para o setor produtivo da economia e para a administração estatal ou empresarial, de modo que o Estado veio a obter êxito em atrair setores da massa de estudantes para o projeto de ascensão social via uma melhor remuneração do trabalho técnico;³ c) o decreto-lei 477/69 que proibia a atuação política e penalizava “infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares”, o que incluía a cassação e a suspensão por três anos de alunos e professores considerados subversivos; d) expurgos, demissões, aposentadorias compulsórias, proibições de leituras e discursos críticos, espionagem policial nas salas de aula, delações e desarticulação da UNE e do movimento estudantil em geral; e) o Ato Institucional nº 5 (13 dez 1968) que conferia, ao Executivo, poderes excepcionais para reprimir quaisquer manifestações políticas, sociais e culturais que considerasse subversivas à ordem vigente. O regime ditatorial controlou as resistências políticas e reforçou a coerção e violência do Estado, afetando profundamente o modo de vida, de forma que no segundo semestre de 1968, os movimentos de resistência já arrefeciam, dominados pela repressão aos embates travados, cuja desproporção de forças era brutal. Sem apoio social mais amplo e diante do projeto militar de aprofundar o estado de exceção, mudaram as reações da oposição perante a repressão: indignação e ira tenderam a ceder à intimidação e ao medo.⁴ De fato, as imagens e metáforas usadas no país para tratar do significado de 1968 estão relacionadas à ideia de interrupção: O curto ano de todos os desejos”, um “grito”, “o ano que não terminou, uma vertigem...”

Diante disso, afirma Cacaso, “nossa vida cultural, cheia de viço e ideais, foi, do dia pra noite, reduzida a escombros. O período que se abre a partir daí inaugura um capítulo novo em nossa história cultural, que ainda não se esgotou nos dias que correm. É o tempo do grande desbunde”.⁵ É clara a compreensão de que ocorreram, no passado recente, transformações profundas a ponto de reorientar a vida e a cultura: *nada será como antes*, desde o processo de constituição de formação de subjetividades aos processos de constituição das relações políticos e sociais. Assim, à data 1968 é conferida uma importância especial, uma vez que se entenda uma data histórica não estritamente como um dia, mês ou ano, mas como um processo complexo em que interagem questões sociais, políticas, econômicas e culturais, nacionais e internacionais, cujas tensões convergem em um dado contexto, do qual a data é expressão. Para usarmos uma expressão benjaminiana, é o signo de uma constelação histórica e seus desdobramentos. No 1968 brasileiro, convergem influxos do movimento contracultural internacional, da Nova Esquerda, das ditaduras militares latino-americanas e sua relação com a política internacional, especialmente o projeto norte-americano para a América Latina, da violência de Estado atingindo índices inusitados, do processo de modernização conservadora de cunho nacional-desenvolvimentista e suas teorias

econômicas, dos instrumentos jurídicos envolvidos, das ações e reações dos movimentos sociais, das propostas estéticas de atualização cultural e seus embates, do estado das artes em todos estes itens... No bojo dos vinte anos da ditadura brasileira, 1968 simboliza este ponto de confluência de tensões de diversa ordem (ainda que a ditadura date de 1964, o processo cultural desses quatro primeiros anos desemboca posteriormente) e, como tal, pode ser visto como uma baliza histórica.

O artista *marginal*

Em tal quadro, evidentemente, ocorrem mudanças estéticas e intelectuais, que ao mesmo tempo o alimentam e dele resultam. O movimento tropicalista havia participado dessa espécie de respiração resistente de 1967-68 que foi asfixiada. Resultante de um impasse da poesia, insatisfeito entre o *populismo* desgastado da poesia engajada, por um lado, e “o fim da palavra” para o qual tendiam as vanguardas, por outro (o impasse remontava aos antigos embates entre as vertentes nacional-popular e vanguardista-formalista, que dominaram a cena cultural nos anos 60, segunda a classificação proposta por Holanda), o tropicalismo anunciou performaticamente sua *morte* já em 1968, mas não sem deixar fortes repercussões.⁶ A espécie de poética decorrente das propostas tropicalistas, gritante, rasgada e caleidoscópica, era então concebida por seus próprios atores como um modo *marginal*, tanto pela sua diferença estilística quanto por seu vínculo com a contracultura em geral. Tal *marginalidade* era valorizada positivamente, em consonância com as leituras que os artistas brasileiros principiavam a fazer de Herbert Marcuse, cujos livros estavam sendo traduzidos no país. Em correspondência de 1968, o artista plástico Hélio Oiticica, sentindo-se *sufocado* e reclamando da “barra pesada e do terrorismo de direita” que censurava suas obras, bem como da “gente mesquinha e idiota” que sabotava a vanguarda artística, compreendia o comportamento marginal como aquele em que ocorre o descondicionamento burguês e a incorporação do princípio do prazer. O momento era “de síntese e reposição de valores”, havendo que se buscar a autonomia da arte e uma expressão própria em contraponto às pressões do mercado e dos rivais, uma vez que compreendia a arte como “outro ‘plá’ [...] Não somos comerciantes de arte para termos competição, nem ideólogos”. Entre inúmeras considerações sobre arte contemporânea e arte no Terceiro Mundo, retomava de Marcuse a ideia de que a liberação de forças imprevisíveis era um problema central da atualidade e que, portanto, a especificidade da arte brasileira se constituía pela dramaticidade de se lidar com a violência e as pesadas dificuldades, derivando daí uma projeção de futuro anticapitalista em que o artista autêntico seria um *desclassificado* como um marginal marcuseano.⁷

Na leitura de Cacaso, o significado do marginal era um conflito com os valores e comportamentos representativos do mundo oficial, com o qual se sentia incompatibilizada boa parte da juventude, intelectuais e artistas. A tensão que se experimentava se traduzia na forma de dispersão e espontaneidade imediata de cada um, já que se havia interrompido a comunicação com as camadas populares e a vida cultural se represara “nos limites de classe da pequena burguesia e em setores médios ilustrados. Mas até 69, por aí, o tom predominante era crítico, a vivacidade era grande, as áreas intelectuais e artísticas se procuravam e interligavam, as pessoas trabalhavam e

pensavam juntas. O tropicalismo, por exemplo [...]”.⁸ Assim, estar em contraposição era estar *marginal*, e esta marginalidade se manifestava em duas esferas, no que concerne à produção cultural e artística: torna-se vigente na cultura uma ideologia de contestação, ensaiando valores e atitudes alternativos e assumindo formas variadas e mesmo contraditórias, ao lado do problema material de fechamento do mercado editorial aos novos autores, que se viam na situação de assumir a edição e distribuição de seus trabalhos com risco próprio.

A intenção de construir uma imagem de *marginalidade* ao mundo sistêmico, quer do prisma político, ideológico ou econômico, denota uma decepção relacionada ao processo de interrupção na vida cultural que foi sentido de modo profundamente doloroso, por vezes traumático. Em numerosos testemunhos de época, os termos-chave, como um denominador comum para rememorar o fenômeno, são uma *efervescência* que foi brutalmente *interrompida* e terminou por se perder.⁹ Esta efervescência, testemunhada pelos sujeitos ativos daquele processo histórico, indica uma experiência de sociabilidade aprofundada, um compartilhamento de ideias, desejos e atitudes, traduzindo-se em expressão criativa e ação política de grande intensidade – “a sensação de tocar com o dedo a História”, segundo o então líder estudantil Jean Marc Van Der Weid –, cuja interrupção não foi devidamente assimilada e entendida, embora sentida. A experiência democrática e nacionalista dos anos 1945-1964, quando também se propagaram ideias socialistas misturadas às trabalhistas, configurando as ambiguidades e a complexidade do populismo brasileiro, havia selado fortemente com um cunho anticapitalista a formação dessa “geração interrompida”, por assim dizer, e que agora se encontrava em crise aguda.¹⁰

Os problemas a enfrentar envolviam a questão adorniana da resistência cultural e da possibilidade ou não – e como – de se criar arte em tempos catastróficos. Politicamente, havia que se lidar com o estado de exceção, o terrorismo de Estado, as camadas superpostas de violência na história brasileira; o autoritarismo militar e social, o clima persecutório marcado por delação social, espionagem, propaganda, sentimentos de intimidação e paranoia, tanto por parte de civis quanto de militares. No âmbito econômico, vivia-se o processo de modernização conservadora que produziu o período de crescimento conhecido como *milagre econômico* e sua posterior crise, o arrocho salarial, os acidentes de trabalho, o desemprego, a concentração de renda, o aumento exponencial da dívida externa do país e seu atrelamento ao Fundo Monetário Internacional. Na vida cultural, passou a prevalecer o discurso da eficácia econômica, ao lado da afirmação definitiva da indústria cultural no país; o direcionamento dado pela Política Nacional de Cultura (PNC) e as agências estatais, que para muitos artistas se tornaram a única maneira possível de trabalhar; os processos de espetacularização (TV), repressão, cooptação e mecenato.¹¹ Em suma, lidava-se com uma dinâmica complexa de transformações estruturais no país, mas com manutenção das injustiças sociais: o Brasil se tornou um país prioritariamente urbano e comportou um dos maiores êxodos rurais do mundo, bem como consolidou-se como um *país em desenvolvimento* nos moldes capitalistas, o que se faz acompanhar da consolidação dos valores correlatos que configuram a sociedade burguesa contemporânea, como o consumo, a cidadania monetarizada, a cultura como um processo de produção-distribuição industrial e

mercantil – aí incluída a cultura popular, crescentemente transformada em folclore exótico e bem de exportação.

Nesse contexto, portanto, avultavam-se os problemas das escolhas poéticas (temáticas e formais) e da resistência cultural, isto é, em meio a tudo isto, quais escolhas cabiam ao intelectual e ao poeta; qual resistência, como e a quê?

A poesia da experiência e da asfixia

No campo poético, o momento veio exigir a mudança de rumo e dicção não apenas dos tropicalistas, mas, outrossim, de poetas que vinham surgindo no final dos anos 1960, como Armando Freitas Filho, Chico Alvim e Cacaso, entre outros. Armando Freitas F^o vê o surgimento de uma “nova poesia” que realizou a transição do tropicalismo para a poesia marginal, ou melhor, preparou o terreno para esta à medida que abriu os jogos formais à experiência.¹² Associa-se a isto a retomada da concepção das vanguardas europeias de início do século, também elas em crise após as guerras mundiais, acerca da relação arte-vida. Mas o surto poético que se configurou em todo o país, especialmente a partir de 1973 (somado ao surto editorial de 1975), se apontava uma vitalidade literária em meio à ditadura, não apresentavam clareza programática nem um conjunto homogêneo de proposições, ao contrário, a pujança advinha de um esforço de reação às ruínas, compondo um variado mosaico de vertentes, busca de respostas distintas e entrecruzadas.

A recepção ao surto de poesia tendeu a enfatizar a relação entre ditadura e criatividade (como um lado bom da dita cuja), o que encontrou uma resposta veementemente negativa por parte de Cacaso e Heloisa Buarque: o que se via era uma poesia à revelia, repleta de dificuldades subjetivas e coletivas postas no “nosso verso de pé quebrado”, verso sem grande qualidade estética ou criatividade, mas que revelava subjetividades e sociedade fraturadas.¹³ A “dor do corpo social”, segundo uma expressão de Certeau, seria a marca qualitativa dessa poesia, e não o bem fazer literário. As discussões que se deram em torno da qualidade estética assinalam a existência de tensões formais, temáticas e existenciais, no sentido do modo de se situar no mundo e atribuir-lhe significações. As diversas posições e atitudes dos sujeitos sociais dependiam de seus variados modos de se pôr e responder, ou não, as questões trazidas por sua experiência histórica. Os problemas colocados não diziam respeito apenas à dimensão material da cultura, mas também a um sentimento de angústia que a acompanhava, e tanto mais angustiante quanto de menos recursos conceituais se dispunha para pensar e informar a ação cultural. A crise das subjetividades e dos destinos mostrava-se mediante imagens incômodas, de sofrimento, formação incompleta do eu, falta de escolha, perplexidade; “falta de senso trágico em plena tragédia” (segundo expressão de Torquato Neto), *viagens*, fugas, suicídios... O projeto autoritário de formação social no Brasil, recorda J.Ginzburg,¹⁴ afetava os sujeitos, que se viam impedidos de conduzir suas próprias trajetórias, acusando em seus textos o impacto agônico dos processos de desorganização de suas referências e sentidos para o que seja a relação indivíduo-sociedade e, portanto, em última instância a própria constituição histórica do humano.

O projeto poético-político de Cacaso de uma poesia a todo custo, como resistência no campo cultural ao estado de exceção e à atmosfera de asfixia, tornou-o uma figura

prototípica de um olhar crítico e da camisa-de-força imposta pelas contradições da época simultaneamente. Primeiramente, realizou um esforço de compreender e organizar o *surto poético*: grupos, coleções poéticas – Frenesi e Vida de Artista – e revistas marcados com o selo do anti-intelectualismo, do anti-tecnicismo e da politização do cotidiano, os quais, segundo Pereira, consistiam em três pontos básicos da reorientação da experiência cultural ocorrida ao longo dos anos 70.¹⁵ Nesse processo, Cacaso, assim como Paulo Leminski em outra vertente, parece haver ocupado uma posição centrípeta. Articulava gerações e grupos distintos, aglutinando-os e comentando a nova poesia nos jornais alternativos, como *Opinião* e *Movimento*, nas revistas de cultura, como *Vozes*, *Argumento*, *Almanaque*, *Brasil*, e posteriormente na grande imprensa, escrevendo crítica para a revista *Veja* e a *Folha de S.Paulo*. Deste modo, o poeta mineiro-carioca se tornou também crítico e comentarista prioritário da tendência poética *marginal* no Rio de Janeiro, sendo, por isso, um dos principais responsáveis por sua legitimação.

Em diversos momentos de seus escritos críticos, ao menos até fins dos anos 70, Cacaso reafirmava a importância de se estar fazendo poesia no país a despeito de um contexto tão adverso, ainda que aquela proliferação poética fosse heterogênea e implicasse em inúmeros casos uma desqualificação estética. Seu projeto político-poético¹⁶ envolvia o desejo de uma criação coletiva, para a qual ele evocava a imagem de um caldeirão onde todos pusessem e retirassem poesia, conforme a ocasião. O projeto envolvia também a composição e distribuição artesanal do livro que ele tanto admirara no início da década na *poesia de mimeógrafo* (Chacal, Charles, Guilherme Mandaro etc.), como um modo de editar refratário ao fechamento do mercado editorial aos novos autores até a segunda metade do decênio. Buscava-se:

“... uma continuidade profunda de experiência entre os poetas, que de alguma forma se manifesta na produção de cada um, com os poemas se interpenetrando, se confundindo uns com os outros, como se fossem partes complementares de um mesmo poemão que todos, sem qualquer combinação prévia, estivessem compondo juntos. Estamos diante de um caso em que o movimento conjunto, cuja densidade é crescente, balanceia e resguarda até certo ponto a falta de consistência pessoal, e onde todas as habilidades somam na formação de algo como um acervo comum.”¹⁷

A aposta nas possibilidades criadoras e cognitivas dessa produção poética coletiva é reiteradamente sublinhada por Heloisa Buarque de Hollanda como uma das dinâmicas mais significativas da poesia dos anos 70, parecendo incluir até mesmo o trabalho crítico desses e outros autores, que estudavam e pensavam juntos. Sabendo que as vozes individuais vão além do estritamente particular, o autor do *poemão* ou *caldeirão* as reunia, compreendendo o universo social como algo mais do que o somatório dos indivíduos, à maneira da sociologia e da filosofia política, e o universo literário como uma vasta rede intertextual.¹⁸

A viabilidade deste projeto é toda uma questão. Quanto à preocupação com a profissionalização do poeta, além do fato de poetas brasileiros sempre haverem precisado editar por conta própria,¹⁹ isso parecia insolúvel, pois inequivocamente

sempre dependeu da riqueza familiar, do mecenato, do Estado ou do mercado. No que tange à questão da liberdade em contraposição à mercantilização da arte, Cacaso insistia na necessidade de se aprender “a lição modernista” e defendia a gratuidade da arte como garantia do engajamento político, isto é, a liberdade de criação como condição prévia do trabalho artístico, e não apenas como meta. Naqueles anos, esta liberdade incluía a produção artesanal e a distribuição de mão-em-mão, significando não só uma contrarresposta ao mercado editorial consagrado, mas uma recusa do gesto tecnicificado e uma afirmação da delicadeza de uma relação em que o interesse econômico não é foco central, permitindo a recuperação do que ele chamou de carga utópica dos “nexos qualitativos de convívio que a relação com o mercado havia destruído”.²⁰ Por outro lado, os artigos do início dos anos 80 revelavam uma preocupação maior com os rumos banalizadores tomados por esta poesia, tomados por esta poesia (banalização), bem como a crença de que a profissionalização do poeta dependia da palavra cantada, isto é, estava subordinada à indústria fonográfica, como provava o sucesso de Vinícius de Moraes.²¹

Como se vê, a resposta poética ao *sufoco* vivido sob a ditadura adquiria a amplitude do diálogo travado entre a arte e a modernidade capitalista, no seio do qual o regime autoritário e violento vem a ser um fator agravante de um mal-estar da cultura.

Poesia à revelia e perplexidade – a crise da modernidade no Brasil

A poética de Cacaso revela certa consciência de uma crise das propostas civilizatórias modernas, em geral e no Brasil em especial. O sentimento do poeta pelo que se tornava a modernização no país, tão decantada pelo romantismo e modernismo brasileiros desde fins do século XIX, traduz-se em poemas como *E com vocês a modernidade* (Ai que saudade que tenho de meus negros verdes anos!²²) ou *Jogos Florais I*:

“Minha terra tem palmeiras
Ficou moderno o Brasil
onde canta o tico-tico.
ficou moderno o milagre:
Enquanto isso o sabiá
a água já não vira vinho,
Vive comendo o meu fubá.
vira direto vinagre.”²³

Prevalece no poema a imagem do Brasil moderno como um país de inversões: inversão entre o lugar ocupado pelo tico-tico e pelo sabiá na cultura brasileira e do significado das benesses da modernização (o vinho), pois as contradições do processo de desenvolvimento no país (o *milagre* econômico) eram tão imensas que a deterioração (o vinagre) se fazia sentir antes dos proveitos. Breve como o poema, a suma avinagrada da modernidade brasileira é a saudade de uma sorte de existência que não se concretizou. “Toda felicidade é memória e projeto”, sintetiza o último verso de *Cinema mudo*,²⁴ que, à maneira agostiniana, atribui o tempo de ser feliz ao passado ou ao futuro, visto que o presente não existe...

Com a poesia de Cacaso entrava em pauta – sutil e lateralmente, pois a personalidade do poeta era brincalhona – a discussão sobre o fim do otimismo moderno, que concebia a história como um progresso contínuo daquelas condições materiais e simbólicas que permitiriam à espécie o domínio sobre a natureza e o conforto de uma existência segura, condições estas, entretanto, que jamais estiveram equanimemente distribuídas por todas as nações e classes. Conhecedor de filosofia e assíduo leitor de Antonio Cândido – que citava com frequência em seus escritos críticos – Cacaso bem conhecia, e na própria pele como habitante de um país *subdesenvolvido*, as derivações problemáticas do Iluminismo, especialmente em sua puída versão latino-americana.²⁵ A impossibilidade dos filósofos clássicos darem respostas à experiência contemporânea, cuja irracionalidade intrínseca tornava impotentes as formas tradicionais da razão, exigia novas formas de pensar, sobretudo em países periféricos como o Brasil, cuja história cultural desde os primórdios apresentou características tão específicas e arreesadas em relação aos ditames filosóficos europeus. Assim, no poema *Vida e obra* o poeta põe Kant, enquanto figura-vértice da Ilustração europeia, a dançar como seus juízos epistemológicos, estéticos e morais nunca fizeram:

“você sabe o que Kant dizia?
que se tudo desse certo no meio também
daria no fim dependendo da ideia que se
fizesse de começo
e depois – para ilustrar – saiu dançando um
foxtrote.”²⁶

Revertendo o sentido iluminista pela ambivalência do verbo *ilustrar*, o poeta desconfia – não somente que o iluminismo não acaba em samba, nem em formas de bailar latinas, cujas histórias não deram bons sinais nem no princípio, nem no meio – mas que está dada a impossibilidade de racionalizar o mundo, tornando-o manipulável pelo pensamento humano, cujo contínuo progresso permitiria ao homem se tornar senhor de si e de seu medo...

Um conjunto de espantos e estranhamentos nessa direção permeia a poesia dos anos 70. No poema *Praça da Luz*, esses sentimentos derivam da instauração de uma atmosfera surreal num horrível cenário de circo, terminando o teatro sem alegria com o lastro das gargalhadas dos filmes de terror:²⁷

“O inverno escreve em maiúscula
sua barriga circense.
Namorados sem ritmo povoam o espaço
onde gengivas conspiram e chefes de família
promovem abafadas transações.
Um marreco aproveita a audiência
e se candidata a senador. Anjinhos
cacheados esvoaçam flâmulas
e hemorróidas, corpos horrendos se tocam.
Uma gargalhada despenca do cabide:

marcial
um cortejo de estátuas inaugura
o espantoso baile dos seres.”

Tudo é desarmônico neste que foi o lugar historicamente originário da vida pública e política... É de fato espantoso a que se reduziu o espaço da velha *ágora*: um circo surreal e terrível em que bailam e se alinham seres animalizados, petrificados, reificados. Se a constituição de um espaço público, como *locus* de debates racionais e democráticos, consistiu em um dos eixos da modernidade ocidental, ei-la aqui em decomposição.²⁸ De fato, a crise não atingia apenas a experiência espacial, mas sobretudo os laços políticos e a sociabilidade. Como esta, em especial (e também aqueles, se compreendidos amplamente), é fundante do humano, começa a surgir nos textos a figuração de bizarras criaturas ou seres deformados, bem como o profundo desconsolo com as formas assumidas pela subjetividade, conforme se aprende do “tu, rinoceronte improvável, flama sapientíssima” e “tu, monstro cingido de totais firmamentos” de Afonso Henriques Neto,²⁹ ou do triste *Ulisses*, de Roberto Schwarz: “A esperança posta num bonito salário/corações veteranos//Este vale de lágrimas. Estes píncaros de merda.”³⁰

“O espantoso baile dos seres” desfigurando a praça pública, os tropos e predicados vários de intuito depreciador traduziam um *espanto poético* com o que se tornava o ser individual e social, o cidadão e as relações humanas. Como Raymond Williams havia notado na Inglaterra, quando a forma mercadoria vai tomando conta da esfera da cultura e quanto mais o capitalismo supera suas crises internas e se readapta, mais se aprofunda uma crise cultural, aquela derivada da exclusão de necessidades humanas permanentes, que se tornam reprimidas ou alijadas do processo de desenvolvimento, provocando uma “restrição radical de concepções de humanidade ou de sociabilidade” e infundindo, portanto, noções cada vez mais esfaceladas acerca do humano e da vida social, de onde o estranhamento revelado na arte.³¹ Não se tratava, porém, seguindo uma pista benjaminiana,³² de um espanto filosófico produtor de conhecimento, ao modo, por exemplo, da dúvida *mater* cartesiana, mas de uma situação diversa e geradora de um assombro sem respostas ou nem mesmo perguntas. O espanto inqualificável se relacionava à incomensurabilidade das transformações da experiência de sociabilidade, que não encontrava termos de referência nas concepções que se tinha dos processos de desenvolvimento das sociedades e da história, ainda (como até hoje, apesar das vicissitudes) profundamente pautados pela noção de progresso.

Esse espanto era quase informe, fruto de percepções em ato ou fatos inesperados, como aconteceu na descoberta de uma rusga decorrente da distinção socioeconômica existente entre poetas da zona sul e da periferia do Rio de Janeiro – as circunstâncias, que ameaçavam o projeto coletivo do *poemão*, a despeito da boa vontade geral, geravam certamente estranheza e susto.³³ (A poesia mais agressiva de Adauto, por exemplo, incidindo sobre a violência urbana, a religiosidade afro-brasileira e as regiões mais pobres da cidade, havia sido incorporada na antologia de Holanda de 1976, e os jovens poetas mantinham habitualmente contato com as populações dos subúrbios e dos morros, agregando-se em função do consumo de drogas e da ojeriza à polícia, o que,

segundo Pereira, era uma vivência comum de *toda uma geração*, independentemente da situação de classe que, passando ao largo de uma identificação de tipo populista, cruzava a “malandragem das turmas de esquina” em certos momentos com a “malandragem popular”, conforme mostraram os depoimentos que coletou.³⁴

Nos anos seguintes, todavia, uma série de disjunções iluminaria, cada vez mais, iniciativas e problemas até então desconhecidos ou impensados acerca deste canto *periférico*. Existiam grupos inimaginados, como, por exemplo, os AdVersos, do bairro da Tijuca (RJ), que desde 1972 apresentava recitais que não circulavam muito além daquela circunscrição, seu próprio nome revelando sua posição extrínseca àquela movimentação *marginal*.³⁵ Entre os estudantes, algumas divergências começavam a despontar. Os grupos poéticos *Gandaia* e *Folha de Rosto* buscariam uma dicção mais politizada, alguns de seus membros participariam da reeclosão do movimento estudantil, que se daria em fins dos anos 1970 após tantos anos de encubação; o grupo *Garra Suburbana* ingressaria na luta antirracal e contra a pobreza, entre outras. Na periferia do Rio de Janeiro, germinavam aqueles que na virada da década seguintes editariam a revista *Amplitude*, em Nova Iguaçu, buscando ampliar o espaço cultural da Baixada Fluminense, ao lado da Coomasp (Cooperativa Mista de Artistas Suburbanos Panela de Pressão) que atuaria junto a comunidades de subúrbio, preocupada com o que se chamava de uma política cultural de base.³⁶ No início dos anos 1980, o tumultuado I Encontro Estadual dos Escritores Independentes do RJ revelaria diversas tensões, acumuladas no quarto final do decênio anterior, acerca das formas de organização ou sindicalização dos independentes, originadas de grande dissenso a respeito da atuação institucional e da definição e lugar do poeta, desde aqueles que defendiam uma associação nacional de cooperativas – pois o escritor não devia preocupar-se “com sua exibicionista marginalidade, e sim em como vender o seu trabalho”³⁷ – até os que propunham uma produção totalmente desinteressada, autodenominado-se “independentes em trânsito...” todos se reunindo na mostra livre da Feira de Poesia da Cinelândia,.

Tudo isto traz indícios de um processo, sentido apenas por meio do espanto, que apontava para o fim de um Brasil dos abraços, conforme retratado por Schwarz em *Almoço no estrangeiro*, publicado na revista *Ânima*, ainda em 1976,³⁸ que farejava o fim de conciliações sócio-políticas de classes e de projetos comuns, os quais historicamente haviam sido construídos no país, desde os idos de 1930:

“O Brasil mudou / não é mais como antes / quando tudo terminava em abraço. / Agora tem uma cicatriz ./ Em qualquer encontro ou jantar/a diferença entre os que foram contra / e os que foram a favor/pode aparecer. [...] / Agora para ser brasileiro / é preciso assumir inclusive isto. / Em certo sentido / o país ficou mais moderno.”

A modernização do país pressupõe uma identidade que assume paradoxalmente diferenças irremediáveis, inconciliáveis. A ideia de cicatriz, remetendo a um corte profundo rasgando várias camadas de tecido, aponta para um conjunto de cisões superpostas na sociedade de difícil visibilidade. Na antologia *26 poetas hoje*, ao lado das imagens de sangue / feridas, medo, *sufoco* / estrangulamento / nó na garganta,

solidão, despedidas, circos / palhaços, música na vitrola, suicídios, amores e dissabores cotidianos, pululam aquelas de separação, corte, cisão, sem mencionar as incontáveis cicatrizes: “que cada uma das suas muralhas / supõe a seguinte e a anterior” (Geraldo Carneiro); “no longe corte do peito nas tontas / revoltas da cara [...] sobrevivo / com muito esforço / e as costelas partidas” (Leomar Frões); “quando a luz do sol vai entrando de novo / dividindo o quarto num tratado de Tordesilhas / eu nervoso me olho no espelho / me jogo no sofá me vejo cortado / em duas postas” ou “lances assassinos / essa noite acredito / cicatriz sinistra” (Adauto).³⁹ No poema *Orate Frates*, Flávio Aguiar aborda a fraternidade não realizada (No poço fundo do mundo / Encontrei minha bela irmã / Aquela que nunca tive, / Aquela que não terei.) e as hesitações do poeta (À beira do poço esquivo, / Hesito se pulo ou recuo.⁴⁰), em um tempo incessante e entristecido (“o mundo roda sem festa”), onde os reflexos de si e do outro são ambíguos (“espelho claro e escuro”), aproximando-se, assim, da imagem do fim do tempo dos abraços.

Tais imagens de uma fraternidade inviável, logo de esgarçamento de laços sociais, evidentemente possuem correspondência na experiência histórica dos poetas. Um levantamento inicial na bibliografia estudada indica uma série de oposições que se radicalizaram na sociedade ao longo do período da ditadura, criando fendas nem sempre passíveis de sutura. “A turma da vida e a turma da morte” ou “do esquema geral da morte”, de que falava Torquato Neto,⁴¹ são inconciliáveis. Assim, se observa um afastamento crescentemente tenso de setores sociais, envolvendo por exemplo: a) uma cisão entre militares e civis e, dentro deste grupo, entre os que foram contra e a favor da ditadura militar, decorrendo em diferenças não estritamente políticas, mas de cunho econômico entre os que ganharam e os que perderam com a modernização conservadora; entre os que se entregaram às delações e contribuições com as comunidades de informação e segurança, reforçando o *ethos* persecutório que destrói a solidariedade social, e aqueles que se recusavam a qualquer prática autoritária, ainda que fossem obrigados a se calar; b) uma “fissura entre dois querer de mudar o mundo” (que poderíamos chamar de modelos exemplares derivados do existencialismo e do marxismo), dividindo os jovens que ingressaram na luta armada e os que se identificavam com o modo de vida contracultural, bem como entre os jovens que precisavam se sujeitar à ordem do mundo do trabalho e os que podiam estudar;⁴² c) diferenças profundas entre os que viveram operações desumanizantes, como prisões e torturas físicas e psicológicas, destruidoras de traços de civilização e por vezes de subjetividade, e o restante da sociedade. Dentro deste grupo se dividem torturados e torturadores. No seio das esquerdas militantes, por sua vez, acrescentam-se fissuras várias, não apenas por suas diferenças ideológicas/políticas, mas pelos distintos comportamentos diante da prisão tortura, exílio etc., e as diferentes memórias que disto resultam; d) há cisões também entre os que partiram para o exílio e os que ficaram no país, ambos de certa maneira idealizando a condição do outro,⁴³ e produzindo uma fenda onde antes havia condições de unidade. Pode-se notar no Brasil um processo análogo ao ocorrido na Argentina, onde a ditadura dos anos 70 provocou uma dupla fratura no campo intelectual, que, por um lado se tornou cindido entre os que permaneceram dentro ou fora do país, e por outro, sofreu os efeitos de um corte no

tecido social interno, quando se isolou o contato dos intelectuais com os espaços populares, bloqueando o trabalho que se fazia no sentido de romper fronteiras entre cultura erudita e cultura popular.⁴⁴ Dinâmicas de isolamento intelectual, reavaliações sobre a função social do pensamento e da arte, auto-exílio ou exílio em terra natal, impossibilidades de retorno à pátria etc., que muitas vezes disputam entre si, estão relacionadas a este ponto. Não há que esquecer, ainda, o abismo existente entre todos estes e os que nada sabem, em razão de processos alienadores ou por pertencerem a gerações posteriores, cujo conhecimento histórico não chega a tanto.⁴⁵

Em suma, passam a vigorar processos de fragmentação e corrosão do vínculo social – “Cada um deve ser pelo menos dois”, conclui Cacaso em *Mínimo divisor*⁴⁶ –, que impedem uma constituição orgânica da sociabilidade e conduzem à conseqüente perda, por parte do indivíduo, da noção de pertencimento à espécie e à natureza, o que significa uma fratura no processo de construção antropológica da sociabilidade.⁴⁷ Esse estranhamento, característico da sociedade burguesa, vitoriosa no Brasil com a ditadura e o processo de modernização conservadora, vem a esgarçar e romper os mecanismos de reconhecimento social, incrementando as condições para o aumento da violência física e simbólica, de modo que as crises sociais deixam de significar uma regressão momentânea e apontam para o aprofundamento da relação cindida dos sujeitos entre si, dentro de si e com o mundo por eles mesmos produzido. Além do mais, a liberdade de escolha dos indivíduos para determinarem transparentemente suas vidas se retrai sob regimes autoritários, quando nenhuma palavra de honra subsiste e nenhum contrato é obrigatoriamente cumprido, diluindo os laços éticos. Tal diluição dos melhores laços da sociabilidade acirra a crise existencial, produzindo, nos mais sensíveis, imensa carga de angústia diante das perguntas sobre o que os sujeitos e os países são, não são, poderiam ser ou ter sido, como testemunha Cacaso. No entanto, a ruptura entre humanidade e cultura passa a ser, sob pena de insuportabilidade, também ela administrada... Caberá então aos poetas encontrar formas expressivas que os permitam manipular, com alguma soberania subjetiva, a rudeza, a insensibilidade e a estreiteza que foram objetivamente impostas ao oprimido.⁴⁸

A procura de compartilhamento da experiência, como antídoto deste processo de seccionamento a que todos estavam submetidos, foi certamente o que havia levado Cacaso ao projeto da poesia coletiva.

Condição intervalar – Experiência estética e histórica no meio do corte

A insistência na formação de um acervo comum de matéria poética e experiencial só faz sentido em um mundo onde ele não existe ou está abalado, e isto Cacaso não desconhecia. É um tal acervo, constituído lentamente ao longo do tempo, que permite a estruturação de tradições e daquilo que Antônio Cândido chama de um sistema literário nacional, com base, no caso brasileiro, no legado romântico e modernista, especialmente. Toda sua poética, como se vê, calcou-se no diálogo com esta herança, no contexto de sua erosão, e na preocupação com os destinos das relações humanas no tempo presente. À cisão no processo de transmissão dessas tradições (mais uma!), portanto à ameaça que se colocava a um fundamento necessário da cultura, Cacaso reagia com a veemência de seu espanto e sua liderança articuladora do projeto artesanal

e coletivo da poesia marginal, ainda que isto fosse visto por outros colegas como uma ambição narcísica. Mas este gesto o impedia – e com ele *os marginais* – de submergir de todo na ferida funda das muitas cisões, sem contudo torná-los imunes, pois que ninguém escapa inteiramente aos ditames de seu tempo histórico. Abria-se, assim, um lugar particularmente diverso: um entrelugar específico.

Este modo específico de experiência que ocupa um entrelugar pode ser chamado de “condição intervalar” do poeta de classe média no momento de consolidação da modernidade capitalista e da cultura burguesa. Justamente o processo que, no Brasil, se adensava sob a égide do estado de exceção, obtendo a resposta difícil e ambígua da geração dos poetas da década de 1970. A condição intervalar se manifestou para eles de diversas maneiras, seja nas tensões imagísticas introduzidas no corpo dos textos, seja na resistência inicial ao mercado editorial e à indústria cultural, seja na linguagem coloquial, popular, rasgada e suja que assumiam como matéria e instrumento do fazer poético, seja ainda no próprio nome de *poesia marginal*. Sua margem não era exatamente *fora*, mas *entre*: no lugar da cicatriz e do corte, não estavam de um ou outro lado do que se cindia, mas no meio do próprio rasgo, que alguns, como Cacaso, tentavam alinhar como podiam. É assim que as imagens poéticas entretecem humor e angústia; o tempo da espera e da pressa, da ação e da passividade; o falar e o calar; o silêncio imposto, o escolhido e o necessário; as pulsões de vida e de morte; experiência individual e coletiva; medo e ousadia; crença e desconfiança no progresso nacional e no papel dos meios de comunicação de massa; desilusão e esperança nas relações humanas; interesse econômico e gratuidade estética; trauma e desrecalque de elementos culturais; esquecimento e memória. São de sua condição intervalar os textos curtos e entrecortados, a poética lacunar e a resistência límbica que produziram, bem como seu modo muito próprio de testemunhar a experiência histórica em curso, buscando expressar a perplexidade diante do que era ainda incomensurável para o mundo das palavras.

Por certo esta condição se relacionava com o lugar incômodo que ocupavam, como sujeitos-poetas, em um contexto de transformação do modo de constituição das subjetividades, de maneira que as formas subjetivas conhecidas se dissolviam, sem que novos sujeitos tivessem ainda emergido,⁴⁹ resultando em certo estado de anacronismo ou extemporaneidade que, vale repetir, condiz com este marginal-entre. É possivelmente isto que explica a análise reavaliadora de Holanda, no posfácio da antologia *26 poetas hoje*, não mais os considerando como “uma reapropriação do modernismo”, nem tampouco como “um antecedente do pós-moderno”.⁵⁰

Aquela geração poética – especialmente a geração mais velha dos *marginais* – formara-se no período do nacionalismo desenvolvimentista brasileiro, que havia propiciado no país uma mobilização social profunda e um imaginário social novo, como diz Schwarz. A despeito das “falácias nacionalistas e populistas”, desenvolvera-se um senso de responsabilidade histórica – caracteristicamente moderno, pode-se acrescentar – que incorporava a ideia de nação como um todo e a preocupação com o destino dos excluídos, criando na esfera cultural um desejo de consistência que a fazia testar-se pela prática social e transformar-se.⁵¹ Com este sentimento renitente, provido de um senso de

historicidade e função social, ainda que dolorido e em dissolução, os poetas da década poetaram sobre sua experiência, no fragor da hora, sem distanciamento temporal que os permitisse ver em perspectiva o que viviam, mas intuindo e testemunhando o seu difícil lugar, entre promessa e desvão. Assim, a lira marginal viveu seu (contra)tempo. Vértice dessa condição intervalar – espantado, articulador e generoso na força coesiva e tensa que produzia com sua poesia e sua crítica –, o poeta Cacaso se moveu, no seio do corte, como “um pássaro [que] pensava suas penas/e já sem resistência resistia.”⁵²

Notas e referências

- ¹ Antônio Carlos Ferreira BRITO/CACASO, “Você sabe com quem está falando? (As polêmicas em polêmica)”, BRITO, *Não quero prosa*, (org e seleção: Vilma Arêas), Campinas/Rio de Janeiro, Unicamp/UFRJ, 1997, p. 104.
- ² Daniel Aarão REIS, “1968, o curto ano de todos os desejos”, *Acervo: revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, v.11 (Nada será como antes, os anos 60), n.1-2, p.25-38 (jan./dez. 1998), 1999, p. 29. Veja-se, p.ex.: a morte do estudante Edson Luis pela polícia; o auge das mobilizações, a sexta-feira sangrenta, a passeata dos 100 mil no RJ; a UFMG fechada e a UNB tomada pela polícia pela primeira vez; o 30º Congresso da UNE/Ibiúna (SP) invadido pela polícia, havendo a prisão de mais de 700 delegados, entre outros.
- ³ Cf. Heloisa Buarque de HOLLANDA e Marcus Augusto GONÇALVES, *Cultura e participação nos anos 60*, São Paulo, Brasiliense, 1982, pp.94-95.
- ⁴ Daniel Aarão REIS, “1968...”, cit., pp.25 e 36. Para o comentário que se segue sobre as metáforas, ver meu estudo: Beatriz VIEIRA, *A Palavra perplexa: experiência histórica e poesia no Brasil nos anos 1970*, São Paulo, Hucitec, 2011).
- ⁵ Antônio Carlos Ferreira de BRITO, “Tudo de minha terra”, Alfredo BOSI, *Cultura Brasileira, temas e situações*, 4.ed. São Paulo, Ática, 2004, pp.129-150. O artigo foi publicado originalmente na Revista *Almanaque*, n.6, São Paulo, Brasiliense, 1978. No texto, que não deixa de ser depoimento, Cacaso continua: “a melhor porção da juventude brasileira é induzida a uma despolítica gradativa e segura das paixões e das ambições. Pressionada por todos os lados e desalojada de sua função costumeira, a inteligência brasileira se desorganiza e entra em crise profunda. O desprestígio do esforço e do trabalho intelectuais será um dos traços mais salientes desse período. O desmoronamento de tantas expectativas alimentadas mais o endurecimento atual da vida favorecem um clima ideológico que combina frustração e medo; descrença em relação aos projetos de antes e às chances futuras. Daqui e dali vão surgindo os primeiros hippies; o pessoal começa a emagrecer; a vaga irracionalista toma corpo; o consumo de drogas faz carreira fulgurante e se instala; proliferam grupos e seitas orientalistas; um vocabulário novo e cifrado é posto em circulação; tudo em consonância com o clima evasivo e de introspecção que reina. Muitos da geração mais moça abandonam a universidade; outros nem chegam a tentar; parte considerável dos que se formam esbarra com a falta geral de oportunidades e perspectivas. (Ibid., pp.132-133).
- ⁶ Não cabe aqui a discussão do tropicalismo, cujas ricas polêmicas reverberam ainda hoje, mas cabe frisar que Cacaso era um crítico do movimento. Para sua crítica, remeto ao artigo: “Tropicalismo: sua estética, sua história”, em *Não quero prosa*, p.139-152, no qual Cacaso retomava e explicava as críticas que Roberto Schwarz fizera ao tropicalismo em “Cultura e política 1964-1969”.
- ⁷ Cartas de Hélio Oiticica para Lygia Clark, de 15/10 e 8/11/1968. In Renato Lemos, R. (org), *Bem Traçadas Linhas: a história do Brasil em cartas pessoais*, Rio de Janeiro, Bom Texto, 2004, pp. 410-431.
- ⁸ Antônio Carlos Ferreira de BRITO, “Tudo de minha terra”, cit., p.134. Ao longo da década de 70, a situação decorreu em iniciativas culturais que se tornaram conhecidas como “marginais”, a despeito da imprecisão ou inadequação desta nomenclatura. Tais iniciativas se traduziram tanto numa imprensa “alternativa” (*Pasquim, Movimento, Opinião*, entre inúmeros outros), quanto no teatro, na literatura, no cinema e, de certo modo, nas artes plásticas. No entanto, se alguns setores do cinema, mormente os afinados com os primórdios do Cinema Novo, dos anos 60, sintonizaram com este veio mais marginal (o “cinema do lixo”, do período 1969-73, com Bressane, Ivan Cardoso, Sganzerla etc.), a produção cinematográfica em geral era mais obrigada às exigências da indústria e do mercado em virtude dos custos e da complexidade de sua

- produção e divulgação, e o que mais cresceria na época seria a cinematografia pornográfica. Igualmente nas artes plásticas o mercado daria o tom, com o crescimento dos leilões e galerias de arte, malgrado a pujança da “antiarte” de Hélio Oiticica, da estética pop-crítica de Rubens Gershman, Antônio Dias, Carlos Zílio e outras correntes afins ao tropicalismo. Cf. Heloisa Buarque de HOLLANDA e Marcus Augusto GONÇALVES, cit., pp. 96-97. Para o cinema marginal, cf. Ismail XAVIER, *Cinema brasileiro modern.*, 2.ed., São Paulo, Paz e Terra, 2001, pp. 67-72.
- ⁹ Estes testemunhos se deram em seminários comemorativos dos 40 anos do golpe militar, realizados no primeiro semestre de 2004 em diversas instituições universitárias e culturais, e acompanhados pela imprensa. Inúmeros são os termos para nomear esta “efervescência”: Schwarz dizia que a sociedade brasileira estava “irreconhecivelmente inteligente”, cit.; Walnice Galvão fala em “ensaio geral de socialização cultural” e Ridenti chama de “agitação e florescimento cultural e político”. Cf. Marcelo RIDENTI, *O fantasma da revolução brasileira*, São Paulo, UNESP, 1993, p.152.
- ¹⁰ Na visão de Schwarz, o grande dilema do movimento cultural nos anos 70 consistia numa espécie de dor de “floração tardia”, ou seja, num amadurecimento democrático na área cultural após dois decênios de elaboração e trabalho – os anos 50 e 60 –, justamente sob o regime ditatorial, quando as condições sociais que o propiciaram não mais existiam, derivando em uma crise aguda da intelectualidade progressista. Cf. SCHWARZ, cit., p. 50. Não cabe aqui desdobrar o debate historiográfico existente sob a terminologia que designa o período pré-1964 como “nacional-desenvolvimentismo”, “nacional-estatismo” ou “populismo”, mas importa destacar o teor conservador e nacionalista do processo de modernização ou desenvolvimento econômico que todas essas vertentes caracterizam, de onde os conflitos sociais e ideológicos que marcam fortemente o período.
- ¹¹ Cf. Flora SUSSEKIND, *Literatura e vida literária: polêmicas, diários & retratos*, 2.ed. ver, Belo Horizonte, UFMG, 2004, passim.
- ¹² Cf. Armando FREITAS FILHO, “Poesia vírgula viva”, Aduato NOVAES (org). *Anos 70: ainda sob a tempestade*, 2.ed. revista, Rio de Janeiro, Aeroplano/Senac Rio, 2005, pp.167-178.
- ¹³ Antônio Carlos Ferreira BRITO, e Heloisa Buarque de Holanda, “Literatura: nosso verso de pé quebrado.” *Argumento*, [São Paulo], ano 1, n.1, p.81-94, out. 1973, passim.
- ¹⁴ Cf. Jaime GINZBURG, “Cegueira e literatura”, Ettore FINAZZI-AGRÒ e Roberto VECCHI (org), *Formas e mediações do trágico moderno, uma leitura do Brasil*, São Paulo, Unimarc, 2004, p.98.
- ¹⁵ Cf. Carlos Alberto Messeder PEREIRA, *Retratos de época: poesia marginal anos 70*, Rio de Janeiro, FUNARTE, 1981, pp. 85-92.
- ¹⁶ Ver diversos artigos de Antônio Carlos Ferreira de BRITO, cit., *Não quero prosa*, passim.
- ¹⁷ Antônio Carlos Ferreira BRITO, “Com a boca na botija”, A. BRITO, cit., pp. 81-81.
- ¹⁸ Mas a inspiração de Cacaso parece ter sido sorvida do poeta francês Lautréamont, para quem a poesia deveria “ser feita por todos, não por um”, bem como da leitura de Alfredo BOSI, “Poesia e resistência”, A. BOSI, *O ser e o tempo da poesia*. 4.ed. São Paulo: Cultrix, 1984, p.144. Imagino tal inspiração de Cacaso por ele citar este artigo de Bosí, no seu “Atualidade de Mário de Andrade”, BRITO, *Não quero prosa*, cit., nota 18, p.165. A ideia de “poemão” não era unanimidade. Para Armando Freitas F^o, ela seria fruto do “ímpeto ordenador” e da “ambição teórica e de liderança, que, mesmo disfarçada ou manhosa, se exercia através de militância incansável, falada e escrita” de Cacaso. Armando vê os poetas marginais “muito cílios de suas identidades e diferenças”, mesmo que às vezes não o demonstrassem, e conclui com outra opção: “Se Cacaso em vez de ‘poemão’ tivesse falado em poética teria, a meu ver, acertado no alvo real”. Em posfácio a Ana Cristina CÉSAR, *Ana Cristina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004, pp. 102-103. Poética ou “poemão”, a experiência que provê a matéria de poesia – ainda que mal elaborada tecnicamente, ou sobretudo por isto – revelava indícios da realidade histórica geracional, e nisto Cacaso acertara o alvo
- ¹⁹ Cf. Iumna SIMON e Vinícius DANTAS, “Poesia ruim, sociedade pior”. *Remate de Males*, n.7, Campinas, p.95-108, 1987.
- ²⁰ Antonio Carlos Ferreira de BRITO, “Tudo de minha terra”, cit., p.136. Para o restante da discussão, ver os artigos “Atualidade de Mario de Andrade”, “Alegria da Casa” e “Melhor a Emenda que o Soneto”, todos reproduzidos em BRITO, *Não quero prosa*, cit.. Para a questão do gesto tecnicado e a relação isenta de interesse, cf. ADORNO, *Mínima moralia: reflexões a partir da vida danificada*, São Paulo: Ática, 1993, p.33-34.
- ²¹ Amigo de Cacaso, Roberto Schwarz apresenta alguns elementos de sua figura ativa, congregadora e

perceptiva à sua experiência sócio-histórica, ainda que não isenta de contradições: “em matéria literária gostava de dar e receber palpites, entre risadas, de inventar projetos comuns e de estimular a produção à sua volta, sobretudo de pessoas improváveis, que ninguém imaginaria artistas. Ele andava atrás de uma poesia de tipo sociável, próxima da conversa brincalhona entre amigos. Um emendaria o outro, tratando de tornar mais engraçada e verdadeira uma fala que pertencesse a todos, ou não fosse de ninguém em particular. Era um modo juvenil de sentir-se à vontade e a salvo das restrições da propriedade privada. Nessa linha, ele tinha a intenção de estudar a poesia “marginal” dos anos 70 como um vasto poema coletivo, cuja matéria seria a experiência histórica do período da repressão, e cujo autor seria a geração daquele decênio, vista no conjunto, ficando de lado a individualidade dos artistas. [...] A certa altura, Cacaso imaginou que a sua vida de intelectual e artista seria mais livre compondo letras de música popular do que dando aulas na faculdade. Na época chegou a idealizar bastante a liberdade de espírito proporcionada pelo mecanismo de mercado. Penso que ultimamente andava revendo essas convicções. Seja como for, o passo de professor a letrista, acompanhado de planos ambiciosos de leitura literária, histórica e filosófica, assim como de produção crítica, mostra bem a sua disposição de entrar por caminhos arriscados e vencer em toda a linha”. R. SCHWARZ, “Pensando em Cacaso”, *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo, Cia. das Letras, 1999, p.212-213. (grifo meu).

22 “E com vocês a modernidade”, Heloisa Buarque de HOLANDA (org). *26 poetas hoje: antologia*, 4.ed., Rio de Janeiro, Aeroplano, 2001, p.42. Pertence ao livro *Beijo na boca*/Coleção Vida Artista, 1975.

23 In Heloisa Buarque de HOLANDA, *ibid.*, p.41. Pertence ao livro *Grupo Escolar*/Coleção Frenesi, 1974.

24 Antonio Carlos Ferreira BRITO, *Lero-lero*, Rio de Janeiro/São Paulo, 7Letras/Cosac & Naify, 2002, p.162.

25 Cf. Antonio CÂNDIDO, “Perversão da Aufklärung”, *Textos de intervenção*, v.1, São Paulo, Duas Cidades/Ed.34, 2002, pp.320-327.

26 Heloisa Buarque de HOLANDA, “E com vocês...”, *cit.*, p.42. É tentador imaginar que Cacaso fez Kant bailar como o deus que queria Nietzsche; mas, embora o poeta certamente o tivesse estudado, sua forma de pensar não parece caracteristicamente nietzschiana. A crítica à razão de Cacaso tendia não na direção do irracionalismo, mas da busca de um outro tipo de racionalidade, como demonstram suas leituras de Walter Benjamin e Adorno, citadas em pé de página. Severamente crítica das ingerências da razão ocidental no mundo pós-guerra, a Escola de Frankfurt se dedicou a distinguir e pensar diferentes formas de racionalidade, e não o irracionalismo. Cf. Giovanni REALE e Dario ANTISIERI, *História da filosofia*, v.3, São Paulo, Paulus, 1990, p.841. Ver uma sólida discussão em Marildo MENEGAT, *Depois do fim do mundo: a crise da modernidade e a barbárie*, Rio de Janeiro, FAPERJ/Relume Dumará, 2003, cap. 1.

27 In Heloisa Buarque de HOLANDA, *ibid.*, p. 47.

28 A derrisão do cenário da praça surge em outros poetas com semelhante carga de desilusão: como em “Algararra” de Ana Cristina: “no picadeiro seco agora/só patos e cardápios/falam ao público/sangrento/de paixões”, e a “Praça da República dos meus sonhos”, de Roberto Piva: “A estátua de Álvares de Azevedo é devorada com paciência pela paisagem/de morfina/ [...] onde conquistamos a imensa desolação dos dias mais doces/os meninos tiveram seus testículos espetados pela multidão/lábios coagulam sem estardalhaço/ [...]”. Respectivamente in: Heloisa Buarque de HOLANDA, *ibid.*, pp. 144-145 e pp. 48-49. (Vale lembrar que também se costuma chamar de “pato” a alguém tolo ou idiota).

29 Neste poema, um ser que é designado como *tu*, criador divinizado ou causa originária de todas as coisas, ou simplesmente alguém, é predicado como: “o imperador dos charcos”, “o rinoceronte improvável, flama sapientíssima”, “o belzebu mudando-se em ovelhas”, “o sangue subjacente a toda arquitetura [...] semente desde sempre inexplicada, “o perfeito e o imperfeito”, “o monstro cingido de totais firmamentos”, “tu impossível, mesmo louco, só e eternidade”. Cf. “Ser”, in: Afonso HENRIQUES NETO e Eudoro AUGUSTO, *O misterioso ladrão de Tenerife*, Rio de Janeiro, 7Letras, 1997. [1ª edição de 1972].

30 In Heloisa Buarque de HOLANDA, *ibid.*, p.85.

31 Cf. Maria Elisa CEVASCO, *Para ler Raymond Williams*, São Paulo, Paz e Terra, 2001, pp. 126-130.

32 Ver Walter BENJAMIN, “Sobre o conceito de história - 8ª Tese”, *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre história da cultura. Obras Escolhidas I*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 226: “O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX ‘ainda’ sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável.” De modo semelhante, Adorno relata que, quando menino já vira, nos camaradas de escola, a tendência ao horror fascista, de modo que quando irrompeu o 3º Reich,

seu juízo político foi surpreendido, mas não sua predisposição inconsciente ao medo. Um paralelo pode ser feito com o espanto do Brasil nos anos 70 em relação à violência, no entanto histórica e atávica. Cf. ADORNO, cit., p.168.

- ³⁵ Em carta de 1976, Ana Cristina César registrava que em um encontro aparentemente pacato de poetas na Casa do Estudante Universitário (RJ), os poetas do grupo Nuvem Cigana foram “imprensados pelos poetas fudidos, mulatos, do subúrbio, que esses sim se consideravam verdadeiros opositores do regime, tanto no verso quanto na posição de classe. Criou-se desconfortável contradição: poetas de Ipanema x poetas de subúrbio. Quem não se incluía tentava segurar a discussão, que se perdia em agressões. Chico Alvim estava, e falou, e depois fomos para os bares do Leblon. Cacaso não abriu a boca, mas ouvia de olhos bem abertos. É engraçado estar participando ao vivo da ‘história literária’ (pretensão?)”. In: Renato LEMOS, cit., p.457. Uma possível consequência disto se vê em texto de 1978, no qual Cacaso considerava que a vida cultural se repensara “nos limites de classe da pequena burguesia e em setores médios ilustrados.” Cf. BRITO, “Tudo de minha terra”, cit., p. 134, nota 4.
- ³⁴ Cf. Carlos Alberto Messeder PEREIRA, *Retratos de época: poesia marginal anos 70*, Rio de Janeiro, FUNARTE, 1981, pp. 247-250.
- ³⁵ Este só se tornou mais conhecido recentemente com o lançamento de uma antologia, que se tornou melhor divulgada no meio acadêmico devido à participação do prof. Afonso Carlos, do curso de História da UFRJ. Cf. KURY, AFONSO CARLOS, Ivan WRIGG et al., *AdVersos*, Rio de Janeiro, Atlântica, 2004.
- ³⁶ Segundo Hollanda, o grupo iguaçuano; a Coomasp, atuando na área de Oswaldo Cruz, Vila da Penha, Campo Grande e Bangu; e a Feira de Poesia da Cinelândia (Centro) nas 6ª feiras à noite, eram promissoras manifestações do início dos anos 80. Cf. Marginais, alternativos, independentes. Publicado no *Jornal do Brasil/Caderno B*, 15/08/1981, reproduzido em Elio GASPARI, Heloisa Buarque de HOLLANDA e Zuenir VENTURA, *Cultura em trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, pp. 215-220.
- ³⁷ Citado por Hollanda que reporta este Encontro, ocorrido em agosto de 1981, do qual participou como convidada. *Ibidem*, pp.216-17.
- ³⁸ *Apud* PEREIRA, cit., pp.35-36.
- ³⁹ Todos in: Heloisa Buarque de HOLLANDA, *26 poetas hoje*, cit., respectivamente: “A muralha da China”, p.152; “Descordenada”, pp. 202-203; “A pombinha e o urbanóide”, p.249 e sem título, p.252.
- ⁴⁰ In Heloisa Buarque de HOLLANDA, *id...*, p.135.
- ⁴¹ In “A morte ataca”, *Geléia Geral*, 14.10.1971, reproduzido em TORQUATO NETO, *Os Últimos Dias de Paupéria (Do Lado de Dentro)*, São Paulo, Max Limonad, 1982, p.108.
- ⁴² Francisco Carlos Teixeira da Silva, “1968: memórias, esquinas e canções”, *Revista Acervo*, v.11, n.1-2, janeiro 1998, p.13ss. As cisões aqui apresentadas são apenas exemplos resumidos, para uma análise mais ampla remeto ao cap.7 de meu trabalho *A Palavra Perplexa* (2011).
- ⁴³ Como mostram Herbert DANIEL, *Passagem para o próximo sonho. Um possível romance autocrítico*, Rio de Janeiro, Codecri, 1982 e Denise ROLLEMBERG, *Exílio, entre raízes e radares*, Rio de Janeiro, Record, 1999.
- ⁴⁴ Cf. Paloma VIDAL, *A história em seus restos: literatura e exílio no Cone Sul*, São Paulo, Annablume, 2004, pp. 32-33.
- ⁴⁵ Neste abismo cabe também o problema da linguagem, uma vez que a sociedade não usa homogeneamente termos-chave da experiência histórica dos anos 60, ou seja, há uma fratura no processo de atribuição de sentidos para vocábulos que guardam toda uma gama de ideias ou conceitos que se perderam para as novas gerações, mudando seu campo de ressonância significativa na sociedade, como ocorre, por exemplo, com “revolução”, “expropriação de bancos”, “raptos ou sequestro político”, e mesmo “democracia” e “utopia”, entre outros. Resultam daí dificuldades comunicativas para as quais nem sempre se atenta, além de uma fissura no sentido originário da linguagem mesma, que por definição é relação de comunalidade. O chileno Tomás Moulián sintetiza: “Existe una carencia de palabras comunes para nombrar lo vivido. Trauma para unos, victoria para otros. Una imposibilidad de comunicarse sobre algo que se denomina de manera antagonica: golpe, pronunciamiento, gobierno militar, dictadura /.../”. *Apud* Patrícia FUNES, “Nunca más: memoria de las dictaduras en la América Latina”, Bruno GROppo e Patrícia FLIER (org), *La imposibilidad del olvido: recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay*, La Plata, Al Margen, 2001, pp. 56.
- ⁴⁶ Antonio Carlos Ferreira de BRITO, *Lero-Lero*, cit., p.261.

⁴⁷ “alienação da atividade vital consciente [que] transforma o processo de produção da vida da espécie em um ato estranho, e a própria espécie adquire essa forma estranhada, pois perde a medida de sua universalidade.” Marildo MENEGAT, “Reconhecimento e violência”, cit., pp. 211-216.

⁴⁸ Cf. ADORNO, cit., pp. 129-131.

⁴⁹ Cf. Dedicatória de ADORNO, id., p.8. Isto talvez responda à pergunta de Cacaso e Hollanda, no artigo “Nosso verso de pé quebrado”, em que discutiam o surgimento da nova poesia e perguntavam que tipo de subjetividade residia sob aquela dicção.

⁵⁰ “... talvez essa poesia ruim estivesse tocando em necessários pontos obscuros do debate literário ainda em mãos ortodoxamente modernistas. Talvez arranhasse, mesmo de forma incipiente e desorganizada, pontos nevrálgicos que já configuravam as grandes quebras que viriam marcar a inflexão cultural das décadas seguintes. Não diria que a poesia marginal, mesmo sinalizando mudanças paradigmáticas e anunciando-se plural, já estaria anunciando uma inflexão pós-moderna”. Heloisa Buarque de HOLLANDA, “Observações críticas e nostálgicas?”. Revista *Poesia Sempre*, ano 5, n.8, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997, p.347. Ao parágrafo final – “prefiro pensar nos 26 Poetas como um trabalho irrecusável, visceralmente contextualizado, feito a várias mãos, construindo um *cluster* político-literário que, seguramente, ainda não disse tudo a que veio naqueles idos de 1976” – a autora acrescenta uma confissão de dor: “Há ainda uma dúvida que não coloquei, não por esquecimento (penso nela desde primeira linha destas observações), mas por não querer pensar nisso: por que, proporcionalmente, tantos mortos entre meus jovens de 26 poetas?”.

⁵¹ Derivo os comentários deste parágrafo de uma análise desenvolvida por Schwarz acerca da desconstrução literária e sua materialidade histórica no tempo presente, quando “os esforços de integração da sociedade brasileira resultaram num quase-*apartheid*”. Cf. Roberto SCHWARZ, “Fim de século”, *Sequências brasileiras*, cit., pp. 157-159.

⁵² Versos de “Grupo Escolar”, poema que intitula o livro de 1974 e caracteriza sua “conversão” à poesia marginal. In: Heloisa Buarque de HOLLANDA, *26 poetas hoje*, cit., p.39.

Cultura patrimonial, ensino e novas perspectivas no Brasil: década de 1980

*Ana Beatriz Frazão Ribeiro**

“A minha casa fica lá detrás do mundo
Mas eu vou em um segundo quando
começo a cantar
E o pensamento parece uma coisa à toa
Mas como é que a gente voa quando
começa a pensar”

LUPICÍNIO RODRIGUES

Os versos acima, oriundos de uma música da minha infância, na voz de Caetano Veloso, sempre me intrigaram. Como pode existir uma casa fora do mundo? Por que ir para casa quando canto?

Com a liberdade poética que a interpretação proporciona, relaciono a história narrada nos versos ao que há de mais importante e seguro para o indivíduo: a casa, o ninho, a segurança, a permanência constante do privado mesmo em público.

A segurança do porto seguro mesmo quando o indivíduo se encontra exposto no mundo. É o que há de íntimo, patrimônio guardado, raiz do ser. Longe do mundo do coletivo, constituído de experiências, fotos, cheiros, sempre acessível no baú da memória.

Na coletividade, a memória, quando resgatada, torna-se patrimônio cultural, herança depositada em bens materiais e imateriais. Imbuída de significados alterados ao longo das transformações históricas significam raízes preservadas.

A temática do patrimônio na atualidade é alvo de discussões tanto no mundo acadêmico quanto nas questões cotidianas. Vivemos uma época de transformações rápidas, na qual consumismo e individualismo são palavras de ordem.

* Professora de História do Colégio Pedro II / Campus Centro. Coordenadora da Área de Humanas e do Programa de Residência Docente; Integrante do subprojeto Escola Antonio Houaiss, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação. Doutora em História Social pela UFRJ.

Concomitantemente a isso, a insegurança e o medo do amanhã trazem como contrapartida a necessidade de aprofundar nossas raízes. Segundo Susan Davies, “épocas de crise, transformação e conflito elevaram a consciência sobre o passado, os sentimentos de perda e um desejo de continuidade com o conhecido”.¹

A palavra patrimônio está na ordem do dia. Seja pela indústria do turismo, apego ao passado ou pela necessidade de perpetuação num mundo tão efêmero, nunca se deu tanta importância à preservação da memória.

Patrimônio – museu – memória – preservação: significados

Utilizamos a denominação patrimônio para nos referir a uma abordagem que engloba todos os bens materiais e imateriais. Segundo Maria Angela Borges Salvadori, “o patrimônio não é apenas objeto – material ou imaterial – preservado, mas as práticas, atitudes, os significados e valores dos quais o objeto é um suporte de informação; é um processo humano que lhe confere valor”.²

O patrimônio histórico-cultural, tomado como um dos suportes da memória coletiva, produz identidades sociais que são determinantes dos modos como os homens se apropriam da realidade que os cerca, apresentam e lutam por seus ideais, identificam-se com certas propostas, recusam outras.³

Compartilhamos da concepção de Maria Cecília Londres Fonseca, segundo a qual, a partir de uma crítica à noção de patrimônio histórico e artístico, passou-se a adotar “uma concepção mais ampla de patrimônio cultural, não mais centrada em determinados objetos – como os monumentos –, e sim numa relação da sociedade com sua cultura”.⁴ Nesse sentido utilizaremos o vocábulo *patrimônio* como *bens culturais materiais e imateriais* e usaremos as duas categorias com sentido similar.

A história do patrimônio

O trabalho de catalogação e exposição de obras para contemplação, admiração e educação pelo olhar data da antiguidade grega, mantendo-se durante a época romana até o advento da Idade Média, quando adquiriu uma função primordialmente didática e cristã. A Revolução Francesa e a ascensão da burguesia procuraram preservar da depredação os bens da realeza, transformados em bens do Estado. A construção de museus e a visão patrimonial vinculam-se à história da nação no século XVIII.

A Primeira Guerra Mundial e a destruição de bens públicos em proporção até então desconhecida trouxeram à baila a emergência do patrimônio como manutenção de um passado glorioso. A sociedade das nações criou em 1919 a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, precursora da Unesco, criada em 1945.

Esse novo paradigma introduziu na política de inclusão e preservação manifestações culturais até então desprezadas ou relegadas pelo mundo europeu, como as tradições africanas ou ameríndias da América. Um dos documentos fundamentais nesse processo data de 1989, a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular.

Significa um avanço no reconhecimento do patrimônio cultural cuja natureza não é material, ao recomendar “aos países membros a identificação, a salvaguarda, a

conservação, a difusão e a proteção da cultura tradicional e popular, por meio de registros, inventários, suporte econômico, introdução no sistema educativo, documentação e proteção à propriedade intelectual dos grupos detentores de conhecimentos tradicionais”.⁵

Ainda que não possa impedir as atrocidades contra o patrimônio, como no caso da explosão da imagem do Buda pelo Talibã, procura incentivar a preservação.

No Brasil, a preocupação em sistematizar o patrimônio data da década de 1930. Até então a terminologia designava um acervo elitizado voltado para a manutenção da tradição. Com a subida de Vargas ao poder, consolida-se uma política pública em relação ao patrimônio no reconhecimento das diversidades, buscando, através da invenção da tradição,⁶ construir os alicerces da nação.

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), órgão encarregado da defesa e do enriquecimento do patrimônio artístico nacional, posteriormente renomeado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), objetivava criar uma cultura brasileira refletora do conceito de nação.

No anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, destaca-se a figura de Mário de Andrade, apontando para a importância do caráter pedagógico dos museus e das imagens para as ações educativas. O escritor buscava romper com uma tradição na qual o processo de tombamento era restrito às construções de pedra e cal das igrejas e prédios do período colonial. Sua voz, dissonante da elite do Estado Novo, ao refletir sobre a inclusão de todas as vozes do Brasil na categoria do patrimônio, bem como bens materiais, estava em desacordo com a visão elitizada de cultura, ocasionando sua curta participação nessa atividade, a pedido do ministro da cultura Gustavo Capanema.

Durante o Estado Novo, o Iphan esteve vinculado ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e ao processo de propaganda da ditadura varguista. O tombamento da cidade mineira de Ouro Preto e a valorização da figura de Tiradentes como herói da Independência, elementos da unidade nacional, exemplificam a utilização do patrimônio nesse período.

Desde a sua fundação, o Iphan se preocupa com a educação patrimonial. Na década de 1960, Rodrigo Melo Franco de Andrade, dirigente do Instituto, aponta para a importância da educação em alguns artigos e discursos: “Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular.”⁷

A Fundação Nacional Pró-Memória, criada em 1979 por Aloísio Magalhães a partir do Centro Nacional de Referências Culturais, centralizou a política federal de patrimônio cultural. O patrimônio, associado à nação, vinculou-se também à arquitetura e ao estudo de história da arte. Essa visão, em certo sentido, foi encaminhada desde a década de 1930 até 1970.

Começa, na década de 1980, uma mudança em relação ao estudo dessa temática.

A Constituição de 1988, em seu artigo 216, explicita a importância do tema, incluindo no conceito de patrimônio cultural os denominados bens materiais e

imateriais: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira...”

Nessa categoria, segundo o mesmo artigo, são enumerados diversos bens, como:

“I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, os objetos, documentos, as edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico e artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

O referido artigo cita órgãos não oficiais no processo de proteção ao patrimônio, tornando a comunidade colaboradora tanto na promoção quanto na proteção ao bem. Cria mecanismos de participação da comunidade na denúncia de danos, vigilância e política de tombamento. Reordena o sentido de participação cultural, incluindo grupos sociais até então ignorado pelos mecanismos oficiais.

Ainda segundo a Constituição, podemos destacar:

“§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabe à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.”⁸

A valorização da cultura quilombola significa um avanço na lei, iniciando um processo de inclusão de manifestações culturais locais, festas regionais, resquícios de população quilombola, na categoria de patrimônio. Aumenta o movimento por demarcação de territórios e o tombamento dos mesmos, num processo inerente ao contexto de inclusão social, no qual manifestações culturais de comunidades específicas são observadas, catalogadas e estudadas em suas especificidades, integradas ao acervo patrimonial brasileiro.

Ainda quanto à legislação, cabe mencionar o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, ao instituir “o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências.”⁹

Tal legislação pormenoriza o denominado patrimônio imaterial e seus registros, definindo instrumentos necessários à participação de grupos sociais ou associações civis na inclusão de bens patrimoniais, através do livro de registros, conforme seu artigo segundo.

“Artigo 2º São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro:

I – o ministro de Estado da Cultura;

II – as instituições vinculadas ao Ministério da Cultura;

III – as secretarias de estado, de município e do Distrito Federal;

IV – as sociedades ou as associações civis.”

A legislação significou um grande avanço no processo de normatização do tema. No entanto, não contempla a preservação dos bens patrimoniais, bem como sua valorização.

Tradições transmitidas por gerações não fazem diferença no livro de registros. Não adianta escrever a receita de acarajé,¹⁰ modificada constantemente. Há necessidade de impedir o desaparecimento das vendedoras dessa iguaria, criando mecanismos preservadores desse patrimônio vivo. O patrimônio não é imutável, sofre transformações no tempo, sendo sujeito ao desaparecimento, variando conforme os agentes sociais se apropriam do mesmo.

A legislação valida a preservação e o tombamento, mas não constitui mecanismos efetivos de fiscalização, controle e manutenção. Prédios são abandonados até o desmoronamento. Bens tombados nem sempre significam bens conservados, tornando de ruínas a memória da cidade.

Órgãos oficiais ou entidades particulares não conseguem manter o rico acervo do Rio de Janeiro, como exemplo, o centro de comércio popular tradicional na região da Saara (Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega), que corre o risco de perder seus casarões em função de incêndios periódicos que assolam a região.

O poder público também resgata ou recria sítios patrimoniais de acordo com suas necessidades mercadológicas. O cemitério dos pretos novos, no local aonde os escravos chegavam ao Brasil, e a criação da Pequena África, no contexto das obras do denominado Porto Maravilha, refletem um momento no qual as relações patrimônio, poder público e interesses da comunidade são vértices de um mesmo processo.

Qual o interesse da indústria do turismo nisso? Qual o significado da Pequena África para os moradores do Morro da Conceição? O embelezamento do local encarece a habitação. Os antigos moradores acabarão se deslocando? O tombamento da área cria mecanismos identitários com o presente? Mais uma vez recorremos a Maria Angela Salvadori para relacionar a preservação ou não de um patrimônio. “O que se preserva não é uma ‘coisa’, mas um dado da cultura. Em outras palavras, o patrimônio não é apenas o objeto – material ou imaterial – preservado, mas as práticas, atitudes, os significados e valores, dos quais o objeto é um suporte de informação; é um processo humano que lhe confere valor.”¹¹

Revela-se assim um dos grandes desafios da política patrimonial: a preservação. Em alguns casos, essa atividade é destinada a órgãos públicos ou possuem incentivos da iniciativa privada, sem a preocupação com o fato de a preservação significar a identificação da comunidade com o bem patrimonial em questão.

A relação da população de Petrópolis com a Cidade Imperial exemplifica esse fato. A importância que cada petropolitano concede à história de sua cidade como herdeira do passado imperial brasileiro, em suas ruas, prédios e relatos, demonstra a relação do passado com o presente da população daquela localidade. O cuidar como algo pessoal valoriza o pertencimento à história, tornando cada habitante um guardião da memória.

Se a preservação é enaltecida, atividades predatórias significam um crime contra o patrimônio? Como podemos analisá-la? Na ausência de identidade de um grupo com o bem patrimonial? Quando ocorreu a queda do socialismo real e do Muro de Berlim, vimos pela TV multidões enfurecidas derrubando estátuas de Stálin. Derrubaram altares, como na Revolução Francesa. Significa um crime ao patrimônio? Ato de vandalismo? O monumento deve sempre ser preservado ou historicamente pode ser anulado?

Preservação, transformação e destruição patrimonial são temas relacionados ao contexto cultural de cada época. Símbolos reais ou não que são excluídos da história, variando com as necessidades do homem em sua época.

Identificar o patrimônio como algo construído e reconstruído significa analisar a história em constante renovação. Segundo François Hartog, “se o patrimônio é doravante o que define o que nós somos hoje, o movimento de patrimonialização, este imperativo, tomado ele mesmo na *aura* do dever da memória, permanecerá um traço distintivo do momento que nós vivemos ou acabamos de viver: certa relação ao presente e uma manifestação do presentismo”.¹² Essa problematização não pode estar ausente das atividades educativas, principalmente na contemporaneidade.

Tal perspectiva não é inovadora. Países da Europa já constataram a importância do tema em suas agendas educativas, buscando soluções próprias para o tema. “A atual agenda política na Grã-Bretanha está tendo um impacto importante no setor de patrimônio por meio de medidas para combater a exclusão social e ampliar o acesso ao ensino.”¹³

No Brasil, buscamos soluções próprias para essa questão, que já faz parte da ordem do dia. A ANPUH regional de 2012, no Rio Grande do Sul, teve como tema “História, memória e patrimônio”. A mesa-redonda, formada por vários integrantes das universidades do Rio de Janeiro, USP, UFF e UNIRIO, com o tema *Patrimônio cultural: diálogos entre a arte e a educação*, revelou preocupação com esse tema.¹⁴

Educação patrimonial

Se a década de 1980 foi um marco na legislação referente ao patrimônio, também podemos destacar sua importância no ensino. Data dessa época a formulação da expressão *Educação Patrimonial*, a partir de experiências trazidas da Inglaterra e aplicadas no Brasil do uso dos museus e dos monumentos históricos com fins educacionais. A proposta metodológica que embasava as ações educativas de

valorização e preservação do patrimônio cultural começou, nesse período, a ser definida, inspirando-se no trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra sob a designação de *Heritage Education*.

Outra experiência, no início dos anos 1980, merece destaque: é criado, pela Fundação Nacional Pró-Memória, o Projeto Interação, que buscava relacionar a Educação Básica aos diferentes contextos culturais existentes no país e intencionava diminuir a distância entre a educação escolar e o cotidiano dos alunos, considerando *cultura* as experiências trazidas para a escola pelos alunos.

Quando pessoas se reúnem para construir e dividir novos conhecimentos, investigar e transformar a realidade que nos cerca, estamos falando de uma ação educativa. Ao relacionarmos tal prática ao patrimônio cultural, então, estamos falando de Educação Patrimonial.

O Iphan concebe educação patrimonial como todos os processos educativos que primem pela construção coletiva do conhecimento, pela dialogicidade entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais nas quais convivem diversas noções de patrimônio cultural.¹⁵

No site oficial do Iphan encontramos a definição de patrimônio e suas relações com a educação, exemplificada na criação da casa do patrimônio, voltada para empreendimentos educativos. Medidas que visam integrar a comunidade na preservação do patrimônio, como em Ouro Preto, ou criar oficinas de manutenção e transmissão cultural, como em João Pessoa e no Maranhão, caminham segundo essa orientação.

No âmbito mais específico da educação, os PCNs¹⁶ apontam para a necessidade de educação patrimonial, incorporando uma visão mais abrangente do papel escolar em medidas efetivas, que ultrapassam visitas esporádicas a museus.

Cabe ao professor de História e Geografia do Ensino Médio promover atividades para que o aluno seja capaz de:

“conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País; conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais.”¹⁷

Os PCNs destacam a importância da inclusão dessa temática no ensino de História, nas atividades que aprofundam o conhecimento da realidade do aluno, do local ao mundial:

“Inicialmente, a inclusão da constituição da identidade social nas propostas educacionais para o ensino de História necessita de um tratamento capaz de situar a relação entre o particular e o geral, quer se trate do indivíduo, sua ação e seu papel na sua localidade e cultura, quer se trate das relações entre a localidade específica, a sociedade nacional e o mundo.”¹⁸

Essa legislação é reforçada na postura de pesquisadores, como Luis Fernando Cerri, ao afirmar que:

“sempre que se fala em patrimônio histórico, a problemática de ensino é inescapável: ao definir algo como histórico, está presente a preocupação de comunicar, ensinar, fazer conhecer e lembrar. Ao preservá-lo, temos um ato educativo que se pretende perene, um verdadeiro currículo em pedra, posto a criar conhecimentos, reconhecimentos ou, no mínimo, afinidades e identificações.”¹⁹

A importância do tema já foi tratada em ampla bibliografia sobre o ensino de História e atualmente se relaciona com a historiografia oriunda dos trabalhos de história local ou micro-história, sem abandonar a visão do ensino em um contexto de maior amplitude.²⁰

Vários relatos de experiências com atividades em museus e centro histórico reforçam o caráter da educação patrimonial. Lucas André Gasparotto,²¹ realizou uma atividade no Museu Histórico do Rio Grande do Sul com alunos do ensino fundamental, numa prática que redimensionou o museu como local de memória, tornando-o vivo e relacionado à história local. Gasparotto promoveu uma atividade iniciada pela apresentação de material explicativo sobre patrimônio, a visita guiada e finalizada por atividades lúdicas com jogos de tabuleiro sobre a história do museu.

Vinculado à temática “Incorporação das diferentes fontes e linguagens no ensino de História”, Selva Guimarães Fonseca²² analisa roteiros de visitas ao museu, instrumentalizando o professor de condições, levando-o à elaboração de atividades educativas diferenciadas.

Museus e centros culturais têm incorporado a prática da educação patrimonial. Projetos são elaborados com o objetivo de difundir o acervo de um museu ou centro histórico; exposições esporádicas são orientadas por guias capacitados em relação ao acervo permanente ou a uma exposição itinerante.

Destacam-se, na atualidade do Rio de Janeiro, propostas como a do Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR), com um centro dedicado a oficinas e outras atividades educativas em parceria com diversas escolas.

A educação patrimonial não é atributo do historiador ou do professor de Artes. Apesar da proximidade programática com o tema, o trabalho não se restringe a esses profissionais do ensino, mas deve ser uma postura incorporada pela escola como um todo. Se a atividade de preservação esteve ligada principalmente a de arqueólogos e de arquitetos, o espaço escolar, ainda tradicionalmente, designa o professor de História ou de Artes como o responsável por essa atividade, incorrendo em erro.

As produções referentes ao binômio patrimônio/educação variam entre três grandes vertentes. As que objetivam maior aproximação museu/escola, por meio de parcerias com centros educativos voltados a essa atividade; as propostas de trabalho de restauro através de oficinas locais e projetos de educação patrimonial, que visam despertar o interesse por esse conteúdo em determinada comunidade, como o trabalho de

preservação realizado em Ouro Preto; e ainda podemos distinguir as atividades realizadas em escolas, no processo de educação regular, e é nessa prática que nos incluímos.

Acreditamos que o ensino regular deve inserir na sua prática atividades referentes ao patrimônio. Sem necessidade da criação de uma nova disciplina, mas com a preocupação de incluir essa proposta de ensino em todo o processo educativo.

O patrimônio cultural, ao englobar os denominados bens materiais e imateriais, fornece um amplo espaço de pesquisa e ensino, particularmente ao historiador, pela abrangência das fontes de pesquisa. Relacionar esse tema à atividade pedagógica é o grande desafio. Nessa perspectiva, nossa proposta objetiva promover atividades que incorporem locais de memória, centros culturais, museus, feiras, alimentos, música, ruas na prática docente.

Sua importância se destaca na relação com o processo de formação do futuro cidadão. Podemos sintetizá-la nos seguintes aspectos:

- Educar os sentidos: apreciar o local como diferente, os gostos dos alimentos locais, a beleza das tradições regionais. Ao utilizar os sentidos para aprimorar o conhecimento do diferente ou do exótico, o aluno desenvolve uma percepção mais abrangente do conteúdo, ultrapassando o escrito ou palpável. É o cheiro do acarajé na Bahia, da peixada capixaba, o som das cantigas de boi do Maranhão, o gingado da mulata carioca, elementos integrantes da cultura brasileira, patrimônio cultural vivo pela sua reprodução contínua.

- Refletir sobre a memória: qual a importância desse bem patrimonial para a minha comunidade? Por que alguns elementos permanecem na memória coletiva e outros não? A quem interessa a memória ou o esquecimento?

- Discutir a tradição e preservação: ao analisar um patrimônio e seu simbolismo de memória coletiva, o aluno reflete sobre a construção da tradição patrimonial. O abandono ou a preservação estão relacionados a qual contexto político? Onde estavam os escravos na construção da moradia imperial em Petrópolis? Por que a casa da Família Imperial brasileira virou museu? A República queria acabar com a imagem do Império?

- Analisar a participação dos diferentes atores sociais na construção patrimonial: a presença ou ausência de elementos negros ou indígenas na cultura patrimonial brasileira, bem como sua inserção nos dias atuais, reflete a participação de movimentos sociais até então excluídos da vida pública. Saber que o aluno, como cidadão, pode participar do processo de tombamento patrimonial de sua comunidade, ao enviar material solicitado ao Iphan, valoriza sua importância social, incluindo-o no contexto das transformações coletivas.

- Ultrapassar os muros da escola: a educação patrimonial é iniciada em sala de aula. No entanto, atua fora da mesma. A atividade extraclasse assume um caráter de continuidade com a desenvolvida em sala de aula. O espaço da rua torna-se uma escola a céu aberto, grande centro de observação, análise e crítica, cuja sistematização retorna ao ambiente escolar. Esse círculo concêntrico reforça a atualidade do saber escolar, pois é continuamente alimentado pelo mundo exterior.

- Criar indivíduos críticos: o saber patrimonial não parte do pressuposto que o bem existe, deve ser concebido e admirado como tal. Envolve questionamentos sobre a utilidade, suas transformações e permanências. Descobre construções até então destinadas à demolição ou ocupadas por agências bancárias ou comerciais. Avalia a importância de poemas contados pelos avós e valoriza sua história de vida.

- A atividade como patrimônio é multidisciplinar: incorpora elementos da música, cinema, arte, física, uma gama de conhecimentos necessários ao entendimento do saber como um todo. Ultrapassando a fragmentação do conteúdo científico, o estudo dos bens patrimoniais relaciona os diversos campos do conhecimento. A pergunta que se faz à fonte origina a necessidade de pesquisa.

- Promover a valorização da história local: a atividade de ensino patrimonial não significa restrição espacial. Com os recursos midiáticos, é possível conhecer o Louvre e realizar atividades sobre o mesmo. Abre-se um amplo campo de pesquisa. Entretanto, a relação com a atualidade local, numa análise comparativa, deve ser incentivada, de tal forma que o conceito de preservação se torne uma característica cidadã e, como tal, sem fronteiras. Desenvolver o estudo do patrimônio local significa promover a identificação do aluno com a região na qual vive, com a memória coletiva do bairro, da escola, biblioteca, dos centros culturais, povos que habitavam aquela localidade e cujo preparo dos alimentos ainda se encontra preservado na culinária local.

A relação com a história local, microcosmo de estudo, no qual o aluno se identifica com o lugar de origem, participa das decisões políticas e se incomoda com a destruição e as modificações na paisagem local, até então relegadas ao caminho de passagem.

- Criar mecanismos para o trabalho documental: a atividade documental instrumentaliza a indivíduo a pesquisar em diversas áreas do conhecimento. O trabalho arquivístico, de documentação e catalogação, envolve a elaboração de instrumental de mídia para manutenção das fontes e posterior divulgação. Nesse sentido, o trabalho pedagógico requer estudo de novos materiais (relatos orais, imagens, objetos, danças, músicas, narrativas), que devem se transformar em instrumentos de construção do saber histórico escolar.

- Desenvolver a cidadania: ao conhecer, participar e intervir, você se torna cidadão, conforme os PCNs ao descreverem os objetivos do ensino de História no ensino fundamental. “Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e como um elemento de fortalecimento da democracia.”²³

- Promover o espírito crítico de denúncia: “Da força da grana que ergue e destrói coisas belas.” Uma das mais emblemáticas questões patrimoniais, que envolve a necessidade de participação cidadã, está exemplificada nos versos de Caetano Veloso. O mesmo poder que ergue palácios, derruba outros, e a cidade do Rio de Janeiro foi e é palco dessa prática. O centro histórico da cidade sofreu um processo de reordenação urbanística com a vinda da Família Real Portuguesa, em 1808, a reforma Pereira Passos, no início do século XX, com a derrubada do morro do Castelo; hoje, vemos o projeto

urbanístico denominado projeto Porto Maravilha, conduzido pelo poder público municipal, com suas implicações patrimoniais.

As atividades com patrimônio

As atividades educativas, utilizando-se a temática de patrimônio, devem iniciar com os pressupostos conceituais. Definimos conjuntamente com os alunos patrimônio, memória, cultura e preservação. São subsídios para o estudo sobre o tema. Completando esse quadro, realizamos uma pequena análise da legislação em vigor.

Posteriormente, apresentamos o projeto de pesquisa relacionado à atividade do aluno. Acreditamos, como Ana Carmem, que “elaborar projetos educativos voltados para a disseminação de valores culturais, formas e mecanismos de resgate, preservação e salvaguarda, assim como para a recriação e transmissão desse patrimônio às gerações futuras é, sobretudo, um projeto de formação de cidadãos livres, autônomos e sabedores de seus direitos e deveres”.²⁴

O trabalho com o patrimônio requer uma atividade preliminar que deve ser iniciada na sala de aula. O estudo do meio envolve uma metodologia de pesquisa e de organização de novos saberes, atividade anterior à visita, levantamento de questões a serem investigadas, seleção de informações, observações em campo, comparações entre dados levantados, interpretação, enfim, organização de dados e conclusões.²⁵

Para efetivar tal proposta, trabalhamos com a pedagogia dos projetos,²⁶ procuramos sempre relacioná-los aos conteúdos programáticos (preferencialmente, mas não exclusivamente, da série em curso). Esse fato aproxima o conteúdo de sala de aula e a experiência exterior, a vivência dos alunos. A perspectiva temática é apresentada à turma; posteriormente, os projetos são apresentados, discutidos e sistematizados para organização dos temas e grupos; finalmente, eles são implementados em duas etapas. A primeira, relativa à pesquisa documental, em que o grupo discute o tema, procura material, analisa as fontes. Na segunda, há a elaboração do produto final, apresentado à comunidade escolar.

Podemos citar projetos como o *Almanaque histórico, Rio de Janeiro no século XX e Minha escola é microescola da História do Brasil*, exemplos de atividades realizadas no Colégio Pedro II,²⁷ Unidade Centro, com alunos de 8º e 9º do Ensino Fundamental e 1º ano do Ensino Médio. Em todas as atividades os alunos nos surpreenderam positivamente, pela integração com o tema e, particularmente, pelo empenho com a atividade, originando relatos surpreendentes sobre uma pesquisa rica e diversificada.

São realizadas ainda várias atividades complementares que desenvolvem o espírito criativo do aluno e a busca de conhecimento. Podemos citar:

- Promoção da pesquisa arquivística
- Incentivo ao uso de mídias
- Elaboração de pesquisa de campo
- Pesquisa na biblioteca regional
- Catalogação dos museus da redondeza
- Entrevista com familiares e vizinhos

- Análise das imagens do bairro

Dificuldades

A separação entre o ensino regular e as instituições culturais: as instituições culturais, muitas vezes, apesar de criarem setores destinados a atividades educativas, nem sempre criam parcerias efetivas com instituições de ensino, identificando as demandas de professores e alunos, criando estratégias conjuntas que integrem a instituição e o espaço escolar, principalmente quando a proximidade é geográfica, tornando o museu ou centro cultural uma continuidade da sala de aula. Muitas vezes, os setores de ensino dessas instituições criam roteiros de visita escolar apropriados a uma exposição específica.

A imutabilidade na concepção de patrimônio: o conceito de que patrimônio como algo dado e construído, principalmente patrimônio material, cria uma postura passiva do aluno perante o mesmo, como uma realidade dada e imutável. A desconstrução dessa mentalidade objetiva a identificação do patrimônio como produção cultural humana, revista e relida de acordo com o tempo presente.

O patrimônio não é sinônimo de belo. O imaginário social relaciona a *patrimonialização* e a construção de centros culturais a projetos lúdicos. A visita a um museu está associada às atividades lúdicas, um lugar para desfrutar no fim de semana. No entanto, o patrimônio evoca também memórias trágicas, como o Museu do Holocausto, elaborado para perpetuar e ensinar a barbárie. A mesma questão se aplica aos locais de tortura.

O patrimônio se relaciona ao turismo cultural: uma das grandes fontes de divisas, o turismo apoiado no patrimônio, contribui para sua preservação, ao mesmo tempo que descaracteriza o bem em estudo, como danças folclóricas encenadas para turistas, loja de souvenir em todos lugares ou até a perda da identidade do lugar, como no caso de Tiradentes, uma cidade fantasma pronta para atender o turismo.

Bairros relegados, como o Centro do Rio de Janeiro, passam por um processo de revitalização com o projeto Porto Maravilha, no qual a memória da cidade é reconstruída à luz de um novo conceito turístico. Outros são incorporados à agenda, como o Morro do Alemão, no subúrbio do Rio de Janeiro.

Conclusão

“Eu vejo um museu de grandes novidades. O tempo não para.”

CAZUZA

Os versos do poeta e músico Cazuzza exprimem a relação do homem com os bens patrimoniais. A tradição e a modernidade, o novo e o velho, a criação e a criatura. A releitura do objeto de acordo com o contexto. Refazer a história. Rever o passado com olhar na contemporaneidade. Buscar na memória coletiva elementos para ser e estar no mundo.

Ensinar o passado através da educação patrimonial contribui para a formação de uma sociedade mais sensível e apta a construir um futuro menos predatório e descartável, que seja insubmissa à lógica mercadológica, voltada para um universo consumista focado na eterna juventude.

É pensar uma sociedade respeitadora dos idosos como portadores de tradições e saberes constantemente recontados e transmitidos às gerações futuras. “Uma sociedade culta é uma sociedade cultivada, seja pelos meios formais de educação – a escola –, seja pelos informais – a família, os mestres, as práticas sociais etc. E será culta, no sentido mais amplo de portadora de uma cultura, na medida em que for capaz de escolher, no passado e no presente, aqueles – objetos, signos, pessoas, tradições etc. – com os quais quer construir sua linha do tempo no mundo.”²⁸

Nesse processo, a década de 1980 foi um marco. As medidas legais, ainda que não totalmente inseridas no cotidiano escolar brasileiro, refletem a nova mentalidade diante dessa temática. Incorporadas à legislação educacional e bandeira de diversos movimentos sociais, significa avanço na prática da cidadania, na construção do espaço social, na relativização das culturas e, principalmente, da certeza de fazer história, história patrimonial.

Cabe ao professor incorporar essa atividade no cotidiano escolar.

Notas e referências

- ¹ Susan DAVIES, História e patrimônio, Peter LAMBERT e Phillip SCHOFIELD (cols), *História, introdução ao ensino e à prática*, São Paulo, Penso, 2011, p.320.
- ² Maria Angela Borges SALVADORI, *História, ensino e patrimônio*, Araraquara, Junqueira & Marin Editora, 2008, p.26.
- ³ Maria Angela Borges SALVADORI, p.31, cit.
- ⁴ Maria Cecília Londres FONSECA, “Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural.”, Regina ABREU e Mário CHAGAS, *Memória e patrimônio – ensaios contemporâneos*, Rio de Janeiro, Lamparina, 2009, 2ª ed., p. 69.
- ⁵ Márcia SANT’ANNA, “A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização.”, In: Regina ABREU e Mário CHAGAS, *Memória e patrimônio – ensaios contemporâneos*, Rio de Janeiro, Lamparina, 2003, 2ª ed., p. 53.
- ⁶ Ver: Eric HOBBSBAWM e Terence RANGER, *A invenção das tradições*, São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- ⁷ MINISTÉRIO, 1987, p. 64.
- ⁸ Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf. Última visita: 09/06/2013.
- ⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm. Última visita: 10/06/2013.
- ¹⁰ Bolinho salgado, frito em azeite de dendê, feito com feijão-fradinho e normalmente recheado com vatapá e camarão. Prato típico da Bahia.
- ¹¹ Maria Angela Borges SALVADORI, p. 26, cit.
- ¹² François HARTOG, “Tempo e patrimônio”, *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36, pp.261-273, jul/dez 2006, p.271.
- ¹³ Susan DAVIES, “História e patrimônio”, Peter LAMBERT e Phillip SCHOFIELD (cols), *História: introdução ao ensino e à prática*, Porto Alegre, Penso, 2011, p.325.
- ¹⁴ Disponível em <http://educacaopatrimonial.files.wordpress.com/2010/08/patrimonio-cultural-dialogos-entre-a-arte-e-a-educacao.pdf>, última visita em 09/06/2013.
- ¹⁵ Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15481&retorno=paginaIphan>, última visita em 09.06.2013.

- ¹⁶ PCNs são os Parâmetros Curriculares Nacionais. Guias norteadores na nova LDB no Brasil.
- ¹⁷ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>, última visita em 09/06/2013.
- ¹⁸ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>. Última visita em 09/06/2013.
- ¹⁹ Luis Fernando CERRI, “Currículos de pedra, histórico e ensino de história: notas para a pesquisa e o ensino”. In: *Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR*, “Patrimônio Histórico no Século XXI”, p.2.
- ²⁰ Maria Auxiliadora SCHIMIDT e Marlene CAINELLI, *Ensinar História*, São Paulo, Scipione, 2004.
- ²¹ Lucas André GASPAROTTO, “O prédio do museu é novo ou velho? O prédio do museu da UFRGS como patrimônio cultural, espaço de educação patrimonial e de fruição”. In: *Aedos*, n. 11, vol. 4, set. 2012, pp.729-739.
- ²² Selva Guimarães FONSECA, *Didática e prática de ensino de História*, São Paulo, Papirus, 2003.
- ²³ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>. Última visita em 10.06.2013.
- ²⁴ Ana Carmen Amorim Jara CASCO, “Sociedade e educação patrimonial”. In: *Revista eletrônica do Iphan*, Disponível em <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=131>, última visita em 10/06/2013.
- ²⁵ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>.
- ²⁶ Utilizamos como base de referência teórica a temática apontada por autores como Hernández (1998) e Boclin (2011), bem como as experiências relatadas por Ivani Fazenda (2011) e Selva Fonseca (2003). Aplicamos a prática de projetos no cotidiano do professor como forma de pensar o currículo de sua disciplina, ultrapassando o saber da sala de aula, inserindo os alunos em um contexto de prática multidisciplinar.
- ²⁷ Tais projetos foram implementados pela professora Ana Beatriz, durante a regência das turmas de 8º e 9º (Ensino Fundamental) e 1º ano (Ensino Médio), nos anos de 2004 a 2012.
- ²⁸ Ana Carmen Amorim Jara CASCO, “Sociedade, cit.

El movimiento generacional e intelectual de 1842 y la irrupción de un proyecto de Modernidad en Chile

*Hugo Cancino Troncoso**
*Rita Cancino Troncoso***

El objetivo de esta ponencia es analizar el pensamiento y la acción de la primera generación de intelectuales nacionales, quienes profundamente influidos por el discurso del pensamiento y las utopías de la Ilustración europea, y en definitiva la Modernidad, abrieron un curso de ruptura con el orden oligárquico post-colonial y su tradición. En la introducción discutiremos conceptos claves como *Tradición* y *Modernidad*, *Generación* e *Intelectuales* que son claves en esta ponencia. Posteriormente vamos a analizar los contextos históricos y culturales que configuran los antecedentes de la irrupción de una generación de intelectuales que cuestionaron radicalmente el imaginario construido por los intelectuales tradicionales del Estado Oligárquico conservador fundado por la Constitución de 1842 que se mantuvo el canon tradicional de la cultura de los tiempos coloniales. Estamos conscientes que procesos semejantes al chileno, se registran en otros países de la región y que manifestaron la emergencia de movimientos intelectuales modernizadores. En esta ponencia analizaremos textos de tres miembros de la generación de 1842, que son a nuestro juicio decisivos para comprender el discurso y su proyecto de Modernidad basado en el pensamiento de la Ilustración de Europa Occidental: José Victorino, profesor universitario, liberal e introductor del Positivismo en Chile; Francisco Bilbao, intelectual liberal romántico fundador de la Sociedad de la Igualdad y partidario de la unión latinoamericana y finalmente Santiago Arcos Arlegui, representante de la corriente socialista utópica y precursor del socialismo democrático chileno. Fue el primero en criticar el orden oligárquico y la desigualdad social.

* Catedrático (professor) Emeritus, Dr.phil.Department of Culture and Global Studies,Aalborg University.

** Ph.D., Profesor titular, Department of Culture and Global Studies, Aalborg University.

Nuestra pregunta es: ¿En que medida era posible iniciar el proyecto de la Generación de 1848, es decir, la Modernidad, en las condiciones legadas por el orden colonial en todos los dominios de la sociedad, del Estado y de la Cultura?

Introducción

1. Nos proponemos en el presente artículo ofrecer una relectura del discurso de la Generación de 1842 en Chile, en la perspectiva del proyecto de la Modernidad que ésta asumiera e intentara realizar en Chile, en el seno de una sociedad tradicional y oligárquica. En este contexto empleamos el concepto de *generación* definido por Ortega y Gasset, como una articulación de personas vinculadas por una *comunidad de fechas y comunidad espacial* – y fundamentalmente participantes - *de una destino esencial y unidad de estilo vital*¹ en definitiva vinculadas por un imaginario y un quehacer común. Las connotaciones expuestas se pueden perceptiblemente detectar en la pléyade de intelectuales chilenos conocidos como la *generación del 42*. Estos, al igual que sus congéneres latinoamericanos se identificaron profundamente con el movimiento ideológico, cultural y civilizatorio que alcanzó su más alta expresión en el discurso de la filosofía de la Ilustración y de la Revolución Francesa, el cual tenía sus raíces remotas en el Renacimiento y la Reforma, acontecimientos que signaron la transición a la Modernidad europea. Ellos fueron obsecuentes seguidores de los principios que le otorgaron identidad y coherencia al discurso de la Modernidad: Fe en la razón y en las ciencias y en la capacidad de éstas para transformar la sociedad, hacer a los hombres virtuosos y dominar a la naturaleza a los designios humanos; una fe ilimitada en el progreso indefinido de la historia, que en su transcurso superaría todas las opresiones, despotismos y dominaciones para acceder al bien y a la felicidad en la sociedad secular;² la noción que todos los hombres, más allá de su adscripción nacional ética, social o ideológica deben disfrutar de los mismos derechos inalienables y garantías individuales, y en definitiva la idea de una Humanidad y de una historia común.³ El pensador italiano Antonio Gramsci postuló en sus *Cuadernos de la Cárcel*, que todo grupo social que está en un proceso de ascensión va creando un tipo de intelectuales *orgánico*, que asumen la misión de elaborar la ideología, la cultura y el proyecto histórico del grupo social a que están adscriptos, que le permitirán a este conquistar la hegemonía en la sociedad, es decir, la dirección política, moral y cultural en la sociedad.⁴ En este respecto Gramsci establece dos tipos fundamentales de intelectuales orgánicos: Los intelectuales tradicionales y los intelectuales modernos. Los intelectuales tradicionales, son aquellos nacen ligados a las clases dominantes del mundo rural, a los latifundistas. Generalmente esta función de mantener la hegemonía y los valores religiosos de estas sociedad premodernas está asignada a sacerdotes individuales o la Iglesia como intelectual colectivo.⁵ Por el contrario los intelectuales modernos nacen vinculados a la burguesía, o al proletariado y las capas media urbanas, categorías sociales que pertenecen al sistema capitalista, es decir el orden post feudal y en el caso latinoamericano al orden post oligárquico.⁶ Ellos son los crearon el imaginario y los valores e ideales de la modernidad y construyeron sus proyecto históricos en este horizonte. Son libres pensadores y laicos, es decir sin vinculación al

mundo religioso. Dentro de este contexto teórico y tipológico gramsciano, nos parece que los miembros de la generación de 1842 fueron intelectuales modernos, aunque las bases materiales de la modernidad no están desarrolladas en la sociedad chilena de mitad del siglo XIX. Son profetas de un tiempo por-venir y en su gran mayoría son los hijos díscolos de la oligarquía dominante en Chile.

2. Para las élites intelectuales post-independentistas en Hispanoamérica la instauración de los paradigmas de la modernidad requería, como una condición *sine qua non*, la erradicación de la tradicionalidad, cultural e institucional hispánica. Desde México hasta Chile, como certeramente lo señala Leopoldo Zea: “los emancipadores mentales de la América Hispana se entregaron a la rara y difícil tarea de arrancarse una parte de su propio ser, su pasado, su historia.”⁷ Esta empresa que estaba condenada desde un principio al fracaso, no podía borrar o dismantelar un universo significativo, expresado por una lengua, por un sistema de valores y un paisaje cultural transformado a través de los siglos de la colonización en constantes estructurales de la historia de Hispanoamérica. Consecuencialmente, el proyecto de modernización de los intelectuales post-coloniales no se gestaba en una *tabula rasa*. Sin embargo, los pensadores y las élites actuantes comprendían su misión histórica en los nuevos estados nacionales como una refundación de la cultura y de la civilización de Hispanoamérica, a partir de los fundamentos de la única propuesta o proyecto de recambio creíble; la Modernidad europea. Ellos le atribuían a la Europa occidental modernizadora, un límite preciso; los Pirineos.⁸ Francia e Inglaterra eran los centros irradiadores de la inspiración para la recreación de los discursos constitucionales, jurídicos, filosóficos, educacionales, y los estilos de vida urbanos⁹ y las modas. Este proceso que se desarrolló desigualmente, en los diversos escenarios del Nuevo Mundo, y que implicó la reinsertión de Hispanoamérica en los circuitos del mercado mundial ha sido conceptualizado por Villegas como la *segunda conquista*.¹⁰ En Términos semejantes Beyaut se refiere a éste denominándole “un aspecto de la expansión imperialista de occidente o su influencia civilizadora”.¹¹ El resultado de este proceso habría sido la generación de una *nueva dependencia*¹² de sucesivos centros hegemónicos o metrópolis, situación que habría afectado a Hispanoamérica en todas las dimensiones de su existencia. La emergencia de nuevas formas de alineación vernáculas,¹³ habría frustrado la realización del *ser nacional*. Dos Santos sostiene que este fenómeno de dependencia nacional global se debió a la introducción del “pensamiento liberal y cosmopolita que negó las especificidades nacionales implantando pautas universales de comportamiento”.¹⁴ Los autores mencionados al impugnar en distintos grados la inserción de Hispanoamérica en la Modernidad europea y por ende en el mercado mundial¹⁵ no precisan concretamente cual debió ser el curso a seguir por los intelectuales post-coloniales. Si se toma en consideración que los autores mencionados postulan el modelo de desarrollo económico *hacia adentro*, se podría derivar de éste una posición de nacionalismo cultural que postula la recreación del sistema político y de la cultura a través de un utópico retorno a las instituciones, prácticas y sistemas de valores de las culturas precolombinas, no obstante que éstas ni aún en sus formas superiores de concreción, llegaron a concebir o a practicar formas

democráticas de gobierno o a acceder a una conceptualización de los derechos humanos.

Ha sido justamente una reflexión sobre esta problemática de la cultura hispanoamericana la que nos ha motivado a releer a la generación de 1842 en Chile. ¿Fueron ellos pasivos imitadores de los discursos de la Modernidad europea y por ello responsables de una supuesta enajenación – dependencia de la cultura chilena y por extensión hispanoamericana de los paradigmas europeos o fueron actores y promotores de un proceso irreversible?

La irrupción de la generación del 42 en el contexto del Estado Nacional Portaliano

1. Aunque en un nivel de análisis general de las sociedades hispanoamericanas post-coloniales se pueden detectar rasgos comunes en los procesos orientados en la estructuración de los estados nacionales, tales como el surgimiento de caudillismos comarcanos, guerras civiles, ensayos constitucionales, etc., es preciso, sin embargo, diferenciar y caracterizar los escenarios específicos.¹⁶ Esta reserva metodológica también es válida cuando se examinan los discursos ideológicos, el rol de las élites intelectuales en cada país y su grado de articulación con Europa.¹⁷ Es ya un lugar común en la historiografía latinoamericanista, la aserción que Chile constituyó una excepción en cuanto a la brevedad del plazo histórico para organizarse como Estado nacional en el cuadro de un continente convulsionado por guerras civiles y la acción de fuerzas disociadoras. Los diferentes segmentos de la oligarquía: terratenientes, mineros y comerciantes lograron solucionar sus contradicciones y diferencias de intereses por la vía de la negociación y de la creación de instancias de consenso dentro del Estado.¹⁸ La constitución política de 1833, obra de Diego Portales, fundó y legitimó el Estado nacional sobre los principios de un sistema político conservador y autoritario¹⁹ que logró la adhesión de un Ejército institucionalizado y subordinado al Poder Ejecutivo, de la Iglesia, cauteladora de la tradición colonial y de la oligarquía agraria que ejerció un rol hegemónico en el bloque en el poder.²⁰ Este régimen posibilitó la apertura de un dilatado período de orden y estabilidad política. A los disidentes y opositores a este ordenamiento se les marginó de la vida pública e institucional y el gobierno hizo uso de la violencia *legítima* para reprimir los conatos de rebelión de los sectores liberales derrotados en Lircay en 1830. Alberto Edwards caracterizó al Estado Portaliano como “la restauración del espíritu tradicional monárquico bajo la República”.²¹ Entre 1833 y 1860, el país experimentó un inusitado crecimiento económico basado en la expansión de la producción minera de plata y cobre; y en el auge de la agricultura cerealera volcada al mercado mundial.²² Los gobiernos decenales impulsaron la construcción de infraestructuras, el desarrollo del transporte marítimo y terrestre, iniciaron la llamada colonización interior y fomentaron la educación pública.²³ Este proceso de modernización no se proyectaba, sin embargo, a la sociedad global. La sociedad chilena mantenía los rasgos de una sociedad elitista, jerarquizada y estamentada como un recinto cerrado para las capas populares, sino que también para segmentos de la propia élite. Este hecho estimuló el surgimiento de una oposición que se organizó política e ideológicamente dentro de los estrechos marcos de permisibilidad del

**El movimiento generacional e intelectual de 1842 y la irrupción
de un proyecto de Modernidad en Chile**
Hugo y Rita Cancino TRONCOSO

sistema.²⁴ Estos márgenes permitieron la creación de un espacio de disidencia ideológica e hicieron posible la acogida como exilados innumerables intelectuales que huían de regímenes dictatoriales. Entre ellos, el venezolano Andrés Bello, los argentinos Alberdi, Sarmiento, Mitre, Vicente Fidel López y muchos otros.²⁵ Chile se transformó en el centro de convergencia y de referencia de la intelectualidad hispanoamericana. José Victorino Lastarria (1817-1888), figura central de la generación del 42, escribió en sus *Recuerdos Literarios* (1878), que en aquel año “se había iniciado bajo favorables auspicios, un movimiento intelectual desconocido hasta entonces; y contribuían a provocarlo y hasta dirigirlo – precisaba- los americanos ilustrados que huyendo de tiranías y luchas desastrosas habían hallado entre nosotros un asilo amistoso”.²⁶ Lastarria omite mencionar en sus escritos los logros del régimen portaliano: la estabilidad política, el orden interno y el auge económico por el creado. La omisión nos parece obvia. Lastarria y sus compañeros de generación fueron opositores intransigentes a éste ordenamiento y por más de dos décadas esta promoción de intelectuales no sólo pautó el debate ideológico-político, sino que se situó a la cabeza de las agrupaciones que luchaban en contra del régimen autoritario y conservador.

2. El primer acontecimiento que abrió el proceso de irrupción del discurso de la modernidad en Chile fue la fundación de la *Sociedad Literaria*, el 3 de mayo de 1842, entre otros por Lastarria, Francisco Bilbao, Eusebio Lillo, Irisarri y Matta. La mayoría de sus integrantes habían sido discípulos del liberal español José Joaquín de Mora y de Andrés Bello en las aulas del Instituto Nacional.²⁷ La denominación expresa de esta sociedad como *literaria*, no da cuenta de la amplia gama de quehaceres intelectuales que ella promocionó. Una lectura de sus actas fundacionales testimonia que en sus sesiones se debatían no sólo tópicos literarios o estéticos, sino que materias de carácter filosófico, histórico y político.²⁸ La entidad fue concebida como un espacio de encuentro de los jóvenes intelectuales nacionales problematizados, y donde se forjaría el proyecto de Modernidad para Chile. Algunos de sus integrantes, como fue el caso de Lastarria, consiguieron acceso a la docencia en la Universidad de Chile, fundada en 1842 y que comenzó a funcionar en 1843 bajo el rectorado de Andrés Bello.²⁹ De este modo, Santiago “ciudad provinciana, tradicionalista, beata, primitiva y polvorienta” en la acertada formulación de Gazmuri³⁰ experimenta la actividad febril de una pléyade de jóvenes intelectuales que polemizan entre sí, que editan periódicos, revistas y libros³¹ y, que van creando la brecha de una cultura alternativo en el seno de una sociedad tradicional, brecha que se iría ensanchando en las décadas siguientes. Se comienza también a configurar un esbozo de opinión pública que lee y comenta literatura extranjera, principalmente francesa, que discute a Lammenais, Leroux, Louis Blanc, Fourier, Saint Simon y Proudhon. Sin duda que esta naciente opinión pública constituía una reducida élite, en un país con altos niveles de analfabetismo.³² La generación del 42 elaboró un discurso rupturista con el poder, a partir de la asunción de un liberalismo radical, y se ubicó a la izquierda de las corrientes liberales tradicionales. Esta generación se movilizó reclamando por la ausencia de libertades públicas; protestó en contra del poder institucional e ideológico de la Iglesia; criticó la distribución asimétrica del poder, del prestigio y de la riqueza. Su discurso fue democrático-radical y

revolucionario, en la medida que propiciaba una acción insurreccional para cambiar el régimen político imperante. Para encauzar una acción política, fundaron el 29 de octubre de 1849 el *Club de la Reforma*, entidad de fugaz vida, que se disolvió y cuyos miembros más destacados, Santiago Arcos, Francisco Bilbao y Lastarria fundaron el 14 de abril de 1850 la *Sociedad de la Igualdad*.³³ Los enunciados ideológicos de esta agrupación,³⁴ sus formas organizativas, sus lemas e incluso los *nombres políticos*³⁵ adoptados por sus miembros remiten en un primer análisis a la influencia de la Revolución del 48 acaecida en Francia y en otros países europeos.³⁶ Según Hobsbawm la revolución del 48 fue *the first potentially global revolution*³⁷ cuyos efectos e influencias se dejaron sentir en la remota Hispanoamérica. Edwards y Claudio Véliz aseveran que la *Sociedad de la Igualdad* fue directamente provocada por la influencia de las revoluciones europeas del 48.³⁸ Esta interpretación nos parece equívoca y unilateral, pues desconoce la existencia de factores estructurales de perturbación y de descontento social y político en la sociedad chilena de mediados del siglo XIX. La *Sociedad de la Igualdad* logró organizar e incluso movilizar a millares de artesanos³⁹ y capas sociales subalternas, un hecho inusitado que rompía el inmovilismo de una sociedad jerárquica y elitista. Edwards, admite que la *Sociedad de la Igualdad* representó “el primer intento de agitación popular”.⁴⁰ Los *igualitarios* extendieron su acción agitativa a las provincias del norte y del sur del país en un frustrado intento de insurrección popular en contra de la candidatura presidencial continuista del conservador Manuel Montt.⁴¹ El 19 de agosto de 1850 una poblada movilizada por el gobierno asaltó el local de la asociación en Santiago. El gobierno decretó el estado de sitio, proscribió a la *Sociedad de la Igualdad*, y deportó a sus dirigentes, entre otros a Arcos, Bilbao y Lastarria. La represión no logró paralizar la acción intelectual y política de esta generación, la que prosiguió bajo nuevas formas en el exilio latinoamericano y europeo de sus líderes.

Lastarria y la Cultura de la Modernidad

1. Los integrantes de esta generación expresan en los diferentes géneros literarios que cultivan una común visión crítica del pasado hispánico, una concepción secular y laica de la cultura, y una comprensión del escritor como un “agente activo en el proceso histórico y a la literatura se le asigna una función social i edificante”.⁴² Ellos participaron de una creencia casi mesiánica en el advenimiento de la Modernidad Europea. Esta actitud se aprecia en el poema, precisamente titulado *Edad Moderna*, escrito por Jacinto Chacón en 1846: “Marchad más nunca a ciegas mi Patria no ignorante en brazos del pasado tu espíritu abandones. El Libro de la Historia comprende que va adelante. La Europa lo descifra: escuchad sus lecciones. Lo fataliza Vico, Brossuet lo profetiza, Guizot lo desarrolla y Herder lo profundiza”.⁴³ Sin embargo, fue Lastarria el exponente de esta generación que formuló en forma sistemática y rigurosa la crítica de la cultura hegemónica y el proyecto histórico común de su generación. Lastarria, en el transcurso de su vida asumió distintos quehaceres;⁴⁴ jurista de profesión, cultivó el ensayo sociológico, la novela, el periodismo, la investigación histórica y la filosofía política; se destacó como docente universitario, organizador⁴⁵ y parlamentario

**El movimiento generacional e intelectual de 1842 y la irrupción
de un proyecto de Modernidad en Chile**
Hugo y Rita Cancino TRONCOSO

de posición liberal intransigente.⁴⁶ Lastarria al igual que sus congéneres y coetáneos enjuicia y condena despiadadamente el pasado hispánico, el orden portaliano⁴⁷ y a la Iglesia que a su juicio representaban la continuidad de ese pasado.⁴⁸ En su discurso, rico en metáforas inspiradas en el mundo natural, las *tinieblas*,⁴⁹ el *letargo*⁵⁰ y el *negro invierno*⁵¹ - simbolizan el pasado colonial aún perviviente en la sociedad oligárquica portaliana, mientras que la *luz* y la *alborada*⁵² expresan la Modernidad. La ruptura con esta herencia es radical y global, sólo la lengua es rescatable, porque ésta indica “fue uno de los pocos dones preciosos que nos hicieron sin pensarlo.”⁵³ El rechazo del pasado hispánico *encarnado* en la sociedad se constituye en *un punto de partida* necesario para reformular la cultura, el sistema de valores y la institucionalidad en el horizonte de la Modernidad.⁵⁴ El referente civilizatorio para Lastarria y su generación se encontraba en Europa, desde donde el movimiento de la Modernidad se irradiaba. Por ello había que esforzarse para “progresar en la civilización y de merecer un lugar al lado de esos antiguos emporios de las ciencias y de las artes”,⁵⁵ sostenía Lastarria en su discurso inaugural de la Sociedad Literaria en 1842. En esta misma ocasión, él simboliza el pasado colonial aún perviviente en la sociedad oligárquica portaliana, mientras que la *luz* y la *alborada*⁵⁶ expresan la Modernidad, para Lastarria y su generación se encontraba en Europa, desde donde el movimiento de la Modernidad se irradiaba. Por ello había que esforzarse para “progresar en la civilización y de merecer un lugar al lado de esos antiguos emporios de las ciencias y de las artes”,⁵⁷ sostenía Lastarria en su discurso inaugural de la Sociedad Literaria en 1842. En esta misma ocasión, él advertía de los riesgos de la imitación de los paradigmas europeos, cuando la imitación es “ciega y arrebatada, cuando no se toma con juicio lo que es adaptable a las modificaciones de su nacionalidad”.⁵⁸ En este ámbito, se puede constatar la influencia ideológica moderadora del magisterio de Andrés Bello sobre Lastarria y la generación del 42. Bello, cuyo discurso filosófico se inscribía en el eclecticismo,⁵⁹ advertía a sus jóvenes discípulos sobre los riesgos de la copia servil de los paradigmas europeos.⁶⁰ Para Lastarria y su generación, Europa, y específicamente Francia constituía la matriz de la Modernidad y un espacio de experimentación de las ideas de los filósofos. Esto explica su visión optimista y las expectativas desmesuradas que Lastarria asignó a la revolución del 48, como preanuncio de una nueva época a escala planetaria, así lo manifestó en un artículo en la *Revista de Santiago*: “El año 48 es el primero de una ‘Nueva Era’ para la humanidad, es el punto de partida del nuevo orden de cosas que se va a suceder en Europa; y por consiguiente, todos los pueblos que, ‘a manera de planetas secundarios viven de la luz de aquel gran sol’, entran también en una nueva esfera. ‘En la Europa está el principio del movimiento’”.⁶¹

El proyecto de realización de la Modernidad diseñado por Lastarria se fundamenta sobre la implementación de dos procesos simultáneos. *La regeneración de las ideas*, y la *regeneración social y política*. El primero suponía la *emancipación del espíritu*⁶² de las ideas, rutinas, costumbres y en definitiva de la cultura hispánica para apropiarse completamente de esta libertad, “ese sol que no está en lejanos horizontes”.⁶³ El segundo proceso de *regeneración* suponía la modernización en un sentido liberal de las instituciones jurídicas y políticas,⁶⁴ haciendo vigente y actuante los principios de la

democracia representativa, la separación de poderes, el respeto a los derechos ciudadanos y la separación de la Iglesia y el Estado. En este último aspecto señalado, aparece claro que la *regeneración* es conceptualizada también como un proceso de secularización de las esferas política y cultural. Se trataba de crear una cultura emancipada de la influencia y patrocinio de la Iglesia. Se ha criticado, a nuestro juicio injustamente, el proyecto de Modernidad formulado por Lastarria atribuyéndole a éste una supuesta descontextualización del *país real*; Subercaseaux señala que existe un “desfase entre las condiciones reales de la vida social y la ideología de la modernización”⁶⁵ de Lastarria; Araya acusa a Lastarria de olvidarse de “el entorno material y social en que se desenvolvía el país en la década portaliana”.⁶⁶ Nos estamos de acuerdo con esas interpretaciones del proyecto de Lastarria. Por el contrario, sostenemos que es posible localizar en sus escritos una crítica oligárquica y a la injusta distribución de la riqueza,⁶⁷ la cual no aparece tan enfatizada como en el discurso de sus contemporáneos Arcos y Bilbao. El cambio de lo que Subercaseaux denomina *condiciones sociales de la vida social*, se encontraba bloqueado por una cultura política y una mentalidad que Lastarria impugnaba. Debemos que admitir que en el discurso político de los miembros de la generación del 42 hay no sólo prioridades distintas con respecto a las reformas a implementar, sino que distintas tonalidades y énfasis dentro del liberalismo que todos ellos profesaban. Lastarria postulaba como medios para realizar el proyecto de su generación la lucha de carácter ideológico-cultural en contra del orden imperante, creando en el seno de éste una cultura *moderna*, alternativa, que iría progresiva pero ineluctablemente ensanchando su espacio de influencia. A este respecto, Lastarria puntualiza en diferentes pasajes de su obra la importancia del desarrollo de un sistema educacional laico,⁶⁸ es decir libre de la influencia eclesiástica y a la vez el rol relevante de la educación política como medio para concientizar a la juventud en las nuevas ideas, para “formar ciudadanos aptos para la democracia”.⁶⁹ Al mismo tiempo, él desconfiaba de los partidos tradicionales como canales para encauzar a la juventud y vehicular las nuevas ideas proponiendo el remplazo de los *partidos caducos*.⁷⁰ Lastarria participó con su generación de una concepción optimista del proceso histórico, a partir de una creencia en la irresistible dinámica del progreso que iría derribando los obstáculos culturales e institucionales para acceder a la *Edad Moderna*. Ya en sus primeros trabajos académicos formuló la noción de “progreso” como ley de la evolución de la Historia.⁷¹ Cuando en 1868 descubre el pensamiento de Auguste Comte, el positivismo, afirma aun hace largo tiempo atrás él había partido de “idénticas concepciones para fundar en América la filosofía de la Historia”.⁷² Lastarria introduce el Positivismo en Chile, ese discurso que en otros países hispanoamericanos justificó regímenes autoritarios en Chile llegó a “ser una filosofía de impugnación y regeneración social”.⁷³ La actitud de admiración por la Europa de la modernidad va a experimentar cambios significativos entre los miembros de la generación del 42, después de las restauraciones del viejo régimen, el golpe de Napoleón III en Francia y la represión de los movimientos liberales. De la admiración se pasó a un sentimiento de frustración y a una actitud crítica, que encontró nuevos argumentos en el período entre 1860-67 a raíz de una serie de intervenciones de las potencias europeas en la política de

intervenciones de las potencias europeas en la política interna de Hispanoamérica. En carta a Ambrosio Montt el 15 de agosto de 1851, Lastarria señala que de “Europa no vienen la enseñanza de golpes de Estado, de las declaraciones de sitio... de los fusilamientos y destierros por causas políticas”;⁷⁴ categóricamente, advierte en otro texto que no hay “nada que aprovechar de las evoluciones y de aquellos contorsiones agonistas del viejo régimen en Europa.”⁷⁵ También su mirada crítica se focaliza en los desniveles culturales existentes en Europa: “La Europa abriga en su entrañas, bajo el esplendor de sus mismas capitales más brillantes millares de hombres que no saben leer ni escribir.”⁷⁶ En el discurso inaugural de la *Sociedad de Amigos de las Letras* el 23 de mayo de 1869, Lastarria sostiene que los ideales de la edad moderna y la democracias son “casi ya una realidad en la sociedad angloamericana” – y que ellos serían - “una utopía irrealizable en el estado actual de las sociedades europeas, en que el espíritu humano está encadenado”.⁷⁷

Bilbao y Arcos y la dimensión social de cultura de la Modernidad

1. Un tratamiento de la Generación de 1842, de su imaginario de la cultura de la Modernidad y de su agitación ideológica y política, sería incompleto si no se consideraran los discursos de Bilbao y Arcos. Ambos pensadores y hombres de acción, liberales y demócratas radicales como Lastarria, articularon la crítica de la sociedad tradicional, de su cultura y de su sistema de valores con una propuesta de Modernidad, donde a diferencia de Lastarria se enfatizaban los aspectos de reforma social. En sus discursos emergen por primera vez las clases subalternas de la sociedad oligárquica, sujetos ausentes en los esbozos de la sociedad civil en Chile.

Francisco Bilbao (1823-65) participó en la fundación de la *Sociedad de Igualdad* y junto con Arcos, sufrió la persecución, la cárcel y el exilio, sin cesar de actuar políticamente y de escribir en Perú, Argentina y Francia.⁷⁸ Como sus congéneres de generación fue él un hijo de la filosofía de la Ilustración, un seguidor del liberalismo romántico y un discípulo de los pensadores cristiano-liberales Lamennais y Lacordaire.⁷⁹ Sus ensayos, formulados en un estilo sentencioso, plenos de figuras retóricas y dotados de fuerza emotiva, trasuntan una personalidad comprometida vitalmente con su discurso y con su tarea misional. En su opúsculo *Sociabilidad Chilena*, publicado en *El Crepúsculo*, periódico de la *Sociedad de la Igualdad* en 1844, Bilbao impugna el sistema político Portaliano y controvierte la hegemonía cultural e institucional de la Iglesia en la sociedad, instituciones que a su juicio, representaban la continuidad del pasado colonial, y de que constituían obstáculos al advenimiento de la *Edad Nueva*, de la cultura de la Modernidad, que había surgido del *pensamiento francés de la Revolución*.⁸⁰ El escrito mandado, provocó profunda indignación en la jerarquía de la Iglesia y en círculos del gobierno y significó para su autor un proceso por blasfemia, su exclusión del Instituto Nacional, su exilio en Francia, y la clausura definitiva de la revista que lo publicó y la incineración pública del ensayo. Para Lastarria estas medidas represivas “en castigo de las ideas y de la persona del autor de la *Sociabilidad Chilena* marcaban el primer acto de represión contra el movimiento intelectual promovido en 1842.”⁸¹ La irrupción de la *Edad Nueva*, significaba para

**El movimiento generacional e intelectual de 1842 y la irrupción
de un proyecto de Modernidad en Chile**
Hugo y Rita Cancino TRONCOSO

Bilbao, “el advenimiento de la democracia desde la aldea hasta las capitales, la separación de la Iglesia...La abolición del régimen económico, financiero, administrativo y pedagógico de la conquista. La libertad de los cultos, la libertad de la industria, la comunicación con el mundo”.⁸² El cambio de la sociedad tradicional, *colonial y feudal*⁸³ en la expresión de Bilbao, requería llevar a cabo una revolución cuya meta sería una “sociedad de propietarios organizados políticamente como una república democrática”.⁸⁴ En ningún momento de su actividad política planteó Bilbao la abolición de la propiedad privada. Su paradigma de Modernidad estaba directamente inspirado en la Francia revolucionaria. Los cambios políticos que acaecieron en Francia a raíz del golpe de Estado de Napoleón III, y sobre todo la intervención francesa en México⁸⁵ y en otras regiones de África y Asia, implicaron una ruptura definitiva de Bilbao con este paradigma de Modernidad. A este respecto, él se preguntaba: “¿Por qué los americanos del Sur... han abdicado su espíritu y elegido a la Francia por modelo?” -y agregaba que- “ha llegado la hora de despertar... y liberarnos del servilismo espiritual de la Francia”.⁸⁶ Bilbao agregaba que los *sudamericanos* se han sentido inspirados por el pensamiento francés y que habían creído que “la Francia era la nación iniciadora, la nación libre que consagraba su genio a la libertad del mundo”.⁸⁷ Esta actitud rupturista con el país que había sido considerado la matriz de la cultura de la *Modernidad*, no significaba una renuncia al discurso filosófico y político de sus pensadores. Bilbao y su generación trataron de buscar un nuevo escenario paradigma de la Modernidad. El nuevo escenario, modelo de realización de la cultura de la modernidad, se situaba en los Estados Unidos de Norteamérica. Frente a esta experiencia de construcción de la Modernidad, Bilbao, manifestaba una actitud ambivalente de admiración y de crítica. En primer término una admiración ilimitada por su desarrollo industrial, científico, tecnológico y sobre todo por el ejercicio de la democracia representativa.⁸⁸ Comparaba su rol civilizador con el de la antigua Grecia: “Es hoy en la historia esa nación lo que fue la Grecia, el luminar del mundo”.⁸⁹ En segundo término formulaba Bilbao una crítica hacia esta forma de realización de los ideales de la Modernidad, especialmente referida a la política expansionista que los EE.UU. habían “emprendido contra el Sur... ayer Texas, después el Norte de México y el Pacífico”.⁹⁰ Al señalar el peligro de esta política de expansión para las nuevas repúblicas latinoamericanas, Bilbao en un texto magistral, conjugaba sus sentimientos de crítica y admiración por el coloso del Norte y una premonición del futuro: “Derribaron las selvas, poblaron los desiertos, recorrieron todos los mares. Despreciando tradiciones y sistemas y creando un espíritu devorador del tiempo y del espacio... No abolieron la esclavitud en sus Estados, no conservaron las razas heridas de sus indios, ni se han constituido en campeones de la causa universal, sino del interés americano... Se precipitan sobre el Sur, y esa nación que debía haber sido nuestra estrella, nuestro modelo, se convierte cada día en una nueva amenaza de la autonomía de la América del Sur”.⁹¹ En 1866 Bilbao propuso en París la celebración de un congreso de los países sudamericanos y elaboró un documento ideológico-programático que serviría de fundamento a su propuesta sobre la organización de la *Confederación de las Repúblicas del Sur*. Bilbao concedía a esta confederación un carácter defensivo frente a la hábil diplomacia desplegada por los EE.UU., que se

**El movimiento generacional e intelectual de 1842 y la irrupción
de un proyecto de Modernidad en Chile**
Hugo y Rita Cancino TRONCOSO

aprovechaba de la división de las Repúblicas... ”ese coloso juvenil, que cree en su imperio, como Roma también creyó en el Suyo”.⁹² Bilbao confería a esta confederación de lo que el denominaba *nuestra raza americana y latina*,⁹³ el carácter de fundación de una nueva Modernidad. Ella se realizaría “en un teatro más nuevo, más grandioso y más esplendido”,⁹⁴ allí, estos pueblos nuevos, “herederos de las utopías de sus genios” – (europeos), ensayarían - “los gérmenes de vida que contienen”.⁹⁵ En una perspectiva de claras tonalidades utópicas, Bilbao visualiza en esta refundación de la Modernidad en Latinoamérica, la realización de todos los sueños de redención humana, y de progreso en el plano tecnológico para domeñar la naturaleza al servicio del hombre y lograr la realización de la democracia. Esta nueva civilización estaría abierta a los perseguidores y emigrantes y debería “abastecer de pan de justicia a las multitudes hambrientas de Europa”.⁹⁶

2. Santiago Arcos (1822-74), ensayista y pensador social, fue un activo dirigente de la *Sociedad de la Igualdad* y que compartió con Bilbao luchas e ideales. Sin embargo,, el discurso de Arcos, agudamente crítico como el de su generación con respecto al orden tradicional no contiene ningún componente social-utópico o socialista. Autores como el historiador Julio César Jobet lo han presentado como un exponente del *socialismo utópico* y como un precursor del *socialismo democrático* en Chile.⁹⁷ En sus escritos no hemos localizado una expresión de esta supuesta identidad, sino que por el contrario una posición crítica al socialismo utópico y una defensa rotunda del liberalismo.⁹⁸ En definitiva, estimamos que Arcos, se situaba dentro del espacio liberal, como un intransigente demócrata-radical que impugnaba el orden oligárquico chileno, que él comparaba con el *ancien régime* francés. En carta a Francisco Bilbao, fechada en la cárcel e Santiago el 29 de octubre de 1852, Arcos formuló una crítica incisiva a la sociedad tradicional oligárquica y a la injusta distribución del poder y la riqueza. Su carta puede considerarse como el primer intento de un análisis sociológico de la sociedad colonial, del sistema y de la cultura política.⁹⁹ Arcos centró su crítica en la estructura agraria y en la situación de los *inquilinos* y *peones* cuya condición laboral él comparó a la de los siervos en la Europa medieval.¹⁰⁰ Arcos no percibió ninguna posibilidad de cambiar o de reforma la sociedad a través de los partidos tradicionales. El consideraba “Tanto ’pipiolos’ como ’pelucones’ son ricos, son de la casta poseedora del suelo, privilegiada por la educación, acostumbrada a ser respetada y acostumbrada a despreciar el roto”.¹⁰¹ Sin embargo, él atribuyó a los *pelucones* la responsabilidad del inmovilismo y bloqueo de la democratización de la sociedad.¹⁰² Santiago Arcos, Bilbao y muchos otros representantes de la generación del 42, confiaban en la capacidad de la *Sociedad de la Igualdad* o de una nueva formación política para organizar a los sectores populares¹⁰³ y desencadenar una revolución, que podemos caracterizar como democrática, modernizadora y antiautoritaria. En la misma carta a Bilbao, Arcos define el objetivo de esta revolución:

“Para organizar un gobierno estable, para dar garantía de paz, de seguridad al labrador, al artesano, al minero, al comerciante y al capitalista necesitamos la revolución enérgica, fuerte y pronta, que corte de raíz todos los males, los que

proviene de las instituciones como los que provienen del estado de pobreza y degradación en que viven 1.400.000 almas en Chile, que apenas cuenta 1.500.000 habitantes”.¹⁰⁴

Conclusiones

1. La generación del 42, constituyó la primera promoción de intelectuales chilenos *modernos*, que elaboró un discurso de ruptura con la cultura hispánica, con sus instituciones, con su sistema de valores y de convicciones y, en definitiva, con su idea de orden jerárquico, estamental y autoritario perviviente aún en el orden Portaliano legitimado por la Constitución de 1833. Fue la primera generación *moderna* en todo el rico y profundo sentido conceptual, histórico y semántico de este concepto. Fueron *modernos* y no intelectuales *tradicionales*, porque se articularon en su actividad discursiva y política a un mundo crecientemente interdependiente. La perspectiva de este mundo había sido ampliada por los viajes de descubrimiento, la expansión del mercado mundial que implicó sin duda la universalización de las ideas, de las modas, y de las actitudes vitales difundidas desde los centros de la Modernidad europea, que muchos de ellos conocieron como exilados o curiosos viajeros. Fueron intelectuales ciudadanos, porque al igual que en la Europa de la baja Edad Media, en Chile y América Latina, fueron las ciudades, y principalmente las ciudades capitales los centros receptivos de los impulsos modernizadores externos, reproductores y creadores de modernidad. Fueron intelectuales modernos pero la sociedad chilena, oligárquica, conservadora y autoritaria bloqueaba un proyecto de modernidad. Ellos pre-anunciaron el porvenir de los nuevos tiempos de una Modernidad, que en Chile y Latinoamérica fue siempre modernidades incompletas.

2. Como hijos del tiempo inaugurado por la filosofía de la ilustración y la Revolución Francesa, creyeron con una fe casi religiosa en la capacidad de la razón y en las ilimitadas posibilidades de la ciencia para transformar el mundo a escala planetaria. Creyeron además en la fuerza y eficacia de las ideas para transformar al hombre, al mundo y a la sociedad, para erradicar los obstáculos mentales que oprimen el género humano. Como sus congéneres europeos creyeron en el progreso indefinido de la humanidad, progreso que se iría realizando en un movimiento siempre ascendente y rectilíneo. En una primera fase, ellos asignaron a Francia, el rol de guía, inspiración y paradigma; leyeron a sus filósofos y escritores en su idioma original, que pasó a ser en Chile y América Latina de mediados del siglo XIX, el idioma de la *Modernidad* literaria, filosófica y política. Los reflujos y derrotas de los movimientos revolucionarios *modernizadores* democráticos en Francia y otros países además de las restauraciones monárquicas impulsaron a los miembros de esta generación a distanciarse de los *modelos* europeos. Distanciamiento, crítica y desilusión que no significaron romper con la matriz ideológica de la Modernidad.

3. Los exponentes de la Generación de 1842 que hemos tratado en este artículo, presentan en sus textos, a nuestro juicio un doble eje de identidad intelectual; son en una primera instancia *modernos* en el sentido de sus congéneres europeos y son simultáneamente *nacionales*, es decir, chilenos y latinoamericanos. En sus escritos,

**El movimiento generacional e intelectual de 1842 y la irrupción
de un proyecto de Modernidad en Chile**
Hugo y Rita Cancino TRONCOSO

ensayos, poemas y novelas puede detectarse esta doble articulación: Los referentes europeos *modernos* y los tópicos vernáculos. Son ellos los primeros que reflexionaron de un modo sistemático sobre las raíces de la identidad de la cultura latinoamericana y lo hicieron insertos en un mundo significativo, cultural y lingüístico creado por la conquista y colonización hispánica que integró al Nuevo Mundo a los circuitos de la civilización occidental.

4. La Generación del 42 signó por más de dos décadas el desarrollo cultural y político de Chile. Bajo el liderazgo intelectual y moral de Lastarria, Arcos y Bilbao, ella pugó por alcanzar la hegemonía en la sociedad y el Estado. En este proceso se enfrentaron con la resistencia de las fuerzas anti-modernizantes, la Iglesia Católica y la oligarquía agraria cuya cultura, actitudes y valores representaban la continuidad del régimen colonial. Esta generación construyó los cimientos de una sociedad civil, de una nueva cultura política y de una opinión pública. Las sociedades literarias, las publicaciones y sobre todo *La Sociedad de la Igualdad* deben entenderse como la matriz de los actores sociales y políticos y generaron la democratización de la sociedad chilena y que crearon una cultura secular, es decir *moderna*. Ellos configuraron un escenario político, pautaron su discusión y a través de su acción agitativa y discursiva hicieron perceptible la existencia de las clases subalternas y señalaron la importancia de su protagonismo. La realización de la cultura de la Modernidad en Chile, que fue el proyecto histórico de esta generación, no pudo ser efectuada durante la vida de sus impulsores. Ellos, inmersos en el contexto de un discurso teleológico de la Historia, creyeron en un advenimiento casi apocalíptico de la *Edad Moderna* que clausuraría definitivamente la larga *noche* o el *invierno* colonial, en la expresión de Lastarria. No pudieron acceder a una comprensión cabal del rol inercial del pasado, de las culturas y mentalidades *tradicionales*, que perviven y que coexisten en el universo de la Modernidad inter-penetrándose y combinándose. A partir de los referentes de su discurso no podían tampoco haber comprendido la Modernidad en todas sus implicaciones de constituir un movimiento histórico discontinuo y contradictoria.

Notas e referências

¹ Jose ORTEGA Y GASSET, "En Torno a Galileo", *Revista de Occidente*, Madrid, 1956, p. 41; Véase además, *Ibid.* pp. 22-88; Véase: Rosa MARTINEZ DE CODES, *El pensamiento Argentino (1853-1910) Una Aplicación Histórica del Método Generacional*, Editorial de la Universidad Complutense, Madrid, 1986, pp. 81-177.

² Véase J. B. BURY, *The Idea of Progress. An Inquiry Into its Origin and Growth*, Dover Publications, New York, 1960, pp. 144-216.

³ Sobre la filosofía de la ilustración y sus problemáticas centrales, véase Jean-Jaques CHEVALIER, *Historie de la Pensée Politique*, Payot, Paris 1970, tomo II, pp. 89-122; George H. SABINE: *Historia de la Teoría Política*, F.C.E., México, 1963, pp. 408-438; Charles VERECKER, *El Desarrollo de la Teoría Política*, EUDEBA, Buenos Aires, 1961, pp. 224-273.

⁴ Antonio GRAMSCI, *Cultura y literatura*, Ediciones Península, Madrid, 1967, pp. 27-28.

⁵ *Ibid.*, pp. 37-38.

⁶ *Ibid.*

⁷ Leopoldo ZEA, *América como Conciencia*, México, 1976, p. 88.

**El movimiento generacional e intelectual de 1842 y la irrupción
de un proyecto de Modernidad en Chile**
Hugo y Rita Cancino TRONCOSO

-
- ⁸ STANLEY J. y Barbara H. STANLEY, *La Herencia Colonial de América Latina*, Siglo XXI Editores, México, 1975, p. 164.
- ⁹ Véase José Luis ROMERO, *Latinoamérica: Las Ciudades y las ideas*, México, Siglo XX, 1984, pp. 194-195.
- ¹⁰ Abelrdo VILLEGAS, *Reformismo y Revolución en el Pensamiento Latinoamericano*, México, Siglo XXI Editores, 1977, p. 17.
- ¹¹ Gustavo BEYHAUT, *Raíces Contemporáneas de América Latina*, Buenos Aires, EUDEBA, 1964, p. 24.
- ¹² Tomas VASCONI: “Dependencia y Superestructura”, Alfredo CHACON et al., *Cultura y Dependencia*, Caracas, 1975, pp. 68-69.
- ¹³ Hugo BIAGINI, *Filosofía Americana e Identidad*. El Conflictivo Caso Argentino, Buenos Aires, Editorial Universitaria, 1989, p. 78.
- ¹⁴ Thoetonio dos SANTOS: “Cultura y Dependencia en América Latina: Algunos Apuntes Metodológicos e Históricos”, Pablo Gonzales CASANUEVA, *Cultura y Creación Intelectual en América Latina*, México, Siglo XXI, 1984, p. 161.
- ¹⁵ Una tesis discrepante a la de los autores *dependentistas* con respecto a la inserción en el mercado mundial y sus efectos ha sido expuesta con rigor por Bill WARREN, *Imperialism Pioneer of Capitalism*. London, Verso, 1980, pp. 136-137.
- ¹⁶ Para una discusión, véase Marcos KAPLAN, *Formación del Estado Nacional en América Latina*, Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1976.
- ¹⁷ Véase Charles A. HALE, “The Reconstruction of Nineteenth Century Politics in Spanish America: A case for the History of Ideas”, *Latin American Research Review*, Vol. VIII, Nr. 2. Pp. 53-73.
- ¹⁸ Véase Lilliana de RIZ, *Sociedad y Política en Chile*, Universidad Autónoma de México, 1979 p. 33; Charles PREGGER-ROMAN, “The Origin and Development of the Bourgeoisie in Nineteenth Century Chile”, *Latin American Perspectives*, Vol. X, Nr. 2-3, 1983, p. 46.
- ¹⁹ Luis GALDAMEZ, *A History of Chile*, New York, 1941, p.255.
- ²⁰ Véase al respecto Pablo Orlando CRISTOFFANINI, *Dominación y Legitimidad Política en Hispanoamérica*. Un Estudio de la Historia de las Ideas Políticas en la Experiencia Colonial y la Formación del Estado Nacional en Chile, Dinamarca, Aarhus University Press, 1991, pp. 114-170.
- ²¹ Alberto Edwards VIVES, *La Fronda Aristocrática*. Historia Política de Chile, Editorial del Pacífico, Santiago, Chile, 1945, p. 129.
- ²² Ver Julio Cesar JOBET, *Ensayo Crítico del Desarrollo Social de Chile*, Editorial Universitaria, Santiago, Chile, 1955, pp. 33-35; Brian LOVEMAN, *The Legacy of Hispanic Capitalism*, Oxford University Press, 1979, pp. 150-152.
- ²³ Hernan GODOY, *Chile, Cinco Siglos de Cultura*, Ed. Universitaria Santiago, Chile.
- ²⁴ Gabriel SALAZAR, “El Movimiento Teórico sobre Desarrollo y Dependencia en Chile, 1950-1975”, *Nueve Historia*, N°4, Londres 1982, pp. 59-60.
- ²⁵ Francisco ENCINA y Leopoldo CASTEDO, *Resumen de la Historia de Chile*, Santiago Chile, Zig-Zag, tomo II, p. 1024.
- ²⁶ José Victorino LASTARRIA, *Recuerdos Literarios*, Santiago Chile, Zig-Zag, 1967, p. 17.
- ²⁷ Sobre los antecedentes de la fundación de la “Sociedad Literaria”, Véase LASTARRIA, cit., pp. 30-94.
- ²⁸ Véase al respecto “Actas de la Sociedad Literaria 1842-1843”, en *Revista Chilena de Historia y Geografía*, N° 37, Tomo XXXIII, Santiago de Chile, 1920, pp. 445-447.
- ²⁹ Véase Ivan JAKSIC y Sol SERRANO, “In the Service of the Nation: The Establishment of the Universidad de Chile, 1842-79”, *Hispanic American Historical Review*, 70:1, 1990, pp. 71-139.
- ³⁰ Cristian GAZMURI, “Introducción ” a Santiago ARCOPS. *Carta a Francisco Bilbao y otros Escritos*, Editorial Universitaria, Santiago, Chile 1989, p. 17.
- ³¹ Entre estas, los periódicos *El Siglo* (1844), *El Crepúsculo* (1843) y la *Revista de Santiago* (1848).
- ³² Se estima que en 1865 el 83% de la población en Chile era analfabeta, ver Fernando SILVA, “Expansión y Crisis Nacional 1861-1924”, Sergio VILLALOBOS et al., *Historia de Chile*, Editorial Universitaria, 1985, p. 664.
- ³³ Ricardo DONOSO, *Desarrollo Político y Social de Chile desde la Constitución de 1833*, Santiago de Chile Imprenta Universitaria, 1942, pp. 35-40.

**El movimiento generacional e intelectual de 1842 y la irrupción
de un proyecto de Modernidad en Chile**
Hugo y Rita Cancino TRONCOSO

-
- ³⁴ 1- La soberanía de la razón como autoridad de autoridades; 2 - La soberanía del pueblo como base de toda política; 3- El amor y la fraternidad universal como vida moral”, citado por J. C. JOBET, cit., 37.
- ³⁵ Bilbao era ”Vergniaud”, Lastarria era ”Brisot”, Juan Bello era ”Ducos”, Manuel Bilbao, ”Sainti Just”, etc. , Luis Alberto SANCHEZ: ”Prólogo” a Francisco BILBAO, *La América en Peligro*, Ediciones Ercilla, Santiago, 1941, p. 13.
- ³⁶ En un artículo de redacción titulado *Chile y la Revolución Francesa* en el periódico liberal *La Reforma* se expresaba: ”Los últimos acontecimientos de la Francia, que ha tocado como un rayo en Alemania y amenazan a todos los poderes despóticos de la Europa, han dispuesta aquel entusiasta ambiente, que se sintió en los grandes y gloriosos días de nuestra revolución de la independencia”, *La Reforma*, Nr. 1, Archivo Vicuña Mackenna, Vol. 35, pieza 4.
- ³⁷ E. J. HOBBSHAWN, *The Age of Capital 1848-1875*, London, Abacus, 1977, p. 22.
- ³⁸ Véase Alberto EDWARDS, cit., pp. 84-85; Claudio VELIZ, *The Centralist Tradition of Latin America*, Princeton University Press, 1980, p. 167.
- ³⁹ Según las estimaciones de Gazmuri, a partir del censo de 1854, se registraban en Santiago entre 11 y 14.000 artesanos, Cristian GAZMURI, cit., p. 30.
- ⁴⁰ Alberto EDWARDS, cit., p. 84.
- ⁴¹ Véase Luis VITALE, *Las Guerras Civiles de 1851 y 1859 en Chile*, Cuaderno de Investigación, Universidad de Concepción, Instituto Central de Sociología, Chile, pp. 5-35.
- ⁴² Lucia GUERRA-CUNNINGHAM, ”Ideología Política y Alegoría en ”Don Guillermo” de José Victorino Lastarria, *Cuadernos Americanos*, año XL, 4, Vol. LXXXVII, México 1981, p. 116. Véase además José V. LASTARRIA, *Recuerdos Literarios*, Santiago de Chile, Zig-Zag, 1967, pp.104-105.
- ⁴³ Citado por Bernardo SUBERCASEAUX, *Cultura y Sociedad Liberal en el Siglo XIX* (Lastarria, Ideología y Literatura”, Santiago, Chile, Editorial Aconcagua, 1981, p. 58. (Las palabras fueron realzadas en negrilla por el autor”.
- ⁴⁴ Sobre la vida, pensamiento y acción de Lastarria, véase Armanado DONOSO, *Recuerdo de Cincuenta Años*, Santiago, Chile, Nacimiento, 1947, pp. 14-53; Julio Cesar JOBET, *Los Precursores del Pensamiento Social en Chile*, Santiago de Chile, Editorial Universitaria, 1953, pp. 21-49; Bernardo SUBERCASEAUX, ”José Victorino Lastarria: Publicista y Literario Liberal” (1817-1888) en Luis Iñigo MADRIGAL (Ed.), *Historia de la Literatura Hispanoamericana*, Editorial Cátedra, Madrid, 1987, pp. 447-453.
- ⁴⁵ Lastarria organizó la Sociedad Literaria en 1842, el Círculo de Amigos de las Letras en 1859 y de 1869 y la Academia de Bellas Artes en 1873.
- ⁴⁶ ”No, no debemos abandonar nunca la lógica y la integridad de las doctrinas. Las reformas a medias, incompletas, trucas, comprometen y desprestigian más de lo que sirven”, LASTARRIA, citado por Augusto Orrego LUCO, ”Don Victorino Lastarria Impresiones y Recuerdos”, *Revista Chilena*, año 1, Tomo I, Santiago, 1917, p. 12.
- ⁴⁷ José Victorino LASTARRIA, *Recuerdos Literarios*, cit., p. 58.
- ⁴⁸ *Ibid.*, p. 173.
- ⁴⁹ José V. LASTARRIA, ”Investigadores Sobre la Influencia Social de la Conquista i del Sistema Colonial Español en Chile”, J. V. LASTARRIA et al., ”Historia Jeneral de la República de Chile desde la Independencia hasta Nuestros Días”, Imprenta Nacional, Santiago, Chile, 1866, 92.
- ⁵⁰ *Ibid.*, p. 42.
- ⁵¹ José V. LASTARRIA, *Recuerdos Literarios*, p. 35.
- ⁵² *Ibid.*, p. 97.
- ⁵³ *Ibid.*, p. 101.
- ⁵⁴ *Ibid.*, p. 91.
- ⁵⁵ *Ibid.*, p. 99.
- ⁵⁶ *Ibid.*, p. 97.
- ⁵⁷ *Ibid.*, p. 99.
- ⁵⁸ *Ibid.*
- ⁵⁹ Para una discusión sobre la filosofía política de Bello véase el artículo de Carlos STOETZE: ”The Political Ideas of Andrés Bello”, *Internacional Philosophical Quarterly*, Vol. XXIII-4, 1983, pp. 395-406.

**El movimiento generacional e intelectual de 1842 y la irrupción
de un proyecto de Modernidad en Chile**
Hugo y Rita Cancino TRONCOSO

-
- ⁶⁰ "Nuestra civilización será también juzgada por sus obras; y si se la ve copiar servilmente a la europea aún en la que ésta no tiene de aplicable; Cuál será el juicio que se formarán de nosotros, un Michelet, un Guizot? Dirán la América todavía no ha sacudido sus cadenas; se arrastra sobre nuestras huellas con los ojos vedados". Andres BELLO, Raymundo RAMOS (ed.), *Ensayo Político Latinoamericano en la Formación Natural*, México, ICAP, 1981, p. 115.
- ⁶¹ José V. LASTARRIA, "Crónica", *Revista de Santiago*, tomo III, 1849, p. 303. Las palabras fueron realizadas en negrilla por el autor.
- ⁶² José V. LASTARRIA, *Miscelánea Histórica y Literaria*, Valparaíso, Chile, Imprenta La Patria, 1868, p. V.
- ⁶³ José V. LASTARRIA, *Recuerdos Literarios*, cit., p. 34.
- ⁶⁴ *Ibid.*, p. 49.
- ⁶⁵ Bernardo SUBERCASEAUX, *Cultura y Sociedad Liberal en el Siglo XIX*, cit., p. 122.
- ⁶⁶ Juan Gabriel ARAYA, "Un Discurso Crítico Social en el Chile del Siglo XIX: Hostos", Jorge Nuñez SANCHEZ (ed.), *Nación, Estado y Conciencia Nacional*, Editorial Nacional, Quito, 1992, p. 249.
- ⁶⁷ "En Chile hay una clase privilegiada, cuyo privilegio no está en la Ley ni en los derechos de que goza, sino en el hecho, en la costumbre ... Antiguos nobles y caballeros del país son todavía los antiguos propietarios y como tales se han arrogado el derecho de entender o de influir en los negocios públicos", José V. LASTARRIA, "El Manuscrito del Diablo", *Revista de Santiago*, 1850, citado por Julio Cesar JOBET, *Los Precursores del Pensamiento Social en Chile*, Tomo II, p. 33.
- ⁶⁸ "La educación debe separarse del dominio de la Iglesia y llegar a ser una educación positivista y científica sin cesar de inculcar el conocimiento, el amor y la práctica de lo que es justo y verdadero, formando buenos y útiles ciudadanos", José V. LASTARRIA: *Lecciones de Política Positiva, Obras*, Tomo II, Santiago, Chile, 1874, p. 157.
- ⁶⁹ José V. LASTARRIA, *Recuerdos Literarios*, cit., 73-74.
- ⁷⁰ *Ibid.*, p. 74.
- ⁷¹ Véase José V. LASTARRIA, *Investigaciones sobre la Influencia Social de la Conquista del Sistema Colonial de los Españoles en Chile*, Memoria presentada a la Universidad de Chile en su sesión general de 22 de setiembre de 1844.
- ⁷² José V. LASTARRIA, *Recuerdos Literarios*, cit., p. 229; véase sobre esta problemática: Allen L. WOLL, "Positivism and History in Nineteenth-Century Chile: José Victorino Lastarria and Valentín Letelier", *Journal of the History of Ideas*, Vol. XXXVII, 3, 1976, pp. 493-506; William Rex CRAWFORD, "Positivist Thought in Chile", Ralph Lee WOODWARD (ed.), *Positivism in Latin America, 1850-1900. Are order and Progress Reconcilable?*, London, D.C. Heath and Company, 1971, pp. 17-22.
- ⁷³ Bernardo SUBERCASEAUX, cit., p. 247.
- ⁷⁴ José V. LASTARRIA, *Miscelánea Histórica y Literaria*, cit., Tomo III, p. 51.
- ⁷⁵ José V. LASTARRIA: *Recuerdos Literarios*, cit., p. 295.
- ⁷⁶ José V. LASTARRIA: *Peregrinaciones de Luz o Viajes y Aventuras de la Verdad en el Nuevo Mundo*, Buenos Aires, La Facultad, Aires, 1916, p. 195.
- ⁷⁷ José V. LASTARRIA: *Recuerdos Literarios*, cit., p. 367.
- ⁷⁸ Sobre la vida de Bilbao, véase Armando DONOSO, *El Pensamiento Vivo de Francisco Bilbao*, Santiago, Chile, 1940.
- ⁷⁹ Julio Cesar JOBET "Francisco Bilbao, Ideólogo y Tribuno de la Democracias", J. C. JOBET, *Los Precursores del Pensamiento Social en Chile*, Tomo II, 1953, pp. 9-20.
- ⁸⁰ Francisco BILBAO, *Sociabilidad Chilena*, Valparaíso, Litografía e Imprenta Moderna, 1913, p. 55.
- ⁸¹ José V. LASTARRIA, *Recuerdos Literarios*, cit., 245.
- ⁸² Francisco BILBAO, *El Evangelio Americano*, Santiago do Chile, Ediciones Ercilla, 1941, pp. 58-59.
- ⁸³ Francisco BILBAO, *Sociabilidad Chilena*, cit., pp. 59-60.
- ⁸⁴ Cristian GAZMURI, *Introducción a Santiago Arcos. Carta a Francisco Bilbao y otros Escritos*, p. 54.
- ⁸⁵ "Francia, Francia, dime Qué bandera ha sido la que ha bombardeado a Acapulco por tres días? ¿O tiene su Majestad Imperial otra bandera? Francisco BILBAO, *La América en Peligro*, Santiago do Chile, Ediciones Ercilla, 1941, p. 54.
- ⁸⁶ *Ibid.*, p. 51.
- ⁸⁷ *Ibid.* P. 56.

**El movimiento generacional e intelectual de 1842 y la irrupción
de un proyecto de Modernidad en Chile**
Hugo y Rita Cancino TRONCOSO

-
- ⁸⁸ "Hoy es la primera nación en la agricultura, en la industria, en la navegación... Es la nación que hace más descubrimientos, que inventa más máquinas, que transforma con más rapidez la naturaleza a su servicio. Es la nación creadora ... Esa nación ha dado esta palabra "Self-governement" como los griegos "la autonomía", Francisco BILBAO, *El Evangelio Americano*", cit., pp. 61-62.
- ⁸⁹ *Ibid.*, p. 61.
- ⁹⁰ Francisco BILBAO, "Iniciativa de América. Idea de un Congreso Federal de las Repúblicas", 1856, F. BILBAO, *La América en Peligro*, cit., p. 145.
- ⁹¹ *Ibid.*, p. 149.
- ⁹² Francisco BILBAO, citado por Rauymundo RAMOS (Ed.), cit., p. 150.
- ⁹³ Francisco BILBAO, *La América en Peligro*, cit., p. 147.
- ⁹⁴ *Ibid.*, p. 142.
- ⁹⁵ *Ibid.*, p. 142. El texto entre paréntesis es nuestro.
- ⁹⁶ *Ibid.* P. 28.
- ⁹⁷ Julio Cesar JOBET, *Santiago Arcos Arlegui y la Sociedad de la Igualdad (Un Socialista Utópico Chileno)*, Santiago de Chile, Imprenta "Cultura", 1942.
- ⁹⁸ "Para destruir los males que produce la concurrencia quizo destruir la concurrencia, olvidándose que "la concurrencia es una ley natural en el orden económico" y por consiguiente fuera de los males que las leyes humanas pueden remediar", Santiago ARCOS, "Los Socialistas Utópicos", S. ARCOS, *Carta a Francisco Bilbao*, cit., p. 129, las palabras fueron realizadas en negrilla por el autor.
- ⁹⁹ Para una discusión de este documento véase: Julio Cesar JOBET: "Santiago Arcos Arlegui y su "Carta a Francisco Bilbao", J. C. JOBET: *Los Precursores del Pensamiento Social en Chile*, tomo II, pp. 23-45.
- ¹⁰⁰ Santiago ARCOS, *Cartas a Francisco Bilbao*, cit., p. 69.
- ¹⁰¹ *Ibid.*, p. 80. Las palabras fueron realizadas en negrilla por el autor. *Pipiolos*, expresión que en ese contexto significaba *joven el inexperto* era la denominación usual de los liberales, mientras que los conservadores se les llamaba *Pelucones*, debido a que las largas pelucas que se usaban en el siglo XVIII. *Rotos* era la designación de la gente perteneciente a las capas populares urbanas.
- ¹⁰² "Para todo pelucón la palabra progreso, instituciones democráticas, emigración, libertad de comercia, libertad de cultos, bienestar del pueblo, dignidad, República, son utopía o herejías, y la palabra reforma y revolución significa picaros que quieren medrar y robar"., Santiago ARCOS: *Carta a Francisco Bilbao*, cit., p. 80.
- ¹⁰³ "Actualmente los pobres no tienen partidos, ni son pipiolos ni pelucones, 'son pobres' ... Pero están dispuestos a formar un partido, a sostenerlo, no lo dudo, a sacrificarse, por una causa cuyo triunfo alterará realmente las condiciones tristes y precarias en que se encuentran"., Santiago ARCOS, *ibid.*, p. 77.
- ¹⁰⁴ *Ibid.*, p. 69.

Entre futeboléiros e anelados - Lima Barreto e os debates sobre a modernidade no Rio de Janeiro da virada do novecentos

*Celi Fonseca da Silva**

Começamos por uma breve apresentação: quem é Lima Barreto? Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu em uma sexta-feira, 13 de maio de 1881, sete anos antes da festa oficial brasileira da abolição dos escravos, à rua Ipiranga, 18, no bairro de Laranjeiras, Rio de Janeiro. Filho de João Henriques de Lima Barreto e de Amália Augusta Barreto, morreu aos 41 anos, em 1º de novembro de 1922, à rua Major Mascarenhas, 26, no subúrbio carioca de Todos os Santos, no qual passou a residir a partir de 1903, quando tinha 22 anos de idade.

É interessante observar que, morto Lima Barreto, o caixão com seu corpo fez o mesmo percurso que, vivo, o escritor fizera diuturnamente: foi transportado de trem, dessa vez no carro fúnebre da Estrada de Ferro, até a estação Central do Brasil, de onde atravessou o centro da cidade e foi conduzido ao cemitério São João Batista, no bairro de Botafogo, atendendo a um pedido feito em vida pelo próprio Lima Barreto. A notícia do sepultamento apareceu no *Jornal do Brasil* de 3 de novembro de 1922 e foi uma das duas selecionadas para integrar a seção *Nas Páginas da História*, subseção *Há 80 anos*, reeditada pelo mesmo jornal na década passada:

Foi ontem, à tarde, sepultado no Cemitério de São João Batista, carneiro n. 5 409, o conhecido escritor Afonso Henriques Lima Barreto, anteontem falecido em sua residência, à Rua Major Mascarenhas, 26. A despeito de sua proverbial boêmia, era Lima Barreto um escritor consciencioso e preciso e suas obras se assinalam pela honestidade que as inspirou. Algumas vezes satírico, até a irreverência, alguns não o compreenderam, outros, invectivaram-no, mas a justiça manda que proclamemos seu mérito. Amigos, admiradores e confrades do escritor resolveram mandar erigir um mausoléu no local em que repousam seus restos mortais. Para isso, foi aberta uma subscrição, encabeçada pelos (sic) Sr. **José Mariano Filho**, com um conto de réis.¹

* Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAP).

No necrológio, destacamos a presença das adversativas *a despeito de* e *mas*, que estabelecem oposições entre os campos da boêmia, da integridade do escritor, de seu mérito inquestionável e de algumas incompreensões de que foi vítima. Morto Lima Barreto, o fêretro percorreu o longo caminho de volta, do subúrbio ao ponto aristocrático de partida, ou seja, à região de Botafogo, Flamengo e Laranjeiras, fechando o círculo, mas abrindo espaço para a explicitação das tensões presentes na trajetória deste carioca.

Ao definir as duas posições ocupadas por Lima Barreto, negro e intelectual, nosso percurso de análise remete ao conceito de sua filiação. Seguindo as tendências contemporâneas na pesquisa acadêmica, não pretendemos diluir a questão étnico-racial, mas, ao contrário, afirmar que a identidade racial marcou toda a trajetória de Lima Barreto. Na nova ordem de sociedade competitiva de classes que começou a emergir no Brasil com a mudança para o regime republicano, as duas hierarquias, a social e a étnico-racial, caminhavam paralelamente e apresentavam-se como uma permanência de longa duração.

Negro é um conceito enraizado em um conjunto de pertencimentos nos quais se sobrepõe a questão étnico-racial. Desse modo, as representações do “fenótipo (crioulo), da condição social (pobre), da origem histórica (ascendência africana) e da identidade (autodefinida e definida pelos outros)”,² todas essas estão compreendidas na denominação *negro*, que, opondo-se a *não-negro*, define uma identidade política, fundada em uma história de permanências de desigualdades, perpetuadas em *práticas racistas e discriminatórias* de uma “sociedade altamente hierárquica e pigmentocrática”³ como a brasileira.

Na perspectiva teórica que estamos adotando, os termos *mulato*⁴ e *pardo*⁵ tendem a se aproximar do termo *preto*, pelo fato dos três não serem entendidos como *uma denominação positivamente valorativa*⁶ e, portanto, integrem o feixe de representações fenotípicas da identidade negra. Há uma passagem no *Diário Íntimo* na qual Lima Barreto explicita como ele se percebia e era percebido pelos outros:

24 de janeiro [de 1908]

“... Quarta-feira última, chegando à secretaria [de Guerra], deram-me um convite para assistir à saída da esquadra de bordo de um navio do Lloyd. Fui, depois de hesitar muito.”

“Fui a bordo ver a esquadra partir. Multidão. Contacto pleno com meninas aristocráticas. Na prancha, ao embarcar, a ninguém pediam convite; mas a mim pediram. Aborreci-me. Encontrei Juca Floresta. Fiquei tomando cerveja na barca e saltei.

É triste não ser branco.”⁷

Entre as duas possibilidades de classificação, *brancos / não-brancos* e *negros / não-negros*, que a pesquisa acadêmica contemporânea sobre as relações étnico-raciais oferece, poderíamos optar por incluir Lima Barreto ou na categoria de *não-branco* ou na de *negro*. Preferimos caracterizá-lo como *negro*, buscando, assim, afirmar a origem

étnico-racial como um elemento fundamental de sua complexa identidade. Consideramos inadequado o uso do termo *mulato*, *pardo* ou mesmo *mestiço* na perspectiva historiográfica, pois assim estaríamos *contornando as diferenças raciais* e, com isso, *negando a polaridade branco-negro*⁸ central na trajetória de Lima Barreto.

Quanto à concepção de *intelectual*, optamos por entendê-la não como uma categoria profissional,⁹ mas como uma posição¹⁰ ocupada por Lima Barreto no conjunto geral das relações sociais, para *fazer um sumário topográfico e geológico da batalha* vivida e narrada por ele cotidianamente, “localiza(ndo) onde estão os pontos frágeis e onde estão os pontos fortes a que estão ligados os poderes”¹¹ nas lutas políticas do seu tempo. Assumimos a decisão pessoal de utilizar o termo *intelectual*¹² com valor substantivo, ainda que possa redundar em anacronismo atribuir ao vocábulo essa função nos discursos dos atores do período correspondente à Primeira República brasileira.

Por ocasião das internações sofridas no Hospício Nacional de Alienados, a *profissão* de Lima Barreto foi identificada como *empregado público*, ao dar entrada em 18 de agosto de 1914, *jornalista*, em 25 de dezembro de 1919, e *escritor*, em 26 de dezembro de 1919. Na *Anamnese* desta última internação, lê-se: “Indivíduo de cultura intelectual, diz-se escritor, tendo já quatro romances editados, e é atual colaborador da *Careta*”.¹³ Como se vê, parece recorrente o emprego do termo *intelectual* com função adjetiva, tal como está no relatório médico da internação de Lima Barreto e, também, no *Discurso do Sr. Joaquim Nabuco*, Secretário geral, na Sessão inaugural de 20 de julho de 1897 da Academia Brasileira de Letras.¹⁴ Na perspectiva histórica, *literatura e imprensa se confundiam*, como escreve Werneck Sodré,¹⁵ e os *homens de letras* podiam ser chamados de *literatos*, de *escritores*, de *jornalistas* e de *historiadores* até a década de 1920, pelo menos.

Segundo a tipologia proposta por Sirinelli, Lima Barreto seria um caso de *intelectual dessacralizado*,¹⁶ cuja trajetória de rupturas começou bem cedo: órfão de mãe aos sete anos de idade, o mais velho dos quatro filhos de João Henriques celebrou com o pai a festa da abolição em 1888 e acompanhou com desgosto a proclamação da república no ano seguinte:

“O Momento

Sempre fui contra a república. Tinha sete anos e vinha do colégio primário, do grande colégio de que me lembro sempre com ternura e cheio de saudades da minha boa professora, Dona Teresa Pimentel do Amaral, quando me disseram que se havia proclamado a república.

[...] e vi que a tal da república, que tinha sido feita, espalhava pelas ruas soldados embalados, de carabinas em funeral.

Nunca mais a estimei, nunca mais a quis.

Sem ser monarquista, não amo a república.”¹⁷

Após 1889, Lima Barreto assistiu à mudança na vida do tipógrafo João Henriques com a queda da monarquia, sentiu as pressões que o pai sofreu, dada a sua condição de compadre do visconde de Ouro Preto,¹⁸ viveu a demissão de João Henriques da função

de mestre de composição na Imprensa Nacional em 1890. No discurso, Lima Barreto evidenciou uma das tensões que marcou mais profundamente sua trajetória. No fragmento “me disseram que se havia proclamado a república” a superposição de duas formas linguísticas marcadoras de impessoalidade ampliou o efeito de sentido mais do que testemunhado de que a ausência de povo caracterizou o processo de instalação da república no Brasil.

Acompanhamos mais de perto a trajetória de Lima Barreto na posição de um *intelectual-negro* que fazia a crítica da nova ordem republicana, através dos seus deslocamentos entre a *Vila Quilombo* e a *Avenida Central*.

“A representação que denominamos ‘Avenida Central’ tem como marco histórico o momento em que, durante o governo do presidente Rodrigues Alves, a administração municipal do prefeito Pereira Passos resultou em um *verdadeiro período Haussmann à la carioca*.¹⁹ Lima Barreto enxergou a superposição de novas e velhas contradições no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, apresentando-as, por exemplo, na crônica *O Convento*, que trata da demolição do Convento da Ajuda:

“De resto, não se pode compreender uma cidade sem esses marcos de sua vida anterior, sem esses anais de pedra que contam a sua história.

Repito: não gosto do passado. [...]

Quando, entretanto, eu me faço cidadão da minha cidade não posso deixar de querer de pé os atestados de sua vida anterior, as igrejas feias e os seus conventos hediondos.”²⁰

A *era das demolições* representou, para o Rio de Janeiro, a tentativa de apagamento das marcas da cidade escravista colonial e imperial, e o início de sua transformação em espaço adequado às exigências de uma cidade moderna, capital do novo regime republicano. O Convento da Ajuda, situado na recém-inaugurada Avenida Central, simbolizava a cidade velha e sua derrubada tornava-se indispensável,²¹ para que surgisse plenamente a nova paisagem resultante da onda modernizadora. Na crônica de Lima Barreto, a reflexão sobre a conservação da história da cidade sobrepôs-se ao debate acerca da complexidade das relações entre o antigo e o moderno, o feio e o bonito.

Sem desejar cair em anacronismos, ousamos dizer que Lima Barreto fez a apologia dos *lugares de memória* da cidade, para usarmos um conceito de Pierre Nora, em sua defesa a favor da preservação dos *anais de pedra* que contavam a história do Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, demonstrou que estava ciente de que outros significados seriam atribuídos a esses monumentos em cada época.

Acrescentamos a esse núcleo histórico os novos espaços localizados no entorno da Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, e também os bairros de Catete, Botafogo e Copacabana que, situados na direção sul da cidade, tornaram-se os preferidos das elites intelectuais e políticas, merecendo, por esta razão, atenção especial dos poderes públicos, federal e municipal. A crítica de Lima Barreto à reforma urbana do Rio de Janeiro incluiu outros argumentos, como as oposições que diferenciavam politicamente

a cidade do campo, com a mesma intenção de isolar os *indesejáveis*,²² afastando-os do *Rio civilizado*:

“A Volta

O Governo resolveu fornecer passagens, terras, instrumentos aratórios, auxílio por alguns meses às pessoas e famílias que se quiserem instalar em núcleos coloniais nos Estados de Minas e Rio de Janeiro [...]

A obsessão de Buenos Aires sempre nos perturbou o julgamento das coisas.

A grande cidade do Prata tem um milhão de habitantes; a capital argentina tem longas ruas retas; a capital argentina não tem pretos; portanto, meus senhores, o Rio de Janeiro, cortado de montanhas, deve ter largas ruas retas; o Rio de Janeiro, num país de três ou quatro grandes cidades, precisa ter um milhão; o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante quase três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos [...]

O Rio civiliza-se!”²³

Podemos observar, através de suas palavras, que Lima Barreto buscou, mais uma vez, alargar o campo de análise; interligando a questão da identidade nacional à da submissão a modelos da ordem internacional. A crítica explícita à modernidade importada se fez pela estratégia discursiva da ironia, que é dominante no discurso barretiano. A referência às *longas ruas retas* pode ser cotejada com as propostas modernizadoras de abertura da Avenida Central e de construção do novo porto do Rio de Janeiro. Frente às posições hegemônicas acerca das questões internacionais, nacionais ou locais que atravessaram seu tempo, Lima Barreto buscou, com paixão e risco, o caminho menos fácil da análise crítica através de uma *narratividade delinquente*.²⁴ Ao combater em seus artigos e crônicas o conceito de intelectual composto na modernidade, ele fez a defesa veemente daquela outra acepção tradicional de intelectual que considerava o eterno em detrimento do efêmero:

“Tudo hoje é intelectual e o xadrez não podia fazer exceção à regra. O *football* também o é, apesar de ser jogado com os pés; o atirar de pistola e remar em canoas leves, também!

[...] O que não é intelectual são as manifestações de arte, de ciência e literatura.

[...] O Brasil, ao acreditar em semelhante pessoal, ficará célebre no mundo, desde que ganhe campeonatos internacionais dessas futilidades todas.”²⁵

Na passagem, Lima Barreto anteviu a possibilidade, hoje tornada factual, da construção da imagem *positiva* do Brasil através do desempenho de seus atletas nos esportes, especialmente no futebol. A respeito dessa modalidade esportiva, a crítica de Lima Barreto era, sobre vários aspectos, cada vez mais implacável, à medida que o futebol ganhava prestígio em todos os espaços, inclusive na *cidade das letras*. Para mostrar sua discordância, Barreto escreveu e publicou diversos textos nos quais denunciava o preconceito contra negros e pobres que vigorava no período da introdução no Brasil desse esporte de origem inglesa:

“O *football* é eminentemente um fator de dissensão. Agora mesmo, ele acaba de dar provas disso com a organização das turmas de jogadores que vão à Argentina atirar bolas com os pés, de cá para lá, em disputa internacional. O ‘Correio da Manhã’, no seu primeiro ‘suelto’ de 17 de setembro, aludiu ao caso. Ei-lo:

O Sacro Colégio do ‘Football’ reuniu-se em sessão secreta, para decidir se podiam ser levados a Buenos Aires, campeões que tivessem, nas veias, algum bocado de sangue negro – homens de cor, enfim”.

“O conchavo não chegou a um acordo e consultou o papa, no caso, o eminente senhor presidente da República. [...] Foi sua resolução de que gente tão ordinária e comprometedora não devia figurar nas exportáveis turmas de jogadores; lá fora, acrescentou, não se precisava saber que tínhamos no Brasil semelhante esterco humano” [...]

“Concordaram todos aqueles esforçados cavalheiros que trabalham ‘pedestrememente’ pela prosperidade intelectual e pela grandeza material do Brasil[...]

A providência, conquanto perspicazmente eugênica e científica, traz no seu bojo ofensa a uma fração muito importante, quase a metade, da população do Brasil; deve naturalmente causar desgosto, mágoa e revolta; mas – o que se há de fazer? O papel do *football* repito, é causar dissensões no seio de nossa vida nacional. É a sua alta função social.

O que me admira, é que os impostos, de cujo produto se tiram as gordas subvenções com que são aquinhoadas as sociedades futeboleras e seus tesoueiros infiéis, não tragam também a tisona, o estigma de origem, pois uma grande parte deles é paga pela gente de cor. Os futeboleros não deviam aceitar dinheiro que tivesse tão malsinada origem. [...]

P.S. – A nossa vingança é que os argentinos não distinguem, em nós, as cores; todos nós, para eles, somos ‘macaquitos’. A fim de que tal não continue seria hábil arrendar por qualquer preço, alguns ingleses que nos representassem nos encontros internacionais de *football*.”²⁶

Observamos, a partir de suas palavras, que as elites intelectuais e políticas ocupavam-se igualmente das questões esportivas, na medida em que as mesmas adquiriam um significado político de prestígio e, desse modo, participavam do processo de construção de uma certa identidade brasileira que excluía a população negra. No pós-escrito (P.S.) do artigo, a subjetividade manifesta no pronome possessivo em *nossa vingança* explicita uma inclusão: Lima Barreto incluiu-se, como *intelectual-negro*, no grande grupo da população negra brasileira que estava impedida de participar da equipe de jogadores que representaria o Brasil em competições internacionais. Na ironia fortemente presente ao longo da citação, podemos observar a crítica severa às posturas elitistas dos poderosos, desde o presidente da República – no caso, Epitácio Pessoa – até os dirigentes *futeboleros*.

Ainda na forma discursiva irônica, Lima Barreto resumiu que a *alta função social* do futebol era “causar dissensões no seio de nossa vida nacional”, manifestando um

posicionamento de oposição *com carga afetiva máxima*,²⁷ pois contrapunha o futebol à tranquilidade da vida nacional. A produção da violência pelo futebol também foi tratada em diversos artigos, tendo como ponto de partida as notícias publicadas nos jornais sobre *rolos, barulhos, ataques* e outras confusões motivadas pelos jogos de futebol que aconteciam aos domingos:

“O Foot-ball

Não é possível deixar de falar no tal esporte que dizem ser bretão.

Todo o dia e toda a hora ele enche o noticiário dos jornais com notas de malefícios, e mais do que isto, de assassinatos. Não é possível que as autoridades policiais não vejam semelhante cousa.

O Rio de Janeiro é uma cidade civilizada e não pode estar entregue a certa malta de desordeiros que se querem intitular *sportmen*.

Os apostadores de brigas de galos portam-se muito melhor. Entre eles, não há questões, nem rolos. As apostas correm em paz e a polícia não tem que fazer com elas; entretanto, os tais de *foot-ballers* todos os domingos fazem rolos e barulhos e a polícia passa-lhes a mão pela cabeça. [...]”²⁸

Como uma modalidade esportiva inscrita no campo que podemos denominar *lazer civilizado* desde a sua introdução no Brasil, o futebol carioca *nasceu* em 21 de julho de 1902, “na residência do Sr. Horácio da Costa Santos, à rua Marquês de Abrantes número 51, [quando] fundaram o Fluminense Football Club”.²⁹ Portanto, *o tal esporte* começou no Flamengo, um dos bairros adjacentes a Botafogo e, portanto, pertencente ao espaço-tempo representado aqui nesse trabalho pela *Avenida Central*.

Na crítica à modernidade importada, Lima Barreto ressaltou que a mesma continha um pacote de *malefícios* como o futebol, um “esporte que dizem ser bretão” mas que promovia cenas de violência explícita protagonizadas por “desordeiros que se querem intitular *sportmen*”. Pela comparação entre o *esporte bretão* e um divertimento genuinamente nacional como as *brigas de galos*, Barreto denunciou o tratamento diferenciado que as *autoridades policiais* dispensavam a um e a outro, ou seja, no Rio de Janeiro *civilizado*, a violência dos *tais foot-ballers* era tolerada “e a polícia passa[va]-lhes a mão pela cabeça”, enquanto as diversões populares como as *brigas de galos* eram execradas e não recebiam o mesmo tratamento respeitoso por parte das mesmas *autoridades policiais*.

No discurso de Lima Barreto com referência ao espaço-tempo da *Avenida Central*, a crítica aos privilégios que os *futeboleros* auferiam só foi suplantada pela crítica às vantagens que os *doutores* usufruíam apenas com a apresentação de seus diplomas como credenciais:

“Esse espírito de dar aos ‘formados’ os bons lugares da administração vai tomando vulto, vai crescendo desabridamente com os anos da República. [...] Essa superstição do doutor vai de tal modo avassalando a nossa administração que, nas promoções, um bacharel, um engenheiro, um médico ou um dentista

que concorra com um colega não ‘anelado’, em igualdade de condições ou não, o mais certo é ser promovido o ‘doutor’. Note-se que não falo de repartição especial. [...]

Os seus [do nosso ensino superior] estabelecimentos são verdadeiras oficinas de enobrecimento, para dar títulos, pergaminhos, – como o povo chama os seus diplomas, o que lhes vai a calhar – aos bem nascidos ou pela fortuna ou pela posição dos pais.³⁰

Como formação discursiva,³¹ a imagem do *diploma abre-te Sésamo* concorreu para a construção das oposições sociais que distinguiam a *Avenida Central* como representação do espaço de “densa concentração de propriedades positivas”.³² Na perspectiva do combate ao projeto de modernidade instalado na República, o discurso de Lima Barreto buscou tornar perceptível que “o poder se afirma[va] e se exerc[ia] [...] sob a forma mais sutil, a da violência simbólica”.³³ Os efeitos do poder simbólico eram quase sempre invisíveis e, portanto, precisavam ser desocultados; um desses efeitos era a crescente reserva e destinação dos *bons lugares da administração* para os *anelados*, sendo estes, por seu turno, exclusivamente os “bem nascidos ou pela fortuna ou pela posição dos pais”. Segundo Lima Barreto, até mesmo no *execrável football*, os *anelados* recebiam vantagens:

“... porque os pais, tios, tutores, vendo o futuro dos filhos, sobrinhos e pupilos, só garantido com o ‘canudo de lata’, hão de empregar todos os recursos, processos e manhas, para obter a aprovação dos seus candidatos e vê-los afinal munidos com o diploma – ‘Abre-te, Sésamo!’” [...]

Até no execrável *football* os doutores são as primeiras figuras entre os jogadores honorários.

À proporção que os ‘anelados’ ganham importância, iníquos privilégios, o ensino desanda e piora a olhos vistos, como está na consciência de todos.

Costumo admitir que os nossos nobres doutorais venham a chegar, como os seus semelhantes feudais, a jactar-se de não saberem ler nem escrever, na sua qualidade de *gentis-homens acadêmicos*.³⁴

Temos aí, na citação, a oportunidade de conferir uma das marcas do estilo de Lima Barreto: a sua desenvoltura como frasista e criador de imagens. O *canudo de lata*, ou o *diploma ‘abre-te, Sésamo*’, que funcionava como condecoração para os *anelados*, tornando esses *nobres doutorais* ou *semelhantes feudais* verdadeiros *gentis-homens acadêmicos*, esse conjunto reunido produziu um efeito imagético que concede ao leitor, mesmo aquele distanciado no tempo e no espaço, condições de interpretar e atribuir sentidos àquela questão dos privilégios concedidos aos diplomados. A avaliação desfavorável do “ensino [que] desanda[va] e piora[va] a olhos vistos” reforçou a crítica aos *iníquos privilégios* dos *nobres doutorais*, os quais muniam-se do *canudo de lata* como se este fosse um título de nobreza e, em breve, não precisariam sequer saber ler e escrever, *como os seus semelhantes feudais* e, na *qualidade de gentis-homens*

acadêmicos, introduziam no tempo-espaço da modernidade, para criticá-la, a estratificação social do antigo regime. Segundo o texto de Lima Barreto, e como a sua própria trajetória demonstrou, os lugares de prestígio estavam previamente marcados e, portanto, interditados aos do povo.

Na crítica aos *doutores*, um dos ingredientes foi a inevitável referência à Escola Politécnica,³⁵ a instituição de formação de engenheiros situada no Largo de São Francisco. O significado da passagem fracassada de Lima Barreto pela Escola Politécnica pode ser lido de dois modos distintos. Uma leitura mais superficial tem sido a de que a frustração de Lima Barreto por não ter conseguido se diplomar engenheiro explicaria sua amargura, expressa em inúmeros escritos, diante dos “doutores” e de seus privilégios. No entanto, a situação de Lima Barreto poderia ser interpretada de modo mais aprofundado, como um caso emblemático de “violência simbólica” que negros e pobres sofriam e ainda sofrem quando buscavam e buscavam romper a hierarquia dos lugares marcados na sociedade: “No Brasil, o doutor (e olhem que eu escapei de ser doutor), é um flagelo, porque se transformou em nobreza [...] O doutor, se é ignorante, o é; mas sabe; o doutor, se é preto, o é, mas... é branco.”³⁶

Nos relatos do próprio Lima Barreto, há diversas passagens como essa, nas quais ele afirmou, de modo irônico, ter “escapado de ser doutor”. Tendo em vista a imagem consagrada do *doutor* como aquele que *sabe* e *é branco*, podemos colher exemplos de comentários a propósito das tensões vividas por Barreto como estudante negro e pobre, desde 1897, quando foi aprovado nos exames e ingressou na Escola Politécnica, até 1903, quando desistiu de tornar-se doutor:

“Desde muito que eu desejava abandonar o meu curso.

Aquela atmosfera da escola superior, não me agradava nos meus dezesseis anos, cheios de timidez, de pobreza e de orgulho.

Todos os meus colegas, filhos de graúdos de toda sorte, que me tratavam, quando me tratavam, com um compassivo desdém, formavam uma ambiência que me intimidava, que me abafava, se não me asfixiava.”³⁷

Após seguidas reprovações em disciplinas do curso e, também, após a doença do pai e, ainda, após passar a residir no subúrbio de Todos os Santos – na sua *Vila Quilombo* – com a família, Lima Barreto abandonou a Escola Politécnica. No mesmo momento, sentiu-se obrigado, por necessidade de sobrevivência, a prestar concurso para amanuense da Secretaria de Guerra:

“Fui perdendo o estímulo; mas, a autoridade moral de meu pai, que me queria formado, me obrigava a ir tentando... Conjugados... Momentos... Teoria do pêndulo... Teorema das áreas... Que sei eu mais? Nada!... Desgostava-me e era reprovado; e as minhas reprovações desgostavam meu pai, tanto mais que, a bem dizer, até aí, não tinha sido reprovado.

Os últimos anos, passei-os pelos corredores da escola a discutir, já afeito ao seu ‘ar’ – agora! – ou a ler na Biblioteca Nacional ou Municipal; mas, sobretudo, na da própria escola. [...]

Vivia eu nesse conflito moral desde os meus dezesseis anos, quando, aos vinte e um, meu pai adoeceu sem remédio, até hoje. Estava livre, mas, por que preço, meu Deus! Enfim... Não seria mais doutor em cousa alguma – o que me repugnava – nem precisaria andar agarrado ‘as abas da casaca do doutor Frontin. Ia me fazer por mim mesmo, em campo muito mais vasto e mais geral!’³⁸

A trajetória de Lima Barreto demonstrou que, pelo caminho da educação formal, a porta para o *título* e o reconhecimento estava fechada para negros e pobres. Assim, a saída pela via da produção escrita de um *literato* era a opção que restava como possibilidade de ascensão social, desde que não passasse pela porta, igualmente emoldurada pela formalidade, da Academia Brasileira de Letras.³⁹

“Lima Barreto é certamente um dos espíritos mais notáveis da nova geração de escritores.

Arte, cultura, graça e amena simplicidade de estilo casam-se aos dons de harmonia arquitetônica das suas obras.

Neste momento, cremos que é candidato a uma vaga da Academia Brasileira; em princípio, poucos, pouquíssimos, poderiam disputar-lhe essa consagração.

Entretanto, há razões práticas que o excluem daquela competência. Uma delas, por ventura a única de consideração, é o fruto da sua própria negligência.

Acadêmico que sou, não quero nomeá-la por não cometer um doesto, levantar um queixume ou autorizar uma injustiça.

Em todo o caso, a Academia que não peca por exclusivos, cremos, antes pelo contrário realiza as mais largas condescendências, não é nem pode ser o país da Boêmia.

Ela, como romance do autor, também abre portas travessas por onde conseguem entrar os Beldroegas de meu feitio.

Mas Lima Barreto entraria pela porta principal e talvez pela minha mão se fosse ela firme, e eu pudesse estender-lha.”⁴⁰

No comentário do crítico do acadêmico João Ribeiro, a explicitação do confronto entre as qualidades intelectuais de Lima Barreto e suas práticas boêmias tornou visível o cenário no qual os literatos se movimentavam, além de revelar as razões pelas quais a Academia Brasileira de Letras recusou Lima Barreto como acadêmico. Da correspondência com Monteiro Lobato, recolhemos uma referência ao artigo citado de João Ribeiro bem como outras análises, igualmente reveladoras do complexo jogo entre saber e poder no ambiente intelectual dos anos dez e vinte do século passado:

“[Sem data].

Meu caro Lobato.

Mando-te o artigo do João Ribeiro sobre o nosso livro [Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá]. Ele alude à minha candidatura à academia. Nunca fui sinceramente candidato. A primeira vez que o fui, não sinceramente – é bem de ver – foi quando o Hélio [Lobo] se apresentou. Só para lhe fazer mal, porque eu o atrapalhava e me vingava das desfeitas que me fizera, tendo me tratado antes a modos de pessoa poderosa. A carta que enviei, embora registrada, desapareceu e Hélio, apesar do Gustavo Barroso, foi eleito maciamente. Sei bem que não dou para a academia e a reputação da minha vida urbana não se coaduna com a sua respeitabilidade. De *motu proprio*, até, eu deixei de frequentar casas de mais ou menos cerimônia – como é que podia pretender a academia? Decerto, não. ... [“Lima Barreto a Monteiro Lobato]

“25.4.1919

Lima”

Recebi a tua última. Não podes entrar para a academia por causa da ‘desordem da tua vida urbana’; no entanto, ela admite a frescura dum J. do R. [João do Rio]. Os imortais, a contar de Júpiter, sempre viram com indulgência os Ganimedes... Enfim, são brancos, digo, imortais, lá se entendem. Eu acho a academia uma bela coisa, depois que o [Rodrigues] Alves a enriqueceu. É positivamente um negócio imortalizar-se vitaliciamente. Porque duma maneira ou doutra, a renda do legado há de reverter em benefício dos frades da ordem. Talvez isso explique o recrudescimento do avança que se nota agora a cada vaga. ... [Monteiro Lobato a Lima Barreto]”⁴¹

O incidente do desaparecimento da carta endereçada em 21 de agosto de 1917 ao então presidente da Academia, Rui Barbosa, marcou a primeira tentativa de Lima Barreto, concorrendo à vaga de Sousa Bandeira. Posteriormente, outras duas investidas seriam igualmente frustradas, a primeira delas para a vaga de Emílio de Menezes, em uma eleição bastante disputada nas sessões de 24 de fevereiro e 20 de outubro de 1919. Ironicamente, na última tentativa, Lima Barreto candidatou-se à vaga de Paulo Barreto, o João do Rio, um dos alvos mais frequentes das críticas de Lima Barreto. Na leitura das atas da Academia, chamou nossa atenção um trecho da Acta da vigésima quinta sessão, em 7 de julho de 1921. Embora longo, achamos melhor transcrevê-lo em apenas uma citação:

“Lidas também duas cartas, dos srs. Affonso Henriques de Lima Barreto e João Coelho Cavalcanti, apresentando-se candidatos à vaga Paulo Barreto, pede a palavra o sr. Mario de Alencar, para lembrar o dispositivo introduzido no regimento, sobre o compromisso de voto e sobre a nomeação de uma comissão que estudará o merecimento dos candidatos, como consta das atas de julho do ano findo. Termina pedindo a leitura do mesmo dispositivo.

O sr. 1º Secretario procede a leitura de copia do dispositivo. O sr. Alberto Faria pondera que a sessão fora exclusivamente convocada para a discussão dos pareceres sobre as obras em concurso.

Objeta o sr. Lauro Muller que os termos finais do dispositivo em questão são obscuros, pois não se compreende que uma comissão estude o merecimento dos candidatos sem insinuar opinião sobre eles.

O sr. Mario Alencar explica o sentido do dispositivo, de que foi autor, parecendo-lhe que com ele se evitam candidaturas indesejáveis.

O sr. Medeiros e Albuquerque julga o dispositivo altamente inconveniente, cumprindo porém à Academia obedecê-lo pois já é lei da casa. Cita a Academia Francesa onde tais disposições foram suprimidas.

Pede a palavra em seguida o sr. Affonso Celso para perguntar à Diretoria se não julga oportuno manifestar a Academia o seu apreço ao poeta francês sr. Paul Fort, presentemente nesta cidade.”⁴²

Com relação ao conjunto documental formado pelas atas da Academia Brasileira de Letras, deve ser registrada a presença de um hiato com relação ao período de julho de 1920, referido por Mario de Alencar como aquele no qual foi introduzido o novo dispositivo no regimento. Também não encontramos qualquer registro desse dispositivo na documentação regimental oficial da Academia. Parece-nos significativo que a única referência ao tal dispositivo para evitar *candidaturas indesejáveis* e a polêmica que o mesmo gerou entre os acadêmicos tenha aparecido apenas dessa vez, exatamente quando Lima Barreto apresentava sua derradeira candidatura, que ele próprio retirou em carta datada de 28 de setembro de 1921, alegando “motivos inteiramente particulares e íntimos”⁴³.

Ainda na passagem citada, é digna de nota a intervenção do acadêmico Affonso Celso, filho do padrinho de Lima Barreto, suspendendo a polêmica sobre o dispositivo regimental. Por quê? Não conseguimos apreender nas lacunas e entrelinhas do texto quais seriam as motivações que levariam o filho do visconde de Ouro Preto a introduzir uma mudança tão brusca de assunto naquele momento da sessão.

Para quem buscava uma posição valorizada positivamente na *cidade das letras*, nem a Escola Politécnica nem tampouco a Academia Brasileira de Letras... Restou como única porta entreaberta os *quotidianos*, através dos quais Lima Barreto conseguiu expor e expor sua obra com maior frequência. No entanto, precisamos assinalar que nem todos os jornais e revistas acolheram os escritos, as ideias e a figura de Lima Barreto.

Desde quando era aluno da Escola Politécnica, Lima Barreto colaborou nos periódicos estudantis *A Lanterna*⁴⁴ e *Quinzena Alegre*, este com Bastos Tigre, *Correio da Manhã*,⁴⁵ *Tagarela*, *O Diabo*, *Revista da Época*, *O Riso*, *Hoje*, além de *Revista Souza Cruz*, *O Mundo Literário*, *Fon-Fon*, *Gazeta da Tarde*, *Correio da Noite*, *Careta*, *A.B.C.*, *Brás Cubas*. Todos esses periódicos cariocas publicaram originalmente não apenas os artigos e crônicas como também os romances de Lima Barreto, estes sob a forma de folhetins:

“Rio, 4-1-1919.

Meu caro Lobato.

Recebi as primeiras provas impressas [de *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*]. Fi-las ler por um amigo, aquele a quem o livro é dedicado [Antônio de Noronha Santos]. [...] Muito obrigado pelas referências aos meus broquéis; e, embora o João do Rio se diga literato, eu me honro muito com o título e dediquei toda a minha vida para merecê-lo.

Por falar em semelhante paquiderme... Eu tenho notícias de que ele não se tem na conta de homem de letras, senão para arranjar propinas com os ministros e presidentes de estado ou senão para receber sorrisos das moças brancas botafoganas daqui – muitas das quais, como ele, escondem a mãe e o pai. É por causa dessa covardia idiota que ‘essa coisa’ não acaba...

Digo as daqui, porque são as que eu conheço, na montra da Rua do Ouvidor, e nos cochichos dos cafés, chopes e confeitarias.

Lendo unicamente jornais, como a gente inteligente do Rio, elas só conhecem a literatura do seu tempo por aquilo que, como tal, neles é publicado: João do Rio, etc., etc.” [Lima Barreto a Monteiro Lobato]⁴⁶

Embora, na passagem, Lima Barreto tenha feito críticas à superficialidade dos leitores e leitoras dos jornais, foi nas *folhas volantes* que ele conseguiu publicar uma vasta obra entre 1905 e 1922, sem que, no entanto, ficasse livre das tensões, inevitáveis para um *intelectual-negro* no espaço da *Avenida Central*. Graças à ligação com o editor Monteiro Lobato, estabelecida por intermédio de uma correspondência frequente a partir de 1918, é que Lima Barreto conseguiu experimentar ainda em vida um certo reconhecimento, desde os entendimentos financeiros iniciais para a publicação em volume de seus romances.

Na última sequência citada, apareceu novamente a referência corrosiva a João do Rio; em diversas ocasiões, as relações pouco amistosas com Paulo Barreto, o João do Rio, foram compartilhadas com outros interlocutores, dos quais destacamos Noronha Santos e Monteiro Lobato. Na citação, a contundência da agressividade do discurso barretiano dialogava com o discurso igualmente agressivo de Monteiro Lobato em carta anterior, datada de 28 de dezembro de 1918, na qual, ao comentar a boa acolhida de seu mais recente livro de conto”, *Urupês*, ele escrevera: “Cá entre nós: não sou literato, nem quero ser, porque João do Rio o é”. Em mais um exemplo de discurso irônico, Barreto respondeu a Lobato, dizendo-se orgulhoso de ser *literato*, mesmo compartilhando essa atividade com *semelhante paquiderme*, conforme João do Rio foi qualificado. Por outro lado, Lima Barreto se opunha à atitude de João do Rio de *esconder mãe e pai* para negar suas origens negras, tal como faziam as “moças brancas botafoganas”. Na passagem, a permanência do racismo, *essa coisa que não acaba[va]* foi atribuída à atitude de *covardia idiota* de apagamento das *negras imagens* através dos *títulos* e da *posição*. O neologismo *botafoganas*, aplicado às *moças brancas*, expressou as grandes “oposições sociais objetivadas no espaço físico da *Avenida Central*,⁴⁷ no qual Botafogo representava o bairro mais aristocrático de todos:

“Com a formidável venda que o livro [Urupês] de você tem tido aí, parece que lá a coisa é diferente. Nunca supus assim São Paulo. Penitencio-me.

O meu *Policarpo* do qual tirei 2.000, há dois anos, está longe de esgotar-se, apesar de tê-lo vendido (a edição) quase pelo preço da impressão. [...]

Isto dá a medida da inteligência do leitor do Rio. Há uma coisa que ele pede ao autor: posição. [...] Além disso, uma outra coisa influi poderosamente no sucesso do livro: a tendência erótica [...]

O leitor comum do Rio, ou leitora, não sabe ver Amor senão no livro em que ele aparece em fraldas de camisa.

Incapaz disso, pois respeito e tenho muito medo de semelhante deus, procurei empregar a violência, a análise cruel e corajosa, para ser veículo de minhas emoções e pensamentos, despertando a curiosidade, de forma a não morrerem meus livros nas livrarias. É defeito que neles eu reconheço, mas era preciso. Estou falando muito de mim. Adeus.

Lima Barreto

N. B. – Nasci no Rio de Janeiro e meus pais também.”⁴⁸

Como pano de fundo para o debate acerca do contexto da produção literária nas primeiras décadas do século XX, Lima Barreto destacou que a posição social do autor de uma determinada obra era um critério importante, que atravessava a discussão das relações entre a produção e a recepção das obras literárias. Barreto rebateu a modesta acolhida de seus livros com a crítica à inteligência e às escolhas dos leitores e leitoras do Rio, que preferiam as leituras *fáceis* dos jornais *do seu tempo* e dos livros *de tendência erótica* explícita, nos quais o Amor figurava *em fraldas de camisa*. Ao mesmo tempo em que avaliou negativamente os leitores cariocas, comparando-os aos paulistas, no final da carta em que se dirigia a um paulista como Monteiro Lobato, Lima Barreto não deixou de sublinhar que “nascera no Rio de Janeiro e seus pais também”, o que lhe dava pleno direito de fazer aquela crítica aos seus conterrâneos.

Com a marca do humor, Lima Barreto revelou suas limitações em relação ao *Deus do Amor*, do qual tinha *muito medo* e, por isso, respeitava. Assim, suas escolhas temáticas afastavam-se muito daquelas opções de *best-sellers*⁴⁹ eróticos para concentrarem-se no “emprego da violência, na análise cruel e corajosa, para ser veículo de suas emoções e pensamentos, despertando a curiosidade”. Embora “reconhecesse esse defeito” em seus livros, Lima Barreto não queria “vê-los morrerem nas livrarias”, ou seja, sua intenção era de que sua obra sobrevivesse ao seu tempo e aos leitores do seu tempo. Na correspondência intensamente trocada com Monteiro Lobato nos quatro últimos anos de vida, entre 1918 e 1922, encontramos uma observação que, de certo modo, antecipava o que vem sendo a recepção dos escritos de Lima Barreto:

“São Paulo, 28-12-1918.

Meu caro Lima Barreto,

Recebi as últimas provas [de Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá], e acabo de rever eu mesmo os primeiros capítulos do teu livro. Que obra preciosa estás a fazer! Mais tarde será nos teus livros e nalguns de Machado de Assis, mas sobretudo nos teus, que os pósteros poderão ‘sentir’ o Rio atual com todas as suas mazelas de salão por cima e Sapucaia por baixo. Paisagens e almas, todas, está tudo ali...” [Monteiro Lobato a Lima Barreto]⁵⁰

A opinião autorizada de Monteiro Lobato destacou a produção intelectual de Lima Barreto para ressaltar seu significado como registro histórico de um espaço-tempo, o Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX. Na sequência, a *Avenida Central* e a *Vila Quilombo* foram rerepresentadas por Monteiro Lobato através do contraste entre as duas imagens, “salão por cima e Sapucaia⁵¹ por baixo” do “Rio [de Janeiro] atual [das décadas de 1910, 1920] com todas as suas mazelas”.

No Terceiro Encontro do Grupo de Trabalho da Associação Europeia de Historiadores Latinoamericanistas (AHILA) – *Intelectuais na América Latina: pensamento, contextos e instituições. Dos processos de Independência à Globalização* – buscamos apresentar uma parte da trajetória e da produção do intelectual-negro Lima Barreto por entendermos que ele viveu a experiência e soube bem relatar a travessia para o então novo século XX no Rio de Janeiro, capital da recém-nascida república brasileira. Observamos que as questões refletidas por Lima Barreto há um século atrás iluminam algumas de nossas principais questões no presente, ajudando a historicizá-las. As lutas atuais pela conquista de direitos fundamentais, dentre os quais destacamos o direito à educação pública, gratuita e de qualidade para todos, e o combate às diferentes formas de racismo permanecem como temas de investigação, de reflexão, de debate, de produção acadêmica para “análises ressignificadas do intelectual e da intelectualidade latino-americana nas relações travadas com o político, o social e o cultural”, que representam o foco do Encontro.

Notas e referências

- ¹ BR/Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, 03.11.1922, *Apud* “Nas Páginas da História”, *Jornal do Brasil*, 03.11.2002.
- ² Joel Rufino dos SANTOS, “O negro como lugar”, Marcos Chor MAIO; Ricardo Ventura SANTOS (orgs.), *Raça, ciência e sociedade*, Rio de Janeiro, ed. FIOCRUZ/CCBB, 1996, pp. 219-224.
- ³ Carlos HASENBALG, “Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil”, *Ibid.*, p. 236.
- ⁴ *Mulato* é um termo frequente no discurso de Lima Barreto.
- ⁵ *Parda* é como Lima Barreto é caracterizado nos itens *cor* e *raça*, que fazem parte do documento que registra as duas internações sofridas no Hospital de Alienados, em 1914 e 1919: “Cópia da Observação de Affonso Henriques de Lima Barreto, constante do Livro de Observações Clínicas do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil”, *Apud* Francisco de Assis BARBOSA, *A vida de Lima Barreto (1881-1922)*, Edição ilustrada, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1952, pp. 343-347, Col. Documentos Brasileiros 70.
- ⁶ Antônio Sérgio Alfredo GUIMARÃES, “Cor, classes e *status* nos estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia: 1940-1960”, in *Raça, ciência e sociedade*, cit., p. 156.
- ⁷ Lima BARRETO, *Diário Íntimo*, 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, p. 130, Col. Obras de Lima Barreto, vol. XIV. Grifo nosso.

- ⁸ Lívio SANSONE, “As Relações Raciais em *Casa-Grande & Senzala* Revisitadas à Luz do Processo de Internacionalização e Globalização”, *Raça, ciência e sociedade*, cit., p. 210.
- ⁹ No *Almanak Laemmert*, 70º ano, 1914, Parte V - “Indicador nominal dos principais habitantes, negociantes, industriais e profissionais do Distrito Federal”, p. 1600, temos a seguinte referência: “BARRETO (Affonso Henrique (*sic*) de Lima), 1º tem. Gr., 3º off. da Secr. da Guerra, r. Boa Vista 76.”
- ¹⁰ Antonio GRAMSCI, *Os intelectuais e a organização da cultura*, 4ª ed., Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 1982, p. 7. Para Gramsci, “todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”. A discussão que Gramsci faz nessa obra nos interessa para uma definição da intelectualidade em Lima Barreto, que não advém nem de sua formação acadêmica nem de sua inclusão nos círculos literários pertencentes à classe dominante, como a Academia Brasileira de Letras.
- ¹¹ Michel FOUCAULT, *Microfísica do Poder*, 10ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1992, p.151.
- ¹² Norberto BOBBIO e outros, “Intelectuais”, *Dicionário de Política*. 5ª ed., Brasília, Editora UnB, São Paulo, Imprensa Oficial, 2000, vol 1. Ao tratar da história do termo “intelectuais”, o verbete destaca que “o adjetivo latino teve sua primeira forma de substantivação na metade do século XIX, na língua russa, com o termo *inteligência*, criado pelo romancista P. D. Boborykin”. Ainda segundo o verbete, quarenta anos depois, apareceu a forma substantivada “em língua francesa”, no “célebre *Manifeste des intellectuels*, publicado no diário ‘Aurore’ de 14 de janeiro de 1898”, a propósito “do processo Dreyfus”.
- ¹³ “Cópia da Observação de Affonso Henriques de Lima Barreto, constante do Livro de Observações Clínicas do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil”, *Apud*: Francisco de Assis BARBOSA. *A vida ...*, cit, p. 344.
- ¹⁴ “Boletim da Academia Brasileira de Letras”, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1897.
- ¹⁵ Nelson Werneck SODRÉ, *História da Imprensa no Brasil*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977, p. 330.
- ¹⁶ Jean-François SIRINELLI, “Os intelectuais”, René RÉMOND (org.), *Por uma história política*, Rio de Janeiro, EdUF RJ, 1993, p. 240.
- ¹⁷ Lima BARRETO, “O Momento”, *Correio da Noite*, Rio, 3-3-15, *Coisas do Reino do Jambon*, 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, p. 80, Col. Obras de Lima Barreto, vol. VIII.
- ¹⁸ Trata-se de Afonso Celso de Assis Figueiredo (1836-1912), político que presidiu o último Conselho de Ministros do Império.
- ¹⁹ Maurício de Almeida ABREU, *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, 2ª ed., Rio de Janeiro, IPLANRIO, Zahar, 1988, p. 67.
- ²⁰ Lima BARRETO, “O Convento”, Rio, Julho de 1911, *Bagatelas*, 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, pp. 85-86, Col. Obras de Lima Barreto, vol. IX.
- ²¹ O Convento da Ajuda, localizado em área hoje ocupada pela Cinelândia, foi demolido em 1911, seis anos após a inauguração da Avenida Central, quando a maioria dos edifícios da nova, larga e longa via reta ainda estava em construção. Ver: *O Rio de Janeiro do Bota-abaixo*, Fotografias de Augusto Malta, textos de Marques Rebelo e Antonio Bulhões, Rio de Janeiro, Salamandra, 1997, pp. 94-106.
- ²² Lená Medeiros de MENEZES, *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*, Rio de Janeiro, EdUERJ, 1996.
- ²³ Lima BARRETO, “A Volta”, *Correio da Noite*, Rio, 26.01.1915, *Vida Urbana*, São Paulo, Brasiliense, pp. 82-83, Col. Obras de Lima Barreto, vol. XI.
- ²⁴ Lima BARRETO, “A Volta”, *Correio da Noite*, Rio, 26.01.1915, *Vida Urbana*, id.
- ²⁵ Lima BARRETO, “As Glórias do Brasil”, 07.01.1922, *Feiras e Mafuás*, 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, pp. 271-272, Col. Obras de Lima Barreto, vol. X.
- ²⁶ Lima BARRETO, “Bendito Football”, 01.10.1921, *Feiras e Mafuás*, cit., pp. 94-96.
- ²⁷ Linda HUTCHEON. *Teoria e política da ironia*, Belo Horizonte, ed. UFMG, 2000, p. 76.
- ²⁸ Lima BARRETO, “O Foot-ball”, *Careta*, Rio, 01.07.1922, *Marginalia*, 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, p. 15, Col. Obras de Lima Barreto, vol. XII.
- ²⁹ Charles J. DUNLOP, *Rio Antigo*, Rio de Janeiro, Editora Gráfica Laemmert Ltda., 1955, p. 111, v. I.
- ³⁰ Lima BARRETO, “As Reformas e os ‘Doutores’”, 16.01.1921, *Feiras e Mafuás*, cit., pp. 234-236.

- ³¹ Dominique MAINGUENEAU, *Termos-chave da análise do discurso*, Belo Horizonte, ed. UFMG, 1998.
- ³² Pierre BOURDIEU, “Efeitos de lugar”, P. BOURDIEU (coord.), *A Miséria do mundo*, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 199, p. 161.
- ³³ *Ibid.*, p. 163.
- ³⁴ Lima BARRETO, “As Reformas e os ‘Doutores’”, *Feiras e Mafuás*, cit., pp. 237-239.
- ³⁵ Considerada o berço dos grandes engenheiros nacionais, a Escola Politécnica, antiga Escola Central, resulta de uma divisão da Academia Real Militar em 1874, quando a totalidade do ensino militar desta foi transferida para a Praia Vermelha e a parte 100% civil passou a ocupar o edifício do Largo de São Francisco de Paula, no Centro da cidade. A escola militar, por sua vez, instalara-se nesse endereço do Largo de S. Francisco, na freguesia do Sacramento, desde 1812, ocupando uma parte posterior da igreja inacabada da Sé Nova; ganhando importância após a Independência, a escola militar “mereceu” inclusive que seu prédio fosse todo reformado e ampliado através de um projeto de Pedro José Pezerat, o arquiteto particular de D. Pedro I. Em 1906, com a expansão das aulas da Escola Politécnica, o edifício recebeu um terceiro andar, além de uma nova e monumental fachada. E em 1948, quando se tornou a Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, um novo pavimento foi construído. Após a transferência da escola de engenharia para o Campus da Ilha do Fundão, o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro passou a funcionar no velho prédio. Ver Brasil GERSON, *História das ruas do Rio: e da sua liderança na história política do Brasil*, 5ª ed., Rio de Janeiro, Lacerda, 2000, pp. 124-130; 152.
- ³⁶ Lima BARRETO, “A Instrução Pública”, *Correio da Noite*, Rio, 11.03.1915, *Vida Urbana*, cit., p. 91.
- ³⁷ Lima BARRETO, “Henrique Rocha”, 22.06.1919, *Bagatelas*, cit., p. 195.
- ³⁸ *Ibid.*, p. 195.
- ³⁹ Fundada em 20 de julho de 1897, para ser um exemplo da mudança de concepção do papel intelectual dos escritores no Brasil *fin-de-siècle*, a Academia Brasileira de Letras caracterizou-se “por evitar a intervenção social e política” e por cultivar a imagem de “um salão de cordialidade e boas maneiras”. No entanto, tal projeto desvinculador do engajamento traduz não apenas uma posição política como também “um discurso sobre a vida pública brasileira”. Ver João Paulo Coelho de Souza RODRIGUES, *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*, 2ª ed., Campinas, São Paulo, Ed. da UNICAMP, CECULT, 2003, Col. Várias Histórias.
- ⁴⁰ João RIBEIRO, “Crônica Literária”, *O Imparcial*, 21.04.1919, Lima BARRETO, “João Ribeiro – 1917 [1919]”, *Correspondência – Tomo II*, 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, pp. 31-32, Col. Obras de Lima Barreto, vol. XVII.
- ⁴¹ *Ibid.*, pp. 69-70.
- ⁴² Academia Brasileira de Letras, “Acta da vigésima quinta sessão, em 07.07.1921”.
- ⁴³ Lima BARRETO, “Academia Brasileira de Letras – 1920-1921”, *Correspondência – Tomo II*, op. cit., p. 217.
- ⁴⁴ Relembramos que, em 1902, Lima Barreto deu início à sua colaboração em *A Lanterna*, “órgão oficioso da mocidade das escolas oficiais”, onde costumava assinar-se, alternadamente, *Alfa Z* e *Momento de Inércia*.
- ⁴⁵ Neste periódico, Lima Barreto fez sua entrada no jornalismo. No mesmo período, dividia suas atividades jornalísticas com a militância política, participando do Comitê Operário Independente, um dos muitos comitês criados pelo movimento anarquista.
- ⁴⁶ Lima BARRETO, “Monteiro Lobato – 1918-1922”, op. cit., pp. 56-57.
- ⁴⁷ Pierre BOURDIEU, cit., p. 162.
- ⁴⁸ Lima BARRETO, “Monteiro Lobato – 1918-1922”, *Correspondência – Tomo II*, op. cit., pp. 57-58.
- ⁴⁹ Ousamos inserir aqui uma expressão que não pertence à época de Lima Barreto, mas que descreve adequadamente sua percepção das escolhas de leituras pelos leitores de seu tempo.
- ⁵⁰ Lima BARRETO, “Monteiro Lobato – 1918-1922”, cit., p. 55.
- ⁵¹ Uma das 13 ilhotas da Baía de Guanabara, incorporada à ilha do Fundão. Ver “Homem ou boi de canga?”, Lima BARRETO, *Bagatelas*, cit., p. 272. Era na ilhota de Sapucaia que todo o lixo da cidade era incinerado. Ver Noronha SANTOS, *As freguesias do Rio Antigo*, cit., p. 75.

De Sílvio Romero a Heitor Villa-Lobos: meio, raça e história na música brasileira

*Avelino Romero Pereira**

“Três raças tristes”

Em 1917, em um de seus últimos sonetos, Olavo Bilac pinta um quadro descritivo do que seria a *Música Brasileira*, expressão que dá título ao poema. Como nota mais evidente, recorre à tópica da sensualidade, cujos requebros atribui ao “fogo soberano do amor”. Já indicando a presença de elementos estranhos ao universo europeu e cristão, qualifica essa sensualidade como “encantos de impureza”, feitiço, pecado e volúpia. Mas, para o poeta, estas seriam apenas marcas exteriores, visíveis ao olhar etnográfico ou àquele outro olhar, extasiado pelo exotismo. A estes contrapõe um olhar mais penetrante, que pudesse trazer à tona os conteúdos de uma psicologia social. Às marcas da sensualidade contrapõe a “tristeza dos desertos, das matas e do oceano”, anunciando metonimicamente as *três raças* fundadoras de uma brasilidade, cuja feição real e mais profunda repousaria não na aparente sensualidade, mas em desejos e orfanidades, nostalgias e paixões, conduzindo o soneto ao fecho de ouro, artifício típico da retórica clássica:

“E em nostalgias e paixões consistes,
Lasciva dor, beijo de três saudades,
Flor amorosa de três raças tristes.”¹

Eis a *música brasileira* compreendida, ou seja, descrita e explicada, como o resultado de um processo histórico traduzido em termos etnográficos e de psicologia social. A poesia fazendo eco às tônicas repisadas pelo pensamento social de fins de século, tal como se apresenta em Sílvio Romero, e antecipando outras ressonâncias,

* Professor Adjunto de História da Música, Instituto Villa-Lobos, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Brasil. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense.

como as que se encontram na musicologia de Mário de Andrade e na música de Heitor Villa-Lobos. O Bilac de 1917, produzido em meio à efervescência nacionalista motivada pela guerra mundial, parece figurar aqui como uma espécie de elo perdido entre dois modernismos, o de 1870 e o de 1922.²

O poema de Bilac me serve de mote para retomar, em algumas de suas variantes, o tradicional tema do *caráter nacional brasileiro*, já exaustivamente tratado no estudo clássico de Dante Moreira Leite, de 1954, e revisto pela crítica de Renato Ortiz, de 1985.³ Não pretendo retomar essas discussões, mas lembrar que algumas fórmulas explicativas do Brasil, vindas do final do século XIX, ainda parecem correntes no chamado senso comum e, às vezes, não tão comum. Noções, por exemplo, a respeito da suposta *inferioridade* do negro e do mestiço, da *apatia* do brasileiro, da *fraqueza* de nossa produção intelectual, afeita à *cópia*, à *imitação* ou à mera *importação* de ideias sem crítica, foram veiculadas nas teorias explicativas formuladas por uma intelectualidade incomodada com uma situação que qualificava como *atraso* econômico, social e cultural frente aos modelos que elegia.

Retomo, porém, inicialmente, algumas dessas formulações, conforme aparecem na obra de Sílvio Romero. No passado, um autor muito lido, nem sempre compreendido, suas ideias, creio, tiveram suficiente impregnância, que lhe deram mais sobrevida do que sua obra em si, que não parece muito cômoda no cânone acadêmico.⁴ No dizer do sergipano, os intelectuais da chamada Geração de 1870 foram responsáveis por trazer para o Brasil “um bando de ideias novas”, em diálogo com algumas correntes materialistas do pensamento europeu, mobilizadas no esforço para conhecer e explicar a realidade social do país e para intervir sobre essa mesma realidade. Com base no determinismo histórico, geográfico e racial, com ênfase nas teorias raciais em voga no século XIX, Sílvio Romero buscou as razões do *atraso* brasileiro e as diretrizes para sua superação. Num enfoque inovador para a época, valorizou a especificidade da mestiçagem e, afirmando-se como um crítico da cultura *avant la lettre*, fez o foco de sua análise desdobrar-se entre a literatura e a poesia popular, defendendo o conhecimento desta como base para o desenvolvimento daquela, e o conhecimento de ambas como chave para desvendar a realidade social do Brasil.

As análises e conclusões do crítico sergipano tiveram enorme projeção sobre a produção intelectual posterior e terminaram servindo a autores que se dedicariam ao estudo da música e do folclore brasileiros. Porém o exagero afirmativo da geração modernista de 1922, apresentando-se como inventora do interesse e do discurso sobre o *nacional* e o *popular*, obscureceu os vínculos entre as duas gerações de intelectuais e suas proposições. Minha intenção é mostrar como alguns intelectuais operaram uma transposição das análises romerianas para a música, em textos como *A música no Brasil*, do baiano Guilherme de Melo, publicado em 1908 e reeditado em 1947, a *História da música brasileira*, do também baiano Renato Almeida, publicado em 1926 e revisto em 1942, e o *Ensaio sobre a música brasileira* de Mário de Andrade, de 1928. Essas obras foram matrizes para muito do que se tem escrito sobre música no Brasil e são também fruto de um constante diálogo com muita música composta por autores como Alberto Nepomuceno, contemporâneo de Sílvio Romero e Guilherme de Melo, e Villa-Lobos,

modernista como Renato Almeida e Mário de Andrade. Além dos vínculos intertextuais óbvios, como os que aproximam a *História da literatura brasileira* de Romero e a *História da música brasileira* de Almeida, há também dados factuais que justificam minhas escolhas: o sergipano é citado textualmente por Nepomuceno, Melo e Almeida, consta da bibliografia de Mário de Andrade, e frequentava os saraus promovidos pelo pai de Villa-Lobos, e este, em 1916, chegou a pôr música em um poema seu, *Viola*. Nada muito oculto ou implícito, portanto.

Em minha dissertação de mestrado em História, apresentada em 1995, analisei aspectos dessa articulação entre Sílvio Romero, Guilherme de Melo e Alberto Nepomuceno, e sugeri seus vínculos com o modernismo de 22, negando a descontinuidade entre as duas gerações.⁵ Retomando agora essas reflexões, aponto com mais vagar os traços que aproximam o pensamento social de Sílvio Romero e a música de Villa-Lobos.⁶ Mediante a análise de obras musicais significativas, pretendo mostrar como o compositor transfere para a sala de concerto o debate intelectual sobre a realidade social do país. Assim, aproximo a música à produção intelectual e valendo-me de um estudo comparativo entre as reflexões produzidas por intelectuais de diferentes gerações e atuações, procuro problematizar uma memória construída em torno do modernismo musical no Brasil, que tem em Mário de Andrade e Villa-Lobos os expoentes de uma suposta inovação radical nas formas de representação da nacionalidade.

Sílvio Romero e os fatores da literatura brasileira

Elegendo a produção literária do Brasil como objeto de estudo, Sílvio Romero publicou em 1888 sua *História da literatura brasileira*, da qual apresentou em vida uma segunda edição, em 1902. No primeiro volume, trazia uma introdução em nove capítulos, reunidos sob o título “Fatores da literatura brasileira”, nos quais, apoiando-se no evolucionismo de Herbert Spencer, dialoga com os determinismos que explicariam a produção intelectual pela realidade material. Assim, valia-se dos mesmos fatores para explicar tanto a literatura quanto um *atraso* social do Brasil frente aos modelos que toma por civilizados.

Mas o crítico sergipano não se limitava à importação passiva de ideias, marcando diferenças em relação aos autores que comenta. Discorda, por exemplo, do determinismo geográfico de Thomas Buckle, embora concorde com o historiador britânico na “pintura que faz de nosso atraso”. Romero toma um modelo mais complexo, considerando três ordens de fatores: os primários ou naturais: o meio; os secundários ou étnicos: a raça; e os terciários ou morais: a história, ou melhor, “os fatores históricos chamados *política, legislação, usos, costumes*, que são efeitos que depois atuam também como causas.”⁷

Em outro passo, num capítulo intitulado “A nação brasileira como grupo etnográfico e produto histórico”, comenta a recente dependência das ciências morais em relação à história natural. Assim, a crítica literária, antes fundada nas regras eternas do bom-gosto, teria reconhecido a relatividade de seus conceitos e incorporado as noções de meio e raça. Mas criticando o exagero dessa convicção, o sergipano entende que, se é

certo que os meios modificam os povos, também estes reagem àqueles, e, portanto, deve-se contar com o elemento humano, por intermédio da cultura, como um fator de reação às pressões naturais. Assim, adaptando as teorias de que se vale, não contesta a ação dos meios e das raças, que considera “um achado definitivo doravante na ciência”, mas pondera: “imponho-me somente algum cuidado no manejo de meu assunto: a literatura pátria.”⁸

As razões para essas ponderações estariam nas especificidades nacionais, que ele indica pelo fato de o povo brasileiro ser o resultado da mestiçagem, ainda em processo, de três raças distintas, não sendo nem um grupo étnico definitivo, nem uma “raça sociológica”, por não ter atingido ainda uma “feição característica e original”.⁹ Mas entende que temos “os elementos indispensáveis para tomar uma face étnica e uma maior coesão histórica”, ou seja, “a formação de uma *sub-raça* mestiça e crioula, distinta da europeia”.¹⁰ Para ele, “o mestiço é o produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil; é a forma nova de nossa diferenciação nacional.”¹¹ Porém, ainda que valere a mestiçagem, o autor se apressa a afirmar a tendência do elemento branco a predominar, por força da imigração e de um progressivo desaparecimento do índio e do negro. Retomava, assim, seus trabalhos anteriores, como se pode ler na introdução a *Contos populares do Brasil*, cuja primeira edição, portuguesa, é de 1885 e a segunda, brasileira e aumentada, de 1897. Ali, o sergipano cita um trabalho de 1870, *Literatura brasileira e a crítica moderna*, em que já justificava a mestiçagem pela necessidade de o branco se aproveitar dos outros elementos, para se sobrepor às agruras do clima:

“Pela seleção natural, todavia, depois de apoderado do auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância, até mostrar-se puro e belo como no velho mundo. Será quando já estiver de todo aclimado no continente. Dois fatos contribuirão largamente para tal resultado: de um lado a extinção do tráfico africano e o desaparecimento constante dos índios, e de outro lado a imigração europeia.”¹²

Fica entendido então que o mestiço, embora valorizado como parte de um processo, seria apenas um elemento transitório que levaria a um *branqueamento*. Voltando à *História da literatura brasileira*, vê-se a ideia melhor delineada:

“Nossa psicologia popular é um produto desse estado inicial. Não quero dizer que constituiremos uma *nação de mulatos*; pois que a forma branca vai prevalecendo e prevalecerá; quero dizer apenas que o europeu aliou-se aqui a outras raças, e desta união saiu o genuíno brasileiro, aquele que não se confunde mais com o português e sobre o qual repousa o nosso futuro.”¹³

O trecho é exemplar da tensão existente em sua obra, um dilema já apontado por Renato Ortiz, que consiste na necessidade de afirmar a identidade nacional, negando simultaneamente qualquer possibilidade de o processo histórico brasileiro resultar numa situação de inferioridade.¹⁴ Manipulando as teorias raciais, que atribuíam ao índio, ao negro e ao mestiço a inferioridade ante o branco, Sílvio Romero tenta provar a possibilidade de superação do atraso, ainda que à custa de adiar o resultado para um

futuro distante, a ser construído. Reside aí a motivação para seus estudos: a defesa da ação do intelectual como elemento de reação às pressões negativas exercidas por raça e meio. Assim, o atraso seria transitório, matizado pela formulação do branqueamento como solução histórica. O cuidado em negar a formação de uma “nação de mulatos”, expressão grifada no original, transpõe-se mais adiante na caracterização desse processo como uma vitória conjunta das três raças:

“Não deve aí haver vencidos e vencedores; o mestiço congraçou as raças e a vitória deve assim ser de todas três.

Pela lei da adaptação, elas tendem a modificar-se nele, que, por sua vez, pela lei de concorrência vital, tendeu e tende ainda a integrar-se à parte, formando um tipo novo em que há de predominar a ação do branco.”¹⁵

Embora valorizando a contribuição dos dois grupos submetidos pela colonização, chave, segundo ele, para a possibilidade da civilização nos trópicos, a afirmação do predomínio branco denuncia o viés racista de sua tese, oculto sob a pretensa *verdade* emanada de um discurso *científico* apoiado na enunciação de *leis explicativas*. Poucas páginas depois, esquecendo-se do que dissera – “não deve aí haver vencidos e vencedores” – a tentativa de substituir a ideia de luta racial pela de colaboração desmancha-se, ao proclamar que “o mestiço é a condição dessa vitória do branco, fortificando-lhe o sangue para habilitá-lo aos rigores do nosso clima.” E acrescenta: “é em sua forma ainda grosseira uma transição necessária e útil, que caminha para aproximar-se do tipo superior.”¹⁶ Sempre oscilando nas valorações, defenderá a “beleza de nossa raça”, e caracterizará o negro como um “robusto agente civilizador”, numa curiosíssima passagem em que, desenhando talvez a ideia de uma *democracia racial*, torna a escravidão um fato positivo nessa construção, e atribui à mestiçagem o mérito de ter trazido “doçura” a nossos costumes:

“A escravidão, apesar de todos os seus vícios, operou como fator social, modificando nossos hábitos e costumes. [...] e o negro foi assim um robusto *agente civilizador*. *O cruzamento* modificou as relações do senhor e do escravo, *trouxe mais doçura aos costumes* e produziu o mestiço, que constitui a massa de nossa população, e em certo grau a beleza de nossa raça.”¹⁷ [Destques do original.]

É curioso que passagens como essas tenham caído no *esquecimento*, especialmente se as conectamos com a produção de outros intelectuais mais próximos de nós, cujas reflexões não foram esquecidas com o tempo. Chama a atenção, sem dúvida, essa originalidade e até ousadia de Sílvio Romero, ao indicar uma contribuição civilizadora do negro, e ao trazer à luz elementos culturais dos africanos transplantados ao Brasil e de seus descendentes, numa intenção, nova para a época, de pensar *o* e *no negro*, ainda que sob a condição de o esquecer em seguida. Ao negro, assim como ao Brasil, só restava uma saída: tornar-se branco.

O caráter nacional e a coleta do folclore

Trabalhando sobre a última ordem de fatores, os morais ou históricos, no último capítulo da introdução à *História da literatura brasileira*, Sílvio Romero afirma a possibilidade e a necessidade de se conhecer a “psicologia nacional” do brasileiro, que define como “o complexo de tendências e intuições do espírito nacional; alguma coisa que o indivíduo por si não explica, que só o povo em sua amplitude genérica deixa notar claramente.”¹⁸ Seria “um espírito comum (*Algeist*)”, análogo a “um espírito da época (*Zeitgeist*)”. É a busca desse *espírito comum* que move Sílvio Romero em sua investigação tanto com relação à literatura quanto com relação à cultura popular, e nesse passo do trabalho ele define seu programa de ação, pelo qual se percebe a complementaridade entre suas feições de crítico literário e as de folclorista:

“Pelo que toca à nação brasileira, os documentos não se acham coligidos, nem utilizados de forma alguma. Os nossos costumes públicos e particulares, nossa vida de família, nossas tendências literárias, artísticas e religiosas, todas as ramificações, enfim, da atividade popular, não têm sido objeto de um estudo particular e aturado. Nós desconhecemo-nos a nós mesmos.”¹⁹

Num entendimento que teria forte ressonância sobre as futuras gerações, via as razões desse desinteresse pelos costumes nacionais na própria *psicologia nacional*: “como tipo sociológico, o povo brasileiro é apático, sem iniciativa, desanimado.”²⁰ Esta seria, segundo ele, a base para as práticas políticas e intelectuais que tomava por equivocadas: “é assinalável a propensão que temos para esperar, nas relações internas, a iniciativa do poder, e, no que é referente à vida intelectual, para imitar desordenadamente tudo quanto é estrangeiro, *scilicet*, francês.”²¹ Ironicamente, o próprio autor seria vítima dessa ideia de que o brasileiro se compraz em imitar “tudo quanto é estrangeiro”, e sua obra frequentemente será questionada pelas contradições e imprecisões que teriam resultado dessa afeição à cópia.

Numa dessas contradições, já apontada por Dante Moreira Leite, após condenar a *imitação desordenada*, aconselha os brasileiros, como *povo fraco*, a buscarem exemplo nas grandes nações criadoras, isto é, as anglo-germânicas, para corrigir as *debilidades latinas*, sugerindo que o problema não estaria na cópia, mas nos modelos eleitos. Para Leite, a contradição se devia, por um lado, ao enorme prestígio do Império alemão formado em 1871, após a vitória sobre a França, e, por outro, à rivalidade que o grupo de intelectuais reunidos em torno da chamada Escola do Recife nutria em relação à intelectualidade do Rio de Janeiro, mais afeita às ideias francesas, colhidas entre o espiritualismo, o ecletismo e o positivismo.²² Reafirmando sua adesão aos modelos anglo-germânicos, de Darwin, Spencer e Haeckel, é também a experiência política e cultural inglesa e alemã que o sergipano toma como fundamento à sua crítica ao centralismo exercido a partir do Rio de Janeiro:

“É ainda uma das ideias mais queridas da intuição anglo-germânica a guerra à centralização do pensamento nacional, a oposição à imitação do *parisismo*.

O Brasil é o Rio de Janeiro!... dizemos, macaqueando inconscientemente a frase – *a França é Paris!*...

Não cansarei de bradar contra semelhante absurdo. Não somente há tendências diversas na literatura das províncias ao Norte e ao Sul como as há especialmente das províncias para a capital e tais diferenças devem ser mantidas.”²³ [Destacques do original.]

O ataque de Sílvio Romero era dirigido à ação estatal e à centralização intelectual no Rio de Janeiro, que, segundo entendia, seguia uma orientação alheia à realidade nacional. Ao propor a coleta folclórica e o estudo científico dos processos étnicos implicados na formação do mestiço, marcava a distância em relação à política cultural oficial do Império, tocada pelo romantismo indianista e seus desdobramentos.²⁴ Condenava assim o *nacionalismo literário* que, segundo ele, se dividira em duas fases: num primeiro momento, elegera-se uma raça que representasse os brasileiros em geral, recaindo a ênfase sobre o índio, para, num segundo momento, lançar-se o foco sobre os tipos regionais:

“Não era mais o *caboclo*, ou o *negro*, ou o *luso*; passou-se ao *sertanejo*, ao *matuto*, ao *caipira*, ao *praieiro*, etc. Tudo isso, porém, externamente.

Talhavam-se vestes e enroupava-se esta gente e nada mais. Entretanto, o Brasil não é nada disto; porque é mais do que isto. Aqueles são tipos reais, é certo; mas particulares, isolados, e não enchem toda a galeria pátria. Há um espírito geral que os compreende, que os domina: é o espírito popular, subjetivo à nação, que não se pode fabricar, que deve ser espontâneo. O caráter nacional não está em se falar em *maracás* e *tangapemas*, tampouco está em se lembrar o *chiba*, o *bumba-meu-boi*, o *samba*, etc.. Deve estar no sentimento original, no sentir especial do brasileiro.”²⁵

No confronto entre as duas passagens, nota-se a tensão entre a afirmação das identidades regionais de um lado e a busca daquele *espírito comum* subjacente a elas por outro, que termina avizinhandando seu programa de coleta folclórica a um idealismo marcadamente romântico. Sua proposta é análoga à *descoberta do povo*, desenvolvida na Europa por *românticos e folcloristas*, para retomar as expressões de Peter Burke e de Renato Ortiz.²⁶ A motivação para traçar esse *caráter nacional*, intrínseco à *cultura popular*, alimentou o programa de pesquisa que perpassa sua obra, entre os *Estudos sobre a poesia popular do Brasil* e os volumes de *Cantos e Contos Populares do Brasil*, e que seria retomado em “Novas contribuições para o estudo do folclore brasileiro”, artigo publicado na *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Neste último, o sergipano preocupa-se com o registro não só dos conteúdos verbais do folclore, mas também de seus contornos musicais:

“Ainda hoje [...] nos lembramos dos tons da mor porção dos nossos cantos populares. Temos feito esforços para conseguir músico de saber e talento capaz de as tomar por escrito. Não nos tem sido possível.

Não há muito, por influência do nosso amigo Osório Duque-Estada, entramos em relações com o ilustre maestro Alberto Nepomuceno, que escreveu diversas canções. Por seus muitos afazeres não pôde continuar.

Devem estar em seu poder as peças que escreveu.

De novo exprimimos o voto de que seria para desejar que algum sabedor se apresentasse para escrever a nossa música popular. Nós ficamos às ordens para cantar o que sabemos; nós e pessoas de nossa família, onde o elemento nortista predomina.”²⁷

A menção de Sílvio Romero a Nepomuceno explicita o que tenho procurado demonstrar em minhas reflexões sobre os estudos de música no Brasil: a ideia de que o projeto de fixação tanto de uma *música brasileira*, quanto de uma *história da música brasileira*, tem relação com os estudos de literatura e folclore do sergipano, constituindo muitas vezes a transposição dos mesmos pressupostos e motivações para o campo musical. Se Nepomuceno parece não ter levado adiante a proposição do folclorista, caberia a Guilherme de Melo, que se apresenta como “Professor de Música”, responder ao apelo do sergipano, prosseguindo na coleta do folclore musical brasileiro. Apoiado não só nos mesmos pressupostos, mas também na coleta de Sílvio Romero, assim introduz seu livro, publicado em Salvador, em 1908:

“Procurei achar as leis étnicas que presidiram à formação do gênio, do espírito e do caráter do povo brasileiro e de sua música, bem como ainda de sua etnologia; isto é, como o povo português sob a influência do clima americano e em contato com o índio e o africano se transformou, constituindo o mestiço ou o brasileiro propriamente dito.”²⁸

Aí está, num só parágrafo, um sumário das teses romerianas: as *leis étnicas*, a busca do *espírito e do caráter do povo brasileiro*, a influência do *clima*, as *três raças* lideradas pela branca, e o *mestiço* como sinônimo do brasileiro. Além disso, ao apresentar o sumário de seu próprio trabalho, reúne *raça e história*, casando as perspectivas do etnólogo e folclorista, de um lado, e do crítico e historiador, de outro, fundindo numa mesma obra o estudo dos objetos análogos aos de Sílvio Romero, isto é, o *popular* e o *erudito*: em lugar dos cantos e contos populares, apresenta, como objetos da etnografia e do folclore, a *influência indígena* e a *influência africana, portuguesa e espanhola*; em lugar da literatura, como objeto da crítica e da história, apresenta a *influência bragantina* e a *influência republicana*. Vindo a residir no Rio de Janeiro, no final dos anos 1920, Melo seria bibliotecário do Instituto Nacional de Música, atual Escola de Música da UFRJ, que Nepomuceno dirigiu entre 1906 e 1916. Morto em 1920, Nepomuceno parece não ter conhecido Guilherme de Melo nem seu livro, mas deu conta de estar ciente das preocupações de Sílvio Romero, ao se referir aos estudos do sergipano em uma entrevista datada de 1917, três anos após a morte do crítico.

Possivelmente embalada pela onda nacionalista daqueles anos de guerra, a reportagem indaga o compositor se a música brasileira teria “uma nota verdadeira independente e característica”, ao que o cearense responde:

“Em geral [...] a nota característica da música popular brasileira são as indicativas de suas origens étnicas – indígena, africana e peninsular – tal como na poesia popular foi verificado pelos nossos folcloristas, como Sílvio Romero, Melo Moraes Filho e outros. [...] Infelizmente a parte musical nos estudos do folclore brasileiro ainda não foi estudada, provavelmente por ser a técnica musical uma disciplina que escapa ao conhecimento dos investigadores do assunto.”²⁹

Na sequência, sem mencionar a solicitação de Sílvio Romero, e embora não se considere um folclorista, fala de sua própria coleta: “nunca me dediquei a esses estudos, mas possuo, como dileitante, uma coleção de uns oitenta cantos populares, e danças, e procuro sempre aumentá-la. Acham-se quase todos estudados e classificados.” O compositor cearense demonstra tecnicamente a presença de tendências melódicas e harmônicas comuns a cantos recolhidos no Pará, no Ceará e no interior do Rio de Janeiro, numa constatação que parece comunicar-se com a preocupação de Sílvio Romero de encontrar um *espírito comum* por trás das manifestações individualizadas e regionalizadas. Após a morte de Nepomuceno, sua viúva entregaria esse material a Villa-Lobos, conforme relato de Otávio Bevilacqua, que viria a ser o primeiro professor de história da música do Instituto Nacional de Música, e privara da intimidade do cearense:

“Heitor Villa-Lobos, que tão belos incitamentos recebeu do mestre, sabe com que meticoloso cuidado estavam registradas e colecionadas as canções populares que em boa parte lhe foram entregues, algumas das quais já habilissimamente tratou com a verve inesgotável que já se lhe reconhece.”³⁰

Nada como a pesquisa histórica para reunir as peças dispersas desse quebra-cabeças que é a circulação das ideias...³¹ Não é difícil constatar o quanto a geração modernista de 1922 é devedora do programa de coleta folclórica.³² No que toca à música, Mário de Andrade seria um importante articulador da coleta de material folclórico-musical, organizando uma *missão de pesquisas folclóricas* a vários estados do país.³³ Logo seria secundado por Luiz Heitor Corrêa de Azevedo, que também organizou viagens de coleta nos anos 40. Além disso, este substituiu Guilherme de Melo como bibliotecário do Instituto Nacional de Música, promoveu a segunda edição de seu livro, e criou a cátedra de Folclore Musical e um Centro de Pesquisas Folclóricas naquela escola.³⁴

Ressoando a queixa de Sílvio Romero de que “nós desconhecemo-nos a nós mesmos”, Mário de Andrade diria em seu *Ensaio sobre a música brasileira*, publicado em 1928: “pode-se dizer que o populário musical brasileiro é desconhecido até de nós mesmos. Vivemos afirmando que é riquíssimo e bonito. Está certo. Só que me parece mais rico e bonito do que a gente imagina.”³⁵ O livro do musicólogo pode ser lido como um manifesto do nacionalismo musical no Brasil e se tornaria a grande referência dos

compositores dessa tendência. Se para o crítico sergipano o estudo das formas de expressão popular dava acesso ao conhecimento do *espírito nacional*, para o musicólogo paulista, o estudo análogo do “populário musical brasileiro” visava a fornecer aos compositores conhecimentos técnicos, para que eles pudessem compor “música brasileira”, isto é, aquela que “reflete as características musicais da raça” e que estão, segundo ele, na “música popular”.³⁶ Assim como aquele negara a escolha de um elemento étnico ou regional como base para a literatura nacional, e criticara o indianismo por isso, este igualmente refuta a ideia de que a música brasileira deveria ser construída a partir da indígena:

“Isso é uma puerilidade que inclui ignorância dos problemas sociológicos, étnicos, psicológicos e estéticos. Uma arte nacional não se faz com escolha discricionária e diletante de elementos: uma arte nacional já está feita na inconsciência do povo. O artista tem só que dar pros elementos já existentes uma transposição erudita que faça da música popular, música artística, isto é: imediatamente desinteressada.”³⁷

Embora os vínculos intertextuais sejam óbvios, a análise comparativa dos dois autores revela outras analogias. O interesse de Sílvio Romero pela cultura literária e popular do país ligava-se ao estudo daqueles *fatores morais ou históricos*, no sentido de que a própria ação intelectual viria juntar-se a esses fatores, podendo contribuir positivamente para corrigir os defeitos ou insuficiências do *caráter nacional*. Dizia ele, no trecho anteriormente transcrito: “são efeitos que depois atuam também como causas”. Mais adiante, justificará o tom combativo e militante que adota em seu texto: “todo escritor nacional na hora presente está carregado do imperioso dever de dizer toda a verdade a nosso povo, ainda que pelo rigor tenha de desagradar geralmente”.³⁸ Defende assim o engajamento do intelectual no que entende ser um programa de *regeneração*: “instruam-nos e travemos a grande luta de nossa regeneração social, econômica e literária.”³⁹

A ideia será retomada mais explicitamente num estudo intitulado “O Brasil Social”, publicado em 1908 na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Contrastando com o otimismo que demonstrara no prefácio à edição de 1888 da *História da Literatura Brasileira*, o sergipano toma a República como “a última desilusão do pobre povo brasileiro”.⁴⁰ Dirige sua crítica aos “diretores da opinião brasileira”, “a classe que se diz dirigente e nada de fato dirige”, formada pelos políticos, jornalistas e literatos, os quais, desconhecendo a “índole exata do nosso povo” e as “causas superiores” dos problemas brasileiros, propunham sanar por meios políticos uma “questão orgânica, étnica, de psicologia popular, uma questão profundamente, essencialmente, unicamente da estrutura *social* do povo.”⁴¹ Após historiar as desilusões do povo brasileiro e criticar a ação das elites, dizia ser necessário “atender a tendências ingênicas nacionais que cumpria corrigir pela prolongada ação educativa, grandemente difícil aliás.”⁴²

A mesma fé na regeneração social como meta e na educação como método estará na base da militância intelectual de Mário de Andrade e também no programa de educação

musical assumido por Villa-Lobos na década de 1930. Vejo o musicólogo nutrir a mesma expectativa do crítico sergipano, ao dizer que “os defeitos de nossa gente” são “facilmente extirpáveis pela cultura e por uma reação de caráter que não pode tardar mais.”⁴³ Isso o levará a definir o momento vivido pelas artes no Brasil como de *primitivismo*: “é um engano imaginar que o primitivismo brasileiro de hoje é estético. Ele é social.”⁴⁴ Daí dizer que o “critério atual de Música Brasileira deve ser não filosófico mas social” e que “deve ser um critério de combate”, o que o levará a rotular qualquer propósito estético afastado desse critério como “uma força antinacional e falsificadora”.⁴⁵ Isto é, para Mário de Andrade, fazer música brasileira em 1928, mesmo ano da publicação de *Macunaíma*, sua rapsódia sobre o “herói sem nenhum caráter”, implicava assumir uma postura combativa ante o reconhecimento das falhas do *caráter nacional*.

Embora retome as preocupações de Sílvio Romero com a coleta folclórica, ao se propor aquilo que define como *uma reação de caráter*, Mário de Andrade revela-se muito pouco interessado na música popular em si. Ao contrário, defende um projeto exclusivamente voltado para o que ele chama de *música artística* ou *erudita*, que toma a *popular* ou *folclórica* apenas como matéria-prima ou fonte. Seu folclorismo estava longe de reconhecer um valor estético próprio às manifestações populares, e atendia à necessidade de um “critério social” para a “música brasileira”, definido como aquele que “reflete as características musicais da raça”, as quais estariam na música popular.⁴⁶ Esta é sua tese central, que também pode ser lida na afirmação categórica com que o musicólogo e folclorista abre o seu ensaio de 1928: “Até há pouco a música artística brasileira viveu divorciada da nossa entidade racial. Isso tinha mesmo que suceder. A nação brasileira é anterior à nossa raça. [...] Era fatal: os artistas duma raça indecisa se tornaram indecisos que nem ela.”⁴⁷

É Sílvio Romero quem parece falar pela voz de Mário de Andrade: é o determinismo racial e a mestiçagem como um processo inacabado que estão na base dessa *indecisão da raça* e de seus artistas. Da mesma forma, como já indiquei, é a ação moral defendida por Sílvio Romero, como um daqueles fatores capazes de atuar sobre a *psicologia nacional*, que sustenta o programa de criação de uma *música artística* baseada na *música popular*, que corresponderia às necessidades do momento, caracterizado como uma *fase de construção*, de *nacionalização*.⁴⁸ Assim, subjaz nos dois autores um duplo caráter, romântico e ilustrado. Romântico, na idealização do *povo* e na coleta de suas criações; ilustrado, no apelo à razão, à intermediação do intelectual e à sua capacidade de corrigir os males nacionais ou de regenerar essa *raça indecisa*, fazendo-a avançar em sua *evolução* rumo à nacionalidade e à civilização.⁴⁹

Também o evolucionismo das teses de Sílvio Romero alimenta a concepção de história e de história da música de Mário de Andrade. Num artigo de 1939, “Evolução social da música no Brasil”, o título explicita novamente a ideia da *raça indecisa*, em formação.⁵⁰ O novo contexto de nacionalismos políticos extremados, na Europa e no Brasil, faz o musicólogo atenuar a exteriorização de suas convicções racialistas e nacionalistas, mas elas permanecem na crença de que a música brasileira teria *evoluído* de uma situação de *internacionalismo*, isto é, de cópia e imitação, em direção ao

encontro com a *nacionalidade*. O aspecto social dessa *evolução* repousaria, segundo ele, no caráter coletivo da atividade musical, cuja técnica não depende apenas das ideias criativas do compositor, mas das condições materiais do meio, para se desenvolver e se realizar na forma do aprendizado e da execução pública. Outras referências teóricas parecem colar-se às romerianas, e um determinismo social vem matizar o enfoque racial, mas embora Mário de Andrade aborde fatores econômicos para explicar a música, ele se apressa em negar qualquer profissão de fé materialista.⁵¹ Contudo, quando traça o nexos temporal entre o passado musical brasileiro e a atualidade em que escreve, na qual despontam os compositores modernistas e nacionalistas, a tese da *raça indecisa* proposta no texto de 1928 é implicitamente retomada.

Ao avaliar a obra do cearense Nepomuceno e do paulista Alexandre Levy, nascidos ambos em 1864, e mortos respectivamente em 1920 e em 1892, Mário de Andrade afirma que “embora ainda deficientemente, eles não são apenas profetizadores da nossa brilhante e inquieta atualidade, mas a ela se incorporam, formando o tronco tradicional da árvore genealógica da nacionalidade musical brasileira.”⁵² A *deficiência*, nova metáfora para a *indecisão*, estaria no fato de eles não terem sido profunda ou exclusivamente nacionalistas. Mas isso pouco importa. A retórica de Mário de Andrade torce a lógica temporal e a própria realidade histórica, deslocando os dois compositores de seu contexto histórico e atrelando-os ao projeto do modernismo nacionalista. Mas vale dizer que talvez eles sequer tenham sido nacionalistas. Ao menos, não como os modernistas à la Mário de Andrade gostariam que tivessem sido. Sobretudo Nepomuceno, que viveu por mais tempo e chegou a desenvolver uma obra mais vasta, mostra-se um compositor muito mais diversificado, que se vale do folclore ou da música urbana apenas esporadicamente, concentrando-se sobre as matrizes europeias, dialogando tanto com o romantismo germânico quanto com o modernismo francês, sensível tanto ao passado representado pelo padre José Maurício Nunes Garcia e por Carlos Gomes quanto à novidade trazida por Glauco Velásquez e Villa-Lobos.

Mas para pertencer à *árvore genealógica da nacionalidade musical brasileira*, esse *profetizador* do nacionalismo teria mesmo que ter a cabeça abandonada em alguma bandeja... A parte de sua obra mais explicitamente marcada pelos traços europeus de sua formação e suas escolhas, quantitativamente muito superior às poucas peças consideradas nacionalistas, terminaria alijada do cânone fixado pelos modernistas. Só o *Batuque*, a *Galhofeira*, o *Garatuja* e a *Brasileira*, além das canções em português seriam dignos de frequentar as salas de concerto e a memória musical nacional. Já a *Sonata em Fá menor*, a *Sinfonia em Sol menor* e o *Trio em Fá# menor*, dentre muitas outras obras, tenderiam antes ao esquecimento. O fato é que o *nacionalismo* em Nepomuceno, quando há, não é jamais impositivo, e se alguma seiva do mesmo *tronco* corre ali, não é a que alimentaria o autoritarismo com que Mário de Andrade propunha excluir de sua república neoplatônica os compositores que não rezassem pela bíblia de seu *Ensaio sobre a música brasileira*. Estes são desqualificados como “pedregulho na botina”, por impedirem o caminhar, a *evolução* da música brasileira.⁵³ E ele vai mais longe: “todo artista brasileiro que no momento atual fizer arte brasileira é um ser

eficiente com valor humano. O que fizer arte internacional ou estrangeira, se não for gênio, é um inútil, um nulo. E é uma reverendíssima besta.”⁵⁴

Parece que também a propensão para a polêmica e os modos grosseiros de Sílvio Romero, ao desqualificar quem ousasse pensar de outra maneira, andaram deixando suas marcas nas falas do musicólogo paulista. Já seu autoritarismo parece ter ido bem além do que pensara o sergipano, que não ousou proclamar um dirigismo tão descarado.

Nesse sentido, vale considerar melhor o pensamento de Nepomuceno, cujas reflexões sobre uma *música nacional* também parecem distantes do caráter fechado e excludente proposto pelo modernista de 1922. Na entrevista, já citada, de 1917, o cearense, lembrando *Os Sertões* de Euclides da Cunha, e após apontar elementos característicos que identificava na música popular, lamentava o fato de os mesmos ainda não estarem “incorporados ao patrimônio artístico dos nossos compositores”:

“Será culpa da nossa educação musical europeia, refinada, que impede a aproximação do artista-flor de civilização e da alma simples dos sertanejos, que ainda hoje – por criminosa culpa dos governos – não passam de retardatários, segundo a classificação justa de Euclides da Cunha; ou será por não ter ainda aparecido um gênio musical sertanejo imbuído de sentimentos regionalistas, que, segregando-se de toda influência estrangeira, consiga criar a música brasileira por excelência, sincera, simples, mística, violenta, tenaz e humanamente sofredora, como são a alma e o povo do sertão.”⁵⁵

Faltava talvez um Luiz Gonzaga... e nem seria essa, evidentemente, a imagem de compositor que Nepomuceno sugere. No entanto, embora reconheça a distância que os compositores *eruditos* mantêm em relação às tradições *populares*, não supõe que aos primeiros fosse dada a exclusividade da missão de criar uma *música brasileira por excelência*, imaginando a hipótese de esta ser feita por um *gênio musical sertanejo imbuído de sentimentos regionalistas*. O cearense aparece aí distante do paulista e mais próximo do sergipano: mesmo identificando traços característicos de um *espírito nacional* espalhados por diversas regiões do país – noção comum a Romero e a Andrade –, não perde de vista, como Sílvio Romero, a valorização da cultura regional, nem parece supor que o desenvolvimento de uma *música brasileira* seja algo inevitável, a requerer um engajamento quase que moral dos compositores. Resta a Nepomuceno a dúvida sobre a possibilidade dessa realização, mas jamais a imposição autoritária de um programa de nacionalização e de uniformização da música feita no Brasil, como o que seria proposto e realizado pelos modernistas de 1922.

Heitor Villa-Lobos e a *alma brasileira*

Será Villa-Lobos quem porá em movimento a expectativa de uma ação ilustrada capaz de *regenerar* os males da nação, ao conceber um projeto de educação musical, baseado no canto coral e no folclore e desenvolvido nas escolas públicas de todo o país, durante a chamada Era Vargas. Num livreto publicado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo, em 1940, o compositor defende o projeto, numa linguagem em tudo devedora às ideias de Sílvio Romero:

“Para preencher a sua verdadeira função de música socializada, era necessário, em primeiro lugar, que a música nacional tomasse conhecimento de si mesma pela formação de uma consciência musical brasileira e pela apreensão total do conjunto de fenômenos históricos, sociais e psicológicos, capazes de determinar os seus caracteres étnicos, as suas tendências naturais e o seu ambiente próprio.”⁵⁶

Para Villa-Lobos, a fixação dessa *consciência musical brasileira* não seria resolvida pelos conservatórios de música, atentos a uma formação de ordem artística. Segundo ele, o problema “apresentava aspectos muito mais complexos, ligados a fatores importantes de ordem social, remontando às próprias gêneses da raça em formação.”⁵⁷ De novo, a *raça em formação*, a mestiçagem como problema, como *indecisão*. E, como solução, a tutela do intelectual romântico-ilustrado.

A ação catalisadora do Estado Novo potencializa em Villa-Lobos um autoritarismo subjacente em Sílvio Romero, mas muito reforçado em Mário de Andrade. Se o programa romeriano continha um viés ilustrado, porém liberal, que cobrava ao governo republicano e aos próprios intelectuais uma ação educativa de longo prazo, capaz de corrigir os *defeitos da raça brasileira*, Mário de Andrade combatia as tendências individualistas e separatistas deste “país de povo desleixado”, dizendo que “o coro unanimita os indivíduos.”⁵⁸ Por sua vez, Villa-Lobos justifica o canto orfeônico por seu “enorme poder de coesão, criando um poderoso organismo coletivo” que auxiliaria a “formação moral e cívica da infância brasileira”.⁵⁹ Para isto, apoiava-se no recurso a melodias folclóricas e a canções e hinos patrióticos. Pelo repertório patriótico, a “infância brasileira vai se impregnando aos poucos desse espírito de brasilidade que no futuro deverá marcar todas as suas ações e todos os seus pensamentos, e adquire, sem dúvida, uma consciência musical autenticamente brasileira.”⁶⁰ Já o folclore é justificado “pela analogia que existe entre a mentalidade ingênua, espontânea e primária do povo e a mentalidade infantil, igualmente ingênua e primitiva.”⁶¹ Desta forma, a prática do canto orfeônico, esta poderosa ferramenta de ação cultural e educativa desenvolvida pela militância social e política das esquerdas europeias – anarquistas e socialistas – via-se convertida em mero instrumento da doutrinação do Estado autoritário.⁶²

Mas é de se desconfiar, se esse burocrata a serviço da ditadura Vargas que aí fala, é o indisciplinado compositor modernista. Resulta muito menos canhestro e esteticamente mais agradável, reconhecê-lo não aí, mas em sua música. Até porque, nela, o diálogo que o compositor estabelece com o pensamento de Sílvio Romero é também muito mais criativo, em sua ambiguidade e poder sugestivo. Da vastíssima obra composta por Villa-Lobos, destaco os *Choros n° 5*, de 1925, para piano, e o *Prelúdio* e o *Coral* de 1941, aos quais ele agregaria a *Ária (Cantiga)*, de 1935, e a *Dança (Miudinho)*, de 1930, para formar as *Bachianas Brasileiras n° 4*, originalmente para piano e com versão orquestral de 1941. Estas peças integram duas das suas mais importantes séries de composições: os *Choros*, compostos entre 1920 e 1929, e as *Bachianas Brasileiras*, compostas entre 1930 e 1945.

Os próprios títulos das obras individuais de cada série, escritos no plural, instauram uma tensão com a imagem de *coesão social* que ele atribui ao canto orfeônico e ao emprego de melodias folclóricas. Nas composições, em lugar da uniformização, Villa-Lobos parece querer ressaltar mais a diversidade cultural de um país mestiço e com profundas diferenças regionais. Estaria mais para Sílvio Romero do que para Mário de Andrade. Assim é que em seus *Choros*, valendo-se do caráter contrapontístico da prática musical popular carioca – o diálogo, por exemplo, entre flauta, cavaquinho e violão –, criará uma poderosa representação sonora dessa diversidade, mesclando todo tipo de imagem sonora e ambiental: a natureza tropical e a cidade cosmopolita; a música indígena estilizada e as formas populares urbanas; a percussão de matriz africana e a harmonia de matriz europeia; a música barroca de Bach e o choro de Pixinguinha.

Além do nome *Bachianas*, nestas, as referências a Bach são constantes: as formas prelúdio, coral, ária e dança, justapostas ao modo de suítes barrocas; o movimento dos baixos do *Prelúdio* e da *Ária*; a própria textura coral e sua atmosfera religiosa. O *Prelúdio (Introdução)* das *Bachianas 4* possui um único tema, construído na forma de um arpejo ascendente, sempre reiterado, variando apenas nos graus da escala, e sobre um baixo caminhante à maneira de Bach. A repetição conduz a um momento mais animado e a um clímax, antes de recapitular a apresentação inicial, concluindo de forma enfática, mas sem perder a serenidade. O tema, lento e em tonalidade menor, carrega uma expressividade melancólica, que marca também o *Coral (Canto do Sertão)*, novamente em tonalidade menor e em tempo *largo*. A estes soma-se a cantiga nordestina, folclórica, citada na *Ária (Cantiga)*, mais uma vez em tonalidade menor e num *moderato* que sugere certa languidez. Em contraste, a seção central da *Ária* traz o mesmo tema com acompanhamento sincopado que remete ao baião, cedendo depois, para voltar ao *moderato* inicial. Finalizando a suíte, a *Dança (Miudinho)*, cujo subtítulo remete ao samba de roda do Recôncavo Baiano, traz um movimento *muito ritmado e animado* em tonalidade maior, em contraste com o espírito geral da obra.⁶³ Num país em que *tudo acaba em samba*, como se diz, o caráter enérgico da dança é a exceção que parece confirmar a regra que perpassa as outras três partes: a sensação que estas produzem não é distante daquela apatia e desânimo a que se referia Sílvio Romero, quando falava da *psicologia nacional, do espírito comum* ao brasileiro.

Mas quero me deter um pouco mais naquele “Canto do Sertão”. A textura coral proposta pelo compositor serve bem à justaposição de diferentes elementos e imagens, sonoras e ambientais. A pista, a *janela hermenêutica* pela qual acessamos seu possível sentido, é dada pelo subtítulo, que remete o ouvinte àquele ambiente geo-histórico, mas também literário, tantas vezes evocado desde o século XIX.⁶⁴ De imediato, se apresentam dois elementos simultâneos. Primeiramente, um coral – em tonalidade menor, executado na região central do piano, ou pelas trompas na versão orquestral, que sugere uma atmosfera de religiosidade e quietude – do qual emerge a melodia exposta na voz superior, repetida em solo. Segundo Villa-Lobos, “é um canto calmo, quase religioso, em forma das canções saudosas dos sertanejos católicos, em pleno ar livre das madrugadas tropicais do nordeste.”⁶⁵

Sobrepondo-se a esse elemento, ouve-se o outro: uma nota aguda e percutida, que reproduz o canto da araponga, ave que emite espaçadamente uma espécie de grito ou guincho, que contribui para a atmosfera de quietude e melancolia. Em sua análise das *Bachianas Brasileiras*, o musicólogo Adhemar Nóbrega tenta traduzir essa experiência auditiva em uma representação visual: “a bucólica evocação de remota paisagem brasileira, geograficamente longe e perdida no tempo, tão subdesenvolvida que nem sabemos se ela ainda existe.”⁶⁶ O canto insistente da araponga deixa o ouvinte em dúvida quanto ao verdadeiro *canto do sertão*: se a sugestão da voz humana, se o guincho do pássaro. Com a textura coral, a superposição de vozes e registros, Villa-Lobos justapõe cultura e natureza, o elemento humano e o natural. As repetições e ampliações sonoras daquele canto calmo, sempre acompanhado da araponga, conduzirão a um *grandioso*, no qual o compositor propõe um efeito que faz o piano soar *como um órgão*, conforme a indicação da partitura, pela prolongada ressonância dos harmônicos do instrumento, numa sucessão de acordes abertos sobre uma grande extensão do teclado, finalizando com uma cascata sonora que descende da região hiperaguda a uma nota gravíssima, repetida, e que se deixará ressoar até cessar. A sensação de amplitude sonora assim obtida sugere uma espacialidade ampliada, quicã uma representação dos vastos, ensolarados e talvez desolados céus do sertão nordestino.

Não posso deixar de ver ou ouvir aí replicadas e entrelaçadas aquelas três ordens de fatores que Sílvio Romero propunha à compreensão da literatura brasileira: *natureza, raça, história*. Não posso deixar também de remeter, uma vez mais, à fala de Nepomuceno, na entrevista de 1917, em que o cearense caracteriza uma suposta música brasileira pelos adjetivos “sincera, simples, mística, violenta, tenaz e humanamente sofredora, como são a alma e o povo do sertão.”⁶⁷

Nesse jogo de espelhos, em que as imagens parecem se reproduzir ao infinito, agrego uma partitura anterior de Villa-Lobos, os *Choros n° 5*, especialmente pelo sugestivo título com que o compositor o nomeia: *Alma Brasileira*.⁶⁸ Esta *alma brasileira, humanamente sofredora*, como diz Nepomuceno, referindo-se ao sertanejo, transparece de pronto na indicação de expressão que o compositor apresenta ao primeiro compasso: *dolente*. Sobre um baixo estático na mão esquerda e em tonalidade menor, uma sucessão de acordes na região média, cuja sincopação faz arrastar-se em movimento ascendente. E sobre esse movimento arrastado, *dolente*, uma melodia que se inicia com um intervalo de segunda menor descendente, o mesmo que a retórica barroca consagrou como representação musical da melancolia. Num movimento que ascende e descende e se prolonga e se arrasta em notas ligadas e ritmos irregulares, como suspiros, soluços, lamentos, o tema vai se desenhando e reforçando a sensação geral. Até que uma curta seção intermediária, mais movida, conduz a um arpejo descendente e forte, que cede a um acorde tenso atacado três vezes, com força e secamente, ao que se segue uma breve suspensão, dando então entrada a uma marcha rítmica, sincopada, animada, em tonalidade maior, em acordes marcados, cuja melodia salta, brilhante, na voz aguda. Mas essa explosão de vitalidade logo cederá a um movimento declinante e cessante que levará à reexposição da primeira ideia, interrompida ao fim por um rápido e fortíssimo arpejo que ressoará longamente, sob uma segunda menor descendente que reitera a

melancolia original. É uma *aria da capo, da cabeça*, isto é, que volta ao início, como a ária das *Bachianas 4* e tantas árias barrocas, que começam no lento, se animam e depois finalizam no retorno ao lento inicial. Com essa forma musical simples e consagrada pela tradição, Villa-Lobos constrói uma representação do *caráter nacional brasileiro*, que talvez soe como uma nota fora do lugar, se tomamos as imagens correntes de um *Brasil-exaltação e tipo-exportação*, firmadas a partir da Era Vargas. Mas soa como uma ideia perfeitamente ajustada ao lugar, quando observamos a tradição de escritos sobre a mestiçagem e sobre a *psicologia nacional*, resultantes do encontro daquelas *três raças tristes* a que se referia o soneto de Olavo Bilac.⁶⁹

Recorro mais uma vez à intertextualidade. Em 1926, um ano depois da composição dos *Choros nº 5*, parecendo descrever isso que se ouve na *Alma Brasileira* de Villa-Lobos, Renato Almeida publica sua *História da música brasileira*. É mais um a retomar os pressupostos de Sílvio Romero, enriquecidos com a experiência do texto de Guilherme de Melo, seguindo o roteiro já conhecido: na introdução do livro, apresenta “A sinfonia da terra”, os fatores naturais, o meio geográfico, o clima tropical e seu impacto sobre a imaginação criadora; no primeiro capítulo, os fatores étnicos, as três raças e a mestiçagem vêm descritos como “A música popular”; nos demais capítulos, a história da música propriamente dita, aquela que deveria ter sido construída levando-se em conta as bases da nacionalidade, mas que se apresenta marcada pela *imitação*, pela *cópia* de tudo quanto é estrangeiro; por fim, “O espírito moderno na música”, cuja nova sensibilidade seria capaz de compreender, internalizar e depois promover “o despertar de uma música brasileira” e a “floração da cultura musical no Brasil”.⁷⁰ Extraio da introdução um trecho:

“Entre nós, no ardor da natureza tropical, cheia de fulgurações, o canto foi melancólico. Melancólico era o índio fugidio e indolente, que vivia a vida cheio de nostalgia, num perpétuo espanto pelas coisas que o cercavam; melancólico era o lusitano, ousado mas triste, vivendo no mar e com a saudade da pátria sempre no coração; melancólico era o negro, caçado, roubado e escravizado, que sofria no cativeiro uma dor irremediável e aniquilante. Todas essas vozes que se levantaram eram um contraste com o cenário, de magnífico fulgor. A alma do brasileiro guarda esse fundo trágico, em que o homem teme a natureza e procura vencê-la pela imaginação exaltada caindo depois em abatimento e langor.”⁷¹

A alma do brasileiro, o canto melancólico, a imaginação exaltada caindo depois em abatimento e langor. Não sei se Renato Almeida já teria ouvido os *Choros nº 5*, ao escrever essas linhas, mas parece até que músico e musicólogo andaram trocando figurinhas... Se não entre si, ao menos com outros. Em 1908, dissera Guilherme de Melo:

“Nos períodos de paz e nas horas de descanso sob a impressão melancólica e sugestiva das noites enluaradas em que no céu azul mesclado de nuvens brancas cintilavam as estrelas mais brilhantes do nosso firmamento, estes representantes do futuro povo brasileiro, procurando distrair a revivescência do sentimento

nostálgico que se lhes apoderava d'alma, formavam grupos [...] e aí cantavam e dançavam ao doce ritmo dos belos trovares de sua pátria adorada.”⁷²

E, em 1888, Sílvio Romero: “todos deviam cantar, porque todos tinham saudades; o português de seus lares d'além-mar, o índio de suas selvas, que ia perdendo, e o negro de suas palhoças, que nunca mais havia de ver.”⁷³ A fórmula é quase a mesma daquela empregada pelo *Príncipe dos Poetas*, Olavo Bilac, ajudando a compor esse jogo de reiteraões: “mas sobre essa volúpia, erra a tristeza dos desertos, das matas e do oceano”. Ao que tudo indica, e a pesquisa histórica demonstra, há menos mistérios entre uma geração e outra do que sonha a nossa vã musicologia...

“Não temos mestres nem discípulos”

A despeito da intertextualidade que a análise aponta, indicativa da circulação de ideias entre os intelectuais das duas gerações, os modernistas de 22 negavam os vínculos com os intelectuais da geração anterior, na intenção de afirmar a ruptura e a renovação radical, sobre a afirmação de qualquer traço de continuidade. Se para Mário de Andrade, a *evolução social da música brasileira* parecia processar-se por saltos entre as gerações, o que o faz deslocar Nepomuceno de seu contexto próprio e o justapor aos modernistas afeitos à *nacionalidade*, Renato Almeida, por sua vez, salientava o que via como a ausência de *traço de unidade* entre os *nossos músicos*, os quais representariam “vozes dispersas, afinadas mais pelo diapasão da cultura do que pelas notas fulgurantes da terra”.⁷⁴ Mais uma vez, a ideia a que recorre é a da incapacidade dos artistas brasileiros de dar conta da especificidade local, traduzida por ele na dimensão geográfica, e a consequente imitação dos modelos de fora, como se os modelos românticos de que se vale não fossem igualmente importados: “se podemos notar por vezes aquele esforço para uma forma brasileira, há a constante perturbação das escolas estrangeiras, fascinando a nossa inquieta imaginativa.”⁷⁵

Essa convicção leva-o a desconsiderar qualquer elo de transmissão de conhecimentos e técnicas que uma longa tradição musical fazia remontar aos tempos coloniais, na figura dos mestres de música de então, renovada pelos esforços análogos em torno da criação do Conservatório de Música sob o Império e de sua refundação pela República. Ao contrário do que essas formas de institucionalização da cultura musical comprovam, Renato Almeida está convencido de que “nenhum de nossos músicos se radicou ao meio a ponto de influir diretamente sobre ele”, o que o levará à avaliação de que “a nossa música não tem filiações no Brasil, não temos mestres nem discípulos. São vozes isoladas, a cujo influxo nenhuma outra entoa, na sua disparidade absoluta.”⁷⁶ Como resultante inevitável dessas convicções, esses musicólogos terminariam por atribuir a Villa-Lobos uma genialidade absolutamente original, de caráter estritamente nacional e desconectada de qualquer influxo dialógico que o pudesse conectar às ideias e práticas musicais anteriormente existentes no Brasil, reprovadas por sua suposta afeição à mera cópia dos modelos europeus. Obviamente, não desconsidero a originalidade estética de sua obra, mas creio ser impossível sustentar uma desconexão entre as representações de uma brasilidade ali propostas e as que podemos encontrar nos

textos de intelectuais como Sílvio Romero. Ao realocar o compositor na dinâmica histórica e restabelecer os nexos intelectuais que aproximam os diversos autores e textos no debate sobre a especificidade nacional, espero ter contribuído para uma reavaliação crítica da memória construída em torno do *modernismo* e da *música brasileira*.

Notas e referências

- ¹ Olavo BILAC, “Música brasileira”, *Tarde*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1919, p. 18-19.
- ² Para uma reavaliação de Olavo Bilac, considerando seu engajamento nas questões de seu tempo, ver Carolina Vianna DANTAS, “Olavo Bilac (1865-1918), um “poeta-sociólogo” em busca da modernidade na capital federal”, Magali ENGEL, Maria Letícia CORRÉA, e Ricardo Augusto dos SANTOS, (comp.). *Os intelectuais e a cidade: séculos XIX e XX*, Rio de Janeiro, Contracapa, 2012, pp. 147-173.
- ³ Ver Dante Moreira LEITE, *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 5. ed., São Paulo, Ática, 1992; e Renato ORTIZ, *Cultura brasileira & identidade nacional*, São Paulo, Brasiliense, 1985.
- ⁴ Para outras análises da obra de Sílvio Romero, além dos trabalhos citados na nota anterior, ver Antônio PAIM, *A filosofia da Escola do Recife*, Rio de Janeiro, Saga, 1966; João Cruz COSTA, *Contribuição à história das ideias no Brasil*, 2. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, pp. 97-122 e 277-312; João Cruz COSTA, “O pensamento brasileiro sob o Império”, Sérgio Buarque de HOLANDA, (comp.). *O Brasil monárquico*, 6. ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil/DIFEL, 1987, pp. 323-342; Luís Washington VITA, *Antologia do pensamento social e político no Brasil*, São Paulo, União Pan-Americana, Grijalbo, 1968, pp. 197-8; Roberto VENTURA, *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil: 1870-1914*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991; Angela ALONSO, *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*, São Paulo, Paz e Terra, 2002; Alberto Luiz SCHNEIDER, *Sílvio Romero, hermenêuta do Brasil*, São Paulo, Annablume, 2005; Ricardo Luiz de SOUZA, *Identidade nacional e modernidade brasileira: o diálogo entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre*, Belo Horizonte, Autêntica, 2007.
- ⁵ Ver Avelino Romero PEREIRA, *Música, sociedade e política: Alberto Nepomuceno e a República Musical*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2007. De modo semelhante, Alberto Schneider analisou os vínculos entre o pensamento de Sílvio Romero e os de Mário de Andrade e Gilberto Freire, defendendo a existência de diferentes modernismos, no plural. Ver Alberto SCHNEIDER, *Sílvio Romero, hermenêuta... cit.*
- ⁶ As reflexões que desenvolvo aqui tiveram início em discussões de sala de aula e nos respectivos trabalhos finais apresentados em cursos de pós-graduação em História ministrados por Gizlene Neder, na UFF, e por Arnaldo Contier, na USP, no segundo período letivo de 1991. Além do que vai apontado na dissertação, venho traçando a aproximação entre as ideias de Sílvio Romero e a música de Villa-Lobos em palestras realizadas no Conservatório de Música de Sergipe, em 2001, e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 2006, e em minhas aulas de “História da Música Brasileira” no Instituto Villa-Lobos da Unirio.
- ⁷ Sílvio ROMERO, *História da literatura brasileira*, 5ª. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1953, v. I, p. 94. A edição que utilizo, organizada pelo filho do autor, Néelson Romero, baseia-se na de 1902.
- ⁸ *Ibid.*, p. 110.
- ⁹ *Ibid.*
- ¹⁰ *Ibid.*, pp. 110-111.
- ¹¹ *Ibid.*, p. 132.
- ¹² Sílvio ROMERO, “Literatura brasileira e a crítica moderna”, citado em Sílvio ROMERO, *Contos populares do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1954, p. 22.
- ¹³ Sílvio ROMERO, *História da literatura brasileira... cit.*, p. 132.
- ¹⁴ Ver Renato ORTIZ, *Cultura brasileira... cit.*, p. 21. Ortiz refuta as interpretações correntes de que os intelectuais daquela virada de século teriam se limitado a importar ou copiar ideias, propondo a tese de um “sincretismo científico”, pelo qual eles teriam adaptado as mesmas à especificidade do país, no intuito de propor e tentar compreender uma identidade nacional.
- ¹⁵ Sílvio ROMERO, *História da literatura brasileira... cit.*, p. 147.
- ¹⁶ *Ibid.*, p. 149.

-
- ¹⁷ Ibid., pp. 148-149.
- ¹⁸ Ibid., p. 165.
- ¹⁹ Ibid.
- ²⁰ Ibid., p. 132.
- ²¹ Ibid.
- ²² Ver Dante Moreira LEITE, *O caráter nacional brasileiro...* cit., p. 190. Carlos de Laet, diretor do Imperial Colégio Pedro II, ironicamente apelidara a Escola do Recife de “teuto-sergipana”, ao que Romero retrucara referindo-se a uma “escola galo-fluminense”.
- ²³ Sílvio ROMERO, *História da literatura brasileira...* cit., p. 170.
- ²⁴ É óbvio que Sílvio Romero não “inventou” a preocupação em se conhecer empiricamente o Brasil, programa já assumido pelo IHGB, mas seu republicanismo, sua crítica ao romantismo e seu pendor para a polêmica o faziam “invalidar” o que já estava feito. Para algumas análises das investigações produzidas no Império, ver Manoel Luiz Salgado GUIMARÃES (comp.) *Estudos sobre a escrita da história*, Rio de Janeiro, 7 Letras, 2006.
- ²⁵ Sílvio ROMERO, *História da literatura brasileira...* cit., p. 169.
- ²⁶ Ver Peter BURKE, “A descoberta do povo”, *Cultura popular na idade moderna: Europa, 1500-1800*, 2. ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp. 31-49; e Renato ORTIZ, *Românticos e folcloristas: cultura popular*, São Paulo, Olho D’Água, 1992.
- ²⁷ Sílvio ROMERO, “Novas contribuições para o estudo do folclore brasileiro”, Sílvio ROMERO, *História da literatura brasileira...* cit., p. 179. O filho de Sílvio, Néelson Romero, incluiu esse e outros trabalhos do autor na 3ª edição, de 1943, da *História da Literatura Brasileira*, por ele organizada.
- ²⁸ Guilherme Teodoro Pereira de MELO, *A música no Brasil: desde os tempos coloniais até o primeiro decênio da República*, Salvador, Tipografia de São Joaquim, 1908, p. 6.
- ²⁹ Alberto NEPOMUCENO, “A ópera nacional – A Época Teatral entrevista o maestro Alberto Nepomuceno”, *A Época Teatral*, Rio de Janeiro, 27 dez. 1917.
- ³⁰ Octávio BEVILACQUA, “Os nossos compositores – Alberto Nepomuceno”, *A temporada*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 31, 5 jul. 1928, p. 18.
- ³¹ Remeto às reflexões que propus em Avelino Romero PEREIRA, *Música, sociedade e política...* cit., pp. 21-28 e pp. 291-303.
- ³² Para um levantamento extensivo dos estudos de folclore do período, ver Martha ABREU e Carolina Vianna DANTAS, “Música popular e história, 1890-1920”, Antonio Herculano LOPES, Martha ABREU, Martha Tupinambá de ULHÔA [et al.], *Música e história no longo século XIX*, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011, pp. 37-68.
- ³³ Ver Mário de Andrade, *missão de pesquisas folclóricas*, Livreto e 6 cds, São Paulo, SESC-SP, Prefeitura da Cidade de São Paulo, 2006.
- ³⁴ Ver Luiz Heitor Corrêa de AZEVEDO, “Prefácio à 2ª edição”, Guilherme de MELO, *A música no Brasil...* cit. *desde os tempos coloniais até o primeiro decênio da República*, 2. ed., Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947, pp. V-X.
- ³⁵ Mário de ANDRADE, *Ensaio sobre a música brasileira*, 3. ed., São Paulo, Martins, 1972, p. 20.
- ³⁶ Ibid., p. 20.
- ³⁷ Ibid., p. 16.
- ³⁸ Sílvio ROMERO, *História da literatura brasileira...* cit., p. 160.
- ³⁹ Ibid., p. 160.
- ⁴⁰ Sílvio ROMERO, “O Brasil Social”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo LXIX, parte II, 1908, pp. 103-179. A citação corresponde à página 113.
- ⁴¹ Ibid., p. 107-108.
- ⁴² Ibid., p. 110.
- ⁴³ Mário de ANDRADE, *Ensaio sobre a música brasileira...* cit., p. 72.
- ⁴⁴ Ibid., p. 18.
- ⁴⁵ Ibid., p. 19.
- ⁴⁶ Ibid., pp. 19-20.
- ⁴⁷ Ibid., p. 13.

- ⁴⁸ Ibid., p. 18.
- ⁴⁹ Esse duplo caráter romântico e ilustrado do programa de Mário de Andrade foi discutido por José Miguel WISNIK, “Getúlio da Paixão Cearense (Villa-Lobos e o Estado Novo)”, Ênio SQUEFF e José Miguel WISNIK, *Música: o nacional e o popular na cultura brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1983, pp. 153-177.
- ⁵⁰ Mário de ANDRADE, “Evolução Social da Música no Brasil”, Mário de ANDRADE, *Aspectos da música brasileira*, Belo Horizonte, Villa Rica, 1991, pp. 11-31.
- ⁵¹ Ibid., pp. 30-31.
- ⁵² Ibid., p. 24.
- ⁵³ Diz ainda o musicólogo, tentando justificar sua polêmica proposta de censura ou exclusão: “Ora numa fase primitivística, o indivíduo que não siga o ritmo dela é pedregulho na botina. Se a gente principia matutando sobre o valor intrínseco do pedregulho e o conceito filosófico de justiça, a pedra fica no sapato e a gente manqueja. ‘A pedra tem de ser jogada fora’. É uma injustiça feliz, uma injustiça justa, fruta de época.” Mário de ANDRADE, *Ensaio sobre a música brasileira...* cit., p. 18.
- ⁵⁴ Ibid., p. 19.
- ⁵⁵ Alberto NEPOMUCENO, “A ópera nacional...” cit..
- ⁵⁶ Heitor VILLA-LOBOS, *A música nacionalista no Governo Getúlio Vargas*, Rio de Janeiro, DIP, 1940, p. 8.
- ⁵⁷ Ibid., p. 9.
- ⁵⁸ ANDRADE, *Ensaio sobre a música brasileira...* cit., p. 65.
- ⁵⁹ Heitor VILLA-LOBOS, *A música nacionalista...* cit., p. 10.
- ⁶⁰ Ibid., p. 11.
- ⁶¹ Ibid., p. 33.
- ⁶² Para um aprofundamento dessa análise, ver José Miguel WISNIK, “Getúlio da Paixão Cearense...”, cit.; Arnaldo CONTIER, *Música e ideologia no Brasil: Brasil Novo, música, nação e modernidade: os anos 20 e 30*, Tese (Livro Docência) – Departamento de História, FFLCH, USP, São Paulo, 1988; e Jusamara SOUZA, “A concepção de Villa-Lobos sobre educação musical”, *Brasíliana*, Revista quadrimestral da Academia Brasileira de Música, Rio de Janeiro, n. 3, set. 1999, pp. 18-25.
- ⁶³ Heitor VILLA-LOBOS, *Bachianas Brasileiras nº 4*, I – Prelúdio (Introdução); II – Coral (Canto do Sertão); III – Ária (Cantiga); IV – Dança (Miudinho), partitura para piano, São Paulo, Rio de Janeiro, Irmãos Vitale, “copyright” 1976.
- ⁶⁴ Com a noção de “janela hermenêutica”, retomo a expressão e as sugestões de Lawrence KRAMER, “Tropes and windows: an outline of musical hermeneutics”, Lawrence KRAMER, *Music as cultural practice: 1800-1900*, Berkeley and Los Angeles, University of California, 1990, pp. 1-20.
- ⁶⁵ Citado por Enos da Costa PALMA e Edgard de Brito CHAVES Jr., *As Bachianas Brasileiras de Villa-Lobos*, Rio de Janeiro, Companhia Editora Americana, 1971, p. 81.
- ⁶⁶ Adhemar NÓBREGA, *As Bachianas Brasileiras de Villa-Lobos*, Rio de Janeiro, MEC, Departamento de Assuntos Culturais, Museu Villa-Lobos, 1971, p. 68.
- ⁶⁷ Alberto NEPOMUCENO, “A ópera nacional...” cit..
- ⁶⁸ Heitor VILLA-LOBOS, *Alma brasileira: Choros nº 5*, partitura para piano, “copyright” Villa-Lobos Music Corporation, 1948, Milão, Curci, 1986.
- ⁶⁹ Para uma contraposição à representação do caráter nacional pela tristeza, ver a discussão sobre o humorismo como vertente carioca da modernidade em Mônica Pimenta VELLOSO, *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996. É curioso notar que a figura de Villa-Lobos, pelas posturas públicas que assume e pelo diálogo com os chorões, parece mais próximo dessa vertente descontraída e humorada da cultura carioca. No entanto, a força das representações em torno da tristeza parece impregnar sua obra em vários momentos.
- ⁷⁰ Renato ALMEIDA, *História da música brasileira*, Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1926.
- ⁷¹ Ibid., pp. 23-24.
- ⁷² MELO, Guilherme de, *op. cit.*, p. 30.
- ⁷³ Sílvio ROMERO, *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, 2. ed., Petrópolis, Vozes, 1977, p. 39.
- ⁷⁴ Renato ALMEIDA, *História da música brasileira...* cit., p. 122.
- ⁷⁵ Ibid., p. 122.
- ⁷⁶ Ibid., p. 123.

La utopía conservadora de la nación católica

Gilberto Loaiza Cano*

Introducción

La historia de los países hispanoamericanos es incomprensible sin el examen de la presencia prolongada e influyente del sistema de creencias del catolicismo. Desde las primeras pisadas de Cristóbal Colón en lo que era un Nuevo Mundo, quedó clavada la cruz de la religión católica y comenzó a diseminarse hasta constituirse en el credo religioso mayoritario y dominante en las sociedades hispanoamericanas contemporáneas. Es la mentalidad religiosa católica, proveniente del legado cultural hispánico, la que devino la matriz del orden colonial y que buscó prolongarse, imperturbable, en la asunción del sistema republicano. El peso de la mentalidad religiosa católica quedó vertido en formas de expresión de la vida en común, del orden social, del control en la producción de símbolos, en la elaboración de cánones estéticos, en la organización del sistema político. El espesor histórico del catolicismo constituye una temporalidad de larga duración, un grueso manto que cubre la historia de nuestros países y, en consecuencia, es un factor de análisis permanente e ineludible; en fin, debería ser tomado como factor para cualquier análisis de cualquier coyuntura, de cualquier evento, de cualquier problema historiográfico que pretendamos examinar.

En esta ponencia nos concentramos en examinar cómo, en el caso de la Colombia de la segunda mitad del siglo XIX, la Iglesia católica en alianza con la dirigencia del partido conservador, supo desplegar varios dispositivos que le permitieron competir con eficacia en un espacio público que le era hostil por el advenimiento del liberalismo, por la presencia de grupos sociales que buscaban algún tipo de inclusión en el sistema político. En un universo más competido, la Iglesia católica supo hacer parte de un proyecto de nación que terminó por imponerse en ese siglo y prolongarse en la centuria siguiente.

* Profesor Titular de la Universidad del Valle; doctor en Sociología de la Universidad Paris 3-Ihea. Publicaciones: *Luis Tejada y la lucha por una nueva cultura. Colombia, 1898-1924*, 1995; *Manuel Ancázar y su época. Colombia, 1811-1882*, 2004; *Sociabilidad, religión y política en el proceso de definición de la nación. Colombia, 1820-1886*, fue Premio de la Fundación Alejandro Ángel Escobar en 2012.

Los fundamentos de la utopía

Primero, de entrada, a qué hemos decidido llamar *utopía conservadora de una nación católica*, en el caso de la Colombia de la segunda mitad del siglo XIX. Respondamos: A un proyecto de Estado nación enunciado y difundido de manera muy eficaz en la segunda mitad del siglo XIX por quienes hacían parte de la dirigencia del partido conservador. El sustento inicial de ese proyecto fue la existencia de un partido político que fue resultado de una alianza orgánica entre la jerarquía eclesiástica y un personal político civil compuesto, principalmente, de individuos letrados comprometidos en la difusión de un ideal de orden político basado en la preeminencia de la Iglesia católica. Quizás una de las novedades determinantes en el espacio público del largo y sinuoso siglo XIX colombiano fue, precisamente, que un sistema tradicional de creencias haya sido el fundamento de la organización de un partido político; que la estructura institucional de la Iglesia católica se haya volcado en la afirmación de una alianza con un laicado comprometido en la difusión de su doctrina y en la persuasión del lugar preponderante que esa institución debería tener en el orden político. Ampliación de sus agentes de difusión, diversificación de sus tareas, multiplicación de sus prácticas asociativas y publicitarias hasta el punto de competir en el renovado y hasta hostil, para la Iglesia católica, espacio público de opinión. Fue en la segunda mitad del siglo XIX, insistimos, que se consolidó esa alianza orgánica plasmada en un partido político y fue el momento más intenso de construcción de un proyecto de nación católica que terminó imponiéndose con el corolario legitimador de la Constitución de 1886, y prolongándose en muy buena parte del siglo XX.¹

Ahora bien, por qué se impuso esa utopía conservadora. Una de las principales razones es que el liberalismo en Colombia no logró consolidarse como una ideología que contribuyera a la emancipación de lo religioso católico; porque el liberalismo, muy tímidamente, contuvo ideales laicos; porque su propia dirigencia no pudo zafarse, en sus vidas privadas, de la fuerza de inercia de la religiosidad católica. En fin, el vigor del pensamiento y la acción de los conservadores tuvo al frente un liberalismo muy débil como doctrina y como práctica de libertades en el ámbito de las creencias y los comportamientos religiosos. Es más, el liberalismo fue (y ha sido), en términos generales, otro factor de movilización colectiva a favor del credo católico. Algunos ejemplos bastan: las retractaciones públicas de varios dirigentes liberales y anticlericales, sobre todo en el decenio de 1870; la proclamación de adhesión a los postulados de la Iglesia católica y del papado hecha por la masonería reunida en el Supremo Consejo de Cartagena. El liberalismo colombiano, en definitiva, recogió muy débil y hasta marginalmente expresiones de disidencia anti-católica.

Otra razón, muy próxima a la anterior, es la siguiente: el partido conservador fue el primer beneficiado de la ruptura de mitad de siglo entre la dirigencia liberal y el pueblo artesano. La expansión democrática del partido liberal, con la fundación de un centenar de clubes políticos repartidos por todo el país, basados en la problemática alianza de sectores populares y el notablatto liberal, se volvió añicos en 1851, cuando

ese mismo notablato comenzó a arrepentirse de una alianza *imposible* con grupos de artesanos. Y los artesanos, a su vez, se sintieron engañados por la dirigencia liberal que, en lugar de auspiciar leyes a favor de la producción artesanal, estaban decididos por medidas económicas de librecambio. El golpe artesano militar de 1854, encabezado por el general José María Melo, fue el resultado de esa ruptura. Luego del fracaso de ese golpe de estado, hubo un replanteamiento de alianzas y muchos artesanos prefirieron acercarse a los dirigentes conservadores; mientras tanto, buena parte de la dirigencia liberal prefirió refugiarse en un reformismo por lo alto, en formas asociativas elitistas (verbigracia la masonería) y, principalmente, en un proyecto instruccional tímidamente laico con el fin de fabricar una ciudadanía moderna mediante la expansión de un sistema nacional de escuelas primarias. En todo caso, en la mitad de siglo había irrumpido el pueblo en la política; fragmentos organizados de los sectores populares reclamaron derechos y expusieron sus aspiraciones sociales. Los dirigentes liberales intentaron erigirse en la representación auténtica de esas aspiraciones y terminaron desbordados por las circunstancias. Entonces, los dirigentes conservadores trataron de establecer nexos orgánicos con esos sectores populares decepcionados y ofrecieron una doctrina de contención social que pudiera evitar la difusión de idearios socialistas o en sintonía con el espíritu de las revoluciones europeas, especialmente la francesa, de 1848.

Pero la razón del triunfo de esa utopía conservadora que nos interesa exponer en este ensayo tiene que ver más con las fortalezas del pensamiento y la acción conservadores; tiene que ver con el despliegue de agentes y dispositivos; tiene que ver con una ofensiva cultural e ideológica muy eficaz. Es decir, vamos a hablar de las virtudes del conservatismo colombiano, de su consistencia, de su capacidad de difusión, de la elasticidad con que obró en el espacio público hasta lograr el control hegemónico que le permitió erigir su ideal de una república confesional católica. Mientras que el liberalismo buscó fórmulas de repliegue y se refugió en su *Olimpo radical*, la élite conservadora hizo varios replanteamientos que condujeron a que obtuviese una hegemonía en el espacio público. Es decir, acudió a diversos dispositivos que le permitieron disputar más eficazmente en el mundo asociativo, en los frentes de la opinión y la educación. En la dimensión asociativa, expandió una sociabilidad caritativa a partir de 1857, con la llegada de la Sociedad de San Vicente Paul; en el mundo de la opinión, desplegó varias empresas periodísticas muy populares y exitosas que garantizaron un mercado lector pro-católico; a las escuelas públicas primarias del liberalismo le opusieron, en muchos lugares, escuelas confesionales; enunciaron un discurso de contención social apoyado en la difusión del supuesto igualitarismo de la doctrina católica y, finalmente, fueron concebidas y publicadas, entre los decenios 1850 y 1870, las obras principales del pensamiento conservador que coincidieron en exaltar el papel central de la Iglesia católica tanto en los tiempos coloniales como en la organización del sistema republicano. A eso se añade que la élite conservadora haya asumido la autoridad para controlar el canon de la escritura correcta, al punto de haber sido la fundadora de la primera filial, en América, de la Academia de la Lengua (1871) y, además, que las tentativas de una novela nacional

hayan pasado por el previo escrutinio de los escritores conservadores, y más exactamente bajo el dictamen de José María Vergara, responsable principal de la desaprobación de *Manuela* (1858) y la popularización de *María* (1867). Todo eso constituyó, a nuestro modo de ver, la enunciación de la utopía conservadora de una nación católica y es lo que pretendemos examinar en este ensayo.

En los límites de este ensayo (o de esta ponencia), trataré de presentar la importancia que tuvieron, en la enunciación de la utopía conservadora, la expansión asociativa en el frente de la caridad; la elaboración de un discurso de contención social que tuvo su más fina expresión en el pensamiento social católico de Manuel María Madiedo y, finalmente, haré una semblanza del grupo de escritores y sus principales publicaciones -incluidos los periódicos que algunos de ellos dirigieron- que contribuyeron a la defensa de un ideal de república bajo la tutela de la Iglesia católica.

La expansión de la sociabilidad caritativa

La expansión asociativa del frente de caridad, después de 1854, fue el síntoma más evidente de la puesta en marcha de un proyecto asociativo católico que involucró al laicado conservador. Fue fruto directo de una alianza orgánica entre la dirigencia conservadora y la Iglesia católica, esa alianza incluyó la participación activa del personal femenino católico. Durante la presidencia de Mariano Ospina Rodríguez (1857-1861), uno de los más persistentes animadores de la sociabilidad católica, tuvo lugar el nuevo retorno de la Compañía de Jesús, en 1858, y un año antes un grupo de intelectuales conservadores de la capital emprendieron la fundación de la *Sociedad de San Vicente de Paúl* de Bogotá que inauguraba una fase de expansión de las obras de caridad.

Para la dirigencia conservadora, el despliegue de acciones en el frente de la caridad podía rendir frutos tanto en lo religioso como en lo social y lo político. En lo religioso, las obras de caridad testimoniaban la fortaleza y la generosidad de la fe católica, la colocaban como la verdadera concreción de la palabra fraternidad. El contacto directo con la pobreza le otorgaba una dimensión piadosa a la fe cristiana y permitía reivindicarla como el *verdadero comunismo*. En lo social, significaba la legitimación de las diferencias de clase y ponía en una escala superior el papel paternal de los hombres ricos comprometidos en la acción social. Por último, en el plano político se desplazaba la débil proyección de la élite liberal en la construcción de redes de beneficencia y permitía, más bien, el florecimiento de asociaciones que preparaban un personal comprometido en el contacto cotidiano con aquellas gentes que debían ser conquistadas para la defensa de la religión católica y en contra de todos los peligros subversivos del mundo moderno. Las prácticas de las obras de misericordia, en efecto, contenían el propósito de alejar a los artesanos, y a las gentes que estaban aún más abajo en la escala social, del contacto con ideologías que pudieran poner en peligro la propiedad, la riqueza y el predominio cultural de la Iglesia católica.

La principal congregación, o asociación, que surgió de la iniciativa del laicado conservador para contribuir a expandir la fe católica, en nombre de la caridad, fue la Sociedad de San Vicente de Paúl, fundada en Bogotá en 1857; su instalación fue el

resultado de la búsqueda de una alternativa al recurso frecuente y cada vez más incierto de la Compañía de Jesús. Aunque algunos miembros de la élite conservadora, especialmente Mariano Ospina Rodríguez, se inclinaban por asignarles a los jesuitas las tareas relacionadas con la educación de las élites y con el control cultural y político sobre el artesanado, la nueva expulsión de mayo de 1850 había exigido la búsqueda de otras alternativas organizativas en el campo de influencia religiosa. El conocimiento de la experiencia de la Sociedad San Vicente de Paúl en Chile parece haber decidido a la élite conservadora reunida en Bogotá a fundar la primera conferencia en nombre de esa congregación.

La fundación de la conferencia de la Sociedad de San Vicente de Paúl en Bogotá implicaba una novedad en el plano de la sociabilidad católica; esta vez el liderazgo lo asumía, “bajo la protección de los corazones de Jesús y María”, el laicado conservador. Lo que originalmente había sido un círculo de escritores católicos, denominado *Academia religiosa*, “que se reunía todos los domingos a oír al orador designado”, se convirtió, con la asesoría del jesuita chileno José Ignacio Eyzaguirre, autor del libro *Los intereses católicos en América*, en la primera conferencia o capítulo de la Sociedad San Vicente de Paúl, fundada en Bogotá en octubre de 1857.²

Su funcionamiento inicial estuvo basado en un grupo de intelectuales conservadores residenciado en Bogotá, en su mayoría directores y propietarios de colegios privados donde impartían rigurosamente la enseñanza de la religión católica. Sesionaban semanalmente en la sede del Arzobispado o en alguno de los colegios regentados por los miembros del consejo directivo; sus primeras tareas tuvieron que ver con la recolección de fondos con base en una actividad ideada por un antiguo miembro de la logia *Estrella del Tequendama* que debutaba en las filas del conservatismo; se trataba del escritor y músico José Caicedo Rojas, que había sugerido la creación del bazar de los pobres, un evento anual que consistía en poner en venta algunos objetos donados por las personas pudientes de la ciudad o fabricados por los artesanos exclusivamente para tal evento.³ Luego de haberse establecido un consejo directivo, uno de sus miembros elaboró el primer reglamento que concibió la necesidad de crear tres secciones o frentes de trabajo: la hospitalaria, la limosnera y la docente; luego se agregó la sección de propaganda. Se establecieron dos categorías de miembros: los activos, que prestaban servicios personales en la sociedad de San Vicente, eran los encargados del contacto directo con los pobres; y los contribuyentes, que eran suscriptores que se limitaban a apoyar la causa con un aporte mensual de dinero.⁴

En 1860, *una de las mejores épocas de la Sociedad*, hizo su primer bazar, abrió un hospital y una escuela dominical de artes y oficios en Bogotá; en auxilio directo a los mendigos estableció en la capital “la sopa de San Vicente” y se dispuso que el periódico *La Caridad* funcionara como el órgano de comunicación oficial de la sección hospitalaria.⁵ Durante la guerra civil de 1860-1861, la Sociedad de San Vicente fue la principal entidad de beneficencia en Bogotá que les brindó albergue a las mujeres y niños que, habitualmente, en los períodos cruentos de las guerras civiles,

acompañaban a sus esposos y padres que bajo los rigores de la conscripción militar hacían parte de la armada de liberales y conservadores.⁶

La Sociedad de San Vicente de Paúl inauguraba una fase en que el elemento civil adepto al proyecto de expansión del catolicismo se comprometió a establecer relaciones directas y sistemáticas con la gente pobre. No podemos despreciar, a propósito, que uno de los atributos pioneros de la Sociedad de San Vicente de Paúl, en Francia, en 1833, había sido las visitas a los pobres cuando, hasta entonces, lo corriente era lo contrario; es decir, que los pobres visitaran en horas y lugares fijos a la gente rica que les proporcionaban limosnas.⁷ Esta vez, además, no se trataba de una actividad pasajera, obligada por una epidemia o una catástrofe natural; esta vez era una organización de carácter permanente que se iba a encargar de dar prueba cotidiana de los alcances sociales y políticos de las obras de caridad en nombre de la fe católica. Ese laicado visitaba periódicamente a los pobres y mendigos; les brindaban albergue, les impartían la doctrina cristiana; si era necesario, los llevaban a un hospital; registraban y reunían a las niñas y los niños huérfanos; suministraban diariamente un plato de sopa a un grupo de familias que seleccionaban semanalmente. Para los artesanos, la asociación intentó establecer escuelas de artes y oficios y, además, los comprometió como colaboradores en la formación técnica, en sus talleres, de algunos niños abandonados; mientras tanto, intentaban ubicar a las niñas huérfanas “en casas de familias honorables”.⁸ Hacia 1866, la conferencia vicentina de Bogotá ya había consolidado el frente de la enseñanza cristiana con la creación de las escuelas denominadas *Hijas de San Vicente*. La más difícil empresa, como lo reconocieron sus fundadores, fue la instalación del hospital en Bogotá, en 1860; eso implicó conseguir mayores recursos y la preparación de un personal especializado al que pudiera pagársele un sueldo. Sin embargo, parece que la visita regular y directa a los pobres fue el principal objeto de controversias entre la conferencia de San Vicente de Paúl de Bogotá y el Consejo General de la congregación en París. En 1874, el director de la conferencia, José Joaquín Ortiz (1814-1875) reconoció que la visita a los pobres “no está escrita en nuestro reglamento”.⁹ Y en 1885, el Consejo de París rechazó de nuevo su agregación debido a que la conferencia de Bogotá “no ha adoptado la integridad de nuestro reglamento”.¹⁰ En contraste, la conferencia instalada en Popayán, en 1873, fue más fácilmente aprobada por Consejo General. Su reglamento sí consagró como tareas principales la visita a los pobres, la asistencia a los enfermos, la catequización de los prisioneros y la fundación de escuelas católicas para niños. Además, su reglamento estaba sometido al examen y aprobación del obispo.¹¹

Los ideólogos del catolicismo colombiano se preocuparon por demostrar que la caridad no era un instrumento de subversión del orden social. Era, al contrario, un método para crear un clima de armonía entre ricos y pobres. La caridad consolaba al pobre y, al tiempo, facilitaba la salvación del rico. Y aun si el rico no auxiliaba al pobre, no era deber del pobre juzgar esa conducta, esa tarea le correspondía exclusivamente a Dios. Lo importante para el pobre era, en síntesis, “la fe, la paz interior, la salud de espíritu”.¹² Con estos argumentos, el catolicismo defendió a menudo un orden social injusto y justificó la práctica de un *comunismo cristiano* que

evitara la avanzada del *comunismo de los rojos*. Durante toda la segunda mitad del siglo XIX, los ideólogos del catolicismo defendieron la caridad como una práctica social exclusivamente católica con un sustento moral mucho más sólido que cualquiera otra acción social emanada de la voluntad de los laicos; de esa manera, la caridad de los católicos se oponía a la filantropía de los masones y liberales. La caridad era “el amor al hombre por Dios” y la filantropía “el amor al hombre por el hombre”;¹³ eso significaba que la caridad tenía un sustrato religioso, divino, mientras que la filantropía tenía un sustrato racional. La filantropía era una “virtud hija de la filosofía de los Ilustrados del siglo XVIII con la que se pretendía remplazar la caridad cristiana”, y el catolicismo quería precisamente demostrar “la superioridad racional de las virtudes religiosas sobre las prácticas puramente humanas”.¹⁴ Insistiendo sobre esa diferencia, el periódico *La Caridad* diría más adelante que “la filantropía tiene relación con el cuerpo solamente, la caridad se dirige al cuerpo y al alma [...] El filántropo hace el bien desde el mostrador [...] el cristiano no se complace en hacerlo sino en la choza del pobre, en el taller del artesano, en la barraca del mendigo”.¹⁵ Y para acentuar la diferencia con respecto a las prácticas de beneficencia de la masonería, en 1873, el obispo de Santa Marta, Rafael Celedón, uno de los más destacados escritores católicos, afirmaba que la caridad cristiana tenía la ventaja de ir hasta donde vivía el pobre mientras que el masón se conformaba con dar una moneda en la puerta de la logia.¹⁶

La caridad, en consecuencia, se fue convirtiendo en frente de expansión del catolicismo como doctrina religiosa y como doctrina social, era el *verdadero comunismo* según sus promotores. Su expansión fue el resultado, de un lado, del desinterés de la dirigencia liberal por crear una red de sociabilidad alrededor de ese tema y, de otra parte, de la cohesión de la alianza definitiva de católicos y el laicado conservador.

Entre un socialismo cristiano y un pensamiento social conservador

Fue entre los escritores conservadores que se notaron los primeros rastros del influjo del positivismo de Saint-Simon y Comte. Fueron José Eusebio Caro, en 1838, y luego Manuel María Madiedo quienes se interesaron en formular los principios de una ciencia social. Aquel dejó al menos las inquietudes iniciales que expuso cabalmente después Madiedo en sus obras *Teoría social* (1855) y *La ciencia social* (1863). Ahora bien, Madiedo resumía en la segunda mitad del siglo XIX un acumulado simbólico en que el catolicismo intentaba presentarse como una doctrina preocupada por los problemas sociales y que ofrecía soluciones a los sectores populares acudiendo, por ejemplo, a la propagación de la medicina homeopática. Su discurso en defensa de la homeopatía, en 1863, sintetizaba los esfuerzos que algunos farmacéuticos y médicos venían haciendo desde fines de la década de 1830 por aclimatar una práctica médica muy cercana, por razones económicas, a los bolsillos de las gentes del pueblo, y que además era una buena mezcla de positivismo y romanticismo condensado en una forma de conocer el cuerpo humano.¹⁷

Manuel María Madiedo fue el principal punto de contacto con la obra de Félicité de Lamennais. Como otros escritores conservadores de la época, condenó los excesos de la doctrina comunista, pero a diferencia de un José Manuel Groot o de un José María Vergara y Vergara, se detuvo en Lamennais para exaltar la presencia activa del pueblo en la vida republicana. En su *Teoría social* decía que “la teoría de la expansión individual de la soberanía del yo, que es la verdadera teoría cristiana, rechaza esas formas toscas de una comunidad de mujeres, de propiedades”.¹⁸

El propósito más evidente de Madiedo fue tratar de alejar a los artesanos de la dirigencia liberal radical, a la que consideró enemiga de los principios cristianos; en *La ciencia social o el socialismo filosófico. Derivación de las grandes armonías morales del cristianismo y El catolicismo y la libertad* (ca. 1868), Madiedo presentó lo que él consideraba las bases científicas de una “política social” que encontraba sus fundamentos, entre otros autores, en el pensamiento de Lamennais y su exaltación de las virtudes del pueblo laborioso; por eso afirmaba que “las masas populares son el cimiento del orden social” y, agregaba, “los verdaderos patriotas son los hombres que cultivan los campos, que animan los talleres, que surcan los mares”.¹⁹ En el segundo libro, publicado cuando la polémica entre la Iglesia católica y el proyecto educativo laico del liberalismo radical comenzaba a agitarse, Madiedo pedía un alineamiento decisivo en favor del catolicismo como la auténtica doctrina de origen social popular y, por tanto, esencialmente democrática; alertando sobre los peligros del protestantismo – al que tanto se le temió en Colombia en el siglo XIX a pesar de su presencia tan débil – el ideólogo colombiano puso en contraste el presunto origen aristocrático del protestantismo con un catolicismo “democrático en su origen, en su culto al alcance de todos, por sus símbolos, imágenes y pompas festivas”. Su discurso anti-liberal y anti-protestante sintonizó bien con la tradición católica del artesanado que, sobre todo en Bogotá, reprodujo con entusiasmo una obra que exaltó la igualdad de todos los seres humanos ante Dios y le adjudicó un papel central y modelador al sacerdote católico. Como sucedió con otros pensadores del catolicismo en Colombia, Madiedo le dio cimiento a una armonía entre religión católica y sistema republicano: “La república está sentada sobre una base más ancha y más sólida que la aristocracia y la monarquía; esta base es la opinión del mayor número. Por otra parte, ese sistema de gobierno rechaza los méritos tradicionales de la herencia, y llama a todos los hombres aptos al ejercicio del poder público”.²⁰

La gran virtud de este autor fue darle apariencia de teoría o ciencia de la sociedad - he ahí su positivismo - a la propuesta de un orden político en que el catolicismo ocupara el lugar de una doctrina capaz de reunir, por su esencia presuntamente igualitaria, a todos los hombres considerados como individuos iguales ante un ser supremo.

Los escritores del catolicismo colombiano

Hay un rasgo compartido por los principales intelectuales conservadores del siglo XIX que ha sido poco atendido por nuestra historiografía; todos ellos se distinguieron por su capacidad publicitaria. Sus periódicos fueron relativamente más populares que

los redactados por los liberales; todos ellos produjeron obras consistentes y fueron ellos quienes propusieron y concretaron el canon de la novela nacional, primero en la tentativa fallida de *Manuela* (1858) y luego con la triunfante *María* (1867). Desde fines del decenio de 1830, pero con mayor fuerza a partir de 1855, fue consolidándose una colección de publicaciones periódicas y de libros escritos por intelectuales conservadores que constituyen no solamente el núcleo del pensamiento conservador del siglo XIX, sino también el testimonio de una ofensiva cultural en diversos frentes que se concretó en las novelas mencionadas y, sobre todo, en libros fundamentales que fueron concebidos para servir a la causa de una república católica que terminó por concretarse en el proyecto político de la Regeneración.

A lo largo de la segunda mitad del siglo XIX, hubo un círculo muy activo de escritores concentrados en la defensa de la supremacía política y cultural del legado católico. He de llamarlos simplemente escritores del catolicismo porque asumieron su escritura como un acto orgánico de adhesión, defensa y exaltación del dogma católico en la sociedad de su época. Ellos fueron, en múltiples variantes, desde el simple artículo, pasando por el sermón, la poesía, el cuadro costumbrista hasta llegar al laborioso libro de historia, ellos fueron, repetimos, los escritores que defendieron a ultranza la matriz cultural católica. Ese círculo de escritores estuvo compuesto de miembros del clero, pero en su mayoría fueron escritores de origen laico. Detengámonos en el núcleo de escritores laicos: Manuel María Madiedo, José María Vergara y Vergara, José Joaquín Borda, José Manuel Groot, Ignacio Gutiérrez Vergara, Ricardo Carrasquilla, José Joaquín Ortiz, José Manuel Marroquín, José Caicedo Rojas, Miguel Antonio Caro, Mariano Ospina Rodríguez y Sergio Arboleda. Todos tuvieron en común su participación directa en la fundación de al menos un periódico, en la administración de un taller de impresión, en la publicación de artículos y libros, en la traducción de obras de pensadores católicos, principalmente franceses. Algunos, como Miguel Antonio Caro y Mariano Ospina Rodríguez, fomentaron en Bogotá y Medellín, respectivamente, la fundación de librerías o de bibliotecas especializadas en bibliografía católica. La mayoría de estos escritores laicos hizo su carrera pública en Bogotá. Todos fueron institutores más o menos asiduos, fundaron colegios privados y escribieron manuales escolares. Otro rasgo común no despreciable es que muchos de ellos no ocuparon puestos públicos, salvo durante el paréntesis conservador del régimen de Ospina Rodríguez, 1857-1860. Y algo más que los define drásticamente: fueron promotores de sociabilidad católica, ya fueran las *Sociedades católicas* que se opusieron al sistema de instrucción pública de los regímenes liberales o que auspiciaran asociaciones de caridad.

Alrededor de ellos funcionaron varios periódicos que se caracterizaron por cierta popularidad que les permitió cautivar un público lector y, como sucedió con algunos títulos, tuvieron una vida relativamente larga en un medio en que los periódicos solían tener una existencia efímera. Uno de esos periódicos de larga permanencia fue *El Catolicismo*, fundado en 1849 por iniciativa del arzobispado de Bogotá y sustentado en el apoyo permanente de escritores como Ignacio Gutiérrez Vergara, José Joaquín Borda, José María Vergara y José Manuel Groot. Gutiérrez Vergara, por ejemplo,

dirigió el periódico entre 1852 y 1857; José Joaquín Borda, entre 1857 y 1858. Al año siguiente, *El Catolicismo* estuvo bajo la dirección de José Manuel Groot. Gutiérrez Vergara era un abogado nacido en Bogotá cuya carrera pública había comenzado en 1839, como director de la oficina de Instrucción Pública de Cundinamarca; en 1849, fue presidente del Senado durante la controvertida jornada del triunfo liberal del 7 de marzo; entre 1857 y 1859, fue secretario de Finanzas del presidente Ospina y presidente interino del país durante la guerra civil de 1860. En 1850, hizo parte de la *Sociedad popular* de Bogotá y en 1867 del consejo de dirección de la Sociedad de San Vicente de Paul. Mientras que él dirigía *El Catolicismo*, fundó el colegio de *La Familia*, en 1854, y participó de la dirección del colegio de *La Infancia*. Estas dos instituciones se distinguieron por dispensar enseñanza católica a los hijos de las familias de la élite bogotana. En 1869, fundó el periódico *La Unidad católica* y, en 1871, fue uno de los miembros fundadores de la *Academia de la lengua*. Por otro lado, los hermanos Ortiz Malo nos ofrecen un buen ejemplo del grado de compromiso intelectual en favor de la causa católica. José Joaquín Ortiz aparece como el precursor, en 1855, de la prensa católica destinada a un público femenino, gracias a la fundación de *La Esperanza*. En 1864, luego de haber adquirido una imprenta, se hizo responsable de la publicación de *La Caridad*, vocero oficial de las actividades de la Sociedad de San Vicente de Paúl de Bogotá. Además, en 1856, participó en la fundación del *Liceo literario*. También se caracterizó por su activismo pedagógico; en 1855 fundó el colegio *Cristo* en Bogotá, luego redactó el *Libro del estudiante* (1861), un manual escolar muy popular durante la década 1860 que fue ampliamente aconsejado por la misma prensa instrucionista liberal. Con su hermano, Juan Francisco Ortiz, participó en la divulgación de los relatos de costumbres.

Sin embargo, el núcleo de escritores o publicista conservadores más destacado fue, aparte del caso ya mencionado de Manuel María Madieto, aquel que se propuso y logró publicar, entre los decenios 1860 y 1870, las obras fundamentales del pensamiento conservador colombiano del siglo XIX. Sus obras fueron, en buena medida, compendios de apologías a la Iglesia católica, prolongación de polémicas religiosas y tentativas pioneras de una historiografía conservadora basada en un acervo documental importante. Fueron una mezcla de anticuarios e historiadores, de polemistas religiosos, de institutores, de periodistas y, según la denominación más frecuente de la época, de *literatos*.²¹ Valga destacar, entre ellos, a José Manuel Groot, un intelectual autodidacta que repartió su tiempo entre la política, la pintura, la enseñanza, el periodismo y la historia. A los veinte años, en 1820, él militó en la logia *Fraternidad bogotana*; en 1839, comenzó su carrera de polemista religioso con la publicación del artículo *Los impíos con la cabeza cortada*, una diatriba lanzada contra aquellos que se oponían al retorno de la Compañía de Jesús. Lo más interesante es que Groot, que acababa de ser elegido como senador, decidió, en 1856, retirarse de la política para consagrarse definitivamente a la redacción de su principal obra, la *Historia eclesiástica y civil de la Nueva Granada*, publicada finalmente en 1869. En esta obra de tres tomos, él sostenía que todo lo que podía ser civilización en el país era obra exclusiva del clero católico. Antes de la publicación de esta obra, Groot fue el

principal – y quizás el único – escritor colombiano que mantuvo una polémica con la controvertida obra de Ernest Renan, *La vie de Jésus* (1863); a propósito de esto, Groot publicó en 1865 su *Refutación analítica del libro de Mr. Renan*. En 1876, poco antes de su muerte, adelantó una postrera polémica con el misionero presbiteriano Henry Pratt.

Otro escritor fue acumulando la autoridad suficiente para erigirse en autoridad dentro del círculo de escritores bogotanos, al punto de convertirse en el fundador de la filial colombiana de la Academia de la Lengua; se trata de José María Vergara y Vergara, quien fue el responsable de la desaprobación y aprobación de las novelas *Manuela* y *María*. Vergara y Vergara publicó en 1867 su *Historia de la literatura de la Nueva Granada* en cuyo prólogo advertía que quien “no gusta de escritos católicos, debe abandonarlo desde esta página”. Al propósito de exaltar el papel histórico de la Iglesia católica y, mejor aún, de considerar indispensable un orden moral fundado en el dogma católico como premisa para el buen funcionamiento del sistema republicano se unieron en aquel tiempo Sergio Arboleda con sus ensayos reunidos en el libro *La república en la América española* (1869); ese mismo año, el por entonces joven Miguel Antonio Caro publicó su Estudio sobre el utilitarismo mientras acompañaba a Rufino José Cuervo en la redacción de una *Gramática latina*. Para 1872, José Joaquín Borda publicó la *Historia de la Compañía de Jesús*. En fin, hubo una ostensible preocupación colectiva por preparar obras fundamentales en que república y catolicismo aparecían como las categorías centrales de un ideal de nación.

La defensa de la Iglesia católica reposó también en la virtuosidad didáctica de algunos escritores. Además de la contribución nostálgica de la literatura *costumbrista*, que exaltó sistemáticamente las costumbres del antiguo régimen, algunos escritores sustentaron su crítica ultramontana en una escritura satírica y concisa que les garantizó, probablemente, mayor audiencia. El autor mejor dotado para este estilo socarrón fue Ricardo Carrasquilla, quien pertenecía a una familia dedicada tradicionalmente a la enseñanza católica en colegios privados. Carrasquilla se hizo bastante popular gracias a la publicación de manuales de gramática y aritmética escritos en verso con el fin de facilitar el aprendizaje, entre ellos sobresalió uno titulado *Problemas de aritmética para los niños*, publicado en 1859. Pero su principal contribución al catolicismo intransigente fue la publicación, en las páginas de *La Caridad*, a partir del 1º de julio de 1869, de un opúsculo cuyo título era *Errores y sofismas anticatólicos vistos con microscopio*.²² En esta obra, él parodió el lenguaje científico para poner en evidencia los errores del liberalismo. Este tipo de escritura fue utilizado en una gran variedad de periódicos que se autodenominaban satíricos, en los que se combinaban una estrategia publicitaria para atraer lectores y el elogio nostálgico de viejas costumbres que se iban extinguiendo.²³

Todos estos intelectuales constituyeron un grupo muy decidido de institutores y de escritores que ejercieron una especie de tutela sobre las nuevas generaciones de políticos e intelectuales que se reunían en Bogotá. Alrededor de ellos se formaron asociaciones literarias e instituciones educativas destinadas a los hijos de la élite liberal y conservadora. Ellos se consolidaron como los portadores de las reglas de la

escritura correcta de la lengua castellana. También fueron los defensores de una sociabilidad tradicional, la *tertulia*, que reunía a los escritores que, según Vergara y Vergara, uno de los principales jueces en temas literarios en aquella época, rendían culto a “la *Forma*, la diosa de este siglo literario”.²⁴ El legado hispano-católico fue puesto en vigencia como elemento modelador de una nación concebida más como una comunidad de fieles a un credo religioso que como un conjunto de ciudadanos. Gracias a esos autores, a sus habilidades publicitarias, a su ofensiva asociativa en diversos frentes, la utopía de una nación católica tuvo prolongada existencia en Colombia.

Notas e referências

- ¹ Tal vez seamos inexactos. Aún hoy es evidente el peso en la vida pública del monismo religioso católico que caracteriza a Colombia y, en correspondencia, el débil peso del ideario liberal.
- ² Juan B. ORTIZ, “Historia de la Sociedad de San Vicente de Paúl de Bogotá”, *Anales de la Sociedad de San Vicente de Paúl*, Bogotá, n° 12, 5 de febrero de 1870, p. 196.
- ² *Anales de la Sociedad de San Vicente de Paúl*, Bogotá, n° 13, 20 de febrero de 1870, p. 206.
- ³ *Ibid.*
- ⁴ *Ibid.*
- ⁵ *Anales de la Sociedad de San Vicente de Paúl*, Bogotá, n° 14, 5 de marzo de 1870, p. 222.
- ⁶ *Ibid.*, p. 223.
- ⁷ Gérard Cholvy, *Frédéric Ozanam, l'engagement d'un intellectuel catholique au XIX siècle*, Paris, Fayard, 2003, p. 242.
- ⁸ *Anales de la Sociedad de San Vicente*, Bogotá, n° 14, 15 de marzo de 1870, p. 223.
- ⁹ Carta de José Joaquín Ortiz a Adolfo Baudon, Presidente del Consejo General de Paris, Bogotá, 24 de diciembre de 1874, en *Correspondances et Statistiques, Conseil de Bogotá*, 1869-1920, ASVDP, Paris.
- ¹⁰ Carta del Consejo General de Paris a José Pablo Uribe, Paris, 25 de noviembre de 1885, en *Correspondances et Statistiques, Conseil de Bogotá*, 1869-1920, ASVDP, Paris.
- ¹¹ Reglamento de la Conferencia de San Vicente de Paúl de Popayán, 27 de enero de 1874, p. 8, en *Correspondances et Statistiques, Conseil de Bogotá*, 1869-1920, ASVDP, Paris.
- ¹² “Comunismo del evangelio y el comunismo de Proudhon”, *El Catolicismo*, Bogotá, n° 23, 1° octubre de 1850, p. 199.
- ¹³ *La Caridad*, Bogotá, n° 1, 25 de mayo de 1871, p. 1.
- ¹⁴ “Filosofía religiosa. De la caridad y de la filantropía”, *El Catolicismo*, Bogotá, n° 58, 1° de agosto de 1852, p. 498.
- ¹⁵ *La Caridad*, “La filantropía y la caridad”, Bogotá, n° 34, 19 de mayo 1865, p. 529.
- ¹⁶ Rafael CELEDÓN, “Diálogo entre un masón y un católico”, *La Sociedad*, Medellín, n° 57, 12 de julio de 1873, p. 70.
- ¹⁷ Manuel María MADIEDO, *Homeopatía: un eco de Hahnemann en los Andes*, Bogotá, Imprenta de Nicolás, Pontón, 1863.
- ¹⁸ Manuel María MADIEDO, *Teoría social*, Bogotá, Imprenta de Francisco Torres Amaya, 1855, p. 25.
- ¹⁹ Manuel María MADIEDO, *La ciencia social o el socialismo filosófico. Derivación de las grandes armonías morales del cristianismo*, Bogotá, Imprenta de Nicolás Pontón, 1865, p. 296.
- ²⁰ *Ibid.*, pp. 222, 223.
- ²¹ Por fortuna, la historiografía colombiana se ha acercado recientemente al estudio sistemático del pensamiento conservador colombiano del siglo XIX. Destaco los siguientes estudios: Rubén Sierra MEJÍA (ed.), *Miguel Antonio Caro y su época*, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2002; Iván Vicente PADILLA, *El debate de la hispanidad en Colombia en el siglo XIX*, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2008; Sergio MEJÍA, *El pasado como refugio y esperanza*, Instituto Caro y Cuervo, Bogotá, 2009.

²² *La Caridad*, Bogotá, n° 1, 1° de julio de 1869, p. 11.

²³ El taller del impresor conservador Nicolás Pontón fue particularmente generoso en la difusión de periódicos satíricos dedicados a la reivindicación de ciertos tipos humanos en la década de 1860: *Los Locos; El Bogotano; La Bruja; El Chino de Bogotá; El Amolador*.

²⁴ José María VERGARA Y VERGARA, en su "Prólogo" a la novela *Manuela*, en *El Mosaico*, Bogotá, n°2, 1^{er} de enero de 1859, p. 16.

O Pensamento Político Eugênico Latino-Americano

*Ricardo Augusto Dos Santos**

No Brasil, equivocadamente, predomina nas ciências sociais a análise que identifica a eugenia ao nazismo. Costumeiramente, isso leva a ignorarmos as vicissitudes políticas desse ideário. Todavia, seria mais correto reconhecermos que a eugenia foi fruto do desenvolvimento capitalista e ampliou-se, não reconhecendo ideologias e fronteiras, jamais abandonando sua marca de origem: a construção ideológica e mítica de uma sociedade sem conflitos sociais ou administrados com a *mão forte* do Estado. Assim, esta perspectiva das ideias eugênicas imprime determinadas características nas investigações, apresentando a oposição entre os neolamarckistas e mendelistas como um elemento *crucial* para o estudo da eugenia. Isto é uma visão restrita da influência das ideias e práticas eugênicas. O campo eugênico latino-americano deve ser mais investigado e certamente tem nexos que ultrapassam as querelas científicas. Por exemplo, assinalamos a articulação da eugenia com os sucessivos governos autoritários das repúblicas latino-americanas durante o século XX. Este texto pretende abordar a presença e mútua influência das ideias eugênicas no Brasil e Argentina. Consideramos que, na atual conjuntura histórica, é oportuno um projeto que contemple a diversidade de interpretações sobre o tema. Nesses países, existe uma produção que veem estudando as características que a eugenia possuiu na América Latina. Porém, grande parte dessa literatura, não demonstra a especificidade dos agentes sociais eugenistas.

No Brasil, recentemente, foram realizados bons trabalhos acadêmicos sobre a eugenia brasileira. Com alguma frequência, analisam as obras de intelectuais e, especialmente, os livros e artigos de Renato Kehl (1889-1974), tido como o *pai* do movimento eugênico no Brasil. Mas, não ampliam a análise, não destacam as nuances do pensamento social desse intelectual e, tampouco, dos demais autores que compartilharam das ideias eugenistas. Quase sempre, consideram um ator social como paradigma explicativo.

* Pesquisador da COC/Fiocruz e Professor do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-raciais do CEFET/RJ. Doutor em História Social (UFF).

Cumpra indagar: o pensamento eugênico latino-americano foi diferente do anglo-saxão? A recepção da eugenia no Brasil e nos demais países da América Latina teve propriedades distintas de nações como EUA, Suécia, Inglaterra e Alemanha. Alguns críticos concluem, grosseiramente, que a eugenia germânica foi a verdadeira, a que teve laços com a ciência da genética, enquanto a eugenia latina foi branda, falsa ou não existiu. Koifman analisou essas leituras apressadas, chamando atenção para os equívocos cometidos: “Além dos problemas relativos à falta de cuidados com o anacronismo, os críticos não levam em conta, justamente, as particularidades que o eugenismo tomou em diferentes países”.¹

Portanto, não cabe negar totalmente a validade das investigações realizadas, mas é necessário fazer algumas perguntas: a eugenia latina foi menos eugênica ou mais leve do que as outras? Foi um conjunto caótico de ideias? Remando contra essas interpretações, constatamos que no Brasil e na Argentina, entre o início do século XX e a década de 1940 existiu um movimento eugênico que permitia a associação entre esterilização, controle da imigração e dos casamentos, higiene e educação. E muitos intelectuais eugenistas latinos não escaparam dessa hibridização de estratégias. Contudo, não discordamos totalmente das contribuições realizadas nos últimos anos por pesquisadores sobre a eugenia. Mas, proporemos alguns questionamentos.

A historiografia da eugenia tende a considerar como autênticos somente os discursos eugênicos advindos de intelectuais fortemente alinhados com os modelos estrangeiros europeus. Assim, na maioria dos trabalhos acadêmicos sobre eugenia brasileira, Kehl é identificado como eugenista brando, em sua primeira fase, depois, paulatinamente tornar-se-ia mais radical. Octavio Domingues é considerado um mendelista. Roquette-Pinto é apresentado como adepto do mendelismo, mas com face antirracista, principalmente a partir dos anos 30. Rótulos à parte, o cenário é bem mais matizado e complexo. Frequentemente, vários autores representantes do pensamento eugenista ou influenciados pelas ideias eugenistas são ignorados como exemplos para estudar a repercussão dessas ideias. Há duas razões explicativas. Em primeiro lugar, os pesquisadores contemporâneos ainda trabalham com os conceitos formulados pelos autores estudados. Em segundo, o paradigma eugênico anglo-saxão influencia as análises operadas pela historiografia. Por meio de uma leitura tradicional, qualquer proposta fora do modelo paradigmático não será considerada eugênica. Daí a identificação quase direta entre nazismo e eugenia, o que constitui flagrante equívoco. Como explicar as experiências eugenistas acontecidas na Suécia social-democrata, que até a década de 1970 praticou a esterilização compulsória? Ou nos EUA, que em 1906 realizava a esterilização em homens e mulheres e consagrava a eugenia nas suas políticas públicas?

Observamos que é pouco expressiva, no Brasil, a investigação dedicada ao conjunto das ideias eugênicas. Segundo minhas observações, esse tema está mais presente nas universidades argentinas. Também consideramos que nos estudos brasileiros eugênicos a utilização dos conceitos oriundos de Gramsci e Bourdieu é quase ausente. E, no entanto, devido ao número estratégico de publicações, intelectuais e associações

políticas que os intelectuais eugenistas criaram, seria apropriado o uso das categorias originárias desses autores. Creio que eles fornecem instrumentos adequados para estudar intelectuais e associações políticas. O que indica esta omissão da historiografia brasileira? Uma dificuldade política dos investigadores brasileiros em lidar com o tema.

Portanto, o estudo das ideias e práticas eugenistas está mais em voga no país vizinho. O aspecto político do campo eugênico está esquecido pela literatura historiográfica brasileira que explora inadequadamente, segundo minha visão, o assunto. Em suma, no Brasil existe uma indiferença à importância política que esses intelectuais tiveram. Afinal, era por intermédio de associações como *Sociedad Eugênica Argentina*, *Liga Argentina de Profilaxis Social*, *Sociedade Argentina de Eugenesia*, *Asociación Argentina de Biotipologia*, *Eugenesia y Medicina Social*, *Sociedade Eugênica de São Paulo*, *Liga Brasileira de Higiene Mental*, *Liga Pró-Saneamento do Brasil* e periódicos como *La Semana Médica*, *La Medicina Argentina*, *Anales de Biotipologia*, *Eugenesia y Medicina Social*, *Viva Cien Anos* e *Boletim de Eugenia* que intelectuais como Belisário Penna, Alfredo Fernandes Verano, Arturo Leon Lopes, Victor Delfino e Renato Kehl formulavam projetos, veiculavam ideias e formavam grupos que pressionavam politicamente.

Dessa maneira, esperamos destacar o impacto da eugenia na Argentina e no Brasil. Acreditamos que será possível estudar as características estruturais do campo eugênico brasileiro e argentino através das propostas destinadas a implantar a eugenia nessas formações sociais, bem como investigar as redes organizadas em torno dos intelectuais, instituições e publicações (livros, jornais e revistas). Portanto, nosso objetivo é estudar as relações entre os intelectuais eugenistas brasileiros e argentinos. Pretende ser uma experiência inicial para uma construção de bases para uma análise futura profunda. Reconhecemos que a escolha dos casos da Argentina e Brasil para realizarmos uma investigação comparativa sobre o desenvolvimento dos campos eugênicos possui uma característica que determina uma explicação. Inexiste uma tradição, apesar da fronteira física, de trabalhos comparativos entre esses países. E, no entanto, muitas das semelhanças e, até as diferenças, aproximam essas sociedades.

Utilizamos a obra de Antonio Gramsci (1891-1937) para definir poder político. Gramsci considerava que o exercício da hegemonia é obtido não por força e consentimento, mas também por um processo de negociação, fruto de alianças políticas e ideológicas. Hegemonia implica aceitação em parte das regras; mas essa aceitação não é automática. É repleta de ambivalências e contradições. Esta aceitação ou esse consenso tem a participação do Estado e dos intelectuais. E esta hegemonia é tecida pelos intelectuais. Para Pierre Bourdieu (1930-2002), o poder simbólico consegue impor significações que são naturalizadas como legítimas.²

Os símbolos intelectuais afirmam-se como instrumentos de integração social, tornando possível a reprodução da ordem estabelecida. Portanto, é espantoso, diante da presença elevada – e estratégica – de intelectuais e associações políticas de promoção da eugenia, o pequeno número de trabalhos que investigam a complexidade dessas associações e atores sociais no período estudado: as primeiras décadas do século XX.

Inúmeros agentes sociais, sociedades e publicações eugenistas que participaram de um processo político conflituoso e que não se movia linearmente. Victor Delfino (1883-1941), Belisário Penna (1868-1939), Liga Pró-Saneamento e Boletim de Eugenia são exemplos dentre as centenas de casos de textos, intelectuais e instituições que atuaram em ambos os países.

A partir da matriz *gramsciana*, o estado não comporta apenas aparelhos de coerção que, sem dúvida, possibilitam uma dominação, mas também produz uma direção intelectual. Tal perspectiva ajuda-nos a pensar como os intelectuais do campo eugênico construíram suas práticas e representações frente aos demais grupos organizados da sociedade, a que estavam vinculados e, ainda como disputavam e consolidavam sua presença nos órgãos e departamentos estatais. Outra contribuição importante ao estudo das associações é a noção de intelectuais trabalhada por Gramsci. Esse conceito é fundamental, pois se refere à importância da cultura e da consciência de que a construção da hegemonia é inviável sem os intelectuais. Daí, que os debates científicos têm laços com as classes sociais e não podem ser compreendidos, exclusivamente, enquanto embates técnicos, entre os especialistas. É precisamente nesse ponto que reside a minha proposta de análise da eugenia na América Latina. Os textos produzidos recentemente, no Brasil, enfatizam demasiadamente as possíveis diferenças científicas entre os agentes e suas propostas. No entanto, esses trabalhos fazem pouca menção ao papel político que esses atores sociais exerceram. Os intelectuais desse processo podem e serão definidos como aqueles que ocuparam um importante espaço na formulação, direção e organização em qualquer área da sociedade, não ficando restrito ao mundo das ideias eugenistas, científicas ou não, no Brasil e na Argentina.

Ao longo do século XX, intelectuais e publicações que veiculavam o ideário eugênico desempenhavam uma função de destaque no processo dinâmico da formação social latina. As associações científicas, culturais e políticas para a promoção da eugenia serão analisadas como espaços de trocas entre os agentes, constituindo-se em círculos de negociação. Uma formação social não consiste apenas num modo de produção de bens materiais garantido coercitivamente pelas mãos do estado, mas também em hábitos e comportamentos, numa visão de mundo difundida pelos intelectuais na qual se inserem os costumes e os modos de pensar, agir e sentir dos homens que constituem os suportes da ordem social. Consideramos que a explicação que apresenta a eugenia na América Latina como uma cópia mal feita por intelectuais que liam - sem critério - os livros europeus, oculta a constatação de que indivíduos e grupos sociais reagem com padrões diversos a situações semelhantes. Mas, principalmente, essa avaliação, no mínimo, errônea, elimina a reflexão que os intelectuais da América realizavam das condições sociais de existência. E, também, sugere que era baixo o poder de elaborar estratégias articuladas às condições de vida. Ou seja, relega para um plano inferior, agentes sociais da América Latina. Curiosamente, ao identificar inferioridade dos intelectuais eugenistas latinos, as ciências sociais, contemporaneamente, repetem o argumento eugenista que avaliava as populações latinas como degeneradas. Se a ciência eugênica considerava os habitantes das terras ao sul da linha do equador, fracos e

inúteis, curiosamente, os investigadores que estudam as ideias e práticas eugenistas concluem que os agentes sociais (advogados, engenheiros, médicos), intelectuais da Argentina e do Brasil realizavam leituras erradas das ideias científicas originais. Essa visão distorcida conclui que a eugenia latina foi leve, se preocupando com aspectos sociais sem importância.

A eugenia chegou a América do Sul por intermédio dos livros produzidos em numerosa quantidade nos EUA e na Europa. Encontrou solo fértil. Casou-se muito bem com um conjunto variado de ideias. Algumas delas existiam, pelo menos desde a metade do século XIX e tentavam explicar a experiência histórica em torno das populações escravas. Outras, espetacularmente desenvolvidas após 1870, almejavam construir um mundo moderno e científico, colocando os países nos trilhos do progresso. Certamente, um dos motivos mais importantes para o desenvolvimento do eugenismo nas três primeiras décadas do século XX estava na preocupação com o controle da população de ex-escravos e imigrantes que estavam em processo de proletarização. É bastante evidente a inquietação dos intelectuais eugenistas com os imigrantes, afinal, eles poderiam trazer fatores disgênicos, ou seja, contrários à formação do povo bonito, forte e saudável. No Rio de Janeiro, São Paulo ou Buenos Aires, grande parte da população era constituída por imigrantes europeus.

Sabemos dos riscos que o método da História Comparada traz. Se, por um aspecto, o uso do método comparativo apresenta o risco do pesquisador cometer anacronismos, confundindo similitudes relevantes com analogias superficiais, sob outro, sua adoção permite não só eliminar hipóteses explicativas insuficientes, como também, enriquecer as generalizações ou elaborar novas explicações. Ao investigar a rede de intelectuais, instituições e publicações relativas à eugenia na América Latina, julgamos que nossa contribuição ao debate historiográfico está em demonstrar a articulação da educação higiênica, das ações de esterilização e do combate às doenças para a formação do povo educado, higiênico e forte.

Ao identificarmos movimentos eugênicos latino-americanos que buscavam constituir uma ação continental, notamos que, socialmente e politicamente, eles procuravam forjar sua identidade com fatores próprios de cada país. Neste sentido, as preocupações políticas, os problemas relacionados à saúde pública, à questão racial, a preocupação com os imigrantes, a atenção com os casamentos, a maternidade e a infância, e o controle da iniciante classe operária, eram as questões que motivavam os eugenistas a pensar na fundação de um movimento eugênico que reuniria os vários países. Semelhanças e diferenças aproximavam as propostas dos países para melhorar a raça. Em grandes linhas, podemos resumi-las: construção de fichas contendo dados biológicos e sociais dos habitantes; combate às doenças venéreas e exames clínicos para autorização dos casamentos; políticas públicas de educação e higiene, pretendendo melhorar as condições de vida; controle dos fluxos migratórios; críticas às leis de amparo social (filantropia, previdência social, assistência médica); atenção materno-infantil; a esterilização com o objetivo de criar estoques de seres eugênicos aptos a procriar e, ainda, a presença do positivismo *comtiano* e do catolicismo, fazendo da

crença na ciência ou no pensamento religioso, um incentivo ou um freio às ações eugenistas. Assim, identificamos nos países da região, no final da década de 1910, a existência de um movimento eugenista latino-americano suficientemente organizado. Em 1918, a fundação das primeiras sociedades eugênicas latinas, como a *Sociedade Eugênica de São Paulo* e a *Sociedad Eugénica Argentina*, ocorreu poucos anos após o nascimento das primeiras associações destinadas a estudar e formular políticas eugênicas na Europa, o que indica uma sintonia dos intelectuais latinos com o desenvolvimento da suposta ciência eugênica.³

A partir de meados do século XIX, várias linhas filosóficas – positivismo, darwinismo, evolucionismo - incrementavam o pensamento social e político latino, sustentados pela divulgação de um conhecimento científico. Conceitos erigidos por intelectuais europeus alcançavam grande repercussão, fornecendo justificativas hierarquizantes baseadas no critério científico, pretensamente universal. Assim, se explicavam as diferenças sociais das nações *inferiores* frente às sociedades europeias e os Estados Unidos da América. A raça passou a ser uma noção discutida em obras que celebravam o racismo científico, prevendo um futuro nebuloso para os países com raças heterogêneas.

Consideramos que a tese demeritória das populações que habitavam as terras abaixo da linha do equador está ligada às interpretações sobre o desenvolvimento do capitalismo nos EUA. Haveria uma predisposição genética favorável em determinados povos. Assim, os Estados Unidos evoluíram natural e diferentemente das demais nações. Portanto, nessa perspectiva, os homens que viviam na Península Ibérica, América do Sul e África, não conheciam a nobre noção do trabalho. Estava explicada a diferença entre os países, principalmente em relação aos da América Latina. Assim, embora a emergência dos princípios eugênicos tenha se dado em solo europeu, foi nos EUA, durante as primeiras décadas do século XX, que a eugenia assumiu uma das formas mais agressivas, com seus conceitos modificando drasticamente a vida das pessoas. Suas ideias e práticas atuaram de maneira tão incisiva que, entre 1906 e 1940, em diversos estados norte-americanos, mais de 60.000 esterilizações compulsórias foram executadas de formas extremamente polêmicas. Somente na Califórnia, mais de 15.000 mulheres e homens teriam sofrido cirurgias desse tipo. Diversas leis foram tomadas para esterilizar indivíduos classificados como inadequados para gerar filhos ou mesmo continuar vivendo. No início do século XX, era fundado um conjunto de laboratórios para aprimoramento racial. Tornaram-se influentes centros de pesquisas sobre raças do mundo. Contavam com auxílio financeiro de empresários e instituições como a Fundação Rockefeller.

E no Brasil, quando surgiu e como foi o desenvolvimento da Eugenia? No Brasil, ela desenvolveu-se durante o início do século XX. Contudo, encontramos indícios anteriores nas teses defendidas por higienistas e alienistas nas faculdades de medicina do Rio de Janeiro e Bahia ainda no século XIX. Marcadas pelas teorias naturalistas da degenerescência racial e pela medicina que reorganizava as cidades. A partir do terço final do século XIX, intelectuais cercados de conceitos desfavoráveis sobre as raças e

apoiados em pretensas visões científicas, pronunciaram diagnósticos completamente negativos sobre o futuro do Brasil. Exemplos como o Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), que afirmou que o país era feio e degenerado, descreviam um país inviável. Para essas considerações, o estado letárgico da nação, paralisado na escala progressiva das sociedades era devido à soma dos fatores climáticos e raciais. A mestiçagem era uma das causas da inferioridade dos brasileiros e decretava a impossibilidade do Brasil em ascender ao mundo moderno que se anunciava. As informações disponíveis sobre essa época no Brasil apontam que, para os atores do campo intelectual, identificados com o determinismo biológico, a mestiçagem representava um empecilho à incorporação do Brasil à civilização.

Mas, como um país intensamente miscigenado foi palco de um movimento eugênico forte, um conjunto de ideias que, em princípio, seria paradoxalmente, contrário à formação étnica nacional? Como um conjunto de práticas que estaria em oposição à formação racial do Brasil, a eugenia proporcionou que políticas públicas fossem, no mínimo, influenciadas por essas ideias?

Se a miscigenação degenerava o povo, uma solução teria que ser buscada para transformar o país numa grande nação. Como? Impedindo, favorecendo ou potencializando o branqueamento da população brasileira. E como era o Brasil? Que porção do mundo era essa que intelectuais estrangeiros e, também, nacionais julgavam que, dentro dos padrões de civilização e progresso, não era um país viável? Uma massa de negros, brancos, miscigenados, pobres vivendo sem mínimas condições sanitárias. O crescimento dos centros urbanos com o desenvolvimento do capitalismo, a expansão da imigração estrangeira, o receio das epidemias de febre amarela e varíola, das endemias rurais (ancilostomíase, malária e Doença de Chagas) causavam um permanente estado de medo. Devido a tal cenário, o Brasil era visto por uma determinada fração do pensamento social como um país que não chegaria ao estágio civilizado, pois sua população estava degenerada. Em meio a essas impressões, inúmeros reformadores surgiram, pretendendo oferecer remédios que evitariam a tragédia: a impossibilidade do Brasil tornar-se uma nação.

A influência dos diagnósticos cruéis a respeito do Brasil, dos negros e mestiços, impregnaria o pensamento social e político brasileiro durante um bom tempo. Todas as análises sociais construiriam diagnósticos que, mesmo residualmente, desejariam melhor sorte: outro “povo”. Tenho sérias desconfianças que, até hoje, em pleno século XXI, continuam habitando em corações e mentes, o desejo de “matar o povo” ou trocá-lo. E a chave para entendermos a especificidade da eugenia nacional, além das vicissitudes do campo eugênico está na modificação efetuada. Da condenação à salvação do povo. Afinal, como compreender o eugenismo num país miscigenado e que, em alguns momentos afirmativos de sua identidade nacional, exalta e até glorifica a capacidade de misturar raças, culturas e etnias? Pois é precisamente nesse complexo e intrincado tecido de ideias e posições que reside uma das explicações. Entre os polos opostos da inviabilidade do país e a mitificação do Brasil como sendo o paraíso, e os brasileiros como soldados morenos imbatíveis, se superpõem os discursos.

E, no restante da América Latina? E na Argentina? O desejo de regeneração racial estava ligado diretamente à questão da identidade nacional. Os intelectuais europeus avaliaram negativamente o país enquanto uma nação não consolidada e uma identidade indefinida. Dessa forma, na Argentina e em vários países da América, vários intelectuais abraçaram a eugenia como uma maneira de encontrar respostas satisfatórias e possíveis de melhoramento racial e nacional. Vamos falar um pouco sobre a eugenia nesse país. *“Si hay extranjeros que abusando de la condescendencia social ultrajan el hogar de la patria, hay caballeros patriotas capaces de presentar su vida en holocausto contra la barbarie para salvar la civilización.”*⁴

E com sentimentos semelhantes a este contido na frase de Manuel Carlés, Presidente da “Liga Patriótica”, que determinados intelectuais argentinos olhavam os habitantes de Buenos Aires. Essa associação, fundada em 19 de fevereiro de 1921, perseguiria judeus, anarquistas, socialistas e, de modo geral, estrangeiros. O teor dos discursos da Liga seguia o mesmo apresentado no trecho acima citado, uma declaração de Carlés durante o ano de 1910, expressando semelhante ilusão de vários intelectuais brasileiros que sonhavam com uma sociedade sem conflitos sociais. Afinal, as condições precárias de saúde e pobreza, a entrada perigosa de ideias alienígenas (liberais, anarquistas, comunistas) tanto no Brasil como na Argentina, os vícios e costumes corrompendo os jovens e as mulheres, enfim, de uma forma ampla, o mundo que se anunciava, moderno e industrial, era esperado e cobiçado. Mas, no entanto, alguns de seus produtos, resultado da tensão entre as forças do capital e trabalho ou advindos de um modo de vida mais cosmopolita, causavam preocupação, temor e eram indesejados. Kehl e os demais eugenistas mostravam-se visceralmente críticos dos novos hábitos, identificados como fatores disgênicos:

“As cidades populosas representam os piores focos disgênicos, ao contrário das pequenas cidades onde a vida corre sem tantos riscos e misérias [...] Daí a hiperexcitação de nossa época de cinemas, tangos, de bolinas, de vestidos transparentes, da exacerbação neuropática da maioria dos habitantes das capitais. Daí o crescente das doenças sociais, dos vícios, que abreviam a vida, degeneram a raça, infelicitam a humanidade”.⁵

Na Argentina, os pesquisadores locais estão analisando as implicações políticas do eugenismo, fato que, no Brasil, constitui uma ação pouco presente. Frequentemente, a existência da eugenia na América Latina é ignorada ou é analisada como uma mera cópia das ideias europeias ou, ainda, é explicada como uma reprodução equivocada de uma atividade científica em sua origem. Em suma, as ideias eugenistas latino-americanas são vistas como exóticas. Contudo, ao estudarmos a história da eugenia nesses países tomamos conhecimento de um conjunto articulado de variáveis políticas, históricas e econômicas específicas. Por exemplo, a Argentina era, sem dúvida, mais forte economicamente e seu desenvolvimento científico era acentuado e, no Brasil, havia uma imensa e majoritária população negra e mestiça, enquanto no país vizinho, a população indígena estava extremamente reduzida.

No final dos anos 1910, a família de um trabalhador na cidade de Buenos Aires gastava em média 40% por cento da sua renda no aluguel de moradias precárias, como por exemplo, *os conventillos*. Grande parte do contingente que habitava essas moradias era formada de imigrantes. Mas, a imigração trouxe mais que braços fortes. Com os milhares de italianos e outros grupos étnicos, vieram ideias. Esses imigrantes ajudaram a fomentar novas organizações que reivindicavam melhores condições de vida e trabalho. A identificação com os *cortiços* da cidade do Rio de Janeiro é imediata. Assim associamos imediatamente a situação social dos moradores dos *conventillos* aos cortiços cariocas, não desconhecendo, evidentemente, as diferenças. Afinal, não podemos ignorar a similitude encontrada diante dos movimentos sociais dos países, mas é necessário destacar que estamos marcando as possíveis semelhanças, não uma suposta igualdade dos processos históricos.⁶

Parece-me que o grau de organização dos operários argentinos era maior. Em suma, consideramos que no âmbito deste trabalho, o impacto recebido pelas classes e frações conservadoras diante das reivindicações dos trabalhadores causava uma intensa movimentação nas ideias de como controlar melhor a sociedade. Desta maneira, como não encontrarmos semelhanças no fato acontecido na Argentina e conhecido como “Semana Trágica” com as greves gerais ocorridas entre 1917 e 1919 no Rio e em São Paulo? Assim, entendemos que a formação e articulação de associações como a *Liga Patriótica* representaram reações aos movimentos populares sociais organizados. Várias classes e frações percebiam que era necessário organizar seus interesses, formular políticas e participar de ações preventivas frente aos trabalhadores, tanto no Brasil como na Argentina.

*“La nueva doctrina higiénica, la higiene racial e integral, enseñada por los educadores naturales del pueblo, los médicos, que lo son por la ciencia y el alma, há triunfado en muchas naciones de la ignorância de no pocos dirigentes y de la negligencia increíble em que se le tenía porque los que se dieron a la santa causa de La reivindicación social, no comprendiam que su base debe ponerse em la douctrina higiénica, es decir, em la ensenanza de médios convenientes para que el proletário conserve la salud y pueda reparar eficazmente la perdida de resistência para la lucha, ocasionada por la disipación de sus fuerzas em um trabajo agotador, la insuficiência de la alimentación y la morada insalubre”.*⁷

É nesse caldeirão de ideias e práticas sociais e políticas que a eugenia começou a ser discutida na Argentina. Momento importante. Um desses textos iniciais editados em periódicos argentinos sobre as ideias eugênicas tem como título *Higiene e Proletariado*. De autoria de Victor Delfino, foi publicado em abril de 1919. Portanto, apenas algumas semanas, após a *Semana Trágica*. Neste artigo incluído no periódico *La Semana Médica*, o principal objetivo do eugenista argentino era apresentar um projeto higiênico para o trabalhador e, por extensão, para a sociedade. Era absolutamente necessário naquele momento, constituir um operário consciente da sua higiene individual e

cooperador da higiene coletiva. Como fazer isto? Para os atores sociais eugenistas, o Estado deveria ser assessorado por intelectuais das associações políticas eugenistas ligados aos órgãos estatais. Mais tarde, em 1923, Delfino escreveria no mesmo periódico *La Semana Médica*, um texto onde em linhas gerais ele faz declarações mais simples acerca do tema: a higiene do operário. Higiene individual e coletiva. Na verdade, trata-se de uma edição revisada do texto editado em 1919 na mesma revista.

“De otro modo, las mejores medidas, las mas sabias, y mejores disposiciones, em una palabra, todos los instrumentos destinados a remediar el mal estado higienico del proletariado, fracasarian, porque las ordenanzas de nada sireven si no se cumplen [...] Para que esto sea posible es necesario cultivar la educación higiénica [...] Si el obrero no la hecho su conciencia higiénica, si carece de fe y de entusiasmo y se descuida asi, por modo lamentable, la ecuación personal que debe constituir la solución del gran problema sociológico de la vida salubre, entonces la ley resulta una imposición más tirana e inútil. Se necesitan para la cruzada de la higiene del proletariado, hombres inteligentes, y activos y sinceros, que expliquem al obrero mediante nociones elementales impartidas oportudamente, los preceptos de la higiene social, tanto más comprensivos cuanto más secillamente impartidos”.⁸

Os primeiros movimentos para concretização de uma sociedade eugênica de intelectuais argentinos ocorreram em 1912, quando Victor Delfino compareceu ao Primeiro Congresso Internacional de Eugenia em Londres. As fontes indicam que ele foi o único latino-americano presente. Ainda neste ano, começou a sua pregação eugenista publicando textos na imprensa. Pouco tempo depois, em 1918, fundaria a sociedade eugênica argentina. Afinal, determinadas perguntas incomodavam os principais agentes sociais. Um dessas questões candentes para a intelectualidade argentina: qual seria a raça argentina? Teria futuro? Porém, outras questões também afligiam. Uma delas, talvez, mais do que todas. Tratava-se das perturbações advindas dos movimentos políticos dos imigrantes. Cedo, começou uma atenção especial referente às manifestações operárias. Todavia, esses movimentos foram ensaios do que estava por vir. Um dos grandes símbolos da história da eugenia na Argentina é a criação em 1932, da Asociación Argentina de Biotipología, Eugenesia y Medicina Social na cidade de Buenos Aires. Essa sociedade marcaria a eugenia na argentina de forma indelével, tornando-se uma aproximação com as escolas criminológicas italianas. Ainda estar por ser feita uma ampla pesquisa comparativa das ações do campo psiquiátrico e criminológico brasileiro e argentino. Por exemplo, ainda hoje, nas faculdades de Direito no Brasil, os textos do intelectual José Ingenieros aparecem nas listas bibliográficas.

Victor Delfino foi um dos participantes deste plano que tentava implantar a eugenia nas políticas públicas argentinas. Se esse projeto político obteve êxito, será matéria para outro artigo. Nascido em Buenos Aires em 1883, morreu em 1941. Estudou ciências, astronomia e matemática na Universidade de La Plata. Seu primeiro texto publicado, *Las Rutas Del Infinito*, continha dados sobre astronomia, mas Delfino ficou famoso pelo

seu interesse em Eugenia, Medicina e Higiene. Membro de várias associações médicas estrangeiras, Delfino publicou alguns artigos na imprensa especializada brasileira. Sobre o atestado médico pré-nupcial, ele publicou um texto editado no mais importante periódico eugenista brasileiro, o *Boletim de Eugenia*. Considerava o exame como uma medida acertada da eugenia preventiva porque seria uma garantia de que os cônjuges seriam pessoas sãs e isentas de qualquer doença, podendo transmitir aos seus descendentes a boa herança através do matrimônio. Para que este objetivo de fato se realizasse, o autor identificava no eugenista (médico) a responsabilidade de difundir estas informações com o apoio da imprensa. Desta forma, em sua opinião, o capital biológico da raça seria elevado, eliminando possíveis máculas que impedissem a promoção de um saneamento social e total.

Em outro artigo, Victor Delfino faz referência a Renato Kehl, destacando sua atuação e definindo-o como um grande entusiasta da eugenia na América Latina e de grande importância para o movimento eugênico brasileiro. Ele também declarava que um projeto de assistência eugenista pública teria que contemplar um acompanhamento médico semelhante ao que tentaria criar em Buenos Aires, com a fundação de institutos de eugenia para defender a maternidade consciente e com a devida atenção às crianças e difundindo a conscientização de que a maternidade deveria ocorrer com o objetivo de gerar descendentes sadios eugênicos. Assim, não bastava gerar descendentes eugênicos, mas também proporcionar condições necessárias para a formação de uma geração que além de proteger suas características eugênicas herdadas, seriam criadas com a ideia de que manter as gerações saudáveis era uma responsabilidade social. Delfino foi *Director del Instituto Tutelar de Menores de Buenos Aires e Secretário de La Comisión Asesora de Hospitales y Asilos Regionales*.

“Al ocuparnos del problema de nuestra raza em outra ocasión decíamos que, sin descuidar las actuales medidas tomadas com respecto a la sanidade general, organización sanitária... era necessário, pór los demas, reformaria completandola, decíamos, ademas, que no podiamos estacarnos, remansando la acción oficial de um trabajo negativo de defensa y de previsión solamente, que era necessário, por fin, fomentar el capital biológico e psiquico de los ninos argentinos, coordinando em um haz poderoso de instituciones, lãs muy devirsas que actualmente laboiram aisladamente em la obra de La protección y asistencia de la infância- dispensários... consultas de lactantes, restaurantes para madres y nodrizas, mutualidades maternas...”⁹

Vamos voltar um pouco ao Brasil, sem abandonar a Argentina. Muitas vezes, sob a chancela de leituras realizadas sem critérios, o racismo científico é totalmente atribuído aos autores dominantes na Primeira República (1889-1930). No entanto, muitos desses agentes sociais, com pouquíssimas exceções, estavam procurando um caminho para que *povo* ou *raça* representasse a sociedade brasileira, afirmando que éramos um país viável, enquanto que existiam autores identificados com o determinismo biológico e que negavam qualquer chance para o Brasil. De alguma forma, os autores sanitaristas e

eugenistas sofriam influências do racismo científico do século XIX. As teses deterministas e racistas nunca foram completamente abandonadas. Comumente, mesmo em círculos acadêmicos e profissionais, confunde-se eugenia com racismo científico e determinismo biológico. Não excludentes, são conceitos diferentes que nasceram em reação aos movimentos (sociais e políticos) que almejavam condições de vida mais igualitárias para os trabalhadores. Sem dúvida, foram ideias que tiveram sua origem com o descontentamento do mundo que se transformava, abolindo privilégios estamentais. Assim, diante da ameaça crescente de uma igualdade jurídica, a resposta encontrada foi a comprovação científica da desigualdade biológica, portanto, natural entre os indivíduos. O racismo científico foi uma doutrina que se apresentando universal e racional, afirmava que existiam hierarquias entre as raças humanas. A ideia subjacente era promover a suposta raça ariana como a mais desenvolvida e apta para governar as outras raças. Por seu lado, a eugenia procurava o aperfeiçoamento da espécie humana, selecionando os melhores espécimes que demonstrassem possuir as características mais adequadas para transmitir-las às gerações, incentivando a reprodução, de maneira a melhorar os descendentes. De todo modo, era absolutamente necessário manter as multidões afastadas. Afinal, eram novos atores políticos que surgiam na cena política.

E, no Brasil, além das diferenças conceituais, o pensamento eugênico nacional demonstrou ser sofisticado e o eugenismo brasileiro complexo. O maior representante da eugenia no Brasil foi, sem dúvida, o médico Renato Kehl. Mas, ele não estava sozinho. Produziu a maior parte de sua obra intelectual numa época onde a preocupação com a identidade nacional imperava. Para entender os conceitos presentes na obra de Kehl é necessário compreender o percurso realizado pelo autor. Ele se apoiava nos saberes das ciências biomédicas emergentes para responder como era o Brasil e como deveria ser construída a nacionalidade brasileira. Ao formular as representações sobre o país, Kehl tentava explicar a sociedade. Um período onde os intelectuais que exerciam hegemonia cultural, além de considerar a raça branca superior às demais, condenavam a composição racial heterogênea, porque essa gerava seres degenerados. De um modo geral, era assim que pensavam o grupo de intelectuais que estimavam a miscigenação como um mal insanável e o Brasil completamente inviável. No entanto, os discursos eugênicos brasileiros e, principalmente, o pensamento de Kehl, apresentaram-se de maneira muito singular. Para além da simples consideração da inviabilidade do Brasil devido ao seu povo mestiço, o eugenismo brasileiro reconhecia e lamentava essas inferioridades, mas tratava da reforma do povo. E, também diferentemente dos outros representantes intelectuais do movimento sanitarista que congregava cientistas, médicos, educadores e demais intelectuais, membros importantes do pensamento social brasileiro, Kehl adicionaria ao conjunto de ações preconizadoras para a salvação do Brasil a coerção, ou, ao menos, a total planificação estatal para a vida humana. No Brasil, a hegemonia do racismo científico e determinismo biológico metamorfoseou-se num eugenismo peculiar, próprio do campo eugênico brasileiro. E bastante semelhante ao campo argentino.

O movimento sanitaria refutara a explicação dominante do pensamento social e político que atribuía aos tipos mestiços, decorrentes da mestiçagem racial, o insucesso econômico e cultural do país. Para os membros do movimento, os homens eram improdutivos porque estavam doentes. Portanto, diferentemente das análises influenciadas pelos conceitos do racismo científico e determinismo biológico, os intelectuais sanitaria opinavam que era possível resgatar o Brasil. Muitos dos eugenistas nacionais tendiam a concordar com essas teses. No entanto, os mais radicais, e dentre eles, especialmente, Renato Kehl dizia que, apesar de doentes, os habitantes dessa parte do planeta não abandonavam o estado de imperfeição sob o ponto de vista das leis da hereditariedade. Assim, para Kehl era necessário um conjunto de ações para tornar os brasileiros doentes e feios em homens fortes e belos. Esse resultado seria obtido com uma série de estratégias educativas, sanitaria e eugenistas, essas últimas identificadas com a vertente negativa que apregoava a esterilização arbitrária como necessária ao progresso e que deveria ser controlada pelo Estado.

Os intelectuais identificados, de alguma maneira, com o racismo científico destacavam, de maneira ampla, a inferioridade e a degeneração dos homens mestiços. Para eles, os cruzamentos sexuais entre indivíduos de etnias diferentes, além de promíscuos, seriam produtores de elementos incapazes para o progresso da nação. Segundo as teorias mais ortodoxas, os mestiços traziam os defeitos das raças inferiores. Portanto, os seres humanos frutos da mestiçagem, eram preguiçosos e parasitas por defeitos de origem. No Brasil, os intelectuais sanitaria discordariam dessa inclemente inviabilidade e destacar-se-iam, pois consideravam que o problema não era totalmente derivado do suposto determinismo biológico. Porém, o racismo científico não era de todo ausente. Ele ainda influenciava a análise sanitaria. De certo modo, o que ficaria sepultado era a determinação climática. A racista nunca desapareceria.

Para os membros do grupo intelectual sanitaria/eugenista, a explicação era outra. O diagnóstico estava errado. O homem e o meio estavam doentes. A regeneração era possível por meio de ações sanitaria e eugenistas. As propostas de sanitaria e eugenistas complementavam-se. Em conjunto, diriam que, além de sanear as áreas urbanas e rurais, controlar as epidemias, instalar postos médicos e sanitários, era necessário cuidar do povo de maneira eugênica e educativa. Tratava-se, portanto, de aprimorar a raça nacional por meio da higienização das células reprodutoras. Torná-las mais aptas para a consciente reprodução. Como? Através da Educação e do Saneamento. Para os eugenistas, diante de casos graves, era indicada a esterilização compulsória, evitando o nascimento e a reprodução dos criminosos e degenerados, solucionando assim, o problema das raças.

“Quanto ao verdadeiro fim da esterilização, que é a melhoria eugênica da raça, temos a dizer que esse processo oferece certas dificuldades para se tornar eficiente, além das que referimos. Para se chegar a um resultado completo seria necessário que a esterilização fosse aplicada compulsoriamente, de um modo permanente, e em vasta escala, não poupando mesmo os indivíduos que

aparentem superficialmente normalidade e que, no entanto, intrinsecamente, são defeituosos [...] a esterilização é de efeitos indubitáveis e claros. Mas a sua prática encontra sérios embaraços. O nosso entusiasmo por essa operação regeneradora não vai ao encontro de desconhecermos as dificuldades que ela encontra na sua execução [...] A esterilização, pois, deve ser considerada um processo eugênico importantíssimo, mas não um meio único de elevação somática e física da espécie humana, que só será alcançada pelos processos combinados de eugeniização”.¹⁰

Dentre os eugenistas, um número reduzido afirmava que as reformas sanitárias aprimorariam a capacidade hereditária dos seres humanos. Para estes, as condições ambientais do país dever-se-iam modificar-se para que, transformando os indivíduos, os seus descendentes fossem beneficiados. Práticas políticas e sociais identificadas com a eugenia exemplificam essa filiação neo-lamarckista: campanhas contra o alcoolismo e doenças venéreas. Assim, coexistiam teorias que adotavam uma seleção racial capaz de melhorar as populações, produzindo um ser biológico mais produtivo, com teses de que o futuro eugênico seria resultado também de um aperfeiçoamento no progresso social. Este processo está sendo considerado por um amplo contingente de pesquisadores como um erro. Para um grande número de investigadores, a eugenia latina é uma cópia precária da verdadeira eugenia (importada dos países europeus) ou foi resultado de uma formação científica medíocre por parte dos eugenistas latinos. Discordamos dessa perspectiva. A amplitude de técnicas eugênicas não representou uma má interpretação de teorias estrangeiras. Foi a construção de um pensamento original. Arrisco dizer, um pensamento próprio da América Latina. Apesar das relevantes contribuições realizadas pelos cientistas sociais para o conhecimento histórico, estudando a presença, difusão e institucionalização das ideias eugenistas, parte das análises realizadas apresentam uma tendência à naturalizar as diferenças, como se as características dos *eugenismos* dos diferentes países fossem uma atribuição inata e natural. Parece-nos uma negligência para com as estruturas de classe das Formações Sociais.

Na América Latina, indubitavelmente, coexistiriam teorias que adotavam uma seleção racial capaz de embranquecer (melhorar) a população, produzindo um tipo ideal pelas sucessivas miscigenações, com teses de que o futuro eugênico seria resultado também do aperfeiçoamento das políticas públicas de saúde e educação. Para os eugenistas, as reformas educativas e higiênicas aprimorariam a capacidade eugênica. Por exemplo, eles acreditavam que campanhas contra o alcoolismo e as doenças venéreas melhorariam a raça. As condições ambientais dever-se-iam modificar-se para que, transformando os indivíduos, os seus descendentes fossem beneficiados. A eugenia, além de produzir indivíduos saudáveis, pretendia também recuperar os degenerados e, conseqüentemente, salvar as sociedades. Dessa maneira, para evitar o nascimento de indivíduos indesejáveis, devia-se adotar a esterilização compulsória. E, para que não houvesse uniões disgênicas, noções de eugenia e higiene, impediriam a proliferação de seres inúteis. O objetivo de melhorar as sociedades teria êxito, a partir

da promoção de condições favoráveis à procriação eugênica através da educação, higiene e combate à reprodução dos degenerados e criminosos, porque esses poderiam transmitir os defeitos físicos e mentais aos descendentes e, ainda seria necessário, para a reforma da sociedade, que o Estado adotasse medidas profiláticas para o controle das enfermidades que beneficiavam os fatores disgênicos (degenerativos) das pessoas: a sífilis, a tuberculose e o alcoolismo. Em relação a esse aspecto, existe uma distinção – muito presente nas pesquisas sobre a eugenia – entre os eugenistas *leves* que aceitavam a melhoria racial por meio da atenção à saúde pública, influências ambientais, valores culturais e os *pesados* que desejavam a eliminação das características negativas por meio do controle rigoroso da reprodução. Estamos alertando, porém, que essa caracterização leva em conta as opiniões dos intelectuais eugenistas. Essa diferenciação nascia dos conceitos operados por eles.

“Os desígnios da política eugênica são muito diversos: não consistem na seleção de homens de alta mentalidade para formar a elite de gênios, nem a seleção de gigantes para organizar [...] indivíduos de mais de dois metros de estatura. A Eugenia não propõe, em suma, a criação de novos tipos, mas a purgação de gênero humano de seus maus humores, a eliminação gradual dos seus elementos nocivos. Indica, para isto, remédios legais que, direta ou indiretamente, atuam como profiláticos e curativos na defesa e constituição de famílias sadias”.¹¹

“Outra medida proposta pela eugenia negativa é a esterilização dos grandes degenerados e criminosos. A simples interdição legal ao casamento destes indivíduos constituiria um ‘meio atenuado’, passível de ser burlado, enquanto que a esterilização representa um ‘meio radical’, muitas vezes necessário”.¹²

*“Hagamos la educación higiênica de la masa y estaremos seguros de haber contribuído a que ella realice su porvenir de unión y de concórdia y com ella garantizado la practica de las leyes de la solidariedad social y conseguido em gran parte el ideal eugênico de tornaria mas forte y mas feliz”.*¹³

O que venho ressaltando, ao longo do texto, é que as diferentes propostas dos intelectuais são vistas, com frequência, pela maior parte das análises efetuadas no Brasil, de forma descontextualizada e *despolitizada*. E, essa incorreção teórica e metodológica está sendo cometida pelos pesquisadores brasileiros. Autores argentinos e espanhóis estão muito mais atentos. Ou mais honestos. Afinal, toda análise social é política. A hibridização de estratégias não representou um ato isolado de intelectuais em meio caótico, nem desempenhou um papel equivocado cometido por intelectuais eugenistas. Foi efetivamente uma ação produzida por homens vivendo em sociedades historicamente situadas no tempo e no espaço.

Tratava-se de planificar ao nível do Estado a formação de grandes nações e de reformar a raça, fosse isso compreendido como povo, raça biológica ou cor da pele. Nossa hipótese central afirma que a existência do campo eugênico possibilitou a constituição e institucionalização de diferentes concepções e estratégias para a tão esperada civilização. O eugenismo se constituiu por uma variedade estupenda de

intelectuais, associações e órgãos governamentais que formularam, organizaram e tentaram implantar a eugenia nos países da América Latina. Em suma, estamos confrontando a existência das ideias e práticas eugenistas do continente com o modelo que se apresentava como universal e que dominou o universo anglo-saxão e nazista. Contudo, talvez seja necessário observar os limites da efetivação desses projetos. O conjunto de ideias e práticas denominadas genericamente de eugenismo representou uma síntese (em constante transformação), de tendências universais e particularistas, composta de atores, ideias e relações sociais. Por meio dessa análise, estou criticando uma tendência que indica erros, contradições ou ausências, onde posições em movimento apontam para conexões não compreendidas. Os discursos dos intelectuais não são contraditórios. Penso que muitos dos equívocos cometidos por pesquisadores, que se aventuraram por essas zonas tempestuosas do pensamento social e político, ocorreram devidos aos labirintos criados pelos autores estudados. Assim, leituras que enfatizam demasiadamente as distinções da eugenia negativa, positiva ou preventiva, estão baseadas em conceitos e argumentos criados pelos próprios objetos de análise. Os agentes sociais estudados e seus respectivos textos são testemunhas. Os discursos dos intelectuais tendem a serem mais críveis, e, portanto, fornecem mais dados, tanto quanto nossas perguntas forem mais elaboradas. As diversas leituras sobre o caminho que deveria ser obrigatoriamente percorrido para a desejada eugeniização fizeram parte de um campo eugênico fortemente institucionalizado, cujos primórdios datam de meados do século XIX.¹⁴

Vamos buscar ajuda em Bourdieu. Em sua obra, analisando o conceito de campo científico, esse sociólogo afirmou que em campos de pensamento aparentemente homogêneos, os debates, as disputas pelo espaço científico e pela posse do capital intelectual representam aspectos simbólicos contraditórios e similares. Para esta parcela dos intelectuais eugênicos do início do século passado, a explicação para a situação dos países latinos estava nas características naturais do Estado e da sociedade. Nesse sentido, os países viviam seus conflitos e crises políticas devido ao clima, ao meio físico e à constituição racial do povo. Segundo esses atores sociais, alguns dessas nações não possuíam o desenvolvimento social das europeias porque a localização geográfica, as doenças, a constituição genética, o calor e a mistura com raças inferiores tinham tornado essas extensões de terras incapazes de progresso.¹⁵

Com base no pressuposto de que os países do continente eram sociedades desorganizadas e formada de incapazes, as interpretações eugênicas conferiram um papel central ao Estado. Ao expressarem anseio de fortalecimento do poder estatal, os intelectuais da região consolidaram um modelo de Estado. Muitos dos componentes deste paradigma estão presentes nas análises efetuadas pelos intelectuais eugenistas. Simplificando, esses elementos podem ser enumerados: O predomínio do princípio governamental e coletivo sobre o privado, visão organicista e corporativa da sociedade, crença absoluta nas ciências (pelo menos, no Brasil), os conflitos sociais são frutos de desordeiros e vagabundos. Em suma, os militantes dos movimentos pela reforma da educação e saúde afirmavam a possibilidade de superar os graves problemas mediante a

intervenção do Estado assessorado por cientistas e técnicos. Essa era a grande tarefa dos eugenistas. “*Um programa lógico y metódico que comprendiera la higiene individual em si, la higiene individual de la casa y la higiene individual del taller, podría ser el punto de partida de una acción higienica organizada por el estado com la cooperación de las sociedades obreras, los sindicatos y los particulares (escuelas profesionales, universidades populares...)*”.¹⁶

Se a presença do pensamento católico foi maior na Argentina, ainda que no Brasil não tenha sido insignificante, diminuindo o ímpeto da *eugenia negativa* e o positivismo *comtiano* teve maior presença no Brasil, causando por sua vez, uma preocupação com a objetividade e cientificidade nas políticas públicas, o que nos interessa é a semelhança dos movimentos (brasileiro e argentino) em oposição a uma suposta eugenia (verdadeira) que habitava o lado superior do planeta. Também é necessário destacar o frequente intercâmbio de ideias entre os intelectuais dos dois países. Vejam a precocidade da rede de eugenistas. Na década de 20, Renato Kehl residia em São Paulo, portanto, ainda não havia emigrado para o Rio de Janeiro, onde ingressaria nos quadros do recém-criado DNSP (Departamento Nacional de Saúde Pública) e casar-se-ia com uma das filhas de Belisário Penna, que ocupava o importante cargo de dirigente de um setor do DNSP, o Departamento de Saneamento Rural. Na nova cidade, Kehl construiria uma sólida carreira, criando revistas e associações eugênicas, o periódico *Boletim de Eugenia*, a *Liga Brasileira de Higiene Mental* e a *Comissão Central Brasileira de Eugenia*. Ainda residindo, contudo, em São Paulo, Kehl publicou textos na imprensa especializada da Argentina e intelectuais argentinos, por sua vez, também editavam artigos em revistas no Brasil. E, não podemos esquecer-nos do número significativo de correspondências trocadas entre esses homens. Por volta de 1930, quando o movimento eugênico dos dois países estava suficientemente organizado, com centenas de intelectuais, sociedades e periódicos irradiando as ideias eugênicas, as políticas públicas sofrendo influência da eugenia, os intelectuais de ambos os países já eram velhos amigos.

Inegavelmente, na Argentina os intelectuais eugenistas ocuparam várias posições políticas e ideológicas. No Brasil, embora esse fato também tenha ocorrido, foi em grau menor. Boa parte dos intelectuais brasileiros eugenistas estava no campo autoritário crítico do liberalismo político. Nos demais países, intelectuais de tendências diversas, anarquistas e socialistas aderiram à causa eugênica. Entretanto, em grandes linhas, podemos resumir que as semelhanças gradativas ideológicas que existiram nos discursos e práticas sociais dos dois países foram: críticas às leis sociais, combate às doenças venéreas, atenção aos certificados pré-nupciais, presença da esterilização como fator de eugeniação, visão da educação dos bons hábitos sociais como pré-condição para atingir a civilização, identificação dos locais insalubres e o necessário saneamento ambiental como fator de eugeniação da sociedade. Além, é evidente, da preocupação com os imigrantes e operários. Mas não houve uma repetição dos fatos e ideias. Por exemplo, a esterilização compulsória que aconteceu nos manicômios brasileiros em mulheres (negras e pobres) não se realizou, no mesmo grau, na Argentina.¹⁷

Desde 1912, o intelectual Victor Delfino fazia propaganda das ideias eugênicas, quando participou como o único representante da América Latina, no Primeiro Congresso Internacional de Eugenia realizado em Londres. Assim como Renato Kehl, Delfino dedicava sua atividade intelectual à veiculação da eugenia. Ao lado de Alfredo Fernandes Verano, Carlos Bernaldo de Quirós, Arturo Rossi e demais intelectuais, podemos incluí-lo no movimento eugênico argentino que pretendia influenciar as políticas públicas segundo o receituário eugenista, especialmente após a Primeira Guerra Mundial, quando a preocupação dos intelectuais argentinos esteve marcada pelas discussões sobre o progresso da nação, formação racial, imigração, reformas sociais e a constituição da identidade nacional. Com o incentivo de Renato Kehl e da Sociedade Eugênica de São Paulo, em março de 1918, Victor Delfino fundou a Sociedade Eugênica Argentina em busca do aperfeiçoamento físico e mental da raça argentina. O objetivo principal dessa organização era semelhante ao proclamado pela associação brasileira, criada dois meses antes: divulgar as ideias da eugenia entre a opinião pública e promover ações estatais para a regeneração da nação. Em artigo publicado em *La Semana Médica*, Renato Kehl saudava a iniciativa de Victor Delfino, desejando que a Sociedade Argentina se transformasse num modelo a ser seguido pelos países do continente.

Consideramos que as atividades eugênicas criadas nos países latino-americanos, apesar das importantes e relevantes variantes sociais e políticas, seguem um padrão. Nos campos eugênicos, brasileiro e argentino, as campanhas eugênicas foram lideradas por intelectuais (médicos, educadores, advogados e psiquiatras), e seus objetivos seriam utilizar a eugenia para construir uma nação e/ou uma raça. A propaganda eugênica serviria para fomentar o discurso eugênico no campo intelectual dos países, e também, inserir as concepções sociais e políticas na sociedade. Era necessário transformar as ideias em leis.

No final da década de 1920, o movimento eugenista latino-americano estava organizado em alguns países da região. A fundação das primeiras sociedades eugênicas, como a Sociedade Eugênica de São Paulo em 1918, aconteceu 10 anos após a criação da primeira associação britânica e seis anos após a francesa, o que indica que os intelectuais da América Latina estavam em sintonia com o desenvolvimento da eugenia na Europa. Todavia, socialmente e politicamente, os movimentos eugênicos regionais procuravam forjar sua identidade com fatores locais. Neste sentido, devido às preocupações políticas que aproximavam os países da América, sobretudo os problemas relacionados à saúde pública, à questão racial e ao controle da classe operária, os eugenistas pensavam a fundação de um movimento eugênico que pudesse reunir os vários países.

Notas e Referências

¹ Fábio KOIFMAN, *Porteiros do Brasil: O Serviço de Visto do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (1941-1945)*, Tese de Doutorado em História Social – IFCS/UFRJ. 2007: 37.

O pensamento político eugênico latino-americano
Ricardo Augusto dos SANTOS

- ²Consultar Pierre BOURDIEU, *O poder simbólico*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000; Pierre BOURDIEU, *A Economia das trocas simbólicas*, São Paulo, Perspectiva, 1999; Pierre BOURDIEU, *Coisas Ditas*, São Paulo, Brasiliense, 2004; Antonio GRAMSCI, *Cadernos do Cárcere. Volume 2*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.
- ³Existe uma importante historiografia desenvolvida na Argentina. Dentre esta importante literatura historiográfica, citamos Marisa MIRANDA & Gustavo VALLEJO, *Darwinismo Social y Eugenesia em el mundo latino*, Buenos Aires, Siglo XXI Editores Argentina, 2005. Marisa MIRANDA e Gustavo VALLEJO, *Políticas Del Cuerpo, Estratégias Modernas de Normalización Del individuo y La sociedad*, Buenos Aires, Siglo XXI, 2007. Sobre os intelectuais brasileiros e o campo eugênico, consultar Ricardo Augusto DOS SANTOS. *Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, saneamento e educação: uma leitura do eugenismo em Renato Kehl (1917-37)*, Niterói, UFF, 2008.
- ⁴Manuel Carlés (1875-1946), Citado por Suzana VILLAVICENCIO, *Los contornos de la ciudadanía. Nacionales y extranjeros em la Argentina Del centenario*, Buenos Aires, Eudeba, 2003. p.202.
- ⁵Renato KEHL. *Eugenia e medicina social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1920. p.4.
- ⁶Sobre a comparação entre *Conventillos e Cortiços*, ver Norberto Osvaldo FERRERAS, *O Cotidiano dos Trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)*. Niterói, EdUFF, 2006; Norberto Osvaldo FERRERAS, *Cidades inumanas. Condições de vida dos trabalhadores de Buenos Aires e Rio de Janeiro (1930-1945)*. Dissertação de Mestrado em História Social – UFF. 1995.
- ⁷Victor DELFINO, “Higiene y Proletariado”, Buenos Aires, *La Semana Médica*. 17/04/1919.
- ⁸Victor DELFINO, “Algunas Reflexiones sobre La Higiene Del Obrero”, Buenos Aires, *La Semana Médica*. 29/03/1923.
- ⁹Victor DELFINO, El “Social Service”, *La Semana Médica*. 23/02/1922.
- ¹⁰Renato KEHL “A Esterilização sob o ponto de vista eugênico”. In: *Brazil-Médico*. 26/03/1921.
- ¹¹Renato KEHL, *Lições de Eugenia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929. p. 184.
- ¹²Ibid., p. 152.
- ¹³Victor DELFINO, “Higiene y Proletariado...” cit.
- ¹⁴Quando não se compreende o objeto de pesquisa, corremos o risco de aceitar interpretações superficiais, pesquisas mal feitas, explicações sem fundamentos, simplesmente porque somos induzidos a ver o processo histórico segundo nossa vesguice teórica. Há uma tendência que interpreta os intelectuais como pessoas especiais que produzem obras alheias aos conflitos sociais. São estudados como deuses que passeiam por uma cidade das ideias distante da *urbe* real. Daí a dificuldade de analisá-los como membros de estruturas complexas e dinâmicas. Se olharmos para eles como indivíduos isolados, dificilmente encontraremos atos articulados e compreensíveis. Quase sempre, enxergaremos contradições caóticas nas trajetórias dos atores sociais.
- ¹⁵O conceito de Campo Científico compreende um espaço preñado de conflitos e lutas por prestígio. Eugenistas e sanitaristas, médicos ou profissionais de outras especialidades constituíram uma série de estratégias políticas que tencionava ampliar o capital simbólico dos atores envolvidos. Ver o texto “O campo científico” In: Renato ORTIZ, (org). *Pierre Bourdieu, Sociologia*, SP, Ática, 1983.
- ¹⁶Victor DELFINO, “Higiene y Proletariado...” cit.
- ¹⁷Sobre os intelectuais dessas nações, consultar Jose Luis Bendicho BEIRED, *Sob o signo da nova ordem. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*, São Paulo, Loyola, 1999.

“Un milagro migrante”.
Aproximaciones preliminares al culto al Cristo de
Pachacamilla en Santiago de Chile, 1992-2009

*Paula Hurtado López**

“Él [Señor de los Milagros] se ha convertido
en el primer migrante que alienta y acompaña
a los hijos del Perú en su fe,
en su peregrinación,
en sus esperanzas y sufrimientos,
en los pueblos que los han acogido en su seno
y en sus comunidades eclesiales.”¹

Introducción

Dado el dinamismo y complejidad alcanzado por los actuales movimientos migratorios, sería inadecuado definir al migrante únicamente a partir de la integración o marginación del mercado económico de la sociedad receptora, puesto que estaríamos negando su carácter de sujeto activo dentro del proceso de intercambio intercultural.

Las migraciones de hoy no son radicalmente opuestas a las que han tenido lugar a lo largo de la Historia, pero cabe señalar que se diferencian de aquellas, puesto que se desarrollan en un clima de creciente globalización.² Como bien señala Arjun Appadurai,³ al aumentar el movimiento entre países se produce también un tránsito de estilos de vida, lenguas, cultura, información y creencias religiosas, que anteriormente estaban circunscritos a un determinado territorio. Por ende, las

* Candidata a Magíster en Antropología por la Universidad Nacional Mayor de San Marcos (Lima, Perú) y Licenciada en Historia por la Pontificia Universidad Católica de Chile.

migraciones desempeñarían un papel clave en las transformaciones sociales, como indica Stephen Castles.

De este modo, en la medida que dichos flujos se van entrecruzando, generan una red de elementos culturales, económicos, tecnológicos y sociales que al irse complejizando, constituirán nuevos espacios sociales donde se re-articularán significados e identidades de los diferentes grupos. Y es precisamente en esos espacios donde se funde el lugar de origen y el de destino, de una experiencia simultánea que permite la emergencia de identidades colectivas e individuales, no ancladas.⁴

La inmigración peruana en Chile ha experimentado un crecimiento sostenido desde 1990 en adelante. Por ello, el tema ha despertado gran interés en el ámbito de las Ciencias Sociales, donde destacan los trabajos de la socióloga Carolina Stefoni. Sus investigaciones abordan de manera seria y exhaustiva los patrones de la migración peruana a Chile, la relación existente entre género y servicio doméstico, la formación de comunidades transnacionales, y el derecho a la educación de los niños inmigrantes, contribuyendo enormemente a la comprensión del fenómeno migratorio peruano en Chile.

No obstante, éstas y otras investigaciones han dejado de lado aspectos igualmente importantes, como son las creencias, costumbres y devociones religiosas que la sociedad migrante introduce y reproduce en la sociedad receptora. Tal es el caso del culto al Cristo de Pachacamilla, más conocido como Señor de los Milagros, que data de la época colonial y cuya riqueza e importancia lo llevó a ser declarado oficialmente el año 2005 como *Patrono de los Migrantes Peruanos* y como *Patrimonio Cultural de la Nación peruana*.

La llegada de dicha devoción popular a Chile, podemos atribuirle directamente al incremento de los migrantes peruanos, quienes producto de una fe profunda, verdadera y vívida, comenzaron a salir en procesión el último domingo de octubre por las calles aledañas a la Parroquia Italiana en Providencia, y posteriormente, desde la Catedral de Santiago hacia la mencionada parroquia, acompañados de ciudadanos chilenos y otros extranjeros (bolivianos, ecuatorianos, haitianos, etc.), como también de autoridades civiles y eclesiásticas del Perú y Chile. De este modo, vestidos de morado y junto a la imagen del crucificado, han ido deslocalizando y relocalizando una tradición propiamente peruana en un nuevo escenario, abriendo así paso a un Cristo Moreno.

Si bien disponemos de dos artículos⁵ y un pequeño documental⁶ que abordan el tema del culto al Señor de los Milagros en Santiago de Chile, estos solo resultan útiles como una primera aproximación al tema. Esto se debe al carácter predominantemente descriptivo de los trabajos y a la focalización excesiva en la dimensión religiosa de la procesión, que lleva a descuidar otras dimensiones igualmente importantes en el análisis del culto (elementos económicos, políticos, sociales, culturales, entre otros); tanto así, que no hacen referencia a los diferentes actores que participan de la procesión ni tampoco a sus motivaciones, pasando por alto que los migrantes peruanos son agentes

activos de los cambios culturales.

En este contexto, cobra mucho sentido la siguiente frase de Olga Odgers: “Durante las últimas dos décadas, se ha puesto de manifiesto el creciente interés de la comunidad científica por el estudio del papel de la religión en los procesos migratorios. Tanto el surgimiento de santos protectores de migrantes, como la magnitud de las remesas colectivas destinadas a las celebraciones religiosas, el papel que algunas asociaciones religiosas han desempeñado en la lucha por el respeto a los derechos humanos o la creciente visibilidad de prácticas religiosas transnacionales, han evidenciado la necesidad de considerar al fenómeno religioso en los estudios sobre migración internacional.”⁷

¿Cómo se ha ido desarrollando el culto en Chile? ¿Qué factores han contribuido a la difusión y adhesión de personas de diversas nacionalidades a la celebración? A éstas y otras interrogantes, intentaremos dar respuesta en el presente trabajo.

Orígenes de la devoción al Señor de los Milagros

“En la religiosidad popular se expresa el rico potencial creador del imaginario del pueblo, resume las vivencias históricamente compartidas y el modo con que el pueblo asume y manifiesta la representación de sus problemas y el modo de enfrentarlos, así como sus fiestas y esperanzas.”⁸

La religiosidad popular, dice relación con formas religiosas de menor sistematización teórica y organizativa, con un fuerte contenido de espontaneidad, más permeable al cambio y a la incorporación de nuevos elementos religiosos. Tal es el caso del culto al Cristo de los Milagros que se remonta al año 1650, cuando un grupo de esclavos de casta angola formaron una cofradía o hermandad en un galpón del barrio de Pachacamilla, lugar en el que celebraban sus ceremonias, cantos y danzas. Dicha cofradía le encomendó a un artista africano llamado Benito, pintar la imagen de un Cristo crucificado sobre un muro, la que inicialmente fue venerada solamente por los cofrades y transeúntes del barrio.

Luego de algunos años, el 13 de noviembre de 1655, se produjo un gran terremoto en Lima que afectó incluso al puerto del Callao; si bien el cobertizo del galpón experimentó cierto deterioro, el muro y la imagen se mantuvieron intactos y a la intemperie -sin experimentar reparación alguna- hasta 1670, fecha en que se hizo cargo de su cuidado y reparación un hombre llamado Antonio de León. Desde entonces, la imagen adquirió un carácter público, puesto que de León afirmó haber sido curado milagrosamente de un tumor maligno por esta, lo que atrajo el interés de numerosos grupos.

No obstante, las reuniones en el galpón no fueron del todo bien vistas por la Iglesia, puesto que al terminar los rezos cristianos, los esclavos realizaban cantos y danzas en honor a sus dioses Zanjari o Nyamatsané. Por este motivo, el Conde de Lemos decidió apoyar al Arzobispado y mandó a borrar la imagen del Cristo Crucificado a principios de septiembre de 1671. Lo curioso fue, que a las personas a

quienes se les encomendó realizar esta tarea, experimentaron desmayos y temblores al intentar acercarse a la imagen, por lo que esta no pudo ser borrada.

En vista de ello, el Conde de Lemos visitó el lugar el 14 de septiembre, día en que se celebraba la fiesta de la Exaltación de la Cruz y participó de la primera misa delante de la imagen, lo que representaba el reconocimiento del culto por parte de la Iglesia Católica. Desde ese entonces, el galpón se convirtió en ermita y la imagen fue aislada y protegida, pasando a ser conocida como el Cristo de los Milagros.

Uno de los principales hombres que contribuyó al crecimiento del culto, fue Sebastián de Antuñano, un vizcaíno español que compró las tierras aledañas al cobertizo y que dio inicio a la construcción de una capilla. Varios años después, el 20 de octubre de 1687, Perú experimentó el mayor terremoto del siglo, que produjo la muerte de 600 personas en Lima y 500 en el Callao. En vista de ello, y tomando en cuenta la popularidad de la imagen, Antuñano construyó una copia de esta y comenzó a sacarla en procesión por las calles, sentando el primer precedente de la misma.

Paralelamente, una beata de Guayaquil llamada Antonia Maldonado, manifestó interés en fundar un beaterio. Primero probó suerte en el Callao y luego en el barrio de Montserrat, donde junto a un grupo de devotas comenzó a llevar una vida de penitencias, siguiendo a Cristo resucitado, por lo que se hicieron llamar nazarenas. En vista de ello, Antuñano les ofreció el solar y huerta que poseía en Pachacamilla, para que el nuevo beaterio pudiese estar al lado de la Capilla del Cristo de los Milagros –y que actualmente corresponden al Santuario y Comunidad de las Nazarenas Carmelitas Descalzas de Lima-.

A comienzos del siglo XVIII, la devoción al Cristo de Pachacamilla ya se había difundido por todo el Virreinato del Perú. Tanto así, que en 1715 el llamado Cristo de las Maravillas fue declarado Patrón de la ciudad de Lima, por lo que se organizó una procesión hacia el Pedregal de Acho –terreno cedido por el Cabildo a las nazarenas- como acto de posesión. Treinta años después, el 28 de octubre de 1746, ocurrió otro gran terremoto que dejó prácticamente desolada la ciudad de Lima y el puerto del Callao. Desde ese momento, aumentó aún más la creencia en el carácter milagroso de la imagen y adquirió fama de patrón contra los terremotos, reconocimiento que hasta entonces se le atribuía a la Virgen de la Candelaria.

Finalmente, el año 1771 fue inaugurado el templo de las Nazarenas, cuyo centro espiritual era la imagen del Cristo de los Milagros.

Migración de peruanos a Chile

Como bien señala John Tomlinson,⁹ el tema de la globalización –y por ende, de los fenómenos asociados a esta- se ha tratado de forma muy reduccionista, ya que se ha puesto más énfasis en las repercusiones políticas y económicas del fenómeno, más que en otros aspectos, como los socio-culturales.

Actualmente, nos encontramos frente a un escenario dominado por una compleja conectividad y por el aumento de los movimientos humanos. Producto de ello, así como

también de la inmediatez de la información a través de los medios de comunicación (internet, televisión por cable y/o satelital, teléfono, etc.) se ha producido una transformación del espacio-tiempo nunca antes vista. Conforme a esto, podemos comprender las migraciones como una instancia que fomenta encuentros –y también desencuentros- entre individuos de mundos distantes y realidades diferentes, generando relaciones y organizaciones entre la sociedad migrante y la sociedad receptora, que se nutren tanto del *acá* como del *allá*.

El flujo migratorio de peruanos a Chile ha manifestado un progresivo y sostenido crecimiento desde principios de la década del '90, pero de manera más significativa, desde mediados de la misma. De acuerdo a los datos entregados por la Dirección General de Migraciones y Naturalización del Perú (DIGEMIN)¹⁰, entre 1994 y 2008, 1 millón 760 mil 412 peruanos migraron al exterior. De ellos, el 21,9% (correspondiente a 384 mil 702 peruanos) lo hizo a Chile; el 18,9% a Estados Unidos, el 17,2% a Bolivia, el 13,8% a Ecuador, el 8,8% a España, el 3,8% a Argentina, el 2,5% a Venezuela, entre otros. Conforme a las estimaciones realizadas por el Departamento de Extranjería y Migración del Ministerio del Interior de Chile,¹¹ el total de población extranjera residente en Chile al 2009, era de 352.344 personas, de las cuales 130.859 eran peruanos.

De este modo, y como bien señala Stefoni, el transnacionalismo supone la presencia de vínculos entre el inmigrante, la comunidad de origen y la de llegada, que se activan en un determinado momento, permitiendo el desarrollo de iniciativas económicas, sociales y culturales, que generan un fuerte impacto.

Devoción y procesión en torno a un Cristo moreno

La importancia de la Hermandad del Señor de los Milagros en Santiago de Chile

El culto al Cristo de Pachacamilla en Chile, data de 1992. Por ese entonces, un reducido grupo de peruanos se reunían para salir en procesión, acompañando a la pequeña imagen, el último domingo de octubre. Sin embargo, la difusión y consolidación del culto sólo fue posible luego de que la Hermandad del Señor de los Milagros, obtuvo personalidad jurídica, mediante el Decreto 325 del Arzobispado de Santiago, el 22 de octubre de 1999, como declaró el entonces mayordomo general de la Hermandad, Manuel Huambachano, en una entrevista publicada en el diario *El Mercurio*, el 11 de octubre de 2008.

Desde entonces, el culto fue adquiriendo un mayor grado de organización, comenzó a difundirse con mayor intensidad entre los migrantes, y por extensión, aumentó significativamente el número de fieles en la procesión. Tal como expresara Sara Bobadilla, la entonces relacionadora pública de la Hermandad, ella se enteró de la existencia de dicha devoción peruana, a través de un reportaje emitido en la televisión por cable, sobre las celebraciones que se realizaban en Lima. Luego de esto, profundamente conmovida, se acercó junto a su marido a conversar con un sacerdote, quien les comentó más sobre dicha tradición. Desde entonces, se hicieron seguidores del

Cristo moreno, siendo muy bien recibidos por los migrantes peruanos, al punto de que ella no tardó en asumir funciones administrativas.

Entre el año 1999 y el 2001, el número de personas que acompañaban al Señor de los Milagros en procesión por las calles de Santiago, no superaban las 500. Éstas salían de la Parroquia Italiana y Latinoamericana Nuestra Señora de Pompeya -ubicada en la comuna de Providencia- con una pequeña imagen del Cristo crucificado y daban una vuelta alrededor del Parque Bustamante, aledaño a la parroquia. A partir del año 2004, el recorrido se extendió desde la Catedral de Santiago, ubicada en pleno centro de Santiago, hasta la mencionada parroquia, pero fue recién en el 2005 que la devoción se hizo más conocida y aumentó el número de fieles, ya que ese año el Señor de los Milagros fue declarado patrón de los inmigrantes peruanos.

Conforme a esto, para el año 2008 la situación era totalmente diferente: 30 hombres vestidos con una túnica morada cargaban un anda de 1,5 toneladas con la imagen del Cristo de Pachacamilla y salían en procesión por las calles del centro de Santiago. Dicha imagen, había sido donada a la Hermandad por empresarios chilenos que habían realizado inversiones en Perú, y posteriormente bendecida por el cardenal chileno Francisco Javier Errázuriz¹². En esa ocasión, el entonces Embajador de Perú en Chile, Hugo Otero, señalaba: “Esta es una fiesta de la integración chileno-peruana...Juntos hacemos en esta fiesta algo grande y profundo, que tiene que ver con la religiosidad de nuestros pueblos”.

Desterritorialización, relocalización y transnacionalismo religioso. A diez años de la institucionalización del culto al Cristo morado

El año 2009, se cumplieron diez años desde que el culto al Señor de los Milagros se institucionalizó en Chile. En dicha oportunidad, el Obispo de Tacna-Moquegua, Marco Antonio Cortés, expresó: “Ha sido muy emocionante, no creía que participaba tanta gente. La religiosidad popular es en Latinoamérica un gran aporte a los pueblos porque no es aislada de la realidad, está integrada en la vida de la gente y aquí lo vemos.”¹³

La procesión comenzó con una Eucaristía al mediodía del domingo 25 de octubre de 2009, en la Catedral de Santiago, la que fue presidida por el entonces obispo del Callao, Monseñor Miguel Irizar Campos. Luego de esta, los mayordomos se pusieron las andas sobre los hombros y se dio inicio a la procesión. Seguido de éstos, iba una banda de músicos chilenos y peruanos, que con instrumentos de viento y percusión interpretaron la misma melodía que acompaña a la imagen en Lima.

De este modo, recorrieron las principales calles céntricas de la ciudad (Catedral, Monjitas, 21 de mayo, Merced, Santa Lucía, Diagonal Paraguay, Rancagua y Ramón Carnicer), siendo particularmente llamativa la pasada por el Puente Santa Lucía, puesto que al igual que todos los años, los cargadores recorrieron un tramo de más de cincuenta metros, bailando al ritmo de la Marinera y del Huayno. Fue así como durante el trayecto de la procesión, que abarcaba aproximadamente dos kilómetros y medio, el Señor de los Milagros recibió una serie de homenajes por parte de diversas instituciones, tales

como la Municipalidad de Santiago, la Basílica La Merced, la Posta Central de Salud, la Tercera Compañía de Bomberos y el Hospital del Trabajador.

Luego de 6 horas de procesión, la imagen retornó a la Parroquia Italiana. Al finalizar esta, una alfombra de flores esperaba al Cristo moreno a la entrada de la Iglesia, a lo que se sumó la representación de bailes típicos peruanos, realizados por mujeres vestidas de morado y un velo blanco, que ahuyentaban los malos espíritus con llamativos sahumeros.¹⁴

En dicha ocasión, Monseñor Miguel Irizar, Obispo del Callao, agradeció las labores de integración de la comunidad peruana efectuadas por la Iglesia en Chile y por el Instituto Católico Chileno de Migración, a través de su Centro Integrado de Atención a los Migrantes. Éste, señaló además que la Iglesia del Perú instituyó al Señor de los Milagros como patrono de los migrantes peruanos, puesto que su devoción y procesiones “ya no se circunscriben a Lima, ni al Perú, sino que tienen su réplica ferviente en diferentes pueblos y naciones a donde han emigrado los hijos del Perú. Como los estamos viendo y palpando de forma muy concreta en esta querida ciudad de Santiago de Chile”, de acuerdo a lo señalado por *Gaudium Press*, el martes 27 de octubre de 2009.¹⁵

Actualmente, la procesión se realiza cada último domingo de octubre, en las ciudades de Santiago, Valparaíso, Concepción, Arica, Iquique y Antofagasta, cada una de las cuales cuenta con una o más hermandades. Al igual que en Perú, las principales calles de la ciudad se cubren de morado durante esa fecha, gracias a la estrecha colaboración existente en la Hermandad del Señor de los Milagros y el Consulado General del Perú en Santiago, constituyendo una importante manifestación de la religiosidad popular, que ha estrechado los lazos entre chilenos y peruanos.

Conforme a esto, cabe mencionar que a partir de la llegada de los migrantes peruanos, comenzó a consolidarse una tradición religiosa hasta entonces prácticamente desconocida en Chile. Tomando como base su acervo religioso y sus prácticas devocionales en Lima, los peruanos introdujeron el culto al Señor de los Milagros, desterritorializando el mismo y relocalizándolo en un nuevo escenario. Por ello, faltaríamos a la verdad si continuáramos sosteniendo la definición tradicional de espacio, como una unidad fija y delimitada, puesto que producto del incremento de los flujos migratorios y del estrechamiento de las distancias, se han ido conformando nuevas realidades, desfiguradas y deslocalizadas,¹⁶ como señala Renato Ortiz.

De este modo, y tomando en cuenta la manera en que se ha ido desarrollando el culto, cobra mucho sentido la idea esgrimida por Ortiz de que lo local, lo nacional y lo global no deben pensarse como categorías opuestas, sino más bien como planos atravesados por diferentes procesos sociales, donde operan líneas de fuerzas transversales: las historias locales (o particulares), las historias nacionales y la mundialización.

Así, a las historias, creencias y tradiciones de la religiosidad popular chilena, se sumarían las influencias de los migrantes peruanos. Esto se ve reflejado en los bailes

que se hace presentes durante la procesión en honor al Cristo morado, o bien en la venta de productos propiamente peruanos, como el turrón, la chicha morada, el arroz sambito y los anticuchos de corazón de res, elementos que no se encuentran presentes en otras procesiones religiosas que se realizan en la capital.

Por ello, podemos señalar que el fenómeno de la transversalidad se caracteriza por territorialidades desvinculadas del medio físico, donde la cultura circula libremente por redes desconectadas territorialmente y donde se entremezclan factores económicos, políticos, sociales, religiosos, entre otros. Sin embargo, al producirse el proceso de reterritorialización, se actualiza el espacio como dimensión social, superponiéndose como franjas dilatadas, lo local, lo nacional y lo mundial.

Ortiz señala que lo que caracteriza a la modernidad es la movilidad y el desarraigo, puesto que las sociedades contemporáneas viven una territorialidad desarraigada y la deslocalización de las relaciones sociales. Sin embargo, cabría agregar que en el caso concreto de los migrantes, los procesos de movilidad, desterritorialización y deslocalización, van siempre acompañados en los países de destino de procesos de reterritorialización y relocalización de las relaciones sociales, puesto que mantienen sus nexos con el país de origen, al tiempo que recrean parte de su propia cultura, generando nuevas relaciones.

Prácticas sociales, relaciones de poder y procesos hibridatorios

En lo que respecta al culto al Señor de los Milagros, resulta evidente la diversidad de actores involucrados en la procesión, así como la complejidad, interrelación e interdependencia de sus prácticas simbólico-sociales, como señala Daniel Mato.¹⁷ Esto, ya que en el espacio ritual de la procesión interactúan autoridades civiles y religiosas de ambos países, ciudadanos chilenos, migrantes peruanos, fieles de ambas nacionalidades, así como también curiosos transeúntes. De este modo, entran en relación actores que en el día a día se encuentran separados por sus roles, sus diferencias políticas, sociales o étnicas, al tiempo que se entrecruzan sus diversas prácticas sociales: culinarias, mercantiles, culturas tradicionales, culturas populares, entre otras.

En vista de ello, cobra sentido el llamado de Mato a estudiar las relaciones globales-locales, a partir de las prácticas sociales de los diferentes actores, ya que todas las prácticas sociales, sea de individuos, empresas u organizaciones gubernamentales o no gubernamentales, involucran aspectos económicos, culturales y políticos, que expresan y tienen consecuencias en las relaciones de poder ya establecidas.

En el caso del culto al Cristo moreno, si bien se trata de una manifestación religiosa profunda y verdadera, sería un tanto ingenuo abordar dicho fenómeno, únicamente desde la perspectiva espiritual. Esto, ya que para los migrantes, la posibilidad de introducir y recrear en un nuevo escenario una tradición propia, les significa también la posibilidad de entrar en relación con otras personas, como autoridades religiosas y civiles, fieles comunes, o grandes empresarios, que puedan ayudarlos a desarrollarse de manera más plena en este nuevo escenario. Al mismo tiempo, apoyar y difundir una

devoción como esta, supone para la Iglesia y el Estado chileno, la oportunidad de generar instancias de integración para los migrantes y de estrechar relaciones con sus homólogos del país vecino, dando una señal de unidad frente al mundo. Asimismo, representa la posibilidad de mantenerlos bajo una estructura legitimada, pudiendo ejercer cierto control sobre los mismos. En vista de ello, resulta claro que la globalización es el modo en que entra en relación lo local y lo global lo político, lo cultural, lo económico y lo religioso.

Sin embargo, esto no sería posible si partiéramos de una definición de la cultura como algo puro, fijo e inmutable. Esto, ya que en una instancia como la ritual, entran en relación diferentes culturas, actores e identidades, que producto de los diversos intercambios se vuelven permeables a la *otredad*. Conforme a esto, resulta de gran utilidad el concepto de *hibridación de los procesos socio-culturales*, acuñado por Canclini, puesto que efectivamente se da una selección y una combinación de ciertos objetos o prácticas, que antes se encontraban separados, lo que hace de las identidades algo dinámico y en constante proceso de formación.

Aún cuando el autor señala que en el caso de los procesos migratorios, turísticos o de intercambio comunicacional, el proceso de hibridación puede darse de forma involuntaria o imprevista, consideramos que en el caso de dicha devoción, se trata de una acción deliberada por parte de la comunidad, a la que posteriormente se adhirieron de forma voluntaria los fieles y las autoridades.

De este modo, la identidad religiosa de los migrantes y de la sociedad receptora se ha ido reestructurando, en conjuntos interétnicos, transclásistas y transnacionales. En ese sentido, nos parece muy pertinente la crítica que hace Palmer a quienes sindicán que la identidad personal estaría determinada únicamente por el colectivo al que se pertenece, puesto que se estaría omitiendo que cada individuo tiene sus propios autoentendimientos, y la capacidad de decidir y de actuar libremente.

Como bien señala Olga Odgers Ortiz: “...la experiencia migratoria exige un esfuerzo de reinterpretaciones de las creencias y prácticas religiosas tradicionales frente al nuevo contexto de vida y en la reelaboración de la relación que se establece con el lugar de origen.¹⁸” Y es precisamente lo que podemos observar a través de esta devoción. Previo a la llegada de migrantes peruanos, esta tradición no tenía raigambre alguna en Chile. Quienes sabían de ésta, y como bien lo señalaba Sara Bobadilla, era porque habían visto un reportaje por televisión, porque habían tenido acceso a ella a través de internet, o bien, porque tenían algún conocido peruano o extranjero que era devoto del Cristo Moreno.

A medida que se fue incrementando el flujo de migrantes en Chile, los peruanos devotos de la imagen, cayeron en la cuenta de que a nivel local no se le rendía culto, puesto que no era una tradición difundida. En vista de ello, decidieron agruparse y rendirle los honores correspondientes durante el mes de octubre, tras lo cual se hizo necesario organizarse de manera más eficaz, lo que condujo a la fundación de la Hermandad del Señor de los Milagros. Al respecto, resulta interesante destacar que el

migrante no sólo introdujo una tradición popular poco conocida (principalmente por autoridades eclesiásticas), sino que además, producto de la misma, se replicó en el país de destino, una institución o estructura semejante a la existente en el país de origen.

Parafraseando a Paola García,¹⁹ la reorganización de los inmigrantes peruanos y su adhesión a la Iglesia católica chilena, se dio por medio de un proceso de *desterritorialización y reterritorialización* de santos, vírgenes y patronos del lugar de origen, generando relaciones translocales muy fuertes entre el lugar de origen y el de destino. Por ende, ya no podríamos hablar únicamente de vínculos territoriales, sino de redes transnacionales más amplias, que facilitan la conformación de comunidades religiosas multiétnicas en las sociedades receptoras. Y es que, sobre todo en el caso de la religiosidad popular, el catolicismo no se articula únicamente a partir de las parroquias, sino también de las instituciones locales como las cofradías o hermandades.

Sin embargo, las cofradías que durante la época colonial “...permitieron que los santo/as se convirtieran en objeto de devoción central afirmándose como elementos identificadores de un territorio, de un pueblo y de un grupo social”,²⁰ producto del incremento del flujo migratorio, han visto ampliar sus márgenes y esferas de influencia, puesto que se han ido reconstituyendo en lugares diferentes al de origen. Es decir, se trataría de identidades religiosas transnacionales, ya que existe la conciencia de una pertenencia a una comunidad que va más allá de la idea del Estado-Nación.

La irrupción de un nuevo elemento identitario. “El moreno milagroso”

Empero, una de los aspectos más relevantes de este culto asociado a los migrantes peruanos, es que introdujo la figura de un Cristo moreno, que no es muy común dentro del imaginario religioso chileno. Lo anterior, puesto que el elemento afroamericano ha tendido a negarse sistemáticamente a lo largo de la historia nacional, siendo muy reciente el interés por rescatar estas raíces que de hecho sí están presentes en nuestra sociedad. Por ello, la introducción de esta devoción, que ha despertado tanto fervor entre la sociedad receptora, ha servido no sólo para congregar a chilenos y peruanos, fomentando la integración de éstos últimos, sino también para volcar la mirada sobre un componente negado – el afro - y re-considerarlo a nivel identitario. Esto, ya que “La presencia e identificación de grupos humanos provenientes de otras latitudes y con características particulares (religión, idioma, costumbres, etc.) genera preguntas sobre la propia identidad en la medida en que la identificación de un “otro” genera una redefinición del nosotros.”²¹”

Al respecto, resulta sugerente el caso de la beata chilena Laura Vicuña, quien siempre ha sido representada como una mujer joven y no como una niña (pese a que tenía 12 años cuando murió), de tez clara, cabello castaño claro y ojos azules (es decir, con rasgos marcadamente caucásicos). Sin embargo, el 9 de febrero de 2010, el diario *El Mercurio* difundió el verdadero rostro de la beata. Tras la publicación del libro *Conocimiento de Laura Vicuña*, del padre Ciro Brugna, en 1990, las salesianas argentinas sospecharon que la imagen divulgada de la beata, no coincidía con la que

aparecía en la fotografía de un grupo de alumnas del Colegio María Auxiliadora, de Junín de Los Andes, Argentina. En palabras de la Hermana Elda Scalco, Directora del Centro de Espiritualidad Salesiana de Junín de Los Andes: “Nosotras sabíamos que esta imagen nunca había tenido repercusión; es por eso que las salesianas argentinas y chilenas, a principios del año pasado, encargamos un estudio a Carabineros de Chile, que comprobó científicamente el rostro verdadero de la beata. Nunca nos cuadró la niña con zapatos de charol y cuidadoso peinado, con la imagen de niña patagónica de aquel entonces.”²²

Tras la investigación, que duró más de un año, se determinó que el rostro que hasta entonces se conocía de Laura Vicuña no correspondía con el rostro real, frente a lo cual las hermanas salesianas respondieron que la imagen difundida no era resultado de una conspiración, sino de la descripción desproporcionada –y poco certera– brindada hacía diez años por la hermana de la beata. Tanto así, que la Superiora provincial de las Hijas de María Auxiliadora en Chile, Aurelia Rossi, expresó que “si éste es el verdadero rostro de Laura Vicuña, ¿Por qué no proclamarlo?”. A lo que el P. De la Noi, uno de sus principales estudiosos agregó: “La verdadera Laura Vicuña es más cercana, se va a valorar más el acento de niñita latinoamericana”.



A la izquierda, el verdadero rostro de Laura Vicuña.
A la derecha, el rostro retratado de acuerdo a la descripción entregada por su hermana.

Frente a esto, cabe preguntarse ¿Por qué la hermana de la beata habría dado una descripción tan diferente a la del rostro real? Probablemente, por un afán de que esta pasara a la posteridad de una forma más occidentalizada, de tal manera que no pudieran discriminarla por sus marcados rasgos étnicos, característicos de la Patagonia.

¿Pero cómo explicar entonces la aceptación de un culto religioso peruano, ligado en sus orígenes a la población afrodescendiente? Olga Odgers señala que cuando los

migrantes descubren que en la sociedad receptora no existe el espacio necesario para la reproducción de ciertas prácticas de la religiosidad popular, éstas pueden generar cierta segregación al interior de la comunidad católica y la sensación de sentirse una minoría.

Sin embargo, consideramos que el ingreso del culto al Cristo de Pachacamilla a un universo simbólico, en que la construcción y diferenciación pasa por los referentes étnicos,²³ más que separar a los fieles católicos peruanos y chilenos, sirvió de punto de encuentro, por lo que el factor étnico no operó en términos de discriminación ni de exclusión –como en el caso de Laura Vicuña- sino más bien en cuanto a “inclusión de lo diferente”, lo que revelaría un cierto grado de excepcionalidad. Es decir, la diversidad cultural, étnica y religiosa de esta devoción es percibida en este caso como algo positivo, por lo que no se trata simplemente de una expresión de tolerancia, sino más bien de reconocer en la cultura migrante, algo significativo para la propia vida.

En ese sentido, concordamos con los planteamientos de Tom G. Palmer,²⁴ respecto a que la globalización y el incremento del dinamismo en los intercambios entre las personas y las sociedades, han contribuido a una diversidad cultural que supone un plus para la experiencia humana, ya que la enriquece. Esto, ya que la cultura es algo viviente y cambiante, que se mantiene viva gracias a las interrelaciones de las que se nutre y que luego son resignificadas por los miembros del grupo, como se observa en el caso de los fieles chilenos que participan del culto.

Consideraciones finales

“Las prácticas religiosas asociadas a una identidad nacional/local se convierten en instrumentos privilegiados para reestructurar relaciones de paisanaje en los lugares de destino, construir o reforzar redes de solidaridad y crear espacios favorables a la redefinición de referentes de identidad. Asimismo, estas prácticas religiosas etnizadas y resignificadas constituyen valiosísimas herramientas para redefinir nexos con las comunidades de origen.”²⁵

Con el incremento de las recientes migraciones humanas, se han ido constituyendo nuevos escenarios dominados por una diversidad cultural, racial y social, lo que hace necesario definir nuevos marcos de referencia para asegurar la integración de los migrantes, en un clima de respeto por las diferentes identidades culturales.

A medida que se van fortaleciendo las relaciones entre Chile y Perú, las políticas migratorias debieran fortalecer el respeto a la diversidad, asegurar los derechos ciudadanos de los migrantes e incentivar una cultura de acogida. Empero, algo de esto podría vislumbrarse a partir de la adopción del culto al Señor de los Milagros por parte de la comunidad de fieles chilenos y del apoyo brindado por las autoridades civiles y religiosas de ambos países. Pero, ¿cómo podríamos explicar el impacto causado por esta devoción, en medio de una sociedad que se jacta de su blancura, de su occidentalidad y que en otros ámbitos se muestra bastante reticente a aceptar la presencia de los migrantes peruanos?

En primer lugar, podría deberse a la curiosidad que ha despertado la presencia de un Cristo negro, patrono de los migrantes peruanos, en medio de una sociedad que atribuye a éstos una competencia desleal en materia laboral, y que reniega de sus raíces negras. Más aún, y tal vez a nivel inconsciente, esto podría deberse a que los orígenes del culto se encuentran ligados a los movimientos telúricos, lo que permitiría una cierta identificación con el mismo, puesto que Chile es un país sumamente sísmico.

Sin embargo, en la difusión y consolidación del culto no solo habrían desempeñado un rol decisivo los migrantes, sino también las autoridades políticas y religiosas peruanas y chilenas, como también los grandes empresarios, puesto que habrían visto en esta devoción una forma de integrarse a la sociedad receptora y proyectar una imagen de unidad y amistad.

Con esto, no queremos decir que dicha devoción carezca de una verdadera significación religiosa: muy por el contrario. Por tratarse de una tradición desconocida y que tiene como referente a un componente identitario negado por la sociedad chilena, el hecho de que haya generado tanto impacto en esta, deja en evidencia la riqueza espiritual de la tradición del Cristo de Pachacamilla, puesto que fue capaz de superar prejuicios sociales, raciales y étnicos.

Es así como producto de la ferviente religiosidad del pueblo peruano y la estrecha convivencia sostenida con los chilenos, se pasó de un estado de curiosidad espiritual inicial a una verdadera identificación religiosa con la imagen. Por ende, la participación de los chilenos en el culto y la adhesión de algunos de éstos a la Hermandad, se presenta como una señal positiva. Esto, ya que el hecho de que se dé espacio y cabida a las manifestaciones de los migrantes peruanos, en medio de una sociedad clasista y racista, permite entrever una valoración positiva de sus creencias y costumbres religiosas, ya que se han ido incorporando al imaginario identitario chileno.

Por todo ello, no podríamos circunscribir el culto al Señor de los Milagros únicamente al territorio peruano, puesto que como consecuencia de las crecientes migraciones, éste se ha deslocalizado de su lugar de origen, irrumpiendo y relocalizándose en nuevos territorios. Es decir, nos encontraríamos frente a una identidad religiosa transnacional, ya que existe la conciencia de una pertenencia a una comunidad que se extiende más allá de los estados nacionales en juego.

“De ambos lados de la frontera se ofrece culto a una misma figura, a un mismo referente simbólico, creando de esta manera una especie de comunión-comunicación paralela, temporal y emocionalmente casi simultánea.”²⁶

Notas e referências

¹ Monseñor Miguel Irizar, Obispo del Callao, Celebración al Señor de los Milagros en Santiago de Chile, 25 de octubre de 2009.

² Por globalización, y tomando la definición dada por Néstor García Canclini, entendemos un fenómeno que surge en la segunda mitad del siglo XIX, cuando convergen fenómenos económicos, financieros, comunicacionales y migratorios, que acentúan y generan, conexiones y relaciones, que van más allá de los estados territoriales.

- ³ Arjun APPADURAI, *Modernity at Large*. Cultural dimensions of globalization, Minneapolis y Londres, University of Minnesota Press.
- ⁴ Carolina STEFONI, “Inmigración y ciudadanía: La formación de comunidades peruanas en Santiago y la emergencia de nuevos ciudadanos”, en *Política*, Universidad de Chile N° 43, Primavera 2004, Págs. 319-336, disponible en: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=64504313>.
- ⁵ “Señor de los Milagros, Santiago, Chile, Magnífica demostración de fe y tradición, Luis HERRERA AGUERREVERE, *Peregrinando del mar a la cordillera: unidos por la fe*, Novum Editorial, Santiago, 2010; y “Fe y catolicismo popular de los migrantes latinoamericanos en Santiago de Chile. Apuntes para la comprensión de la fe itinerante desde la perspectiva del Incami en la Parroquia Personal para los Migrantes Latinoamericanos de Santiago, Verónica CORREA; Idenilso BORTOLOTO; Alaain MUSSET, *Geografías de la espera. Mirar, habitar y trabajar en la ciudad de Santiago. 1990-2012*, Uqbar Editores, Santiago de Chile, enero de 2013.
- ⁶ “El Señor de los Milagros”, documental realizado por el psicólogo Patricio Araya.
- ⁷ Olga ODGERS ORTIZ, “Creyentes y creencias en movimiento: reflexiones teórico metodológicas para el estudio de la relación migración / religión en el contexto México-Estados Unidos”, Ponencia preparada para su presentación en el *Segundo Coloquio Internacional sobre Migración y Desarrollo: Migración, transnacionalismo y transformación social*, Cocoyoc, Morelos, Octubre 26, 27 y 28 de 2006, p. 3.
- ⁸ Jorge RAMÍREZ CALZADILLA, “La religiosidad popular en la identidad cultural latinoamericana y caribeña”, p. 2, disponible en <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/cips/caudales05/Caudales/ARTICULOS/ArticulosPDF/0915R070.pdf>.
- ⁹ John TOMLINSON, “La modernidad global”, en *Globalización y cultura*, Oxford University Press, 2001.
- ¹⁰ *Perú: Estadísticas de las migración internacional de peruanos 1990-2008*, Lima, INEI, DIGEMIN, 2009, p. 20.
- ¹¹ *Informe Anual. Departamento de Extranjería y Migración. Ministerio del Interior*, Gobierno de Chile, 2009, pp. 12-14, disponible en http://www.extranjeria.gov.cl/estadisticas_mig.html.
- ¹² *El Mercurio*, Santiago, 25 de octubre de 2009.
- ¹³ Marco Antonio Cortés, Obispo de Tacna-Moquegua. Respecto a la celebración del Señor de los Milagros en Santiago, 16 de octubre de 2008, disponible en <http://www.zenit.org/article-28820?l=spanish>.
- ¹⁴ http://www.elradarfinanciero.com/index.php?option=com_content&view=article&id=118&Itemid=118.
- ¹⁵ <http://es.arautos.org/view/show/10219-procesion-del-se-or-de-los-milagros-convoca-a-mas-de-13-mil-personas-en-la-arquidiocesis-de-santiago>.
- ¹⁶ Renato ORTIZ, “Espacio y territorialidad”, *Otro territorio. Ensayos sobre el mundo contemporáneo*. Buenos Aires, Universidad Nacional de Quilmes, 1996.
- ¹⁷ Daniel MATO, “Des-fetichizar la globalización: Basta de reduccionismos, apologías y demonizaciones, mostrar la complejidad y las prácticas de los actores”, Ramón PAJUELO; Pablo SANDOVAL (eds) *Globalización y diversidad cultural. Una mirada desde América Latina*, Lima, IEP, 2004.
- ¹⁸ Olga ODGERS ORTIZ, “Migración e (in) tolerancia religiosa: Aportes al estudio del impacto de la migración internacional en la percepción de la diversidad religiosa”, en *Estudios Fronterizos*, julio-diciembre, 2005, año/vol. 6, n. 012, Universidad Autónoma de Baja California, Mexicali, México, p. 40.
- ¹⁹ Paola GARCÍA, “El carácter transnacional de las creencias y prácticas religiosas de los inmigrantes latinoamericanos en España”, disponible en <http://docsgedime.files.wordpress.com/2008/02/tc-paola-garcia.pdf>.
- ²⁰ *Ibid*, pp. 2-3.
- ²¹ Carolina STEFONI ESPINOZA, *Inmigración en Chile. Una oportunidad a la integración*, Editorial Universitaria, Santiago de Chile, 2002, p. 27.
- ²² <http://www.aciprensa.com/noticia.php?n=28393>.
- ²³ Olga ODGERS, “Migración e (in) tolerancia religiosa...”, cit., p. 44.
- ²⁴ Tom G. PALMER, “Globalización y cultura: Homogeneidad, diversidad, identidad, libertad”. <http://www.elcato.org/node/1425>.

²⁵ Olga ODGERS, “Migración e (in) tolerancia...”, cit., p. 52.

²⁶ Paola GARCÍA, “El carácter transnacional...”, cit., p. 3.

Un científico e intelectual en el espacio público: Alejandro Lipschutz en Chile

*Arauco Chihuailaf**

Asistimos, desde hace algunos decenios, a la (re) emergencia identitaria o estallido de particularidades –como también se ha dicho- frente a la globalización. Ante esta persistente realidad, nos ha parecido pertinente evocar y examinar el papel público desempeñado por el científico e intelectual Alejandro Lipschutz (1883-1980) especialmente en relación con los pueblos indígenas.

¿Tienen sus ideas o parte de ellas alguna vigencia en este primer tramo del siglo XXI? Los historiadores –parafraseando a Jacques Le Goff- convocan a los hombres del pasado para que entreguen su mensaje, modesto o importante, a los hombres del presente, respetando sus respectivas realidades.¹ En esta perspectiva vamos a articular nuestra ponencia en torno a dos puntos: primero, su presencia en el espacio público (allí donde todos circulan y, por lo tanto, pertenece a todos) a través de su compromiso con la realidad de su tiempo y con la realidad indígena; luego, sus planteamientos sobre la autonomía cultural de los pueblos indígenas.

Compromiso con la realidad de su tiempo

El itinerario de vida de A. Lipschutz constituye, sin duda, un elemento explicativo de su compromiso con las luchas sociales de su tiempo. Como testigo y actor del siglo XX, conoció los acontecimientos que marcaron ese siglo y vivió otros que contaron en la vida de los pueblos y en la suya propia. Fue protagonista de la revolución rusa de 1905 y protagonista de la experiencia de la Unidad Popular en Chile.

Nació en Riga, Letonia, el 29 de agosto de 1883. Llegó a Chile en 1926 contratado por la Universidad de Concepción para dirigir el departamento de Fisiología de la Facultad de Medicina de la cual llegó a ser decano. Trabajó allí desde 1926 a 1936 y luego en Santiago en el Instituto de Medicina Experimental del cual fue Director.

* Docente titular Universidad Paris 8.

Su protagonismo cultural y político proviene de su temprana conciencia de los problemas sociales y políticos. Se interesó por los problemas sociales –escribió– cuando tenía 15 o 16 años, gracias a algunas lecturas, como también por “el estallido del movimiento obrero” a fines del siglo XIX en su ciudad natal.² Un hecho determinante para su integración en la acción política y social fue la masacre de campesinos pobres por la policía zarista frente al Palacio de Invierno. Estos campesinos pedían ayuda al Zar para “salir de la inmensa miseria en la cual vivían”.³ Decidió, entonces, participar en la revolución rusa de 1905; para hacerlo interrumpió sus estudios de medicina en Goettingen. Se afilió, en Riga, su ciudad, al Partido Socialdemócrata ruso bajo tuición bolchevique y se le confiaron labores de agitación para llevar, como *orador*, el pensamiento revolucionario; intervino en reuniones de obreros, de policías, de militares, de judíos tanto obreros como burgueses, que actuaban a través de huelgas generales.⁴

Con posterioridad a su acción revolucionaria, volvió, desde 1911, al ámbito de la ciencia llegando a ser un científico de renombre internacional. El Dr. Rigoberto Iglesias destacó su vasta producción científica: veintidós libros, en más de sesenta años de actividad científica experimental en fisiología, endocrinología y tumores. “Más de 500 publicaciones biológicas en unas 80 revistas profesionales de más de diez países”.⁵ Con tan nutrida labor en el campo de la medicina experimental, fue internacionalmente reconocido por sus pares: Académico de la Universidad de Madrid, miembro Honorario de la Royal Society of Medicine de Londres. Su libro *Por qué morimos* fue traducido a más de veinte idiomas, entre ellos el portugués (*Porque morremos*, Sao Paulo, 1933).

Tuvo intercambio epistolar con Iván Pavlov (1849-1936), Sigmund Freud (1856-1939), Albert Schweitzer (1875-1965) a quienes consagró un libro: *Tres médicos contemporáneos* en donde subraya la labor científica por ellos desarrollada y sobre todo recalca los pensamientos que los trabajos de estos científicos suscitaron en él. Al releer sus notas preparando su libro, reencontró –dijo– un “goce intelectual”.⁶ De ellos puso de relieve la idea de reconcentración: reunir lo esparcido en torno a un centro, es decir, reconcentrar que es “la función social del sabio” precisó Lipschutz refiriéndose a Pavlov, de quien destacó también, el trabajo de interpretar, conquistar el mundo para cambiarlo y adaptarlo “a las necesidades del hombre” (1958: 55).⁷ Esta relación epistolar con los médicos mencionados, denota igualmente la dimensión internacional del científico Lipschutz.

Pasó su vida “dentro del laboratorio, pero sin estar encerrado ni cegado por él”, porque estuvo atento a su época y a la realidad de su tiempo, “tratando siempre de encontrar las mejores raíces de la humanidad” apuntó el historiador chileno Alvaro Jara.⁸ Y el compromiso social al que nos hemos referido se fundamentó en una convicción central: una ciencia comprometida con el hombre y a esta convicción buscó adecuar su acción. “... la obra científica, o teórica, no es sólo para interpretar el mundo sino también para conquistarlo – cambiándolo y adaptándolo a las necesidades del hombre. La obra científica, como todo el pensamiento humano, está íntimamente entrelazada con la práctica humana; de ella nace y para ella se hace.”⁹

Su concepción de la ciencia adhiere a lo planteado por Marx: ésta debe contribuir a interpretar y cambiar el mundo.

Su marxismo no estuvo entrabado por la ortodoxia: leyó la Biblia e incluso recomendó su lectura, sugirió la publicación del libro *Entre el agua y la selva virgen* del filósofo y teólogo protestante Albert Schweitzer; el libro se editó en Madrid en 1932 con Prólogo de Lipschutz. Destacó el papel de los eclesiásticos que tomaron partido por *los vencidos*: Fray Bartolomé de Las Casas, el Dominicano Fray Gil González de San Nicolas (siglo XVI) “un hombre de gran virtud, generoso, de fe ardiente, listo para el sacrificio al servicio de la idea de fraternidad cristiana”.¹⁰

Del laboratorio al espacio público

No hay un corte cronológico entre sus investigaciones en medicina experimental y su presencia en el espacio público. El grueso de su producción versó sobre medicina, pero tempranamente ocupó un sitio en el ámbito antropológico, sociológico, filosófico. De este modo, su campo de acción propiamente científica se extiende a un terreno político e intelectual. Sus trabajos sobre los pueblos indígenas lo llevaron a ocupar tribunas públicas que convocan a un público amplio, no solamente a especialistas: artículos, entrevistas, conferencias. El estudio de los fueguinos fue un claro ejemplo de su presencia en el espacio público; encabezó una Misión científica realizada en 1946 en Tierra del Fuego, junto a otros especialistas como la Dra. Grete Mostny, para el Estudio del Indio Fueguino. Los fueguinos eran, para estos científicos, tribus portadoras de una cultura y seres con derecho a una vida digna. “Los fueguinos han sido los pioneers de nuestra cultura en Tierra del Fuego”; no habrían florecido las estancias ganaderas, los frigoríficos, la ciudad de Punta Arenas; los fueguinos mostraron la habitabilidad de esas regiones.¹¹

El resultado de la Misión científica dio lugar a artículos, a conferencias de divulgación científica, en América Latina y Europa (Londres, París, Edimburgo, Ginebra). La BBC de Londres les confió charlas para dar a conocer la realidad de Tierra del Fuego. Lamentablemente esa labor científica y su divulgación a un público internacional, no evitó la extinción de los indios fueguinos, los cuales sufrieron desde fines del siglo XIX la violencia de los *cazadores de indios*, de las enfermedades contagiosas y otros métodos de exterminación para apoderarse de grandes extensiones de tierra. En Tierra del Fuego, Lipschutz y sus colegas buscaron informarse, acerca de las *matanzas de indios*, mediante entrevistas con personas contemporáneas de los hechos. Estos no negaron las matanzas que, según ellos, otros habrían cometido.¹² A esas matanzas ya se había referido Martín Gusinde (1886-1969)¹³.

No sorprenderá la cercanía de Lipschutz con la realidad de los pueblos, su cultura y sus luchas, si pensamos en que procedía de un país compuesto de varias nacionalidades. Dos años después de su llegada a Chile, hizo su primer viaje a la reducción mapuche de Truf Truf en las cercanías de Temuco en 1928. “Me di cuenta clarísima – escribe en 1940 - de que ya les había visto en mi juventud, en el Báltico, bajo disfraz estoniano y letónés”.¹⁴ Su proximidad con los mapuches permitió que dos organizaciones, la Unión

Araucana Galvarino y la Corporación Araucana, lo invitaran a exponer sus conceptos acerca de la Comunidad indígena en Chile y de allí nació su libro *La comunidad indígena en América y en Chile* (1956).¹⁵

Desde luego, su vida pública no se limita a su interés por la realidad de los pueblos indígenas. En los años de la Segunda Guerra se integró en el movimiento anti-fascista y en el Movimiento por la Paz. En 1946 se le entregó el carnet del Partido Comunista, “pero lo de Stalin no era para él en absoluto. Y se proclamaba muy contrario a las represiones, porque era un hombre libre” pues la cultura hace libre, señaló el escritor y miembro del Partido Comunista chileno, Volodia Teitelboim.¹⁶ Como marxista destacó de Marx, en los inicios de los años 70, algunas “enseñanzas de utilidad inmediata”: el papel de la ciencia para interpretar el mundo y para cambiarlo; el papel central de la conciencia a lo largo de la historia humana. Pensando en América Latina se refirió a las ideas de Lenin sobre *el problema agrario* en Rusia zarista, problema que estimaba comparable con la realidad agraria latinoamericana del siglo XX en cuanto a la excesiva concentración de la tierra; y “Sobre el derecho de autodeterminación de las naciones” (1914), autodeterminación que Lipschutz esperaba fuera realidad para los pueblos indígenas.¹⁷

Concluiremos este punto destacando otro elemento importante: para entender las cosas, señaló, “tenemos que mirarlas con objetividad máxima, evitando todo partidatismo”.¹⁸ Pensamos que tal afirmación rigió su pensamiento y acción.

Esa convicción no sólo ordenó su compromiso científico, intelectual y político sino que dio coherencia a su acción pública sin que ésta fuera alienada por el poder político. A. Lipschutz no se instaló en las modas, fue un observador y estudioso de una sociedad, no sólo para comprenderla con rigor científico sino también para contribuir a transformarla. Así, por ejemplo, propuso la protección de la comunidad indígena para mejorar la situación de los pueblos indios y preconizó un nuevo estatuto: la autonomía cultural “en el marco de la gran nación”, idea innovadora por entonces.

Lipschutz perteneció a una época en que los intelectuales comprometidos con causas sociales y políticas se movilizaban, por ejemplo, contra el nazismo, por la paz (en un siglo de dos guerras mundiales), contra el estalinismo, “contra las últimas guerras imperiales de la vieja Europa y las primeras del nuevo imperio mundial americano (Argelia, Suez, Cuba, Vietnam)”.¹⁹ Se debe considerar también en este marco la comprensión de su trayectoria política e intelectual.

La raza, los salvajes, la cultura

Uno de los planteamientos centrales de Lipschutz fue la presencia cultural indígena; para subrayarla, refuta previamente las ideas biológico-raciales en boga a principios del siglo XX. De tales ideas se desprendió una supuesta inferioridad racial de los pueblos indígenas: *bárbaros, salvajes*. Esas ideas racistas fundaron el nazismo con el desastre que conocemos; sirvieron luego de trampolín tanto a prejuicios racistas y a una persistente discriminación social según el origen étnico como a una supuesta superioridad racial. Tales ideas serán impugnadas por Lipschutz, fundamentándose para

ello en su propio trabajo científico como en el de geneticistas, biólogos, antropólogos físicos.

En su primer ensayo sobre la cuestión indígena: *Indoamericanismo y raza india* escrito en 1935 y publicado en 1937 en Santiago de Chile y luego en Bolivia (1939), Lipschutz impugnó el concepto de raza sometiéndola al prisma de la ciencia. Se ha usado y abusado, dijo, de las ideas biológicas con objetivos de propaganda política. La noción de raza humana carece de toda claridad. Según los conocimientos científicos de ese momento era infundado hablar de superioridad o de inferioridad racial.

En una conferencia sobre los fueguinos (1950) recuerda que el término raza ya había sido rechazado por Herder en el siglo XVIII porque las transiciones de un grupo a otro son variables, también Humboldt en el siglo XIX había refutado el término porque “no hay diferencia radical y típica alguna” para establecer grupos raciales. Los hombres habían conocido la hibridación desde *tiempos inmemoriales*.²⁰ En el siglo XX, H. J. Muller, escribió en 1933: “no hay ni una gota de evidencia genética” que sustente las ideas raciales, en la misma línea Julian Huxley afirmó en 1936 que “el término ‘raza’ estorba el progreso de la antropología”.²¹

El término *raza* se podría utilizar sólo para referirse a *caracteres físicos hereditarios*, y la definición podría hacerse en base a la genética: “Pero consta que en la especie humana el entrecruzamiento entre los grupos con distintos caracteres físicos hereditarios se produjo en escala tal que en su mayoría abrumadora los grupos humanos difícilmente se ajustan a un esquema de clasificación genética”.²²

La Unesco se propuso, en 1949, desarrollar un vasto programa sobre la *raza: la question des races*, cuyo propósito era contrarrestar los prejuicios racistas; en 1950 se creó una sección, encabezada por Alfred Métraux, para la realización de ese programa y en particular para proponer una definición de la palabra *raza* que entonces no concitaba la unanimidad de los especialistas.²³

En 1951, 1952, la Unesco prosiguió su programa reuniendo a comisiones de especialistas y consultando sobre “el problema de la raza” a más de cien antropólogos físicos y geneticistas, entre los invitados estaba A. Lipschutz quien resumió su opinión en *Veinticuatro puntos sobre ‘raza’*.²⁴ Participó igualmente Claude Lévi-Strauss cuyos planteamientos desembocaron en un libro: *Race et Histoire*. No corresponde a la verdad científica, dice Lévi-Strauss, atribuir características psicológicas particulares a las *razas biológicas*; “no hay aptitudes raciales innatas”.²⁵

Podemos preguntarnos ahora, ¿por qué A. Lipschutz intitula su ensayo de 1935 *Indoamericanismo y raza india*? Se podría responder diciendo que por entonces *raza* aludía a “rasgos físicos hereditarios de las distintas agrupaciones de la especie humana”. El término *raza india* es más bien de “orden social o cosa social”. Así, el indoamericanismo es “reivindicación de derechos económicos y culturales de ciertas agrupaciones sociales, en oposición a otras agrupaciones sociales económica y políticamente más fuertes”.²⁶ Y puesto que *Raza* corresponde a una noción sociológica y se trata de una *cosa social*, se recurre a esa noción para defender privilegios sociales, para justificar “la conquista de un grupo racial por otro”.²⁷

En un artículo de 1940: *El llamado 'salvaje' en la bibliografía científica moderna*, Lipschutz²⁸ examina la idea y representación del *bárbaro* desde la antigüedad griega. Para los griegos, los *bárbaros* eran aquéllos que no estaban incorporados a la cultura de la ciudad griega. La *civilización occidental* acuñó después el término *salvaje* con igual sentido.²⁹ Tratándose de otros hábitos culturales, se podía hablar - según Montaigne - de *bárbaros* conforme a “las reglas de la razón” pero no en relación con *nosotros* que los superamos en barbarie.³⁰

Lipschutz recuerda – citando a Julius E. Lips, *The savage hits back, or the white man through native eyes*, London, 1937 - que en el comienzo de las grandes expediciones marítimas se entregaba “una representación gráfica falsa” de los *pueblos primitivos*, se publicaban historias horribles, para disuadir a los competidores de emprender la conquista de tierras; esa representación cambia en el curso del siglo XVI como se constata en los grabados que acompañan las descripciones de viajes. Los *salvajes* aparecen “no sólo como seres humanos bien formados sino como auténticos europeos”. Concluye afirmando la inexistencia del *salvaje* desde un punto de vista biológico. Deducir – dice - de una causa biológica, el estado de *salvaje*, *salvajismo*, no tiene cabida ni siquiera entre los animales.³¹

Además de los argumentos proporcionados por la ciencia para rebatir la idea pseudo-científica de raza, estaban los pasajes de la Biblia:

“La ciencia moderna no permite echar por tierra las enseñanzas del apóstol San Pablo en la Epístola a los Colosenses: “Más ahora, dejad también vosotros todas estas cosas: ira, enojo, malicia, maledicencia, torpes palabras de vuestra boca [...] No hay griego, ni judío, no hay bárbaro ni scytha, no hay siervo ni libre”. Quien desconoce esto es un apóstata de la religión y de la ciencia.”³²

Mas, los prejuicios sociales que han impregnado duraderamente la representación del Otro, no se desvanecen con facilidad. Así lo demuestra la persistencia de los *apóstatas* dice Lipschutz.

Si los indígenas, como los bárbaros de los griegos, no estaban incorporados a la cultura del conquistador ¿significaba que carecían de toda cultura? Los Yamana de Tierra del Fuego habían desarrollado una cultura material –según M. Gusinde- hasta un grado de perfección que su ambiente le permitía, “y su cultura atestigua en forma elocuente sus facultades intelectuales”. Y Lipschutz agrega: nuestra petulancia nos lleva a buscar entre pescadores a un Aristóteles, a un Newton, o Kant, olvidando que “el hombre desenvuelve sus capacidades intelectuales innatas” conforme a “las condiciones ambientales” y “a través de una evolución histórica”. Los datos acumulados por Gusinde sobre costumbres, creencias religiosas, folklore, desmienten a quienes aducen la carencia, entre los fueguinos, de toda cultural espiritual.³³

Las culturas “nacen y evolucionan”. “Cultura es tradición –tradición de antaño y tradición también más reciente, pero siempre tradición orgánica vivida, afirma Lipschutz. Cultura de pueblos indoamericanos puede ser sólo tradición por ellos mismos creada, en su propio proceso vital”. Además, no se debía perder de vista otro hecho

trascendental: el idioma, la costumbre, el mito, el arte popular son *valores culturales*. “Sólo los modernos bárbaros” que “se imaginan cultos”, creen que eso no tiene valor. Lipschutz pensaba que sólo incorporando a “las masas indígenas como factor activo, en sentido económico y espiritual”, las naciones indoamericanas podrían llevar a “termino feliz” su proceso formativo.³⁴

En materia de cultura, Lipschutz toma en consideración, también, otros elementos: la manera de relacionarse con el medio natural, la creatividad para construir una vida en un medio a menudo inhóspito; medio en el cual los *salvajes* tuvieron que saber adaptarse. Fue el caso de los Fueguinos.

El ambiente intelectual de la primera mitad del siglo

Los planteamientos de Lipschutz en los cuales hemos hecho hincapié, pueden parecer hoy desprovistos de novedad, sin embargo, se aquilatará su interés e importancia al considerarlos en el ambiente intelectual en el cual se expusieron. En Chile, la idea supuestamente científica de raza en sentido biológico comenzó a ordenar la percepción del Otro en el siglo XIX. De aquí la idea del *salvaje* o *bárbaro* que, en la segunda mitad del siglo XIX, encontramos en la literatura, en el discurso histórico. Benjamín Vicuña Mackenna (historiador, diputado), en un discurso en el Parlamento, el 14 de agosto de 1868, sostuvo que “la conquista de pueblos bárbaros, ociosos y vagabundos” era perfectamente legítima conforme al derecho de gentes³⁵; abogaba por la conquista del territorio mapuche en el sur de Chile.

La idea de superioridad racial siguió presente en el siglo XX. Alcanzó, por ejemplo, al ámbito educacional como lo muestra una propuesta aparecida en la *Revista Pedagógica* de 1910: un proyecto “para la constitución de una Sociedad Nacional de Protección de la ‘Raza Chilena’ ” cuyo objetivo era mejorar la raza. La proposición consistía en “celebrar exposiciones de homocultura para discernir premios a los mejores ejemplares”.³⁶ Años más tarde, en 1938, Carlos Vicuña Fuentes (profesor y abogado) escribió en su libro *La tiranía en Chile*: “Felizmente, la clase media se refina cada día con la inmigración europea, que le aporta sangre nueva, vigorosa, activa, rica de sentimentalidad y de inteligencia. Así el coeficiente indio, fuente de pereza y de barbarie, va disminuyendo poco a poco y permitiendo que sobresalgan algunos tipos superiores, que son ejemplo y estímulo de dignificación social”.³⁷ En 1946, el historiador Jaime Eyzaguirre se refería a España como suelo de una *raza ecuménica*.³⁸

Haremos mención particular del libro de Alberto Cabero (diputado, senador, ministro, embajador) *Chile y los chilenos*; la primera edición data de 1926 y la tercera edición (que nos sirve de referencia) es de 1948. Este libro conoció juicios encomiables de destacados escritores, diplomáticos, literatos, de la época, por ejemplo: el español Ramiro de Maeztu, el peruano Francisco García Calderón, el mexicano Alfonso Reyes, el chileno Alberto Edwards, la poetisa chilena Gabriela Mistral, el argentino Manuel Ugarte, para observar su pasión sincera por conocer Chile, la profundidad de las observaciones, el recuerdo de la tierra, el estilo ameno. Cabero se proponía comprender “lo que somos y poseemos”, sin pretensiones literarias y científicas, quería hacer *obra*

útil. Dedicó tres capítulos de su libro a la *Raza*. Utiliza el concepto de “superioridad e inferioridad de una raza” pero de manera “convencional y relativa”; relativa porque se funda en “el grado de civilización” alcanzado por *la raza*. “Nuestra raza – escribía - es reservada, reflexiva, triste por atavismo”; “nuestros defectos raciales se encontraban en ‘las clases bajas’” que habían heredado de los andaluces “la ligereza del juicio, la despreocupación del porvenir, el fatalismo” y del indio, el fatalismo igualmente, “la inclinación al alcoholismo, al robo, a la violencia, a la acometividad”.³⁹ Por su mentalidad, *el araucano* no difería de *los pueblos inferiores*; no ha mostrado capacidad de evolución.⁴⁰ Creyó en la “superioridad de la raza”, pero admitía que la *raza inferior* podía llegar a ser superior “salvando las distancias que las separan de las más civilizadas”.⁴¹ Pensaba que los chilenos formaban una “raza casi homogénea”. Homogeneidad controvertida por Joaquín Edwards Bello (1887-1968, escritor, cronista, ensayista), en artículos de 1923; consideraba un error creer en la “homogeneidad de la raza” en Chile: “esto proviene de cierta pereza para pensar porque la homogeneidad [...] no resiste una hora de pensamiento intenso”.⁴²

Cabero reconoce que su idea de *la chilenidad* carece de fundamento científico; no aspiraba, afirmó, a juicios fundados en la ciencia. En 1955, el historiador Antonio Encina persistía en la idea de grupos sociales superiores: cuando el campesino, “cargado de sangre araucana”, se apartaba del control y contacto con grupos superiores, “descendía en moralidad y en cultura”.⁴³ Pero, contrariamente a Cabero, Encina no admitió la carencia de base científica de semejante juicio.

Los ejemplos precedentes muestran que la idea de raza se había instalado en el imaginario de la época y regía, por lo tanto, la visión del Otro. La noción de *raza*, la idea del *salvaje*, estaban en el discurso de intelectuales de la primera mitad del siglo XX particularmente. Es más, reflejaba la permanencia de prejuicios de la oligarquía de comienzos de siglos que resaltaba el linaje, el apellido, el valor de la raza, la superioridad cultural cuyo paradigma era Europa; el racismo de la oligarquía se manifestaba en la literatura, “en la obra de los historiadores”, en la opinión de la prensa de entonces.⁴⁴

Al considerar las ideas en boga, particularmente en la primera del siglo XX, se apreciará la relevancia de los planteamientos de Lipschutz. Subrayarlos es, además, pertinente si admitimos que el papel del intelectual consistió, también, en “decir la verdad al poder en nombre de los oprimidos”.⁴⁵ Lipschutz lo hizo a través de su compromiso político y de su compromiso con la realidad de los pueblos indígenas.

En este comienzo del siglo XXI, cabe preguntarse hasta qué punto el intelectual puede, o está dispuesto, a impugnar el poder político y económico, sobre todo cuando se constata, como en el caso de Chile, que algo del país *tradicional* perdura y tiende a reforzarse en la actualidad: “el modo jerárquico, autoritario, señorial, de concebir y ejercer la autoridad por parte de las elites económicas y políticas”.⁴⁶

La ley de la tribu y la gran nación: pasado y presente

Alejandro Lipschutz participó en las acciones del indigenismo y trabajó en contacto con sus principales exponentes: Manuel Gamio, Alfonso Caso, Juan Comas. Compartió con ellos el reconocimiento de tradiciones culturales diferentes de los *patrones culturales ibéricos*, es decir la presencia cultural de millones de indígenas americanos. Luego del Primer Congreso Interamericano de Pátzcuaro (1940), fue uno de los fundadores del Instituto Indigenista de Chile afiliado al Instituto Indigenista Interamericano, con sede en México. Este último vinculaba a los Institutos nacionales con el fin de lograr la atención de los gobiernos hacia las culturas autóctonas americanas. Se trataba de lograr su incorporación a la *vida nacional* respetando “los valores positivos de su personalidad histórica y cultural”.⁴⁷ Se distanció de esa corriente al percatarse que ésta no abordaba los problemas de fondo de la población indígena. No olvidemos que su acción la adecuaba a su concepción de la ciencia: interpretar y cambiar la sociedad. A esta convicción corresponde otro de sus planteamientos de fondo, formulado a fines de los años sesenta y evocado ya en 1953: la autonomía cultural como realización de la “ley de la tribu en el marco de la gran nación”. Para Lipschutz:

“El grupo étnico que llamamos tribu es con gran frecuencia una comunidad de gentes de la misma raza [...] Pero lo que reúne a la gente en la tribu no es necesariamente la condición racial. Son los *valores culturales* los que reúnen a la gente en la tribu: 1) la lengua, 2) la participación en la labor de recoger o producir los medios de subsistencia, 3) las reglas de convivencia familiar, 4) las reglas de convivencia social, 5) los mitos, 6) los recuerdos del pasado.”⁴⁸

El tribalismo puede resurgir en el marco de la gran nación que se ha formado por conquistas sucesivas. El tribalismo es la consciente insistencia en los valores culturales propios, tradicionales, valores culturales a ser respetados en el marco de la gran nación, la que reúne a las tribus conquistadas. Esta insistencia en los valores culturales tribales tradicionales es lo que bien podría llamarse ley de la tribu.⁴⁹

Lipschutz señala tres casos de moderno tribalismo: Francia⁵⁰ con los bretones que reivindican la enseñanza de su idioma, España con la aspiración de los vascos a la *autonomía nacional*, Gran Bretaña con el caso de Gales cuya población es consciente de su idioma, de otros valores culturales del pasado y manifiesta “un pronunciado sentimiento nacional”.⁵¹

El querer ser culturalmente indio es, en Latinoamérica, una manifestación del tribalismo. Es el caso en Perú y Bolivia en donde los indígenas tienen la voluntad de mantener obras relacionadas con el pasado indígena y de representar autos sacramentales.⁵² Se manifiesta también en la presencia política de las organizaciones indígenas en los años 70. En 1974 las Organizaciones Indígenas de Venezuela luchaban para “lograr una real y efectiva autogestión indígena”; el movimiento Mink’a en Bolivia planteaba (1975) el derecho a organizarse “según su especificidad cultural y libre autodeterminación [...] experimentando sistemas de autogobierno” y en el mismo

año la *Carta de Pátzcuaro* del Primer Congreso Nacional de Pueblos Indígenas, exigía “respeto a la autodeterminación de las comunidades indígenas”.⁵³ En el caso mapuche en Chile, la idea de autonomía se planteó en 1931 con La Federación Araucana (1922) dirigida por Manuel Aburto Panguilef, ésta postuló, luego de su Congreso, la *República Araucana* para que “el Pueblo Araucano se gobierne a sí mismo y en que su progreso y cultura sean creados por él mismo”.⁵⁴

La solución para los derechos de las tribus – según Lipschutz- debía seguir el ejemplo de la autodeterminación de los pueblos propuesta por Lenin (1914). La *ley de la tribu* se realizó en la Unión Soviética a través de las repúblicas federadas que permitieron un “patriotismo doble”: el de la propia república y el de la Unión de Repúblicas.⁵⁵ Ese *patriotismo doble* podría nacer también en América Latina facilitando la “autonomía cultural” a las tribus indígenas.⁵⁶

“Nos transformaremos – escribió Lipschutz - en repúblicas federadas, cada una de ellas con su propio congreso, gobierno y presidente, pero integrados en la Unión de Repúblicas Federadas Latinoamericanas, con su congreso y gobierno supremos.

Los datos [...] sobre México y los mapuches hablan decididamente a favor de un renacimiento cultural en las minorías indias a través de toda la América Latina, en el marco de cada una de las repúblicas federadas [...].”⁵⁷

Como lo hemos visto, la autonomía planteada por Lipschutz se vio confirmada por las reivindicaciones de las organizaciones indígena de los años 70. Una autonomía en el “marco de la gran nación”, como lo expusiera el movimiento zapatista encabezado por el comandante Marcos que reivindicaba la posibilidad de construir, en el seno de la nación mexicana, “nuestra propia realidad diferenciada”, siendo “parte integrante de México”.⁵⁸

Lipschutz pensó que los detalles del régimen de autonomía sería muy distinto en los diferentes países latinoamericanos según “las condiciones socioeconómicas, políticas y culturales en cada uno de estos países”.⁵⁹

La autonomía y los derechos culturales reclamados por los movimientos indígenas, en el último tercio del siglo XX, llevó a varios países a reconocerse, constitucionalmente, como “pluricultural, pluriétnico”: Colombia, Perú, México, Paraguay, Argentina, por ejemplo.

Cabe destacar por último otra idea: las culturas en contacto con otras no permanecen impermeables. Las culturas indígenas al tomar elementos occidentales no corren el riesgo de que sus culturas se desmoronen, esto puede incluso –aunque parezca paradójico dice Lipschutz - estimular el renacimiento cultural. La integración de otros ingredientes culturales es un proceso natural en la evolución de toda cultura⁶⁰ y contribuye a una toma de conciencia de los valores culturales del grupo. En coherencia con esta convicción está lo afirmado por José María Arguedas: las culturas que el hombre ha creado lenta y fatigosamente son “difícilmente avasallables”.⁶¹

Para plasmar su idea de autonomía cultural, Lipschutz propuso un proyecto de autonomía (1970) bajo el gobierno de Salvador Allende (1970-1973): la Federación Autónoma Mapuche. Autonomía que los mapuches mismos deberían “discutir y resolver”. El proyecto consideraba la creación de un Consejo del Pueblo Mapuche que sería la autoridad política suprema. “La creación de la autoridad autónoma tribal o nacional mapuche, con sus propios servicios de enseñanza, de salud y tantos otros, no sólo es básica para la labor del nuevo Instituto de Desarrollo Indígena, sino que no sería posible sin ella.”⁶²

Esta proposición estaba en coherencia con la Ley indígena promulgada el 15 de septiembre de 1972. Ley, que había sido discutida en el Congreso de las organizaciones mapuches de 1969 y de 1970 y luego propuesta al nuevo gobierno. Esta contemplaba la integración indígena a la “comunidad nacional, considerando su idiosincrasia y respetando sus costumbres”.⁶³

Sabemos que con el golpe militar de 1973, se hizo tabla rasa de las iniciativas y medidas adoptadas por el gobierno de S. Allende a favor de los indígenas.

Consideraciones finales

Lipschutz trabajó y pensó desde una perspectiva pluridisciplinaria (antropología, sociología, filosofía, historia); un horizonte intelectual amplio. No podemos, por lo tanto, entender su trayectoria encasillándolo política e ideológicamente.

Como científico se posicionó en el espacio público asumiendo un compromiso social y político. Sacudió certidumbres al cuestionar, por ejemplo, el concepto y uso de *raza* y al valorar las culturas indígenas. Se inclinó resueltamente por la conservación y desarrollo de estas culturas porque “representan una riqueza nacional”.⁶⁴ En este plano fue un intelectual de vanguardia.

Su misión en Tierra del Fuego, su viaje temprano a una comunidad indígena en las cercanías de Temuco, su contacto regular con dirigentes de organizaciones mapuche, son un testimonio de su compromiso político e intelectual con las movilizaciones y la lucha de los pueblos. Legítima así su participación en el espacio público como científico e intelectual.

Por último, plantear el reconocimiento y desarrollo de las culturas indígenas suponía –y supone– la aceptación de la diversidad cultural. Diversidad reclamada hoy por los pueblos indígenas en el cuadro de la globalización. Globalización que contribuyó, paradójicamente, a instalar las reivindicaciones identitarias en el primer plano de la escena política y cultural. Por consecuencia, perdió pertinencia la idea de “homogeneidad de la nación”, de *identidad nacional*, que dominó el siglo XX en Latinoamérica.

El tribalismo como conciencia de los valores culturales y de sentimiento de pertenencia a un grupo, tiene ya un largo recorrido temporal. O como escribe M. Detienne, la idea de autoctonía vuelve hoy a la actualidad; en la antigua Grecia Esquilo habría concebido la palabra *autóctono* para decir “que nace de la tierra misma”.⁶⁵

Concluymos diciendo que a finales del siglo XX, los intelectuales que, en el espacio público, asumían consecuentemente sus convicciones, corrían riesgos. Así ocurrió con Lipschutz. En busca de armas, los militares allanaron su casa luego del golpe militar de 1973. Tenía 90 años. Y aunque sometido a un largo silencio, la pertinencia de sus ideas, aquí expuestas, no ha perdido actualidad. Esas ideas contienen el mensaje de Lipschutz a los hombres del presente.

Notas e referências

- ¹ Jacques LE GOFF, *Cinq personnages d'hier pour aujourd'hui, Bouddha, Abélard, saint François, Michelet, Bloch*, Paris, La fabrique éditions, 2001, p. 7.
- ² Bernardo BERDICHEWSKY, *Alejandro Lipschutz: Su visión indigenista y antropológica*, Santiago, Ediciones Universidad Católica Silva Henríquez, 2004, p. 30.
- ³ Alejandro LIPSCHUTZ, *Recuerdos de la Revolución Rusa de 1905*, Santiago, Editorial Quimantú, 1972, p.12.
- ⁴ *Ibid.*
- ⁵ Bernardo BERDICHEWSKY, *cit.*, p. 41.
- ⁶ Alejandro LIPSCHUTZ, *Tres médicos contemporáneos*, Buenos Aires, Losada S.A., 1958, p. 11.
- ⁷ *Ibid.*, p. 55.
- ⁸ Alvaro JARA, “Humanidad y americanismo de Alejandro Lipschutz” en Francisco Nuñez de Pineda y Bascuñan, *Cautiverio Feliz*, Santiago, Editorial universitaria, 1992, p.211.
- ⁹ Alejandro LIPSCHUTZ, *cit.*, 1958, p. 55.
- ¹⁰ Alejandro LIPSCHUTZ, *Perfil de Indoamérica de nuestro tiempo. Antología 1937 – 1962*, Santiago, Editorial Andrés Bello, 1968, p. 152.
- ¹¹ *Ibid.*, p. 228.
- ¹² Alejandro LIPSCHUTZ y Grete MOSTNY, *Cuatro Conferencias sobre los Indios Fueguinos*, Santiago, Revista Geográfica de Chile, 1950, p. XI, 40 a 44.
- ¹³ M. Gusinde fue un sacerdote y antropólogo alemán. Estudio las culturas mapuche y fueguina. Entre 1916 y 1917 estuvo en la Araucanía y en Tierra del Fuego en 1918-1924. A propósito de la exterminación de los indios fueguinos, la antropóloga Anne Chapman (1922-2010) rodó una película: “The Onas: Life and Death in Tierra del Fuego” (1977).
- ¹⁴ Alejandro LIPSCHUTZ, *cit.*, 1968, p. 194.
- ¹⁵ El 9 de junio de 1959 dictó una conferencia sobre “La ‘Comunidad’, y el problema indígena en Chile”. Conferencia auspiciada por el Departamento de Extensión Cultural de la Universidad de Chile, por el Instituto Indigenista de Chile y por la Corporación Araucana de Chile. Contó con la asistencia de 150 caciques (autoridades mapuches), (Lipschutz, 1968: 111).
- ¹⁶ Volodia TEITELBOIM, “Recuerdos personales de Alejandro Lipschutz”, en A. Lipschutz, *Nueva Antología, 1911-1967. Escritos: Antropológicos, Políticos, Filosóficos*, Santiago, Instituto de Ciencias Alejandro Lipschutz, 2005, p. 373.
- ¹⁷ Alejandro LIPSCHUTZ, “El movimiento indigenista latinoamericano en el marco de la “ley de la tribu” y de la “ley de la gran nación” p. 101-138 en, *Marx y Lenin en la América Latina y los problemas indigenistas*, La Habana, Casa de las Américas, 1974.
- ¹⁸ Alejandro LIPSCHUTZ, *cit.*, p. 61.
- ¹⁹ Eric HOBBSAWM, “Os intelectuais: papel, função e paradoxo”, en *Tempos fraturados. Cultura e sociedade no século XX*, Sao Paulo, Companhia Das Letras, 2013, p. 229.
- ²⁰ Alejandro LIPSCHUTZ, *cit.*, 1950, p. 1, 2.
- ²¹ *Ibid.*, 1968, p. 16.
- ²² *Ibid.*, p. 69.
- ²³ Chloé MAUREL, *Histoire de l'Unesco. Les trente premières années. 1945-1974*, Paris, L'Harmattan, 2010, pp. 226, 227.
- ²⁴ Alejandro LIPSCHUTZ, *cit.*, 1968, p.68 a 77.

-
- ²⁵ Claude LEVI-STRAUSS, *Race et Histoire*, Editions Gonthier, Unesco, Paris, 1961, pp. 9, 12.
- ²⁶ Alejandro LIPSCHUTZ, *cit.*, 1968, p.16, 17.
- ²⁷ *Ibid.*, p. 76.
- ²⁸ *Ibid.*, pp. 168-198.
- ²⁹ Claude LEVI-STRAUSS, *cit.*, 20.
- ³⁰ Michel de MONTAIGNE, *Les Essais*, Paris, Arléa, 2002, p. 161.
- ³¹ Alejandro LIPSCHUTZ, *cit.*, 1968, pp.170, 175.
- ³² *Ibid.*, p. 30.
- ³³ *Ibid.*, pp. 197, 212.
- ³⁴ *Ibid.*, pp. 40, 41, 123.
- ³⁵ Benjamín VICUNA MACKENNA, *Discursos Parlamentarios*, I, Cámara de Diputados, Santiago, Universidad de Chile, 1939, p. 431.
- ³⁶ Cit. en Bernardo SUBERCASEAUX, *Chile o una loca historia*, Santiago, Lom ediciones, 1999, p. 26.
- ³⁷ Cit. en Ariel PERALTA, *Idea de Chile*, Santiago, Ediciones Universidad de Concepción, 1993, p. 136.
- ³⁸ Jaime EYZAGUIRRE, *Fisonomía Histórica de Chile*, Santiago, Editorial universitaria, 1980, p. 14.
- ³⁹ *Ibid.*, p. 116.
- ⁴⁰ Alberto CABERO, *Chile y los chilenos*, Santiago de Chile, Editorial Lyceum, 1948, p. 21, 87.
- ⁴¹ *Ibid.*, p. 21.
- ⁴² Joaquín EDWARDS BELLO, *Crónicas reunidas (I) 1921-1925*, Santiago, Ediciones Universidad Diego Portales, 2008, p. 38.
- ⁴³ Francisco ENCINA, *Nuestra inferioridad económica*, Editorial universitaria, Santiago, 1955, p. 48.
- ⁴⁴ Luis BARROS y Ximena VERGARA, *El modo de ser aristocrático. El caso de la oligarquía chilena hacia 1900*, Santiago, Ariadna ediciones, 2007.
- ⁴⁵ Gérard NOIRIEL, *Dire la vérité au pouvoir. Les intellectuels en question*, Paris, Agone, 2010.
- ⁴⁶ Luis BARROS y Ximena VERGARA, *op. cit.*, p. 155, 156.
- ⁴⁷ Alejandro LIPSCHUTZ, *cit.*, 1968, pp. 86, 87.
- ⁴⁸ Alejandro LIPSCHUTZ, *cit.*, 1974, p. 105.
- ⁴⁹ *Ibid.*, p. 107.
- ⁵⁰ En el umbral del siglo XXI se manifestaba, en Francia, la presencia de reivindicaciones regionales. La reivindicación regional parece manifestarse un poco por todas partes escribía E. Le Roy Ladurie en su *Histoire de France et de ses régions*, 2001; y en el Prefacio de este libro, J. Julliard apunta: « El debate, es decir la dialéctica mundialización-regionalización, está ganando, bajo formas diversas, al conjunto de las regiones del planeta. Dominará el siglo que se abre » (La traducción es nuestra).
- ⁵¹ Alejandro LIPSCHUTZ, *cit.*, 1968, p. 111.
- ⁵² *Ibid.*, *cit.*, 1974, p. 119.
- ⁵³ Guillermo BONFIL, *Utopía y Revolución. El pensamiento político contemporáneo de los indios en América Latina*, México, Editorial Nueva Imagen, 1981.
- ⁵⁴ Cit. en Rolf Foerster y Sonia Montecinos, *Organizaciones, líderes y contiendas mapuches (1900-1970)*, Santiago, ediciones Cem, p. 50.
- ⁵⁵ Alejandro LIPSCHUTZ, *cit.*, 1974, p. 114.
- ⁵⁶ *Ibid.*, p. 96.
- ⁵⁷ *Ibid.*, p. 130.
- ⁵⁸ Ignacio RAMONET, Marco. *La dignité rebelle. Conversations avec les sous commandant Marcos*, Paris, Editions Galilée, 2010, p. 41 y 50.
- ⁵⁹ Alejandro LIPSCHUTZ, *cit.*, 1974, p.134.
- ⁶⁰ *Ibid.*, p. 136.
- ⁶¹ José María ARGUEDAS, *Formación de una cultura nacional indoamericana*, México, Siglo veintiuno editores, 1977, p. 188.
- ⁶² Cit. en Bernardo BERDICHEWSKY, *cit.*, p. 139, 140.
- ⁶³ Art. 34 de la Ley 17.729 de 1972.
- ⁶⁴ Alejandro LIPSCHUTZ, *cit.*, 1968, p. 99.
- ⁶⁵ DETIENNE, Marcel, *L'identité nationale, une énigme*, Paris, Editions Gallimard, 2010, pp. 25, 26.

*“La trama democrática en América Latina”.
Redes y circulación de ideas en la renovación intelectual de
la izquierda latinoamericana durante la transición
democrática. El caso de las revistas *Controversia* y *La
Ciudad Futura*.*

María Jimena Montaña*

Los años ochenta han sido caracterizados en América Latina como los años en los que las izquierdas producen el tránsito *de la revolución a la democracia*¹, ya que tras la experiencia de regímenes autoritarios en gran parte de la región², la democracia emergía como alternativa a la idea de una transformación violenta de la sociedad. Sin embargo, la diversidad e inestabilidad de los procesos sociales así como las disímiles experiencias históricas, provocaron que la democracia no necesariamente significara lo mismo para todos, admitiendo una extrema diversidad de posiciones. En el caso argentino, su adopción fue más el resultado directo de la derrota sufrida por el movimiento social argentino que por la maduración de una profunda reflexión cultural y política sobre los males de la nación³. De modo tal que ante una situación objetiva de derrota que culminó con la imposición de un gobierno terrorista y genocida, la instauración de un sistema institucional basado en el estado de derecho supuso en primer lugar, la búsqueda de un modo civilizado de resolución de los conflictos.

Sin embargo, el clima de ideas centrado en la revalorización de la democracia, nació antes que los procesos institucionales que dieron origen formal al régimen político en las elecciones del 30 de octubre de 1983. Para los intelectuales nucleados en torno a las publicaciones que procuraremos estudiar: *Controversia* (1979-1981) y *La Ciudad Futura* (1986-1998); instalarse en el terreno de una izquierda socialista democrática, implicó un deslizamiento hacia el privilegio de la actividad política en el interior del sistema político en lugar de la guerra revolucionaria de los años 70. De aquí que en los años 80, la construcción de una fuerza socialista moderna que se concibiera a sí misma como fuerza institucional, se volvería una tarea central.

* Doctoranda en Ciencias Sociales – Becaria CONICET – Docente de Ciencia Política CBC-UBA, Centro de Historia Intelectual – UNQ / CONICET.

Ahora bien, la *primera* tarea que debieron llevar adelante estos intelectuales para constituirse como una izquierda democrática, supuso construir una nueva identidad que, ajustando cuentas con toda su historia anterior, pudiera actualizar su reflexión teórica y su práctica política.

Como advirtiéramos, dicha tarea no se inició con la apertura democrática, sino que comenzó durante el exilio mexicano de los mismos y fue compartida con buena parte de aquellos intelectuales brasileños, argentinos, uruguayos, chilenos y en algunos casos, peruanos, que desplazados por los gobiernos militares se exiliaron fundamentalmente en México, dándose un “proceso de continentalización del pensamiento”. La creación de nuevas instituciones y de nuevos encuentros, de nuevas formas de debates que no habían existido hasta entonces, habilitaron una “discusión continental sobre el fracaso” no sólo de la lucha armada, sino también del marxismo en crisis.

De modo tal que hacia fines de los años 70 y principios de los 80, se abrieron en las izquierdas del Cono Sur una serie de debates teórico-ideológicos en torno al problema de la democracia. La represión desencadenada por las dictaduras latinoamericanas, así como los fenómenos de autoritarismo y burocratización en las sociedades socialistas, se perfilaron como los dos grandes temas que contribuyeron a quebrantar las certezas ideológicas de la izquierda impulsando la reestructuración de sus preocupaciones e inaugurando un largo proceso de reforma de las identidades político-ideológicas con el objeto de que la democracia se constituyera en el horizonte de posibilidad de las prácticas políticas, sociales y culturales.

Tal como lo anticipáramos al comienzo de este trabajo, en esta oportunidad, nos proponemos abordar este proceso de renovación intelectual a partir del caso de los intelectuales nucleados en torno a las revistas *Controversia* y *La Ciudad Futura*. Atentos a que una parte importante de la discusión y difusión de nuevos paradigmas asumidos por los mismos tuvo lugar en una serie de seminarios, jornadas y coloquios realizados en distintos puntos de América Latina promovidos por Universidades y Centros de investigación; parte de nuestra propuesta consistirá en estudiar la *red de intercambios* de la que se nutrió el itinerario reflexivo y renovador que nos ocupa. Estas redes científicas e intelectuales de alcance regional o internacional contribuyeron a poner en circulación nuevos temas y perspectivas de análisis no sólo a través de la organización de encuentros, sino también, de grupos de trabajo y discusión, de la difusión e intercambio de publicaciones, documentos de trabajo, artículos de revistas o libros.

Teniendo esto en cuenta, nos proponemos reconstruir y analizar la trama transnacional atendiendo tanto a los actores, las instituciones y los soportes materiales de esta circulación y difusión de ideas a nivel regional, como a los tópicos en torno a los cuales se renovaron las tradiciones político-ideológicas de los intelectuales que nos proponemos estudiar.

El itinerario renovador del pensamiento político de este grupo, será analizado atendiendo a que tal como ha señalado Altamirano,⁴ la actividad de los intelectuales se desarrolla en múltiples tramas o contextos. Con lo cual, además de las comunidades creadas por los intelectuales - de naturaleza más informal en cuanto a sus reglas- como

es el caso de la revistas; también deberemos atender a aquellos espacios institucionales propios de la intelligentsia como la universidad o los centros académicos y a los espacios de orden general como los que establecen el Estado o el mercado.

Haciendo uso de la noción de *red* (científica, política, cultural) procuraremos situar a las revistas no sólo en el marco de una red o sistema de revistas, sino también en el contexto de redes intelectuales y científicas de alcance regional o internacional animadas por Centros e Institutos de Investigación que contribuyeron a la difusión de líneas de actualización y reformulación político-social. Al indicar una forma de sociabilidad, la noción de red nos permite percibir una trama de lazos que dan cuenta del intenso intercambio que practican las elites intelectuales entre sí permitiéndonos visualizar modos de comunicación y circulación de ideas entre individuos y grupos localizados en diferentes lugares.

En las páginas que siguen nos dedicaremos fundamentalmente a abordar la dinámica entre los contextos institucionales y aquellos contextos más informales compuestos por las revistas político-culturales o de ciencias sociales, con la finalidad de dar cuenta del impacto que tuvo la circulación internacional de nuevos temas y perspectivas de análisis en el proceso de renovación intelectual de un amplio sector de la izquierda latinoamericana.

A fin de ordenar la exposición, comenzaremos analizando el papel jugado por los centros e institutos regionales de investigación en la articulación de una red científico-intelectual que a partir del intercambio, el debate y la reflexión, se constituirá en un espacio productivo para la circulación de ideas y la renovación intelectual.

Trazando redes

Centros, Institutos y Universidades

Tal como ha sido señalado por Ansaldi⁵, en los años 70 surge en América Latina una fuerte preocupación por la regionalización de las ciencias sociales a partir de la cual se produce un período de auge de los centros o institutos de carácter regional y los centros académicos independientes. Entre los primeros, algunos adquirirán carácter intergubernamental; mientras que los segundos, serán fundamentalmente instituciones con estatuto privado y aportes ocasionales del Estado o de agencias exteriores a la región.

Cuando las dictaduras se instalen en gran parte del Cono Sur reprimiendo organizaciones políticas y sindicales, interviniendo las universidades públicas y desatando el funcionamiento desbocado de una maquinaria de persecución, tortura, desaparición y muerte, unos y otros adquirirán una renovada importancia. Concretamente, en Argentina, la represión del último golpe militar supuso la obturación de espacios académicos públicos y el consiguiente desplazamiento de los científicos sociales e intelectuales que no adherían a la dictadura hacia espacios por fuera del Estado, de las Universidades Nacionales, de las instituciones oficiales como el CONICET e incluso, del país.

En este contexto, las instituciones privadas de investigación así como los centros e institutos regionales de carácter internacional albergarán a aquellos intelectuales

desplazados al exilio interno o externo, contribuyendo a la articulación de una red científica de carácter regional. Al concentrar gran parte de la actividad intelectual, estos espacios se constituirán en lugares de reflexión e intercambio de experiencias e ideas permitiendo la circulación y difusión de perspectivas y temas ya sea a través de publicaciones, o bien del desarrollo de grupos de discusión y trabajo.

En el análisis de los espacios institucionales que aportaron a la circulación de ideas, nuestra mirada se detendrá en el papel desempeñado por los centros CLACSO, FLACSO (sedes Santiago y México) y el Instituto de Investigaciones Sociales de la UNAM, en la búsqueda de legitimidad de la perspectiva democrática, la constitución de nuevos paradigmas y la reformulación de la práctica política de este grupo de intelectuales.

Puesto que la primera etapa de este proceso que queremos estudiar, encontró al sector de la izquierda intelectual de la que nos ocuparemos mayormente exiliada en México, procuraremos recuperar el papel que estas instituciones jugaron para aquellos que expulsados del país, recalaron en el exilio mexicano.

La Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO)⁶ junto con la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) y la Universidad Autónoma Metropolitana (UAM) se destacaron por ser los ámbitos en los que los exiliados fueron empleados⁷. En el caso puntual de FLACSO, del mismo modo en que la Sede Santiago servirá de refugio académico para un conjunto de jóvenes investigadores⁸ que decidieron quedarse en Chile tras el golpe constituyéndose en un centro de resistencia intelectual a la dictadura; la sede México, albergará a muchos de los intelectuales argentinos exiliados en el DF tras el golpe del 76, como fue el caso de Juan Carlos Portantiero y José Aricó.

Pero además, en este período, las relaciones internacionales entre las sedes México, Argentina y Santiago se verán intensificadas con la colaboración de CLACSO y el apoyo de UNESCO, PNUD y fundaciones como SAREC y Ford. Intensidad que se traducirá en una proliferación de jornadas, seminarios y grupos de investigación cuyos resultados serán divulgados a través de libros, artículos de revistas, documentos de trabajo y otras publicaciones.

En tanto red de centros de investigación científico-social, públicos, privados, universitarios, no universitarios y/o independientes reunidos institucionalmente en una instancia englobante de carácter regional, CLACSO⁹ (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales) cumplirá un papel central en el intercambio de información y la coordinación de actividades entre científicos e instituciones de las ciencias sociales.

Organizado sobre la base de Comisiones y Grupos de Trabajo (que luego se estructuran en programas coordinados desde la Secretaría Ejecutiva), el Consejo dio impulso a actividades de reflexión colectiva y de debate sobre las sociedades de la región y sus principales problemas a través de procedimientos formales e informales que tenían la particularidad de llevarse adelante de manera descentralizada.

El funcionamiento de estas comisiones y grupos, en tanto actividad académica de alcance regional, se sustentó en la realización periódica de Seminarios sobre temas acordados por los propios miembros del grupo o comisión (o bien impulsados por el

coordinador), procurándose que participaran de ellos investigadores de las cuatro grandes áreas en las que subdivide la región a fin de alcanzar luego una rápida difusión de los resultados bajo la forma de libros, documentos de trabajo o números especiales de revistas.

Si bien ha habido muchos Grupos y Comisiones de Trabajo que han llevado adelante de manera notable la tarea de apoyar, fortalecer, impulsar, unificar o coordinar los esfuerzos individuales e institucionales que se desarrollaban en cada país; en esta ocasión, nos interesa destacar el rol jugado por la Comisión de Teoría del Estado y de la Política en el intercambio y el debate de ideas entre intelectuales de diversas tendencias teóricas.

Originalmente coordinada por el argentino Guillermo O’Donnell, a partir de 1978 y a solicitud del propio O’Donnell, Norbert Lechner (FLACSO Chile) asume la coordinación de la Comisión de Estado y Política. Una vez a cargo, Lechner creará una red que incluirá por la Argentina a Francisco Delich (Secretario Ejecutivo de CLACSO 1976-1983), José María Aricó y Juan Carlos Portantiero (exiliado en México e incorporados a FLACSO México) y Oscar Landi (exiliado en Brasil); a Regis de Castro Andrade y María Herminia Tavares de Brasil; a Angel Flisfisch de Chile, a Julio Labastida de México y con la victoria del PSOE en España, a Ludolfo Paramio, José María Maravall y Miguel Satrústegui.

Con la colaboración de esta red intelectual conformada en el marco de la Comisión, se destacará la organización de tres seminarios que luego serán publicados bajo el formato libro: *¿Qué significa hacer política?* (1982), *¿Qué es realismo en política?* (1987) y *Cultura política y democratización* (1987). Según dijera el propio Lechner¹⁰ estos encuentros, tuvieron el propósito de impulsar una nueva manera de pensar y hacer política “al margen de las grandes avenidas” al tiempo que provocaron una circulación regional de los intelectuales nunca antes vista.

Tal como queda demostrado en el párrafo precedente, en este período, gran parte del trabajo realizado en el marco de grupos de trabajo, reuniones científicas, congresos y seminarios era plasmado bajo la forma de libros colectivos. Además de los mencionados, Lechner también compiló el libro *Estado y Política en América Latina*¹¹. Si bien el mismo fue publicado en Noviembre de 1981 por la Editorial Siglo XXI, los autores fueron convocados por Lechner en el año 1979 atendiendo a cierta distribución geográfica y generacional para dar cabida a diferentes preocupaciones y contextos; y los artículos fueron escritos durante 1980. El proyecto fue patrocinado por CLACSO, subvencionado por la Fundación Ford y contó con el apoyo del Programa Santiago de la FLACSO. La propuesta, que procuraba seguir la reflexión inaugurada por O’Donnell en la Asamblea de CLACSO realizada en Quito en 1975 en el marco de la Comisión del Estado, estuvo impulsada por la pregunta respecto de qué era el Estado en América Latina. Se partía de la afirmación de que era necesario conceptualizarlo para que no se convirtiera en una categoría residual, al tiempo que se manifestaba una insuficiencia de las concepciones de lo político, procurando emprender una revisión crítica de estos conceptos y así “superar la concepción estrecha (instrumental) de lo que es el estado y la política”¹².

En este sentido y a pesar de que el mismo no fuera resultado de una reunión de trabajo en el marco de la región, también es necesario destacar la publicación del libro *Discutir el Estado. Posiciones frente a una tesis de Louis Althusser* (1982) en la Colección *El tiempo de la política* de la editorial Folios dirigida por José Aricó en México. El libro remite a la intervención realizada por Althusser en la reunión de Venecia sobre “Poder y oposición en las sociedades posrevolucionarias” llevada a cabo en Noviembre de 1977 donde éste afirmó que no había en Marx una teoría del Estado y a la propuesta de profundizar la cuestión realizada en marzo de 1978 por *Il Manifesto* al autor. Teniendo en cuenta la discusión en marcha en la izquierda italiana, especialmente, el debate en *Mondoperaio*, la entrevista de Giuliano Amato a Pietro Ingrao y los últimos escritos que Biagio de Giovanni había publicado en *Rinascita*, se envían a Althusser dos bloques de preguntas y a partir de sus respuestas se desarrolla el debate reproducido en el volumen. La publicación de estas 26 intervenciones de algunos de los exponentes más significativos del marxismo teórico europeo que abordan la crisis del marxismo así como la relación entre estado, partido y sujeto, constituye una contribución al diálogo, la apropiación y traducción de los debates europeos predominantes en el período que permearán las reconsideraciones teóricas de la izquierda intelectual latinoamericana y especialmente, del grupo de intelectuales que procuramos estudiar en este trabajo.

Los *Cuadernos de Pasado y Presente*, así como la Colección de la Biblioteca de Cultura Socialista de la Editorial Siglo XXI a cargo de José Aricó, también pueden ser leídos como contribuciones al debate dentro del campo de la izquierda y a la recolocación de autores antes ignorados.

En lo que respecta a los encuentros, entre los múltiples seminarios que fueron organizados en estos años, posiblemente el que más impacto haya tenido en la definición de una nueva agenda intelectual, académica y política en torno a la idea de democracia haya sido la Conferencia Regional sobre Condiciones Sociales de la Democracia. Organizada por CLACSO, entre el 16 y el 20 de Octubre de 1978 en Costa Rica, con el apoyo de UNESCO, PNUD, SAREC y Fundación Ford, tuvo como organizadores académicos a Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto y Francisco Delich y los materiales producidos fueron publicados en los dos primeros números de la Revista *Crítica y Utopía* dirigida por éste último. Al año siguiente (1979) y profundizando el debate inaugurado sobre la cuestión democrática, CLACSO organizará la Segunda Conferencia Regional en Río de Janeiro titulada “Estrategias de desarrollo económico y procesos de democratización en América Latina”.

Sin embargo, aún cuando no caben dudas de que estas conferencias fueron centrales para que se unificara un consenso en torno a la idea de democracia y las preocupaciones sobre la transición a la democracia alcanzaran impacto internacional¹³, en el caso de los intelectuales de los que nos estamos ocupando, consideramos que la reunión que condensa más acabadamente el clima de innovación y renovación temática, conceptual e interpretativa fue el *Seminario de Morelia* de febrero de 1980.

Organizado por el Instituto de Investigaciones Sociales de la Universidad Nacional Autónoma de México en Morelia Michoacán, el seminario recibió el nombre de

“Hegemonía y alternativas políticas en América Latina”¹⁴. Su propósito, había sido discutir en torno a la validez del concepto de hegemonía en el análisis de las características de las luchas sociales en América Latina partiendo de la reconsideración crítica de las categorías analíticas utilizadas hasta el momento. En palabras de Labastida¹⁵ “se trató de analizar si la temática de la hegemonía ofrece elementos que permitan reunificar, en el campo teóricamente renovado de una teoría de la transición, agregados que en la sociedad se entrecruza, pero que alimentan proyectos de sociedad contradictorios o alternativos”. Las ponencias de este encuentro, fueron luego reunidas por Julio Labastida Martín del Campo en un libro prologado por José Aricó y titulado como el seminario¹⁶.

Aún cuando aquí hemos señalado tan solo algunos de los seminarios, jornadas y coloquios organizados en América Latina durante el período, nuestra intención ha sido mostrar que estos encuentros fueron un engranaje importante en la discusión y difusión de nuevos paradigmas. Esta puesta en circulación nuevos temas y perspectivas de análisis, impactaron fuertemente en la dinámica de renovación intelectual que estamos estudiando. Si bien es cierto que tal como ha señalado Lechner¹⁷ resulta difícil reconstruir un debate latinoamericano puesto que la producción intelectual durante el período tendió a ser dispersa y volátil; el estudio de la circulación internacional de los intelectuales, contribuye a reconstruir los temas de la discusión latinoamericana. Del trabajo realizado en las páginas precedentes, podemos advertir que hacia los mismos años, se observa el ascenso y la instalación en el ámbito latinoamericano ciertas ideas y discursos compartidos respecto de la democracia, el autoritarismo, el Estado, la política, el papel de la izquierda y la relación entre socialismo y democracia, así como la discusión respecto de las nuevas tendencias teóricas y políticas del socialismo europeo.

El papel de las revistas de ciencias sociales

En las páginas precedentes, nos hemos ocupado fundamentalmente del papel de los centros e institutos regionales en la tarea de articulación de una red científico-intelectual y en la dinámica de renovación intelectual. En este apartado, nos detendremos en el análisis de aquellos contextos de sociabilidad que no poseen estructura y reglas institucionales como la universidad o las academias, de los cuales las revistas son el ejemplo más claro.

Las revistas, en tanto espacios donde los intelectuales intercambian ideas y someten a prueba las propias, permiten seguir las batallas libradas dentro de la propia comunidad intelectual. Por las amistades que se tejen, las solidaridades que se refuerzan, las exclusiones que allí se manifiestan¹⁸ son sumamente útiles no sólo para comprender el funcionamiento de una sociedad intelectual, sino también para analizar la circulación de ideas y los modos en que estas son recepcionadas.

Tomando el ejemplo de las revistas *Crítica & Utopía* y la *Revista Mexicana de Sociología*¹⁹, podemos señalar que al discutir y publicar múltiples artículos y ponencias presentadas en las Jornadas y Conferencias a las que nos hemos referido; éstas se constituyeron en cajas de resonancia de las discusiones más significativas del período permitiéndonos ver en sus páginas los procesos de re-posicionamiento, reestructuración

y renovación parcial o total de las tradiciones ideológico-políticas de un amplio sector de la izquierda latinoamericana.

Crítica y Utopía Latinoamericana de Ciencias Sociales vio su primer número en Buenos Aires, 1979. Se trató de una publicación privada dirigida por Delich, pero estrechamente ligada a los científicos sociales que conformaban las Comisiones y Grupos de Trabajo de CLACSO²⁰. Tal como hemos señalado en el apartado anterior, en sus dos primeros números fueron publicadas las ponencias presentadas en la Conferencia “Las condiciones sociales de la democracia” junto con textos de apoyo que tenían la finalidad de contribuir a una mejor comprensión de referentes implícitos y explícitos de algunos artículos y enriquecer la discusión abierta por nuevas lecturas de textos antiguos que revestían actualidad. Asimismo, el correo de lectores inaugurado en el número 2, se proponía impulsar el ámbito de discusión en un plano directo y circunstancial. Los números subsiguientes, continuarán con esta estrategia de recoger trabajos presentados en el marco de conferencias y profundizarán la tarea de “repensar” la democracia. Los números 3 y 4, por ejemplo, reunirán varias de las presentaciones de la Segunda Conferencia Regional de CLACSO, dedicada al análisis de las estrategias de desarrollo económico y los procesos de democratización en América Latina realizada en diciembre de 1979 en Río de Janeiro, constituyéndose el tema del desarrollo y la democracia uno de los más fuertes de la revista. El N°8, dedicado a una reflexión sobre la política, al tiempo que lleva adelante una defensa de la misma ante los ataques a la actividad política que buscan anular ese espacio de elaboración de propuestas de ordenamiento social, se pregunta por la significación actual de hacer política. Varios de los trabajos reunidos en ese número, habían sido previamente presentados en el seminario organizado por el grupo de trabajo “Teoría del Estado y de la política” de CLACSO en Santiago de Chile en marzo de 1982.

Por su parte, en la publicación de Ciencias Sociales de más larga data en la región: la *Revista Mexicana de Sociología* (1939-1999) editada por el Instituto de Investigaciones Sociales de la UNAM y dirigida por Julio Labastida Martín del Campo en el período que estamos estudiando, también se puede advertir la preeminencia de la democracia como tema y la publicación de artículos elaborados en el marco de encuentros internacionales. A modo de ejemplo, en el N°2, año XLIII/VOL. XLIII de Abril-Junio de 1981, bajo el título “La democracia en América Latina” se publican algunas de las principales ponencias del XIII Congreso Latinoamericano de Sociología ALAS.

Si bien no es nuestra intención realizar un análisis pormenorizado de estos proyectos editoriales, consideramos que el estudio de estos espacios dinámicos de circulación e intersección de discursos, nos permitirá dar cuenta del contexto más amplio en que los intelectuales vinculados a la revista *Controversia* en este período, y a *La Ciudad Futura* unos años después, encararon el proceso de relectura de sus experiencias políticas pasadas y la renovación de sus paradigmas interpretativos.

Tres años después del golpe militar, un grupo de escritores y pensadores que provenían tanto del marxismo gramsciano y del marxismo leninismo como del peronismo de izquierda, agrupados en torno a la revista *Controversia para el examen de la realidad* (1979-1981)²¹ dieron curso a la propuesta de llevar adelante un profundo

debate sobre la experiencia pasada y las perspectivas de futuro. La tarea a la que se abocaron estos intelectuales, implicaba –centralmente– reconsiderar críticamente sus tradiciones de pensamiento político, así como las posiciones asumidas durante los años anteriores en tanto condición indispensable para reconstruir una teoría y práctica política que diera cuenta de las transformaciones que se estaban produciendo en la Argentina y en el mundo. De aquí que junto con el análisis coyuntural de la situación argentina, algunos de los temas centrales que marcaban el perfil de la revista fueron: “la discusión sobre la ‘izquierda’ y los por qué de la derrota sufrida; la discusión de la ‘crisis del marxismo’, el debate sobre la ‘cuestión democrática’, en particular las relaciones entre socialismo y democracia; el debate acerca de las relaciones entre peronismo y marxismo o, de manera más general, entre populismo y socialismo”²².

Una vez regresados a Buenos Aires, el proceso de revisiones inaugurado en el exilio por este grupo de intelectuales continuó profundizándose²³ con la creación del Club de Cultura Socialista (1984) y la revista *La Ciudad Futura* (1986).

El Club de Cultura Socialista²⁴ se funda en Julio de 1984 como resultado de la convergencia entre el grupo de intelectuales pertenecientes a la revista *Punto de Vista* y aquellos que durante el exilio mexicano habían formado parte de la revista *Controversia* y el Grupo de Discusión Socialista, constituyéndose durante los años de la transición en el lugar de debate de las problemáticas dentro de la izquierda.

Por su parte, *La Ciudad Futura, Revista de Cultura Socialista* es creada en Buenos Aires en Agosto de 1986. Dirigida por José María Aricó, Juan Carlos Portantiero y Jorge Tula, se inscribe en la línea del proyecto de *Pasado y Presente* (1963-1965) y *Controversia* (1979-1981), sacando de manera continua 49 números desde agosto de 1986 hasta la primavera de 1998. Tras una interrupción de 3 años, su publicación fue retomada en la primavera de 2001 hasta el otoño de 2004, año en que deja de salir definitivamente.

La Ciudad Futura se posiciona en el espacio político-cultural como una revista que procuraba impulsar y acompañar la conformación de una nueva identidad de izquierda en la Argentina que al tiempo que se ocupara del desarrollo de la idea democrática, reinterrogase la relación entre liberalismo y socialismo atendiendo al carácter ambiguo y aporético de la construcción de un socialismo democrático. Ya que, tal como apuntara Bergounioux²⁵, aún cuando todos los socialistas se tenían por demócratas en el sentido etimológico pues pretendían instaurar el poder del pueblo; había oposiciones muy netas entre ellos sobre el valor de la democracia parlamentaria y, por tanto, sobre la parte de la herencia liberal que el socialismo debía aceptar.

Cabe recordar en este punto, que aún cuando la transformación del pensamiento político-intelectual en clave democrática fue un fenómeno de alcance latinoamericano que también afectó a aquellos países latinos de Europa que atravesaban una coyuntura similar, en esta ponencia, nos ocuparemos específicamente del tránsito realizado por los intelectuales vinculados a las revistas *Controversia* y *La Ciudad Futura*.

El interés por estudiar la propuesta de estos intelectuales reside en la novedad que ésta comportaba respecto de cómo fundar una alternativa que renovase la posibilidad de articular democracia y socialismo. Asentándose sobre un debate que se interrogaba por

las formas en que igualdad y libertad podían resultar compatibles y no excluyentes, planteaban al socialismo como la *tensión* hacia el logro del máximo de igualdad compatible con el máximo de libertad.

Esta propuesta, producto del largo proceso de renovación intelectual al que nos hemos venido refiriendo, ha sido caracterizada por algunos autores como una social-democratización del pensamiento y la acción política tanto de Aricó y Portantiero como del grupo del que eran principales referentes. Crespo²⁶ señala que

“el proceso que se desarrolló a lo largo del exilio en México entre 1976 y 1983, abarcó la reflexión crítica acerca de la derrota del momento revolucionario rupturista de la experiencia del Cono Sur, especialmente la argentina, la indagación del propio pasado comunista y el balance del ‘socialismo real’, la asimilación de la revisión de largo plazo iniciada en el XX° Congreso del Partido Comunista de la Unión Soviética (1957), la absorción de la experiencia europea occidental del socialismo y el marxismo, especialmente la italiana -también la del ‘eurocomunismo’-, el diálogo con otros grupos intelectuales y políticos de exiliados en México y con los comunistas y socialistas mexicanos con similares fogueos, el inicio de los ‘procesos de transición’ a la democracia en América Latina (también en España) y las expectativas de un nuevo protagonismo político en ese proceso, tal como efectivamente aconteció en la década de 1980 y el gobierno de Raúl Alfonsín.”

A grandes rasgos, podríamos decir que el interrogante que vertebra este trabajo es aquel que se pregunta por cómo se produce aquella circulación de ideas a nivel regional de la que se nutre la dinámica de renovación intelectual; y subsidiariamente, cuáles han sido los tópicos en torno a los que se renovaron las tradiciones político-ideológicas del grupo de intelectuales en estudio. En el próximo apartado, nos dedicaremos a abordar este segundo interrogante atendiendo fundamentalmente al proceso de elaboración de nuevos paradigmas interpretativos y al modo en que estos se enlazaron con una práctica política diferenciada caracterizada –fundamentalmente– por el abandono de la idea de ruptura revolucionaria.

El proceso de renovación intelectual: entre fidelidades creativas y heterodoxias audaces

Si hasta ahora hemos venido trazando las tramas tanto institucionales como informales que a lo largo del período permitieron la circulación de temas y perspectivas; en lo que sigue, nuestro propósito será dar respuesta a una serie de preguntas relativas al proceso de elaboración de nuevos paradigmas interpretativos: ¿en torno a qué tópicos se rearticuló el pensamiento político de estos intelectuales? ¿Qué autores y lecturas resultaron productivos para llevar adelante esta transformación?

Tal como señaláramos al comienzo de este trabajo, el proceso de renovación del pensamiento político se fue delineando principalmente a partir de la reflexión impulsada por la experiencia de regímenes autoritarios en gran parte de la región y por los

fenómenos de autoritarismo y burocratización en las sociedades socialistas con la consecuente crisis del marxismo que los acompañó.

En el primer número de *Controversia*, Portantiero²⁷ señalaba que el golpe militar los había obligado a replantear la cuestión canonizada como el enfrentamiento entre dos alternativas: “democracia formal vs. democracia substantiva” colocando las bases para una redefinición profunda de la problemática.

El hecho de que las dictaduras hubieran suprimido el funcionamiento de las instituciones habilitándolas a detener, torturar y asesinar, había provocado una revalorización de los derechos anteriormente catalogados como burgueses. De manera tal que recuperar la dimensión institucional como salvaguarda de esos derechos adquiriría renovada importancia en la medida en que el estado de derecho y las libertades civiles, aparecían como las garantías contra el ejercicio arbitrario del poder de los autoritarismos. Lo que la experiencia les había obligado a poner en cuestión, era la identificación automática entre democracia y liberalismo (tan cara tanto a los liberales como a parte de la izquierda), que asociaba la democracia formal a un puro reclamo liberal.

Inaugurando nuevas interpretaciones, se señalaba que el capitalismo no necesitaba de la democracia; sino que éste sólo requería de bases jurídicas que garantizasen el libre comercio y el trabajo libre. De ahí que todo el resto: valores e instituciones que se asociaban con la democracia, configurasen conquistas políticas e ideológicas arrancadas a través de las luchas populares. Por lo tanto, la democracia entendida como libertad política no constituía ya un valor formal. Por el contrario, si la misma suponía una conquista producto de la lucha de las clases populares por ampliar y extender los límites de la noción de ciudadanía a base de ganar derechos que resultaban teóricamente innecesarios para el funcionamiento del capitalismo, entonces, la democracia podía ser pensada como una *producción*. De este modo, en tanto producción social y construcción popular, la democracia era revalorizada.

Siguiendo a Bobbio, el estado liberal era planteado como presupuesto no sólo histórico sino también jurídico del estado democrático; pero tal como advertía Portantiero, punto de partida no significaba punto de llegada y la democracia, también podía implicar una discontinuidad con el liberalismo clásico en la medida en que se abriera hacia otros campos de lo social más allá de las instituciones políticas.

Por su parte, la puesta en funcionamiento de democracias avanzadas en el este europeo, había suscitado agudas tensiones que representaban problemas teóricos y prácticos. A diferencia de la crisis provocada en el marxismo por el viejo revisionismo que ponía en cuestión la posibilidad de la realización de socialismo; el debate nuevo partía según Aricó²⁸ “de la trágica realidad de un proyecto que se ha realizado de forma tal que ha puesto en cuestión el significado mismo del socialismo”. Todo marxismo que soslayara el respeto al Estado de derecho y a las garantías y libertades civiles y políticas, era señalado como autoritario. De aquí que el movimiento socialista, reclamara una nueva síntesis entre socialismo y democracia, que recuperara y resignificara la democracia entendida como formal a fin de plantearse la posibilidad de “una tercera vía

que permitiera escapar del capitalismo para construir una sociedad más igualitaria, pero a la vez más infinitamente democrática y libre”²⁹.

Sintéticamente, lo que la crisis del socialismo había mostrado era que *pan y democracia* (o bien, igualdad y libertad) no eran términos excluyentes, con lo cual, trazar una línea divisoria entre ellos equivalía a hacer desaparecer al propio socialismo. Por tanto, recomponer la dialécticidad entre socialismo (asociado al valor de la igualdad) y democracia (en tanto polo de la libertad) suponía incorporar al pluralismo (político, organizativo, ideológico, cultural, etc.) como un valor insuprimible³⁰. Incluso cuando ello implicase cuestionar radicalmente todas las experiencias socialistas concretas³¹.

Atendiendo a lo señalado por Robert Barros³² (1987), podríamos decir que ambas reflexiones estuvieron aunadas por una reconsideración del concepto de democracia y asociado a ello, una revisión de los supuestos que ella implicaba. De manera tal que si pocos años antes la cuestión de la democracia aparecía como una problemática ajena a las reflexiones de los intelectuales de izquierda, el reexamen respecto del lugar que ésta había ocupado en el ideario socialista, la volvió un tema central.

Aún cuando el término democracia no fuera ajeno al vocabulario de izquierda, la novedad residirá en la forma en que éste será utilizado³³. En este mismo sentido, si bien el tema de la relación entre el socialismo y la democracia tampoco representaba una novedad en la tradición socialista³⁴, el cambio en la forma en que se entendía el término democracia, alteraba y replanteaba la relación.

Lentamente, se va delineando aquello que para estos intelectuales aparecía como una revelación indiscutible: que ni la democracia formal era coextensa al capitalismo, ni la estatización de los medios de producción generaba automáticamente la “verdadera democracia”. Partiendo de esta constatación, se abría el debate respecto de la significación contemporánea de la democracia y el socialismo.

En el texto al que ya nos referimos unas líneas atrás, Robert Barros señalaba que de este debate habían surgido tres posturas. Una primera, reafirmaba la oposición clásica entre democracia *formal* y democracia *real* y al insistir en la contradicción entre capitalismo y democracia, continuaba pensando a la democracia como un estadio a ser superado por el socialismo que en última instancia era la verdadera democracia. En el otro extremo, una segunda postura soslayaba la cuestión del socialismo y se centraba en la importancia de consolidar las instituciones democráticas. En uno y otro caso, democracia y socialismo se encontraban disociados.

A nuestro entender, es en la tercer postura descrita por Barros, en la que podríamos inscribir a los intelectuales de los cuales nos hemos venido ocupando. Una postura que procuraba lograr una convergencia de socialismo y democracia sin subsumir un término al otro. Para estos intelectuales, las prácticas e instituciones democráticas resultaban indispensables y debían ser reforzadas, pero habilitado al mismo tiempo, cierto margen que permitiera subvertir sus límites. La democracia aparecía de tal modo como la tensión permanente y nunca resuelta entre movimiento social y movimiento político que, sin anular los conflictos, era por el contrario una constante redefinición de los mismos.

La opción metodológica para esta audaz recomposición teórica y práctica del marxismo -encarnada sobre todo en la operación realizada por las figuras de Aricó y Portantiero-, se centró en una recuperación y revisión de los textos clásicos del marxismo que permitiera retener la multiplicidad de perspectivas y (re)introducir el principio de crítica en la teoría. Esta *adhesión crítica* a la tradición teórica del marxismo como la llamó Aricó, supuso además, una apertura al diálogo con nuevas lecturas. Inclusive, cuando éstas probaban ser ajenas al pensamiento de izquierda de la época como fue el caso de Weber y Schmitt. A su entender, sólo de este modo podrían analizarse de manera realista los procesos de cambio en América Latina, y las posibilidades y las condiciones en que fuerzas sociales que se constituyen a partir del carácter contradictorio del mundo capitalista, pueden convertirse en sujetos históricos transformadores.

Contra las lecturas ingenuas de Marx, esta forma de inscribirse en la tradición marxista les permitía en primera instancia superar el problema del reduccionismo economicista; es decir, la concepción de sujetos sociales preconstituidos cuyos comportamientos sociales son deducidos de las posiciones que ocupan en las relaciones de producción³⁵ y que además, son pensados como puro objeto de la dominación³⁶.

A su vez, la superación del economicismo requería también de una conceptualización más compleja del Estado y una resignificación de la política. Para Portantiero³⁷ entender al Estado como producto de una correlación de fuerzas que abarca a la sociedad como un todo, como composición de una riqueza contradictoria de articulaciones y mediaciones, implicaba aceptar que el hecho estatal suponía un tipo de articulación global entre estado y sociedad y no sólo entre estado y clases dominantes.

Fidelidades creativas

Manteniéndose dentro del marco del marxismo, Gramsci, y más específicamente el concepto gramsciano de hegemonía, emergió para estos intelectuales como el instrumento teórico y político que permitiría reconsiderar las limitaciones de la teoría marxista de la política y del estado. Esta opción fuerte por Gramsci, suponía a su vez una puesta en valor del Lenin que privilegiaba la conquista de las masas, que criticaba fuertemente la burocratización del proceso soviético, que privilegiaba la reunificación de las clases trabajadoras como soporte de los procesos de transformación social, en fin, el Lenin del frente único al que se reconocía como su inspirador.

Tanto Aricó³⁸ como Portantiero³⁹ coincidirán en que Gramsci tomaba como puntos de partida ciertos paradigmas esenciales de la interpretación leninista de Marx; e incluso más, que en Lenin se podía encontrar de modo embrionario la formulación de una teoría de la hegemonía aunque con alcances más limitados. De aquí que el concepto gramsciano de hegemonía, en tanto proceso de constitución de los propios agentes sociales en su proceso de devenir Estado (o sea, fuerza hegemónica), fuera postulado como una superación de la noción leninista de alianza de clases, aún si de algún modo la presupusiese.

Planteada como una tarea organizativa capaz de articular distintos niveles de comportamiento y dirigirlos hacia una finalidad política de recomposición de las clases

populares en un bloque de masas e instituciones, la hegemonía implicaba necesariamente una dimensión organizacional. Para Portantiero⁴⁰ no era posible pensar la producción de hegemonía sin el desarrollo de instituciones o aparatos, sin una práctica estructurada materialmente de la lucha ideológica, cultural y política.

En la medida en que la democracia como práctica fuera entendida como componente indispensable de la construcción de hegemonía socialista,⁴¹ ésta se volvía necesaria para el socialismo. Partiendo de la idea de que para las clases populares bajo el capitalismo la lucha democrática no debía ser concebida como una táctica circunstancial, sino como un modo de conocimiento y un modo de constitución en sujetos de acción histórica, el punto de arranque de la articulación entre democracia y socialismo, era el momento de producción de una voluntad colectiva, nacional y popular bajo el capitalismo. Es decir, plantear a la democracia como proceso hegemónico, como camino en el que se van resolviendo las tensiones y no la meta constituida de un orden congelado, era aquello que les permitía ponerla en valor.

Heterodoxias audaces

Tal como hubiéramos anticipado, estas reconsideraciones teórico-políticas no se caracterizaron sólo por nuevos interrogantes sobre viejos autores. Por el contrario, estuvieron acompañadas –también– por la promoción de sistemas ideológicos que estaban eclipsados o desacreditados desde hacía mucho tiempo y que reaparecían con la incorporación de líneas de reflexión teóricas sostenidas por autores considerados hasta ese momento como externos al pensamiento de la izquierda de la época.

Fundamentalmente, la relectura del marxismo –en sintonía con la revisión realizada por la literatura sociopolítica de familia marxista europea– estuvo acompañada de un renovado interés por el pensamiento político de Weber. Como consecuencia, del mismo modo en que se había procurado traducir a Gramsci en clave latinoamericana en la medida en que fuera posible establecer algún tipo de similitud o sintonía histórico-cultural entre su mundo y el nuestro, el análisis de Weber comienza a ser utilizado no ya para elaborar una articulación novedosa entre socialismo y democracia, sino para pensar algunas situaciones particulares de América Latina.

En 1982, en una reseña sobre los *Escritos Políticos* de Weber aparecida en la Revista *Desarrollo Económico*, Portantiero afirmaba que el pensamiento de Weber le resultaba por demás sugerente para pensar los procesos de construcción de la sociedad civil y el Estado en América Latina, en el marco de un desarrollo capitalista tardío y dependiente donde la primera, habría sido producida por el segundo. El hecho de que el desarrollo capitalista tardío de la propia Alemania –al establecer una particular relación entre economía y Estado– hubiera alejado a Weber de concepciones teóricas calificadas de sociocéntricas (como el marxismo y el liberalismo) llevándolo a invertir ese esquema, le resultaba a Portantiero sumamente interesante. En este mismo sentido, Aricó, en coincidencia con la perspectiva politocéntrica del enfoque weberiano, también manifestaría una postura crítica respecto de la visión sociocéntrica del Estado y la sociedad civil. A su entender, si bien era históricamente verificable que en algunos casos (como el inglés y el estadounidense) las clases sociales habían antecedido al

estado moderno conformando antes una sociedad civil fuerte; en el caso de los países latinoamericanos -al igual que en Italia y Alemania- el movimiento de conformación de la sociedad civil y el sistema político, por un lado, y la modernización social por el otro, habían sido motorizadas por el Estado y sus burocracias políticas y militares. Según ha señalado César Peón⁴², esta visión le resultará a Aricó más ajustada a la realidad latinoamericana y a la de los países capitalistas de desarrollo tardío como era el caso de la Alemania de Weber.

Mientras Marx pensaba el fenómeno estatal desde fuera, culminando su razonamiento con la propuesta de la destrucción del Estado, Weber indagaba el capitalismo en clave de política-gobierno, intentando precisar los contornos que puede asumir una dirección burocrático-racional en una fase histórica de amplia socialización en el Estado.

El Weber des-parsonizado y des-americanizado que emergía de estas lecturas, parecía estar en mejores condiciones que el marxismo clásico para proveer algunas claves que permitieran dar cuenta de modo *más realista* de la nueva morfología del Estado y la política contemporáneas.

A modo de conclusión

Encaramos este trabajo con la expectativa de que el estudio de la dinámica entre espacios institucionales y un grupo de revistas político-culturales y de ciencias sociales, nos permitiera dar cuenta del impacto que tuvo la circulación internacional de nuevos temas y perspectivas de análisis en el proceso de renovación intelectual no sólo del grupo de intelectuales vinculados a las revistas *Controversia* y *La Ciudad Futura*, sino de un amplio sector de la izquierda latinoamericana. De aquí que nuestra reflexión haya procurado abordar tanto la cartografía del campo intelectual y los nuevos temas y perspectivas que contribuyeron a la renovación de paradigmas y tradiciones, como el modo en que éstos circularon y se difundieron.

La pregunta por cómo construir una línea de pensamiento y de acción específicamente socialista y democrática en la coyuntura argentina, fue una preocupación y un desafío compartido por el grupo intelectual del que nos hemos ocupado⁴³. Sin embargo, este programa de transformaciones e innovaciones ha sido una tarea que aun cuando tuvo en común algunos presupuestos centrales, no siempre supuso las mismas trayectorias o puntos de llegada.

Los intentos por renovar el acervo cultural de la izquierda, por dotarla de una perspectiva democrática, supusieron una operación por demás compleja que excede ampliamente la propuesta de este trabajo. En parte porque aun cuando el término democracia fue el común denominador de la reflexión de múltiples grupos intelectuales, tal como señalara Lesgart⁴⁴, fue usado más que nada como *consigna* convirtiéndose en un concepto ambiguo. Pero además, porque la democracia como problema no fue un tema exclusivo de los intelectuales latinoamericanos, sino también de los intelectuales pertenecientes a aquellos países europeos que estaban transitando sus propias transiciones a la democracia o bien pensando en la posibilidad de una tercera vía. Lamentablemente, quedará para futuras indagaciones incorporar a esta trama el diálogo

con la izquierda europea y en especial, la recepción de los debates de la izquierda italiana.⁴⁵

En estas notas, hemos dado apenas el puntapié inicial en el estudio de las tentativas teóricas ensayadas. No sólo no agotamos los temas en torno de los cuales las lecturas analizadas resultaron provechosas para que este grupo de intelectuales provenientes de la izquierda intelectual renovaran los instrumentos teóricos con los que analizaron la realidad argentina de los años 80⁴⁶; sino que, es necesario advertir, que junto a los usos de Weber, Lenin y Gramsci, la renovación teórica se nutrió de otros muchos autores que van de Schmitt⁴⁷ a Dahl, pasando por Schumpeter o Kelsen. Autores que cuando puestos en diálogo atendiendo a sus líneas de continuidad y ruptura, nos permiten vislumbrar cómo se va construyendo la nueva morfología del campo intelectual.

Creemos que el estudio de las redes intelectuales constituye un terreno fértil para seguir indagando y empezar a desandar la densa trama de relaciones –que a partir de la puesta en circulación de temas y perspectivas renovadas- dieron cuerpo al complejo fenómeno de transformación del pensamiento político y fueron tejiendo la *trama democrática* en América Latina.

Notas e referências

¹ Para más datos ver, Norbert LECHNER, “De la revolución a la democracia”, *Los patios interiores de la democracia. Subjetividad y política*, Santiago de Chile, FCE, 1988.

² Sin ignorar los rasgos específicos de cada país, cabe señalar que el autoritarismo se constituye como una experiencia compartida en la región que comienza con el golpe en Brasil (1964-1985) y continúa con los casos de Perú (1968-1980), Uruguay (1973-1985), Chile (1973-1990) y Argentina (1976-1983).

³ José, ARICÓ, “Juan Carlos Portantiero y José Aricó: Repensar la democracia”, *El porteño*, III, 27, marzo de 1984, Horacio CRESPO, *José Aricó. Entrevistas 1974-1981*, Córdoba Centro de Estudios Avanzados-UNC, 1999, p.245.

⁴ Carlos, ALTAMIRANO, *Intelectuales. Notas de Investigación*, Bogotá, Ed. Norma, 2006, p.115.

⁵ Waldo, ANSALDI & G. F. CALDERÓN, *La búsqueda de América Latina: Entre el ansia de encontrarla y el temor de no reconocerla: teorías e instituciones en la construcción de las ciencias sociales latinoamericanas*, Buenos Aires, Universidad de Buenos Aires, Facultad de Ciencias Sociales, 1991.

⁶ Creada en 1957 por la Conferencia Latinoamericana de Ciencias Sociales reunida en Río de Janeiro, se constituyó como organismo internacional, intergubernamental, con carácter regional y autónomo integrada por países del Caribe y América Latina. Se estableció como su función primordial la promoción de la enseñanza, la investigación y la asistencia técnica en el campo de las Ciencias Sociales con la intención de contribuir al desarrollo de la identidad cultural de la región y la solución de sus principales problemas. Se organizó sobre una estructura que suponía la existencia de sedes, programas y proyectos. Mientras las sedes se establecieron en países miembros, los programas y proyectos podían estar en países que ni siquiera fueran firmantes de acuerdos. Desde 1957 hasta 1973, la Secretaría General tuvo sede en Santiago de Chile. Tras el golpe de estado, se mudó a Buenos Aires hasta julio de 1979 fecha en que se traslada a San José de Costa Rica.

⁷ Pablo, YANKELEVICH, *Ráfagas de un exilio. Argentinos en México, 1974-1983*, México DF, El colegio de México, 2009, p.37.

⁸ Tal es el caso de Enzo Faletto, Angel Flisfisch, Manuel A. Garretón, Tomás Moulián o Norbert Lechner. Para más datos ver: Norbert, LECHNER, *Obras escogidas 2*, Santiago de Chile, LOM, 2007, p.21.

⁹ Creado en 1967 en la sede de la Universidad de los Andes en Bogotá, la constitución de CLACSO implica la posibilidad de articular por primera vez en materia de política científica, una red regional con capacidad para definir prioridades de investigación genuinamente latinoamericanas, ocupando así un ámbito hasta entonces reservado a instituciones y organismos extraregionales.

¹⁰ Norbert, LECHNER, *Obras escogidas 2*, Santiago, LOM, 2007, p.28.

“La trama democrática en América Latina”
Maria Jimena MONTAÑA

-
- ¹¹ Ernesto Laclau, Sergio Zermeño, Edelberto Torres Rivas, Fernando Rojas, Oscar Landi, Guillermo O'Donnell, Adam Przeworski, Fernando Henrique Cardoso y Norbert Lechner son los autores de este tomo.
- ¹² Norbert, LECHNER, “Presentación”, Norbert, LECHNER (comp.), *Estado y política en América Latina*, México D.F, Siglo XXI, 1986, p.9.
- ¹³ El trabajo de Germani presentado en Costa Rica “Democracia y autoritarismo en la sociedad moderna”, fue el último del autor ya que éste murió al año siguiente y operó como uno de los ejes del debate organizado en su honor en Roma a fines de 1980. El Congreso Internacional sobre los límites de la democracia en honor a Gino Germani, fue realizado en la Libera Università Internazionale degli Studi Sociali di Roma, con el patrocinio del Centro Gino Germani, del International Sociological Association, el Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), el Consiglio Italiano per le Scienze Sociali, el Centro Nazionale di Prevenzione e Difesa Sociale, el Instituto de Sociología de la Universidad de Harvard y el Instituto di Sociologia dell'Università degli Studi di Napoli; y el financiamiento de la Fundación Ford, el Consiglio Nazionale delle ricerche, la Interamerican Foundation y la Libera Università Internazionale degli Studi Sociali. Todos los trabajos serán compilados bajo el mismo nombre del congreso “Los límites de la democracia” en dos volúmenes publicados por CLACSO en 1985. Entre otros, se destacan los trabajos de autores tales como Norberto Bobbio, Albert Hirschman, Perry Anderson, Seymour Lipset, Torcuato Di Tella, Fernando Henrique Cardoso, Philippe Schmitter, Guillermo O'Donnell, Jorge Graciarena y Francisco Delich, donde se encaran específicamente una reflexión dialogada sobre los resultados democráticos y autoritarios de los procesos revolucionarios; el aporte de la modernidad y de la tradición a la génesis de los movimientos autoritarios; la vulnerabilidad de la democracia en las sociedades avanzadas y los procesos de modernización y la persistencia del autoritarismo en América Latina.
- ¹⁴ Sus participantes fueron: José Aricó, Ernesto Laclau, Liliana de Riz, Emilio de Ípola, Rafael Loyola, Carlos Martínez Assad, Norbert Lechner, Carlos Pereyra, Chantal Mouffe, Jordi Borja, Ludolfo Paramio, Jorge Reverte, Luis Maira, Fernando Fajnzylber, Sergio Zermeño, Juan Carlos Portantiero, Jorge Béjar, Fernando Petkoff, Julio Cotler, Manuel Antonio Garretón, Fernando Henrique Cardoso, Regis de Castro Andrade, René Antonio Mayorga, Edelberto Torres-Rivas, Pablo González Casanova, Rolando Cordera y Francisco Delich
- ¹⁵ Julio LABASTIDA MARTÍN DEL CAMPO “Presentación”, Julio LABASTIDA MARTÍN DEL CAMPO (coord.), *Hegemonías y alternativas políticas en América Latina*, México DF, Siglo Veintiuno Editores, 1985, p.10.
- ¹⁶ Julio LABASTIDA MARTÍN DEL CAMPO (coord.), *Hegemonías y alternativas políticas en América Latina*, México DF, Siglo Veintiuno Editores, 1985.
- ¹⁷ Norbert LECHNER, “De la revolución a la democracia”, *Los patios interiores de la democracia...* cit. p.19
- ¹⁸ Carlos, ALTAMIRANO, *Intelectuales, Notas de...* cit. p.126
- ¹⁹ Hemos escogido estas revistas porque en un contexto en el que existían pocas revistas de circulación regional, estas constituyen una excepción parcial.
- ²⁰ Vd. Antonio, CAMOU, “Se hace camino al transitar. Notas en torno a la elaboración de un discurso académico sobre las transiciones democráticas en Argentina y América Latina”, Antonio CAMOU; María Cristina TORTTI; Aníbal VIGUERA (coords.), *La Argentina democrática. Los años y los libros*. Buenos Aires, Prometeo, 2007, p34.
- ²¹ *Controversia*, publicó 13 números entre 1979 y 1981. Su director fue Jorge Tula y el Consejo de Redacción estuvo integrado por José Aricó, Sergio Bufano, Rubén Sergio Caletti, Nicolás Casullo, Ricardo Nudelman, Juan Carlos Portantiero, Héctor Schmucler y Óscar Terán; incorporándose Carlos Abalo a partir del N°7.
- ²² Raúl, BURGOS, *Los gramscianos argentinos, Cultura y política en la experiencia de Pasado y Presente*, Buenos Aires, Ed. Siglo XXI de Argentina Editores, 2004, p.286.
- ²³ En este punto, es importante destacar que la tarea desarrollada por ambas publicaciones no continuó de manera lineal. Una vez en Argentina, el cambio de escenario supuso la renovación de la estrategia de intervención en los asuntos públicos así como una renovación teórica que transformaron el debate respecto de la significación contemporánea de la democracia y el socialismo. La tensión entre igualdad y libertad que en *Controversia* se había actualizado en la reflexión respecto de la relación entre socialismo y democracia, reaparecerá en el nuevo emprendimiento editorial al interior de la discusión sobre el tipo de democracia. De modo tal que el traslado de la problemática a la relación entre la idea democrática de participación

reivindicada por el socialismo y la idea de representación producto de la concepción liberal moderna de la democracia, supondrá una novedad en la reflexión que –aunque no podemos abordar en este espacio– amerita ser analizada.

- ²⁴ Cabe señalar, que si bien suele pensarse al Club de Cultura Socialista como una profundización y ampliación del Grupo de Discusión Socialista, existió una diferencia sustantiva entre uno y otro grupo; a saber, que en el Club de Cultura Socialista no existió nunca un componente peronista o filo peronista.
- ²⁵ Alain, BERGOUNIOUX, “Teoría y práctica de la socialdemocracia”, Ory, PASCAL, *Nueva historia de las ideas políticas*, Madrid, Mondadori, 1992, p.362.
- ²⁶ Horacio, CRESPO, “En torno a Cuadernos de Pasado y Presente, 1968-1983”, Claudia, HILB (comp.). *El político y el científico. Ensayos en homenaje a Juan Carlos Portantiero*. Buenos Aires, Siglo XXI, 2009.
- ²⁷ Juan Carlos, PORTANTIERO, “Proyecto democrático y movimiento popular” en *Controversia*, N°1, 1979, p.7.
- ²⁸ José, ARICÓ, “La crisis del marxismo” en *Controversia*, N°1, 1979, p.13.
- ²⁹ José, ARICÓ, “Ni cinismo ni utopía” en *Controversia*, N° 9-10, 1980, p.16.
- ³⁰ “Sólo cuestionando el armonicismo de los modelos socialistas es posible admitir la conflictualidad social y la interacción política como un fenómeno insuprimible de toda sociedad futura y por tanto presente”. *Ibid.*, pp.15-16.
- ³¹ En este punto, es importante señalar que Aricó advertía respecto de la complejidad de la dialéctica entre socialismo y democracia. A su entender, esta relación no se había roto simplemente porque los comunistas fueran autoritarios en su teoría y práctica política, sino porque “toda propuesta de transición, en la medida en que está colocada necesariamente en un plano productivista, es esencialmente autoritaria y genera tensiones que acaban por apagar la democracia. No se puede reorientar en un sentido anticapitalista el funcionamiento de la vida económica de una sociedad sin una decisiva presencia del estado. Pero un proceso de estatalización creciente de la sociedad provoca un sofocamiento cada vez mayor de los espacios democráticos. Este es el dilema que se planteó en aquel entonces y es el dilema en que están encerrados los procesos de cambio hoy”. José, ARICÓ, “Ni cinismo ni utopía” cit.
- ³² Robert, BARROS, “Izquierda y democracia: debates recientes en América Latina”, *Zona Abierta*, 39-40, 1986.
- ³³ “Tradicionalmente su utilización en nuestro quehacer político era instrumental; mucho más una táctica que un objetivo. Al cabo, el socialismo era, en sí mismo, la democracia (...). Al entender a la democracia como valor universal [...] la abstracta separación, tantas veces utilizada entre “democracia formal” y “democracia real” (la primera, capitalista; la segunda, la socialista) perdió su rigidez”. Juan Carlos, PORTANTIERO, *La producción de un orden. Ensayos sobre la democracia entre el Estado y la sociedad*, Bs.As., Nueva Visión, 1988, p.8.
- ³⁴ De hecho, el asunto había ocupado el centro del debate de la Segunda Internacional; y dos tradiciones, la socialdemócrata y la comunista, se congelarían desde entonces como propuestas de la realización del socialismo a partir de definiciones diferentes sobre la democracia y sobre su articulación con la transformación socialista.
- ³⁵ José, ARICÓ, “Prologo”, Julio LABASTIDA MARTÍN DEL CAMPO (coord.), *Hegemonías y alternativas políticas en...* cit. p.16.
- ³⁶ Juan Carlos PORTANTIERO, “Notas sobre crisis y producción de acción hegemónica”, Julio LABASTIDA MARTÍN DEL CAMPO (coord.), *Hegemonías y alternativas políticas en...* cit. p.280.
- ³⁷ Juan Carlos PORTANTIERO, “Notas sobre crisis y producción...” cit. p.280.
- ³⁸ José, ARICÓ, “Prologo...” cit. p.13.
- ³⁹ Juan Carlos PORTANTIERO, “Notas sobre crisis y producción...” cit. p.288.
- ⁴⁰ *Ibid.*, p.282.
- ⁴¹ Entendida esta como una acumulación histórica, política y cultural a través de la cual se van recuperando los poderes alienados en el estado. Juan Carlos, PORTANTIERO “Los dilemas del socialismo” en *Controversia* 9-10, 1980, p.24.
- ⁴² César, PEÓN, “Max Weber en América Latina. Su recepción temprana y algunas claves de lectura”, Luis F. AGUILAR, Julio PINTO, César, PEÓN, *La política como respuesta al desencantamiento del mundo. El aporte de Max Weber al debate democrático*, Buenos Aires, Eudeba, 1998.

“La trama democrática en América Latina”

Maria Jimena MONTAÑA

-
- ⁴³ Cf. Emilio, DE ÍPOLA “Cultura, orden democrático y socialismo”, *La Ciudad Futura* 1, 1986, pp.33-35. Emilio, DE ÍPOLA “El socialismo en tres tiempos”, *La Ciudad Futura* 11, 1988, pp. 10-13. Jorge, DOTTI, “¿Viejo? Liberalismo, nuevo ¿liberalismo?”, *La Ciudad Futura* 1, 1986, pp. 26-28. Jorge, DOTTI “Democracia y socialismo: una decisión ética”, *La Ciudad Futura* 2, 1987, pp. 23.
- ⁴⁴ Cecilia, LESGART, “Entre las experiencias y las expectativas. Producción académico-intelectual teórica de la transición a la democracia. Itinerarios intelectuales en el Cono sur de América Latina”, *Ayer. Revista de Historia Contemporánea*. N° 81, 2011.
- ⁴⁵ Teniendo en cuenta que la cultura de izquierda italiana fue el contexto en el que se formaron gran parte de los intelectuales que estamos estudiando, no es de extrañar que sus reflexiones críticas estuvieran sumamente permeadas por los debates que tenían lugar en el campo político-intelectual italiano. *Controversia* primero y *La Ciudad Futura* después, fueron un canal privilegiado en las relaciones entre la cultura política argentina y la izquierda italiana ya que se leían, se discutían, se comentaban y se traducían artículos de manera permanente.
- ⁴⁶ Por ejemplo, la idea weberiana de un sistema sostenido sobre un pacto entre organizaciones (y no ya un contrato entre ciudadanos). Cf. Jimena MONTAÑA “*La Ciudad Futura* y los usos de Weber (un diálogo polémico con el marxismo)”, *Prácticas de Oficio. Investigación y reflexión en Ciencias Sociales*, N° 10, 2012. Ver también: José María, CASCO, “Cultura, modernización y democracia. Max Weber en la obra de los sociólogos intelectuales de la transición a la democracia argentina” en *Cuadernos de Ciencias Sociales* N°153, 2010, Costa Rica, FLACSO.
- ⁴⁷ En la lectura de Burgos la reflexión schmittiana encajaba perfectamente en el deslizamiento para un tipo de posición que prioriza “lo político”, el espacio de la política y los factores institucionales de la “decisión política” en la dirección de los procesos sociales. Germán, BURGOS, *Los gramscianos argentinos, Cultura y política...cit.*, p.320.

PARTE 3

História Intelectual e História Política

*A recepção de Hans Kelsen na Constituinte de 1933-34:
peças de um quebra-cabeça incompleto.
“Positivismo” versus Positivismos?*

*Ricardo Gaulia Borrmann**

Introdução: tese e antítese

Apesar de sua curta duração (1934-1937), a Carta Magna de 1934 é considerada bastante moderna e liberal na história do direito constitucional brasileiro, pois introduziu uma série de princípios que depois foram retomados em Constituições subsequentes. Em toda sua modernidade, ela foi considerada ainda uma caixa de ressonância do momento político por que passava o Brasil e suas contradições um prenúncio das mudanças políticas que estavam por vir.¹

Sobretudo no que concerne aos dispositivos sociais, as mudanças introduzidas pela Constituição de 1934 foram grandes. A partir dela, comenta-se, foi introduzido o Estado Social no Brasil², além de uma série de outras novidades nos campos político, jurídico, econômico e cultural-educacional. Neste sentido, Paulo Bonavides argumenta que a Constituição de 1934 foi vítima de sua “dose de socialismo”,³ inscrito nos direitos sociais, constituindo a “vitória jurídica da democracia”.⁴ Aqui volta-se para a comparação com a Constituição alemã de Weimar (1919), que teria tido destino similar e por razões parecidas, ambas provocando uma espécie de *contrarreforma* das forças conservadoras⁵.

Não se trata aqui de forma alguma de ignorar o caráter inovador das medidas sociais implementadas pela Constituição de 1934, que sem dúvida foram importantes, nem tampouco de desmerecer a *sensibilidade atualizadora*⁶ que teve a Comissão do Itamaraty, responsável pelo anteprojeto da Carta, servindo de base para os trabalhos da Constituinte. Está fora de questão que os *notáveis de 33*⁷ da referida Comissão realizaram “uma das contribuições mais ricas e inovadoras com respeito à modernidade e a atualização do direito constitucional positivo nas Constituições brasileiras”⁸ até

* Universidade de Munique (LMU), Amerika Institut/Historia Cultural; Passagens – Revista Internacional de História Jurídica e Cultura Política (História/UFF). Doutorando; assistente-editorial Passagens.

aquele momento. A tese do malogro da Carta de 1934 por seu suposto excesso de liberalismo, que teria ocasionado uma reação conservadora, culminando posteriormente no Estado Novo, porém, parece-nos demasiado simplista, porque taxativa. Até mesmo no caso de Weimar, que de alguma forma parece sempre sugerir similitudes com caso brasileiro, a mesma explicação não seria adequada, tendo em vista o contexto das lutas políticas concretas em que estiveram envolvidas as elaborações de ambas as cartas constitucionais.

Uma análise mais acurada dos debates constitucionais realizados entre novembro de 1933 e julho de 1934 no Brasil demonstra a fragilidade do argumento face à tamanha variedade de juristas, constituições e tratados citados pelos parlamentares. A Carta de Weimar funcionou apenas como *símbolo* de certos princípios gerais que já se encontravam disponíveis dentro do repertório de dispositivos político-constitucionais à disposição dos Estados Modernos, e que se pretendia adotar no Brasil.

A Carta alemã de 1919, que inauguraria a república neste País, parece ser não mais que a *consagração*, pioneira sem dúvida, de princípios que, de resto, já estavam sendo paulatinamente absorvidos pelas Constituições em uma série de outros países (inclusive nos países de inclinação fascista, como no caso da Itália e, posteriormente, de Portugal e Espanha) e que, portanto, já estavam *circulando* dentro do repertório de dispositivos jurídicos disponíveis.

Além disso, há outro problema ainda mais grave com relação à tese da “reação conservadora ao toque de socialismo” em ambas as Cartas: além de inflacionar a força política das tendências liberais, tal visão reforça a hipótese (conservadora), que teve em Oliveira Viana um de seus arautos (entre outros), de que o Brasil e a sociedade brasileira não estavam/estão preparados para grandes mudanças político-sociais. Assim, o conservadorismo e o fechamento político se apresentaram/apresentam como uma alternativa muitas vezes dolorosa, mas necessária. Tratou-se de argumento que as elites brasileiras sempre estiveram dispostas a alçar historicamente, quando o momento oportuno se apresentou.

Parece-nos, pois, que a melhor forma de desconstruir tal visão é a análise concreta da situação política brasileira, a partir dos debates parlamentares realizados na Assembleia Nacional Constituinte e, em especial, a partir da recepção feita pelos seus deputados, muitos dos quais juristas nacionais de relevo, do jurista austríaco Hans Kelsen (1881-1973).

Hans Kelsen e a sua recepção no Brasil funcionam aqui como chave para captar determinados movimentos de ideias que se deram por trás da feita da Constituição de 1934. Movimentos estes reveladores de determinada conjuntura política-ideológica em que se encontrava o País.

Nesse sentido, o interesse deste trabalho é captar como Hans Kelsen é referenciado pelos parlamentares: com relação a quais temas, de que forma e por quais forças políticas ele é citado? Almeja-se, também, destacar de quais outros autores e referências Hans Kelsen vem acompanhado. Assim, as influências jurídico-políticas de que estão

revestidos os debates em torno da aprovação da Carta Constitucional de 1934 deverão se tornar mais claras.

Através desta perspectiva fincada na história cultural e intelectual e focada na recepção, circulação e apropriação de ideias, será possível visualizar melhor as diversas forças políticas em choque e, assim, deverão cair juntas, tanto a tese da influência unívoca de Weimar, quanto à tese do fracasso da Constituição de 1934 por seu suposto excesso de liberalismo-socialismo. O acento recairá então sobre os respectivos posicionamentos político-ideológicos dos atores em questão.

A preparação da Constituição de 1934⁹

O outubro de 1930 marcaria o fim da República Velha, muito embora a data seja mais um marco de referência histórico, uma vez que as mudanças político-sociais que levaram à vitória dos revolucionários de 30 já vinham se gestando há algum tempo, desde pelo menos o final da segunda década do século. As mudanças vindouras tampouco se gestaram da noite para o dia, com a simples vitória do movimento, mas foram introduzidas paulatinamente.

Em 3 de novembro Getúlio Vargas tomaria posse como chefe do Governo Provisório. Do ponto de vista jurídico, o Decreto de 11 de novembro de 1930 (nº 19.398) configuraria um ato institucional de um poder nascido a partir *das armas*. Este dissolvia o Congresso Nacional, assim como as Assembleias Legislativas estaduais, as Câmaras Municipais e quaisquer câmaras deliberativas do País. Assim, institucionalizava os poderes discricionários do Governo Provisório, concentrando em suas mãos a totalidade dos poderes executivos, assim como as atribuições do Poder Legislativo na sua prerrogativa de elaborar decretos-lei.

Sem a pretensão de entrar na discussão, muito frequente na época, se a Constituição de 1891 era cúmplice ou vítima do sistema político clientelista, o fato é que o referido Decreto de 11 de novembro concretamente punha um fim à vigência desta Carta¹⁰. O retorno ao regime constitucional por sua vez só se daria um ano e meio após o ato, com a publicação do Decreto de 14 de maio de 1932 (nº 21.402), que fixava para o dia 3 de maio de 1933 a realização das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Além disso, criava ainda uma comissão, sob a presidência do Ministro da Justiça, destinada a elaborar o anteprojeto da nova Carta Constitucional.

Ainda em 1931 o Executivo Federal tomou medidas para a renovação do Código Eleitoral. Através de um novo decreto estabeleceu uma comissão que deveria se encarregar do estudo e revisão da legislação eleitoral vigente no País, visando à criação de um novo Código. Do projeto elaborado pela Comissão resultou o Decreto de 24 de fevereiro de 1932, que finalmente instituiu o novo Código Eleitoral Brasileiro. Dentre as suas inovações constam, por exemplo, a ampliação do sufrágio para maiores de 21 anos alfabetizados, sem distinções de sexo, incluindo, pois, o direito de voto para as mulheres pela primeira vez no País. Além disso, instituía também o voto direto e criava a Justiça Eleitoral, que passaria a organizar e supervisionar todo o processo eleitoral, retirando do Legislativo este poder, considerado um dos esteios da *Política dos Governadores*.

Assim, o novo Código tinha por objetivo concretizar uma das principais demandas da campanha da Aliança Liberal liderada por Vargas: a moralização das práticas eleitorais do País, que deveria pôr fim ao clientelismo e às “eleições a bico de pena” típicas da recém-batizada *República Velha*.

Em 1º de novembro de 1932 seria expedido ainda o mais importante Decreto (nº 22.040) para a futura Constituinte: aquele que regulava os trabalhos da Comissão Constitucional e seria responsável pela elaboração do anteprojeto a ser apresentado à futura Assembleia.

Logo em seguida, após a nomeação do novo Ministro da Justiça Antunes Maciel, foi criada a famosa “Subcomissão do Itamaraty”, em referência ao local (Palácio do Itamaraty) onde se realizariam as suas reuniões. A dita Subcomissão seria a responsável de fato pela elaboração do anteprojeto. Ela se compunha dos seguintes membros: Afrânio de Mello Franco (presidente), Assis Brasil, Antônio Carlos de Andrada, Prudente de Moraes Filho, João Mangabeira, Carlos Maximiliano (relator-geral), Artur Ribeiro, Agenor de Roure, José Américo de Almeida, Osvaldo Aranha, Oliveira Viana, o General Aurélio de Góis Monteiro e Temístocles Cavalcanti (secretário-geral).

Com relação aos debates desenvolvidos pela Subcomissão, deve-se ainda destacar alguns itens que foram alvo de conflitos:

“...a adoção do unicameralismo com a supressão do Senado, e o reforço daí adveniente para o princípio unitarista [...]; a introdução da representação classista no sistema representativo constitucional, proposta rejeitada pela Subcomissão; a eleição do Presidente da República pelo Poder Legislativo (Assembleia Nacional); o comparecimento dos ministros de Estado perante o Legislativo, mitigando assim a rigidez da fórmula separatista de poderes inerentes ao modelo presidencial de governo; a unidade ou dualidade da magistratura, prevalecendo, no anteprojeto, ao cabo dos debates e votação, a unidade, posteriormente rejeitada pela Constituinte; a instituição do Conselho Supremo da República, um instrumento de Estado da monarquia imperial do século passado e, finalmente, no capítulo dos Direitos e Garantias Individuais, o novo instituto intitulado mandado de segurança, que vinha tomar espaço até então ocupado jurisprudencialmente pelo *habeas corpus*...”¹¹

No entanto, os temas mais candentes, como se depreende dos debates na Constituinte, se relacionavam com assuntos, “inéditos ao constitucionalismo pátrio”¹², referidos à família, educação, ordem econômica e social, segurança nacional e justiça eleitoral. Sobretudo os três primeiros ocuparam a maior parte dos debates, constituindo pontos de discórdia entre as diversas posições políticas defendidas pelos parlamentares.

As eleições para a Assembleia foram finalmente realizadas em maio de 1933, tal como previa o decreto do Governo de 14 de maio de 32 (nº 21.402).

Segundo o historiador Boris Fausto, a campanha eleitoral teria revelado “um impulso na participação popular e na organização partidária” do País.¹³ Muitos partidos surgiram Brasil afora, “alguns com bases reais e outros sem qualquer consistência”¹⁴. À

exceção do Partido Comunista, na ilegalidade, e da Ação Integralista Brasileira, não havia outros partidos de dimensões nacionais.¹⁵

Não se pode deixar de destacar aqui a atuação da Igreja Católica, que tinha no seu centro Dom Vital (fundado em 1922) uma espécie de *think tank* das suas estratégias políticas e que criara, em 1932, a Liga Eleitoral Católica¹⁶ (LEC) – um verdadeiro grupo de pressão que atuaria de forma horizontal e acima dos partidos políticos, com vistas a ampliar seu campo de influências, operando sob os auspícios de Igreja Romana.¹⁷ Quanto à atuação da Igreja no Brasil, é importante frisar ainda que, naquele tempo, ela lutava por recobrar a influência (política) perdida com o advento da República e da Constituição em 1891¹⁸ e a conseqüente separação entre Igreja e Estado.

O Governo Provisório ainda expediu dois Decretos de fundamental importância para o funcionamento da Constituinte. O primeiro, de 17 de janeiro de 1933 (nº 22.364), determinou os casos de inelegibilidade e o segundo (nº 22.621), de 5 de abril de 1933, definiu o Regimento Interno da Assembleia, ou seja, o conjunto de regras que iria ditar o seu funcionamento e os seus procedimentos.

Exatamente referido a esta questão emerge o nome de Hans Kelsen: o jurista austríaco redigiu um parecer sobre a competência da Assembleia Nacional Constituinte para modificar o seu regimento interno.

A outorga do dito regimento por parte do Governo Central foi considerada por muitos como “um aranhão na soberania da Assembleia” e mais uma das medidas do Governo com o propósito de direcionar os trabalhos dela em seu favor.¹⁹ A recém-eleita Constituinte, porém, logo “se insurgiu contra a medida”,²⁰ de forma que a questão do regimento interno ocasionou calorosos debates nos seus primeiros dias (especialmente em 20 de novembro), entre os parlamentares Henrique Dodsworth (favorável a uma modificação do regimento), Agamenon Magalhães e Medeiros Netto (ambos contrários a uma mudança).²¹ Os debates sobre a questão também foram fartamente documentados pela mídia.

Durante estas discussões o nome de Kelsen é citado com frequência, justamente devido ao referido parecer, sobre o qual alguns dos parlamentares tinham conhecimento. Ao fim e ao cabo, os parlamentares acabaram votando, no dia 5 de março de 1934, a Resolução nº 3, que produzia alterações consideráveis no regimento proposto pelo Governo.²²

No dia 15 de novembro de 1933 finalmente ocorreu, no Palácio Tiradentes, a sessão solene de abertura da Assembleia Nacional Constituinte, presidida por Antônio Carlos. No dia seguinte a instalação da Constituinte instituiu-se uma Comissão Constitucional composta por 26 membros, que seria responsável pelo estudo e apresentação de emendas ao anteprojeto encaminhado pelo Governo. A comissão foi dividida em grupos de relatores parciais e criou ainda uma comissão de revisão presidida pelo constitucionalista gaúcho Carlos Maximiliano. A vice-presidência ficaria ao cargo de Levi Fernandes Carneiro e a relatoria-geral com Raul Fernandes, “dois abalizados juristas fluminenses de renome em todo o País”.²³ Os trabalhos da *Comissão dos 26*,

como ficou conhecida, prolongar-se-iam de Novembro de 1933 a março de 1934, quando finalmente apresentou à Assembleia um substituto ao anteprojeto do Governo.

Neste período, especialmente nos meses de dezembro de 33 a fevereiro de 34, a Assembleia passou por turbulências políticas vinculadas à renúncia do líder da maioria Osvaldo Aranha e a subsequente indicação de seu substituto Medeiros Neto, também rodeada de conflitos. Além da polêmica indicação de Medeiros Neto, que não era considerado um revolucionário de primeira hora, ele propunha justamente a reforma do Regimento Interno, para que se permitisse que as eleições presidenciais fossem realizadas antes da elaboração final do texto constitucional. Este caso demonstra como o Governo e suas lideranças na Assembleia tinham desenvoltura e suficiente independência política para, num determinado momento, posicionar-se a favor do parecer do renomado Hans Kelsen, que defendia que a Assembleia não tinha competência para modificar seu regimento interno – já que, na sua visão, este somente poderia advir de uma instância *superior* – e, posteriormente, colocar-se contra a opinião do referido jurista, quando isto se provou ser do seu imediato interesse político. Estes dois eventos, a reforma do regimento interno, que todavia não alterou a ordem dos trabalhos, e a conclusão do projeto da Comissão dos 26, encerram a primeira fase do funcionamento da Constituinte.

Um dos confrontos políticos fundamentais na Assembleia Constituinte, que formava “duas grandes frentes ideológicas”²⁴ por assim dizer, pode ser definido como aquele entre as forças regionais, defensoras de uma maior participação política dos Estados e os partidários de uma maior centralização política, favoráveis a uma concentração de poderes nas mãos do Executivo Federal. Muitos dos confrontos políticos dentro da Assembleia podem ser lidos sob esta tônica. É o caso, por exemplo, da questão das representações classistas, dos adeptos da Constituição de 1891 e seus antagonistas, da questão federativa e das discussões em torno do sistema bicameral. Entretanto, seria falso pensar numa oposição rígida entre as oligarquias locais e o princípio centralista, tamanha era a dependência das primeiras dos recursos federais para manter a sua estrutura de poder local em declínio.²⁵

Como bem o descreve Victor Nunes Leal, o que se deu concretamente foi um grande processo de conciliação entre os partidários de uma maior centralização e as tradicionais oligarquias locais do Nordeste, de forma que Vargas, desde o primeiro momento, foi muito hábil em angariar o apoio das antigas elites agrárias. Dessa forma, enquanto os Estados do Norte e Nordeste, mais fracos economicamente, dependiam financeiramente do Governo Central, os Estados do Centro-Sul, eram os que reivindicavam maior autonomia em relação ao executivo federal.²⁶

No segundo período, marcado pela discussão e apresentação de emendas ao substitutivo da *Comissão dos 26*, as posições debatidas na Constituinte se dividiriam na formação de dois grandes blocos, o das *grandes bancadas*, a maioria, e os das *pequenas bancadas*, a minoria.

No entanto, seria também um equívoco pensar em uma oposição aberta e combativa. Isto se deveu à característica profundamente *situacionista* da Assembleia. A derrota

militar dos revoltosos de 32 possibilitou ao Governo Provisório a neutralização, via expulsão do País, das vozes mais críticas. A lei das inelegibilidades complementou o processo, pois constituiu ainda outro instrumento do governo para afastar os dissidentes.²⁷

A *maioria*, representada pelos grandes Estados, reunia frações consideráveis das forças oligárquicas do Centro-Sul, como Minas, Rio Grande do Sul, São Paulo e Bahia, enquanto o bloco da *minoría* (as tais *pequenas bancadas*) correspondia de um modo geral às posições mais centralizadoras, amalgamando setores das antigas oligarquias dos Estados do Norte e Nordeste e outros setores oligárquicos descontentes com a política nos seus próprios Estados.

O primeiro grupo – a *maioría* – estava mais preocupado com a manutenção dos privilégios políticos e econômicos, assegurados, em parte, pelo princípio federalista inscrito na Constituição de 1891.

Muito embora se tratassem, no fundo, de grupos oligárquicos com considerável dose de poder local e regional, a construção do consenso no interior dos blocos é crucial para se entender a complexidade do processo político do período. Ao mesmo tempo, portanto, que o bloco dos grandes Estados reunia interesses de setores oligárquicos identificados com o Governo Provisório, como era o caso do Rio Grande do Sul, de onde vinha o próprio Vargas, assim como muitas das lideranças de 1930, ali estavam presentes também posições francamente anti-varguistas, como o grupo paulista em torno da Chapa Única por São Paulo.

O grande esforço de coordenação política se deu justamente na atração para a órbita do governo destes grupos divergentes, cuja execução exigiu uma articulação cuidadosa da parte das lideranças políticas no sentido de garantir mútuos benefícios e também fazer concessões. Foi neste sentido que, desde o período da Comissão dos 26, o presidente da Assembleia, o presidente da referida Comissão e o líder da maioria se esforçaram por promover uma aproximação entre os grupos mais fortemente representados para que houvesse uma acomodação (*conciliação*) das posições das bancadas mais importantes e numerosas. Seu objetivo principal era, naturalmente, obter uma constelação política que permitisse a continuidade de Vargas no poder. Assim, ao mesmo tempo que São Paulo compreendeu “que teria que estabelecer algum tipo de compromisso com o poder central” com vistas a manter sua posição privilegiada de centro econômico do País, o Governo cedeu também, pois percebeu que não podia ignorar a elite paulista.²⁸ Tais ajustes foram, sem dúvida, resultado direto da revolta de 32.

Ao fim e ao cabo, a importância dos Estados foi assegurada de certa maneira pela manutenção do princípio federalista. Um dos pontos mais polêmicos foi a questão (tributária) da partilha de rendas entre Estados e União.

Por outro lado, também ampliou-se o processo de centralização política, embora de maneira mais tímida do que Vargas teria desejado, especialmente no que concerne a participação do Estado na economia e na área social. Assim, promoveu-se “a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais e quedas-d’água, julgadas

básicas ou essências à defesa econômica ou militar do País”²⁹. No âmbito dos dispositivos sociais, foi criada a Justiça do Trabalho, o salário mínimo, a jornada de trabalho de oito horas, férias anuais, descanso hebdomadário e também assegurou-se a “pluralidade e autonomia dos sindicatos”,³⁰ o que constitui um revés para o Governo. Tais medidas fizeram com que as questões sociais adquirissem âmbito nacional, dotando a Carta de 1934 do “sentimento eminentemente sócio”³¹ pela qual ficaria conhecida.

Porém, estes dois caminhos – federalismo e centralização –, ao mesmo tempo que possibilitaram um *aggiornamento* das diversas forças políticas, também dotaram a Constituição de 1934 de algumas contradições, fazendo dela uma verdadeira *colcha de retalhos*, onde se situam lado a lado princípios muitas vezes antagônicos.³² Ao mesmo tempo que elementos liberais, representados pelas garantias individuais, foram mantidos da Constituição de 1891, foram ampliadas as possibilidades intervencionistas do Estado. No campo jurídico destaca-se a introdução do *mandado de segurança* na defesa dos direitos e garantias individuais contra violações da parte de qualquer autoridade. Entretanto, refletindo também o clima de descrédito por que passava o liberalismo parlamentar europeu, manteve-se a prerrogativa *schmittiana* do executivo dispor sobre o Estado de Exceção. Já no âmbito da representação de classe, apesar do revés no que tange a autonomia sindical, o Executivo assegurou as medidas corporativistas pela via da banca classista, asseguradas na Constituição e que constituíam um prenúncio de 1937. Estas são as razões pelas quais a Constituição de 1934 pode ser vista como “uma caixa de ressonância das posições ideológicas em antagonismo”.³³

No entanto, o fator que realmente deu liga a este grande processo de conciliação política que marcou os trabalhos da Constituição de 1934 foram às questões de interesse direto da Igreja Católica. Estas se relacionavam com os temas da família, da educação e da *questão social*. Neste particular, introduziu-se uma novidade: um capítulo exclusivo sobre a família, que deveria receber proteção especial, sobretudo aquela de prole numerosa. Esta medida decorreu em grande parte da pressão da bancada católica, unida sob o guarda-chuva da LEC. Entre outras conquistas de interesse da Igreja estão ainda a oficialização do casamento religioso e a manutenção do ensino religioso nas escolas públicas, embora de caráter facultativo.

Sobre estas questões é que se permitiu *dar ligadura* ao consenso, certamente às custas do enfraquecimento, num primeiro momento ainda relativo, das forças mais liberais. O que estava realmente em jogo eram as disposições relacionadas à família, a educação e ao enfrentamento da *questão social*. Nestes temas é inegável a influência que exerceu a Igreja Católica, por cima dos partidos, e em quase todos eles, através da ação política capitaneada pela LEC. Os debates levados a cabo na Constituinte demonstram a relevância destes temas, a partir da recorrência e intensidade dos debates que provocaram.

A Igreja Católica, portanto, através do seu braço político representado pela LEC, logrou enfraquecer as vias mais *liberais* que a Revolução de 1930 abria, recobrando a influência perdida desde a *Questão dos bispos* no final do Segundo Reinado. Assim,

estabeleceu-se uma importante troca política, típica dos processos de conciliação e frequentes na história brasileira:

“Assim como as autoridades eclesiásticas se dispuseram a apoiar o poder oligárquico na década de 20 com vistas a recuperar o status de sócios privilegiados do poder político de que haviam desfrutado até a queda do Império, preferem adotar atitude semelhante em relação ao regime Vargas, antes e após o golpe de 37, em troca da caução oficial à criação de novas instituições no campo da educação e da cultura (sobretudo, a Universidade Católica do Rio de Janeiro sob a direção dos jesuítas). Em todas as circunstâncias mencionadas, o “realismo” inerente à política de acomodação da Igreja com o Estado se inspirava na orientação preconizada por Leão XIII em fins do século passado, segundo a qual era preciso ‘aceitar a situação pública, tal como se apresentava, sem discutir-lhe praticamente a legitimidade’ a fim de assegurar ‘a existência biológica e empírica da Igreja no mundo’.”³⁴

A Reforma Educacional Francisco Campos (1931) constituiu-se como o início deste movimento de recuperação do poder da Igreja católica brasileira no campo educacional, cujo ápice seria o afastamento da corrente representada pelos reformadores da *Escola Nova*. Seu sintoma foi o fechamento definitivo da Universidade do Distrito Federal (UDF), criada em 1935 por iniciativa de Anísio Teixeira, que por alguns anos firmou-se como o bastião de um projeto mais liberal e menos tecnicista no ensino superior. A dita Reforma promoveria, em grande medida, um reforço à tecnicização do ensino jurídico no Brasil, responsável pela formação das elites político-econômicas do País.

A recepção de Hans Kelsen na Constituinte de 34

“Uma Constituição perfeita não pode ser conseguida por situação nenhuma, influa na sua factura Ruy Barbosa, Carlos Maximiliano, João Mangabeira ou Levi Carneiro, no nosso caso, ou Preuss ou Kelsen, nos casos de Alemanha e da Áustria, com a recomposição desses países depois do seu desastre político e militar na grande guerra. Se assim é, e não pode deixar de ser assim, porque nem as organizações nacionais admitidas como revelação divina, a exemplo da dos judeus e a dos maometanos, contentam aos respectivos comentadores, por que perseguimos nós o objeto inalcançável de um Código perfeito?”³⁵

O jurista Hans Kelsen recepcionado no Brasil no início dos anos 30 por ocasião dos debates em torno da Constituinte é um jurista distinto daquele pelo qual ficaria famoso mais tarde: trata-se do intelectual anterior à sua obra-magna de 1934, *A teoria pura do direito (Reine Rechtslehre)*, que seria publicada em alemão e o alçaria ao estrelato mundial. À época tratava-se Kelsen, sobretudo, do “notável teórico do direito público”,³⁶ em suma, um jurista constitucionalista associado à Teoria do Estado e considerado o “pai da Constituição Austríaca” de 1920.

De fato, nos principais jornais da Capital Federal, Kelsen aparece como eminência do direito, citado quase sempre como argumento de força, do qual emana certa autoridade capaz de emprestar legitimidade ao discurso do interlocutor. Esta não é, porém, muito diferente da forma como o autor é citado pelos parlamentares na Assembleia Constituinte, sempre sendo *puxado e esticado* com o propósito de embasar ou comprovar os argumentos e posições daqueles que o evocam, na maioria das vezes independentemente de uma compreensão mais profunda de sua obra, posicionamento, ou mesmo do contexto no qual escrevera. Mesmo quando suas obras são mencionadas, as citações carecem de qualquer rigor, na maioria das vezes sem referência ao texto, tradução ou contexto do argumento. Quase sempre se tratam de citações *mediadas* por alguma espécie de comentador ou tradução em língua estrangeira, frequentemente do francês ou do espanhol.

Tais mediações e *instrumentalizações* do pensamento de determinado autor são típicas dos processos de apropriação cultural e sempre revelam alguma coisa sobre a conjuntura política em que se dão, bem como sobre os posicionamentos político-ideológicos dos atores envolvidos.

Uma indicação do jornal *Correio da Manhã* de 26/01/1933 parece demonstrar que Kelsen já havia sido citado nos debates da Subcomissão do Itamaraty, responsável pela preparação do anteprojeto que seria encaminhado à Constituinte. A referida reportagem denota a figura de mito que se constrói em torno a Hans Kelsen:

“Alguém, na comissão, em debate passado, classificara Hans Kelsen de maior constitucionalista contemporâneo. Parece que essa expressão ‘maior constitucionalista’ chocou o antigo ministro do Interior do Sr. Wenceslão Braz [...] O Sr. João Mangabeira pede licença para um aparte, naturalmente com o fito de ser agradável ao seu colega:

– Não fui eu quem classificou Hans Kelsen de maior constitucionalista contemporâneo.

Ao que o Sr. Carlos Maximiliano replica, com uma modéstia que mal oculta a sua ironia:

– Mas poderia tê-lo feito, porque, de fato, ele o é.”³⁷

É ainda ilustrativo o depoimento do Constituinte Adolpho Konder, por ocasião do debate sobre a legitimidade do poder constituinte, que fala da “força indiscutível e indiscutida de Hans Kelsen e do professor Preuss, “príncipes do Direito Público na atualidade.”³⁸

Apesar das origens judaicas de Hans Kelsen e da notícia, de 15/04/1933 publicada no jornal *Correio da Manhã*, da sua demissão da Universidade de Colônia “por não ser ariano”,³⁹ a áurea mítica em torno da figura de Kelsen é tamanha, que em menção do dia 18/01/34 no mesmo jornal e, portanto, bem no meio dos debates constitucionais, faz-se do jurista um nobre germânico: *von Kelsen!*⁴⁰

Ainda nos debates constituintes de 1946 a áurea da *técnica perfeita* permanece em voga na discussão entre Prado Kelly e João Mangabeira sobre o projeto da nova

Constituição. O comentário inicial é de Prado Kelly, destacando a influência da Constituição Austríaca e, por conseguinte de Hans Kelsen, na Carta de 1934. Kelly que, tal qual Mangabeira, havia sido deputado constituinte 12 anos antes: “Essa expressão, dadas as modificações do caso brasileiro, é a repetição literal da Constituição de 1934 e a tradução correspondente da Constituição austríaca, que se deve a um dos maiores conhecedores de Direito Público de todo mundo. Kelsen.”

A esta afirmação, Mangabeira retruca:

“...é exatamente por Kelsen ser ‘um dos maiores conhecedores do Direito Público em todo mundo’, que a Constituição austríaca não cometeu a impropriedade que aponte no substituto. Não. Ali, com uma técnica rigorosamente certa, se começa o artigo 1º por dizer: ‘A Áustria é um estado federal’. E em seguida: ‘O estado federal se compõe dos seguintes países autônomos’. No art. 3º: ‘O território do Estado Federal compreende os territórios dos países da Federação’. Ali a técnica é perfeita. Porque, no começo do art. 1º, se diz que ‘a Áustria é um estado federal’. E depois então é que se diz que o estado federal compreende isto ou aquilo. Aqui, ao contrário, é no parágrafo 1º que, sem que antes se houvesse falado sequer na palavra União, se afirma que esta ‘compreende, além dos Estados, o Distrito Federal e os Territórios’. Esta impropriedade técnica não cometeria, nem de fato cometeu, Kelsen – exatamente por ser ‘um dos maiores conhecedores do Direito Público em todo o mundo’.”⁴¹

Neste sentido, a verdadeira *batalha* travada pelas ideias de Kelsen é muito interessante, visto que a ele se atribui certa “legitimação em última instância”. Estaríamos diante de um *jurista perfeito*?

Para além de especulações de caráter teórico, vejamos como ele é citado concretamente pelos parlamentares constituintes nos já referidos *Annaes da Constituição de 1934*, disponíveis para consulta pública no site do Congresso Nacional⁴².

O depoimento do constitucionalista Carlos Maximiliano, logo no início dos debates, é sintomático. O jurista inicia sua fala com a defesa da Constituição de 1891, logo fazendo as tradicionais louvações a Rui Barbosa, que em muito contribuem para reforçar a construção do mito também em torno deste jurista:

“Habitados a deprimir o que é nosso, muitos afirmaram que esse Código admirável [de 1891] não passava de simples cópia da Constituição americana. É um defeito da raça latina essa facilidade e rapidez em concluir [...]

O que há em comum entre um e outro texto é apenas a orientação geral. [...] procuraram o modelo federalista presidencial, e é nisto – unicamente nisto – que a Constituição brasileira se assemelha de maneira extraordinária, à americana; é a nossa mais perfeita, mais completa, mais liberal, mais adiantada.”⁴³

Este depoimento, apesar de referir-se à Constituição de 1891, vai ao encontro do nosso argumento a respeito das relações entre a Constituição de 1934 e a de Weimar: a

última serviu tão somente como *orientação geral*, dividida, como procura-se demonstrar aqui, pelo menos com a Constituição austríaca, mas possivelmente com muitas outras, como o comprova o número de Constituições citados pelos parlamentares. Um bom exemplo é o caso da Carta espanhola de 1931.

A ideia de uma influência unívoca é ilusória, pois simplificadora dos debates históricos que ocorreram concretamente. Ainda assim, no que concerne as influências, é preciso ter cautela: os parlamentares são mais independentes do que os historiadores às vezes julgamos e fazem uso dos autores e das referências constitucionais de maneira bastante autônoma, tendo em vista a legitimação dos argumentos que fortalecem suas próprias posições político-ideológicas. O caso das referências feitas à Kelsen deverá comprovar este argumento.

Depois de uma enxurrada de expressões de cunho religioso, disfarçadas sob uma aparente crítica ao liberalismo excessivo do XIX, revela-se a percepção social dominante na época, marcada por um *hereditarismo social* bem ao estilo da encíclica de Leão XIII, que o próprio parlamentar mencionará mais a frente: “O homem falha na vida, porque lhe faltam qualidades que não pôde adquirir e que hereditariamente não lhe foram transmitidas. A Humanidade seria sua madrasta, se lhe aumentasse a desgraça e os sofrimentos, lançando-lhe ainda em rosto, dia a dia, a inferioridade que foi sempre sua vergonha e tortura. A sociedade olha, portanto, misericordiosa pra ele.”⁴⁴

“Misericórdia, piedade e assistência” (social) parecem ser as tônicas do discurso, revelando o caráter religioso e moral desta nova percepção social que se torna predominante. Portanto, a influência de Weimar no *caráter social* da Constituição de 1934 não parece passar de máscara para legitimar um discurso que, na verdade, tem origem religiosa – autorizado pelas novas diretrizes formuladas pela Igreja Romana a partir do final do século XIX, sobretudo a partir do papado de Leão XIII. Assim, a referência à Weimar, argumenta-se, deve-se ao fato de que esta Carta também logrou acomodar questões semelhantes – de fundo religioso – que enfrentavam os parlamentares brasileiros em 1933-34. Trata-se, no fundo, de equacionar as *questões sociais* com as novas diretrizes imprimidas pela Igreja Católica, afastando tendências que pudessem exagerar na laicidade do Estado, de forma que a Igreja pudesse recuperar os privilégios reduzidos desde fins do XIX. Os parlamentares se apropriam, portanto, do discurso para emprestar o seu próprio acento. Nesse sentido, esclarece Carlos Maximiliano:

“Começou unicamente pela assistência, porque a ‘moral sempre precede o Direito’; pela assistência piedosa, voluntária, saída do elemento feminino, ou do recinto dos templos. Pouco a pouco, esse cuidado se foi integrando, corporificando em textos meramente regulamentares; entrou pelo terreno legislativo ordinário e, hoje, entre todos os povos cultos, figura até mesmo na Lei Suprema.”⁴⁵

Para além do estereótipo da mulher como elemento de pureza, teoricamente equivalente à pureza presente nos templos, destaca-se a precedência da moral (religiosa)

sobre o Direito. A expressão *Lei Suprema* para referir-se à Constituição arremata o discurso, na medida em que sugere uma relação entre as cartas constitucionais e a lei divina presentes nos textos bíblicos. Por detrás das primeiras, por sua vez, também estariam também homens divinos, *homens perfeitos*, tais quais os evangelistas: Rui, Kelsen e Preuss, todos elevados à categoria de *juristas perfeitos*?

Mas em sua argumentação Carlos Maximiliano prossegue e revela alguns aspectos interessantes sobre a forma como Kelsen é recepcionado no Brasil, que em muito nos auxiliará a avançar na discussão e formular novas hipóteses:

“Quando se reuniu a Comissão de 91, um volume de título impressionante, ‘La Politique Experimentale, de Léon Donnat, reinava nas ruas e recintos das Assembléias. Era um livro bom, medíocre, entretanto, no qual apenas se vulgarizavam ideias que não eram de seu autor; tinha, porém, a vantagem de dar um tom um pouco mais prático ao excesso de romantismo dominante no momento. Agora é Mirkin Guetzevich, para a direita e para a esquerda. Esse senhor, como todos os indivíduos de sua raça, tem uma grande facilidade para línguas, maneja vários idiomas. Traduziu as Constituições, realizou trabalho que, naturalmente, lhe dá grande renda, mas no qual dele existe somente um pequeno prefácio, em geral bem feito. Traduziu obra notáveis de Hans Kelsen. Verteu para o francês e outros, e resumiu ideias alheias sobre o Direito Constitucional moderno. É enfim um vulgarizador inteligente, e mais nada.

Ora, exatamente como ele publicou os textos das Constituições do Mundo, vejo nos bondes, nos hotéis, nos ônibus, os seus livros em todas as mãos, e as Constituições alemã e austríaca, e que sei eu?”⁴⁶

Malgrado a falsa modéstia de que se revestem os argumentos do jurista brasileiro, apenas para reforçar sua superioridade – considerar-se-ia C. Maximiliano também um destes *juristas perfeitos*? – com relação aos colegas e opositores, ridicularizando-os, o deputado apresenta indicações interessantes.

No fundo, seu argumento é que sua aproximação com os textos jurídicos, por dominar o idioma alemão, é superior, pois que tem acesso direto aos textos, como denota a seguinte afirmação de desprezo pelas línguas latinas: “Os bons expositores do contemporâneo Direito Público da Alemanha e da Áustria não autorizaram versões dos seus livros em alguma das línguas latinas, e, entre nós, bem poucos se entregam a estudos alemães, pelos quais tive a originalidade ou a ventura de me aproximar bem cedo.”⁴⁷

Pela quantidade de vezes que Hans Kelsen é citado nos debates constituintes acompanhado do nome de Mirkin Guetzévitch, sobram razões para suspeitar que foi justamente através deste último que Hans Kelsen se tornou conhecido no Brasil nesta época.

Boris Mirkin-Guetzévitch nasceu em 1892 na cidade de Kiev, à época parte do Império Russo. De origem judaica, estudou direito na Universidade de Petrogrado (atualmente São Petersburgo). Simpático às ideias dos revolucionários meneviques, se

refugiou em 1919 na cidade de Odessa, onde trabalhou como redator de um jornal que combatia o comunismo. Condenado à morte pelos bolcheviques, abandona Odessa em 1920 e se refugia na França, onde obtém a cidadania francesa em 1933⁴⁸.

Em 1928 M.-Guetzévitch publica pela primeira vez a obra *Constitutions de l'Europe Nouvelle*, que receberá 10 edições sucessivas até 1939. Esta obra é citada pelos parlamentares brasileiros em segunda edição. Além dela, outras são ainda citadas: *Les Nouvelles Tendances du Droit Constitutionnel*, de 1933 (com uma segunda edição de 1936), que recebeu inclusive tradução de Cândido Mota Filho já em 1933, com o título “Novas Tendências do Direito Constitucional”; *Les Constitutions des Nations Américains*, de 1932, e a edição espanhola *Las Nuevas Constituciones del Mundo*, de 1934, portanto posterior à referida tradução para o português.

Parece restar pouca dúvida de que M.- Guetzévitch foi um dos mais importantes mediadores do trabalho constitucional de Hans Kelsen no Brasil e que, possivelmente, muitos entraram em contato com o jurista austríaco pela primeira vez a partir de suas obras, como o indica o próprio depoimento do deputado Carlos Maximiliano. Seja na versão em francês e, a partir de 1933 e 1934, respectivamente em português e espanhol.

O constitucionalista italiano Armando Pichiéri, caracteriza o jurista franco-russo paradigmaticamente como “um meio termo entre o criticismo ético de Kant e o personalismo de Jacques Maritain”⁴⁹, com quem aliás M.-Guetzévitch lança a coleção *L'Esprit de la Resistance*. Sobre a sua francofilia não parece haver qualquer dúvida: segundo o jurista Georges Landroud, a sua maior iniciativa, aquela que o próprio M.-Guetzévitch considerou como a verdadeira obra de sua vida, foi a criação em 1941, no seu exílio em Nova Iorque, da *École libre des Hautes Études*, à qual o Estado de Nova Iorque conferiu o título de Universidade Francesa de Nova Iorque, mas que foi, na verdade, fundada por um jurista originário do Império Russo...

Ora, mesmo o alegado domínio do idioma alemão não parece isentar o deputado Carlos Maximiliano de certa idealização ou instrumentalização dos juristas estrangeiros, nem é tampouco garantia de uma leitura *privilegiada* dos acadêmicos de fala alemã, como bem o revela a continuidade de seu discurso: “Tratando-se de um povo volúvel como o povo latino; é bom que alguma coisa obrigue a meditar por mais um pouco antes de converter em realidade um pensamento que pode ser uma ilusão, uma infantilidade, em desvio mental de momento. (*Muito bem.*)”⁵⁰

Em seu discurso irrompe certa noção de *falha* ou *falta*, atribuída ao que chama de *povo latino*. Se por um lado, há esta ideia de *falta*, por oposição, subentende-se que alguém, algum outro *povo* seria detentor da *completude* ou da *disciplina* que carece ao dito *povo latino*. Esta característica parece ser atribuída sub-repticiamente ao *povo germânico*, cuja palavra já fora mencionada pelo próprio parlamentar quando se refere à tradução dos textos jurídicos. Reforça-se assim o mito em torno dos juristas de fala alemã e deste idioma.

Ignora-se o fato de que Hans Kelsen estava longe de qualquer *pureza germânica*, pois tinha origens judaica e socializou-se no meio multicultural da Viena *fin-de-siècle*. Foi perseguido, tanto por suas ideias como por sua ascendência, justamente pelos

nacional-socialistas, que tanto defenderam a ideia da grandeza do *povo germânico*, que historicamente jamais existiu como tal. Dificuldades semelhantes enfrentou *Von Preuss*, que apesar de sua origem abastada, de *von* não tinha nada: era filho de um milionário berlinense de origem judaica e por suas origens familiares também teve sua entrada no meio acadêmico em muito dificultada: até o fim não conseguiu um posto na Universidade de Berlim.

Minha hipótese é que os parlamentares brasileiros desconheciam o fato de se tratarem, ambos, de juristas de ascendência judaica, primeiro por acrescerem o (inexistente) *von* aos seus nomes, atribuindo-os o título de nobres germânicos, segundo por eles pertencerem, de fato, aos assim chamados *judeus assimilados*, pouco ou nada religiosos, e socializados completamente na cultura de fala alemã.

Interessa-nos aqui menos as opiniões pejorativas do parlamentar C. Maximiliano sobre aquilo que considera a vulgarização da obra de Kelsen ou do saber jurídico e mais as indicações de como se processou o contato com a obra do acadêmico austríaco no Brasil.

Mais adiante, contudo, seu discurso aponta algo sobre o contexto dentro da qual ele próprio recepciona a obra de Kelsen ou da *Escola de Viena*:

“...no campo das ideias a transformação foi grande, de 1891 até hoje.

Na verdade, bastante tempo depois, a par desse movimento social que não começou ontem, de que, talvez a expressão mais prestigiosa, inicial, estivesse na encíclica *Rerum Novarum*, do incomparável Leão XIII (*muito bem!*), surgiu a escola austríaca, ou a escola vienense, como alguns chamam, proclamando a supremacia do Direito Internacional sobre todos os ramos da ciência jurídica.”⁵¹

Ora, pelo que parece a recepção de Kelsen no Brasil se deu encapsulada pelo discurso religioso impregnado pela encíclica *Rerum Novarum* (1891) de Leão XIII.

Por fim, C. Maximiliano arremata, dando provas da instrumentalização do autor austríaco com o propósito de fundamentar o seu próprio discurso:

“Eu tinha proposto que, na parte preliminar [da Constituição], figurasse este preceito: ‘Todos os poderes emanam do povo’ e são exercidos no seu interesse, de acordo com a lei’. Não aceitaram a minha sugestão, declarando-a desnecessária, inútil.

Quando duas culminâncias do Direito Público Moderno, como Von Preuss e Hans Kelsen, incluem texto dessa natureza num código supremo, devemos desconfiar logo de que alguma razão presidia a isso. Parece-me até [...] que essa eliminação importa em desconhecimento da realidade contemporânea. [...]

O princípio por mim sugerido é estabelecido, portando, de propósito: para nos garantir contra um perigo que está aos olhos de todo mundo. Dirão – e eu sou o primeiro a concordar – que há épocas na vida dos povos em que é uma felicidade entregar o poder supremo e sem limites a um homem superior. Estou de acordo; tenho a coragem de dizer, da tribuna, que, se encontrassem no meio de vós um

Richelieu, um Frederico, um Bolívar, eu confiaria todas as minhas liberdades, todos os meus direitos ao seu critério, para que fizesse a salvação de minha terra, com pequeno sacrifício da minha parte (Muito bem! Muito bem!)”⁵²

Aí está o exemplo de uma interpretação profundamente tomista de Kelsen. Até porque, primeiro de tudo, Kelsen não foi o responsável por inserir o tal prefácio à Constituição austríaca. Pelo contrário, ele foi contra esta inclusão, fruto da discussão política da época, inserida pelas figuras políticas que também participaram junto com ele na feitura da Constituição. Afinal, ela não foi o produto exclusivo de apenas um homem, mas passou por intensas deliberações e emendas. Apesar disso, na parte estritamente normativa de sua construção, Kelsen seja de fato o seu principal realizador.

Será que Vargas encarnaria esse ideal de *príncipe perfeito* de Maximiliano, ao qual vale a pena conferir todas as liberdades em prol de um bem maior?

A inspiração em Weimar não parece mais que uma inspiração de fachada, com o propósito de legitimar o processo já em curso de centralização do Estado. Fez-se referência a ela, pois era de fato uma das Constituições mais modernas em termos de direito constitucional e permitia, simultaneamente, equacionar as crescentes demandas sociais com a manutenção dos privilégios da(s) Igreja(s), tal como fora feito na Alemanha, conferindo ao executivo a possibilidade de dispor dos dispositivos de exceção quando a necessidade se colocasse, justamente em *nome do povo* – aquele sobre o qual teoricamente se sustentava a Constituição (e justamente por essa razão).

A Constituição de Weimar assegurou privilégios para a(s) Igreja(s) (católica e protestante) na área social, consistindo num *exitoso* resultado da conjuração de tendências liberais (sociais) moderadas, privilégios da(s) Igreja(s) e centralização do poder nas mãos do executivo, com o fortalecimento do presidente em detrimento do parlamento. Não é à toa também que, tal como na Constituição de Weimar, a Constituição de 1934 – com o propósito de garantir esse *bem supremo* a que C. Maximiliano fez referência – as prerrogativas de exceção igualmente foram asseguradas. Após a farsa em torno ao *Plano Cohen*, estas prerrogativas foram de grande utilidade para que Vargas pudesse dar início ao fechamento do regime, culminando com a decretação do Estado Novo em 1937.

Seria uma verdadeira ironia da história interpretar Kelsen, como parece ter sido o caso aqui, como um teórico da centralização do estado, até porque ele foi com frequência perseguido por aqueles que, sob a bandeira do espírito do *povo* ou da *nação*, defendiam uma hipercentralização estatal. A noção kelseniana de Estado como constructo jurídico (normativo), e portando humano, embora dotado de uma estrutura lógico-formal, erige-se justamente com o propósito de combater tais noções metafísicas do Estado, bem apropriadas aos propósitos políticos centralizadores de determinados grupos. Portanto, Kelsen argumenta que a ideia de Estado enquanto *povo* ou *nação*, com traços metafísicos, tem suas raízes na noção de Deus. Tais concepções não podem ter parte numa ciência jurídica (normativa) do Direito.

A recepção de Kelsen no Brasil, porém, parece, desde o início, ter de alguma forma contribuído com os propósitos centralizadores do Governo Provisório, como o

comprova o seu (muito citado) parecer sobre a competência da Assembleia Constituinte para modificar o seu próprio regimento interno, que havia sido outorgado por decreto do Poder Executivo. O parecer de Kelsen é francamente favorável ao Regimento Interno produzido pelo Governo Provisório (independente de conteúdos específicos) e contrário a uma modificação dele, bem de acordo com a teoria hierárquica das normas jurídicas. Porém, isso não impede, ainda assim, que a Assembleia modifique seu regimento interno posteriormente.

Os vários *Positivismos* e o positivismo jurídico kelseniano: à guisa de conclusão

O positivismo kelseniano é de um tipo distinto daquele que se tornou famoso no Brasil, de corte francês e inspirado em Augusto Comte. Trata-se da vertente kelseniana, na verdade, de um *positivismo jurídico* de inspiração em Immanuel Kant: em Kelsen o significado daquilo que é *dado*, do *fático* no Direito (as normas jurídicas), não são exatamente um “dado da realidade concreta”. Seu significado refere-se ao sentido de que determinados atos *devem* se revestir. Sendo assim, o Direito é uma ordem do *dever* (*sollen*) e não do ser (*sein*)⁵³.

Para Kelsen então, apenas atos estatuídos por homens podem ser considerados como normas jurídicas válidas. O objeto de uma *ciência do direito* é, pois, a ordem jurídica positivada. Fundamentalmente, trata-se de descartar toda e qualquer noção de direito natural – apenas o direito estatuído por homens pode ser considerado válido. Não há direito dos deuses, visto que este é uma criação humana: normas oriundas de pressupostos sobre-humana ou da *vontade de deidades* não são consideradas por Kelsen como *direito positivo*.⁵⁴ A teoria kelseniana do direito, portanto, é, sobretudo, uma teoria que se coloca contra a metafísica e à concepção escolástica do Direito.

Contudo, Kelsen admite que a ideia de *direito positivo* – *ius positivum* – surgiu no século XII e foi criada pelos canonistas, justamente para diferenciar o direito divino, oriundo das sagradas escrituras, do direito dos homens, oriundo de ato legislativo consciente. A origem do termo esteve profundamente marcada, portanto, pela escolástica medieval. Daí, talvez, uma das origens dos equívocos que ocasiona e também da sua abertura para releituras (neo)tomistas, especialmente no Brasil, País profundamente marcado pela influência do pensamento católico, especialmente no século XX, e que, como demonstramos, sofreu uma influência marcante das encíclicas de Leão XIII no debate jurídico.

O problema é que, na visão dos canonistas que cunharam o termo, direito positivo difere do direito canônico, mas deve manter-se como seu fundamento último, exatamente como o sugere C. Maximiliano ao afirmar que “a moral sempre precede o Direito”.⁵⁵ Esta é não só a quintessência do pensamento (neo)tomista, já que a moral é, sem dúvida alguma, a moral cristã, mas também o núcleo dos debates na Constituinte de 1933-34: a Constituição brasileira (lei civil, oriunda de um ato legislativo) não pode (ou não deve) ignorar os princípios morais da Igreja, tais como renovados pela encíclica de Leão XIII *Rerum Novarum*, especialmente sendo o Brasil “um País de maioria católica”, caso queira se estabelecer como lei civil válida e legítima. Este argumento é usado com

frequência pelos parlamentares para reforçar sua argumentação em favor das medidas de interesse da Igreja, como casamento e ensino religiosos –, se quiser se estabelecer como lei civil válida e legítima. A menção por C. Maximiliano da Encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII não se dá, portanto, à toa: a referida encíclica foi justamente um maneira encontrada por este papa para contornar diplomaticamente o *Kulturkampf* desencadeado por Bismark alguns anos antes, oferecendo ao poder político uma alternativa para lidar com as questões sociais que assolavam o continente europeu, ao mesmo tempo que recuperava para a Igreja Católica o espaço perdido com os nacionalismos exacerbados e o processo de centralização política. Weimar é, portanto, o coroamento constitucional desse compromisso diplomático iniciado por Leão XIII.

A explicação desta necessidade do poder político está presente no depoimento de Raúl Fernandes na sessão de abertura da Assembleia Constituinte, que contou com a presença de Getúlio Vargas:

“Os governos ditatoriais [...], além das vicissitudes próprias a sua natureza, têm, notoriamente, uma grande dificuldade na passagem para o regime legal.

Os ditadores hesitam, alguns recuam definitivamente e organizam a autocracia, depois da qual é um enigma insolúvel apurar se a Nação aderiu ou não a essa organização do Estado. Outros tergiversam, adiam, e, por fim, fraudam a manifestação da opinião pública e cobrem-se com o voto falsificado para obter a ratificação do movimento de força de que nasceram. Mas todos, por um ou por outro modo, procuram a sanção moral da legalidade, porque, a despeito das teorias segundo as quais a força ainda é, em Direito Político, a fonte mais abundante do Direito, nunca, nem mesmo a Alemanha, pátria dos teóricos do Direito Público Moderno, nenhum deles abriu mão da sanção popular para os regimes criados revolucionariamente.”⁵⁶

Seria um alerta a Vargas e um prenúncio do estaria por vir na história do Brasil?

Este acoplamento da moral católica com o poder político, como esteio de legitimidade para este último foi, sem dúvida, uma vitória política da Liga Eleitoral Católica e teve seu início com a Carta de 1934. Sua consagração se daria com a Reforma Educacional Francisco e o subsequente sufocamento dos projetos educacionais reformadores.

Agora podemos compreender o porquê da suposta influência de Weimar na Constituição de 1934: a chave está presente na justificação das emendas ao Título XI, denominado *Da cultura e do ensino*, retirados, emblematicamente, do programa da LEC:

“A educação, sendo a preparação física, intelectual e moral do homem, todos o reconhecem, a base da formação das sociedades sadias e fortes. O laicismo educativo. – que a Constituição de 1891 incluiu desastrosamente em suas disposições, embora na lição de Rui Barbosa de Pedro Lessa, sua interpretação devesse atender ao fato católico do povo brasileiro. – desse laicismo educativo era a

manifestação legal, no campo da pedagogia, do divórcio que se implantara entre o Povo e as Instituições. A escola tornou-se um núcleo rival da família, em vez de consolidá-lo, em vez de constituir-se dela o prolongamento, como sabiamente reconheceu a Constituição republicana alemã, quando proclamou o art. 120: ‘a educação da prole, com o fim de fazê-la adquirir as qualidades físicas, intelectuais e sociais, é o primeiro dever e o direito natural dos pais: a sociedade política fiscaliza o modo pelo qual eles de tal se desempenham’.⁵⁷

Na cultura francesa a restauração contra a onda secularizante desencadeada pela Revolução Francesa foi marcante. Neste sentido, Hans Kelsen teve uma *recepção francesa* (na verdade tomista), especialmente através de um francófilo do porte de M.-Guetzévitch. Portanto, quando se lê “Hans Kelsen”, na maioria das vezes é M.-Guetzévitch quem fala.

Notas e referências

- 1 Paulo BONAVIDES, *História Constitucional do Brasil*, Brasília, Paz e Terra, 1989, pp. 320; 323-325.
- 2 Ver *Ibid.*, p. 325-327 e Boris FAUSTO, *História do Brasil*, 5ª Ed., São Paulo, Ed. da USP, 1997, p. 199. Ambos os autores reproduzem também a noção corrente de uma influência dominante de Weimar na Constituição de 1934.
- 3 BONAVIDES, cit., p. 325..
- 4 *Ibid.*, p. 324.
- 5 *Ibid.*, p. 325.
- 6 *Ibid.*, p. 288.
- 7 *Ibid.*
- 8 *Ibid.*, p. 287.
- 9 Muitas das informações históricas contidas neste fragmento foram extraídas do verbete “Assembleia Nacional Constituinte de 1934” do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB), do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV), de autoria de Ângela Maria de Castro GOMES. A consulta on-line ao dicionário é gratuita, mas exige cadastro prévio. Ver <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Quando houver citação literal indicaremos com uma nota de rodapé, apontando “ver DHBB”, sem assinalar a paginação já que o verbete não possui número de páginas.
- 10 Tércio Sampaio FERRAZ, Das Staatsmodell der brasilianischen Verfassungen – Historisch-kritische Überlegungen, Paul WOLF (org.), *Verfassungsreform in Brasilien und Deutschland*, Frankfurt am Main, Berlin, Bern, New York, Paris, Wien, Peter Lang, 1995, p. 109. O autor chega a afirmar que a “Revolução de 1930 foi, em certa medida, um movimento contra a Constituição de 1891” (Tradução do alemão livre do autor). Defendemos que tal assertiva muito taxativa deve ser relativizada. Os debates constituintes de 1933-34, malgrado as diversas críticas a Carta de 1891, mostram o quanto ela é referenciada em diversos momentos e como havia uma forte “ala” que defendia os seus muitos méritos e que, apesar disto, demandavam reformas. O debate é ainda descrito brevemente por BONAVIDES, cit.
- 11 *Ibid.*, p. 287.
- 12 *Ibid.*
- 13 Boris FAUSTO, cit., p. 351.
- 14 *Ibid.*
- 15 *Ibid.*
- 16 Sobre a formação da LEC, ver Margaret Todaro WILLIAMS, “The Politization of the Brazilian Catholic Church: The Catholic Electoral League”, *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Vol., 16, No. 3 (Aug., 1974), pp. 301-325. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/174888>. Acessado em 04.06.2013, às 10:46.

-
- ¹⁷ Ibid., 301.
- ¹⁸ Ibid., 303.
- ¹⁹ Paulo BONAVIDES, cit., p. 291.
- ²⁰ Ibid.
- ²¹ Ver *Annaes da Assembléa Nacional Constituinte*, 1933/1934, v.1., 1934, pp. 285-290.
- ²² Paulo BONAVIDES, cit., p. 292.
- ²³ Ibid., p. 291.
- ²⁴ Ibid., 301.
- ²⁵ Victor Nunes LEAL, *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, 2ª Ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1975. Ver especialmente o primeiro capítulo: “Indicações sobre a estrutura e o processo do ‘coronelismo’”, pp. 19-57.
- ²⁶ Ver *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, CPDOC/FGV.
- ²⁷ Ibid.
- ²⁸ Boris FAUSTO, cit., p. 351.
- ²⁹ Ibid., p. 352.
- ³⁰ Ibid.
- ³¹ Paulo BONAVIDES, cit., p. 319.
- ³² Ibid, p. 320.
- ³³ Ibid., p. 323.
- ³⁴ Sérgio MICELI, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*, São Paulo/ Rio de Janeiro, Difel, 1979, p. 56.
- ³⁵ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 09.03.1934, coluna “A soberania em acção”, p. 3. Todos os periódicos citados estão disponíveis em <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.
- ³⁶ BR/ Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, 12.12.1933, p. 10.
- ³⁷ BR/ Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, 29.01.1933, p. 2.
- ³⁸ BR/ Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, 19.03.1937, p. 12.
- ³⁹ BR/ Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, 15.04.1933, p. 1.
- ⁴⁰ BR/ Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, 18.01.1934, p. 2.
- ⁴¹ BR/ Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, 11.08.1946, p. 1.
- ⁴² Ver <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/8346>
- ⁴³ *Annaes*, cit., p. 421.
- ⁴⁴ Ibid., p. 422.
- ⁴⁵ Ibid.
- ⁴⁶ Ibid, pp. 422,423.
- ⁴⁷ Ibid, p. 423.
- ⁴⁸ Ver Stéphane PINON, *La pensée constitutionnelle de Boris Mirkine-Guetzévitch*, C.M. HERRARA (org.). *Les juristes face au politique*, Tome II, Paris, Éd. Kimé, 2005..
- ⁴⁹ Ver Armando PICHIERRI, *Tendenze costituzionali e razionalizzazione in Boris Mirkine-Guetzévitch*, San Cesario di Lecce, Pensa, 2010.
- ⁵⁰ *Annaes*, cit., p. 425.
- ⁵¹ Ibid.
- ⁵² Ibid, p. 434.
- ⁵³ Hans KELSSEN, Was ist juristischer Positivismus?, Hans KLECATSKY et al. (org.), *Die Wiener Rechts-theoretischer Schule*, Wien, Europa Verlag, 1968, pp. 941-953.
- ⁵⁴ Ibid, pp. 942,943.
- ⁵⁵ *Annaes*, cit., v. 1, p. 422.
- ⁵⁶ Ibid., pp. 43, 44.
- ⁵⁷ *Annaes da Assembléa Nacional Constituinte* 1933/1934. Vol 4, 1935, p. 324.

Camínhos do coração: Gonzaguínha e a política do silêncio

*Leila Medeiros de Menezes**

“Fala Brasil
Quero ouvir tua voz
Apesar das barras pelai
Solta tua alegria pois ela é o sol
Que alumeia o meu dia
Vamos lá coração
Vem sangrar
Na força e beleza da festa
Que só você sabe agitar
Dá um banho de garra e brilho
Em quem quiser te segurar.”¹
L. GONZAGA JUNIOR

“Quero ouvir tua voz / Apesar destas barras pelai”²

Atendendo ao chamamento do poeta-compositor Luiz Gonzaga Júnior, o Gonzaguinha,³ expresso na epígrafe do trabalho, procuraremos dar voz a um Brasil que foi obrigado a se calar durante o longo período de exceção a que foi submetido, a partir do Golpe civil-militar de 1964.⁴

Assumiremos a história do tempo presente como motivo para as nossas reflexões e discussões. A inserção no simpósio *Ideias, intelectuais e instituições: História e Ética* justifica-se pelo fato de considerarmos Gonzaguinha um intelectual⁵ que, com postura ética, assumiu suas ideias de forma clara, responsável, comprometida, deixando seu coração e sua razão explodirem em palavras, lançando-nos seu grito de protesto frente às arbitrariedades exercidas pelo regime militar.

Definimos os chamados *anos de chumbo*⁶ – 1968 a 1978 – como momento privilegiado de reflexão. Queremos juntar os estilhaços para buscarmos recompor a

* Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAP). Bacharel em Letras e Mestre em História.

memória recente a cerca da censura política, avivando, assim, as cores de uma “paisagem desbotada na memória das nossas novas gerações.”⁷

A obra de Gonzaguinha será a nossa matéria-prima. Ele que, com a sensibilidade à flor da pele, assumiu a palavra poética como denunciante da palavra política e social para colocar-se na contramão do sistema vigente. Foi um poeta-compositor inteiro e íntegro em sua diversidade. Sua produção musical oscilou entre as coisas do coração, a exaltação da vida – canções atemporais – e a denúncia das arbitrariedades do regime, marcadas por “um tempo onde lutar por seu direito [era] um defeito que [matava]”⁸ – canções datadas. Gonzaguinha foi, sem dúvida, um verdadeiro ator do político.⁹

O conjunto de sua obra ajudou a construir o retrato de uma época da qual ele foi justamente o seu oposto. Revelou sempre criatividade tanto para traduzir questões da realidade social, quanto para expressar o seu romantismo, “os caminhos do coração”.

Gonzaguinha teve a plena consciência do que representava naquele momento, deixando seu coração e sua razão explodirem com o “peito fervendo ao grau de uma fornalha”,¹⁰ equilibrando a quantidade exata do sonho com a matéria que dava forma à poesia; dessa forma, partilhava com seus possíveis interlocutores sofrimentos e indignações que marcaram o período em tela. Fazia suas escolhas pela solidariedade com os *Geraldinos e Arquibaldos*.

Procuraremos cruzar o campo do político, marcado pelo autoritarismo do momento, com o campo da cultura popular, tomando a música como forma de manifestação política e de mobilização popular, marcada pela resistência, pela transgressão.

Privilegiamos não o efeito estético dos poemas-canção do poeta-compositor, mas sim o efeito histórico, ou seja, os efeitos de sentido que eles produziram naquele dado momento, pela subversão da linguagem. O aparato da censura¹¹ exerceu papel limitador de sujeitos no seu percurso de produção de sentidos.

Instituída a política do silêncio, em especial após a edição do Ato Institucional nº 05 (AI-5),¹² datada de 13/12/68, criaram-se verdadeiras armadilhas da palavra. É justamente desse espaço e desse recurso que nos propusemos a ocupar. Segundo Sant’Anna, “os compositores acabaram por desenvolver uma atividade intermediária entre a arte e a política”,¹³ colocando-se, assim, na resistência pela palavra.¹⁴

O período que ficou conhecido por *anos de chumbo*¹⁵ da Ditadura Militar, ou seja, um tempo de *trevas*, marcado pela trulência, pelo apagamento de vozes, pelo exercício do poder pelas exceções, ficou inscrito na história de toda uma geração – na de Gonzaguinha e de tantos outros – como marco de sonhos e pesadelos de uma juventude que, nas palavras do poeta-compositor, “buscava um mundo novo, vida nova”,¹⁶ para alcançar um final feliz.

Ninguém melhor do que Gonzaguinha condensou a experiência humana, a fim de mostrar “o jogo que precisava ser jogado /.../. Ele teve a plena consciência do que representava naquele momento, deixando seu coração e sua razão explodirem”.¹⁷

Assim, não dissimulou, não disfarçou, não escondeu o que não dava para ocultar,¹⁸ pagando por isso o preço alto da ocultação, da injustiça, do silenciamento. Não desistiu,

insistiu. Seguiu em frente, segurando o rojão,¹⁹ segurando, portanto, as “barras do seu tempo por sobre seus ombros”.²⁰

Não se submeteu ao jogo das mídias. Não admitiu reduzir sua produção musical a objeto de comércio e de consumo, talvez por isso tenha sido tão marginalizado pelos meios de comunicação de massa. Assumiu seu papel social e político com posições claras e definidas, pautadas pela ética, mantendo-se em estado permanente de indignação e de alerta. Foi (e continua sendo) um “artista da vida, o equilibrista da fé”.²¹

Nosso movimento será o de buscar os caminhos da resistência na discursividade e de que maneira o poeta-compositor Luiz Gonzaga Júnior, através da sua produção musical, contestou, nas *frestas da linguagem*, de forma por vezes bastante contundente, o regime instalado no Brasil. Fato que lhe rendeu o codinome de *maldito* pela Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal. Assumiremos o movimento dialógico (censor/censurado; compositor/interlocutores) entre o dito e o interdito, os sentidos não-ditos e os sentidos mal-ditos.

A *linguagem de fresta*²² bastante utilizada pelos poetas-compositores mostra como eles, em especial Gonzaguinha, conseguiram *falar* apesar da censura. Os silêncios, plenos de sentidos, destacam a importância dessa estratégia como forma de resistência que atinge o centro das preocupações do Estado. Vasconcelos, ao referenciar a linguagem de fresta, afirma que

“A manha da malandragem ganha hoje [vigência da Ditadura Civil-militar] um novo significado histórico: o compositor malandro já não é mais aquele de lenço no pescoço, navalha no bolso, como no tempo de Noel; mas sim, aquele que sabe pronunciar, ou seja, que sabe ludibriar o cerco do censor. E, desde Napoleão, sabemos que toda censura é inepta: apesar de tudo, sempre passa /.../ alguma coisa pela fresta. /.../ O importante é saber como pronunciar; daí a necessidade do olho na fresta da MPB.”²³

Estar *de olho na fresta* para saber como burlar a vigília da censura era pois fundamental, constituindo-se em um ato de grande *malandragem*, conforme considera Vasconcelos. A apropriação da *linguagem de fresta* pelos poetas-compositores demonstra, além da criatividade à flor da pele, um enorme compromisso com o falar, com a denúncia das arbitrariedades do Sistema. No caso de Gonzaguinha, ele soube “pronunciar” através das metáforas, dos acordos com seus possíveis interlocutores, dos deslizamentos de sentido.

Tomemos o poema-canção *Bom-dia*:

“Apesar de tudo estamos vivos
Pro que der e vier prosseguir
Com a alma cheia de esperanças
Enfrentando a herança que taí
(meu deus do céu)
Nós atravessamos mil saaras

E eu nunca vi gente melhor pra resistir
A tanta avidez, a tanta estupidez.”²⁴

Gonzaguinha afirma em seus versos que “apesar de tudo estamos vivos” e que não encontrou, em todas as suas caminhadas, nas *mil saaras* (referência direta ao deserto, em analogia à avidez, à estupidez com que foram conduzidos os rumos do país), “gente melhor pra resistir”, com “tanta avidez” a tudo o que nos foi imposto e subtraído pelos governos militares. A composição *Bom-dia* só veio a ser gravada em 1985, por força do veto da censura.

É o próprio Gonzaguinha quem denuncia, ainda, que “cantar nunca foi só de alegria”, por isso ele, como tantos outros fizeram da música o veículo de resistência frente aos interditos de um regime autoritário e excludente. Para ele “a força da canção explode, se irradia / é como a luz do sol / sendo a luz da gente”.²⁵ Foi essa força que o alimentou e lhe deu uma força maior para seguir cantando “essas barras pelai”.

Segundo Veronese, “a primeira função da arte é política, é chocar, uma vez que é instrumento para provocar reflexão entre as pessoas”.²⁶ Dentre as várias formas de resistência a arte tornou-se, sem dúvida, um grande instrumento catalisador do pensamento nacional. Ao *chocar* os poderes constituídos, sua possibilidade de reflexão tornou-se uma arma explosiva. O aspecto denunciador, reflexivo e polissêmico das linguagens artísticas fizeram com que elas se tornassem um verdadeiro *caso de polícia*, colocadas sob a vigilância da Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal. Os poetas, em especial, principalmente aqueles que cantavam os seus versos, tornaram-se malditos, constituindo-se, então, em uma importante parcela dos *inimigos internos*, perseguidos pelos militares por suas vozes e ações dissonantes.

“É cama de gato
Melhor se cuidar
No campo do adversário
É bom jogar com muita calma
Procurando pela brecha
Pra poder ganhar.”²⁷

É Gonzaguinha quem declara a necessidade de se jogar com muita cautela no campo do adversário. Quem eram, então, os adversários? Justamente aqueles que detinham o poder e que deflagraram uma *guerra interna* sem descansos ou tréguas. Dessa forma, está posto o jogo censor X censurado que vai permear toda a produção musical não só de Gonzaguinha, mas de todos os compositores que se colocaram na resistência através da música popular.

A Música Popular Brasileira lutou dignamente para não sucumbir ao algoz da censura. Jogo perigoso, sem dúvida alguma, de riscos calculados para alguns e de horizontes irrestritos para outros. Impondo-se pelas brechas deixadas e usando diferentes estratégias discursivas como veículo de resistência na luta pela restauração da plena liberdade de expressão, a MPB conquistou um espaço de luta contra o arbítrio.

Arte alguma, artista algum podem ser lidos e analisados dissociados do seu tempo. A produção cultural reflete sempre as angústias, as buscas de saídas para conjunturas adversas, da mesma forma que pode refletir alegrias e regozijos, dependendo das condições em que estão postas.

Notas e referências

- ¹ Luiz GONZAGA JÚNIOR. *Fala Brasil*. LP *Coisa mais maior de grande pessoa*. São Paulo: Emi-Odeon, lado B, faixa 4, 1980.
- ² “pelai” é corruptela de “por aí”.
- ³ O compositor cantor Luiz Gonzaga Júnior, imortalizado como *Gonzaguinha*, era filho do cantor, compositor e sanfonia pernambucano Luiz Gonzaga e de uma dançarina de furar cartão do *Dancing Brasil*. Nasceu em 22 de setembro de 1945 no Rio de Janeiro, no bairro do Estácio, e faleceu no dia 29 de abril de 1991, em Renasça, paraná, quando retornava de um show naquela cidade. Estudou Economia, mas nunca chegou a se diplomar. Na casa do psiquiatra Aluísio Porto Carrero, que em sua casa da rua Jaceguai promovia noites de boa música (Música Popular Brasileira – MPB) tornou-se amigo de outros compositores, jovens como ele. Nessa convivência, fundou, com Aldir Blac, Ivan Lis, Paulo Emílio costa Leite, Márcio Proença e César Costa Filho, o *Movimento Artístico Universitário(MAU)*, que viria a ter papel destacado no contexto da música popular brasileira. A constância de sua presença na casa de Aluísio, que considerava verdadeiro pai, possibilitou seu casamento com uma de suas filhas, com a qual teve dois filhos, um dos quais é hoje cantor e compositor como o pai. Foi um dos mais incisivos críticos da ditadura militar (daí o apelido de “cantor rancor”. Um total de 54 músicas das 72 canções apresentadas para censura prévia acabaram censuradas. Com o começo da abertura política, começou a compor canções politicamente mais leves, sendo desta época canções memoráveis, como *Começaria tudo outra vez* e *Explode Coração*, gravadas por inúmeros cantores de sucesso e que são sucesso até os dias de hoje.
- ⁴ O golpe impetrado pelos militares, com o apoio de setores da sociedade civil, em 31 de março de 1964 (em realidade no dia 1º de abril) pôs fim ao governo do presidente João Goulart, acusado de pretender implantar reformas “comunistas” no Brasil. O golpe fez parte de uma conjuntura de transição da Guerra Fria para a América Latina, a partir da virada comunista da revolução Cubana em 1960. Pesquisas recentes vem comprovando a participação americana na tessitura do golpe e o fato da operação *Big Brother* não ser fruto da fantasia, mas ação concreta de deslocamento da esquadra norte-americana para as costas brasileiras. Sobre o tema ver, dentre outros: Maria Celina D’ ARAÚJO; Glauco Ary Dillon SOARES, & Celso CASTRO (orgs.), *Os anos de chumbo: memória militar sobre a repressão*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, [s/d?]; Maria Luiza Tucci CARNEIRO, *Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*, 2ª ed., São Paulo, Ateliê, 2004; Carlos Fico, *O golpe de 64: Momentos decisivos*, Rio de Janeiro, FGV; Elio GASPARI, *A Ditadura Envergonhada – As ilusões armadas*, São Paulo, Cia das Letras, 2002; Armand DREIFUSS, *1964: A Conquista do Estado*, René Armand DREIFUSS, Petrópolis, Vozes. Vd, também, <http://cpdoc.fgv.br/produção/dossies/FatosImagens/Golpe64>, <http://brothersam.wordpress.com>; <http://www.editorafgv.br/golpe-de-1964>.
- ⁵ Em verdade, o compositor pode ser definido como intelectual orgânico, segundo proposição de Gramsci. Cf. Antonio GRAMSCI, *Cadernos do Cárcere, 2: os intelectuais – O princípio educativo, jornalismo*, Trad., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- ⁶ Expressão usada para definir o período da Ditadura Militar, em especial o governo Médici, onde, em nome da Segurança Nacional, cometeram-se muitas arbitrariedades.
- ⁷ Francisco Buarque de HOLANDA. *Vai passar*. CD *Chico Buarque*. MPB Compositores nº 01. São Paulo: Sonopress, 1996.
- ⁸ Luiz GONZAGA JÚNIOR. *Pequena memória para um tempo sem memória (A legião dos esquecidos)*. LP *De volta ao começo*. São Paulo: Emi-Odeon, lado B, faixa 2, 1980.
- ⁹ A dimensão do político está adotada segundo os contornos da nova história política. Cf. René RÉMOND (org.). *Por uma história política*, Trad., Rio de Janeiro, 1996.

-
- ¹⁰ Paulo César PINHEIRO. *Batalha*. In *Canto Brasileiro*. Rio de Janeiro: Cia Brasileira de Artes Gráficas, 1976, p. 42.
- ¹¹ A censura contava com um corpo especial de censores. Seu estabelecimento, como prática, sujeito toda a produção cultural: música, teatro, literatura, etc. ao envio prévio da obra para análise pelos órgãos instituídos. As peças censuradas, recolhidas ao Arquivo Nacional, constituem um excelente fundo documental de pesquisa sobre a época, tendo em vista o costume dos censores escreverem nas próprias peças que analisavam.
- ¹² O Ato Institucional nº 5 significou o início do endurecimento do regime, após manifestações promovidas, dentre outros setores, pelo movimento estudantil, com destaque para o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Passeata dos Cem Mil, organizada pela mesma entidade, cuja palavra de ordem era o fim da ditadura militar.
- ¹³ Affonso Romano de SANT'ANNA. *Música popular e moderna poesia brasileira*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1977. p.223.
- ¹⁴ A *resistência pela palavra* ocorreu na literatura escrita, falada e cantada, bem como no teatro. Ela, sob uma determinada perspectiva assumiu a vanguarda da resistência em tempos de repressão violenta, responsáveis pela tortura, morte e desaparecimento daqueles que foram às ruas afrontar as forças militares.
- ¹⁵ O período representou o endurecimento do regime, sendo considerado um golpe dentro do golpe.
- ¹⁶ Luiz Gonzaga Júnior. *Mundo novo, vida nova*. LP *Plano de vôo*. São Paulo: Emi-Odeon, 1975, lado A, faixa 4.
- ¹⁷ Leila Medeiros de MENEZES. *Catatonía integral. Gonzaguinha, a censura e o silenciamento dos malditos (1968-1978)*. Dissertação de Mestrado defendida no PPGH/UERJ, em abril de 2002, sob a orientação do professor doutor Fernando Antonio Faria, p.19.
- ¹⁸ Referência ao poema-canção Luiz Gonzaga Junior *Não dá mais pra segurar (Explode coração)*. CD *O talento de Gonzaguinha*. Rio de Janeiro: Edições Moleque, faixa 11, s/data.
- ¹⁹ Referência ao poema-canção de Luiz Gonzaga Júnior *E vamos à luta*. LP *De volta ao começo*. São Paulo: Emi-Odeon, lado A, faixa 5, 1980.
- ²⁰ Referência ao poema-canção de Luiz Gonzaga Júnior *Um homem também chora*. LP. *Alô, alô Brasil*. São Paulo: Emi-Odeon, lado A, faixa 5, 1983.
- ²¹ Referência ao poema-canção de Luiz Gonzaga Júnior. *Artistas da vida*. LP *Gonzaguinha da vida*. São Paulo: Emi-Odeon, lado 1, faixa 5, 1979.
- ²² A expressão “linguagem de fresta” foi introduzida por Gilberto Vasconcelos, em 1977, no ensaio intitulado *Música popular: de olho na fresta*. O ensaísta defende como inevitável naquela conjuntura o recurso da linguagem de fresta, ou seja, aquela de que se vale o compositor popular para, com toda a malandragem, driblar a censura imposta pelo regime.
- ²³ Gilberto VASCONCELOS. *Música popular: de olho na fresta*. Rio de Janeiro: Graal, 1977, p. 72.
- ²⁴ Luiz GONZAGA JUNIOR. *Bom dia*. In LP *Olho de Lince*. São Paulo: Emi-Odeon, lado B, faixa 4, 1985.
- ²⁵ Luiz GONZAGA JUNIOR. *Felicidade*. São Paulo: Emi-Odeon, lado B, faixa 3, 1982.
- ²⁶ Antonio VERONESE, *O manifesto de Veronese*. In *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, Caderno B, 27/07/00, p.2.
- ²⁷ Luiz GONZAGA JUNIOR. *Geraldinos e Arquibaldos*. LP *Plano de vôo*. São Paulo: Emi-Odeon, lado 1, faixa 3, s/data.

Delgado de Carvalho e a opção pela Educação Brasileira

Vera Lucia Cabana Andrade*

Perfil biobibliográfico / Formação acadêmica

Carlos Miguel Delgado de Carvalho nasceu no dia 10 de abril de 1884, em Paris, quando seu pai Carlos Dias Delgado de Carvalho exercia o cargo de Secretário da Legação do Império do Brasil na capital francesa. Descendente de famílias tradicionais da nobreza brasileira, os Visconde de Tourinho, pelo lado de sua mãe (Lydia Tourinho) e os Visconde de Itaboraí, pelo lado paterno (avós: José Dias Delgado de Carvalho e Maria Carlota de Azevedo Torres) teve uma formação humanística completa.

Delgado de Carvalho realizou seus estudos de educação básica no externato dominicano Colégio São Tomás de Aquino, em Lyon. Graduou-se em Letras na Universidade de Lyon, recebendo o Diploma de *Bachelier de l'Enseignement Secondaire Classique*, ingressando, logo a seguir, no Curso de Direito da Universidade de Lausanne, na Suíça. Ainda como universitário em Lausanne, teve sua primeira experiência no magistério, lecionando História Moderna no Colégio *Champitet*. Completou sua formação acadêmica em Ciências Sociais na *École Libre des Sciences Politiques* de Paris, e, concomitantemente, na *London School of Economics*, na Inglaterra (1908).

De sua educação superior européia destaca a influência que recebeu do mestre de Lausanne Vilfrido Pareto, dos intelectuais franceses Leroy-Beaulieu e Albert Serel e dos pensadores ingleses Westermarck e Hebbhouse.¹ (1)

“Com o advento da República no Brasil, em 1889, seu pai – que era amigo de D. Pedro II e o havia servido também em Portugal, Rússia e Bélgica – perdeu o cargo monarquista, mas a família continuou a frequentar a ‘roda dos exilados brasileiros’ na Europa, encontrando-se, várias vezes, com a Princesa Isabel, o Conde d’Eu e a Condessa de Barral, tendo o jovem Carlos Miguel à oportunidade de ‘conversar/saber coisas sobre a pátria desconhecida.’”

* Professora Aposentada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do Colégio Pedro II (CPII). Pesquisadora do NUDOM/CPII e da CEPHAS/IHGB. Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em 1903, movido pela curiosidade própria da juventude, aos 19 anos, Carlos Miguel veio pela primeira vez ao Brasil, contra a vontade do pai, sob o “risco de ser deserddado, sem cidadania brasileira, que havia perdido quando estagiou na Arma de Cavalaria do Exército Francês, e sem falar português.”² Desembarcou no Rio de Janeiro com o objetivo de “estudar o Brasil” para elaborar sua tese de doutoramento do Curso de Diplomática da Escola de Ciências Políticas. Sua pesquisa “*Une centre economique du Brésil – L’État de Minas*” foi aprovada em Paris, 1905, sendo considerada primeira obra de geografia científica, mais tarde publicada pela Livraria Aillaud, em 1908.

Aos 22 anos, Delgado de Carvalho transferiu-se, definitivamente, da França para o Brasil (1906), sendo acolhido pela família de seu amigo e ex-companheiro da Escola de Paris, Mathias Roxo, vindo a casar-se com sua irmã Maria Vera de Oliveira Roxo, dois anos depois, tendo o casal dois filhos: Carlos Alberto e Maria Lydia.

Na cidade do Rio de Janeiro, seu primeiro emprego foi no Jornal do Comércio, onde escrevia, usando seus contatos europeus, uma coluna sobre política internacional. Inicialmente, seus artigos eram escritos em francês e vertidos para o português pelos companheiros da redação, passando logo a serem redigidos em idioma nacional, num esforço de aprimoramento do aprendizado da língua pátria.³

O trabalho em jornais (*Jornal do Comércio*, *Notícia da Tarde*, *O Jornal*) e na *Revista Americana* (editada pelo próprio *Jornal do Comércio*), proporcionou a Delgado de Carvalho a formação de um círculo de sociabilidade cultural com importantes intelectuais brasileiros como Oliveira Lima, Luiz Delphino, Rocha Pombo, José Oiticica, João Ribeiro, dentre outros, autores de referência da cultura nacional para um jovem erudito “brasileiro-estrangeiro” de formação humanística europeia. Já na primeira edição da *Revista Americana*, de outubro de 1909, Delgado assume seu papel/lugar no seletivo grupo de políticos-intelectuais formado, dentre outros, por Gustavo Capanema, Homem de Melo, Sílvio Romero e Euclides de Cunha – ao estabelecer o propósito cultural da nova publicação no Editorial: “Divulgar diversas manifestações espirituais da América e seguir do mesmo passo, paralelamente o traçado superior da sua evolução político-econômica, se apresenta especialmente como um traço de união entre as figuras representativas da intelectualidade desta parte do mundo.”⁴

Por esta época veio a público sua primeira obra de geografia analítica dos elementos naturais e humanos, o livro: “*Le Brésil Meridional – Étude économique sur les États du Sud: São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul*”, escrito ainda em Paris com as notas da pesquisa de campo e publicado pela Livraria Garnier, em 1910, sendo, também publicado, mais tarde no Brasil, pela Companhia das Letras, São Paulo: 1922.

Por ocasião da eclosão da Primeira Guerra Mundial, Delgado de Carvalho voltou à Europa como correspondente internacional do *Jornal do Comércio* em Londres, no período de 1914/1916. Sob os auspícios da *Royal Society of Geography* de Londres, em 1917, realizou uma série de conferências sobre geografia humana do Brasil nas cidades de Edimburgo, Aberdeen, Dundee e Glasgow. Desta viagem pela Escócia resultou a publicação do livro *The Geography of Brazil in relation to its Political and Economic Development* – Edimburgo: 1917. No ano seguinte, no *King’s College of London* inaugurou a *Cátedra Camões de Estudos Brasileiros e Portugueses*. Ainda na

Inglaterra, participou como Delegado do Brasil na *International Conference of Scientific Organization*, Londres, 1918.

De volta ao Brasil, em 1919, Delgado de Carvalho foi redator do Boletim de Política Exterior, importante seção do periódico O Jornal, e, em fluxo cultural reverso, atuou como membro correspondente do Conselho Britânico da *Royal Meteorological Society of London*.

A publicação do livro *Meteorologie du Brésil* – escrito ainda em Londres, editado por John Bale, em 1916, e premiado com a Medalha *Prix Jansen* da Sociedade de Geografia de Paris – lhe proporcionou maior visibilidade intelectual e lhe abriu novas perspectivas de trabalho no Brasil. Este livro foi, também, traduzido e publicado no Brasil, com o título de *Meteorologia do Brasil* (São Paulo e Rio de Janeiro) – São Paulo: Melhoramentos, 1922.

Logo em fevereiro de 1921, o Chefe Arrojado Lisboa da Inspeção de Obras Contra as Secas do Nordeste convidou Delgado de Carvalho para trabalhar no Departamento. Neste órgão federal, chegou a exercer o cargo de Diretor da Seção dos Serviços de Pluviometria, em 1925, quando teve a oportunidade de elaborar 56 mapas pluviométricos da zona no Brasil do polígono das secas, material publicado, em 1931, no *Atlas Pluviométrico do Nordeste*. Sua atuação no DOCS lhe valeu a nomeação de membro da “Comissão Organizadora dos Trabalhos referentes à Indústria, Agricultura e Comércio da Exposição Nacional Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil”, feita pelo Ministro da Agricultura Simões Lopes.

Opção pelo magistério

Em junho de 1921, o Ministro da Guerra João Pandiá Calógeras nomeou Delgado de Carvalho para o cargo de Professor Conferencista do Curso de Geografia do Brasil da Escola de Intendência do Exército, e, em 1923, foi indicado para o mesmo cargo no Curso de Geografia Econômica na Escola do Estado Maior do Exército, onde permaneceu por 10 anos. Estas experiências docentes foram registradas nos livros: *Fisiografia do Brasil* – Rio de Janeiro: Curso da Escola de Intendência do Exército, 1922; *Geografia Econômica* – Rio de Janeiro: Conferências pronunciadas no Estado Maior do Exército, 1923; e *Geografia do Brasil* – Rio de Janeiro: Livraria Científica, 1923.⁵

Ensino Secundário

Em fins de dezembro de 1920, Delgado de Carvalho prestou concurso para professor substituto da Cadeira de Inglês do Colégio Pedro II, classificando-se em 1º lugar com a tese: *Esboço histórico da origem e formação da Língua Inglesa* (Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920). Ingressando no Colégio em 1921, passou a catedrático interino na cadeira em 1924.

No Externato do Colégio Pedro II, como professor efetivo, além de Inglês, deu aulas de Geografia, História e Sociologia, cadeira para a qual foi empossado como professor catedrático, em 1927.

No período de 09 de dezembro de 1930 a 28 de novembro de 1931, o professor Delgado foi nomeado, por Decreto do Presidente do Governo Provisório Getúlio Vargas, Diretor do Externato (Decreto nº 19.398 de 11 de novembro de 1930). Sua pequena gestão foi marcada por significativas melhorias curriculares, com a criação das salas/laboratórios de Geografia e História Universal, com Programas de Ensino inovadores. Passou a Direção do Externato para o Dr. Henrique de Toledo Dosdsworth e assumiu a Vice-Direção, em virtude de ter sido nomeado, pelo próprio Presidente Vargas (Decreto nº 19.850 de 11 de abril de 1931), Membro Representante do Ensino Secundário Federal no Conselho Nacional de Educação.⁶

Desde 1923, Delgado de Carvalho acumulou, ainda, o cargo de professor titular de geografia na Escola Normal, onde lecionou, também, Sociologia para o Curso Normal. Em 1932, foi convidado por Anísio Teixeira para assumir a Cátedra de Sociologia Educacional, cuja disciplina escolar fora criada em 1927, realizando uma verdadeira renovação no ensino. Ao lado da eficaz direção do Professor Francisco Venâncio Filho, outro educador expoente da Associação Brasileira de Educação (ABE), colaborou com a Reforma da Instrução Pública do Distrito Federal executada por Anísio Teixeira em 1931, como preliminar da Reforma Nacional Francisco Campos do Ensino Secundário, que transformou a Escola Normal em Instituto de Educação e sua incorporação à Universidade do Distrito Federal.⁷

A obra didática do professor Delgado representa domínio metodológico das ciências comparadas e expressa seu maior legado, no campo educacional, no ensino das Ciências Humanas.

No campo da Geografia podemos destacar o livro – *Geografia do Brasil (1ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1913) – (2ª ed.1913) – (3ª ed.1927) – (4ª ed, 1931)*, que se tornou “marco da moderna prática de ensino da geografia” apresenta de forma explicativa e interpretativa, muito além da relação dos topônimos e da descrição dos acidentes físicos característicos da época, a divisão regional do Brasil em *regiões naturais* e sua formação histórica desde a fase da colonização. Neste livro didático, considerado de “história da geografia como disciplina escolar”, Oliveira Lima, no Prefácio da 2ª edição, apresenta o autor à comunidade acadêmica como *grande humanista brasileiro* face à sua erudição, avalia “as notas de pé de página como contribuições à história da humanidade” e destaca o novo conceito de *regiões naturais* para o estudo da história regional do Brasil. Editado várias vezes, este livro foi comparado, à época, por Everardo Backheuser, também importante membro da ABE, à “História do Brasil” (1900) de João Ribeiro, por revolucionar os métodos de ensino das disciplinas e lhes dar novas diretrizes no processo ensino-aprendizagem.⁸

Esta primeira classificação regional do Brasil em regiões naturais foi reelaborada e ampliada pelo professor-autor nos quatro livros da Coleção *Geografia Ginásial: – Geografia física e humana, Geografia dos continentes, Geografia Geral do Brasil e Geografia Regional do Brasil (São Paulo: Cia Editora Nacional, 1943) –* e adotada nos Programas Oficiais de Ensino Secundário, elaborados pelos professores Fernando Raja Gabaglia e Honório Silvestre do Colégio Pedro II, vigorando como orientação metodológica de 1943 até 1964.

No campo da História, sua vasta produção didática pode ser exemplificada pelos livros: – *Chorographia do Distrito Federal: com Album Geográphico, Mappas e Graphicos* (Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1926) – e *História da Cidade do Rio de Janeiro de Acordo com os Programas das Escolas Públicas Municipais* (Rio de Janeiro: Mendonça Machado, 1926) – destinados aos professores do Ensino Primário e adotados no Curso Normal do Instituto de Educação; – e pela Coleção *História Geral para as quatro séries do ginásio* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949) – livros adotados pela maioria das escolas secundárias do país, por abranger os vários períodos da História Geral e da História do Brasil.

No campo da Sociologia, o professor Delgado praticamente forneceu as bases para o ensino, organizando os currículos e programas através das obras: – *Sociologia Educacional* (1933), *Sociologia e Educação* (1934), *Sociologia Experimental* (1934), *Práticas de Sociologia* (1939), e, *Elementos de Sociologia Educacional* (1951) que compõem um conjunto de informações destinadas às normalistas e professoras do Ensino Primário, enquanto *Didática de Ciências Sociais: Publicação da Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais. Observações críticas acerca do ensino de Sociologia por Emílio Willems e Prefácio do Professor Aogar Renault* (1950), *Textos de Sociologia Educacional* (1951), e, *Introdução Metodológica aos Estudos Sociais*. (Rio de Janeiro: Ed. Agir, 1957. (Biblioteca de Cultura Pedagógica) – foram destinadas aos professores do Ensino Secundário.

A abordagem geohistórica e sociológica característica das obras de Delgado de Carvalho refletem a influência da proposta pedagógica *escolanovista* que tem como fundamento aproximar as ações educativas às vivências dos alunos no campo do ensino-aprendizagem:

“O contato com a realidade, por sí só, o início de todo um processo de aprendizagem. /.../ É de grande valor didático que seja preliminarmente dado aos alunos um apanhado histórico cujos elementos principais, locais monumentos e vestígios, estão ainda as nossas vistas, ao alcance de nossos sentidos e podem mais facilmente impressionar jovens imaginações, do que outras narrações, cujos quadros necessitam de um esforço do espírito para sua reconstrução.”⁹

A nova abordagem curricular definia os objetivos dos programas através de um enfoque espaço-temporal dos conteúdos selecionados em unidades didáticas que compreendiam: o quadro geográfico (condições físicas e materiais) e o quadro cronológico do processo histórico (relações políticas e interpretação econômico-social dos modos de vida dos grupos humanos no tempo e no espaço). O propósito do autor era estabelecer sempre uma interrelação nos estudos sociais – “uma geografia humana histórica / uma história cultural geográfica.” Conservador por princípio, porém aberto ao novo, não descuidou em seus escritos, da observação das mutações políticas, enfatizando sempre a parte cultural: “Não se trata de uma opção pelo materialismo histórico nem pelo determinismo geográfico, trata-se de um exame [interpretação socioeconômica] dos modos de vida de cada época /.../ a marcha do progresso humano através dos tempos.”¹⁰

Ensino superior

No ano de 1922, a Liga Pedagógica do Ensino Secundário encomendou ao professor-geógrafo um Parecer sobre o Ensino de Geografia no Curso de Humanidades, fator que desencadeou a elaboração da tese: *Metodologia do Ensino da Geografia (Introdução aos Estudos da Geografia Moderna)* – desenvolvida a partir da premissa de que “a geografia tem por objetivo o estudo da terra como habitat do homem.” Apresentada no Congresso de Ensino, realizado pela ABE no Rio de Janeiro, no mesmo ano de 1922, esta obra foi publicada em 1925, pela Livraria Francisco Alves, como livro básico dedicado aos professores, com o objetivo de orientá-los a ministrar as aulas da disciplina escolar “a partir da influência do homem no meio, a língua, a raça e as religiões”, enfatizando que:

“Chegou o momento de estudarmos, por exemplo, alguns fenômenos demográficos baseados sobre recenseamentos e ensinar aos alunos a utilizar algarismos para comparações futuras, a estudar cientificamente as influências dos diferentes climas sobre os hábitos e coisas da vida, compreender o papel das ilhas e dos oceanos na distribuição e diferenciação das línguas, etc.”¹¹

A convite de cientistas norte-americanos, em 1928, Delgado de Carvalho participou de viagem de intercâmbio cultural ao *Summer School for American Teachers*. Sua destacada atuação neste programa de intercâmbio cultural, em 1929, quando levou 12 educadores brasileiros aos Estados Unidos, lhe valeu o convite do *Carnegie Endowment* para o cargo de *visiting professor* do Curso de Ciências Políticas nas universidades americanas de *Washington and Lee* (Virgínia), *Rice Institute* (Texas) e *University of Michigan*, em 1940.

Desde 1931, Delgado de Carvalho ocupou, em caráter interino, a Cadeira de Geografia do Brasil da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. Com a criação da Universidade do Distrito Federal, em 1935, Delgado de Carvalho foi nomeado para a Cátedra de História Contemporânea, logo em 1936. Mais uma vez, sua atuação destacada na recepção acadêmica ao grupo de professores franceses, coordenado por Pierre Deffontaines, convidados para fortalecer o quadro docente da UDF, lhe valeu a Condecoração da Ordem Nacional da Legião de Honra da França (criada por Napoleão Bonaparte), em 1937.

Quando de sua aposentadoria compulsória, aos 72 anos, recebeu o título de Professor Emérito da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Distrito Federal, em 1956.

Em sua docência no ensino superior Delgado de Carvalho aprofundou a proposta do ensino da *geohistória*, compreendida a partir do conceito de “espaço histórico da geografia da história de Marcel Reinhard.”¹² Desta época destacamos os trabalhos:

– *Geografia Humana, Política e Econômica* (1935) – *Geografia Física e Humana do Brasil* (1943) – *A evolução da Geografia Humana*, (1944) – *História Contemporânea. Para Professores* (1960) – *História da Idade Moderna. Para Professores* (1974) – *História das Américas* (1970, em coautoria com a professora Anna

Maria Delgado de Carvalho) – e *História Documental Moderna e Contemporânea* (1976), livro de fundamental importância para o processo ensino-aprendizagem nas ações didáticas curriculares desenvolvidas a partir dos programas e métodos de ensino. Os livros foram considerados, pela camada docente como “fontes de pesquisa, recursos/suportes didático e base de referencial teórico”:

“O humanismo é e sempre foi um esforço espiritual da interpretação das coisas em função do homem. Assistimos pois a um novo humanismo clássico, porém mais natural e prático criado pela integração das ciências sociais entre as quais a geografia ocupa uma posição estratégica que os fatos só têm realidade quando localizados no espaço.”¹³

Sua obra *História Geral – 1º Volume – Antiguidade. Coleção: Guias de Ensino (Série I) e Livros de Texto (Série II). Compêndio de Informações para o uso dos docentes do Curso Secundário. (Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Ministério da Educação e Cultura, 1956)* – tornou-se, também, obra de referência metodológica do ensino da História na rubrica de *Livro Compêndio* com ilustrações, mapas, fragmentos de documentos e textos complementares. No preâmbulo o professor-autor esclarece que é um “trabalho submetido aos colegas do ensino secundário como um prontuário de História” onde os professores, já conhecedores da matéria, poderão encontrar sugestões didáticas e informações complementares acerca do plano de ensino da divisão clássica da História: Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, adaptável aos programas oficiais das escolas públicas para quaisquer programas de escolas particulares; que a cronologia apresentada tem por base a obra *Chronologie des Civilisations* de Jean Delorme da Coleção Clio; e que a divisão em Unidades Didáticas segue o modelo de *plano de sequência da matéria* criado pelo professor Anísio Teixeira, que previa três etapas de planejamento:

- I. Elaboração Preliminar: definição dos objetivos; apresentação do processo histórico (seleção de conteúdos) com a definição do quadro geográfico (condições espaciais físicas e materiais); do quadro cronológico (relações políticas, econômicas e sociais) e da situação cultural (estudo das civilizações).
- II. Narrativa: apresentação da matéria em tópicos – sistematização do estudo (a marcha do progresso humano através dos tempos).
- III. Informação Complementar: conexões históricas através de textos/ documentos, mini-biografias, mapas, iconografia, curiosidades históricas.”¹⁴

Convidado pelo Governo, em 1958, Delgado de Carvalho ingressou no Itamaraty. Em 1959, ministrou o Curso de História Diplomática do Brasil no Instituto Rio Branco. Este curso, também, mereceu a publicação de um livro *História Diplomática do Brasil (1958)*, que foi traduzido para o inglês pelo professor Raul D’Eça da Universidade de Washington, em 1975. No Itamaraty o historiador dedicou-se ao estudo da História das Relações Internacionais, analisando a história das relações políticas espaciais dos Estados/Nação na Europa, na África e na Ásia.

Nesta área destacamos, de sua vasta produção bibliográfica – *Atlas de Relações Internacionais*, de 1960, em co-autoria com a Professora Therezinha de Castro; – *Relações Internacionais*, de 1970, cuja primeira edição foi totalmente adquirida pela Biblioteca do Exército.

De 1962 (aos 78 anos) até 1980, como Decano do IBGE, assumiu a responsabilidade da publicação trimestral do *Atlas de Relações Internacionais*.

Em texto manuscrito, datado de 30 de julho de 1974, esclarece seu pressuposto de análise para a elaboração de seus livros:

“Uma das modalidades da geo-história é a geopolítica, nome que lhe cabe quando, constituídas as Nações, os respectivos Estados dirigem os destinos do país combinando todos os elementos geográficos, étnicos, econômicos, estratégicos e outros planejamentos de suas atividades visando resultados imediatos ou remotos.

Nas relações internacionais do mundo contemporâneo o significado do termo geopolítico tem sido deturpado. Geopolítica é o estudo das influências que sobre a geografia exerciam os objetos políticos do Estado em relação a seus problemas vitais. É o estudo da plasticidade organizacional de cada Estado, a institucionalização da organização do espaço através da conquista, dominação e expansão.”¹⁵

Delgado de Carvalho faleceu em 04 de outubro de 1980 no Rio de Janeiro, aos 91 anos, deixando mais de 40 obras editadas, versando sobre geografia, história, sociologia, economia e relações internacionais, e, uma obra inacabada – *Geohistória das Civilizações Comparadas* – que preparava auxiliado por suas discípulas Terezinha de Castro e Ana Maria Delgado de Carvalho, também sua neta.

No citado documento de 1974, o autor definiu para suas colaboradoras as bases teóricas e metodológicas de sua contribuição para a renovação do ensino das Ciências Sociais no Brasil:

“Os dois ramos científicos da Ciência Social, que são a Geografia e a História, auxiliados pela Economia e a Sociologia, se prestam à interpretação das diferentes fases da vida coletiva [...]

A Geo-História é a narrativa histórica interpretada pela Geografia. Não há História sem base geográfica; até a vida constitucional de um povo supõe observadas condições antropogeográficas.

Assim como o estudo da História não consiste apenas em memorizar datas, acontecimentos e nomes de personagens, a Geografia não se limita à memorização de nomes de serras, de rios, de climas e de produtos [...].

Nos estudos de Geo-História devem ser examinados sucessivamente alguns aspectos da questão: Em primeiro lugar, impõe-se uma visão preliminar da área fisiográfica em que se deram os fatos. O relevo e as águas devem ser os pontos essenciais para aprender a topografia da região e os imperativos geográficos existentes na época. Em segundo lugar, em consequência destes imperativos,

devem ser procurados os resultados que eles condicionaram, isto é, os gêneros de vida, o estado cultural, o regime político. Difusão, Assimilação, Sobrevivências são aspectos do complexo cultural que atua, segundo as circunstâncias da época e do meio. Em terceiro lugar, quando sugerida uma motivação de tal ou tal acontecimento, é bom lembrar, em regra, o motivo econômico, procurando ver a possível influência que exerceu. Inicialmente é o fator comercial a examinar; segue-se o fator industrial, para finalmente predominar, nas sociedades mais evoluídas, o fator financeiro.¹⁶

A projeção política conquistada por Delgado de Carvalho pode ser exemplificada por sua atuação em diversas associações científicas, cujo compromisso cultural primordial era a renovação do conhecimento histórico, geográfico e filológico como base da (re)construção da identidade nacional pela via da educação como instrumental necessário para a garantia da ordem social e o caminho para o progresso material do país. Sua participação foi destacada como:

- Sócio Efetivo e Benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB, 1921);
- Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo;
- Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia;
- Fundador e 1º Presidente da Associação Brasileira de Educação (1924);
- Membro Honorário da Sociedade de Geografia e Estatística de Frankfurt am Main (1926);
- Sócio Correspondente da Sociedade de Geografia de Lima;
- Membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC);
- Sócio Efetivo da Associação dos Geógrafos Brasileiros
- Sócio de Honra e Efetivo da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1931);
- Membro do Conselho Nacional de Educação (Representante do Ensino Secundário Federal, 1931);
- Diretor Fundador do Instituto de Pesquisas Educacionais do Departamento de Educação do Ministério da Educação e Cultura (1935);
- Membro do Conselho Nacional de Geografia (Representante do Ministro da Educação, 1937);
- Membro da Comissão do Livro Didático (Nomeado pelo Presidente Getúlio Vargas, 1939);
- Delegado do Brasil no VIII Congresso Científico de Washington - XI Seção (Educação), 1940 (Nomeado pelo Presidente Vargas);
- Delegado do Brasil no Seminário de Geografia de Montreal (Organizou e dirigiu a convite da UNESCO, 1950);
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Representante do Ministro da Educação, 1954).

Estas instituições culturais congregaram uma elite intelectual formada por homens de letras e geógrafos-historiadores, um conjunto de políticos, diplomatas, advogados, médicos e professores distinguidos pela erudição, homens que viveram na virada do século XIX para o XX, na passagem da Monarquia para a República e constituíram um

polo cultural de sociabilidade da intelectualidade brasileira no Rio de Janeiro. As instituições culturais projetaram os escritores no campo político-social. Pertencer ao IHGB – como sócio da “Casa da memória nacional” – à ABL – como imortal da “República das Letras” – a ABE – como participante do *Movimento de renovação educacional* – e ainda ser professor catedrático do CP II “colégio padrão do ensino secundário” – significava ter seu trabalho intelectual reconhecido como processo de criação original e ter lugar na história do poder cultural, como membro produtor das visões de mundo: “agente transmissor de sistemas e de normas ligadas às necessidades econômicas, sociais e políticas da sociedade, sua influência sobre o conhecimento cotidiano, científico e artístico, e sobre as atitudes e modos de vida.”¹⁷ Nestes espaços de sociabilidade cultural, que funcionavam como foruns dos debates acadêmicos, os grupos desenvolveram vasta produção nos campos da linguística e da literatura, da história política e militar, da geografia física e humana, da sociologia geral e da sociologia educacional, ao mesmo tempo em que ocupavam cargos públicos nos Ministérios, Secretarias de Estado, hospitais e colégios, e escreviam para jornais e revistas, instrumentos utilizados como principais canais de veiculação das notícias, ensaios, crônicas de crítica do cotidiano e as famosas memórias, textos de conteúdo literário e histórico, propiciando a divulgação de grandes polêmicas políticas, religiosas e educacionais.¹⁸

Delgado de Carvalho recebeu, dentre outras condecorações, a Medalha David Livingstone da *The American Geographical Society*, em 1952, e o *Prêmio Kenning Albert Boilesen*, em 1974.

Em seu discurso de agradecimento pelo recebimento do Prêmio Nacional da Cultura, concedido pela Associação Brasileira de Distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo, em São Paulo – “por ter realizado trabalho de valor em benefício do aprimoramento cultural do país” – Delgado de Carvalho ratifica, no quadro da intelectualidade brasileira, sua posição acadêmica de “novo humanista, filósofo, pensador inquieto, observador criativo e crítico sutil”, segundo definição preconizada por Oliveira Lima¹⁹ desde o início de sua carreira até as lutas políticas pelas reformas da Instrução Pública no Brasil:

“Passei os 90 anos, e julgava que era ainda cedo para receber qualquer prêmio, a não ser o da longevidade. Por isso, foi grande a minha surpresa, e maior ainda a minha emoção, ao ter notícia do valioso Prêmio Boilesen. /.../ Em agricultura, a produção é riqueza da terra, não do homem; foi, porém, este que mexeu esta terra, que nela trabalhou para que produzisse sob esforço humano adequadamente orientado. Podemos assim considerar o nosso país como uma terra, uma terra-continente à disposição de lavradores. Estes, no entanto, nem todos são trabalhadores rurais. Por isso, abre-se diante dos trabalhadores culturais outra terra a lavrar nas escolas, nos institutos, nas universidades, e já são numerosos os intelectuais de valor, empenhados nesta obra de esclarecido patriotismo que, em boa hora, o inesquecível Albert Boilesen resolveu premiar, no que ele chamou “a mobilização do seu patrimônio cultural”. Se,

incontestavelmente, muito se tem feito neste sentido, muito ainda resta a fazer, e sua ideia foi a de acelerar o trabalho.”²⁰

Conclusão

A análise das fontes documentais referentes ao Arquivo Privado de Delgado de Carvalho, sob a guarda do IHGB, nos permite classificá-lo como um intelectual educador inovador da cultura histórica de seu tempo. A multiplicidade de seus escritos objetivaram a integração das chamadas *ciências humanas*, criando campos epistemológicos de interceção dos estudos históricos, geográficos, antropológicos e sociológicos com a fisiografia, meteorologia, política, diplomacia, economia, estatística e etnografia. Sua participação nas discussões das políticas públicas concernentes às diretrizes educacionais da Reforma da Instrução Pública de Francisco Campos, de 1931, e da Reforma Capanema, de 1942, foram fundamentais para a renovação do ensino das ciências sociais, e, sua obra foi referência no processo de reestruturação da política educacional e nos novos rumos da pedagogia brasileira, especialmente, ao longo da década de 1950, porém com repercussão nas décadas de 1960 e 1970 por ocasião da implementação da Lei 5692/71 e seus desdobramentos, como a criação da disciplina escolar Estudos Sociais.

Em resposta à grande polêmica travada pelos professores universitários de História contra a criação institucional dos Estudos Sociais nos currículos das escolas de 1º Grau, defendeu, até o fim de sua vida, a fundamentação teórica e metodologicamente dos programas da nova disciplina escolar:

“A tradicional divisão dos Estudos Sociais em: Geografia, História, Sociologia, Economia e Direito, se impôs para facilitar o conhecimento dos elementos fundamentais das relações humanas. Mas, esta divisão lógica, em grupos de matérias afins, se leva a conhecê-las, por si só, não ajuda a compreendê-las, e ainda menos a interpretá-las. Assim como em Ciências Físicas e Biológicas, as Matemáticas dão luz, valor e significação ao estudo dos fenômenos, cabe à Geografia, nas Ciências Sociais, dar valor e significação à História, à Sociologia e à Economia. São Ciências Humanas, que para serem estudadas e interpretadas, necessitam, pode-se dizer, de injeções de Geografia. [...] Esta excursão pelos domínios culturais que desinteressadamente a Geografia invade e vivifica [...] é o que tenho tentado fazer, escrevendo livros de Geografia, de História e de Sociologia.”²¹

Notas e referências

¹ BR/ Rio de Janeiro, *Boletim Geográfico n° 131*, “Apontamentos Biobibliográficos: Professor Carlos Delgado de Carvalho”, Conselho Nacional de Geografia, 1944, p.59.

² BR, *Dicionário Biobibliográfico de historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros*, Rio de Janeiro, IHGB, v. 2, 1992, p.45.

³ BR/ Rio de Janeiro, *Revista do Gas*, Associação Brasileira de Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo, 1975, p.31.

⁴ Carlos Benito Oliveira FERRAZ, *Memória: O Despertar da Climatologia no Brasil*, Maceió, Cirrus, UNEMET, ano IV, n.12, jan/abr 2008, p.46.

- ⁵ *Revista do Gas*, cit., p. 32.
- ⁶ BR/ Rio de Janeiro, *Almanak do pessoal docente e administrativo do Colégio Pedro II*. Organizado por Octacilio A. PEREIRA, Typ. Revista dos Tribunaes, 1921, n.1, p.21.
- ⁷ Alberto VENÂNCIO FILHO (org), *Francisco Venâncio Filho: Um educador brasileiro*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995, pp.160 e 220.
- ⁸ Delgado de CARVALHO, *Geografia do Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 2ªed, 1913, Prefácio.
- ⁹ Delgado de CARVALHO, *História da Cidade do Rio de Janeiro de Acordo com os Programas das Escolas Públicas Municipais*, Rio de Janeiro, Mendonça Machado, 1926, Biblioteca Carioca. Série Publicação Científica, vol 6, Preâmbulo.
- ¹⁰ Delgado de CARVALHO, *História Geral. Antiguidade – Compêndio de informações para uso dos docentes e discentes do curso secundário*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/ Ministério da Educação e Cultura, 1956, Coleção: Guias de Ensino e Livros de Texto, Preâmbulo.
- ¹¹ P. C. COSTA, *Uma Escrita aos Professores: Os Prefácios dos Livros de Delgado de Carvalho*, Uberlândia, MG, Anais do COLUBHE O6, pp. 3388.
- ¹² Fernando SEGISMUNDO, *Grandezas do Colégio Pedro II*, Rio de Janeiro, Unigraf, 1996, p.44.
- ¹³ *Boletim Geográfico...*, p. 63, cit.
- ¹⁴ Delgado de CARVALHO, *História Geral Antiguidade...*, Preâmbulo, cit.
- ¹⁵ BR, Arquivo Privado de Historiadores, IHGB/DC, Lata 07, Pasta 01, Doc. 01, Manuscrito, 04 folhas, Rio de Janeiro, 30 de julho de 1974, Folha 3, Transcrito como no original.
- ¹⁶ *Ibid.*, folha 1
- ¹⁷ Francisco José Calazans FALCON, *História e Cultura, História Hoje: balanço e perspectivas*, Rio de Janeiro, ANPUH-RJ, 1990, p.102.
- ¹⁸ Ângela de Castro GOMES, *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996, p.44.
- ¹⁹ Oliveira LIMA in Delgado de CARVALHO, *Geografia do Brasil*, 2ª ed, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1913, Prefácio.
- ²⁰ BR/ Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v.309, out./dez.1975, Imprensa Nacional, 1975, p.158.
- ²¹ *Ibid.*, p.159.

La producción de conocimiento en la Argentina peronista. El vínculo entre Estado, universidad y políticas públicas

*Luis Ernesto Blacha**

Introducción

La Ley 13031 de 1947 es la intervención en el funcionamiento de las universidades nacionales por parte del Estado planificador, popular, nacionalista y dirigista del peronismo. La producción de conocimiento que llevan a cabo las universidades adquiere un papel destacado en la Argentina liderada por Juan Domingo Perón. Un período con importantes transformaciones sociales y políticas públicas que promueven el mercado interno, la industrialización por sustitución de importaciones (ISI) y a la redistribución del ingreso.

Las universidades tradicionales son intervenidas por el peronismo para promover una orientación práctica de sus objetivos institucionales. Se cambian los elencos directivos y se produce la renuncia de gran parte del cuerpo de profesores como resultado de estos límites de su autonomía. A su vez, las políticas estatales intentan generar renovados ámbitos de educación superior, con la creación de nuevas universidades para capacitar a los obreros en concordancia con la pujante industrialización. Se propone una resignificación de los valores universitarios por parte de un orden social que se fundamenta en su interpelación a los ciudadanos como trabajadores.

A través del decreto 8.014 de 1949 se crea la Universidad Obrera Nacional, que es una transformación del rol de los ámbitos educativos superiores en relación a la socialización imperante en la Argentina. La sociología figuracional de Norbert Elias permite interpretar estos cambios como un intento de orientar los procesos de psico y sociogénesis vigentes a través de políticas públicas que no se vinculan con el ámbito universitario tradicional. El carácter práctico de las nuevas universidades da cuenta del

* CONICET/CEAR-UNQ (Argentina). Investigador-Profesor adjunto

conocimiento que los actores adquieren y se resignifican como fundamento de la reproducción del orden social, tal como promueve la sociología de la cultura de Pierre Bourdieu. A través de políticas educativas inclusivas para el ascenso social, se generan y difunden conocimientos que van más allá del sistema productivo e influyen en la organización social. Con la intervención en las instituciones educativas superiores del dirigismo estatal se intenta transformar el carácter simbólico de las relaciones de poder.

Los ámbitos universitarios como productores de conocimiento experto se transforman también en promotores de un sentido práctico característico. El carácter compensatorio que Luhmann identifica con el Estado de Bienestar, supone otra herramienta disponible para caracterizar la relación entre el peronismo y la universidad argentina. El objeto de este trabajo es analizar e interpretar la producción de conocimiento como parte de las interacciones políticas imperantes pero también como resultado del carácter potencial del poder y de las transformaciones del *ethos* de la estructura administrativa que permite desarrollar políticas públicas. Se interpelan al estilo y a las estrategias peronistas desde un abordaje sociológico contemporáneo y original, que conjuga los aspectos culturales, intelectuales, sociales y políticos para dar cuenta de esta etapa de la historia argentina a través de la universidad pública.

Estado y socialización

La *Revolución de los Coroneles* del 4 de junio de 1943, es el primer golpe de Estado “sin participación civil alguna en la historia argentina”.¹ Se amplía el rol mediador de la estructura administrativa estatal de la década anterior. Tras 13 años de fraude electoral, la participación política promueve profundos cambios en el vínculo entre gobernantes y gobernados que resultan en cambios institucionales de importancia. El plano político se convierte en un espacio de socialización y el Estado adquiere el “monopolio de representación”² que reduce el activismo sindical y se consolida como un canal legítimo para las demandas sociales a través del accionar de la estructura administrativa. Estos ámbitos institucionales han desarrollado durante el intervencionismo de la década anterior, un conjunto de prácticas características y un sentido de pertenencia que pueden caracterizarse como un *ethos* que resulta fundamental para la implementación de políticas públicas.³

El peronismo también supone una profunda reformulación del malestar social, a través de la combinación entre el carisma que envuelve a la figura de Juan Domingo Perón con la ampliada estructura administrativa del Estado planificador, nacionalista y dirigista (1943-1955). El aparato burocrático bajo la dirección política peronista, resulta medio y fin de las relaciones de poder imperantes que permiten interpelar a los obreros y la pequeña y mediana burguesía industrial, grupos que crecen de forma exponencial entre 1930 y 1943 pero que no consiguen una participación política acorde. Juan D. Perón establece intensos vínculos con estos actores que le permitirán construir las bases político-sociales que fundamenten su posición gubernamental. A nivel administrativo, estas transformaciones consisten en “refundir las oficinas existentes en provincias, en “delegaciones regionales”. Estas delegaciones no abarcan sólo aquellas oficinas y

organismos que ya eran de carácter nacional, sino que incorporaron también a los provinciales y municipales.⁴ Estos cambios también pueden ser interpretadas como parte del desarrollo del *ethos* característico de los funcionarios administrativos que pareciera trascender la estructura estatal.

La nueva organización gubernamental intenta evitar los cambios violentos mientras que la capacidad de interpelar las demandas sociales que adquiere la estructura administrativa, la convierten en fundamento del orden social. El propio Perón lo reconoce en su discurso del 25 de agosto de 1944 en la Bolsa de Comercio⁵ y que podrían interpretarse como parte de los procesos de psico y sociogénesis imperantes. El peronismo inicia la era de secretarías con rango ministerial que permite la canalización monopólica de las demandas sociales a través del incremento y modernización de la estructura administrativa. La labor de la Secretaría de Trabajo y Previsión (STP) a cargo de Juan Domingo Perón desde 1943, se muestra predispuesta a atender demandas salariales y los reclamos referentes a las condiciones de trabajo.⁶ La combinación entre carisma y burocracia constituye políticas públicas en donde el Estado *construye* ciudadanos tal como destaca Michel Foucault.⁷

Las políticas peronistas no generan cambios radicales en las relaciones de producción ni se consolidan políticas industrialistas de largo plazo, son modificaciones que permiten mantener el sistema de producción tradicional sin mayores cuestionamientos. En este sentido pueden ser interpretadas como parte de una alianza de clases que, según reconocen los sociólogos Miguel Murmis y Juan Carlos Portantiero, se inicia en la década del '30. Esta alianza permite que "una limitada industrialización tiende a formar parte de la estrategia de los sectores agrarios dominantes."⁸ Pueden interpretarse como parte de las estrategias de los sectores económicos dominantes que utilizan las estructuras administrativas intervecionistas desarrolladas entre 1930 y 1943 para defender sus intereses. En contraposición, el verticalismo del dirigismo planificador peronista, supone una creciente autonomía del Estado en relación a estos intereses económicos y un aumento de su capacidad de interpelar al entramado social y promover prácticas de gubernamentalidad -a la manera foucaultiana- que intentar guiar los procesos de psico-sociogénesis de la sociología figuracional.

Las herramientas analíticas que proporciona la sociología figuracional⁹ de Norbert Elias permiten insertar las interacciones de poder en un contexto social ampliado. Esta perspectiva vincula la consolidación de las estructuras administrativas del Estado-Nación con la constitución del sujeto moderno, a través de la internalización de normas y pautas sociales. El Estado es interpretado dentro de interacciones sociales de amplio alcance temporal, que permiten a Elias reconstruir la historia de la civilización occidental,¹⁰ desde el siglo XI, a través de una "psicogénesis del Estado."¹¹ En esta perspectiva se vinculan los monopolios de la violencia y de las estructuras administrativas estatales con el autocontrol de las emociones y la internalización del orden social. Estos cambios se observan a escala colectiva - la *sociogénesis* - y a nivel individual - la *psicogénesis*. La sociogénesis se relaciona con las transformaciones de escala *social* relacionadas con la canalización legítima de la violencia que vincula a esta

perspectiva con la concepción weberiana del Estado. La psicogénesis se refiere a la internalización de la norma social que fundamenta el orden social, a la vez que regula los sentimientos y necesidades de los sujetos sociales.

El contexto de interacción social adquiere una importancia destacada porque permite explicar y, en cierto sentido predecir, las acciones sociales. El Estado es un actor preponderante de las políticas sociales, que también conforma el marco de referencia donde se insertan las acciones sociales y se reflejan las relaciones de poder. El Estado también es un entramado de canales institucionales y elementos culturales que los actores utilizan para realizar sus interacciones. Las reformas peronistas de la estructura administrativa dan cuenta del carácter potencial de la configuración imperante. Un término que identifica a la sociología figuracional y constituye el escenario donde la acción individual se convierte en social a través de un marco de certezas compartidas y delimitadas socialmente.¹² El monopolio de la violencia legítima está en manos de la administración centralizada del Estado y la diferenciación entre las conductas subjetivas públicas y privadas, forman parte de la configuración. Estos cambios interdependientes, de escala social e individual, conforman el proceso civilizatorio. Para Johan Goulsblom este proceso “trata de la relación entre comportamiento y poder que halla su reflejo en el hábito, que a su vez influye sobre dicha relación.”¹³ Incluye también una importante correlación con la distribución social del poder,¹⁴ en tanto que supone una regulación de la violencia que resalta la importancia de la formación de los Estados-Nación en el abordaje figuracional.¹⁵ El sociólogo contemporáneo Niklas Luhmann advierte que “la civilización y sus consecuencias son un producto de la diferenciación de las prestaciones comunicativas del hombre desde sus condiciones naturales.”¹⁶ Este carácter diferenciador adquiere tal importancia que al transformarse la sociedad también se modifican los presupuestos en los que descansa su diferenciación característica.

La importancia que Norbert Elias atribuye al Estado, lo acercan al modelo burocrático de Max Weber, donde “el poder legítimo en la modernidad se ejerce a través de un aparato de gobierno estructurado a partir de una jerarquía de funcionarios con diferentes tareas y responsabilidades.”¹⁷ La sociología comprensiva de Weber entiende que el Estado es una de las tres instituciones constitutivas de la modernidad, junto al capitalismo y al derecho racional.¹⁸ El Estado moderno se fundamenta en el monopolio de los medios administrativos y de dominación, que resultan en un sistema tributario permanente y centralizado que permite una fuerza militar estable; en el monopolio para imponer la ley y en el uso legítimo de la fuerza en un territorio delimitado.¹⁹ El monopolio de la violencia legítima define en última instancia al Estado moderno. En la política moderna este aparato administrativo racional de corte racional se conjuga con el carisma que enmarca la relación social que se establece entre el líder y sus seguidores.²⁰ El Estado dirigista, planificador y nacionalista del período 1946-1955 supone - como en otros populismos latinoamericanos - una transformación en las relaciones de poder imperantes en la Argentina de la década de 1940 a través de la conjunción entre carisma y burocracia.

Las estructuras administrativas también son centrales para el surgimiento del nacionalismo “es un principio político que sostiene que debe haber congruencia entre la unidad nacional y la política.”²¹ Para la perspectiva desarrollada por Ernest Gellner “las naciones son los constructores de las convicciones, fidelidades y solidaridades de los hombres.”²² Los miembros de un grupo se convierten en una Nación cuando se reconocen derechos y deberes por participar de esa agrupación. Los rasgos claves del nacionalismo son la “homogeneidad, alfabetización, anonimidad.”²³

Las principales herramientas de la sociología figuracional son los procesos de psico y sociogénesis. Su arraigo puede identificarse en la Argentina moderna desde, al menos el primer Centenario (1910), y permite establecer un contexto en el cual se inscriben, modifican y dialogan las interacciones del poder. El Estado es dual, en tanto medio y fin del poder que vincula a las estructuras administrativas centralizadas con la internalización de las normas sociales. En el caso del peronismo también debe tomarse en consideración su carácter *social*. El sociólogo alemán Niklas Luhmann sostiene que el Estado de Bienestar se caracteriza por ser “autorregulado”²⁴ como resultado de la promoción de la inclusión política, que es uno de los rasgos del gobierno peronista y cuya estructura administrativa intenta monopolizar la canalización de las demandas sociales. En esta perspectiva, el Estado de Bienestar da lugar a compensaciones por parte de las estructuras administrativas a los gobernados, como la asistencia a la minoridad, las viviendas populares y una democratización de la *Justicia social*. Estas políticas públicas también son posibles por el *ethos* que se consolida entre los funcionarios y que permite al Estado competir con otras instituciones sociales.²⁵

El bienestar que promueve el peronismo durante su primera etapa (1946-1949) será una referencia en la configuración imperante. A su vez, la reforma constitucional de 1949 cobra particular interés como un momento de cristalización de las transformaciones introducidas por el peronismo pero también anticipan menores logros gubernamentales luego de 1950. La Constitución de la *Nueva Argentina* debe ser interpretada como una bisagra que permite advertir continuidades y rupturas al interior del propio movimiento peronista. También supone transformaciones en el carácter compensatorio del modelo argentino del Estado de Bienestar teorizado por Luhmann. El Estado peronista implica la actualización y guía de los procesos de psico y sociogénesis, que permiten complejizar el análisis y la interpretación de las políticas universitarias del gobierno peronista. Son prácticas de gubernamentalidad que el Estado desarrollo para *producir* ciudadanos a los que interpreta como trabajadores. La gubernamentalidad debe ser entendida como “el poder que se ejerce sobre la población concebida como un conjunto de procesos vitales, el poder que actúa como una técnica de regulación de los intercambios metabólicos entre el Estado y la sociedad.”²⁶

El Estado de Bienestar, según Luhmann, debe impulsar “la realización de la inclusión política.”²⁷ El peronismo identifica al fraude electoral como el gran problema político del Estado interventor e intenta subsanarlo mediante su relación con amplios sectores populares, sin forzar las relaciones sociales imperantes pero resignificando los elementos culturales disponibles. El *dirigismo* al que es sometido el “pueblo trabajador

y peronista” propone una amplia participación en el sistema electoral y estrechos canales (muchas veces unidireccionales) para la relación entre gobernantes y gobernados. Esta aparente “revolución dentro del orden”²⁸ tiene, por un lado, su momento de consagración institucional definitiva el 24 de febrero de 1946, luego de la innegable demostración de apoyo popular del 17 de octubre de 1945. El Estado peronista es social en tanto permite la “creciente inclusión de temas e intereses como propios de la política”,²⁹ caracteres que se reflejan no sólo en su doctrina, sino en sus leyes universitarias de 1947 y 1954. Son parte de la gubernamentalidad que propone y desarrolla el peronismo.

La inclusión política del peronismo va más allá de la participación electoral y establece un vínculo directo entre gobernantes y gobernados a través de la ampliación de la estructura administrativa. Las nuevas funciones estatales permiten el carácter compensatorio que Luhmann identifica con el Estado de Bienestar y mediante el cual el peronismo monopoliza la satisfacción de las demandas sociales de los sectores políticamente postergados durante la década de 1930. Esta aproximación de los gobernantes a los gobernados también se incluye dentro de la lógica del Bienestar, en tanto una organización política que “no deja nada fuera y se consume a sí misma.”³⁰ Esta característica de la estructura dirigista se combina con los elementos simbólicos que produce la universidad, que permitirán explicar la importancia que la reforma de la educación superior tiene para el peronismo.

Las políticas públicas que promueven la redistribución del ingreso - en la Argentina de posguerra con exceso de divisas - e intentan redefinir los procesos de psico y sociogénesis. La meta es el ideal de pleno empleo, el aumento de los salarios reales y el cambio en la distribución, la escala y el destino del ingreso; en suma “la justicia social, la independencia económica y la soberanía política.”³¹ La combinación de carisma y burocracia permiten no sólo un carácter compensatorio en las acciones estatales sino también un vínculo directo entre gobernantes y gobernados que promueve la inclusión política que define al Estado de Bienestar. Este carácter inclusivo también es político y práctico, tal como se refleja en sus políticas universitarias. El *Manual del Peronista* es la cristalización de las interacciones promovidas desde el Estado que resultan en una profunda resignificación de los sectores populares y se plasma en la *doctrina nacional*. Es “una síntesis de la doctrina peronista que debe ser inculcada en la masa y en los dirigentes.”³² El peronismo supone la continua interpelación de toda la sociedad y donde los trabajadores cobran supremacía sobre los ciudadanos para fundamentar el orden social.

El carácter práctico que subraya el *Manual del Peronista* también destaca la importancia del saber técnico en la estructura administrativa para permitir el incremento de las funciones estatales. Esta estructura administrativa necesita una dirección que “estará en manos [de hombres] capaces del gobierno, de los técnicos y de las fuerzas económicas, pero la ejecución estará bajo la responsabilidad de los trabajadores argentinos, cuya honradez y nobleza no pueden ser desconocidas.”³³ El conocimiento técnico, y el *ethos* que sus prácticas consolidan, se convierten en parte del fundamento

del orden social porque permite aumentar la capacidad interpelativa del Estado. Las universidades, como productoras de conocimiento, adquieren una importancia destacada en el intento de las políticas peronistas para guiar los procesos de psico y sociogénesis.

Las universidades

El carácter práctico de la doctrina peronista también influye en su concepción de la universidad. En el capítulo XIII del *Manual del Peronista* se hace referencia a estas instituciones deben “afirmar una conciencia nacional histórica” que las vincule con el pueblo trabajador peronista. Estas políticas no sólo intentan incorporar elementos culturales al fundamento del orden social que consolida el peronismo, sino que pueden ser interpretadas como un intento por guiar la evolución de los procesos de psico y sociogénesis. Es parte de las transformaciones que los nacionalismos introducen en la población a través de su control de las estructuras administrativas y de los sistemas educativos.

La universidad también es interpelada por el peronismo como el ámbito donde se forman los técnicos que deberán potenciar el aparato administrativo existente. Estas demandas peronistas a las instituciones educativas parecen contradecirse con el estudio acerca de las clases gobernantes que lleva a cabo José Luis de Imaz, para quien la universidad no tuvo una influencia destacada en la conformación de *los que mandan*.³⁴ En esta resignificación de las funciones universitarias, los aspectos prácticos de las instituciones educativas también cobran una significación destacada como un intento de incorporar a los *universitarios* al fundamento del orden social. Estas transformaciones parecieran no considerar las interacciones existentes y se producen conflictos, tanto con los profesores como con los estudiantes.³⁵

A pesar de la tensa relación del peronismo con el mundo universitario, en este período aumenta considerablemente el presupuesto de estas instituciones. En 1946 se crea la Facultad de Odontología en la Universidad de Buenos Aires, las facultades de Ciencias Económicas, de Filosofía y Humanidades en la Universidad Nacional de Córdoba. En concordancia con el creciente aparato administrativo peronista, con sus oficinas de alcance nacional y su verticalismo, en 1947 se crean la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de Buenos Aires y la Ciudad Universitaria de esta misma casa de estudios, que reflejan la importancia edilicia en la gubernamentalidad peronista. A su vez, el decreto 6242 de 1948 permite que la extensión universitaria sea rentada, vinculando a la Universidad de Buenos Aires con la Dirección General de Agua y Energía Eléctrica que promueve la incorporación de estudiantes de ingeniería en esa empresa y en el Ministerio de Obras Públicas.³⁶ Las transformaciones de carácter práctico también incluyen la creación de la carrera de Ingeniería en Telecomunicaciones en la Universidad Nacional de La Plata en 1948.³⁷ La contracara de estas políticas públicas son las denuncias de la Federación Universitaria Argentina (FUA) que destaca los 423 despidos y los 823 profesores renunciados durante 1946.³⁸

La oposición a las políticas universitarias peronistas tiene un actor destacado en el Colegio Libre de Estudios Superiores (CLES), que agrupa a intelectuales liberales. Esta institución dependiente de la Universidad de Buenos Aires (UBA), se crea en 1930 para luchar contra el avance fascista y se convierte luego en un temprano opositor al peronismo. En 1947, luego de la expulsión de un gran número de docentes de la actividad universitaria, el CLES comienza a publicar sus Cursos y Conferencias, para potenciar el debate académico y aglutinar a los intelectuales opositores.³⁹ Tal como afirman Silvia Sigal, Oscar Terán y Tulio Halperín Donghi, “el peronismo trató la realidad universitaria como un problema político antes que cultural y confió su dirección a sectores intelectuales nacionalistas, conservadores y católicos, ya que careció de proyecto cultural para imponer en ellas.”⁴⁰ Estas tensiones reflejan el carácter dinámico y flexible de los procesos de psico y sociogénesis, que incluyen en la misma configuración a políticas favorables y opositoras.

El dirigismo peronista también incluye una ley de reforma universitaria, a través del decreto 12.195 de 1946 que coloca al médico Oscar Ivanissevich como rector normalizador de la Universidad de Buenos Aires (UBA) para *reparar* los daños que 13 años de fraude electoral han producido en las universidades. Lo acompañan en su gestión un grupo de católicos de derecha, ex reformistas y conservadores que contrastan con la tendencia liberal del ámbito universitario preexistente, tal como puede observarse en la nómina de rectores durante el gobierno peronista.⁴¹ Estas decisiones políticas no consiguen interpelar los procesos de psico y sociogénesis imperantes en el ámbito universitario. El peronismo propone cambios radicales que incluyen la intervención de la Comisión Nacional de Cultura, la inauguración de cursos de capacitación para obreros, la creación de 17 escuelas técnicas en el interior del país, la escuela de oficios, celadores y visitantes médicos, así como la Universidad obrera en Avellaneda (Gran Buenos Aires).⁴²

La Univesidad Obrera “estaría ligada al nuevo perfil industrial de la Argentina de posguerra y a las políticas sociales y de democratización de la cultura nacional.”⁴³ Este proyecto se vincula con las Escuelas de Aprendizaje y Orientación profesional que Perón crea en 1945 para capacitar a técnicos de las industrias argentinas. También deben mencionarse las Escuelas Industriales Otto Krause del ingeniero Pascual Pezzano como un intento de formar obreros capacitados para la incipiente industria argentina sustitutiva de importaciones que permite al peronismo consolidar un mercado interno.

Estos proyectos encuentran dificultades cuando sus egresados no pueden ingresar a la carrera de Ingeniería de la UBA, por disposición de las autoridades. Los horarios de esta alta casa de estudios tampoco permitían a los sectores trabajadores tomar cursos sin renunciar a un empleo de tiempo completo. La Universidad Obrera Nacional, intenta subsanar estas dificultades y mediante el decreto 8.014 está capacitada para emitir el título de Ingeniero de Fábrica, que conjuga la teoría con la práctica industrial. Esta universidad pragmática está “orientada tecnológicamente a favor de la industria y el campo alternativamente; rescata una enseñanza superior preocupada por tener llegada a los sectores populares.”⁴⁴ También el Poder Ejecutivo Nacional otorga numerosas becas

en las instituciones tradicionales para que estudiantes de orígenes obreros puedan acceder a la educación superior, a pesar de lo cual “la base social de reclutamiento estudiantil de la UNLP (que se multiplicó en todo el período 1946-1955 asociada a la gran expansión de la población de la ciudad en esos años) se extendió a los sectores medios bajos y en muy menor medida a la clase obrera.”⁴⁵

El 26 de septiembre de 1947 se sanciona la Ley 13.031 de régimen universitario, también conocida como Ley Guardo –en honor al diputado justicialista que la promovió-, luego del enfrentamiento parlamentario entre peronistas y opositores. Ésta “resume y da cuerpo legal a la política que el peronismo implementaría en la Universidad a lo largo de la década.”⁴⁶ Es un intento por contrarrestar los posultados de la Reforma radical de 1918 y ampliar la influencia del Estado en las universidades, en especial a través del nombramiento de los rectores por parte del Poder Ejecutivo Nacional (Art.10), quien también aprobaría el nombramiento de los profesores titulares (Art.44). La representación estudiantil queda severamente limitada (Arts. 85 y 86), ignorando las transformaciones introducidas por la Reforma Universitaria de 1918. Esta ley intenta subsanar la *desconexión* que el peronismo identifica entre la universidad y el “pueblo argentino.”⁴⁷

La *Ley Guardo* será la respuesta peronista a la *Ley Avellaneda* de 1885 como marco legal del funcionamiento de las universidades, intentando obtener su poder simbólico y limitando su autonomía, que es interpretada como opositora.⁴⁸ La intervención a las Universidades decidida por Perón, luego de las elecciones de febrero de 1946, fue ejecutada por el gobierno del saliente Edelmiro Farrell en abril de 1946. A través de un decreto presidencial se pretendía realizar el “reencauzamiento de la vida universitaria por los carriles que había abandonado en la coyuntura de los años 1943-1945.”⁴⁹ En este sentido, Juan D. Perón afirma que “hasta el advenimiento del justicialismo, la enseñanza estaba sólo al alcance de la oligarquía. El hijo de un hombre del pueblo no podía nunca llegar a la enseñanza secundaria y menos aún a la universitaria, por la simple razón del dinero.”⁵⁰ Este carácter compensador e incluso que Luhmann reconoce en el Estado de Bienestar encuentra en el peronismo amplios cuestionamientos por no lograr insertarse en las prácticas educativas precedentes.

Entre las reformas administrativas del Estado dirigista, el artículo 111 de la Ley 13.031 dispone la creación del Consejo Nacional Universitario, que estará integrado por los rectores de las todas las universidades nacionales y será presidido por el Ministro de Justicia e Instrucción Pública. Esta institución puede interpretarse como el correlato del verticalismo institucional del peronismo, que moderniza los ámbitos de gestión e impone un rol tutelar sobre las acciones sociales. Así como el aparato burocrático pareciera independizarse de los intereses económicos predominantes, las universidades pierden autonomía y sus fines prácticos cobran supremacía. Es un intento por uniformar y armonizar las diferencias regionales pero también de controlar focos de oposición. Esta ley coloca a los profesionales a disposición del Poder Ejecutivo Nacional, lo que no supone un reconocimiento a la importancia de su capacitación sino una limitación a sus actividades específicas. En la construcción *nacional* y *popular* peronista se reducen

los elementos liberales. La redefinición de las funciones universitarias suponen “afirmar y desarrollar una conciencia nacional histórica, orientando hacia esa finalidad la tarea de profesores y alumnos”, destacando los aspectos autóctonos. Bajo un carácter práctico, el peronismo intenta imponer una política partidista, en especial luego de 1952, cuando el Estado, el gobierno y el partido se identifican.

La FUA se opone al alcance de esta ley y sus reclamos se recogen en la revista *Verbum*, que dejará de editarse en 1948 ante las presiones gubernamentales. Tres años después, se creará la revista *Centro* de igual tendencia. Esta tensión entre oficialismo y oposición se acrecentará el 9 de marzo de 1948 con la creación del Senado Académico, que se compondrá de dos representantes de cada una de las Academias Nacionales y que asesorarán al Subsecretario de Cultura.⁵¹ Como contrapartida, en julio de ese año se aprueba el Plan Analítico de Construcciones Universitarias que beneficia a las seis Universidades Nacionales existentes: Buenos Aires (1821), La Plata (1905), Litoral (1919), Córdoba (1613), Tucumán (1921) y Cuyo (1938). Con un presupuesto de 35.000.000 m\$,n, permite la construcción de nuevas facultades, en consonancia con la voluntad del Poder Ejecutivo Nacional.⁵² El carácter práctico impuesto se refleja en la creación de la Universidad Obrera Nacional, cuyo funcionamiento se fija en octubre de 1952 a través del decreto 8.014. Para 1949 se crea la Subsecretaría Universitaria en la Secretaría de Educación, con el fin de controlar “las relaciones de orden jerárquico, administrativo y técnico, que deben observar las universidades nacionales entre sí y con esa Secretaría de Estado.”⁵³

Estas transformaciones se cristalizan con la reforma constitucional de 1949 que convierte a la cultura en un *bien común*. Arturo Sampay, alma mater del nuevo texto constitucional refine el rol de las altas casas de estudios vinculadas a la Patria y no como templos que buscan la verdad. Se le asigna a la universidad el rol de formador de una clase dirigente de carácter peronista donde “la formación política de todos los universitarios, cualesquiera sean sus estudios profesionales, debe constituir el basamento espiritual de la Universidad, porque de lo contrario ésta no será más que la centralización burocrática de las distintas Facultades”.⁵⁴ En la Constitución de la Nueva Argentina se limita aún más la autonomía universitaria “dentro de los límites establecidos por una ley especial que reglamentará su organización y funcionamiento”, creando regiones universitarias que reducen su ámbito de influencia. La autonomía se reducirá aún más con la ley 14.184 de 1952 que obliga el dictado de *Cursos de Formación Política* que consisten repetir la doctrina peronista. El peronismo “quiso ‘peronizar’ la Universidad en lugar de nacionalizarla.”⁵⁵

A su vez, la Ley 14.007 de 1950 decreta la reorganización de las universidades populares y coloca a las Academias Nacionales bajo la órbita del Poder Ejecutivo Nacional. Es una ampliación de las funciones estatales en relación al conocimiento y la cultura pero también una intervención directa con fines políticos que busca reducir los focos opositores. En concordancia con el verticalismo de la estructura administrativa peronista se crea el Consejo Académico Nacional, a través del decreto 7500 de 1952, que estará presidido por el Ministro de Educación y Justicia y conformado por los

presidentes de las academias nacionales y el rector de la UBA, el doctor Carlos Bancalari. La reducción de la autonomía universitaria se combina con la preocupación por la coordinación de los planes de estudios y la uniformidad de las condiciones de ingreso para intentar un *reducto oligárquico* en una institución al *servicio del pueblo*.

Estas transformaciones del ámbito universitario también intenta satisfacer las demandas de la estructura administrativa que debe dar cuenta de las nuevas funciones estatales de una sociedad que se complejiza y necesita un mayor número de especialistas. El Estado debe ser concebido como un ámbito político pero también como un espacio de socialización donde se canalizan y reflejan las relaciones de poder imperantes. El Estado se transforma en “una medida determinante a la producción y la reproducción de los instrumentos de construcción de la realidad social.”⁵⁶ Esta importancia simbólica se vincula con la actualización y resignificación de los elementos culturales disponibles. Es interpretación cercana a la sociología culturalista de Pierre Bourdieu que permite destacar los aspectos simbólicos del poder. Es un abordaje que complementa a la sociología figuracional y da cuenta del vínculo entre la estructura administrativa peronista y el sistema educativo como productor de elementos culturales y conocimientos que fundamentan el orden social. En este sentido el diputado peronista y profesor de Economía Política John William Cooke sostiene en 1952 la importancia que tiene la universidad en la formación de técnicos, a la vez que “reivindica el estudio de la realidad y no el recurso a una “mentalidad libresca y teórica.”⁵⁷

La importancia del sistema universitario se incrementa con el crecimiento de la demanda de profesionales especializados cuyos saberes son un insumo fundamental del Estado dirigista y planificador. Sin los técnicos la combinación entre carisma y burocracia no podría contar con el alcance nacional y la articulación institucional necesaria para llevar a cabo las decisiones políticas. El aumento del tamaño del Estado es resultado de la complejización de la sociedad Argentina desde la década de 1930. Como ejemplo puede citarse el caso del Teniente General e Ingeniero Juan Pistarini quien ocupara la cartera de Obras Públicas en 1935, durante la presidencia de Justo, y luego en 1944. En sus gestiones se construyó el aeropuerto internacional de Ezeiza, se paliaron los efectos del terremoto de San Juan de 1944, se construyeron gran cantidad de cuarteles y escuelas militares, así como un gran número de hoteles ideados por el gobierno peronista. Su nombramiento marca un quiebre en el profesionalismo del funcionariado argentino en tanto que “hasta el nombramiento del general Pistarini, que era un ingeniero militar, todos los anteriores ministros de Obras Públicas habían sido abogados. A partir de Pistarini, los ministros del ramo y de las secretarías dependientes serían ingenieros.”⁵⁸ Con el peronismo en el poder, en 1946, también ocupa el Ministerio de Hacienda Ramón Cereijo, el primer contador público nacional ya que hasta entonces esta cartera estaba en manos de abogados. La profesionalización de la estructura administrativa da cuenta de la complejización de la configuración argentina donde el Estado compite con otras instituciones por resolver las demandas sociales a través de la gubernamentalidad sobre la que teoriza Michel Foucault.

El dirigismo al que es sometido el sistema universitario también puede ser interpretado como un medio, entre otros, que utilizan los gobernantes para limitar focos opositores y justificar su posición de privilegio a través de una complejización del fundamento del orden social. En esta revalorizada importancia del conocimiento técnico pueden esconderse patrones de reproducción de las relaciones de poder y nuevas alianzas de clase. La intervención a la universidad complementaría el vínculo del peronismo con el *pueblo trabajador* como actor político. Es necesario destacar que estos aspectos simbólicos del poder también se combinan con medidas dirigistas concretas que significan la creación desde 1946 de 15 nuevas facultades y un incremento del presupuesto universitario, que pasa de 48.000.000 \$ para ese mismo año a 256.000.000 \$ para 1950.⁵⁹

Durante el peronismo el número de alumnos se eleva de 49.000 a 96.000, aunque este aumento exponencial en las tasas de ingreso no se traduce en un incremento en la cantidad de egresados. El decreto 29.337 de 1949 da cuenta de esta preocupación, al promover el ingreso irrestricto y suprimir los aranceles y los exámenes de ingreso. En este sentido puede afirmarse que “mientras en la enseñanza media comenzó a manifestarse la presencia de alumnos de origen obrero o de baja clase media, el efecto democratizador sobre la Universidad fue más débil y, temporalmente, más lento”.⁶⁰ Este intento del peronismo por masificar el ingreso a la universidad para acelerar la consolidación de “la formación de la conciencia nacional en la juventud: las clases sociales se mezclarían en la universidad abierta al pueblo pobre y los hijos de los antiperonistas conocerían los dramas de la población real por intermedio de los hijos de los trabajadores peronistas.”⁶¹

Para el Estado peronista, las universidades no son las únicas usinas de conocimiento científico. El primero de mayo de 1951, el Presidente Perón crea, mediante 9.695 el Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) para coordinar de modo dirigista las investigaciones científicas que los distintos institutos, universidades y centros científicos desarrollan. Este organismo centraliza la orientación y coordinación de la actividad científica, dando cuenta de su complejización y destacando sus funciones técnicas.⁶² El carácter político que caracteriza al Estado de Bienestar teorizado por Luhmann también se introduce en el modo en que se desarrolla la ciencia argentina.

El carácter práctico que intenta imponer el peronismo a los cursos universitarios provocan la renuncia de un gran número de docentes, que son reemplazados por

“profesores e investigadores que venían desarrollando su actividad profesional en la misma Universidad pero en posiciones y cargos subalternos desde la década de 1930, como fue el caso de muchos profesores adjuntos y ayudantes; pero también se promovieron a esos cargos a quienes sólo detentaban como antecedentes adscripciones a cátedras y a otros que carecían de vinculación efectiva con la actividad universitaria en los años previos.”⁶³

Estas tensiones conforman una configuración como un proceso dinámico y por esta característica la sociología figuracional puede dar cuenta de sus particularidades.

Poder y conocimiento

El peronismo propone una original mixtura entre carisma y burocracia para fundamentar el orden social, reflejando el carácter complejo y dinámico de las relaciones de poder. Luego de trece años de fraude electoral, el retorno de la actividad política se transforma en el monopolio de la canalización de las demandas sociales a través de las estructuras administrativas estatales, que ya han adquirido un *ethos* característico. La complejización de la sociedad argentina desde la década del 30, con sus alianzas de clases, sus migraciones internas, su mercado interno y su industrialización por sustitución de importaciones resulta en nuevos actores sociales que, paulatinamente, demandan representación política y que el peronismo identificara con *el pueblo trabajador*. El Estado interpela a los ciudadanos como trabajadores y desde este rol apela a ellos como fundamento del orden social que resultan en políticas públicas específicas.

En la estructura dirigista del peronismo, como una ampliación y autonomización de la Estado interventor que se desarrolla entre 1930 y 1943, se reconocen las particularidades políticas y el carácter compensador que Niklas Luhmann subraya en el Estado de Bienestar. Estas nuevas preocupaciones estatales, que originan nuevas áreas administrativas y resultan en novedosas funciones, permiten un vínculo directo entre gobernantes y gobernados a través de la estructura administrativa. El Estado adquiere carácter dual, al ser fin y medio de las relaciones de poder imperante. Éstas adquieren un carácter potencial ante la complejización del fundamento del orden social.

Los aspectos concretos y simbólicos del poder deben dar cuenta del nuevo vínculo entre gobernantes y gobernados. El Estado de Bienestar debe abarcarlo todo y por este motivo, su carácter práctico supone una estructura administrativa moderna en donde el conocimiento técnico es un insumo insustituible. El fundamento del orden social que consolida el peronismo supone una activa resignificación de los elementos culturales disponibles que dote de mayor efectividad al aparato estatal. El monopolio de la canalización de las demandas sociales supone un rol tutelar en relación a los procesos de psico y sociogénesis que delimitan la relación entre gobernantes y gobernados.

Así como el peronismo intenta producir modificaciones radicales en las funciones que debe llevar a cabo el Estado, éstas no suponen transformaciones revolucionarias en la estructura social. No se cuestiona el modelo productivo sino que se propone una redistribución del ingreso orientada desde el Poder Ejecutivo Nacional. Para llevar a cabo estos cambios, es necesario incorporar a la vida política ciertos elementos culturales que estaban fuera de ella. Ingresan en los ministerios a importantes figuras del ámbito sindical para dar respuesta a la cuestión social, a través del aumento nominal de salarios pero sin implicar mayores transformaciones en los ámbitos laborales. El Bienestar se convierte en Justicia social aumenta sus implicancias compensatorias y se resignifican los elementos simbólicos que delimitan la relación entre gobernantes y

governados. Las políticas públicas promueven la gubernamentalidad sobre la que teoriza Foucault, constituyendo ciudadanos desde el Estado.

En el ámbito de estas transformaciones las Universidades Nacionales se constituyen en un bastión de resistencia para las prácticas liberales que delinearón la vida política y cultural argentina desde, al menos, 1880. El aumento en la capacidad interpelativa del Estado liderado por Juan Domingo Perón, que posibilita la expresión de un movimiento masas, encuentra serios límites en los ámbitos educativos. Profesores y estudiantes se aglutinan en las instituciones de enseñanza superior para mostrar su descontento ante el carácter práctico que intenta imponer el peronismo denotando el alcance político de estas transformaciones.

Los límites a la *Justicia social* propios de las prácticas universitarias, reflejan el carácter flexible pero delimitado de la configuración imperante. El saber no sólo se convierte en fundamento del orden social sino que demuestra que su alcance va más allá de los conocimientos técnicos que alimentan a una estructura administrativa moderna y ampliada. En este sentido puede afirmarse que las políticas peronistas van más allá del carácter compensatorio que Niklas Luhmann identifica con el Estado de Bienestar, transformando la asimetría de las relaciones de poder imperantes e incrementando su capacidad interpelativa.

La internalización de nuevas pautas de comportamiento como fundamento del orden social, muestran sus límites en el ámbito universitario, subrayando su carácter aglutinante de los sectores opositores el peronismo. El abordaje sociológico propuesto da cuenta de la interacción entre la internalización de las normas sociales y las estructuras administrativas estatales para fundamentar el orden social. Lejos del lema opositor dirigido al peronismo: “alpargatas sí, libros no”,⁶⁴ el Estado Benefactor rescata la cultura popular, la enseñanza técnica y a las universidades nacionales como instituciones capaces de generar un conocimiento práctico y de transferencia socioeconómica inmediata, capaz de asegurar el ascenso social, más allá del autoritarismo, la demagogia y el verticalismo político que fraccionaría a la sociedad argentina por largo tiempo.

Notas e referências

¹ Alain ROUQUIÉ, *Poder militar y sociedad política en la Argentina II. 1943-1973*, Buenos Aires, Emecé Editores, 1981, p. 9.

² Louise DOYON, “La formación del sindicalismo peronista”, Juan Carlos TORRE (director del tomo), *Nueva historia argentina. Los años peronistas (1943-1955)*, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 2002, p. 371.

³ Para mayores referencias al conjunto de prácticas que consolida el proceso de racionalización de la vida moderna del Estado burocrático, ver Paul Du GAY, *En elogio de la burocracia. Weber, Organización, Ética*, Madrid, Siglo XXI, España, 2012.

⁴ Daniel CAMPIONE, *Orígenes estatales del peronismo*, Buenos Aires, Miño y Dávila SRL, 2007, pp. 110-1.

⁵ Rouquié, Alain: *Poder militar y...*, cit., p.50.

⁶ Hugo Del CAMPO, *Sindicalismo y peronismo. Los comienzos de un vínculo perdurable*, Buenos Aires, Clacso, 1983.

-
- ⁷ Michel FOUCAULT, *Nacimiento de la biopolítica. Curso en el Collage de France (1978-1979)*, Buenos Aires, FCE, 2012.
- ⁸ Miguel MURMIS y Juan Carlos PORTANTIERO, *Estudios sobre los orígenes del peronismo*, Buenos Aires, Siglo XXI Editores Argentina, 2004, edición definitiva, p.77.
- ⁹ Vera WEILER (comp), *Figuraciones en proceso*, Colombia, Utópica Ediciones, 1998.
- ¹⁰ Norbert ELIAS, *El proceso de la civilización. Investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas*, Colombia, FCE, 1997.
- ¹¹ Natalie HEINICH, *Norbert Elias. Historia y cultura en Occidente*, Buenos Aires, Nueva Visión, 1999, p.15.
- ¹² Norbert ELIAS *Sociología Fundamental*, Barcelona, Gedisa Editorial, Segunda Reimpresión, 1999.
- ¹³ Johan GOULDSBLOM, “La teoría de la civilización: crítica y perspectiva”, en Vera WEILER (comp), *Figuraciones en... cit.*, pp. 46-7.
- ¹⁴ Stanislas FONTAINE, “The Civilizing Process Revisited: Interview with Norbert Elias”, *Theory and Society*, Vol. 5, No. 2, 1978, p.251
- ¹⁵ Gordon FYFE, “Violence and Civilization: An Introduction to the Work of Norbert Elias by Jonathan Fletcher”, *The British Journal of Sociology*, Vol. 49, No. 2, 1998, p. 330.
- ¹⁶ Niklas LUHMANN, *Teoría política en el Estado de Bienestar*, Madrid, Alianza Universidad, 2007, p.43.
- ¹⁷ Gina ZABLUDOVSKY KUPER, *Modernidad y globalización*, México, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM, 2010, p.106
- ¹⁸ Catherine COLLIOT-THÉLENE, “De una modernidad política a otra. Los análisis weberianos de la política frente a la prueba de la mundialización”, Michael LÖWY (coord.), *Max Weber y las paradojas de la modernidad*, Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 2012, pp.127-8.
- ¹⁹ Reinhard BENDIX, *Max Weber*, Buenos Aires: Amorrortu Editore, 2000, p.361
- ²⁰ Michael LÖWY (coord.), *Max Weber y las paradojas de la modernidad*, Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 2012, p. 9.
- ²¹ Ernest GELLNER, *Naciones y nacionalismo*, Buenos Aires, Alianza Editorial, 1994, p.13
- ²² *Ibid.*, p.20
- ²³ *Ibid.*, pp.176-7
- ²⁴ Niklas LUHMANN, *Teoría política en...*, cit., p. 37.
- ²⁵ Para mayores detalles del vínculo del Estado con otras instituciones que forman parte del entramado social ver: Joel S. Migdal, *Estados débiles. Estados fuertes*, México, FCE, 2011.
- ²⁶ Enzo TRAVERSO, *La historia como campo de batalla. Interpretar las violencias del siglo XX*, Buenos Aires, FCE, 2012, p. 218.
- ²⁷ Niklas LUHMANN, *Teoría política en...*, cit., p. 49.
- ²⁸ Emilio De IPOLA, *Ideología y Discurso Populista*, Buenos Aires: Folios, 1983.
- ²⁹ Niklas LUHMANN, *Teoría política en...*, cit., p.24.
- ³⁰ *Ibid.*, pp.32-3
- ³¹ Juan Carlos TORRE, “Introducción a los años peronistas”, Juan Carlos TORRE (director del tomo), *Nueva historia argentina...*, cit., p.56.
- ³² Partido Peronista, Consejo Superior, *El manual del peronista*, Buenos Aires, Ediciones Los Coihues, 1988, p.7.
- ³³ *Ibid.*, p.13.
- ³⁴ Jose Luis De IMAZ, *Los que mandan*, Buenos Aires, Eudeba,1972, pp.140-1
- ³⁵ Para mayores detalles de la relación entre los intelectuales y el *pueblo* se recomienda: Carlos ALTAMIRANO, “Intelectuales y pueblo”, en Carlos Altamirano (Ed.), *La Argentina en el siglo XX*, Buenos Aires, Ariel/ Universidad nacional de Quilmes, 1999, pp. 314-324.
- ³⁶ Artiz RECALDE e Iciar Recalde, *Universidad y liberación nacional. Un estudio de la Universidad de Buenos Aires durante las tres gestiones peronistas: 1946-1952, 1952-1955 y 1973-1975*, Buenos Aires, Nuevos Tiempos, 2007, p.68.
- ³⁷ Osvaldo F. GRACIANO, “La Universidad Argentina durante los primeros gobiernos peronistas (1945-1955)”, Noemí M. GIRBAL-BLACHA, Osvaldo F. GRACIANO, Talía GUTIÉRREZ y Adrián G.

-
- ZARRILLI, *Perfiles históricos de la Argentina Peronista (1946-1955). Intelectuales, política y discurso*, Buenos Aires, Ediciones Al Margen, 2005, pp. 74-5.
- ³⁸ Carlos MANGONE y Jorge A. WARLEY, *Universidad y peronismo (1946-1955)*, Buenos Aires, CEAL, 1984, Biblioteca Política Argentina 83, pp. 24-25. Félix LUNA, *El 45*, Buenos Aires, Sudamericana, 1971.
- ³⁹ Federico NEIBURG y Mariano B. PLOTKIN, *Intelectuales y expertos. La constitución del conocimiento social en la Argentina*, Buenos Aires: Editorial Paidós, 2004, pp.170-173.
- ⁴⁰ Osvaldo F. GRACIANO, “La Universidad...”, cit., pp. 56-7.
- ⁴¹ Entre el 17 de octubre de 1941 y el 30 de julio de 1943 por el premio nobel, el Dr. Carlos Saavedra Lamas y luego por los interventores Dr. David Arias (10-03-1944 a 18-05-1944) ,Dr. Carlos Obligado (19-05-1944 a 31-08-1944) ,Dr. Carlos Waldorp (30-10-1944 a 16-02-1945), Dr. Horacio Rivarola (27-04-1945 a 2-05-1946) Dr. Oscar Ivanissevich (4-05-1946 a 5-06-1949), Arq. Julio Otaola (6-06-1949 a 12-06-1952), Dr. Carlos Bancalari (13-06-1952 a 16-10-1953) y Dr. Jorge Taiana (4-11-1953 a 3-06-1955).
- ⁴² Cámara de Senadores de la Nación, *Diario de sesiones*, 1947, t. 1, p. 10.
- ⁴³ Artiz RECALDE y Iciar RECALDE, *Universidad y liberación nacional. Un estudio de la Universidad de Buenos Aires durante las tres gestiones peronistas: 1946-1952, 1952-1955 y 1973-1975*, Buenos Aires, Nuevos Tiempos, 2007, p. 70.
- ⁴⁴ Girbal-Blacha, Noemí M.: “Intelectualidad y política. Los intelectuales vistos a través del discurso peronista (1946-1955)” en Girbal-Blacha, Noemí; Graciano Osvaldo F.; Gutiérrez Talía V. y Zarrilli, Adrián G.: *Perfiles históricos de la Argentina Peronista (1946-1955). Intelectuales, política y discurso*, Buenos Aires, Ediciones Al Margen, 2005, p. 49.
- ⁴⁵ Graciano, Osvaldo Fabián: “La Universidad...”, cit., p.77, cit.
- ⁴⁶ *Leyes y Decretos Nacionales*, 1947, Buenos Aires, 1948, vol. 1, pp. 377-411.
- ⁴⁷ Artiz RECALDE e Iciar Recalde, cit., p.24.
- ⁴⁸ *Ibid.*, p.55.
- ⁴⁹ Osvaldo Fabián GRACIANO, “La Universidad...”, cit., p.61.
- ⁵⁰ Juan Domingo PERON, *La fuerza es el derecho de las bestias*, Montevideo, Ediciones Cicerón, 1958, p.45.
- ⁵¹ *Leyes y Decretos Nacionales*, Buenos Aires, vol.1, 1948, p. 574.
- ⁵² *Leyes y Decretos Nacionales*, Buenos Aires, vol.2, 1948, pp. 899-900
- ⁵³ *Leyes y Decretos Nacionales*, Buenos Aires, vol. 1, 1949,pp. 169-170; vol. 2, p.396 (decreto 16960 del 22/julio/1949).
- ⁵⁴ Arturo Enrique SAMPAY (recopilación, notas y estudio preliminar), *Las constituciones de la Argentina (1810/1972)*, Buenos Aires, EUDEBA, 1975, pp.510-512.
- ⁵⁵ Horacio MACEYRA, *La segunda presidencia de Perón*, Buenos Aires, CEAL, Biblioteca Política Argentina 51, 1984, p.109.
- ⁵⁶ Christiane CHAUVIRÉ y Oliver FONTAINE, *El vocabulario de Bourdieu*, Buenos Aires, 2008, p.62
- ⁵⁷ Noemí M. GIRBAL-BLACHA, *Intelectualidad y...*, cit., pp. 48-9.
- ⁵⁸ Jose Luis De IMAZ, *Los que...*, cit., p.26.
- ⁵⁹ Cámara de Senadores de La Nación, *Diario de sesiones*, 1951, t. 1, p. 36. *Leyes y Decretos Nacionales*, 1951, Buenos Aires, 1951, vol. 1, p. 202; vol. 2, pp. 369-371
- ⁶⁰ Juan Carlos TEDESCO, “La educación argentina entre 1930 y 1955”, *Primera Historia Integral 57*, Buenos Aires, CEAL, 1980, p. 121.
- ⁶¹ Artiz RECALDE e Iciar Recalde, , cit., p. 35.
- ⁶² *Leyes y Decretos Nacionales*, 1951, Buenos Aires, La Facultad, s/f, pp.446-448.
- ⁶³ Graciano, Osvaldo Fabián: “La Universidad...”, cit., p.71.
- ⁶⁴ Alpargatas es la marca comercial de un tipo de calzado económico de lona y sogá de uso popular.

História Intelectual e História Política: Teoria e Método

Gizlene Neder*
Gisálio Cerqueira Filho**

I

O presente trabalho visa discutir a relação História Intelectual e História Política no Brasil a partir de um programa acadêmico analítico de ciência política (teoria política clássica) ministrado no semestre letivo de março a julho de 2002, na Universidade Federal Fluminense (UFF). O foco é uma ementa que consideramos inovadora. Tendo em vista a relação entre economia e política na atualidade, foi dada ênfase ao pensamento político burguês em França (séc. XVII), onde a tese de que a existência de um *mercado perfeito* supunha a existência de um *tirano perfeito*. Foram buscadas convergências entre as ideias de São Tomás de Aquino (tomismo) e as concepções burguesas do tipo *modelo de príncipe* (tirano perfeito). O curso visava, a partir do pensamento político considerado clássico, uma abordagem interdisciplinar capaz de relacionar Teoria Política, História Intelectual e História Política.

Desejamos confrontar perspectivas epistemológicas e práticas acadêmicas nas últimas três décadas que configuram as análises no campo da ciência política e História Política na América Latina. O embate intelectual recorrente tem implicado uma perspectiva mais analítica, de um lado, contra outra vinculada à história das ideias políticas e filosóficas. Entretanto, tal confronto não deve impedir uma perspectiva analítica capaz de dar conta das relações de força em jogo e também contemplar a historicidade dos conceitos. Sugere-se a hipótese da presença recorrente da escolástica no campo da ciência política na América Latina.

Consideramos que as ciências sociais no Brasil, tenham sido focadas a partir dos autores considerados *clássicos* (Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber). Isso é constitutivo do campo intelectual das ciências sociais na América Latina em geral e no

* Professora Associada da Universidade Federal Fluminense, Laboratório Cidade e Poder, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História.

** Professor Titular da Universidade Federal Fluminense, Laboratório Cidade e Poder, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Ciência Política.

Brasil em particular.¹ Tal postura orientou o ensino de um repertório de autores eleitos pelo historicismo iluminista que formou o campo na Europa, entre fins do século XVII e o século XIX. Contudo, se o repertório de autores da ciência política implicou uma seleção feita a partir do olhar iluminista, a constituição do político que emerge da religião (a teologia) consolida-se na escritura de filósofos que deram autonomia ao político entre os séculos XVI e XVII, como interpreta Louis Dumont.² Há aqui um entrelaçamento de olhares e sentidos. Pensamos, portanto, que a própria visão destes *clássicos* passa por clivagens (inclusive aquelas que definem a seleção e a tradução para línguas modernas de autores que escreveram em latim). De modo que a censura iluminista desqualificou autores extremamente importantes para o entendimento do campo político, seja na América Latina, seja no Brasil, no tempo presente. Para ficarmos por um único exemplo, Baruch Spinoza. Tal desqualificação não dificultou, antes facilitou uma presença de longa duração constituída pelas ideias de São Tomás de Aquino, que vamos chamar *tomismo* (Hipótese 1). Precisamente porque excluídas do olhar iluminista, elas permaneciam à sombra das ideias dominantes; porém, influenciando poderosamente. Salvo exceções, o empreendimento da terceira escolástica (desde o Concílio Vaticano I, 1870), sobretudo a partir das universidades ibéricas de Coimbra e Salamanca, não foi registado como marcação contundente no pensamento político latino-americano.³ Contudo, essa é uma das nossas hipóteses: a presença difusa e recorrente da escolástica no campo do pensamento social, inclusive da ciência política (teoria política) e da História Política, na América Latina.

A outra hipótese diz respeito à predominância de uma história das ideias filosófico-políticas ou mesmo das ideias jurídico-políticas na constituição seja do pensamento social, seja da teoria política ou ainda de uma História Política (com ênfase nas ideias) na América Latina. Em todos os casos, há uma dívida para com a teologia política, no sentido mais amplo (Hipótese 2). Tal procedimento pedagógico coincidiu com a pauta da terceira escolástica.⁴

Na Universidade de Coimbra, cujo padrão de ensino influenciou o pensamento político e a história política, temos um exemplo eloquente: as aulas de Manuel Paulo Merêa (1889-1977)⁵ abordaram com destaque, no início do século XX, três autores do pensamento político europeu do século XVII: Francisco Suárez (1548-1617), Hugo Grócio (1583-1645) e Thomas Hobbes (1588-1679). E mais dois outros, com menos destaque: Samuel von Pufendorf (1632-1694) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). O objetivo apresentado por Paulo Merêa na introdução do texto mais elaborado, *Suárez, Grócio e Hobbes*, é preencher o vácuo promovido pela transição das ideias pré-modernas (primeira escolástica, contexto de São Tomás de Aquino, século XIII) para as ideias modernas propriamente ditas.⁶

Algo similar ocorria por toda a América Latina de influência hispânica. Sublinhe-se aqui que o modo epistemológico do procedimento de Paulo Merêa resgatou o jesuíta Francisco Suárez (segunda escolástica) e estabeleceu uma continuidade entre as três escolásticas, projetando o tomismo para o século XX. Em Paulo Merêa isto está claro. Todavia, nem sempre na influência discreta que vem a exercer, e desde a área do Direito e das Letras, é visível na ciência política praticada na América Latina.

A obra *Suárez, Grócio e Hobbes* é paradigmática. Mas também noutros textos de Paulo Merêa, o pensamento político é enfocado a partir da história das ideias filosóficas. Designadamente:

1) *Suárez, jurista. O problema da origem do poder civil*⁷, publicado em 1917, editado pela Revista da Universidade de Coimbra (volume VI), tendo sido apresentado num congresso internacional realizado na cidade de Granada (Espanha), no mesmo ano, para as comemorações do tricentenário da morte de Suárez.

2) “A origem do poder civil em Suárez e Pufendorf (Escolástica e Jusnaturalismo)”⁸, cujo título original – *Escolástica e Jusnaturalismo* – foi publicado no *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra* (volume XIX) em 1943.⁹

3) “O legislador de J. J. Rousseau”, este um texto inédito, datado de 1967, que recebeu uma publicação póstuma, dirigida pelo seu neto, o jurista José Manuel Merêa Pizarro Beza.¹⁰

O encaminhamento da análise de Merêa com referência à história das ideias políticas dos três autores no texto de 1941 foi norteado pela busca de suas concepções sobre as ideias de Estado, de soberania e de comunidade internacional.

Se tivermos em mente o contexto histórico da elaboração desde grande "livrinho" de Merêa, não nos olvidaremos de que a Europa estava, em 1941, mergulhada na Segunda Grande Guerra, e que a radicalização política entre as forças nazi-fascistas e comunistas era exaltada. Assim, é que Merêa afirma sobre o século XVII:

"Seria impossível condensar em uma fórmula a fisionomia desta era de renovação. As doutrinas surgem e desenvolvem-se num ambiente tormentoso, através de uma agitada luta de ideias, em regra como reflexo do grande conflito religioso. Tudo aí se acha representado, desde a monarquia de direito divino até às teses atrevidas dos chamados monarcômacos".¹¹

Interpretaremos o uso do vocábulo, *monarcômaco*, muitas vezes referido por Merêa. Importa-nos reter que a expressão, no contexto histórico e ideológico português, no qual se encontravam mergulhadas as lutas políticas e ideológicas entre republicanos e monarquistas; cada um destes campos possuía vários matizes, e, pelo que deduzimos, aponta para uma clara filiação monarquista do autor.

Merêa expressa ainda sua admiração por Francisco Vitoria, que, da Espanha, e de *forma brilhante* (segundo ele), prosseguia desenvolvendo e adaptando o legado tomista.¹² Conclui, contudo, que a expressão mais acabada desta *adaptação* se expressa na obra de Francisco Suárez, *De Legibus*.¹³ Dá a esta obra um tratamento de pensamento político exemplar, deslocando-a de seu lugar de teologia política, tal como comumente vinha sendo classificada pelos intérpretes do iluminismo. Esse aspecto é muito mais significativo do que se supõe, pois tem uma implicação clara na absorção futura pelo próprio iluminismo de aspectos da teologia política como sintoma de permanência histórica longa duração.¹⁴

Há uma afirmação de Merêa que merece ser ressaltada, pois constitui um indício importante acerca de si: nosso autor lamenta profundamente o destino que foi dado ao livro de Suárez: às prateleiras de bibliotecas; enquanto que a obra de Grócio, de menos alcance filosófico (no seu entendimento) em relação às formulações no campo da filosofia política, foi bem recepcionada. Na base do confronto entre os gigantes do

século XVII, aí incluído Hobbes, (além da avaliação da qualidade da prática de filosofar de cada um), para Merêa, confrontavam-se, ainda, as subculturas político-religiosas que se distinguiam dentro da cristandade ocidental: o catolicismo (peninsular) e os protestantismos das duas emergentes *potências marítimas*.¹⁵ Holanda e Inglaterra. Ainda que estejamos falando de um tempo histórico iluminista (aquele de meados do século XX), estas questões não estavam, de todo, ausentes da perspectiva analítica dos historiadores; ou de qualquer outro campo dos estudos humanistas. Não somente porque a formação ideológica portuguesa vivenciava esta questão na primeira metade do século XX com um debate vigoroso e ruidoso, quanto pelo fato de em Portugal (como no Brasil) a *questão religiosa*, iniciada em meados do século XIX, estender-se para o século XX. Especialmente na conjuntura de radicalização anticlerical da reestruturação do Estado sob a forma republicana – em Portugal, como no Brasil. Ademais, do ponto de vista das inovações epistemológicas e temáticas que ocorrem no início do século XX na Europa, não podemos esquecer que Marc Bloch (outro fundador da *École des Annales*), morto pelos nazistas no início da década de 1940, tinha em sua pauta temática o estudo da história antropológica da religiosidade popular. Sua pesquisa mais detalhada sobre o tema implicou o estudo da taumaturgia dos reis franceses e ingleses. Como também não podemos deixar de mencionar a inclusão da religião na pauta temática da reflexão de Max Weber, especialmente em relação à construção do conceito de legitimidade; para citar uns poucos exemplos. Sem contar, evidentemente, que a *questão religiosa*, tal como tratada no campo político brasileiro (e também lusitano), em fins do século XIX não se confinaria aos embates político-religiosos monárquicos e invadiria o período republicano (nos dois países). Se retomarmos neste ponto o empenho de Merêa na confrontação do positivismo e do evolucionismo - paradigma razoavelmente hegemônico no início do século XX - completamos este quadro.

Destaque-se o facto de que Paulo Merêa foi estudante na Universidade de Coimbra, tendo estudado com os (então) jovens António de Oliveira Salazar (1889-1970) e Manuel Gonçalves Cerejeira (1888 -1977), todos muito católicos. Se um se tornou ditador, exercendo a governação totalitária entre 1932 e 1968 em Portugal, o outro veio a ser, como teólogo e cardeal da Igreja Católica, o artífice da influência do catolicismo romano na sociedade portuguesa do longo século XX. Embora muito mais prudente e discreto (nos termos de Baltazar Gracián¹⁶), Paulo Merêa foi o intelectual que realizou o projeto de secularização do pensamento político na modernidade ibérica, sem que este processo pudesse ser considerado de laicização.¹⁷

Conquanto na América portuguesa predominasse a influência da Universidade de Coimbra, na América hispânica predominava a influência da Universidade de Salamanca.

Mas Coimbra e Salamanca convergiam nas lições sobre a terceira escolástica. Um pouco em todo o lugar latino-americano onde houvesse uma universidade ou faculdade de ciências sociais ou humanidades, essa foi a marca que ainda perdura: o pensamento social e político, bem como a teoria política e a história política deixavam-se atravessar por uma genealogia das ideias filosóficas com forte acento jurídico, tanto da escolástica quanto do direito canônico. Não partilhamos, entretanto, dos excessivos cuidados dos historiadores das ideias de corte iluminista em afirmar as diferenciações entre a teologia

e a filosofia (especialmente aqueles cujas produções inserem-se no século XIX e início do XX). Tais cuidados foram resultantes do forte anticlericalismo de algumas posições iluministas, contrastivas em relação ao chamado *antigo regime*; com o qual associavam o atraso, o obscurantismo, o clericalismo, o monarquismo, etc. Seja na nomeação de aspectos de “filosofia política”, no pensamento político de Francisco Suárez, seja na identificação de aspectos de permanência histórica de longa duração da cultura religiosa católico-romana ao longo dos séculos do auge do iluminismo (séculos XIX e XX), tentamos uma distância prudente em relação ao debate ideológico, filosófico e religioso nos marcos do enquadramento do movimento terceiro-escolasticista.¹⁸ Claro está que pensamos este distanciamento como o que é possível, dentro da produção da análise social das ideologias, neste início do século XXI. Estamos, portanto, atentos às implicações do sujeito de análise com o objeto de análise. Sobretudo porque estamos atentos ao quanto as formações inconscientes estão presentes no discurso político¹⁹. Também o quanto o tomismo (e/ou o neotomismo) são fortes e presentes no campo intelectual brasileiro, do qual fazemos parte; tanto quanto no português, no qual o autor que analisamos estava inscrito. Ao mesmo tempo, esforçamo-nos para não desconhecer a contribuição do pensamento político de Suárez para a formulação da conceituação moderna sobre o campo político. Esta nossa posição aproxima-se da argumentação filosófica de Slavoj Žižek, quando busca capturar os efeitos políticos das práticas ideológicas religiosas no *The Fragile Absolute or Why the Christian Legacy Worth Fighting for?*.²⁰ Sem aderir filosoficamente às concepções sobre a natureza divina do poder, Slavoj Žižek ressalta os efeitos políticos e ideológicos referidos a tolerância política e religiosa possível de ser capturada através de interpretações, e de apropriações não fundamentalistas, do pensamento paulino.²¹ Para Žižek, há uma possibilidade filosófica referida ao superego feminino, inscrito na construção teológico-política paulina. Esta é vista como marcada pela ideia de *renúncia* que poderia ser trabalhada politicamente (por suposto) tendo em vista a conjuntura histórica de muita radicalização política baseada em extremismos de intolerância religiosa. A interpretação de Slavoj Žižek dialoga com a proposta de Alain Badiou que se propõe a fazer uma análise do dispositivo da fé cristã a partir do imaginário construído pela prática política paulina que propicia a universalidade;²² para Badiou, as epístolas são passíveis de uma leitura de conjuntura política.

Jacques Lacan, com argúcia, identificou para além da América Latina, o tomismo como sintoma, na cultura do cristianismo ocidental e não só. Também Sérgio Buarque de Holanda, na primeira metade do século XX, depois de um flerte com o modernismo²³, afastou-se dele e preferiu enfatizar a crítica (embora sutil) à escolástica. Nas cartas trocadas por Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda, entre 1922 e 1944, o conflito entre a *expressão* e a *ordenação* expõe, no centro do debate político, o indivíduo ameaçado por forças que o transcendem. Daí “a importância, no ensaio clássico de Sérgio Buarque, da crítica à recuperação anacrônica da Escolástica pelo pensamento conservador, que nos anos 30 viria a alimentar um veio católico de direita”.²⁴

Jacques Lacan²⁵ lança mão de um neologismo (*sinthomen*) e da homofonia com a expressão *simptom* para dizer nos últimos anos do seu ensino, que o sintoma não é

apenas uma mensagem cifrada, mas um meio do sujeito organizar o seu gozo (*jouissance*). Ao chamar *sinthomen* ao sintoma, sugere que essa é a razão principal pela qual o sujeito reluta a renunciar ao seu próprio sintoma. Transformado em *sinthomen*, converte-se no pedaço da fantasia no qual o gozo é reeditado na demanda constante do “pedaço do real” contingente em que o desejo fica prisioneiro. A homofonia entre *symptom* (sintoma) e *Saint Thomas* (São Tomás) leva-nos mais longe ainda: acaba por associar diversos significados à síntese entre sintoma e fantasia: São Tomás (de Aquino), o santo homem, o homem santo, o homem artificial, o homem sintético, o homem perfeito, enfim, o super-homem (*superman*). O sintoma enquanto *sinthomen* é uma formação significativa perpassada de gozo: trata-se de um significativo na exata medida em que sustenta o goza-o-sentido (*jouis-sense*). Como tal possui um estatuto único. O sintoma concebido como *sinthomen* é, literalmente, a nossa única substância, o único esteio positivo do nosso ser, o único ponto que dá consistência ao sujeito. Quando o sintoma nesta aceção radical se desfaz, isso significa o ato de se deixar levar pela pulsão de morte até à destruição total do universo simbólico.

II

Estabelecidas as duas principais hipóteses de trabalho, passemos a um programa analítico de ciência política (teoria política clássica) ministrado em 2002.1 na Universidade Federal Fluminense (UFF), onde pretendemos discutir brevemente uma ementa que consideramos inovadora. Tendo em vista as nossas premissas precedentes no que concerne à relação entre economia e política na atualidade, foi dada ênfase ao pensamento político burguês em França (séc. XVII), onde a tese de que a existência de um “mercado perfeito” supunha a existência de um “tirano perfeito”. Foram buscadas convergências entre as ideias de São Tomás de Aquino (tomismo) e as concepções burguesas do tipo “modelo de príncipe” (tirano perfeito).

O curso visou, a partir do pensamento político considerado clássico, uma abordagem interdisciplinar da relação entre teoria e prática política, desenvolvida nos seguintes tópicos e eixos temáticos:

- 1) A *política como arte* versus a *política como missão*: maquiavelismo e tomismo.
- 2) Evocação da emoção e da tragédia na política: Sófocles (Oedipus).
- 3) A matriz da teoria política burguesa: Hobbes e Locke. Rousseau e o exílio da sociedade humana. Absolutismo e liberalismo. O liberalismo radical (Victor Hugo): um exílio glorioso.
- 4) *Mercado perfeito e tirano perfeito*: concepções burguesas de “modelo de príncipe”.
- 5) A crítica revolucionária em Marx e o pessimismo em Max Weber.
- 6) A política como gozo (*jouissance*): sintoma e *sinthomen* em Freud e Lacan.
- 7) Literatura e política: o imaginário em acção.

Iniciar um curso com a proposta *maquiavélica* para a ciência política significa introduzir a problemática do exercício do poder como arte (“política como arte”) contra a “política como missão”. No mote missionário (“política como missão”), introduz-se já o pensamento agostiniano (Santo Agostinho) e a ideia de predestinação. O diálogo de São Tomás com Santo Agostinho é inevitável, pois São Tomás valoriza menos a predestinação e introduz a temática do livre-arbítrio como predominante. Todavia,

pensar a “política como arte” permite-nos evocar a tragédia grega, com Sócrates, por exemplo, mas também com outros autores da Antiguidade (Ésquilo, Eurípedes), chamando-se à atenção para a relação estética & política, para além da ética & política.

Seria demasiado ousado evocar HÍMEROS, essa fusão do Deus grego do sexo (Himeneu) com o Deus grego do amor (Eros)?

Tal abordagem propicia uma discussão muito atual acerca das ambivalências e contradições entre o pensar, o sentir e o agir²⁶. A inovação metodológica no caso concreto é: a) o tratamento dado aos sentimentos, sobretudo às formações inconscientes presentes no discurso político; e b) a hipótese de que “o afeto é político”²⁷. Pode-se falar em inovação metodológica e não apenas em novos objetos teóricos, embora isto também ocorra. No que se refere à matriz teórica do pensamento político burguês, se o ponto de partida é a senha “Hobbes como contraface de Locke” vis-à-vis os interesses da burguesia que está a nascer, o acento analítico vai para os conceitos de *modelo de príncipe e mercado perfeito*. Ao contrário do que se supõe, o princípio tomista inclui menos a questão da liberdade e mais as questões relacionadas com a *perfectibilidade e idealização*.²⁸

Ao príncipe perfeito e mercado perfeito correspondem a *família perfeita, a perfeita casada, o código completo*, etc.²⁹

Se por um lado, os conceitos-chave para uma ciência política moderna têm enfatizado as categorias tomistas, por outro convém ressaltar a tópica do liberalismo radical, a ser mapeado nos seus constructos mais relevantes (por exemplo, a partir dos temas):

- a) o exílio da sociedade humana em Rousseau;
- b) a relação entre sentir e pensar em Montaigne;
- c) o exílio glorioso de Victor Hugo e o liberalismo radical.

Escovar a história a contrapelo, como propõe Walter Benjamin da Escola de Frankfurt, buscando a radicalização dos interesses da burguesia expostos no conceito de revolução a partir de 1789, implica também compreender analiticamente a pauta da classe operária em particular e das classes populares em geral, no que concerne aos conflitos e divergências entre Capital e Trabalho. Finalmente a terceira Revolução Industrial aponta para a inclusão crescente do imaginário na política. Mas convém estarmos atentos para a permanência de *formações inconscientes* de longa duração no discurso político, com as implicações correntes no sofrimento psíquico, hoje tão discutido pela psicopatologia fundamental.³⁰

Notas e referências

¹ Gisálio CERQUEIRA FILHO e Gizlene NEDER, “Jogo de Espelhos e Gramática de Sentimentos na América Latina”, *Comunicação e Política*, vol. 28, nº 1, Maio, 2010, pp. 103-114.

² Louis DUMONT, *Homo Aequalis, gênese e plenitude da ideologia econômica*, Bauru/SP, EDUSC, 2000.

³ Richard MORSE, *O Espelho do Próspero*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

⁴ Gizlene NEDER e Gisálio CERQUEIRA FILHO, “A teoria política no Brasil e o Brasil na teoria política”, *IV Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, Rio de Janeiro, Julho, 2004.

⁵ Gizlene NEDER, *Dois Margens: ideias jurídicas e sentimentos políticos entre Brasil e Portugal na passagem à modernidade*, Rio de Janeiro, Revan, 2011.

⁶ Paulo MERÊA, *Suárez, Grócio e Hobbes*. Coimbra, Armênio Amado, 1941.

-
- ⁷ Paulo MERÊA, *Obra Completa*. Prefácio de Mário Júlio de Almeida Costa, nota introdutória de José Manuel Merêa Pizarro Beleza, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, pp. 107-185.
- ⁸ *Ibid.*, pp. 351-365.
- ⁹ *Ibid.*, pp. 367-383.
- ¹⁰ Paulo MERÊA, *Obra Completa...*, cit..
- ¹¹ Paulo MERÊA, *Suárez, Grócio e Hobbes*, cit., pp. 7-8.
- ¹² *Ibid.*, p. 8.
- ¹³ Francisco SUÁREZ, *De Legibus* (1612). Ed. Bilingue, Madri, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 8 v., 1972-1981 [Acervo: Biblioteca Nacional de Lisboa].
- ¹⁴ Fernand BRAUDEL, *O Mediterrâneo. O Espaço e a História*, Lisboa, Teorema, 1987.
- ¹⁵ Aqui usamos a expressão de Eric Hobsbawn quando analisa o contexto econômico-social da Europa ocidental no quadro da crise do século XVII. Eric HOBSBAWM, *As Origens da Revolução Industrial*, São Paulo, Editora Global, 1979.
- ¹⁶ Baltazar GRACIÁN, *A arte da prudência*, São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- ¹⁷ Giacomo MARRAMAO, *Poder e secularização. As categorias do tempo*, São Paulo, Ed. UNESP, 1983.
- ¹⁸ Slavoj ZIZEK, *The Fragile Absolute or Why the Christian Legacy Worth Fighting For?* Londres, Verso, 2000.
- ¹⁹ Gisálio CERQUEIRA FILHO, *A questão social no Brasil: crítica do discurso político*. Especialmente o cap. I. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- ²⁰ Slavoj ZIZEK, *The Fragile ...*, cit.
- ²¹ De fato, Zizek não se detém em questões atinentes às concepções de estado de natureza e direito natural no pensamento de São Tomás de Aquino (e além – pensando nos movimentos do segundo e terceiro escolasticismo), que foi a tônica das discussões feitas por Paulo Merêa. A ampliação da reflexão do autor para as problemáticas levantadas por este outro prisma, poderia ter um desdobramento bem interessante.
- ²² Alain BADIOU, *São Paulo. A Fundação do Universalismo*, São Paulo, Boitempo Editorial, 2009.
- ²³ Gisálio CERQUEIRA FILHO, “Sergio (modernista) Buarque de Holanda, em *Viagem a Nápoles*”, in Colóquio Internacional sobre o Método Clínico realizado na Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental (AUPPF), Setembro de 2009, Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), São Paulo.
http://www.fundamentalpsychopathology.org/material/coloquio_metodo_clinico/MR/MR13.2.pdf
- ²⁴ Pedro MEIRA MONTEIRO, “O mestre e o exílio do pai da semana”, *O Estado de São Paulo*, 23/4/2011. Ver também *Mario de Andrade e Sergio Buarque de Holanda: Correspondência*, São Paulo, Companhia das Letras/ EDUSP, 2012.
- ²⁵ Dentre outros, ver de Jacques LACAN. *Outros Escritos*: Rio de Janeiro, Zahar, 2003.
- ²⁶ Gisálio CERQUEIRA FILHO. *A questão social no Brasil: crítica do discurso político...*, cit.
- ²⁷ Gisálio CERQUEIRA FILHO, *Autoritarismo Afetivo: a Prússia como sentimento*. São Paulo, Escuta, 2004.
- ²⁸ Pierre LEGENDRE, *O amor do censor. Ensaio sobre a ordem dogmática*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1983.
- ²⁹ Ricardo Gaulia BORRMANN, “Os Fundamentos religiosos do ideal de mercado perfeito em Adam Smith”, *Passagens – Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica* (on line), vol. 2, nº 3, Janeiro-Abril de 2010, <http://www.historia.uff.br/revistapassagens>. Ver também *Tal Mercado, Tal príncipe: o paradigma de perfeição na economia política burguesa*, Dissertação de Mestrado, UFF, 2009.
- ³⁰ Ver site <http://www.fundamentalpsychopathology.org/>

Intelectuais e imprensa alternativa no Brasil no início do século XX

Alberto Dias Mendes*

“De nada valem as ideias sem homens
que possam pô-las em prática”

KARL MARX

A passagem do século XIX ao XX e as ideias libertárias

Em uma das obras mais referenciadas no estudo sobre migrações, Lená Menezes diz que o progresso brasileiro “era escrito na poeira das demolições”,¹ numa alusão às políticas dos governos do início do século XX e às leis promulgadas na época, que permitiam a expulsão de estrangeiros e outras medidas perversas, isto para *embelezar* a Capital Federal, então Rio de Janeiro. Sarmiento, em recente texto publicado sobre mídia e migrações, diz que houve profundas “transformações urbanísticas” no Rio de Janeiro durante o governo Pereira Passos,² o que foi motivo de muita insatisfação popular. Ainda sobre o início do século XX, Leandro Konder afirma que “numerosos estrangeiros vinham para cá como imigrantes”,³ confirmando os estudos sobre esse processo em nosso país.

As duas primeiras décadas do século XX foram marcadas por muitas lutas sociais. O Brasil acabara de tornar-se republicano e um dos últimos a *libertar* os escravos, que não tinham nenhuma perspectiva de futuro, nem formação para o trabalho, além de adensarem uma altíssima taxa de analfabetismo. De acordo com Badaró (2002), o operariado urbano ainda era muito pequeno e “respondia por cerca de 5% da população empregada no país em 1872, chegando a 13,8% da população empregada em 1920”.⁴ Ainda segundo esse autor, o censo realizado em 1906 possibilitou identificar que setores improdutivos e de serviços domésticos concentravam a maior parte da população ativa economicamente, tendo a indústria um pequeno contingente de trabalhadores, o que atribuiu ao pouco dinamismo da economia brasileira naquele momento.

Em obra referencial, Boris Fausto adverte que a produção industrial inicialmente concentrara-se no Rio de Janeiro, mudando, em seguida, para São Paulo, a partir de

* Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1920, no que chamou de *surto industrial*. Dentre os fatores que mais influenciaram essa mudança na concentração industrial podem ser destacados: um maior investimento federal no setor de transportes e o plano de valorização do café (1906).⁵ Em apenas 20 anos, São Paulo passava a ter uma indústria representando 31,5% da produção do país e o Rio 20,8%. Antes esta relação era de 16,5% e 33% respectivamente, o que demonstra um crescimento paulista meteórico.

O início do século XX combinava a *virada* industrial e as transformações políticas trazidas pela República com a convulsão social. Os teóricos do Império ainda guardavam suas mágoas e buscavam reacender sua chama de esperança em um retorno às práticas senhoriais, que, de várias maneiras, eram reproduzidas pelos novos governos, como, por exemplo, no episódio da vacinação obrigatória. Tudo planejado para a transformação de um espaço urbano marcado pelo passado em um espaço moderno, destinado a abrigar a nova Capital Federal. Ao analisar essa questão, na obra *Os indesejáveis*, Menezes acrescenta:

“Recursos e esforços foram canalizados no sentido de apagar os traços coloniais presentes nas ruas estreitas com valas centrais; nos becos mal iluminados, mal cheirosos e afamados; nos cortiços e estalagens que proliferavam no coração da Cidade Velha; nos mercados e quiosques sujos das áreas de circulação, e nos armazéns de secos e molhados das vias centrais, que pareciam afrontar os que aplaudiam a chegada da civilização.”⁶

Dentro desse processo de transformações, ainda na primeira década do século XX, realizou-se o I *Congresso Operário Brasileiro* (COB), que ocorreu no Rio de Janeiro, entre 15 e 20 de abril de 1906. Sua resolução principal foi a criação da *Confederação Operária Brasileira*, com hegemonia da concepção anarquista, o que pode ser explicado pela grande concentração de imigrantes dessa tendência ideológica no seio dos trabalhadores.⁷

Segundo Petrone, o século XIX esteve sob o impulso de crises,⁸ políticas, econômicas, de consciência, das instituições, social. Essa conjuntura foi propícia para o desenvolvimento de ideais libertários e o anarquismo firmou-se como predominante no movimento dos trabalhadores, à medida que seu ideário ajustava-se, em certo grau, com os questionamentos que emanavam dos trabalhadores, de forma nem sempre consciente, mas que permeavam o pensamento daqueles que sofriam, na prática, a exploração. Dentre as principais teses anarquistas que então circulavam, Sodré, em sua obra sobre a imprensa no Brasil, destaca:

“Não adoção de doutrina política ou religiosa, nem mesmo de programa eleitoral; repulsa à participação do Estado nas comemorações do 1º de maio; adoção da forma sindical de organização; criação de federações de sindicatos e da Confederação Operária Brasileira; proibição da admissão de não-operários nos sindicatos, inclusive de operários com qualquer cargo de mando nas empresas; luta preferencialmente pela redução do horário de trabalho do que pelo aumento

dos salários; abolição das multas nas oficinas e fábricas; luta pelas oito horas de trabalho e contra a guerra; luta contra o alcoolismo, e outros pontos”.⁹

Esses eram pontos essenciais de um movimento responsável pela criação de escolas racionalistas e modernas, voltadas para a educação dos trabalhadores e pela fundação de alguns núcleos coloniais, sendo a pioneira, a Colônia Cecília, no Paraná, fundada pelo anarquista italiano Giovanni Rossi, em 1890, que, segundo Konder, veio a desaparecer posteriormente.¹⁰

As ideias anarquistas no Brasil e seus protagonistas

A contextualização feita anteriormente permite-nos ter uma visão geral da conjuntura de início da República, na qual foram propagadas as ideias anarquistas. Na análise dos protagonistas desse *cenário libertário*, optamos por não nos ater a uma análise biográfica detalhada, mas centrar nossa análise na relação entre o cenário e seus atores, a partir do estudo das ideias difundidas nos periódicos, com o intuito de não cair na rede do anacronismo de que nos fala Skinner, ao criticar os riscos das biografias intelectuais.¹¹

Em obra já citada, resultante de sua tese de doutoramento defendida na Universidade de São Paulo, Menezes apresenta o anarquismo a partir de “três planos” de irradiação. O primeiro, o plano da ideias, que congregou intelectuais e setores médios da sociedade; o segundo, uma vertente sindical, cuja presença dos imigrantes era preponderante, com grande expressão do *anarcossindicalismo*; o terceiro plano, o da influência nos “excluídos”, massa da população “à margem do mercado formal de trabalho”. Neste último plano, segundo Menezes, o anarquismo “dissolveu-se nos movimentos de contestação de rua que pontilharam o cotidiano da cidade caracterizado pelos quebra-quebras generalizados de configuração pluriclassista”,¹² tendo em vista que, ao negar as organizações institucionais, a concepção anarquista imputava a responsabilidade de *sujeito histórico* ao *lumpesinato* urbano.

As ideias anarquistas entraram no Brasil através da obra de pensadores nascidos na Europa Ocidental e na Rússia, tendo como referências principais Tolstói, Godwin, Kropotkin e Proudhon. Alguns fatores internos fermentaram as concepções filosófico-libertárias que, por sua vez, receberam os impulsos trazidos por imigrantes e trabalhadores que chegavam ao Brasil com conhecimento de experiências revolucionárias como a da Comuna de Paris.¹³ Sobre a importância desse pensamento filosófico-político-social e sua propagação no Brasil, recorro ao estudo elaborado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, em seus “Cadernos da Comunicação”, nº 14, em que diz:

“O momento decisivo para o pleno desenvolvimento da consciência política entre os operários brasileiros e, mais tarde, da organização sindical no Brasil, nos termos já mencionados (isto é, ligada à ideologia anarquista), foi no último quartel do século XIX e nas duas primeiras décadas do atual (1906-1920), com as levas de imigração operária chegadas da Europa: Itália, Península Ibérica (Portugal e Espanha), mas principalmente da Itália. Esses operários, entre os

quais se encontravam numerosos refugiados políticos perseguidos nos países de origem pelas suas ideias e que, por serem altamente qualificados, foram trazidos ao Brasil pelos empresários, impuseram-se a tarefa de desenvolver a consciência política dos trabalhadores brasileiros.”¹⁴

O crescimento do número de imigrantes no Brasil no último quartel do século XIX e as duas primeiras décadas do XX foi vertiginoso, chegando a alcançar, ente 1904 e 1913, 1.006.617 pessoas de diversas nacionalidades: portugueses, italianos, espanhóis, alemães, turcos e outros, conforme dados do *IBGE Brasil: 500 anos*, registrando, ainda, só em 1913, um total de 190.343 imigrantes, perdendo apenas para 1891, que registrou uma entrada de 215.239 estrangeiros.¹⁵ Esses, somente na Capital Federal (Rio de Janeiro) somavam mais de 200 mil, numa população de menos de um milhão de habitantes.

Os intelectuais e os jornais libertários

Os dados até aqui levantados sobre o tema são reveladores da importância de uma análise interdisciplinar do assunto, de forma a compreender todo o alcance das teias e conexões estabelecidas entre intelectuais, imigrantes e imprensa operária no Brasil no início do século XX. Ao analisar a importância dos intelectuais, a *Revista Municipal*, pouco citada, explicita essa importância, ao dizer que

“Não se pode omitir a enorme influência exercida pelos intelectuais, que deram impulso decisivo à divulgação das ideias socialistas entre os trabalhadores, tornando-se assim, os responsáveis pela ação dos imigrantes. Foram os intelectuais os primeiros a divulgarem as ideologias progressistas e foi deles a iniciativa dos primeiros jornais. Estes, que ainda não eram jornais operários, mas jornais políticos, discutiam ideias novas, criavam e desenvolviam o hábito de leitura entre as massas e abriam caminho para o aparecimento de uma verdadeira imprensa sindical (ou operária)”.¹⁶

Não restam dúvidas sobre a importância de considerar o processo migratório no estudo da organização dos trabalhadores brasileiros, principalmente quando associado ao fato de que muitos desses eram de uma tradição europeia ligada aos movimentos reivindicativos, o que foi motivo para expulsão ou “convite para sair” de seu país de origem. Mais ainda, é possível compreender que a imprensa alternativa (*operária, proletária, sindical, anarquista, anarcossindicalista*) encontrou nos intelectuais imigrantes uma força para intensificar seus trabalhos, não apenas no sentido de divulgar os *novos* ideais, mas também de *educar*¹⁷ o trabalhador com base nos novos valores.

Essa *educação* pela leitura de textos dos jornais ou periódicos não era fácil. Segundo estudos realizados por Helena Bomeny, em 1906 o índice de analfabetos no Brasil era de 74,6%,¹⁸ o que pode explicar a prática entre os trabalhadores dos alfabetizados lerem as informações para os demais, como acontecia nas *rodas de leitura* nos locais de trabalho.

Ainda sobre o papel dos intelectuais no *processo de politização* do operariado brasileiro, podemos recorrer a Ferreira:

“O processo de politização que se iniciou com a chegada e participação do operário imigrante foi o ponto mais importante da história do trabalhador brasileiro. Entretanto, não se pode mostrar este processo sem tocar no papel desempenhado pelos intelectuais, o qual foi de grande utilidade para a movimentação e difusão das doutrinas sociais no meio operário.”¹⁹

Ao longo do século XIX, o desenvolvimento de uma imprensa escrita esteve vinculado aos movimentos políticos, conforme assinalado anteriormente, com destaque para os primeiros imigrantes gráficos que garantiam as edições dos jornais. Da mesma forma, as ideias libertárias necessitavam de instrumentos que pudessem afirmar sua presença:

“os inúmeros jornais aparecidos por iniciativa dos intelectuais foram armas importantes, que levaram as ideias à discussão, criaram o hábito de leitura e prepararam o terreno para o surgimento da imprensa operária na virada do século, que com a participação dos operários imigrantes, em outra conjuntura, iriam produzir os primeiros frutos da luta social”.²⁰

A imprensa operária cresceu a partir do *I Congresso Operário Brasileiro*, em 1906 e da criação da *Confederação Operária Brasileira*, órgão de representação dos trabalhadores. Ao ganharem o Congresso, os anarquistas criaram um jornal: *A Voz do Trabalhador*, que passou a ser *porta-voz* do movimento social organizado. Sobre os jornais anarquistas, Nascimento afirma:

“a imprensa anarquista do período considerado, constitui em empreendimento incontestavelmente antípoda à imprensa comercial de ontem e de hoje. Os processos de elaboração, confecção e divulgação dos impressos anarquistas no Brasil apresentam os indícios de sua particularidade, vazando com os referenciais atualmente usuais para se referir a periódicos como jornais, revistas e livros. Salta à vista em suas colunas, os dinamismos eminentemente coletivos em todas as suas fases de confecção: desde o debate entre os interessados na iniciativa de sua veiculação, na sua composição e até a busca de envolvimento efetivo dos leitores com os processos de feitura e manutenção do impresso.”²¹

Os jornais constituíram-se em um veículo imprescindível para fazer chegar as ideias libertárias ao operariado urbano, pois as transformações políticas, culturais, econômicas, sociais, geográficas estavam desencadeando processos de ruturas que necessitavam de um instrumento de informação e formação da nova classe em ascensão. Nesse momento, a perspectiva de classe para o grupo de trabalhadores urbanos dos diversos ramos era latente à medida que as políticas adotadas pelos governos criavam, entre eles, uma identificação que os anarquistas conseguiram organizar em torno de reivindicações de mudanças. Sendo assim, o jornal *alternativo*, ou seja, não oficial (imprensa operária),

assumia algumas características: propagar as ideias libertárias, catalisar as lutas por melhores condições de vida, promover a agitação da classe trabalhadora e ser formador de opinião, educador político e organizador social.²²

Ferreira catalogou 343 títulos de jornais ligados ao movimento operário.²³ Esses jornais, além das características elencadas, também apresentavam particularidades que devem ser consideradas na análise: discurso próprio e crítico do sistema político-econômico vigente; linguagem diversificada, com presença de estilo coloquial e erudito; utilização de imagens; uso de pseudônimo dos autores para fugirem à repressão política. Ainda em Ferreira²⁴ é possível encontrar a enunciação de mais aspectos particulares dos mesmos jornais. Um deles a periodicidade que, segundo a autora, “era determinada pelos acontecimentos”, acrescentando-se, ainda, a “ausência de publicidade” (com exceções), exemplos que podem ser associados ao processo organizativo da classe operária, de forma independente ou em sindicatos. A autora da obra *Imprensa Operária no Brasil* também fez um estudo comparativo sobre o aparecimento dos jornais e os momentos de ebulição das mobilizações, o que resultou em um dado importante: nos períodos que antecederam as greves houve um aumento do volume das tiragens; por outro lado, no momento dessas paralisações há uma diminuição no aparecimento de novas publicações, que ocorrem fora dos períodos de tensão, como a autora explica:

“... quando o índice de aparecimento de novos títulos é alto, a presença de greve é baixa (ou estas não existem); quando ao contrário, há grande ocorrência de greve, os novos títulos não aparecem (ou aparecem em número reduzido). No entanto, é natural esta oposição. Se o jornal for compreendido como instrumento de teoria, Isto é, de doutrinação – como era naquela época – é evidente que nos momentos em que a teoria era levada à prática, ou seja, no momento da ação concreta (a greve), a produção teórica sofria um processo de retração...”²⁵

Isto pode explicar os motivos pelos quais a autora conseguiu superar a marca das trezentas publicações identificadas no período por ela estudado, o que, segundo a própria autora, ainda não se pode dizer que seja o número exato, haja vista o processo repressivo ocorrido e a falta de armazenamento dos folhetins e diversos outros fatores, que possam ter contribuído para que não consigamos chegar a um número conclusivo. Mais que isso, torna-se relevante frisar o aspecto *teórico* educativo que estava presente nos textos desses jornais, que podemos atribuir, preliminarmente, ao papel desempenhado pelos intelectuais que os escreviam.

Militância pela palavra: A Voz do Trabalhador, Na Barricada, A Rebelião e A Plebe

1. A Voz do Trabalhador

Muitos foram os impressos com informações sobre as lutas dos trabalhadores no final do século XIX e início do XX, conforme já dito anteriormente. Dentre eles, destacaremos alguns, por meio dos quais os intelectuais difundiram suas ideias, com diversos objetivos: denunciar a expulsão arbitrária dos estrangeiros, informar sobre as

greves, informar sobre as escolas anarquistas, formar opinião, educar a população para organizar-se em sindicatos, denunciar a exploração dos trabalhadores pelos patrões, denunciar o trabalho escravo e divulgar poesias libertárias.

Um desses meios de comunicação, cuja periodicidade lhe atribuiu a marca de *semanário*, o jornal *A Voz do Trabalhador*, foi instituído pela *Confederação Operária Brasileira*, por meio de seu estatuto, em 1906. O jornal começou a circular em 1 de julho de 1908, no Rio de Janeiro, sob a denominação de *Orgam da Confederação Operária Brasileira* (sic),²⁶ cujo endereço, conforme constava na parte frontal do jornal, era “rua do hospício,²⁷ 156, sobrado – Rio de Janeiro (BRAZIL)”, tendo publicado nos dois primeiros anos e retomado suas edições apenas em 1º de maio de 1913. Dentre seus fins específicos, o artigo 2º da *Confederação Operária Brasileira* dizia:

“2º - Estreitar os laços de solidariedade entre o proletariado e defender em público as reivindicações econômicas dos trabalhadores, servindo-se, para isso, de todos os meios de propaganda conhecidos, nomeadamente de um jornal que se intitulará “A Voz do Trabalhador”.”²⁸

Como primeiro jornal organizado oficialmente por uma entidade de trabalhadores, *A Voz do trabalhador* começou a circular e difundir os ideais libertários somente em 1908, ainda que com muita dificuldade, por causa da precariedade das condições do trabalho gráfico, as perseguições políticas e a falta de recursos financeiros. Segundo o Centro de Documentação da UNESP,

“Como o próprio periódico se define, *A Voz do Trabalhador*, ele é “no campo da imprensa o mais legítimo porta-voz dessa colossal e sofredora falange de escravos do trabalho que vive a mourejar brutalmente neste grave eito que se estende desde as cochilas gaúchas até os cálidos seringais da Amazônia”. *A Voz do Trabalhador* é um jornal anarco-sindicalista, criado em 1908, que teve a sua origem na fundação da Confederação Operária Brasileira em 1906, no Rio de Janeiro onde “sentiu-se a necessidade de uma força impressa que denunciasses e informasse sobre a vida dos trabalhadores no Brasil”. *A Voz do Trabalhador* apresenta-se como um jornal informativo, que dava conta das greves, da vida dos sindicatos, das lutas contra a carestia, da repressão policial e etc., com importantes debates entre lideranças como Neno Vasco e João Crispim, notícias dos estados e suas movimentações sociais. Enfim *A Voz do Trabalhador* é um periódico do começo do século XX que registra um dos momentos mais importantes da mobilização operária brasileira.”²⁹

Sodré registra também que Lima Barreto³⁰ figurou entre os *colaboradores* do jornal. No entanto, um intelectual, conhecido pelo nome de *Florentino de Carvalho*, exerceu notória atividade nas comunidades anarquistas e formulou maior parte dos textos das edições de *A Voz do Trabalhador*, a partir da nova fase do periódico, após 1913.

Na primeira página da edição de 1913, uma imagem humana sobre ossos e crânios na forma de *caveiras* com inscrições *militarismo*, *capitalismo*, *burguesia*, *aristocracia* e

ao fundo o sol com a palavra *LIBERDADE*³¹ alimentava o sonho dos editores do jornal que buscavam, com isso, conscientizar os trabalhadores e a população da situação em que se encontrava. Abaixo da imagem, havia um poema assinado por *Max dos Vasconcelos*:³²

“Dia grande e cruel à memória operária,
Hinos brancos de Paz, hinos rubros de Guerra,
A Bandeira do Amor que se fez incendiária...
Data fatal que em si ao mesmo tempo encerra
A promessa do Bem ao coração do Pária
E juramentos de Ódio aos senhores da Terra!
Olhar perdido além, num horizonte vago,
Num sonho em que se vê o Mundo Comunista,
Ou se lembram talvez os mortos de Chicago!”

O poema possui referência incontestável ao conhecido 1º de maio de Chicago, dia marcado por protestos e mortes de trabalhadores que veio render a marca dessa data mundialmente como *Dia do trabalhador*. “Hinos brancos de Paz” e “hinos rubros de Guerra” retratam a oposição entre esses dois sentimentos que permeariam as consciências e corações naquele momento. Além de lembrar o “massacre de Chicago”, havia também uma menção às movimentações dos países europeus para o início, em seguida, da Primeira Guerra Mundial.

2. Na Barricada

Outro jornal, *Na Barricada*, surgido no mesmo período também teve a colaboração de Florentino de Carvalho. Esse espanhol, nascido a 3 de março de 1889 (ano da abolição), chegou a São Paulo ainda criança, mais tarde tornou-se cabo da polícia militar, até conhecer as ideias anarquistas de Piotr Kropotkin, às quais adere de imediato, passando para a militância política. Não demoraria muito e a mesma polícia de que fez parte lhe perseguiria e o obrigaria a sair do país. O nome Florentino de Carvalho, segundo Arena, aparece por ocasião de seu retorno ao Brasil, pois seu nome verdadeiro era Raymundo Primitivo Soares.³³ Dessa forma, entraria no país com pseudônimo, buscando fugir à repressão.

Na Barricada, assumiu a tarefa de continuar a reproduzir os ideais anarquistas, conforme o próprio jornal mencionava:

“Cumprindo a promessa feita em nossa segunda circular recomeçamos hoje a obra que tomamos a peito levar por diante — a publicação deste periódico anarquista. Bem sabemos as enormes dificuldades que nos esperam. Despidos de enganadoras ilusões, somos, no entanto, otimistas, e temos confiança na eficácia dos esforços sérios e tenazes. Não só do nosso esforço, porem por maior que ele seja, dependem as possibilidades de êxito de “Na Barricada”: mas de todos os anarquistas do Brasil em geral.”³⁴

Apesar de nenhuma referência aos editores, o periódico de 1º de maio de 1916 é assinado por *Primitivo Soares*, uma clara evidência da participação de um dos maiores expoentes do movimento anarquista das primeiras décadas do XX. Na parte superior da primeira página, hoje conhecida como *cabeça do jornal*, tem-se a inscrição central “NA BARRICADA”, ocupando toda a linha em letras grandes e logo abaixo o reconhecimento da filosofia adotada “Periódico Anarquista”, também centralizado, seguido mais embaixo à esquerda pela data “Ano II número 04”, no centro o endereço para correspondência e à direita o valor para *assinatura*.³⁵

A primeira página é predominantemente utilizada para falar sobre a data referente ao dia dos trabalhadores, com um editorial dividido em *O Primeiro de Maio*, *O novo período heroico* e *O Primeiro de maio e a Guerra*. Os dois primeiros são assinados por Soares e o último por *Dalemar*, em diagramação que dividiu o impresso em quatro colunas iguais, ocupando o editorial duas delas. Este último começa da seguinte maneira:

“Mais um ‘Primeiro de Maio’

Repetir-se-á, mais uma vez, o eterno lamento, em homenagem aos que em Chicago, serviram de pasto á ferocidade insaciável da burguezia, aos instintos perversos dos fartos e endinheirados.

Se hoje aqui a recordamos, não é para deplorar o covarde assassinato daqueles destemidos camaradas ...”³⁶

Na segunda parte do texto, ao continuar seu discurso, Soares conclama os trabalhadores para uma batalha:

“De pé, sobre a barricada gloriosa, arvorando o pendão das reivindicações, ergamos o nosso grito de guerra e de conquista proclamando a mais sublime de todas as reivindicações.

Com indomável coragem, pertinacia e heroísmo ocupemos o nosso posto na vanguarda dos que sofrem, dos que gemem, dos que choram, dos que se indignam e protestam, para romper a marcha triunfal do proletariado universal e cair sobre o inimigo comum como uma ipetuoza [sic]avalanche de elementos em precipitação, que arrazam as montanhas de um mundo antigo, constituído de podridões, de sofrimentos, de miserias [sic] e de infâmias.”³⁷

A mensagem de Florentino de Carvalho busca agregar o grupo de pessoas que se encontrava à margem da participação social, hoje *excluídos*, com uma linguagem de agitação política. Ainda nessa mesma edição de *Na Barricada*, os editores indicam livros para leitura, dentre eles: Kropotkine – *A conquista do pão. Palavras dum revoltado. Em volta duma vida.*; Neno Vasco – *Da porta da Europa*; Tolstoi – *A escravidão moderna*. Como assunto permanente destaca-se a educação, tanto aquela considerada formal (escolas racionais ou modernas) quanto a informal, caracterizada pela leitura e participação nos sindicatos.

Em uma edição de 1º de maio de 1921, Primitivo Soares assina como *Florentino Machiavel* texto que diz que “Todos os Estados estão repartidos em duas partes: a do povo que não quer ser governado nem oprimido [sic] pelos grandes, e a dos grandes que querem ditar a lei ao povo e conserva-lo na opressão [sic]”.³⁸ O sobrenome utilizado pode ter sua explicação nas várias referências que são feitas, nos textos das edições do periódico, ao político e filósofo italiano Nicolau Maquiavel. O conteúdo do fragmento destacado também se assemelha, em determinada medida, ao discurso utilizado pelo autor da célebre obra *O Príncipe*, com relação à forma de expressão e a maneira como se dirige ao leitor.

Na edição do jornal *A Voz do Trabalhador* desse mesmo ano, um artigo assinado por *Eurico Malatesta*, com o aporuguesamento do nome Errico Malatesta (1853-1932),³⁹ militante anarquista italiano reconhecido como um dos expoentes do pensamento libertário. Em um documento de princípios, Malatesta diz que o essencial do anarquismo é que ele não quer impor nada a ninguém e tampouco quer se sujeitar a imposições. Esse princípio é assim reproduzido em artigo publicado pelo jornal *Afirmção*:

“Sem organização livre ou imposta, não pode haver sociedade; sem organização consciente ou voluntária não pode haver nem liberdade, nem garantia de que sejam respeitados os interesses dos que vivem em sociedade.

E quem não se organiza, quem não procura a cooperação dos outros e não oferece a sua em condições de reciprocidade e de solidariedade, colloca-se necessariamente em condição inferior, e é como a roda inconciente no mecanismo social que os outros movem-o sem vantagem própria [sic].”⁴⁰

As formas de apresentação dos textos revelam a criatividade dos autores e editores do jornal, ao mesmo tempo em que a diagramação e formatação ainda acompanham a maioria dos periódicos da época, com a qualidade que o momento permitia, encontrando-se textos grandes misturados com pequenas informações sobre assuntos variados, mas sempre com conotação política. A linguagem, por outro lado, demonstra, possivelmente, uma mistura de idiomas, haja vista a maioria dos escritores dos textos ser oriunda de outras nacionalidades.

3. A Rebelião

O jornal *A Rebelião* começou a ser editado em São Paulo e sua primeira edição data de 1º de maio de 1914, ano em que a Europa deflagrou a Primeira Guerra Mundial. O título do periódico era o primeiro indicativo de sua tendência ideológica. No momento de seu lançamento, o Brasil vivia uma crise da superprodução; “fábricas foram fechadas e os operários dispensados”.⁴¹ Ao mesmo tempo, a população rejeitava a ideia de guerra, fator que contribuiu para a simpatia às ideias anarquistas. Segundo Ferreira, “Verifica-se, acompanhando a evolução do processo de urbanização e industrialização, o crescimento da organização operária sob a forma de ligas e uniões, sindicatos e

principalmente do mais importante instrumento de politização, que foi o jornal”, meio de comunicação no qual a participação dos intelectuais foi fundamental.

Não há muitos registros sobre os editores do periódico, mas Florentino de Carvalho novamente aparece com matéria de capa que ocupava quase todo o jornal. Sobreposta, estava outra matéria, cujo título era *O processo da Anarquia – Discurso de Miguel Schwab perante os tribunais de Chicago, 1886*. Esta começa com uma acusação: “Senhores. Falarei pouco e certamente não despegaria os lábios se o meu silêncio não pudesse interpretar-se como um covarde assentimento á comedia que acaba de desenvolver-se”.⁴² Ao longo do texto, Schwab defende a *Anarquia e o Comunismo* e alega perplexidade com o julgamento ocorrido, pelo simples fato da defesa de ideias libertárias. Ao final, escreve:

“É um erro empregar a palavra anarquia como sinônimo de violência, pois são cousas opostas. No presente estado social emprega-se a violência a cada momento e por isso nós propagamos a violência, mas somente contra a violência, como um meio necessário de defesa.

A anarquia é a ordem sem governo. Nós, os anarquistas, dizemos que o anarquismo será o desenvolvimento e a plenitude da cooperação universal (comunismo).

Nós, os anarquistas, crêmos que se aproximam os tempos em que os explorados reclamarão os seus direitos aos exploradores e crêmos também que a maioria do povo, com a ajuda dos retardados das cidades e das gentes simples do campo se rebelará contra a burguesia de hoje. “A luta, segundo a nossa opinião é inevitável”.⁴³

As indicações que existem sobre Schwab são a de que ele seria um dos militantes anarquistas mortos em 1886, em Chicago; episódio que teria originado o 1º de maio. Seu nome aparece em outros jornais operários, inclusive com a reprodução de seu depoimento no tribunal local que o condenara à morte.

Ao lado da matéria sobre Miguel Schwab, o editorial da primeira edição de *A Rebelião*, produzido por Florentino de Carvalho, mais uma vez sauda os trabalhadores e discorre sobre os ideais anarquistas :

“À Postos!

Quando a gente distinta julgava que estávamos aniquilados, vencidos, acobardados e arrependidos da nossa ardua campanha revolucionaria e anarquista; quando a burguesia julgava comer e dormir tranquilamente, à custa do povo trabalhador, eis que surgimos novamente, com mais vigor e entusiasmo, a elaborar um constante sobressalto, uma guerra permanente contra os parasitas sociaes e contra os seus sistemas economicos, políticos e religiosos, arvorando como estandarte de victoria o postulado da liberdade.

O patrão, o legislador, o juiz, o padre e o militar, vão cair, mais uma vez, no crisol da nossa critica, da eloquencia formidavel dos nossos princípios de justiça.

Arautos combatentes contra a escravidão econômica, legal, jurídica, religiosa e militarista, não vacilamos em formar na vanguarda das legiões iconoclastas, libertadoras, marchando galhardamente para o triunfo sublime da maior e mais gloriosa das revoluções que formam a epopeia da história libertaria dos povos”[sic].

Nesse trecho, percebe-se uma crítica contundente às principais instituições sociais da época: igreja, parlamentares, justiça e forças armadas; discurso coerente em defesa dos ideais anarquistas, feito por Florentino de Carvalho. Mais uma vez, aparece a intenção da criação de uma *vanguarda*, ou seja, de um grupo de lideranças que se colocariam à frente dos trabalhadores, conduzindo-os para “a liberdade e para o triunfo sublime” em que se constituiria uma sociedade comunista.⁴⁴

O jornal apresentava várias seções, dentre elas uma no idioma espanhol e outra em italiano, o que pode ser explicado pela quantidade de imigrantes que havia naquele período, principalmente aqueles ligados às lutas sociais. Na primeira página, na parte superior, o nome *A Rebelião* figurava ao centro, tendo duas inscrições, diferentes em cada número, que acompanhavam o título nas laterais. Na edição de primeiro de maio, à esquerda podia-se ler: “A renovação é a lei primordial da vida”, e à direita; “Sangue de rebeldes sementes de revolucionários”, numa demonstração de disposição para enfrentamento com as forças governamentais, se necessário, com derramamento de sangue. O impresso revolucionário possuía ainda uma seção chamada “Aos companheiros do interior de outros estados e do Brasil” (sic), o que pode indicar que sua circulação não estava restrita ao estado de São Paulo. Outra seção que é recorrente não somente nesse jornal, mas em todos os jornais de esquerda, fala sobre as deportações ou expulsões dos imigrantes do Brasil, com críticas duras às políticas dos governos e com saudações às vítimas.

Na segunda página do jornal, chama atenção outra matéria, dessa vez assinada por Primitivo Soares, ou seja, o mesmo *Florentino de Carvalho*. A informação era sobre um crime cometido contra a organização dos trabalhadores e trazia o seguinte título: *Vinganças Burguesas – Assalto policial ao local da Federação Operária de Santos – espionagens jornalísticas e perseguição aos anarquistas*.⁴⁵ Primitivo Soares inicia o texto de forma irônica, quando diz “até que enfim já tornamos a ser alguma coisa capaz de chamar a atenção da burguesia e do povo, para a questão social e para o anarquismo”,⁴⁶ citando, ao longo do texto, personalidades como Atilas e Napoleão que, segundo ele, *são simples pigmeus*, frente ao que o ideal anarquista estava representando naquele momento. E encerra o parágrafo com uma crítica fulminante contra as camadas altas da sociedade: “Bastou que voltássemos ao Brasil para que os burgueses subissem às nuvens, clamando por Santa Bárbara”,⁴⁷ numa alusão à santa católica protetora contra os raios e trovões, metáfora construída, inteligentemente, para exaltar o movimento operário e a Federação dos trabalhadores que estava sendo agredida pelo poder público pela intervenção da polícia militar.

Ainda na mesma página, outra matéria é bastante ilustrativa da presença do intelectual, ao discorrer, de forma ordenada, sobre as várias modalidades de sindicatos

existentes em 1914. Em texto intitulado *Modalidades do sindicalismo*, João Crispim caracterizava os vários tipos de sindicatos existentes: os *capitalistas*, ligados aos monopólios, que tinham por finalidade *resistir às reivindicações*; os *católicos*, “organizados pelos padres para papar hóstias”; os *amarelos*, que seriam formados por operários que obedeciam aos patrões e os sindicatos *propriamente ditos*, que “defendiam verdadeiramente os trabalhadores”. Em meia página do jornal, Crispim buscava educar os trabalhadores nos ideais anarquistas, na forma de um diálogo direto, com frases curtas, mas diretas e articuladas, defendendo, claramente, o anarquismo como modelo de sistema social que recusava os dogmas e o monopólio econômico capitalista, propondo a “eliminação dos governos” e a liberdade do indivíduo.

4. A Plebe

A fim de que ilustrar mais um pouco o trabalho de agitação e conscientização que os intelectuais, pela palavra, se dispunham fazer, destacamos *A Plebe*, periódico criado em 1917, que teve seu primeiro exemplar publicado em 09 de junho de 1917, sob a direção de um dos maiores intelectuais daquele momento histórico: Edgard Leuenroth (1881-1968), personalidade tão relevante que deu nome ao Arquivo histórico do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas. Filho de médico, Leuenroth aprendeu o ofício de tipógrafo (gráfico na época) e teve contato com as ideias anarquistas por volta de 1901, com elas simpatizando imediatamente.

A participação de Leuenroth no movimento operário e na divulgação do ideal anarquista ganha cada vez mais importância, isto porque, na condição de gráfico, fundou vários jornais. Segundo Ferreira, uma das primeiras greves teve a participação ativa dos gráficos, sendo essa categoria de trabalhadores aquela que, historicamente, teve uma *precocidade em consciência de classe*, que remeteria ao século XVI na França e Inglaterra. Segundo Rodrigues,⁴⁸ os gráficos eram muito politizados e com viés anarquista, “sendo obrigatoriamente indivíduos alfabetizados, sua condição profissional era assim qualificada, não sendo poucos os gráficos – ou tipógrafos como eram conhecidos na época – que se tornaram jornalistas ou adquiriram outra profissão intelectual”.⁴⁹ Em seguida, a autora chama a atenção para o fato de que “embora alguns gráficos tenham se tornado jornalistas como, por exemplo, Edgard Leuenroth, o movimento operário produziu os seus próprios jornalistas”.⁵⁰

O jornal *A Plebe*, sediado no Largo da Sé em São Paulo, torna-se assim, um veículo de notícias anarquistas e operárias importantes para aquele momento, que lembrava um grande acontecimento ou, na concepção de Nora, um *evento monstro*: Revolução Soviética, transformação com fortes e inegáveis influências no mundo inteiro.

A Plebe tinha as mesmas características que muitos dos jornais editados na época. Publicado em formato tablóide, tinha quatro páginas (alguns exemplares chegavam a oito), com cada uma delas dividida em quatro colunas, que alternavam textos e ilustrações (charges). Este último recurso era muito utilizado pelo movimento sindical, sendo objeto, também, de estudos específicos. Na maioria das vezes, as charges eram

uma caricatura da situação vivida, com crítica social explícita às instituições políticas e religiosas.

A primeira página do primeiro número do jornal apresenta editorial escrito por seu criador, Edgard Leuenroth, com o título: *Ao que vivemos – Rumo à Revolução Social*.⁵¹ Assim, inicia-se o texto:

“A Plebe, como facilmente se verifica, é uma continuação de A Lanterna, ou melhor dizendo, é a própria A Lanterna que, atendendo às excepcionaes exigências do momento gravíssimo, com nova feição hoje resurge para desenvolver a sua luta emancipadora em uma esfera de acção mais vasta, de mais amplos horizontes, com um integral programma de desassombrado combate a todos os elementos de opressão que sujeitam o povo deste paiz, como o de toda a terra, á odiosa sociedade vigente, alicerçada por toda a sorte de misérias e de violências.”(sic)⁵²

Leuenroth deixa claro no texto que está surgindo mais um periódico em substituição ao anterior, por ele também editado, *A Lanterna*, cujo objetivo era difundir os ideais anarquistas e organizar os trabalhadores para uma luta contra as instituições vigentes, Em outro parágrafo ele defende que *a espécie humana* poderia considerar-se *verdadeiramente livre* quando fossem extintas as *maldições* do Estado, da Igreja e do militarismo. O autor tece, ainda, uma crítica aos ideais da Revolução Francesa, dizendo que “Liberdade, Igualdade e Fraternidade só existem como uma grosseira expressão rethorica rotulando muita miséria e opressão”(sic), fazendo, em seguida, uma alusão ao *13 de maio*, com o intuito de defender a necessidade dos trabalhadores alcancem *a sua alforria derradeira*, que traria, por sua vez, a felicidade do povo brasileiro. Em última instância, como ele próprio menciona, “é com esse objetivo que vem lutar *A Plebe*”.

Nas páginas seguintes do jornal, sucedem-se notícias sobre as greves e a exaltação desse movimento no Estado de São Paulo, com o seguinte sugestivo título: *O operariado de São Paulo parece despertar para a luta*. Na mesma matéria, há notícias da greve em vários municípios e categorias do Estado que se tornaria o centro econômico brasileiro. Na terceira página, artigo intitulado *Pygmeus e gigantes* aborda a luta de classes e as diferenças sociais e econômicas entre as pessoas, com críticas ao sistema econômico e à burguesia da época, chamando a sociedade de *ajuntamento de malfeitores*.

Escrito por nada menos que Primitivo Soares, a matéria termina com a confissão sobre os ideais que este defende, ao dizer que “Apparentemente pequenos, somos, em realidade, a phalange dos revolucionários e iconoclastas, dos anarchistas, dos gigantes...”(sic). A linguagem erudita e algumas vezes poética era recurso muito utilizado pelos anarquistas, tendo em Soares um de seus principais expoentes.

A última página do jornal (página quatro), representando uma das exceções enunciadas anteriormente, trazia um conjunto de publicidades. Dentre elas destaca-se a da *Escola Moderna nº 1*, uma escola anarquista, inspirada no pedagogo Francisco Ferrer e Guardya. A propaganda anunciava que a escola era um “Instituto de Instrução e

Educação de menores e adultos de ambos os sexos” e que os níveis de ensino estavam divididos em curso primário, curso médio e “curso adeantado”(sic). Coincidência ou não, a propaganda, que ocupava o maior espaço no conjunto, com destaque evidente, mencionava, como diretor o *Professor* Florentino de Carvalho, o que pode sugerir uma tática dos militantes para tentar confundir os órgãos de repressão, haja vista que Florentino e Primitivo eram a mesma pessoa.

Na edição de número 5, publicada em 9 de julho de 1917, mais uma vez Florentino de Carvalho assina a matéria de capa. O editorial dessa vez tinha o título *O porquê das Greves*, numa clara menção à onda de paralisações que atingiu o Brasil naquele ano, já registradas pela historiografia brasileira e mundial. O autor do texto explicativo sobre os motivos pelos quais os operários deveriam cruzar os braços, denuncia a contradição do regime: “Se os operários morrem à mingua e se lamentam, que vão queixar-se à virgem dos desamparados; se reclamam e protestam ahi está a polícia, o exército, a armada e todo o aparelho legalitário [sic] ...”.⁵³ Florentino de Carvalho finaliza o editorial com a seguinte proclamação: : “Salve, ó cavalleiros de epopéia libertária!... Salve, ó sublime ideal da Anarchia!”.⁵⁴ Com periodicidade semanal “Publica-se aos sábados”, a menção ao anarquismo era uma constante.

O número 6 do jornal trazia uma manchete avaliativa do movimento operário: “O proletariado em revolta afirma o seu direito á vida”, com o subtítulo: “Colossal movimento de protesto – A imponente greve geral paralyçou toda a vida da cidade – A plebe faminta praticou a expropriação [sic]...”. esta é uma das vezes em que é utilizada a expressão *proletariado*, pois, até o momento, as referências eram aos *trabalhadores e ao povo*. Ao mesmo tempo, era definida o que era *A Plebe*, deixando claro que esta significava um setor da população marginalizado, miserável.

O jornal circulou entre 1917 e 1949, sempre dirigido por Edgard Leuenroth, com os mesmos ideais anarquistas. Desde o nascimento do PCB, em 1922, porém, a esquerda havia se dividido e os jornais ditos *operários* passariam a ter uma conotação mais partidária, com alguns títulos ainda circulando de forma independente como *A Plebe*.

Considerações finais

Nessas breves reflexões, foi possível verificar aspectos históricos importantes, tais como: a singularidade do papel dos intelectuais de esquerda para a escrita da história do operariado brasileiro; a impossibilidade de investigar a participação intelectual da virada dos séculos XIX e XX sem conexão com o estudo do processo imigratório ocorrido no mesmo período; a relevância histórica da imprensa escrita como fonte documental; a alfabetização como condição de acesso à informação autonomamente; a formação de uma imprensa política de esquerda, que enfrentou o regime autoritário em condições precárias de viabilidade material; o anarquismo e anarcossindicalismo dominantes no meio operário; a ausência de partidos políticos nacionais; a confusão reinante entre anarquismo, socialismo e comunismo.

Uma das dificuldades principais no caminho dos historiadores refere-se à questão dos conceitos, isto porque ao trabalharmos com épocas históricas progressas nos

deparamos com diferenças culturais que impõem alterações nas denominações dos objetos estudados, o que pode implicar seriamente o resultado pretendido. Por exemplo, ao falarmos sobre imprensa, necessariamente estamos falando da escrita, pois a televisão e o rádio (este último teve sua primeira transmissão em 1922) ainda não existiam.

Mais cuidado ainda foi preciso ao falar sobre os intelectuais, pois as exigências para incluir determinada personalidade nessa categoria eram bem diferentes daquelas que podemos imaginar no mundo atual. É certo que, conforme exposto no decorrer do trabalho, a sociedade brasileira possuía uma quantidade grande de analfabetos, com um mercado de trabalho voltado para atividades que exigiam mais vigor físico do que desenvolvimento da consciência, isto por conta de todo o processo de formação histórica do Brasil que havia abolido, tardiamente, a escravidão.

Em Ferreira foi possível verificar que, dentre os trabalhadores, uma categoria específica que se destacou foi a dos gráficos, tendo em vista que esses *operários* precisavam ser alfabetizados e tinham acesso à leitura das matérias que deveriam ser impressas, o que lhes permitiu, por consequência, um conhecimento diferenciado.

A observância de uma conexão entre intelectuais de esquerda, imprensa operária, imigrantes e luta política permite uma compreensão das manifestações que ocorreram no início do século XX. Da mesma forma, é possível perceber a existência de confusão, por parte de alguns, no uso dos termos anarquismo, marxismo, comunismo e socialismo. Por outro lado, considere-se, ainda, a existência de um grande *racha* político a partir da fundação da Internacional em 1919 e da associação do comunismo⁵⁵ ao marxismo, levando alguns anarquistas a fundarem o partido comunista brasileiro em 1922; caso de Astrojilgo Pereira.

A ausência de técnicas apropriadas e as dificuldades financeiras que enfrentavam os jornais podem ser apontadas como fatores explicativos da pouca circulação de livros. Sendo assim, os intelectuais, alguns oriundos de países da Europa, tinham nos jornais o órgão privilegiado de difusão das ideias que professavam. Esses periódicos, que nem tinham periodicidade garantida, cumpriram, assim, um papel preponderante na divulgação de filosofias novas como o anarquismo e o comunismo, citando-se, ainda, sua importância na denúncia da repressão e das expulsões e na propaganda dos movimentos grevistas. Às dificuldades encontradas para sua edição contrapunha-se a experiência fundamental dos trabalhadores gráficos, que puderam assegurar a produção de jornais destinados a um público específico: os trabalhadores urbanos. Esses jornais constituíram-se importantes alternativas à grande imprensa e aos órgãos ligados aos setores da direita.

O estudo das relações entre os intelectuais e a imprensa operária na passagem do século XIX para o XX confirmou nossa ideia de que há um importante campo de pesquisa por ser investigado com maior profundidade, pois ainda existem lacunas a serem preenchidas, de forma a contribuir, sobremaneira, para a compreensão de fenômenos, práticas, formação político-partidária, disputas ideológicas no interior do

movimento sindical, trajetória histórica da imprensa e de partidos com orientação política de esquerda, enfim, infinitas questões.

Notas e referências

- ¹ Lená Medeiros de MENEZES, *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*, Rio de Janeiro, Ed UERJ, 1996, p. 27.
- ² Érica Sarmiento da SILVA, “A “não democracia” dos excluídos alguns pontos da política imigratoria brasileira”. *Revista LOGOS* 27: Mídia e democracia, Ano 14, 2º semestre 2007.
- ³ Leandro KONDER, *A derrota da dialética*, São Paulo, Expressão Popular, 2009.
- ⁴ Marcelo Badaró MATTOS, *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*, Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2002.
- ⁵ Boris FAUSTO, *Conflito social na República oligárquica: A greve de 1917*, B. FAUSTO, *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*, 3ª ed., São Paulo, DIFEL, 1983.
- ⁶ Lená Medeiros de MENEZES, cit., p. 28.
- ⁷ Nelson Werneck SODRÉ, *História da imprensa no Brasil*, 4ª ed. Atualizada, Rio de Janeiro, Mauad, 1999, p. 312.
- ⁸ Maria Theresa Schorer PETRONE, “As crises da Monarquia e o Movimento Republicano”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Universidade de São Paulo, n. 16, 1985.
- ⁹ Nelson Werneck SODRÉ, cit., 313.
- ¹⁰ Leandro KONDER, *As ideias socialistas no Brasil*, São Paulo, Moderna, 1995, p. 26.
- ¹¹ Quentin SKINNER, “Significação e compreensão na história das ideias”, *Visões da Política – Questões Metodológicas*, Lisboa, Difel, 2005.
- ¹² Lená Medeiros de MENEZES, cit, p. 100.
- ¹³ Cf. Leandro KONDER cit.
- ¹⁴ Rio de Janeiro (Cidade), Secretaria de Comunicação Social. “Anarquistas chegam ao Brasil”, *Breve história da imprensa sindical no Brasil*, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, A Secretaria, 2005, p. 15.
- ¹⁵ IBGE. Disponível em: <<http://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/imigracao-por-nacionalidade-1884-1933>>. acesso em 10/06/2013.
- ¹⁶ Rio de Janeiro (Cidade). Secretaria de Comunicação Social, cit.
- ¹⁷ Sobre o processo de educação formal, há inúmeras obras sobre o assunto, principalmente sobre a construção de escolas filosóficas anarquistas, chamadas “escolas racionais modernas” com base nas ideias de Francisco Ferrer y Guardia, que poderão ser abordados em outros estudos.
- ¹⁸ Helena BOMENY, *Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira*, Rio de Janeiro, CPDOC, 2003.
- ¹⁹ Maria Nazareth FERREIRA, *A imprensa Operária no Brasil 1880-1920*, Petrópolis, Vozes, 1978, p. 45.
- ²⁰ Ibid., p. 46
- ²¹ Rogério Humberto Zeferino NASCIMENTO, Tese de doutorado, *Imprensa anarquista no Brasil (1907-1915): indisciplina, experimentos libertários e emergência de saberes*. Disponível em <http://www.nu-sol.org/agora/pdf/rogerionascimento.pdf>, acesso em 10.05.2103.
- ²² M. N., FERREIRA, cit., p. 88.
- ²³ Alguns jornais eram editados em idioma natal dos imigrantes, devido ao grande número de estrangeiros no país. Cf. M.N. FERREIRA, cit.
- ²⁴ Ibid., p. 106.
- ²⁵ Ibid., p. 108.
- ²⁶ Cf. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Comunicação Social, cit., p. 8.
- ²⁷ Atualmente rua Buenos Aires.
- ²⁸ Estatuto da COB. Disponível em: <http://cob-ait.net/index.php/tudo-sobre-sindicalismo/29-organizacao/52-confederacao-operaria-brasileira-estatuto-historico>, acesso em 10/06/2013.

-
- ²⁹ UNESP. CEDAP. Disponível em: <http://www.cedap.assis.unesp.br/cat_periodicos/popup3/a_voz_do_trabalhador_cob.html>, acesso em 20/06/2013.
- ³⁰ Lima Barreto aparece em todas as obras que falam sobre imprensa operária, tendo lançado, em 1907, o jornal *Floreal*. Por já ser um autor consagrado, não foi objeto da investigação, merecendo, contudo, um estudo individualizado sobre sua participação na imprensa libertária.
- ³¹ *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro (Cidade). Secretaria de Comunicação Social, cit., 8.
- ³² Segundo o Instituto Historiar, Max de Vasconcelos foi jurista e poeta, nascido em 1891 em Campos dos Goytacazes. Contribuiu com vários jornais como *Gazeta de Notícias* e *Correio da Manhã*. Disponível em: <<http://institutohistoriar.blogspot.com.br/2010/07/max-de-vasconcelos.html>>, acesso em 20.06.2013.
- ³² Dagoberto Buim ARENA, *História da Educação*. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 22, pp. 87-108, Maio/Ago 2007, p. 97 Disponível em: <http://seer.ufg.br/asphe/article/view/29289/pdf>, acesso em 10.06.2013.
- ³³ Ibid.
- ³⁴ BR, *Na Barricada*. <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/barricada/index.htm>>. Acesso em 03.05.2013.
- ³⁵ BR, *Na Barricada*, 01.05.1916, fac símile, p. 01.
- ³⁶ Ibid.
- ³⁷ Ibid.
- ³⁸ BR, *A Voz do Trabalhador*, 01.05.1921). Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/tematica/imprensa.htm>>, acesso em 05/04/2013.
- ³⁹ Sobre Malatesta, ver L. KONDER, cit. p. 17.
- ⁴⁰ BR, *A Voz do Trabalhador*, 01.05.1921, p. 04, fac-símile.
- ⁴¹ Cf. M. N. FERREIRA, cit., p. 75.
- ⁴² BR, *A Rebelião*, 01.05.1914, p.1.
- ⁴³ Ibid.
- ⁴⁴ Nesse período ainda havia muita confusão sobre “anarquismo” e “comunismo”, muitas vezes decorrentes da existência do anarquismo-comunista.
- ⁴⁵ BR, *A Rebelião*, 01.05.1914, p. 02, *fac-símile*.
- ⁴⁶ Ibid.
- ⁴⁷ Ibid.
- ⁴⁸ Rodrigues, 1968, *apud* M. N. Ferreira, cit.
- ⁴⁹ Albertino RODRIGUES, *apud* M.N. FERREIRA, cit., p. 111.
- ⁵⁰ M. N. FERREIRA, cit., p. 111.
- ⁵¹ Mantive a ortografia original do texto. Cf. BR, *A Plebe*, 09.06.1917, *fac-símile*.
- ⁵² Ibid., p. 01.
- ⁵³ Ibid.
- ⁵⁴ Ibid.
- ⁵⁵ Observe-se que a maioria dos anarquistas no Brasil eram alinhados com o anarquismo-comunismo de Kropotkin e Réclus, o que se contrapunha ao anarquismo individualista de Stinner.

Intelectuais e política sob o Estado Novo: o corpo de editores de O Observador econômico e financeiro (1937-1945)

Maria Letícia Corrêa**

As relações entre intelectuais e política na ditadura do Estado Novo foram objeto de estudos importantes, que assinalaram, entre outros aspectos, a montagem do aparato institucional representado pelo Ministério da Educação e Saúde, que fora criado em 1930, logo após a chegada de Getúlio Vargas ao poder,¹ a contribuição dos intelectuais ao enunciado da ideologia autoritária justificativa do regime, em função de sua participação na publicação dos periódicos e nos órgãos oficiais,² e sua colaboração para a *invenção* do patrimônio e a delimitação dos estudos do folclore nacional e para a releitura do passado, pela conformação de uma cultura histórica, elaborada e veiculada nas mesmas publicações.³ Dessa forma, os estudos que tomaram por objeto os órgãos de difusão oficiais, recém criados ou encampados durante o Estado Novo, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – as revistas, mas também o rádio, os jornais e o cinema – e as instituições responsáveis pelas diversas ações de subsídio à produção cultural, oferecem uma detalhada caracterização do campo intelectual nos anos 1930 e 1940, imbricado à política oficial.

Como não poderia deixar de ser, muitas dessas análises ressaltaram o caráter oficial da atuação dos intelectuais no pós 1930, o que é plenamente justificado quando temos em vista o amplo processo de expansão do Estado nacional e também a quase equivalência, no período da ditadura de Vargas, entre a esfera de atuação estatal e o mercado de bens simbólicos e culturais. Como problemática necessária nesses estudos, emerge a questão da integração/cooptação dos intelectuais no novo mercado de trabalho correspondendo aos numerosos postos criados com a continuidade do processo de expansão do Estado nacional e com a complexificação das atividades de regulamentação da vida econômica, social e cultural, que ganhou impulso após 1937.⁴ Segundo Miceli, deu-se então a ocorrência quase simultânea dos processos de

* A comunicação apresenta resultados de pesquisa contemplada pelo Edital Jovem Cientista do Nosso Estado da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e pelo edital Prociência da UERJ no ano de 2012.

** Professora Adjunta da Faculdade de formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Intelectuais, Sociedade e Cultura (GEPISP).

consolidação do mercado de editoras e escritores profissionais e o de multiplicação dos mecanismos e espaços de consagração intelectual, os quais permaneceriam, no entanto, atrelados ao Estado e/ou dependentes da esfera estatal. Para esse autor, esse traço indicava uma das diferenças notáveis entre a caracterização do campo intelectual sob Vargas e o períodos da Primeira República (1889-1930), ou o da chamada *geração de 1870*.⁵

O DIP, criado em 1939 como órgão vinculado diretamente à presidência da República, centralizou a produção e a divulgação de um “discurso destinado a construir certa imagem do regime, das instituições e do chefe do governo, identificando-os com o país e o povo”.⁶ Essa função era exercida por meio da produção de materiais diversificados como livros, revistas, folhetos, cartazes, programas de rádio, fotografias, cinejornais, documentários cinematográficos e filmes de ficção, destacando-se, no entanto, a imprensa e o rádio como os meios mais utilizados para a divulgação da propaganda política.⁷

Também a configuração do campo do jornalismo, por sua proximidade como a esfera do poder, refletia a complexidade das relações políticas existentes após 1930. Marialva Barbosa notou o alinhamento dos dirigentes dos principais órgãos de imprensa com o novo regime, ressaltando que, mesmo tendo havido encampação de periódicos e perseguição de alguns jornais, teria havido “mais proximidades, acordos e relações conjuntas entre os homens do governo e os homens de imprensa do que divergências”. Ainda assim, a partir de 1940, inúmeros jornais e revistas deixaram de obter o registro no DIP – que controlava também os registros dos jornalistas -, tendo a licença cassada os que buscaram manter alguma independência. Segundo Barbosa: “Com esse esquema, a propaganda oficial não só alcançou um nível de produção e organização sem precedentes no país, como também passou a se responsabilizar pela defesa da unidade nacional e a manutenção da ordem”.⁸

Capelato, em trabalho pioneiro, notou que, além das pressões oficiais, a cooptação dos jornalistas foi justificada “também pela concordância de setores da imprensa com a política do governo”. Dessa forma, “a política conciliatória de Getúlio Vargas, aliada à ‘troca de favores’, surtiu efeito entre os ‘homens de imprensa’”.⁹ As adesões eram reforçadas ainda por questões como a dependência das empresas para com o governo para obtenção das isenções para importação de papel de imprensa, e pelo atendimento à determinação para a publicação de textos e notícias produzidos diretamente pela Agência Nacional, mantendo o Departamento, em todo o período, uma função de vigilância da produção discursiva dos jornais. Os discursos de Vargas e dos ministros, proferidos nas diversas solenidades, constituíam o material básico da propaganda veiculada nos jornais, nas rádios e no cinema, estabelecendo-se “uma íntima relação entre censura e propaganda”. Já as atividades de controle, se por um lado impediam a divulgação de determinados assuntos, terminavam por impor outros temas aos jornais. Ao mesmo tempo, nessa concepção, a divulgação das atividades do presidente e dos auxiliares tinha por objetivo oferecer modelos de virtudes a serem seguidos pelos cidadãos.¹⁰

Caberia lembrar, nesse aspecto, o dispositivo constitucional de 1937 que subordinava a atividade de imprensa ao poder público (artigo 122, inciso 15, estabelecendo que “a imprensa exerce uma função de caráter público”), o que traduzia por certo uma das mais importantes marcas da configuração do campo jornalístico no período do Estado Novo. Como assinalado por Capelato:

“A separação entre esfera pública e privada, preconizada pelo liberalismo, era contraditada pelos ideólogos antiliberais defensores da absorção do privado pelo público. Essa concepção pressupunha o Estado como *Suma Ratio* da sociedade civil e como tal retirava a liberdade de ação dos intermediários entre o governo e o povo. Assim, o jornalismo transformou-se numa força coordenada pelo Estado”.¹¹

Retomo, por referência e por oferecerem considerações igualmente necessárias à abordagem aqui desenvolvida, na linha de interpretações sobre as relações entre o Estado e a imprensa no Estado Novo, dois conhecidos estudos sobre a revista oficial *Cultura Política*, realizados, respectivamente, por Mônica Pimenta Velloso (1982) e Adriano Nervo Codato e Walter Guandalini (2003), e que permitem confirmar a característica acima apontada.

Para Mônica Velloso, a dimensão ideológica adquiriu peso fundamental no projeto político estado-novista, constituindo-se em “uma doutrina de ‘obrigação política’ para a sociedade civil”. Segundo a autora, uma das preocupações principais do regime estava relacionada com a construção de uma estratégia político-ideológica de legitimação frente à “opinião pública”, ainda que isso não autorizasse o entendimento de que aquele tivesse se instaurado a partir de um “consenso no conjunto da sociedade”. As formas de integração e cidadania, a partir do Estado, visavam dessa forma ao consenso ativo e também passivo (na acepção gramsciana) dos cidadãos, não estando excluídas, portanto, a coerção e a marginalidade¹².

Nesse contexto, o setor mais eficiente do projeto do DIP teria sido justamente a imprensa, voltada ao mesmo tempo para a censura e a propaganda oficial. Para o escritor Azevedo Amaral,¹³ no entanto, como assinalado por Velloso, crítico da completa subordinação da imprensa à função oficial, deveria ser reservado à elite intelectual o direito de “expor seus pontos de vista”, colaborando sempre para o engrandecimento do próprio Estado. Na concepção do autor, o papel da elite intelectual deveria ser o de reforçar o poder público, dispondo apenas este último “de recursos de informação e de conhecimento das questões atinentes aos interesses nacionais para poder apreciar se a divulgação de uma notícia é ou não conveniente”.¹⁴ Apresenta-se, portanto, em Amaral, o enunciado da reivindicação da presença ao mesmo tempo dos intelectuais e da elite intelectual na elaboração do projeto ideológico do regime estado-novista. A produção e a difusão desse discurso estariam a cargo da imprensa escrita, lugar de sua elaboração por excelência, o que não diminui a importância dos demais meios de comunicação, como o rádio, o cinema e o teatro. Daí o destaque conferido à

produção veiculada em periódicos como a *Cultura Política, a Ciência Política, Brasil Novo e Planalto*.

Velloso nota, portanto, na referência a Azevedo Amaral, uma espécie de divisão do trabalho no processo de elaboração ideológica relativo à doutrina estado-novista, cabendo, por um lado, à elite intelectual “a produção e a manipulação das representações que conformam o discurso estado-novista” e, por outro, aos intelectuais de *menor projeção* as tarefas práticas da propaganda, estabelecendo-se uma complementaridade entre *ideólogos* e *militantes*. Dessa forma: “O quadro dos intelectuais que colaboraram nas diferentes revistas, o tom do seu discurso, o público a que se dirigem permitem estabelecer uma verdadeira divisão do trabalho intelectual”.¹⁵

Também para Codato e Guandalini (2003), ganha centralidade na compreensão do panorama ideológico e cultural do Estado Novo a análise dos intelectuais e dos órgãos de difusão da doutrina a um público heterogêneo. Os autores propõem uma metodologia para o exame das relações entre *política* e *cultura* no autoritarismo que – e, como veremos, da mesma forma que Velloso, pressupõe certa *divisão do trabalho intelectual* – abrangendo aspectos como a compreensão da heterogeneidade das diferentes agências do Estado voltadas à tarefa de produzir “uma mentalidade pró-regime”, a consideração dos diversos *tipos* de intelectuais e a análise do *discurso ideológico* propriamente dito, as instâncias de veiculação e o tipo de público ao qual o discurso ideológico é endereçado.¹⁶

Ao tomar por objeto um periódico que não integrava o sistema oficial de difusão do Estado Novo – a revista mensal *O Observador Econômico e Financeiro*, publicada por iniciativa do economista e empresário paulista Valentim Bouças – busco examinar aspectos pouco visitados nos estudos sobre as relações entre intelectuais, imprensa e política no Estado Novo, segundo o pressuposto de que, mesmo sob o quadro coercitivo e restritivo determinado pela atuação do DIP, os diversos veículos expressavam, ainda, modalidades de representação e organização de interesses a partir da sociedade civil. Considero aqui, portanto, que a imprensa, da mesma forma que os conselhos e órgãos de formato corporativo criados pelo regime, manteve, sob a ditadura, seu papel como espaço das lutas de interesses e representação de classe.

Fundado em 1936 por Valentim Bouças,¹⁷ *O Observador Econômico e Financeiro*, como periódico especializado, veio somar nova contribuição ao debate iniciado por alguns periódicos precursores, voltados à área econômica, como *O Economista: revista mensal de economia, finanças, comércio e indústria*, de 1921, e a *Revista Bancária Brasileira*, de 1933. Mais tarde, ainda no Estado Novo, em 1944, surgiu a importante *Digesto Econômico*, editada pela Associação Comercial e pela Federação Comercial de São Paulo.¹⁸

O *Observador* inspirava-se nos moldes da revista *Fortune*, norte-americana, e teve por editor, entre 1936 e 1940, o economista Olímpio Guilherme¹⁹, que foi presidente do Conselho Nacional de Imprensa e também um dos diretores do DIP, e a colaboração do economista Maria Beni, que atuou como comentarista econômico do *Diário de São Paulo*, do *Correio Paulistano* e da *Gazeta*. Desde o início, o projeto editorial foi

definido por um perfil essencialmente profissional, o que justificou a contratação, além da de Guilherme, de jornalistas como Omer Monte Alegre e Carlos Lacerda, este ainda em início de carreira. Cada edição contava obrigatoriamente com as *notas editoriais* (texto de apresentação do conteúdo do número e de manifestação e defesa de ideias dos editores), artigos e reportagens assinadas de colaboradores permanentes e eventuais, além de seções mais ou menos fixas, sem assinatura, intituladas *Observações econômicas*, *Observações financeiras*, *Produtos e Mercados*, *Leis e Atos Econômicos*, *Bancos e Moedas* e *Bolsas e Títulos*. Os textos continham ilustrações (fotografias, desenhos e gráficos) e eram intercalados por anúncios (de empresas estrangeiras como *Johan Faber* e *Standard Oil*, e de nacionais, como a Rádio Tupi), podendo alcançar, cada edição, nos anos do Estado Novo, cerca de duzentas páginas.²⁰

Vale destacar que Bouças logrou reunir na revista um corpo de colaboradores que, repercutindo a composição heterogênea dos intelectuais que colaboravam com o governo, expressava ao mesmo tempo as clivagens existentes no campo intelectual. Os colaboradores abarcavam dessa forma nomes afinados ao pensamento autoritário e ao integralismo e também autores que expressavam posições liberais e à esquerda, como alguns antigos integrantes da Aliança Nacional Libertadora e intelectuais próximos ao Partido Comunista do Brasil. No ano de 1940, por exemplo, constavam do expediente, como colaboradores permanentes, nomes como o do médico e antropólogo Arthur Ramos, o engenheiro Ari Frederico Torres, os historiadores Caio Prado Júnior, José Maria Belo, Pedro Calmon, Sérgio Buarque de Holanda e Sérgio Milliet, os juristas e advogados Oscar Tenório, Roberto Lyra e Teófilo Andrade e o jornalista Raul Lima, entre outros. Havia ainda colaborações esporádicas ou regulares de figuras de destaque na literatura como Graciliano Ramos e Cecília Meirelles, ao lado de Gileno de Carli e Victor Nunes Leal, que ocupavam funções associadas à esfera estatal,²¹ e do historiador português Jayme Cortesão.

Tendo em conta as dimensões sugeridas por Codato e Guandalini (2003), acima referidas, relativas à heterogeneidade das agências estatais voltadas à produção discursiva e doutrinária e às hierarquias existentes no campo intelectual, ao lado da consideração a respeito do público a que se voltavam os distintos periódicos, podemos caracterizar o *Observador econômico e financeiro* não apenas como um veículo que serviu à afirmação de um determinado tipo de intelectual – o economista,²² produtor de um discurso técnico e responsável pela elaboração de políticas públicas –, mas também como espaço de enunciação da defesa de interesses.

Obviamente, não se trata de descartar o entendimento de que as principais decisões da política econômica eram tomadas nos conselhos técnicos e de formato corporativo, ligados ao poder executivo, mas sim de pensar a revista como espaço também de composição e de construção de consenso em torno de determinados projetos e de reforço a posições representadas pelos homens de governo que, por sua vez, não expressavam uma unanimidade. Esse foi o caso, por exemplo, da correspondência, notável, entre os textos de *O Observador Econômico e Financeiro* e as posições dos ministros de Vargas, Oswaldo Aranha e Arthur de Souza Costa, favoráveis à

aproximação brasileira com os Estados Unidos, anteriormente à decisão pela participação do país no conflito mundial, o que, como se sabe, viria a determinar o próprio destino do regime (Cf. NOTAS editoriais, *Observador econômico e financeiro*, abril de 1938, p. 5). Ao mesmo tempo, cabe relacionar a revista aos demais veículos de expressão pública que serviram ao debate sobre temas econômicos no período, o que incluiu não apenas a grande imprensa mas também as revistas especializadas acima mencionadas e as manifestações coletivas divulgadas por ocasião de encontros promovidos por associações de classe e profissionais, como o Primeiro Congresso de Economia, de 1943, o Primeiro Congresso Brasileiro da Indústria e a I Conferência Nacional das Classes Produtoras, de 1945.²³

Da mesma forma, a capacidade (ou estratégia) de seus editores, de abrigar as diferentes posições políticas e intelectuais, incorporando os quadros oficiais, logrou garantir à revista sua longevidade. O *Observador* manteve publicação regular até 1962, numa nova fase, caracterizada pela maior especialização da imprensa econômica e pela consolidação dos periódicos acadêmicos, cujo formato diferia bastante daquele adotado nos anos 1930. Essa composição heterogênea espelhava a própria complexidade do campo intelectual sob a ditadura do Estado Novo e a dificuldade de considerar a imprensa enquanto mero veículo de divulgação do discurso oficial, ainda que este se fizesse presente, como não podia deixar de ser, durante o funcionamento do DIP.

Notas e referências

- ¹ Simon SCHWARTZMAN et al, *Tempos de Capanema*, Rio de Janeiro, Paz e Terra/ São Paulo, EDUSP, 1984.
- ² Mônica Pimenta VELLOSO, Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual, Lúcia Lippi OLIVEIRA, Mônica Pimenta VELLOSO, Angela de Castro GOMES, *Estado Novo: ideologia e poder*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982, pp. 71-108; Angela de Castro GOMES, *História e historiadores*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996; Adriano N. CODATO e Walter GUANDALINI Jr, “Os autores e suas ideias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político no Estado Novo”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 32, 2003, pp. 145-164.
- ³ Márcia CHUVA, *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2009; Angela de Castro GOMES, *A invenção do trabalhismo*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2005; Angela de Castro GOMES, *História e historiadores*, cit..
- ⁴ Sergio MICELI, *Intelectuais à brasileira*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- ⁵ *Ibid.*
- ⁶ Maria Helena CAPELATO, Propaganda política e controle dos meios de comunicação, Dulce PANDOLFI (org.), *Repensando o Estado Novo*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1999, pp. 167-178.
- ⁷ *Ibid.*
- ⁸ Marialva BARBOSA, *História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 103.
- ⁹ Maria Helena CAPELATO, Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: Dulce PANDOLFI (org.), *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 175.
- ¹⁰ Marialva BARBOSA, *História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000*, Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.
- ¹¹ *Ibid.*, p. 174.
- ¹² Mônica Pimenta VELLOSO, cit., p. 73.
- ¹³ Antônio José de Azevedo Amaral, natural do Rio de Janeiro, era formado em medicina e atuou

principalmente no jornalismo político. Pode ser considerado com um dos principais ideólogos da ditadura de Getúlio Vargas, pautando-se suas obras pela crítica ao liberalismo e às instituições parlamentares e pela afirmação de posições autoritárias, corporativistas e antisemitas. Dentre seus principais textos destacam-se *O Brasil na crise atual* (1934), *O Estado autoritário e a realidade nacional* (1938) e *Getúlio Vargas, estadista* (1941).

¹⁴ Ibid., p. 73.

¹⁵ Ibid., p. 78.

¹⁶ Adriano N. CODATO e Walter GUANDALINI Jr., cit., p. 146.

¹⁷ Valentim Bouças, economista de formação autodidata natural de Santos, São Paulo, em 1891, era representante no Brasil da *International Business Machines Corporation* (IBM) desde 1917 e tinha fundado a empresa Companhia Serviços Hollerith, que prestava serviços de contabilidade e fornecia equipamentos para diversos órgãos governamentais. Desde 1930 Bouças tornou-se bastante próximo do então ministro da Justiça Oswaldo Aranha e também de Vargas, de quem foi “orientador financeiro”, tendo assumido a chefia da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios e a coordenação da Dívida Externa Brasileira. Em 1937 Bouças passou a ocupar o cargo de secretário-técnico do Conselho Técnico de Economia e Finanças, sendo figura de destaque da gestão de Artur de Sousa Costa no Ministério da Fazenda, que se estendeu de 1934 até 1945. Desde 1940, Bouças foi também diretor da *International Telephone & Telegraph Corporation* (ITT) e em 1942 tornou-se diretor consultivo da *Coca-Cola Refrescos S.A.* Em 1943, Bouças tornou-se membro da Comissão de Controle dos Acordos de Washington, e, de janeiro a julho de 1944, participou da Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada em Bretton Woods, nos Estados Unidos. Entre setembro de 1948 e fevereiro de 1949, Bouças foi membro da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, conhecida como Missão Abbink. Em 1951, era presidente das empresas Companhia Nacional de Máquinas Comerciais, *Addressograph-Multigraph* do Brasil S.A. e Companhia Imobiliária Santa Cruz, e diretor da Companhia Goodyear do Brasil, da Ferro Enamel S.A., da Companhia Swift do Brasil, da Panair do Brasil, da Companhia Brasileira de Material Ferroviário. Era ainda representante da *American Bank Note Co.* e consultor técnico da *Armco Industrial e Comercial S.A.* Cf. Sonia DIAS, Bouças, Valentim (verbete). PAULA, Christiane Jalles de e LATTMAN-WELTMAN, Fernando (Org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em 20 mai. 2012.

¹⁸ Ricardo Alberto BIELSCHOWSKI, *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*, Rio de Janeiro, Contraponto, 1995.

¹⁹ Cf. Marina Gusmão de MENDONÇA, A criação da Tribuna da Imprensa e a defesa dos interesses conservadores no Brasil, *Revista de Economia Política e História Econômica*, v. 1, n. 1, pp. 5-20, set. 2005.

²⁰ O levantamento de artigos e reportagens da revista, apenas para o período de 1936 a 1944, permitiu a constituição de uma base de dados totalizando 2121 entradas de artigos, dos quais 897 assinados, que foram indexados por autor e pelos seguintes assuntos mais frequentes: Economia, Política, Educação, Imposto, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Indústrias, Bancos, Empresas, Aspectos econômicos, Planejamento econômico, Comércio Exterior, Comércio, Relações internacionais, Guerra, Território, Companhias, Panamericanismo, Transporte, Agricultura, Café, Algodão e Açúcar.

²¹ Gileno de Carli, natural do Recife, foi engenheiro agrônomo, fazendeiro e político e ocupou a presidência do Instituto do Açúcar e do Alcool; Victor Nunes Leal, natural de Minas Gerais, foi importante advogado e, no Estado Novo, foi oficial de gabinete do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema.

²² Data do Estado Novo, exatamente nesse contexto, a elaboração do programa único obrigatório para o ensino superior de Economia, de autoria dos economistas Eugênio Gudín e Otávio Gouveia de Bulhões. Até aquela data, muitos dos economistas brasileiros haviam alcançado sua formação pelo exercício de funções *ad hoc* em órgãos de governo e também por sua atuação como empresários ou dirigentes de empresas de setores como construção civil e infraestrutura, tendo tido sua aprendizagem formal nos cursos de Engenharia, como era o caso, por exemplo, de Roberto Simonsen e do próprio Gudín, engenheiros reconhecidos como “economistas”.

²³ Ricardo Alberto BIELSCHOWSKI, cit., pp. 266-269.

*Reflexionando en torno a la influencia del liberalismo y del socialismo en el alfonsinismo**

*Cristina Basombrío***

Introducción

El proceso democratizador de la Argentina abierto a partir de la transición iniciada en 1983, condujo a la presidencia a Raúl Alfonsín apoyado en un consenso social que daba la espalda al autoritarismo y defendía el estado de derecho. Frente a una cultura política de escaso respeto por el orden constitucional, cristalizada durante medio siglo de inestabilidad, y frente al gran poder de veto del que gozaban las corporaciones empresaria y sindical sobre las decisiones públicas, Alfonsín proponía un proyecto fundante de una *nueva política* en el país.

Esta ponencia analiza la influencia que recibió el alfonsinismo del liberalismo y del socialismo a partir de dos grupos de intelectuales que aceptaron la decisión política del presidente de permitirles acercarse al poder: el Grupo de Carlos Nino (GN en adelante), cuyo líder fue un destacado jurista que nucleó a su alrededor a varios jóvenes alumnos asistentes a su seminario de Filosofía del Derecho de la UBA, y el Grupo Esmeralda (GE en adelante), que surgió a partir de la convocatoria de Meyer Goodbar, un empresario que había estudiado sociología, y comprendió a intelectuales vinculados a las Ciencias Sociales, Políticas y de la Comunicación. El primero brindó colaboración desde el liberalismo y el segundo lo hizo desde el socialismo.

La ponencia se inscribe dentro de un proyecto más amplio que aborda la confluencia de ambas ideologías en la década del ochenta e intenta resolver un triple interrogante: ¿por qué Alfonsín abrió las puertas a estos dos grupos ya desde la etapa de campaña?; ¿cómo fue posible que ellos, habiendo abrevado en corrientes ideológicas tan diferentes, optaran por un político que provenía del radicalismo?; y además, ¿qué motivó que ambos grupos pudieran establecer cordiales relaciones entre sí y trabajar ciertos temas juntos?

* Una versión modificada de este trabajo ya fue publicada con el título “Intelectuales y poder: la confluencia socialismo-liberalismo durante la presidencia de Alfonsín”, en *Passagens*, Revista de História Política e Cultura Jurídica. Rio de Janeiro, v. 6, nº 2, maio-agosto 2014, pp. 376-398. <http://www.historia.ufr.br/revistapassagens/sumarios.php>

** Universidad Nacional de Tres de Febrero, Facultad de Historia, Profesora Titular Simple Concursada.

Todo esto supone analizar, en el marco de la compleja vinculación entre el pensar y el actuar, entre la producción de ideas y saberes y el pragmatismo propio de la política, varias cuestiones interrelacionadas entre sí: las características de la última transición democrática, el proyecto político de Alfonsín, las trayectorias y pensamientos de los principales miembros de ambos grupos y su influencia en el alfonsinismo.

Desde un punto de vista teórico, la ponencia define intelectual como aquél que produce ideas y saberes y combina conocimiento con una responsabilidad social.¹ Considera también que la tensión entre pensamiento y acción atraviesa todos los debates sobre el compromiso político de los intelectuales.² Desde el punto de vista metodológico, utiliza fuentes orales y escritas que serán oportunamente citadas durante su desarrollo.

Intentando fundar y diseñar una nueva política

Raúl Alfonsín había fundado en 1972 un movimiento progresista dentro del radicalismo llamado originariamente *Movimiento Renovador* y luego *Movimiento de Renovación y Cambio*, disidente de *Línea Nacional* de Ricardo Balbín. Durante los años del Proceso de Reorganización Nacional, Alfonsín se había destacado como activista siendo miembro de la Asamblea Permanente de los Derechos Humanos y sosteniendo una conducta firme en esta materia.³ Por esto, el exiliado dirigente radical Hipólito Solari Yrigoyen⁴ quien, en agosto de 1977 inició contactos con la Internacional Socialista presidida por Willy Brandt, la cual en mayo de 1978 condenó a la dictadura argentina, refiere que a las reuniones de la organización, él y otros radicales no lo hacían invocando la representación del partido conducido por Balbín, sino avalados por el Movimiento de Renovación y Cambio.⁵ Cuando en 1981 llegó al país la misión de la Internacional Socialista, ella se vinculó fundamentalmente con el sector de la UCR liderado por Alfonsín.⁶

En el transcurso del año 1982, la línea alfonsinista fue adquiriendo cada vez mayor protagonismo dentro del radicalismo. Además, Alfonsín había criticado la decisión militar de invadir las islas Malvinas y la consiguiente guerra. En julio de 1983, la Convención Nacional del partido aclamó la fórmula Raúl Alfonsín- Víctor Martínez como candidata del radicalismo para competir en las elecciones nacionales de ese año. Era desplazada una conducción partidaria que con pocos cambios se mantenía desde 1957.

¿Y en qué consistía el mensaje progresista de Alfonsín? Ante todo, debe aclararse que tenía una visión rupturista respecto del período anterior, la cual se manifestó en la forma de *frontera política*.⁷ Es decir, por un lado el político buscaba romper con el pasado inmediato al cual demonizaba asociándolo a la guerra, al autoritarismo y a la muerte. Como contrapartida, defendía el estado de derecho asociado a la paz, la moral, la vida y el orden democrático. Pero también buscaba una ruptura con un pasado más lejano caracterizado por el faccionalismo. Proponía para enfrentarlo una democracia asociada con el bienestar y la prosperidad, que suponía la conformación de una nueva cultura política. Esto suponía generar un cambio en la manera de hacer política en la Argentina, formulando una *nueva política*, lo que implicaba refundar la democracia, respetar el pluralismo y el disenso y recortar la influencia de las corporaciones.⁸ En

síntesis, el proyecto político alfonsinista se orientaba a la formulación de una *nueva política* que tomaba de la tradición yrigoyenista la concepción de la acción política como reforma moral e introducía al mismo tiempo la aceptación de la alteridad en la identidad política.⁹

Con este mensaje, Alfonsín ganó las elecciones de 1983 en medio de un consenso social que daba la espalda al régimen militar y apoyaba la política democrática, que oponía entre sí al autoritarismo y a la democracia. En este sentido, su liderazgo fue construido con un discurso que “lo situaba directamente en sintonía con las aspiraciones de cambio de una porción mayoritaria de la sociedad que canalizaba en él el rechazo a la dictadura.”¹⁰

Es decir, la transición manifestaba una dinámica en la que se fortalecía el liderazgo que con más firmeza había rechazado todo puente de negociación con un régimen en retirada. El *entusiasmo democrático*¹¹ invadía el espacio público, generando la ilusión de que el orden político podría recrearse desde la nada. Sin embargo, esa ilusión ocultaba que la transición se abría en condiciones de precariedad, con la debilidad del sistema de partidos y del Congreso, con la fuerza de las grandes corporaciones y el escaso arraigo histórico de las prácticas democráticas.

Además, se abría sin haber neutralizado a los actores ni modificado gran parte de los factores que habían obstaculizado la estabilización de un régimen democrático. A esto se añadía la herencia de estancamiento, alta inflación, empobrecimiento y deuda externa en el orden económico, y un escenario internacional conflictivo. Se trataba, por tanto, de una *transición tormentosa*¹² que pondría en evidencia la tensión entre las expectativas y las restricciones políticas, sociales, económicas y culturales que objetivamente se enfrentaban.

Éste fue el difícil contexto en el cual Alfonsín, siendo consciente de que una sociedad desorientada necesitaba de “sentidos y marcos interpretativo”,¹³ puso como prioridades de su naciente gobierno las cuestiones democrática y de derechos humanos a fin de refundar la República, recomponer y reinstitucionalizar el país.¹⁴ Rompía así con un consenso negociador contrario a la revisión de la acción de la dictadura defendido principalmente por la línea balbinista de su propio partido y por el candidato del partido justicialista Ítalo Lúder. Con esta decisión continuaba y profundizaba su acción como miembro de la Asamblea Permanente de los Derechos Humanos y “aparecía como la figura ideal para encabezar un cambio de régimen que situara la reparación ética y jurídica de los crímenes cometidos desde el Estado en el centro de la nueva etapa política.”¹⁵

Para pensar e implementar su plan de reconstrucción democrática, Alfonsín buscó el apoyo de los intelectuales y les permitió acercarse al poder. Ya desde los inicios de 1980, al percatarse de la magnitud del desafío que enfrentaría la Argentina cuando fuera recuperada la democracia, tuvo “la íntima convicción de la necesidad de una nueva comunicación entre el radicalismo y los intelectuales que estaban investigando, reflexionando y pensando la época que se vivía, los tiempos que estábamos tratando de dejar atrás y los que nos esperaban.”¹⁶ En esa misma época, asistió a un seminario realizado en San José de Costa Rica sobre el futuro de la democracia y comenzó a tener

un progresivo acercamiento con grupos de intelectuales, varios de los cuales se encontraban aún en el exilio.

Después de tantos años de represión y autoritarismo, la apertura del espacio de la política democrática trajo consigo la necesidad de reflexionar sobre la sociedad por parte de los intelectuales. Ellos tenían ante sí un espacio nuevo que les abría las puertas y les ofrecía una relativamente inédita legitimidad de intervención. Los intelectuales estuvieron como nunca antes dispuestos a formar parte de esa reconstrucción democrática y buscaron instancias públicas para articular sus ideas y argumentos. En este sentido, durante la transición democrática tuvo lugar una “reconfiguración del campo intelectual” desde el momento en que, si la dictadura significó la cancelación de la esfera pública y de los espacios de debate, la democracia “inició el proceso inverso”.¹⁷

Muchos intelectuales aceptaron, entonces, colaborar con Alfonsín, quien junto con Jorge Yuyo Roulet,¹⁸ durante la etapa de campaña electoral había creado el Centro de Participación Política que se convirtió en un espacio de conformación de equipos. Dante Caputo¹⁹ y Francisco Delich²⁰ tuvieron una destacada participación en este Centro. Cuatro grupos de intelectuales se fueron conformando: el de Dante Caputo, quien delinearía la política exterior; el de Juan V. Sourrouille, quien desde el ministerio de economía diseñaría el Plan Austral y lo acompañaría hasta 1988 y el GN y el GE. Rodolfo Terragno²¹ colaboró sin formar parte de un grupo. Otros intelectuales se acercarían desde 1985 al peronismo renovador.²²

Por su orientación ideológica y por la influencia que tuvieron en el alfonsinismo, es momento de abordar las vinculaciones entre el GN y el GE con el político y también las que tuvieron entre sí. Los hacedores de ambos grupos, Carlos Nino y Meyer Goodbar respectivamente, conocieron a Alfonsín durante la campaña electoral. El primero, a través de la Sociedad Argentina de Análisis Filosófico;²³ el segundo, por medio de Jorge Yuyo Roulet. A ambos les impresionó su *cálida personalidad* y les impactaron los conceptos que utilizaba y el que estuviera al tanto de los debates intelectuales de entonces, fundamentalmente, los que giraban en torno de la filosofía política.²⁴

Carlos Nino, formado en el Derecho, con un doctorado por la Universidad de Oxford y especialista en temas de Filosofía Política y de Filosofía del Derecho, estuvo ausente del país desde 1977 trabajando en universidades extranjeras, impactado por las violaciones de derechos humanos de la última dictadura. Para principios de 1982, a partir de la crisis del gobierno militar y ya de vuelta en Argentina, se comprometió con la actividad política y se afilió al radicalismo. Participó durante la campaña electoral del diseño de estrategias con las que se enfrentarían los abusos de los derechos humanos cometidos en el pasado.²⁵ Meyer Goodbar había estudiado Sociología y era empresario y asesor de empresarios. Colaboró en la etapa de campaña interesándose en el análisis de los elementos simbólicos que había detrás de la teoría de la comunicación, para lo cual viajó a París y contactó a quienes habían hecho la campaña presidencial de François Mitterand. Por pedido de Alfonsín, se abocó a formar un grupo de intelectuales que ayudara a pensar al futuro presidente.

Cuando Alfonsín ganó las elecciones el 30 de octubre de 1983, Carlos Nino y Meyer Goodbar empezaron a formar sus respectivos grupos. El primero, siendo asesor

presidencial entre 1983 y 1985, convocó a cuatro jóvenes estudiantes de Derecho que asistían a un seminario de Filosofía del Derecho que él dictaba en la UBA. Se trataba de Carlos Rosenkrantz, Gabriel Bouzat, Hernán Gullco y Agustín Zbar. Desde 1985, habiendo sido nombrado por Alfonsín coordinador del Consejo para la Consolidación de la Democracia, incorporó a otros alumnos destacados: Marcela Rodríguez, Mirna Goranski, Marcelo Alegre, Roberto de Michele, Miguel de Dios, Carlos Balbín, Roberto Gargarella, Alberto Fohrig y, desde 1987, a Martín Böhmer. Al grupo así formado se lo conoció con el nombre de *Nino´s Boys*, denominación que “vino del radicalismo, donde había desconfianza de aquellos que no venían del tronco partidario; supongo que por influencia de la filosofía anglosajona, por la formación de Nino en Oxford.”²⁶

Por su parte, Meyer Goodbar convocó a Daniel Lutzky, sociólogo y cientista político, que había estado trabajando en Francia, y a Margarita Graciano, especialista en Semiótica. Inicialmente se dedicaron a estudiar comportamientos sociales y a armar tipologías socio-políticas. Para 1984, el GE empezaba a pensar en cómo ayudar al discurso del presidente y se sumaban Pablo Giussani, periodista y comentarista político; Eduardo Issaharoff, médico psiquiatra que colaboraba desde la epistemología y convocaría a Fabián Bosoer, estudiante de Ciencias Políticas; Hugo Rapaport, que había estudiado Historia; Pedro Pasturenzi, que había estudiado Filosofía; Marcelo Cosin, publicista; Damián Tabarosky, estudiante de Letras; Eva y Laura Goodbar, estudiantes de Sociología; Emilio de Ipola y Juan Carlos Portantiero, sociólogos. La incorporación de los dos últimos dinamizó las tareas del grupo y permitió la realización de *un trabajo programático*.²⁷ Para 1986 se sumaron Sergio Bufano, periodista y editor, y para 1987, Claudia Hilb, socióloga y cientista política y Gabriel Kessler, sociólogo. El nombre de “Esmeralda” con el cual se conoce al grupo, viene por la oficina que Meyer Goodbar alquilaba en la calle Esmeralda donde se llevaban a cabo sus reuniones.

En síntesis, Carlos Nino y Meyer Goodbar conocieron a Alfonsín durante la etapa de campaña y fueron conformando sus respectivos grupos de intelectuales entre 1983 y 1987. Los miembros del GN y del GE tenían plena conciencia de identidad. Los primeros se sentían deslumbrados por la inteligencia, el respeto y la apertura de Nino. Fueron formados por él en una visión muy crítica de lo que era la enseñanza tradicional del Derecho. Nino les transmitió la pasión por la cosa pública y se convirtió en su referente. Estaban convencidos de que la experiencia de los años sesenta y setenta había demostrado que no se podían construir utopías sin acuerdos ni consensos. Al igual que Nino, estaban afiliados al radicalismo pero, con excepción de la etapa de campaña, tuvieron poca militancia partidaria. Adhirieron al proyecto liberal progresista de Nino, básicamente preocupado por los derechos humanos y por las reformas institucionales.²⁸

En cuanto al GE, si bien la composición de sus miembros era más heterogénea pues no todos provenían de una misma disciplina como sucedía con el GN, los unía el haberse formado en posturas de izquierda y, en su gran mayoría en las ciencias humanas; el hecho de que algunos hubieran estado en el exilio como Pablo Giussani en Italia, Emilio de Ipola en Francia y en México, Juan Carlos Portantiero y Sergio Bufano en México; el no estar afiliados al radicalismo sino haber optado por Alfonsín desde una posición de izquierda democrática. Al igual que los miembros del GN, también muchos

de ellos realizaron una crítica respecto de la experiencia de las décadas del sesenta y del setenta, especialmente en la forma de autocrítica de sus postulados de izquierda.²⁹

Es momento, entonces, de intentar comprender el liberalismo y el socialismo que defendían respectivamente y por qué confluyeron con el proyecto alfonsinista. En el primer caso, se trata de un liberalismo progresista, igualitario, que se apoya en pensadores liberales fuertemente igualitarios como Emanuel Kant y John S. Mill y en los más contemporáneos John Rawls y Ronald Dworkin. Es tributario de la tradición de izquierda del pensamiento norteamericano con la que Nino estaba muy vinculado por medio de la Universidad de Yale. El liberalismo igualitario combina los valores de la libertad y de la igualdad y promueve una distribución igualitaria de la libertad. Lejos de ser enemigo de los derechos sociales, considera que ellos son la extensión natural de los derechos individuales que descansan en los principios de autonomía, inviolabilidad y dignidad de la persona. Los individuos deben ser igualados con relación a las diferencias que emergen de las distintas circunstancias materiales. El liberalismo igualitario compromete al Estado con la provisión de ciertos bienes básicos, esenciales para que cada persona afirme su autonomía. Le preocupan las acciones y las omisiones del Estado.³⁰ Entiende la sociedad política como un sistema equitativo de cooperación social que supone entender a los ciudadanos como razonables y racionales, libres e iguales.³¹

El socialismo democrático defendido por el GE es resultado, por una parte, de la traumática experiencia pasada que condujo a la revalorización democrática y al desprestigio de las interpretaciones de los años sesenta y setenta; y por otra, de un cambio de paradigma a nivel internacional producto del nuevo rol de los medios de comunicación y de la técnica en política, de la compartimentación y especialización del saber en desmedro de las visiones totalizadoras y omnicomprensivas de los comportamientos sociales, junto a la disolución del componente antagónico y las contradicciones en la sociedad que los intelectuales de izquierda reconocían y explicaban en el pasado. El corte que las teorías transicionistas y las ciencias sociales establecieron entre autoritarismo y democracia y que Alfonsín asumió como parte integral de su programa al demonizar el pasado, convertía a éste en el límite de la identidad intelectual en democracia y se teñía de una fuerte autocrítica.³² Así, uno de los miembros del GE afirma: “fui descubriendo desde un socialismo radical el liberalismo y la democracia [...]. El mismo ímpetu y energía que puse en los setenta para la revolución, lo puse para la democracia liberal.”³³

La opción de ambos grupos por Alfonsín se explica, en parte, en que tenían una visión muy crítica respecto del pasado, así como también en que consideraban que era necesario construir un régimen democrático que fuera capaz de superar el autoritarismo y la profunda crisis de la Argentina. Coincidían, por tanto, con la visión de discontinuidad que tenía Alfonsín y con su proyecto de fundar una “nueva política”.

El GN, en su crítica hacia el pasado, observaba la incapacidad que había tenido el liberalismo argentino para incorporar los valores propios de la tradición democrática. Nino se alejaba del ideal positivista de neutralidad para afirmar que el Derecho es válido y obligatorio si es democrático y si cumple con ciertos derechos morales que derivan del principio de autonomía, pilar de toda posición liberal. El contexto socio-económico-

político y cultural argentino le planteó problemas jurídicos de evidentes connotaciones morales. Distinguía y criticaba cuatro *tendencias recurrentes* en el transcurso de la historia argentina en estrecha vinculación entre sí: el *dualismo ideológico*, el *corporativismo*, la *anomia* y la *concentración del poder*. En su opinión, ellas constituían defectos que habían contaminado la práctica constitucional y explicaban la reversión del desarrollo político y económico argentino.³⁴

El GN concebía, entonces, la transición a la democracia como un cambio institucional que debía modificar prácticas y hábitos de conducta, para lo cual sería necesario pensar en una reforma constitucional mediante la cual se implantara un sistema semi- presidencialista. El proyecto político alfonsinista como teoría y práctica de una “nueva política” confluyó con el proyecto liberal igualitario del GN. Por un lado, éste reforzaba la consideración que hacía Alfonsín de la acción política como reforma moral. Por otro, al oponerse al faccionalismo y al introducir en la identidad política el pluralismo y la aceptación de la alteridad, el proyecto alfonsinista coincidía con el del GN en la necesidad de una reforma de la Constitución a fin de revertir las cuatro constantes aludidas.

El GE advertía, al criticar al pasado, que en la Argentina la crisis social se manifestaba en la forma de una *sociedad casi anárquica*, afectada por una anomia política, donde el gobierno debía enfrentar obstáculos y bloqueos del mismo funcionamiento del sistema político y donde existía una proliferación de conflictos que intentaban resolverse por la violencia. Observaba que entre 1930 y 1983 se había agravado la crisis en el sistema de partidos por los paréntesis de intervención militar. Hacía hincapié en el profundo problema cultural de la sociedad argentina y caracterizaba a la crisis heredada como una fase final de un modo de regulación del capitalismo. Consideraba que para 1983 había una doble crisis de la transición en el país: la de un régimen político de gobierno y la de un régimen social de acumulación, que afectaba al conjunto complejo de las instituciones y de las prácticas que incidían en el proceso de acumulación del capital. Por esto, era necesario un *pacto democrático* que tuviera una dimensión ética a fin de que todos los sujetos sociales lo asumieran como propio. Su instrumentación suponía defender la *democracia participativa*, la *ética de la solidaridad* y la *modernización*.³⁵

Así, desde el socialismo democrático, el GE confluyó con el proyecto político alfonsinista que apuntaba a la formación de un amplio consenso que hiciera gobernable y transformable democráticamente al país en una sociedad que, hasta entonces y por razones estructurales y culturales, había devenido en facciosa y en promotora de salidas autoritarias. Esto suponía que, para realizar una transición efectiva a la democracia, debía llevarse a la práctica la idea de la unidad en la diversidad y hacer un esfuerzo para gestar un acuerdo y un compromiso nacionales. El GE percibió a Alfonsín como una figura nacional que trascendía al partido radical y que encarnaba la posibilidad de afirmar una república democrática.

En síntesis, el GN desde el liberalismo igualitario y el GE desde el socialismo democrático confluyeron con el alfonsinismo. Los años ochenta estuvieron hegemonizados por autores y temas de la filosofía política. De ahí que “... nuestra aprehensión de la vida democrática y republicana ha abrevado en la revalorización del

liberalismo político, en los debates sobre los derechos humanos, sobre la idea de representación y sobre la idea de justicia.³⁶ Existían, por tanto, varios elementos ideológicos coincidentes entre ambos grupos. Al abrirles un espacio en la esfera pública, Alfonsín evidenciaba estar al tanto de los debates intelectuales que existían y era coherente con su línea interna dentro del partido, el Movimiento de Renovación y Cambio, que concebía al radicalismo como abierto y como una fuerza convocante. Los tres actores eran conscientes de asistir a un momento fundante y, en aras de que le proveyeran herramientas para el diseño de una *nueva política*, Alfonsín pidió a ambos grupos colaboración.

Como ha sido indicado, tanto Carlos Nino como Meyer Goodbar iniciaron los contactos con Alfonsín desde la etapa de campaña. Sus tareas consistieron en pensar en las estrategias con las que se enfrentarían los abusos contra los derechos humanos cometidos en el pasado, y en analizar los elementos simbólicos que había detrás de la teoría de la comunicación, respectivamente. Entre 1983 y 1985, Nino ejerció el cargo de asesor de la presidencia; como tal, junto con su grupo, participó de la propuesta de definición de responsabilidades, defendió la justicia retroactiva, la invalidez de las normas de *facto*, los decretos 157 y 158 y el proyecto de reforma del Código de Justicia Militar. También elaboró una serie de leyes que serían aprobadas por el Congreso Nacional durante 1984. En esos mismos años, el GE empezó a funcionar en la oficina alquilada por Goodbar y se abocaba a su doble tarea de pensar en cómo ayudar al discurso del presidente y de monitorear los discursos políticos y armar tipologías socio-políticas. De la mano de Eduardo Issaharoff, el GE introducía la idea de informatizar el área de la presidencia.³⁷

Desde 1985, Nino coordinó el Consejo para la Consolidación de la Democracia cuyo proyecto principal sería el de reforma de la Constitución Nacional. Hacia fines de 1987, fue uno de los operadores de Alfonsín ante el peronismo para la instrumentación de esa reforma. Durante estos años, el GE colaboró en la elaboración del discurso alfonsinista y también llevó a cabo el análisis de los medios y de la opinión pública.

En las entrevistas realizadas a los miembros del GN y del GE se observan varias constantes: el reconocimiento a la apertura de Alfonsín; el agradecimiento a que no pretendiera un asesoramiento acrítico; las críticas que recibían de diversos sectores, incluso de la misma UCR; la existencia de cordiales relaciones entre ambos grupos basadas en el respeto mutuo que había entre ellos y el contacto directo que tenían Carlos Nino y Juan Carlos Portantiero. Tal cordialidad se fundaba en los elementos ideológicos que unían al liberalismo igualitario con el socialismo democrático. De hecho, a varias de las reuniones del *Club de Cultura Socialista*, del cual varios miembros del GE eran fundadores y que publicaba la revista *La Ciudad Futura*,³⁸ asistían algunos intelectuales del GE. Tal era el caso, por ejemplo, de Roberto Gargarella, quien también estudió sociología, se llevó muy bien con Portantiero y realizó en la librería *Gandhi* un curso sobre Gramsci con José Aricó.³⁹ El último no integraba el GE pero tenía fuertes lazos profesionales y de amistad con muchos de sus miembros.

Por tanto, no sorprende que cuando Alfonsín, en el momento más favorable de su presidencia, ya encaminada su preocupación inicial en orden a la revisión de la violación de los derechos humanos durante el Proceso, decidiera explicitar y llevar a la

práctica su proyecto político, apelara a ambos grupos. Tampoco sorprende que entonces el GN y el GE interactuaran y trabajaran algunos temas juntos. ¿Y en qué les pidió colaboración el presidente? En dos decisiones que tomaría en diciembre de 1985: la elaboración de un discurso en el cual enunciaría con claridad su proyecto político y la creación del Consejo para la Consolidación de la Democracia.

Ciertamente, en el año 1985 Alfonsín se encontraba en un plano ascendente: la transición democrática parecía avanzar triunfalmente y muchos aspectos justificaban tal optimismo: el resultado del plebiscito sobre el diferendo con Chile; la implementación del Plan Austral; el buen resultado para el partido gobernante de las primeras elecciones nacionales intermedias; el trasfondo de los juicios a los comandantes; el inicio del juicio militar contra la cúpula dirigente de la guerra de 1982; la renovación del peronismo con Antonio Cafiero como garante del sistema político vigente. En este contexto favorable, el 1 de diciembre de 1985, ante el Plenario del Comité Nacional de la UCR, Alfonsín pronunció el discurso titulado *Convocatoria para una Convergencia Democrática*, más conocido como *Discurso de Parque Norte* (DPN en adelante).

En su elaboración fue clave la participación del GE, especialmente de dos de sus miembros, Emilio de Ipola y Juan Carlos Portantiero. Alfonsín puso en evidencia en este discurso muchos de los temas que ambos intelectuales habían reflexionado en *Punto de Vista*.⁴⁰ Como síntesis de su contenido, puede decirse que el DPN realiza una fuerte crítica del pasado mediato e inmediato; que propone encarar una *tarea fundacional* en la cual, para convertir una *sociedad autoritaria* en una *sociedad democrática*, es necesario formular un “pacto social de garantías y de transformación” por el cual todos los actores se comprometan desde su autonomía; que basa *los caminos* para lograr el *pacto* en un “trípode fundamental: la democracia participativa, la modernización y la ética de la solidaridad”. Es decir, en la democracia entendida como procedimiento de un orden político y a la vez como espacio de transformación social que amplíe las estructuras participativas fijadas en la Constitución Nacional y contenga el pluralismo y la diversidad;⁴¹ en un “proyecto de modernización estructural” que encare la formación de una *sociedad flexible* y modernice la economía, las relaciones sociales y la gestión del Estado; en la *ética de la solidaridad* sustentada en “condiciones que aseguren la mayor justicia social posible” y resuelvan equitativamente las dificultades de los distintos sectores.⁴²

Si bien la participación del GE fue esencial en la redacción del DPN, como se ha indicado, el GN, que coincidía con los elementos ideológicos vertidos, también colaboró.⁴³ Fabián Bosoer, miembro del GE, era uno de los contactos que organizaba las reuniones entre ambos grupos. Varios integrantes del GN como Carlos Nino, Gabriel Bouzat, Roberto de Michele, entre otros, leyeron los borradores y realizaron agregados.⁴⁴ Por ejemplo, la crítica que realiza el DPN hacia el liberalismo conservador y la defensa de una *filosofía política* con una “clara dimensión moral”;⁴⁵ la referencia a la *tensión* planteada “entre libertad e igualdad”; “el hecho de reconocer a cada ciudadano como miembro con igual dignidad en el seno de la cooperación social”; la explicitación de que para contrarrestar la “distribución social e histórica desigual de riquezas, status, réditos”, el *pacto democrático* se base en la *ética de la solidaridad* para asegurar “la mayor justicia social posible.”⁴⁶

En el mejor momento de su presidencia y en el marco de su proyecto político estratégico, Alfonsín convocaba en el DPN a una convergencia política con la oposición a través del doble *pacto*, utilizando los aportes ideológicos de la “convergencia natural entre cierto tipo de liberalismo y cierto tipo de socialismo.”⁴⁷ Expresaba también su deseo de que el partido radical se flexibilizara, facilitara el surgimiento de nuevas ideas y actuara en función de las “demandas y urgencias del país”. Seguidamente, para instrumentar el *pacto* y la “modernización de las estructuras políticas, culturales y económicas”,⁴⁸ el 24 de diciembre de 1985 el presidente creó por decreto el Consejo para la Consolidación de la Democracia (CCD en adelante). Nombró a Carlos Nino coordinador del mismo, quien aceptó convencido de que la tarea de proponer reformas estructurales, promovería el cambio institucional que modificaría prácticas y hábitos de conducta.

La principal temática a la que se abocó el CCD por iniciativa de Alfonsín, fue al estudio de la posible reforma de la Constitución Nacional.⁴⁹ Para mediados de 1986, el organismo presentó al presidente un dictamen preliminar y para inicios de 1987, un segundo dictamen. Ambos documentos contienen el proyecto de reforma constitucional. La necesidad de la reforma se fundamentaba en que así como la Constitución de 1853 había sido el gran pacto sobre el que se formó la nación, al iniciarse un *nuevo período histórico* debía explicitarse un “gran pacto de garantías y transformación” que fuera el eje “para construir la Argentina moderna y solidaria.”⁵⁰

En síntesis, el proyecto proponía profundizar la Primera Parte de la Constitución y reformar la parte orgánica, evidenciando la influencia del pensamiento nineano al defender la adopción de un sistema semi-presidencialista a partir del nombramiento de un primer ministro designado por el presidente, quien a su vez fuera elegido por sufragio universal y directo según el sistema de doble vuelta y durara cuatro años en su cargo, pudiendo ser reelegible sucesivamente una sola vez.⁵¹ El CCD aconsejó, entonces, a Alfonsín “poner en marcha los mecanismos institucionales que prevé el artículo 30 de la Constitución Nacional.”⁵²

El GE coincidió en la necesidad y en el contenido de este proyecto de reforma. En este sentido, Juan Carlos Portantiero opinaba que facilitaría “el pasaje de las formas del Estado Liberal de Derecho al Estado Democrático Social de Derecho”; que favorecería “la reforma democrática del estado; esto es, el aumento de la ingerencia de la sociedad [...] en la trama política”; que “implicaría un cambio positivo para nuestros hábitos políticos.”⁵³

Sin embargo, ni la convergencia política con la oposición,⁵⁴ ni el deseo de la flexibilización del propio partido enunciados en el DPN, ni el proyecto de reforma política propuesto por el CCD prosperaron. Para 1987 Alfonsín había perdido el apoyo de la civilidad y en las elecciones nacionales de ese año, la UCR quebraba su predominio en la Cámara de Diputados y era relegada en casi todas las provincias. Ya en diciembre de 1986 la situación empezó a cambiar para la concreción del proyecto alfonsinista cuando el presidente envió al Congreso el proyecto de ley de *Punto Final* que se sancionó como ley 23.492 y contribuyó al desprestigio del presidente. Tanto el GE como el GN fueron muy críticos respecto de esta ley y del manejo de la información

que hizo el gobierno, cuya consecuencia fue hacer pensar que se buscaba evitar confrontar con el pasado.⁵⁵

Entre tanto, los síntomas de debilidad que aquejaban al gobierno se fueron profundizando durante el transcurso de 1987, a lo cual se sumaría la *crisis de Semana Santa*. Si bien la sociedad civil se mostró entonces decidida a superar la cultura golpista, la sublevación militar contribuyó a la pérdida de autoridad del presidente, lo cual se agudizó con la sanción de la ley de Obediencia Debida (23.521),⁵⁶ que pretendió dar solución a la extendida acción judicial desbocada por la ley de *Punto Final*. Nuevamente el GE fue crítico respecto de esta ley; Nino, si bien había presentado a Alfonsín una alternativa a la misma basada en la disponibilidad de la acción penal, comprendía la decisión de Alfonsín pues no estaba en contradicción con su opinión acerca del castigo como garantía del orden social hacia el futuro.

A esta situación política y al creciente deterioro del gobierno, se agregarían dos crisis militares durante el año 1988 y el ataque de ex miembros del Ejército Revolucionario del Pueblo al regimiento de La Tablada en enero de 1989. El panorama también se agravaría desde el punto de vista económico: hacia mediados de enero de 1989, el Banco Mundial comunicó que no desembolsaría los créditos que había prometido a la Argentina. Esta noticia se filtró a la prensa. Se inició la corrida contra el austral. El 31 de marzo Sourrouille renunció al ministerio de Economía. La profunda crisis cambiaría culminaría con la hiperinflación y el presidente adelantaría la entrega del mando.

En síntesis, el GN y el GE venían colaborando con Alfonsín a partir de la etapa de campaña desde sus postulados socialistas democráticos y liberales igualitarios respectivamente, en aras del diseño de una *nueva política* en la Argentina. Pero en tal colaboración fueron advirtiendo cómo los problemas y las cuestiones de la realidad ofrecían resistencia a sus principios y cómo el presidente no pudo y no supo concretar completamente su proyecto.

Conclusión

En el marco de una transición democrática “formalmente incondicionada” al no existir pactos ni restricciones expresas del poder autoritario y a la vez “fuertemente condicionada” por el legado negativo de ese mismo poder,⁵⁷ Alfonsín intentaba fundar y diseñar una *nueva política*. Para ello buscó el apoyo de ideas progresistas del GN y del GE que no encontraba en su propio partido. Ellos le brindaron colaboración aún cuando en decisiones coyunturales disintieran con el político.

Los tres actores, para convergir, tuvieron que realizar un replanteo profundo: Alfonsín era consciente de que su partido no había sabido advertir la naturaleza de los cambios producidos en la sociedad; el GN proponía un liberalismo igualitario en oposición al conservador y positivista; el GE defendía la democracia desde una revisión de sus categorías de izquierda. Coincidían en que era necesario dejar atrás la política basada en confrontaciones estériles y en el predominio de una minoría autoritaria que pudiera atentar contra el disenso y la libertad. Coincidían también en la formulación de una *nueva política* que restaurara la democracia y encarara los cambios profundos que reclamaba la crisis que enfrentaba la Argentina en 1983. Estaban convencidos de que

eran protagonistas de una etapa fundacional en la que sería posible sentar las bases de una nueva cultura política.

En un clima de diálogo que no era unidireccional, Alfonsín recibió del GE nuevos insumos y volvió más rico su discurso e inició en la Argentina la tarea de encuestas. Recibió del GN herramientas con las que pudo diseñar estrategias en orden a la persecución judicial de las violaciones de derechos humanos cometidas durante el Proceso y a la instauración de un sistema democrático sólido y perdurable. En su apuesta por Alfonsín, la vinculación entre ambos grupos fue cordial y fluída; existía entre ellos una corriente de mutua simpatía basada en la convergencia progresista de ideas que provenían de “las mejores tradiciones socialistas y de la mejor tradición liberal”.⁵⁸

Si bien la idea de un pacto democrático no fracasó desde el momento en que quedó implantada en la conciencia popular la defensa de la democracia, el anhelo de que la vieja política quedara atrás por medio de un pacto programático, entró en tensión con el poder de presión y veto de las corporaciones y con un proceso de reconfiguración de las identidades políticas y sociales, principalmente en el partido Justicialista y en el propio partido Radical en “tiempos y ritmos desacompañados”,⁵⁹ a lo que se sumaban los errores del propio gobierno.

A medida que ofrecían su asesoramiento, estando tan cerca del poder, los intelectuales del GN y del GE percibían cuántas eran las dificultades para plasmar la *nueva política* a la que tanto aspiraban. Reflexionar en torno de la influencia del liberalismo y del socialismo en el alfonsinismo permite poner en evidencia la tensión entre pensamiento y acción que atraviesa el compromiso político de los intelectuales, tensión que se manifestó estrechamente vinculada con la que existió en la administración alfonsinista entre las expectativas y las restricciones políticas, sociales, económicas y culturales que objetivamente debían ser enfrentadas.

Notas e referências

- ¹ Antonio CAMOU, “Los consejeros del príncipe”, *Revista Nueva Sociedad. Saber técnico y saber político*, Caracas, Texto, 1997, pp. 54-67.
- ² Gisèle SAPIRO, “Modelos de intervención política de los intelectuales. El caso francés”, *Prismas. Revista de Historia intelectual*, Buenos Aires, s.ed., 2011, p. 129.
- ³ En 1977, por ejemplo, fue uno de los firmantes de una presentación de esa entidad al general Videla para esclarecer la situación de las personas desaparecidas.
- ⁴ Solari Yrigoyen se exilió en Venezuela y luego en París. Gracias a las redes que allí construyó, organizó las giras de Alfonsín en Europa en los ochenta. Véase Marina FRANCO, *El exilio. Argentinos en Francia durante la dictadura*, Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2008, p. 264.
- ⁵ Virginia PERSELLO, *Historia del radicalismo*, Buenos Aires, Edhasa, 2007, p. 269.
- ⁶ Fernando PEDROSA, *La otra izquierda. La socialdemocracia en América Latina*, Buenos Aires, Edhasa, 2007, p. 275. Esta misión fue recibida oficialmente y mantuvo también reuniones con miembros de la Multipartidaria y de la Asamblea Permanente de los Derechos Humanos y con distintos sectores del socialismo. Acompañó a las Madres en una de sus habituales rondas en Plaza de Mayo.
- ⁷ Aboy Carlés se sirve de esta categoría para explicar que se establece una escisión temporal que contrasta dos situaciones diferentes. En este sentido, el alfonsinismo se planteaba como contracara de la dictadura y como aspiración a concluir un ciclo más largo. Analiza también las ambigüedades del alfonsinismo: la lucha por acabar con el recurrente hegemonismo de la política argentina, adquiría a veces ella misma la forma de constitución de una identidad hegemónica, dado que el presidente nunca descalificó la concepción de

- “tercer movimiento histórico”. Véase Gerardo Aboy CARLÉS, *Las dos fronteras de la democracia argentina. La reformulación de las identidades políticas de Alfonsín a Menem*, Rosario, Homo Sapiens, 2001. Además, se puede agregar que en varias ocasiones, Alfonsín no buscó el consenso.
- ⁸ Raúl ALFONSÍN, *La cuestión argentina*, Buenos Aires, Propuesta Argentina, 1981, p. 185.
- ⁹ Gerardo Aboy CARLÉS. *Las dos fronteras...*, cit., pp. 257-258.
- ¹⁰ Hugo VEZZETTI, *Pasado y presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*, Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2009, p. 132.
- ¹¹ María Inés González BOMBAL, “1983: El entusiasmo democrático”, *Ágora*, Buenos Aires, n° 7, 1997.
- ¹² Catalina SMULOVITZ, “Prefacio: La ilusión del momento fundante”, Roberto GARGARELLA, María Victoria MURILLO y Mario PECHENY (comps), *Discutir Alfonsín*, Buenos Aires, Siglo XXI, 2010, p. 10.
- ¹³ Vicente PALERMO, “La vida política”, Jorge GELMAN (dir.) y Mariano Ben PLOTKIN (coord.), *Argentina. La búsqueda de la democracia*, Madrid, Fundación MAPFRE, 2012, p. 71.
- ¹⁴ Raúl ALFONSÍN, *Fundamentos de la República democrática. Curso de Teoría del Estado*, Buenos Aires, Eudeba, 2006, pp. 76-77.
- ¹⁵ Hugo VEZZETTI, *Pasado y presente...*, cit., pp. 132-133.
- ¹⁶ Entrevista con Raúl Alfonsín, 26 de mayo de 2000.
- ¹⁷ Mariano Ben PLOTKIN, “La cultura”, Jorge GELMAN (dir.) y Mariano Ben PLOTKIN (coord.), *Argentina. La búsqueda...*, cit., p. 308.
- ¹⁸ Roulet estaría a cargo de la Secretaría de la Función Pública de la Presidencia de la Nación.
- ¹⁹ Caputo ejercería el Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de la Nación.
- ²⁰ Delich sería nombrado Rector de la Universidad de Buenos Aires y luego Secretario de Educación de la Nación.
- ²¹ Terragno desempeñaría el Ministerio de Obras y Servicios Públicos de la Nación desde 1987.
- ²² Martina GARATEGARAY, “Intelectuales en democracia: los casos de Unidos y Punto de Vista”, *XIII Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia*, Catamarca, 2011, p.16.
- ²³ Esta Sociedad (SADAF) surgió en plena dictadura como un lugar de pensamiento en contra de la censura; era presidida por Eduardo Rabossi, quien integraría la CONADEP y luego sería designado por Alfonsín Subsecretario de Derechos Humanos del Ministerio del Interior.
- ²⁴ Entrevistas con Rabossi, 4 de junio de 2003 y con Goodbar, 1 de julio de 2003.
- ²⁵ Cristina BASOMBRÍO, “Intelectuales y poder: la influencia de Carlos Nino en la presidencia de Alfonsín”, *Temas de Historia Argentina y Americana*, Buenos Aires, UCA, 2008, pp. 21 y 25.
- ²⁶ Entrevista con Marcelo Alegre, 22 de julio de 2003.
- ²⁷ Entrevista con Meyer Goodbar, 1 de julio de 2003.
- ²⁸ Cristina BASOMBRÍO, “Intelectuales y poder...”, cit., pp. 25 y 40.
- ²⁹ Cristina BASOMBRÍO, “Los intelectuales del Grupo Esmeralda y Alfonsín”. Tesis de Licenciatura en Historia, Caseros, Universidad Naciobal de Tres de Febrero, 2002, pp. 3-6.
- ³⁰ Roberto GARGARELLA, *Las teorías de la justicia después de Rawls*, Barcelona, Paidós, 2010, p. 184.
- ³¹ Jürgen HABERMAS y John RAWLS, *Debate sobre el liberalismo político*, Barcelona, Paidós, 2010, p. 79.
- ³² Martina GARATEGARAY, “Intelectuales en democracia...”, cit., pp. 8 y 18.
- ³³ Entrevista con Sergio Bufano, 15 de mayo de 2012.
- ³⁴ Carlos S. NINO, *Juicio al mal absoluto. Los fundamentos y la historia del juicio a las Juntas del proceso*, Buenos Aires, Emecé, 1997, pp. 80-88.
- ³⁵ Emilio de IPOLA y Juan Carlos PORTANTIERO, “Crisis política y pacto democrático”, *Punto de Vista*, Buenos Aires, 1984, pp. 13-20; Cristina BASOMBRÍO, “Los intelectuales del...”, cit., pp. 5-7 y 9.
- ³⁶ Emilio de IPOLA (coord.), *El eterno retorno. Acción y sistema en la teoría social contemporánea*, Buenos Aires, Biblos, 2004, p. 23.
- ³⁷ Este intelectual se contactó con la empresa IBM y así se crearía el CUPED (Centro Único de Procesamiento de Datos), primera red informática de presidencia. Entrevista con Eduardo Issaharoff, 29 de abril de 2013; Héctor PAVÓN, *Los intelectuales y la política en la Argentina*, Buenos Aires, Debate, 2012, pp. 105-106.
- ³⁸ Martina GARATEGARAY, “Intelectuales en democracia...”, cit., p. 5.
- ³⁹ Entrevista con Roberto Gargarella, 4 de mayo de 2012.
- ⁴⁰ Emilio de IPOLA y Juan Carlos PORTANTIERO, “Crisis política y...”, cit., pp. 13-20.
- ⁴¹ Nino coincidía con esta concepción de democracia pero prefería hablar de “democracia deliberativa”, a la que consideraba el sistema más adecuado para alcanzar la imparcialidad de las decisiones políticas, al

-
- permitir el debate público mediante el cual, los potencialmente afectados por ellas, opinan y arguyen sobre la racionalidad de las medidas a adoptar.
- ⁴² “Discurso de Parque Norte”, en Carlos GIACOBONE y Edith GALLO, *Radicalismo, un siglo al servicio de la patria*, Buenos Aires, Biblioteca, Archivo Histórico y Centro de Documentación de la Unión Cívica Radical, 1991, pp. 441-481.
- ⁴³ Juan Carlos Torre, integrante del equipo de Juan V. Sourrouille, sociólogo y amigo de Emilio de Ipola y Juan Carlos Portantiero, también participó, sobre todo en los conceptos referentes a la modernización del estado. En el DPN puede, además, observarse cierta influencia del pensamiento cristiano, que no llegaba a Alfonsín a través del GE ni del GN.
- ⁴⁴ Entrevistas con Gabriel Bouzat, 27 de noviembre de 2012 y con Roberto de Michele, 28 de noviembre de 2012.
- ⁴⁵ “Discurso de Parque...”, cit., p. 459.
- ⁴⁶ *Ibid.*, pp. 460-461.
- ⁴⁷ Entrevista con Gargarella, 4 de mayo de 2012.
- ⁴⁸ *Reforma Constitucional, Dictamen preliminar del Consejo para la Consolidación de la Democracia*, Buenos Aires, Audeba, 1986, p. 7.
- ⁴⁹ También presentó a Alfonsín los proyectos de reformas del Código procesal penal, de la ley universitaria, del Banco Central y de la ley de radiodifusión.
- ⁵⁰ *Reforma Constitucional. Dictamen preliminar del...*, cit., pp. 23-29.
- ⁵¹ Cristina BASOMBRÍO. “Intelectuales y poder...”, cit., pp. 43-46.
- ⁵² *Reforma Constitucional. Dictamen preliminar del...*, cit., p. 30.
- ⁵³ *Reforma Constitucional, Segundo Dictamen del Consejo para la Consolidación de la Democracia*, Buenos Aires, Eudeba, 1987, pp. 217-218.
- ⁵⁴ Esta convergencia solamente se efectivizó en una coalición de fuerzas conservadoras provinciales y el radicalismo para las elecciones legislativas y provinciales de 1987.
- ⁵⁵ Carlos S. NINO. *Juicio al mal...*, cit., pp. 148-149; entrevistas con Carlos Rosenkrantz, 27 de agosto de 2003 y con Emilio de Ipola, 6 de abril y 13 de junio de 2000.
- ⁵⁶ Creaba una presunción irrefutable de que los oficiales, jefes subordinados, suboficiales y la tropa de las fuerzas armadas de seguridad y penitenciarias habían actuado bajo órdenes y por lo tanto no podían ser castigados. La misma presunción se extendía a los oficiales superiores, generales y coroneles que no habían actuado como jefes de zona o de fuerzas armadas de seguridad y penitenciarias. La presunción no se aplicaba a delitos de violación, secuestro, apropiación de niños y robo. *Anales de Legislación Argentina*, Tomo XLVII-B, Buenos Aires, La Ley, 1987, p. 1.549.
- ⁵⁷ Marcos NOVARO, *Historia de la Argentina Contemporánea. De Perón a Kirchner*, Buenos Aires, Edhasa, 2006, pp. 153-154.
- ⁵⁸ Entrevista con Marcelo Alegre, 22 de julio de 2003.
- ⁵⁹ Roberto GARGARELLA, María Victoria MURILLO y Mario PECHENY (comps), *Discutir Alfonsín...*, cit., pp. 19-20.

Sérgio em Berlim: futurismo no desterro

Marcelo Neder Cerqueira¹

1

Este artigo se propõe a compreender a formação do pensamento social de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) a partir de sua estadia em Berlim (1929-1930). Destaca-se a experiência de contraste e estranhamento vivenciada pelo historiador latino-americano em dois aspectos básicos: (1) por um lado, uma Alemanha protestante, luterana, favorecendo a compreensão da permanência e da longa duração das raízes ibéricas (e do catolicismo) na formação social brasileira; (2) por outro lado, uma Alemanha em crise, que assistia a ascensão do nazi-fascismo, expondo a *barbárie* e o irracionalismo no seio do *progresso* da civilização ocidental, possibilitando uma visão crítica aos processos modernizantes conservadores em vigor na conjuntura política internacional. Ambas as experiências de contraste e estranhamento, vivenciadas na relação de alteridade e no *desterro* intelectual de Sérgio Buarque de Holanda em sua estadia em Berlim, se apresentam como fundamentais para o desenvolvimento de suas análises sociais e políticas, que buscam compreender as particularidades históricas da formação social brasileira e seus dilemas face o avanço das transformações burguesas na passagem à modernidade.¹

Estudar o pensamento social de Sérgio Buarque de Holanda a partir de sua experiência em Berlim, todavia, significa também buscar as origens, as afinidades e tensões (as semelhanças e diferenças) do autor com o modernismo – não só com o modernismo brasileiro, mas também, de forma mais ampla, com as vanguardas modernas europeias, latino-americanas e norte-americanas, inclusive. Para tanto, destacam-se os novos paradigmas metodológicos e epistemológicos desenvolvidos pelo autor em suas pesquisas, como também, a íntima relação destes novos paradigmas com os conflitos políticos mais agudos de seu tempo, considerando o contexto amplo de crise do liberalismo e do paradigma clássico de modernidade encampado pelo Iluminismo.

* Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF).

Para compreender esta conjuntura histórica de crise política e grande transformação social devemos considerar, preliminarmente, os seguintes aspectos gerais correlacionados que se articulam na virada do século XIX para o XX e nas primeiras décadas do século XX: (1) a magnitude da destruição causada pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918); (2) a crise econômica de 1929, no epicentro do capital, com a quebra da bolsa de valores em Nova Iorque; (3) a ascensão de diferentes movimentos fascistas e nacionalistas pelo mundo e certo fundamentalismo das ideologias religiosas a seduzir os corações e mentes das massas descontentes; (4) o avanço e a velocidade das transformações modernas, da urbanização e da industrialização, com as novas tecnologias, o avanço da racionalidade instrumental moderna, a crescente burocratização do Estado e o crescimento das cidades – avanço este que já desde a segunda metade do século XIX vinha implicando grandes transformações nas formas tradicionais de socialização, produzindo uma violenta experiência de desenraizamento do sujeito; (5) a força das ideologias racistas, etnocêntricas e eurocêntricas, presente inclusive nos discursos científicos da época, justificando práticas colonizadoras e civilizatórias, estando presente também nas disputas imperialistas entre os centros hegemônicos de poder (considerando não apenas as relações centro-periferia características de uma relação metrópole-colônia, como também as relações centro-periferia características da formação de elites políticas com mentalidades colonizadas e eurocêntricas); (6) o avanço da Revolução Russa (1917), que no contexto de crise econômica e política se oferecia de forma ainda mais eloquente como alternativa ao sistema capitalista; (7) a crise da racionalidade iluminista, da ideia clássica do indivíduo racional, autocontrolado e senhor de si, e o surgimento de novos paradigmas epistemológicos que levassem em conta a subjetividade e os afetos (a paixão e a desrazão) na análise dos fenômenos históricos e políticos.

As revoluções teóricas e epistemológicas no campo das ciências, e também no campo da literatura e das artes, de um modo mais amplo, identificadas em diferentes movimentos intelectuais de vanguarda, não podem ser compreendidas sem considerar esta conjuntura mais ampla de profunda crise social e política. Os movimentos modernos de vanguarda, considerando suas diversas expressões, se configuraram como um espaço de ressonância / circulação de experiências estético-expressivas alternativas à predominância do racionalismo iluminista então em crise. As diferentes expressões de primitivismo – o interesse pelo humano na sua expressão pulsional e sensitiva, a busca do elemento metamórfico, fragmentário e transformador que mobiliza as relações humanas – devem ser compreendidas neste marco de negação ao paradigma racionalista do Iluminismo engendrado no avanço das transformações modernas. Da mesma forma, o desenvolvimento do conceito de cultura na análise dos fenômenos históricos e sociais – presente nas inovações teórico-metodológicas de diferentes escolas de pensamento – assim como, a importância da subjetividade e dos estudos sobre o inconsciente; dos diferentes estudos sobre ideologia, memória, estética e literatura; da teoria da relatividade no campo da física; na valorização da experiência e das relações sociais

iminentes na prática analítica social; todas estas inovações devem ser compreendidas neste marco de crise e crítica ao paradigma racionalista moderno.

Seria impossível, todavia, compreender como uma conjuntura de crise (e também de grandes mudanças sociais) pode favorecer a inovação e a experimentação de diferentes práticas políticas e culturais sem levar em conta a forma ambígua, heterogênea e muitas vezes contraditória como estas se manifestam. De fato, podemos encontrar dentro do mesmo movimento de negação ao paradigma racionalista do iluminismo respostas das mais variadas, que se entrecruzam com diferentes interesses políticos, muitas vezes, contraditórios entre si, alguns desses comprometidos com movimentos religiosos ou nacionalistas de corte conservador. Manipulando a crítica ao paradigma racionalista como defesa do misticismo e do irracionalismo, estes movimentos mais conservadores conduziram fantasias religiosas e nacionais ao plano político. Assim, diferentes intelectuais identificados com o campo modernista foram também arrastados pela corrente de irracionalismo e romantismo conservador que tomou as massas descontentes em princípios do século XX.

Para as regiões periféricas ao centro de poder do capital, este fenômeno tornou-se particularmente evidente pela identificação do liberalismo (e do racionalismo iluminista relacionado) com a dominação estrangeira (mormente a Inglaterra e os EUA, que exerciam maior hegemonia). Em uma conjuntura de crise do liberalismo, motivada pela violenta disputa entre as potências imperialistas e pela velocidade exponencial e desigual das transformações modernas, a crítica ao racionalismo iluminista sofreu considerável atração por respostas neoabsolutistas, autoritárias, antiliberais e antidemocráticas que exigiam maior controle do Estado na organização da sociedade. De forma análoga, a crítica à dominação racional-legal, identificada com o liberalismo, confundiu-se muitas vezes na luta direta contra o individualismo, denunciando o entusiasmo egoísta da cultura política burguesa – a avareza, a ganância, a competitividade, o pragmatismo e o utilitarismo da sociedade liberal –, paixões facilmente manipuláveis que articularam a formação de um discurso crítico ao liberalismo. Na América Latina, esta conjuntura de crise do liberalismo favoreceu um amplo movimento de reação católica e neotomismo que pensava a identidade nacional a partir da herança – das raízes – da cultura política ibérica fundada no cristianismo. O tomismo contrastou com o liberalismo a partir da crítica ao individualismo e foi consolidando sua retomada no Brasil desde o começo da década de vinte. A fundação do Centro Dom Vital, em 1922, voltada para a formação de uma intelectualidade católica atuante na sociedade deve ser vista como um marco desta retomada. Devemos ter em mente, assim, como discutiremos posteriormente, a dimensão histórica dos conflitos políticos que atravessam a virada do século XIX para o XX, no Brasil, especificamente, tomando o contexto de Abolição da Escravidão (1888) e Proclamação da República (1889). Por ora, cabe ressaltar que a crítica ao individualismo vinda do campo católico foi também diversa e heterogênea: por um lado, esta se aproximou do solidarismo católico, que posteriormente caminhou em direção aos movimentos sociais de trabalhadores e ligas camponesas, criando as condições necessárias para o

desenvolvimento da Teologia da Libertação; por outro lado, de tendência conservadora e regressista, a crítica ao individualismo e ao utilitarismo liberal refletiu os interesses e sentimentos políticos mais conservadores da sociedade envolvidos em movimentos de inspiração fascista, tais como o Integralismo, que tiveram considerável força naquela conjuntura.² Confundindo a negação do *liberalismo importado* com negação do processo de democratização encampado pelas ideias republicanas liberais mais radicais, a atração antiliberal e antidemocrática tornou-se evidente nos países de industrialização tardia, excluídos do processo de hegemonização político-econômica do capital.³

Para não fazer tábula rasa da diversidade de expressões vanguardistas, identificadas na crítica à sociedade moderna, porém muitas vezes relacionadas a afetos conservadores e retrógrados veiculados na cultura política religiosa, não podemos deixar de buscar a diversidade e variações de respostas políticas oferecidas em cada caso especificamente. Nesse sentido, o nacionalismo, por exemplo – uma das questões fundamentais em disputa nesta conjuntura –, deve ser compreendido como nacionalismos, no plural, no intuito de garantir a heterogeneidade de respostas políticas nacionalistas motivadas no momento. O mesmo recurso analítico deve ser utilizado quando pensamos outros conceitos mobilizados neste contexto, tais como *identidade*, *raça*, *miscigenação*, por exemplo. Todavia, a ambiguidade e contradição continuam presentes no pensamento de muitos autores. Em muitos casos, alguns desses intelectuais vanguardistas se aproximaram do fundamentalismo religioso e das ideologias racistas e eugênicas em voga – como aconteceu com Gilberto Freyre e, em menor grau, com o próprio Sérgio Buarque de Holanda –, mesmo quando suas ideias apontavam, ao mesmo tempo, ou pelo menos em alguns aspectos, para um sentido inverso. Devemos, assim, compreender a dimensão da ruptura promovida por esses intelectuais, de acordo com os interesses que conduzem suas interpretações, a recepção e a circulação de suas ideias, situando os limites impostos pela conjuntura e pelas lutas políticas de seu tempo.

Sem perder estas ressalvas apontadas – e isso nos parece especialmente importante destacar –, devemos estar atentos para a sensibilidade particular do olhar modernista em identificar a experiência de falta ou perda de sentido (a aparente morte de Deus) constitutiva da experiência moderna – sentimento de perda este intimamente relacionado ao avanço e à velocidade das transformações burguesas. Destaca-se, neste ponto, o processo de legitimação e dominação da racionalidade instrumental moderna que passa a substituir as formas tradicionais de organização e dominação social. Neste ponto, também podemos identificar no campo modernista a atração por certa tendência nostálgica por um passado idealizado, acompanhada geralmente por uma crítica muito contundente ao processo de reificação (*coisificação*) das relações humanas, característica marcante da sociedade industrial que pensa o humano a partir da máquina. Acometidos pelo *mal-estar da modernidade* (atormentados pela *morte de Deus*), não foram poucos intelectuais identificados no campo modernista que saíram em “busca do tempo perdido”, para referir-se à expressão cunhada por Marcel Proust. A busca pelo *tempo perdido*, no âmbito político e histórico, romantiza as relações de solidariedade comunais e tradicionais – estudadas pela sociologia de Émile Durkheim, por exemplo,

como um negativo das sociedades modernas, ditas então como *complexas* (o procedimento clássico da sociologia moderna, fundada na dualidade entre sociedades *primitivas* e *complexas*). A partir de uma abordagem mais conservadora, esta busca nostálgica, profundamente romântica, sustentou as fantasias étnico-nacionais, mitificando as narrativas históricas e as identidades culturais que sustentaram o sentimento de pertencimento a uma ordem nacional ou unidade social. No caso da Alemanha, por exemplo, que Sérgio Buarque de Holanda acompanhou de perto em sua estadia em Berlim, o movimento nacionalista alemão (o nazi-fascismo) sustentou seus mitos de origem a partir das fantasias étnico-nacionais cristãs (luteranas) pangermanistas e antisemitas, que bebiam na fonte das ligas estudantis wagnerianas do final do século XIX, de considerável influência em todo mundo germânico.⁴

O campo crítico do modernismo, em um sentido contraditoriamente inverso, soube fazer da própria experiência de falta de sentido e mal-estar moderno – da própria experiência trágica de sofrimento humano – matéria de suas vidas e reflexões. Ao contrário de buscarmos o que aparentemente se perdeu (a essência, o sentido, Deus ou qualquer ideia de unidade e estabilidade), debruçaram-se sobre o caráter imanente, transformador, instável e fragmentário da vida, produzindo uma grande variedade de expressões culturais e práticas políticas alternativas que tencionavam as estruturas lógicas do poder hegemônico. O campo crítico do modernismo compreendeu que *sentido, identidade, nacionalidade, indivíduo* ou *unidade* são conceitos construídos a partir das próprias relações humanas, não sendo, portanto, naturais, nem preconcebidos por nenhuma dimensão metafísica a priori. Nesse sentido, o campo crítico do modernismo soube enxergar o Deus que se escondia por detrás do paradigma racionalista; soube enxergar os processos não menos místicos de dominação que conduzem os sistemas ideológicos de crença característicos da racionalidade instrumental moderna, do capital, do estado moderno e sua estrutura jurídica e política. Numa análise mais sutil, este campo crítico, percebeu os perigos da atração religiosa conservadora com relativa autonomia, sem perder a crítica ao paradigma racionalista. O entrecruzamento de interesses contrastantes favoreceu a sensibilidade para se pensar algumas questões fundamentais constitutivas da passagem à modernidade que, todavia, mantinham-se intocadas na penumbra do Iluminismo. Neste diapasão, uma tradição de pensamento heterogênea refletiu de forma inovadora sobre a relação entre as revoluções burguesas e as reformas protestantes, por exemplo, interpretando a reação católica numa chave de leitura alternativa às formulações tipicamente iluministas, que conduziam a análise para o recalque da presença teológico-política na economia política clássica e na estrutura jurídico-política moderna.

Sérgio Buarque de Holanda, assim como outros intelectuais e artistas vanguardistas impelidos em meio à linha de fogo destes interesses contraditórios, também identificou o choque de culturas políticas e religiosas contrastantes atravessando o avanço das transformações burguesas. Neste sentido, podemos identificar uma série de negativas críticas presentes neste campo que serão valorizadas a partir de nossa interpretação. Ao invés de mergulhar no sentimento generalizado de desencanto que arrastou muitos

intelectuais identificados na abordagem vanguardista para o irracionalismo político característico do romantismo conservador, o campo crítico do modernismo, se assim pudermos tipificar, percebeu as transformações modernas através de uma dialética entre encanto e desencanto. No caso brasileiro, este campo crítico encarou o desafio de tentar combinar a crítica ao liberalismo importado sem mergulhar na torrente de nacionalismo essencialista, de iberismo e catolicismo; questionar os problemas sociais e políticos do mundo moderno sem dar brecha para certo saudosismo escravagista e colonial; criticar a presença das raízes ibéricas sem cair no fascínio do mundo utilitário anglo-saxão; questionar a ideia colonizada de *atraso* mantendo a crítica aos males do *progresso*; criticar o individualismo da sociedade burguesa sem se deixar manipular por completo pela reação neotomista conservadora; valorizar as relações de solidariedade e familiaridade holísticas, constitutivas da cultura política ibero-americana, sem abrir mão da concepção iluminista sobre os direitos individuais universais; criticar a violência das transformações burguesas sem defender as violências das relações sociais de favor semifeudais, aristocráticas, coloniais ou imperiais que vigoravam nas relações familiares patriarcais e na estrutura altamente hierarquizada da sociedade escravocrata (senão justamente o contrário, observando certa continuidade existente entre ambos os processos de dominação que simplesmente se rearranjavam na passagem à modernidade). Tal era o desafio que impelia os intelectuais identificados no campo crítico do modernismo a uma posição de constante instabilidade e ambiguidade.

Esta ambiguidade garante, entretanto, certo elemento crítico que não se deixa aprisionar em uma leitura estanque. O pensamento de Sérgio Buarque, como sugere Silviano Santiago⁵ movimenta-se como um pêndulo. A narrativa ensaística, característica de diversas de suas obras, como *Raízes do Brasil* (1936)⁶, por exemplo, amplifica esse efeito; faz das ambiguidades e contradições matéria de muitos *insights* que conduzem sua interpretação, deixando o texto em aberto. O texto ganha certa vida própria. Ler Sérgio Buarque de forma crítica e atual é compreender a dialética do esclarecimento específica entre *o que o autor viu* e quando ele *acertou no que não viu*. Todavia, é preciso ainda frisar: estas diferenças, contrastes, ambiguidades e variações observadas na diversidade de abordagens modernistas não devem ser compreendidas somente a partir de escolhas intelectuais específicas, mas, antes, a partir de disputas políticas mais complexas, que extravasam os limites conscientes do próprio indivíduo, condicionando suas escolhas e a maneira como suas ideias são recepcionadas. O estudo do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda nos impele a interpretar, para parafrasear o próprio Sérgio, a relação inseparável entre *o homem que pensa* e *o homem que sente*. Desta forma, pensamos ser possível compreender a forma particular como o autor desenvolve uma perspectiva crítica ao mesmo tempo comprometida com a denúncia da permanência e da longa duração dos afetos religiosos e coloniais, assim como, sensível às contradições da sociedade industrial moderna.

2

Walter Benjamin, em suas teses sobre a história⁷, expõe a dificuldade do Iluminismo em enxergar como a *barbárie* e a desrazão (simbolizadas nas guerras mundiais, no nazi-fascismo, no genocídio, na irracionalidade da crise econômica, na fome, na colonização, dentre outros exemplos) podem conviver continuamente, com regularidade, no interior da civilização dita moderna e liberal. O autor questiona, assim, os novos sistemas de crença que incidem no bojo das transformações burguesas, desvelando certa *confiança encantada* (porque seduzida ou alienada) pela racionalidade técnica instrumental – como se esta racionalidade fosse garantidora do progresso, do desenvolvimento humano, da justiça, do conhecimento, etc. Nas palavras de Benjamin:

“A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que responda a essa verdade. [...] O assombro com o fato que os episódios que vivemos no século XX ‘ainda’ sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção história da qual emana semelhante assombro é insustentável.”⁸

O *assombro* referido por Benjamin é um assombro iluminista, inscrito na cegueira produzida pela racionalidade instrumental burguesa e seu conceito de história correlato. Ao enfatizar a palavra *ainda* – “o assombro com o fato que os episódios que vivemos no século XX ‘ainda’ sejam possíveis” – Walter Benjamin questiona a ideia de progresso e linearidade presente no conceito de história hegemônico na sua época. O autor luta, assim, por uma concepção de história que seja capaz de enfrentar e compreender os dilemas políticos e sociais impostos naquela conjuntura, com destaque para a ascensão do nazismo e das práticas políticas autoritárias cada vez mais presentes. Não podemos esquecer que suas *teses sobre o conceito de história* datam de 1940, sendo este um de seus últimos textos – Benjamin suicidou-se em 1940, para não ser pego pela Gestapo, a polícia secreta da Alemanha nazista. O encaminhamento analítico sugerido pelo autor, ao contrário de colocar o nazismo como uma aberração inexplicável e incompatível ao desenvolvimento da *civilização moderna*, observa sua incômoda continuidade e intimidade, se apresentando como *outra face da mesma moeda*. Tentar compreender tais fenômenos sociais fora do tratamento excepcional como correntemente é abordado na historiografia neoliberal e no jornalismo dominante significa observar a presença de tais ideias e sentimentos políticos na normalidade e regularidade da cultura política burguesa.

Vale observar que tal posicionamento e desenvolvimento argumentativo de Walter Benjamin – um posicionamento que sai em defesa de um novo conceito de história que consiga compreender e interpretar os acontecimentos políticos de seu tempo – encontra uma forma análoga no prefácio de Karl Marx à segunda edição do conjunto de artigos que compõem o Dezoito Brumário de Luis Bonaparte (MARX, 1981). “Como um raio caído de um céu azul”: foi esta a expressão usada por Marx para se referir criticamente à interpretação de Victor Hugo sobre a ascensão política de Luis Bonaparte – o sobrinho

de Napoleão que com um golpe de estado fechou a Segunda República Francesa, em 1851, fazendo-se então imperador e governando uma ditadura que durou quase duas décadas na França. Sobre Victor Hugo, diz Karl Marx:

“[...] limita-se à invectiva mordaz e sutil contra o responsável pelo golpe de estado. O acontecimento propriamente dito aparece em sua obra como um raio caído de um céu azul. Vê nele apenas um ato de força de um indivíduo. Não percebe que engrandece, ao invés de diminuir atribuindo-lhe um poder pessoal de iniciativa sem paralelo na história do mundo.”⁹

Neste prefácio à segunda edição, escrito em 1869 – lembrando que o Dezoito Brumário foi publicado separadamente em artigos semanais na revista norte-americana *Die Revolution*, entre março de 1851 e dezembro de 1852, quase em tempo real ao desenrolar dos acontecimentos analisados – Marx questiona a forma como os intelectuais, políticos e jornalistas da época não souberam (ou não quiseram) enxergar o golpe político em curso. Assim, de forma crítica e inovadora, Marx desenvolveu uma interpretação processual da história, apontando como a luta de classes proporcionou as condições históricas necessárias para que Luis Bonaparte desempenhasse oportunisticamente tal papel. Discordando de Victor Hugo, que concentra sua análise em demasia na figura individual de Luis Bonaparte, Marx analisa a conjuntura a partir da imanência das lutas e dos conflitos sociais vivenciados por diferentes classes, grupos políticos e extrações sociais na época.

O assombro referido por Walter Benjamin que *tais fatos* continuem acontecendo em pleno século XX (o nazismo, a Guerra Mundial, etc.) – e poderíamos ainda dizer, dando sequência, a bomba atômica em Hiroshima, a Guerra do Vietnã ou as recentes Guerras no Iraque e no Afeganistão... o assombro que fatos semelhantes ainda aconteçam em pleno século XXI! – é um assombro produzido por uma concepção de história comprometida com a universalização do ideal de civilização ocidental burguesa e por isso cega aos próprios abusos e arbitrariedades políticas cometidas. Tal comprometimento confunde-se nos pontos cegos do iluminismo: essa forma particular de cegueira e conivência, típica do classicismo antropológico da cultura política burguesa, capaz de defender as maiores violências e excessos políticos sob a forma de um discurso descompromissado, imparcial, garantidor de direitos universais que, todavia, são cotidianamente desrespeitados. O que gostaríamos de destacar nesta rápida digressão, todavia, é precisamente a necessidade aventada por Benjamin, e, anteriormente, também trabalhada por Marx, de construir um novo conceito de história: um conceito de história que seja capaz de se libertar da onipresença civilizatória e conivente com os abusos que subsiste na pena das narrativas históricas modernas; um conceito de história que seja capaz de romper o recalque da teologia-política que subsiste no fundamento da economia política burguesa. Este parece ser o ponto fundamental das questões epistemológicas que tencionam o conceito de história e que estão no âmago das transformações modernas; quero dizer: o longo processo de secularização das instituições políticas e sociais; a libertação do pensamento humano

crítico (e do conceito de intelectual) da camisa de força política-ideológica fundada na idealização, no idealismo teológico-político, na submissão da experiência à ideia.

O texto paradigmático destacado de Benjamin apenas aparentemente pode soar distante do estudo do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda. Isso porque estamos pensando a experiência de Sérgio em Berlim (1929-1930) como metáfora – uma chave de leitura – para a influência do campo crítico do modernismo na sua formação. As vanguardas modernas do começo do século XX se comprometeram em um movimento crítico e desconstrutivista dos valores liberais hegemônicos e das instituições políticas que representavam a ideia de progresso civilizacional. Este movimento crítico pode ser observado em diferentes experiências intelectuais e culturais dispersas por cidades de todo mundo, de forma sincrônica e diacrônica. De fato, a identificação deste campo crítico só pode ser realizada e compreendida na heterogeneidade e diversidade de práticas estéticas, críticas e científicas. Entretanto, algumas características genéricas podem ser identificadas. Uma delas, talvez a mais importante, passa necessariamente pela inclusão da subjetividade e da relativização na análise dos fenômenos sociais. Do ponto de vista antropológico, por exemplo, a inclusão da variável subjetiva promove uma verdadeira transformação na prática das pesquisas etnográficas, rompendo com a dita imparcialidade científica da antropologia etnocêntrica e colonial, típica do final do século XIX. O conceito cultura passou, assim, por uma grande transformação, revolucionando decisivamente os estudos sociais, históricos e políticos em diferentes escolas de pensamento. O mesmo pode ser observado quando pensamos a formação das narrativas históricas, considerando a subjetividade na análise dos fenômenos históricos na prática e no ofício do historiador, como, por exemplo, tão bem refletiu Marc Bloch em seu texto paradigmático *Apologia da História ou ofício do historiador*.¹⁰

A influência do modernismo, entretanto, para além das inovações teóricas e metodológicas, pode ser identificada na obra de Sérgio Buarque de Holanda a partir de outros aspectos. Um estudo mais apurado de seus primeiros textos e artigos, assim como da relação do autor com o movimento modernista brasileiro pode trazer mais elementos sobre esta aproximação. Todavia, não se trata apenas de perceber esta influência de forma linear, mas sim, a partir de um entendimento profundo do campo político e social que estes autores estão referidos, conseguir capturar a tensão existente (as semelhanças e as diferenças) que incidem nesta relação. Desta forma, a influência modernista no pensamento de Sérgio Buarque ganha um sentido inverso e ambivalente, podendo ser pensada também como metáfora para o estabelecimento de algumas críticas e limites ao mesmo modernismo presente no autor, com destaque para a identificação de alguns aspectos contraditórios que incidem no momento de mitificação do projeto modernista. Este contraditório do modernismo pode ser observado especialmente no que diz respeito às referências de um projeto de mitificação do caráter nacional-popular, a partir do corpo coletivo da cultura popular, encampado pelo modernismo ao longo do seu desenvolvimento enquanto movimento – passada a fase inicial do grito desconstrutivista, o modernismo encontra seu contraditório na exata proporção do estabelecimento da sua hegemonia, culminando também na formação de um novo

academicismo e na seleção de um conjunto de autores que fazem seu panteão. O contraditório do modernismo deve ser observado também – e isso parece ser o mais delicado – a partir dos diferentes usos possíveis do tomismo que se esconde na busca por uma identidade nacional-popular que forma a principal questão modernista.

O mesmo pode ser dito, todavia, quanto ao contraditório presente no liberalismo do pensamento de Sérgio Buarque. Em que pese a grande influência modernista, e a simpatia do autor pela ideia de nacional-popular presente na sua compreensão sobre a formação social do Brasil e sua identidade, não são poucas vezes que o autor fala desde um ponto de vista comprometido no Iluminismo, seduzido especialmente pelo ideário liberal anglo-saxão, expresso em inúmeras comparações entre a cultura política ibérica e anglo-saxônica.

Um caminho interessante para o estudo das semelhanças e diferenças do pensamento de Sérgio Buarque com o modernismo pode ser trilhado a partir de suas correspondências com Mário de Andrade – talvez a figura mais representativa do movimento modernista brasileiro –, publicadas recentemente a partir da pesquisa de Pedro Meira Monteiro.¹¹ A correspondência entre Mário e Sérgio se configura como um dos lugares sensíveis para se observar o modernismo no pensamento de Sérgio Buarque de Holanda. Para Meira Monteiro, em se tratando especialmente das semelhanças e diferenças entre Sérgio Buarque e Mário de Andrade, devemos observar o posicionamento contrastante de ambos os autores face à reação católica, que naquele contexto de crise do liberalismo e de grande transformação social, influía de sobremaneira nos novos arranjos político-ideológicos e nos debates intelectuais no país. O contraste entre determinadas perspectivas dissonantes, torna-se interessante para compreender os pontos cegos de cada autor, constitutivos da oscilação do lugar de onde falam (onde estão os pontos sensíveis que falam criticamente ao seu posicionamento). Neste trabalho, temos como objetivo sugerir alguns caminhos possíveis que nos ajudem a pensar a importância destes contrastes para fazer uma leitura possível e inovadora da obra de Sérgio Buarque de Holanda.

A experiência berlinense do autor de *Raízes do Brasil* (1936) favorece uma compreensão de sua obra pelo campo do crítico do modernismo – uma vez que *moderno*, como expressão, pode referir-se amplamente a diferentes situações. A expressão *futurismo no desterro*, portanto, deve ser pensada como uma chave de interpretação: uma dada forma de ler o pensamento do autor, levando-se em conta os novos paradigmas epistemológicos encetados pelo campo crítico do modernismo; uma leitura a contrapelo das interpretações hegemônicas de sua obra, que tendem a valorizar justamente os aspectos mais tradicionais e conservadores que incidem no seu pensamento, implicados no iberismo e catolicismo, ao mesmo tempo, e, curiosamente, que reeditam o fascínio e a idealização dependente do ideário liberal anglo-saxão. Parece, então, particularmente interessante o esforço em compreender o pensamento de Sérgio Buarque de Holanda nesta tensão e ambivalência constante entre o modernismo e o liberalismo, entre iberismo e anglo-saxonismo, entre catolicismo e protestantismo, entre a cultura plástica barroca e o higienismo clássico racional da cultura política

burguesa. Estas polaridades tensionadas traduzem-se na obra do autor em uma série mais complexa de antagonismos, que expressam seu pensamento sob a forma de uma dialética circular não linear e não progressiva. O recurso estético modernista baseia-se na constante negatividade. Se assim for possível pensar, tomando a relação ambivalente e muitas vezes contraditória entre modernismo e liberalismo, em que medida é possível desenvolver uma chave de leitura capaz de, ao mesmo tempo, resistir ao avanço destrutivo e civilizatório das transformações modernas sem mergulhar na idealização nostálgica do passado tradicional – que em última instância deita suas raízes no catolicismo e nas imagens bucólicas do interior (de São Paulo) que incidem poderosamente na imaginação de Sérgio Buarque de Holanda, mas que também estão presentes na imaginação de Mário de Andrade e Monteiro Lobato, por exemplo? Mais do que responder objetivamente esta questão, nosso objetivo é, através do estudo do pensamento de Sérgio Buarque e do exercício de uma chave de leitura modernista do autor compreender e tensionar ainda mais estas ambivalências, valorizando o processo de reflexão, mostrando sua relevância para se pensar o Brasil e a América Latina nos dias de hoje. O pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, inseparável da ambivalência e do antagonismo entre modernismo e liberalismo, produz desta combinação contraditória uma série de *antídotos críticos* que impossibilitam o seu alinhamento com tendências políticas hegemônicas, garantindo uma relativa autonomia intelectual, um constante não alinhamento típico da dialética de negatividade constitutiva do campo crítico do modernismo. Saber ler estes antídotos críticos é o desafio deste trabalho.

Por outro lado, cabe ainda indagarmos, qual conceito de *identidade* ou *nacional-popular* pode ser motivado na obra de autores como Sérgio Buarque de Holanda ou Mário de Andrade? Considerando a heterogeneidade cultural das diferentes cidades brasileiras, estes autores acabam necessariamente se distanciando da fantasia de pureza e essência característica das ideologias racialistas e eurocêntricas dominantes na virada de século. Isso, todavia, não impede que estes autores acabem reeditando uma busca por pureza (ideal de pureza) mediada pela cultura religiosa através de uma identidade nacional-popular – como define os estudos de Gilberto Freyre e do próprio Sérgio Buarque a partir do legado ibérico, da plasticidade e sensualidade barroca do colonizador português, do interesse pelo estudo do sincretismo religioso, nas manifestações culturais e superstições populares. No caso de Gilberto Freyre, especificamente, a revalorização da miscigenação vem acompanhada justamente (e contraditoriamente) pelo encobrimento da violência da escravidão, fazendo crer certa *doçura* de um colonizador português menos violento quando comparado aos demais.¹²

Já neste breve exemplo fica claro o terreno argiloso que estamos pisando. Compreender a ambivalência destas ideias não reduz a relevância da ruptura e da inovação promovida por um livro como *Casa-Grande & Senzala*. No caso de Sérgio Buarque, de forma análoga, porém mais sutil, a valorização das relações de afeto, solidariedade e familiaridade, constitutivas da formação social brasileira, da plasticidade barroca, do seu processo de miscigenação e colonização específico, manifestam-se sintomaticamente no *homem cordial* buarquiano como um ponto de resistência face às

transformações modernas. Revelando certo gosto pelo autoritarismo e pela conciliação política (no sentido conservador), bem como certo apreço pela dominação de um Estado forte, o homem cordial expressa, na obra de Sérgio, ao mesmo tempo, a marca de uma sociedade hierarquizada que inviabiliza práticas políticas liberais, assim como, por outro lado, a esperança de uma identidade nacional-popular inscrita na crítica do próprio conceito de identidade – uma identidade aberta, plural, heterogênea, metamórfica, que que possa romper com o labirinto ou enigma político-ideológico constitutivo do devir latino-americano, constantemente espoliado, reprimido e aprisionado pela lógica cultural do capitalismo dependente, oferecendo-se, assim, como uma modernidade alternativa. Neste sentido, seria possível fazer uma leitura às avessas – uma leitura ao revés – de Sérgio Buarque de Holanda: contra a interpretação que enfatiza a defesa do tradicionalismo e do conservadorismo, encontrar a provocação na antessala do Estado novo, como sugere Marcos Costa, organizador de recente coleção dos primeiros textos de Sérgio Buarque;¹³ contra a sedução colonizada do ideário anglo-saxão e da cultura política burguesa clássica e individualista, encontrar a valorização dos recursos estético-expressivos culturais típicos da plasticidade barroca e do corpo metamórfico coletivo da cultura popular – essa forma particular do constante *devir americano*, característica libertária e humanista fartamente explorada por diferentes movimentos vanguardistas, sistematizada como arte de contraconquista, como sugere o crítico cubano Lezema Lima; contra o acordão político e a ideologia da conciliação nacional, que encobre a violência e o autoritarismo, uma interpretação a partir da tolerância e da luta pela cidadania que justamente enfrenta o autoritarismo e denuncia sua intimidade ideológica com a “violência da ocultação da violência”, citando a expressão bastante oportuna de Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho,¹⁴ no lugar da defesa do iberismo e do catolicismo, a denúncia das permanências e de sua longa duração no interior das instituições políticas burguesas, ditas modernas; contra o ideal de pureza e essência, constitutivo das ideologias racistas, a fragmentação do sujeito na sua pluralidade e polifonia, a ruptura da unidade e da univocidade do sujeito a partir da imanência das relações sociais, valorizando a experiência e as trocas culturais abertas à experiência empática, fundada nas relações de afeto, afinidade e solidariedade.

3

Sérgio Buarque de Holanda manifestou seu interesse pela escrita e pelos estudos humanísticos desde sua época de estudante, quando ainda morava em São Paulo. Suas primeiras publicações apareceram em 1920, então com dezoito anos. Na sua grande maioria, eram artigos sobre política e crítica literária, pequenos ensaios e resenhas de livros em jornais e revistas, tais como o *Correio Paulistano*, a *Revista do Brasil* (de Monteiro Lobato) e a revista *A Cigarra*. Sérgio provavelmente conheceu Mário de Andrade em 1921. Neste ano, o autor frequentou os grupos modernistas que se encontravam nas confeitarias do centro da cidade paulista, “ou nos escritórios de advocacia do pai de Tácito e Guilherme de Almeida, o qual se converteria, no ano seguinte, num dos pontos de encontro do grupo de Klaxon”¹⁵. Neste mesmo ano, a

família de Sérgio Buarque se muda para o Rio de Janeiro, então a capital federal do Brasil, e o jovem estudante se matricula na Faculdade de Direito, que funcionava na Rua do Catete.

No ano seguinte, em 1922, indicado por Mário e Oswald de Andrade, Sérgio começa a trabalhar como representante da Klaxon na capital federal – esta que foi a primeira revista do movimento modernista. A revista circulou em São Paulo entre maio de 1922 e janeiro de 1923. Bom lembrar que alguns meses antes (em fevereiro do mesmo ano) ocorrera no Teatro Municipal de São Paulo a Semana de Arte Moderna. Sérgio não chegou a participar da Semana, mas isso não comprometeu a aproximação do autor com o círculo de modernistas. Ao contrário, no Rio de Janeiro, Sérgio manteve contato com Di Cavalcanti, Manuel Bandeira, Ronald de Carvalho, Ribeiro Couto, representantes e simpatizantes do movimento na capital federal. O ano de 1922 deve ser visto como um marco para o movimento modernista. Destaca-se a defesa dos *direitos modernistas* proferida por Graça Aranha na Academia Brasileira de Letras, então a principal e a mais cobiçada instituição intelectual na época que Graça abandonaria conflituosamente alguns anos depois. Neste ano começam também as correspondências de Mário de Andrade com Sérgio Buarque. Quase simultaneamente, Mário inicia suas correspondências com Manuel Bandeira e publica Paulicéia Desvairada, um marco na literatura modernista. Nos anos 1924 e 1925, Sérgio Buarque foi codiretor, junto com o amigo Prudente de Moraes, neto, de Estética, revista sucessora de Klaxon. “Teve, portanto, a formação cultural incentivada e circunscrita por aquele movimento de vanguarda e paradoxalmente nacionalista, cujo forte é a arte literária.”¹⁶ Como situa Prudente de Moraes Neto, a Estética tinha como modelo a revista literária inglesa *The Criterion*, fundada por T.S. Eliot, em 1922. Sérgio Buarque de Holanda, comprometido no campo de intelectuais modernistas brasileiros, acompanhava os debates teóricos e estéticos mobilizados em diferentes círculos vanguardistas pelo mundo.¹⁷

Entre 1922 e 1928, o jovem Sérgio Buarque de Holanda trabalhou como jornalista, crítico literário, ensaísta, publicando em jornais, acompanhando os debates políticos e literários da época. Trata-se de uma época de muita agitação política no Brasil. As cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, desde o começo do século XX vivenciavam então grande crescimento urbano, acumulando níveis de tensões sociais e políticas bastante elevados. As questões sociais implicadas no longo período de escravidão, ainda muito presentes em toda a sociedade, e a forma particular como as populações afrodescendentes e indígenas foram excluídas do processo de modernização das cidades durante o período de pós-abolição (mormente durante a República Velha), contribuíram diretamente para o acirramento dos conflitos políticos e sociais.

O Brasil da virada do século XIX para o XX deve ser analisado considerando os compromissos conservadores que condicionam a circulação do ideário liberal¹⁸. Para tanto, destaca-se a longa duração dos aspectos ideológicos referidos ao catolicismo romano; a manutenção da grande propriedade agrária aliada à modernização da produção; a conciliação política *pele alto* entre os setores liberais e os setores tradicionais – ex-escravocratas – da sociedade; as relações ainda muito próximas entre

Igreja e Estado; o republicanismo de ocasião (oportunista) das elites agrárias paulistas e mineiras que encontraram na Primeira República uma forma eficiente de exercer sua hegemonia. Fundamentada no mercado agroexportador, o arreglo político-econômico vigente durante a Primeira República dava conta dos interesses do grande capital internacional, paradoxalmente (ou não), em aliança aos interesses das elites regionais mais tradicionais. Tomando ainda o caso brasileiro, não podemos deixar de destacar as contradições legadas pelos restos da burocracia imperial que perduraram na cultura política e no imaginário da sociedade já República adentro. Alguns acontecimentos desta longa conjuntura que marca a virada para o século XX são indicadores bastante contundentes das complexas questões sociais em voga, como, por exemplo, a Guerra de Canudos (1896-1897). Querendo ou não, a intelectualidade (que se formava) *brasileira* não poderia mais tapar o solhos para as questões sociais que pululavam conflituosamente Brasil afora. Outro acontecimento relevante para ilustrar as permanências e longa duração de uma sociedade marcada pela escravidão e violência pode ser estudado na história da Revolta da Chibata (1910).¹⁹

Junta-se a isso a importância da migração de diferentes populações de trabalhadores oriundos da Europa, Ásia e Oriente-Médio – italianos, portugueses, espanhóis, alemães, japoneses, sírio-libaneses, etc. – alterando decisivamente a composição demográfica, econômica, política e cultural do país. O governo brasileiro adotara, então, uma política migrante que visava à importação de mão-de-obra (na sua maioria, trabalhadores rurais desprovidos de terra que vieram em busca de uma vida melhor). Deve-se registrar que esta política não esteve alheia a certas justificativas ideológicas racistas, que viam na imigração europeia uma via de assimilação social com o objetivo de promover o *embranquecimento* da população. Esta mão-de-obra foi absorvida pelos cafezais paulistas e, posteriormente, por setores emergentes da indústria brasileira, mas esteve, de fato, presente em todo o Brasil de formas diversas, como comerciantes, agricultores, trabalhadores urbanos, etc. Não é possível compreender o crescimento de uma cidade como São Paulo, por exemplo, sem levar em conta a importância da imigração e sua presença nos bairros operários paulistas. As obras de Sérgio Buarque de Holanda, assim como as de Mário de Andrade, expressam profundamente este fenômeno social, como veremos posteriormente, mas como desde já podemos antever na então *desvariada* capital paulista, como sugere o título da obra de Mário.

Para compreender a conjuntura de agitação política que se estende por toda a década de 20 até a Revolução de 30 (fim da Primeira República), além de destacar os efeitos negativos de uma pós-abolição bastante excludente, de um processo de modernização conservador, marcado pela manutenção da grande propriedade agrária, bem como, além de destacar a importância da imigração de diferentes populações, devemos também lembrar que a virada dos anos 10 para os anos 20 se caracterizou como um período de organização e agitação política dos movimentos operários nos centros urbanos (São Paulo e Rio de Janeiro, especialmente). A questão social vinha então se colocando cotidianamente nas ruas da cidade, com diversos conflitos políticos e de forma cada vez mais intensa. Com forte tendência anarquista dentro dos sindicatos dos trabalhadores,

suas reivindicações políticas exigiam melhorias objetivas das condições de trabalho, garantias sobre os direitos dos trabalhadores, bem como acolhiam propostas revolucionárias que suplantassem o sistema político vigente de forma radical. Neste sentido, destaca-se não só a Greve Geral de julho de 1917, que desde São Paulo, tomou diversas cidades do país, como também a Insurreição Anarquista de 1918, que inspirada na Revolução Russa de 1917, tentou tomar o Palácio do Catete, no Rio de Janeiro.

As reivindicações políticas e sociais, todavia, não partiam apenas do proletariado organizado dos grandes centros urbanos. Ainda para compreender esta conjuntura, devemos ressaltar também o papel central do Tenentismo, que ao longo de toda a década de 20 protagonizou diversos confrontos com os setores hegemônicos das oligarquias políticas da Primeira República. O Tenentismo, enquanto movimento político e militar de jovens oficiais de baixa e média patente, também não se limitou apenas às reivindicações corporativas de sua categoria, expressando de forma representativa o conjunto de interesses políticos e sociais mais amplos das classes médias urbanas em ascensão nas grandes cidades. Dentre os diferentes movimentos tenentistas pelo Brasil, destacam-se: (1) a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922, no Rio de Janeiro; (2) a Revolta tenentista de 5 de julho de 1924, em São Paulo, que tomou a capital paulista por mais de 20 dias, bombardeando a sede do governo na época; (3) a Coluna Prestes, formada a partir do encontro dos militares revoltosos vindos do sul, liderados por Luiz Carlos Prestes, com as tropas revoltosas paulistas, em retaguarda no Paraná, na região de fronteira.²⁰

O Tenentismo, como movimento, revela-se extremamente diversificado e conflituoso, sendo composto por diferentes tendências, que futuramente se colocariam inclusive em conflito entre si (este entendimento se revela particularmente importante para se compreender as disputas entre os setores oriundos do Tenentismo que futuramente apoiariam Getúlio Vargas contra os setores que fariam oposição a este, muitos destes comprometidos com o Golpe Militar de 1964). O mesmo pode ser dito sobre as diferentes tendências político-ideológicas das ideias socialistas e anarquistas que vigoravam entre os sindicatos operários. Destaca-se também nesta conjuntura a fundação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, em Niterói, antiga capital do Estado Fluminense.

O modernismo deve ser compreendido levando-se em conta este conjunto complexo de condicionantes sociais seja no plano político internacional – como destacamos anteriormente – quanto regional, considerando a relação dialética e muitas vezes ambivalente entre ambos. O ano de 1922, marco da Semana de Arte Moderna, sintetiza um conjunto mais amplo de grandes transformações políticas e sociais vivenciadas especialmente pelos grandes centros urbanos do Brasil, mas que afetam o curso político de todo o país. Estas transformações não podem perder de vista o crescimento de uma grande massa de despossuídos e trabalhadores super-explorados que lutam cotidianamente pela sobrevivência, em cortiços, favelas e subúrbios das cidades. As classes trabalhadoras dos grandes centros urbanos vão assim se colocando de forma cada vez mais eloquente, exigindo mais espaço político, mais voz e mais

reconhecimento social dos demais setores da sociedade. Este contexto de grandes transformações se estende e se aprofunda ao longo da década de 20, culminando no fim da Primeira República.

Assim, devemos observar a ascensão do modernismo face o esgotamento político das relações de poder predominantes na Primeira República. Destacam-se as disputas políticas e ideológicas que marcam a singularidade dos discursos modernistas que vão estabelecendo certa hegemonia a partir da Revolução de 30. É compreensível, portanto, a forma crítica como o discurso modernista se afirma contra certos postulados predominantes na chamada República Velha, especialmente no que diz respeito à denúncia da *importação* das ideias liberais e ao idealismo das instituições políticas liberais, manipuladas no arreglo político das oligarquias regionais tradicionais – com predominância da burguesia agroexportadora cafeeicultura paulista –, para destacar uma tópica recorrente em diferentes críticas de inspiração modernista. Assim, a própria palavra *velha*, adjetivando a república, deve ser compreendida como fruto de uma interpretação (modernista) que se consolida a partir da década de trinta. A crítica modernista à Primeira República – de forma correspondente e relacionada à ascensão política dos setores médios urbanos, militares, profissionais liberais e de uma grande massa de trabalhadores e despossuídos –, em um sentido amplo e muitas vezes também contraditório, observou as relações complementares entre o liberalismo e a grande propriedade rural; se indagou sobre a forma como estas se (des)ajustavam numa república federalista oportunista, autoritária, onde *federalismo* significava mais a autonomia administrativa das províncias na gestão dos recursos provenientes da exportação do café e *liberalismo* dava apenas a roupagem legal necessária para fazer valer a força (real) do poder de mando e do autoritarismo das oligarquias locais. O arreglo político da Primeira República não comportava mais os novos patamares de desenvolvimento urbano e industrial almejado pela sociedade, exigindo novos pactos e arranjos políticos entre as classes sociais e seus diferentes campos de força.

Numa conjuntura de forte crise política e econômica do liberalismo (que culmina com o quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, em 1929) é compreensível a denúncia do elemento *estrangeiro* das ideias liberais na formação social brasileira com certa recorrência em diferentes discursos modernistas, enredados numa conjuntura de afirmação da unidade nacional, centralização política, soberania, fortalecimento do Estado e afirmação de uma identidade nacional unificadora. A crise econômica feria diretamente a hegemonia da burguesia paulista agroexportadora, dependente do capital internacional, ruindo o pacto federativo organizado na República Velha.

O aprofundamento das transformações burguesas no Brasil, assim como em outros países da América Latina inscritos na condição periférica e dependente, oriundos de um longo processo de descolonização, contraditoriamente, se fez a partir de certo embate com as ideias liberais. Daí a sedução por respostas antiliberais e autoritárias que *resolvessem o atraso* ou a *defasagem* econômica em relação aos países industrializados. A reflexão sobre o *atraso* tornou-se central nesta conjuntura, assim como a reflexão sobre o (des)ajuste das ideias liberais em nossa formação social. Isso porque as

oligarquias agrárias agroexportadoras estavam contraditoriamente comprometidas no mercado internacional. Assim, o avanço da industrialização e do desenvolvimento econômico bateu-se com os interesses do capital internacional. A crise econômica mundial transformou as relações de força, criando as condições necessárias para o fortalecimento de uma industrialização ainda incipiente, mas que reorganizaria a composição de forças políticas dominantes. Não obstante, e de forma ambivalente, o avanço das transformações burguesas encontrou aderência no discurso antiliberal (embora burguês).²¹

Em relação a todas estas transformações sociais, os intelectuais modernistas brasileiros ofereceram diferentes respostas, elas mesmas motivadoras de novas transformações, e assim sucessivamente. Não podemos perder de vista a conquista cada vez maior da diversidade e pluralidade de pontos de vista, de novas demandas sociais e narrativas históricas que passam a conquistar mais espaço para sua voz, alcançando maior reconhecimento político e cultural em toda a sociedade. A cidade ao mesmo tempo liberta e aprisiona; agrega e fragmenta; multiplica e divide. Esta contradição, constitutiva das transformações modernas, recupera sua ambivalência primordial. Estamos aqui pensando junto com a perspectiva de Marshall Berman para falar sobre as transformações modernas e suas contradições.²²

Parece-nos, assim, particularmente relevante compreender a forma como os intelectuais e artistas vanguardistas, identificados na experiência moderna de crise política e existencial promovida pelo avanço exponencial das transformações modernas, respondem aos impasses e contradições de seu tempo, identificando neste processo de luta e conquista democrática da multidão nas ruas uma saída nacional-popular para o pessimismo e nihilismo analítico característico das interpretações hegemônicas, sejam as de corte tradicionalista conservador tomista, sejam as seduzidas pela idealização do ideário liberal anglo-saxão (mormente da combinação de ambas). Neste sentido, as práticas culturais criativas, os diferentes usos das experiências do cotidiano, do misticismo popular, as diferentes expressões culturais e artísticas – música, festas, práticas cotidianas, construções populares, cores, palavras, vocábulos – constitutivas da cultura política iberoamericana são por fim valorizadas na pena do modernismo crítico como ferramentas estéticas de empoderamento das gentes face à percepção caótica da cidade em transformação. O modernismo crítico vai buscar a “fala brasileira”, desconstruindo a própria língua portuguesa em um processo criativo, construtivo da própria identidade. Interessante observar que municiados das ferramentas epistemológicas vanguardistas, estes partem de uma perspectiva construtivista do próprio conceito de identidade. Vêm-se, pois, necessariamente implicados na crítica do paradigma biologista que estava na base das teorias eugênicas e do ideal de pureza étnico-religioso que vigora no saber oficial. Daí também nasce a interessante interpretação de Richard Morse, na inversão do espelho de próspero, quando pensa o desenvolvimento das sociedades latino-americanas, não como o estudo de um caso frustrado, mas como a vivência de opção cultural que “impede os desenlaces de tipo nietzschiano, weberiano ou kafkaniano”.²³

Em 1929, contratado por Assis Chateaubriand, Sérgio Buarque viajou para Alemanha, Polônia e União Soviética como repórter correspondente dos Diários Associados. Fixando residência em Berlim, o escritor brasileiro colaborou com a revista *Brasilianische Rundschau* (Revista Brasileira), do Conselho do Comércio Brasileiro em Hamburgo, e com a revista *Duco*, escrevendo diversos artigos. Sérgio Buarque conheceu pessoalmente o escritor Thomas Mann, vencedor do prêmio Nobel de 1929, que lhe concedeu então uma entrevista exclusiva. Ainda nos dois anos de sua experiência em Berlim, o autor assistiu conferências do historiador alemão Friedrich Meinecke, na Universidade Livre de Berlim – talvez o mais influente professor de filosofia da história na Alemanha do começo do século XX – vindo a conhecer também a obra de Max Weber e Wilhelm Dilthey.

Na Alemanha, em 1930, Sérgio acompanhou a ascensão de Hitler na Bavária. O autor não imaginaria que o discurso nazista fosse conseguir tamanha adesão e simpatia na Alemanha. Quando regressa ao Brasil, logo após a Revolução de 30, Sérgio Buarque retoma seus trabalhos como jornalista e engaja-se na luta contra o fascismo e a guerra. O autor regressa com um grande manuscrito que seria esboço das principais ideias que seriam desenvolvidas posteriormente em *Raízes do Brasil*. Sérgio conta na “Introdução” de um de seus últimos livros, *Tentativas de Mitologia*, publicado ao fim da vida, que seu interesse em fazer uma *Teoria da América*, presente desde as discussões mais entusiasmadas da juventude, amadureceu em sua estadia em Berlim. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, as lições de Meinecke e os livros de Weber indicaram-lhe novos caminhos que deixariam a marca em sua *Teoria da América*.²⁴ Como sabido, o autor publicaria alguns anos mais tarde um longo estudo intitulado *Corpo e Alma do Brasil*, publicado originalmente na revista *Espelho*, em 1935, onde antecipa uma série de análises que estariam presentes um ano depois em *Raízes do Brasil*. De fato, podemos encontrar em *Raízes do Brasil* um estudo comparativo entre os processos de colonização português e espanhol – aquilo que Sérgio imaginara como um esboço de uma Teoria da América, igualmente válido para uma interpretação da história do Brasil quando este olha a si mesmo a partir do *mesmo do outro*, tal como caracteriza as relações entre latino-americanos, encontrando o fiel da balança justamente na maior ou menor permanência experiência de aprofundamento das raízes ibéricas – a *jangada de pedra*, de José Saramago – face à hegemonia imperialista do liberalismo Inglês e, posteriormente, dos EUA.

Na análise do autor presente em *Raízes do Brasil*, a experiência histórica brasileira aprofunda ainda mais a presença da matriz ibérica quanto mais se configura o *hiato* do empreendimento aventureiro colonial com as instituições políticas da metrópole. O *fracasso* do empreendimento colonial é visto, assim, como *sucesso*. Desta inversão analítica, Sérgio Buarque formula a base de sua reflexão modernista: a vitória da “capela dentro da casa” contra a “grande catedral” – metáfora e síntese da importância do signo do *familiar* e da *intimidade* na cultura política brasileira. As relações de poder *apequenadas* nas relações pessoais aprofundam a experiência ibérica na medida em que se distanciam das instituições políticas da metrópole. Este movimento de

aprofundamento do íntimo e do pessoal como aprofundamento daquilo que de mais ibérico e ao mesmo tempo mais medieval e antigo reside na longa duração histórica encontra paralelo no plano social no aprofundamento do empreendimento colonizador dos sertões brasileiros (o sertão como imaginário). Para Sérgio, a “concepção espaçosa do mundo” formada nesta “cultura de personalidade” caracteriza o sucesso político do “semeador aventureiro” face à experiência de outros países latino-americanos colonizados pelos espanhóis. De forma análoga ao elogio de Gilberto Freyre ao realismo grotesco lusitano, Sérgio Buarque revaloriza a cultura política legada pelo processo colonizador português nas Américas no que esta tem de menos europeia. Assim, a cultura política ibérica não seria mais exatamente a responsável pelo “atraso” econômico do país, mas, inadvertidamente, ou ao mesmo tempo, também responsável pela formação de um devir possível, inovador e singular, que não exclui o utópico, numa acepção libertária e democrático-popular.

Notas e referências

- ¹ Neste caso, estamos pensando a “passagem à modernidade” como uma experiência histórica referida ao conjunto de transformações burguesas que desde a revolução industrial, em meados do século XVIII, vai surgindo nos países de capitalismo avançado, no contexto europeu, irradiando-se pelo mundo em diferentes graus de intensidade, revolucionando os meios e as relações de produção, transformando as relações sociais e político-ideológicas. É possível falar, portanto, em modernidades alternativas ao processo hegemônico de poder liderado pelas potências capitalistas. No caso brasileiro, o deslocamento da dominação portuguesa (antigo colonizador) para outras formas de dominação (a influência inglesa e francesa, em um primeiro momento e, posteriormente, a hegemonia imperialista norte-americana) refletem o reordenamento político mobilizado pela revolução industrial e pelo desenvolvimento das forças produtivas.
- ² Interessante observar como alguns intelectuais referidos ao campo católico transitam de um lado para outro. Para citar exemplos, vale lembrar as relações orgânicas com o Integralismo de Alceu Amoroso Lima e Dom Hélder Câmara no começo de sua formação intelectual e política. Posteriormente, em outra conjuntura, estes mesmo intelectuais assumiram posicionamentos políticos mais próximos do solidarismo católico e estiveram comprometidos na mobilização de movimentos sociais críticos à Ditadura Militar no Brasil.
- ³ Vale lembrar também que para as potências coloniais ocidentais capitalistas como Inglaterra, França e EUA, o fascismo e as ideologias totalitárias, embora antiliberais e antidemocráticas em diferentes aspectos, foram encaradas como um mal necessário para contenção do avanço das ideias socialistas. Por outro lado, é preciso observar também a diferença conceitual e a contradição muitas vezes existente entre liberalismo e democracia. Nem toda crítica ao liberalismo deve ser confundida como crítica à democracia, e vice-versa.
- ⁴ Não apenas no caso da Alemanha, mas em toda área de influência do mundo austro-germânico – a Europa do eixo centro-oriental –, os movimentos nacionalistas pangermanistas cristãos, sejam luteranos (região da Prússia, especialmente) ou católico-romanos (antigo Império Austro-Húngaro), identificaram o judaísmo com liberalismo, manipulando esta identificação como uma “dominação estrangeira” nociva favorecendo a escalada do antisemitismo. Vale lembrar que estas regiões de industrialização tardia do eixo centro-oriental da Europa, excluídas do processo hegemônico de controle político-econômico do capital, fizeram junto com a Itália a aliança política derrotada na Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, reeditada na Segunda Guerra Mundial. Ver Carl SCHORSKE, *Viena Fin-de-Siècle*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- ⁵ Silvano SANTIAGO, *As raízes e o labirinto da América Latina*, Rio de Janeiro, Rocco, 2006.
- ⁶ Sérgio Buarque de HOLANDA, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olimpo, 1976.
- ⁷ Walter BENJAMIN, Walter, *Magia e técnica, arte e política*, São Paulo, Brasiliense, 1994.
- ⁸ *Ibid.*, p. 226.
- ⁹ Karl MARX, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, São Paulo, Alfa Ômega, 1981, pp. 199-200.
- ¹⁰ Marc BLOCH, *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.

-
- ¹¹ Pedro Meira MONTEIRO, 2012.
- ¹² Ainda hoje, a sociedade brasileira vem demonstrando-se bastante arraigada ao “mito de democracia racial” e à ideia de “equilíbrio de antagonismos”, ideias presentes na interpretação paradigmática de *Casa-Grande e Senzala* e constitutivas do imaginário nacional brasileiro. Ver: Gilberto FREYRE, *Casa-Grande & Senzala*, Rio de Janeiro, José Olimpo, 1975.
- ¹³ Ver a coletânea organizada por Marcos COSTA (org.), *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos (Livro I–1920-1949)*, São Paulo, Editora Unesp e Fundação Perseu Abramo, 2011.
- ¹⁴ Gizlene NEDER e Gisálio CERQUEIRA FILHO, *Conciliação e Violência na História do Brasil*, Coleção Encontros com a Civilização Brasileira, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.
- ¹⁵ Klaxon foi o nome da primeira revista modernista que seria fundada posteriormente. Pedro Meira MONTEIRO, Pedro Meira (Org.), *Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda: correspondência*, São Paulo, Companhia das Letras e Instituto de Estudos Brasileiros, Edusp, 2012, p. 412.
- ¹⁶ Silviano SANTIAGO, *As raízes e o labirinto da América Latina*, Rio de Janeiro, Rocco, 2006, p. 15.
- ¹⁷ Neste sentido, não há, pois, “atraso” na forma como as ideias circulam e são apropriadas em diferentes contextos sociais. O processo de tradução e apropriação constitutivo da circulação das ideias corresponde a processos sociais e culturais de diferenciação e criação. Estamos assim em desacordo com certa perspectiva linear da história das ideias, mormente quando esta é pensada a partir de um ideal de progresso e superioridade. As inovações teóricas e epistemológicas engendradas por diferentes movimentos vanguardistas não são próprias, nem exclusivas de um lugar específico, mas constitutivas da experiência de modernidade que avança em diferentes formações sociais.
- ¹⁸ Gizlene NEDER, *Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil*, R. de Janeiro, Achiamé, 1979.
- ¹⁹ Trata-se do motim organizado pelos marinheiros, em 1910, tendo João Cândido como sua principal liderança. Na ocasião, os marinheiros exigiam o fim da chibata como prática de disciplinamento impetrado pela Marinha Brasileira. Tomando em assalto três dos mais modernos encouraçados do país, os marinheiros exigiam, sob a ameaça de bombardeio da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal do Brasil, o fim das práticas de tortura que remontavam o tempo da escravidão (a chibata era comumente composta por um pedaço de corda atravessado por pregos, submerso na água, para ganhar peso e aplicada até vinte, trinta ou cinquenta vezes nas costas do marinheiro considerado indisciplinado por seus superiores). Desde a República, com a implementação do serviço militar obrigatório (que foi prescrito por lei antes mesmo do ensino público obrigatório), o recrutamento ostensivo para o serviço militar apresentou-se formal ou informalmente como política de recolhimento e controle das classes populares menos favorecidas que aglomeravam nos arrabaldes da cidade.
- ²⁰ A Coluna Prestes percorreu o interior do Brasil entre 1925 e 1927, mantendo-se invicta e em oposição ao governo do presidente Arthur Bernardes durante toda sua marcha.
- ²¹ Não por acaso, os teóricos do totalitarismo, como, por exemplo, o alemão Carl Schmitt, fez da redescoberta da teologia-política de Thomas Hobbes o corpo filosófico para a fundamentação do poder autoritário e do estado absolutista, no âmbito da revolução burguesa e técnico-científica. Devemos ter em mente que estamos falando de um mundo ainda anterior à Segunda Guerra Mundial. De fato, com o fim da segunda Guerra Mundial, e o começo da Guerra Fria, um novo cenário de relações de força se apresentaria para toda a América Latina, destacando a hegemonia imperialista norte-americana e a ingerência da diplomacia ianque no desenvolvimento político e econômico de toda a região.
- ²² Marshall, BERMAN, *Tudo que é sólido desmancha no ar*, São Paulo, Cia. das Letras, 1986.
- ²³ Richard MORSE, *Espelho do Próspero: cultura e ideias nas Américas*, São Paulo, Cia. das Letras, 1988.
- ²⁴ Pedro Meira MONTEIRO destaca: “Na já referida introdução de Tentativas de Mitologia, [...] Sérgio lembra que foi em meio aos ‘prélucos intelectuais’ daqueles tempos que surgira a ideia, então comunicada a prudente de Moraes, neto, de escrever uma Teoria da América” (MONTEIRO, 2012, p. 336). Os debates intelectuais “daquelles tempos” referem-se precisamente ao modernismo. Em 1931, logo quando regressa da Alemanha, Sérgio publica o conto surrealista *Viagem a Nápoles*, na *Revista Nova*, dirigida por Paulo Prado, Alcântara Machado e Mário de Andrade. O conto merece ser destacado também como um dos lugares sensíveis para se observar a presença do campo crítico do modernismo na formação intelectual de Sérgio Buarque de Holanda.

Terra da Luz: a abolição da escravidão no Ceará a partir dos discursos dos políticos cearenses

Mariana de Oliveira Sousa*

Ceará: Terra da Luz. Epíteto mais do que familiar aos cearenses, que resgata memórias particulares da terra de Alencar. Memórias que enchem de orgulho a gente cearense quando invocadas com o objetivo de estabelecer o diferencial do cearense face ao restante da nação. As motivações da alcunha não são segredo para ninguém. O final do século XIX no Ceará se configurou como o período por excelência da valorização dos ideais cientificistas apregoados na Europa; fato que tem estreita relação com o desenvolvimento educacional conhecido pela província. São esses ideais cientificistas, acolhidos em ambientes letrados como as academias e os clubes de leitura que vão servir como base para o desenvolvimento de um pensamento social envolvido com a proposta nacionalista em voga na Europa. Proposta que para se concretizar exige um elo responsável, senão totalmente pelo menos em parte, por dotar um contingente populacional do sentimento de pertença, de identidade coletiva que, por sua vez, reclama uma memória, algo em comum que perpassa os diferentes níveis sociais.

O processo de construção identitária do Ceará não fugiu à regra, construiu uma memória, homogeneizou a população e forjou uma identidade cearense, baseada em características supostamente comuns a todos que pertencem àquela província. Esse processo se deu por meio de alguns instrumentos, como a História e a Literatura que, através de folhetos, jornais, revistas, entre outros suportes, ajudaram a dotar um grupo de pessoas do sentimento de pertença a uma coletividade. Neste trabalho serão analisados os discursos dos políticos cearenses coletados nos *Anais da Assembleia Provincial do Ceará* e nos *Anais do Parlamento Imperial*, lembrando que estas discussões eram regularmente publicadas em jornais da província, sendo, portanto, acessíveis à considerável parte da população. É nesse contexto particular da segunda metade do século XIX que se gestam no Ceará novas leituras de mundo influenciadas pela nova postura local face às necessidades da província. Estamos falando, aqui, de um momento ilustrado, onde novas ideias surgem e ganham força no cenário nacional, uma delas é a liberdade, que passa a ser considerada condição *sine qua non* para ingressar no

*

Mestre em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

rol das nações civilizadas e consequentemente, para o progresso. É nesse sentido que os homens do final do XIX colocam como objetivo a ilustração do país por meio da ciência e da cultura.

É nesse contexto que se insere o fim da escravidão no Ceará e tendo essas reflexões em mente nos propomos a analisar o processo que levou ao fim da escravatura no Ceará, com base nos posicionamentos políticos sobre o debate referente à questão servil e identificando os projetos políticos inseridos nessas discussões. Consideramos que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre ocorre de forma peculiar no Ceará que, inclusive decretou abolida a escravidão quatro anos antes do decreto nacional (a Lei Áurea). Este trabalho objetiva, portanto, fazer uma análise mais aprofundada, para isso, consideramos essencial acompanhar os representantes do Ceará nos debates parlamentares referentes ao fim da escravatura, identificando e analisando os projetos elaborados com o objetivo de resolver o problema da escravidão no Brasil; analisar os argumentos utilizados pelos deputados cearenses ao abordarem a questão do fim da escravatura e identificar os fundamentos explicativos para a necessidade de pôr fim à escravidão na província do Ceará.

As discussões da década de 1870 têm início em 16 de agosto de 1871, onde, em sessão ordinária os deputados Francisco Antônio de Oliveira Sobrinho (ex-conservador e agora liberal) e Manuel Soares da Silva Bezerra (conservador) discutem sobre a abrangência dos conceitos de igualdade e liberdade. Para o primeiro, o *verdadeiro systema representativo*, o fim do poder pessoal e novas conquistas no *campo das liberdades*¹ é que levariam a sociedade para a civilização; para que isso acontecesse, o caminho a ser trilhado, seriam as reformas liberais. É justamente nesse ponto que se contrapõe a Oliveira Sobrinho, Manuel Soares da Silva Bezerra, membro do partido conservador que, além de político, foi lente de português do Liceu Cearense, magistrado, filósofo e ensaísta. Nasceu no município de Riacho do Sangue, em 1810 e formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Olinda, em 1836. Também foi diretor de um jornal político intitulado *Íris cearense*, juntamente com o deputado geral Antônio Pinto de Mendonça, que tinha por epígrafe a frase: “Liberdade pela constituição e pelas leis.”² Além deste periódico, ele também colaborou com outros jornais de cunho conservador e católico. Só pela epígrafe do periódico citado, já se pode vislumbrar a postura de Manuel Soares. Para ele, as teorias não correspondem necessariamente à realidade, o que impediria, a efetivação das ideias de Oliveira Sobrinho. Soares vê no progresso apregoado por seu colega, perdas para a sociedade em vez de vantagens, segundo ele, tal progresso em última instância corresponderia à revolução, que ele enfatiza não querer, afinal, uma revolução estaria fora de sua concepção de liberdade, que deve ser feita por meios legislativos e dentro do previsto pela Constituição. Como de praxe, nesse período, o deputado afirma querer a civilização, mas se diz incomodado com o não reconhecimento da liberdade no Brasil, que, segundo ele, é real.

Importa atentar aqui para a ideia de liberdade defendida pelo deputado. Segundo ele, haveria dois tipos de liberdade: a absoluta e a possível, sendo esta última a legitimada por ele. É interessante notar que o deputado Soares escolhe construir sua crítica encadeando os ideais de liberdade e igualdade defendidos por Oliveira Sobrinho, mas os

utiliza com a finalidade de provar a impossibilidade do fim da escravidão. Para Soares, a igualdade seria um conceito possível apenas no campo das abstrações e não na realidade, isto porque concretizar o ideal de liberdade, em sua concepção, implicaria em pôr fim às hierarquias, sem as quais o mundo não funcionaria.

Mais a frente, Soares volta-se para a questão da escravidão. Mais uma vez em conformidade com os discursos da época, o deputado assegura não ser contrário à emancipação dos escravos, mas deixa claro que não enxerga um absurdo ou mesmo uma incoerência na existência da escravatura – não é à toa que em 1870 e em 1871, o deputado aparece como procurador em processos de venda de escravos. Para ele, a escravidão tem origem divina porque do contrário não se conseguiria manter por tanto tempo, também, na sua perspectiva, não seria possível colocar um fim à sua existência, visto que esta se transformou ao longo do tempo, assumindo formas diferenciadas e essenciais para o funcionamento da sociedade.

Em última instância, Soares legitima a escravidão, ainda que não o faça de forma escancarada – mais uma vez, como era de praxe na época. Seus argumentos giram em torno da persistência do cativo e de sua aceitação generalizada ou *universal*, como ele mesmo coloca, afinal: “A humanidade não erra. O que é universal é tradicional.”³

Temos aqui um silêncio de 10 anos até que o assunto escravidão volte a merecer atenção nos debates provinciais. A retomada das discussões ocorreu em 12 de julho de 1881 em decorrência da apresentação, em sessão anterior, do projeto nº 1- 1881, do deputado Júlio Cezar da Fonseca Filho, que tinha como proposta impor taxas sobre os escravos que entrassem na província ou migrassem de um município para outro. O coronel Antônio Pereira de Brito Paiva foi o primeiro a se pronunciar, afirmando-se adepto da ideia da emancipação dos escravos, porém, ressaltando a importância da harmonia no processo para que não fosse ferido o direito de propriedade, para que a lei não sofresse ataques e para que não houvesse qualquer tipo de violência no processo. Paiva, liberal, teve problemas com a *Sociedade Libertadora Cearense*, em 1882, por terem lhe *roubado* escravos. Sua percepção sobre a emancipação é a de ser esta uma ideia patriótica, humanitária e associada ao progresso. No entanto, o deputado afirma que o fim da escravidão não pode ser estabelecido por meio de medidas imediatas, visto que sua pronta realização acarretaria desarranjos econômicos, ou mesmo uma guerra civil como a que ocorreu nos Estados Unidos. Para ele, tudo que havia de ser feito já tinha sido resolvido com a Lei 28 de setembro, não sendo necessárias outras determinações, que poderiam trazer consequências negativas.

“O Sr. Paiva – Si urge, a emancipação do escravo, como é o pensamento geral do paiz, e como eu penso ser também o anhelado desta assembléa, convem todavia attender que a ideia da emancipação tão trabalhada como tem sido dentro e fóra do paiz, offerece sem duvida as mais serias difficuldades para a sua prompta realisação, como talvez fora mister si não houvesse a temer graves perturbações economicas ou mesmo uma guerra civil como a dos Estados Unidos.[...] Era preciso conciliar as cousas, de maneira, que não soffressem os centros agricolas mais importantes, nem ideia tão generosa viesse a perecer por não ser possível a conciliação entre principios oppostos.

Senhores, o nobre deputado sabe, que o Visconde do Rio Branco, esse eminente estadista [...] na camara de 1871, elle não seguia as ideias liberaes, fez promulgar a sabia lei de 28 de Setembro de 1871, hoje denominada lei aurea, a qual decretou a liberdade do ventre e creou um fundo de emancipação, para que assim fosse desaparecendo os escravos de dia a dia, sendo certo, que no fim do século não haverá mais um escravo.

Senhores, esta lei tão sabia e prudente proveu a tudo quanto, se tinha de fazer sobre a emancipação do escravo.

Legislando sobre este ponto tão importante não sublevou o paiz, evitou todo o convulcionamento, ficando todos bem satisfeitos, por que geralmente aspirava-se á emancipação do escravo, mas sem golpe de estado, que trouxesse a rebellião e a guerra civil, do que foi theatro os Estados Unidos, como já vim de dizer.”(Mantida a grafia de época em todas as citações)⁴

O deputado insiste, em seu discurso, na importância de se manter a ordem e a justiça, que, para ele, equivaliam à extinção lenta e gradual da escravatura. Por esse motivo se coloca contra o projeto do deputado Julio Cezar da Fonseca Filho que tinha por fim proibir a venda de escravos. Paiva também critica a forma que vai tomando a propaganda pró-abolição no Ceará. Nota-se em sua fala o patente desconforto com medidas além das já estipuladas pela Lei do Ventre Livre, o que nos dá indícios para pensar a ausência de consenso entre os representantes políticos do Ceará em relação à abolição da escravidão. A propaganda abolicionista cearense, que tantos debates causou no Parlamento, não era unanimemente apoiada nem dentro da Assembleia Legislativa do Ceará.

É fato que não encontramos nos anais provinciais cearenses uma defesa explícita do sistema escravista, nenhum dos deputados envolvidos nos debates analisados se proclamou escravocrata, mesmo que o fosse; o que encontramos sempre foram preocupações evidentes em se afirmarem abolicionistas, ainda que não concordassem com a antecipação do fim da escravatura. Dentro da Assembleia a escravidão era repudiada por todos “é uma affronta [...] aos povos civilizados”, é o “maior dos absurdos”, é um fato que “assignala o nosso atraso”⁵ etc. No entanto, fora dela, o monstro não parecia ser tão feio assim para alguns deputados, sobretudo para aqueles que usufruíam diretamente das benesses do sistema escravista. O Sr. Paiva, que afirmava sempre ter pugnado pela ideia da emancipação do escravo, conta, nessa mesma sessão ordinária, uma história que explicita melhor o que estamos pretendendo dizer: “A mim, Srs. com pesar o digo, mas como é acto publico e notorio eu o referirei. A mim Srs. em um dia fizeram desaparecer todos os meus escravos, deixaram-me sem ter por quem mandasse ao assougue.”⁶

Impõe-se esclarecer que o furto de escravos ao qual se referiu o deputado não era feito mediante o uso da força, depreendendo-se, portanto, que os cativos do Sr. Paiva partiram por vontade própria, contando, é claro, com o incentivo dos abolicionistas mais radicais. Conta Hugo Victor Guimarães que um processo foi movido pelo deputado, porém nunca houve audiência por não permitirem os abolicionistas. E o deputado continua:

“Srs. eu nunca negocieei com escravos, nunca os comprei para vendel-os [...] por sentir natural repugnancia, mesmo porque não tinha disposição para isso, conservava meus escravos que são, a maior parte delles, como se costuma dizer, crias de casa, não queria vendel-os, pelo amor, que sempre se tem a esta criação, quando provem de escrava que foi de seus paes, sem alugal-os, apenas vivião em meu serviço doméstico que era quasi nenhum; elles erão mais os donos da casa, do que eu [...]

Não. E depois quem é mais infeliz, nossos escravos (refiro-me ao Ceará) que trajão decentemente, e mesmo alguns com luxo, sem incommodar ao publico ou esse infelizes meninos, meninas, moços, moças, velhos e velhas cobertos de andrajos, mortos a fome, que andão circulando a cidade?

O Sr. Montesuma: - Sem duvida que os escravos são mais felizes.”⁷

Bem, parece que os escravos do deputado discordavam dele.

Importante notar que quando o deputado afirma que os *nossos escravos*” (os do Ceará) têm boas condições de vida e relativa liberdade, ele está fazendo referência à construção amplamente divulgada do cearense como povo generoso, humanitário – praticamente sinônimo de partidário da abolição – e do Ceará como a província que marcha na vanguarda do progresso e da civilização.

É ressaltado com frequência o fato do Ceará ter sido a primeira província a estabelecer o trabalho livre e a constituir um fundo de emancipação, antes mesmo que ambos fossem regulamentados nacionalmente. O mais interessante é que este argumento é utilizado tanto por quem defende a aceleração do fim da escravidão quanto por aqueles que defendem que nada, além da Lei do Ventre Livre, precisa ser feito. No caso dos primeiros a explicação é que por estar à frente do movimento abolicionista – pelo menos era esta a perspectiva – o Ceará tem quase que a obrigação de libertar seus escravos para que seu exemplo seja seguido pelas demais. No último caso, a postura é que justamente por estar à frente das outras províncias, o Ceará não precisa dar passos desnecessários e precipitados, afinal, para quê acelerar um processo cujo fim já é iminente?

Em 24 de julho de 1882, o deputado João Paulino de Barros Leal afirma:

“Sou abolicionista, ainda uma vez o repito, e o sou pelo coração e pela cabeça; penso e sinto, mas também sempre fui, sou e serei amigo da lei, respeitador das instituições do paiz, capaz de retrogradar o passo no caminho, que tiver incetado, por mais que n’elle me haja adiantado, toda vez que me convencer de que a lei dispõe o contrario daquilo que me propunha a fazer.”⁸

No ano seguinte, o deputado Pedro Onofre de Farias, debatendo um projeto que propunha a elevação de impostos por escravos comercializados argumenta: “Não venho, portanto combater o projecto; mas entendo que elle contem algumas disposições vexatórias, porquanto sei que alguns de nossos patrícios libertão os seus escravos voluntariamente, aguardando somente para isso algumas festas de família.”⁹

No primeiro caso, a preocupação é clara: “Sou abolicionista”. No segundo, ela é dissimulada: “Não venho, portanto combater o projeto.” Mas em ambos está presente a

preocupação em mostrar-se disposto a resolver a questão, porém, sem passar por cima da lei e do direito de propriedade. Além dos projetos oficiais, que são propostos dentro dos trâmites burocráticos exigidos e colocados na pauta de discussão, também encontramos outras propostas que se sobressaem nos debates. Há aqueles que propõem o incentivo à exportação dos escravos, outros há que apoiam a abolição imediata, e há ainda os que oferecem apoio aberto aos atos dos jangadeiros e das associações abolicionistas mais radicais, que para grande parte dos deputados, atacam a lei e ferem o direito de propriedade.

A partir do ano de 1882, os debates ficam mais acalorados e as posições mais radicais em emergem com maior força e frequência, o que não implica consenso, é importante ressaltar que aqueles que adotaram uma postura moderada – baseada na emancipação gradual, lenta e ordeira, que a Lei do Ventre Livre já suprira – seguem opostos às “exagerações” até a emancipação total da província em 1884. Nesse período, alguns personagens se destacam nos debates, seja por seus posicionamentos, seja por seus projetos, acompanhemos agora suas opiniões e a construção de seus discursos.

A primeira coisa que salta aos olhos é a postura de exaltação do Ceará enquanto província vanguardista, essa perspectiva não era exclusiva de um ou outro partido, tanto liberais quanto conservadores se ufanavam em reforçar o discurso da época de que o Ceará estava à frente do movimento guiando as demais províncias ao momento inevitável: o fim da escravidão. Entre 1882 e 1884 destaca-se nos debates da Assembleia Legislativa um político conservador, Justiniano José de Serpa, que ganha projeção por seus discursos inflamados que reivindicam a abolição imediata.

Assim como a grande maioria dos políticos de então, Justiniano de Serpa associa a abolição ao progresso do país e percebe a escravidão como uma instituição falida cuja permanência caracterizava uma afronta aos povos civilizados. Além de exaltar o Ceará por suas conquistas no processo emancipacionista, ele aclama, em especial, os jangadeiros, que, para ele, deram mostra irrefutável de patriotismo. Suas falas se destacam por sua veia enérgica. Sua posição em relação ao fim da escravidão é a de que todos os meios são válidos se a abolição é o fim desejado. Julga, portanto, contrariamente a alguns de seus colegas, que o processo emancipacionista, na forma como estava ocorrendo no Ceará, foi simplesmente patriótico, não excessivo ou abusivo, como era definido por alguns.

Para Justiniano de Serpa, a escravidão não tem legitimidade porque não obedece as leis da natureza, na medida em que passa por cima da ideia de igualdade entre todos; a escravidão também não corresponde à ideia de civilização enquanto “aperfeiçoamento das sociedades” sendo, na verdade, o seu oposto: “o embrutecimento do corpo e do espírito”. É essa sua construção discursiva de modo a validar a radicalização ocorrida nas lutas pelo fim da escravatura no Ceará. Para Serpa, a liberdade é primordial e não pode ser tirada de ninguém, por isso, em sua perspectiva, a escravidão não pode ser amparada por nenhuma lei, visto que desrespeita a mais primitiva delas: o direito à liberdade, além disso, em seu discurso, a vontade da nação é que deve prevalecer: “Nenhuma lei justifica a escravidão, (*apoiados*); mas quando exista alguma tolerando-a, essa deve desaparecer, porque isso o deseja e quer a nação.”¹⁰

No âmbito parlamentar também prevaleceu a ausência de consenso. A bancada

cearense não se posicionava de maneira uníssona em relação às manifestações abolicionistas e aos meios que deveriam ser empregados para o fim da escravidão. Para alguns, a Lei do Ventre Livre era uma medida conveniente, para outros nada deveria ser feito além do que já se estava fazendo em cada província (a organização de fundos emancipacionistas). Em 1870, antes da aprovação da Lei do Ventre Livre, a discussão girava em torno do que deveria ser feito pelo governo, mais ainda, SE o governo deveria fazer alguma coisa. A esse respeito, Tristão de Alencar Araripe apresentou interessante postura quando de 1870 a 1871 mudou completamente de opinião. Sua fala, em 1870 tem início em resposta a alguns de seus colegas, que, segundo ele, se mostraram preocupados com a ausência de iniciativas por parte do governo. Para ele, essa apreensão é infundada e desnecessária, pois que o procedimento do governo – de não interferência – é o mais sábio e prudente possível. O deputado argumenta que se o país é praticamente unânime em relação à necessidade do fim do trabalho escravo, basta que cada proprietário alforrie seus cativos quando e como julgar mais adequado: “não vejo necessidade de tomar o governo a iniciativa no movimento libertador. Este acha-se completamente desenvolvido; e hoje ao governo só cumpre empregar providencias indirectas.”¹¹ O governo também não teria motivos para adiantar ações referentes à escravidão, visto que, não há risco de ocorrer catástrofes, sejam elas provenientes de fontes internas ou externas. Junta-se a isso o fato de, segundo o político, não termos estudos bem fundamentados que nos possibilitem tomar decisões acertadas, que não ofendam a propriedade e não abalem a economia da nação:

“O Sr. Alencar Araripe – Quaes serão os motivos que nos devem trazer essas catastrophes? Nós ou as devemos esperar de dentro do paiz ou de fora d'elle.

De fora creio que não há receio algum que uma nação qualquer nos venha impôr a liberdade dos escravos que entre nós existem: por consequente é inteiramente vã e infundada toda e qualquer idéa que surja a este respeito. [...]

Vejamos agora se das circumstancias internas nos pôde provir algum perigo em relação ao que expoem os nobres deputados.

O Sr. Duarte de Azevedo: - Por esse lado é que temos mais apreensões.

O Sr. Alencar Araripe: - Se a opinião do paiz já se tem manifestado de uma maneira clara e positiva em favor da libertação dos nossos escravos, o que resta ao governo fazer?

Creio que por ora nada convem que o governo faça senão preparar os meios de decidir com acerto. [...] e não se pode dizer que tenhamos estudos amplos e idéas assentadas e definitivas sobre o modo de solver a difficuldade de libertar os escravos sem offensa da propriedade individual, e sem abalo da forma publica.

A opinião talvez unanime do paiz é pela emancipação; pois bem, se assim é, pôde cada proprietário alforriar os seus escravos como quiser, e quando julgar que o deve fazer; pôde todo cidadão concorrer para que a liberdade dos escravos se opere pelos meios regulares com indemnização do proprietário, quando este não queira, ou não possa dar alforria gratuita.

Ora, nestes termos não é possível temer explosão interna do sentimento emancipador ...”¹²

Por fim, conclui não haver necessidade de se decretar qualquer ação direta. Vale ressaltar que o deputado rebate aqui a proposta de libertação do ventre escravo, que, segundo ele, não pode ser feita sem constituir séria ofensa às leis e aos direitos constitucionalmente garantidos, porém, um ano mais tarde, como já o dissemos, Araripe sustenta uma postura completamente diferente, colocando-se ao lado do imperador e do grupo que defendia a proposta que ficaria conhecida como Lei do Ventre Livre.

Aqui, Araripe já aparece como um categórico defensor da emancipação e, sobretudo, da Lei do Ventre Livre, e alega que quem se coloca contra esta proposta, se coloca também contra a emancipação. Araripe afirma prontamente que aqueles que sustentam os reais interesses da lavoura são os que se colocam a favor da proposta do governo e aqui a argumentação do deputado, mais uma vez, toma o rumo oposto ao que havia sido dito por ele em 1870. Em sua nova perspectiva, o problema pediria urgência em sua resolução, devendo, portanto, ser sanado o mais rápido possível, tendo em vista que sua demora demandaria sacrifícios ainda maiores. Agora, o deputado enxerga perigos na demora e cita o exemplo dos Estados Unidos, que teriam sofrido com tamanha guerra que lhes “devastou os campos, arrasou as cidades, ceifou milhares de vidas e cosumio riquezas fabulosas”¹³ justamente porque medidas imediatas não foram tomadas.

Por fim, o deputado defende-se das acusações de incoerência que lhe têm sido imputadas. Segundo ele, correria entre os deputados um seu opúsculo impresso sobre a emancipação servil, onde ele se colocaria contra a libertação do ventre escravo. Ele se defende argumentando que o que combateu sempre foi a ideia sem indenização. Bem, com ou sem indenização, o fato é que é 1870 o deputado sustentava sua postura de não aprovação da proposta alegando que nada mais deveria ser feito em relação à emancipação e que qualquer tentativa por parte do governo de promover ações diretas poderia causar tumultos indesejáveis, ou seja, o deputado não se opunha à forma como a libertação do ventre estava sendo proposta, na verdade ele se opunha a qualquer medida que viesse a acelerar um processo que, para ele, já estava bem encaminhado.

Outro deputado cearense a se pronunciar sobre a Lei do Ventre Livre foi o conservador Raimundo Ferreira de Araújo Lima. Para ele, a proposta também seria a melhor saída para se resolver o problema, tendo em vista a impossibilidade da abolição imediata. Rebate ainda aquelas propostas que propõem o fim da escravidão baseando-se na diferença entre óbitos e nascimentos e na iniciativa da população através das alforrias espontâneas. Para Araújo Lima, não faz nenhum sentido confiar nessa proposta, visto que o personagem principal aqui é o povo que, segundo ele, é volúvel, mudando de opinião de acordo com a tendência em voga:

“Alludio-se ainda, Sr. Presidente, nesta casa à abolição da escravidão pelo excesso dos obitos sobre os nascimentos. Não reputo aceitavel este principio por duas considerações principaes: fallibilidade de sua base e iniquidade.

Tem-se desenvolvido, é verdade, em grande escala a caridade privada em favor da emancipação. Folgo de fazer justiça a todo mundo, e principalmente a meus concidadãos. Todavia, cumpre não exagerar o bem nem o mal, porque dahi podem nascer apreciações erroneas.

Sabeis qual a causa principal que explica a energia da caridade privada com

relação à emancipação?

Ao me ver é esta: - o povo que não se compõe de sabios, que mudam de opinião todos os dias, como se muda de camisa [...]

Não me refiro a ninguém, o povo com o seu bom senso compreendeu logo que a escravidão toca ao seu termo, tendo ahi de intervir poderosamente a acção da lei. Então discorreu elle assim: - Se os meus escravos hão de ser forros pela lei, quero ter o merecimento do acto perante Deus, perante os homens, como perante a minha consciência. - Eis como se explica em grande parte a grandeza da caridade privada.

Mas estabeleça-se uma nova ordem de idéas. Acredite-se na perpetuidade da escravidão.

Reapparece então o imperio dos sentimentos egoisticos; não faltarão razões para justificar-se a escravidão [...].”¹⁴

Após essa discussão, um significativo período de silêncio ocorre no Parlamento. Os debates sobre o fim da escravidão voltam a ter destaque no ano de 1882, quando o deputado conservador cearense Antônio Pinto de Mendonça pede a palavra para falar sobre possíveis ordens de repressão do governo para com a sociedade *Emancipadora Cearense*. Antônio Pinto formou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, conforme a tendência na época e foi colaborador de vários periódicos conservadores da província. No debate em questão, o deputado afirma ter ouvido de várias pessoas diferentes que o governo houvera solicitado ao delegado da província do Ceará que mesmo tomasse medidas enérgicas contra a citada associação emancipacionista, no que é contrariado pelos também representantes do Ceará: Leandro Chaves de Mello Ratisbona e Antônio Joaquim Rodrigues Júnior (ambos liberais).

Antônio Pinto declara terem chegado em suas mãos os seguintes telegramas:

“Fortaleza, 8 de junho: - O governo imperial ordenou ao presidente da provincia, que opprimisse a associação libertadora por ter o director do *Cearense* communicado para a côrte que houve levantamento de escravos, promovido pela libertadora. Consta que há demissões e suspensões de empregados publicos, membros daquella associação.

A provincia está ameaçada pelo despotismo escravagista; temos fé no representante do povo, chamamos por elle; interpeção urgente.”¹⁵

Além destes, o deputado afirma haver vários outros telegramas publicados nos jornais da corte. Reforçando sua acusação, Antônio Pinto cita a greve dos tipógrafos, ocorrida no mesmo período em que vieram a público as denúncias de repressão pelo governo imperial. Segundo ele, os tipógrafos se negam a imprimir e publicar os artigos do jornal *Cearense* (órgão liberal da província) e o fazem por não concordarem com o procedimento daquele periódico, que estaria se colocando contra a sociedade *Emancipadora Cearense* e contra os abolicionistas de modo geral.

Contrários às colocações do deputado conservador fazem apartes durante todo o discurso deste os Srs. Rodrigues Júnior e Ratisbona, sobretudo porque o jornal alvo das críticas (*Cearense*) é de propriedade do primeiro. O discurso se desenrola com a

preocupação clara de associar Ceará e abolicionismo, como se esta ideia sempre tivesse estado presente no espírito cearense. Seus argumentos, em última instância, justificam o “pioneirismo” do Ceará no movimento emancipacionista e, conseqüentemente, seu papel de guia da nação. Vejamos seu discurso:

“O Ceará não é abolicionista de hoje, vem de longe o seu generoso pronunciamento em prol da redenção dos cativos, é, por assim dizer, um instinto do povo cearense, e que aumenta de dia para dia, e sempre com maior intensidade e entusiasmo.

Desde 1852 que o Ceará tomou a gloriosa iniciativa da grande e sublime idéia da abolição. Nesse tempo o seu illustre representante nesta camara, Pedro Pereira da Silva Guimarães, de saudosa memoria, apresentou e fundamentou um projecto de lei, libertando o ventre da mãe escrava, e por isso foi considerado como louco e temerario.

Correram os tempos, quando em 1868 a assembléa provincial do Ceará marcou uma quota no seu orçamento para a libertação de certo numero de crianças escravas, e esta quota para todos os annos subdividida pelas comarcas da provincia, produzindo um effeito surpreendente e abraçado por todos os cearenses.

Esse movimento sympathico foi se desenvolvendo na opinião até o presente estado em que o contemplamos; hoje o Ceará occupa a vanguarda das provincias do imperio, dando o mais edificante exemplo de seu amor a liberdade. Os meus collegas me desmintam, si é possível. Quem não é abolicionista no Ceará?

O Sr. Rodrigues Junior: – Ninguém.”

O debate segue com a pergunta de Ratisbona: “Como é que V. Ex. entende ser abolicionista?”, ao que Antônio Pinto prontamente responde afirmando não haver mais de um significado para a palavra. Ratisbona continua:

“O Sr. Ratisbona: - É atacando a propriedade?

O Sr. Antonio Pinto: - V. Ex. é injusto, pois sabe muito bem que em nossa provincia o abolicionista não ataca a propriedade de ninguém, não viola o direito constituido, e apenas emprega como arma de propaganda a resistencia passiva e legal.

O Sr. Rodrigues Junior: - No Ceará não existem escravagistas.

O Sr. Antonio Pinto: - Si assim é, porque o nobre deputado me contesta, e porque está a capital de nossa provincia estremecendo pelo medo e pelas ameaças do governo? [...]

O que eu admiro, Sr. Presidente, é que representantes do Ceará, que deveriam estar identificados com os seus interesses e aspirações, procurem por qualquer motivo falsear a presente questão, e não compartilhem comigo o merecido respeito aos sentimentos da provincia.”¹⁶

O que se pode perceber na discussão entre os deputados, todos representantes do Ceará, é justamente a mesma ausência de consenso notada entre os membros da Assembleia Provincial. O debate aqui não se refere à aprovação de propostas de lei, mas

aos contornos que o movimento tem ganhado no Ceará. É importante ressaltar aqui que no ano anterior os jangadeiros cearenses, no conhecido episódio do porto de Fortaleza, haviam declarado que no porto do Ceará não se embarcariam mais escravos. Esse evento, tenha sido ele ou não fruto da espontaneidade popular, deu mais força ao movimento, e de certa forma legitimou posicionamentos mais radicais que vieram a ocorrer posteriormente, bem como marcou o lugar do povo – entendendo como povo as parcelas mais humildes da população – no movimento pela libertação dos escravos. A partir de 1881, a identificação entre povo e movimento emancipacionista, no Ceará, passa a ser construída e serve como justificativa para o vanguardista movimento emancipacionista cearense:

“O Sr. Antonio Pinto: - Digo e repito, Sr. Presidente, o governo do Sr. Martinho Campos é pequenino, fraco; é impotente mesmo para supplantar o movimento abolicionista na minha provincia, porque, senhores, na terra em que o pobre e obscuro jangadeiro prefere os perigos e tempestades do oceano, onde vae procurar o sustento para seus filhos, e rejeita as ofertas do rico avarento, do escravagista ambicioso, e não embarca os seus escravos; na terra em que a mãe de familia prepara com as próprias mãos mimosos presentes para os bazares da liberdade [...] nesta terra, digo, Sr. Presidente, todo governo é impotente para esmagar uma idéa cristalisada na consciencia publica.”¹⁷

Em maio de 1883 novas discussões sobre o movimento emancipacionista no Ceará voltam a ocupar as atenções da Câmara Geral. O debate começa quando o liberal Rodrigues Júnior pede a palavra para falar sobre as censuras que tem recebido o governo em razão da transferência do 15º batalhão de infantaria do Ceará para o Pará. O deputado começa alegando que a movimentação de destacamentos de força policial é uma prática comum, bastante utilizada para combater possíveis frouxidões disciplinares decorrentes das relações íntimas que os mesmos podem vir a estabelecer com a população local. O 15º batalhão há anos encontrava-se estacionado em Fortaleza, sendo, quase todos os seus integrantes naturais da província do Ceará, o que, para Rodrigues Júnior, já justificaria sua locomoção. Soma-se a isso, no entanto, um acontecimento bastante peculiar que desencadeou tal reação por parte do governo, vejamos sua descrição dos fatos:

“Conhece a camara a direcção que tem tomado no Ceará o movimento abolicionista, pela propagando exagerada e os desvarios de alguns indivíduos que constituíram na cidade da Fortaleza a associação denominada *Libertadora Cearense*.

Começando por embaraçar a exportação de escravos destinados á venda para fóra da provincia, por meio de impressos incendiarios, da associação dos jangadeiros, e ajuntamentos na praia nos dias da sahida de vapores para o sul, logo depois, animados pelo successo, se abalançaram a estender os mesmos embaraços à sahida dos escravos que tinham de acompanhar aos próprios senhores, tivessem elles sido comprados na provincia ou somente de regressar. Entre outros citarei à camara um facto muito conhecido, o que se deu com o

major Camerino Facundo, empregado de fazenda, quando depois de estar por alguns meses na Fortaleza, teve de voltar a Belém onde é residente.

Chegando ao porto com a família e os escravos que tinham de seguir em sua companhia não pôde, pela grita e pelos embarços oppostos por um crescido grupo de indivíduos, effectuar o embarque dos escravos.

Reclamada a presença do chefe de policia [...] de balde tentou elle, por meios suasorios, conter os agitadores [...]

Requisitadas pelo chefe de policia ao commandante do 15º algumas praças, sob o commando de um official, para manter a ordem e garantir o embarque dos escravos, chegaram ellas retardadamente, e quando os escravos já tinham sido raptados, com applausos dos agitadores.”¹⁸

Rodrigues Júnior não nega que a remoção do destacamento tenha relação com o acontecido e na verdade até crê que os eventos justificam a postura do governo, pois que *excessos* estariam sendo cometidos pela *Libertadora Cearense* com o objetivo de acelerar o movimento abolicionista. No fim das contas, a *Libertadora* cometia abusos e atacava o governo, incitando a desobediência e as fugas de escravos sem que as autoridades provinciais nada fizessem para reprimir seus atos. Contou como agravante ainda, segundo o deputado, a constituição de uma sociedade pró-emancipação pelos militares, o *Club abolicionista militar*, filiado à *Libertadora Cearense*, o que tornava inviável a existência de uma relação de confiança entre o destacamento e o governo.

Para o deputado, são injustificáveis os eventos ocorridos no Ceará, pois que ali todos mostram simpatia pela ideia da emancipação. A propaganda, a seu ver, exagerada, chegou a atingir inclusive as províncias vizinhas, cujos escravos passaram a fugir para o Ceará, que o deputado receia se transformar num “valhacouto dos foragidos e onde se formem quilombos.”¹⁹

No dia seguinte, o conservador Antônio Pinto pronuncia-se contra a fala de Rodrigues Júnior, lamentando o posicionamento de seu colega que, cearense como ele, deveria manifestar apoio ao movimento de sua província, sobretudo quando ele mesmo havia mandado redigir e distribuir panfletos pró-emancipação no ano anterior e defende o 15º batalhão alegando que este nunca fez nada que motivasse sua transferência. As discussões continuam na bancada cearense, uns apoiam a *Libertadora Cearense* e seus atos, outros a repudiam. Acusações são trocadas: aqueles identificados com a *Libertadora* acusam o governo de demissões injustas e perseguições infundadas aos membros da associação, enquanto o outro grupo acusa a *Libertadora* de atos criminosos, na medida em que atacam o direito de propriedade estabelecido na Constituição e desordenam a sociedade.

Em particular, o conservador Antônio Pinto, acusa o liberal e ministro da guerra, Rodrigues Júnior, de ter mudado de postura em relação à emancipação e à *Libertadora Cearense*. Segundo Antônio Pinto, o liberal parecia pensar diferente quando, de início, mostrava apoio à *Libertadora* e quando seu sobrinho, Paulo Pessoa Filho (redator do *Cearense*) pedia que se ocultassem escravos:

“O Sr. Antonio Pinto: - Libertadora Cearense nunca podia ser considerada como valhacouto de escravos, e, si o podia ser, essa qualificação partiu dos incentivos

que essa associação recebeu do nobre ministro, dos amigos e dos parentes de S. Ex. S. Ex., quando abraçava de corpo e alma o pensamento que a dirige, com os seus amigos incitava a sociedade Libertadora no proposito da occultação de escravos. (*Apertes*)

O Sr. Dr. Paula Pessoa Filho, sobrinho de S. Ex. e redactor do *Cearense*, órgão de sua politica, era o primeiro que pedia aos abolicionistas cearenses para occultarem os escravos, como meio de protecção. Á vista disto, S. Ex. era o menos competente para qualificar a sociedade Libertadora de valhacouto de escravos.

O Sr. Rodrigues Junior (*ministro da guerra*): - V. Ex. está me emprestando o que eu não disse.

O Sr. Antonio Pinto: - Era o próprio sobrinho do nobre ministro que escrevia aos abolicinistas, dizendo - lá vai esse *trabalhador livre*, occultem-no. Mas isso era no tempo em que o nobre ministro era abolicionista como eu. (Hilaridade) Hoje S. Ex. é ministro, não adhere espontaneamente a estes sentimentos patrioticos, tem outra norma de conducta...²⁰

Antônio Pinto vai ainda mais longe e na sessão de 10 de julho de 1883 traz aos debates a lei de 1831, que considerava livres os escravos que adentrassem no país após sua publicação. Para o deputado, a lei ainda estaria em vigor já que nenhuma disposição posterior a anulou. Diante desta constatação, o deputado questiona: “Por que razão o governo não faz a reparação dessa grande injustiça, desse crime e iniquidade sem nome? Por que razão o governo não manda arrancar da infamia das senzalas essas creaturas livres?”²¹ Óbvio que tais indagações aumentaram significativamente as críticas que já recaíam sobre o deputado, sobretudo pelo fato do mesmo ser conservador. Tentando justificar sua posição, Antônio Pinto alega ser um conservador sem patente. Quando um deputado afirma que suas ideias, no entanto, são liberais, ele assevera ser este injusto em suas apreciações, pois que as questões emancipacionistas pertenceriam aos conservadores. Em sua percepção, o partido conservador não é contrário à emancipação, simplesmente não quer a precipitação dos acontecimentos, sendo, no entanto, de seu interesse a execução da ideia. Ao dizer isto, Antônio Pinto não tem um único “apoiado” da câmara, fato que é notado e anunciado por um Sr. Deputado, ao que reage, o cearense, acusando a câmara de ser formada, em sua maioria, por escravocratas:

“O Sr. Antonio Pinto: - O que quer V. Ex. que eu faça, si fallo perante uma camara em sua maior parte escravocrata? (*Não apoiados e reclamações*) É o que parece, é o que é verdade.

Ao passo que o nobre deputado por Minas foi há pouco tão cumprimentado porque fallou contra os abolicionistas e contra os cearenses, eu, que sou um entusiasta da emancipação, e advogo esta idéa sempre que posso, não devo esperar a mesma honra; mas, isto não me domove do proposito de cumprir meu dever. Estou sobranceiro a qualquer censura desde que me guie pela minha consciencia sómente; e, quando os meus comittentes não approvarem o meu procedimento, eu resignarei o mandato com a consciencia tranquilla de ter feito o meu dever, esforçando-me por cumpril-o sem dependencias e considerações.”²²

Finda 1883 e as discussões no ano posterior já se iniciam acaloradas em decorrência da recente abolição da escravidão no Ceará, em 25 de março de 1884. Um dos principais contendores da deputação cearense é Andrade Figueira, deputado geral pelo Rio de Janeiro. Entre os pontos de crítica mencionados até o momento, um em especial merece destaque: a propaganda abolicionista, que foi alvo de agitadas discussões e se revelou particularmente profícua em 1884, ano em que o Ceará se declarou livre de escravos, o que desencadeou no Rio de Janeiro uma onda de comemorações e manifestações de apoio. Manifestações estas que não contaram com o apoio irrestrito da elite política. Na câmara, os debates tiveram vários protagonistas, destacando-se mais uma vez na bancada cearense Antônio Pinto de Mendonça. As discussões se iniciaram por volta de maio de 1884, quando o deputado pelo Rio de Janeiro, Andrade Figueira, fez um pronunciamento se mostrando descontente com as movimentações pró-abolição no Ceará. Mais do que isso, Figueira acusava o governo imperial de ser condizente com tais atos, na medida em que não os reprimia, permitindo que a ordem pública fosse atacada. Ele também se mostra insatisfeito com a forma como se deu a abolição no Ceará. Seu argumento é de que nada pode ser decretado sem passar pelos órgãos competentes – Senado e Câmara –, como então, teria sido decretada uma medida que não transitou por nenhuma das instituições em questão? Para Andrade Figueira, a resposta é simples: a abolição se deu de forma irregular, mas condenável mesmo foi a atitude permissiva do governo, que nada fez para conter os ânimos populares:

“Onde está a legalidade da intitulada emancipação no Ceará? Qual é a lei decretada pelo poder competente, isto é, a camara dos deputados e o senado, abolindo a escravidão nessa provincia? Póde neste paiz alguém estabelecer legalidade que não transite por essa chancelaria e pela do senado? (*Apoiados*)

Que legalidade póde haver, portanto, na abolição que se festejava com o telegramma dirigido pelo presidente do Ceará?

Esse presidente de provincia devia ter sido demittido immediatamente, si o ministerio tivesse consciência da sua responsabilidade.”²³

O primeiro a se pronunciar em defesa dos abolicionistas cearenses foi Antônio Pinto, que ressaltou a forma pacífica e ordeira por que se deu a emancipação no Ceará e questionou a necessidade de haver lei para que um ato fosse considerado legal. Para ele, a vontade geral está acima do direito: “A provincia quiz e fez; nada mais natural e legal.”²⁴ A abolição no Ceará, na perspectiva do deputado teria sido fruto da vontade coletiva:

“O Sr. Antonio Pinto: - Disse S. Ex., o Sr. Andrade Figueira, que o movimento abolicionista do Ceará não foi legal, porque, até hoje, não há uma lei que determinasse esse movimento e sancionasse essas libertações.

Meus senhores, aquillo que se deu com relação ao povo cearense foi o que individualmente se passou com S. Ex.

S. Ex. Teve a caridade, a bella caridade de libertar seus escravos, e para isso não foi necessario lei que a determinasse; a lei foi a sua vontade, o impulso generoso do seu coração, que todos nós louvamos e applaudimos.

O que se deu individualmente com S. Ex. Deu-se collectivamente com todos os cearenses, que, do mesmo modo, libertaram todos os seus escravos. A provincia quiz e fez; nada mais natural e legal.

O Sr. Andrade Figueira: - E aquelles que não podem ser libertados senão com formalidades legais, como os escravos de órfãos e interdictos?

O Sr. Thomaz Pompeu: - Essas formalidade foram preenchidas.

O Sr. Andrade Figueira: - O que eu affirmo é que não houve lei libertando o Ceará.

O Sr. Antonio Pinto: - O Ceará não precisou de lei nesse sentido. A sua libertação tem a eloquencia dos factos.

O Sr. Andrade Figueira: - Acima dos factos está o direito.

O Sr. Antonio Pinto: - Acima do direito está o facto.²⁵

Antônio Pinto também contraria os boatos desordem e de falta de respeito à propriedade, no que é acompanhado por outro conservador cearense: Álvaro Caminha – mais um formado em Direito pela Faculdade de Recife – que também se mostra incomodado com as críticas que sua província tem recebido e manifesta sua opinião legitimando a abolição no Ceará com base no argumento da vontade coletiva, para ele não pode haver ilegalidade em um processo que se fundou na compra da liberdade dos cativos e nas alforrias espontâneas concedidas por seus senhores e conclui sua fala afirmando, assim com Antônio Pinto, que as disposições previstas pela Lei do Ventre Livre já não satisfazem as necessidades do país, fazendo-se necessário o estabelecimento de novas medidas.

O fim da escravidão no Ceará levanta ainda mais discussões e expõe as particularidades da bancada cearense quando o assunto é a emancipação dos cativos no restante do país. Acusações são feitas por todos os lados, posturas curiosas são tomadas e argumentos diversos são utilizados na justificação dos posicionamentos adotados. A abolição no Ceará só uniu a bancada cearense quando a província era acusada de proceder de forma ilegal no processo emancipacionista, aí seus representantes se levantavam em protesto defendendo a honra da província “ultrajada”, de resto, o que se vê são brigas entre e intra-partidos e acusações pessoais. As discussões acerca dos projetos emancipacionistas são um forte indicativo da heterogeneidade contida no interior dos partidos políticos, na medida em que, as opiniões emitidas a respeito dos projetos propostos não eram baseadas necessariamente na filiação partidária. A abolição da escravidão no Ceará é interessante porque exalta os ânimos, dá mais ímpeto ao movimento nacional e, em última instância, força os envolvidos no debate a tomar posicionamentos que nem sempre correspondiam ao que se esperava deles, seja por sua filiação partidária, seja por seu pertencimento à determinada bancada. O fato é que após março de 1884 as discussões ficaram mais intensas e a bancada cearense passou a se pronunciar com uma frequência ainda maior, fosse para esclarecer fatos ocorridos no Ceará, fosse em prol da defesa de sua província, fosse para justificar seus posicionamentos frente aos novos projetos reguladores da emancipação.

O mês de maio daquele mesmo ano foi repleto de discussões sobre a influência negativa da propaganda abolicionista do Ceará. Das várias bancadas das demais

províncias choveram ataques ao 25 de março. Alegava-se que as consequências teriam sido maléficas e que as províncias de Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo andavam sobressaltadas pelo movimento abolicionista, que tomou significativo impulso após decretar-se o fim da escravidão no Ceará. O Barão da Leopoldina, deputado geral pela província de Minas Gerais, afirmava que dezenas de sociedades abolicionistas foram criadas desde março e culpava o governo por não imprimir ordem ao movimento. Para ele, foram desnecessárias as comemorações com tamanho alarde: uma jangada acompanhada pelo povo em procissão pelas ruas da capital, uma banda de música tocando e foguetes reboando. Segundo o deputado, se tal exibição não chegou perturbar a ordem pública, ao menos trouxe perturbações de ordem moral para os agricultores. Seu companheiro de bancada, João Penido, também se mostra incomodado com as repercussões do ocorrido no Ceará e pede providências ao corpo legislativo para barrar a “nefanda obra” dos abolicionistas “que têm penetrado por todos os lados naquella provincia, e que estão concitando os escravos [...]”²⁶. Penido tem a mesma percepção de Andrade Figueira em relação ao movimento no Ceará: foi ilegal. E satiriza a forma como se deu o fim da escravidão na província: “Não se póde, porém, deixar de dizer que estão fora da lei aquelles que, com a canôa, foram bloquear o Ceará como si fosse a terra do rei Mosquito (*risos*); aquelles que andam pregando placas nas ruas dizendo: - Aqui está livre, acola não. (*Risadas e apartes*). Hoje em dia a propaganda está feita.”²⁷

Enquanto isso, partem da bancada cearense sinais de protesto à alcinha de desordeiros imputada por vários deputados. E o clima dos debates daí por diante só se exalta. No dia 10 de julho é proclamada a abolição da escravidão no Amazonas e no dia 15 de julho de 1884, é apresentado à Câmara o projeto número 48-1884, que legisla sobre o elemento servil. Entre outras, o projeto determinava a libertação dos escravos com mais de 60 anos, ficando facultativo aos seus ex-senhores retribuírem ou não os serviços daqueles que optassem por continuar em sua companhia. No caso de libertos inválidos ou doentes, ficaria o ex-senhor obrigado a alimentar-lhes, vestir-lhes e socorrer-lhes, podendo cobrar destes, serviços compatíveis com suas forças. A abolição na província do Amazonas e a exposição do projeto, no entanto, não foram bem recebidas, para a surpresa de muitos, por alguns membros da bancada cearense.

Leandro Chaves de Mello Ratisbona critica a forma *violenta e ilegal* por que se realizou a emancipação no Amazonas. Segundo ele, os princípios constitucionais foram violados porque não compete às Assembleias Provinciais legislar sobre o “estado servil, nem impôr sobre a propriedade”²⁸ e deixa claro que é absolutamente contrário à libertação sem indenizações. Para ele, a propriedade escrava é digna de respeito porque se encontra respaldada pela justiça. É garantida porque é fruto do trabalho desta geração e da anterior, não podendo, portanto, ser arrancada a seus proprietários sem justa compensação. Ratisbona se declara emancipacionista, não abolicionista e almeja um fundo de emancipação vultoso que permita alforrias em larga escala, “... conciliando os direitos de propriedade com certos estímulos de mais equidade para as alforrias.”²⁹

Olhando rapidamente, inclinamo-nos a perceber nisto uma contradição, mas a leitura das fontes nos permite ver que a votação aqui não se dá apenas em termos de ideais a serem seguidos, mas também em termos do partido a que se filia cada deputado. Não

estamos aqui tentando justificar as posturas dos representantes da bancada cearense de modo a resguardar-lhes os nomes. Longe de nós tal intento e tal postura provinciana. Nossa preocupação é bem outra, tem a ver com a investigação histórica e com a análise das relações estabelecidas entre os indivíduos e os partidos políticos, entre os partidos e as questões sociais e entre estas e os indivíduos que se encontram no poder. Também não tem a ver com *esclarecer os fatos*, mas com compreender que os posicionamentos políticos estão enredados numa teia muito mais complexa que envolve contexto, razão, emoção e vínculos políticos e pessoais.

Foi atentando para estas questões que se optou por destacar aqui os argumentos levantados pela bancada cearense. Álvaro Caminha é o primeiro a se pronunciar relativamente à moção de desconfiança e conseqüentemente ao projeto em discussão. Ele deixa claro que é adversário do ministério em questão, mas que lhe concederá o voto de confiança porque a questão do elemento servil é humanitária, não é de partidos e que se assim não o fizesse, estaria traíndo a si mesmo. Justificando sua postura, ele vota contra a moção:

“O Sr. Alvaro Caminha, representante de uma provincia livre, não deve deixar de explicar o seu voto (*apoiados*) sobre o ponto em que os dous partidos collocaram a questão de confiança.

Adversario do ministerio em tudo que não diz respeito ao elemento servil, hoje como nunca lhe concederá voto de confiança; mas vota contra a moção do nobre deputado por Minas, porque a questão do elemento servil está acima dos partidos, é mais do que uma questão social, é uma questão humanitaria. (*Apoiado; muito bem*)

Seria o orador trahidor á sua consciência e ás suas idéas, se neste momento não as affirmasse de modo solemne, collocando-as acima das conveniencias dos partidos

Hoje e amanhã negará o seu voto em questões de confiança politica ao nobre deputado do conselho, mas neste momento vota contra a moção.

Quem vai ser julgado não é o ministerio, é uma idéa: esta, e não aquelle, será victoriosa ou vencida. (*Muito bem; muito bem*)”³⁰

Enquanto o conservador, Álvaro Caminha critica a tendência de alguns a colocarem os interesses do partido acima da questão da escravidão, o liberal Ratisbona faz a crítica no sentido contrário. Para ele, os que procedem como Caminha se destacam da arregimentação de seu partido, fato que ele não vê com bons olhos.

Quase um ano depois, o grupo que se opunha a passagem do projeto ganha. A moção de desconfiança sai vencedora, dando vazão a mais uma onda de explicações da bancada cearense, que se inicia com o já bastante conhecido, Antônio Pinto. Para ele, o interesse geral deve ser colocado acima do espírito partidário, portanto, nenhum seu conterrâneo deveria se opor ao projeto, pois que é da causa da liberdade que ele trata. Justamente os representantes do Ceará, a primeira província a abolir a escravidão, não podiam negar ao ministério em questão seu voto de confiança.

O liberal José Pompeu de Albuquerque Cavalcante – engenheiro formado no Rio de Janeiro –, por sua vez, pede a palavra para explicar seu voto contra o ministério. Suas

razões são essencialmente políticas. Mesmo reconhecendo a importância da questão, ele se vê na obrigação de negar seu apoio ao governo, já que este tem um comportamento que o deputado não aprova para com o partido liberal na província do Ceará. Álvaro Caminha mantém a mesma posição do ano anterior, exibindo exatamente os mesmos argumentos para convencer seus colegas de bancada, bem como para explicar à Câmara seu parecer e Ratisbona se coloca contra o projeto pela ausência do princípio de indenização, o deputado não apoia as ideias radicais (como já se pôde notar por suas falas) e critica quem o faz, indagando-lhes o que seria feito dos libertos, frutos da abolição imediata e quem substituiria os cativos no trato da lavoura. Até 1888, data da abolição nacional, os debates continuam com participação intensa da bancada cearense que, volta e meia, *se vê obrigada* a defender o Ceará. É importante atentar para ausência de preocupação com a importação de trabalhadores livres. A imigração, aqui, não é uma necessidade, mas o trabalho livre; e este não precisa ser necessariamente europeu, mesmo porque, o fim da escravidão no Ceará não fez escassear o braço trabalhador.

O que se sobressai nos discursos dos políticos cearenses, sejam eles do parlamento ou da assembleia provincial, é justamente a preocupação com o progresso, com a civilização e, juntamente a estas, a necessidade de marcar o espaço do Ceará dentro da história nacional, apresentando-o como exemplo a ser seguido e apresentando os cearenses como povo naturalmente humanitário e com um papel social: guiar a nação nos caminhos da civilização. É a partir desses pressupostos que se elabora uma identidade para a população do Ceará, calcada nas condições geográficas desfavoráveis, que foram utilizadas como elemento delineador do perfil cearense. A partir dos debates pode-se perceber também a falta de homogeneidade entre esses políticos. A formação educacional próxima não garantiu um posicionamento uníssono na assembleia local nem no parlamento. Vários fatores pesavam na tomada de decisões, não cabendo aí a correlação simplista: voto em conformidade com meu partido. Origem, formação, filiação partidária, trajetórias de vida etc, tudo isso influenciava na escolha entre um projeto ou outro e era o entrelaçamento de todos esses fatores que em última instância definia os posicionamentos, garantindo a multiplicidade de projetos, posturas e argumentos que pudemos acompanhar ao longo da pesquisa aqui empreendida.

Notas e referências

¹ BR/ Ceará, *Annaes da Assembleia Provincial do Ceará*, 16 de agosto de 1871, p. 94. Mantida a grafia original em todas as citações.

2 Ibid.

3 Ibid.

4 Ibid., 12 de julho de 1881, p. 15.

5 Ibid., 18 de julho de 1882, tomo XVI, p. 92.

6 Ibid., 12 de julho de 1881, tomo XV, p. 19.

7 Ibid., tomo XV, p. 19.

8 Ibid., tomo XVI, p. 140.

9 Ibid., 8 de outubro de 1883, tomo XVIII, p. 26.

10 Ibid., 30 de agosto de 1882, p. 449.

11 BR, *Annaes do Parlamento*, 18 de julho de 1870, p. 139.

12 Ibid., pp. 138-9.

13 Ibid., p. 197.

14 Ibid., p. 226.

15 Ibid., 10 de junho de 1882, p. 384.

16 Ibid.

17 Ibid.

18 Ibid., 10 de maio de 1883, p. 55.

19 Ibid., p. 56.

20 Ibid., 07 de junho de 1883, p. 61.

21 Ibid., 10 de julho de 1883, p. 104.

22 Ibid., p. 105.

23 Ibid., 08 de maio de 1884, p. 77

24 Ibid., 09 de maio de 1884, p. 95.

25 Ibid.

26 Ibid., 20 de maio de 1884, p. 245.

27 Ibid., p. 245.

28 Ibid., 23 de julho de 1884, p. 303.

29 Ibid., p. 304.

30 Ibid., p.362.

PARTE 4

Migrações e Exílios: ideias e processos

A História intelectual dos imigrantes italianos no sertão da Bahia

*Maria Luzia Braga Landim**

No decorrer do século XIX, o Brasil entrou numa fase acelerada de mudanças que transformou as estruturas políticas, econômicas e sociais. No campo econômico começou a estruturar-se como nação moderna a partir da chegada de D. João VI, e abandonou o *status* de colônia na primeira metade do século. Aquele processo deveria desvencilhar o Brasil da dependência europeia e impulsionar o crescimento nacional que, durante séculos, se manteve estagnado em torno de propriedades fundiárias de grandes dimensões e cidadãos do reino português, que trabalhavam, sobretudo, com escravos trazidos da África.

Finda a era do açúcar, que por três séculos consecutivos fizera do Nordeste, em especial a Bahia, o coração econômico do país, e a série de acontecimentos históricos que impulsionou a destruição das maiores zonas açucareiras baianas, sem, contudo paralisar as atividades comerciais em outros setores.

Após os primeiros anos de dificuldades extremas, e não foram diferentes das que atravessaram outros países, os imigrantes italianos acabaram por se integrar à sociedade brasileira. Em sua grande maioria, ascenderam socialmente, mudaram a paisagem socioeconômica e cultural do Centro-sul do Brasil. No Sul, vincularam-se à produção de trigo, vinho, e atividades industriais; em São Paulo, impulsionaram o desenvolvimento industrial e o comércio. Nessas regiões, transformaram também a paisagem cultural, valorizaram a ética no trabalho introduzindo novos padrões de cultura e modificações nos modos de viver.

Na Região Nordeste, especialmente no interior da Bahia, o arraial de Jequié acolheu um grupo de italianos aventureiros à procura do lugar ideal para recomeçarem suas vidas. Aqueles europeus transformaram as convenções sociais, culturais e políticas da sociedade sertaneja. Desenvolveram atividades produtivas na Região Sudoeste¹ que repercutiram significativamente no comércio atacadista e passaram a se tornar vital para

* Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Jequié). Doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

a conjuntura nacional. Nas primeiras décadas de 1900, a Bahia alcançou a segunda posição de exportador de cacau depois da Costa do Ouro (Gana, África Ocidental).²

Aqueles italianos provenientes de Trecchina, Sul da Itália, passaram a dominar os espaços físicos, comerciais, políticos e sociais e produziram uma modernização conservadora que mudou os contornos da sociedade e estimularam o progresso da Província da Bahia.

Essas informações surgem como contingência histórica praticamente desconhecida e sugerem a falta de métodos históricos apropriados que revelem suas singularidades culturais e desmistifiquem a presença italiana, que parece se consagrar nas lavouras de São Paulo e do Sul do país.

Os imigrantes italianos imprimiram marcas identitárias que explicam as culturas mescladas por hábitos sertanejos e europeus revelados nas representações simbólicas e na memória coletiva. A população local passou a conviver com o “outro” - *o outsider*³ - e reforçou seus laços culturais e o sentimento de pertencimento. A integração com os habitantes locais fortaleceu laços identitários sertanejos e promoveu a demarcação dos limites de poder. No entanto, a convivência com o outro, com o diferente, começou a provocar insegurança aos habitantes originários do sertão que se sentiram ameaçados pela presença estrangeira.

Como estratégia para minimizar os conflitos, os novos donos do poder incluíram no mercado de trabalho os sertanejos da região, superando assim parte das diferenças socioeconômicas e culturais introduzidas pelo novo e pela modernidade.

Os acontecimentos cotidianos fixados na memória regional evidenciam uma História Cultural que integra a temática, o objeto que individualiza o fenômeno e a base teórico-metodológica que renova o campo de trabalho. Embora as pesquisas sobre o fenômeno migratório a cada dia estejam renovadas e ampliadas, ainda há muito a se recuperar dos acontecimentos que subsidiaram a nova historiografia.

Segundo Stuart Hall:

“a identidade cultural está intimamente ligada aos costumes, às tradições, aos hábitos, aos valores, às crenças e ao modo de viver em si de um determinado povo. Além disso, é preciso considerar o sentimento de pertencimento a uma comunidade ou mesmo a uma sociedade. A questão é que é sabido também que a imigração causa o desenraizamento do indivíduo ou de até um grupo. Esse processo certamente gera, no mínimo, insegurança pelo rompimento dos vínculos sociais e pela perda dos pontos de referência culturais, sociais e religiosos, podendo levar, entre outros fatores, à dispersão de identidade”.⁴

É importante ressaltar que aqueles imigrantes construíram uma identidade e reconheceram-se brasileiros, embora vinculados à tradição e à cultura de seu país, ou às comunas de Trecchina, Lucca, Vêneto, Lombardia, etc.

Para a manutenção das suas tradições, realizavam em sua vida cotidiana festas e cerimônias que marcaram a nova identidade. Sobre as produções de bens simbólicos, Bourdieu afirma:

“A história de vida das sociedades europeias está relacionada com a história das transformações e da função do sistema de produção de bens simbólicos e da própria estrutura desses bens. Ao longo das mudanças, formou-se um campo social, intelectual, cultural e financeiro, que almejava a autonomia progressiva do sistema de relações de produção, circulação e consumo do mercado de bens simbólicos que ampliavam os sistemas de poder.”⁵

As reflexões de Bourdieu sobre a constituição dos campos de saber e poder podem ser entendidas como representações sociais e não se abstém da neutralidade e da relação com a experiência vivida. A sociedade moderna busca o objetivismo funcional, para analisar cada sujeito com sua função e dom. As representações e as formas específicas de expressão dos italianos caracterizaram o início da imigração, marcada pela formação de uma coletividade que usou o saber-poder como estratégia de preservação da identidade e incluiu novos valores à sociedade.

O contingente migratório de europeus para o sudoeste baiano foi fundamental para o desenvolvimento de novos métodos de trabalho e habilidades no comércio que culminaram com índices expressivos de produção e negociações de produtos alimentícios que passaram a ser exportados pelos portos da Província da Bahia.

A base para a consolidação do capital italiano se estendeu para outros países depois da implantação de companhias marítimas que escoavam a produção regional e mantinha a Bahia no patamar de único produtor da América do Sul e o primeiro estado brasileiro na produção de cacau, competindo com o Equador, Trindade, República Dominicana e outros.

As estimativas sobre a imigração de retorno estão ausentes nos levantamentos estatísticos, embora elementos apresentados pelo censo de 1872 nos permitem analisar os dados utilizados como marco inicial de distribuição espacial da população estrangeira por unidades da Federação.⁶

Os dados transcritos são informações registradas nos Relatórios da Província e esclarecem sobre a decisiva prospecção econômica da Bahia nas primeiras décadas do século XX, que gerou o desenvolvimento social e cultural da cidade de São Salvador e das cidades interioranas, de onde provinham os produtos alimentícios a serem comercializados.

Com a aprovação do Presidente da Província, Conselheiro Francisco Inácio Barão Homem de Melo, o escoamento da produção regional passou a ser feita pela Companhia Bahiana de Navegação, por considerar o meio marítimo de transporte mais rápido e adequado para escoar os produtos regionais que seriam despachados para portos brasileiros e estrangeiros, sob a direção do Superintendente, Comendador José Lopes Pereira de Carvalho.⁷

O serviço feito com regularidade obedecia a cláusulas contratuais firmadas com os órgãos provinciais da Bahia, previam controle e fiscalização, além de diminuição do prazo de entrega das mercadorias perecíveis, tendo em vista a situação inadequada das estradas para o transporte daquelas cargas.

Desta forma, em primeira instância propomos analisar a conjuntura econômica da Bahia como ponto de partida para estabelecermos parâmetros de crescimento comercial, e daí compararmos os resultados obtidos com a autonomia financeira obtida pelo conglomerado italiano na região Sudoeste, para justificarmos o desenvolvimento comercial como fator preponderante para inclusão do sertão baiano nas atividades políticas, sociais, culturais e intelectuais que marcaram a expansão da Bahia no final do século XIX e início do XX.

As primeiras iniciativas de colonização e imigração na Bahia

Desde as iniciativas de colonização e imigração projetadas pelo Governo Provincial, os fenômenos imigratórios ocorridos para o interior baiano objetivavam ocupar vastas extensões desabitadas e contribuir para o desenvolvimento das regiões incultas do interior.

As primeiras investidas feitas pelo governo no sentido de imigrar estrangeiros para a Bahia foram idealizadas por Miguel Calmon du Pin e Almeida, presidente do Conselho Interino da Província da Bahia em 1823. Político e diplomata baiano tinha o interesse no desenvolvimento da agricultura nas regiões baianas. Para tanto, elaborou o primeiro projeto para a colonização do interior da Província.

Doze anos depois, em 1835, Du Pin assumiu a Presidência da Província da Bahia, quando criou e organizou a Companhia de Colonização e Imigração da Bahia. As falas apresentadas à Assembleia Legislativa da Província informam sobre a possibilidade de implantação do processo imigratório de forma incisiva, e admitem a extrema necessidade de receber a imigração de trabalhadores estrangeiros para o desenvolvimento da Província.

No entanto, os problemas financeiros e econômicos da Província tornaram-se empecilhos para consolidação e execução das propostas de povoamento nas terras devolutas, que impediam o cumprimento e a realização das ações propostas.

Os relatos do visionário são categóricos e estimulantes no que se referiam à expansão agrícola e a economia nas regiões interioranas. As propostas de ocupação do imigrante e aparelhamento para minimizar a escassez de água poderiam significar o avanço econômico da Bahia. Embora tivesse conhecimento dos problemas com as vastas extensões desabitadas e incultas que prescindiam de preparo e fertilização para alcançar os objetivos de produção, o idealista não desanimou.

Conseguiu agregar os grandes fazendeiros interessados na imigração, lavradores e pequenos comerciantes que enfrentavam dificuldades financeiras por causa da seca, mas não tinham como arcar com os altos custos desta empreitada.

Para minimizar as necessidades do projeto, o diretório da Companhia apelou para o Governo Imperial a fim de que tomasse providências no sentido de incentivar e respaldar os propósitos de colonização. Solicitou a convocação dos proprietários de terras baldias e devolutas para participarem dos colóquios e oferecer locais de alojamento para os importados. Como existiam em algumas Comarcas meridionais da Província terras desocupadas, os primeiros colonos de profissão agrícola foram acomodados, fato divulgado nas principais folhas Públicas da cidade.⁸

Desde as primeiras propostas de imigração, a finalidade prioritária era impulsionar o crescimento da economia baiana e obter meios de fixar os imigrantes no local. As primeiras súmulas do projeto previam o cumprimento de cláusulas que tratavam da recepção, acomodação residencial e posicionamento dos imigrantes nas frentes de trabalho.

Os representantes brasileiros na Europa responsáveis pela concretização dos traslados de estrangeiros para a colonização da Província da Bahia procuraram difundir nos países europeus as benesses e vantagens oferecidas pela Província. Os contratos previam negociações que alcançariam o maior número possível de estrangeiros a atravessar o Atlântico para se fixarem em propriedades *agrícolas* da Bahia.

As propagandas feitas pela Província da Bahia e divulgadas na Europa e nas Américas para atrair trabalhadores dispostos aguçavam o desejo de propriedade e melhoria de qualidade de vida, mas, ao conhecerem o interior se chocaram com a falta de possibilidade por causa dos problemas de ordem financeira da Província e impediam o cumprimento dos acordos feitos com o Brasil.

A Sociedade de Proteção aos Emigrados, criada com a finalidade de impulsionar a imigração, passou a ser dirigida por Vincenzo Savi de Spoleto com o apoio da Legação Imperial Brasileira em Roma e sua congênere no Rio de Janeiro. Assim, firmaram o primeiro acordo em 04 de novembro de 1836 para a vinda de imigrantes italianos subvencionados pelo governo brasileiro.

Na Sociedade para Colonização na Bahia, figurava o presidente Arcebispo Dom Romualdo Antônio de Seixas que firmara contrato entre o Brasil e a Itália para a imigração de colonos. Entretanto, em 1836 a Legação Imperial em Roma⁹ e a Sociedade de Proteção aos Emigrados da Bahia e sua congênere no Rio foram obrigadas pelo governo pontifício, em 1837, a receber 62 indultados que foram exilados na Bahia, entre criminosos, assassinos, marginais e presos políticos com penas perpétuas, sem o prévio consentimento da Província.¹⁰

Os acordos de imigração feitos não foram cumpridos e ao invés de cidadãos livres e de bons costumes que deveriam ocupar as terras incultas da Bahia em 1837, e perpassar modelos de convivência e civilidade europeus, a Província foi responsabilizada pelos marginais que chegaram, sem vínculos sociais ou culturais, eximidos de seus crimes como cidadãos comuns nas terras baianas, mas, tão indesejáveis no país de origem, a Itália.

O modelo de convivência social dos europeus idealizado para ser perpassado em sua essência, antevia desenvolver a cultura e a educação local como forma de crescimento, e propiciar acesso aos meios culturais que aquele projeto objetivava, na verdade por ser idealizado como um processo civilizatório, embora a invasão dos indultados mudasse com a imposição do país emissor, o Vaticano.

Reconsiderando os acordos originais, verificamos que as cláusulas inicialmente propostas exigiam trabalhadores rurais, não criminosos apenas para substituírem colonos, e/ou a obrigação da Sociedade de Colonização em reconhecer aqueles indultados como imigrantes.¹¹ A indignação por tamanho alvitre gerou constrangimento ao governo baiano que se negou a receber os remidos, sem, contudo, prever os

problemas posteriores que surgiriam com tal atitude. Mesmo sem concordar com o traslado forçado pelo Vaticano, os malfeitores da Itália, foram liberados e agregados aos habitantes locais em Salvador.

A viagem que trouxe aquela tripulação atravessou o Atlântico na nave *Madonna Delle Grazie*, partiu de Civitavecchia em 22 de fevereiro de 1837, com cento e trinta e cinco pessoas a bordo, entre tripulação de quinze homens, três frades capuchinhos e chegou em 22 de abril de 1837, no convento da cidade do Salvador. Entre aqueles imigrantes, também vieram, subsidiados, outros grupos de trabalhadores voluntários, destacando-se mulheres e crianças.

A Bahia continuava a manifestar o interesse pela imigração, e a propaganda ostensiva de benefícios e perspectivas de melhoria de vida era anunciada. Assim, os acordos continuaram e naquele mesmo ano. Outra investida desastrosa trasladou duzentos e sete genoveses, e causou sérios problemas à Sociedade de Colonização e Imigração. Sem prévia autorização do Diretório da Bahia o responsável pelos acordos na Itália, liberou a imigração antecipadamente e resultou na depreciação do projeto baiano, pois evidenciou o despreparo da Província no acolhimento dos imigrantes italianos.

Sem receber a confirmação da encomenda pela Companhia da Bahia, o preposto do Brasil na Itália resolveu antecipar a liberação da expedição a bordo do *Empíreo* e *Amabile Emilieta*,¹² e encaminhou imigrantes sem o mínimo planejamento para a recepção dos mesmos. Mesmo em outras condições, a Bahia não teria como receber e acolher os imigrantes, pois financeiramente enfrentava um déficit considerável.

Diante de tantos contratemplos, os imigrantes vindos de Gênova foram entregues à própria sorte e quando chegaram a Salvador não encontraram as mínimas condições de habitação, trabalho e sobrevivência, como havia sido aprovado mutuamente. Dispersaram-se por toda a capital e quiçá no interior à procura de trabalho para sobreviverem com suas famílias.

Outro fator que dificultou a comunicação do envio antecipado próprio da distância entre as províncias da Bahia e da Itália, culminou na chegada dos colonos genoveses antes do prazo previsto. Na falta de planejamento e estrutura física para acomodar os imigrados, a companhia de Imigração e Colonização foi obrigada a recebê-los num depósito do Órgão.¹³ Tal atitude causou julgamento hostil por parte dos jornais italianos que depreciavam a cidade e o projeto imigratório para a Província da Bahia e alegavam ser um lugar estranho e sem condições de receber seus compatriotas

“... Humildes por necessidade, tímidos por ignorância, movidos unicamente pelo desejo de ganhar o pão, deixam de falar a língua pátria, acabam por esquecer-la, adotam com extrema facilidade todos os hábitos dessas regiões, mesmo os mais estranhos e menos higiênicos. ... Vivem e progridem também sem união, sem ideais; muito raramente recorrem à ação ou à assistência do real consulado e são, na maior parte, pouco menos que assimilados aos nativos, também em virtude das não raras uniões que ... contraem com mulheres do lugar, de pele mais ou menos escura [...]”¹⁴

As primeiras informações sobre o revés foram dadas pelo Presidente da Província e Diretor da Companhia de Colonização e Imigração da Bahia, Miguel Calmon Du Pin, e divulgadas durante a abertura dos trabalhos de 17 de abril de 1837, quando o presidente relatava as dificuldades encontradas para viabilizar os acordos realizados com o responsável do Brasil na Itália, e atentava para o cumprimento das cláusulas elaboradas para o Projeto de Imigração e Colonização para atrair estrangeiros.¹⁵

O presidente da Província assinalava as possibilidades de expansão econômica e a consecução de um projeto arrojado para fixar os imigrantes nas vastas extensões de terras da região sertaneja e a ocupação das terras devolutas de grandes fazendeiros que se encontravam em dificuldades financeiras motivadas pela crise da lavoura. Ratificava os critérios para que os acordos fossem firmados entre a Bahia e os países da Europa em 1835, mas, ressaltava a necessidade de honrar com os acordos feitos com os países interessados.¹⁶

Nessa reunião o diretor Miguel Calmon Du Pin leu o relatório que seria apresentado à Assembleia não realizada dias antes por falta de número de participantes, e desde as primeiras linhas ressaltava o interesse pela colonização como solução para o desenvolvimento das regiões da Bahia.

Além de se reportar às mensagens administrativas que tratavam das perspectivas de crescimento para o interior da Província, priorizava a colonização, imigração e segurança para o sucesso do empreendimento. Quanto à consecução do projeto, definia metas a serem desenvolvidas anualmente e apresentava informações sobre os problemas da Província. As sugestões para a realização da imigração, como viagem, instalação e alimentação, ratificavam os tratados e as providências a serem adotadas por cada gestor para a concretização das atividades.

No entanto, eram muitos os empecilhos que surgiriam e com eles as denúncias do Diretor da Companhia à Assembleia Legislativa da Bahia que assinalava a falta de cumprimento dos primeiros acordos. Solicitava medidas emergenciais nas reivindicações para resolver o problema dos 207 imigrantes chegados a Salvador, e elaborou uma mensagem lida que segue abaixo, transcrita originalmente:

“... Senhores, O Directorio da Companhia de Colonisação convocou como lhe cumpria a presente Assembléia, a fim de submeter à consideração e exame dos Srs. Acionistas o estado dos negócios da mesma Companhia, e deliberar em commum sobre as medidas que devão ser ulteriormente tomadas. Segundo o Prospecto que nos serve de Estatutos esta reunião geral devera ter tido lugar no 1º de Novembro do anno findo. Achando-se, porém, naquella época embaraçado o Directorio com o destino que devia dar aos Colonos então existentes no Depozito, e esperando de Genova, por avisos que recebera do nosso Ministro na Itália huma considerável remessa de Colonos, entendeu o mesmo Directorio, que não seria útil (nem airozo para os seus Membros) apresentar-se à Assembleia da Companhia antes de remover as graves dificuldades com que lutava, e de aviar os trabalhos que deveria trazer-lhe a anunciada vinda de 200 Genoveses. Agora,

que tem feito quanto em si coube para satisfazer à árdua tarefa de que se havia encarregado, vem dar conta de si aos seus dignos Consocios [...]¹⁷

O acordo previa a vinda de trabalhadores rurais que atuariam na agricultura, embora os locais de trabalho e a fixação dos imigrantes nem sequer haviam sido delimitados. As instalações para os imigrantes e as condições de trabalho propostas estavam em desacordo com as possibilidades. A infraestrutura de habitação e trabalho pretendida não existia. Muitos italianos abandonaram suas atividades na Itália, venderam bens e esperavam dos acordos com a colonização na Bahia benesses financeiras e lucros. Mas, não foram bem sucedidos.

Ao chegarem não tinham sequer local para se abrigar. O depósito da Companhia de Colonização foi utilizado como recurso para acolher os imigrantes que chegaram antecipadamente. A Bahia não estava preparada para receber os trabalhadores. Neste sentido, o interesse dos governantes da Bahia era fomentar a mão de obra estrangeira e fazer cumprir as cláusulas dos contratos que se referiam a recepção, acolhimento e frentes de trabalho para os estrangeiros. Naquele documento também solicitava ao Governo Imperial providenciar locais de alojamento para os imigrantes recém-chegados.

Ressaltamos que no interior da Província da Bahia havia grandes extensões territoriais para serem povoadas, mas as condições climáticas e a falta de água dificultavam a efetivação das metas e colocavam o projeto povoador em risco.

As dificuldades financeiras e os conflitos de gestão geravam desavenças e conflitos políticos. A falta de recursos financeiros da companhia e a impossibilidade de fazendeiros prestarem auxílio que minimizasse a situação e as relações de confiança foram abaladas provocando o fracasso das primeiras investidas de imigração europeia na Bahia.

Nesse período o Estado da Bahia enfrentava sérias dificuldades por causa da seca que perdurava por quatro anos consecutivos e assolava a região baiana com pobreza e doenças. Depois da década de 1837, os acordos realizados entre a Companhia de Colonização da Bahia e a Província da Itália foram registrados nas mensagens à Assembleia Legislativa, por iniciativa do Diretor Calmon Du Pin, mais tarde, Marquês de Abrantes.

A realidade foi inversa aos tratados. Os imigrantes genoveses se depararam com a falta de acomodação e alimentação logo nos primeiros dias de desembarque em Salvador e a Companhia de Colonização estava numa situação constrangedora.

Sem quaisquer providências imediatas e à medida que o tempo passava os imigrantes continuaram abandonados nos Depósitos da Companhia de Colonização sem perspectivas de sobrevivência ou melhorias, e muitos deles vagavam pela cidade de Salvador, sem destino.

Em condições subumanas os imigrantes e seus familiares se desesperavam com o passar dos dias, pois os problemas aumentavam, e a quantia trazida depois de venderem seus pertences na Itália já havia acabado e a solução para aqueles problemas não chegava.

As dificuldades relatadas aos consorciados da Companhia de Colonização da Bahia tinham a finalidade de deliberar sobre as medidas urgentes que deveriam ser tomadas para amparar os imigrantes.

As notícias divulgadas na Ata da sessão do diretório¹⁸ revelam as dificuldades financeiras enfrentadas pela Província naquele período, apontando para os problemas de capital e colocação de ações que afetavam as finanças da Companhia e tornavam o processo difícil de ser solucionado.

Nos anos posteriores a Província Bahia, através de mensagens e falas à Assembleia Legislativa, procurava divulgar os problemas causados pela imigração estrangeira a fim de minimizar as dificuldades conjuntamente com administradores das cidades e fazendeiros dos distritos do interior baiano.

A partir dos relatórios dos presidentes da Província da Bahia dirigidos à Assembleia Legislativa, na qual a comunidade tomava conhecimento sobre as iniciativas frustradas do traslado de imigrantes estrangeiros, informavam também a necessidade de técnicas e avanços na agricultura, no comércio e na indústria como forma de amenizar os problemas existentes em todas as regiões da Província, especificamente a falta de condições financeiras e a seca inclemente que assolava as regiões baianas.

Na fala do desembargador Pinheiro de Vasconcelos, em 1843,¹⁹ o Visconde de Monserrate relata as rebeliões de São Paulo e Minas, e reforça a necessidade de conjurar esforços das outras províncias para restituir a ordem e a tranquilidade nacional.

No item tranquilidade pública, segurança individual e força pública, informam: “A Província tem-se conservado tranquila apesar das desastrosas rebeliões em São Paulo e Minas, e a esse respeito não posso passar em silêncio, que também nos pertence a glória de termos contribuído com diversos contingentes de força para coadjuvar a pacificação daquelas duas Províncias, onde a maioria de seus habitantes, auxiliada por prontos e enérgicos socorros do Governo Imperial, desaprovando tão horroroso crime, repeliu as facções, e em breve tempo restabeleceu a ordem, ganhando por isso o bem merecido renome e as bênçãos da Pátria, e a estima do Monarca. Os crimes particulares já não eram mais repetidos, não só na capital, como nas Comarcas, onde a Lei das Reformas estava sendo mais bem executada”.

No texto, Vasconcelos também cita outros assuntos a exemplo da agricultura que considera como base principal para a riqueza da nação independente. Menciona os baixos preços do açúcar, e de outros produtos devido à escassez de mão de obra, além dos custos elevados com a manutenção de escravos. Reitera a proposta de imigrar colonos estrangeiros e propõe a criação de uma caixa de colonização e agricultura como forma de amenizar os efeitos devastadores das dificuldades climáticas que geram a falta de recursos nas comarcas.

Os documentos provinciais são reveladores quando expõem o desânimo dos agricultores com a falta de braços que pudessem ajudar na preparação e ampliação na produção agrícola que alcançasse o comércio varejista com produtos de boa qualidade. Em 1845,²⁰ o presidente da Província admite o descrédito de alguns órgãos europeus nas imigrações para a Bahia por acharem o lugar inapropriado para a fixação de seus compatriotas.

Mas, as investidas das províncias para conseguir braços trabalhadores imigrantes que contribuíssem para o progresso da Bahia continuaram. Sem regularidade nos contratos e sem providências para estabelecer as diretrizes dos acordos, muitas italianos decidiram não se arriscarem na Bahia e rumaram para outros estados brasileiros.

Embora os relatórios provinciais anteriores a 1887 já detalhassem as convocações feitas pelo Presidente da Província João Capistrano Bandeira de Mello, e encaminhadas aos responsáveis da Sociedade Bahiana de Colonização e Imigração e aos agricultores residentes nos pontos próximos da capital, que, para atender as determinações do Ministério da Agricultura Comércio e Obras Públicas, somente depois de efetivadas as fiscalizações e regulamentações da Província as atividades fluíram e foram oficialmente cumpridas.

Em uma das reuniões convocadas para análise dos problemas citados pelo presidente da Província, a falta de um número expressivo de interessados motivada pela interrupção das viagens a vapor entre as cidades do recôncavo, entre outros problemas políticos, não houve empecilho para que os membros da Diretoria da Sociedade de Colonização e Imigração adotassem medidas consignadas pelas representações presentes ao encontro. Os recursos solicitados foram imediatamente liberados, bem como a instalação, local de fixação e concessão do aluguel em espaços próprios para acomodação dos imigrantes até o prazo de adequação dos imigrantes à Província.

Somente em 1896, as medidas para regulamentar o processo de colonização e imigração para a Bahia foram expedidas no Decreto número 13, do Governador do Estado Luiz Viana, que aprovou o Regulamento Geral da Imigração e Colonização do Estado,²¹ cujos capítulos se referiam às formas de recepção, tratamento e acomodação dos imigrantes estrangeiros.

A partir deste Regulamento Geral da Imigração e Colonização, os traslados de imigrantes passaram a ser fiscalizados e minimizaram os problemas recorrentes de assentamento dos estrangeiros. Nos contratos mútuos são exigidos critérios para o desenvolvimento das etapas de entrada, recepção e tratamento dos imigrantes desde o desembarque, hospedagem alimentação e outras obrigações que dignificassem o tratamento humano a serem dispensados aos estrangeiros nas terras baianas.

O Regulamento compôs um exemplar com cinquenta e quatro páginas, nas quais estavam discriminadas minuciosamente as exigências com as quais os acordos deveriam ser firmados, e a responsabilidade dos assessores e gestores da Companhia de Imigração no cumprimento das prescrições legais. Destinou a direção dos trabalhos ao secretário de Agricultura, e ao inspetor de Terras, Colonização e Imigração, para serem responsáveis por organizar e superintender os serviços de recepção, acolhimento e tratamento adequado de acordo com as disposições em vigor e as ordens superiores.

No intuito de estabelecer os procedimentos necessários para uniformizar as atividades inerentes à consecução do projeto colonizador, os acordos deveriam seguir rigorosamente as cláusulas estabelecidas desde o capítulo inicial, cujo objeto do serviço a ser prestado, estava discriminado em vinte artigos, que obrigavam a Província e o país interessado no envio de trabalhadores a obedecerem as normas e critérios previamente demarcados, desde a escolha.

Outras tentativas no sentido de padronizar a entrada dos estrangeiros não alcançaram êxito. Somente com a regulamentação instituída pelo governo, sob a responsabilidade da Secretaria de Agricultura e do Setor de Inspeção de Terras, Colonização e Imigração conseguiram atingir as ações e metas do plano progressista.

Para o cumprimento das instruções e contratos, a fiscalização efetivada pelo auxílio do Estado, lavradores e particulares, na recepção e acolhimento dos imigrantes nas terras desabitadas ou em núcleos coloniais, a situação se regularizava como era proposto pelo projeto colonizador.

O assunto em questão surge como contingência histórica praticamente desconhecida e apresenta falta de métodos históricos apropriados que atentem para as singularidades culturais daquele espaço sertanejo. Amparado pelo eixo temático que se refere às ideias das migrações na América Latina dos séculos XIX e XX, este trabalho tem a finalidade de discutir as novas concepções e paradigmas sobre os movimentos migratórios ocorridos na Região Nordeste, em especial o sertão da Bahia, para comparar suas características peculiares com as de outras regiões brasileiras, onde a presença italiana parece ter-se consagrado com trabalhos nas lavouras de São Paulo e do Sul do país.

Considerações finais

Consideramos que o debate acadêmico em torno dos deslocamentos entre Europa e América Latina desde o século XIX tem sido gradativamente ampliado e representa um dos resultados de mudança na historiografia. Sem se restringir apenas a sustentar novos campos temáticos das academias e dos mercados editoriais, a história intelectual surge com novos elementos e abordagens de discussão para temas que pareciam de certa forma, esgotados.

No caso dos deslocamentos humanos no final do século XIX e decorrer do XX, quando a imigração ocupou parte dos acontecimentos no Brasil, surgem os imigrantes italianos provenientes de Treccina para ocuparem espaços físicos, comerciais e políticos no sertão da Bahia. De forma prudente, mas incisiva, aqueles italianos implantaram métodos inovadores de trabalho, criaram instituições socioculturais e estabeleceram mudanças. No sertão baiano os imigrantes imprimiram marcas identitárias que explicam as culturas mescladas por hábitos sertanejos e europeus, reveladas pelas representações simbólicas. Os acontecimentos cotidianos fixados na memória regional evidenciam uma História Cultural que integra a temática, o objeto que individualiza o fenômeno e a base teórico-metodológica que renova o campo de trabalho.

Embora as pesquisas sobre o fenômeno migratório a cada dia estejam renovadas e ampliadas, ainda há muito a se recuperar dos acontecimentos que subsidiam a nova historiografia, a exemplo dos acordos feitos entre a Província e o Governo Pontifício que arbitrariamente ordenou o traslado de indultados políticos e criminosos ao invés de trabalhadores que deveriam ocupar as terras incultas da Bahia em 1837. Aquela atitude modificou os objetivos de introduzir colonos e perpassar modelos de conveniência, preceitos morais e sociais europeus aos sertanejos do interior baiano.

Todos os acontecimentos cotidianos registrados nos relatórios da Província da Bahia desde 1823, evidenciam as práticas culturais endógenas e exógenas que estabeleceram assimilações e conflitos, ocasionaram encontros com sociedades distintas, divergências e conflitos, quando o desenvolvimento do sertão baiano ocorreu de forma acelerada em termos econômico-financeiro, e sociocultural .

O crescimento das cidades sertanejas por meio da implantação do comércio prosperou graças às negociações de compra e venda de produtos alimentícios consideradas de boa qualidade, e consagrou à região como a mais promissora em termos de produção pelo mercado internacional, pelo cacau, café, piaçava, entre outros. Os benefícios trazidos pelos ganhos econômicos propiciaram a inclusão dos italianos e da sociedade nos meios políticos, educacionais e intelectuais da Província.

Da mescla de comportamentos, normas e valores entre italianos e sertanejos surgiram inovações importantes que beneficiaram a agricultura, o comércio e a qualidade de vida do sertanejo. Como consequência do progresso das inovações implantadas pelos italianos, a região e consequentemente a Bahia, alcançaram o patamar implantado pelos italianos, como as políticas culturais e sociais que possibilitaram um novo descortino no cenário estadual e político do Governo da Província, modificando destarte os destinos do sertão baiano.

Portanto, somos gratos aos deslocamentos humanos do final do século XIX, especialmente aos imigratórios italianos para a Região Sudoeste da Bahia, a consolidação comercial das cidades ao entorno de Jequié, o desenvolvimento de culturas agrícolas adaptadas ao espaço sertanejo e atribuímos a todos esses processos o impulso comercial da Bahia no mercado exterior com a venda de produtos alimentícios produzidos na região Sudoeste.

Notas e referências

- ¹ Jequié, município situado na região sudeste da Bahia, na faixa do Polígono das Secas, a 216 m de altitude. Possui uma área de 3.113 km² e se limita com os municípios de Jaguaquara, Lafaiete Coutinho, Maracás, Boa Nova, Itagi, Manoel Vitorino, Aiquara, Ipiaú, Jitaúna e Wenceslau Guimarães.
- ² Mario Ferreira BARBOSA, *A Economia da Bahia através cem anos: notas estatísticas*, Bahia, da edição especial do Diário comemorativo do centenário da Bahia, Biblioteca do Ministério da Fazenda, 1923. p.4.
- ³ *Ibid.*, p. 4.
- ⁴ Stuart HALL. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, 10ª edição, Rio de Janeiro, DP&A, 2005, p.09.
- ⁵ Pierre BOURDIEU, *O poder simbólico*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil/ Lisboa, Difel, 1989, p.99.
- ⁶ M. S. F. LEVY, “O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)”, *Rev. Saúde Pública*, S. Paulo, 8(supl.):49-90, 1974.
- ⁷ Bahia/BR, Relatório Conselheiro Barão Homem de Mello, presidente da Província da Bahia, item que trata da Companhia de navegação, Bahia, Typographia do Diário, 1878, p.56.
- ⁸ Luís A. de BONI (org.), “A imigração italiana na Bahia.”, L. A de BONI, *A presença italiana no Brasil*, Porto Alegre, Torino, Fondazione Giovanni Agnelli, Escola Superior de Teologia. Vol. II, 1990.
- ⁹ Elio LODOLINI, *L'esilio in Brasili di detenuti politici romani*, Roma, Direzione generale degli archivi di stato. Pubblicazioni degli Archivi Stato, Guide delle fonti per la storia dell'America Latina esistenti in Itália, a cura i di Elio Lodolini. Roma, 1976. (Consiglio internazionale degli Archivi guide delle fonti per la storia delle Nacioni, A. *America Latina*, VIII, Itália, vol.I – Ministero per i Beni culturali e ambientali.

A História intelectual dos imigrantes italianos no sertão da Bahia
Maria Luzia Braga LANDIM

Publicazzioni degli Archivi Stato, v.LXXXVIII), ed ivi in particolare in Elio Lodolini, Archivio di Roma, 1837. pp. 99-249.

¹⁰ Partiram de Civita em 22 de fevereiro de 1837, sessenta e dois indultados, aos quais se juntou uma dezena de imigrantes voluntários e alguns familiares.

¹¹ A relação com o nome dos condenados que vieram como imigrantes, exilados políticos, indultados com suas respectivas sentenças se encontram listados em Ressegna Storica Del Risorgimento. Anno XXVII, Fasc. VI. Roma, 1940.

¹² Luis A. de BONI, *A presença italiana ...*, cit..

¹³ Thales de AZEVEDO, *Italianos na Bahia e outros temas*, Introdução, Salvador, Empresa Gráfica da Bahia, 1989.

¹⁴ L. S. ROCCA, “Gli italiani nello Stato di Bahia,” MAE, *Emigrazione e Colonie*. Raccolta di Rapporti dei RR, Agenti Diplomatici e Consolari, 1908. p.15.

¹⁵ Luis A. de BONI, *A presença ...*, cit, p.191.

¹⁶ *Ibid.*, p.190.

¹⁷ *Ibid.*, p.191.

¹⁸ *Ibid.*, v. III.

¹⁹ BR/Bahia, *Fala do Presidente da Província Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos*, 1843, p.7.

²⁰ BR/Bahia, *Relatório do presidente da província*, Francisco José de Sousa Soares d'Andrea, Bahia, Typ. de Galdino José Bizerra [i.e. Rizerra] e Companhia, 1845. p.77.

²¹ BR/Bahia, *Regulamento Geral da Imigração e Colonização do Estado da Bahia*, Bahia, Tipografia do correio de notícias, 1897.

A problemática da imigração e o Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um estudo de caso

*Lucia Maria Paschoal Guimarães**

Em 1938, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro recebeu uma correspondência, do diretor geral do Departamento Nacional do Povoamento, encaminhando uma consulta que lhe fora dirigida pelo Departamento de Polícia, da cidade de Highland Park, Michigan, Estados Unidos. Em linhas gerais, os autores da carta indagavam sobre o paradeiro dos chamados *exilados voluntários*, ou seja, daqueles indivíduos que se dirigiram para o Brasil, ao final da guerra civil americana.

As autoridades estadunidenses desejavam saber quantos imigrantes americanos foram aqui recebidos, os nomes dos navios que os transportaram, as datas da sua chegada e se havia registro da presença de rebeldes a bordo dessas embarcações, convictos ou acusados de crimes de guerra. Em especial, reportavam-se à atuação do Major Lansford Warren Hastings, do exército sulista, o qual teria negociado com o governo imperial a contratação e a formação de colônias de imigrantes oriundos do sul dos Estados Unidos.¹ Vale aqui acrescentar que o Major Hastings, um advogado, misto de escritor e aventureiro, publicara, em 1867, um livro *The Emigrant's Guide to Brazil*,² com o intuito de atrair colonos para o Brasil, entre os antigos confederados.

Em resposta às perguntas formuladas, Max Fleiuss, então secretário perpétuo do Instituto, indicou que fosse consultada a documentação disponível dos Ministérios da Justiça e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, no período entre 1860 e 1870. O que em última análise significava examinar os fundos do Arquivo Nacional, onde estariam depositados os documentos oficiais daquelas repartições públicas.³ Fleiuss, por certo, desconhecia que no arquivo do IHGB existiam importantes pistas não apenas das aventuras do Major Hastings, como de outros compatriotas ex-confederados, como se visto mais adiante

A institucionalização da história como disciplina científica no século XIX, na esteira do paradigma definido por Ranke, alargara, consideravelmente, a utilização dos Arquivos Nacionais. No Velho Mundo, para além conservação do conjunto de

* Professora Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Sócia Titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

testemunhos documentais de cada nação, esses depósitos converteram-se em laboratórios, indispensáveis à prática da disciplina e ao ofício do historiador.

No Brasil, outros caminhos foram trilhados. Os estudos históricos se iniciaram, formalmente, em 21 de outubro de 1838, com o estabelecimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), destinado a coligir, metodizar, arquivar e divulgar documentos para a escrita da história do Brasil. O cônego Januário da Cunha Barbosa, um dos seus idealizadores, justificava o empreendimento, argumentando que caberia ao Instituto chamar para si a responsabilidade de escrever a história nacional, de forma a conferir-lhe unidade e coerência.⁴ Para tanto, o religioso esboçou um *programa de investigação*, por assim dizer, publicado no número de lançamento da *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, com o título *Lembranças do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico [...] para remeterem à sociedade central*. Na extensa lista de testemunhos a arrolar, entre outras sugestões, indicava a necessidade de se providenciar cópias autênticas de documentos e extratos de notas compulsadas em secretarias, arquivos, cartórios civis e eclesiásticos.⁵

Por aquela mesma ocasião, outro sócio-fundador do IHGB - José Silvestre Rebelo, indicou que dirigentes do reduto intelectual se dirigissem ao Ministério dos Negócios Estrangeiros solicitando a designação de um funcionário, adido à legação do Império em Madrid, com a missão de investigar e reproduzir manuscritos existentes nos arquivos ibéricos de interesse para a escrita da história do Brasil. Entre os funcionários comissionados para aquelas funções, cabe aqui salientar, cumpriram papel destacado, nomes da envergadura de Francisco Adolfo de Varnhagen, de Antonio Gonçalves Dias, de João Francisco Lisboa, assim como o de Joaquim Caetano da Silva, que compulsou os arquivos holandeses e franceses.⁶

Para além das preocupações expressas com a pesquisa documental, Januário e Silvestre Rebelo mostravam-se atentos às formas correntes de fazer história.⁷ E, no caso brasileiro, com justa razão. Recém saído da condição de colônia, o Estado que se instituíra, em 1822, nos antigos domínios portugueses da América, necessitava fixar as suas origens, de maneira a dotá-lo de um passado que o legitimasse. Deste modo, o trabalho desenvolvido nos primeiros anos do Instituto Histórico não ficou restrito apenas à organização da *memória de papel*.⁸ Nem se limitou às atividades do que Renan denominava de "atelier de trabalhos científicos", em que pesem a erudição e o cuidado que ali se dispensava ao levantamento e à crítica de fontes. Construiu-se a memória nacional, consoante os moldes definidos por Pierre Nora, ou seja, "a formação gigantesca e vertiginosa de estoque de material, de tudo que nos é impossível lembrar; o *repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de recordar*" (o grifo é nosso).⁹

A ideia de organizar esse "gigantesco estoque de material" aparece externada tanto nas já citadas *Lembranças* do ensaio de Januário da Cunha Barbosa, quanto na mencionada proposta de Silvestre Rebelo de enviar missões para devassar os arquivos europeus. Quanto à *necessidade de recordar*, ela se norteou pelas condições originais em que os integrantes do IHGB, sobretudo o grupo dos políticos, dialogaram com as

circunstâncias históricas. Seja como for, o Instituto preocupava-se, sobretudo, em colecionar documentos que pudessem contribuir para a construção do passado.

Para cuidar do presente, havia o Arquivo Público do Império, órgão também instituído naquele ano de 1838, em 2 de janeiro, no âmbito do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, durante a regência de Araújo Lima. Cabia ao Arquivo, por força de dispositivo constitucional, recolher os documentos oficiais da administração central e das províncias, emitir certidões para os diversos setores do governo e o público em geral, bem como encarregar-se da tramitação dos processos de pedidos de concessão de patentes e concessões de privilégios.

Portanto, ao contrário do que se passava nos acervos das nações europeias, no Império brasileiro, o Arquivo desempenhava funções eminentemente cartoriais, cuja prioridade era atender às demandas burocráticas do Estado e das elites políticas.

Assim, ao longo dos anos, à medida que se intensificou o fluxo migratório e o Brasil se transformou em um país de imigrantes, o Arquivo Público do Império, depois da proclamação da República, em 1889, designado de Arquivo Nacional, converteu-se no grande repositório para onde convergia a massa documental relativa aos cidadãos adventícios, que aqui aportaram, buscando uma segunda pátria.

Trata-se de documentação de amplo espectro, já bastante explorada pelos especialistas. Abarca desde livros de anotação de entrada e saída de estrangeiros, processos de expulsão de imigrantes indesejáveis, relações de passageiros de navios, visitas da inspeção sanitária, até os registros de centros de triagem e acolhimento (hospedarias, lazaretos e hospitais). Ou seja, compreende toda a sorte de papéis oficiais relacionados com o movimento migratório.

O Instituto Histórico, por seu turno, receberia tão somente documentos doados por sócios ou por particulares. No seu arquivo consta cerca de duzentas e trinta e quatro entradas, referentes a fontes que abordam e/ou tangenciam a problemática da imigração. Este material não está organizado em um fundo específico. Encontra-se disperso. Melhor dizendo, distribui-se pela Coleção IHGB e pelas seguintes coleções particulares Marquês de Olinda, Ourém, Enéias Martins Filho, Senador Nabuco, Domício da Gama, Conselheiro Saraiva, Sousa Leão, Prudente de Moraes e Boulanger. No presente trabalho, privilegiam-se apenas aspectos daquelas Coleções que apresentam maior incidência de fontes.

Quadro nº 1. IHGB, Arquivo: Fontes sobre imigração

Coleção	Nº de documentos
IHGB	157
Marquês de Olinda	23
Ourém	20
Senador Nabuco	11
Domício da Gama	10
Enéias Martins Filho	05
Conselheiro Saraiva	05

Sousa Leão	01
Prudente de Moraes	01
Boulangier	01
Total	234
Fonte: Quadro elaborado a partir das informações disponíveis no Arquivo do IHGB.	

A Coleção IHGB é a que reúne o número mais expressivo de fontes. São cento e cinquenta e sete documentos de procedência diversa, que focalizam ou tangenciam o tema sob diferentes ângulos. Em termos cronológicos, observa-se que a maior concentração de testemunhos recai sobre o período compreendido entre 1881 e 1890. O que não é de estranhar, pois neste lapso de tempo acelera-se o movimento abolicionista e, por conseguinte, a necessidade de se buscar alternativas para a substituição do braço escravo.

De um modo geral, trata-se de uma miscelânea, integrada por cartas, recortes de jornais estrangeiros, contratos de imigração, propostas para a introdução de trabalhadores de diversas nacionalidades, relações de concessões e relatórios sobre colônias estabelecidas no sul do Brasil. Além desses testemunhos, a Coleção IHGB abriga um conjunto de atas e de ofícios da Sociedade Central de Imigração, material provavelmente oriundo do arquivo pessoal do visconde de Taunay, sócio do IHGB, um dos fundadores e dirigente da Sociedade. Diga-se de passagem, esse material revela a opção da entidade pela imigração europeia, sobretudo aquela proveniente da Alemanha.

Na Coleção Marquês de Olinda encontram-se vinte e três entradas sobre o assunto. Não é demais lembrar que tal Coleção é formada por papéis que pertenceram a Pedro de Araújo Lima (1793-1870), titular do Império, que exerceu as funções de regente uno e ocupou por sucessivas vezes o cargo de ministro no Segundo Reinado.

A natureza da documentação guardada pelo Marquês de Olinda permite descortinar a problemática sob outra perspectiva: a do homem público, o político do Partido Conservador, convocado pelo Conselho de Estado, para se pronunciar a respeito de projetos que foram apresentados ao governo, a propósito de estimular o ingresso de mão de obra estrangeira no país. Neste sentido, à guisa de exemplos, cabe destacar três documentos, que foram submetidos pelo Conselho ao marquês para exame, bem como os seus respectivos pareceres manuscritos.

a) o primeiro data de 1842: Refere-se a um projeto de colonização, assinado por Bernardo Pereira de Vasconcelos e Cesário de Miranda Ribeiro. Propõe importar trabalhadores europeus, de preferência alemães, aos quais seriam concedidas sesmarias, para o cultivo de gêneros não produzidos no Império. Os dois políticos justificam a iniciativa como uma forma de fazer cumprir a Lei de 7 de novembro de 1831, que proibia o tráfico negro;¹⁰

b) o segundo, sem data, diz respeito a uma proposta oferecida por Karl Friedrich Von Martius para o estabelecimento de uma colônia alemã no Império;¹¹

c) o terceiro está datado de 13 de junho de 1865. É subscrito por Inácio da Cunha Galvão, gaúcho, lente de Matemática da Escola Central, que exerceu a presidência das

províncias de Santa Catarina e Espírito Santo, autor de diversos estudos sobre imigração, entre os quais se destaca o "Manual de Emigrantes para o Brasil...". O plano de Cunha Galvão consistia em incentivar a imigração, por meio da divisão de grandes áreas agrícolas, com a concessão de benefícios financeiros aos respectivos proprietários, por parte do governo imperial.¹²

Nos três casos aqui mencionados, os pareceres de Araújo Lima mostram-se favoráveis à introdução colonos estrangeiros no país, desde que sejam "... pobres, moços e robustos". Contudo, ele não esconde a sua hesitação, em opinar sobre medidas talvez que pudessem acarretar em mudanças na estrutura fundiária do país. Preocupa-se com a "sorte dos atuais agricultores", ou seja, dos proprietários. Nas suas próprias palavras, "Antes de se cuidar de aumentar a distribuição da terra [...], cumpre conservar a que se possui".

A Coleção Ourém contém 20 documentos sobre imigração. Antes de analisá-los, cabe dar uma rápida notícia a respeito da sua origem. A Coleção acolhe o espólio de uma figura pouco referenciada pela historiografia, José Carlos de Almeida Áreas, o visconde de Ourém. Nascido no Rio de Janeiro em 21 de setembro de 1825 e falecido em Paris, a 29 de julho de 1892, José Carlos era bacharel em direito pela faculdade de São Paulo. Exerceu altos cargos no Ministério da Fazenda, inclusive o de presidente do Tesouro. Em 1868, foi nomeado ministro plenipotenciário do Brasil em Londres e aí serviu até 1872 quando se transferiu para Paris, designado superintendente de imigração, cargo do qual se exonerou depois da proclamação da república. Sócio do IHGB, o seu espólio – perfazendo um total de 2471 peças - foi doado pela família ao Instituto.

Na Ourém, é possível encontrar algumas pistas que ajudam a responder às indagações formuladas pelo governo dos Estados Unidos, encaminhadas ao Instituto Histórico, em 1938. Fontes que, talvez por desconhecimento do capital arquivístico acumulado pelo Instituto, não foram compulsadas por estudiosos, que recentemente se debruçaram sobre a problemática da emigração confederada para o oeste paulista, a exemplo de Alessandra Ferreira Zorzett, Célio Antonio Alcântara e Letícia Aguiar.¹³ Basta dizer que entre outros papéis, encontra-se uma cópia do contrato firmado em 1866, entre o governo imperial e o já mencionado major Landsford Hastings, para fixar emigrantes norte-americanos na província do Pará. (ver no anexo a transcrição do contrato).

Não venha ao caso, nesta intervenção, entrar em maiores considerações sobre os projetos dos sulistas norte-americanos ou enumerar as vantajosas condições que lhes foram oferecidas pelo governo imperial. Contudo, a título de ilustração é importante apresentar um rápido inventário desse material, que merece ser alvo de investigações mais aprofundadas.

Quadro nº 2

IHGB, Arquivo: Documentos sobre imigração confederada para o Brasil

Referência	Documento	Data
DL 632.1	Contrato do Governo Imperial do Brasil e o Sr. B. Caymari, representante da Companhia United States and Brasil Mail Steam Ships para o transporte de emigrantes	1866
DL 632.2	Termo do contrato celebrado com o Major Lansford Warren Hastings para o estabelecimento de uma colônia de compatriotas seus na Província do Pará.	1866
DL 632.3	Ofício de Manuel Pinto de Sousa Dantas ao Sr. D. Mc Campbell sobre a emigração de norte-americanos para o Império do Brasil	1866
DL 632.4	Ofício de Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja (Diretor da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas) aos Srs. Franck Mullan e Guilherme Bowen; e o Rev. Ballard S. Dunn, sobre terras para emigração.	1866
DL 632.12	Contrato entre o governo imperial e Carlos Nathan para o transporte de mil famílias dos Estados Unidos para o Rio de Janeiro.	1867

Fonte: Coleção Ourém. Arquivo do IHGB

Finalmente, entre as onze peças que integram a Coleção Senador Nabuco, cabe fazer menção a um instigante documento. Trata-se do parecer da Seção dos Negócios da Justiça a uma consulta do Conselho de Estado, a respeito do caso de um imigrante norte-americano, que trouxera consigo uma mulher negra, supostamente liberta, acompanhada de suas duas filhas menores.

O imigrante, identificado apenas como J. Colle, na primeira vez que veio ao Brasil, havia comprado terras na região de Campinas, a fim de estabelecer uma lavoura. Regressou aos Estados Unidos, onde encerrou os seus negócios, e voltou ao Brasil para se instalar definitivamente em Campinas. Nesta última viagem, Colle se fez acompanhar pela tal mulher e as filhas, que viajaram sem passaporte, pois o mesmo lhes fora negado pelo cônsul brasileiro. Desembarcou-as no Rio de Janeiro, sem qualquer embarço. O norte-americano, no entanto, resolvera procurar o agente oficial de colonização a fim de legalizar a situação das clandestinas, uma vez que no Rio deveriam tomar outro navio, desta feita, com destino ao porto de Santos.

Na resposta ao Conselho de Estado, a Seção de Justiça invocou o direito de soberania nacional, de não receber em território brasileiro pessoas, que no seu entender poderiam ameaçar a segurança pública – uma vez que "... existindo a escravidão entre

nós, o contato dessa gente recentemente emancipada colocaria em perigo a ordem pública". Recomendou ao governo que a dita mulher fosse recambiada e advertiu que se impedisse o desembarque de homens ou mulheres de cor, procedentes dos Estados Unidos livres ou libertos.

A ousadia de Colle pode ter sido uma exceção. Mas, diante do pouco zelo das nossas autoridades portuárias, que permitiram a entrada no país de uma mulher negra e sem passaporte, quantos sulistas não teriam tentado trazer consigo ex escravos, por sua conta e risco?

Como se pode constatar, o acervo do Instituto Histórico sobre imigração é modesto, porém, do ponto de vista qualitativo constitui um rico filão, diga-se de passagem, bem pouco explorado pelos investigadores. O desconhecimento do material disponível no IHGB deva-se, talvez, à predominância, até recentemente, dos modelos macro-analíticos, que procuravam explicar o fenômeno das grandes migrações transatlânticas como um produto das contradições da expansão capitalista na Europa, o centro repulsor de mão de obra, articulando-a com as implicações que o mesmo capitalismo vivenciava no Brasil, o centro receptor dessa força de trabalho, um país há pouco saído do estatuto colonial. que vivia uma fase de transição entre duas economias, uma apoiada no braço escravo e outra no trabalho assalariado.

De qualquer modo, ao jogar luz sobre o arquivo do IHGB, por meio deste estudo de caso, quem sabe possa contribuir para que outras fontes inéditas sejam descobertas, oferecendo novos encaminhamentos à historiografia da imigração..

Anexo

Transcrição do Termo de Contrato celebrado com o major Lansford Warren Hastings, para estabelecer uma colônia de compatriotas seus nesta província.¹⁴

Aos sete dias do mês de Novembro de mil oitocentos sessenta e seis nesta cidade de Belém, capital da província do Pará, no palácio da presidência, estando presente o Excelentíssimo Senhor Presidente da província Dr. Pedro Leão Velloso, compareceu o major Lansford Warren Hastings, cidadão dos Estados Unidos da América do Norte, para o fim de contratar o estabelecimento de uma colônia de compatriotas seus, que quiserem emigrar para esta província e nela fixar sua residência efetiva e permanente; e tendo-se em vista as instruções dadas pelo Governo Imperial em Aviso n. 7 de 22 de Agosto do corrente ano pelo competente ministério, o mesmo Excelentíssimo Senhor presidente da província e o Sr. major Hastings estipularão as condições abaixo mencionadas, as quais ambos aceitarão e se obrigarão a cumprir, a saber:

Condições:

Art. 1º Fica reservada ao dito major L. W. Hastings uma porção de terras que acham devolutas e ainda incultas na parte austral do rio Amazonas, compreendida entre este rio e os dos Tapajós e Curuá, e cuja extensão de S. a N. e de L. a O. fica calculada em sessenta léguas quadradas, afim de estabelecer nelas uma colônia de seus compatriotas norte-americanos que quiserem emigrar dos Estados Unidos para o Brasil e estabelecer-se permanente nesta província do Pará.

Art. 2º As ditas terras serão medidas, demarcadas e descritas de conformidade com a legislação em vigor, por engenheiros nomeados pelos presidentes da província, ou por engenheiros da escolha do dito major Hastings.

Neste último caso os trabalhos que se fizerem ficarão subordinados à aprovação do presidente da província, que poderá mandar examiná-los quando lhe parecer, devendo os engenheiros prestar-lhes informações e esclarecimentos de três em três meses sobre o estado dos mesmos trabalhos e de sua execução.

Art. 3º As despesas que se fizerem com a medição, demarcação e descrição das terras serão pagas pelo Governo Imperial a título de adiantamento ao dito major Hastings, ficando este obrigado ao reembolso das quantias despendidas à fazenda pública dentro do prazo improrrogável marcado no art. 8º do presente contrato.

Art. 4º O major Hastings haverá as ditas terras ao preço de meio real por braça quadrada, na forma do disposto no art. 14 da Lei de 18 de Setembro de 1850: o pagamento, porém, será realizado dentro do dito prazo marcado no art. 8º deste contrato, em adição às despesas do que trata o art. 3º.

Art. 5º Pela presidência se passará ao dito major Hastings um título provisório, contendo aproximadamente os limites das terras da colônia.

Este último título será trocado por outro definitivo de propriedade logo que pelo dito major Hastings ou por quem suas vezes fizer, for paga na Tesouraria a importância das despesas de que trata o art. 3º, e o valor das terras na forma do art. 4º deste contrato.

Art. 6º A quantidade de terras que os emigrantes com família ou sem ela, houverem de tomar será regulada entre os mesmo emigrantes e o major Hastings.

Art. 7º O Governo Imperial se obriga:

1º A mandar fazer arranchamentos ligeiros e provisórios para o recebimento e abrigo temporário dos emigrantes.

2º A pagar o frete de um navio, em que o major Hastings fizer transportar para esta província cem ou mais emigrantes, ou adiantar o pagamento das passagens e comedorias até o lugar do destino dos emigrantes, que não tiverem e provarem que não têm meios suficientes pra ocorrerem a todas as suas despesas e obrigando-se eles a indenizar a fazenda pública pelos adiantamentos feitos dentro de três anos contado do dia da sua chegada às ditas terras, ficando o mesmo Hastings responsável pelo reembolso de todas as quantias assim despendidas pelo governo; e prestando fiança para aquele fim na tesouraria da fazenda antes de se realizar sua primeira expedição.

Art. 8º O pagamento do preço das terras e o reembolso do adiantamento das despesas de suas medições, demarcações e descrições será efetuado pelo Major Hastings em três prestações iguais e anuais a contar do fim do terceiro ano do estabelecimentos dos primeiros emigrantes, ficando as mesmas terras bem como as benfeitorias que nelas houver ou se fizerem hipotecadas ao governo até real emboço, sendo, porém, livre antecipar esse pagamento.

Art. 9º Os preços das passagens dos Estados Unidos para o Pará serão regulados conforme a tabela anexa ao contrato celebrado pelo governo com a companhia americana de paquetes a vapor entre os Estados Unidos e o Brasil, e as desta cidade de Belém até a sede da colônia serão os que o mesmo Governo Imperial convencionar com

a companhia de navegação e comércio do Amazonas, podendo os emigrantes escolher a classe das passagens que melhor lhes convenha a bordo dos vapores da dita companhia do Amazonas.

Art. 10 Serão isentos de direito de importação os instrumentos de agricultura manufatura, máquinas e utensílios que os emigrantes trouxeram consigo para seu uso.

Art. 11 Fica entendido que nas sessenta léguas quadradas de terras de que trata o art. 1º não será compreendido qualquer terreno aproveitado por pessoas particulares ou pertencentes a particulares, de modo que em nenhum caso resulte do presente contrato prejuízo de terceiro.

Art. 12 Depois de estabelecidos os emigrantes, todas as despesas que estes ou dito major Hastings fizerem correrão por sua própria conta, não sendo o governo obrigado a satisfazer alguma delas, nem a indenizações qualquer que seja o seu título ou motivo.

Art. 13 Os favores mencionados no presente contrato ficarão sem efeito se o major Hastings dentro do prazo de seis meses contados desta data não tiver realizado uma expedição pelo menos de cem emigrantes para esta província.

Art. 14 A prova da falta de meios pecuniários dos emigrantes mencionados no [parágrafo] 2º do art. 7º deste contrato será prestada antes do embarque ao major Hastings ou a quem as suas vezes fizer, e a sua certidão a respeito valerá como prova conclusiva.

E sendo aceitas as condições acima referidas e efetuado [sic] o pagamento do respectivo selo e emolumentos, cujas verbas são do teor seguinte: - Número 72. – 200 rs. Pagou duzentos réis. Pará, 7 de Novembro de 1866. – Matos Souza, - Tem de pagar três mil réis de emolumentos da secretaria do governo. – 2ª secção da contadoria do tesouro público provincial do Pará, 7 de Novembro de 1866. – O 3º escrivário A. J. de Oliveira. – Pagou 3\$000 rs. de emolumentos da secretaria da presidência. – Tesouro público provincial do Pará, 7 de Novembro de 1866. – O 2º escrivário Aguiar de Souza. – Ribeiro Nery -, se lavrou o presente termo, que vai assinado por Sua Excelência o Sr. presidente da província e pelo sobredito major Hastings. – *Pedro Leão Velloso*. – *L. W. Hastings*. – O secretário, *D. S. Ferreira Penna*. – Conforme, o oficial-maior *Raymundo Alves da Cunha*.

Notas e referências

¹ BR/ Arquivo do IGHGB, "Ofício do diretor geral do Departamento Nacional de Povoamento ao [...] presidente do IHGB, encaminhando consulta do Departamento de Polícia de Highland Park , Mich, USA, sobre imigrantes americanos durante as décadas de 1860-1870", Coleção IHGB.,

² Lanford W HASTINGS, *The Emigrant's Guide to Brazil*, Mobile, Alabama (USA), 1867.

³ "Resposta de Max Fleiuss, secretário perpétuo do IHGB ao ofício do diretor geral do Departamento Nacional de Povoamento ao [...]. presidente do IHGB, encaminhando consulta do Departamento de Polícia de Highland Park , Mich, USA, sobre imigrantes americanos durante as décadas de 1860-1870".

⁴ Cf. Januário da Cunha BARBOSA, apud Lucia Maria P. GUIMARÃES, *Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*, 2ª edição, São Paulo, Annablume, 2011, pp. 65-66.

⁵ Januário da Cunha BARBOSA, "Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para remeterem à sociedade central", *Revista do IGHGB*, Rio de Janeiro, 1(4): 128-130, 1839.

⁶ Ibid., pp. 89-90.

⁷ Ver Stefan BERGER; Mark DONOVAN; Kevin PASSOMORE. "Apologias for the nation-state in Western Europe since 1800". In: Stefan BERGER et al. (eds.). *Writing National Histories. Western Europe since 1800*. London and New York: Routledge, 1999, pp. 3-14.

⁸ LEIBNIZ apud Pierre NORA, "Entre mémoire et histoire". In :P. NORA (org.), *Les lieux de mémoire. La République*, v.1, Paris, Gallimard, 1984, p. XXVI.

⁹ Ibid.

¹⁰ BR/Arquivo do IHGB, "Exposição e projeto sobre colonização estrangeira e sesmarias [...], (ass. Bernardo Pereira de Vasconcelos e J. Cesário de Miranda Ribeiro), emendas propostas [...] aviso ao marquês de Olinda, pedindo parecer sobre importação de colonos [...]", DL 212.12, Coleção Marquês de Olinda.

¹¹ BR/ Arquivo do IHGB, "Parecer do visconde de Olinda sobre a proposta do Dr. Martius para o estabelecimento de uma colônia alemã no Império [...]", DL 824.16, Coleção Marquês de Olinda.

¹² BR/Arquivo do IHGB, "Ofício de Inácio da Cunha Galvão enviando projeto (anexo) para incentivar a imigração pela divisão de grandes propriedades agrícolas [...] Favores que o governo imperial concede aos proprietários de terras que nelas se propuserem a estabelecer imigrantes", DL 211.52, Coleção Marquês de Olinda.

¹³ Alessandra Ferreira ZORZETTO. *Propostas imigrantistas em meados da década de 1860: a organização de associações de apoio à imigração de pequenos proprietários norte-americanos – análise de uma colônia*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2000; Célio Antonio Alcântara SILVA, *Quando os mundos colidem: a imigração confederada para o Brasil (1865-1932)*, Dissertação de Mestrado, Campinas, IE/UNICAMP, 2007, Letícia AGUIAR. *Imigrantes norte-americanos no Brasil: mito e realidade, o caso de Santa Bárbara*, Dissertação de Mestrado, Campinas, IE/UNICAMP, 2009.

¹⁴ BR/Arquivo do IHGB, "Termo de Contrato celebrado com o major Lansford Warren Hastings, para estabelecer uma colônia de compatriotas seus nesta província", DL 632.2, Coleção Ourém.

A Revolta dos Mercenários e a imprensa no Primeiro Reinado

*Alexandre Belmonte**
Julia Neves Toledo

Uma das questões políticas mais importantes do Primeiro Reinado foi a necessidade de se estabelecer um corpo militar para a defesa dos interesses do país. Fragilizada pelos confrontos na Confederação do Equador e pelos conflitos na Cisplatina, devendo abafar insurreições na Bahia, no Grão-Pará e no Maranhão, o novo império precisava de um exército. A construção do Império, na década de 1820, foi marcada por lutas pela independência, impasses diplomáticos e busca pelo reconhecimento internacional. Este foi também um período em que a tentação absolutista rondava a política brasileira, um país que optava pela via constitucional, mas que contraditoriamente continuava sendo escravocrata. D. Pedro I mandou vir estrangeiros para compor o exército nacional, em sua maioria, ingleses, franceses, alemães e irlandeses. Calcula-se que entre 1823 e 1830 cerca de 12.000 estrangeiros entraram no Brasil.¹

O recrutamento de soldados estrangeiros configurou o exército brasileiro como um exército de mercenários, atendendo assim aos interesses da ordem vigente e causando grande revolta por parte da população e de alguns jornais. O monarca apostou em um exército mercenário para a manutenção da monarquia. Um exército nacional composto principalmente de estrangeiros não possuiria identidade com a pátria, consequentemente não lutaria para defendê-la como um projeto de nação independente, atendendo aos interesses da monarquia.² Em 1826, o Brasil despontava no cenário internacional como a única monarquia das Américas.

Em Cork, na Irlanda, o capitão Cotter, agente de D. Pedro I, tentava atrair jovens irlandeses, e também suas famílias, para o Brasil. Além da passagem, eles receberiam provisões e roupas, além de terras para o cultivo, em lotes de 40 acres. Ninguém deveria ficar no país contra a sua vontade. Era uma proposta tentadora.

Uma vez no Brasil, esses estrangeiros mostraram-se insatisfeitos com as precárias condições de trabalho encontradas. Aliado às péssimas condições de sobrevivência, maus tratos, discriminação e castigos físicos eram sofridos constantemente pelos

* Professor visitante na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisador do Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI/UERJ) e do Núcleo de Estudos das Américas (NUCLEAS/UERJ).

soldados. Os imigrantes irlandeses, diferentemente de seus companheiros de corporação, possuíam privilégios dentro do exército. Não recebiam castigos físicos e tinham soldos mais elevados, vantagens que os outros soldados, há muito, lutavam para conquistar. Estes defendiam um contrato que garantisse os mesmos direitos e privilégios de que os irlandeses dispunham.

Um episódio em especial fomentou os sentimentos de injustiça em relação aos irlandeses, contestados por parte dos alemães, vindo posteriormente a desembocar na revolta dos mercenários. Um soldado alemão, acusado injustamente, recebeu uma pena de 220 chibatadas por comportamento indevido. O embate entre soldados e seus oficiais se configura enquanto conflito, a partir dessa punição exagerada e desumana.

Aproveitando-se do episódio das chibatadas, os irlandeses se insurgem em junho de 1828, alegando que haviam sido contratados como colonos, e não como mercenários. Entretanto, bem antes disso, a realidade que encontraram foi muito diferente das promessas do capitão Cotter. O Brasil não era exatamente a *terra prometida* com que talvez sonhassem. Não era incomum encontrar crianças filhas de estrangeiros a mendigar pelas ruas da Corte. Muitas crianças, filhas dos corsários alemães, ingleses e irlandeses que serviam no 25º Batalhão do Corpo de Estrangeiros, deviam mendigar pela sua sobrevivência pelas ruas da Corte, ao passo que seus pais se amotinavam na Praia Vermelha, exigindo do Governo que lhes fosse *enchida a barriga*, já que até mesmo o pão que comiam “era tão máo que nem o seo cavallo o queria comer”(sic).³ Pedro Malheiros, inspetor da Colonização Estrangeira na Província do Rio de Janeiro em 1824, já alertava sobre a necessidade de conservar o *bom nome* que o Brasil tinha adquirido na Europa, como nação *generosa e hospitaleira*, pedindo providências sobre o estado de mendicidade em que se achavam muitos estrangeiros: “... não pude ser indiferente á vista de tenras crianças de ambos os sexos, filhas de homens que servem no Corpo d’Estrangeiros, as quaes andão por essas ruas mendigando a sua sustentação, e dando motivo ao rumor bem desagradável de que o Governo manda vir gente da Europa, a fim de a-trazer a pedir esmolas.” (sic)⁴

Não era raro encontrar estrangeiros detidos nas cadeias da Corte e na Casa de Suplicação: foi o caso dos irlandeses em 1828 que, descontentes com a forma como foram recebidos no Brasil, amotinaram-se e destruíram os Quartéis do Depósito da Fortaleza da Praia Vermelha. Era apenas o começo de uma revolta que atingiria seu clímax no mês de junho. Segundo o Capitão de Engenheiros da Fortaleza, os quartéis precisavam ser reedificados, “por terem sido aruinados pellos os Irlandezes”.⁵ Fazia-se necessário consertar telhados e pilares, e rebocar e cair os quartéis por dentro e por fora, “visto o estado deplorável em que os irlandezes deixárão todos os Quartéis d’aquelle Depósito”.⁶ O motivo por que os colonos irlandeses queriam retornar ao seu país de origem devia-se a

“... que até agora não tem tido sua barriga cheia, accrescentando que os soldados fazião a mesma queixa, que ½ [medida ilegível] de Carne não pode sustentar um homem, [...] e que elle [o Coronel] asseverava, que se os Colonos tivessem 1

[medida] de Carne e 1 [ilegível] de bom Pão, e bom tratamento, seria provavel que todos ficassem para Colonos, e que então seria bom fazer hũa Relação de todo o que elles como Colonos tem a esperar”(sic)⁷

A imprensa, entretanto, tem outra visão sobre os irlandeses: tratava-se de “inúteis e desmoralizados estrangeiros”(sic)⁸, que promoviam baderna pelas ruas do centro e na Praia Vermelha. Era comum associá-los ao uso do álcool, em particular da cachaça. Muitas vezes eram referidos como “estrangeiros ébrios”, “soldadesca insolente e facinora”, que, em fevereiro de 1828, teriam se reunido na Rua dos Barbonos, munidos de espadas, pedras e porretes, “praticando todo o gênero de hostilidades, que a ferocidade e a embriaguez podião inspirar áquelle refugio da canalha d'Irlanda”(sic).⁹ Os moradores foram obrigados a fechar portas e janelas, e uma botica foi depredada. Aparentemente, os irlandeses desferiam golpes *a todos os pretos que encontravam*. Seria uma maneira de dizer que encontravam-se em situação pior que a dos escravos? Segundo o jornal *A Aurora Fluminense*, esses estrangeiros não podiam compreender o valor de nossas instituições, nem sentir simpatia pelos cidadãos brasileiros. O fato de serem pagos pelo governo brasileiro não os isentava da condição de forasteiros, que somente a naturalização podia suprimir.¹⁰ Transferidos para a Praia Vermelha, o resultado foi catastrófico: insurgiram-se também os alemães que, “animados pelo mesmo espírito de insubordinação dos seus camaradas”, mataram e esartejaram um major brasileiro, levando os pedaços de seu corpo para sua esposa.¹¹ Tratava-se do major Benedicto Thiola, conhecido pelo exagerado uso de castigos físicos e punições desumanas.¹²

O jornal *Aurora Fluminense* questionava a preferência por parte de Dom Pedro I pela permanência de estrangeiros no exército, afirmando que constituía em um grave insulto à fidelidade dos brasileiros. Em sua descrição da revolta, o jornal diz:

“... nós não abominamos os forasteiros, não temos em ódio nem irlandeses nem Alemães; desarmados, vivendo pacíficos no meio de nós, empregados na agricultura e no trabalho, nós os prezamos, e encaramos neles homens iguais a nós; irmãos nossos. O que abominamos é o Despotismo, o terror, e os seus instrumentos”(sic).¹³

Durante muitos dias, as principais notícias dos jornais eram referentes às arruaças promovidas pelos irlandeses, considerados “huma gente insubordinada, que vem agravar os malles do nosso paiz”(sic).¹⁴ As notícias sobre o tratamento dado aos estrangeiros no Brasil corriam o mundo. Em Hamburgo, publica-se uma obra que “afasta de seus compatriotas a idéa de passarem ao Brasil, ou para entrarem no serviço militar, ou debaixo de qualquer outro título”.¹⁵ O autor, um tal M. Schumacher, diz sobre as tropas mercenárias:

“Os quatro Batalhões estrangeiros a serviço do Brasil são commandados em grande parte por aventureiros Italianos, Francezes e Allemães; *lançárão mão dos*

colonos, que sob a fé das promessas vinhão cultivar a terra; e à força os incorporarão na tropa: os soldados são mal alimentados; e não se trata de cumprir as condições ; com que elles embarcárão. He na verdade um singular corpo de exercito, essa miscellanea de homens de todas as Nações, que se achão reunidos n'outra parte do Mundo, para servir huma causa e senhores, que inteiramente lhes são indifferentes, de homens, que debalde se pertende submeter à disciplina severa, em hum clima de todo contrario aos seus habitos, e entre Povos, que tem costumes e idéas oppostas às delles.” (sic) ¹⁶

Segundo o *Jornal do Commercio*, os irlandeses continuavam a vagar pelas ruas, “amaldiçoando o Coronel C...[Cotter], que os enganou, gritando que morrem de fome, e pedindo por favor aos Cappitães de Navios de Guerra Inglezes, para os tornarem à sua Pátria”. O jornal *A Aurora Fluminense*, por outro lado, diz que as notícias se desfiguram muito rapidamente, pois se os irlandeses corriam às ruas, era unicamente com o propósito de espancar o povo e cometer *toda a sorte de excessos*.¹⁷

Aquartelados na Praia Vermelha, as desordens continuam. Os estrangeiros insistiam em não querer sentar praça, alegando que haviam sido enganados, já que haviam sido recrutados para trabalhos na lavoura. Eram completamente inexperientes em relação aos ofícios militares, alguns eram artesãos e agricultores, e a presença de suas respectivas famílias nos faz supor que, de fato, não se tratava de mercenários. Para obrigá-los a se alistarem, recorreu-se ao meio de negar sua ração. O jornal *A Aurora Fluminense* pondera que a ação poderia ter resultados catastróficos, aumentando “o número de ladrões, de que atualmente está infestado o Rio de Janeiro”.¹⁸ Para o jornal *Rio Herald*, a *Aurora* era culpada de muitas das desordens dos irlandeses, pois a cada dia inflamava o ânimo do povo contra esses estrangeiros. A *Aurora* se defende: “Tem por accaso a Aurora persuadido aos Irlandezes que se embriaguem, que accomettão gente pacífica, que insultem guardas, que faltem ao respeito aos seus chefes, e que emfim ameacem a cidade de anarchia?”(sic)¹⁹

Em abril de 1828, noticia-se no *Jornal do Commercio* que “enxames de Irlandezes, homens e mulheres andavão errantes pelas ruas”(sic).²⁰ Em maio, as desordens continuam nos quarteis da Praia Vermelha, onde os irlandeses insistiam em não sentar praça: “a maior parte delles não quer jurar bandeiras, e diz, que são Colonos, e não Soldados”(sic).²¹ Em 11 de junho estoura a revolta dos estrangeiros. Parte da força alemã aquartelada em São Cristóvão se dirige contra o seu Major, para tirar-lhe a vida, “não o podendo effectuar, empregárão o seu furor em alguns pacíficos habitantes daquelle lugar, e pozérão a saque vários armazens de víveres e bebidas, praticando todo o gênero de desordens”(sic).²² A sedição rapidamente toma conta dos quartéis do Campo da Aclamação e da Praia Vermelha, deflagrando o medo e o terror na população: “Foi neste momento, que os Brasileiros lançárão os olhos ao redor de si, e virão a terra entregue sem defeza a huma força de mais de trez mil estrangeiros, quasi nenhuns corpos Nacionaes; as milícias extinctas de todo; e a sedição fazendo progressos rápidos no espírito da gente Irlandeza e Allemã”(sic).²³

A população armou-se e tentou impedir o ingresso dos sediciosos no centro da cidade, mas estes, armados de baionetas e fuzis, “princiavião já a fazer hostilidades; infelizes victimas, paisanos desarmados, que passavão, foram sacrificados, e a rua larga de S. Joaquim contava já alguns cadaveres” (sic).²⁴ Houve perdas de uma e de outra parte. Somente à noite do dia 11 de junho é que tropas apareceram no Campo da Aclamação, mas ainda sem ordem de atacar. O jornal *A Aurora Fluminense* enxerga nas atitudes da população um gesto patriótico: “O Povo corria ao lugar do combate, e lastimava a sorte da nossa Patria, condemnada a mandar vir de Allemanha e de Irlanda à custa de tanto dinheiro os seus próprios inimigos” (sic).²⁵ Os irlandeses, por outro lado, possuíam o “vago desejo de assassinar e roubar, próprio de gente feroz e indisciplinada”.

As medidas tomadas pelo governo para pôr fim à revolta foram primeiramente o desarmamento dos estrangeiros, mecanismo que foi usado para conter a ameaça representada pelos irlandeses, e a rápida punição dos acusados na revolta. Alguns soldados envolvidos no conflito foram condenados à prisão perpetua, outros foram condenados a ficarem presos em navios e guerras e houve um fuzilamento. Os soldados que permaneceram no exército brasileiro conseguiram que parte de suas demandas fossem atendidas.

Não era a qualquer estrangeiro que se opunha a *Aurora Fluminense*: “Nós nunca confundimos os Extrangeiros, que habitão entre nós, exercendo o Commercio ou qualquer outro ramo de indústria útil, com essa relé, que de Irlanda e Allemanha se mandou buscar ...”(sic).²⁶ Era muito comum a alusão ao consumo de bebidas alcoólicas pelos irlandeses, o que teria repercussões na violência urbana e na insubordinação civil e militar. A opinião do jornal era de que as forças armadas deveriam punir exemplarmente os insubordinados: “Não somos bárbaros, nem temos por ora manifestado sêde de sangue, para desejarmos por *crueldade ver executar em público castigos militares*. Temos horror à efusão de sangue humano, mas queremos que a disciplina saiba reprimir huma gente insubordinada, que vem agravar os malles do nosso paiz” (sic).²⁷

Era absurda a ideia de que estrangeiros pudessem servir ao Brasil e proteger o monarca. Era uma “medida anti-nacional de se chamar soldados estrangeiros, e de se organisarem batalhões Irlandezes e Allemães; de se lhes confiar inteiramente a Cidade, e o que he mais a guarda da sagrada pessoa do Monarcha”(sic).²⁸ Nenhum laço de simpatia prendia os estrangeiros ao Brasil, e temia-se as consequências de andarem estes armados pela cidade.

Já foi ressaltada a especificidade do mundo lusobrasileiro no que diz respeito à circulação, apropriação e representação de ideias liberais. Lúcia Bastos P. Neves, tomando como referência a literatura política que circulava no Brasil, entre os anos 1820 e 1823 (jornais, panfletos, catálogos de livrarias etc.), analisou, no espaço ibérico em geral e no luso-brasileiro em particular, algumas transformações que deram a tônica do século XIX. Essas transformações políticas seguiram um curso *sui generis*,

especialmente no que se refere ao embate entre Antigo Regime e Luzes no Brasil. Não há como não fazer alusão às pálidas luzes no contexto brasileiro – sobretudo pelo fato de o Brasil ter adotado uma Constituição liberal e, contraditoriamente, continuar seguindo a mesma política do Antigo Regime. Há também muitas dificuldades inerentes à formação de espaços públicos que acolhessem os anseios políticos de uma minoria *ilustrada* de um projeto de nação *liberal* (mas estranhamente atrelada ao escravagismo e a práticas políticas vinculadas ao Antigo Regime). A imprensa assume uma função de extrema importância, já que “os jornais passaram de mera instituições publicadoras de notícias para, além disso, serem porta-vozes e condutores da opinião pública, meios de luta da política partidária”.²⁹ Os anos 1820 foram privilegiados, pois parece ter sido um período em que “a linguagem se politizava e entrava na vida pública, recorrendo a um novo vocabulário político, pautado nas Luzes”.³⁰

Devido ao caráter político e crítico das matérias publicadas pela *Aurora Fluminense*, o jornal foi acusado de fomentar a revolta da população contra a presença de estrangeiros no exército, sendo inclusive o motivador da revolta dos mercenários. Porém, ao analisarmos as notícias publicadas e a conjuntura observada durante o conflito, percebe-se que o jornal respondia a múltiplos questionamentos em defesa de um exército verdadeiramente nacional, que atendesse aos interesses do país, se posicionando também contra o tratamento dado aos estrangeiros, irlandeses em especial, frente aos negros, membros do exército ou não. Nos primórdios de uma imprensa incipiente, podemos ver questões que eram a base dos discursos políticos – sobretudo a questão nacional: “O que a Aurora não deseja [...] hé que forasteiros despidos do sentimento de Patria, venhão empunhar armas sobre a nossa terra, (...) e aviltar o espirito Nacional, que faz a grandeza dos Estados”.(sic)³¹ O povo brasileiro foi romantizado:

“Note-se que na confusão e desordem que nasceu de taes acontecimentos a população de huma Cidade abandonada parte do dia, sem rondas, se não aproveitou das circumstancias para commetter hum roubo ou hum insulto: que maior testemunho em favor do character Brasileiro! Foi essa gente que tanto se despreza e calumnía quem manteve a ordem; quem defendeu as casas; quem expoz a vida sem coacção, sem mando de authoridade alguma para nos salvar da invasão Germânica e Irlandeza” (sic).³²

O saldo da insurreição foi tristemente relatado pelo *Aurora Fluminense*:

“Quanto sangue derramado! Quantas vidas sacrificadas ao desleixo, ao capricho e ao espírito de partido! Que se fará agora da tropa estrangeira? Ainda veremos batalhões Allemães, e Irlandezes pizarem o solo, que enospárão do nosso sangue; ainda passearão armados por diante de nós, para insultarem a indignação daquelles, que amão a sua Patria?”(sic)³³

As distinções entre estrangeiros e nacionais é reforçada: “Quem não amarà a terra aonde vio a primeira luz? Quem poderá igualar o Cidadão, na defeza da ordem e da

associação civil?”(sic)³⁴ Também os escravos eram superiores às legiões de estrangeiros: “Os Africanos são aos olhos do Rio Herald monstros ferozes e deshumanos, brutos e cannibaes; mas muita gente está persuadida que elles se achão na escala da civilização hum pouco acima dos Soldados Irlandezes...”(sic).³⁵

Para reprimir a revolta de irlandeses e alemães, foi utilizada, além da Guarda Real e da população armada, também forças francesa e inglesa, contando com aproximadamente 1000 homens. Cerca de 240 mercenários morreram nos conflitos. Os batalhões de estrangeiros foram dissolvidos e os mercenários foram repatriados. Alguns irlandeses seguiram para a colônia de Taperoá, na Bahia.³⁶ O ministro da Guerra, Bento Barroso Pereira, foi responsabilizado por ter deixado a revolta ocorrer, e foi demitido por D. Pedro I. Não se pode dizer que, após as revoltas, o país tenha voltado à normalidade, pois poucos anos depois todo o ministério seria modificado e D. Pedro I abdicaria em favor de seu filho.

Notas e referências

¹ Gilmar de Paiva Santos POZO, *Imigrantes irlandeses no Rio de Janeiro: cotidiano e revolta no Primeiro Reinado*, São Paulo, USP, Dissertação de Mestrado, 2010, p. 107.

² *Ibid.*

³ BR/Arquivo Histórico do Itamaraty, Lata 253, pasta 1, Maço 2, doc. 007(doravante AHI).

⁴ *Ibid.*

⁵ Foram destruídos ou saqueados 46 fechaduras, 8 portas, 12 janelas, 20 fechos, 20 dobradiças, 24 puxadores, além de caixilhos, vãos de caixilhos etc.

⁶ BR/ AHI, Lata 253, pasta 1, Maço 2, doc. 007.

⁷ BR/AHI, Lata 253, pasta 1, Maço 2., docs. 049, 050 e 051.

⁸ BR/Rio de Janeiro, *A Aurora Fluminense*, 14.03.1828.

⁹ *Ibid.*, 14.03.1828.

¹⁰ *Ibid.*, 14.04.1828.

¹¹ *New York National Advocate*, 01.11.1828.

¹² Gilmar de Paiva Santos POZO, *cit.*, p.142.

¹³ BR/Rio de Janeiro, *A Aurora Fluminense*, 16.06.1828.

¹⁴ *Ibid.*, 14.04.1828.

¹⁵ *Ibid.* 18.04.1828.

¹⁶ *Ibid.*, 25.04.1828.

¹⁷ *Ibid.*

¹⁸ *Ibid.*,19.05.1828.

¹⁹ *Ibid.*,30.05.1828.

²⁰ *Ibid.*,25.04.1828.

²¹ *Ibid.*, 02.06.1828.

²² *Ibid.*, 16.06.1828.

²³ *Ibid.*

²⁴ *Ibid.*

²⁵ *Ibid.*

²⁶ *Ibid.*, 25.06.1828.

²⁷ *Ibid.*, 14.04.1828.

²⁸ *Ibid.*, 18.06.1828.

²⁹ Jürgen HABERMAS, *Mudança estrutural da esfera pública*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984, p.214.

³⁰ Lúcia Maria Bastos Pereira NEVES, “Liberalismo Político no Brasil: ideias, representações e práticas

(1820-1823)”, Antonio Carlos PEIXOTO et alii. *O liberalismo no Brasil Imperial – origens, conceito e prática*, Rio de Janeiro, ed. Revan, 2001, p. 79.

³¹ BR/ Rio de Janeiro, *A Aurora Fluminense*, 30.05.1828.

³² Ibid., 16.06.1828.

³³ Ibid.

³⁴ Ibid.

³⁵ Ibid., 25.06.1828.

³⁶ Fernando L. B. BASTO, *Ex-combatentes irlandeses em Taperoá*, Rio de Janeiro, Vozes, 1971.

De Bordallo Pinheiro a Julião Machado: Intelectuais portugueses do humor gráfico na imprensa do Rio de Janeiro (1875-1920)

Ana Maria Rebello*

Caricaturistas: intelectuais a seu modo

Entre os profissionais de imprensa que participaram ativamente dos embates políticos e culturais encontravam-se os caricaturistas. Quando, no século XIX, os periódicos incorporaram os processos da gravura, em especial, da litografia, ampliou-se o campo de ação para desenhistas da sátira política e de costumes. A caricatura despontava como nova possibilidade da inserção da arte na vida social, incorporando novas tecnologias, inovando na técnica, forma, ideias, utilizando o veículo impresso de comunicação para chegar a públicos diversificados e mais amplos. Charles Baudelaire, em *Sobre a modernidade*, refletiu acerca da relevância da litografia e do litógrafo, na vida moderna¹ focalizando as contribuições de Honoré Daumier² e Gavarni.³ Considerando a opção de ambos pelo desenho humorístico como afirmação de sua modernidade, Baudelaire definiu o perfil desses artistas: eram gênios de *natureza mista* com “uma boa dose de espírito literário” e entre os múltiplos talentos desses profissionais incluiu os de *observador, flâneur, filósofo*. Reconhecia, assim, os contornos difusos, fronteiriços, que os inseria entre poetas e historiadores, aproximando-os *do romancista ou do moralista*.⁴

Empregando imagem e legenda, os caricaturistas registraram espiritualmente a crônica da *banalidade cotidiana*. Sua posição liminar favoreceu o convívio com as rodas intelectuais, artísticas e literárias. Dedicar-se à arte gráfica, ainda considerada *menor* em relação às *belas artes*, configurava um projeto profissional em que desenho e palavra assumiam uma dimensão ética, além de revelar abertura às mudanças, em oposição ao imobilismo da tradição estética e ao gosto burguês.

* Pesquisadora colaboradora do Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Em Portugal, desde a década de 70 dos oitocentos aproximavam-se percepções de artistas, escritores, jornalistas nos campos da técnica e estética, incorporavam-se e propagavam-se novas visões de mundo, pensamento político e valores modernos.

As colaborações na imprensa do Rio de Janeiro dos artistas gráficos portugueses Raphael Bordallo Pinheiro, entre 1875 e 1879 e, Julião Félix Machado, vinte anos mais tarde, até 1920, foram veículos de ideias e ideais que encontraram eco entre os intelectuais brasileiros, favorecendo o diálogo entre as duas pátrias.

As revistas ilustradas da imprensa do Rio de Janeiro configuravam, então, espaços de sociabilidade, pontos de reunião de intelectuais, assim como, fora dos ambientes de trabalho, os cafés, confeitarias, salões e até cordões carnavalescos.

Os caricaturistas, liminares entre as culturas erudita e popular, por opção, gozavam os privilégios de não estarem presos às regras dos círculos acadêmicos, por força de sua atividade na imprensa. Realizavam escolhas políticas ou estéticas livremente, incorporando gestos e falas das ruas que não seriam aceitas nos círculos letrados ou em salões de arte tradicionais. Por esse motivo, pensar a modernidade no Rio de Janeiro a partir do humor pode revelar outra possibilidade de compreensão do modernismo.

Inspirações e encontros entre Portugal e Brasil

Frequentemente, a proximidade entre desenhistas e escritores propiciou parcerias notáveis. Esse foi o caso da colaboração entre o escritor Ramalho Ortigão e Raphael Bordallo Pinheiro, no semanário *O Antônio Maria*,⁵ lançado em Lisboa no ano de 1879. Ramalho Ortigão iniciou a participação literária no periódico em 1880, sob o pseudônimo de João Ribaixo. Ele próprio, em texto datado de 1882, definia-se como *ouriço-cacheiro*, comparando-se ao artista gráfico, “bela flor de talento desabrochada na solicitação e no aplauso dos clubes, dos cafês e dos palcos”.⁶ Reconhecia que certa desarmonia entre opiniões dificultava compatibilizar imagem e texto nos números do semanário.

Apesar destas dificuldades na rotina jornalística Ramalho Ortigão valorizava a parceria e precisou rebater críticas movidas por círculos burgueses, inconformados com a participação de um homem de letras no jornal satírico, pejorativamente considerado *folha de descomposturas*. No espaço provocador deste jornal, entretanto, o escritor expressou-se sem as limitações da linguagem literária. Refutou as avaliações desfavoráveis lembrando a colaboração entre Daumier e Balzac na *Caricatura*, causa de impacto social e político na imprensa satírica francesa. “Os mais ousados, os mais picarecos, os mais terríveis golpes de pena que levou em França a monarquia de julho e a soberania burguesa, deu-lhos no texto de um pequenino jornal satírico o imortal autor da *Comédia Humana*.”⁷

N’*O Antonio Maria*, Bordallo evidenciou, litograficamente a amizade com Ramalho Ortigão, divulgando a reedição d’*As Farpas*⁸ em 14 de abril de 1887.



Fig. 01. Bordallo Pinheiro. *As Farpas*.
Pontos nos ii. Lisboa, 14/04/1887. Litografia.

Ramalho Ortigão, de pé, contempla o público envolvido na leitura d’*As Farpas* (Fig. 01) *Zé Povinho*, mais famoso dentre os tipos bordalianos se faz presente. Legenda e imagem estimulam o consumo das páginas de “observações da vida nacional – artística, científica, comercial, rural, burguesa, íntima” que, além da crítica literária oferecia conteúdos que “distraem corrigindo e ilustram distraindo”.⁹

A sintonia entre Bordallo e o grupo de intelectuais portugueses da Geração de 70 pode ser dimensionada a partir da análise de uma composição satírica, publicada no *Álbum humorístico a correr do lápis*, n’*A Berlinda*. O fim das *Conferências do Cassino Lisbonense*¹⁰ foi registrado em reportagem gráfica inovadora (Fig. 02), em *Conferências Democráticas*,¹¹ sétima folha ilustrada da série, em 5 de julho de 1871. Bordallo expressou-se sobre “a burguesa fisionomia do país” e a “católica e monárquica situação”. Como narrador apresentou os acontecimentos em sucessivos *flashes*, alternadamente focalizando ações dos intelectuais e reações do poder. Referindo-se a *nós*, incluía-se entre os organizadores das Conferências, dentre os quais se encontram Antero de Quental, Eça de Queirós, Batalha Reis, que aparecem com ele sob um grande barrete frígio. A imagem indica como o litógrafo percebia sua participação no episódio que marcou a trajetória da Geração de 70, em Portugal, cujos pontos de vista políticos e anseios compartilhava.



Fig. 02. Bordallo Pinheiro. Conferências Democráticas.
A Berlinda. Lisboa, julho/1871. Litografia.

O lápis correu rápido. O traço fluido denunciava a indignação do autor contra a imposição da censura pelo poder que, ameaçado, “concebeu uma rolha”. Referia-se às preocupações em debate nas Conferências, apontava as fragilidades do regime e responsabilidades pelo atraso acumulado em todos os setores da vida.¹² O estado decadente ou agonizante do contexto marcava o contraste entre a modernidade europeia e a tradição católica fidalga de Portugal. A situação financeira, fundada sobre economia de base agrícola, parecia distante de atingir o desenvolvimento industrial.¹³

Bordallo assinalou (fig 02) estas percepções. Ao representar o ensino, por exemplo, como emaranhado de fios, impossível de desembaraçar, aludia à falta de soluções para a semialfabetização ou analfabetismo da maioria da população. Quando as ideias propostas pelos organizadores provocaram mal estar à *ordem*, foi preciso abafá-las e amordaçá-las, fazer silenciar, em especial, os historiadores, confirmando que padres, reis e colônias eram “cataratas de Portugal velho” e impediam a visão clara da realidade. Na imagem, como nas Conferências, criticavam-se a Igreja por recusar a modernidade e impossibilitar a vivência da liberdade moral, a Monarquia, por centralizar o poder, impedindo o despontar de uma classe média empreendedora, por fim, a política das colônias contrária ao trabalho e à indústria.¹⁴ Como ironia final, o grito de: - Viva a Liberdade!

Bordallo demonstrou acolher as novas possibilidades abertas pela técnica por meio do desenho de humor na imprensa portuguesa e brasileira. Em Portugal, a produção de cerâmica artística, na sua fábrica de Caldas da Rainha, caracterizou a afinidade com ações sugeridas por William Morris,¹⁵ no espírito do movimento *Arts and Crafts*,¹⁶ acerca da responsabilidade ética e estética dos artistas no processo de mudanças deflagrado pela industrialização. Associou produção de cerâmica à prática inovadora no

campo do ensino profissional, investindo, com o apoio do Governo, na formação de ceramista da Escola Industrial de Caldas da Rainha. Conciliava arte e técnica como complementares, buscando minimizar o efeito da aceleração industrial sobre a dignidade do operariado e tradições populares. Resgatava fazeres artesanais portugueses, atualizando-os, incluindo temas naturalistas e alguns personagens-tipo já consagrados no desenho de humor, protagonistas de combates políticos e polêmicas culturais.

Vítima constante da censura em Portugal¹⁷ pela veemência de suas críticas, Bordallo cultivava a arte, o teatro, uma de suas paixões e o hábito saudável de compartilhar convicções políticas e estéticas, ao redor da boa mesa com os amigos, especialmente na companhia do grupo de artistas do Naturalismo português.

No contexto das artes plásticas do final do século XIX a obra dos pintores naturalistas configurou uma forma de reagir à permanência do ideal clássico acadêmico, opondo-se às imposições do gosto burguês que, que segundo Arnold Hauser,¹⁸ preferia modelos arquitetônicos grandiosos, interiores excessivamente decorados, objetos *pseudo-históricos*, caros. Na pintura importava a aparência agradável, leve, decorativa e a literatura era *uma distração de ociosos*.

O Naturalismo despontara na França como arte de uma minoria, no que se refere a artistas e público. Adotava-se um estilo artístico e atitude filosófica contrários ao Romantismo e tendências historicistas, sob os ataques da academia e críticos, grupos oficiais influentes. O Naturalismo revestiu-se do novo, ao buscar critérios nas ciências naturais, objetivas, realistas, empíricas.¹⁹ Para Hauser tais escolhas revelavam opção política: nas temáticas do presente e do vivido, na capacidade tanto de “descrever como alterar a realidade”, e na “orientação popular tanto na escolha do assunto como na do público”.²⁰

Courbet, primeiro mestre do Naturalismo²¹ determinou, esteticamente, em meados do século XIX, o fim da disputa entre clássico e Romântico. Indicou o realismo como caminho possível na direção de uma arte moderna pela “abordagem direta da realidade, independente de qualquer esquema preconcebido e idealizante” e fundamentada na *essencialidade da visão*.²² Fixando instantâneos da vida do povo, manifestava desagrado pelos burgueses e seus ideais, como democrata convicto e revolucionário.

A paixão política e a crença de “serem os pioneiros da verdade e os arautos do futuro”,²³ motivavam Courbet e seus seguidores. Não era possível estabelecer diferença entre verdade social e artística pois, viam no Naturalismo e rebelião política, formas diferentes de expressar a mesma atitude.²⁴ As gerações mais jovens empreenderam novas buscas fora das academias, circuitos institucionalizados e as rupturas refletiram novos questionamentos dos paradigmas de uma única arte verdadeira.

O Naturalismo repercutiu em Portugal no final do século XIX, quando o fomento a atividades comerciais, industriais e obras públicas, por Fontes Pereira de Melo²⁵ resultou em alguma modernização, ensejando a imigração do campesinato para o Brasil. Cidades como Porto e Lisboa cresceram demograficamente, ampliando-se espaços da vida burguesa.

No centro político e cultural de Lisboa, localizado na Baixa lisboeta e Chiado, ficavam os principais cafés, livrarias, teatros, lojas de modas e a Academia Real de Belas Artes. Nesse ambiente tiveram início as mudanças naturalistas, quando o pintor Antônio Carvalho da Silva Porto (1850-1893) assumiu a cadeira de Paisagem na Academia, em 1879, renovando a metodologia do ensino. Em Paris, como bolsista do Estado, em 1873, Silva Porto entrara em contato com procedimentos técnicos e estéticos naturalistas dos artistas da Escola de Barbizon, formada na França desde 1830.²⁶

A proximidade motivadora da pintura de François Millet²⁷ revela-se nas paisagens e temas da vida no campo de Silva Porto, assinalando o interesse social nesse afastamento da sociedade burguesa, dos centros urbanos e no desejo de recuperar valores ameaçados por novos modos de vida.

Os naturalistas se reuniam no Café Leão de Ouro na Rua Primeiro de Dezembro, em Lisboa. Do grupo faziam parte Raphael Bordallo Pinheiro, seu irmão Columbano Bordallo Pinheiro (1858-1929) e José Vital Branco Malhoa (1855-1933).

A pintura *Cócegas*, de Malhoa, exibida no *Salon* de Paris, em 1905,²⁸ faz parte do acervo do Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro desde 1906. Reproduz o encontro entre jovens, captando tonalidades douradas da luz. Como naturalista Malhoa concedia à paisagem e tipos populares um destaque que a pintura acadêmica lhes negava.

O melhor registro do ambiente que concentrava os artistas portugueses do Naturalismo deve-se a Columbano. Preferindo viver e pintar na cidade, dedicou-se à pintura de retratos. A tela *O Grupo do Leão*, de 1885, hoje no Museu do Chiado, em Lisboa, captou a atmosfera das tertúlias boêmias. Como pano de fundo, vê-se a cervejaria e Café Leão de Ouro, origem do nome do grupo de intelectuais boêmios das letras e artes. Columbano surpreendeu-os a conversar descontraidamente ao redor da mesa. Pintou Silva Porto, iniciador da pintura naturalista em Portugal. A seu lado, João Vaz e Antônio Ramalho, além do caricaturista Raphael Bordallo, sentado, de chapéu. Ao fundo, de pé, o próprio Columbano se autorretrou, com cartola e bengala. Henrique Pinto e Rodrigues Vieira ocupam as cabeceiras da mesa. Em primeiro plano, sentados: José Malhoa, à esquerda e, Moura Girão, à direita. Completam o grupo, Ribeiro Cristino, Alberto de Oliveira, patrocinador das exposições e o dono da cervejaria, Cipriano Martins.²⁹ A composição, possível alusão iconográfica à Santa Ceia, guarda certo tom de ironia, considerando-se que o autor era simpatizante das ideias anticlericais.

No convívio do Leão de Ouro, Raphael Bordallo fortaleceu sua intenção de fundar a arte sobre um interesse político, como fizera Daumier, “vendo na política a forma moderna da moral” e “para com a arte influir sobre o comportamento social.”³⁰ Queria participar dos debates políticos e estava consciente de poder fazê-lo utilizando um meio poderoso, temido e eficiente: a caricatura, na imprensa periódica ilustrada.

No ambiente informal do Café Leão de Ouro, também aconteceu o encontro entre Raphael Bordallo Pinheiro e o jovem Julião Machado. Este, desejando desenvolver seus dotes artísticos, abandonara os estudos em Coimbra e fracassara na tentativa de trabalhar como bancário. Passou a frequentar a boemia lisboeta. Aproximou-se, no Café

Leão de Ouro, dos intelectuais, artistas de teatro e artes plásticas frequentadores das tertúlias. Conviveu com figuras das letras como: Fialho d'Almeida, Marcelino Mesquita e os artistas do Grupo do Leão, dentre os quais, Malhoa, Columbano, Raphael Bordallo, Antonio Ramalho, João Vaz.³¹ Logo passou a aluno das classes de desenho de José Malhoa. Impressionava-se com o domínio da técnica litográfica e desenho satírico de Bordallo, cuja modernidade gráfica representava, para o admirador recém-chegado, uma estimulante fonte de inspiração. Tinham, além disso, uma paixão comum: o teatro.

Raphael Bordallo havia atuado no teatro Garret aos 14 anos, estudando arte dramática antes das Belas Artes.³² Conservou por toda vida o amor explícito pelas artes cênicas, que transpunha para suas criações gráficas, organizando as ações em quadros, como um *story-board*.³³ Julião Machado foi autor de peças teatrais no período em que viveu no Brasil. Destas sobressaem *O Modelo*, sucesso em Lisboa, com Chaby Pinheiro e Aura Grijó e *o Prim'Alv'ro*.³⁴ Deixou os *sketches* teatrais: *Uber Alles*, *A greve dos micróbios*, *A morte do bardo* e, publicado na revista *D. Quixote*, *O luto do escrupuloso Mota*.³⁵

Em 6 de outubro de 1888, aventurando-se na imprensa lisboeta, Julião Machado lançou a revista *A Comédia Portuguesa: crônica semanal de costumes, política, artes e letras*. O empreendimento, possibilitado pela herança que recebera do pai, contava com a colaboração de Marcelino Mesquita, Fialho d'Almeida e Silva Lisboa, seus companheiros de roda boemia.

Em *Pontos nos ii*, uma litografia de Bordallo marcou o lançamento e promoveu *A Comédia Portuguesa*. Evidenciando sua amizade e o orgulho, como mestre dos desenhistas mais jovens, Bordallo cumprimenta Julião e Marcelino Mesquita, ilustrador e redator, enviando-lhes as “mais entusiásticas saudações”.³⁶ *A Comédia Portuguesa*, no entanto, circulou por um ano apenas, encerrando-se a publicação no número 55, em 28 de novembro de 1889. Fialho d'Almeida iniciou, então, a colaboração literária em *Pontos nos ii*, sob o pseudônimo de Irkan. Julião já havia desenhado para esta revista. Convidado a colaborar efetivamente, por Raphael Bordallo, seu diretor, recusou-se. Preferiu ampliar seus conhecimentos artísticos na França.

Julião Machado: arte à francesa com sotaque português

Raul Pederneiras³⁷ referiu-se à *maneira européia* introduzida no Brasil por Julião, creditando-lhe a responsabilidade pela “grande reforma e progresso gráfico” da imprensa brasileira. Quanto ao “novo estilo da sua arte apurada em Paris”, Raul afirmava que “revivia, no velho Rio de antes do prefeito Pereira Passos, a graça *montmartroise* das páginas de *Le Rire* e do *Figaro* do começo do século”, sendo “essencialmente um desenhista parisiense da melhor classe”.³⁸

Esses indícios levaram a buscar, em Paris, a origem do decantado apuro técnico e estético da arte gráfica de Julião, para compreender sua concepção acerca do ofício do artista gráfico no interior do processo modernizador que alcançava os meios de comunicação.

Sabe-se muito pouco, na verdade, a respeito da passagem de Julião Machado por Paris. Há indicações de que procurou a orientação de Fernand Cormon (1845-1824),³⁹

pintor brilhante, jovem, em cujo atelier havia uma atmosfera diferente da tradicional. Dedicado ao trabalho, profundo conhecedor das técnicas artísticas, Cormon era, entretanto, receptivo às novas propostas que se debatiam em acalorados encontros de jovens artistas. O atelier transformara-se em lugar propício às reuniões dos modernistas.⁴⁰ Ficava em Montmartre que, nas últimas décadas do século XIX, conservava um encanto campestre, distante das transformações urbanas e adquirira status de refúgio. Pintores e escritores buscavam ali um clima mais adequado à expressão criativa, uma fuga às regras e pressões da vida burguesa.

Sob a orientação de Cormon, haviam trabalhado, entre 1883 e 1886, Toulouse-Lautrec, Emile Bernard e Van Gogh, conhecidos participantes de experiências técnicas e estéticas ligadas ao impressionismo e pós-impressionismo. Poucos anos depois, Julião buscou o mesmo atelier e o mesmo mestre, para atualizar-se.

Embora os dados esparsos não permitam precisar o período exato,⁴¹ infere-se que deixando Portugal após o encerramento d'A *Comédia Portuguesa*, no final de 1989, Julião tenha permanecido em Paris até 1894, quando embarcou para a América do Sul. É possível que, ao longo desses anos tenha se aproximado de ex-alunos de Cormon ou, conhecido suas obras, acessíveis nos espaços da cidade, considerada, então, grande centro de produção artística. Cartazes publicitários, novo motivo de admiração, espalhados pelos muros da cidade, transformavam o espaço parisiense numa galeria popular a céu aberto.

Tal proliferação de cartazes nas ruelas de Montmartre aparece numa imagem criada por Steinlen⁴² para a capa de *Le Mirliton*, em 9 de junho de 1893. Esta ilustração capturava, ironicamente, um dândi apreciando um cartaz de Lautrec para divulgar Aristide Bruant e seu cabaré. Este observador burguês mostra-se deslocado nesse espaço, mais familiar aos artistas.⁴³ Como estes Julião transitava por Montmartre em seus dias parisienses. Podia apreciar os cartazes litográficos de Toulouse-Lautrec e, talvez, tenha visitado o atelier do artista⁴⁴ onde se produziam litografias em grande formato. O fato é que, a inspiração técnica e estética em Lautrec, emerge quando se faz uma análise comparativa entre suas obras gráficas e as de Julião.



Fig. 03. Julião Machado. Capa. *O Mercúrio*.
R. Janeiro, 2/9/1898. Zincografia.

Ambos romperam com as formas de representação tradicional. Expressavam novo modo de pensar e sentir que refletia mudanças nas relações com o ambiente urbano e o tempo, valorizando o sensorial e o sensual. Testemunharam e deixaram entrever uma nova visão de mundo. Como Lautrec, Julião (Fig. 03) substituiu jogos de luz e sombra da imagem tridimensional por linhas modernas e chapadas bidimensionais em cor. Delineava contornos firmes e fluidos, elegância à francesa, perceptível nas figuras femininas, no aprumo da moda europeia. Seu traço realçava a sensualidade e distinção características da *belle époque*.

Era um novo tempo. A industrialização e seus desdobramentos tecnológicos afetavam experiências de vida. Artistas do grupo rotulado *impressionista*,⁴⁵ expuseram suas pinturas no atelier do fotógrafo Nadar, em 1874, propondo uma técnica mais ágil para captação pictórica da luz e fixação de sensações visuais autênticas.

Toulouse-Lautrec quis ir além, para captar o movimento. Voltou-se à fotografia, *instrumento necessário à arte*,⁴⁶ buscando acessar campos da experiência visual condizentes com a mentalidade dinâmica e essencialmente moderna. O acesso a imagens instantâneas propiciava o surgimento de nova cultura visual, favorecida pela produção industrial dos aparelhos. Os artistas adequavam-se às expectativas do público, envolvido nos progressos técnicos, da fotografia ao advento do cinema.

Outra fonte estimulante para Lautrec, Julião e contemporâneos foram as xilogravuras japonesas, em voga na França desde sua divulgação no I Salão Japonês de 1883.⁴⁷ Despertaram interesse pelo modo singular, bidimensional, de representar espaço e formas, em áreas planas de cor, delimitadas por um contorno linear em preto.

Lautrec empregava seu novo estilo para divulgar e documentar a efervescente vida noturna da *belle époque* parisiense.⁴⁸ Inspirou-se, assim como Forain,⁴⁹ no cartazismo de Jules Chéret.⁵⁰ A publicidade mais do que o emprego da arte para fins utilitários possuía apelo psicológico para sugerir novas atitudes, comportamentos e construir nova percepção do mundo.

Creditadas a Chéret, as inovações técnicas permitiram o desenvolvimento do cartazismo. Os artistas que o seguiram, na década de 1890, desenhavam diretamente sobre a pedra de impressão, usando tinta, giz, pintavam ou borrifavam a superfície, conferindo uma textura compacta ou aberta às marcas feitas com giz, determinando uma variedade fotográfica de tons. Este processo de reprodução permitia acesso direto ao artista, evitando as limitações gráficas das gravuras em metal ou madeira.⁵¹

Apontado pelo escritor Edmond Goncourt, como “o primeiro pintor mural parisiense”,⁵² Chéret chegou a produzir mil desenhos em 1886.⁵³ Seus cartazes coloriam os muros com a representação da *chêrette*, predominante em seus desenhos, imagem feminina, iluminada cenograficamente, etérea, a executar seu bailado. O sorriso remetia ao mundo do entretenimento, transmitia alegria e cativava os passantes, antecipando o prazer de consumir.

É provável que, à maneira do *flaneur*,⁵⁴ Julião Machado se deixasse seduzir pelos cartazes de Chéret, porque, na obra de Julião encontram-se representações semelhantes às de Chéret. (Fig. 04).

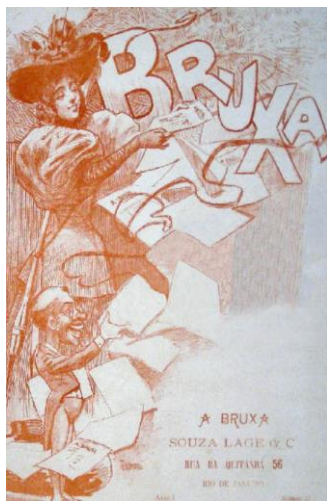


Fig. 04. Julião Machado. Capa. *A Bruxa*.
Rio de Janeiro, 07.02.1896

À medida que evoluía o mundo do entretenimento, ampliavam-se oportunidades para projetar cartazes. Alguns, entretanto, percebiam no cartaz uma presença perversa, cuja efemeridade espelhava o ritmo da vida urbana. Acusavam-no de invadir a

privacidade, de criar desejos, estimular a ambição e contribuir para a corrupção dos costumes. A *chérette* pecava por incitar ao caos com sua falta de recato.⁵⁵ Tais cartazes contrastavam com lembranças dos velhos tempos, das relações de poder solidamente fundadas na propriedade e, incomodavam por aludir à volatilidade da economia moderna.

Na caricatura política como nos cartazes, a função de representação dava lugar à comunicação. Palavra e imagem configuravam um projeto integrado nesses veículos de comunicação visual, potencializando informação e emoção para induzir os destinatários das mensagens a certos comportamentos ou a *um estilo de vida*.⁵⁶

A imprensa ilustrada na *belle époque* parisiense já contava inúmeros títulos e as publicações satíricas exibiam projetos de excelente qualidade, apresentação luxuosa voltada à clientela de crescente poder aquisitivo. O espaço para a publicidade de produtos ampliara-se nas revistas, novo suporte de vendas e ofertas de investimentos.⁵⁷

Julião teve, certamente, acesso às revistas *L'Aube*, *La Revue Blanche* e, possivelmente à *La Plume* que, sob a aparência artística ocultava simpatias anarquistas.⁵⁸ Deve ter apreciado no *Le Courier* os desenhos clássicos de Willette,⁵⁹ citados por ele em depoimento no qual revela seu interesse pelos trabalhos deste desenhista, de Forain e Hermann Paul,⁶⁰ porque aspiravam “a mais alguma coisa do que a provocar o riso fácil dos que podem rir de tudo”, especialmente, Forain, “o que maior influência teve na orientação do meu critério”.⁶¹

No interior do processo deflagrado pelo desenvolvimento industrial, mudanças culturais e de costumes, o *Art Nouveau*⁶² expressando esteticamente o espírito modernista. Influuiu na urbe por meio de projetos que alteravam a visualidade do ambiente. Despontou como estilo de vida moderno, nas artes plásticas, decorativas, nos espetáculos e formas de vestir. Na sociedade industrial europeia exerceu influência econômica, determinou necessidades, usos e obsolescência de produtos. Tomou forma segundo o gosto da elite burguesa, afeita ao progresso industrial, no qual estava envolvida intelectualmente e, pelo qual, se considerava socialmente responsável.

Julião Machado guardou fortes lembranças de Paris, do *Art Nouveau*, dos temas iconográficos ligados ao florescimento primaveril, à juventude e beleza, sinais da expectativa em relação ao progresso e do *alvorecer de uma nova era*.⁶³ Estes elementos emergiram em sua obra gráfica acrescidos do toque pessoal, do sotaque português e aprendizado em Lisboa propiciado pelas aulas de José Malhoa e sugestões da obra de Raphael Bordallo.

Vivenciar mudanças profundas em Paris permitiu a Julião amadurecer, avivou a consciência dos conflitos e contradições da modernidade, da nova estética, do alcance das possibilidades que se ofereciam aos artistas a partir das inovações tecnológicas, industrialização e intensificação do comércio. Vislumbrando a importância dos artistas no processo industrial e publicitário, como consultores ou autores de projetos, pode avaliar a distância entre o modelo parisiense e as condições precárias da modernização em Lisboa e no Rio de Janeiro, onde participou intensamente, na imprensa ilustrada, do impactante processo de transformação da cidade.⁶⁴

“Distrair corrigindo e ilustrar distraindo”: a caricatura como missão

Raquel Henriques da Silva aponta as últimas décadas do século XIX como propícias ao intercâmbio cultural entre Portugal e Brasil e ressalta que “as principais cidades brasileiras foram lugares estimulantes de consumo da cultura portuguesa, da literatura às artes plásticas, do jornalismo à produção monumental.” Em contrapartida, lembra o mecenato das “poderosas comunidades portuguesas no Brasil”, apoiando “atividades culturais e assistenciais no Portugal de então, desde a edição de jornais e revistas, à construção de escolas ou à edificação do monumento a Camões, no Chiado em Lisboa.”⁶⁵

Considerem-se, nesse contexto, as contribuições de Bordallo Pinheiro e Julião Machado, na imprensa ilustrada do Rio de Janeiro, como veículos de ideias entre os dois países. Divulgaram no Brasil o pensamento da geração de 70 portuguesa, que compreendia como responsabilidade dos intelectuais, interferir no processo de modernização, intervir no espaço público por meio da imprensa, buscando educar as camadas populares.

A presença dos dois caricaturistas portugueses ampliava, por meio do desenho de humor, o espaço do diálogo entre escritores e artistas, que efetivamente já existia entre intelectuais das gerações de 70, portuguesa e brasileira.⁶⁶

No acirramento das campanhas abolicionista e republicana, foi exemplar o desempenho de Bordallo no hebdomadário *O Besouro*, em 1878, com edição e participação ativa do jornalista José do Patrocínio (1854-1905), conhecido como *Tigre da Abolição*. Contavam com o apoio financeiro do Visconde São Salvador de Matosinhos, abastado empresário português residente na Capital.⁶⁷ No primeiro número a ilustração marcava as posições do periódico.

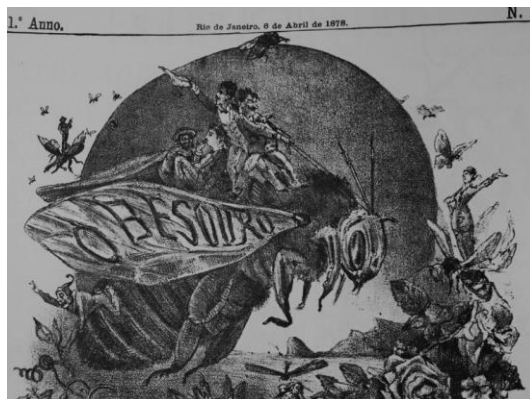


Fig.05. Bordallo Pinheiro. Capa. *O Besouro*.
Rio de Janeiro, 06.01.1878. Litografia.

Patrocínio e Bordallo, sobre enorme besouro, sobrevoavam a Baía de Guanabara (Fig. 05),⁶⁸ sugerindo que pretendiam ter uma perspectiva panorâmica das questões que preencheriam as páginas do Hebdomadário.⁶⁹ Texto e imagens prenunciavam a

disposição política e revolucionária: “O Besouro tem uma legião de inimigos: os vícios. E uma só arma: a gargalhada [...] ‘A gargalhada é a Revolução’”.⁷⁰

Bordallo e Patrocínio compreendiam as implicações éticas e possibilidades da militância na imprensa. Sabiam que o poder temia as caricaturas, tanto ou mais que o texto, enquanto o público as apreciava e compreendia com facilidade. Semanalmente debatiam-se n’*O Besouro* as questões ligadas à escravidão, às fragilidades da Monarquia, à situação dos imigrantes, à pobreza cultural do povo. Pode-se interpretar as ações de Bordallo e Patrocínio como uma das formas de atualizar o debate ibérico, recriando-o na imprensa da Capital da Corte.

Acompanha-se n’*O Besouro*, dentre outras mobilizações, a agitada recepção ao *Primo Basílio* de Eça de Queiroz lançado em Portugal, em 28 de fevereiro de 1878. Conhecido no Brasil por um pequeno círculo de intelectuais, o escritor passaria a ocupar o centro das discussões literárias quando a repercussão ruidosa do *Primo Basílio* na imprensa do Rio de Janeiro lhe garantiu a popularidade, inclusive em outras cidades brasileiras.⁷¹ O alvoroço que permitiu a visibilidade, ampliado pelo debate na imprensa, devia-se à reação da sociedade, conservadora e preconceituosa em relação a valores morais.

No dia 13 de abril, *O Besouro* publicou, em página inteira: *Depois da leitura do Primo Basílio de Eça de Queiroz* (Fig. 06).

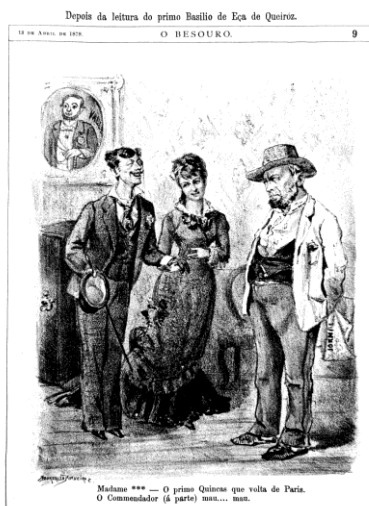


Fig. 06. Bordallo Pinheiro. “Depois da leitura do *Primo Basílio* de Eça de Queirós”. *O Besouro*. Rio de Janeiro, 13/04/1878. Litografia.

Na imagem vemos um *Comendador* aparentemente desconfortável com a visita de um primo da jovem esposa, recentemente chegado de Paris. O constrangimento remetia à ameaça que pairava no ar após a leitura o livro de Eça.

O fato desencadeou uma série de artigos em jornais, como *A Gazeta de Notícias* e *Cruzeiro*, no qual se publicaram análises de Machado de Assis, sob o pseudônimo de Eleazar. *O Besouro* participou do falatório, e nos permite avaliar a dimensão dos debates na cidade quando comentava que o *Primo Basílio* “aqui apareceu como pomo da discórdia”, dividindo opiniões de jornalistas: “isto não é um romance, isto é uma epidemia; parece mesmo uma ‘sensação nova’!”⁷² Exclamava: “qual Eça nem meio Eça! Não é com *essas...* que se vai à feira.”⁷³

Os trocadilhos com o nome do autor apimentavam os comentários que ganhavam as ruas e *sensação nova* referia-se à vivência amorosa da protagonista Luísa no romance. Sublinhava-se o lado indiscreto da obra e o viés escandaloso ecoou na imprensa satírica. Bordallo, amigo de Eça de Queiroz, veiculava o debate. Aguçava a curiosidade do público estimulando o consumo do livro e, ao mesmo tempo, dos exemplares de seu hebdomadário. Assim, Eça de Queiroz tornou-se moda literária⁷⁴ no Rio de Janeiro, enquanto a recepção polêmica do Primo Basílio apresentava o naturalismo literário ao público brasileiro.

Deixando o Brasil antes da abolição e da proclamação da República, sabe-se que Bordallo acompanhou com alegria, à distância, as conquistas brasileiras. Expressou-se a respeito, como liberal e republicano, n’*O Antonio Maria*. Em 6 de janeiro de 1881, homenageou Joaquim Nabuco (Fig. 07) que visitava Lisboa.

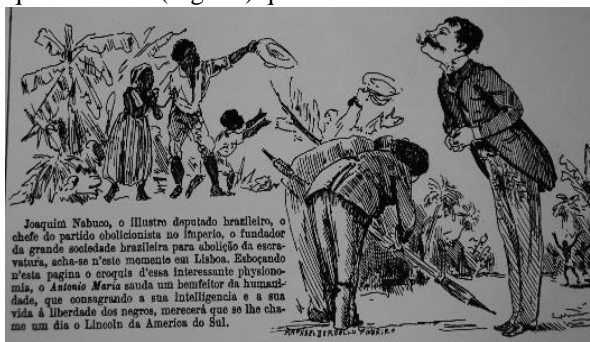


Fig. 07. Bordallo Pinheiro. Homenagem a Joaquim Nabuco.
O Antônio Maria. Lisboa, 06/01/1881. Litografia.

Registrou a “interessante fisionomia do illustre deputado brasileiro”, o “chefe do partido abolicionista do império, o fundador da grande sociedade brasileira para abolição da escravatura”. Saudou-o como “benfeitor da humanidade que, consagrando a sua inteligência e a sua vida à liberdade dos negros, merecerá que se lhe chame um dia o Lincoln da América do Sul.”⁷⁵

Em *Pontos nos ii*, Bordallo comemorou o aniversário de um ano da Proclamação da República, demonstrando simpatia pela causa republicana na alegoria *Salve a República* (Fig. 08).

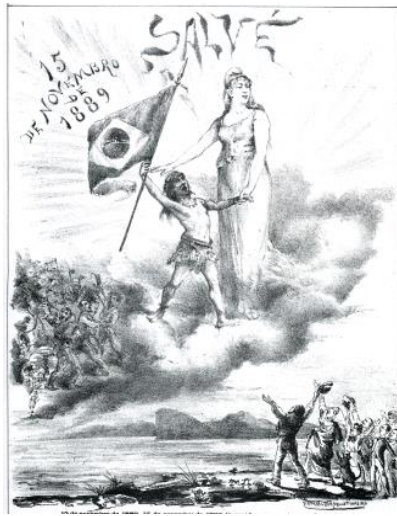


Fig. 08. Bordallo Pinheiro. Salve a República!
Pontos nos ii. Lisboa, nov. 1890. Litografia.

“... 15 de novembro não é um dia de festa somente para a florescente república sul americana; ficará consagrado para sempre como rememorando uma conquista lucilantíssima da Democracia Universal. É para nós todos que aspiramos a felicidade de Portugal um exemplo e um incitamento. Exemplo de generosa abnegação e inabalável patriotismo, incitamento a que cumpramos um dever impreterível.”⁷⁶

A representação feminina da República, com a túnica à moda romana e barrete frígio predomina na composição pela grande dimensão, sinal de sua importância.⁷⁷ Conduz o povo, representado como indígena, que agita a nova bandeira. Pairando sobre as águas do oceano entre as duas pátrias, são saudados, de um lado pelo povo brasileiro, de outro pelos portugueses, dentre os quais, se inclui o desenhista, o filho Manuel Gustavo e os tipos famosos: Zé Povinho, Maria e o gato *Pires*. Assim, o caricaturista aproveitava o ensejo para apontar a *conquista* do Brasil como exemplo e incitar à mobilização da sociedade portuguesa.

Como parte das comemorações do 1º aniversário da proclamação, realizou-se um jantar festivo.⁷⁸ O projeto gráfico do *menu* foi de autoria de Bordallo (Fig.09).



Fig. 09. Bordallo Pinheiro. Menu.
Lisboa, 15/11/1890. Litografia.

O cardápio indicava a sofisticação do jantar à francesa que a litografia colorida acentuava. Um brasão da República, em destaque, assinalava formalmente a natureza oficial do evento. Como elemento decorativo, repetia-se a alegoria feminina, acompanhada do índio, que segura a espada e a balança da justiça. Formas, postura e movimento dessa figura nos remetem, iconograficamente, à escultura *Mercúrio*,⁷⁹ do artista italiano Giovanni de Bologna (1529-1608). Tal analogia era, em si, uma alusão ao comércio, artes e comunicação, reforçados por cornucópias identificadas como: Indústria, Artes e Comércio a derramar riquezas sobre a Bahia da Guanabara. O artista gráfico manifestava, desta forma, expectativas otimistas acerca do futuro econômico, das artes e do progresso da sociedade brasileira sob o novo regime.

O artista e a cidade: Julião Machado no Rio de Janeiro

Partindo de Paris em 1894⁸⁰ com destino a Buenos Aires, Julião acabou ficando no Rio de Janeiro, onde amigos da imprensa lhe abriram as portas das redações de jornais e acolheram nos encontros da intelectualidade artística e literária. Por essa época, a Capital da recém-proclamada República vivia um período de grandes transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, há muito necessárias, deflagradas a partir da mudança de regime político.⁸¹

O quadro populacional da cidade alterara-se quantitativamente, quanto à constituição étnica e ocupacional dos habitantes, desde a abolição. Entrara no mercado de trabalho a mão de obra de ex-escravos, em conjunto com o crescimento da imigração, especialmente portuguesa, agravando condições de subemprego e ampliando o número de desempregados.⁸²

No imaginário carioca, a República e os progressos tecnológicos estimulavam a ideia de superar e negar o passado colonial e escravista, a *rotina* ou *carrancismo*,⁸³ na contramão do progresso almejado pelas elites. Buscava-se impor um ritmo compatível com a forma republicana de governo, alterava-se a percepção temporal dos habitantes.

O Rio de Janeiro, nos anos 90 do século XIX, já assumia ares de uma cidade de negócios, embora as ruas estreitas, sinuosas e lamacentas do centro guardassem antigos aspectos da cidade imperial. Apesar do crescimento demográfico não haviam sido adotadas medidas de saneamento compatíveis. Nas moradias, algumas coletivas e precárias, faltavam instalações sanitárias adequadas.⁸⁴

Nesse ambiente, a intelectualidade literária e artística frequentava livrarias, edições de revistas, cafés e confeitarias. Segundo Brito Broca,⁸⁵ dentre os pontos preferidos figuravam o *Café do Rio*, o *Java*, o *Paris*, o *Papagaio* e o *Globo*. As confeitarias eram a *Colombo* e, menos frequentadas, a *Cailteau* e a *Castelões*.

Medidas punitivas do marechal Floriano Peixoto⁸⁶ haviam dispersado os integrantes da boemia tradicional que ousaram manifestar-se contra seu governo. Não obstante, despontava uma nova boemia despontou, com ideias e valores mais próximos aos padrões burgueses e utilitários, proporcionados pela democratização frágil da vida coletiva introduzida pela República.⁸⁷ Nas reuniões desse grupo, Julião Machado encontrou Olavo Bilac, parceiro ideal para seus empreendimentos na cidade: no primeiro, *A Cigarra*,⁸⁸ de 1895, colaborava uma “plêiade de boêmios”.⁸⁹ Em 1896, Julião e Bilac lançaram *A Bruxa*.

Vinte anos após a passagem do *mestre*⁹⁰ Bordallo pela capital brasileira, Julião trilhava caminhos semelhantes, dividindo com Bilac a responsabilidade pelo emprego do humor e da sátira para lidar com as questões cotidianas. O escritor Arthur Azevedo definiu o *espírito* d’ *A Cigarra* como a reunião entre o “verdadeiro espírito gaulês que o Julião trouxe consigo” e “encontrou já aqui, encarnado no seu companheiro, redator Olavo Bilac”.⁹¹

Luiz Edmundo assinalou a presença de Julião Machado na roda de Bilac, que se transferira para a confeitaria Colombo,⁹² afirmando que “grande irmão, em meio, até, aos mais rubros e extremados nacionalistas, por eles querido e admirado” e, ao criticar pessoas, política e costumes, empregava “chiste e graça”, mas “sem ofender ninguém”.⁹³

Numa época de nacionalismos acirrados, Bilac chamava Julião de “amansa jacobinos”, por sua diplomacia quando as questões envolviam portugueses e brasileiros.⁹⁴

Entre artistas, escritores e jornalistas das rodas intelectuais fluía a comunicação entre as belas artes, a literatura e o jornalismo. Nesse contexto, como ator político e cultural, Julião demonstrou a intenção de formar opiniões, despertar consciências

críticas e orientar as ações dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro no espaço público. No percurso jornalístico, *a serviço da verdade*, cumpriu o papel do *caricaturista* na imprensa da Capital.

Como sugere Mônica Pimenta Velloso,⁹⁵ no imaginário dos desenhistas a função da caricatura assumia sentido de missão ou forma pedagógica de militância. O potencial subversivo do riso revelava-se uma arma de combate no enfrentamento de imposições do poder do estado e estratégia para lidar com as mudanças de valores. Velloso aponta os *turunas e quixotes*⁹⁶ como sínteses das representações do próprio desenhista em ação: destemidos, defensores, guias, capazes de sacrifício, combatentes da vanguarda, dispostos a instaurar outra ordem, real ou imaginária.

As primeiras capas (Fig.10 e 11) d' *A Cigarra* confirmam a intenção de atingir o público leitor causando impacto e convidando à reflexão por meio do desenho humorístico.



Fig 10 e 11. Julião Machado. Capas. *A Cigarra*. Rio de Janeiro, 09/05/1895 e 16/05/1895. Litografias.

No segundo número, em 16 de maio 1895, *A Cigarra* admitia ter causado *reboleço* na cidade, sem esconder, no entanto, ser esse o objetivo: estar em toda parte, incomodar se necessário, atordoar, com seu canto, ouvidos que se faziam de surdos às críticas e não seriam poupados políticos e capitalistas. Embora Bilac e Julião houvessem declarado, no primeiro número, que não seguiriam um programa, texto e imagem das capas definiam as diretrizes em que se apoiaria a revista.

Desenhista atuante na imprensa do Rio de Janeiro, entre 1895 e 1920, por sua participação ativa, Julião pode ser incluído entre os artífices da modernidade, por fixar o cotidiano da cidade em imagens provocantes e crítica afiada. Sua arte gráfica

estabeleceu uma relação dialética com o processo de modernização, convivendo, paralelamente, com a intelectualidade e a cultura popular e elegendo o humor como canal de comunicação. Sua atuação no Brasil repercutiu na imprensa portuguesa n' *O Antonio Maria*, no qual Manuel Gustavo Bordallo Pinheiro colaborava com o pai.⁹⁷ Depois de recordar a reputação de Julião Machado em Lisboa, “gravada nas páginas da Comédia Portuguesa”, publicada com Marcelino Mesquita, falava da receptividade ao amigo caricaturista entre brasileiros: “No Brasil foi acolhido com a simpatia que seu nome alcançara já naquele país, onde o amor pela nossa arte, e pelas nossas letras é tal, que se dá o curioso caso de haver lá quem melhor as conheça do que nós próprios”.⁹⁸

O acolhimento ao *excelente rapaz* no Brasil, assim como a boa receptividade para a arte e literatura portuguesas, talvez fossem resultados do trabalho iniciado por *mestre* Bordallo na imprensa do Rio de Janeiro, preparando o terreno, sem o saber, para que o *discípulo* pudesse dar, satisfatoriamente, continuidade a sua obra.

Rafael Bordallo Pinheiro e Julião Felix Machado destacaram-se no processo renovador da caricatura brasileira ao trazer sopros de modernidade ao traço e humor. Suas obras, porém, excederam os campos técnico e estético, ampliaram possibilidades de compreendermos o ambiente, fatos políticos e culturais e estreitaram laços entre intelectuais portugueses e brasileiros.

Notas e referências

- ¹ Baudelaire considerava que os dois litógrafos produziram o complemento visual da Comédia Humana, de Balzac. Cf. Charles BAUDELAIRE, *Sobre a modernidade*, São Paulo, Paz e Terra, 1996, p. 13.
- ² Honoré Daumier (1808-1879): caricaturista, pintor, ilustrador, mestre da litografia. Um dos pioneiros do Naturalismo francês. Colaborou em *Le Charivari*, com Balzac que o chamava *Michelângelo* da caricatura.
- ³ Gavarni: pseudônimo de Sulpice-Guillaume Chevalier (1804-1866), caricaturista francês autor de desenhos humorísticos e sátira política mordaz, dos costumes e vida burguesa na França.
- ⁴ Charles BAUDELAIRE, cit., p. 13.
- ⁵ O nome *O Antonio Maria*, refere-se a Antonio Maria Fontes Pereira de Melo, político da Regeneração e do liberalismo monárquico português. Bordallo satirizava falhas do regime, a concentração de poderes, criando representações do político como “homem dos sete instrumentos”. Cf. Rafael Bordalo Pinheiro em *O Antonio Maria*, Lisboa, Ano III, 23.06.1881.
- ⁶ Texto extraído de *As Farpas*. O movimento literário e artístico, Tomo IX, Lisboa, abr. 1882, Ramalho ORTIGÃO, “A arte satírica e o Antônio Maria de Rafael Bordallo Pinheiro”, Emanuel ARAUJO (org.), Rafael Bordalo Pinheiro: o português tal e qual. *O caricaturista*, São Paulo, Pinacoteca, 1996.
- ⁷ Ramalho ORTIGÃO, cit.
- ⁸ Folhetos escritos por Ramalho Ortigão e Eça de Queirós em 1871 que, por 17 anos mapearam ironicamente sociedade e cultura portuguesas. Entre 1887 e 1891, Ramalho Ortigão reeditou *As Farpas* em 11 volumes.
- ⁹ Bordallo PINHEIRO, *Pontos nos ii*, Lisboa, 14 abr. 1887.
- ¹⁰ Conferências organizadas pelo Cenáculo, grupo do qual participavam Antero de Quental, Eça de Queirós, Batalha Reis, em Lisboa, no Cassino Lisbonense. Discutiam a transformação política, econômica e religiosa na sociedade portuguesa. Ver José Hermano SARAIVA, *História concisa de Portugal*, Portugal, Europa-América, 1999.
- ¹¹ Bordallo PINHEIRO, Reproduções d'um álbum humorístico, ao correr do lápis – 7ª página – Conferências Democráticas, *A Berlinda*. Lisboa. Julho, 1871.
- ¹² Ver André Nunes AZEVEDO, As ideias de decadência e regeneração nos ideais políticos de Antero de Quental, *Revista Intellectus*, UERJ, Ano IV, vol. I, 2005.

- ¹³ Sobre as dificuldades para o desenvolvimento industrial que superasse a economia de base agrícola, ver Miriam Halpern PEREIRA, “Diversidade e crescimento industrial”, José TENGARRINHA (org.), *História de Portugal*, Bauru, EDUSC/ São Paulo: UNESP, Portugal, Instituto Camões, 2000, pp. 217-240.
- ¹⁴ Ana Lúcia Lana NEMI, “Brasil e Portugal: a história nacional entre tradição e renovação”, *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 4, nov. 2006, pp 49-64, versão *on-line*.
- ¹⁵ William Morris (1834-1896), escritor, pintor, artista, artesão e reformista social inglês, personificou uma reação à transformação da cidade em cenário industrial, partindo de uma atitude esteticista, inspirada na religiosidade e tradições artesanais. Lutava contra a degradação dos valores. No fim da vida, dedicou-se à militância política revolucionária na Liga Socialista britânica. Sua obra no *Arts and Crafts Movement* teve importante papel no desenvolvimento do moderno design gráfico e de produto. Ver Carl SHORSKE, *Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, pp. 108-123.
- ¹⁶ *Arts and Crafts* ou Movimento Artes e Ofícios: movimento social, estético inglês da 2ª metade do século XIX. Objetivava ressaltar a importância do trabalho artesanal face ao processo de massificação industrial. O nome deriva da Sociedade para Exposições de Artes e Ofícios, fundada em 1888. Sobre o *Arts and Crafts* ver Nicolaus PEVSNER, *Os pioneiros do desenho moderno: de William Morris a Walter Gropius*, São Paulo, Martins Fontes, 1980, pp. 49-76.
- ¹⁷ Sobre as relações nem sempre pacíficas entre política e imprensa satírica, refletidas nas atividades de Bordallo Pinheiro (1875-1905) como caricaturista, ver Alvaro Costa de MATOS (coord.), *A Rolha*. Bordalo: política e imprensa na obra humorística de Rafael Bordallo Pinheiro, Lisboa, Hemeroteca Municipal, 2005.
- ¹⁸ Arnold HAUSER, *História Social da Literatura e da Arte*, 3ª ed., São Paulo, Mestre Jou, v. 2, 1982, pp. 943-945.
- ¹⁹ *Ibid.*, p. 944.
- ²⁰ *Ibid.*, p. 945.
- ²¹ Courbet denominou sua exposição individual em Paris, em 1855: *Le Realisme, G. Coubert*. Chamou *realismo* o estilo de sua pintura, marcando uma revolução na arte. Ver Ernst Hans GOMBRICH, *A História da Arte*, 15ª ed., Rio de Janeiro, Guanabara-Koogan, 1993, pp. 403-404.
- ²² Giulio Carlo ARGAN, *Arte e crítica da arte*, 2ª ed., Lisboa, Estampa, 1995, pp. 79-80.
- ²³ Arnold HAUSER, *cit.*, p. 947.
- ²⁴ Sobre o pensamento de Proudhon acerca da função social da Arte, ver P. J. PROUDHON, *Do princípio da Arte e de sua destinação social*, Campinas/ SP, Armazém do Ipê, 2009.
- ²⁵ Antônio Maria Fontes Pereira de Melo era político do liberalismo monárquico português. Bordallo deu seu nome ao periódico *O Antônio Maria*, onde protagonizava sátiras e era criticado pela concentração de poderes.
- ²⁶ Charles Daubigny (1817-1879), François Millet (1814-1875), e outros pintores franceses liderados por Theodore Rousseau (1812-1867), refugiaram-se em Barbizon, aldeia próxima à floresta de Fontainebleau. Desenvolveram pintura de paisagem, rompendo com regras acadêmicas. Renovaram técnica e estética privilegiando imagens resultantes da observação dos aspectos cambiantes da natureza. Ver: Giulio Carlo ARGAN, *Arte Moderna*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992, pp.60-63.
- ²⁷ Raquel Henriques da SILVA, Invocação do Grupo de Leão e do Naturalismo Português, *O Grupo do Leão e o naturalismo português*, São Paulo, Pinacoteca do Estado, 1996, p. 28.
- ²⁸ Raquel Henriques da Silva informa que a tela só foi exibida em Portugal em 1983, em exposição retrospectiva na Sociedade Nacional de Belas Artes de Lisboa.
- ²⁹ *Cf.*, *O Grupo do Leão e o naturalismo português*, São Paulo, Pinacoteca do Estado, 1996. p. 43.
- ³⁰ Giulio Carlo ARGAN, *Arte Moderna*, *cit.*, p. 64.
- ³¹ Sobre dados biográficos de Julião Felix Machado, ver: Herman LIMA, *História da Caricatura no Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, v. 3, 1963, pp. 963-985.
- ³² Julio Cezar MACHADO, “Prefácio”, Rafael Bordallo PINHEIRO, *Álbum de caricaturas, frases e anexins da língua portuguesa*, Lisboa, Tipografia Editora de Matos Moreira e Cia, 1876, pp. 3-30.

- ³³ Série de desenhos ou pinturas que mostram a sequência de cenas de uma peça teatral, filme ou desenho animado. Cf. A. S. HORNBY, *Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English*. Oxford: University Press, 1997.
- ³⁴ Herman LIMA, cit., nota 170, p. 560.
- ³⁵ Julião MACHADO, *O Modelo*, Rio de Janeiro, Tipografia do Comércio, 1916; “A morte do Bardo”, *Álbum de O País*, Rio de Janeiro, 1903; “A greve dos micróbios”, *Era Nova*, Rio de Janeiro, 21.08.1915; “Uber Alles”, *Almanaque de A Noite*, Rio de Janeiro, 1917; “O luto do escrupuloso Mota”, *D. Quixote*, Rio de Janeiro, 13.03.1919.
- ³⁶ Bordallo PINHEIRO, *Pontos nos ii*, Lisboa, n. 80, 11.10.1888.
- ³⁷ Raul PEDERNEIRAS *apud* Herman LIMA, cit., p. 963.
- ³⁸ *Ibid.*, p. 972.
- ³⁹ Pseudônimo de Fernand-Anne Piestre (1845-1924). Cf. Yan CHILVERS, *Dicionário Oxford de Arte*, São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- ⁴⁰ Philippe HUISMAN, *Lautrec par Lautrec*, Paris, Edita, 1963, pp. 40-45.
- ⁴¹ Sobre as datas de ida para Paris e chegada ao Brasil, ver Herman LIMA, cit., 1963, p. 968; ver ainda José Simões COELHO, “Caricaturistas portugueses no estrangeiro”, *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, n. 393, 01.09.1913, pp. 270-274.
- ⁴² Theophile-Alexandre Steinlen (1859-1923) era caricaturista e ilustrador. Trocou os estudos de Teologia pelos de arte industrial em Mulhouse. Em Paris atuou na imprensa ilustrada, especialmente no Chat Noir.
- ⁴³ Marcus VERHAGEN, “O cartaz na Paris fim-de-século: ‘aquela arte volúvel e degenerada’”, Leo CHARNEY, Vanessa R. SCWARTZ, *O cinema e a invenção da vida moderna*, São Paulo, Cosac e Naify, 2004, p. 137.
- ⁴⁴ Cf. Philippe HUISMAN, cit.
- ⁴⁵ A recusa das pinturas no Salon de 1873 levou um grupo de artistas, dentre os quais, Monet, Renoir, Cézanne a organizar exposições independentes.
- ⁴⁶ Giulio Carlo ARGAN, *Arte e crítica da arte*, cit., ver capítulo VI, sobre a relação da arte com a ciência, a literatura, o teatro e o cinema, pp. 55-78.
- ⁴⁷ Em 1883, organizou-se o I Salão Japonês. Em 1889, o *Salon des XX*, em Bruxelas, dedicou uma seção à arte japonesa. Em 1890, em Londres, o artista japonês Hokusai expôs xilogravuras. Sobre a popularidade da arte japonesa na Europa, no século XIX, ver Bernard CHAMPIGNEULLE, *A Art Nouveau*, São Paulo, Verbo/EDUSP, 1976, pp. 54-65.
- ⁴⁸ Ver Philip MEGGS, *A history of graphic design*, New York, John Wiley & Sons, 1998, pp. 190-193.
- ⁴⁹ Forain (1852-1931) Considerado um dos mestres da caricatura francesa, iniciou sua participação na imprensa em 1876. Virtuoso no desenho, na técnica e na legenda. Também pintou, expondo com os impressionistas em 1879. Ver: Michel MELLOTT e Jean Pierre BÉCHU, *Quand la caricature écrit l'histoire*. La Belle Époque et son envers, Monte Carlo, André Sauret, 1980, p. 179.
- ⁵⁰ Jules Chéret (1836-1933), iniciador do cartazismo moderno, teria inspirado Lautrec no final da década de 1890. Filho de tipógrafo aperfeiçoou conhecimentos do processo litográfico em Londres, atingindo a maturidade da obra em Paris. Ver Philip MEGGS, cit., pp. 184-187.
- ⁵¹ Richard HOLLIS, *Design Gráfico: uma história concisa*, São Paulo, Martins Fontes. 2000, p. 5.
- ⁵² Edmond GONCOURT *apud* Marcus VERHAGEN, cit., p. 127.
- ⁵³ *Ibid.*, p. 131.
- ⁵⁴ Charles BAUDELAIRE, cit., p. 20.
- ⁵⁵ Marcus VERHAGEN, cit., pp. 134-149.
- ⁵⁶ Giulio Carlo ARGAN, *Arte e crítica da arte*, cit., p. 58.
- ⁵⁷ Michel MELLOTT e Jean Pierre BÉCHU, cit., pp. 9-10.
- ⁵⁸ *Ibid.*, pp. 11-12.
- ⁵⁹ Willette (1857-1926), caricaturista francês, formado na *École des Beaux-Arts de Paris*, aluno de Cabanel. Colaborou no *Figaro* desde 1880, fundou *Le Pierrot* em 1888. Foi pintor e cartazista. Ver: Michel MÉLOT e Jean Pierre BÉCHU, *ibid.*, p.180.
- ⁶⁰ Herman Paul (1874-1940) foi litógrafo, executando os primeiros trabalhos por volta de 1890. Ilustrador e caricaturista, despontou na imprensa satírica ilustrada em 1892.

- ⁶¹ Julião MACHADO *apud* José Simões COELHO, cit.
- ⁶² *Art Nouveau*: floresceu na Europa por volta do final do século XIX e 1ª década do século XX. Partiu, a princípio, das proposições de William Morris. Artistas e arquitetos do *Art Nouveau* foram além, reagiram ao historicismo acadêmico, adotaram atitude positiva quanto à industrialização, integrando arte e lógica industrial. Introduziram novo estilo, repertório formal inspirado na natureza. Colaboraram na produção industrial, empregando novos materiais e tecnologias. Ver: Giulio Carlo ARGAN, *Arte Moderna*, cit., pp. 199-207.
- ⁶³ Giulio Carlo ARGAN, *ibid.*, p. 202.
- ⁶⁴ Sobre as transformações ditadas pelo progresso no Rio de Janeiro e seu impacto social, ver Lená M. de MENEZES, *Os indesejáveis*: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930), Rio de Janeiro, EdUERJ, 1996.
- ⁶⁵ Raquel Henriques da SILVA, “Desenhar para rir: A sociedade burguesa ao espelho”, Ana Cristina LEITE (coord.), *Guia do Museu Rafael Bordalo Pinheiro*, Lisboa, Maiadouro, 2005, p. 32.
- ⁶⁶ Ana Lúcia L. NEMI, cit., pp. 49-64. A autora indica pesquisa de Beatriz Berrini que, com base em estudos epistolográficos sugere a existência de diálogo entre nomes da literatura portuguesa e brasileira.
- ⁶⁷ Cf. Gilberto MARINGONI, *Angelo Agostini*: a imprensa ilustrada da Corte à Capital Federal, 1864-1910, São Paulo, Devir Livraria, 2011, p. 90.
- ⁶⁸ Esta litografia de Bordallo estampou-se n’*O Besouro*, Rio de Janeiro, 06.01.1878.
- ⁶⁹ Em outra ocasião, no número d’*O Besouro* de 20.04.1878, em caricatura intitulada *A política a vol d’oiseau... (fantasia aérea)*, Bordallo na companhia de seu gato, acomodados sobre o grande besouro, sobrevoam a cena política.
- ⁷⁰ Prefácio da edição em que os números desse ano d’*O Besouro* foram reunidos. Rio de Janeiro, Typ. De Leuzinger e Filhos, 31 dez. 1878.
- ⁷¹ Ver Beatriz BERRINI e Sílvia Maria AZEVEDO, “A polêmica recepção de Eça de Queiroz no Brasil-considerações em torno da acolhida feita por Machado de Assis e outros”, Ana Salles MARIANO e Maria Rosa de OLIVEIRA, (org.), *Recortes Machadianos*, 2ª ed., São Paulo, Nankin, EDUSP, EDUC, 2008, pp. 209-222.
- ⁷² Comentários publicados na seção Zumbidos. *O Besouro*, Rio de Janeiro, 04.05.1878.
- ⁷³ *Ibid.* O grifo é do autor.
- ⁷⁴ Brito BROCA, *A vida literária no Brasil – 1900*, Rio de Janeiro, José Olympio, 2004, p. 174.
- ⁷⁵ Rafael Bordallo PINHEIRO, *O Antonio Maria*. Lisboa, 06.05.1881.
- ⁷⁶ *Ibid.*, *Pontos nos ii*, Lisboa, nov. 1890.
- ⁷⁷ Assemelha-se às imagens que apareceram no Brasil, mesmo antes da proclamação. Cf. José Murilo de CARVALHO, *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, pp. 79-80.
- ⁷⁸ Jantar oferecido pelo cônsul geral do Brasil em Lisboa, João Vieira dos Santos, em 1890. Cf. Emanuel ARAUJO (org.), “Rafael Bordalo Pinheiro: o português tal e qual”. *O caricaturista*, São Paulo, Pinacoteca, 1996, p.125.
- ⁷⁹ Mercúrio: nome romano do deus grego Hermes, ao qual se atribuem o desenvolvimento do comércio, artes, a invenção da língua e primeiros caracteres da escrita. Cf. P. COMMELIN, *Mitologia grega e romana*, 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1997, p. 51.
- ⁸⁰ Não há registro exato da data de chegada de Julião ao Rio de Janeiro.
- ⁸¹ José Murilo de CARVALHO, *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- ⁸² *Ibid.*, pp. 16-17. Ver sobre dados estatísticos do crescimento populacional e tabela do crescimento anual entre 1872-1906.
- ⁸³ As expressões *rotina* e *carrancismo* aparecem em caricaturas da época, sugerindo seu emprego frequente na linguagem coloquial. Empregam-se no texto no sentido atribuído por: Cândido de Figueiredo, 1949. *Rotina*: hábito de proceder segundo uso, sem atender a melhoramentos ou progresso; índole conservadora, oposta ao progresso. *Carrancismo*: aversão ao novo, às inovações; o mesmo que rotina.
- ⁸⁴ Ver André Nunes AZEVEDO, 2003, pp. 127-128.
- ⁸⁵ Brito BROCA, cit., p. 71.

-
- ⁸⁶ Presidente do Brasil entre 1891-1894.
- ⁸⁷ Cf. Machado NETO, s/d. Ver Mônica Pimenta VELLOSO, *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*, Rio de Janeiro, FGV, 1996, pp. 35-85.
- ⁸⁸ Julião já havia desenhado na *Notícia Ilustrada*, suplemento da *Gazeta de Notícias*, em que também colaboravam os escritores Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão. Cf. Herman LIMA, cit., p. 964.
- ⁸⁹ Dentre outros, formada pelos escritores Coelho Neto, Guimarães Passos, Emílio de Meneses Cf. Nelson Werneck SODRÉ, *História da Imprensa no Brasil*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Mauad, 1999, p. 267.
- ⁹⁰ Julião Machado emprega a designação *mestre*, dirigindo-se a Bordallo, na capa que lhe dedica em *A Bruxa*, Rio de Janeiro, Ano II, n. 56, 05.03.1897.
- ⁹¹ Athur AZEVEDO, *apud* Herman LIMA, p. 964.
- ⁹² Cf. Nelson Werneck SODRÉ, cit., pp. 247-248. Ver ainda Luís Edmundo, *O Rio de Janeiro do meu tempo*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Conquista, 1957, pp. 596-598.
- ⁹³ Luís Edmundo, *ibid.*, p. 646.
- ⁹⁴ *Ibid.*, p. 648.
- ⁹⁵ Mônica Pimenta VELLOSO, cit., pp. 11-13.
- ⁹⁶ Para a autora seriam heróis, *outsiders*. “Turuna” do tupi: tur’una ou ‘negro poderoso’. Raul Pederneiras define, no dicionário de gírias: *Geringonça Carioca*: chefe, destemido, valente. “Quixote”, lembra o personagem de Miguel de Cervantes: idealista, sonhador, justiceiro. Estas classificações se aplicariam aos humoristas boêmios, que ora se identificavam com um, ora com outro.
- ⁹⁷ Manuel Gustavo respondia pelo periódico enquanto Raphael Bordallo Pinheiro dedicava-se à fábrica de faianças, em Caldas da Rainha.
- ⁹⁸ Manuel Gustavo Bordallo PINHEIRO, *O Antonio Maria*, Lisboa, Ano XI, n. 436, 30 abr. 1896, Grifo meu.

*De esclavos a inmigrantes.
La flexibilización de la política inmigratoria en Argentina
a través de la historiografía, S.XIX-XX*

*Silvia Mallo**

Introducción

La configuración de la nación argentina en la segunda mitad del siglo XIX generó siempre en la historiografía y en los estudios demográficos un interés central en el proceso inmigratorio dirigido al ingreso al país de los grandes grupos de italianos y españoles. Ello significa un tratamiento desigual de los entonces denominados grupos *exóticos*. Observamos aquí como desde uno de ellos, el grupo inmigratorio caboverdiano que ingresa como producto de la flexibilización en las políticas inmigratorias a fines del siglo XIX sumado a otros grupos llegados desde Uruguay, se unen a descendientes de esclavos y generan actualmente acciones contundentes en defensa de los afrodescendientes presentes en nuestra sociedad desde los primeros tiempos.

En el contexto de la recuperación de la memoria y de la lucha contra la discriminación este grupo se impone en la actualidad y desde hace aproximadamente veinte años en la línea de la reivindicación de los afrodescendientes que llegaron antes esclavizados. Conjuntamente con quienes realizaron diversos estudios y especialmente en torno a los estudios de antropólogos y de historiadores africanistas, se logra en forma creciente la visualización de estos inmigrantes no deseados tanto en los ámbitos académicos como en la conciencia de la sociedad toda.

La sociedad colonial

Al centrar mis propias investigaciones en el período de dominación colonial y particularmente en la configuración de la sociedad, renuevo el concepto de su estructura en palabras de Giovanni Levi, como aquella sociedad adoptada y construida sobre la base de la desigualdad reconocida por todos en la que "...la ley difiere para cada estrato

* Investigador independiente jubilado con contrato en CONICET, Universidad Nacional de La Plata. Centro de Estudios Históricos Carlos S.A Segreti.

social, cuando no para cada persona, en una justicia del caso concreto, determinado según las desigualdades sociales definidas”.¹ Sobre esa base en dicho período uno de los temas ineludibles que la atraviesan y que definen lo americano es su conformación absolutamente jerarquizada, multiétnica, mezclada y la presencia de población esclavizada.

Desde esta realidad concreta esta sociedad americana multiétnica y mestiza - incluidos los esclavos - se relaciona con la tierra disponible aún y, fundamentalmente con el trabajo, en dimensiones diferentes a las de las sociedades metropolitanas. En la experiencia colonizadora se generaron en el continente americano diferentes tipos de sociedades esclavistas y de explotación de la mano de obra indígena que dieron como resultado la configuración de diferentes sociedades en cada región. La inestabilidad de las relaciones sociales caracteriza a las sociedades americanas coloniales en la permanente construcción de una realidad que no se refleja enteramente en las políticas y la normativa que la rigen originadas en la metrópoli. Surgidas en el esfuerzo constante de asemejarse a sus contemporáneos metropolitanos sin lograrlo y, en la disyuntiva de negociar cada espacio de pertenencia y construcción de su propia identidad americana, se asentaron en lo que se ha definido como una dualidad o ambigüedad, mezcla de oportunismo y flexibilidad que caracterizaron a todos los *indianos*. Sus comportamientos se originan en la conjunción de experiencias reales y cotidianas vividas en cada espacio americano con las experiencias heredadas que rigen dichos comportamientos. Por consiguiente, las categorías usuales utilizadas para definir a la sociedad española no encajan siempre para definir a la americana.

Sociedad rioplatense y esclavitud

El Río de la Plata en la marginalidad del Imperio Hispanoamericano, atravesado por la frontera que permeaba todo el territorio y por el cotidiano contacto con las posibilidades que otorgaba su asentamiento atlántico, se presentaba con rasgos particulares y a la vez comunes a lo americano. En primer término esta sociedad que se pensaba a sí misma dividida en términos raciales, asignaba un lugar específico a la inmigración forzosa de los afroamericanos. Sin duda negros y mulatos, esclavos y, fundamentalmente los libres, se encontraban inscriptos en los sectores más bajos de esta sociedad compartiendo con blancos pobres y con indios y mestizos una realidad a veces similar: la desocupación y la inestabilidad, la pobreza que conduce a la *vagancia* y al delito. Y en este caso se agrega todo el peso de los prejuicios raciales basados en el color y contra lo que se denomina su *condición*: la esclavitud.²

Definida la sociedad rioplatense como una sociedad de frontera con esclavos, y caracterizada por comportamientos más laxos propios de éstas, recurrió al *negro* africano esclavo como una solución inmediata a la escasez de mano de obra y como una forma de incrementar el estatus. Desde el comienzo de la implantación de sociedades dominantes posteriores a la conquista, el esclavo no cumplía una función económica esencial en un sistema en el que estos desarrollaban fundamentalmente actividades domésticas y artesanales a jornal.³ Esta sociedad hispanoamericana rioplatense con esclavos explica tradicionalmente la preferencia por su utilización como mano de obra

por el supuesto desprecio por las tareas manuales de los sectores más altos de la sociedad étnicamente blanca.

Es en la diversidad del proceso histórico y del prototipo de cada una de las sociedades de las regiones que conforman el territorio virreinal donde ponemos el acento. A fines del período colonial era ésta una sociedad en proceso de expansión espacial y económica y de transformación social y política en su transición a la independencia. La particularidad de las regiones que lo componen generó diversas formas de utilización del trabajo esclavo, de hábitos y formas de subsistencia no sólo diferentes a las áreas americanas de plantación, sino también con características propias en cada tiempo y espacio analizado. Precisamente y considerando la inexistencia de sistemas de plantación en el territorio se trata de un grupo étnico desagregado que debe reconstruir su identidad y lazos de pertenencia imponiéndose la necesidad de integrarse a los otros sectores sociales para sobrevivir. Los márgenes de acción que se permite y la creatividad son parte de su lucha, no son invisibles. En el análisis de las diferencias y similitudes regionales de la población negro mulata y libre observamos diversas formas de integración y de resistencia a la sociedad dominante, a través no sólo de la familia, la vivienda, la propiedad, el comercio, sino también de las formas de religiosidad hispánicas que adoptan.

No es extraño que en esta sociedad corporativa y jerárquica, cada uno adscriba a diferentes matices en la construcción de su propia identidad porque es lo que le permite pertenecer al *cuerpo social*. Desde el punto de vista de la sociedad, la rioplatense se define en Hispanoamérica como una sociedad multirracial *con esclavos*. En este tipo de sociedades la necesidad de la esclavitud es incidental o superficial y no una parte integral de la economía. Es este el aspecto fundamental en el que se diferencian de las sociedades de esclavos como en el caso de las economías de plantación de Brasil, el Caribe y el sur de Estados Unidos caracterizadas además por la habitación en barracas, el trabajo en cuadrillas y la mayor preservación de prácticas culturales africanas. Señalamos que las sociedades con esclavos como la nuestra se configuran desde la misma conquista del territorio en tiempos del descubrimiento de América, precedida por la renovación de la esclavitud de origen africano en España después de la expulsión de los moros. Los esclavos acompañaron así a los conquistadores desde su etapa inicial y fueron aumentando con el tiempo.⁴

Pertenecían así los afrodescendientes a este sector tradicional y homogéneamente destacado por su desarticulación, alternando entre la movilidad espacial permanente, la desocupación y la violencia. Todo ello impide un ordenamiento básico que hoy se quiere ver en el terreno de la confrontación. Pero también les daba elementos comunes de sociabilidad básica y de mutua interrelación y les abría similares canales de ascenso y de movilidad social en una experiencia común. Surgían en ellos como destaca Vovelle, actitudes colectivas que se expresan en actos y gestos que, aparentemente insignificantes, son el reflejo inconsciente de representaciones comunes y arraigadas.⁵ Entre los afrodescendientes nacidos en el Río de la Plata el universo mental era el mismo, su raza y la experiencia de ella derivada contando solamente con la de la territorialidad y la lengua desde sus orígenes.

Dimensión de la población negra y mulata

A partir de los primeros asentamientos de pobladores hispánicos en la región delimitada en el siglo XVIII como Virreinato del Río de la Plata, la población afrodescendiente estuvo presente y formó parte de la proyección de las políticas de la Corona y sus funcionarios para el espacio del virreinato del Perú del que formáramos parte en la medida en que el descenso abrupto de la población indígena motivaba su elección a pesar de su costo. Demandados tanto para tareas vinculadas a la minería como la agricultura destinada al sustento de población en general y a la dedicada a la producción de plata en Potosí, los esclavos ingresados por contrabando en el puerto de Buenos Aires resultan difíciles de contabilizar.⁶

La documentación existente basada en operaciones legales arroja estimaciones muy débiles y difíciles de seriar por la falta de regularidad de los datos que nos proveen. Es lo que se ha denominado la primera forma de invisibilización jurídica y estadística.⁷ Libros de Tesorería, Acuerdos de Real Hacienda, Registro de esclavos decomisados, Registro Estadístico de Buenos Aires y últimamente las denominadas escribanías antiguas han sido abordadas y trabajosamente elaboradas por diferentes autores sin que podamos llegar a conclusiones válidas que expliquen las proporciones de población negra y mulata que habitó en las diferentes ciudades de nuestro territorio.

Importación de negros esclavos desde la costa de Brasil a Buenos Aires⁸				
	Licencias	Decomisados	Manifestados	Totales
1606-1615	85	4608	--	4698
1616-1625	47	4144	180	4371
1626-1635	44	1081	1048	2173
1636-1645	100	1126	---	1226
1646-1655	12	303	---	315
Total	198	11.262	1228	12.783

Ingreso de esclavos al puerto de Buenos Aires⁹					
	Licencias	Decomisados	Manifestados	Total	Fuente
1588-1605	21	262	---	283	Libros de Tesorería AGN
1606-1640	276	10.775	430	1781	Registro Estadístico Manuel Trelles. T. II-1864

Operaciones de venta de esclavos en el puerto de Buenos Aires según las Escribanías Antiguas AGN ¹⁰	
1600-1609	546
1610-1619	253
1620-1629	884
1630-1639	963,5
1640-1649	201
Total	2.847.5

Podemos acceder por lo tanto en términos generales a estimaciones sobre los ingresados legalmente por el puerto de Buenos Aires en la primera mitad del siglo XVII sin contabilizar los ingresados por contrabando.¹¹ Puede observarse sin embargo que los datos de ingreso de esclavos no sólo se mantuvieron sino que se incrementaron llegando a estimarse un arribo en todo el siglo XVII, de unos 14.000 esclavos a Buenos Aires.¹² Para la primera mitad del siglo XVIII se estima en más de 20.000 esclavos introducidos por la francesa *Compagnie de Guinee* (1703-1713), la inglesa *South Sea Company* (1714-1737) y los portugueses de Colonia do Sacramento.¹³ En el momento de auge de su ingreso entre 1777 y 1812, al menos 60.000 esclavos fueron traídos al Río de la Plata desde África y Brasil por vía marítima.¹⁴

Los esclavos se distribuyeron y comercializaron en todo el espacio rioplatense dominado y también en el área andina dificultándose las estimaciones de su internación por la contabilización en piezas o individuos,¹⁵ la unión de las coronas española y portuguesa desde 1580 y hasta 1640 y muy especialmente por el contrabando. Entre 1595 y 1600, llegaron de Buenos Aires a Córdoba y desde allí reexportados, 1095 negros y, en los tres años siguientes, 3291. Desde entonces y hasta 1605, llegaron y fueron internados 1628 esclavos.¹⁶ Otra estimación de su internación destaca que más de mil piezas legales en el período inicial hasta mediados del siglo XVII lo que puede observarse es comparativamente muy bajo. Se agregan en la década de 1640, 2461 internados provenientes de Brasil.¹⁷ A partir del Libro de Fianzas se calculan entre 1780 y 1800 una internación de 8994 con una demanda creciente desde Lima.¹⁸

En la transición del siglo S XVIII al XIX y ya iniciada la etapa censal las estimaciones arrojan porcentajes crecientes y solo en la ciudad de Buenos Aires la *inmigración forzosa* arroja entre 1740-1810 un ingreso de 45.000 individuos en el puerto aumentando proporcionalmente de 16,9 % (1744) a 28.4 % (1778) período en el que se registra el mayor crecimiento por inmigración. Declinó en 1810 a un 27.7 %, y, en 1822 pasó a representar sólo un 26 %. Hacia 1836-38 la población negra y mulata se mantuvo en valores absolutos (4928) decreciendo en los porcentuales como se desprende de los estudios de los padrones y registros parroquiales de Buenos Aires.¹⁹

En el interior, camino obligado del puerto a Potosí que recibe esclavos también desde el Pacífico, aumentan asimismo las proporciones aproximadas de pobladores afrodescendientes ingresados desde los primeros tiempos. Entre las más numerosas las ciudades de noroeste presentan los porcentajes estimados más altos de población esclava y libre negro mulata: Catamarca (73%) Salta (67 %) Tucumán (64 %), Santiago

del Estero (54.13 %) y en tanto Córdoba (54%) y Buenos Aires se acercaba al 30 %.²⁰ Una intensa movilidad en el espacio de esta población caracteriza tanto al período colonial como al siglo XIX.

Entretanto y con el transcurrir del tiempo se desdibujan los afrodescendientes en las cifras censales desde 1830 apareciendo todavía en los censos de Buenos Aires de 1855 y 1887 los últimos registros. En este último representan el 1.8 % de la población reconocida como afrodescendiente considerándose que son en Buenos Aires 8005 lo que no resulta un nivel de contracción tan amplio considerando que con la inmigración ya ha crecido desmesuradamente la población. Los censos nacionales ya en tiempo de la inmigración masiva arrojan porcentajes nacionales ínfimos (0,01:1895) en relación a los siglos anteriores en razón de su disminución, y del aumento de la inmigración masiva.²¹

En una serie de cambios sociales y políticos que se perciben ya en el siglo XVIII que incluye el relajamiento de la jerarquización legal colonial, los afrodescendientes aún siendo libres cambiaron muy relativamente el espacio social que ocupaban y los prejuicios basados en el color y su antigua “condición”. Ellos fueron relevados como soldados para las sucesivas guerras desde siempre y especialmente desde las invasiones inglesas, participaron en el siglo XIX en la expansión de la frontera, las guerras por la independencia, hechos todos que, como ya manifestamos, producen la desaparición de hombres negros y mulatos y la consiguiente nueva desproporción de sexos. Al ritmo de los acontecimientos, de las nuevas ideas y de la influencia británica en el Atlántico se produjeron la declaración de libertad de Vientres (1813), la abolición de la trata (1839) y la de la esclavitud al dictarse la constitución nacional que legitimaba la conformación del Estado nacional (1853-1860) en el contexto de su inserción en la economía mundial y el inicio de las relaciones exteriores.²²

Disminución, desaparición, discriminación

La esclavitud rioplatense estuvo ligada, en el transcurso del siglo XIX, a procesos compartidos, en términos generales, con toda Hispanoamérica. Comparten diversas fundamentaciones para explicar la paulatina desaparición de esclavos y de afroamericanos en los censos y documentos del siglo XIX. En primer término porque estaban ligados en el período colonial al sistema de explotación al que fue sometida esta población que llegó forzada al país. Luego al hecho biológico del mestizaje y del *blanqueamiento*, proceso de integración iniciado asimismo en el período colonial y generado en nuestro caso por la desproporción en el ingreso por sexo a fines del siglo XVIII y comienzos del XIX. Por último, por su creciente participación en los ejércitos del conflictivo período independiente.²³

Por otra parte, el sistema de esclavitud estará unido al proceso ideológico político que dará al tema otra dimensión: tras siglos de vigencia, la desaparición de la esclavitud como sistema legal. Precisamente esta dimensión es la que conduce a la tardía vigencia del Código Negro (1789) regulando la vida de los esclavos, a la abolición de la trata y con el tiempo a la de la esclavitud. También conduce a raíz de las políticas aplicadas por el gobierno colonial y por el independiente en sus registros, a la desaparición de los esclavos en la documentación misma. Este proceso ha sido denominado de

invisibilización entendiéndose que esta no es sólo estadística sino también intencional a raíz de la falta de registro social de su existencia en el imaginario de nuestra sociedad.

La invisibilidad jurídica propia del período colonial había cambiado en virtud de los procesos de militarización que les otorgaba el status de soldado, en las disposiciones legales de libertad de Vientres que creaba la categoría de libertos (1813); en la manumisión creciente y la mayor cantidad de *hombres libres*, en el mestizaje y - como ya mencionamos - la abolición de la trata o comercialización de esclavos (1835); la abolición de la esclavitud al dictarse la constitución de 1850 aceptada por toda la nación en 1860. Quedaba la discriminación lisa y llana.

Los grupos étnicos adquirieron definitivamente su invisibilidad en 1840 al comenzar el aluvión inmigratorio - los primeros ingleses, franceses y vascos - de distribución desigual en todo el país, que colaboró también con las formas de discriminación ya fuese entre los inmigrantes adinerados que pugnan por integrarse a la elite como aquellos que integraron los sectores subalternos que compartirán con los primeros las formas de desprecio y además desplazarán a los hombres de color que quedan de otras épocas en las formas alternativas de subsistencia.

El espacio que adquirieron se concentró en la ruralización en las nuevas fronteras en expansión, la integración a los cuerpos de ejército y policía, los espacios de mensajería o personal de maestranza en las nuevas instituciones, y los espacios de servicio doméstico que nunca abandonaron. Las nuevas instituciones vinculadas a la minoridad, orfanatos, salud los tienen entre sus integrantes. En la necesidad de obtener su identidad aparecen los periódicos de negros y los centros culturales.²⁴

En el siglo XIX, al mismo tiempo que viajeros y pintores costumbristas dejaban registro de su existencia, la literatura nacional representaba figuras depreciadas de este grupo social. Es conocido que los grupos dirigentes de entonces priorizaban la desaparición de las *razas inferiores* de indios y afrodescendientes. En las políticas destinadas a la inmigración estas fueron desechadas desde 1820 adoptándose desde entonces una política de europeización y desmemoria de la configuración colonial de la sociedad, justificada en una barbarie que obstaculiza el progreso.²⁵

Los discursos nacionales surgidos en el proceso de construcción de la nación fueron moldeando el imaginario de los argentinos sobre el pasado del país fundado en una memoria dominada por el ideal de una población blanca, europea. Héroes militares de las guerras de la independencia o miembros de las élites urbanas republicanas, fueron adoptados como símbolos de la identidad nacional y representantes de una argentinidad que perdura. El concepto *hegemonal* de argentinidad construye una alteridad que difiere desde la exclusión de los grupos de los restantes argentinos.²⁶

La historiografía sobre la inmigración y la demografía histórica centran sus debates en torno a los conceptos de crisol y pluralismo en la transición de la sociedad tradicional a la moderna y en la incidencia del proceso inmigratorio en la sociedad y economía argentina. La historia social introdujo nuevas cuestiones a su estudio buscando modalidades y diferencias entre los diferentes grupos de inmigrantes, matrimonios, pautas de residencia, movilidad social, asociación de colectividades y su relación con la sociedad argentina. Entretanto la historia política se preocupó por la identidad y los

mecanismos informales de la participación política de los inmigrantes. En ambas líneas de análisis se filtrará el tema de la identidad étnica y de clase que explicaría el comportamiento del movimiento obrero. El balance apunta a la necesidad de la definición de los diferentes grados de relación en términos comparativos señalándose la ausencia de análisis de las escalas de prestigio, los prejuicios y las formas latentes o concretas de xenofobia y la movilidad espacial todos visibles particularmente en las fuentes cualitativas.²⁷

Los estudios sobre inmigración marcan diferentes períodos y secuencias de mayor y menor intensidad en el ingreso de extranjeros desde la inmigración temprana desde 1830 hasta 1852 y en algunos casos hasta 1870 y, serán contabilizados efectivamente, desde 1857. El censo de 1869 arrojó un 16 % de extranjeros en el país; el período subsiguiente en el que se propicia su introducción desde el Estado, el censo arrojó en 1895 el 25 %. En otro tipo de análisis se calcula desde la medición de la tasa anual de crecimiento la importancia o peso de la inmigración extranjera en el crecimiento de la población en dos períodos en lo que aquí nos interesa: 1830-1894, el 25.2 %o y en 1895-1914 el 21.4 %o.²⁸

Es nuestro objetivo recordar aquí la existencia en estos períodos de lo que se denominan las políticas y prácticas selectivas hacia la inmigración que incluyen etapas de una política de libre inmigración con controles sanitarios moderados; una inmigración asistida o subsidiada y seleccionada y una política de inmigración flexibilizada hacia fines del siglo XIX y comienzos del siglo XX. Esta última es la que nos interesa y que comenzó a destacarse en la década de los noventa del siglo pasado en la historiografía.²⁹ El proceso de desarrollo y de expansión de la frontera agrícola ganadera promovió la construcción de la infraestructura de transportes y puertos para la exportación. La necesidad de mano de obra y el ingreso disminuido de inmigrantes durante la crisis de 1890 generó la preocupación de los gobiernos que se dispusieron a modificar las políticas públicas y promovieron el proceso de la inmigración masiva – extranjera y limítrofe- que cambió la estructura de la sociedad.

Las polémicas centradas en el prototipo del inmigrante deseado intentaban *mejorar* a la población existente y reducían a las poblaciones de anglosajones, franceses e italianos del norte como las fuentes ideales de inmigración. El patrón de las políticas inmigratorias deseadas ya se había alterado a fines del siglo XIX y hasta 1925 entraron en pequeños o grandes grupos los inmigrantes *no deseados* o exóticos. Algunos de ellos eran sirio libaneses, maronitas, judíos rusos, musulmanes, ortodoxos. Entre ellos estaban los africanos marroquíes y los caboverdianos que llegaron en diferentes oleadas de inmigración desde fines del siglo, 1895 XIX y hasta 1946. Los censos de 1895 y de 1914 remiten a población africana sin discernir si son inmigrantes recientes, antiguos esclavos o provenientes de la inmigración de los países limítrofes. Ingresaron además tanto legalmente denominándose estos portugueses como en forma clandestina como tripulantes de barcos y otras modalidades. El relevamiento realizado arroja 4000 personas de este origen residente en Dock sud, Ensenada y La Plata.³⁰

Desde los noventa una antropóloga y una historiadora entre otros posteriores han estudiado este grupo inmigratorio. Centrada la primera en la cuestión de la invisibilidad

del grupo comenzó relevando la población, comparó las estrategias y modos de inserción de los caboverdianos en diversos espacios y trabajó con las asociaciones de la comunidad caboverdiana a través del análisis de la documentación y entrevistas a viejos informantes en el orden local relacionándose con los estudiosos de las experiencias de este grupo en otros lugares del mundo.³¹ Por su parte, la segunda manifiesta su interés en los caboverdianos como objeto de estudio desde la perspectiva desde la cual las migraciones caboverdianas a la Argentina realizan “un largo recorrido identitario ya que los procesos migratorios conllevan construcciones y reconstrucciones identitarias en las que confluyen los bagajes culturales y las coyunturas de los contextos de origen y de recepción”. Agrega además que “en tiempos coloniales y poscoloniales se ven teñidos por una ideología que ha trascendido fronteras, creando verdaderas gradaciones de pueblos y de seres humanos. Estima que es necesario ser cuidadoso

“al abordar las migraciones desde el archipiélago africano de Cabo Verde a la Argentina, ya que se iniciaron en un territorio colonizado para dirigirse hacia otro, cercano a la celebración de su primer siglo de independencia, pero abiertamente embarcado en un proyecto europeísta e insertos ambos en un marco de poder fuertemente racializado”.³²

Destaco aquí que salvo en los casos de los congresos y publicaciones específicas de quienes se dedican al tema, los trabajos vinculados a este grupo de inmigrantes como aquellos vinculados a otros grupos no deseados desarrollados ya hace tiempo por diferentes autores, no están muy presentes en términos generales en la historiografía que encara en forma global el tema de la inmigración. Del mismo modo no parecen haber dejado testimonios ni tampoco influencias artísticas a pesar de haberse destacado algunos en la platería y los retablos del XVIII según la historiografía sobre esa temática. Tampoco los afrodescendientes son registrados en las historias de la vida privada, salvo en un solo trabajo en el período colonial, pero no en el mismo período de inmigración los afrodescendientes que todavía estaban, los que inmigraron de países limítrofes ni los caboverdianos.

Recuperando la visibilidad

La presencia y participación de afrodescendientes en actos académicos, públicos y culturales es desde hace ya muchos años una realidad en Argentina y en todos los países hispanoamericanos. Los resultados son evidentes y reforzados actualmente por la presencia de una nueva y creciente oleada de inmigración africana. Uno y otro hecho agitan hoy las conciencias de la población menos informada.

Una de las representantes de estos grupos entre otras actividades ha dejado escritos en su participación en jornadas que definen sus objetivos. Extiende hasta el período colonial la búsqueda de reconocimiento de los aportes de los entonces esclavizados, considera asimismo el aporte de la inmigración caboverdiana, el proceso de invisibilización y fundamentalmente el de la discriminación que experimentan convocando a la transformación del grupo en interlocutores válidos para el Estado.³³

Analizando las formas en que la alteridad cultural se articula con las formas de la política, se ha considerado que en un proceso iniciado en el siglo XXI, los cambios

globales vinculados al multiculturalismo agregan otra forma de ir contra el proyecto de nación con un imaginario homogéneo que impidió la percepción de la heterogeneidad existente. La creación en 1995 del Instituto Nacional contra la Discriminación, la Xenofobia y el Racismo (INADI) comienza a generar a partir de la III Conferencia Mundial de Durban en 2001 el hecho de que el tema de los afrodescendientes ingrese en la agenda del Estado. Surge de ello un Plan nacional contra la Discriminación (2003-2004), se crea el Foro de afrodescendientes (2006) dependientes de INADI y la formación de la Comisión de Afrodescendientes y Africanos del Consejo Consultivo de la Sociedad Civil en la Cancillería Argentina. (2008), la conformación del Consejo Nacional de organizaciones afro CONAFRO (2010) y las Naciones Unidas dio un respaldo efectivo al declarar el año internacional de las afrodescendientes el 2011. En todos ellos fue activa la participación de los diferentes grupos de afrodescendientes.³⁴

Desde la última década del siglo XX ingresaron al país grupos de Senegal Mauritania, Liberia, Sierra Leona y Malí así como procedentes del Caribe registradas específicamente en el último censo de 2010.³⁵ Crisis económicas impulsaron la migración africana hacia diferentes lugares y a lo sumo conocemos sus referencias nacionales y desde nuestras percepciones culturales lo que obstaculiza las políticas de inserción.³⁶ La visualización de los grupos afrodescendientes y de los nuevos inmigrantes africanos por parte de la sociedad y del Estado se va imponiendo necesariamente en lo cotidiano y en su estudio.

Hemos tratado de fundamentar durante mucho tiempo la indudable presencia africana en la sociedad colonial y la capacidad de estos inmigrantes forzados no sólo para sobrevivir a sus propias experiencias de vida sino para generar sus propios destinos personales. Hemos demostrado como, al insertarse en la sociedad de entonces y aún legalmente desde la marginación, fueron agentes activos en la construcción de aquella sociedad y por consiguiente del país. No descarto como es usual los tiempos coloniales en dicho esfuerzo cuando es también un lugar común el pensar que el país fue sólo el resultado del trabajo de los inmigrantes, aquellos que “descendieron de los barcos” y vinieron motivados por el proceso de expansión y desarrollo que vivía. Reviso aquí la historiografía para promover la concientización que está en curso de la presencia y participación de los no deseados, los exóticos que son también argentinos.

Notas e referências

¹ Giovanni LEVI, “Reciprocidad mediterránea”, *Hispania*, LX, número 204, 2000.

² La esclavitud y la servidumbre habían surgido alternándose en diferentes sistemas sociales, contextos y procesos históricos como métodos coercitivos de obtención de mano de obra sin salario. Vistos como formas extraeconómicas se impusieron por ley definiéndose como sistemas de producción alternativa en la que se legitimaba la explotación de un sector dominante sobre otro basado en la inexistencia del salario y en una relación por la cual amos y señores hacían uso de la propiedad de otro individuo integrante (siervos) o incorporado a la sociedad (inmigración forzosa de esclavos). La relación entre dominantes y dominados, amos y esclavo, señor y siervo, dejaba siempre un espacio de negociación en el que cualquier cambio se producía respetando la costumbre, es decir, consagrando el statu quo, en nuestro caso, el sistema de esclavitud. M.L BUSH (ed). *Serfdom & Slavery: Studies in legal bondage*, London and New York, Longman, 1996. La creatividad de los esclavos y este margen de acción en su relación con los amos nos han interesado particularmente.

- ³ Eduardo SAGUIER, “La naturaleza estependiaria de la esclavitud urbana colonial. El caso de Buenos Aires en el siglo XVIII”, *Revista Paraguaya de Sociología*, Año 26, N° 74, Enero-abril 1989, pág.45 a 46.
- ⁴ Manuel Lucena SALMORAL. *Los códigos negros de la América Española*, Alcalá, Unesco-Universidad de Alcalá 1996.
- ⁵ Michel VOVELLE, *Ideologías y mentalidades*, Barcelona, Ariel. 1985.
- ⁶ Liliana CRESPI, “Utilización de mano de obra esclava en áreas mineras y subsidiarias. Apuntes sobre su comercio y distribución desde el puerto de Buenos Aires (siglos XVII y XVIII)”, Dina V. PICOTTI (Comp.), *El negro en la Argentina*. Presencia y negación, Buenos Aires, Editores de América Latina, 2001, pp. 127-1612.
- ⁷ Martín L. E. WASSERMAN, “Esclavos desaparecidos. La invisibilización jurídica de los hombres y mujeres comercializados durante el temprano siglo XVII en Buenos Aires”, *Actas de las Segundas Jornadas de Estudios Afrolatinoamericanos del GEALA*, Buenos Aires, Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”, UBA, 2011, pp. 817-822.
- ⁸ Elaborado por Elena F. S. de STUDER, *La trata de Negros en el Río de la Plata durante el siglo XVIII*, Buenos Aires, Departamento Editorial de la Universidad de Buenos Aires, 1958, cuadro 1 p 102. Sobre datos del Registro Estadístico de Manuel Trelles.
- ⁹ Elaborado por Liliana CRESPI, “Utilización de mano de obra esclava en...”, cit., pp. 142-143.
- ¹⁰ Miguel Ángel ROSAL, “El comercio de esclavos en la ciudad de Buenos Aires a principios del siglo XVII”, *Anuario del Centro de Estudios Históricos “Prof. Carlos S. A. Segreti”*, N° 10, Córdoba, 2012; “Modalidades del comercio de esclavos en Buenos Aires durante el período 1610-1619”, Aceptado en *Revista Andes*, Salta 2012 y “Modalidades del comercio de esclavos en Buenos Aires durante la tercera década del siglo XVII”, *Revista Digital Estudios Históricos*, año III, n° 7, Rivera, Centro de Documentación Histórica
- del Río de la Plata “Prof. Dr. Walter Rela” - CDHRP, octubre, en <http://www.estudioshistoricos.org/edicion7/eh0706.pdf> . Miguel Ángel ROSAL, *Africanos y afrodescendientes en Buenos Aires* (primera de mitad del XVII). Agradezco al autor me facilitara la versión en prensa.
- ¹¹ Liliana M. CRESPI, “Contrabando de esclavos en el puerto de Buenos Aires durante el siglo XVII. Complicidad de los funcionarios reales”, *Desmemoria*, Revista de Historia, Buenos Aires, núm. 26, 2000, p. 126. Nos recuerda que en 1616 Hernandarias, en su segundo mandato como gobernador, dispuso la obligatoriedad del registro ante escribano de las compraventas de esclavos.
- ¹² Zacarías MOUTOKIAS, *Contrabando y control colonial en el siglo XVII. Buenos Aires, el Atlántico y el espacio peruano*, Buenos Aires, CEAL, 1988, p. 65.
- ¹³ Elena F. S. de STUDER, *La trata de Negros en el Río de la Plata durante el siglo XVIII*, Buenos Aires, Departamento Editorial de la Universidad de Buenos Aires, 1958, pp. 57-61; Fernando JUMAR, *Le Commerce atlantique au Río de la Plata 1680-1778*, Paris, Tesis de doctorado, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2000. El contrato francés introdujo 3.000 esclavos, y el inglés 14.000 esclavos. No conocemos el número de esclavos introducidos por los portugueses de Colonia.
- ¹⁴ Alex BORUCKI, *El tráfico de esclavos en el Virreinato del Río de la Plata, 1777-1812*. Redes trans-imperiales y guerra atlántica, p. 2. Agradezco al autor su envío previo a su publicación.
- ¹⁵ Miguel Ángel ROSAL, *Africanos y afrodescendientes en Buenos Aires* (primera de mitad del XVII), cit., versión en prensa aclara el concepto de pieza: “A principios del siglo, en Buenos Aires, y tal como se asienta en la fuente estudiada -las *Escribanías Antiguas*-, una “pieza de esclavo” equivalía a un esclavo, independientemente de su sexo, edad y condiciones físicas. Recién durante la tercera década de la centuria se empezó a hacer una diferenciación entre “pieza” y “cria”. Studer, sin embargo, señala que el término *pieza de Indias* se aplicó, en un principio a esclavos en buenas condiciones físicas (es decir que no estaban enfermos, no sufrían raquitismo o deformaciones, ni falta de miembros, dientes u ojos), tenían de 15 a 30 años de edad y al menos 7 *palmas* -cada palmo unos 21 centímetros- de altura. Y agrega que para el siglo XVIII la pieza “se convirtió en una especie de patrón imaginario”, existiendo en los cargamentos significativas diferencias entre el número de esclavos (*cabezas*) y la cantidad de *piezas*. Elena F. S. de Studer, *La trata de negros en el Río de la Plata durante el siglo XVIII*, 2ª ed., Buenos Aires, Libros de Hispanoamérica, 1984, pp. 327-328.

- ¹⁶ Marta B. GOLDBERG, “La esclavitud negra desde la esclavitud hasta los afrodescendientes actuales”. En *Historia de la provincia de Buenos Aires*, Tomo I Población, ambiente y territorio, Hernán Otero Dir. Buenos Aires, Unipe, edhasa 2012, pp279-308, p.282.
- ¹⁷ Miguel Ángel ROSAL, Africanos y afrodescendientes en Buenos Aires (primera de mitad del XVII), cit., versión en prensa. Señala que Elena STUDER indica que hacia 1640 fueron importados 2.461 esclavos (108 con licencia, 1.637 de comiso y 716 manifestados) desde la costa de Brasil, mientras que Crespi consigna guarismos un tanto más bajos: 2.179 cabezas según el análisis que realiza de diversas fuentes del AGN.
- ¹⁸ Liliana CRESPI, “Utilización de mano de obra esclava, cit., pp. 152-153.
- ¹⁹ Marta GOLDBERG, “La población negra y mulata de la ciudad de Buenos Aires, 1810-1840, *Desarrollo Económico*, vol.16, N° 61, Buenos Aires, 1976; Marta GOLDBERG y Silvia mallo, “Esclavos y libres en la ciudad y la campaña rioplatense. Formas de vida y de subsistencia. *Temas de África y Asia* n° 2, Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, UBA, 1993.
- ²⁰ María Florencia GUZMAN, “Los mulatos mestizos en la jurisdicción riojana a fines del siglo XVIII”, *Temas de África y Asia* n° 2. Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, UBA, 1993.
- ²¹ Marta B. GOLDBERG, “La esclavitud negra...,” cit., *Historia de la provincia de Buenos Aires*. Tomo I Población, ambiente... cit., p. 303.
- ²² Silvia MALLO, “Entre la manumisión y la abolición en el Río de la Plata. 1785-1850”, *Revista del CESLA*, Centro de estudios Latinoamericanos, Universidad de Varsovia, Warszawa, 2005. Pp. 187-196.
- ²³ Marta GOLDBERG, “La población negra y mulata de la ciudad de Buenos Aires, 1810-1840”, *Desarrollo Económico*, vol.16, cit.
- ²⁴ Lea GELLER, , “Guardianes del progreso. Los periódicos afroporteños entre 1873 t 1882”, *Anuario de Estudios Americanos*, Sevilla, Escuela de Estudios Hispanoamericanos, CSIC, 2008, vol. 65, n° 1 pp. 199-286. *¿Otros argentinos? Afrodescendientes porteños: homogeneidad y diversidad en la construcción nacional argentina entre 1873 y 1882*. Universidad de Barcelona, 2008.
- ²⁵ Marta B. GOLDBERG, “La esclavitud negra. ...”, cit., *Historia de la provincia de Buenos Aires*, Tomo I- Población, ambiente, cit., pp. 279-307.
- ²⁶ Astrid WINDUS, “El afroporteño en la historiografía argentina. Algunas consideraciones críticas”, *Trabajos y Comunicaciones*, 2ª época, La Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata, pp 9-41, *Afroargentinos, identidad y nación: El discurso afroargentino de identidad en el Buenos Aires del siglo XIX*, Tesis doctoral, Universidad de Hamburgo, Alemania. Inédita.
- ²⁷ Fernando DEVOTO y Hernán OTERO, “Veinte años después. Una lectura sobre el Crisol de Razas. El pluralismo cultural y la historia nacional en la historiografía argentina”, *Estudios migratorios latinoamericanos*, Buenos Aires, Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos (CEMLA) Año 17, n° 50 abril, 2003, pp181-226.
- ²⁸ Fernando J. DEVOTO, *Historia de la inmigración en la Argentina*, Con un apéndice sobre la inmigración limítrofe, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 2003; Fernando J. DEVOTO, “La inmigración”, Academia Nacional de la Historia. *Nueva Historia de la Nación Argentina*. Tomo 4: La configuración de la República independiente: 1810-1914, Buenos Aires, Planeta, 2000, capítulo 2, pp. 77-107, Gladys MASSÉ, “El tamaño y el crecimiento de la población desde la conquista hasta 1870”, *Historia de la provincia de Buenos Aires*, Tomo I - Población, ambiente y territorio; Hernán OTERO (dir.), Buenos Aires, Unipe – edhasa, 2012, pp. 143-173; Mariela CEVA, “El ciclo de la inmigración”, Hernán OTERO (dir.), *Historia de la provincia de Buenos Aires*, Tomo I - Población, ambiente y territorio, Buenos Aires, Unipe- edhasa, 2012, pp. 309-336; Alfredo E. LATTES y ANDRADA, “La población entre 1870 y 2000. Una dinámica demográfica diferente”, Hernán OTERO, (dir.), *Historia de la provincia de Buenos Aires*, Tomo I - Población, ambiente y territorio, cit., pp. 175-2009.
- ²⁹ Jorge Omar BESTENE, Discurso y política migratoria en la Argentina de la gran inmigración. Juan E. Alsina y los inmigrantes “turcos”, *Temas de Asia y África 2.*, Africanos y mediorientales en América, Siglos XVIII-XX Buenos Aires, Sección de Estudios de Asia y África, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 1993, pp.171-187.
- ³⁰ GOLDBERG, Marta B. “La esclavitud negra ... ob. cit.”. En *Historia de la provincia de Buenos Aires*. Tomo I Población, ambiente...ob. cit. pp. 279-307, p 303

-
- ³¹ Marta MAFFIA, *La enseñanza y la investigación sobre África y Afroamérica en la Universidad Nacional de La Plata*, La Plata, Facultad de Ciencias Naturales, Universidad Nacional de La Plata, 2008.
- ³² Luciana CONTARINO SPARTA, *Mitos Históricos Cruzados*. Las migraciones caboverdianas a la Argentina y su largo recorrido identitario, Aufl. Ediciones Académicas Españolas, 2011; "Africanos en la Argentina: una visibilidad compleja", *Actas XIII Congreso Internacional de la Asociación Latinoamericana de Estudios de Asia y África* ALADAA, Experiencias migratorias asiáticas y africanas a países latinoamericanos.
- ³³ Miriam GÓMEZ, "Apuntes para una historia de las instituciones negras en la Argentina", Dina PICOTTI (Comp.), *El negro en la Argentina. Presencia y negación...*, cit., pp. 401-428; Miriam GÓMEZ, "La diáspora africana en la Argentina", Marisa PINEAU, editora *La Ruta del Esclavo en el Río de la Plata. Aportes para el diálogo intercultural*, Caseros, Eduntref, Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2011, pp. 431-437.
- ³⁴ Florencia GUZMAN y Lea GELER (eds), *Cartografías afrolatinoamericanas*. Perspectivas situadas para análisis transfronterizos, Buenos Aires, Editorial Biblos, Investigaciones y ensayos, 2013.
- ³⁵ Marta B. GOLDBERG, "La esclavitud negra ...", cit., *Historia de la provincia de Buenos Aires*, Tomo I - Población, ambiente..., cit., pp. 279-307, p 304.
- ³⁶ Luciana CONTARINO SPARTA, "Más allá de la sociedad receptora: reflexiones sobre los migrantes africanos y su complejidad cultural originaria", *Revista de Historia*, No 12, Neuquén, Universidad del Comahue, 2011.

Ideas y visiones de la inmigración española en la Argentina (1946-1965)

*Nadia Andrea de Christóforis**

Introducción

Luego de la disminución registrada entre 1936 y 1945, la emigración peninsular hacia el exterior se revitalizó, alcanzando las magnitudes que poseía antes del desencadenamiento de la Guerra Civil.¹ Las principales regiones emigratorias españolas fueron Galicia, Canarias y Cataluña (en orden decreciente). Galicia presentó además la tasa de emigración más elevada, en comparación con el resto de las regiones.²

Entre 1946 y 1960 los principales destinos latinoamericanos de estas corrientes fueron Argentina y Venezuela, y los secundarios, Brasil y Uruguay. El primer país absorbió a cuatro de cada diez españoles en la mencionada etapa, y el segundo, a tres. Argentina mantuvo el primer lugar como país receptor de la inmigración española dentro de América Latina, tal como había ocurrido en los años previos al inicio de la Guerra Civil. En cambio, Venezuela, que era un destino periférico entonces, cobró un importante protagonismo luego de la Segunda Guerra Mundial, debido al crecimiento económico que experimentó por la exportación de hidrocarburos.³

La emigración española hacia la Argentina creció hasta alcanzar un punto álgido en el año 1950 (ver el Gráfico 1 en el Anexo), para luego declinar progresivamente, aunque con notorios altibajos.⁴ A lo largo de la década de 1960 el país sudamericano fue perdiendo atractivo como ámbito de destino de las corrientes peninsulares, las cuales comenzaron a reorientarse preponderantemente hacia el Continente Europeo.

Desde el punto de vista de la sociedad argentina, la llegada de los inmigrantes españoles tras el fin de la Segunda Guerra Mundial se produjo en un contexto de recuperación progresiva de los flujos europeos en general, que habían disminuído

* Universidad de Buenos Aires – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Centro de Estudios Sociales de América Latina), Argentina. Profesora de la UBA – Investigadora adjunta de CONICET.

notablemente en la década de 1930.⁵ Aunque esta reactivación de las corrientes provenientes del Viejo Continente no alcanzó las dimensiones de las del período masivo,⁶ tuvo una importancia relevante, como parte de la estrategia de desarrollo económico y social puesta en marcha por el primer gobierno de Juan D. Perón (1946-1952).

A partir de la llegada del peronismo al poder, la Argentina comenzó a favorecer abiertamente la inmigración de españoles (y también italianos). La atracción de los primeros se sustentó en ideas migratorias específicas y se plasmó en el Acuerdo de Migración Franco-Perón de 1948. Las políticas proclives a la llegada de peninsulares se mantuvieron hasta comienzos de la década del sesenta, reforzándose incluso en esta última coyuntura, con la firma de un nuevo convenio de migración (el de Franco-Frondizi, de 1960). Si bien las premisas y consecuencias del primer acuerdo han sido bastante analizadas,⁷ las características del segundo aún no han sido suficientemente indagadas. De allí que en esta ponencia nos proponemos examinar los principios rectores de dicho convenio, en el contexto de las políticas migratorias más globales, sustentadas por el Estado argentino y español. En este sentido, nos interesará reconocer las continuidades y novedades planteadas en los dos acuerdos de migración mencionados, deteniéndonos especialmente en la puesta en marcha del segundo, es decir, en sus resultados concretos.

Sabido es que a fines de la década del cincuenta tanto el Estado peninsular como el argentino promovieron políticas de selección y regulación de las corrientes migratorias, que condujeron a la intervención de numerosos organismos nacionales e internacionales, encargados de encauzar los flujos humanos. Trataremos de evaluar en qué medida dichas ideas se llevaron a la práctica, en el caso de unas corrientes inmigratorias de larga tradición en la Argentina. Para ello, nos basaremos fundamentalmente en documentación oficial, como la que resguarda el Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores y el Archivo General de la Administración (España). También emplearemos fuentes secundarias, como memorias y boletines públicos, o libros y discursos elaborados por funcionarios españoles y argentinos de la época.

Las políticas migratorias del franquismo y del peronismo entre 1946 y 1956

En el caso español, la recuperación de las corrientes emigratorias a partir del fin de la Segunda Guerra Mundial, impulsó al gobierno a restablecer la Ley de emigración de 1924. Esta última había prescripto la facultad de todo peninsular de emigrar, asignando al Estado un rol tutelar y fiscalizador sobre los flujos, que involucraba la aplicación de limitaciones y garantías al derecho de emigrar.⁸ La puesta en vigencia de la citada normativa otorgó al Ministerio de Trabajo la responsabilidad de elaborar una política oficial en materia de emigración, al tiempo que insertó la cuestión de la movilidad espacial humana en el marco de las políticas sociales, alejándola de su vinculación con el control policial de fronteras.

A partir de 1946, y en función del accionar de los miembros del Departamento de Emigración del mencionado Ministerio, se fue modelando una imagen negativa del emigrante, como un sujeto ignorante e ingenuo que quedaba expuesto a los abusos y

explotación de los reclutadores (ganchos) o de las compañías navieras y aeronáuticas.⁹ Hasta su aspecto físico formaba parte de esa concepción pesimista. Según el Director del Departamento de Emigración del Ministerio de Trabajo, Mariano González-Rothvoss y Gil: “La simple presencia física de los emigrantes, su magro equipaje, su rusticidad y a veces hasta su compostura y aseo personal, denuncian al que emigra [...]”.¹⁰

En vistas del elevado grado de vulnerabilidad que parecían presentar los que deseaban partir del país, el Estado español se veía obligado a intervenir en los procesos emigratorios. Esta intervención estaba encaminada a proteger y asistir a los que abandonaban el territorio nacional y debía comenzar en el momento previo al embarque, extendiéndose hasta el posible retorno de los expatriados. El dirigismo estatal debía orientarse a planificar, seleccionar y canalizar el flujo peninsular, conforme a las necesidades del país.¹¹ En este sentido, el Estado español debía condicionar la composición de las corrientes, privilegiando la salida de los desempleados, para descomprimir las presiones que existían sobre el mercado laboral, en un contexto de implementación de políticas autárquicas que no satisfacían los requerimientos de empleo de la población. Además, las salidas selectivas se justificaban por las estrechas relaciones culturales e históricas que habían unido a España con los países latinoamericanos y por el imperativo de seguir perpetuando la presencia hispánica en esos territorios unidos por vínculos de *sangre*.

El problema que se generaba era cómo compatibilizar las necesidades de los potenciales países de destino (como los latinoamericanos), que demandaban técnicos y mano de obra especializada, con las del mercado laboral de España, que justamente necesitaba ese tipo de trabajadores. Ello generaba tensiones, como las desatadas cuando los consulados uruguayos en Bilbao y Gijón abrieron lista de inscripción de obreros de construcción, metalúrgicos y mineros, tareas que se tuvieron que suspender, por no estar autorizadas por las autoridades españolas.¹² En opinión de González-Rothvoss y Gil, nadie podía objetar “la licitud de poner limitaciones al derecho a emigrar de algunos obreros o técnicos especializados si ello puede producir la paralización de una industria, con el consiguiente paro de multitud de trabajadores no especializados”.¹³ En pocas palabras, en estos primeros años de la posguerra las políticas migratorias españolas eran ambiguas: si por un lado buscaban canalizar la emigración hacia el exterior, por otro lado, intentaban restringir la salida de la mano de obra más capacitada.

Estas ambivalencias quedaron reflejadas en el Convenio de Emigración suscrito con el gobierno argentino en octubre de 1948. Por una parte, en el artículo 1º se autorizaba la libre emigración de españoles a la Argentina (y la consecuente libertad de inmigración para los peninsulares, en el país austral), pero por otra parte, en el artículo 5º se otorgaban amplias facultades al gobierno español para decidir sobre la salida o no de las personas, y en caso de autorizárseles la partida, se establecía la obligación, por parte de las autoridades argentinas, de aceptar su ingreso en el país:

Art. 5: Cuanto se refiere a las pruebas de competencia profesional, estado sanitario o cualquiera otra que los Gobiernos español y argentino consideren de

importancia, será resuelta en España antes que el emigrante abandone el territorio. Una vez autorizada la emigración de una persona, familia o grupo, no podrá ser rechazada su entrada al territorio de la República Argentina por cualquiera de las causas anteriormente apuntadas.¹⁴

En teoría, el Estado español era entonces el encargado de regular las corrientes hacia el exterior y seleccionar sus componentes. Esta tendencia fiscalizadora del Estado se mantuvo en los años siguientes,¹⁵ con el matiz de que la concepción negativa del emigrante y de la emigración fue cambiando hasta adquirir connotaciones positivas.

Desde el punto de vista de las políticas inmigratorias peronistas, y en lo atinente a la procedencia étnica de los recién llegados, los grupos privilegiados fueron los españoles e italianos. De allí que en 1946 las dos únicas sedes de la Delegación Argentina de Inmigración en Europa se instalaran en Italia y España. Los españoles en particular no sólo eran bien ponderados por sus creencias católicas, su afinidad idiomática y su proximidad cultural, sino también, por su importancia originaria en la “formación del tipo humano argentino, por haber sido tronco del linaje de la familia argentina”.¹⁶ En palabras de Santiago Peralta, Director de Inmigración y del Instituto Étnico Nacional: la inmigración española no podía “ser clasificada como extraña, sino como propia, como cosa interna, sangre del mismo cuerpo”.¹⁷ Tomando en consideración el conjunto de la inmigración europea arribada a la Argentina en la segunda posguerra, resulta fácil advertir que los italianos constituyeron el principal grupo inmigratorio, seguido por los españoles.¹⁸ Pero el protagonismo de estas corrientes mediterráneas no respondió necesariamente a las políticas migratorias del peronismo, sino a un conjunto variado de motivaciones, entre las que se encontraban la tradicional afinidad entre Italia, España y la Argentina, como países expulsores y receptor de inmigración, respectivamente; o la presencia de familiares y paisanos de las dos primeras naciones, en el Río de la Plata, capaces de alentar y favorecer el traslado transoceánico de sus congéneres, entre las más importantes.

Las innovaciones en las políticas migratorias españolas entre 1956 y 1965

A partir de la liberalización económica del régimen franquista, que se fue produciendo a lo largo de la década del cincuenta, empezó a cobrar fuerza la idea de que la emigración podía contribuir al desarrollo económico, no sólo amortiguando los efectos más negativos de los planes de estabilización (en especial, las elevadas tasas de desempleo), sino también estimulando el crecimiento, a través de la llegada de remesas, que significaban un importante aporte de divisas para la economía española.¹⁹

En esta coyuntura donde existía un importante consenso para fortalecer el papel del Estado en la canalización de la emigración española hacia el exterior, en función de objetivos de desarrollo más generales, algunos sectores del ala más liberal y modernizadora del régimen franquista y la Iglesia promovieron el surgimiento de un organismo estatal encargado de asumir el conjunto de competencias en materia de emigración, por fuera de la férula del Ministerio de Trabajo (al menos inicialmente). Por Ley de 17 de julio de 1956 fue creado el Instituto Español de Emigración (IEE), que

finalmente fue adscripto al Ministerio de Trabajo, a partir del 9 de mayo de 1958. Según lo establecido por la Ley de 1956, el IEE tenía la finalidad de realizar la política emigratoria del gobierno, promoviendo en cada momento las medidas necesarias y una acción tutelar en beneficio de los españoles que decidieran migrar. En este sentido, el IEE debía ocuparse de estudiar los problemas ligados a la emigración, asesorar al gobierno sobre las disposiciones a adoptarse en la materia, organizar los flujos colectivos y las repatriaciones, facilitar a los emigrantes la obtención de medios económicos e instrumentos de trabajo, intervenir en la contratación de pasajes, proporcionar gratuitamente la documentación necesaria para el traslado y asistir a los migrantes en su lugar de destino.²⁰

El IEE contaba con dos entidades colaboradoras para el desarrollo y ejecución de planes y programas migratorios: la Organización Sindical, en lo que se vinculaba a los emigrantes temporales y fronterizos, y la Comisión Católica Española de Migración (CCEM), en lo atinente a los procesos de reagrupación familiar. Estos últimos habían concitado la atención del gobierno desde tiempo atrás, cuando eran percibidos como el mejor mecanismo para estimular los flujos de españoles hacia el exterior. En efecto, ya desde 1948, momento en que se discutían las condiciones para la firma del Convenio de Emigración con la Argentina, surgieron dentro de las órbitas oficiales argumentos a favor de una emigración basada en el *llamado* de un emigrante establecido en ultramar, al resto de su familia o a sus paisanos. Las razones que se esgrimían en ese entonces para favorecer este tipo de corriente eran varias: el hecho de que los emigrantes trasladados en virtud de un llamado gozarían de libertad y de mejores informaciones para buscar un trabajo, dentro de la sociedad de destino (evitando caer en manos de empleadores especuladores, como los que podían actuar en el caso de la emigración contratada); la asistencia y ayuda que podían ofrecer los ya establecidos en ultramar, al recién llegado (favoreciendo una integración no traumática al ámbito de acogida); o el beneficio que supondría para el Estado español no tener que correr con los gastos de posibles repatriaciones, en la medida en que aquel que se desplazaba por el llamado de un pariente o conocido podía encontrar en estos últimos redes de contención para su inserción en la nueva sociedad.²¹

Los programas de reagrupación familiar puestos en marcha por el IEE tenían como finalidad declarada atender a imperativos económicos, morales, penales, de orden público y financiero. Se sostenía que el alejamiento del cabeza de familia de la tierra de origen, aún sobre la base de que el mismo enviara periódicamente remesas, repercutía en el equilibrio del presupuesto de la familia que quedaba en la península. Desde un punto de vista moral, se argumentaba que la separación relajaba los vínculos familiares, siendo frecuente el hecho de que los hombres solos en sus ámbitos de emigración contrajeran lazos ilegítimos, relegando u olvidando a su progenie y esposa legítimas. También se creía que la desarticulación de la familia generaba problemas penales (prostitución, corrupción, criminalidad), de orden público (perturbación de la tranquilidad y difusión de doctrinas antisociales) y financieros (incremento de los gastos públicos en policía, beneficencia y prisiones).²² Además, a mediados de la década de 1950 la preocupación del gobierno por las repatriaciones de quienes habían partido

solos había crecido, desde el momento en que una ley del 18 de julio de 1956 responsabilizó al Estado español de la repatriación de los emigrantes que así lo demandaban, con el único requisito de que estos últimos demostraran que no poseían medios económicos para financiarse el viaje por sí mismos.²³

Los planes de reagrupación familiar estuvieron encaminados a revitalizar las corrientes humanas hacia Francia y hacia distintos países americanos. El programa relacionado con estos últimos logró un amplio alcance y se institucionalizó por un acuerdo entre el IEE y el Comité Intergubernamental para las Migraciones Europeas (CIME),²⁴ en 1956. Contó desde sus inicios con la colaboración de la CCEM, que a través de sus Delegaciones Diocesanas, quedó a cargo de localizar a las personas reclamadas, informarlas y orientarlas hasta el momento de su embarque. El espacio de acción privilegiado por la Iglesia, para llevar adelante estas tareas, fue la parroquia: en ella reclutaba a sus asistentes (en general, mujeres que ayudaban en la búsqueda de las personas reclamadas) y difundía su pastoral sobre la emigración.

Para la puesta en marcha del Programa de Reagrupación Familiar, la CCEM dispuso de sesenta y cuatro oficinas diocesanas, tres provinciales, ocho de asistencia en puertos de embarque y una Oficina Central en Madrid, todas ellas destinadas a preparar social y moralmente al emigrante que deseaba partir.²⁵ Además, unas 20.000 parroquias españolas prestaron su colaboración. Los curas párrocos fueron importantes en el desempeño de diversas tareas: la solución de problemas en la documentación necesaria para que el reclamado pudiera partir, la organización de la colecta anual que se llevaba a cabo en ocasión del *Día del Emigrante* o la información y asesoramiento a los potenciales migrantes, entre otras. También actuaron como intermediarios entre estos últimos y sus familiares en ultramar. En efecto, como afirmó María Emelina Martín Acosta, muchas veces las esposas de los emigrantes que se encontraban en situación crítica en su tierra natal, por la falta de recursos económicos, acudían al párroco, pidiéndole ayuda para localizar a su marido en ultramar. El cura escribía entonces a la oficina de la Comisión Episcopal de Madrid, informando del domicilio presuntivo del emigrado. En la Comisión consultaban las listas de los párrocos de las Diócesis americanas y enviaban una carta a aquel religioso que supuestamente estaba próximo al emigrado, con el fin de que lo visitara y lo convenciera de la necesidad de reagruparse con los suyos.²⁶

Sin embargo, y más allá de cómo se gestara el *llamado*, el Programa de Reagrupación Familiar suponía la sucesión de algunos pasos formales: el emigrante instalado en América reclamaba a su/s pariente/s en el Consulado español correspondiente (de manera espontánea, o impulsado por el cura de su parroquia de procedencia y/o resto de su familia, como acabamos de señalar). El Ministerio de Asuntos Exteriores de Madrid entregaba las cartas de llamada recibidas a la Oficina Central de la CCEM. Esta última trataba de conectarse con los reclamados, a través de las Delegaciones diocesanas y de las parroquias. El IEE, la Dirección General de Seguridad y las representaciones diplomáticas de los países americanos en España debían colaborar con la tramitación de la documentación, en especial, cuando la obtención de esta última se tornaba compleja, en el caso de las mujeres solas o con

menores, que se trasladaban por el llamado de sus maridos, padres u otros parientes. Una vez preparados para la partida, los reclamados debían ser conducidos al puerto, recibiendo la adecuada asistencia en lo referente al hospedaje y a los últimos trámites antes del inicio del viaje. Las listas de los embarcados eran enviadas por avión al puerto de destino, donde las Comisiones Católicas de Inmigración o los capellanes de emigrantes estaban responsabilizados de conducir a los recién llegados junto con sus familiares o conocidos, con el objeto de favorecer su adaptación dentro de la nueva sociedad.²⁷

Desde 1956 y hasta 1965 la CCEM colaboró con el reagrupamiento familiar de unos 67.498 españoles, que se dirigieron a los diferentes países americanos beneficiados con el programa (Venezuela, Brasil, Argentina, Uruguay, Colombia, Chile y Paraguay),²⁸ según las cantidades consignadas en el Cuadro 1 del Anexo. Como queda de manifiesto en este último, los destinos que recibieron más migrantes del Plan de Reagrupación Familiar, a lo largo de casi una década, fueron Venezuela y Brasil.²⁹ Ahora bien, resulta interesante señalar que los balances realizados en los primeros años de este programa indicaron que la Argentina fue inicialmente el principal espacio receptor de los embarcados (ver el Cuadro 2 del Anexo) lo que podría ser la expresión de un fenómeno de reagrupación familiar que contó en una primera etapa con un gran desarrollo en relación con el país sudamericano, para luego fortalecerse en naciones como Venezuela y Brasil, al compás de las variables condiciones económicas, sociales y políticas prevalecientes en cada una de ellas.

Hacia fines de la década del cincuenta, cuando la emigración española hacia el Continente Europeo había iniciado su expansión, el IEE tenía sólidas razones para estimular dichas corrientes: por un lado, el espontaneísmo que había caracterizado las migraciones ultramarinas parecía obstaculizar la puesta en marcha de una política franquista interesada en planificar y regular los flujos. El *llamado* de algún familiar o paisano seguía siendo el principal mecanismo de desplazamiento hacia los países americanos y ello contrastaba con las lógicas más impersonales y gubernamentales que primaban en los flujos que se dirigían al Viejo Continente, facilitando el control estatal sobre los mismos. Por otro lado, la emigración ultramarina venía atrayendo a emigrantes de una zona geográfica bastante restringida: la fachada atlántica (en especial, la región gallega), mientras que la emigración continental afectaba más indistintamente a todas las regiones y provincias de España, incluyendo a Andalucía o Extremadura, donde las salidas de personas podían descomprimir el problema del desempleo y las tensiones sociales. Por último, la emigración americana presentaba un carácter más *permanente* que la continental, esta última de índole más *temporaria*. El primer rasgo no era valorado positivamente por el gobierno franquista, dado que en la medida que el emigrante se establecía definitivamente del otro lado del Océano Atlántico, tendía a reducir o paralizar el envío de remesas a la península, las que constituían una fuente de ingreso muy importante para la economía española.³⁰

Sin embargo, y más allá de la creciente tendencia del IEE a favorecer el flujo continental, algunas motivaciones de índole histórica e ideológica lo condujeron a no desatender sus políticas migratorias con respecto a ultramar. Como han puesto de

relieve María José Fernández Vicente y Axel Kreienbrink, la *vocación americana* de España implicaba tener en consideración las necesidades de las *Repúblicas hermanas de América*. En virtud de esta premisa, el régimen franquista debía enviar al Continente Americano trabajadores calificados, para contribuir al desarrollo de la región, garantizar su presencia dentro de la misma, dinamizar y rejuvenecer la colonia peninsular allí instalada y consolidar un mercado exportador que acusaba síntomas de debilidad.³¹

La renovada preocupación por los destinos emigratorios ultramarinos condujo a la organización del II Congreso de la Emigración Española a Ultramar, que tuvo lugar entre el 3 y 12 de octubre de 1959 en distintas ciudades de Galicia. Contando con el patrocinio del IEE y del Instituto de Cultura Hispánica, este evento se llevó a cabo en vistas de conmemorar los cincuenta años de la realización del I Congreso de la Emigración Española a Ultramar, que se celebró en Santiago de Compostela en septiembre de 1909. En el II Congreso las ponencias oficiales trataron los siguientes temas: las causas y efectos de la emigración, las ventajas e inconvenientes de la misma, la preparación y orientación del emigrante, los Tratados de Emigración, la vinculación del emigrado con España, la seguridad social del emigrante y el caso de las corrientes gallegas en particular.³² El principio que inspiraba las discusiones, y que quedó plasmado en las exposiciones, era que la emigración constituía un derecho humano, que debía ejercerse libremente, pero bajo la férula del Estado, que debía brindar al emigrante información y medios para trasladarse e insertarse en la sociedad de acogida. A ello se agregaba una segunda presunción: debía evitarse por todos los medios que la emigración tuviera como causa la necesidad, mejorando las condiciones de vida de los habitantes de la península. En esta dirección, una vez más el Estado español debía responsabilizarse de llevar a cabo una política tendiente a elevar el nivel de vida de sus ciudadanos, contribuyendo a evitar las salidas de las personas forzadas por la pobreza.³³

En la ponencia sobre los Tratados de Emigración, presentada por el Sr. Gaspar Gómez de la Serna y Scardovi, se advertía que las migraciones que se producían a mediados del siglo XX eran diferentes de las que habían tenido lugar en el tránsito del siglo XIX al XX. Según el orador, las circunstancias de los nuevos tiempos exigían acuerdos de emigración entre los Estados emisores y receptores de las corrientes, que fueran capaces de canalizar, ordenar y tutelar los movimientos migratorios. Esos Tratados de Emigración debían complementarse con Convenios de Seguridad Social y con Tratados de doble nacionalidad (en el caso de la emigración hacia Latinoamérica) para garantizar los derechos laborales y políticos de los emigrantes. Estas conclusiones preconizaban la celebración de nuevos Tratados de Emigración con Brasil, Chile, Paraguay, Uruguay y Venezuela, al tiempo que impulsaban la revisión del antiguo Convenio Hispano Argentino sobre Emigración de 1948, al que ya aludimos anteriormente.³⁴

Las recomendaciones del II Congreso de la Emigración Española a Ultramar fueron recogidas en una nueva Ley migratoria española (la 93/1960, del 22 de diciembre, aprobada por el decreto 1000/1962, de 3 de mayo). En los considerandos de esta normativa se afirmaba que a partir de la creación del IEE se había iniciado una nueva orientación en la política emigratoria española. Anteriormente, las salidas de personas

eran concebidas como un fenómeno con efectos meramente negativos para el país de origen. Estas consecuencias no deseadas debían ser paliadas “adoptando medidas precautorias y mediante una cierta protección benéfica de angostos límites y concretada a favor del emigrante en los momentos de salida y de posible retorno”.³⁵ En cambio, a partir de mediados de la década de 1950, la emigración había pasado a ser un

“amplio campo de posibilidades abiertas ante la libertad del individuo y al propio tiempo, una fuente poderosa de vínculos y relaciones entre pueblos que puede proporcionar resultados beneficiosos [...] no sólo al que emigra y a sus familiares, sino en a los países de origen como de establecimiento”.³⁶

Estas mutaciones en el fenómeno migratorio y en sus interpretaciones eran clarificadas ampliamente por el Ministro de Trabajo, D. Fermín Sanz-Orrio, en su discurso de presentación de la Ley 93/1960, ante las Cortes Españolas:

“En época anterior la emigración no traspasaba la esfera de preocupaciones privadas. Siempre que se cumpliesen determinadas garantías de orden público y sanitario, los gobiernos se limitaban a vigilar éstas y a otorgar una limitada protección a los emigrantes necesitados. Hoy los Estados no pueden adoptar una actitud negativa; han de cuidar la situación y los movimientos de sus estructuras demográficas a través de una compleja acción en la que participan organismos tanto internacionales como nacionales, siguiendo orientaciones y normas de uno y otro ámbito, basadas en la defensa de la dignidad y libertad humanas y en la cooperación de los países en la tarea de procurar la mejor distribución de las poblaciones en consonancia con los recursos disponibles al objeto de lograr el pleno empleo de la fuerza laboral y la elevación del nivel general de vida.”³⁷

Tal como se había puesto de manifiesto en el II Congreso de la Emigración Española a ultramar, en la Ley 93/1960 se sostenía que la emigración era un derecho humano, “sin más limitaciones que las establecidas en las leyes y las derivadas de la protección al emigrante y de las altas conveniencias del interés nacional”.³⁸

Frente al hecho migratorio, la acción del Estado resultaba indeclinable, no sólo desde el punto de vista de la asistencia de las personas que debían ser amparadas espiritual y materialmente, sino también, desde una perspectiva más global, garantizando la correcta planificación de las salidas. La protección del emigrante por parte del Estado se jalonaba en diferentes etapas: debía iniciarse con su correcta información sobre las condiciones del viaje, la gestión de la documentación necesaria para su traslado y el otorgamiento de posibles créditos; debía continuarse durante el viaje del emigrante, especialmente, mediante la intervención oficial en la contratación del transporte; y tenía que prolongarse en el país de acogida, mediante el accionar de las Representaciones diplomáticas y consulares de España en el exterior, compuestas por funcionarios especializados, las Agregadurías Laborales y las asociaciones de emigrantes.³⁹

La intervención estatal en el proceso migratorio era competencia exclusiva del Ministerio de Trabajo, quien debía realizar su política a través del IEE. Este último

regularía las corrientes hacia el exterior mediante Convenios o Tratados con los países de recepción,⁴⁰ tal como se había anunciado en el II Congreso de la Emigración Española a Ultramar. Además, se debía privilegiar el sistema de operaciones emigratorias asistidas por el Estado, en detrimento de los flujos espontáneos, que si bien no se descartaban, quedaban en un segundo plano.⁴¹

La regulación de las corrientes peninsulares hacia la Argentina luego de mediados de la década de 1950

Ahora bien, en el contexto de las ideas y normativas migratorias españolas que reseñamos en el apartado anterior, ¿cuál era la situación concreta de las corrientes que se dirigían hacia la Argentina? ¿Cómo se venían desarrollando? ¿Cuáles eran los problemas más acuciantes en relación con las mismas, en especial, en lo vinculado con su integración en la sociedad sudamericana?

Los informes de inmigración española, del Embajador y del Cónsul General de España en Buenos Aires, dirigidos al Ministro de Asuntos Exteriores en Madrid, dan cuenta de las condiciones de las corrientes peninsulares a fines de la década de 1950. En ellos se advertía sobre el progresivo deterioro de la economía argentina, debido a los procesos inflacionarios y el aumento del costo de vida. Por ello se consideraba adecuado no fomentar indiscriminadamente la inmigración española en la Argentina, sino tan solo la colocación de posibles excedentes de mano de obra especializada.⁴² Ello coincidía con el criterio defendido desde la Dirección Nacional de Migraciones, de alentar la llegada de inmigrantes con determinadas profesiones y oficios, que hallarían inserción dentro de las industrias que se buscaban desarrollar dentro del país (en especial, la de tipo pesada).⁴³ Según el Cónsul General de Buenos Aires, Miguel de Lojendio, pese a la situación económica crítica general, en Argentina existía una demanda insatisfecha de trabajadores capacitados y además, el personal semicalificado de los países europeos o de España podría pasar por mano de obra especializada, dada las condiciones del mercado de trabajo local.⁴⁴

En cuanto a los mecanismos de traslado, el Embajador de España, José María Alfaro, afirmaba que la mayor parte de los inmigrantes españoles llegaban a la Argentina mediante la carta de llamada de un familiar ya radicado, realizándose la casi totalidad de estas reclamaciones a través de la Oficina del CIME en Buenos Aires.⁴⁵ En opinión de este funcionario, este sistema reportaba indudables ventajas al “reducir el importe del pasaje a costear por el propio emigrante, sin que ello suponga cargo para el Tesoro, ya que la aportación del Estado se costea con bonos de emigración. Asimismo, se asegura el llamado medios de subsistencia suficientes”.⁴⁶ En función de lo antedicho, el Cónsul General en Buenos Aires subrayaba que este tipo de inmigración individual y mediante llamada del peninsular ya asentado era la más indicada, no siendo recomendable el sistema de grupos colectivos de emigrantes, por razones de costo (no se podría esperar colaboración financiera por parte del Estado argentino en la coyuntura económica adversa imperante) y por los riesgos concomitantes (el peligro de que una gran mayoría del grupo inmigratorio estuviese conformado por personas con el único

propósito de realizar el viaje a la Argentina en condiciones más favorables, sin atenerse cabalmente a la normativa y políticas migratorias vigentes).⁴⁷

Hacia fines de 1956, un funcionario de la Embajada de España en Buenos Aires, que suscribía sólo como *Manolo*, había advertido al Ministerio de Asuntos Exteriores de Madrid, en una nota confidencial y secreta, sobre los aspectos y derivaciones negativas de las inmigraciones en grupo de peninsulares:

“Aunque no es necesario que te lo diga puesto que tu sabes más que yo en estas cosas, no te he de ocultar que las inmigraciones en grupo, tipo colonización agrícola, suelen ser algo peligrosas y que últimamente hemos “padecido” algún caso análogo aunque no en este país. Y me escama el proyecto de granja piloto en las cercanías de La Plata, pues si bien es una zona donde se pueden cultivar verduras con un mercado cercano, existen los restos de otra que en su tiempo se llamó Garibaldi y donde metieron a unas familias italianas que abandonaron aquellos territorios y dejaron simplemente la estatua de Garibaldi.”⁴⁸

Los preceptos plasmados en el Convenio de Migración Franco-Frondizi, suscripto el 8 de julio de 1960 entre España y Argentina, en parte se ajustaron y en parte se alejaron de las recomendaciones emanadas de los representantes del gobierno peninsular en el país sudamericano, antes señaladas.⁴⁹ Por un lado, las partes contratantes convenían en favorecer el establecimiento de técnicos y titulados españoles en la Argentina, es decir, trabajadores calificados, tal como había sostenido el Cónsul General de España en Buenos Aires.⁵⁰ Pero por otra parte, los mecanismos de traslado propiciados incluían variadas formas (no sólo la inmigración por carta de llamada y a través del CIME) y además, se enfatizaba la necesidad de fomentar la emigración planificada y asistida. Según el art. 8, del capítulo 1, del Título II:

“La emigración de españoles a la República Argentina podrá efectuarse por cualquiera de los siguientes procedimientos:

- a) Iniciativa espontánea,
- b) Carta de llamada de residentes en territorio argentino, formulada bien directamente o bajo la asistencia de un Organismo nacional o internacional,
- c) Contrato de trabajo individual y directo,
- d) Programas colectivos de Sociedades o Asociaciones de españoles residentes en la Argentina, aprobados por los Organismos competentes de emigración de las dos Altas Partes contratantes,
- e) Operaciones colectivas concertadas directamente entre los Organismos de emigración competentes de las dos Altas Partes contratantes.”⁵¹

Como vemos, los programas y operaciones colectivos, que no eran bien ponderados por los representantes del gobierno español en la Argentina, en este convenio eran tomados en consideración, bajo el supuesto de que posteriormente, un Acuerdo Administrativo complementario determinaría “los detalles de aplicación relativos al procedimiento de la emigración espontánea, por cartas de llamada, por contratos de trabajo y por operaciones colectivas organizadas”.⁵²

En líneas generales, el Convenio de Emigración entre España y Argentina implicaba el compromiso de ambos gobiernos de “permitir y facilitar la emigración y establecimiento de los súbditos españoles que deseen instalarse en el territorio argentino, al objeto de ocupar en él un empleo o para reunirse con sus familiares residentes en dicho país”.⁵³ A los emigrantes españoles debían concedérseles en el país sudamericano los mismos derechos sociales que a los nativos y todos aquellos privilegios y derechos que pudieran gozar otros grupos de extranjeros.⁵⁴ Además, se establecía que los organismos competentes en materia administrativa migratoria serían la Dirección Nacional de Migraciones (por el lado argentino) y el IEE (por el lado español).⁵⁵

¿Qué efectos produjo la firma de este acuerdo Franco-Frondizi en las prácticas migratorias concretas de los peninsulares que se dirigían hacia la Argentina? Por un lado, podía provocar efectos políticos no deseados, pero por otra parte, varias fuentes revelan que en realidad, su impacto sobre la conformación de los flujos fue bastante relativa o secundaria, tal como había ocurrido con el convenio de migración hispano-argentino de 1948.

En relación con el influjo político no buscado, podía ocurrir que el convenio en cuestión terminara favoreciendo el traslado de sujetos no adeptos al franquismo, que difundieran ideas contrarias al régimen dentro de la Argentina. Así sucedió en el caso del primer emigrante que se desplazó en el marco del acuerdo, quien al llegar a Buenos Aires en el vapor *Yapeyú* realizó unas declaraciones críticas con respecto a la situación de España. Al ser entrevistado por los periodistas del diario *La Razón*, que se publicaba en la ciudad porteña, ese primer emigrante, llamado Félix Pascual Herraiz, afirmó que había resuelto migrar a Sudamérica por la “desocupación y miseria que hay en España”. Además de reconocerse como *antifalangista*, comentaba que la clase media de su país vivía en una situación difícil y la clase baja, en condiciones aún peores.⁵⁶ Una vez difundidas estas declaraciones, el Embajador de España en Buenos Aires, José María Alfaro, instó al Cónsul General en dicha ciudad a que se pusiera en contacto con Herraiz para que se retractara de las opiniones vertidas. El caso debió alarmar al Embajador, quien solicitó a los funcionarios encargados de la selección de los migrantes acogidos al acuerdo, que tuvieran especial cuidado en dicho proceso:

“... lo ocurrido hace resaltar la extrema conveniencia de que los beneficiarios del reciente Convenio de Migración Hispano-Argentino, y principalmente los que integren las primeras expediciones, reúnan condiciones sobresalientes de todo orden, que les hagan trasladarse a este país, no con el propósito de unirse a los elementos hostiles que no escasean, sino con el limpio deseo de acogerse a unas posibilidades que el Gobierno español ha negociado en su favor.”⁵⁷

Ahora bien, más allá de este llamativo incidente, veamos cuáles fueron los alcances concretos del acuerdo, en lo vinculado al arribo de los inmigrantes españoles a la Argentina. A un nivel cuantitativo, el Gráfico 1 demuestra que las corrientes peninsulares con dirección al país sudamericano crecieron levemente a partir de 1960 y hasta 1962, pero luego iniciaron un movimiento de descenso y estancamiento. Creemos

que este comportamiento observable a partir de la suscripción del convenio migratorio no respondió tanto a la implementación del mismo, sino a una tendencia de más largo plazo puesta de manifiesto por estos flujos desde 1950: una declinación progresiva, con altibajos.

Por otra parte, el Cónsul General de España en Buenos Aires ponía de relieve en 1961 el hecho de que la inmigración peninsular llegaba “con cuentagotas” al Río de la Plata, mientras que la de otras procedencias europeas arribaba sin limitaciones algunas. En su percepción, el emigrante español quería trasladarse a la Argentina, sin embargo, las corrientes peninsulares se dirigían mayoritariamente a Australia y Brasil. ¿Cuál era el motivo de esta predilección? Según sus averiguaciones, la disminución de los flujos españoles se debía a las dificultades que oponían los funcionarios argentinos de emigración radicados en España, quienes parecían interpretar erróneamente las reglamentaciones vigentes. Mientras que la tramitación de un permiso para ir a Australia o Brasil tardaba quince días o un mes, en el caso de la Argentina, demoraba alrededor de seis meses. Asimismo, en relación con el destino sudamericano se exigían requisitos onerosos y de difícil obtención, como la certificación de salud de todos los parientes de los emigrantes.⁵⁸

Además de estos obstáculos burocrático-administrativos, otro factor de gran peso terminaba desalentando los desplazamientos hacia el país austral: el deterioro irrefrenable y evidente de su economía. Según el Cónsul de España en Rosario: “se repite con alguna frecuencia el caso de españoles que al llegar aquí se encuentran con una realidad económica que en modo alguno corresponde al cuadro que se les había descrito”.⁵⁹ La depresión económica sumada al proceso inflacionario restringía el poder adquisitivo salarial, afectando a nativos y extranjeros. Por ello, el funcionario peninsular instalado en Rosario aconsejaba que sus congéneres fueran bien informados sobre la situación local sudamericana, antes de partir de su tierra natal. Además, planteaba la necesidad de que se exigiera una mayor solvencia económica y moral a los “llamantes”, para evitar que los emigrantes reclamados se enfrentaran a graves problemas de subsistencia al llegar al país austral.

La degradación de las condiciones materiales también era remarcada por el Agregado Laboral en Buenos Aires, quien en un informe elevado a las autoridades españolas, en febrero de 1973, llegaba a sostener que para la realización de una nueva política de fomento de una emigración cualificada y selecta, había que aguardar una coyuntura económico-política más favorable.⁶⁰

Reflexiones finales

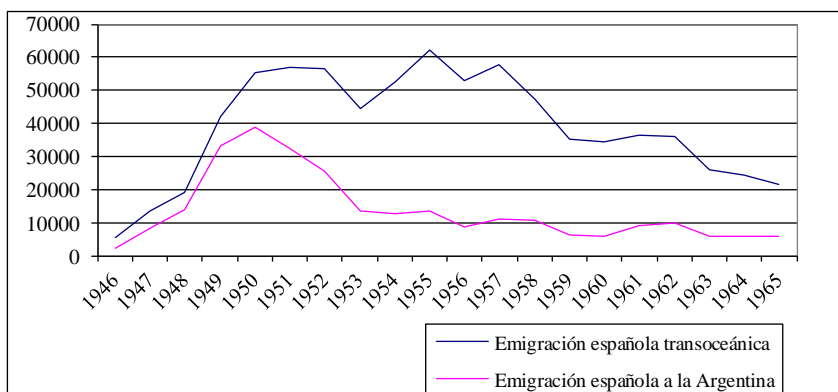
Como es sabido, tras el fin de la Segunda Guerra Mundial el régimen franquista atravesó una etapa de fuerte aislamiento internacional, que se acompañó de una importante debilidad en su legitimidad interna y externa. En dicha coyuntura, la Argentina fue uno de los pocos países que mantuvo y consolidó sus vínculos bilaterales con España, lo que se tradujo en el fomento del intercambio mutuo de mercancías y personas. En efecto, la emigración peninsular hacia el país austral fue estimulada por ambos Estados, hecho que quedó plasmado en la suscripción de un acuerdo de

migración en el año 1948. Los dos gobiernos estaban dispuestos a intervenir en los procesos migratorios, canalizando y controlando las corrientes, en la convicción de que la etapa de los desplazamientos libres y desregulados había concluido. Además, tanto el franquismo como el peronismo se habían comprometido con políticas selectivas de los componentes de dichas corrientes, en función de las necesidades de sus respectivos mercados laborales. Ello generaba en primera instancia algunas contradicciones, pues el país sudamericano demandaba, además de la ya tradicional figura del agricultor-colono, a los técnicos y trabajadores cualificados que requería una estructura productiva más diversificada y focalizada en profundizar la industrialización, mientras que España no podía permitirse perder estos recursos humanos de manera indiscriminada.

A mediados de la década del cincuenta el Estado español delegó en el recién creado IEE la responsabilidad de gestionar las políticas migratorias y ello ocasionó un mayor grado de planificación en las emigraciones hacia el exterior. Una de las primeras medidas que adoptó el IEE, y que logró amplios resultados, fue el estímulo a los procesos de reagrupación familiar en ultramar. Contó para ello con la colaboración de otras instituciones abocadas a los problemas migratorios (el CIME o la CCEM) y con la fortaleza y eficiencia de las redes personales, que impulsaban ya por sí mismas, y de manera espontánea y tradicional, los eslabonamientos humanos.

La suscripción de un segundo convenio de migración entre el gobierno de Franco y el de Frondizi estaba destinada a inaugurar un nuevo ciclo de la inmigración española en la Argentina. Sin embargo, las condiciones en el país sudamericano ya no propiciaban el desarrollo de estas corrientes. A los históricos obstáculos administrativos, generados por las burocracias argentinas encargadas de controlar el desenvolvimiento de los flujos, de ambos lados del Océano Atlántico, se sumaba la realidad de una economía caracterizada por una creciente estanflación, que afectaba negativamente a nativos y extranjeros. La inmigración española se encontraba en una fase de declinación desde comienzos de la década del cincuenta y el convenio migratorio de 1960 no logró revertir esta tendencia, que estaba motivada en condiciones estructurales irreversibles.

Gráfico 1
Emigración española transoceánica y hacia la Argentina (1946-1965)*



* En el período analizado, se entiende por “emigración transoceánica” la que se dirigía a América.
Fuente: César YÁÑEZ GALLARDO, La emigración española a América (S XIX y XX). Dimensión y características cuantitativas, Colombes, Fundación Archivo de Indianos, 1994, pp. 37, 38 y 76.

Cuadro 1
Personas trasladadas dentro del Plan de Reagrupación Familiar, según países de destino (1956-1965)

Países de destino	Nº personas reagrupadas
Venezuela	24.344
Brasil	18.588
Argentina	15.259
Uruguay	6.037
Colombia	1.630
Chile	1.331
Paraguay	171
Panamá	78
Costa Rica	55
Ecuador	5
Total	67.498

Fuente: “Reagrupación familiar en ultramar”, en Boletín Informativo de la Comisión Católica Española de Migración, Nº 109, Marzo-Abril de 1966, Madrid, p. 7.

Cuadro 2
Personas trasladadas dentro del Plan de Reagrupación Familiar,
según países de destino (1956-1959)

Países de destino	Nº personas reagrupadas	Nº familias reagrupadas
Argentina	10.626	4.938
Venezuela	9.004	4.331
Brasil	7.335	3.800
Uruguay	3.129	1.441
Colombia	677	379
Chile	559	293
Paraguay	79	33
Costa Rica	3	2
Total	31.412	15.217

Fuente: “Resumen del Plan R. F.”, en Boletín Informativo de la Comisión Católica Española de Migración, Nº 39, Enero de 1960, Madrid, p. 7.

Notas e referências

- ¹ Cfr. al respecto las ilustrativas estadísticas anuales del Instituto Geográfico y Estadístico Español, en César YÁÑEZ GALLARDO, *La emigración española a América (S XIX y XX). Dimensión y características cuantitativas*, Colombes, Fundación Archivo de Indianos, 1994, p. 37.
- ² La tasa media anual de emigrantes transoceánicos por cada diez mil habitantes censados en 1950, alcanzó en Galicia a 76, mientras que en Canarias fue de 73, y en Cataluña, del 13. Cfr. Salvador PALAZÓN FERRANDO, *Capital humano español y desarrollo económico latinoamericano. Evolución, causas y características del flujo migratorio (1882-1990)*, Valencia, Institut de Cultura “Juan Gil-Albert”, 1995, p. 294.
- ³ *Ibid.*, p. 303.
- ⁴ Aclaremos que las estadísticas sobre emigración española ultramarina hacia la Argentina, que se disponen en España (del Instituto Geográfico y Estadístico Español y del Ministerio de Trabajo), difieren entre sí, en el número de emigrantes anuales contabilizados. A su vez, existen importantes contrastes entre las cifras de “emigrantes” registrados al salir de España y las de “inmigrantes” españoles ultramarinos, que contienen las estadísticas argentinas. En el Gráfico 1 nos basamos en las cifras españolas que brinda César Yáñez Gallardo y no en las argentinas.
- ⁵ Mientras que el promedio anual de inmigrantes arribados entre 1930 y 1939 fue de 42.780, entre 1945 y 1960 esa cifra ascendió a 61.693, según datos obtenidos de DIRECCIÓN NACIONAL DE MIGRACIONES, *Estadísticas del Movimiento Migratorio*, Buenos Aires, 1930-1939; 1945-1960.
- ⁶ Recordemos que el promedio anual de inmigrantes llegados entre 1890 y 1914 fue de 138.271. Cfr. DIRECCIÓN NACIONAL DE MIGRACIONES, *Memorias Anuales*, Buenos Aires, 1890-1914.
- ⁷ En esta dirección cfr. el trabajo pionero de Mónica QUIJADA MAURIÑO, “Política inmigratoria del primer Peronismo. Las negociaciones con España”, en *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, Nº 47, diciembre de 1989, pp. 43-64.

-
- ⁸ Capítulo II y III, Ley de Emigración, Madrid, 20 de diciembre de 1924, en *Legislación de Emigración. Ley y Reglamento de Emigración de 20 de diciembre de 1924*, Ministerio de Trabajo y Previsión, Madrid, 1929, pp. 6-12; José Manuel PÉREZ-PRENDES y MUÑOZ-ARRACO, *El marco legal de la emigración española en el constitucionalismo (Un estudio histórico-jurídico)*, Colombes, Fundación Archivo de Indianos, 1993, p. 136.
- ⁹ María José FERNÁNDEZ VICENTE, “En busca de la legitimidad perdida. La política de emigración del régimen franquista, 1946-1965”, en *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, Buenos Aires, CEMLA, Año 19, N° 56, 2005, pp. 6-9.
- ¹⁰ Mariano González-Rothvoss y (GONZÁLEZ-ROTHVOSS Y) GIL, *Los problemas actuales de la emigración española*, Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1949, p. 24.
- ¹¹ Vicente BORREGON RIBES, *La emigración española a América*, Vigo, 1952, pp. 55 y 114.
- ¹² Mariano GONZÁLEZ-ROTHVOSS Y GIL, *Los problemas actuales* ..., cit., p. 87.
- ¹³ *Ibid.*, p. 41.
- ¹⁴ María José FERNANDEZ VICENTE, *Émigrer sous Franco. Politiques publiques et stratégies individuelles dans l’émigration espagnole vers l’Argentine et vers la France (1945-1965)*, Lille, ANRT, 2005, pp. 442-443.
- ¹⁵ Carlos Ma. R. de VALCÁRCEL, “Conferencia”, en Ministerio de Trabajo, Instituto Español de Emigración, *II Congreso de la emigración española a ultramar*, Madrid, 1960, p. 59; Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores (Madrid, España) (en adelante: AMAE), R 9621, Exp. 7 (1958-1967); Álvaro RENGIJO CALDERÓN, “Emigración y empresas privadas”, Conferencia pronunciada en la Cámara Oficial de la Industria de la provincia de Madrid, 18 de noviembre de 1965, p. 2.
- ¹⁶ Editorial, “Facilidades a la inmigración”, en *La Nación*, Bs. As., miércoles 20 de octubre de 1948, p. 4.
- ¹⁷ AMAE, R 1731, Exp. 2, “Entrevista con el Director de Migración Argentina”, en *Madrid*, Madrid, 20 de diciembre de 1946.
- ¹⁸ María Inés BARBERO; María Cristina CACOPARDO, “La inmigración europea a la Argentina en la segunda posguerra: viejos mitos y nuevas condiciones”, en *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, Año 6, N° 19, 1991, pp. 305-306.
- ¹⁹ María José FERNÁNDEZ VICENTE, cit., pp. 83-93; e *Idem*, art. cit., pp. 15-22.
- ²⁰ MINISTERIO DE TRABAJO, *Memoria de la labor realizada en 1958*, Libro IV, Instituto Español de Emigración, Madrid, 1960, p. 10.
- ²¹ AMAE, R 2052, Exp. 39, José María de Areilza (Embajador de España en la Argentina): Sobre proyecto relativo a la emigración española en la Argentina, Buenos Aires, 3 de marzo de 1948; AMAE, R 1731, Exp. 3, Informe sin fecha.
- ²² Mariano GONZÁLEZ-ROTHVOSS Y GIL, *Familia y Emigración*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1959, pp. 14 y 15.
- ²³ Ma. Emelina MARTÍN ACOSTA, “Emigración canaria a Argentina: algunos ejemplos de la Comisión Católica Española de Migración, a mediados del siglo XX”, Pilar CAGIAO VILA; Eduardo REY TRISTÁN (eds.), *De ida y vuelta. América y España: los caminos de la cultura. Simposio Internacional de la Asociación Española de Americanistas, Santiago de Compostela 2 y 3 de septiembre de 2005*, Universidade de Santiago de Compostela, 2007, p. 393.
- ²⁴ El CIME tuvo su origen en una Conferencia reunida en Bruselas en diciembre de 1951, en la cual se resolvió crear un instrumento para restaurar el equilibrio entre las “naciones superpobladas” y las “insuficientemente pobladas” por medio de la migración organizada y asistida de los europeos. La participación de España en el CIME fue producto de largas negociaciones, que se iniciaron en 1952 y se prolongaron por varios años. Cfr., entre otra documentación: AMAE, R 5283, Exp. 16 (1945-1957), Dirección General de Asuntos Consulares, Participación de España en el Comité Intergubernamental provisional para los movimientos migratorios de Europa, 21 de abril de 1952; AMAE, R 5283, Exp. 16 (1945-1957), Dirección General de Política Económica, Participación de España en el Comité Intergubernamental provisional para los movimientos migratorios de Europa, Madrid, 28 de mayo de 1952.
- ²⁵ *Boletín Informativo de la Comisión Católica Española de Migración*, N° 11, Septiembre de 1957, Madrid, pp. 8-10.
- ²⁶ Ma. Emelina MARTÍN ACOSTA, cit., p. 396.

-
- ²⁷ “Plan de reagrupación de familias”, en *Boletín Informativo de la Comisión Católica Española de Migración*, Nº 26, Diciembre de 1958, Madrid, p. 6.
- ²⁸ Cabe aclarar que con el transcurso del tiempo, otros países quedaron incluidos de manera más informal dentro del plan (por ejemplo: Panamá, Costa Rica y Ecuador).
- ²⁹ Por el momento no podemos reconstruir el número anual de españoles embarcados dentro del Plan de Reagrupación Familiar, según los diferentes países de destino, por lagunas existentes en las fuentes de información disponibles.
- ³⁰ María José FERNÁNDEZ VICENTE; Axel KREIENBRINK, “Las relaciones del IEE con los países de ultramar”, Luís M. CALVO SALGADO; María José FERNÁNDEZ VICENTE; Axel KREIENBRINK, Carlos SANZ DÍAZ; Gloria SANZ LAFUENTE, *Historia del Instituto Español de Emigración. La política migratoria exterior de España y el IEE del Franquismo a la Transición*, Madrid, Ministerio de Trabajo e Inmigración, 2009, pp. 232-233.
- ³¹ María José FERNÁNDEZ VICENTE; Axel KREIENBRINK, “Las relaciones ...”, cit., pp. 233-234.
- ³² “II Congreso de la Emigración Española a Ultramar”, en Ministerio de Trabajo-Instituto Español de Emigración, *Boletín del Gabinete de Estudios*, Nº 7, diciembre de 1959, pp. 54-56.
- ³³ Archivo General de la Administración (Alcalá de Henares, España) (en adelante: AGA), Sección 6, Sindicatos, Inv. 55.1, Caja R 2241, Exp. Delegación Nacional de Sindicatos-Servicio de Relaciones Exteriores Sindicales-II Congreso de la Emigración Española a Ultramar, “Claridad de Pensamiento”, en *Ultramar. Boletín del II Congreso de la Emigración Española a Ultramar*, Nº 2, pp. 1-2.
- ³⁴ AGA, Sección 6, Sindicatos, Inv. 55.1, Caja R 2241, Exp. Delegación Nacional de Sindicatos-Servicio de Relaciones Exteriores Sindicales-II Congreso de la Emigración Española a Ultramar, “Tema V: Tratados de Emigración”, en *Ponencias oficiales. Proyecto de Conclusiones*, p. 17.
- ³⁵ Ley 93/1960, de 22 de diciembre, sobre bases de ordenación de la emigración, en *Boletín Oficial del Estado*, Nº 307, España, 23 de diciembre de 1960, p. 17.602.
- ³⁶ *Ibid.*
- ³⁷ Fermín SANZ-ORRIO, “Ante las Cortes Españolas, sobre la Ley 93/1960 de bases de ordenación de la emigración”, en Ministerio de Trabajo, Secretaría General Técnica, *Política española de la emigración*, Madrid, 1961, p. 22.
- ³⁸ Art. 1º, Base primera, Capítulo I, Ley 93/1960, de 22 de diciembre, sobre bases de ordenación de la emigración, cit., p. 17603.
- ³⁹ Base sexta a décimoquinta, cit., pp. 17604-17606.
- ⁴⁰ Arts. 1º y 2º, Base cuarta y Art. 3º, Base tercera, Capítulo II, op. cit., p. 17604.
- ⁴¹ Art. 1º, Base tercera, Capítulo II, cit., p. 17603.
- ⁴² AMAE, Emigración, Leg. 6218, Exp. 42, Informe de inmigración del Ministro Encargado de los Asuntos Consulares, al Ministro de Asuntos Exteriores en Madrid, Buenos Aires, 8 de agosto de 1959, ff. 1-2.
- ⁴³ AMAE, Emigración, Leg. 6218, Exp. 42, Nota de la Comisión Asesora sobre Migraciones (Dirección Nacional de Migraciones), al Jefe de la Misión CIME en Argentina, Buenos Aires, 29 de mayo de 1959, s./f. Las profesiones y oficios demandados eran los siguientes: ingenieros electricistas, mecánicos, metalúrgicos y en minas; físicos; geólogos; agrónomos y peritos en horticultura, forestales y agropecuarios; apuradores de minerales; perforadores de pozos de petróleo y gas; ebanistas; carpinteros, armadores y otras profesiones especializadas en la industria maderera; carroceros; fundidores; laminadores de metal; operadores de hornos y del tratamiento térmicos de metales; ajustadores, montadores, reparadores y operadores de máquinas; mecánicos instaladores; personal especializado en el tratamiento de metales; hojalateros; plomeros y fontaneros; operadores de electro y galvanoplastia; mecánicos electricistas; operadores de controles eléctricos; ajustadores y repasadores de equipo electrónico; empalmadores e instaladores de cables eléctricos; operadores de equipo electrónico; operadores de hornos y secadores de cerámica y otras especialidades en cerámica; trabajadores en vidrio, sopladores y moldeadores; moledores de cemento y arcilla; operadores en ocupaciones químicas diversas; curtidores de cuero y pieles; preparadores tintoreros y aparadores de cuero; operadores de hornos para la fabricación de electrodos; mineros; torneros, fresadores y pulidores; técnicos para la industria de celulosa y papel.
- ⁴⁴ AMAE, Emigración, Leg. 6218, Exp. 42, Informe de inmigración del Ministro Encargado de los Asuntos Consulares, al Ministro de Asuntos Exteriores en Madrid, Buenos Aires, 30 de enero de 1959, f. 3.

-
- ⁴⁵ AMAE, Emigración, Leg. 6218, Exp. 42, Nota del Embajador de España, al Ministro de Asuntos Exteriores en Madrid, Buenos Aires, 23 de agosto de 1958, ff. 1-2.
- ⁴⁵ Ibid., f. 1.
- ⁴⁶ Ibid., f. 1.
- ⁴⁷ AMAE, Emigración, Leg. 6218, Exp. 42, Informe de inmigración del Ministro Encargado de los Asuntos Consulares, al Ministro de Asuntos Exteriores en Madrid, Buenos Aires, 30 de enero de 1959, f. 5.
- ⁴⁸ AMAE, Leg. R 6219, Exp. 8, Asuntos agregados laborales en Argentina, Nota de “Manolo” (Embajada de España en Buenos Aires), al Director General de Asuntos Consulares del Ministerio de Asuntos Exteriores de Madrid, Buenos Aires, 16 de noviembre de 1956, f. 2.
- ⁴⁹ El mencionado convenio formó parte de un conjunto más amplio de Tratados de Emigración firmados por España, desde mediados de la década de 1950, con República Dominicana (1956), Brasil (1960), Chile (1961) y Paraguay (1965). Cfr. Julio HERNÁNDEZ BORGE, “La política migratoria española con Iberoamérica durante el gobierno de Franco”, en AAVV, *Professor Joan Vilà Valentí / El seu mestratge en la geografia universitària*, Barcelona, Universitat de Barcelona, 1999, pp. 640-643.
- ⁵⁰ Art. 19, Cap. 8, Título II, Convenio de Emigración entre España y la República Argentina, en AMAE, Leg. R 6219, Exp. 8, Asuntos agregados laborales en Argentina, f. 5.
- ⁵¹ Art. 8, Cap. 1, Título II, cit., ff. 2 y 3.
- ⁵² Art. 21, Título III, cit., f. 5.
- ⁵³ Art. 1, Título I, cit., f. 1.
- ⁵⁴ Art. 2 y 3, cit., f. 1.
- ⁵⁵ Art. 4, cit., f. 1.
- ⁵⁶ AMAE, Leg. R 6219, Exp. 8, Asuntos agregados laborales en Argentina, “Resolví venir por la Desocupación y Miseria que hay en España, manifiesta el inmigrante N° 1 por el reciente Pacto «Fronzidzi-Franco»”, en *La Razón*, Buenos Aires, 8 de septiembre de 1960.
- ⁵⁷ AMAE, Leg. R 6219, Exp. 8, Asuntos agregados laborales en Argentina, Nota del Embajador de España en Buenos Aires, al Ministro de Asuntos Exteriores de Madrid, Buenos Aires, 12 de septiembre de 1960.
- ⁵⁸ AMAE, Leg. R 6219, Exp. 8, Asuntos agregados laborales en Argentina, Nota del Cónsul General de España en Buenos Aires, al Director General de Asuntos Consulares en Madrid, Buenos Aires, 1961.
- ⁵⁹ AMAE, Leg. R 6219, Exp. 8, Asuntos agregados laborales en Argentina, Nota del Cónsul General de España en Rosario, al Ministro de Asuntos Exteriores de Madrid, Buenos Aires, 1961.
- ⁶⁰ María José FERNÁNDEZ VICENTE; Axel KREIENBRINK, “Las relaciones ...”, cit., pp. 241-242.

*Interlocutores da cultura.
Intelectuais refugiados do nazifascismo no Brasil, 1933-1945*

*Maria Luiza Tucci Carneiro**

“No final da guerra, observou-se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha. Não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável. E o que se difundiu dez anos depois, na enxurrada de livros sobre a guerra, nada tinha em comum com uma experiência transmitida de boca em boca. [...] Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos se encontrou ao ar livre numa paisagem em que nada permanecera inalterado, exceto as nuvens, e debaixo delas, num campo de forças de torrentes e explosões, o frágil e minúsculo corpo humano.”

Walter BENJAMIN¹

A frase escrita por Walter Benjamin (1892-1940), em seu artigo *O narrador* (1933), expressa o trauma causado pela guerra na vida de um ex-combatente: “...voltavam mudos do campo de batalha. Não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável”. Os exilados ou refugiados, judeus e não judeus, apesar de não terem passado por um campo de batalha, vivenciaram outros tipos de forças torrentes e de explosões causadas pelo medo e sobressaltos diante das atrocidades cometidas pelo Estado alemão nacional-socialista. Os intelectuais judeus que, entre 1933-1945, buscaram refúgio no Brasil para fugir das políticas genocidas empreendidas pela Alemanha nazista e países colaboracionistas, fizeram dos seus escritos uma crônica de sensações, visuais e emocionais.

Comprometidos com a História, enquanto personagens de um momento de convulsão da sociedade ocidental, estes refugiados emergiram do seu universo trágico para interferir diretamente no universo da criação. Transformaram cada frase ou palavra em camadas de reflexões, sobressaltos emocionais, incorporando suas obras à realidade

brasileira. Diferentes olhares e múltiplas versões foram arrancadas daquele mundo europeu *cinzento* e sombrio, traduzido através de metáforas, antíteses e analogias. Agrupados por suas tendências arrojadas e polêmicas, estes intelectuais contribuíram para gerar uma nova situação cultural no Brasil, apresentando múltiplos repertórios inspirados na sua vivência interior e de enfrentamento com o mundo exterior. Muitos eram alemães, judeus e apátridas, dupla estigmatização. Em especial, eram indivíduos da essência e da razão, cujas identidades haviam sido julgadas pelo irracionalismo e pela ignorância propagados pelo nacional-socialismo, ponto de irradiação do ódio sem limites. Amordaçados pela mediocridade do nazismo e do fascismo, respiraram fundo, ganharam forças, reordenaram seus valores e, no Brasil, recomeçaram suas vidas como interlocutores da cultura. Alguns trilham os caminhos da resistência, transformando seu escritos em libelos contra nazismo; outros acrescentaram novos elementos à cultura brasileira num verdadeiro sincretismo cultural.²

A história destes intelectuais deve ser compreendida sob dois ângulos distintos:

1º- como consequência das perseguições antissemitas e políticas empreendidas pela Alemanha, então governada por Adolf Hitler (1933-1945), e endossadas pelos países colaboracionistas; 2º- no contexto das políticas imigratórias restritivas sustentadas pelo governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e Eurico Gaspar Dutra (1946-1954). Importante ressaltar que Vargas, de presidente da República eleito em 1934, passou a governar como ditador após o golpe de Estado de 1937 que instituiu o Estado Novo brasileiro. Após estas data passaram a vigorar um conjunto de Circulares secretas vedando vistos de entrada aos judeus identificados como de *raça semita*.³

Um fluxo imigratório distinto

Os intelectuais judeus - e principalmente aqueles de nacionalidades alemã e austríaca, que buscaram refúgio no Brasil entre 1933-1945 fugindo do nazismo - distinguem-se dos primeiros imigrantes judeus que, logo após a Abertura dos Portos em 1810, vieram para o Brasil em busca de uma solução para os problemas sociais vivenciados nas suas comunidades de origem. Desde 1824, grupos de alemães movimentaram os portos brasileiros do Rio de Janeiro e Santos, principalmente, dirigindo-se para as zonas pioneiras de colonização no sul do Brasil onde criaram comunidades com traços étnicos e culturais bem definidos. Estes pioneiros sentiam-se, em grande parte, identificados com os projetos de colonização baseados na pequena propriedade familiar instalada em zonas rurais. Neste período ainda eram poucos os técnicos, comerciantes, pastores, médicos e professores que optavam por residir nas grandes capitais.⁴

No início século XX, milhares de alemães entraram no Brasil, atraídos pelo crescimento industrial e urbano que delineava o perfil cosmopolita de alguns centros como São Paulo e Rio de Janeiro. Importante frisar que desde as primeiras décadas, o Estado republicano brasileiro se posicionou como controlador dos fluxos imigratórios e do povoamento com o objetivo de evitar conflitos sociais e de garantir o *status* da elite agrária e industrial junto as esferas do poder. Desde o final do século XIX e início do XX, por exemplo, o Estado de São Paulo chegou a incentivar a vinda de trabalhadores

estrangeiros para as fazendas de café, cujos contratos eram, em grande parte, subvencionados pelo próprio governo.

O discurso oficial e científico acerca do imigrante ideal foi sendo construído, principalmente, durante o período de 1850-1945, fundamentado na ideia de assimilação e fusibilidade. Não interessava ao Estado republicano manter em território nacional as comunidades que optassem por preservar a sua identidade étnica e política ou que optassem por defender ideologias *exóticas* que colocassem em perigo a segurança nacional, como o comunismo, o anarquismo e o socialismo. Interessava às elites agrárias e políticas a conformidade e a subserviência à ordem instituída.⁵

A partir de 1930, com Getúlio Vargas no poder, a imigração judaica foi, cada vez mais, assumindo *status* de problema, conforme atestam os documentos diplomáticos que citam a entrada dos judeus alemães fugitivos do nazismo como uma questão: a *semita*. Assim, a partir de 1937, em pleno Estado Novo, o controle migratório tornou-se sistemático, seletivo e racista. O Estado procurava interferir no processo civilizatório brasileiro valendo-se dos conhecimentos de intelectuais, médicos, antropólogos, bacharéis, escritores, artistas e técnicos, dentro outros profissionais. Estes, enquanto adeptos de um pensamento intolerante, foram convocados para opinar acerca dos focos das enfermidades que assolavam a cidade e o campo. Sob a ótica dos *mais produtivos* e da *raça forte*, médicos eugenistas e higienistas passaram a identificar alguns grupos de cidadãos como parasitários, indesejáveis: dentre os quais estavam os judeus, intelectuais e refugiados.⁶

Os judeus que conseguiam visto de entrada para o Brasil, sem muitas alternativas para sobreviver na Alemanha e nos demais países da Europa ocupada, valiam-se de alguns subterfúgios oferecidos pela Constituição brasileira de 1937 como a possibilidade de ingressar no país como turista, passageiro em trânsito ou como católicos, usando documentos falsos. A pressão dos comitês internacionais, e principalmente durante a Conferência de Evian em 1938, aumentava à cada dia, cobrando do governo brasileiro uma postura humanitária que - por dispor de um amplo território e apresentar-se como “um país aberto à todas as étnias” - poderia receber milhares de refugiados judeus. A questão, que até então era racial e social, assumiu “*status* de problema político” ao ser considerada como afeto às decisões do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.⁷

Constatamos que - após a ascensão de Hitler como chanceler do Reich a partir de 1933 - o governo brasileiro se viu diante de uma categoria diferenciada de imigrante judeu, distinto daquele que havia se radicado no país desde 1824, data-marco desta imigração para o Brasil: “o judeu refugiado e/ou apátrida”, integrante da massa de “refugiados políticos” cujo movimento antecipou as dimensões de uma tragédia que estava por vir. Muitos tinham formação acadêmica e, antes do exílio, haviam ocupado posições importantes junto as universidades alemãs, austríacas, italianas e polonesas, para citar alguns exemplos.⁸

A dispersão pelo mundo dos judeus alemães e de outras tantas nacionalidades perseguidas pelos nacional-socialistas ou pelos fascistas italianos, se apresentava, portanto, como um fenômeno único. Presumia-se que, mesmo os países dispostos a

proteger os judeus, pretendiam receber apenas um número limitado e seletos. O Brasil, acobertando sua política secreta de restrição à entrada de judeus, informou na Conferência de Evian que somente tomaria uma posição após ter conhecimento de toda a documentação, seguindo orientação dada pelo Ministério das Relações Exteriores.⁹ Percebemos que a catástrofe que atingia os judeus na Alemanha e nos demais países ocupados foi, neste momento, tratada pelo governo brasileiro como um acidente marginal na história. Para o encerramento da Conferência de Evian, Hélio Lobo, representante do Brasil neste encontro, recebeu a seguinte instrução enviada em nome do ministro Oswaldo Aranha: “Não desejávamos absolutamente a vinda para o nosso país daqueles elementos” [daqueles elementos: leia-se judeus].¹⁰

O governo brasileiro estava disposto, isso sim, a encarar com simpatia a corrente imigratória de refugiados católicos que, em número de dez mil, já se achavam fora da Alemanha e da Áustria, em situação miserável. Mesmo assim, mediante análise da situação e consulta ao Conselho de Imigração e Colonização e, também, ao Ministério da Justiça e Negócios Exteriores. Enfim, Hélio Lobo poderia cooperar com a Delegação americana na obra humanitária empreendida pelo Presidente Roosevelt desde que a política imigratória brasileira não fosse atingida e que não envolvessem compromissos. O importante, neste momento, era atrelar a imagem do Brasil, *pais cordial*, à obra iniciada pela Casa Branca, adjetivada de *tão generosa*. Reforçado por este tom de exaltação, Lobo ponderou que o Brasil não se negaria de colaborar sobretudo quando havia “excelentes elementos católicos, de origem semita e que essa imigração deveria dirigir-se para os campos, onde e como o governo brasileiro determinasse”.

Entre 1938-1941, a situação (interna e internacional) mostrava-se tensa em decorrência da pressão exercida pelos Estados Unidos que, diante do avanço nazista na Europa, necessitava de garantir parcerias. E o Brasil, por sua posição retraída e cheia de reservas, se apresentava como uma incógnita, mas passível de manipulação. Entre 1940-1941, Francisco Campos, então Ministro da Justiça e Negócios Interiores – MJNI, introduziu novas leis imigratórias restringindo ainda mais a emigração judaica em declínio desde 1939, tendo ao seu lado o secretário Ernani Reis, cuja postura racista foi analisada por Fábio Koifman em seu livro *Imigrante Ideal*.¹¹ Uma ampla discussão, segundo este autor que consultou os autos do processo 7.067/41 do MJNI, calcada em valores racistas e antisemitas, em particular, interferiram nas diretrizes da política imigratória que se fez fundamentada em conceitos proposta pela eugenia, compartilhados pelos membros da cúpula do poder envolvendo diretamente: Oswaldo Aranha, do Ministério das Relações Exteriores, e Francisco Campos, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Em janeiro de 1941, o Ministério das Relações Exteriores, através do Decreto-Lei nº 3.175, suspendia toda e qualquer emissão de vistos permitindo apenas a entrada daqueles que atendiam ao ideal de imigrante desejável, de acordo com o perfil eugênico idealizado pelas autoridades brasileiras. Estes não deveriam ser judeus e, de preferência ser provenientes de cidades portuguesas ou nascidos em países americanos com especial atenção aos artistas e capitalistas que pudessem depositar 400 contos (20 mil dólares) no Banco do Brasil. Vistos temporários só para aqueles que, provenientes da América,

comprovassem que poderiam retornar ao seu país de origem, regra nem sempre obedecida. No ano seguinte, a imigração judaica estava praticamente suspensa, o que não impediu a solicitação de vistos por parte das associações e comitês de socorro internacionais.¹²

A imagem do refugiado judeu despontava como símbolo do perigo étnico, econômico e político infiltrado na sociedade brasileira. Para Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, eram “urgentes as providências do governo, estancando-se assim, enquanto é tempo, a corrente judaica que a guerra vem canalizando para o país”. Se aceita, na sua opinião, “traria graves conseqüências para a processo de nacionalização do Brasil”.¹³ Um cidadão brasileiro, em carta dirigida à Getúlio Vargas também se manifestou sobre os judeus refugiados que, além de pertencerem a uma raça indesejável, fecham-se em “quistos raciais em contraste com os espírito nacionalista, avassalando as cidades brasileiras em vários pontos e dominando o pequeno comércio e outras atividades menos recomendáveis”. Este tom - expressamente contrário à entrada de judeus no Brasil - exemplifica que, além das autoridades brasileiras, alguns seguimentos da população expunham abertamente suas opiniões através de cartas pessoais enviadas às autoridades policiais e políticas. As expressões citadas neste parágrafo “entre aspas” foram retiradas da carta enviada a Getúlio Vargas por Manoel Marcondes Rezende, residente em São Paulo, em 15 de setembro de 1940. Assim como Manoel Rezende outras cartas foram enviadas, lidas e consideradas para a emissão do decreto Lei nº 3.175.¹⁴

Brasil, país de exílio

A presença no Brasil de intelectuais judeus foi interpretada pelas autoridades brasileiras como audaciosa e aventureiras, significando um perigo para a formação étnica e a cultura brasileira. O governo, de uma forma geral, atribuía a culpa aos diplomatas brasileiros que, em missão no exterior, liberavam vistos nos passaportes, dando um destino certo ao estrangeiro judeu, muitos dos quais apátridas. Para o caso daqueles que tiveram as suas nacionalidades cassadas pelos governos alemão, austríaco, polonês ou francês, por exemplo, a interpretação era a seguinte: criava-se um problema ainda maior pois não poderiam ser repatriados contra a sua vontade, além de ficarem na dependência de serem aceitos por outro país que lhes concedesse o visto de entrada, o que era muito difícil. Apesar da postura antisemita do governo brasileiro, importantes intelectuais e periodistas judeus de diferentes nacionalidades, conseguiram refúgio no Brasil driblando a política restritiva adotada pelos governos Vargas e Dutra.

Apos o ingresso no Brasil, estes profissionais vivenciavam um difícil período de adaptação, pois a maioria não dominava o idioma e, nem sempre, deveriam expor as formas como haviam conseguido o visto de entrada, muitas vezes como católico ou como turistas ou em trânsito. Inicialmente improvisavam algum modo de sobrevivência trabalhando como vendedores ambulantes ou atuando de forma esporádica junto aos jornais locais. Aos poucos e cuidadosamente, retomavam suas atividades profissionais ou, dependendo das oportunidades oferecidas, trilharam novos caminhos aventurando-se em diferentes áreas do conhecimento. Alguns poucos, após a guerra, optaram por

retornar ao seu país de origem; outros permaneceram no Brasil, adotado como sua segunda pátria. Estes números ainda devem ser investigados, pois, nem sempre, estes dados encontram-se nos registros oficiais. Daí a importância de recorrermos aos acervos pessoais destes intelectuais que, nem sempre, foram preservados por seus familiares ou enttão, encontram-se em arquivos no exterior.

A influência que os refugiados tiveram na geração brasileira do pós-guerra atesta que o grupo tinha realmente, um perfil diferenciado dos primeiros imigrantes judeus que aqui chegaram entre 1824-1933. Nesta segunda leva despontavam importantes homens das letras, das ciências, da filosofia, do direito e do mundo das artes. Por suas posições políticas (sionistas, socialistas e/ou antifascistas) e, em decorrência das políticas antissemitas aplicadas pelo governo alemão e dos países ocupados, haviam perdido suas cátedras nas universidades, nos centros de pesquisas e, até mesmo, como escritores e jornalistas. Alguns, ainda muito jovens, traziam consigo ideias arrojadas e a vontade de vencer. Enfrentando as dificuldades impostas pelo idioma, procuraram se adaptar as diferenças que, assimiladas no dia-a-dia, se transformaram em estímulos culturais. Perplexos diante do exotismo dos trópicos, das paisagens naturais e da cultura indígena e afro-brasileiras, traduziram suas impressões sob a forma de poesia, romances, crônicas, ensaios, peças teatrais, dentre outras tantas formas de expressão e emoção. Após alguns anos, dominando a língua portuguesa, serviram de elo de ligação entre as culturas europeia e a brasileira.

Dentre os principais intelectuais judeus que escolheram o Brasil como comunidade de recepção, cumpre citar: Anatol Rosenfeld (1912-1973), Anita Cevidalli Salmoni (1919), Frank Arnau (1894-1976), Fritz Pinkuss (1905-1994), Ernest Ludwig Bresslau (1877-1935), Egon (1910-1991) e Frieda Wolff (1911-2008), Frank Arnau (1894-1976), Ernest Feder (1881-1964) Ernest Ludwig Bresslau (1877-1935), Egon (1910-1991) e Frieda Wolff (1911-2008), George Bernanos (1888-1948), Herbert Caro (1906-1991), Hermann Mathias Görden (1908-1994), Leopold von Andrian-Werburg (1875-1951), Lívio Túlio Pincarle (1924-?), Leon Crutians, Marthe Leiser Brill (1894-1969), Max Fischer, (1900-1978), Paul Frischauer (1898-1977), Paul Ludwig (1900-1974), Paula Ludwig, Richard Lewinsohn (1894-1968), Richard Katz, Susanne Eisenberg Bach (1909-1997), Stefan Zweig (1881-1942), Ulrich Becher (1910-1990), Vilém Flusser (1920-1991), Willy Keller (1900-1979). Dentre os intelectuais refugiados no Brasil que ingressaram como católicos, citamos o escritor e jornalista francês Georges Bernanos (1888-1948) e Otto Maria Capeaux [Karpfen], dentre outros.

Chegar ao Brasil era, em primeira instância, a passagem do Inferno para o Purgatório. Da Europa civilizada, estes *cidadãos do mundo* desembarcavam no Brasil - um refúgio nos trópicos onde tudo reluzia com as cores do exótico – com a esperança de que tudo ia passar rápido e que, em breve poderiam retornar. No entanto, uma realidade autoritária, nacionalista e xenófoba os esperava, sem criar facilidades para aqueles que eram, além de estrangeiros, judeus liberais. Raras eram as ofertas de trabalho que correspondiam à bagagem cultural trazida por estes escritores no exílio. Alguns escritores, sem outras opções, adentraram para o mundo das letras como periodistas escrevendo artigos, crônicas e poesias, sendo muito mal remunerados. A maioria

vivenciou a sistemática censura mantida pelo DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo sendo tratados de forma diferenciada por serem estrangeiros e exilados. Dentre aqueles que tiveram alguma compensação financeira, talvez por terem permanecido no Brasil, foram Anatol Rosenfeld, Friedrich Heller, Hebert Caro e Otto Maria Carpeaux: criaram raízes, apesar das dificuldades.¹⁵

No contexto das emigrações forçadas cumpre citar o historiador, filósofo, publicitário e político Hermann Matthias Görgen (1908-1994), natural de Wallerfangen/Saar e que deixou a Alemanha, por motivos políticos. Görgen foi, antes de mais nada, um adversário destemido do nazismo. Proibido de exercer sua cátedra na Faculdade de Filosofia de Salsburgo, escapou no último momento trazendo consigo um grupo de refugiados. Em plena guerra – com a ajuda de Milton Cesar de Weguelin Vieira, então cônsul brasileiro em Genebra, – liderou a fuga deste grupo que deixou a Suíça em direção ao Brasil, via Lisboa. Görgen arranhou passaportes sem o “J vermelho”, certidões de batismo e atestados de “arianos” para os membros do grupo que não atendiam às exigências do governo brasileiro. Ao todo eram 48 refugiados, dos quais 38 haviam sido rotulados pelas Leis de Nuremberg como judeus, *meio* judeus ou *um quarto* judeus.¹⁶

Em 27 de abril de 1941, o grupo Görgen aportou no Brasil. Entre eles estavam: Johann Hoffmann, Hugo Simon (Ex-ministro da Fazenda da Prússia), Georg Wassermann (filho de Jakob Wassermann), Paula Ludwig, Dana Roda Becher (filha de Alexander Roda-Roda) e seu marido, o escritor Ulrich Becher. Além desta sua ação salvacionista, Görgen procurou favorecer a instalação deste grupo em Juiz de Fora, no interior do estado de Minas Gerais, onde criou uma indústria, base estratégica para a salvação de vidas. O empreendimento funcionou mais como uma estratégia de apoio aos refugiados que, a partir desta iniciativa, conseguiram recomeçar a vida no Brasil.

Görgen tornou-se uma personalidade pública no Brasil, deixando um importante legado cultural e humanitário. Ocupou a cadeira de Ciências Econômicas na Universidade de Juiz de Fora e retornou à Alemanha onde foi deputado pelo Partido da União Social Cristã até 1961. Foi encarregado do Departamento de Imprensa e Informações para Assuntos Especiais da América Latina e, em 1960, fundou a Sociedade Teuto-Brasileira e, no ano seguinte, o Centro da América Latina. Em 1993 recebeu a Medalha da Justiça, no *Holocaust Memorial Center*, em Michigan, pelo salvamento de dezenas de judeus perseguidos.¹⁷ Em seu túmulo a inscrição “Amigo do Brasil” condiz com a frase dita pelo sociólogo Gilberto Freyre: “Görgen foi o melhor presente que Hitler deu ao Brasil”. No ano seguinte, a imigração judaica estava praticamente suspensa, o que não impediu a solicitação de vistos por parte das associações e comitês de socorro internacional.

O círculo da resistência antinazista no Brasil

Muitos destes intelectuais refugiados transformaram seus escritos em libelos antinazistas fortalecendo, nos bastidores da cultura, o projeto de construção de uma nação livre, democrática ou socialista. Alguns optaram por viver ou morrer no Brasil (como Stefan Zweig), enquanto que outros retornaram à sua pátria de origem colocando

fim ao exílio, interpretado aqui como um período transitório, de passagem do Inferno (nazista) ao Purgatório (nos trópicos). O retorno emergia com um significado muito especial, traumático: o de conviver com a dura realidade do pós-guerra e dialogar com o passado recente de seus países, promotores da barbárie e do extermínio de milhões de judeus, ciganos, comunistas, testemunhas de Jeová etc.¹⁸ Em 1945 ainda se encontravam entre nós, os exilados Ernest Feder, escritor alemão antinazista, o jornalista Leon Crutians, o contista e editor Max Fischer. Em 1946, George Bernanos também retornou à sua pátria de origem, deixando-nos um importante legado cultural e político.¹⁹

A trajetória de George Bernanos, antes da sua chegada ao Brasil, é de um intelectual engajado na vida política francesa, tendo lutado na Primeira Guerra Mundial e atuado como repórter na Guerra Civil Espanhola. Assim como Marc Bloch (1886-1944) - historiador francês notório por ser um dos fundadores da Escola dos Annales e morto pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial - Bernanos mostrou-se revoltado com a derrota da França para os alemães, em 1940. Envolveu-se com o movimento da resistência francesa e posicionou-se contra o regime de Vichy apoiando o movimento pró-França Livre que teve, também, um importante segmento no Brasil. Seu sonho, como de alguns amigos, era de instalar-se no Paraguai, saído de Marselha em 20 de junho de 1938, com destino a América do Sul. No início de setembro desembarcou no Rio de Janeiro sendo, de imediato, reconhecido como o autor de *Diário de um Pároco de Aldeia* (1936). Em busca de equilíbrio emocional e material, iniciou sua errância por caminhos enlameados, metáfora comum em sua obra que, em vários momentos, parece demonstrar que ele estava em busca de Deus.²⁰

Bernanos adentrou por Pirapora do Bom Jesus até chegar ao interior de Minas Gerais, passando por Itaípava, Juiz de Fora e Vassouras, até estabelecer-se com sua família, perto de Barbacena, na Cruz das Almas, em agosto de 1940. Entre 1944-1945 voltou a residir no Rio de Janeiro delegando à sua filha Claude a administração da fazenda. A partir de junho de 1940, ativou sua investida antifascista contra a liquidação pétainista projetando-se através de seus escritos publicados, em grande parte, na mídia internacional. Envolveu-se com o movimento *França Livre*, falou através da BBC de Londres e escreveu nos jornais brasileiros como *O Jornal*, um dos órgãos dos *Diários Associados* pertencentes à Assis Chateaubriand. De maio de 1940 a maio de 1945, redigiu mais de trezentos artigos ou mensagens radiofônicas, alguns deles tendo permanecidos inéditos, em marcha “à honra como quem marcha ao canhão”.²¹

Durante o seu exílio no Brasil, Bernanos formou uma rede de relações que fortaleceram ainda mais o seu diálogo com outros intelectuais e poetas católicos, como Alceu Amoroso Lima, Augusto Frederico Schmidt, Austregésilo de Athayde, Jorge de Lima, e Murilo Mendes; além de outros francófilos, hostís as políticas do Eixo. Como católico e monarquista, manteve intensas polêmicas com seus interlocutores, dentre os quais Otto Maria Carpeaux que, entre janeiro-maio de 1944, irritou-se com a posição de Bernanos contra o “Alto Banco israelita”. No Rio de Janeiro, Bernanos encontrou Charles Ofaire, da Atlanta Editora, editor de várias de suas obras produzidas no Brasil: *Les Enfants Humiliés*, *Lettre aux Anglais* (1942) *Le Chemin de la Croix-des-Ames*

(coletânea de intervenções publicada em quatro volumes, de 1934-1945), e *La France contre les Robots e Monsieur Ouine*, (romance finalizado em Pirapora em 1941).²²

Apos o seu retorno à França em 1946, Bernanos escreveu uma carta à Raul Fernandes, então Ministro das Relações Exteriores do governo de Eurico Gaspar Dutra, na qual declarava que o Brasil não havia sido um mero episódio em sua vida: "... desde que voltei ao meu país, compreendo melhor do que antes que minha estada no Brasil não foi apenas um mero episódio de minha singela vidinha, mas estava inscrita desde sempre na trama de meu destino. Amei o Brasil por uma série de razões, mas em primeiro lugar, e antes de tudo, porque eu nascera para amá-lo".²³ Dois anos depois, Bernanos faleceu, deixando para trás um mundo ainda impactado pelas imagens de Auschwitz. Sua obra póstuma - *Um sonho ruim* - publicada em 1950, expressa seus diálogos com Deus, com o medo e a morte, assim como suas reflexões sobre ética e liberdade no pós-guerra.

Willy Keller é considerado por Izabela Kestler, em sua obra *Exílio e Literatura*, como um dos "mais importantes personagens do exílio brasileiro", tendo deixado um expressivo legado cultural e político. Na Alemanha, entre 1921-1934, trabalhou em vários teatros, dentre os quais o de Osnabrück, até ser denunciado como antinazista e ameaçado de prisão pela Gestapo. Buscou abrigo em Porto Alegre onde foi acolhido pelo tio de sua esposa, tornando-se redator do jornal antifascista *Aktion*, publicado por Friedrich Kniestedt. Seu sonho era tornar-se produtor de peças teatrais ou de ingressar na indústria cinematográfica brasileira, alimentada pela Atlântida, ainda muito incipiente, assim como a nossa cultura teatral. Entre 1936 e 1939 radicou-se em São Paulo trabalhando como contador em um restaurante, até ser despedido por negar-se a prestar juramento à Alemanha nazista, à bordo de um navio alemão. Em seguida, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, onde enfrentou grandes dificuldades. Iniciou suas atividades político-jornalísticas junto a Associação de Emergência dos Alemães Antifascistas (*Notgemeinschaft deutscher Antifaschisten*), que mantinha estreitas relações com *A outra Alemanha (Das andere Deutschland)*, de Buenos Aires.²⁴

Marcou também sua presença atuando no teatro brasileiro como ensaiador do teatro Experimental do Negro, no final dos anos 40, ao lado do seu fundador Abdias do Nascimento. Mas, somente no pós-guerra encontrou condições para fazer teatro em língua alemã. Entre 1957 e 1969 fundou e dirigiu o Instituto Cultural Brasil-Alemanha, e, a partir de 1973, dirigiu o teatro amador da Casa do Estudante do Brasil. Traduziu poesias de autores brasileiros para o alemão, organizou uma antologia publicada na Alemanha, traduziu o *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna, segundo uma versão de Graciliano Ramos. Em sua obra *Exiltheater Rio de Janeiro*. Keller escreveu:

"Nesse país, Brasil, cuja língua não acreditei jamais poder entender ou falar, descobri que minha pátria não é o solo alemão, que supostamente levamos grudado aos nossos sapatos, mas a língua alemã [...] A luta para aprender uma língua estrangeira e a luta para não esquecer a língua materna tornaram-se o conteúdo real da minha vida."

Assim como aconteceu com vários outros escritores, os anos de exílio vivenciados

no Brasil deixaram marcas na obra literária de Ulrich Becher. Inicialmente foi na imprensa que Becker encontrou uma forma de sobreviver até conseguir trabalhar com teatro. Radicado em São Paulo desde em fins de 1943, Becher vislumbrou novas possibilidades de trabalho e de publicação de seus escritos em jornais da capital. Através de Herbert Baldus, diretor do Museu Paulista, Becher conseguiu publicar alguns artigos no jornal *Estado de S. Paulo*, enquanto que outros escritos, poemas e ensaios saíram em periódicos antifascistas como, *A Outra Alemanha (Das andere Deutschland/La Otra Alemania*, de Buenos Aires, e *Alemanha livre (Freies Deutschland)*, da Cidade do México). A única obra em língua alemã, que Becher pôde publicar durante seu exílio brasileiro, foi o poema narrativo *Das Märchen vom Räuber, der Schutzmann wurde*, lançado pela *Notbücherei deutscher Antifaschisten* (Editora de emergência de antifascistas alemães), fundado por Becker em parceria com Willy Keller, diretor de teatro e também refugiado do nacional-socialismo.

O casal Becher – por integrarem o Grupo Görden e conviverem com outros exilados alemães e austríacos – tinham contato com o pintor Axl von Leskoschek (1889-1976), nascido em Graz (Áustria), então docente da Academia de Artes do Rio de Janeiro, Karl Lustig von Prean (1892-1965), diretor de teatro, Otto Maria Carpeaux, ensaísta e literato; Richard Katz (1888-1968), ensaísta e autor de livros de viagens; e Ernst Feder. A primeira obra de temática brasileira explícita, intitulada *Brasilianischer Romanzero (Romanceiro brasileiro)*, escrita quando Becher durante sua estadia ainda no Brasil foi publicada em 1950, após seu retorno à Europa. Em 1951, sua primeira peça de teatro *Samba*, estreou no *Theater in der Josefstadt*, em Viena, sendo complementada pelo ensaio *Erinnerungen an den cariokischen Karneval* (Memórias do carnaval carioca), onde reconstituiu seu olhar sobre o carnaval carioca, vivenciado ao lado da “gordíssima cozinheira negra do hotel Flórida”, descrito como um lugar cheio de pulgas. Entre foliões e sambistas, Becher contrapõe este seu Brasil aquele que abrigava também adeptos do nacional-socialismo. Ernest Feder e sua esposa Erna, por sua vez, conseguiram visto de entrada no Brasil graças ao embaixador brasileiro Luis Martins de Souza Dantas que agia na França contrariando as Circulares Secretas vigentes durante do governo Vargas.²⁵ Ernst e Erna chegaram no Rio de Janeiro em 17 de julho de 1941, à bordo do vapor *Cabo de Hornos*. Em pouco tempo, Ernst conseguiu, graças à recomendação do embaixador Dantas, trabalhar como jornalista em vários jornais e revistas da capital.

Hebert Caro merece aqui nossa atenção enquanto alemão nascido em Berlim e refugiado no Brasil desde 1935. Bacharel em Direito pela Universidade Ruperto-Carola, de Heidelberg, foi proibido em 1933 de exercer advocacia por ser judeu. Pela mesma razão foi destituído do cargo de Diretor Esportivo da Federação Alemã de Tênis de Mesa, após ter sido jogador da seleção alemã durante seis anos. Em 1934 exilou-se na França, onde frequentou o curso de Estudos Greco-latinos na Universidade de Dijon. No ano seguinte refugiou-se no Brasil, estabelecendo-se em Porto Alegre onde fundou, com outros judeus alemães, a SIBRA (Sociedade Israelita Brasileira de Cultura e Beneficência). Atuou no comércio e na indústria até 1938 vindo, no ano seguinte, a trabalhar como tradutor para a Editora Globo. Traduziu, de Thomas Mann, *Os*

Buddenbrook (1942), *A Montanha Mágica* (1980), *Dr. Fausto* (1984) e *As Cabeças Trocadas* (1987). De H. Broch traduziu *A Morte de Virgílio* (1982). Considerado um grande tradutor da literatura de língua alemã para o português, foi premiado com a Cruz da Ordem do Mérito, 1 classe (Bonn; 1974); além do Prêmio da Associação Paulista de Críticos de Arte (1983) e do Prêmio Nacional de Tradução do Instituto Nacional do Livro.²⁶

Assim como Hebert Caro, Anatol Rosenfeld (1912-1973), nasceu em Berlim e era de origem judaica. Tornou-se aluno de Hartmann, da escola fenomenológica alemã, e de Ingarden; além de ser profundo conhecedor das obras de Thomas Mann e Bertold Brecht. Obrigado a fugir da Alemanha em 1936, imigrou para São Paulo, trabalhando primeiro como colono numa fazenda no interior do estado e, depois, como lustrador de portas no Paraná e vendedor de gravatas Back. Além de jornalista, crítico literário, professor de filosofia e de estética do teatro, deixou poesias que retratam o impacto do imigrante em terras brasileiras: *Recife, Copacabana, Ônibus Interestadual e Hetaira Negra*. Colaborou no Suplemento Literário de *O Estado de S.Paulo* e na *Crônica Israelita*, além de ministrar aulas na EAD - Escola de Arte Dramática de São Paulo. Tradutor de Thomas Mann, Brecht, Kafka, Mário de Andrade e Augusto dos Anjos. Entre os anos de 1950-1970 ocupou lugar de destaque na vida cultural paulistana servindo de intermediário entre a cultura alemã e brasileira. Deixou importantes estudos sobre o moderno teatro alemão além de um significativo conjunto de reflexões sobre a estrutura da obra literária, pensamento literário, antissemitismo, cultura popular brasileira, dentre outros temas. Tornou-se grande amigo de Jacó Guinsburg, editor da Perspectiva, editora responsável pela publicação de suas obras, dentre as quais: *Anatol on the Road* (2006), *Cinema: Arte & Indústria* (2003), *Estrutura e Problemas das Obras Literárias* (1976), *História da Literatura e do Teatro Alemães* (1993), *Letras e Leituras* (1994), *Letras Germânicas* (1993), *Mistificações Literárias: 'Os Protocolos dos Sábios de Sião* (1976), *Mito e o Herói no Moderno Teatro Brasileiro* (1982), *Na Cinelândia Paulistana* (2002), *Negro, Macumba e Futebol* (1993), *Pensamento Psicológico* (1984), *Prismas do Teatro* (1993), *Teatro Moderno* (1977), *Texto/Contexto II* (1993), *Texto/Contexto I* (1969) e *Thomas Mann* (1994).²⁷

Histórias cruzadas

A história dos intelectuais refugiados do nazifascismo no Brasil está diretamente ligada a história do livro e da leitura, assim como da imprensa. No sentido mais amplo, esta(s) história(s) nos remete também ao genocídio cultural praticado pelos nazistas, além do genocídio físico. Muitos dos intelectuais judeus que buscaram refúgio no Brasil, ainda estavam na Alemanha ou nos países ocupados por ocasião da queima dos livros censurados pelo nacional-socialismo como parte do processo de purificação cultural da Alemanha implementado por Joseph Goebbels, Ministro da Propaganda e Esclarecimento Popular, a partir de 1933. Foram abolidas importantes organizações culturais judaicas e milhares de obras de renomados escritores alemães, tais como Bertolt Brecht, Lion Feuchtwanger, Thomas Mann e Alfred Kerr, foram queimadas em praça pública. Até então, os intelectuais judeus ocupavam cargos importantes no

governo e ensinavam nas melhores universidades da Alemanha. Entre os trinta e oito escritores e cientistas alemães ganhadores do Prêmio Nobel entre 1905 e 1936, quatorze eram judeus. Assim, a retaliação a cultura produzida pelos judeus, classificada como *degenerada*, deixou muitas estantes vazias, gerando uma verdadeira erosão na produção do conhecimento.

A violência nacional-socialista contra os artistas, cientistas e escritores levou centenas de famílias judias, num primeiro momento, a fugir para outros centros europeus em busca de liberdade e de sobrevivência. Ideias criativas ainda em gestação foram abortadas; outras, concretizadas no *formato* de livro, foram queimadas. A história da escritora Marthe [Leiser] Brill (1894-1969), nascida em Colônia, exemplifica bem o rímo destas fugas desenfreadas movidas pelo medo, o desespero e o desencanto com aquela que consideram sua verdadeira pátria. Marthe - que havia estudado economia política em Heidelberg - escrevia para o jornal de turismo da linha de navegação Hamburg Süd, para o *Hamburger Fremdenblatt* e para a rádio de Hamburgo. Casada com o pintor Erich Brill que mantinha um ateliê em Hamburgo, Marthe tinha sua vida voltada para as suas atividades intelectuais. Com a ascensão do nacional-socialismo ao poder em 1933, foi despedida de suas várias funções por sua ascendência judaica e convicções socialistas. Amedrontada, deixou a Alemanha em 1934, levando consigo sua filha Alice, com apenas 12 anos. Passou pela Espanha, Itália e Holanda até chegar ao Brasil por sugestão de uma amiga da família, tia de Hilde Weber. Em São Paulo, durante muitos anos, trabalhou como secretária do primeiro Comitê de Auxílio para Refugiados Alemães.²⁸

Ao fugirem de suas residências, estes escritores eram obrigados a abandonar suas bibliotecas, pois nem tudo era possível de transladar como bagagem. No Brasil o cenário era também desolador, pois, em pleno Estado Novo, milhares de livros foram confiscados e queimados pela Polícia Política num arremedo das práticas fascistas.²⁹ Ser judeu, comunista, estrangeiro, não trazia glórias e nem ofertas de emprego para os refugiados judeus. Ao contrário, eram vistos pelas autoridades brasileiras como elementos suspeitos por suas ideias e escritos reforçando a trilogia dos estigmas.³⁰ Além de não terem um trabalho adequado as suas formações acadêmicas ou enquanto profissionais liberais, estes intelectuais não dispunham de editoras que publicassem seus escritos, além de um ou outro jornal.

Segundo Izabela Maria Kestler, estudiosa do tema dos exilados de fala alemã no Brasil, o grupo dos escritores alemães carecia de editoras que publicassem seus escritos em língua alemã. Cita como a única obra literária publicada em alemão, o poema narrativo de Ulrich Becher, *Das Märchen vom Räuber, der Schutzmann wurde* (1943), editada pela *Notbücherei deutscher Antifaschisten* (Livraria de emergência dos alemães antifascistas), fundada pelo próprio autor e encerrada, provavelmente por falta de recursos, sem editar nenhuma outra obra. O mesmo aconteceu com Marthe Brill que deixou um romance autobiográfico, *Der Schmelztiegel (O cadinho)*, produção nitidamente antifascista, tardiamente publicado na Alemanha em 2002. Deixou também, ainda inédito, um estudo sobre a última visita do Santo Ofício em Maiorca.³¹

A ausência de casas publicadoras no Brasil reflete muito bem o caráter das

campanhas de nacionalização das minorias étnicas empreendidas pelo Estado Novo brasileiro que, em 31 de Agosto de 1941, proibiu editoras e jornais de língua alemã, além de outros idiomas considerados *exóticos*. Desta forma, o governo Vargas abortou pela raiz, qualquer possibilidade de sobrevivência de “editoras do exílio”, assim como existiram no México (*El Libro Livre*) e Buenos Aires (*Editorial Cosmopolita*).³² Falando sobre livros não podemos deixar de citar uma história de sucesso empresarial: da família Herz, fundadora da *Livraria Cultura*, que cunhou de maneira decisiva o mercado nesse setor. Em 1938, Eva Herz (1911–2001) fugiu de Berlim pressionada pelas perseguições nazistas, assim como tantos outros aqui citados. Após uma breve estadia na Argentina, o casal Eva e Kurt Herz instalou-se em São Paulo, onde, em 1947 abriram um serviço de aluguel de livro que, inicialmente, funcionava na sala de sua residência. Na década 50, Eva Herz decidiu, além de alugar, também vender os livros. Em 1969 resolveu criar um espaço especial para o funcionamento de uma livraria, no mesmo ano em que seu filho Pedro, ainda hoje o presidente da empresa, assumiu a gestão dos negócios. Pedro Herz realizou o sonho de sua mãe ao instalar a *Livraria Cultura* em um lugar mais amplo, no Conjunto Nacional, em plena Avenida Paulista. Hoje, essa loja – ampliada e reinaugurada em 2007 – é a maior livraria no país. Desde então, a empresa mantém cerca de 16 lojas em importantes cidades brasileiras, movida por seu lema “Ler para ser” que não é apenas um slogan: reflete também a experiência de que a cultura e a língua são heranças deixadas por aqueles que, um dia, perderam sua pátria-mãe. Para o país de acolhimento, estas presenças resultaram em um rico legado multicultural.

Esta é, em síntese, a mensagem que deixamos através deste ensaio que propõe aos pesquisadores em geral, aprofundar a história dos intelectuais judeus radicados no Brasil, sob uma abordagem multidisciplinar. Não pretendemos aqui apresentar uma relação completa de suas trajetórias e obras, pois cada qual merece um investigação em particular. Suas histórias devem ser interpretadas em *função da vida*, enquanto manifestações de resistência inseridas no contexto de um mundo em convulsão, desequilibrado pelas práticas genocídias que culminaram no Holocausto. Além dos milhões de judeus exterminados pelos nazistas, devemos considerar também a destruição de milhares de livros acompanhada dos expurgos de milhares de intelectuais das universidades. Alguns investiram contra o nazismo formando nos países de exílio, como no caso do Brasil, Argentina e Estados Unidos, um círculo de resistência, unidos por um fio invisível: o da utopia, vislumbrando um mundo delineado pela paz, pela ética e justiça social.

Notas e referências

¹ Walter BENJAMIN (Ed.), *Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*, 7ed., Trad. Sérgio P. Rouanet, São Paulo, Brasiliense, 1994, pp. 197-221.

² O inventário, cadastramento e reconstituição das trajetórias de vida dos escritores refugiados do nazifascismo no Brasil está sendo desenvolvido pelos pesquisadores e bolsistas do Projeto FAPESP “De apátrida à cidadão brasileiro”, sob a minha coordenação junto ao LEER- *Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação*, do Departamento de História, FFICH-USP. Consultar o site: www.arqshoah.com.br. Importante estudo sobre os refugiados de língua alemã no Brasil foi realizado por

- Marlen ECKL, “Das Paradies ist Überall Verloren”. *Das Brasilienbild Von Flüchtlingen des Nationalsozialismus*, Frankfurt, Vervuert Verlag, 2010; e por Gudrun FISCHER, em colaboração com Susanne BEHREND, Elisabet FISCHER e Christiane Rüddenklau, *Abrijo no Brasil. Judias Alemãs em Fuga do Terror Nazista*, Tradução Sibylle Wendel, São Paulo, Brasiliense, 2005.
- ³ Getúlio Dorneles Vargas (1882- 1954) é reverenciado pela historiografia brasileira com um dos mais importantes políticos do século XX. Advogado de formação, marcou seu espaço como líder do movimento político que, em 1930, colocou fim ao mandato de Washington Luís, presidente da República em exercício, e impediu a posse de Júlio Prestes, presidente eleito em 1 de março de 1930. Para alguns historiadores este ato foi um golpe que culminou com o mandato de Getúlio Vargas durante quinze anos consecutivos (1930-1945); para outros que adotam a versão oficial propagada pelo próprio governo Vargas, é de que ocorreu uma revolução que depôs a “República Velha”, expressão utilizada pelos revolucionários para explicar o golpe e justificar a presença do grupo no poder. Ver J. W. F. DULLES, *Getúlio Vargas: Biografia Política*, Rio de Janeiro: Renes, s.d. [1ed.1967]; Boris FAUSTO, *A Revolução de 30: Historiografia e História*, São Paulo, Brasiliense, 1970.
- ⁴ Maria L. Tucci CARNEIRO, *Brasil Judaico. Mosaico de Nacionalidades*, São Paulo, Edit. Mayannot, 2013.
- ⁵ Sobre estas questões, ver Rogério DEZEM, *Matizes do “Amarelo”: A Gênese dos Discursos sobre os Orientais no Brasil, 1878-1908*, São Paulo, Associação Editorial Humanitas; Fapesp; LEI, 2005; Márcia Yumi TAKEUCHI, *O Perigo Amarelo: Imagens do Mito, Realidade do Preconceito*, São Paulo, Humanitas; Fapesp, 2005; Maria Luiza Tucci CARNEIRO, *O Anti-semitismo na Era Vargas: Fantasmas de uma Geração, 1930-1945*, 3ed. São Paulo: Perspectiva, 2001[1ed. 1988].
- ⁶ Renato KEHL, *Eugenia e Medicina: Problema da Vida*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1923; *Lições de Eugenia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1935; *Conduta*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1934; *Por Que Sou Eugénista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1937; *Utopia da Felicidade Coletiva*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1933. Dentre os estudos sobre Eugenia no Brasil ver: Maria Lúcia BOARINI (org.), *Higiene e Raça como Projetos: Higienismo e Eugénismo no Brasil*. Maringá, Eduem, 2003, pp. 165-183; Ricardo Augusto dos SANTOS, “Estado e Eugénismo no Brasil”, Sônia Regina de MENDONÇA, *Estado e Historiografia no Brasil*, Niterói, Eduff, 2006.
- ⁷ BR, Decreto-lei nº 1.532 de 23 de agosto de 1938, in: *Manuais da Legislação Brasileira*, Vol. XLVIII, São Paulo, Editora e Publicações no Brasil, [s.d.]. Biblioteca da Faculdade de Direito/USP. Sobre este tema ver: Maria L. Tucci CARNEIRO, cit.; Maria L. Tucci CARNEIRO, “A biotipologia do imigrante ideal: nem negro, nem semita, nem japonês”, Maria L. Tucci CARNEIRO; Márcia Yumi TAKEUCHI, *Imigrantes Japoneses no Brasil*, São Paulo, Edups; Fapesp, 20010; Fábio KOIFMAN, *Imigrante Ideal. O Ministério da Justiça e a Entrada de Estrangeiros no Brasil (1941-1945)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.
- ⁸ Discours de M.Taylor, Presidente da Conferência de Evian, 1938. *Anexo ao Ofício 12 de Hélio Lobo para Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores*, p. 3. Genebra, 26 de julho 1938. *Ofícios Recebidos*, 101.34. Lata 643, Maço 9769. AHI/RJ. Ver Maria Luiza Tucci CARNEIRO, *Cidadão do Mundo. O Brasil Diante do Holocausto e dos Refugiados do Nazifascismo, 1933-1948*, São Paulo, Perspectiva, 2012 (Traduzido para o alemão por Marlen Eckl: *Welbürger. Brasilien und die Jüdischen Flüchtlinge, 1933-1948*, Berlin, Lit Verlag, 2014).
- ⁹ Ofício Reservado nº 2 , de Hélio Lobo para Oswaldo Aranha., Ministro das Relações Exteriores, Genebra, 16 de Julho de 1938, *Ofícios Recebidos*, 101.34. AHI/RJ- Arquivo Histórico do Itamaraty, RJ.
- ¹⁰ *Ibid.*, p. 14.
- ¹¹ Fábio KOIFMAN, cit., pp. 401-418.
- ¹² BR, Decreto-Lei nº 3175, de 7 de abril de 1941. Ver Jeffrey A. LESSER, cit., p. 241.
- ¹³ Aviso Reservado n. 413.353, enviado por Eurico Gaspar Dutra, Ministro da guerra, para Francisco Campos, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro, Novembro de 1940. Arquivo Nacional, apud Fábio KOIFMAN, op. cit., p. 178 e nota 328.
- ¹⁴ Carta de Manoel Marcondes Rezende à Getúlio Vargas. São Paulo, 15 de Setembro de 1940, anexada ao Processo 7.067/41. MJNI, p. 50 e 27, apud Fábio KOIFMAN, cit., p. 175.
- ¹⁵ Izabela Maria Furtado KESTLER, “Recepção da literatura em língua alemã do exílio nos países de origem dos exilados após o término do regime nazista na Alemanha e Áustria”. Artigo disponível em <http://www.apario.com.br/index/boletim40/EXILREC1.pdf>. Consultado em 20.08.2013.

-
- ¹⁶ Cartas de Hermann Mathias Görden, Presidente da Deutsch-Brasilianische Gesellschaft E.V. (Sociedade Teuto-Brasileira) à Maria L. Tucci Carneiro. Bonn, 26 de setembro e 26 de junho de 1990. Arqshoah-LEER/USP.
- ¹⁷ R. CAMPOS, “Um amigo do Brasil”, *Jornal do Brasil*, 1994. Acervo H. M. Gorgen, Bonn, Alemanha.
- ¹⁸ Marcos Fabio Campos da ROCHA, “Romances e resgates: o confronto com o passado como gênero literário”, in: *Graphos*. João Pessoa, Vol. 13, N. 1, Jun./2011. Disponível em pdf: www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/graphos/article/download/10251/7233
- ¹⁹ A. FISCHER, “Brasil, refúgio de intelectuais”, em: *O Cruzeiro*, 15 de dezembro de 1945, p. 25.
- ²⁰ Ver resenha do livro *Sonho Ruim*, de Georges Bernanos, por Andrea KAHMANN *Amalgama: Atualidade & Cultura*, publicada em 31/05/2013. <http://www.amalgama.blog.br/05/2013/um-sonho-ruim-georges-bernanos/>
- ²¹ *Essais et Écrits de Combat*, Tomo II, Paris: Gallimard, “Bibliothèque de la Pléiade”, 1995, p. 203.
- ²² “Georges Bernanos e o Brasil”, Biblioteca França-Brasil. Disponível em http://bndigital.bn.br/francebr/georges_bernanos_port.htm. Ver também Hubert Jacques SARRAZIN, *Bernanos no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1968.
- ²³ *Carta de Georges Bernanos à Raul Fernandes*. Bandol, 1º de março de 1946, apud [Autor não identificado]. “Georges Bernanos e o Brasil”. http://bndigital.bn.br/francebr/georges_bernanos_port.htm. Consultado em 19.08.2013.
- ²⁴ Izabela Maria FURTADO, cit.
- ²⁵ “Souberam os brasileiros CRIAR ninho e deserto de tristeza, de Depressão e de angústia oásis de calma, de serenidade e de confiança no Futuro.”, apud Ernest BECHER, “Encontro com Souza Dantas em Vichy”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 Abril de 1954.
- ²⁶ Maria Luiza Tucci CARNEIRO; Dieter STRAUSS, *Brasil, um Refúgio nos Trópicos - Brasilien, Fluchtpunkt in den Tropen*. São Paulo, Estação Liberdade, 1996.
- ²⁷ J. GUINSBURG; Plínio MARTINS FILHO (Orgs.), *Sobre Anatol Rosenfeld*. São Paulo, Com-Arte, 1995
- ²⁸ Izabela Maria Furtado KESTLER, *Exílio e Literatura: Escritores de Fala Alemã durante a Época do Nazismo*, Tradução Karola Zimber, São Paulo, Edusp, 2003.
- ²⁹ Maria Luiza Tucci CARNEIRO, *Livros Proibidos, Ideias Malditas*, 2ed., São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.
- ³⁰ Maria Luiza Tucci CARNEIRO, “Trilogia dos estigmas”, Dieter STRAUSS (org.), *Não Olhe nos Olhos do Inimigo: Olga Benário e Anne Frank*, São Paulo, Paz e Terra, 1995, 39-50
- ³¹ Marina Rago MOREIRA, “Alice Brill, retratos de uma metrópole”, *Primeiros Escritos*, n. 18, junho, 2012. http://www.labhoi.ufr.br/sites/default/files/AliceBrill_rev.pdf. Consultado em 25.12.2013.
- ³² Izabela Maria Furtado KESTLER, cit.

O Estrangeiro um romance-manifesto: matrizes, representações, apropriações e propostas na obra de Plínio Salgado

Maria Izilda Santos de Matos*
Leandro Pereira Gonçalves**

Estes escritos analisam *O estrangeiro*, o romance-manifesto escrito por Plínio Salgado, em 1926. Buscou-se recuperar as matrizes, representações, apropriações e propostas do líder da Ação Integralista Brasileira (AIB), para tanto foi rastreada a sua trajetória na década de 1920, seus interlocutores políticos e intelectuais (modernistas e eugenistas paulistas), a fim de recuperar suas propostas nacionalistas, sua oposição ao cosmopolitismo, visões sobre o estrangeiro e indicações para as ações imigrantistas, presentes na obra.

Trajatória, ações e inserções na capital modernista

“Convença-te a ti mesmo e depois convencerá os outros.”
Plínio SALGADO

Plínio Salgado nasceu no interior do estado de São Paulo, em São Bento do Sapucaí, no ano de 1895, onde, ainda jovem, alcançou posição de destaque intelectual e político. Na década de 1920, transferiu-se para São Paulo, iniciando uma nova trajetória intelectual, cultural e política.

Na capital paulista, Plínio procurou integrar-se a grupos intelectuais, buscando perspectivas culturais e políticas. Inicialmente, por meio da apresentação de Nuto Sant’Anna¹, que já havia publicado alguns dos seus trabalhos no *Correio Paulistano* (órgão oficial do Partido Republicano Paulista – PRP), conseguiu uma colocação como suplente de revisor, não tardaria a ser promovido, em virtude da intercessão de Menotti del Picchia, naquela época, chefe de redação.

* Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutora em História pela USP. Pós doutorado Université Lumière Lyon 2 (rança(1997). Pesquisadora 1 A do CNPq.

** Professor Adjunto da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com estágio (*Junior Visiting Fellow*) no ICS da Universidade de Lisboa.

A atuação nos jornais possibilitou contatos com intelectuais paulistanos, ele foi, aos poucos, agenciando sua inserção cultural que se tornou base para a sua formação nacionalista, literária e política.

“Na redação do órgão oficial do Partido Republicano Paulista ele encontra o ambiente político e intelectual de que necessitava. Os jornalistas estão em contato permanente com os dirigentes do Partido, o que abre a possibilidade de uma eventual carreira política. Na situação de Salgado, jovem e ambicioso e oriundo de uma pequena cidade do interior, esta é a situação ideal. Ao mesmo tempo um ambiente intelectual de vanguarda, já que a maioria dos redatores apoia o movimento modernista, do qual o redator-chefe, Menotti del Picchia, é um dos líderes.”²

Os primeiros anos de Plínio em São Paulo foram caracterizados pela turbulência econômica e contextualizados por divergências políticas entre as elites dominantes, as tensões explícitas sinalizavam para o esgotamento do sistema oligárquico, levando a emergência de novos movimentos políticos, sociais e culturais, como: o tenentismo, a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), a realização da Semana de Arte Moderna e a criação do Centro Dom Vital (que tinha como ação central a luta anticomunista).

A expansão da cidade de São Paulo esteve vinculada diretamente aos sucessos e/ou dificuldades da economia cafeeira, consolidando-se como centro econômico e político, polo de desenvolvimento fabril, mercado distribuidor e receptor de produtos e serviços, atrelando-se ao pioneirismo em várias áreas com avanços tecnológicos e tornando-se vanguarda nas contendas culturais, com o Movimento de 1922.

Na década de 1920, cresceram os questionamentos às influências estrangeiras, uma emergente elite intelectual propunha rupturas e levantava a bandeira em defesa de uma cultura estritamente nacional, buscando independência em relação ao exterior e posicionando-se à frente do resto do país, considerado atrasado e arcaico.³ O Modernismo, além de um movimento artístico e intelectual, foi também manifestação política⁴, no sentido de uma cultura política de contestação à situação então vigente.

“Emerge daí um sentimento de hegemonia que estabelece, aos poucos, uma espécie de cisão no programa restaurador das minorias ilustradas, marcada, de um lado, pela aspiração de liderança da geração que surge, e, de outro, pela transformação dessa liderança numa arma de combate à nossa submissão literária a Portugal e à Europa, de uma maneira geral.”⁵

Plínio foi muito influenciado pelos debates daquele momento, particularmente, pelo movimento modernista, questão nacionalista e proposta da eugenia paulista, era o solo fértil de que o autor necessitava para se aprimorar intelectualmente, apropriando-se destas matrizes que foram acrescentadas às de sua formação, em São Bento do Sapucaí.

Com o intuito de ampliar seus relacionamentos, entre 1920 e 1921, publicou na respeitada *Revista do Brasil*⁶. Fundado em 1916, este periódico foi adquirido por Monteiro Lobato (1918) que abriu espaço para novos escritores, consolidando a revista como expressão dos valores nacionalistas e visando ao aprofundamento da análise cultural.⁷

Os questionamentos e a busca de rompimento em relação à influência europeia marcaram as ações ocorridas na Semana de Arte Moderna, nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo. O evento contou com a presença de um grupo considerado inovador e que buscava, seja por meio da denúncia seja pela ironia e deboche, integrar o Brasil num processo de mudanças. Segundo Plínio Salgado: “Estávamos todos preparados para o grande movimento. Faltava aglutinar. E isto foi feito em fevereiro de 1922”.⁸ O autor completa: “Estávamos em 1922, ano do centenário da independência e também da revolução literária que trouxe o modernismo às nossas letras, sob a influência da Itália e da França, principalmente da França.”⁹

Na Semana de 1922, Plínio Salgado apresentou um texto denominado *Arte brasileira*,¹⁰ que fazia parte de uma série de reflexões, também encontradas em *A poesia em São Paulo no ano do centenário da independência*¹¹. O ano foi também de composição de alguns poemas, com poucas repercussões, com exceção de *O Eco*¹², poesia publicada originalmente no periódico modernista *Klaxon*, em novembro de 1922. Este momento tornou-se emblemático para o autor, um passaporte para a saída do anonimato, possibilitado pelos contatos estabelecidos e pela inserção nos circuitos culturais.

Contudo, a importância do autor no movimento de 1922 foi questionada, considerada “a fresta por onde se insinua Plínio Salgado para uma primeira saraiva no ideário de 22”¹³ ou “permaneceu em áreas de sombra no movimento [...] nos camarins da Semana”.¹⁴ Mário de Andrade não o reconhecia como participante do grupo, e afirmava: “Plínio Salgado que, vivendo em São Paulo, era posto de parte e nunca pisou nos salões” modernistas.¹⁵ Em 1968, lembrando os acontecimentos, Plínio destacava:

“Dois fatos influíram no sentido de trazer à nova geração as inquietações de que resultou a chamada ‘Semana de Arte Moderna’: o conhecimento do que se passava na Europa, onde surgiam o futurismo, o dadaísmo, o cubismo, o expressionismo, o abstracionismo; e o sentimento nacionalista [...] esses dois fatores levaram a nova geração: 1º) a buscar novas formas de expressão; 2º) a redescobrir o Brasil, pesquisando suas raízes étnicas e históricas, seus elementos dialetais, suas construções sintáticas, seu folclore, seus costumes, suas lendas e fábulas, suas características geográficas, zoológicas e botânicas.”¹⁶

Após o evento, considerado “ponto de partida para as conquistas expressionais da literatura brasileira”¹⁷, explicitam-se as cisões internas entre os participantes do movimento. Vale notar que essas divergências foram percebidas por Plínio, que se posicionou no correr do processo. Em tom memorialístico, Plínio destacava: “após a

Semana de Arte Moderna em 1922, deu-se o que poderemos chamar de *diáspora* dos elementos que a promoveram; entretanto, houve um denominador comum: o sentido brasileiro dos novos literatos e artistas”.¹⁸

A questão do nacionalismo passou a ser o ponto central da luta para a maioria dos intelectuais e artistas que em diferentes perspectivas se organizaram em grupos para expressar suas concepções anunciadas por meio de manifestos. Sendo o primeiro deles o *Manifesto da poesia Pau-Brasil*, lançado por Oswald de Andrade, em 1924.¹⁹

Numa outra vertente política e cultural, em 1929, divulgou-se o Manifesto do Verde-amarelismo que, como em outros manifestos anteriores, apresenta um discurso baseado no nacionalismo cultural e político; mas, inspirado nos regimes autoritários europeus e tendo entre seus principais porta-vozes Plínio Salgado. Na sequência, Plínio fundou o grupo *Anta*: “uma espécie de ala esquerda do *verdeamarelismo*”²⁰, iniciando a radicalização do pensamento com concepções políticas pautadas no ultra-nacionalismo, assumiu esta bandeira em face da convicção da necessidade de difundir a consciência da nacionalidade, encontrando-se aí gênese das propostas da AIB, criticando veementemente os intelectuais que não estabeleciam a conexão entre o cultural e o político.²¹

Nós e os outros: os estrangeiros

“Basta uma laranja estragada para apodrecer um cento delas”
Renato KEHL

A expansão cafeeira pelo estado de São Paulo gerou uma ampla demanda de braços para a lavoura que coincidiu com a crise do escravismo, gerando tensões em torno da questão do trabalho. A elite paulista considerava a imigração subsidiada o meio ideal para o fornecimento de trabalhadores nas fazendas, gradativamente, esta proposta foi institucionalizada em uma política subsidiada pelo Estado e caracterizada pela imigração em massa, contínua e familiar.²²

Os proponentes idealizavam um imigrante laborioso, inteligente, vigoroso, que aspirava à fortuna, representasse o progresso e que reabilitasse o ato de trabalhar, imprimindo uma característica civilizadora ao trabalho, além de “caiar” o país. No correr do processo, se para alguns imigrantes foi possível atribuir adjetivos como: “laboriosos, ordeiros e dedicados”; em outros casos as características que melhor qualificaram eram: “lutadores, contestadores, inconformados com as injustiças sociais”. Assim, geraram-se outras inquietações e questões: quais eram os imigrantes desejados e em contraponto definiam-se os *indesejáveis*. Em 1907, a Lei Adolfo Gordo já deliberava sobre o banimento do estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometesse a segurança nacional ou a tranquilidade pública, tivesse condenações dentro e fora do país por vagabundagem, mendicidade e lenocínio.

As tensões se ampliaram com a participação de imigrantes nos movimentos operários e outras manifestações, particularmente nos anos de 1917-19, gerando novas medidas que visavam ao maior controle sobre as entradas de estrangeiros. As ações de

restrição à entrada de imigrantes e para retirada dos “indesejáveis” (que “comprometessem a segurança nacional” ou “fossem nocivos aos interesses dos poderes estabelecidos”) foram várias e constantemente aperfeiçoadas. (Artigo 72/1891, os Decretos de 1907-1913-1921²³, a Reforma Constitucional de 1926).

Apesar de se considerar a imigração um benefício para o Brasil “como fator eugênico e de progresso”, vista como uma contribuição ao aumento do sangue ariano num país marcado pela negritude, o intenso processo imigrantista gerou conflitos étnicos, xenofobia e preconceitos, presentes no cotidiano de diferentes maneiras e de forma crescente.

Após a Primeira Grande Guerra se expandiu e se institucionalizou a matriz eugenista, desempenhando influências marcantes, ampliando sua ação política e doutrinária. Baseados nos princípios da degeneração e hereditariedade, os eugenistas justificavam a necessidade de promover a regeneração do caráter nacional, por meio de aprimoramentos e seleção eugênicos, interferindo na família e nas leis da hereditariedade, apregoava o exame pré-nupcial e a esterilização obrigatória de indivíduos *degenerados*, regulamentação do meretrício e da imigração.²⁴

Os debates eugenistas não se limitaram aos círculos médicos, os propagadores e seguidores da eugenia social incluíam políticos, juristas, intelectuais e higienistas que referendavam constantemente a matriz básica de sua argumentação – a medicina eugênica.²⁵ A divulgação do ideário eugenista encontrou espaço na grande imprensa: *Jornal do Comércio*, *O Estado de S. Paulo*, *Correio Brasiliense*, sendo publicados com frequência e circulando com intensidade, também por meio da publicação de livros, folhetos e artigos em revistas científicas (*Boletim de Eugenia*), propagando suas ideias em conferências, debates e campanhas, como as de luta contra o alcoolismo, as doenças venéreas e a tuberculose.²⁶

Considerado como aquele que melhor expressou os anseios dos eugenistas e principal mentor, Renato Kehl²⁷ difundiu suas ideias eugênicas, visando regenerar a saúde física, moral e intelectual do homem brasileiro, buscando eliminar elementos de degeneração e aprimorar a raça nacional. Sob a perspectiva da cura e da regeneração, defendia medidas como a separação dos tipos eugênicos, sintetizadas na eugenia preventiva (controle dos fatores disgênicos pelo saneamento), eugenia positiva (incentivo e regulação da procriação dos capazes) e eugenia negativa (evitar a procriação dos considerados incapazes). “Defendo a esterilização para a redução dos degenerados [...] Em suma, para a melhora física, moral e intelectual dos nossos semelhantes, é necessário lançar mão da esterilização, sem prescindir, porém, da prática dos demais preceitos ditados pela eugenia positiva, preventiva e negativa.”²⁸

Neste mesmo sentido, Kehl polemizou as questões em torno da imigração. Sugeriu uma imigração seletiva, regrada e com a proibição da entrada de imigrantes *indesejáveis* que levassem à desorganização social e de difícil assimilação (amarelos, japoneses, chineses, árabes, judeus e negros, *elementos inassimiláveis* indivíduos “cretinos, mentecaptos, – os muito velhos, tarados, loucos, criminosos, degenerados, vagabundos, desordeiros, anarquistas, indesejáveis politicamente”, como ele nomeava). A seleção

incluiria a implementação de uma política imigrantista que financiasse a imigração *ariana*, de “homens ativos e pertinazes” que melhorariam o “estoque genético” da nacionalidade. No livro *Lições de Eugenia*, assim se posicionava:

“... o problema da imigração é de grande importância eugênica. Merece ser tido em alta conta pelos nossos dirigentes. Precisamos de leis severas que estipulem as condições para a entrada de alienígenas no país. Não basta a simples verificação do estado de saúde e da aptidão para o trabalho. Faz-se mister considerar o valor étnico. Há povos que nos convêm, e outros que devemos evitar. O nosso representa verdadeira salada de raças incompatíveis. A nacionalidade está em estado de cólicas: o metabolismo processa-se, irregularmente; os órgãos emunctórios não apresentam capacidade para a desassimilação; cada dia são absorvidos novos elementos inconciliáveis.”²⁹

Assim, o discurso eugênico apresentou pontos básicos para a regeneração social e moral dos cidadãos brasileiros, destacando a luta pela regulamentação da imigração.³⁰ O estrangeiro era visto como elemento de desordem social, estigmatizado como portador de maus hábitos, atitudes e costumes devassos. Num discurso marcado por preceitos fortemente eugenistas e nacionalistas, devendo-se selecionar os mais assimiláveis.³¹

Destacava como modelo os Estados Unidos, sugerindo *leis severas* que estipulassem cotas raciais para a entrada de imigrantes no país, além de implantar um sistema rigoroso de fiscalização dos portos, que selecionasse os imigrantes de acordo com suas características físicas, de saúde e aspectos psicológicos.

O questionamento da imigração aparecia vinculado à sugestão de substituição do subsídio à imigração pela subvenção à procriação, com recompensas aos nacionais que tivessem certo número de filhos “concorrendo para aumentar a população do nosso país”.³²

Nos finais da década de 1910, Lobato se entusiasmou com a eugenia, trocando de missivas com Renato Kehl. Em carta datada de 1918, ele declarava que lastimava o conhecimento tardio de “um espírito tão brilhante” e neste mesmo ano, convidou o cientista para prefaciar o seu livro *O Problema Vital*. Os contatos entre Lobato e Kehl se intensificaram na década 20, quando o eugenista publicou *A Esterilização sob o Ponto de Vista Eugênico* (1921), o escritor se referia a ele como *um D. Quixote científico*.³³

Além de Monteiro Lobato, envolveram-se na questão eugenista outros intelectuais e autoridades políticas, como Roquette-Pinto, Oliveira Viana, Fernando de Azevedo, Vieira de Carvalho, Belizário Penna, Afrânio Peixoto, Miguel Pereira, Miguel Couto, Eduardo Rabelo, Agostinho de Souza Lima. As concepções tornavam-se cada vez mais frequentes no pensamento social, sendo a eugenia vista como símbolo de modernidade cultural, expressão de cientificidade, subentendendo pensar em evolução, progresso e civilização, propostas fortemente presentes no imaginário nacionalista das elites pensantes.

Os eugenistas, contudo, não constituíam um grupo coeso, os conflitos de ideias e concepções ficaram claros durante os debates do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado entre os dias 30 de junho e 7 de julho de 1929, no Rio de Janeiro, presidido pelo antropólogo e diretor do Museu Nacional Roquette-Pinto e tendo como secretário geral, Renato Kehl.

Durante o Congresso, os debates se polarizaram, de um lado estavam os que comungavam das ideias de Kehl (pessimista em relação ao processo de miscigenação, temia que a constante *mistura racial* levasse o país a um processo de degeneração), e de outro os que tinham visão mais positiva sobre a miscigenação (Roquette-Pinto, Fróes da Fonseca e Belizário Penna). A questão da imigração envolveu debates acalorados que se prolongaram por dois dias, evidenciando as divergências, diferentes concepções raciais e sociais dos integrantes do movimento. Belizário Penna e Roquette-Pinto defendiam que a imigração, mais do que uma questão racial, era um “problema político e social”, e sugeriam que se evitassem grupos que formassem *quistos sociais*, que não se misturassem à *raça brasileira*, se opuseram a regulação da entrada de imigrantes com base nas características raciais e hereditárias. Já Kehl e Azevedo Amaral (O problema eugênico da imigração) defendiam as práticas que restringissem a entrada de imigrantes no Brasil, em nome dos *interesses da raça*, uma política rigorosa de seleção e o controle sobre a entrada de elementos *inferiores*, “lastimável de atraso e perturbação social”.

Neste mesmo ano de 1929, Kehl lançou seu livro *Lições de Eugenia*, no qual reafirmava sua simpatia por uma eugenia mais extremada, ao passo que Roquette-Pinto, Fróes da Fonseca, Artur Ramos, entre outros receberiam simpaticamente a obra de Gilberto Freyre, *Casa grande e senzala* (1933) que propunha análises mais sociológicas sobre a diversidade racial e cultural brasileira. (SOUZA, 2006) Contudo, as polêmicas não finalizaram, se estendendo pelas décadas de 1930 e 1940, seja por meio das posturas tomadas pelos partidos políticos (AIB³⁴) seja pelo próprio governo Vargas que implementou medidas restritivas à imigração.³⁵

Entre Bandeirantes, imigrantes e Jecas: intelectuais e nação

“O traço mais saliente da cidade é sua italianidade. Ouve-se mais italiano em São Paulo que em Turim, Milão, em Nápoles por que passo que entre nós se fala o dialeto, em São Paulo todos os dialetos se fundem sob a influência dos vênets e toscanos, que são a maioria, e os da terra adotam o italiano como língua oficial. São Paulo dispõe de cinquenta escolas italianas, numerosíssimas sociedades italianas de música e pintura. Vinhos, pães, automóveis, roupas, tecidos, livros, anúncios, tudo é italiano. Nos empórios veem-se montanhas de latas de tomate siciliano e de massas napolitanas, nas lojas de tecidos figuram todos

os algodões de Lombardi, as nossas sedas de Como, os
nossos chapéus de Florença e de Alessandria”

Gina Lombroso FERREIRO³⁶

Em 1890, envolta em um intenso processo de imigração, a cidade de São Paulo atingiu a cifra de 64.934 habitantes, com ampla presença de estrangeiros, dos quais 76,5% eram italianos³⁷; já em 1900, eram 239.820 habitantes, dos estrangeiros 66,3% eram peninsulares, cerca de 30% da população. Nos anos de 1920, a população mais do que dobrou, atingindo a cifra de 579.033 pessoas, das quais 91.244 eram italianas.³⁸

O crescimento urbano e industrial atraiu uma massa de trabalhadores, particularmente imigrantes, compondo um mosaico diversificado de estrangeiros e de seus descendentes, que juntamente com os migrantes constituíam-se numa multiplicidade de culturas, tradições e sotaques. A diversidade étnica gerava questionamentos, tensões na convivência e xenofobia, esta massa urbana era vista com receio e necessidade de enquadramento, nesse contexto, se procurou garantir o primado da elite tradicional paulista sobre os outros (particularmente os estrangeiros).

Desde os finais do século XIX, quando as elites intelectuais ressaltavam a relevância histórica dos paulistas para a nação e se empenharam em elevar cultural e politicamente São Paulo a posições privilegiadas no panorama nacional, debatia-se a formação étnica dos paulistas, apregoando sua superioridade no quadro da nacionalidade. Institucionalmente, os discursos se difundiam a partir do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP/1894) e da Academia Paulista de Letras (APL).

Nestes campos de luta, reconstruiu-se o papel dos paulistas na formação histórica brasileira e local, por meio da *invenção*³⁹ do mito do bandeirante, compondo uma narrativa histórica que valorizava o português mestiçado com o indígena com seu papel central na condução do processo colonizador, que partindo do Planalto de Piratininga, desbravou os sertões. Os bandeirantes foram romantizados como destemidos desbravadores que alargaram e consolidaram o território nacional, deixando de lado o aventureiro apesador de indígenas.⁴⁰ A simbologia serviu para construir a trajetória paulista como o único e decidido percurso rumo ao progresso, encobrindo conflitos, diferenças e legitimando a hegemonia paulista no governo nacional. Este mito se tornou a marca do espírito paulista (iniciativa, valentia, arrojo, tenacidade) e seus herdeiros (os paulistas de 400 anos) mantinham geneticamente este espírito heroico.⁴¹

Alfredo Ellis Jr. (também integrante do grupo Verde-Amarelo) foi um dos porta-vozes deste discurso, sua reflexão destacava o papel histórico dos bandeirantes paulistas. Construindo uma visão hierárquica da sociedade brasileira, ele se baseava no paradigma eugenista, defendia a tese da superioridade de uma sub-raça paulista (resultado da mestiçagem eugênica) que, com seus valores de trabalho, empreendedorismo, iniciativa de povoar e civilizar o território, também teria se encarregado da expansão da cafeeicultura paulista (vista como um desdobramento das bandeiras).⁴²

Neste quadro de crescimento dos debates nacionalistas e da *invenção* da paulistaneidade⁴³, se advertiam para os efeitos negativos da influência e presença dos imigrantes na sociedade, economia e especialmente nas artes e cultura. A polêmica envolveu as elites pensantes, se inicialmente o imigrante foi almejado como signo de civilidade, progresso e possibilidade de branqueamento do país, a constituição de um *melting pot* passou a incomodar e a presença de estrangeiros *indesejáveis* (seja pelo envolvimento nas lutas políticas seja pela própria ascensão econômico-social e concorrência em certos setores), ampliando os questionamentos.

Desde os inícios do século XX que a temática da imigração já se fazia presente na produção literária, nos escritos de Graça Aranha (*CANAÃ, 1902*) e também no humor, em que se destacaram os escritos de Juó Bananére (pseudônimo de Alexandre Ribeiro Marcondes Machado), cujos textos caracterizados pela crítica social e política denunciavam os contrastes urbanos e as tensões étnico-culturais.⁴⁴

Contudo, com a emergência do movimento modernista, cresceu a presença do tema e da polêmica, sendo focalizada em *Macunaíma* (1928), por Mário de Andrade. Apareciam, de forma mais afetiva e envolta numa linguagem leve, bem-humorada e espontânea, em *Brás, Bexiga e Barra Funda* (1927)⁴⁵, no qual Alcântara Machado relatava o cotidiano dos territórios dos *Italianinhos de São Paulo*, contando os dissabores, tristezas, esperanças, alegrias, perspectivas.

Tanto a ala verde-amarela dos modernistas (Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Plínio Salgado, reunido em torno da redação do *Correio Paulistano*) como o movimento da Antropofagia (Manifesto Pau-Brasil/1924, Manifesto Antropofágico/1928), apesar das divergências, observavam a vocação da cultura paulista para o caldeamento racial.⁴⁶ “A doutrina dos verde-amarelos confere especial ênfase ao papel dos imigrantes na construção da nacionalidade [...]. No entanto, toda essa constelação de fatores positivos só se sustenta em função da positividade do meio [...] porque se incorporaram ao espírito paulista.”⁴⁷

Os verde-amarelos se preocupavam com o papel do imigrante, valorizavam os que se integravam, contribuindo para o progresso e dentro da ordem, questionavam os não adaptáveis, ou que se isolavam em grupos fechados (quistos).⁴⁸ Diante destas dificuldades, Oliveira Vianna e Alfredo Ellis propunham a seleção de imigrantes por meio de uma “fiscalização eugenizadora”. Del Picchia, apesar de sua ítalo descendência, observava que seria uma possibilidade se não houvesse tanta necessidade de mão de obra, e salientava que

“... todos os braços são bons, quando são sadios moral e fisicamente, e estão habituados no trato da terra [...] O que se deverá evitar como necessária providência política, será o enquistamento de grandes núcleos sinegenéticos em zonas de difícil acesso, onde se ilhariam sem possibilidades de cruzamento, bem como a entrada de elementos defeituosos ou poucos sadios, rebeldes à disciplina social, práticos à ordem ...”⁴⁹

Constituiu-se um ambiente frutífero para a discussão do estatuto do Brasil, representado como um país jovem, e as referências aos imigrantes apareceram problematizando-se o caldeamento, a miscigenação e acirrando as discussões que envolviam a questão nacional.⁵⁰ Buscavam-se as raízes e a autenticidade da nação identificando-a com o homem interiorano (sertanejo, caipira e também os Jecas Tatu). Desde meados da década de 1910, quando Lobato caracterizou o Jeca.

“Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra recua para não adaptar-se..”⁵¹

Assim, eram reforçadas as características negativas do Jeca Tatu (alheio à ideia de pátria, indolente, apático, impenetrável à civilização) e, por causar polêmica, o próprio Lobato reviu sua proposta no artigo *Jeca Tatú, a ressurreição*, incluído em *Problema Vital* (1924), prefaciado por Renato Kehl.⁵²

Em oposição, o caipira era apresentado como trabalhador, forte, inteligente, arguto, maleável, dócil, sentimental, afetivo e sincero, apesar de intimidado no meio urbano, Cornélio Pires foi o porta-voz desta imagem. Ele, além das publicações (prosa e poesia), gravações, espetáculos (encenações e música, apresentando violeiros e grupos musicais), foi o grande divulgador, por intermédio do rádio, da cultura caipira.⁵³

Destacando que a sua missão era refletir sobre a nação e propondo um nacionalismo afirmativo de crença no Brasil, os verde-amarelistas também se posicionaram.⁵⁴ Eles criticavam a visão negativa do sertão e do homem do interior (representado por Jeca Tatu), identificando-o como fruto das condições precárias de vida, doença e pela falta de instrução no meio rural. As apreciações apontavam para o artificialismo das cidades, salientando os males do cosmopolitismo e destacando a comunhão do homem e da natureza, valorizavam o sertão e o sertanejo como o lócus e símbolo da nacionalidade⁵⁵

Desde 1917, quando publica o poema *Juca Mulato*⁵⁶, Menotti Del Picchia apresentava um caboclo “forte como a peroba e livre como o vento”, identificando-o elemento original e integrador do nacional. Destacava que o homem do interior (Planalto de Piratininga) era “um tipo tão prodigioso de energia física e de iniciativas, que conseguiu desbravar, fixar-lhes as fronteiras, possuir e defender uma das pátrias geograficamente maiores do mundo”⁵⁷

Já Cassiano Ricardo, em *Martim Cererê* (1928), ao buscar as tradições populares, exaltando o país e suas potencialidades, destacava a importância de transmitir os valores da nacionalidade. Desenvolveu, assim como outros membros do grupo verde-amarelo, uma crítica sistemática ao Jeca e, contrapondo-se a ele, valorizava o bandeirante e o cafeicultor, pela iniciativa e valor, empreendedorismo e capacidade de trabalho.⁵⁸

Da mesma forma, em 1926, Plínio Salgado se dedicou ao conjunto destas reflexões em *O estrangeiro*.

“O meu primeiro manifesto integralista foi um romance”: O estrangeiro

“O meu primeiro manifesto integralista foi um romance. Quatro anos levei a meditá-lo e a escrevê-lo, desde uma luminosa manhã de setembro em que viajei pelo sertão paulista, onde o Tietê explode nas pedreiras do Avandava.” Plínio SALGADO

Plínio considera que os anos seguintes à Semana de Arte Moderna foram para reflexões internas. Em 1926, lançou sua principal obra ficcional – *O estrangeiro* –, neste mesmo ano também entrou efetivamente na política. “A tentativa de renovar o partido fracassa, mas Salgado permanece ligado ao PRP até a Revolução de 30. Em 1927, com o sucesso de *O estrangeiro*, recebe convite para se apresentar às eleições legislativas e é eleito deputado estadual em São Paulo, juntamente com Menotti del Picchia.”⁵⁹

Com a publicação do romance e o mandato de deputado estadual, ele alcançou reconhecimento, “transforma-se num dos autores mais famosos do movimento. Vale observar que o livro, um dos primeiros romances modernistas, recebeu excelente acolhida – a primeira edição esgotou-se em 20 dias”.⁶⁰ Recebeu também críticas favoráveis, no jornal *A Manhã* do Rio de Janeiro, Monteiro Lobato, destacou: “Vem de S. Paulo um livro que vale pela mais pura revelação artística destes últimos tempos. *O estrangeiro*, de Plínio Salgado [...] Todo o livro [...] é uma inaudita riqueza de novidades bárbaras, sem metro, sem verniz, sem lixa acadêmica – só força, a força pura [...] Plínio Salgado é uma força nova com a qual o país tem que contar.”⁶¹

A defesa de Monteiro Lobato foi uma surpresa, uma vez que era de conhecimento a rispidez com a qual este tratava os modernistas. Apesar de Lobato ser um defensor do nacionalismo, assim, como a maioria modernista, ele não compactuava com os rumos do movimento, transformando-se em seu crítico ferrenho.

O romance *O estrangeiro* revela a inquietude do autor em relação aos caminhos da sociedade brasileira, não só com as transformações que atingiam o campo, mas, particularmente, com o crescimento urbano e industrial e a questão a identidade nacional. Ele não considerava a urbanização o melhor caminho para o crescimento do Brasil; pois, nas cidades frutificavam os males sociais como o imperialismo econômico (liberalismo) e o doutrinário (comunismo), que comprometiam a alma nacional: “A tendência das cidades é para a desnacionalização”.⁶²

O autor apregoava que a pureza da nação assentava-se num contexto ruralista, conservador e cristão, baseando-se na figura do caboclo Menotti del Picchia referia-se elogiosamente a Plínio como: “caboclinho enxuto, nervoso e formidável”.⁶³ O próprio Plínio se reconhecia como modelo de brasileiro: “Minha mentalidade, desurbanizada e cabocla, debalde tem procurado sentir como o homem da fábrica ou do gabinete, da

burocracia ou dos salões. Acredito que a grande maioria do país está em idêntica situação”.⁶⁴

Seu anticosmopolitismo também se expressou no Manifesto de outubro, de 1932, e em *Geografia sentimental*, de 1937, quando o autor reafirmava a posição:

“Eu fui rever este ano as velhas saudades apagadas pelo tumulto cosmopolita das capitais. Fui visitar as cidades do interior da minha Pátria. [...] Fui ver as farmácias onde o doutor juiz de direito conversa com o vigário sobre a instituição da família e o velho chefe político diz que o diretório está firme. Como eu tinha saudades destas coisas! [...] Cidadezinhas da minha Pátria! Como são todas iguais”⁶⁵

No romance, percebe-se “o diagnóstico da civilização brasileira, na qual se conjugam o antiliberalismo, o anticomunismo e o anticosmopolitismo, o tema do mal urbano surgiu aqui como um eixo central do pensamento político de Plínio Salgado”.⁶⁶ Partindo destes vieses, o autor apontou recorrentemente a necessidade de se alertar para as inter-relações entre o cosmopolitismo e a imigração:

“Nos países de imigração, como o nosso, as cidades vão se tornando, pouco a pouco, consciências isoladas na Grande Consciência. Falta-lhes, para a perfeita harmonia nacional, o liame das tradições e dos costumes, a consciência histórica, a unidade de sentimento. Forças diversas atuam sobre nossos centros mais populosos, estabelecendo o entrecchoque de correntes religiosas, de doutrinas políticas, de credos literários, de processos comerciais; e de tudo resulta o resfriamento gradual de nossas energias próprias. Essas forças se anulam em contraposição umas das outras, e o resultado fatal é uma permanente crítica negativista, que se infiltra como um veneno na alma de nossa gente. [...] Estas considerações me levam a crer na imensa necessidade de um levantamento da fé brasileira, de uma coordenação de forças novas, de uma intensa afirmação nacional. O Brasil precisa salvar-se do mal urbano [...] A mocidade brasileira tem necessidade de levantar-se, num movimento de fé.”⁶⁷

Em *O estrangeiro*, o autor exaltava e defendia o universo rural, símbolo da pureza nacional, decisivo para a existência do nacionalismo e denunciava a influência negativa que as metrópoles tinham sobre as zonas interioranas. Na obra o professor Juvêncio expressava seu anticosmopolitismo, identificando o urbanismo com o fim da nacionalidade.

Como apontado, a questão imigratória foi reiteradamente discutida na literatura brasileira desde o século XIX, mas, no período modernista ganhou destaque objetivando refletir sobre as transformações pelas quais o país passava no século XX. “O estrangeiro é um romance essencialmente brasileiro, não apenas paulista, porque São Paulo é o Estado que maiores correntes migratórias receberam, internas e externas, havendo, portanto, de dar, ele próprio, o tipo brasileiro, graças a essa particularidade.”⁶⁸

Plínio Salgado refletia sobre o papel do imigrante no sentido da formação da sociedade brasileira, alertando sobre a entrada dos estrangeiros e, conseqüentemente, a invasão da cultura exterior. O autor declarava não ser contra a imigração, analisando a sua importância no processo de crescimento do país.⁶⁹ No romance foi dado tratamento destacado para as questões da imigração, colocada como um processo que poderia ocorrer, mas com segurança e de forma seletiva.⁷⁰

A narrativa se inicia no porto de Santos, com a chegada dos imigrantes, e os momentos de destaque ocorreram na pequena cidade de Mandaguary, também envolvendo como cenário São Paulo e Campinas. A escolha de uma pequena cidade como o lócus da trama e onde os cidadãos submetiam-se às vontades dos chefes regionais, contrastava com o cenário urbano, no qual o intenso avanço capitalista industrial era identificado como o elemento causador da destruição humana.

Na obra, observa-se uma intertextualidade, o narrador, que só se identifica ao final – é o mestre-escola Juvêncio –, que além de protagonista, é o narrador e alterego do autor.

“Na última página, cobrindo-se com as vestes do mestre-escola Juvêncio, nacionalista convicto, praticante. A autoria do romance, duplamente atribuída a ele e ao personagem, impõe uma duplicidade ao texto que me intrigou e norteou a(s) leitura(s). Salgado na persona de Juvêncio cria Ivan, seu duplo, o outro que só poderia existir fora dele. Fica explícito que, para Plínio Salgado, a concepção de nação, construção intelectual, exige a figura da alteridade para, no modo do espelho, ganhar forma, adquirir particularidade”.⁷¹

A montagem narrativa gira em torno de uma trama: de um lado, o imigrante italiano bem sucedido pelo trabalho árduo e hábitos de poupança; de outro, a história de Ivan, militante revolucionário perseguido pela polícia czarista, personagem que divide a cena com o professor Juvêncio.

O autor explicitou que seu propósito no romance era realizar reflexões complementares aos seus objetivos políticos. Apesar de no “romance não apontar uma solução para a sociedade brasileira. Faz vagas menções a um tempo ainda indefinido”⁷², podendo-se observar suas matrizes, apropriações culturais e políticas que seriam as bases para a constituição da AIB.

“Mas, a verificação desses males não determina em Plínio Salgado uma atitude pessimista e descrente. Pelo contrário, ele acredita ainda nas reservas morais da sociedade e espera o seu reerguimento total. E não se limita a fixar em sua obra o resultado de sua observação, mas apresenta soluções para os nossos problemas. Seus romances não formam, pois, uma obra de ficção com objetivo puramente literário, mas a expressão da sua ideologia, da sua constante preocupação com o povo brasileiro, do seu estudo dos problemas nacionais”⁷³

O estrangeiro é um romance que ocorre no ambiente de questionamento do projeto imigrantista, o autor propõe uma explicação: “Trecho de história do Brasil: os naturais,

por seu gênio erradio, não se prestavam à faina agrícola. Foi necessário instituir a escravidão africana. Os negros eram comprados nas feiras. A libertação dos escravos coincidiu com a República e esta com o desenvolvimento da lavoura. Abriram-se as portas à imigração.”⁷⁴

O início da obra narra a chegada dos primeiros imigrantes, focando a análise nos italianos, identificados pela família Mondolfi e sua ascensão econômica. Carmine Mondolfi economizou, comprou terras e tornou-se uma figura de destaque na colônia, ajudando a fundar a sucursal da escola Dante Alighieri, reduto e símbolo da italianidade.⁷⁵

A partir desse processo, analisa a situação do brasileiro (caboclo) em face da chegada dos italianos. Sobre a presença dos estrangeiros é possível notar posturas divergentes, como porta-vozes das diferentes visões sobre os imigrantes: certos personagens não aceitavam a presença do imigrante, alguns os suportavam e outros usufruíam do seu trabalho.

Paralelamente, o romance caracteriza os bandeirantes como aqueles que “conquistaram as imensas terras que formam hoje o grande Brasil”⁷⁶ e que representavam “o sentido profundo da Unidade do Brasil”.⁷⁷ Sobre os bandeirantes⁷⁸ complementava:

“Os Bandeirantes deixavam suas famílias em Piratininga (onde hoje está a capital de São Paulo) e passavam muitos anos no mato, lutando contra as feras e contra os índios, procurando ouro e diamantes. [...] O que os Bandeirantes fizeram de mais importante foi conquistar para nossa Pátria o imenso território. Desde um tratado de limites que Portugal e Espanha fizeram, numa cidade chamada Tordesilhas, esse território devia pertencer à Espanha. [...] Não é justo – diziam – que estas terras pertençam aos que não as desbravam.”⁷⁹

Em um diálogo com o mestre-escola Juvêncio, o russo Ivan indaga o professor sobre quem era o verdadeiro caboclo:

“Ivan queria ver um caboclo autêntico. Contou-lhe o amigo que eram raros. Quase todos estavam no sertão. Poucos ficaram nas redondezas, cantando a viola, empalamados. Alguns – pequenos agricultores, taverneiros, carreadores ou peões, exceção feita ao Zé Candinho –, andavam por ali, mas guardavam poucos traços do caboclo genuíno, ou antes, eram uma expressão inferior do caboclo. O legítimo, esse prosseguia a sua faina, rumo às brenhas, afastando-se da onda de absorvente dos estrangeiros. [...] Os que partem são fortes como fundadores de países. Os que ficam, são como seu Indalécio, olhos morteiros, toadas monótonas nos lábios...”⁸⁰

Outro personagem afetado pela imigração foi Nhô Indalécio, personagem que representa um grupo da sociedade que não tinha poder de reação, seus membros eram considerados pobres caipiras, decadentes, que não acompanhavam o avanço da

sociedade, virando reféns dos imigrantes. Desse modo, critica a apatia da sociedade brasileira diante dos italianos (Carminé Mondolfi) que alcançavam o enriquecimento, promovendo o abandono dos caboclos da terra, que não tinham forças para enfrentar a situação. Uma passagem do romance envolvendo o “caboclo domesticado: Nhô Indalécio”⁸¹ e o agressivo administrador da fazenda, Martiniano, permite verificar a relação de violência existente:

“Aconteceu que os porcos de Nhô Indalécio aventuraram excursões pela fazenda. Martiniano mandou avisá-lo, ‘Que mataria os bichos.’ Indalécio pôs mais um fio de arame na cerca. Os suínos eram teimosos. Romperam a barreira, entraram insolentes como hussards. Troaram tiros de espingarda. Seguiu-se uma proclamação. ‘Que não se queixe a polícia, se não quiser levar umas lambadas, com este chicote.’ Nhô Indalécio mandou dizer que não se queixava à polícia. Entregava a injúria nas mãos de Deus.”⁸²

Martiniano representa uma tendência xenófoba⁸³, no decorrer da narrativa, deixou a fazenda migrando para a cidade, encantando-se com o cosmopolitismo, passando a ridicularizar os moradores do interior e revoltando-se contra os imigrantes que enriqueceram, denunciando-os como repressores dos brasileiros.⁸⁴

Na trama do romance também se destacam Pantojo e o major Feliciano que aceitavam a imigração, buscando se beneficiar dela. Apesar de, em certos momentos da obra, major Feliciano se mostrar nacionalista:

“O major Feliciano não admitia que estrangeiros governassem. Em Mandaguary, o prefeito era italiano; o coletor sírio; e italianos e espanhóis havia no Diretório e na Câmara. Caipiras inconscientes acompanhavam-nos e o Governo o que queria eram votos. Ostensivamente, em quase todas as cidades, fundavam-se as celebérrimas ‘Dante Alighieri’ e as escolas onde as crianças aprendiam, antes de mais nada, a língua italiana. Um absurdo dizia.”⁸⁵

Em outros momentos, quando o Major alcança uma posição de destaque na política local, estrategicamente, altera seu comportamento, com a intenção de manter acordos com os imigrantes: “O major Feliciano fazia parte dos brasileiros que aprovavam a imigração e adequava-se aos estrangeiros, estabelecendo um acordo com eles e com eles se identificando e alheando-se às coisas brasileiras”.⁸⁶ O major relata em uma carta:

“A localidade (Mandaguary) entrou agora num período de grande progresso. O sr. Presidente do Estado prometeu vir, em pessoa, inaugurar o chafariz. Fiz as pazes com o pessoal da ‘Dante Alighieri’ por causa de uma causa que me deram e me rendeu cinquenta contos. De modo que subvencionei a escola e a banda da colônia. Vou conceder a uma companhia de alemães vários favores para o serviço de luz. Havia uma de brasileiros que me dava comissão muito pequena e

achei pouco patriotismo. Espero ir para S. Paulo, deputado, servir o país em mais largos horizontes.”⁸⁷

Cabe salientar, ainda, a presença de Pantojo, que usava os imigrantes em proveito próprio, sem preocupações com o crescimento do Brasil, ele pertencia a um grupo paulista tradicional cuja riqueza proveniente do café permitia-lhe usufruir do luxo mundano, apegado aos estrangeirismos, sustentando as amantes e o vício do jogo.

Resistente aos imigrantes está o mestre-escola Juvêncio, expressão mais próxima de Plínio Salgado, era o símbolo da nacionalidade, para ele, “Pátria é a voz do país saindo pela boca do homem”.⁸⁸ “O tema do nacionalismo aparece na situação burlesca do mestre escola, Juvêncio, estrangulando perante seus alunos, os papagaios que ganhara de presente porque haviam aprendido com seus antigos donos emigrantes a repetir as palavras do hino fascista: ‘Giovinezza, Giovinezza, primavera di bellezza!’ Juvêncio exalava nacionalismo”.⁸⁹

Para o mestre-escola, o avanço e o crescimento em larga escala dos imigrantes eram considerados perigosos para a sociedade brasileira. O momento máximo de insatisfação ocorre quando: “Com foguetes e cerveja, fundou-se em Mandaguary uma sucursal da ‘Dante Alighieri.’ A banda musical ‘Giuseppe Verdi’ compareceu uniformizada, com dragonas e alamares verdes em fardas azul ferrete. Um velho garibaldino fez um discurso dramático.”⁹⁰

Perante tal fato, o professor reagiu: “reabriu as aulas das Escolas Reunidas resolvido a fazer concorrência a ‘Dante Alighieri’, disposto a tudo, a um combate sem tréguas, violenta, arrasadora guerra de extermínio...”⁹¹

O mestre-escola (Plínio Salgado), que revelou, na última página da obra, ser autor da história, considerado o verdadeiro caboclo (brasileiro), tinha como objetivo amar e lutar pelo crescimento da nação, tendo ao lado os imigrantes integrados na luta pela formação de uma pátria forte. O objetivo do escritor era destacar as forças de resistência ao cosmopolitismo e a importância da assimilação do imigrante, para tanto, seria indispensável o processo educacional (catequizador) do estrangeiro:

“As crianças das Escolas Reunidas eram filhos de italianos, espanhóis, japoneses, sírios, mulatinhos espertos puxados ao português. Cantavam o hino nacional e respondiam na ponta da língua, se lhes perguntavam - quem descobriu o Brasil? – Foi o almirante português Pedro Álvares Cabral. [...] A bandeira flutuava – palpitante cabeleira verde – na ponta do caule esguio, que parecia um homem cumprido e entusiasmado. [...] E as vozes afinadinhas: Ouviram do Ipiranga as margens plácidas de um povo heroico o brado retumbante... Juvêncio vibrava.”⁹²

O mestre-escola não admitia o processo de difusão da italianidade que estava se instalando na Dante Alighieri, onde ensinavam: “– Onde nasceu Cristóvão Colombo? –

Em Gênova. – Quem plantou o café no Estado de S. Paulo? – Os italianos. – Quem inventou o automóvel Ford? – O conde Matarazzo”.⁹³

Plínio Salgado não apregoava uma aversão ao imigrante, seu objetivo era refletir sobre quais caminhos a sociedade deveria seguir em face do estrangeiro, com a intenção de criticar os imigrantes que não conseguiam integrar-se, como o russo Ivan, não se desligava do passado, o moscovita não se adaptou à nova terra, não se integrou à vida brasileira; e a falta de perspectiva de futuro levou-o ao fim trágico: o suicídio.

Para o líder integralista, era inviável e desnecessário lutar contra o imigrante, o Brasil precisava deles para o seu crescimento, mas, para que isso ocorresse, devia-se promover a assimilação dos imigrantes. Reconhecia a imigração como algo necessário para o crescimento do Brasil, ainda um “Povo Criança”,⁹⁴ todavia, não poderia estar submerso à “Velha Humanidade”.⁹⁵

Neste romance-manifesto, observam-se as matrizes teóricas da formação do movimento político da AIB. No mesmo ano de lançamento do romance, Plínio leu na Rádio Educadora Paulista um texto que denominou de *oração*, intitulado *Pelo destino do Brasil*, posteriormente publicado no *Correio Paulistano* (1934), fez parte da obra do autor *A quarta humanidade*.⁹⁶ No texto, o autor deixa explícita a sua proposta em relação à imigração:

“As correntes imigratórias, que nos procuram, terão de renunciar o Passado, condição que foi imposta aos nossos avós, quando pisaram a terra americana. E nós devemos acolhê-las, se nos sujeitarmos a quaisquer imposições que tragam o cunho de velhos prejuízos europeus, ou que tenham em mira perpetuar, dentro de nossa Pátria, feições nacionais estrangeiras: Assim, nosso espírito nacional deve estar alerta, para que um cosmopolitismo nocivo não venha retardar a palavra que o Brasil compete dizer um dia ao mundo.”⁹⁷

As apropriações presentes em *O estrangeiro*, particularmente a visão nacionalista, ficaram mais evidentes a partir de 1929, quando do lançamento oficial do Manifesto do verde-amarelismo, mesmo ano que ocorreu o *crack* na bolsa de Nova Iorque com o desencadeamento da depressão, bem como as tensões que culminariam no movimento de 1930, possibilitando a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

“Diante desse panorama, para agir dentro das realidades do país, o que Plínio Salgado tinha a fazer era um trabalho duplo: enquanto procurava despertar as elites através de um movimento literário, tentar criar, dentro dos muros de um dos partidos estaduais mais fortes, uma corrente renovadora. Foi o que, de fato, Plínio Salgado fez, contanto com o prestígio do Sr. Júlio Prestes, quando Presidente de São Paulo.”⁹⁸

Plínio Salgado foi convidado pelo então candidato à Presidência da República, Júlio Prestes “para dirigir a propaganda da chapa: Júlio Prestes – Vital Soares”.⁹⁹ Plínio enxergava esta ação como uma possibilidade de congregar dois elementos: a política e a

intelectualidade. Mas, no meio do processo eleitoral, ele recebeu um convite de Alfredo Egídio de Souza Aranha para acompanhar o cunhado, Joaquim Carlos, em uma viagem à Europa. Viagem que possibilitou outras matrizes para a consolidação da AIB. A trama de influências vindas dos debates políticos e culturais configurou-se em elemento central para a expansão do conservadorismo nacionalismo brasileiro e a ascensão de Plínio Salgado na liderança da AIB.

O romance era visto por ele como a maior expressão do nacionalismo e da forma como o país deveria existir. A partir do sucesso do romance *O estrangeiro*, Plínio firmou-se no campo literário, percebendo-se a priorização das questões políticas pelo autor, transformando obras ficcionais em fontes de ações políticas vinculadas ao integralismo. Talvez esse seja um dos motivos do esquecimento literário de Plínio frente a sua associação ao político doutrinário.

A análise de obras, como *O estrangeiro*, possibilitam revelações sobre o pensamento político subjacente na ficção, as matrizes do pensamento pliniano, a abordagem da política nacionalista, base argumentativa do pensamento integralista, podendo-se recuperar as dimensões políticas expressas pelo autor através da estratégia ficcionista, capaz de construir e *re-apresentar* visões constituídas a partir de referências culturais, contribuindo com as discussões eugênicas, uma vez que o pensamento de Plínio Salgado estava direcionado na criação de uma raça forte, superando a miscigenação que era a marca da inferioridade brasileira em relação aos europeus, elemento discursivo presente com propriedade no romance-manifesto, obra que contribuiu para a fundamentação doutrinária do integralismo brasileiro.

Notas e referências

- ¹ Pseudônimo de Benevenuto Silvério de Arruda, jornalista do *Correio Paulistano* e outros periódicos paulistas. Membro da Academia Paulista de Letras, foi chefe da Documentação Histórica do Departamento de Cultura de São Paulo.
- ² Héglio TRINDADE, *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*, 2ª ed., Porto Alegre, Difel/UFRGS, 1979, 40.
- ³ Por uma ‘inserção compulsória’ na modernidade. O engajamento de alguns intelectuais é compreendido como sendo resultante do momento histórico de expansão imperialista europeia e de difusão de ideias científicas e liberais, responsáveis pela percepção de que as letras eram um importante instrumento de transformação da sociedade. Rebeca GONTIJO, “História, cultura, política e sociabilidade intelectual”, Maria Fernanda Baptista BICALHO; Maria de Fátima Silva GOUVÊA (org.), *Culturas Políticas: ensaios de história cultura, história política e ensino de história*, Mauad, 2005, p. 273.
- ⁴ Francisco ALAMBERT, *A Semana de 22: a aventura modernista no Brasil*, São Paulo, Scipione, 1999, p. 8.
- ⁵ Antônio Arnoni PRADO, *1922 – itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a semana e o integralismo*. São Paulo, Brasiliense, 1983, pp. 25-26.
- ⁶ Na edição de n. 58, de outubro de 1920 da Revista do Brasil, Plínio Salgado publicou seu primeiro texto na capital paulista, intitulado: *Não matará*, trabalho escrito em São Bento do Sapucaí. Plínio SALGADO, “Não matará”, *Revista do Brasil*, Seção de obras de “O Estado de S. Paulo”, n. 58, pp. 142-145, out. 1920.
- ⁷ Márcia CAMARGOS, *Semana de 22: entre vaias e aplausos*, São Paulo, Boitempo, 2002. p. 55.
- ⁸ Plínio SALGADO, A semana da arte moderna no seu cinquentenário (10-05-1972), _____. *Discursos parlamentares*, Seleção e introdução de Gumerindo Rocha Dorea, Série Perfis Parlamentares, Brasília, Câmara dos Deputados, 1982. v. 18. p. 576.

-
- ⁹ Plínio SALGADO, *Sentimentais, Obras completas*. São Paulo: Américas, 1956. v. 20. p. 357.
- ¹⁰ Plínio SALGADO, *Arte brasileira*. (APHRC/FPS-006.004.003). Através de uma versão modificada foi publicado em: Plínio SALGADO, “Arte Brasileira”, Menotti PICCHIA; Cassiano RICARDO, *O curupira e o carão*, São Paulo, Helios, 1927. pp. 31-42
- ¹¹ Plínio SALGADO, A poesia em São Paulo no ano do centenário da independência, *Obras completas: Críticas e Prefácios*, São Paulo, Américas, 1956. v. 19. pp. 133-154. O segundo foi arquivado pelo autor e publicado apenas em 1956, momento do lançamento das *Obras completas*.
- ¹² Plínio SALGADO, O Eco, Mário da Silva BRITO, *Poetas paulistas: da semana de arte moderna*, São Paulo, Martins, 1972, pp. 161-162.
- ¹³ Antônio Arnoni PRADO, *1922 – itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a semana e o integralismo*, São Paulo, Brasiliense, 1983, pp. 48-49.
- ¹⁴ Marcos A. 1922 – *a Semana que não terminou*, São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- ¹⁵ O grupo realizava encontros nos salões de Paulo Prado, Olívia Penteado, Tarsila do Amaral e do senador Freitas Valle. Mário de ANDRADE, *Aspectos da literatura brasileira*, São Paulo, Martins, 1978. p. 31.
- ¹⁶ Plínio SALGADO, Modernismo literário no Brasil, *Diário de São Paulo*, São Paulo, 15 set. 1968.
- ¹⁷ Gilberto Mendonça TELES (org.), *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas*, 17. ed., Petrópolis, Vozes, 2002. p. 277.
- ¹⁸ Plínio SALGADO, 50 anos de modernismo: o depoimento de Plínio Salgado, *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 09 fev. 1972, pp. 90-91.
- ¹⁹ Defendia a assimilação do “inimigo” estrangeiro para fundi-lo à cultura nacional e buscava a produção de uma síntese dialética que teria como objetivo resolver as questões de dependência cultural, formuladas tradicionalmente por meio do binômio nacional x cosmopolita. Oswald de ANDRADE, Manifesto da Poesia Pau-Brasil, Plínio SALGADO, *A utopia antropofágica*, São Paulo, Globo, 1990. pp. 47-52.
- ²⁰ Plínio SALGADO, *Despertemos a Nação!* Rio de Janeiro, José Olympio, 1935, p. 10.
- ²¹ Plínio SALGADO, Nacionalismo e colaboração internacional, *O sofrimento universal*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1934, p. 121.
- ²² A partir de 1914, a política de subsídio à imigração declinou, sendo finalmente encerrada em 1927 quando do governo de Júlio Prestes. Iraci G. SALLES, *Trabalho, progresso e a sociedade Civilizada*, São Paulo, Hucitec, 1986.
- ²³ O Decreto n. 4.247, de 06 de janeiro de 1921, regulava as entradas, visando impedir o ingresso do estrangeiro não apto para o trabalho, como o que fosse aleijado, cego, louco, mendigo, portador de moléstia grave e com mais de 60 anos; bem como de toda mulher, que procurasse o país para se entregar à prostituição. Determinava que pudesse ser banido, o estrangeiro que fora desterrado de outro país; considerado elemento pernicioso à ordem pública; tenha provocado atos de violência, por meio de fatos criminosos, imposição violenta de seita religiosa ou política; tivesse conduta considerada nociva à ordem pública ou à segurança nacional; condenado por crime de homicídio, furto, roubo, bancarrota, falsidade, contrabando, estelionato, moeda falsa ou lenocínio no Brasil ou outro país. Mariana Cardoso dos Santos RIBEIRO, *Venha o decreto de Expulsão. A legitimação da ordem autoritária no governo Vargas (1930-1945)*, São Paulo, 2003, Mestrado em História, FFLCH-USP.
- ²⁴ Ubaldino Antunes OLIVEIRA, *Prophylaxia social*, São Paulo, FMCSF, 1924; Pedro MONTELEONE, *Os cinco problemas da eugenia brasileira*, FMSP, 1929; Potyguar MEDEIROS, *Sobre a Prophylaxia da syphilis*, FMCSF, 1926; Paulo GODOY, *Eugenia e Seleção*, FMSP, 1927; Renato KEHL, “A Esterilização sob o ponto de vista Eugênico”, *Brasil Médico*, 1921, Rio de Janeiro, anno XXV; Paulo C. Azevedo ANTUNES, *Eugenia e imigração*, FMSP, 1926.
- ²⁵ Luzia CASTANEDA, Da eugenia à genética: alcoolismo e hereditariedade nos trabalhos de Renato Kehl, in. *Anais do VI Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*, SBHC, Rio de Janeiro, 1997, pp 252-256; Pietra Stefania DIWAN, *O espetáculo do feio: práticas discursivas e redes de poder no eugenismo de Renato Kehl 1917-37*, São Paulo, Mestrado-história, PUC/SP, 2003; Vera Regina Beltrão MARQUES, *A medicalização da raça: médicos educadores e discursos eugênicos*, Campinas, Ed. Unicamp, 1994; Vanderlei Sebastião SOUZA, *A política biológica como projeto: a “eugenia negativa” e a*

-
- construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*, Rio de Janeiro, Mestrado em História. PPG Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2006.
- ²⁶ Maria Izilda Santos de MATOS, *Ancora de emoções*, Bauru, EDUSC, 2005.
- ²⁷ Renato Ferraz Kehl (1889-1974) nasceu e viveu a infância e juventude em Limeira/SP, seguindo a carreira do pai, graduou-se em Farmácia; depois também em medicina. Exerceu a clínica médica em um pequeno consultório na capital paulista, em 1918 fundou, juntamente com outros médicos, autoridades públicas e intelectuais, a Sociedade Eugênica de São Paulo. Esta foi a primeira em toda a América Latina, durante anos manteve contatos com grupos eugénistas latino-americanos, norte-americanos e europeus, visando dialogar e ampliar o movimento. Na década de 20, mudou-se para o Rio de Janeiro, pretendendo constituir um movimento nacional. Suas propostas passaram por reconfigurações, depois de viajar para a Europa, aprofundando seu conhecimento das ideias e práticas eugénicas nos países nórdicos e na Alemanha, a partir de então, Kehl passou a defender medidas em direção ao racismo científico e ao determinismo biológico. Exerceu cargos na administração pública (1919-1927) e em 1927, ingressou na companhia Bayer. Nancy Leys STEPAN, "A hora da eugenia": *raça, gênero e nação na América Latina*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2005; Vanderlei Sebastião SOUZA, "Em nome da raça: a propaganda eugénica e as ideias de Renato Kehl nos anos 1910 e 1920", *Revista de História Regional* 11(2): 29-70, 2006.
- ²⁸ Renato KEHL, A Esterilização sob o ponto de vista Eugénico, in *Brasil Médico*, 1921, RJ, ano XXV, p.155.
- ²⁹ Renato KEHL, A Eugenia no Brasil: esboço histórico e bibliográfico. *Brazil-Médico*, ano XXXV, p.50.
- ³⁰ Potyguar MEDEIROS, *Sobre a Prophylaxia da syphilis*, FMCS, 1926; Paulo GODOY, *Eugenia e Seleção*, FMSP, 1927.
- ³¹ Alvaro GUIMARÃES FILHO, *Da higiene mental e sua importância em nosso meio*, FMSP, 1926, p.175
- ³² Paulo GODOY, *Eugenia e Seleção*, FMSP, 1927; Ubaldino Antunes OLIVEIRA, *Prophylaxia social*. São Paulo, FMCS, 1924.
- ³³ Carta enviada a Renato Kehl, em 8 de julho de 1929, André NIGRI, "Monteiro Lobato e o racismo", *Revista Literatura*, n.165, Maio, 2011.
- ³⁴ Renato Kehl era genro de Belizário Penna, casou-se com Eunice, secretária da Comissão Central Brasileira de Eugenia. Penna também se filiou a AIB em 1932, tornando-se membro da Câmara dos 40, órgão supremo do movimento. Eduardo Vilela THIELEN e Ricardo Augusto dos SANTOS, *História, ciência e Saúde*, Manguinhos, vol.9, n° 2, Rio de Janeiro May/Aug. 2002.
- ³⁵ Medidas foram tomadas na Constituição de 1934 e na de 1937, os inúmeros decretos e decretos-leis dos anos 1930. José Sacchetta Ramos MENDES, *Laços de sangue; privilégio e intolerância à imigração portuguesa no Brasil*, Porto, CEPESE, 2010.
- ³⁶ Gina Lombroso FERRERO, "Nell' America Meridionale", Ernani da Silva BRUNO, *Memória da cidade de São Paulo*, p.146.
- ³⁷ Sob a denominação de *carcamanos* encontrava-se uma diversidade de trajetórias históricas, desde o empreendedor capitalista (Matarazzo, Crespi, entre outros), o ilustrado, o líder político (socialistas, anarquistas ou sindicalistas) atuantes através da imprensa operária, artistas (circo, teatro, música, pintura, escultura, ourivesaria), construtores, arquitetos, artífices (marmoristas, serralheiros, marceneiros, entre vários), operários e pequenos proprietários. Eles vieram de diferentes regiões de uma Itália recém-unificada, a maioria era de venetos, calabreses, napolitanos e geralmente não se identificavam como italianos, dizendo ter se tornado italianos no Brasil. Maria Izilda S. de MATOS, "São Paulo dos italianos: cultura, sonoridades e musicalidade", *Italianos no Brasil: partidas, chegadas e heranças*, Rio de Janeiro, UERJ/LABIMI, 2013.
- ³⁸ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Recenseamento do Brasil, 1920, Synopse do Recenseamento. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1926.
- ³⁹ A categoria invenção questiona a existência de uma essência identitária, subentendendo um processo de criação cultural, pleno de sentidos, disputas e tramas de poder. O complexo processo de construção contém múltiplas variações, através dos tempos, nos diferentes espaços, com posições, trajetórias e objetivos variados, cabendo destacar que se considera não a invenção, mas as invenções com toda a pluralidade de significados. Antonio Herculano FERRERO (org.), *Entre Europa e África: A invenção do carioca*, Rio de Janeiro, Top books/Casa Rui Barbosa, 2000.

- ⁴⁰ Fortalecia-se o sentimento de orgulho dos paulistas com manifestações de ufanismo, vinculada ao crescimento industrial e urbano da cidade, vinculando-os à “crença ilimitada no progresso... não foi à toa que, para essa caracterização, se acessasse do passado a figura do bandeirante, cultuada desde os últimos decênios do século XIX, como força simbólica capaz de propiciar, ao mesmo tempo o culto a uma história regional épica e a projeção de um futuro cada vez mais promissor.” Antonio Celso FERREIRA, “Modernos Mamelucos”, *São Paulo, uma viagem no tempo*, São Paulo, CIEE, 2005.
- ⁴¹ Kátia Maria ABUD, *A construção de um símbolo paulista: o bandeirante*, Doutorado FFLCH-USP, 1985; Antonio Celso FERREIRA, “Vida (e morte?) da Epopeia Paulista”, *Encontros com a história, percursos históricos e historiográficos de São Paulo*, Ed. Unesp, São Paulo, 1999; Lília Moritz SCHWARCZ, “Sobre uma certa identidade paulista”. In: *São Paulo, uma viagem no tempo*, São Paulo, CIEE, 2005.
- ⁴² Lorenna Ribeiro ZEM EL-DINE, *Raça, história e política em Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo*. Vitória, Mestrado/História/UFES, 2010; Maria José CAMPOS, “Menotti Del Picchia, Cassiano Ricardo e a democracia racial brasileira: versões modernistas em movimento”, *SBS/XXII Congresso Brasileiro de Sociologia*. www.sbsociologia.com.br/portal/index.php.
- ⁴³ A *invenção* da paulistaneidade assumia o tom ufanista e tinha o propósito de contagiar e empolgar, alicerçar e consolidar a liderança econômica, política e cultural de São Paulo, apresentava-se como um exemplo para a nação. Tendo como pressupostos certas construções do passado: a fundação da vila pelo jesuíta José de Anchieta, os bandeirantes, o palco da independência, estas representações foram largamente divulgadas, subjetivadas e até naturalizadas, também pela tradição historiográfica paulista que por muito tempo privilegiou a temática da indústria, do trabalho, dos trabalhadores e de seus movimentos. Maria Izilda S. MATOS, *A cidade, a noite e o cronista*: São Paulo de Adoniran Barbosa, Bauru, EDUSC, 2009.
- ⁴⁴ Maria Izilda S. de MATOS, “São Paulo dos italianos: cultura, sonoridades e musicalidade”, M. I. de MATOS e Lená M. MENEZES, *Italianos no Brasil: partidas, chegadas e heranças*, Rio de Janeiro, UERJ: LABIMI, 2013, 149-160.
- ⁴⁵ Antonio Alcântara MACHADO, *Brás, Bexiga e Barra Funda & Laranja da China*, Rio de Janeiro, O Globo/Klick, 1997.
- ⁴⁶ Antonio Celso FERREIRA, *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção história (1870-1940)*, São Paulo, UNESP, 2002.
- ⁴⁷ Mônica Pimenta VELLOSO, *O mito da originalidade brasileira: a trajetória intelectual de Cassiano Ricardo (dos anos 20 ao Estado Novo)*, Rio de Janeiro, Mestrado/PUC/RJ, 1983, pp. 106-7.
- ⁴⁸ Mônica Pimenta VELLOSO, *O mito da originalidade brasileira: a trajetória intelectual de Cassiano Ricardo (dos anos 20 ao Estado Novo)*, Rio de Janeiro, Mestrado/PUC/RJ, 1983, pp. 103.
- ⁴⁹ Menotti DEL PICCHIA, “O problema racial”, *Correio Paulistano*, São Paulo, ago.1926, p. 3.
- ⁵⁰ No cenário modernista, 1928 é emblemático, foi o momento de publicação de *Retrato do Brasil* de Paulo Prado, *Macunaima* de Mário de Andrade, *Martim Cererê* de Cassiano Ricardo e *Cobra Norato* de Raul Bopp. Lúcia Lippi OLIVEIRA, *Os italianos e os modernistas paulistas*, Anais XXVI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambú, ANPOCS, 2002, pp.1-31. Disponível em: <www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4426&Itemid=317> Acesso em: 20/10/2013.
- ⁵¹ Monteiro LOBATO, *Urupês*, Rio de Janeiro, Globo, 2010, p. 161.
- ⁵² Destaca-se que entre 1914 (quando da publicação da crônica *Urupês*, em *O Estado de São Paulo*, depois em livro em 1918) até 1947, as representações do homem do campo em Lobato, que buscava apreender a trajetória e características do povo brasileiro, o autor percorreu várias posições, num esforço de atualização, sendo possível apreender as dificuldades de relativizar suas certezas. M. P. LAJOLO, *Monteiro Lobato: um brasileiro sob-medida*, São Paulo, Editora Moderna, 2000.
- ⁵³ Sylvia Helena Telaarrolli de Almeida LEITE, *Chapéus de palha, panamás, plumas, cartolas. A caricatura na literatura paulista, 1900-1920*, São Paulo, Ed. Unesp, 1996, p. 117.
- ⁵⁴ A lei norte-americana, de orientação eugênica, gerou considerável debate, no Brasil, coincidiu com a circulação, entre os intelectuais e cientistas, de uma eugenia negativa e racista De acordo com Nancy Leys STEPAN, “*A hora da eugenia*”: raça, gênero e nação na América Latina, Rio de Janeiro, Fiocruz, 2005.

- ⁵⁵ VELLOSO, Mônica Pimenta. *O mito da originalidade brasileira: a trajetória intelectual de Cassiano Ricardo (dos anos 20 ao Estado Novo)*, Dissertação Mestrado em História – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1983, fls 213; LUCA, Tania Regina de. *Leituras, Projetos e (Re)vista(s) do Brasil: 1916-1944*. São Paulo, UNESP, 2011.
- ⁵⁶ Menotti del PICCHIA, *Juca Mulato*, São Paulo, Casa Editora “O Livro”, 1921.
- ⁵⁷ Lorenna ZEM EL-DINE, *Raça, história e política em Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo*, 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010, fls 176.
- ⁵⁸ Cassiano RICARDO, *Borrões de Verde Amarelo*, Editorial Helios, São Paulo, 1925.
- ⁵⁹ Héliogio TRINDADE, *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*. 2. ed., Porto Alegre, Difel/UFRGS, 1979, 41.
- ⁶⁰ Ricardo Benzaquen de ARAÚJO, *Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988, p. 23.
- ⁶¹ Monteiro LOBATO, “Forças novas”, José Baptista CARVALHO, (ed.), *Plínio Salgado: in memoriam*, São Paulo, Voz do oeste; Casa de Plínio Salgado, 1985, v1. pp. 110-113.
- ⁶² Plínio SALGADO, “Literatura e Política”, *Obras completas*, São Paulo, Américas, 1956. v. 19, p. 96.
- ⁶³ Menotti PICCHIA, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 22.03.1936, Plínio SALGADO et al., *Plínio Salgado*, São Paulo, Edição da Revista Panorama, 1936, p. 229.
- ⁶⁴ Plínio SALGADO, “Literatura e Política”, *Obras completas*, São Paulo, Américas, 1956. v. 19, p. 97.
- ⁶⁵ Plínio SALGADO, *Geografia sentimental*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1937, pp.36-38.
- ⁶⁶ José Leonardo TONUS, “Progrès et décadence dans le roman O estrangeiro de Plínio Salgado”, Jacqueline PENJON; José Antonio PASTA JÚNIOR (orgs.), *Littérature et Modernisation au Brésil*, Paris, Presses Sorbonne Nouvelle, 2004, p. 102. (tradução livre).
- ⁶⁷ Plínio SALGADO, “Literatura e Política”, *Obras completas*, São Paulo, Américas, 1956. v. 19, pp. 97-100.
- ⁶⁸ Augusta Garcia DOREA, *O romance modernista de Plínio Salgado*, São Paulo, IBRASA, 1978. p. 31.
- ⁶⁹ *Ibid.*, *O romance modernista de Plínio Salgado*, São Paulo, IBRASA, 1978. p. 34.
- ⁷⁰ “Araraquara [...] foi nessa região que resolvi, há 12 anos escrever *O estrangeiro*. Lembro-me bem daqueles dias luminosos em que o automóvel corria, levando-me pelas estradas [...] eu ia encontrando bandeiras verde-amarelas, palpitando aos ventos do sertão. Debaixo do pavilhão nacional, comungando no mesmo sentimento do Brasil, eu vi milhares de criancinhas, filhos de italianos, espanhóis, sírios, portugueses, outras oriundas de pais que procediam de todo o território nacional, notadamente do Ceará, Bahia, Minas e Rio Grande. Imaginei, nessa época (1922), a figura central do meu romance, o professor Juvêncio e o seu contraste, Ivan, o intelectual que não compreendeu a Terra, o estrangeiro de todos os países, o desenraizado sem Pátria, que tanto pode ser um russo como um brasileiro de portas de livrarias. Tudo o que escrevi nas páginas daquele livro, que eu considero o primeiro manifesto integralista, eu senti nesta parte do sertão da minha terra”. Plínio SALGADO, “Do sertão Paulista – Escrito na Fazenda Palmeira em Taquaritinga em 2 de agosto de 1934”; *Id.*, *Cartas aos camisas verdes*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1935, pp. 24-25.
- ⁷¹ Maria Stella Martins BRESCIANI, “Falar literariamente da alteridade: Plínio Salgado em *O Estrangeiro*”, *Letterature d'America*, Roma, v. 87, pp. 53-83, 2001, p. 63.
- ⁷² *Ibid.*, p. 55.
- ⁷³ Augusta Garcia DOREA, *O romance modernista de Plínio Salgado*, São Paulo, IBRASA, 1978. p. 75.
- ⁷⁴ Plínio SALGADO, *O estrangeiro*, 3ª ed. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1936, p. 21.
- ⁷⁵ O governo italiano tinha como proposta manter os vínculos de sentimento de “amor à Pátria” entre grande número de emigrados e seus descendentes, atuava no sentido de estimular as práticas associativas e dava maior ênfase ao ensino da língua e cultura italianas. As escolas abertas no estrangeiro tinham a possibilidade de registrar-se no *Regio Consolato* e solicitar subvenção, o governo italiano enviava livros, mapas e outros materiais didáticos, além de valores em espécie, para cada escola. A Associação Dante Alighieri foi um dos principais baluartes desta proposta. Clarícia OTTO, As escolas Dante Alighieri e os periódicos como estratégias na invenção da italianidade, i Maria Izilda Santos de MATOS et al (Org.), *Italianos no Brasil: partidas, chegadas e heranças*, Rio de Janeiro, UERJ/ LABIMI, 2013, pp. 274-285.
- ⁷⁶ Plínio SALGADO, *Nosso Brasil*, 4ª ed., São Paulo, Voz do Oeste, 1981, p. 92.

- ⁷⁷ Id., *Geografia sentimental*, 2ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1937, p. 129.
- ⁷⁸ Maria Izilda S. MATOS, *A cidade, a noite e o cronista: São Paulo de Adoniran Barbosa*, Bauru, EDUSC, 2009.
- ⁷⁹ Plínio SALGADO, *Nosso Brasil*, 4ª ed., São Paulo, Voz do Oeste, 1981, p. 109.
- ⁸⁰ Plínio SALGADO, *O estrangeiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1936, pp. 28-29
- ⁸¹ Ibid., p.35.
- ⁸² Ibid., p.43.
- ⁸³ José Leonardo TONUS, *O estrangeiro de Plínio Salgado: un roman sur l'immigration?* Université de Paris III - Sorbonne Nouvelle, 2000. Disponível em: <<http://www.univ-paris3.fr/recherche/sites/edelal/DEA/Bresil/DEATonus.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2005, p. 3. Este autor destaca a relação entre o romance *O estrangeiro* e o pensamento integralista e afirma: “O estrangeiro, romance sobre a imigração, é um panfleto nacionalista, racista, xenófobo e antisemita”, p. 2 (tradução livre). O objetivo de Tonus é demonstrar o pensamento nacionalista de Plínio Salgado, exaltando a aversão ao estrangeiro que, segundo o autor, estará presente dentro do movimento integralista.
- ⁸⁴ Augusta Garcia DOREA, *O romance modernista de Plínio Salgado*, São Paulo, IBRASA, 1978. p. 33.
- ⁸⁵ Plínio SALGADO, *O estrangeiro*, cit., p.66.
- ⁸⁶ José Eliseo de BARROS, *O modernismo integralista nos romances O esperado e O estrangeiro de Plínio Salgado*, Rio de Janeiro, Doutorado em Literatura/UFF, 2006, p. 68.
- ⁸⁷ Plínio SALGADO, *O estrangeiro*, cit., pp. 266-267.
- ⁸⁸ Ibid., p.46.
- ⁸⁹ TRINDADE, *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*, Porto Alegre, Difel/UFRGS, 1979, p.59.
- ⁹⁰ Plínio SALGADO, *O estrangeiro*, cit., p.40.
- ⁹¹ Ibid., p.55.
- ⁹² Ibid., pp. 29-30.
- ⁹³ Ibid., p.101.
- ⁹⁴ Plínio SALGADO, *Pelo destino do Brasil*”, *A quarta humanidade*, São Paulo, GRD, 1995, p. 88.
- ⁹⁵ Ibid., p. 89.
- ⁹⁶ Ibid., p. 55.
- ⁹⁷ Ibid., p. 89.
- ⁹⁸ Plínio SALGADO, et al., *Plínio Salgado*, São Paulo, Ed. da Revista Panorama, 1936, p.16.
- ⁹⁹ Carlos de Faria ALBUQUERQUE, *Plínio Salgado: resumo biográfico*, Salvador, Gazeta dos Municípios, 1951, p.18.

*Entre o ideal e o real: Os discursos sobre a imigração no Brasil e o enfrentamento da desordem (1870-1930)**

*Lená Medeiros de Menezes***

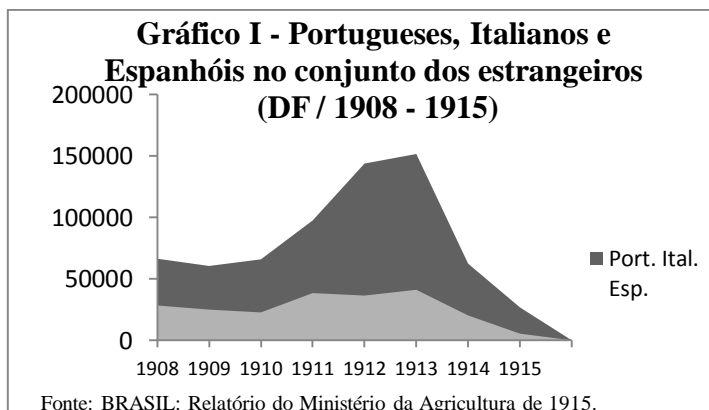
A história da imigração no Brasil independente, que teve seus primeiros impulsos com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil (1808),¹ intensificou-se com o término do tráfico de escravos² e, após 1870, adquiriu caráter massivo, que foi aprofundado na virada do Novecentos. Para essa expansão concorreu a necessidade da mão-de-obra, tanto no campo quanto na cidade, tendo por base de sustentação propostas de modernização que defendiam a importação de trabalhadores europeus como caminho para o progresso e a chegada da civilização no país.³

Em *ondas*, os fluxos imigratórios deslocados da Europa para o Brasil inseriram o país na dinâmica transnacional dos movimentos de população que caracterizou a expansão do capitalismo e a projeção da Europa sobre o mundo. Cálculos indicam que cerca de 34 milhões de pessoas, entre os anos de 1870 e 1914, deixaram o continente europeu em direção aos demais continentes.⁴

O Brasil recebeu imigrantes de nacionalidades variadas, com projeção dos fluxos orientados das penínsulas ibérica e italiana, com maiores proximidades linguísticas e culturais. Portugueses - transformados de colonos em imigrantes com a Independência, italianos e espanhóis formaram as três nacionalidades de maior presença, em uma diversificação que incluiu não só outros povos europeus (destaque para ingleses, franceses e alemães no século XIX), como também fluxos deslocados da América, da África, do Próximo e do Extremo Orientes. Com relação às três nacionalidades de maior presença, elas podiam ser enquadradas na categoria de *estrangeiros conhecidos*, segundo conceito proposto por Duroselle.⁵

* Pesquisa desenvolvida com bolsa de produtividade do CNPq (bolsa de Produtividade em Pesquisa) e apoio da FAPERJ, através de auxílio financeiro do Projeto Cientista do Nosso Estado.

** Professora Titular de História Contemporânea e Coordenadora do Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).



Ao longo da temporalidade que se abriu a partir de 1850, com maior impacto a partir de 1870, foram produzidos e veiculados discursos centrados na defesa e no incentivo à imigração como caminho necessário para o ingresso do país nas trilhas do progresso e da civilização.⁶ Nesse caso, o imigrante ideal era europeu e *morigerado*, tinha cor branca e era a mão-de-obra capaz de assegurar a superação do *atraso* e do *imobilismo*, em uma cenografia caracterizada por enorme silêncio sobre o ex-escravo, como ilustram as palavras do Ministro Rodrigo Augusto da Silva, do *Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*, no ano de 1887:

“Cumpro considerar a imigração por aspectos menos restritos ou mais amplos, frisando-a pelo que realmente vale como fator ativo que poderá tornar-se, do povoamento do nosso vastíssimo território, da constituição da pequena propriedade, do desenvolvimento das indústrias de toda a natureza, como agente eficaz, enfim, do *progresso* social em todas as suas esferas.”⁷

Discursos como este traziam as marcas de uma visão de presente e de futuro na qual estava ausente a possibilidade do negro liberto transformar-se em trabalhador livre, capaz de arrancar o Brasil das *amarras do passado*, a partir de enquadramentos que opunham habilidades, características e moralidade entre as *raças*, segundo os parâmetros evolucionistas e racistas que marcaram a segunda metade do século XIX. Essa forma de conceber a imigração não se alterou com o advento da República, ainda que discursos voltados para uma melhor regulamentação e controle sobre o processo passassem a ter maior visibilidade.

Segundo o ministro Pedro de Toledo, da pasta da Agricultura, Indústria e Comércio, no relatório encaminhado à presidência da República no ano de 1912: “A imigração e colonização são elementos principais e indispensáveis ao *progresso das nações novas*, tendo merecido de minha parte excepcionais cuidados, como poderá V. Ex. verificar pela leitura dos capítulos que neste relatório a tal assunto se referem”.⁸

Se a imigração europeia era considerada ideal, nem todos os europeus, porém, eram vistos sob as mesmas luzes. No contexto do evolucionismo que marcava a época e que forjava uma *geografia* altamente discriminadora e *imaginativa*, uma Europa ativa - e portanto, industrializada, tomada como modelo - contrapunha-se e uma *Europa passiva, agrícola e atrasada*, com os povos da Europa mediterrânica caracterizando esse *atraso* e essa *passividade*;⁹ justamente aqueles que constituíam as maiores colônias estrangeiras no Brasil, em especial, no Distrito Federal: portugueses, italianos e espanhóis..

Frente ao negro liberto, entretanto, o trabalhador europeu - sem maiores distinções - acabava sendo idealizado como pertencente às *raças superiores*, apesar das discriminações que afetavam os portugueses, considerados responsáveis, em última instância, pelo *atraso* do país. Evolucionismo e racismo nesse processo jogavam uma dialética ímpar no sentido da defesa da imigração europeia como opção de futuro, em um país que renegava seu passado escravista, mas se nutria de ranços escravistas no trato com os estrangeiros.

No conjunto daqueles que imigravam, entretanto, muitos não se enquadravam na definição de *ordeiros* ou *morigerados*, afastando-se, assim, do modelo do imigrante ideal. Ou seja, do trabalhador *superior* desejado pelas elites. Entre o ideal e o real havia um fosso de significativa importância, explicado por múltiplos fatores. Estes incluíam desde as formas de arregimentação a problemas do mercado de trabalho. O distanciamento existente entre o ideal e o real acabou por propiciar, na contracorrente, a emergência de um discurso altamente agressivo e contrário à imigração ou, pelo menos, um discurso dirigido aos bastidores dos processos de deslocamento.

O discurso de combate ao estrangeiro cobrava soluções urgentes destinadas a colocar um fim ao crescimento da vadiagem, da criminalidade e da prostituição, imputando à imigração a responsabilidade pelas *doenças sociais* que afligiam o país, com destaque para as áreas urbanas e, em especial, para as cidades portuárias.

O destaque dado à participação dos estrangeiros no mundo do crime passou a ter presença recorrente nos relatórios dos chefes de polícia desde o final do Império. Muitos deles denunciavam, por exemplo, que “... a quase totalidade dos crimes contra a pessoa [eram] perpetrados por indivíduos da ínfima classe da sociedade – escravos, estrangeiros, proletários e desordeiros, vulgarmente conhecidos como capoeiras.”¹⁰

Na defesa de uma solução para o problema, o chefe de polícia reportava-se a experiências de sucesso adotadas em outros países, conclamando as autoridades a tomarem medidas urgentes para coibir a ação dos estrangeiros *perigosos*:

“Os legisladores portugueses e franceses cogitaram, acertadamente, acerca dos estrangeiros proletários e, por isso, aquele, no art. 259, e este, no art. 212, dos respectivos códigos penais, instatuíram que o estrangeiro legalmente declarado vadio e vagabundo seja posto à disposição do governo para fazê-lo sair do território do Estado [...]

Urge que alguma medida ordinária ou extraordinária se tome a respeito dos vadios e vagabundos, que são uma das pragas da sociedade e, permita-me dizer, o embrião de crimes contra a segurança individual e de propriedade.”¹¹

Os discursos que circulavam nos meios policiais tinham por justificativas estatísticas policiais que demonstravam que os estrangeiros tinham participação majoritária em determinados tipos de crime, com destaque para os crimes contra a propriedade.¹² É importante destacar que, ao final do século XIX, tornaram-se comuns, por todo o mundo, análises que encaminhavam a conclusão de que as nações mais desenvolvidas haviam evoluído dos crimes violentos para crimes nos quais a argúcia dava o tom, caso da vigarice. Nesse contexto, pode ser considerada emblemática a análise feita por Elyσιο de Carvalho, professor da Escola de Polícia, com relação ao crescimento do crime na capital brasileira:

“A criminalidade carioca é gravíssima: aqui todas as formas de delinquência aumentam consideravelmente [...] Nestes seis últimos anos, de 1907 a 1913, foram praticados no Rio 17 702 crimes, tendo por autores, provados e conhecidos 18 359 indivíduos. Ora, enquanto se acometeram no período mencionado 3 186 delitos contra a propriedade, verificaram-se 11 550 contra a pessoa, o que é deveras de aterrorizar os mais destemidos [...] Aqui observa-se a inversão da lei que preside o desenvolvimento a criminalidade nos países de civilização superior, a qual, segundo ela, se transforma de violenta em fraudulenta e, sendo assim, não sei como conciliar este fato com a afirmação dos cronistas elegantes de que o Rio se civiliza.”¹³

Prosseguindo em sua análise, Carvalho apontava a participação estrangeira como uma das razões desse quadro, dando destaque “à má qualidade das correntes migratórias” que se orientavam para o Brasil.

“Ao nosso orgulho nativo, ao nosso sensualismo mórbido [...] e a essa vadiagem de fraque insolente e debochada [...], e mais a situação política do país, a densidade da população, a má qualidade das correntes imigratórias, provenientes de países como a Itália, Espanha e Portugal, que ocupam na Geografia geral dos homicídios os três primeiros lugares, ao alcoolismo e, finalmente, à fraqueza da repressão e à insuficiência da polícia devemos 90% do sangue derramado cada ano no Rio de Janeiro.”¹⁴

Para minorar o impacto destas *más correntes migratórias*, o ministro Antônio Gonçalves de Faria, em seu relatório relativo ao ano de 1891, propunha providências “... no sentido de introduzir imigrantes moralizados e afeitos ao trabalho: estes, mais facilmente, se tornarão proprietários em São Paulo ou em outro Estado, dando lugar nas fazendas aos que forem chegando”.¹⁵

Considerando os fatores que levariam a que essa empreitada tivesse sucesso, o ministro apontava também ser necessário “mudar o sistema de aliciamento de imigrantes na Europa”. Esse aliciamento, efetivamente, era um grave problema, responsável por canalizar para o país fluxos formados por vadios, indigentes, quando não de criminosos, das grandes cidades europeias. O combate aos estrangeiros considerados *indesejáveis*, entretanto, não era tão simples e não estava limitado a ações

desenvolvidas apenas no exterior, vistos os problemas internos existentes, tanto nas fazendas quanto nas cidades.

A ideia da expulsão dos estrangeiros que pudessem ser considerados nocivos ou perigosos à sociedade ou ao país começou a tomar vulto nas décadas finais do Oitocentos, para eclodir como prática corrente com o advento da República (1889) e, principalmente, em anos de crise (1907 e 1918, por exemplo, quando o espectro da greve geral sacudia o país), com especial relevo para a conjuntura de crise que marcou o fim da Primeira República (1927-1930).

A análise dos processos de expulsão instituídos a partir de 1907 demonstra que muitos indivíduos que chegaram ao Brasil não se enquadravam na categoria de *indesejáveis* ou de *aves de arribação* que circulavam pelo mundo. Vários deles haviam imigrado quando ainda eram crianças pequenas ou adolescentes na faixa dos 12 aos 13 anos. Dessa forma, a razão para muitos dos *desvios comportamentais* que se manifestavam na cidade deviam ser buscados, também e principalmente, em terras brasileiras, não se apresentando como simples transposição de *desvios* trazidos da terra natal.

Considerada a expansão da contravenção e do crime na virada dos séculos XIX para o XX, inúmeras evidências pareciam demonstrar às autoridades que uma atenção especial devia ser dada à imigração.¹⁶

Registre-se que essa *necessidade* tornou-se imperiosa quando o anarquismo ganhou visibilidade no país, a partir de sua entrada nos idos de 1890, com as primeiras bombas explodindo no contexto amplo de contestação conhecido como Revolta da Vacina. Foi a ação dos anarquistas no movimento operário das grandes cidades brasileiras e sua atuação destacada nas greves que, a partir de 1902, passaram a fazer parte do cotidiano da cidade, que tornou a questão imigratória pauta obrigatória nas agendas política e policial da Primeira República Brasileira.¹⁷

“A imigração que nos tem procurado, com as vantagens verdadeiramente notáveis, nos tem trazido também, em grande quantidade, o estrangeiro estragado por todos os vícios, o criminoso perseguido pela justiça do seu país, o aventureiro capaz de todas as audácias.

Além disso, o movimento que agora agita as nações europeias, formulando como bandeira de combate a guerra contra o capital, contra os elementos conservadores da sociedade, já nos envia também os seus propagandistas, que se encarregam de acumular o combustível entre as classes menos abastadas para fazer as suas explosões.”¹⁸

As palavras do Chefe de Polícia acima transcritas fazem parte de relatório encaminhado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores no ano de 1891, relativo às ocorrências registradas no ano anterior. Com poucas mudanças, suas observações seriam reproduzidas por seus sucessores, que utilizavam exemplos dados por países como a Inglaterra, Bélgica, França, Espanha, Dinamarca e Itália nas políticas de repressão ao estrangeiro considerado *nocivo* ou *perigoso* para defender a necessidade de lei que autorizasse o governo a expulsar estrangeiros, conforme impunha o Direito

Internacional, segundo o qual a expulsão só era admissível através de processo específico.¹⁹

A lei que veio a ser adotada em 1907 foi gestada a partir da breve vigência de decreto que vigorou no governo de Floriano Peixoto (1893), durante estado de sítio decretado para o combate à Revolta da Armada, responsável pela expulsão dos primeiros estrangeiros anarquistas do país. O decreto-lei nº 1641, de 07 de janeiro de 1907, conhecido como *Lei Gordo*, que regulamentava a entrada e a expulsão de estrangeiros, nunca se livrou da acusação de inconstitucionalidade, mas continuou vigindo até 1921, quando foi substituído por novo decreto. Este, associado a decreto específico de combate ao anarquismo, aprofundou a repressão sobre o movimento operário e, especificamente, sobre o trabalhador estrangeiro que pudesse ser acusado de desafiar a *ordem*. Nesse momento, tornou-se corrente um discurso de contraposição, que distinguia entre o nacional – ordeiro por excelência – e o estrangeiro, que trazia para o Brasil *ideias exógenas*. Cinco anos depois dos decretos de 1921, uma emenda alterou o art. 72 da Constituição Federal que, em sua redação original, garantia igualdade de direitos a brasileiros e estrangeiros residentes, estabelecendo, na constituição, o direito do estado expulsar os estrangeiros *nocivos e perigosos*.

Ao longo da Primeira República (1889-1930), o combate ao estrangeiro *indesejável* encaminhou-se em uma dupla direção, contemplando uma seleção *a priori* (com impedimentos à entrada) e uma seleção *a posteriori* (com a expulsão). Os alvos de combate também tinham dupla orientação. Por um lado, eram combatidos o crime e a contravenção, destacada a vadiagem, considerada antessala do crime; por outro, a contestação política e as ideologias de esquerda, com a consideração de que todo indivíduo que defendesse ideias *subversivas* era “perigoso aos interesses da República”.

O decreto-lei de 07 de janeiro de 1907 evoluiu de projeto datado de 1902 que, aprovado na Câmara, acabou paralisado no Senado. Considerado por muitos juristas como verdadeiro *arrastão* contra os estrangeiros, a lei propiciou a expulsão de indivíduos das mais diferentes nacionalidades e pelas mais variadas motivações, incluindo em sua rede vadios, vagabundos, mendigos, gatunos, ladrões, pederastas, vigaristas, jogadores, falsificadores, caftens e vendedores de tóxicos,²⁰ como também anarquistas - em sua maioria partidários do anarquismo-comunismo²¹ e do sindicalismo revolucionário - e do comunismo em sua vertente marxista.

Considerado o fato de haver repressão a vários tipos de crime e de contravenção, em um momento no qual se impunha a afirmação do trabalho como valor social, através do combate à vadiagem, e no qual o tráfico de mulheres (tráfico de brancas)²² elegia as cidades portuárias brasileiras como locais de chegada, não se mostra verdadeira a afirmação de que a lei de 1907 orientava-se unicamente para os anarquistas, que seriam expulsos com outras tipificações. Quando havia dificuldades para o enquadramento dos anarquistas nos dispositivos da lei, em virtude das garantias constitucionais dadas aos estrangeiros, estes eram expulsos ao total *arrepio da lei*, sem qualquer preocupação com o uso de qualquer artifício legal. Se houve casos para a sustentação da conclusão equivocada de expulsão por qualificação que não a real, eles não foram a norma.

Explicitamente, a lei de 1907 priorizava a expulsão como instrumento de defesa da ordem, transformando esta no mote principal das práticas seletivas. Na conjuntura em que a lei entrou em vigor, o movimento grevista já tinha ampla visibilidade nas grandes cidades brasileiras e as primeiras bombas já haviam feito sua estreia no cotidiano da capital, por ocasião da Revolta da Vacina, em novembro de 1904. Pacificada a cidade, o Chefe de Polícia justificaria a repressão desencadeada contra nacionais e estrangeiros pela necessidade de *limpar* a cidade, livrando-a das *sobras do arranjo social*; as mesmas *sobras* de um arranjo social formado por pactos de elite que, no caso dos estrangeiros, tornar-se-iam alvo da lei de 1907.²³

A partir de 1907, o governo brasileiro voltou-se para uma nova política de atração do imigrante *ideal*, proibindo a entrada de todo estrangeiro:

- que “por qualquer motivo compromete[sse] a Segurança Nacional ou a tranquilidade pública”;²⁴
- contra o qual existisse “a condenação ou processo por tribunais estrangeiros por crimes ou delitos de natureza comum”;
- que apresentasse evidências de condenações pelos tribunais brasileiros “por crimes ou delitos de natureza comum”;
- dedicado à prática da vagabundagem ou da mendicidade;
- que abraçasse o lenocínio competentemente “verificado”.

Após a Primeira Grande Guerra, essa seleção aprofundou-se com um novo decreto, datado de 1921 que, para além do impedimento à entrada de estrangeiro “mutilado, aleijado, cego, louco, mendigo, portador de moléstia incurável ou moléstia contagiosa grave”, voltou-se, também, contra aqueles que procurassem o país “para entregar-se à prostituição” ou dos que tivessem mais de 60 anos, sem possuir renda que lhes permitisse a subsistência, ficando, também, impedida a entrada de estrangeiros “perigosos à ordem pública”.

Com relação à seleção *a posteriori*, ou melhor dizendo, com relação à expulsão, o decreto estabelecia que podiam ser expulsos estrangeiros que:

- já tivessem sido expulsos do país ou considerados elementos perniciosos à ordem pública em seus países de origem;
- fossem autores de atos de violência dedicados a “impor qualquer seita religiosa ou política” por meios criminosos;
- que, por conta de sua conduta, pudessem ser considerados nocivos à ordem pública ou à segurança nacional;
- fossem evadidos de outro país, condenados “por crime de homicídio, furto, roubo, bancarrota, falsidade, contrabando, estelionato, moeda falsa ou lenocínio”;
- pudessem ser enquadrados na categoria de imigrante já condenado no Brasil pelos mesmos crimes (acima descritos).

Consagravam-se, dessa forma, dispositivos orientados para a imposição de políticas restritivas que punham um fim definitivo às práticas liberais em termos de políticas imigratórias. Essas medidas acompanhavam tendências que se consagravam por todo mundo nos anos de crise que caracterizaram o Entre Guerras, a partir das novas políticas adotadas pelos Estados Unidos (1921), aprofundadas com o *United States Immigration*

Act de 1924, que proibiu a imigração japonesa para aquele país. Nesse último ano, 1924, o decreto nº 16.761 tornava obrigatório, no Brasil, o desembarque de todos os passageiros de 2ª e 3ª classes, que se destinavam ao Rio de Janeiro, na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores.

Com base nos decretos de 1907 e 1921, centenas de processos de expulsão foram instaurados contra estrangeiros fixados no Brasil, vários desde a infância, sendo a maioria deles residentes na capital, com grande projeção de portugueses, italianos e espanhóis processados pelos mais diferentes delitos, incluindo-se os de opinião. Dessa forma, a prática da expulsão configurou-se como verdadeira política de *limpeza urbana*, principalmente na capital, considerada a vitrina para todo o país. Nessa *faxina policial, voltada* tanto para o social quanto para o política, estrangeiros considerados *indesejáveis*, por suas ações ou por suas ideias, foram obrigados a retornar à terra natal, ainda que, em vários casos, esta já não fosse mais a sua pátria, considerado o longo tempo de permanência no Brasil.

Notas e referências

- ¹ Com a abertura dos portos teve fim o pacto colonial e a cidade passou a contar com comerciantes ingleses e alemães, dedicados, principalmente, ao comércio de importação e exportação, bem como com comerciantes e artesãos franceses, dentre os quais destacaram-se as primeiras modistas, dedicadas à produção da moda para a realeza.
- ² A abolição da escravatura foi gradual, após o término do tráfico de escravos em 1850 (Lei Eusébio de Queirós), confirmado em 1854 (Lei Nabuco de Araújo), sendo importante destacar, nesse processo, os anos de 1871 (Lei do ventre Livre), 1865 (Lei dos Sexagenários) e 1888 (Lei Áurea, que pôs fim definitivo à escravidão no Brasil).
- ³ Não consideramos, aqui, a chegada dos colonizadores portugueses nem os fluxos de escravos negros deslocados para o Brasil, por considerarmos a imigração como processo de deslocamento que implica a transposição de fronteiras de Estados soberanos.
- ⁴ Cf. Pierre RENOUVIN e J. B. DUROSELLE, *Introdução à história das Relações Internacionais*, São Paulo, Difel, 1967.
- ⁵ J. B. DUROSELLE, *Todo império perecerá*. Teoria das relações Internacionais, Brasília/São Paulo, UNB/Imprensa Oficial do estado, 2000, Nova Clío. Segundo tipologia proposta pelo autor, haveria estrangeiros *conhecidos* (com maiores aproximações linguísticas e culturais) e estrangeiros *desconhecidos* (que causariam maiores processos de estranhamento).
- ⁶ Para aprofundamento do tema ver Lená M. de MENEZES, “A imigração europeia como passaporte para o progresso e a civilização no Brasil do século XIX”, Hugo CANCINO y Rogelio DE LA MORA (coord.), *Ideas, intelectuales y paradigmas en América Latina (1850-2000)*, VieraCruz/México, Universidad Veracruzana Lomas del Estadio, 2007, pp. 396-414.
- ⁷ BR, *Relatório do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas de 1887* (disponível em BGDDP/www.brazil.crl.edu/bsd/bsd).
- ⁸ BR, *Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio de 1911*, p. XXVI (disponível em BGDDP/www.brazil.crl.edu/bsd/bsd).
- ⁹ Sobre esta questão, ver Lená. M. de MENEZES, “Les portugais em tant que représentation de l’immobilisme dans la modernisation républicaine”, Marie Matilde BENZONI, Robert FRANK e Silvia Marie PIZETTI, *Imágenes des peuples et histoire des relations internationales du XVIe siècle à nos jours*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2008, pp. 271-280
- ¹⁰ BR, *Relatório do Chefe de Polícia da corte, anexo ao Relatório do Ministério da Justiça de 1870*, , apresentado pelo ministro Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato (disponível em BGDDP: www.brazil.crl.edu/bsd/bsd)..
- ¹¹ *Ibid*, pp. 20 e 23.

-
- ¹² Sobre crime e contravenção no Rio de Janeiro, no que diz respeito tanto ao crime e a contravenção de *per se* quanto às teorias explicativas circulantes, ver Evaristo de MORAES, *Ensaio de Pathologia Social, vagabundagem, alcoolismo, prostituição, lenocínio*, Rio de Janeiro, Leite Ribeiro & Maurillo, 1921.
- ¹³ Elycio de CARVALHO, *A lua técnica contra o crime*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Biblioteca do Boletim Policial, XXXII, 1914, p. 14.
- ¹⁴ *Ibid.*, p.15.
- ¹⁵ BR, *Relatório do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas de 1891*, p.27, apresentado pelo ministro Antão Gonçalves de Faria em maio de 1892 (disponível em BGDDP: www.brazil.crl.edu/bsd/bsd).
- ¹⁵ Ver Lená M. de MENEZES, *Os Indesejáveis. Crime, protesto e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*, Rio de Janeiro, EdUERJ,1996. Essa obra foi a primeira a tratar da expulsão enquanto objeto de investigação, sendo a primeira, também, a usar os processos de expulsão como fontes privilegiadas de pesquisa. Por conta disso, vem sendo citada por pesquisadores no Brasil e no exterior.
- ¹⁶ Era corrente, à época, estatísticas sobre o crime, que buscavam explicar a incidência de determinados crimes em determinadas nacionalidades, com o evolucionismo jogando um papel decisivo. No Brasil foi comum imputar os crimes contra a propriedade e o lenocínio, principalmente em sua vertente de crime internacional (o caftismo) à ação dos estrangeiros. O mesmo se dava com relação ao anarquismo, considerado *planta exótica* no país, resultado da circulação de *aves de arribação*, que uma onda trazia e outra levava, no dizer de Rui Barbosa.
- ¹⁷ Vd. Lená M. MENEZES, *Os Indesejáveis*, cit.
- ¹⁸ BR, *Relatório do Chefe de Polícia da Capital federal, 1890/91*, p. 3. Anexo ao Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores do mesmo ano, pelo ministro Antonio Luiz Affonso de Carvalho (disponível em BGDDP: www.brazil.crl.edu/bsd/bsd).
- ¹⁹ Combatia-se, principalmente, a ineficiência do art. 400 do Código Penal Brasileiro (que previa a deportação por sentença judiciária, quando o estrangeiro reincidisse no crime de vagabundagem) e o art. 5º da lei de 4 de agosto de 1875, que instituiu a deportação do estrangeiro que tivesse perpetrado crime contra brasileiros em país estrangeiro.
- ²⁰ A proibição ao uso e comércio de entorpecentes ocorreu após o fim da Primeira Grande Guerra, sendo contemplado no texto do tratado de Versalhes, embora sua inspiração tenha sido a intenção de por fim ao comércio liderado pela Holanda, através de suas colônias
- ²¹ O anarquismo-comunismo ou comunismo anárquico teve grande difusão no Brasil, principalmente entre a militância de origem portuguesa, em virtude da ampla difusão das ideias de Kropotkin e Réclus em Portugal. Segundo Kropotkin, o anarquismo-comunismo caracterizava-se pelo anarquismo na comunismo na ordem política e o comunismo na ordem econômica.
- ²² Sobre o tráfico de mulheres – *O tráfico de brancas* –, o lenocínio e o caftismo, ver Margareth RAGO, *Os prazeres da noite. Prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*, São Paulo, Paz e Terra, 1991; Luiz Carlos SOARES, *Rameiras, ilhoas, polacas. A prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*, Rio de Janeiro, Ática, 1992; Lená M. de MENEZES, *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930)*, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça, 1992, Prêmio Nacional de Pesquisa,2.
- ²³ Cf. BR, *Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal de 1904*, anexo ao Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, apresentado pelo ministro J. J. Seabra (disponível em DGDDP: www.brazil.crl.edu/bsd/bsd).
- ²⁴ BR/Biblioteca Nacional, *Coleção de Leis da República de 1907*, Decreto nº 1641, art. 1º.

O enfrentamento dos padeiros ibéricos no Rio de Janeiro e em Buenos Aires (1890-1930)

Érica Sarmiento*

Os antecedentes no Rio de Janeiro

A luta dos trabalhadores do ramo da panificação por melhores condições de trabalho fez parte do cenário carioca da Primeira República. Duas questões estão fortemente associadas à imagem dessa classe e interligadas em efeito de causa e consequência: as árduas jornadas em condições subumanas e a conseguinte radicalização do movimento. No caso brasileiro, remonta aos tempos da escravidão, quando os negros eram os principais responsáveis pela fabricação e pela distribuição do pão. Ser padeiro significava, primeiramente, lutar a favor da liberdade dos escravos, sem, entretanto, esquecer os chamados *escravizados livres*, a mão de obra submetida às férreas e dramáticas condições de trabalho. Com o fim do tráfico negreiro no Brasil, a partir de 1850, tornou-se comum e necessário o uso e convívio da mão de obra escrava junto com trabalhadores livres.

A relação entre a escravidão e a história dos padeiros é uma característica singular da sociedade brasileira que a difere, pelo menos em seus inícios, da trajetória dos padeiros da sociedade *porteña*. O fervor e a radicalidade do movimento no Brasil, desde os seus primórdios, é relatado pelo mais importante líder dos padeiros, João de Mattos, em um manuscrito da década de 1930, intitulado *Histórico Social de 1876*. No documento, rico em detalhes, é possível acompanhar a trajetória e as conquistas dos trabalhadores livres e dos escravizados.

Segundo João de Mattos:

“... éra a única classe que tinha a facilidade de propagár as ideias antiescrávcatas - e de incinuár os escravos a Rebeldia por todos os meios - por que todas manhãs elles vão de porta, em porta = despertando quem ahinda dorme permutando o primeiro alimento Basico o Pão = da sua produção - e por este insentivo aproveitavão o momento favoravel de desenvolver a firme propaganda - que éra o maximo árdor de todo empregado de Padaria”.¹

* Professora Adjunta da Universidade do estado do Rio de Janeiro e da Universidade Salgado de Oliveira.

A violência utilizada pelos padeiros era a resposta de uma situação insustentável provocada pela escravidão e pelas árduas jornadas de trabalho:

“Durante a madrugada, depois de preparar a massa do pão e vigiar o forno, os padeiros- que até 1850 eram principalmente escravos africanos- percorriam as ruas da cidade, parando de porta em porta para entregar os ‘pãezinhos ainda quentes’, que carregavam em grandes sacos presos às costas. Era um trabalho que durava horas seguidas, atravessava dia e noite, tanto nas ruas como, quase sempre, em estabelecimentos mal iluminados e sujos, e em exposição constante às altas temperaturas do forno e à umidade”.²

Apesar das reivindicações de João de Mattos serem anteriores aos movimentos operários que assolaram a América do Sul no início do século XX, algumas fontes históricas do Rio de Janeiro também registraram a existência de comerciantes ibéricos, vinculados ao ramo das padarias, já na década de 1860. Nos livros de *Escravos ao Ganho*, aparecem espanhóis com sobrenomes de origem galega, mandando homens livres e escravos carregarem cestas de pão com produtos do seu estabelecimento: “Gabriel Manera, espanhol, com padaria na rua do Catete, nº 126, pede 5 licenças para mandar vender pelas ruas da cidade pão e biscoito por pessoas livres e por seus escravos”.³

E este não foi o único caso. Temos mais exemplos de padeiros espanhóis solicitando licenças para vender as suas mercadorias, como o comerciante Antonio Gomes, morador à travessa de São Francisco, nº 6, dono do escravo Miguel, crioulo (nascido no Brasil); ou José Romão de Carvalho, espanhol, morador à Rua do Saco, nº 30, freguesia de Santana, que pediu licença para sete escravos andarem ao ganho. Por último, Ceferino Gonçalves, morador à Rua da Princesa dos Cajueiros, nº 108, freguesia de Santana, que, muito bem informado, diz que: “pelo edital de 13 de dezembro de 1844 precisa solicitar licença para que possa vender pão pelas ruas da cidade em um cesto à cabeça do negro”.⁴

Os imigrantes se utilizavam da mão-de-obra livre para vender pães pela cidade e alguns deles dispunham de um número maior de escravos urbanos que a maioria dos senhores brasileiros (a média era entre três e cinco escravos), como foi o caso de José Romão de Carvalho (nome aporuguesado). Era o começo de um controle por parte de alguns galegos de determinados setores do mercado de trabalho carioca. Com a chegada da República e a abolição da escravidão, o mercado de padarias foi cedendo espaço à emigração massiva de portugueses e galegos. A exploração dos patrões e as duras condições de trabalho que sofriam os negros eram também vividas pelos imigrantes brancos e pobres.

O mercado das padarias foi abrindo espaço para os portugueses e espanhóis que chegavam no século XIX, antes da Grande Imigração, dando início a uma rede de inserção socioprofissional. É possível perceber, através da documentação referente aos escravos ao ganho, a participação dos imigrantes na sociedade escravista, beneficiando-

se da mão de obra dos negros, para desenvolver e expandir os seus negócios. No caso dos espanhóis donos de padarias é surpreendente a atividade desses pioneiros, a utilização de mão de obra escrava em seus negócios juntamente com trabalhadores livres e, conseqüentemente, o entrosamento e adaptação ao ambiente urbano e à cultura escravista para obter a ascensão nos negócios.

As cadeias migratórias e redes de solidariedade também se formaram no cotidiano das padarias. Os escravos ao ganho, na segunda metade do XIX, foram substituídos pela mão de obra livre, e, em muitos casos, estrangeira. Os chamados ganhadores livres do mercado ambulante vendiam pães pelas ruas do Rio de Janeiro, apresentando como fiadores, em muitos casos, os donos de padaria da mesma nacionalidade: “Francisco Marinho, súdito espanhol, morador a Ladeira do Seminário, n° 45, freguesia de São José quer licença para andar ao ganho. Apresenta para seu fiador ao Sr. Anselmo José Barbeito, morador à Rua da Ajuda, 197 e estabelecido com padaria”.⁵

A possibilidade desses espanhóis, anteriormente, terem sido, segundo definição do próprio João Mattos, *escravizados livres*, é muito grande. Mesmo desconhecendo a sua trajetória desde a chegada ao Brasil, os estudos vinculados à imigração urbana ibérica deixam claro o caminho que deveria ser traçado pelos comerciantes: o início da experiência migratória sempre é árdua e exige um esforço de décadas na escalada da ascensão comercial. O imigrante não inicia a sua experiência com dinheiro para investir. Somente os árduos anos de trabalho possibilitavam, em alguns casos, o enriquecimento ou alguma mobilidade sócio econômica.⁶

A classe conflitiva: padeiros organizados

Na América do Sul, em países receptores de grande fluxo migratório como o Brasil e a Argentina, a imagem da classe trabalhadora está associada ao elemento estrangeiro, condicionando, dessa forma, o discurso político e o comportamento das elites na passagem do século XIX para o XX. À construção da identidade nacional, em conflito com uma sociedade heterogênea, apareceram outras questões no Rio de Janeiro e na Buenos Aires do início do século XX: a emergência de uma problemática social com a aparição de uma crescente conflitividade no mercado de trabalho e de uma paralela violência política alternativa por parte de grupos ativistas anarquistas, que eram facilmente identificados como resultado da imigração sem limites, descontrolada. A chamada teoria da “flor exótica” apontava os imigrantes como os aliciadores das classes operárias nacionais e responsáveis pela situação de desordem e greves que invadiram as jovens repúblicas sul-americanas.

No caso do Rio de Janeiro, durante a primeira década republicana, a cidade vive uma fase radical de profundas transformações de natureza econômica, social, política e ideológica. Todas essas transformações estavam estreitamente ligadas à migração de escravos libertos da zona rural para a urbana, à intensificação da imigração e às melhorias nas condições de saneamento.⁷

Nessa época, a cidade começou a crescer de forma contínua. Suas ruas e avenidas

despontavam em um rápido ritmo, surgiam novos transportes como o bonde e o automóvel, apareciam os bancos e as indústrias. A demografia carioca também apresentava importantes transformações em sua estrutura populacional, com a chegada de centenas de migrantes rurais e o aumento da imigração. A população do Rio, em 1870, se limitava a 235.381 pessoas, já em 1890 contava com 522.651 e, 15 anos depois, em 1906 eram 811.443 os que habitavam a posteriormente denominada *cidade maravilhosa*. A população continuou aumentando desenfreadamente e, em 1920, a cifra chega a 1.157.873.⁸ Era necessário reformular a cidade, modernizá-la, segundo os conceitos e as reformas vistas por uma elite, por uma burguesia que só favorecia a sua própria classe e ignorava as camadas sociais que faziam parte desse entorno. Dentro desse contexto, a imigração se intensifica, acompanhando a transição para uma ordem capitalista de uma sociedade constituída por uma massa de ex-escravos analfabetos e despreparados. O aumento do custo de vida era agravado pela imigração que ampliava a oferta de mão-de-obra e acirrava a luta pelos escassos empregos disponíveis.⁹

A imagem negativa dos imigrantes, numa sociedade, que ora incentivava a imigração, ora rechaçava a presença dos estrangeiros, com uma política imigratória ambígua, ganhou força ao longo das primeiras décadas do século XX, quando foi criada a lei dos indesejáveis, em 1907, aplicada com mais vigor a partir de 1920. Apesar de continuarem chegando imigrantes de forma massiva, de todas as partes do mundo, o Estado tentava controlar a entrada dos estrangeiros e o seu comportamento no cotidiano do país. Essa Lei marcou a imagem do estrangeiro na cidade, dividindo opiniões que oscilavam entre o discurso favorável a uma imigração branca e outro, xenófobo, que transformava os estrangeiros em bode expiatório da criminalidade social.

Marcos Luiz Bretas, no seu livro *A Ordem na Cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*, analisa o mesmo contexto histórico correspondente ao dos processos de expulsão e de parte do período da primeira imigração massiva. Referindo-se à cidade do Rio de Janeiro após as reformas urbanísticas de Pereira Passos, ele afirma que:

“...a nova cidade europeizada fazia jus a algo melhor do que seus velhos habitantes. Expulsá-los de suas moradias não era o suficiente: urgia livrar o centro da capital do espetáculo de sua miséria. Mas eles não podiam ser eliminados pura e simplesmente, pois forneciam a mão-de-obra barata indispensável à elite”.¹⁰

Com a nova remodelação da cidade, outros papéis e funções no cotidiano começam a ser revistos. O papel da polícia, por exemplo, na imposição da ordem e no controle dessas massas de trabalhadores pobres, cresceu como consequência do temor à desordem e à insegurança pública. Prostituição, crimes, vadiagens e movimentos sindicais não combinavam com a imagem *glamourosa* que se queria construir do Rio de Janeiro. A imagem do imigrante trabalhador, edificador, se unia à ideia de marginalidade e de elementos perigosos à construção do país.

O enfrentamento dos padeiros ibéricos no Rio de Janeiro e em Buenos Aires
Érica SARMIENTO

Na Buenos Aires do final do século XIX, início do XX, o panorama não era diferente. Assim como sucedeu no Rio de Janeiro, o Centro da capital argentina, também passou por reformas urbanísticas, a partir de 1870, acarretando grandes consequências sociais. A especulação urbana fez com que a parcela da população que vivia nos cortiços fosse obrigada a se retirar do espaço central. A Avenida de Mayo, da mesma forma que a Avenida Central no Rio nas reformas de Pereira Passos, tornou-se um dos orgulhos dos *porteños*, o cartão de visita que diferenciava Buenos Aires de outras cidades novas. A comparação com Paris era constante nas observações dos viajantes que por ali passavam.¹¹

O rápido crescimento de Buenos Aires e seu contínuo progresso provocavam o surgimento de duas cidades: a que era favorecida com investimentos e a outra, aquela esquecida pelas autoridades. Como esclarece Adrian Gorelik, em seus estudos sobre Buenos Aires, a cidade se configura em uma fronteira que é geográfica e cultural, localizada entre duas culturas:

*“Las dos culturas se afincan irreductiblemente en el centro y en el nuevo barrio fronterizo, aunque muchas veces sus integrantes compartan espacios y franjas de la sociedad: más que dos culturas, entonces, estrictamente, se trata de modalidades diferentes de estar en la ciudad. Quiere decir esto que los sujetos sociales no funcionarán de idéntica manera en uno y otro ámbito: que el burocrata criollo que en la oficina accede a los temas y problemas de la cultura central y de la ciudad tradicional, el artesano inmigrante que se integra en el taller o el hijo de inmigrantes que se integra primero en la escuela y en la Universidad después, todos ellos, en el barrio forman parte- junto a aquellos otros que no se mueven de allí- de la producción de un compuesto social y cultural que, a la vez que va a operar como un sistema de traducción cultural, en estos primeros años va a permanecer ignorante de esos otros puntos de contacto y, sobre todo, va a ser ignorado por ellos”.*¹²

Tal como no Rio de Janeiro, os cortiços de Buenos Aires foram lugares de moradia da classe trabalhadora. Segundo Norberto Ferreras, foi nesses espaços de classe, claramente segregados dos espaços burgueses, que ideias socialistas e anarquistas floresceram e cresceram.¹³ Junto com o desenvolvimento da cidade, a imagem dos imigrantes modificava com a entrada do novo século. A mudança de percepções e de mentalidade das elites, de imigrante trabalhador a de potencialmente perigoso, se revelou com as mudanças no sistema eleitoral e na permanência dos estrangeiros¹⁴. A cidade experimentava um crescimento extraordinário: passou de 663.854 habitantes em 1895 a 2 415. 142 em 1936.

No ano de 1901, o Ministro do Interior da Argentina, Joaquín V. González propôs um projeto de reforma onde todos aqueles estrangeiros que fossem proprietários tivessem direito a votar, mesmo que não fossem naturalizados argentinos. Entretanto, o Congresso argentino impediu a continuação do projeto, porque, naquela conjuntura

histórica, era muito mais importante combater os elementos agitadores que beneficiar-se dos votos dos estrangeiros. No ano seguinte, a Lei de Residência refletia o novo clima do país em relação aos imigrantes: qualquer estrangeiro considerado perigoso poderia ser expulso e o país podia impedir a entrada dos imigrantes sem a necessidade de ordem judicial.

“Artículo 2º -El poder ejecutivo podrá ordenar la salida de todo extranjero cuya conducta comprometa la seguridad nacional o perturbe el orden público. [...]

Artículo 4º- El extranjero contra quien se haya se decretado la expulsión, tendrá tres días para salir del país , pudiendo el poder ejecutivo, como medida de seguridad pública, ordenar su declaración hasta el momento del embarque”¹⁵

O clima de tensão pode ser percebido através da imprensa nacional:

“Anoche se reunió el comité ejecutivo del partido socialista, para seguir tratando del meeting que se verificará el domingo próximo y se acordó lo siguiente [...] invita a todas las sociedades gremiales, logías masónicas, centros liberales, y sociedades democráticas, para que concurran al meeting que, contra la ley de residencia de extranjeros, se celebrará el domingo...”¹⁶

No início do século XX, a imagem do imigrante, antes ligada indiscutivelmente ao progresso e à civilização, também passa a estar vinculada à desordem e à marginalidade. As políticas migratórias restritivas, que vão surgir para abafar as reivindicações acerca das *questões sociais*, cada vez mais latentes com a proliferação de sindicatos, do associativismo e dos movimentos das classes trabalhadoras, utilizavam de meios coercitivos como a expulsão dos estrangeiros, as prisões, os fechamentos de jornais e a violência policial.

Segundo Fernando Devoto:

“Tanto na Argentina quanto no Brasil, estabeleceu-se, no plano das ideias, uma correlação entre o tema racial e a imigração em massa. Na primeira década do século XX, diante do aumento da criminalidade na Argentina, não faltaram “argumentos” científicos contra a imigração, apoiados em autores italianos como o criminologista Enrico Ferri, para quem os latinos tinham tendência à prática do homicídio e do infanticídio. O estigma foi também estendido à raça negra e à amarela”¹⁷.

A Ley de Residencia, do ano de 1902, foi a primeira legislação argentina elaborada especialmente para discriminar os estrangeiros, pois até então a oligarquia não tinha considerado necessário tomar medidas drásticas contra a imigração. Segundo Dolores Vieites Torreiro, para a oligarquia:

“...el anarquismo era una flor exótica importada de la caduca Europa pero que no se derrollaría en un continente joven, lleno de oportunidades y donde no existía la llamada cuestión social. De ahí que se tendiera a establecer una

*ligazón entre agitación obrera y presencia inmigrante, apareciendo ésta como causante de todos los conflictos sociales...*¹⁸

Os padeiros, no começo do século XX, formavam uma das classes trabalhadoras que se destacava pela violência e pelo uso de bombas que distribuíam pela cidade. No Rio de Janeiro, uma das preocupações constantes da polícia em relação aos estrangeiros e aos movimentos operários era o uso de dinamite. Algumas associações anarco-sindicalistas, como a União dos Empregados de Padaria, incitavam os trabalhadores à luta violenta, utilizando a Propaganda pelo Ato. Apesar de serem minoritárias dentro do movimento anarquista, essas associações espalharam o terrorismo pela cidade gerando um clima de tensão entre as autoridades brasileiras e outros sindicatos que eram contrários a essa prática. Foi a desculpa perfeita para que a imprensa e a polícia considerasse a todos os sindicalistas como perigosos terroristas.

“Na capital brasileira, a exemplo do já sucedido no restante do mundo, foram as bombas o principal argumento a sustentar a propaganda anti-anarquista, tornando-se a principal justificativa no encaminhamento da repressão sobre todo o movimento anarquista, e para além dele, sobre todo o movimento operário”.¹⁹

O líder dos padeiros, o já mencionado João de Mattos, organizou o Bloco de Combate dos Empregados de Padaria, cujo lema era “Pelo Pão e pela Liberdade”. Ele chegou ao Rio no ano de 1878, após estabelecer os primeiros contatos com cativos que trabalhavam nas padarias das cidades de Santos e de São Paulo. A violência utilizada pelos padeiros era consequência de uma situação insustentável, provocada pela escravidão e pelas árduas jornadas de trabalho. Criou-se, assim, em 1898, a Sociedade Cosmopolita Protetora dos padeiros, transformada em sindicato, com os lemas: “Trabalho, justiça e Liberdade”, sem distinção de cor, crença ou nacionalidade” e “Um por todos e todos por Um”. O sindicato criou um jornal semanal intitulado *O Panificador*, com tiragem de até dois mil exemplares.²⁰

Muitas fontes históricas e estudos de casos, que analisam as trajetórias individuais, demonstram que os padeiros afincados em territórios sul americanos, oriundos da Península Ibérica, correspondiam a um perfil de imigração muito distante daquele construído pela teoria da *flor exótica*: eram jovens varões, oriundos das áreas agrícolas, desembarcados ainda em tenra idade.

O caso do imigrante galego Primitivo Ayrosa, condenado e expulso na década de 20, por ser anarquista, desconstrói a teoria. No processo-crime do ano de 1911, Primitivo aparece como um jovem empregado de padaria, de apenas 17 anos, envolvido em uma briga com os colegas de trabalho, dentro do próprio estabelecimento. O episódio não mantinha qualquer relação com ideologias políticas, pelo contrário, o acusado era menor de idade e réu primário. Desconhecemos o ano de chegada do imigrante no Brasil, mas nos autos, Primitivo Ayrosa declara que vive há dois anos na Rua dos Inválidos. Concluímos, então, que, pelo menos, desde os 15 anos, ele já vivia no Rio de Janeiro.²¹

Dez anos se passaram e no de 1921, Primitivo Ayrosa foi expulso, junto com mais quatro companheiros, todos imigrantes, acusado de ser um perigoso anarquista. Os jornais da época estamparam as fotos nas páginas principais, enfatizando a nacionalidade daqueles jovens padeiros, que, em sua maioria, viviam, como no caso de Ayrosa, há mais de uma década no Brasil.

“Pelo pacote “Arlanza” seguiram ontem deportados para Portugal e Espanha mais sete indesejáveis dinamiteiros e perigosos anarquistas. [...] Os que ontem seguiram barra fora chamam-se Alexandrino Valente Coutinho, José Gonçalves Brito, Manoel Barbosa, Abel Ribeiro dos Santos, João de Oliveira, Primitivo Ayrosa e Vicente de Dios Bello”.

A exceção dos dois últimos, que são espanhóis, todos os outros são portugueses”.²²

Astrogildo Pereira, em seus inícios de atividade política, escreveu no jornal anarquista *A Guerra Social*. Nessa época, ele pertencia ao grupo chamado Jovens Libertários. Em artigo intitulado *A Velha História*, contestou ferreamente a postura do *Jornal do Comércio* que alegava que no Brasil não existia a questão operária e que o anarquismo era coisa de estrangeiro:

“A história que é muito velha, divide-se em dois pontos principais. Primeiro, que no Brasil não há questão operária; segundo que os meneurs de grèves são anarquistas estrangeiros. Vejamos: no Brasil também há patrões e operários, logo há questão tão operária. Fica assim liquidado, sem rodeios supérfluos o primeiro ponto da história”. [sic]²³

Com um toque de humor, seguem as explicações ao longo do texto, do que para ele resultava óbvio:

“Ao segundo, pois. O anarquismo, efectivamente, não é uma couza oriunda do Brasil. Veio da Europa, como da Europa nos veio tudo, desde o português Alvarez Cabral até á franceza Mme Castera. [sic]

Mas quer isso dizer que todos os anarquistas que aqui vivem não nasceram no Brasil?”

E responde, incluindo a si mesmo, como prova da existência de anarquistas brasileiros: “Eu, por exemplo, que sou um dos jovens libertários, a que alude o *Jornal*, sou também um sujeito brazileirissimo... segundo a jeografia usada pelos tais jornalisteiros” [sic].

Infelizmente, para o caso de Buenos Aires, não dispomos de fontes tão valiosas como os processos de expulsão, mas, na imprensa argentina, é possível recuperar episódios importantes do cotidiano das classes trabalhadoras, envolvendo os padeiros. Entre 1900 e 1902, os movimentos grevistas adquiriram proporções extraordinárias, tanto em Buenos Aires como em vários portos localizados no rio Paraná. Para se se ter

uma idéia da dimensão do acontecimento, o novo século inicia-se com uma grande greve envolvendo a 4 mil trabalhadores portuários. Em 1901, o conflito acentuou-se com as greves da Companhia de Navegação Mihanovich, e, posteriormente, a adesão dos trabalhadores dos portos de San Nicolás, Ramallo, Bahía Blanca e Ensenada. As greves envolveram vários sindicatos, agrupando tanto a classe dos padeiros como também trabalhadores da fábrica de cigarro de Rosário.²⁴

O jornal *La Prensa*, do ano de 1902, divulgava a circular da comissão do *Sindicato de los obreros panaderos*, que alertava sobre as más condições de trabalho nas padarias. Em alguns comércios, os empregados eram proibidos de voltar aos seus lares depois de árduas jornadas e estavam obrigados a pernoitar no local de trabalho.

*“a) Puerta abierta” para volver a la casa en las horas de reposo, para descansar y dormir; b) Suplemento de salário de \$ 1.20 por jornal, además de un kilogramo de pan por persona; c) “Trabajo organizado” en las panaderías, es decir, recibir solo a los obreros organizados en el sindicato. Los patrones rechazaron totalmente el pedido de los trabajadores”.*²⁵

O *Sindicato de obreros panaderos* de Buenos Aires dá início a uma série de boicotes contra a chamada padaria *Princesa*. A causa do conflito foi a proibição da entrada dos membros dos sindicatos nas instalações. A finalidade do boicote era obrigar os donos da padaria a firmarem um acordo, reconhecendo o direito dos padeiros a se filiarem ao sindicato. A partir desse acontecimento, inicia-se uma prolongada campanha, que resultou em seguidos episódios de violência e graves choques entre os trabalhadores promotores do boicote, policiais e fura-greves. O estopim da situação ocorreu em fevereiro de 1902, quando foram detidos dois secretários do *Sindicato de obreros panaderos*: F. Berri e J. Calvo.²⁶

O nascimento do movimento operário argentino é inseparável da imigração, pois seus protagonistas são principalmente os italianos, espanhóis, portugueses e franceses que desembarcaram nos portos argentinos, principalmente, a partir da segunda metade do século XIX. Da mesma forma, também era inseparável o debate sobre os perigos morais da imigração, no que diz respeito à forma como a opinião pública associava, muitas vezes, a prostituição e a rede de tráfico de brancas com a imigração europeia. A Argentina adotou uma política de restrição à imigração baseando-se unicamente nas características individuais e no potencial dos imigrantes e não seguindo um sistema de cotas por grupo nacional. Em 1919, o governo do presidente Hipólito Yrigoyen pôs em vigor um decreto de seu antecessor, Victorino de La Plaza, que exigia aos futuros imigrantes três certificados: médico, antecedentes penais e outro que atestasse que o imigrante não vivia como mendigo. Esse sistema (o individual) difere de países como o Brasil e Estados Unidos que fixavam as cotas segundo o grupo nacional.²⁷

A interlocução entre as classes operárias e os trabalhadores do Cone sul era constante. Através da divulgação de notícias na imprensa anarquista e/ou operária e também na imprensa nacional, é possível, ao menos, recuperar uma parte desse diálogo

estabelecido entre os trabalhadores dos países vizinhos. Os jornais anarquistas brasileiros, como *A Guerra Social*, do ano de 1911, denunciam as arbitrariedades do governo argentino com uma série de artigos intitulados “Barbárie na Argentina”. O título, em tom irônico, subentende-se como uma associação direta com a dicotomia *civilização x barbárie*, utilizadas por intelectuais e políticos como Domingo Faustino Sarmiento e Juan Alberdi, no século XIX, na construção de políticas imigratórias dispostas a resolver os problemas de povoamento e as questões raciais da incipiente nação. Os artigos são assinados por José B. Montichel, radicado no Uruguai. Segundo Montichel: “Continua a repressão [...] Novas prisões, expulsões e processos, está é a tarefa dos bárbaros que governam neste paiz”.²⁸

Nesse período, a Lei de expulsão no Brasil, já havia sido decretada, no ano de 1907 e os trabalhadores estavam atentos às arbitrariedades cometidas pelas polícias de ambos países. No dia 29 de junho de 1911, a mesma coluna *Bárbarie na Argentina* adverte sobre o fechamento de um jornal em Buenos Aires; e demonstra a preocupação com o tratamento dos imigrantes que escolhiam a Argentina como país de destino:

“A polícia mandou apprehender um jornal, effectuando a prisão de seus redactores. Por proibição expressa do governo, este periódico não pôde ser publicado, por considerarem-no attentatório á ordem estabelecida. Isso foi noticiado a semana passada por todos os diários buenaireses sem um commentario, sem um protesto, ainda mais ocultando a maior parte dessa arbitrariedade para maior vergonha desse povo [...] cuja corrente emigratória diminui de dia para dia...”[sic]²⁹

No ano seguinte, às denúncias e queixas dos trabalhadores argentinos, aparece uma reportagem intitulada *O grande movimento no Rio*. O movimento, ovacionado pelo periódico, que não economiza elogios, reúne diversas classes de trabalhadores, entre elas, as consideradas mais radicais e com grande participação de imigrantes ibéricos: os empregados em hotéis e os padeiros. Os sindicatos, as classes operárias, todos saem às ruas para protestar contra as prisões dos militantes e a violência policial exercida contra os trabalhadores. “É a greve dos empregados em padaria que mais se destaca na atual agitação operária. Evidenciar aqui as suas condições de trabalho seria difícil. Mas não há escravo que se rebele. E os padeiros entenderam que é chegado o momento de melhorar a sua situação”.³⁰

A luta dos padeiros no Rio de Janeiro e as propostas de melhorias da condição da classe continuaram ao longo da década de 20. Representados pelo jornal *O Panificador*, o órgão dos empregados em padaria, eles reivindicavam o término do trabalho noturno e o fabrico do pão durante o dia:

“É aspiração geral da classe, pôr em prática a manipulação do pão de dia: sem que esta transformação venha prejudicar qualquer interesse: quer dos proprietários, do público ou dos trabalhadores. Na Itália, França, Hespanha,

Uruguay e Argentina e mais paizes, o fabrico do pão já é feito de dia. O público nada perde com esta transformação, e o patronato e os trabalhadores lucram muito”.³¹

Nessa reportagem, os padeiros mencionam a Argentina e Uruguai como países que já eliminaram o trabalho noturno, uma das principais reivindicações da classe.

A análise, através da imprensa e dos processos criminais, contribuiu, ao longo desse artigo, na construção de uma parte da história do mundo do trabalho das sociedades *porteña* e carioca. São duas capitais com processos históricos similares, no que diz respeito ao fenômeno migratório e à inserção dos estrangeiros no mercado profissional. Em ambos países, a política imigratória vai tentar enquadrar o imigrante no projeto de nação e nas políticas modernizadoras empreendidas nas duas capitais. Entretanto, o desenvolvimento e o planejamento urbanístico vão se confrontar com as péssimas condições de vida de muitos trabalhadores, como o caso dos padeiros, que vão buscar ser ouvidos através da imprensa, das manifestações e dos sindicatos.

Notas e referências

- ¹ BR/Rio de Janeiro, Arquivo Geral do Estado do Rio de Janeiro (doravante AGCRJ), Fundo (APERJ), Fundo DPS, d 30055, Fls 99 a 117, Histórico de 1876 de João de Mattos (Foi mantida a grafia original nas citações). A análise completa do documentos está no livro de Leila DUARTE, *Pão e Liberdade. Uma história dos padeiros e libras na virada do século XIX*, Rio de Janeiro, Mauad/ Faperj, 2002.
- ² Juliana Barreto FARIAS, *Entre identidades e diásporas: Negros minas no Rio de Janeiro (1870-1930)*, Dissertação de mestrado apresentada no programa de Pós-Graduação em Historia Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004, p. 40.
- ³ BR/Rio de Janeiro, AGCRJ, Códice 6-1-52, Escravos ao ganho (1860-1861).
- ⁴ Ibid.
- ⁵ BR/Rio de Janeiro, AGCRJ, Códice 44 -1-49, Ganhadores livres.
- ⁶ Para ver o caso dos galegos no Rio, Érica SARMIENTO, *Galegos no Rio de Janeiro (1850-1970)*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela,ed., 2006; Galegos e espanhóis em Buenos Aires, vid. as obras de José C. MOYA, *Primos y extranjeros. La inmigración española en Buenos Aires, 1850-1930*, Buenos Aires, Emecé, 2004; e Ruy FARÍAS (org.), *Bos Aires Galega*. A Coruña, Toxosoutos, 2010.
- ⁷ Sidney CHALHOUB, *Trabalho, lar e botequim: vida cotidiana e controle social da classe trabalhadora no Rio de Janeiro da Belle Époque*, Dissertação de mestrado, Departamento de História,, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 1984, p.22.
- ⁸ Mary Hesler de Mendonça MOTTA, *Imigração e trabalho industrial- Rio de Janeiro (1889-1930)*, Dissertação de mestrado, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 1982. A autora alerta sobre a imprecisão dos dados dos censos do Rio de Janeiro entre os anos de 1906 e 1920. Devemos sempre contar com uma porcentagem de erros nas estatísticas oficiais.
- ⁹ José Murilo de CARVALHO, *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi, São Paulo, Schwarcz editora, 1987, p.21.
- ¹⁰ Marcos Luiz BRETAS, *Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro:1907-1930*, Rio de Janeiro, Rocco, 1997, p. 21.
- ¹¹ Norberto Osvaldo FERRERAS, *O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)*, Niterói, Eduff, 2006, p.29.
- ¹² Adrián GORELIK, *La grilla y el Parque. Espacio público y cultura urbana en Buenos Aires, 1887-1936*, Bernal, Universidad Nacional de Quilmes Editora, 2010, p.178.
- ¹³ Norberto Osvaldo FERRERAS, p.89, cit.

O enfrentamento dos padeiros ibéricos no Rio de Janeiro e em Buenos Aires
Érica SARMIENTO

- ¹⁴ J. A. ALSINA, *La inmigración en el primer siglo de la independéncia*, Buenos Aires, Felipe S. Alsina, 1910; L. A. BERTONI, La hora de la confraternidad. Los inmigrantes y la Argentina en conflicto, 1895-1901, *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, n.32, 1996, pp.61-84, Xosé Manoel e NÚÑEZ SEIXAS, *O inmigrante inaxinario. Estereotipos, identidades e representaciós dos galegos na Arxentina (1880-1940)*, Santiago de Compostela, USC, 2002.
- ¹⁵ AR/Buenos Aires, *El País*, 23.11.1903, p.5.
- ¹⁶ AR/Buenos Aires, *La Nación*, 04.01.1903, domingo, p.9.
- ¹⁷ Fernando DEVOTO e Boris FAUSTO, *Brasil e Argentina. Un ensaio de historia comparada (1850-2002)*, São Paulo, Editora 34, 2004, p.174 e 176.
- ¹⁸ Dolores Vieites TORREIRO, “La participación de los gallegos en el movimiento obrero argentino (1880-1930)”, Xosé Manoel NÚÑEZ SEIXAS, (org.). *La Galicia Austral. A inmigración gallega en la Argentina*, Biblos, 2001, p.164.
- ¹⁹ Lená Medeiros de MENEZES, *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade*, Rio de Janeiro, Eduerj, 1996, p.109.
- ²⁰ Leila DUARTE, cit., p.45.
- ²¹ BR/Arquivo Nacional (AN), OI 02677.
- ²² BR/ Rio de Janeiro, *Gazeta de Notícias*, 24.03.1921, p.1.
- ²³ BR, *A Guerra Social*, 3.02. 1912.
- ²⁴ Gabriela Anahí CONSTANZO, *Sociedad* (B. Aires) vol.3, Buenos Aires, 2007.
- ²⁵ Iaacon OVED, *El anarquismo y el movimiento obrero en Argentina*, México, Siglo XXI, 1978, p. 241.
- ²⁶ *Ibid.*, p.241 e 242
- ²⁷ Fernando DEVOTO, *Historia de la inmigración ...*, cit., p. 170.
- ²⁸ BR, *A Guerra Social*, 16.06.1911, p. 1.
- ²⁹ BR, *A Guerra Social*, 29.06. 1911, p.3.
- ³⁰ BR, *A Guerra Social*, 18.01.1912, p.2.
- ³¹ BR, *O Panificador*, agosto de 1921, p.2.

Os intelectuais nas comunidades de imigrantes na América: Um estudo dos lituanos

*Erick Reis Godliauskas Zen**

Ao iniciarmos a pesquisa sobre os ativistas comunistas lituanos na América, nos deparamos com complexas trajetórias de militantes comunistas que, com sua escrita em idioma lituano, lutaram e expressaram suas posições pelos órgãos de imprensa, organizadas junto aos partidos comunistas. Suas trajetórias atravessaram, muitas vezes, as fronteiras dos Estados nacionais nos quais haviam se estabelecido como imigrantes. Cruzando fronteiras, estabelecendo contatos e trocas de escritos, se formaram como ativos intelectuais e enfrentaram a clandestinidade, a tortura, a expulsão, além das mais diversas dificuldades com as mudanças de linha dentro dos partidos. Alinhados ao comunismo soviético, suas trajetórias sofreram uma ruptura decisiva, quando seu país de origem, a Lituânia, foi incorporada à União Soviética e, nas décadas seguintes, muitos destes ativistas optaram por retornar à Lituânia Soviética. Esses intelectuais, *re-imigrados*, assumiram diferentes funções na esfera intelectual, sobretudo no período pós-Stalin, ou, através dos seus escritos, exerceram importante influência. Para entendermos essas trajetórias optamos por realizar um estudo específico de cinco intelectuais: Alfonsas Marma, Pranas Ulevičius, Linas Valbasys, Rojus Mizara, Antanas Zokas.

Em comum, estes intelectuais tiveram uma trajetória de imigração da Lituânia para a América a atividade intensa nos meios culturais e de imprensa no idioma lituano na Argentina, Brasil e Uruguai e o retorno para a União Soviética, onde também exerceram influência pelas suas ideias, assumindo posição de destaque nas universidades, institutos de pesquisa, bem como na literatura na Lituânia Soviética. Ainda com esse propósito é preciso destacar o que denomino de *trajetória interrompida*. Interrompida, pois as balas da polícia paulista mataram Alfonsas Marma, eliminando um dos mais importantes ativistas comunistas lituanos que atuaram na América.

* Erick Reis Godliauskas Zen é doutor e mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente realiza estágio de pós-doutorado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e é pesquisador colaborador do LABIMI.

Este é um estudo inicial de uma pesquisa em progresso, na qual procuramos investigar os principais jornais em idioma que circulavam na América do Sul: Na Argentina - *O Amanhã (Rytojus)*, no Brasil - *A Nossa Palavra (Mūsų Žodis)*, no Uruguai - *O Trabalho (Darbas)*. Observamos que à produção realizada na América do Sul se somavam os jornais lituanos comunistas produzidos nos Estados Unidos, sobretudo os jornais *A Liberdade (Laisve)* e *A Onda (Vilnis)*.

A partir da análise da produção destes impressos buscamos conhecer e reconhecer os produtores tipográficos e os intelectuais que tornavam essa produção e circulação possível. Ao indentificá-los, buscamos conhecer suas propostas políticas e suas vidas. Essa tarefa nos exigiu uma longa pesquisa em diversos arquivos na Argentina, no Brasil, no Uruguai e na Lituânia, reunindo documentos de diferentes origens, muitas vezes dispersos, para nos aproximarmos dos intelectuais lituanos responsáveis pela realização destas publicações.

A formação na América

Para compreender o processo imigratório e a formação destes intelectuais se faz necessário, ainda que brevemente, retomarmos as mudanças políticas na Lituânia. Nos anos de 1930, a Lituânia viveu um período ditatorial de inspiração fascista liderada pelo então presidente Antanas Smetona (1874 – 1944) cuja admiração, e podemos dizer culto, à imagem do ditador italiano Benedito Mussolini era pública. Seu governo (1927 – 1940) empreendeu ampla perseguição aos movimentos de esquerda, em particular aos comunistas. O resultado foi, por uma lado, a prisão e execução de diversos ativistas; por outro a emigração como forma de escapar das perseguições. Além disso, o governo de Smetona foi um verdadeiro desastre do ponto de vista administrativo, em particular nos primeiros anos, provocando uma onda de emigração para América. Dadas as restrições impostas para o ingresso nos Estados Unidos, neste período, foi a América do Sul o principal destino dos lituanos.

Além da crise econômica, o projeto de viés fascista também causou a fuga de diversos ativistas socialistas e comunistas para a América que se espalharam pelo continente, muitos deles ainda jovens. Desta maneira, muito da formação política dos lituanos que aderiram à esquerda se deu pela oposição do governo de Smetona, sendo o combate ao fascismo um dos catalisadores que impulsionaram a adesão dos emigrados lituanos aos partidos comunistas na América e ao Partido Comunista Lituano (LKP).

A história das organizações lituanas, orientadas a uma perspectiva socialista na América, tiveram início concomitante ao processo de estabelecimento destes imigrantes no continente. Na Argentina, as primeiras organizações socialistas lituanas formaram-se no ano de 1914, em especial, a *Aliança Socialista Lituana (Lietuvių Socialistų Sąjunga)*, fundada em 4 de dezembro daquele ano no subúrbio de Buenos Aires, Argentina. A associação foi capaz de estabelecer seções na cidade de Berisso pouco depois. Após a Revolução Russa (1917) e a formação do Partido Comunista Argentino (PCA), a *Aliança Socialista Lituana* organizou um congresso, entre os dias 14 e 15 de dezembro

de 1918, na cidade de Quilmes, província de Buenos Aires.¹ Neste decidiram por aderir ao Partido Comunista e a formar um órgão de imprensa regular.

No início, as atividades da associação eram muito limitadas devido à falta de experiência e de recursos financeiros: conseguiram imprimir um número intitulado *O Boletim*, com as resoluções do congresso. Já o jornal regular a que se propunham foi bem mais difícil de ser levado adiante. É preciso aqui lembrar a situação precária em que viviam: em sua maioria os integrantes desta organização eram operários dos frigoríficos e podiam trabalhar nas associações e nos jornais apenas depois dos longos turnos e nos dias de folga. Por todas essas questões, *O Proletário (Proletaras)* teve poucos números e foi encerrado por falta de condições e recursos financeiros.

Apesar de todas as importantes iniciativas elaboradas pelos primeiros imigrantes lituanos na Argentina foi ao longo da década de 1920 que, de fato, as organizações conseguiram uma maior estabilidade e desenvolvimento. Da mesma forma, foi no final desse período, que obtiveram maior sucesso na organização de uma imprensa capaz de manter uma produção e circulação regular, as atividades culturais também ganharam força com os grupos de teatro, a formação de melhores bibliotecas e mesmo atividades esportivas. Na metade dos anos 1920 quando as maiores ondas imigratórias chegaram à América do Sul, as atividades lituanas puderam envolver uma maior quantidade de pessoas integrando os imigrantes recém-chegados.

Em 1926, na cidade de Córdoba, foi fundada a *Associação dos Amigos dos Lituanos de Córdoba (Lietuvių Savišalpos Draugija Kordoba)* que em 1929 foi renomeada *Sociedade dos Amigos Neptunas (Lietuvių Savišalpos Draugija Neptunas)*. A organização formou uma biblioteca além de promover o ensino do idioma lituano e de dar apoio às atividades culturais, além de se tornar um importante centro de distribuição dos periódicos lituanos que começaram a ser regularmente editados e distribuídos.

Para coordenar as atividades tanto das associações vinculadas às perspectivas de esquerda, como para incentivar a sua difusão fundaram, em 19 de outubro de 1924, na cidade de Avellaneda, província de Buenos Aires, a *Sociedade dos Trabalhadores Lituanos Esclarecidos na Argentina (Lietuvių Darbininkų Apšvietos Draugija Argentinoje, LDADA)*. Nos primeiros anos de atividade, sua principal função foi a de mobilizar os lituanos recém-chegados, bem como atrair as organizações já existentes. Nesse esforço para integrá-los acabaram por estabelecer contatos com um grupo de lituanos que recém se estabelecera em Montevidéu, Uruguai, e ali decidira formar uma seção da *Sociedade dos Trabalhadores Esclarecidos da América do Sul (Lietuvių Darbininkų Apšvietos Draugija Pietų Amerikoje)*. O resultado foi bastante positivo, pois em 1926 foram organizadas seções nas cidades de Córdoba, Berisso e Alsina para coordenar as atividades que foram realizadas entre 22 e 24 de maio. A principal questão debatida foi novamente a necessidade de formar um periódico que pudesse ser distribuído regularmente. Contudo, as iniciativas para formar este órgão de imprensa não tiveram resultados significativos.²

No final de 1926, os lituanos retomaram a iniciativa de fundar um jornal que desta vez foi bem sucedida e deram início ao *O Amanhã (Rytojus)*, primeiro jornal de

esquerda publicado regularmente na Argentina. A estratégia foi reunir todas as organizações lituanas de esquerda para contribuir financeiramente e integrá-las no trabalho de distribuição. Aderiram a esse projeto a *Associação dos Operários Lituanos Esclarecidos na América do Sul (Lietuvių Darbininkų Apsvietos Draugija Pietų Amerikoje)*, a *Estrela da Aurora (Aušro Žvaigzde)* de Rosário e a seção da Patagônia, *Os Miseráveis (Vargdienis)* em Berisso.

Além das associações, era possível a contribuição individual e cada participante deveria doar cinquenta centavos para a compra de cotas da cooperativa de imprensa, a ser formada, no valor de cinco pesos. Após reunir os recursos necessários para a compra de material de imprensa *O Amanhã (Rytojus)* foi lançado em 25 de janeiro de 1927.³ No entanto, o jornal frequentemente passava por dificuldades e sua publicação era precária e irregular, dado tanto à falta de conhecimento técnico dos responsáveis e a impossibilidade dos operários de trabalharem em tempo integral na publicação. Inicialmente, o jornal era realizado durante o período de folga dos trabalhadores e em suas próprias residências, o que dificultava a produção regular do periódico.

É preciso notar a dificuldade em se produzir um impresso sem que houvesse um conjunto de indivíduos que pudesse se dedicar em período integral tanto à produção escrita como à produção gráfica. Do ponto de vista prático, é impensável que alguém submetido a dez horas de trabalho volte para casa, acenda a lamparina e comece a preparar linotipos. O linotipo tinha um custo relativamente alto, exigia investimento constante para tinta, papel além de um conhecimento técnico que teria que ser aprendido de alguma forma. Além disso, era necessário distribuir os escritos, muitas vezes escapando da repressão policial.

Para superar as dificuldades, os organizadores do jornal entraram em contato com a coletividade lituana nos Estados Unidos, principalmente com a *Associação Literária dos Trabalhadores Lituanos na América (Amerikos Lietuvių Darbininkų Literatūros Draugijos, ALDLD)* que já distribuía regularmente suas publicações na América do Sul.

A *Associação Literária dos Trabalhadores Lituanos na América (Amerikos Lietuvių Darbininkų Literatūros Draugijos, ALDLD)* foi fundada na cidade de Nova York em 1921, como o resultado das divisões entre as organizações socialistas e comunistas formada por lituanos nos Estados Unidos. Na primeira década do século XX, os lituanos, cuja maioria havia se estabelecido em Chicago, formaram a *Aliança dos Lituanos Socialistas (Lietuvių Socialistų Sąjunga)* e conseguiram produzir diversos jornais que tiveram vida efêmera como *Passageiros (Keleivius)*, o *A Luta (Kova)* que foi fechado, em 1917 durante a repressão que se estabeleceu no período da Primeira Guerra Mundial e o *Liberdade (Laisve)*, fundado em 1911. Mais tarde o editor do jornal lituano de Baltimore, P. Grigaitis, mudou para Chicago dando início ao semanário *Notícias (Naujienos)* que chegou a se tornar um diário. Junto a este, outros jornais menores manifestavam a perspectiva socialista como *A Análise (Apžvalga)* e *A Nossa Verdade (Mūsų Tiesa)*. Em 10 de setembro de 1917, os socialistas, que ainda atuavam em conjunto, realizaram um congresso com o objetivo de constituir uma associação que possibilitasse a publicação e a circulação de livros, a qual foi chamada de *Associação*

Literária Lituana (Lietuvių Lieteraturos Draugijos, LLD), cujo centro localizava-se na cidade de Nova York.

Com a divisão na esquerda, a LLD também passou por mudanças, pois, em um congresso realizado em 1919, os socialistas se retiraram e os favoráveis à Revolução Russa assumiram a sua direção. O jornal *Liberdade (Laisve)* mudou sua sede de Chicago para Nova York assumindo também a perspectiva bolchevique. Sedimentava-se assim a divisão definitiva entre os lituanos e cada um dos grupos buscou atuar defendendo sua perspectiva e não raramente em conflito com as demais. A *Associação Literária dos Trabalhadores Lituanos (Lietuvių Darbininkos Literaturos Draugijo, LDLD)*,⁴ além do *Liberdade (Laisve)* de Nova York deu início à publicação do *Onda (Vilnis)*, em Chicago. Neste período a associação se aproximou das organizações de esquerda que atuavam nos Estados Unidos como o *Partido dos Trabalhadores (Workers Party)* a partir de 1921 e que em 1948 adotou o nome de *Partido Progressista (Progressive Party)*.

Diante da solicitação dos lituanos na Argentina, a LDLD enviou recursos financeiros para a aquisição de uma gráfica. É justamente neste ponto que encontramos Rojus Mizara (1895 - 1968). Mizara foi um dos mais importantes ativistas lituanos nos Estados Unidos, tendo desempenhado diversas funções nos jornais daquele país. A trajetória política de Rojus Mizara, que muitas vezes assinava seus artigos como Miko Rosados, teve início nos Estados Unidos, onde chegou em 1913 vindo da cidade de Alytus na Lituânia. Na América se estabeleceu em Chicago, onde aprendeu o ofício de gráfico e trabalhou assiduamente nos jornais lituanos editados naquele país. Primeiro em *O Passageiro (Keleivio)* e em *O Combate (Kovos)*. Em 1914 mudou para a cidade de Nova York, juntamente com a comissão editorial do jornal *A Liberdade (Laisve)* da qual foi redator. Militante comunista, foi um dos principais ativistas das organizações literárias naquele país, que resultou da ALDLD, da qual foi presidente por dezoito anos. Entre 1922 e 1925 foi o redator do jornal *A Onda (Vilnis)*, sendo um destacado participante das atividades dos partidos comunistas.

Além da atividade intelectual, Mizara conhecia a parte técnica da produção dos impressos e a preparação de jornais e livros. Essa, vale dizer, era uma das características dos ativistas comunistas que trabalharam na imprensa operária neste período. Os responsáveis pelos impressos dominavam, em sua maioria, tanto a atividade propriamente da teoria marxista, da escrita e também a da técnica de impressão. Não havia assim a divisão de trabalho entre quem escrevia e quem produzia os impressos. Nesse sentido, é que aos poucos as organizações lituanas foram reunindo condições para sustentar um editor e envolver mais pessoas para viabilizar a produção dos impressos, criando aos poucos um processo de *profissionalização* dos intelectuais da comunidade. Esta foi a trajetória de Mizara, e por essa razão foi ele o escolhido para ser enviado com o propósito de constituir uma gráfica e trabalhar para a formação política dos lituanos.

Com os recursos para a formação de uma gráfica e o conhecimento, Mizara aportou em Buenos Aires em 1927, trazendo também diversos livros, revistas e impressos em idioma lituano publicados nos Estados Unidos. De imediato ele assumiu a

responsabilidade pela produção do jornal *O Amanhã (Rytojus)* que passou a ter uma publicação e distribuição regular. Além disso, ajudou a melhorar a biblioteca e preparou uma série de cursos de formação política para os lituanos na Argentina. A qualidade e a quantidade de exemplares de *O Amanhã (Rytojus)* superaram expectativas e o jornal passou a ser distribuído regularmente também no Uruguai e no Brasil. Desses países o jornal passou a receber correspondência dos lituanos e a publicá-las constituindo um verdadeiro centro de informações em lituano para o Cone Sul. Mizara também aproximou o jornal dos Norte Americanos *A Liberdade (Laive)* e *A Onda (Vilnis)*. O resultado foi a formação de uma rede de comunicação entre os lituanos nas Américas.

A experiência de Mizara na Argentina durou aproximadamente um ano e quando do seu regresso aos Estados Unidos, escreveu um livro sobre a Argentina intitulado *A Argentina e os Lituanos que Ali Vivem (Argentina ir Ten Gyvenanti Lietuviai)*, publicado em 1929 na cidade de Nova York. O propósito central da obra, como anunciado no título, era fazer uma síntese da experiência dos lituanos no país. No entanto, o autor dedicou apenas os capítulos finais aos lituanos e o converteu em uma ampla análise da história e da situação política e econômica dos países da América do Sul, bem como das possibilidades de ação dos partidos comunistas, no continente. Nos capítulos dedicados aos lituanos na Argentina, buscou evidenciar as dificuldades vivenciadas naquele país, assolado pelos problemas econômicos. Diante deste quadro, bastante negativo, ressaltou as organizações políticas e a importância da colaboração das associações norte-americanas para o desenvolvimento dessas.

Pouco depois da partida de Mizara da Argentina, as organizações socialistas lituanas nesse país logo receberam outro militante com experiência e prática tanto na atividade organizativa, como na produção de periódicos. Enviado pelo Partido Comunista Lituano (LKP), em 1930, Pranas Ulevičius, aportou em Buenos Aires com a missão de dar continuidade ao *O Amanhã (Rytojus)*. Nascido em 17 de outubro de 1907 em Vilkaviskis, Ulevičius ingressou na Juventude Comunista Lituana no ano de 1925. No mesmo ano foi detido junto com outros ativistas. Solto, voltou a atuar na sua cidade natal, mas foi novamente preso em 1927 e passou a ser sistematicamente perseguido, o que impedia a sua ação. Emigrou para a Europa Ocidental e atuou entre 1928 e 1929 no Partido Comunista Lituano que mantinha uma seção na Alemanha, onde trabalhou na parte de produção de material impresso e literatura comunista. Foi novamente preso e quando solto passou a viver em Königsberg, mas foi novamente preso. Mudou para Berlim e mais tarde para Luxemburgo, onde também atuava politicamente entre os trabalhadores emigrados da Lituânia, principalmente distribuindo a revista comunista lituana *A Voz (Balsas)*. Em 1930 foi novamente preso e decidiu se mudar para a França. Não foi uma boa escolha, pois as autoridades francesas o enviaram novamente a Luxemburgo. Preso e expulso daquele Grão-Ducado, voltou para Berlim e depois para Hamburgo, quando se dirigiu para a América do Sul.

O início do trabalho de Pranas Ulevičius foi bastante complicado, pois logo a Argentina caiu sob um regime ditatorial e as organizações socialistas passaram a ser alvos sistemáticos da repressão. Assim, na madrugada de 22 para 23 de setembro de

1930, a polícia argentina invadiu a gráfica do jornal lituano e a empastelou, destruiu os móveis e as máquinas de impressão, além de apreender uma série de documentos, como as cartas, livros-caixa e demais documentos administrativos. Munidos destas informações a polícia passou a prender nos dias seguintes os ativistas lituanos que contribuíam com a publicação em suas residências. Na prisão eles foram submetidos a constantes torturas o que incluía espancamento, choques elétricos e afogamentos.

Diante da repressão, coube a Ulevičius reorganizar as atividades lituanas na clandestinidade formando uma gráfica e um jornal que pudesse substituir *O Amanhã* (*Rytojus*). A gráfica foi instalada no subúrbio de Buenos Aires, conhecida como Dock Surd, e ali deram início ao quinzenário *A Palavra Verdadeira* (*Tiesas Žodis*) cujo primeiro número saiu em 17 de outubro de 1930. Entre os principais objetivos da publicação estava o de denunciar os lituanos colaboracionistas e as condições vivenciadas pelos presos políticos. A ênfase nesta questão e o rápido sucesso da publicação levaram as autoridades argentinas a empreender ampla e violenta investigação entre os lituanos e no dia 30 de maio do ano seguinte a gráfica foi descoberta e seus responsáveis novamente presos.⁵

Em 1932, a política argentina sofreu uma nova reviravolta com a eleição de Augustin Pedro Justo (1876 – 1943). Com isto a repressão foi amenizada e o presidente concedeu anistia aos presos políticos, entre estes muitos lituanos que estavam detidos no presídio de Vila Devoto. Com a liberdade os militantes voltaram às suas atividades políticas. Naquele mesmo ano, os militantes lituanos em Buenos Aires deram início à reorganização de *O Amanhã* (*Rytojus*), que após retomar sua propriedade e reorganizar o seu conteúdo, voltou a ser publicado, chegando inclusive a receber amplo apoio dos lituanos radicados no Uruguai. No entanto, no ano seguinte as perseguições políticas voltaram a ameaçar *O Amanhã* (*Rytojus*) e a comissão editorial decidiu publicá-lo na clandestinidade. A ideia era trocar o local de impressão, mas sempre no centro da cidade de Buenos Aires, para facilitar a aquisição de material - como tinta e papel de diferentes fornecedores - e a distribuição.⁶ A estratégia foi acertada, pois durante cinco anos o jornal foi regularmente publicado e distribuído.⁷

Assim como na Argentina, no Brasil, os lituanos também formaram organizações socialistas, sendo a primeira organização em São Paulo fundada em 16 de fevereiro de 1927 e denominada de *União dos Lituanos no Brasil* (*Susivienijimas Lietuvių Brazilijoje*). Quando os lituanos chegavam de trem a São Paulo, vindos das fazendas do interior, se estabeleciam nos arredores da principal estação ferroviária da cidade, a Estação da Luz. A partir da Estação da Luz buscavam onde pudessem residir, normalmente, naquele primeiro momento, nos cortiços e nas vilas nas imediações. Na região da estação se localiza o Jardim da Luz, um lugar arborizado que servia como passagem entre bairros e como local de descanso e lazer para os trabalhadores.

O jardim acabou por se tornar um grande centro de sociabilidade e de encontro entre compatriotas que trocavam importantes informações para sobrevivência na cidade. Essa convivência cotidiana, propiciou que as pessoas de mesma nacionalidade se organizassem em grupos de afinidade, pela mesma orientação política, perspectiva

cultural e propósito organizativo. Assim, com os encontros regulares a primeira associação lituana foi estruturada e recebeu o nome de *Associação dos Lituanos no Brasil (Lietuvių Susivienijimas Brazilijoje)*.

A associação decidiu por formar um órgão de imprensa a ser regularmente distribuído e, assim, fundaram o jornal quinzenal *O Som (Garsas)*, o primeiro jornal lituano que teve como editor responsável Antanas Zokas, e com ele contribuía principalmente Alfonsas Marma. Para a montagem da pequena gráfica, *Associação dos Lituanos no Brasil (Lietuvių Susivienijimas Brazilijoje)*, alugou um pequeno quarto na rua Mauá, próximo à Estação da Luz.

Embora fosse um órgão de imprensa de uma organização lituana, sua linha editorial e política logo deixou transparecer a sua orientação ao socialismo e uma série de divergências afetou o seu funcionamento, principalmente quando os lituanos, membros do Partido Comunista passaram a dominar a associação. Essa observação nos coloca diante de uma sempre difícil questão para os movimentos sócio-políticos: como os partidos comunistas tornaram-se uma força de disputa e disciplinadora dos movimentos. Os jornais e demais impressos tinham que se enquadrar em uma perspectiva mais ampla de ação política, ou podemos dizer, em uma estrutura de poder: a seção de fábrica, a célula, o partido, a Internacional Comunista, a União Soviética. Os editores são assim, um intermediário entre a concepção formada nestas estruturas, da qual são muitas vezes dependentes, e o cotidiano dos trabalhadores. Com as disputas entre os comunistas a Associação dos Lituanos passou por modificações internas em 22 de março de 1930, sendo expulsas diversas pessoas da comissão editorial de *O Som (Garsas)*. Assumiu, então a direção central, como editor, Alfonsas Marma. A ele se somou, por pouco tempo, Antanas Zokas.

Com a trajetória de Alfonsas Marma podemos perceber a relação de tensão e ao mesmo tempo de dedicação ao Partido Comunista. Marma ingressou no Brasil com seus pais, quando tinha treze anos de idade. De família humilde, ele trabalhou nas fazendas de café no interior do Estado de São Paulo e do Paraná, até se estabelecer na cidade de São Paulo. O início de suas atividades políticas se deu junto à *Associação dos Lituanos no Brasil (Lietuvių Susivienijimas Brazilijoje)*. Nela participou das aulas de formação política, de idioma lituano, passou a colaborar na organização da biblioteca, aprendeu a manipular a gráfica onde era impresso o jornal *O Som (Garsas)* e nele foi assumindo funções cada vez mais importantes. Diante das lutas e disputas internas acabou por se tornar o editor e principal responsável pelo jornal lituano, até o seu fechamento.

Essa pode ser apontada como mais uma das características em comum entre os intelectuais que aqui analisamos, pois eles foram, em algum momento, escolhidos e financiados pela coletividade lituana, vinculadas ao movimento comunista, para serem os responsáveis pela produção dos jornais e outros impressos, assumindo tanto a função de intelectuais escritores como de gráficos. Não obstante, foram também os responsáveis, nas associações lituanas, por difundir os livros adquiridos, preservá-los e organizar as bibliotecas que se formavam. Essas bibliotecas, além de um local de leitura e empréstimos de livro moldavam-se em espaços de leituras para os frequentadores,

sobretudo para aqueles que eram analfabetos, e de cursos de alfabetização e de formação política. Assim, mesmo com os recursos limitados, os imigrantes trabalhadores acabavam por formar um pequeno grupo de intelectuais que pudessem se dedicar as atividades de cultura e política no interior da comunidade.

Durante o seu período de atividade no *O Som (Garsas)*, Alfonsas Marma não era filiado ao partido comunista, embora claramente se colocasse junto à esquerda. O fato de não pertencer à estrutura do partido lhe valeu pesadas críticas, mesmo nos jornais comunistas publicados clandestinamente na Lituânia e, seguindo os ditames do partido comunista no período, o chamavam de social fascista, uma referência aos social democratas e socialistas. Um exemplo desta atitude pode ser observada no jornal *A Voz (Balsas)* que no título de um artigo sobre *O Som (Garsas)* anunciava “Socialfascista substitui Socialfascista”. Apesar de reconhecer as melhorias na publicação, concluiu que Alfonsas Marma disfarçava muito bem suas tendências socialfascistas, ou seja, que ele não era vinculado ao partido e não seguia as suas instruções e orientações.⁸

Ainda assim, foi Alfonsas Marma quem conduziu as principais mudanças no jornal, o que nos indica a influência cada vez maior do comunismo por um lado e o início da aproximação de Marma ao partido. No título do jornal, por exemplo, foi incluída a frase do Manifesto Comunista: “Proletários do Mundo, Uni-vos”. Em consonância com a perspectiva adotada pelo Partido Comunista na época, os artigos assumiram uma postura crítica e mais agressiva, adotando o discurso comunista e as políticas do Partido como principal orientação.

O ingresso de Alfonsas Marma no partido comunista se deu no momento doloroso de sua prisão e posterior expulsão do país, em 1930. O jornal *O Som (Garsas)* e a *Associação dos Lituanos no Brasil (Lietuvių Susivienijimas Brazilijoje)* foram denunciadas à polícia pelos padres e cônsules lituanos no Brasil levando a polícia política, o Deops-SP, a fechar a organização e prender suas principais lideranças entre elas, Alfonsas Marma. Os dois lituanos, depois de um período na carceragem do Deops-SP, foram enviados para o Presídio do Paraíso e é possível inferir que sua adesão ou aproximação definitiva com o comunismo tenha se dado ainda nas celas do presídio. Contudo, a afiliação definitiva ao comunismo de Marma se deu no Uruguai. Após serem expulsos do Brasil eles se estabeleceram em Montevidéu, Uruguai, e passaram imediatamente a trabalhar na formação de uma imprensa comunista em idioma lituano que pudesse circular entre os lituanos operários. Nesse período, os lituanos estavam concentrados no bairro do Cerro onde trabalhavam principalmente na indústria da carne. Assim, em Montevidéu, nasceram dois jornais *O Proletário (Proletaras)* e *A Bandeira Vermelha (Raudonoji Vėliava)*, que eram produzidos e impressos por Marma.

É importante ressaltar que as prisões dos responsáveis pelo jornal *O Som (Garsas)* não impediram que os lituanos no Brasil voltassem a se organizar e fundassem novas organizações socialistas e comunistas, e é aqui que encontramos com Linas Valbasys (1909 – 2004) e Antanas Zokas. Assim como Alfonsas Marma, Linas Valbasys imigrou ainda criança para o Brasil e com sua família trabalhou nas fazendas de café no interior do Estado de São Paulo, até se estabelecer na cidade de São Paulo onde ingressou na

Associação dos Lituanos no Brasil (Lietuvių Susivienijimas Brazilijoje). Valbasys passou a escrever para os jornais lituanos, notadamente para *O Som (Garsas)* e logo descobriu a poesia como forma de expressão. Aos poucos, de versos em versos e poesia em poesia nos jornais lituanos foi se consolidando como escritor. A mesma trajetória pode ser identificada no caso de Antanas Zokas, que nasceu em 1902 e emigrou para o Brasil em 1927. Após um período trabalhando nas fazendas do interior paulista se estabeleceu na cidade de São Paulo onde começou a participar das organizações lituanas.

Com o fechamento da Associação dos Lituanos e de *O Som (Garsas)* pelo Deops, Linas Valbasys e Antanas Zokas passaram a desenvolver um papel ativo nas organizações comunistas e junto com outros ativistas organizaram uma seção da ALDDL com o propósito de distribuir os jornais e os livros que chegavam ao Brasil. Os dois ativistas lituanos participaram de outras as organizações lituanas que difundiam a perspectiva comunista. Contudo, as organizações legais foram efêmeras dada a repressão policial estabelecida durante a presidência de Getúlio Vargas (1882 - 1954). Antanas Zokas participou da organização dos jornais em idioma lituano *A Palavra do Operário (Darbininkų Žodis)* e *Nossa Palavra (Mūsų Žodis)*, mas com a repressão policial foi preso e expulso do Brasil em 1934 e assim como Alfonsas Marma se dirigiu ao Uruguai. Para escapar da repressão em São Paulo, Linas Valbasys se estabeleceu no sul do Brasil e prosseguiu escrevendo para os diversos jornais lituanos comunistas, na Argentina, Brasil e Uruguai. Com diferentes pseudônimos fez publicar diversas poesias, gênero que o iria consagrar como escritor tempos depois. Um dos jornais que Valbasys publicou foi *O Trabalho (Darbas)*, fundado na cidade de Montevidéu, Uruguai.

Após um período na prisão no Uruguai, Alfonsas Marma e as organizações lituanas deram início a um projeto de jornal com melhores condições. Desta articulação foi que nasceu *O Trabalho (Darbas)*, que teve o seu primeiro número lançado em 20 de outubro de 1935. Nesse ponto, as histórias se encontram.

A cidade de Montevidéu era um lugar de encontro dos comunistas, pois no país o partido comunista atuava na legalidade. Com isso, para os lituanos comunistas, o Uruguai foi também um lugar de refúgio. Assim, Ulevičius, Marma, Zokas, entre outros ali se encontraram e colaboraram na formação do jornal *O Trabalho (Darbas)*. O jornal teve êxito imediato e passou a ser distribuído em todas as coletividades lituanas na América. Em certo sentido, substituiu *O Amanhã (Rytojus)* como o jornal mais importante publicado pelos lituanos comunistas na América do Sul.

O encontro destes intelectuais foi o último, pois eles tomaram rumos distintos. Pranas Ulevičius voltou para a Argentina e se estabeleceu na cidade de Rosário onde fundou a revista *Atualidade (Dabartis)*, mas em 1936 ele se alistou nas Brigadas Internacionalistas para lutar na Espanha, enquanto Antanas Zokas e Alfonsas Marma retornaram clandestinamente ao Brasil, em 1935, e participaram da produção e difusão do jornal lituano em São Paulo *Nossa Palavra (Mūsų Žodis)*, publicação ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), que circulou na clandestinidade até o ano de 1939. O jornal foi o principal órgão de difusão das ideias comunistas e de luta contra o fascismo entre os lituanos comunistas no Brasil.

A luta contra o fascismo também mobilizou os intelectuais lituanos nos Estados Unidos, tendo entre suas principais expressões Rojus Mizara. Seus textos eram difundidos por praticamente todos os jornais comunistas publicados na América, do Canadá ao Uruguai. Além dos artigos, publicou livretos, brochuras e livros difundindo o combate ao fascismo e a perspectiva comunista entre os lituanos. Os textos também eram reproduzidos nos jornais *O Trabalho (Darbas)* e *Mūsų Žodis (Nossa Palavra)*.

A Lituânia e a União Soviética

A Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) mudou profundamente o quadro político da Lituânia. Os nacionalistas lituanos foram derrotados durante o transcurso da Guerra e as suas maiores lideranças acabaram por fugindo para a América, como foi o caso do presidente Antanas Smetona, ou como *Displaced Person (DP)* após a Guerra. Os comunistas lituanos assumiram o poder com a ocupação do país pelo Exército Vermelho e estabeleceram o regime comunista.

Durante a Guerra, os comunistas lituanos na América se mantiveram atuantes em seus impressos e na difusão da defesa da União Soviética, com a qual estabeleceram um contato permanente, trocando correspondência. Além disso, as associações lituanas organizaram, sobretudo na Argentina e no Uruguai, coleta de fundos e de donativos para apoiar o Exército Vermelho, que continuaram a ser enviados nos anos posteriores à Guerra e durante o período de reconstrução da Lituânia. Os anos de reconstrução do país foram particularmente duros. Após a sua integração à União Soviética, o processo de “sovietização” foi acelerado, com a coletivização da terra, a reorganização das cidades devastadas durante a Guerra e de reordenação do próprio Partido Comunista Lituano, agora no poder. Para complicar a situação havia ainda as constantes lutas contra os *partisans* antissoviéticos.

Com relação aos imigrantes na América, os contatos permaneceram e logo recuperada da Guerra a URSS começou a apoiar as atividades destes através das associações e das publicações que defendiam o regime soviético, em particular as associações de Quilmes, na Argentina, de Montevideú e a *Rytas (Manhã)* de São Paulo, e do já citado *O Trabalho (Darbas)* do Uruguai. Na década de 1950, além do apoio às organizações, a Lituânia Soviética deu início a um processo mais acentuado de integração entre os imigrantes e descendentes. Assim, foram organizadas “missões” de visitas à Lituânia Soviética, nas quais os escolhidos deveriam seguir um roteiro de visitas e palestras na Lituânia e ao retornarem aos seus países difundiam o que haviam visto. Essas expedições organizadas acabaram por servir também como forma de atração para aqueles que quisessem retornar ao seu país de origem da origem dos seus pais. A União Soviética abriu as portas para a recepção dos imigrantes que desejassem retornar.

Não nos estenderemos nesse processo, pois o propósito é entender o lugar dos intelectuais no mesmo e, nesse sentido, é importante reforçarmos que ele durou décadas nos lugares em que foi permitido. A URSS manteve instituições e organizações como os centros culturais, em diversos países. Nesses centros culturais, e esse é um aspecto a ser

ressaltado, não era difundida tão somente a cultura russa, como muitas vezes se dá a entender, mas era refletida a diversidade linguística e cultural das Repúblicas Soviéticas, sobretudo no pós-guerra.

Nos discursos nacionalistas, sobretudo entre os lituanos, muito se propaga sobre o processo de *russificação* da cultura. Esse processo de fato jamais aconteceu e foi mais um artifício propagandístico da Guerra Fria, realizado, sobretudo, pelos anticomunistas organizados em torno dos Deslocados de Guerra (DP), nacionalistas e católicos. Na realidade, os países bálticos sempre gozaram de uma ampla autonomia cultural e linguística, tanto assim, que nas reformas após a morte de Josef Stalin (1879 - 1953), durante o processo de “desestalinização”, as escolas primárias nas Repúblicas bálticas tinham um ano a mais de curso para propiciar o ensino do idioma, da história e da cultura local. É importante lembrar que as editoras locais imprimiam e difundiam obras no seu idioma, como o lituano, assim como os jornais diários também eram no idioma local das Repúblicas Soviéticas. Na Lituânia, por exemplo, o *A Verdade (Tiesa)*. No mesmo sentido, na Lituânia, havia teatro e produção cinematográfica e uma vasta produção literária também no idioma local.

Toda essa produção cultural lituano-soviética estava a disposição dos emigrados e das associações culturais tanto lituanas, especificamente, como nos centros culturais soviéticos, como o Centro Cultural Brasil-URSS, até o seu fechamento. A questão importante a ser pensada é que este não era um caminho de mão única. Pensando especificamente na produção cultural, os intelectuais de escrita lituana na América também eram difundidos por esses centros culturais e tiveram sua obra publicada na Lituânia Soviética, caso, por exemplo, de Rojus Mizara, que sempre viveu nos Estados Unidos, mas que teve grande parte da sua produção intelectual impressa na Lituânia Soviética.

Em síntese, o que podemos observar é que os “intelectuais” formados durante as décadas de 1920 e 1930 junto as organizações socialistas e comunistas na América que difundiam suas obras em jornais e impressos em idioma lituano, acabaram por ser incorporados ao repertório de intelectuais que se expressavam em idioma lituano na União Soviética, nas décadas seguintes ao pós-Segunda Guerra. Evidentemente, que esta trajetória era para aqueles que se mantiveram fiéis aos partidos comunistas e à URSS. Entre os órgãos de imprensa que apoiavam a Lituânia Soviética na América, e que dela receberam apoio, devemos citar os argentinos *Unidade (Vienybe)*, *A Pátria (Tevyne)* e *O Canal (Vaga)* e no Uruguai *O Trabalho (Darbas)*.

Se na Argentina e no Uruguai as possibilidades de desenvolvimento de uma relação entre os imigrantes lituanos e a União Soviética foram possíveis, até as ditaduras da década de 1970, no Brasil o estabelecimento destas sofreram de imediato restrições com a repressão sobre os comunistas durante o governo Eurico Gaspar Dutra (1883 – 1974), no ano de 1947, quando as organizações e a imprensa lituana foram fechadas pela polícia. De imediato um dos principais intelectuais lituanos Alfonsas Marma foi preso e depois de solto em 1949 foi assassinado pela polícia paulista na cidade de Tupã, no interior do Estado.

O caminho de volta

Na segunda metade da década de 1950, como resultado das campanhas de incentivo promovidas pela União Soviética, houve um processo de retorno dos lituanos a URSS. Nesse caminho de volta, muitos daqueles que trabalhavam como escritores nos jornais e demais publicações lituanas pró-soviéticas retornaram ao seu país, como Linas Valbasys, Antanas Zokas, dentre outros. Na Lituânia Soviética, assumiram funções junto aos órgãos de imprensa, notadamente em *A Verdade (Tiesa)* além de se tornarem escritores profissionais, publicando diversas obras de diferentes gêneros.

De fato, Rojus Mizara, não estabeleceu residência na Lituânia Soviética e permaneceu nos Estados Unidos, na cidade de Nova York. No entanto, após a integração da Lituânia à URSS, visitou diversas vezes o país para desenvolver variadas atividades intelectuais. Seus livros foram publicados pelas editoras do país e receberam atenção e difusão. Suas obras abrangiam diferentes gêneros, pois além das obras políticas ele foi autor de romances e peças de teatros. Na União Soviética, pelo que pudemos identificar, ele teve dez obras publicadas. Sua última visita à Lituânia Soviética foi em 1965, dois anos antes de seu falecimento.

Dentre suas obras, dois romances a serem destacados (*Mortos Vilkienes Divorsas*) e *As Aventuras Algis Lumbis (Algio Lumbio Nuotykiat)*⁹ neles o que observamos é um mesmo repertório: lituanos jovens que aderem ao comunismo e associações lituanas comunistas na América. Os romances, com fortes descrições realistas, reservam o tom idílico e o idealismo para as ações comunistas e na ação malévola de seus opositores, pessoas cruéis que se aliam às forças repressoras. As obras transitam entre as Américas, com passagens que remetem à história da Argentina, ou melhor, dos lituanos na Argentina e nos Estados Unidos. Poderíamos assim considerá-los romances históricos, já que muitas vezes o autor faz usos e referências à história dos lituanos, suas organizações e vivências.

A trajetória de Pranas Ulevičius de retorno à URSS também deve ser destacada, pois, como outros lituanos que haviam deixado a América para lutar na Espanha, ele se dirigiu à República Socialista Soviética Lituana. Após a Segunda Guerra Mundial, ele assumiu diversas funções importantes junto ao novo governo comunista. Entre os trabalhos realizados por Ulevičius podemos destacar dois livros publicados na Lituânia Soviética que ressaltam a história e a memória do período que viveram na América: *Os Lituanos na América do Sul (Pietų Amerikos Lietuviai)*¹⁰ e uma reunião de textos de memória de ativistas lituanos que retornaram à Lituânia intitulada *Longe da Pátria (Toli Nuo Tėvynės)*.¹¹

Aqui há um ponto a ser ressaltado sobre Pranas Ulevičius e Alfonsas Marma. Os dois mantiveram longos anos de correspondência e um dos objetivos de Alfonsas Marma, segundo a memória de Ulevičius, era a de escrever um livro sobre a história dos lituanos comunistas na América e é possível inferir que sua intensão era o de publicá-lo na Lituânia Soviética, com a ajuda de Ulevičius. Contudo, após ter sido preso em 1946, quando o PCB foi posto na ilegalidade, Marma foi assassinado pela polícia durante um encontro com lideranças comunistas na cidade de Tupã. A história de Marma foi

contada e recontada tanto no livro de Ulevičius como no de Valbasys, que também dedicou poesias ao camarada morto. Nos jornais lituanos no aniversário de nascimento e morte, dedicavam artigos em sua homenagem. Criavam assim um certo culto a um herói do comunismo lituano vitimado pela polícia.

Além do trabalho de escritor, Ulevičius assumiu funções na Universidade de Vilnius, sobretudo na cadeira de idioma espanhol e também de História. No entanto, seu trabalho com a pesquisa histórica foi desenvolvido junto ao Arquivo Histórico do Partido Comunista Lituano, onde deu início ao acervo de documentos históricos sobre a militância dos lituanos na América, assim grande parte da documentação, como atas de associações, cartas e uma coleção de fotos que foram catalogadas e preservadas nesta instituição. Um dado a ser destacado, retomando a história de Marma e Ulevičius, posicionou os documentos de Marma na parte do arquivo dedicado aos membros do Comitê Central do partido, como uma forma de homenagem.

Um importante trabalho de Ulevičius foi o de organizar a coleção de jornais e revistas em idioma lituano publicado na América. No acervo, hoje sobre responsabilidade da Biblioteca Nacional (*Lietuvos Nacionalinė Martyno Mažvydo Biblioteko*), foi preservada grande parte das publicações comunistas em idioma lituano realizadas na América. Fez-se necessário identificar os autores de cada um dos artigos já que tanto nos jornais clandestinos quanto nos legalizados os autores muitas vezes se utilizavam de pseudônimo. Um trabalho que só poderia ter sido realizado mobilizando os ativistas de cada país comunista para fazê-lo. Assim, na primeira página e com anotações no próprios jornais, foram indicados os autores, ou os possíveis autores, em todos os impressos.

Linus Valbasys foi um dos lituanos que decidiram retornar à Lituânia na década de 1950. Embarcou para o Uruguai e pouco depois em 1957 para a União Soviética. Ao se estabelecer no país assumiu a função junto à imprensa, sobretudo ao jornal *A Verdade (Tiesa)* para o qual escrevia com frequência e trabalhou de 1957 a 1964 na redação do jornal *O Farol (Svyturys)*. Além de trabalhar na redação de jornais teve uma carreira prolífica como escritor. Desde o seus primeiros passos como escritor e ativista político Valbasys escrevia poesias para os jornais lituanos comunistas e já na Lituânia Soviética publicou quatro livros de poesias.

Nos livros, Valbasys pode recuperar algumas das poesias que já havia publicado nos jornais lituanos na América e em diversas passagens faz referências ao Brasil, muitas vezes com um tom de saudosismo. Contudo, os temas e a forma não escapam das formas da literatura soviética, sobretudo com um culto à glória soviética, à Lituânia, à luta comunista. Outras poesias parecem completamente vazias de conteúdo político, e aqui entra o aspecto saudosista, com referências ao clima, ao sol e às mulheres brasileiras. Em alguns casos a América aparece como lugar exótico. Uma poesia dedicada ao seu companheiro de militância no Brasil Alfonsas Marma merece destaque:

IN MEMORIAN
(Alfonsui Marmo)

Turėjome draugą, kovotoją taurų -
Pakirto mirtis jį pikta ir baisi.
Jo garbei nupinsim vainiką iš laurų
O darbą pradėtąjį tęsim visi. [...] ¹²

EM MEMÓRIA
(De Alfonsas Marma)

Eu tinha um amigo, um nobre Guerreiro
A morte o atingiu ela é má e assustadora
Em sua honra uma coroa de louro
E o seu trabalho, continuaremos todos [...]

Além das obras poéticas, Valbasys também se dedicou à tradução do português e espanhol para o lituano e publicou na Lituânia Soviética parte da obra de Monteiro Lobato (1882 – 1948), em 1975. A literatura infantil também fez parte da sua produção literária, sendo a obra principal *As Aventuras de Romukas no Brasil* (*Romuko Nuotykliai Brazilijoje*). Trata-se de uma história que se passa em uma fazenda de café no Brasil, na primeira parte, na qual o personagem central, uma criança chamada Romukas descobre a natureza, a comida, a forma de ser dos brasileiros. O personagem também se depara com a exploração, o trabalho e a miséria em uma fazenda de café. Na segunda parte da obra, Romukas se dirige à cidade de São Paulo onde se ingressa nas organizações lituanas comunistas e na imprensa operária lituana para sofrer com a perseguição da polícia, do padre e dos representantes do governo lituano no Brasil. Assim, a obra apesar de ser um livro voltado para crianças acaba por contar a história, de forma glorificada, dos lituanos comunistas na cidade de São Paulo. Ao que podemos identificar, o livro teve uma repercussão importante, pois teve várias edições entre os anos de 1972 até 1975, ano em que localizamos a última edição. Vemos assim que Ulevičius cumpria o papel de ensinar as crianças lituanas a versão do partido comunista sobre a imigração para o Brasil e os conflitos vivenciados com o governo de Antanas Smetona. Era sem dúvida uma forma de doutrinação ainda mais eficiente, pela sua forma bem escrita e de agradável leitura. Não por acaso na edição de 1975 Valbasys relata ter recebido diversas cartas do público leitor, as crianças, sobre uma possível continuidade do livro, o que nunca aconteceu.

Registrar as histórias dos lituanos comunistas na América também foi o principal objetivo de Valbasys em seu livro de memórias intitulado *Meio Século nos Trópicos* (*Pusė Amžiaus Tropikuose*).¹³ Uma memória que teve como principal centro narrativo as dificuldades, a formação de uma consciência da exploração capitalista, a adesão ao partido e finalmente, o momento final da obra, a decisão de retornar à Lituânia sob regime soviético. Este retorno representa um duplo encontro, a do imigrante com a terra que foi obrigado a deixar e com o sistema econômico político para o qual dedicara a sua vida e pelo qual muitos lituanos haviam sofrido na luta. Esse momento fica evidenciado no momento em que Valbasys recorda Alfonsas Marma e seu assassinato pela polícia política.

Como percebemos, o passado de ativismo político na América junto ao partido comunista se converteu dentro do sistema soviético em matéria doutrinária nas mais diversas formas de história, literatura e memória ingressando como parte do imaginário soviético, na busca da construção de uma tradição comunista e lituana que a Lituânia Soviética carecia.

Da mesma forma, Antanas Zokas, quando retornou para a Lituânia Soviética em 1956, assumiu diversas funções relevantes, como jornalista e também foi escolhido como Deputado. No ano de 1972 publicou um livro de memória intitulado *Do Dubysa ao Plata (Nuo Dubysos iki La Platos)*.¹⁴

Considerações finais

A partir da análise destas trajetórias podemos nos questionar sobre a relação estabelecida entre a União Soviética e a República Socialista Soviética Lituana com os intelectuais formados nas atividades políticas junto à comunidade lituana e aos partidos comunistas na América. Como vimos, houve o incentivo por parte do regime soviético para atrair os intelectuais, a elite de ativistas, dos movimentos comunistas que haviam atuado na Argentina, no Brasil, nos Estados Unidos e no Uruguai, cuja fidelidade ao partido e à URSS já havia sido colocada à prova por anos, na clandestinidade, na prisão e mesmo sob tortura. O retorno à Lituânia destes ativistas e o fato de a eles serem atribuídas funções importantes no universo cultural do país, pouco mais de uma década de sua integração à União Soviética nos leva a inferir que os dirigentes da Lituânia Soviética percebiam a necessidade de formar uma nova elite intelectual lituana comunista. Assim, eles foram prontamente alocados no árduo trabalho de escrever uma história e produzir uma memória dos lituanos comunistas. Trabalharam dentro da estrutura do Partido Comunista Lituano, nas universidades, editoras e jornais da Lituânia Soviética, o que os tornava, em grande medida, ideólogos do regime comunista soviético.

Como colocamos anteriormente, esse é um trabalho inicial, mas que nos abre o caminho para pensarmos no diálogo entre os países que formaram as repúblicas soviéticas e as coletividades de imigrantes na América, do norte e do sul. Abre ainda a questão para pensarmos nas trocas de informações, nas redes de comunicação estabelecidas, as influências nas manifestações culturais, notadamente nas expressões literárias, para além, ou dentro da perspectiva política. De certa forma, essas pesquisas também nos levam a questionar certos estereótipos construídos durante o período da Guerra Fria e das duas primeiras décadas pós-soviéticas. Na Lituânia, como nas demais repúblicas bálticas, formou-se um discurso de vitimização que procura afastar da história e da memória qualquer referência aos ativistas comunistas. Ou que coloca os ativistas comunistas como “colaboracionistas” não refletindo sobre as suas trajetórias, tensões, experiências e vivências. É justamente nesse sentido, de abertura e desmistificação nacionalista que esperamos ter começado a oferecer uma contribuição.

Notas e referências

¹ Argentinos Lietuvių Kolonija. Lietuvių Socialistų Sąjungos Argentinoje Suvažiavimo. Arquivo do Partido Comunista Lituano, Vilnius, pasta n.º. 13698 -1-3.

² Argentinos Lietuvių Kolonija. Lietuvių Darbininkų Apšvietos Draugijos Pietų Amerikoje. Arquivo do Partido Comunista Lituano, Vilnius, pasta n.º. 13698-1-9.

³ LT, *Rytojus*, n.º.1, ano I, Nacionalinė Mažydo Martynos Biblioteka, Vilnius.

-
- ⁴ A designação *Associação Literária dos Trabalhadores Lituanos na América* (*Amerikos Lietuvių Darbininkų Literatūros Draugijos*, ALDLD) foi adotada definitivamente 1938 e ela teve papel ativo até o fim da URSS.
- ⁵ Tiesos ŽODIS, Lietuvos Nacionalinė Martyno Mažvydo Biblioteka.
- ⁶ Argentinos Lietuvių Kolonija. Argentinos Lietuvių Spaudas Koperativinės Bendrovės “Rytojus”. Arquivo do Partido Comunista Lituano, Vilnius, pasta n.º. 13698 – 1 – 14.
- ⁷ Como pode ser constatado pelas diversas cartas enviadas da Austrália e publicadas naquele jornal ao longo dos seus anos de atividade. *Rytojus*, Nacionalinė Martyno Biblioteka, Vilnius.
- ⁸ “Socialfašistas pakeitė socialfašista“, *Balsas*, N.15 (63), 1930, p.644.
- ⁹ Rojus MIZARAS. *Mortos Vilkenes Divorsas*. Valstybinė Grožinės Literatūros Leidykla, 1958 e Rojus Mizaras. *Algio Lumbio Nuotykių*. Valstybinė Grožinės Literatūros Leidykla, 1955.
- ¹⁰ Pranas ULEVIČIUS, *Pietų Amerikos Lietuviai*, Valstybinė Politinės ir Mokslinės Literatūros Keudykla, 1960.
- ¹¹ Pranas ULEVIČIUS, *Toly Nuo Tėvynės*, Valstybinė Politinės ir Mokslinės Literatūros Keudykla, 1957.
- ¹² Linas VALBASYS, *Leiskit į Tėvynę*, Valstybinė Grožinės Literatūros Leidykla, Vilnius, 1958. pp. 56 – 58 (Tradução nossa).
- ¹³ Linas VALBASYS, *Pusė Amžiaus Tropikuose*, Vilnius, Vaga, 1966.
- ¹⁴ ANTANAS ZOKAS, *Do Dubysa ao Plata*, Vaga, 1972.

Novos lares – Judeus em Nilópolis: a Memória dos imigrantes na mídia

*Fernanda Capri Raposo**

Introdução

Nascido após leitura do livro *Vivências Judaicas em Nilópolis* (1999), da escritora polonesa Esther London, o filme foi projetado com intuito de registrar os acontecimentos da comunidade e, conseqüentemente, a vida das pessoas que dela faziam parte enquanto viviam no município de Nilópolis, na Baixada Fluminense no Estado do Rio de Janeiro.

Desse modo, está é a matéria base do documentário, cujos acontecimentos são fundamentados em fatos reais e para além, este é um suporte o qual funciona como uma ferramenta de preservação de uma dada cultura, cuja memória é privilegiada e surge na tela com grande força.

O título do documentário foi inspirado no livro editado em Nilópolis intitulado de *Neie Heimen – Novos Lares*, do escritor russo Adolpho Kischinevisky.

Filmado no ano de 2009 o filme conta o regresso dos judeus e seus descendentes a cidade após trinta anos de afastamento.

A percepção

Na concepção do documentário *Novos Lares – Os judeus em Nilópolis*, podemos observar como a relação cinema versus história contribui nos processos históricos de (re)construção das memórias e identidades através do discursos dominados pela função social nele contido e circunscritos no suporte audiovisual, como nos é exposta na justificativa do projeto: “A ausência de documentos públicos e o desconhecimento por parte da maioria das pessoas, dos atuais habitantes de Nilópolis e da terceira geração de descendência dos judeus que moraram na cidade justificam a elaboração do vídeo-documentário”.¹

* Técnica em Arquivo da Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ); Mestre em Letras e Ciências Humanas pela Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy – UNIGRANRIO

Ao ser catalogado como vídeo-documentário, portanto, este suporte audiovisual estaria mais próximo da realidade e da verdade do que qualquer outro objeto fílmico.

Assim, verificamos que esta reconstrução da *realidade/verdade* no documentário, pode ser comprovada no filme através dos registros recolhidos pelos depoentes *in loco* que garantem a autenticidade do material, influenciando diretamente no efeito do filme em relação ao espectador ao trazer uma nova visão de mundo que será baseada na percepção que o autor tem do mundo.

Nesse sentido, todo o caráter documental do filme é uma manifestação que o autor possui sobre o assunto em relação ao universo humano. Ademais, significa uma intervenção na realidade, a qual transcende ao demonstrar algo que não poderíamos perceber, ou seja, comprova através do aparato fílmico uma mudança de relação do indivíduo que o assiste, com o mundo e com o outro.

“Realizar um vídeo-documentário de média-metragem (53 minutos), sobre a existência dessa comunidade e seus consequentes desdobramentos na vida das pessoas que fizeram parte integrante desse fato histórico. [...]

Um documento definitivo deste episódio na história não só de Nilópolis, mas do Brasil e também das diásporas do povo judeu, deve ficar para sempre em um documentário audio-visual com depoimentos vivos para o estudo do comportamento humano e seu legado para a posteridade”.²

Ao concretizar o projeto seu autor e, consequentemente produtor e diretor, o jornalista, Radamés Vieira, o utiliza como propósito para explicitar as situações importantes que este percebeu para o espectador.

“... nós documentaristas temos um compromisso com a verdade. E uma coisa que achei muito ruim, é o fato de Nilópolis quase não possuir patrimônio histórico e cultural. E aquele templo ali [Sinagoga Tiferet Israel] foi erguido por uma comunidade que ajudou a formar a cidade do ponto de vista cultural e econômico. E, portanto, deveria ser preservado pelo poder público. Então, o filme também tem essa visão que é chamar a atenção para o poder público que tem a responsabilidade de preservar um patrimônio histórico cultural como aquele”.³

Quando o jornalista decidiu realizar este documentário assumiu um compromisso na percepção da realidade, cujas imagens extrapolam suas representações físicas e superficiais da própria imagem no vídeo, ou seja, pretender ressaltar o que podemos *olhar* para além das imagens, uma vez que, esta realidade passa a ser a imagem do mundo mental o qual esta repleta de subjetividades que são construídas no processo de constituição de conhecimento de mundo.

Nessa perspectiva, a partir de Foucault⁴ podemos pensar o autor e sua obra como fruto de um longo processo de individualização na história das ideias, se tornando a unidade primeira de constituição de sentido externo a obra e qualquer referência de identidade que se pode conceber a partir desta. Nesta direção, autor e obra adquirem um princípio funcional de delimitação na proliferação de sentido,⁵ pois, a imagem tem um

impacto no espectador com a sua proximidade e a sua carga de realismo a qual adquire especial importância em determinadas ocasiões em que se reafirmam como um de veículo que possui imagens que servem de testemunho de determinados fatos ou situações concretas e reconhecíveis.⁶

Outro fator apresentado no documentário se refere à questão do tempo, ocorre uma presentificação do passado, ou seja, um eterno movimento de entrecruzamento de tempo o qual nos permite a cada vez que o assistimos adquirir novos sentidos e significados relacionados à nossa forma de percepção do social.

Vale ressaltar que, ao utilizar-se de recursos audiovisuais, verificamos que Vieira pretende tornar algo inesquecível, visto que, o binômio imagem-som causa um efeito marcante sobre a memória.⁷

Ainda no que se refere ao documentário sobre os judeus observamos que este também se desdobra como um elemento reconstruidor de uma dada memória oculta que se evidencia através da película permitindo-nos analisar as identidades desses grupos.⁸

O Surgimento e estruturação do documentário

O diretor e roteirista, Radamés Vieira, apesar de ter não tido uma relação muito próxima com os judeus reconhecia que estes tinham influência na dinâmica da cidade e conseqüentemente na sua família como na maioria das famílias nilopolitanas não judaicas, pois estes movimentavam a vida econômica e cultural local.

“A minha relação apesar de não ter sido muito próxima eu sabia que eles eram importantes para cidade, que a movimentavam.

Eu sou filho de uma geração de alfaiates por parte de mãe, quer dizer meu avô era alfaiate, a minha vó era costureira e a minha mãe é costureira. Mas a comunidade judaica sempre em festas Yom Kippur, Rosh Hashaná, e nas festas judaicas em geral eles tinham o hábito de fazer roupa nova.

Bom, então os judeus assim como nós cristãos, no Natal e Ano Novo, nós temos o hábito de usar roupas novas, mudar as cortinas da casa.

Acho que todo mundo faz isso na época de seus grandes feriados, do feriados religiosos, quando muda o ano.

Mas naquela época não existia essa coisa de comprar roupa nova, nós tínhamos mesmo que fazer roupa ou a cortina na sala, e a minha avó e meu avô trabalharam como alfaiate para os judeus.

Isso é muito interessante, pois naquela época elas já estavam à frente ao terceirizar o serviço.

Enfim, eu era garoto e ficava incumbido de fazer essa entrega. A roupa ficava pronta e entregava a roupa e recebia o dinheiro. E como eu era um garoto novo aquelas mães judias sempre tinham as mesas fartas nessa época do ano então me levavam lá para comer uma bureca, um pãozinho, comer uma coisinha aqui tomar um refresquinho acolá.

E esse era o máximo de intimidade que eu tinha com as famílias judaicas na minha infância. Depois na adolescência, aí tem outra história que foi quando eu

conheci um ou dois judeus da minha idade que gostavam muito de livros e eu comecei a trocar livros com eles, comecei a ler livros que eles me emprestavam. Foi aí que eu conheci a Sinagoga de Nilópolis, mas ela já estava no seu final.

Foi uma pena ver Sinagoga se esvaziando, não tinha nem a quantidade de judeus necessária para realizar as preces e encontros... Para solucionar isso eles vinham na praça e chamavam as pessoas, porque para você estabelecer uma reza tem que se ter dez homens adultos, ou seja, aqueles que tenham passado pelo Bar Mitzva. Mas a minha mãe me conta que na época das festas judaicas no início havia muita gente, aqueles que não eram judeus se aglomeravam na porta de sinagoga só para os verem os judeus entrarem porque eles usavam roupas bonitas, principalmente na festa da Rainha Esther, no Purim.

Lembro também que meu pai era inquilino de uma loja que pertencia a um judeu, como grande parte dos moradores da cidade era. A loja ficava ali na rua José Bitencourt próximo ao Colégio Nilopolitano.

Eu me recordo dos prestamistas, mas eram prestamistas que possuíam lojas, eles já não tinham mais necessidade de sair pela rua batendo de porta em porta para vender suas mercadorias. Nós os chamávamos de prestamistas porque eles vendiam suas mercadorias nas lojas a prazo.

Essas lojas tinham um cartão que você podia comprar uma cama em doze vezes, isso antes do CDC, eles já precisavam o crediário antes desses existir. Como diz a Tereza Rachael foram os judeus que inventaram a caderneta de poupança em Nilópolis.

O mais importante na relação dos judeus com a cidade era que em Nilópolis não havia esse conflito, essa separação.

Aqui em Nilópolis nunca teve isso, os judeus e os árabes daqui tinham uma relação pacífica ao ponto de fazerem até negócios juntos”.⁹

Como dito anteriormente a ideia de realizar o documentário foi concebido a partir da leitura da obra de Esther London “Vivências Judaicas em Nilópolis” (1999), pelo jornalista Radamés Vieira.

“A ideia de fazer um filme ocorreu da seguinte forma: um amigo meu que fez faculdade comigo e eu não via muito tempo... Encontrei com ele na cidade e o convidei para almoçar na minha casa, era próximo ao Natal, e quando ele foi me surpreendeu com um presente, um exemplar em brochura de um livro chamado “Vivências Judaicas em Nilópolis” da Esther London.

Eu li o livro de uma vez só! Uma leitura fascinante e foi então que pensei em fazer um filme com essa história.

A princípio pensei em fazer um longa de ficção. Eu li até na época [...] o Roberto Farias, o Geraldinho Carneiro, só que o processo de cinema no Brasil é uma coisa muito cara e não consegui recurso para começar o projeto do filme. Então pensei assim: ‘ah vou fazer com que eu posso, vou fazer um documentário’.

E daí surgiu, a partir de, vamos dizer, do argumento da Esther London, da Vivência Judaica em Nilópolis o documentário Novos Lares que é a história dessa comunidade na cidade de Nilópolis. Com o qual ganhei alguns prêmios'.¹⁰

Assim o filme começa com uma narrativa que tem por pretensão localizar o espectador a respeito da constituição da comunidade judaica no município de Nilópolis na Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

No seu desenrolar o filme tende a desconstruir esse *outro* como algo misterioso e culturalmente complexo, ao retratá-los como todo e qualquer imigrante que vinha para terras brasileiras, com intuito, de fazer a América, de enriquecer, de prosperar, e até mesmo de fugir das atrocidades que estavam sendo cometidas em nome do nazismo e que tinham somente a questão religiosa, como algo que os diferenciava dos demais.

Nessa produção Vieira realizou uma ampla pesquisa sobre imigração judaica no Brasil, ou seja, este é fruto de uma pesquisa acadêmica que, portanto, legitimam os discursos contidos nas imagens, além do mais este precisava ter um vocabulário antes de efetivar esta cópia da realidade.¹¹

“Eu comecei a fazer uma ampla pesquisa sobre a imigração judaica no Brasil, os fluxos migratórios. Porque que esse fluxo? Porque que esse judeus de Nilópolis? Eles vieram efetivamente para Nilópolis? E assim, comecei descobrir coisas fantásticas, informações novas, coisas bonitas... E a partir desse estudo efetivo é que eu determinei e segmentei esse grupo de Nilópolis para a elaboração do argumento do roteiro do documentário.

Todo o trabalho que faço dou muita importância ao lado acadêmico. Eu acho que a academia é fundamental, pois embasa o conhecimento humano. E eu achava que para fazer um documentário eu necessitava de apoio de estudiosos no assunto”.¹²

Por outro lado, esta obra não deixar de se tratar de um *ficção*, pois significa acima de tudo um ato de modelar, formar e criar, muito além de uma mera invenção.¹³

No que concerne à escolha das fontes Vieira explicita que foram realizadas através de uma listagem dos sobrenomes existente no livro de London e de igual modo, partir de uma pesquisa já iniciado pelo Prof. Xie Goldman.

“Os escolhi basicamente pelo sobrenome, a partir do livro de London. Além da comunidade judaica no Rio de Janeiro ser muito pequena ainda, em termos quantitativos. Então todo mundo conhece todo mundo. E muitos judeus de Nilópolis progrediram na vida do ponto de vista financeiro, do ponto de vista cultural, do ponto de vista social, e não foi muito difícil, porque um ia me dando o outro. E assim, eu fui descobrindo o telefone dessas pessoas através de um levantamento que o próprio Xie Goldman, falecido, infelizmente não cheguei a falar dele. Mas ele já tinha iniciado, uma pesquisa sobre os judeus egressos da Sinagoga de Nilópolis. O que facilitou muito. E a partir dessas informações ficou muito fácil juntá-los e a partir dos próprios depoimentos, das próprias entrevistas que eu ia fazendo eu descobria mais pessoas.

As entrevistas ocorrem de acordo com a disponibilidade de cada um. E uma das dificuldades que eu tive nesse documentário... Foi dificuldade e um pouco de sorte... Muitos dos entrevistados não chegaram nem ver o documentário pronto morreram... Demorou dois, três anos do início até colocar na tela. Como a Esther London que faleceu antes do filme ficar pronto; outra Esther a Kischinevisky também morreu, ela é irmã do Adolpho. Elas morreram antes do documentário ficar pronto. Eu já tinha muita gente doente e muitos já tinham morrido... Então posso dizer que foi um pouco difícil”.¹⁴

E por falar em dificuldades durante a entrevista Vieira deixa bem claro que seu maior obstáculo foi o financeiro que somente conseguiu transpassá-lo após o auxílio de entidades judaico-paulistas que ficaram sabendo do seu projeto através dos seus entrevistados. “A maior dificuldade foi à financeira que conseguimos solucionar com o apoio da comunidade judaico-paulista, cuja através da ajuda dada conseguimos alugar o trem que era a minha maior preocupação naquele momento”.¹⁵

A adoção do trem foi um dos momentos mais marcantes no filme. Estereotipado como um símbolo de crueldade e intimamente ligado ao holocausto para os judeus, Vieira lançou mão deste recurso, com intuito de proporcionar uma nova visão, uma visão positiva desde meio de locomoção para o grupo. Assim, ao utilizar o trem pretende-se reconstruir uma simbologia, dar um novo significado.

“O trem foi um símbolo. Porque esta relacionado com a cultura judaica ao mundo judeu de uma forma muito triste, pois era o trem que conduzia eles para o campo de concentração na ocasião do holocausto. Então, eu quis fazer um paralelo, mas queria fazer um trem alegre, um trem feliz, um trem de retorno, um trem de coexistência pacífica, um trem de confraternização, um trem que demonstrasse alegria.

E a reação deles foi muito positiva! Foi muito emocionante! Apesar de ter sido num domingo de calor de rachar! Muito quente! E um trabalho intenso! Eu programei uma coisa para oitenta pessoas para fazerem o retorno, mas apareceram mais de duzentos. E eu que pensava em utilizar um vagão tive que usar três! Ai veio a Torah... Ah a Torah viajou no trem! Também veio um menino que tocou um violino... foi uma coisa muito linda!”¹⁶

A película proporcionou descobertas importantes, tais como documentos que estavam esquecidos dentro de um armário no interior da Sinagoga abandonada, que servem como importantes fontes primárias para possíveis pesquisas, os quais se encontram sob custódia do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro – AHJB em São Paulo. Além de denunciar a precariedade em que o edifício se encontrava que culminou na reforma do telhado e no compromisso assumido pelo poder público local em transformar o espaço num museu. Projeto este que infelizmente não foi adiante devido a desentendimentos dos poderes locais.

“Quando nós entramos na Sinagoga descobrimos que existiam documentos importantes que estavam lá, esquecidos. Aliás, eu não diria documentos importantes, mas documentos de registro histórico interessantes, notas fiscais, pagamento de funeral, recibos, e eu vi tudo aquilo lá abandonado sendo comido pelos ratos, traças, naquelas arcas carcomidas. Confesso que fiquei muito preocupado com aquilo. Acabei por recolher todo aquele material e levei para casa. Quando eu me dei conta de todo aquele material que eu tinha em casa, uma porção de papéis importantes, interessantes, registros da comunidade judaica, resolvi através do Nachman Falbel que era na época presidente do Arquivo Judaico Brasileiro em São Paulo, entregá-los ao arquivo, para profissionais disso que vão saber catalogar, arquivar, que vão saber o valor de cada uma dessas peças, porque para mim isso não tem valor nenhum do ponto de vista prático, pois de ficarem comigo iriam acabar se estragando além de ficar tão perdido e esquecido como estavam no interior daquela sinagoga”.¹⁷

Outro resultado positivo do filme foi à reedição em português do primeiro livro em iídiche publicado no Brasil, mas precisamente em Nilópolis, em 1932 por Adolpho Kischinevisky, o qual, vale relembrar, deu nome ao documentário.

“Quando eu resolvi fazer um trabalho sobre a comunidade judaica eu fui fundamentando a pesquisa da comunidade judaica no Brasil; fui a Recife e a São Paulo onde conheci o Nachman Falbel. O Nachman enquanto eu o entrevistava lá no Arquivo Histórico falou assim “você sabia que o primeiro livro em iídiche foi escrito em Nilópolis?” eu disse “não”. Ele falou que tinha sido escrito e editado em Nilópolis. Que era o livro do Adolpho Kischinevisky, Neie Heimen, Novo Lares, que deu origem ao nome do filme, foi daí que a gente tirou o nome. E eu consegui reeditar e traduzir esse livro com a ajuda da Sara Morelenbaum”.¹⁸

No desenvolver dos relatos podemos perceber uma grande carga emocional presente, pois os que participavam faziam décadas que não retornavam a cidade. Aliás, uma das marcas deste documentário é sua densidade emocional.

“A reação dos que participavam durante o percurso e chegada a Nilópolis foi de muita emoção!

Pois eles começam a reviver o passado deles.

Teve choro, teve revolta porque os mais jovens, os netos e os filhos daqueles que viveram aqui acharam que a Sinagoga estava muito depredada e não podia ser assim e deveriam manter o local, como preservação de registro histórico, mas basicamente muita emoção! Reconhecimento dos lugares. Porque muitos saíram daqui na década de 60 e o filme foi feito em 2009/2010. E nunca mais... tinham trinta, quarenta anos que não voltavam aqui e quando eles reviram foi muito emocionante! Teve aquela coisa de voltar no seu interior, lembrar os momentos de infância, as dificuldades e tudo mais que envolvia a imigração nas terras brasileiras”.¹⁹

O próprio Vieira também fez esta viagem de retorno, rememorando alguns fatos, pois havia alguns anos que este não retornava a cidade e principalmente porque o possibilitou se reconhecer como pertencente a um local, se autodenominar como nilopolitano, mesmo este não tendo nascido na cidade.

“Lembrei de muita coisa, eu sai de Nilópolis com 18 anos e apesar de não ter nascido aqui eu lembrei do tempo que passei aqui foi muito bom! E a possibilidade de poder fazer um trabalho histórico a respeito da cidade onde eu tive minha formação foi muito emocionante! Acrescentou muito na minha identidade como nilopolitano e brasileiro”.²⁰

De igual modo, o documentário demonstra apesar de todo o positivismo a delicada relação entre os indivíduos de diferentes religiões. O qual pode ser comprovado no relato de um dos entrevistados que é acusado pelas outras crianças como a causadora da morte de Jesus. Percebemos então, que este depoimento rompe com o enquadramento distorcido do Brasil como um país de oásis de tranquilidade que, sobretudo, é imune aos efeitos da visão pejorativa se poderia possuir dos judeus.²¹

Radamés Vieira descobriu no decorrer da elaboração do documentário a existência de um grupo de fez o Aliyah.²²

“Essa história dos judeus de Israel se refere a uma Lei que existe dentro da cultura judaica uma coisa chamada Aliyah. O Aliyah é quando o judeu de qualquer lugar do mundo retorna a terra prometida que é Israel. E eu descobri que existia um núcleo de quatro, meia dúzia de pessoas que viveram na comunidade de Nilópolis que fizeram o Aliyah. Então eu resolvi ir a Israel e entrevistar essas pessoas lá. Para que me contassem lá como foi essa experiência delas aqui e ver como elas vivem lá.”²³

Nos últimos minutos do filme somos surpreendidos por um acontecimento. Os judeus que aqui vieram transportados pelo trem são levados à quadra da escola de samba G.R.E.S. Beija-Flor de Nilópolis, onde assistem a apresentação da bateria juntamente com um grupo tradicional de cantos judaicos.

“Tive a ideia de juntar um grupo de músicos judeus no Rio de Janeiro que se chama Grupo Zemer que tocam música klezmer que é a música tradicional das comunidades judaicas asquenazim, das comunidades judaicas de Polônia, da Alemanha, da Ucrânia, ou seja, o klezmer que é a música judaica propriamente dita.

Então essa ideia surgiu para unir mesmo o samba com a música tradicional judaica. O samba por ser de Nilópolis e a musica klezmer... Foi um efeito muito bonito!

Ficou uma coisa diferente! Samba com musica klezmer!”²⁴

Constatamos que Vieira ao realizar a junção do samba com música tradicional judaica asquenazim quis evidenciar e aproximar Nilópolis aos judeus. Em suma, pretendeu

demonstrar dois atores principais da construção de toda uma simbologia seja ela no campo cultural ou econômico da cidade nilopolitana.

Considerações finais

Novos Lares – Os Judeus em Nilópolis é essencialmente um trabalho que objetiva demonstrar a importância dos judeus para o desenvolvimento econômico da cidade de Nilópolis. Logo verificamos que o documentário tem a capacidade de demonstrar como este grupo influenciava sobremaneira na dinâmica econômico-cultural do local.

Ademais este documentário representa uma ideia capaz de fazer ver uma identidade estrutura a partir do olhar de seu criador. E é neste ponto que nos perguntamos até que ponto as cenas e depoimentos que nos são exibidas na película podem ser considerados como algo real e verdadeiro?

Outra questão importante que podemos ressaltar no filme reside no ao fato de que o mesmo quer reconstruir as memórias e seus lugares com intuito de assegurar a identidade desse grupo que se deslocou para a cidade e que após alguns anos tornaram a se dispersar.

Enfim, ao realizar o projeto o diretor e roteirista, Radamés Vieira, buscou fornecer pontos de comparação substanciais sobre a validade e eficácia das narrativas utilizadas nas pesquisas de historiadores em micro-história na reconstituição da investigação de seu objeto de pesquisa.

No entanto, não podemos deixar de salientar que apesar do documentário se figurar como uma fonte para pesquisas devemos ter em mente que toda a estrutura de um filme possui uma história própria, ou seja, significa que este se apropria de outras instâncias socioculturais para dar conta das narrativas que lá estão presentes. Em suma, é influenciado pelo contexto social de quem o produziu.

Por fim, devemos nos atentar para que Ricouer (1994, 85;115) afirma sobre as narrativas, que estas descrevem uma histórias não ditas e atemporais da experiência humana cuja correlação não é puramente acidental, pois apresenta uma forma de necessidade transcultural.

Notas e referências

¹ Radamés VIEIRA, *Novos Lares*, disponível em <http://www.novoslares.com.br/release/detalhes.htm>. Acesso em 29 de junho de 2013).

² Ibid.

³ Ibid.

⁴ Michel FOUCAULT, “Qu’est-ce qu’un auteur”, *Dits et écrits I 1954- 1969*, Paris, Gallimard, pp. 789-821.

⁵ Ibid., p. 811.

⁶ Angel Luis Heso MONTÓN, “O homem e o mundo midiático no princípio de um novo século”, Jorge NÓVOA, Soleni Biscouto FRESSATO, Kristian FEIGELSON (org.). *Cinematógrafo: um olhar sobre a história*, Salvador, EDUFBA/ São Paulo, Ed. da UNESP, 2009. p. 39.

⁷ Michèle LAGNY, “O cinema como fonte histórica”, Jorge NÓVOA; Soleni Biscouto FRESSATO; Kristian FEIGELSON (org.),” *Cinematógrafo: um olhar sobre a história*, Salvador: EDUFBA; São Paulo, Ed. da UNESP, 2009. pp. 99-131.

⁷ Ibid., p. 99.

⁸ Ibid., p. 106.

⁹ Radamés VIEIRA, cit.

¹⁰ Ibid.

¹¹ Paulo MENEZES, “Representificação: As relações (im)possíveis entre cinema documental e conhecimento”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – RCBS, v. 18 n° 51, fevereiro de 2003, pp. 91 e 93.

¹² Radamés VIEIRA, cit.

¹³ Ibid., p. 94.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ Ibid.

¹⁷ Ibid.

¹⁸ Ibid.

¹⁹ Ibid.

²⁰ Ibid.

²¹ Sheila SCHVARZMAN, SCHVARZMAN, Sheila. *O nazismo e o holocausto visto do Brasil. Cinematógrafo: um olhar sobre a história* / Jorge Nóvoa, Soleni Biscouto Fressato, Kristian Feigelson (organizadores). - Salvador: EDUFBA; São Paulo: Ed. da UNESP, 2009. p. 301.

²² Termo designado à imigração dos judeus para a Terra Prometida, ou seja, para Israel. Este também é conhecido como Lei do retorno.

²³ Radamés VIEIRA, cit.

²⁴ Ibid.

*Novos olhares sobre antigas colônias: o exílio iberoamericano de Rafael Altamira e Fidelino de Figueiredo**

*Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva***

Na Península Ibérica, nas primeiras décadas do século XX, um novo olhar vinha sendo construído sobre as antigas colônias americanas. Desde a passagem do século XIX para o XX, a revalorização do passado como impérios ultramarinos tornou-se questão central nos discursos de políticos e intelectuais portugueses e espanhóis. Questão que ganhou ainda maior atenção a partir da Primeira Guerra e durante as ditaduras de Francisco Franco e Antonio Salazar. Os projetos e debates desenvolvidos no Brasil e na Argentina neste mesmo período acerca da escrita da história e da releitura do passado colonial¹ eram correspondidos pelas ex-metrópoles que precisavam se fortalecer diante do avanço dos Estados Unidos e do protestantismo nas Américas. Neste sentido, pensamos o quanto as guerras, os processos de radicalização política e a experiência do exílio auxiliaram nesta elaboração de um novo olhar ibérico sobre as ex-colônias. Para isto, selecionamos duas figuras que consideramos centrais neste processo. Rafael Altamira e Fidelino de Figueiredo nos oferecem uma janela de reflexão para um amplo contexto de revisões históricas, aproximações intelectuais e migrações. Foram influentes e atuantes nos diálogos com a Ibero-América, além de terem se tornado referências obrigatórias para muitos intelectuais deste lado do Atlântico, contribuindo, inclusive, para o desenvolvimento do ibero-americanismo. São, assim, dois dos principais interlocutores espanhóis e portugueses dos historiadores e literatos ibero-americanos no período em questão.

Rafael Altamira, na Espanha, e Fidelino de Figueiredo, em Portugal, nos parecem muito apropriados para este debate diante do seu contato intenso e constante com as ex-colônias durante as primeiras décadas do século XX. Por meio ora de diálogos e intercâmbios intelectuais, ora de viagens profissionais, ora do exílio, ambos acabaram

* O trabalho é parte da tese de doutorado defendida em março de 2011 na Universidade Federal Fluminense (UFF), que deu origem ao livro *Diálogos sobre a escrita da história*, publicado em 2011 pela FUNAG.

** Doutora em História Social pela UFF. Professora Adjunta de História do Brasil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Faculdade de Formação de Professores.

atuando como elos de ligação entre dois lados do Atlântico e incentivadores de uma revisão do olhar negativo direcionado pelas ex-metrópoles às ex-colônias. Não foram os únicos. Mas, certamente foram os mais influentes nas relações com instituições históricas e historiadores brasileiros e argentinos² e tomados como referência na reelaboração de uma escrita da história favorável ao passado colonial e às metrópoles ibéricas. Por isto, partiremos de suas trajetórias intelectuais, atuação e pensamento para refletir acerca do olhar direcionado por portugueses e espanhóis aos ibero-americanos, com ênfase nos brasileiros e argentinos, no período conturbado do início do século XX. Buscamos na Península Ibérica indivíduos que, diante das angústias que viviam, viram no chamado Novo Mundo uma alternativa; diante dos conflitos do presente, voltaram-se para o passado a procura de possibilidades que transformassem o presente e o futuro a ser construído.³

Distintos ideologicamente, Altamira e Fidelino se aproximaram em termos de perfil intelectual. Altamira nasceu em 1866 e morreu em 1951 no México, exilado da ditadura franquista. Foi jurista, historiador do direito, professor e crítico literário. Logo nos primeiros anos do século XX intensificou o contato com intelectuais estrangeiros e começou a investir no intercâmbio com a Hispano-américa. Entre 1909 e 1910, viajou pelo continente americano, representando a Universidade de Oviedo, “*con el objetivo de renovar los casi inexistentes lazos de España con sus antiguas colonias y extender un intercambio docente entre su propia Universidad y las hispanoamericanas*”.⁴ Para isto, esteve na Argentina, no Uruguai, no Chile, no Peru, no México, em Cuba e nos Estados Unidos ditando cursos em diferentes universidades e realizando projetos e convênios de aproximação intelectual. Muito envolvido em ações pedagógicas, sobretudo no que tange ao ensino da história, entre 1911 e 1913 assumiu a *Dirección General de Primera Enseñanza* criada pelo Ministério da Instrução Pública na Espanha, cargo a partir do qual tentou pôr em prática seus objetivos de transformação social pela educação. Renunciou em 1913 devido à hostilidade dos setores conservadores católicos, insatisfeitos com suas medidas liberais e ideias positivistas. Durante a Primeira Guerra, apoiou os Aliados por considerá-los representantes de uma democracia liberal, seguindo a tendência de muitos intelectuais espanhóis tidos como progressistas, mesmo diante da neutralidade da Espanha no conflito. No mesmo período, tornou-se senador vinculado ao partido liberal de Romanones, atuando no assessoramento de questões educativas.

Em 1931, com o advento da Segunda República, de acordo com María de los Ángeles Ayala,⁵ ao mesmo tempo em que Altamira acreditou na possibilidade de desenvolvimento de um regime democrático na Espanha, se manteve preocupado com o fortalecimento do fascismo na Europa. Por isto, se empenhou em difundir ideais pacifistas como meio de evitar os conflitos bélicos. Assim, foi indicado pela primeira vez ao Prêmio Nobel da Paz em 1933. Com a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) saiu da Espanha e instalou-se em Haia, em cuja corte atuava como juiz internacional. Lá permaneceu até 1940 quando a Holanda foi ocupada já durante a Segunda Guerra. A partir de então se estabeleceu na França. Neste contexto, preocupou-se em não expressar

posições extremadas, mas demonstrou-se aflito com os rumos da República e o enfraquecimento da democracia no caso de uma vitória do General Francisco Franco. O início da Segunda Guerra gerou ainda maior preocupação, já que seus ideais de justiça, liberdade e convivência pacífica entre homens e nações se diluíam no contexto presente.

Após a vitória de Franco e a implantação do regime ditatorial na Espanha, decidiu que não regressaria ao país até que este terminasse. Com dificuldades financeiras, saiu da França e com o auxílio de colegas mexicanos e a proteção diplomática da Argentina, partiu para Lisboa e depois para Nova York até que, em novembro de 1944, trasladou-se para o México onde permaneceu até a morte sem ver o fim do regime franquista, o que só ocorreria muito depois já na década de 1970. Em homenagem a sua atuação pacifista foi ainda mais uma vez indicado ao Prêmio Nobel da Paz neste mesmo ano. Sua candidatura contou com cerca de 400 adesões, entre instituições e intelectuais bastante reconhecidos internacionalmente. Em janeiro de 1951, ele mesmo escreveu ao historiador argentino Ricardo Levene enviando a proposta do seu nome para o prêmio e pedindo-lhe que o remetesse a alguns de seus amigos de Buenos Aires. O documento, escrito pelo também juiz de Haia, Isidro Fabela, apresenta a bibliografia assinada por Altamira e sua atuação em comitês jurídicos de instituições e sociedades internacionais com fins pacifistas. Diz que em suas obras “*domina el ideal humano de la Paz y la concordia entre todos los pueblos de la Tierra, sin distinción de clase, de raza, ni de religión*”.⁶ Enfatiza em suas ações de combate ao analfabetismo e em seu prestígio no mundo hispânico.

Fidelino, que viveu entre 1889 e 1967, foi, como Altamira, professor, historiador e crítico literário. Foi também Ministro da Instrução Pública em Portugal, cargo que exerceu entre 1914 e 1915, anos iniciais da República portuguesa, e diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa por duas vezes, entre 1918 e 1919 e em 1927. Após a instauração do Estado Novo em Portugal em 1926, exilou-se na Espanha, entre 1927 e 1929, por ter participado ativamente da oposição ao regime. Lá foi influenciado por forte hispanismo, sendo este período considerado de grande importância em seu desenvolvimento intelectual. Segundo Ricardo Rodríguez,⁷ esta tendência já era marcante em seu pensamento desde 1913 quando foi estudar em Madrid e tomou contato com as renovações iniciadas por Marcelino Menéndez y Pelayo. Por ocasião desta viagem, o autor ainda aponta o contato de Fidelino com outras importantes figuras das inovações intelectuais e historiográficas espanholas, entre elas Rafael Altamira. Sua aproximação com a Espanha de Altamira foi intensa ao longo de toda sua trajetória intelectual. Fidelino foi considerado, inclusive, o mais importante representante português da geração de 1898, influenciado principalmente por Miguel de Unamuno, cuja obra conheceu mais a fundo através do exílio em Madrid e da correspondência com o escritor espanhol.

No Brasil esteve duas vezes: a primeira em uma curta viagem de trabalho em 1920, a segunda por um período bem mais prolongado de 13 anos durante seu segundo exílio já no governo de Salazar, entre 1938 e 1951. Aqui dirigiu a cadeira de Literatura

Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e deixou discípulos e influências intelectuais. Seus vínculos com o Brasil, contudo, remontam a 1913 quando ingressou no IHGB sob a indicação de Viveiros de Castro. Todo seu processo de associação ao Instituto é acertado por intermédio do seu Secretário Perpétuo, Max Fleiuss. Ingressou também na Academia Brasileira de Letras em 1942 com candidatura proposta por Alceu Amoroso Lima. Além destes, entre os intelectuais brasileiros com os quais Fidelino se correspondeu entre as décadas de 1910 e 1960, estiveram Manuel Bandeira, Luís da Câmara Cascudo, Jackson de Figueiredo, o Padre Leonel Franca, Gilberto Freyre, Oliveira Lima, Afrânio Peixoto e Jonathas Serrano.⁸ A maioria, como vemos, marcada por vínculos diretos ou indiretos com o pensamento católico. Sobre sua relação com as ideias católicas, Ricardo Rodríguez informa que Fidelino aprendeu o formalismo religioso com o pai, mas foi sua mãe quem lhe ensinou o catecismo tridentino e o compromisso com os fundamentos católicos. Apesar de sua orientação monarquista, antipositivista, liberal conservadora e católica, possui uma obra considerada apartidária. Defendeu que os intelectuais se afastassem dos limites partidários, crítica que dirigiu diretamente a Teófilo Braga, positivista e presidente do governo provisório português entre 1910 e 1911.

Podemos dizer que há alguns interessantes pontos de afinidade entre Altamira e Fidelino. Afinidades que os aproximam quanto à defesa da reaproximação de seus países com suas antigas colônias em busca de raízes e tradições comuns e da retomada de um contato abalado pelos processos de independência no início do século XIX. Altamira se empenhou em colocar estas ideias em prática bem mais que Fidelino, de modo a criar todo um programa de desenvolvimento das relações entre a Espanha e os países hispano-americanos. Altamira foi também liberal e positivista; buscava através do método a objetividade na história e queria romper com o pessimismo espanhol característico da geração de 1898. Regeneracionista, acreditava na possibilidade do renascimento espanhol por meio do americanismo. As antigas colônias americanas seriam, em sua opinião, o maior exemplo do poder civilizador e da contribuição da Espanha para a história. Fidelino, com uma visão muito próxima sobre o Brasil, era, no entanto, um ácido combatente do positivismo personificado, no Portugal da sua geração, por Teófilo Braga. No lugar da objetividade e da cientificidade defendidas por Altamira, buscava a construção da identidade portuguesa por meio de aspectos mais emocionais e espirituais e menos racionalistas. Opostos, porém semelhantes, o fato é que Altamira e Fidelino viveram as mesmas questões geracionais numa Península Ibérica em constante conflito durante a primeira metade do século XX, se opuseram aos rúmos autoritários da República e aos governos ditatoriais em seus países e acabaram percebendo nas antigas colônias uma possibilidade pacífica e um refúgio diante da rejeição que sofreram. Não foi por acaso que Fidelino viveu 13 anos no Brasil e Altamira 7 anos no México. Coincidentemente, em 1951, enquanto Altamira morria exilado, Fidelino retornava a Portugal. Assim, por meio do diálogo com pares intelectuais ibero-americanos

contribuíram ainda para a aproximação entre as duas margens do Atlântico historicamente interligadas.

O paralelo que aqui construímos entre Altamira e Fidelino não se dá apenas pelo contexto e interesses comuns. Eles se conheceram e dialogaram entre si, já que mantiveram contato e trocaram correspondências. Não tivemos acesso à correspondência de Altamira que nos permitiria aprofundar este diálogo, mas encontramos algumas cartas suas a Fidelino na correspondência passiva deste último. No acervo, com cerca de 11.000 cartas, constam poucas enviadas pelo espanhol, apenas 5 no total, datadas das décadas de 1930 e 1940, algumas enviadas da Espanha, outras do México já durante o exílio. Contudo, apesar de poucas, estas cartas comprovam nossa interpretação acerca das afinidades intelectuais entre eles, mesmo diante de suas diferenças teóricas e ideológicas. Vejamos cronologicamente o conteúdo destas cartas. A primeira delas data do dia 10 de outubro de 1934.⁹ Nela Altamira lamenta não ter encontrado Fidelino em congresso recentemente ocorrido em Santiago de Compostela que teria sido muito interessante principalmente nas seções de História e Filologia. Diz escrever para informar que estava preparando o número 4 da Revista *Las Ciencias* e pedia a Fidelino que escrevesse alguns parágrafos sobre Portugal. Ao que parece, pela segunda carta de Altamira datada do dia 18 do mesmo mês, Fidelino enviou prontamente os escritos solicitados pelo historiador espanhol, já que este diz tê-los recebido e afirma que seriam publicados no próximo número da revista. Agradece o envio e se dirige a Fidelino como sendo seu *muy devoto amigo*.¹⁰

Dois anos depois, em 1936, por ocasião da aposentadoria de Altamira, este escreve a Fidelino agradecendo-lhe a adesão às homenagens que seus discípulos e amigos lhe fizeram para celebrar a data. Refere-se a Fidelino de forma afetuosa como um “querido colega e amigo” e ressalta o que seria seu duplo mérito: o pessoal e o de pertencer a Portugal, país que sempre teria amado. Diz ainda esperar que o fato de estar aposentado não o afaste da atividade intelectual em meio a qual pretendia encontrar ainda muitas vezes seu interlocutor. Destacamos alguns trechos mais significativos da correspondência:

“Mi querido colega y amigo: Expreso a V. mi reconocimiento muy sincero por la carta con que se adhiere al homenaje que los compañeros y discípulos míos me han dedicado con motivo de mi jubilación.

El venir de V., que tiene para mí la doble estimación de su mérito personal y de su nación portuguesa, que siempre he amado, aumenta el valor de esas manifestaciones.

*Espero que durante algún tiempo, al menos, mi condición de jubilado oficial no amenguará mi actividad científica, y en ella espero encontrar a V. a menudo con la satisfacción que siempre me ha producido”.*¹¹

Em 1939, encontramos o registro de outra carta trocada entre eles. Altamira escreve de Paris a Fidelino, que a esta altura já se encontrava exilado no Brasil, a fim de

comunicar a criação de um Instituto Internacional de Estudos Ibero-Americanos¹² com o objetivo de “*intensificar as investigações científicas e as publicações Ibero-Americanas*”.¹³ Dele fariam parte historiadores, juristas, filólogos, sociólogos, especialistas em literatura comparada, entre outros profissionais ligados aos estudos ibero-americanos. Em português, Altamira convida Fidelino a compor o Instituto juntamente com este grupo de intelectuais e pede que envie em breve sua adesão por escrito. Anexo à carta segue um texto datilografado explicitando mais detalhadamente os objetivos da instituição e listando seus membros. Presidido pelo próprio Rafael Altamira, o Instituto Internacional de Estudos Ibero-Americanos seria um centro de pesquisa e documentação sobre o tema, porque, segundo o texto, muito ainda precisava ser feito quanto aos estudos sobre a América Latina (termo usado no próprio texto).¹⁴ Sua sede seria em Paris, o que daria uma ideia da importância que desempenhava nas relações internacionais. No texto, defende-se também o contato pessoal entre os especialistas do tema que seria mais bem possibilitado com a criação desta academia internacional e laboratório de pesquisa. Vejamos as próprias palavras, em português, do anexo enviado a Fidelino por Altamira:

“Esta criação responde a uma necessidade real e vem no momento propício; aqueles que se entregavam até hoje a estudos desta esfera, tanto científicos como práticos, deparavam com dificuldades devidas à falta de um centro de investigações e de documentação sobre Espanha, Portugal e América hispano-portuguesa, no que se refere a ciências sociais, políticas, econômicas, jurídicas, e à História [...] Pensamos, com efeito, que [...] o contacto pessoal de todos os especialistas é não somente indispensável, como também a organização entre eles de uma colaboração contínua e bem regulada, se se quer chegar a juntar e ter à disposição de todos, as fontes que se encontram dispersas nos arquivos e bibliotecas de diversas nações.” Em algumas citações foi mantida a grafia de época.¹⁵

Fala ainda dos investimentos em pesquisa e da publicação de seus resultados em boletins e enciclopédias tendo como finalidade o desenvolvimento de estudos críticos e autênticos e a “formação da juventude americana e europeia”.¹⁶ Além de uma instituição de grande amplitude para os estudos ibero-americanos em diferentes âmbitos, o Instituto representava um ponto de encontro profissional e de contato pessoal entre os estudiosos do assunto, como os próprios Altamira e Fidelino.

Na última carta de Altamira registrada na correspondência passiva de Fidelino, o remetente a ele se refere como *inseparable amigo*¹⁷ e conta sobre sua recente viagem aos Estados Unidos. Enviada do México, onde já estava exilado, a carta traz, ao mesmo tempo, o relato de Altamira sobre seus problemas de saúde. Nela ainda pergunta a Fidelino sobre sua família e seus últimos trabalhos. Pede que não deixe de enviá-los, demonstrando-se sempre interessado nos escritos do colega português. Despede-se de forma bastante pessoal: “*Con el afecto y la gratitud que le debo, le envío un abrazo apretado*”.¹⁸

As cartas de Altamira a Fidelino foram escritas e enviadas entre os anos de 1934 e 1944 em um contexto histórico, político e pessoal bastante relevante para a compreensão dos dilemas por eles experimentados. Neste período, como vimos através de suas trajetórias, ocorreram a Guerra Civil Espanhola e a Segunda Guerra na Europa. Este foi também o contexto do avanço nazifascista e do fortalecimento dos Estados Unidos nas Américas que amplia sua política imperialista para o continente, oferecendo risco às heranças da cultura ibérica na região. Em Portugal e na Espanha, a partir respectivamente de 1932 e 1939, Salazar e Franco ascenderam ao poder, dando início a políticas autoritárias que incluem censura e perseguição a intelectuais e políticos de oposição. Tanto Fidelino quanto Altamira haviam assumido cargos públicos importantes nos governos anteriores, Fidelino já durante a República, nos anos 1920, e Altamira ainda durante a monarquia espanhola. Ambos ficaram vulneráveis às mudanças políticas da década de 1930. Ambos buscaram, então, o exílio. Fidelino chegou ao Brasil em 1938, aos 49 anos e Altamira se encontrou com suas filhas já exiladas no México em 1944, aos 78 anos. Embora estes acontecimentos não apareçam nas cartas, é preciso ver que serviram como pano de fundo para as escolhas pessoais e os projetos profissionais destes indivíduos de gerações diferentes, em razão das idades, mas relacionadas por razões contextuais e afinidades intelectuais.

O interesse pelos países ibero-americanos que já vinha desde o final do século XIX, no caso de Altamira, e da década de 1920, no caso de Fidelino, é ainda mais ampliado, talvez pelo estímulo destes mesmos países, sobretudo Argentina e Brasil, envolvidos em projetos que, entre outros aspectos, valorizavam o colonialismo e as heranças ibéricas. Parecem ter confluído interesses ibéricos e ibero-americanos e fatores contextuais que favoreceram esta reaproximação. Olhar para a Ibero-américa acabou se tornando, a nosso ver, uma alternativa e uma estratégia intelectual e política diante do contexto de conflitos. A própria criação do Instituto Internacional de Estudos Ibero-Americanos em 1939, ano inicial da Segunda Guerra, exemplifica nosso argumento. Os novos olhares sobre a América são motivados por questões políticas que demandam a própria releitura da história. Foram estes homens, frutos deste período, que serviram de influência e interlocução para instituições e historiadores argentinos e brasileiros.

A independência de Cuba, Porto Rico e Filipinas, em 1898, é o marco a partir do qual são construídos na Espanha e, acreditamos, também em Portugal, novos olhares sobre as antigas colônias americanas. Este processo é gestado ao longo das últimas décadas do século XIX, mas o fim definitivo do mundo colonial ibérico e o avanço norte-americano na região levaram a um conjunto de reflexões e ações práticas que tinham como objetivo a reaproximação entre antigas metrópoles e colônias. A derrota espanhola para os Estados Unidos gerou a nostalgia em relação ao passado conquistador do país e a percepção de que algo deveria ser feito a fim de inseri-lo em uma modernidade a qual não fora capaz de acompanhar. Portanto, a perda de suas últimas colônias conduziu a Espanha a um movimento de reformas políticas, econômicas e culturais que transformou suas relações com os países americanos. O americanismo

surgiu como interesse de diferentes intelectuais e encontrou em Rafael Altamira seu principal sistematizador, com medidas práticas e organizadas. Acreditamos que as questões geradas pela independência cubana alcançaram não apenas sua metrópole, mas a Península Ibérica como um todo, envolvida pelo saudosismo em relação a um passado descobridor esquecido diante da ascensão de novas potências. Este é o contexto formador do pensamento de Altamira, que em 1898 tinha já 32 anos, e seus ecos influenciariam Fidelino em Portugal através do contato com este sentimento de perda ibérico e dos posteriores diálogos com intelectuais espanhóis – lembramos que no episódio da independência ele contava apenas nove anos de idade. Vimos que até as ditaduras de Franco e Salazar o ideal de um Império ibérico prevaleceria no imaginário de reconstrução do poderio da Espanha e de Portugal no cenário internacional. Porém, desde o final do século XIX já se havia percebido a impossibilidade de conquista deste fim sem a parceria com as antigas colônias americanas.

O hispanismo surgiu neste período como forma de construção de uma identidade comum à Espanha e suas antigas colônias com traços diferenciados em especial do mundo protestante anglo-saxão. Estes povos seriam unidos pela história, tradições, língua e religião (católica) comuns e por isto formariam uma grande comunidade internacional. Segundo José Luis Beired, o pano de fundo desta ideia era “responder à decadência da Espanha em relação aos demais países europeus”.¹⁹ Beired observa que, ao longo dos anos 1910, “as ações dos intelectuais foram crescentemente instrumentalizadas e articuladas às políticas de Estado”²⁰ como forma de construir uma nova imagem da Espanha na América, favorecendo sua influência. Isto seria uma prévia dos usos que a partir de 1930 o hispanismo encontrou na ditadura franquista. Esta, portanto, se serviu de ideias que já vinham sendo desenvolvidas desde o século XIX e haviam sido organizadas por Primo de Rivera nos anos 1920. Para o autor, após a década de 1930, o hispanismo, que encontrou leituras ideológicas das mais distintas, também se tornou instrumento da extrema-direita. O intelectual mais ativo neste processo foi Ramiro de Maeztu, responsável pelo conceito de *hispanidad* – defendido pelo tradicionalismo católico. Também na América sabemos que o hispanismo recebeu diferentes conotações, sendo muito bem recebido tanto pela historiografia liberal quanto pela conservadora. Afinal, como afirma Eva Maria Valero Juan,²¹ se para as antigas nações europeias a aproximação com as jovens repúblicas americanas significava regeneração, para elas este processo estava na base da busca por identidade.

A partir de 1909, Altamira assumiu definitivamente o papel de principal divulgador e organizador do hispano-americanismo.²² Neste ano, como sabemos, foi enviado à América pela Universidade de Oviedo, com o objetivo de reconstruir os laços quase inexistentes da Espanha com suas ex-colônias com base no intercâmbio entre universidades e intelectuais. Esta viagem é considerada o grande impulso para as iniciativas de intercâmbio desenvolvidas na Espanha e correspondidas pelas antigas colônias nas décadas posteriores. A partir daqui o americanismo se tornou o principal campo de atividade de Altamira de modo a ser construído um laço que marcará seus

últimos anos de vida de exilado no México. Nos países hispano-americanos, e também no Brasil, suas ideias obtiveram grande aceitação, contribuindo para o fortalecimento do ibero-americanismo. Embora, evidentemente, tenha se deparado com algumas posições antagônicas defensoras de uma América livre de todo imperialismo, tanto norte-americano quanto espanhol.

O discurso regeneracionista²³ presente no pensamento de Altamira baseava-se na necessidade de regeneração pela reivindicação da influência espanhola nas repúblicas americanas. Neste sentido, boa parte do seu trabalho historiográfico foi dedicado à ação da Espanha na América com ênfase nos aspectos positivos e na subestimação da violência do colonialismo, vista apenas como fruto da cobiça e má administração de alguns colonos. Até mesmo a independência das colônias americanas é vista por Altamira como resultado dos ideais de liberdade e soberania divulgados pelos descendentes de espanhóis e não oriundos da influência francesa. Além disto, foram estes próprios descendentes que protagonizaram a independência, o que seria, em sua opinião, a prova definitiva da atuação positiva da Espanha. Ainda segundo ele, os aspectos negativos do colonialismo espanhol teriam sido alimentados pela propaganda da Inglaterra e dos Estados Unidos na disputa pelo controle da região. Seu discurso, portanto, celebrava o papel da Espanha na América como forma de “*atenuar la animadversión de los hispanoamericanos hacia los españoles infundiendo confianza en una nueva España joven y ávida de reformas*”.²⁴ Por outro lado, servia como reaproximação dos espanhóis com seu “*glorioso pasado civilizador para, a través de la recuperación de la historia, redefinir y consolidar la identidad nacional*”.²⁵ O orgulho do passado seria fundamental no combate ao pessimismo espanhol característico da geração de 1898.²⁶

A história e o idioma seriam os elos de ligação que uniriam o chamado “tronco hispânico”. A história teria a função de favorecer o patriotismo, devolver aos espanhóis a crença em suas qualidades e solidificar a paz. Estes objetivos somente seriam alcançados com a dissolução, na Espanha e nas Américas, da visão negativa do colonialismo espanhol. A construção e legitimação desta relação a partir da história exigia metodologia própria baseada na pesquisa em arquivos, bibliotecas e coleções públicas e privadas. Esta preocupação manifestou-se, inclusive, nos cursos que ditou na Argentina em 1909 nas Universidades de La Plata e Buenos Aires. A integração com o campo historiográfico argentino foi imediata de modo que neste mesmo ano Altamira foi incorporado, por unanimidade, como sócio correspondente da *Junta de Historia y Numismática Americana*, a então mais importante instituição histórica argentina.²⁷ Estas relações fortalecidas pela história contribuiriam ainda para os objetivos pacifistas de Altamira. A experiência da Primeira Guerra, em especial, teria servido como momento central de elaboração de ideias que o influenciaram nas décadas posteriores. A história teria um valor social para além do simples conhecimento do passado: poderia contribuir para pacificar os conflitos internacionais, ampliando o conhecimento mútuo e diluindo a animosidade entre os países. Posteriormente, a Guerra Civil Espanhola e a Segunda

Guerra, que o levaram ao exílio, geraram em Altamira reflexões sobre o individualismo, as coletividades e seu papel na história. Pensar a história seria relevante como forma de compreensão e pacificação da realidade presente.

As reflexões de Fidelino sobre o conhecimento histórico também envolviam as relações entre antigas metrópoles e colônias. O historiador português buscou reaproximar Brasil e Portugal ao combater a lusofobia que em diferentes momentos se manifestou após a independência brasileira em 1822 e, ao mesmo tempo, a exaltação exacerbada das ações portuguesas e a desqualificação da imagem do Brasil pós-independência. Com estas críticas em mente, publicou em 1925 um artigo na *Revista de História*²⁸ no qual produziu uma análise política, econômica e intelectual das relações luso-brasileiras entre 1822 e 1922 a fim de aproximar os dois países e diluir os aspectos de conflito entre eles. A América, tanto os Estados Unidos quanto a Ibero-América, era por ele vista como um lugar de paz e esperança diante das crises e conflitos europeus. Por isto, seus historiadores deveriam se empenhar no desenvolvimento de uma *alma americana* que favorecesse o orgulho e o sentimento de unidade americanos. A visão de história de Fidelino, bem como a de Altamira, envolvia toda uma concepção de mundo pacificado e de esperança no futuro diante do contexto da crise econômica e das guerras europeias.

Em nossa interpretação, o debate regeneracionista e da geração de 1898 na Espanha influenciaram Fidelino por três vias distintas. Primeiramente pela ida a Madrid em 1913 para estudar e pesquisar em instituições espanholas; em segundo lugar pelo exílio em Madrid entre 1927 e 1929, momento no qual o programa americanista de Altamira ganhava ainda maior impulso e era instrumentalizado pelo governo de Primo de Rivera; e finalmente, pelo diálogo com Miguel de Unamuno, um dos mais importantes escritores da geração de 1898 em cujo pensamento se aprofundou justamente nesta época. Foi a partir destas experiências que Fidelino tomou contato com os sentimentos de crise, frustração e atraso que envolviam os espanhóis após a perda de suas últimas colônias e suas tentativas de modernização a partir de projetos econômicos, culturais e intelectuais. Na Espanha, Fidelino conheceu Altamira e passaram a dialogar pelas décadas posteriores como comprovam as cartas já citadas. Assim, apesar das diferenças ideológicas referidas especialmente ao catolicismo de Fidelino e ao positivismo de Altamira (positivismo que curiosamente Fidelino combatia), surgiram afinidades intelectuais e conjunturais, teóricas e metodológicas que os puseram em diálogo. Um diálogo ibérico que envolvia as colônias ibero-americanas.

Fidelino desenvolveu íntima relação com o Brasil durante décadas – tanto que em 1938 escolheu o país para se exilar e nele permaneceu por 13 anos. Desde 1920, quando aqui esteve a trabalho pela primeira vez, manteve ainda correspondência com importantes intelectuais brasileiros. Sua correspondência passiva, por nós já citada, sugere laços afetivos e profissionais construídos com intelectuais de diferentes áreas e nacionalidades por “um português de espírito universal”,²⁹ tal como o define Julio García Morejón. Assim como fez Altamira, buscando dar margem a seu suposto espírito

universalista e cosmopolita, viajou e se correspondeu constantemente com intelectuais de diferentes vertentes político-ideológicas demonstrando na prática um movimento de troca de ideias que contribuiu para a produção do conhecimento. Acreditamos que as relações de Altamira e Fidelino com as antigas colônias espanholas e portuguesas chamam a atenção para aquilo que Carlo Ginzburg³⁰ identifica como instabilidade nas relações entre centro e periferia. Isto porque o território antes visto como a representação do atraso (a América colonial e miscigenada) agora se tornou local de diálogo intelectual e acolhimento diante dos conflitos políticos europeus. A própria posição das ex-colônias nas relações com Portugal e Espanha, portanto, é transformada, ganhando novo *status*. Não queremos dizer que neste momento se tenha rompido com a perspectiva de desqualificação que as envolve, mas ocorre aqui uma relativização de papéis historicamente determinados.

O medo do presente e a saudade do passado e das tradições contribuíram para a formulação da concepção de história de Fidelino. O homem da primeira metade do século XX era atormentado pelas angústias, conflitos e ambivalências do seu tempo. Historiadores como ele e Altamira acabaram, de certo modo, por refletir estas questões ao se posicionarem perante o presente, olharem para o passado e criarem expectativas de futuro. A angústia e o medo pareceram compor a visão de Fidelino sobre a história e a forma como promoveu uma revisão historiográfica em Portugal a partir de 1910. Segundo Antonio Soares Amora,³¹ foi a partir deste ano que Fidelino iniciou no país um reforma da crítica, da historiografia e da teoria literária. Não por acaso sua iniciativa se deu a partir da proclamação da República portuguesa. O mesmo autor fala das transformações políticas que Portugal vivia desde a década de 1890. Nela desenvolveu-se a consciência de que o país estava em crise política e moral e, portanto, eram necessárias mudanças que somente seriam alcançadas a partir da implantação da República. Ideias que ganharam contornos cada vez mais radicais, provocando desconfiança naqueles que seguiam tendências políticas mais moderadas. Fidelino foi um dos que manteve esta posição cautelosa no período imediatamente posterior aos eventos de 1910. Educado como monarquista pelo pai militar, ele se opôs à neofilia republicana temendo que ela pusesse em risco a identidade histórica do país. Afinal, na ânsia de construção do novo, o passado tendia a ser apagado ou modificado. Para construir a República houve, naquele momento, uma tendência a se ofuscar o passado monarquista português, o que ocorreu também no Brasil a partir de 1889.

Maria José Wehling divide a produção de Fidelino em duas etapas: uma primeira mais política e nacionalista, até 1927, e outra apolítica e cosmopolita a partir do 28 de maio de 1926. Na primeira etapa ele teria sido contagiado pelo clima de 1910 e acabou definindo-se pela democracia como a melhor forma de governo, independentemente de sua organização monárquica ou republicana. Ao apoiar a ditadura militar nos moldes do sidonismo (mesmo sendo considerado um democrata) a viu como “recurso provisório, que visaria à instauração da ordem e de um regime modernizador”.³² Para ele, fazia-se urgente a modernização do país. Preocupação não apenas portuguesa, mas também

ibérica. Para o monarquista Fidelino, a República não era urgente, mas sim a entrada de Portugal numa perspectiva renovada da política e das instituições, sem que a história e as tradições nacionais perdessem seu valor. A prisão e o exílio, ainda de acordo com Wehling, contribuíram para que Fidelino reduzisse sua participação política nos rumos do país e entrasse numa segunda fase mais apolítica. Em lugar de um debate político, desenvolveu, em especial na década de 1950, uma discussão ideológica mais próxima da defesa do liberalismo em oposição ao socialismo e ao fanatismo religioso (não à religião).

Muitas destas ideias foram desenvolvidas por Altamira e Fidelino já em seus exílios ibero-americanos. Diante do radicalismo da década de 1930 e da Segunda Guerra, de forma coerente com o que defenderam ao longo de suas trajetórias, acreditaram que o ensino, a pesquisa e a história contribuiriam para a construção de um futuro de paz. Parece caber bem a um historiador português e a outro espanhol exilados pensar estas questões. A experiência presente das guerras, do genocídio, do holocausto, da crise econômica fez com que os intelectuais olhassem para o passado a fim de projetar um futuro que mais do que nunca se apresentava incerto. Temos, assim, o exemplo de um encontro recíproco entre presente, passado e futuro. Diante da decepção e do ressentimento, foram criados prognósticos de futuro que viam na história uma possível solução pacificadora. Concretizados ou não, o fato é que estes prognósticos acabaram mobilizando uma geração de historiadores ibéricos e ibero-americanos em torno de empreendimentos que tinham como cerne a história e relativizavam as relações entre centro e periferia.

Interessante perceber que o exílio tornou-se uma experiência produtiva a partir do qual estes indivíduos desenvolveram ideias e repensaram suas próprias práticas intelectuais. Deram sentido concreto ainda à defesa que faziam há décadas do diálogo entre Espanha, Portugal e suas ex-colônias, já que buscaram acolhida justamente nesta região, o que se dá, acreditamos, por afinidades intelectuais, ideológicas e culturais. Não podemos esquecer, contudo, que, mesmo sendo bem aproveitado, o exílio é um momento de angústia e afastamento que Fidelino bem definiu durante sua primeira experiência como exilado na Espanha. Em 1929, ele disse que “... roubar a alguém a pátria é talvez o maior crime da malevolência política, porque é desenquadrar uma vida da moldura social que lhe dá significado e finalidade, é demolir toda a arquitectura duma vida”.³³ Longe de ser uma posição confortável, o exílio produz questionamentos, de um lado produtivos, mas, de outro, difíceis de serem superados.

Edward Said utiliza sua trajetória de exilado para refletir sobre a experiência. O intelectual palestino lembra que o exílio faz pensar sobre ele, mas é extremamente difícil vivenciá-lo. O define destacando a separação por ele provocada entre o homem e seu lugar de origem, pelas perdas e mutilações que dele surgem. Definição baseada numa imagem parecida com o desenquadrar de uma moldura utilizada por Fidelino. A imagem que inspira Said é a de uma fratura, “uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais

pode ser superada”.³⁴ A tristeza é, deste modo, constitutiva da experiência do exilado, mesmo que dela se possa retirar momentos de felicidade, aprendizado e curiosidade intelectual. Afinal, significa a perda de um lar e de toda a imagem de segurança que ele representa; significa sempre que algo foi deixado para trás. Para Said, se a literatura foi sempre recheada pelas aventuras de exilados, estas “não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação”.³⁵ O autor destaca que em outras épocas os exilados também sofreram frustrações e mantiveram suas atividades enquanto viviam nesta posição. Porém, no século XX, com as guerras, o imperialismo e os governos totalitários, viveu-se “a era do refugiado, da pessoa deslocada, da imigração em massa”.³⁶ O livro *Um colecionador de angústias*,³⁷ publicado por Fidelino em 1953, trabalha de forma autobiográfica as aventuras de um exilado, mas um exilado triste e angustiado. As aventuras de alguém que experimenta a todo o momento a sensação de não ser e não pertencer.

Nos anos de exílio, entre 1936 e 1951, Altamira dedicou-se intensamente ao trabalho intelectual e, em meio a muitas de suas publicações, demonstrou insatisfação e decepção diante das guerras e do afastamento da Espanha. Alguns de seus trabalhos datados deste período trazem tristeza e pessimismo. Um pessimismo que o atingiu nas décadas de 1930 e 1940, em oposição ao otimismo que manteve na passagem do século e o fez investir no hispano-americanismo. Em *Confesión de un vencido*, ele fala da sua perda de confiança em certos valores humanos. Aqui suas palavras transparecem a dor, a frustração e a impotência que sentia diante daquele contexto. Define seu exílio como “*el derrumbamiento de toda mi vida espiritual y la anulación de más de cincuenta años de trabajo entusiasta por mi patria y por la humanidad*”.³⁸ Complementa fazendo uma dura crítica ao mundo contemporâneo: “*El mundo está dominado por la violencia, la deslealtad, la ausencia de respeto al débil y la cínica imposición de todos los dogmatismos por la fuerza*”.³⁹ No exílio mexicano, Altamira se dedicou à pesquisa, à redação de livros e artigos para revistas e periódicos e ao contato com mexicanos e exilados como ele. Como tema, além da antiga reivindicação do papel da Espanha no mundo, enfatizou na busca de caminhos para a paz e no entendimento entre os países. Durante estes 7 últimos anos de vida o trabalho docente também foi intenso. Contribuiu, inclusive, para a criação de importantes instituições como a *Escuela Libre de Derecho*, o *Ateneo de la Juventud* e o *Ateneo Español de México* e colaborou para a redação dos planos de estudos da *Universidad Nacional Autónoma de México*, além de ter formado gerações de historiadores e juristas no país.

Quando chegou ao México Altamira tinha já 78 anos. A idade o fez, além de produzir novos textos, dedicar-se também à recapitulação das principais bases do seu pensamento. Deste modo, investiu boa parte do tempo na organização e edição de suas obras completas, algumas já publicadas anteriormente, outras inéditas. O grande volume de trabalho e suas precárias condições físicas não permitiram que concluísse a coletânea, mas deixou o projeto bastante adiantando e chegou a enviar para impressão vários volumes. Altamira teve a oportunidade de retornar com segurança à Espanha,

mas acabou optando pela permanência no México. Ele queria voltar, assim como Fidelino desejava o retorno a Portugal. Porém, concluiu que não valia a pena viver em um país controlado pela ditadura franquista. Nos últimos anos de vida chegou a se declarar incompatível com um regime totalitário. Deste modo, optou por investir em sua produção intelectual como exilado mesmo diante dos danos materiais e imateriais que ele próprio alegava ter sofrido com o afastamento da Espanha. Virgilio Zapatero, ao tratar das traumáticas conseqüências do exílio para os intelectuais, diz que Altamira “*había perdido su casa, su familia, sus amigos, su biblioteca, su trabajo, su optimismo y casi, [Altamira] decía, hasta su confianza en el género humano*”.⁴⁰ Para o autor, o exílio traz dois grandes traumas: o abandono de tudo o que se ama e o esquecimento. Isto porque a repressão e o próprio transcorrer do tempo ameaçam apagar as obras e a memória dos exilados. Segundo ele, a ditadura franquista teria conseguido por muito tempo tornar milhares de espanhóis invisíveis. Possivelmente foi por esta razão que Altamira se dedicou no exílio a reunir e reeditar o principal do seu pensamento.

Este processo de esquecimento atingiu a obra de Altamira. Durante a ditadura franquista ele praticamente não foi estudado e seus trabalhos não foram reeditados na Espanha.⁴¹ O hispano-americanismo por ele defendido foi neste período apropriado pelo conservadorismo católico e perdeu seu conteúdo pacifista e liberal; acabou servindo aos interesses da ditadura. Sua defesa do olhar sobre o passado e as ex-colônias ganhou sentidos bem mais autoritários. Na América Ibérica a ascensão de governos ditatoriais no pós-guerra e a força do imperialismo norte-americano acabaram também tomando a maior parte do espaço antes ocupado pelas ideias ibero-americanas. Seu pensamento e obra voltaram a ser tema de interesse somente a partir do final do século XX quando, após o fim da Guerra Fria e a queda do muro de Berlim, o debate sobre integração obteve maior destaque na Europa e na Ibero-América. Além disto, após a operação franquista de destruição da história democrática na Espanha, o ensino da história voltou a interessar a historiadores e professores nos anos 1970, em consonância com o enfraquecimento da ditadura. Isto explica em parte a publicação da segunda edição do *La enseñanza de la historia*⁴² de Altamira apenas em 1997, mais de 100 anos após sua primeira versão incompleta datada de 1891.

Enfim, Fidelino e Altamira experimentaram os governos autoritários das décadas de 1920 e 1930 na Península Ibérica e a ascensão de Salazar e Franco. Foram perseguidos e exilados. Ambos viveram um total de 15 anos de suas vidas no exílio. Boa parte deles na Ibero-América. Para os dois o exílio teve fim no mesmo ano, 1951 – Fidelino pelo retorno a Portugal e Altamira em razão do seu falecimento aos 85 anos de idade. Coincidências que aproximam suas trajetórias pessoal e profissional. Embora distintos ideologicamente viveram as conseqüências da radicalização política e da violência que assolaram a Europa no início do século XX. Uma Europa que produziu toda uma geração de expatriados. O exílio coincidiu entre estes indivíduos tornando-se uma experiência fundamental não apenas para Fidelino e Altamira. A própria correspondência passiva de Fidelino nos dá uma medida da importância do exílio

enquanto questão geracional. Além de Altamira, estas cartas apresentam muitos remetentes exilados, europeus e ibero-americanos. Entre eles estão os escritores portugueses Adolfo Casais Monteiro, Jaime Brasil e João Sarmento Pimentel e o historiador espanhol Francisco Vera. Todos eles exilados na Ibero-América. Cabe destacar que as razões para o exílio variavam de acordo com o contexto histórico e a posição ideológica de cada um. Muitos monarquistas foram exilados de Portugal e da Espanha a partir de 1910 e 1931, respectivamente, com a proclamação da República. Em Portugal, isto se deu em grande parte devido à oposição ao primeiro presidente do Governo Provisório, Teófilo Braga. Oposição muito vinculada ao campo católico, contrário ao positivismo de Teófilo. O mesmo também se deu com republicanos que de primeira hora se satisfizeram com a República e, com seu desenrolar, acabaram retirando seu apoio e participando de movimentos de oposição.⁴³

Uma suposta função pacifista da história, que havia se fortalecido após a Primeira Guerra, durante as décadas de 1930 e 1940, com a Guerra Civil Espanhola e a Segunda Guerra, ganhou ainda maior destaque no pensamento destes intelectuais. Tanto Fidelino, com sua visão cosmopolita, quanto Altamira, defendendo uma história geral da civilização que integrasse as diferentes culturas, viram na pesquisa e no ensino da história a possibilidade de evitar animosidades através do conhecimento mútuo e recíproco. Esta pauta também esteve presente entre seus interlocutores ibero-americanos. Era uma ideia que circulava nas duas margens do Atlântico, conferindo ao conhecimento histórico sentido político e caráter de utilidade para o presente. Acreditamos que a experiência do exílio tenha contribuído para acentuar ainda mais esta percepção da história como necessária para suavizar os conflitos e as angústias de uma época, o que nos é sugerido pela própria produção intelectual de Fidelino e Altamira. Olhar para as outras culturas, se aproximar delas e compreendê-las foram exercícios favorecidos pela história e, na prática, pelo exílio.

Notas e referências

- ¹ Na tese, e no livro que dela resulta, pensamos os diálogos desenvolvidos entre historiadores argentinos e brasileiros acerca da escrita da história e os projetos de integração deles oriundos e expandidos para vários outros países ibero-americanos. Neste processo de revisão do próprio passado, a reaproximação com as antigas metrópoles esteve muito presente. Ao analisarmos as trajetórias e pensamentos de Altamira e Fidelino procuramos refletir o quanto há de reciprocidade por parte da Espanha e de Portugal neste interesse de reaproximação.
- ² Destacamos aqui a *Junta de Historia y Numismática Americana*, em Buenos Aires, e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, bem como seus notáveis representantes Ricardo Levene e Max Fleiuss.
- ³ Reinhart Koselleck é uma importante referência teórica e metodológica sobre as relações entre experiências e expectativas e a reciprocidade entre presente, passado e prognósticos de futuro. Ver Reinhart KOSELLECK, *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto/ PUC-Rio, 2006. Ainda sobre o assunto ver Ana Paula BARCELOS e Aline Pinto PEREIRA, “Tensões, escolhas e expectativas: ideias políticas e contexto histórico e social a partir de trajetórias

- individuais”, *Passagens – Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, maio-agosto 2013, pp. 286-306.
- ⁴ María de los Ángeles AYALA, “Cartas inéditas de Rafael Altamira a Domingo Amunátegui Solar”, *Cuadernos de América sin Nombre*, Alicante, n. 14, s/d, p. 25.
- ⁵ *Ibid.*
- ⁶ Carta de Rafael Altamira a Ricardo Levene, México, 19 de janeiro de 1951. Documento anexo, Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene, Buenos Aires.
- ⁷ Ricardo Vélez RODRÍGUEZ, “Traços intelectuais de Fidelino de Figueiredo”, *Carta Mensal*, Confederação Nacional do Comércio, Rio de Janeiro, v. 45, n. 539, fevereiro de 2000, pp. 36-63.
- ⁸ As cartas trocadas entre Jonathas Serrano e Fidelino de Figueiredo foram por mim analisadas em artigo no qual trato dos conflitos que caracterizaram o contexto de radicalização política no Brasil na década de 1930 e seus reflexos subjetivos nos intelectuais ligados ao pensamento católico. Ver: Ana Paula BARCELOS, “Fidelino de Figueiredo e Jonathas Serrano. Pensamento católico e radicalização política na década de 1930. Algumas reflexões”, *Passagens – Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v. 2, n. 4, maio-agosto de 2010, pp. 39-66.
- ⁹ Carta de Rafael Altamira a Fidelino de Figueiredo, 10 de outubro de 1934, Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo, Acervo Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.
- ¹⁰ Carta de Rafael Altamira a Fidelino de Figueiredo, 18 de outubro de 1934, *Id.*
- ¹¹ Carta de Rafael Altamira a Fidelino de Figueiredo, Madrid, 19 de fevereiro de 1936, *Id.*
- ¹² A título de complementação informamos que o nome do Instituto era acompanhado pelo seguinte subtítulo: “Espanha, Portugal e paizes americanos de linguas espanhola e portugueza”.
- ¹³ Carta de Rafael Altamira a Fidelino de Figueiredo. Paris, 14 de junho de 1939, Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo, *cit.*
- ¹⁴ Chamamos a atenção para a utilização da expressão América Latina no período, já que se tratava de um termo complexo em fase de legitimação. Segundo João Feres Jr, ele estava referido ainda ao olhar de desqualificação dos Estados Unidos acerca da América católica e, na visão norte-americana, atrasada. Os historiadores com os quais trabalhamos utilizavam termos variados como apenas América, a referência geográfica América do Sul, América Ibérica ou, raramente, América Latina. Utilizamos os termos Ibero-América ou América Ibérica a fim de enfatizar as matrizes ibéricas e católicas que estes mesmos historiadores se empenhavam em destacar como fator de qualificação para ambos os lados do Atlântico. Para Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho, o conceito de América Latina teria sofrido um deslocamento semântico posterior a Segunda Guerra, a partir da atuação do campo literário de esquerda da região. Dos autores citados nesta nota, ver João FERES JR., *A história do conceito de ‘Latin America’ nos Estados Unidos*, Bauru/SP, EDUSC, 2005; Gizlene NEDER e Gisálio CERQUEIRA FILHO, “Sobre o conceito de América Latina: Uma proposta para repercutir nos festejos do bicentenário”, *Pilquen*, Sección Ciencias Sociales, Dossier Bicentenario, Año XII, n. 12, 2010, pp. 1-7.
- ¹⁵ *Ibid.*, Texto anexo.
- ¹⁶ *Ibid.*
- ¹⁷ Carta de Rafael Altamira a Fidelino de Figueiredo, México, 30 de novembro de 1944, Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo, *cit.*
- ¹⁸ *Ibid.*
- ¹⁹ José Luis Bendicho BEIRED, “Hispanismo: um ideário em circulação entre a Península Ibérica e as Américas”, *Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC*, Campinas, 2006, p. 2.
- ²⁰ *Ibid.*, p. 5.
- ²¹ Eva María Valero JUAN, “Rafael Altamira y la ‘patria intelectual’ hispano-americana”, *América sin nombre*, Alicante, n. 3, junho de 2002, pp. 94-102.
- ²² Para Rafael Altamira, hispanismo e americanismo eram termos complementares. Assim, ele utilizava os dois, pois a análise de um conduziria a do outro. Unindo-os, a expressão hispano-americanismo, por ele defendida, conferia igual importância a estes movimentos.

-
- ²³ O regeneracionismo espanhol defendeu, na virada do século XIX para o XX, a valorização do patriotismo, do passado e da tradição. Utilizava-se de uma linguagem pragmática e científica para refletir objetivamente sobre as possibilidades de reconstrução da nação. A recuperação do contato com as ex-colônias se tornava aqui fundamental.
- ²⁴ Eva Maria Valero JUAN, *Rafael Altamira y la 'reconquista espiritual' de América*, Murcia, Universidad de Alicante, 2003, p. 53.
- ²⁵ Ibid.
- ²⁶ Protagonizada por Miguel de Unamuno, partia de referenciais estéticos, filosóficos e literários na tentativa de superar a crise moral, política e social espanhola oriunda da derrota para os Estados Unidos. Apontavam a existência de uma Espanha real, fracassada, bastante distinta daquela oficial, falsa e aparente. São marcados pela frustração e pelo pessimismo em relação aos rumos do país.
- ²⁷ Ver Hebe Carmen PELOSI, “Rafael Altamira y la Argentina”, *Cuadernos de América sin nombre*, Alicante, n. 11, s/d.
- ²⁸ Fidelino de FIGUEIREDO, “Um século de relações luso-brasileiras”, *Revista de História*, Lisboa, Fluminense, v. 14, 1925.
- ²⁹ J. García MOREJÓN, *Dos coleccionadores de angústias: Unamuno y Fidelino de Figueiredo*, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1967, p. 69.
- ³⁰ Carlo GINZBURG, “História da Arte Italiana”, C. GINZBURG, E. CASTELNUOVO e C. PONI (org), *A Micro-história e outros ensaios*, São Paulo, Bertrand Brasil/ Lisboa, Difel, 1989, pp. 5-93.
- ³¹ Antonio Soares AMORA, *O essencial sobre Fidelino de Figueiredo*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, s/d.
- ³² Maria José M. Cavalleiro de Macedo WEHLING, *A idéia de história em Fidelino de Figueiredo*, Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1983, p. 20.
- ³³ Id., *Notas para um ideário português: política e literatura*, Lisboa, Sá Costa, 1929, p. 221.
- ³⁴ Edward SAID, *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 46.
- ³⁵ Ibid.
- ³⁶ Ibid., p. 47.
- ³⁷ Fidelino de FIGUEIREDO, *Um colecionador de angústias*, Lisboa, Guimaraes Editores, 1953.
- ³⁸ Rafael ALTAMIRA, *Confesión de un vencido*, Alicante, Instituto de Estudios Juan Gil Albert, 1987, p. 224.
- ³⁹ Ibid.
- ⁴⁰ Virgilio ZAPATERO, “El legado constitucional del exilio”, *Espacios y protagonistas del exilio*, Fundación Pablo Iglesias, 3 a 6 de fevereiro de 2006. Dossier 1/2003, p. 6.
- ⁴¹ As obras de Altamira impressas a partir da década de 1940 foram todas publicadas em países hispano-americanos, sobretudo México, Argentina e Uruguai.
- ⁴² Rafael ALTAMIRA, *La enseñanza de la historia*, 2ª ed., Madrid, Ediciones Akal, 1997.
- ⁴³ Sobre as diferentes tendências políticas e ideológicas que marcaram o início da República portuguesa, ver José Hermano SARAIVA, *História concisa de Portugal*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1981.

Sobre o LABIMI e a edição deste E-BOOK

O Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI) é um laboratório de pesquisa, com irradiação para o ensino e a extensão, vinculado a Programas de Pós-graduação (História e Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

Com ampla área de atuação, atua no desenvolvimento de projetos de investigação; na elaboração de propostas de inovação metodológica e de abordagem; na coleta, catalogação e disponibilização de fontes; na organização de conferências, palestras, *work-shops*, simpósios e congressos; na edição de obras impressas e em meio digital; na formação de grupos de estudo; na articulação com arquivos, bibliotecas, casas étnicas e instituições ligadas à memória da e-imigração; na cooperação com universidades e centros de estudos sobre e-imigração nacionais e estrangeiros. Seu objetivo central é o de constituir-se em espaço referencial de pesquisa, dedicado a desenvolver investigações de ponta e propostas de inovação metodológica no campo dos estudos migratórios. Somam-se a este os objetivos de congregar pesquisadores; de propor novas metodologias no tratamento de fontes quantitativas e qualitativas; de manter diálogos interinstitucionais permanentes; de manter site com disponibilização ao público de produtos e informações acerca das migrações; de manter diálogos com associações, casas étnicas e demais instituições do gênero; de reunir, catalogar e conservar fontes orais e visuais: depoimentos orais, fotografias e documentos pessoais, recebidos em doação por imigrantes e descendentes; de constituir biblioteca e filmoteca especializada; de criar grupos de estudo que se constituam em celeiro de novos pesquisadores; de organizar conferências, palestras, *work-shops*, simpósios e congressos sobre o tema das migrações.

Criado no ano de 2000, o LABIMI tornou-se referência internacional. Diariamente, seu site (www.labimi.uerj.br) recebe visitantes interessados em encontrar pesquisadores; em consultar seu banco de dados; em buscar artigos de referência (disponibilizados no site); em encontrar notícias de eventos e atividades ou em buscar respostas para desafios que a eles se apresentam. Nesse e em outros sentidos, o LABIMI constitui-se em espaço privilegiado de produção e divulgação do conhecimento e de inovação metodológica.

Como unidade editorial no âmbito da UERJ, o LABIMI já editou um (1) livro, em co-edição com a Universidade de Huelva, e dois (2) CD-ROM. Foram, também, disponibilizados vários artigos, de autoria de pesquisadores de renome internacional.

A edição deste E-BOOK sobre História Intelectual explica-se pelo fato de uma das partes da obra contemplar artigos que destacam o tema das ideias e práticas sobre migrações e exílios que, posteriormente, com o consentimento de seus autores, também serão disponibilizados no site do Laboratório.